EMES

EMES INFORMA

SEMINÁRIO JURÍDICO "A PROTEÇÃO AOS NOVOS DIREITOS E A RELAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM O TERCEIRO SETOR"

Local: Salão Pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo
Data: 02 de outubro de 2009

SEXTA-FEIRA

13h - Entrega de Credenciais

13h15min – Sessão Solene de Abertura

1ª PALESTRA: *A Proteção aos Novos Direitos: Principiologia e Aspectos Constitucionais*
13h30min às 14h30min
Palestrante: Ministro Antonio Herman Benjamin (STJ)
Presidente de mesa: Des. Manoel Alves Rabelo – Presidente do TRE-ES

2ª PALESTRA: *Proteção Ambiental e Aspectos Penais*
14h35min às 15h15min

Palestrante: Des. Eladio Lecey – Diretor-Presidente da ENM

Presidente de mesa: Dr. Marcelo Abelha Rodrigues

3ª PALESTRA: *A Experiência e os Resultados do Primeiro Termo de Parceria (Dec. 3100/99) no Governo do Estado do Espírito Santo*
15h30min às 16h
Palestrante: Flávio Takemi Kataoka
Presidente de mesa: Des. Pedro Valls Feu Rosa

4ª PALESTRA: *A Importância do Terceiro Setor na Execução das Políticas Públicas*
16h15min às 16h45min
Palestrante: Dr. Paulo Araújo
Presidente de mesa: Des. José Paulo Calmon Nogueira da Gama

5ª PALESTRA: *A Necessidade da Regulação do Terceiro Setor no Espírito Santo*
17h às 17h30min
Palestrante: Des. Samuel Meira Brasil Júnior (TJES)
Presidente de mesa: Juiz Sérgio Ricardo de Souza

17h30min – Encerramento e entrega de certificados.

Público Alvo: Magistrados, Promotores, Advogados, Alunos da EMES e Convidados

Coordenação: Juiz Sérgio Ricardo de Souza

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

INFORMATIVO

O Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado em Direito Processual da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) promove, sob a coordenação da Profª Drª Valesca Raizer Borges Moschen, o Congresso de Processo Civil Internacional.

O evento contará com a presença de vários palestrantes de renome nacional e internacional, dentre eles, o Min. Luiz Fux (STJ), Cassio Scarpinella, Leonardo Greco, Martha Olivar Jimenez (Argentina), Patrícia Kegel, Ramón Viñas Farré (Espanha), Vladimir Oliveira da Silveira, Wagner Menezes, Adriana Dreyzin de Klor (Espanha), Carmen Tibúrcio, Diego P. Fernandez Arroyo (Espanha) e os professores do PPGDIR/UFES.

O Congresso realizar-se-á no Teatro Universitário da UFES nos **dias 05, 06 e 07 de outubro do ano corrente.**

Será concedido certificado de participação de 26 horas de atividades aos inscritos.

No site promocional pode-se encontrar maiores informações: **http://www.cpcinternacional.com.br/**

ATOS E DESPACHOS DO PRESIDENTE

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

RESOLUÇÃO Nº 24/2009

Institui a Central de Conciliação de Precatórios no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

O PLENO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 234, de 18 de abril de 2002,

CONSIDERANDO ser missão do Poder Judiciário a entrega da prestação jurisdicional de maneira célere e concreta, sob a constatação de que não basta à parte vencedora ter apenas uma sentença reconhecendo seu direito, sem que este se realize efetivamente;

CONSIDERANDO o acervo de aproximadamente 740 (setecentos e quarenta) precatórios registrados perante este Tribunal de Justiça, pendentes de pagamentos, alguns processados há mais de 20 (vinte) anos sem a satisfação dos direitos neles reconhecidos, situação que abala e corrói profundamente a credibilidade do Poder judiciário e dos Demais poderes estatais;

CONSIDERANDO que, para debelar esta situação de histórica passividade estatal, a Presidência deste Tribunal de Justiça, com o engajamento dos eminentes Desembargadores, vem empreendendo todos os esforços visando ao êxito na formulação de vias que possibilitem a quitação dos precatórios, apesar do notório quadro de dificuldades que permeia a matéria;

CONSIDERANDO a receptividade dessa iniciativa perante o Poder Executivo, requerimentos e sugestões formulados pelo Procurador-Geral do Estado, bem como encontros realizados com OAB, através de sua Comissão de Precatórios, visando à criação de uma "Central de Conciliação de Precatórios" neste Tribunal de Justiça, requerimento igualmente formulado por inúmeros credores mediante cartas e formulações verbais nesse sentido;

CONSIDERANDO o sucesso de iniciativa semelhante implementada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e pelos Tribunais de Justiça dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso;

CONSIDERANDO, finalmente, a decisão Plenária em Sessão realizada no dia 22 de setembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a "Central de Conciliação de Precatórios", órgão vinculado à Presidência deste Tribunal, com o escopo de facilitar e intermediar as composições amigáveis entre as partes, visando ao pagamento, à atualização dos valores a serem pagos e outras questões que possam ser objeto de acordo.

Art. 2º A Central de Conciliação de Precatórios, funcionará sob a coordenação de um Desembargador Coordenador, designado pelo Tribunal Pleno, e contará com, pelo menos, um Juiz Conciliador e três servidores responsáveis, respectivamente, pelas funções de secretaria, de especialista em cálculos e de apoio administrativo.

§ 1º. As conciliações serão mediadas por Juiz Conciliador, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º. A Coordenadoria de Precatórios deste Tribunal prestará todo o apoio necessário ao regular funcionamento da Central de Conciliação de Precatórios.

Art. 3º. A Central de Conciliação de Precatórios, instituída por esta Resolução, será implantada mediante Portaria do Presidente do Tribunal de Justiça, da qual constarão as normas, os procedimentos e a estrutura a serem adotadas para o seu funcionamento.
Parágrafo único. O Presidente do Tribunal de Justiça expedirá ato, se necessário, regulamentando o funcionamento da Central de Conciliação de Precatórios.

Art. 4º. Os credores serão convocados exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios exigíveis, entendidos como tais aqueles sobre os quais não penda mais discussão judicial, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A não aceitação da conciliação fará com que o precatório permaneça na sua ordem cronológica.

Art. 5º. Terão preferência os créditos de natureza alimentar compreendidos aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado, na forma prevista no art. 100 e no § 1º- A da Constituição Federal.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
Vitória, 21 de setembro de 2009.

Desembargador ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON
Presidente em Exercício

-********-**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 001/2009

Implanta a "*Central de Conciliação de Precatórios*" e estabelece sua estrutura, procedimentos e normas para seu funcionamento.

O Desembargador ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON, Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 3º da Resolução nº 24/2009, de 21 de setembro de 2009, que instituiu a "*Central de Conciliação de Precatórios"*,

RESOLVE:

Art. 1º Fica implantada a *Central de Conciliação de Precatórios,* órgão vinculado à Presidência deste Tribunal.

Art. 2º A *Central de Conciliação de Precatórios* funcionará em espaço físico próprio, provido do mobiliário e equipamentos necessários.

Art. 3º O Juiz Conciliador elaborará pauta mensal para inclusão dos precatórios nas audiências conciliatórias, observada a ordem cronológica de apresentação dos precatórios exigíveis, entendidos como tais aqueles sobre os quais não penda mais discussão judicial, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º A existência de discussão judicial sobre o crédito constante de precatório não obsta a formalização de propostas recíprocas entre credor e devedor, para fins de solução do litígio mediante acordo, que poderá ser levado perante a CEPRES para fins de homologação.

§ 2º Terão preferência os créditos de natureza alimentar compreendidos aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado, na forma prevista no art. 100 e no § 1º- A da Constituição Federal.

Art. 4º O Setor de Precatórios da Diretoria Judiciária, Financeira, Econômica e Contábil enviará ao Juiz Conciliador todos os dados necessários ao cumprimento do disposto neste artigo, em especial:

I - a listagem dos precatórios, em ordem cronológica por entidade devedora;

II - os autos dos precatórios, quando solicitados.

Parágrafo único. Os valores constantes dos precatórios serão atualizados até a data da audiência.

Art. 5º O Juiz Conciliador intimará, por via postal ou outro meio passível de certificação, as partes e seus procuradores para a audiência de conciliação, podendo esta ocorrer com a presença apenas dos procuradores, desde que tenham poderes para transigir, receber e dar quitação.

Art. 6º Obtido o acordo, será ele homologado pelo Juiz Conciliador.

§ 1º O alvará respectivo será expedido após homologado o acordo e será assinado pelo servidor que secretariar a audiência e pelo Juiz Conciliador.

§ 2º O inadimplemento total ou parcial da obrigação constante do acordo ensejará o imediato sequestro da verba pública necessária à sua satisfação.

Art. 7º A audiência será única e definitiva e, homologado o acordo e efetivado o pagamento segundo as termos acordados, considerar-se-á integralmente quitado o precatório.

Art. 8º Os precatórios em que houver conciliação serão remetidos ao Setor de Precatórios pela própria Central de Conciliação, para baixa dos precatórios nos respectivos registros.

Art. 9º O precatório em que não houver conciliação será devolvido ao Setor de Precatórios, com informação sobre o resultado da audiência, e será pago dentro da ordem cronológica, nos termos do art. 100, § 1º, da Constituição da República.

Art. 10 A Diretoria-Geral providenciará, no prazo de dez dias, contados da publicação desta Portaria, o espaço físico e os equipamentos previstos no art. 2º desta Resolução.

Art. 11 A Presidência do Tribunal manterá contato com os dirigentes das diversas entidades devedoras, visando à assinatura de Protocolo de Intenções de que conste, especialmente, a verba mensal a ser destinada aos acordos.

Art. 12 Poderá ser aberta uma conta bancária para cada entidade devedora, cujo saldo servirá de parâmetro para determinar o número de audiências a constituírem a pauta mensal elaborada pelo Juiz Conciliador.
Parágrafo único. A Diretoria Financeira manterá a *Central de Conciliação de Precatórios* informada acerca do saldo disponível em cada uma das contas bancárias previstas neste artigo, para a conciliação dos precatórios.

Art. 13 O Ministério Público poderá intervir nas audiências, quando verificar a ocorrência de interesse público primário que lhe incumbe preservar.

Art. 14 Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal.

Art. 15 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Vitória, 22 de setembro de 2009.

Desembargador ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON
Presidente em Exercício

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

ATOS ASSINADOS PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ATO Nº 1399/2009 - CESSAR OS EFEITOS do ato nº 417/99, publicado no "DJ" de 29/04/99 que designou a Srª **TÉLVIA PANDOLFI** para exercer o cargo de Escrevente Auxiliar, respondendo pelo Cartório de Tabelionato de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Acioli, Serventia não Oficializada, da Comarca de João Neiva, de 1ª Entrância.

P U B L I Q U E - SE
Vitória-ES, 21 de setembro de 2008.

Desembargador ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete da Presidência

ATO Nº 1.368/2009

O Excelentíssimo Senhor Desembargador ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON, Presidente em exercício do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os termos do acórdão lavrado nos autos do recurso ordinário no mandado de segurança nº 100.040.005.496 perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça que, conhecendo em parte o reclamo, concedeu a segurança apenas e tão somente para reconhecer a nulidade do procedimento administrativo-disciplinar que ensejou a cominação da penalidade de demissão a Edson Rodrigues,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 490/2004, de 03 de maio de 2004 (DJ 04/05/2004) que aplicou a pena de demissão ao Sr. Edson Rodrigues, Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público do Juízo de Vila Velha/ES, Comarca da Capital.

Publique-se.
Vitória/ES, 22 de setembro de 2009.

DES. ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON
Presidente em exercício do TJ/ES

-********-**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

ATO Nº 1400/2009

O EXMº. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO NESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DE ATRIBUIÇÃO LEGAL E TENDO EM VISTA DECISÃO UNÂNIME DO COLENDO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA, EM SESSÃO REALIZADA EM 21/09/09,

RESOLVE:

REMOVER :

- A Sra. **MAGALI PATRÍCIA SOARES DE OLIVEIRA BERALDO,** Oficial do Cartório do 1º Ofício (Registro Geral de Imóveis e Anexos) da Comarca de Alto Rio Novo, para o Cartório do Tabelionato da Sede da Comarca de Jaguaré, ambas Comarcas de 1ª Entrância.

- A Sra. **MARLY FREITAS DE AQUINO,** Oficial do Cartório do 1º Ofício (Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos, Protesto de títulos e outros anexos) serventia extrajudicial da Comarca de Água Doce do Norte, para o Cartório do 1º Ofício da Comarca de Itarana, ambas Comarcas de 1ª Entrância.

- A Sra. **ANA PAULA DE MELO CHIERICI,** Tabeliã e Oficial da serventia extrajudicial do Cartório do Registro Civil e Tabelionato do Distrito de Bonsucesso, Comarca de Apiacá, para o Cartório do 1º Ofício da Comarca de Apiacá, ambas Comarcas de 1ª Entrância.

- A Sra. **NEURA LUCIA MELO FERREIRA,** Tabeliã e Oficial do Cartório do Registro Civil e Tabelionato do Distrito de Pequiá, Comarca de Iúna, para o Cartório do Registro Civil e Tabelionato da Sede da Comarca de Ibiraçu, ambas Comarcas de 2ª Entrância.

- O Sr. **ROGÉRIO LUGON VALLADÃO,** Tabelião do Cartório do 5º Ofício, Tabelionato da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, para o Cartório de Protesto de Títulos e Documentos da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, ambas Comarcas de 3ª Entrância.

P U B L I Q U E - S E
Vitória, 23 de setembro de 2009.

DESEMBARGADOR ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 027/2009 - A

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

DETERMINA AO **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS** QUE INCLUA NO COMPETENTE ORÇAMENTO A IMPORTÂNCIA DE R$ 97.548,51 (NOVENTA E SETE MIL QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS), ATUALIZADA ATÉ 01/06/2009, REFERENTE AO **PRECATÓRIO Nº 200090000071**, CUJO OFÍCIO REQUISITÓRIO FOI PROTOCOLIZADO EM 10/07/2008, DE NATUREZA ALIMENTÍCIA, ORIUNDO DO **PROCESSO N.º 011990374073**, PARA PAGAMENTO A **EIDINEIA AGUIAR DE OLIVEIRA, SIMONE AGUIAR DE OLIVEIRA E OUTROS**, COMPOSTO DE PRINCIPAL CORRIGIDO DE R$44.811,17 MAIS JUROS DE R$40.016,62 NO VALOR ATUALIZADO DE R$84.824,79 E A DR.ª ADÉLIA DE SOUZA FERNANDES COMPOSTO DE 15% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DO AUTOR NO MONTANTE DE R$12.723,72 POR SER DEVEDOR O INSS, EM VIRTUDE DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO, DEVENDO SER FEITA A ATUALIZAÇÃO DA REFERIDA QUANTIA COM CORREÇÃO PELA TABELA DE ATUALIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DESTE ESTADO, DO PRINCIPAL E DOS JUROS JÁ CALCULADOS, MAIS APLICAÇÃO DE JUROS DE 0,5% A.M. SOBRE O PRINCIPAL CORRIGIDO, DA DATA DO CÁLCULO ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTA PORTARIA. APÓS A PUBLICAÇÃO, INCIDIRÁ CORREÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS JÁ CALCULADOS ATÉ EFETIVO PAGAMENTO, SE OCORRER NO PRAZO CONSTITUCIONAL. SE NÃO ATENDIDO O PRAZO CONSTITUCIONAL, INCIDIRÃO JUROS DE MORA SOBRE O PRINCIPAL CORRIGIDO, CONTADOS A PARTIR DO DIA SEGUINTE A ESSE VENCIMENTO, E CORREÇÃO DOS JUROS JÁ CALCULADOS, ATÉ EFETIVO PAGAMENTO. A INCIDÊNCIA LEGAL, SOBRE REMUNERAÇÃO, DO DESCONTO DE IRRF E, SE DETERMINADO NOS AUTOS, O DESCONTO PREVIDENCIÁRIO E IRRF SOBRE OUTRA VERBA, DEVERÃO SER OBSERVADOS DE FORMA INDIVIDUALIZADA QUANDO DO EFETIVO PAGAMENTO, JUNTANDO-SE MEMÓRIA DISCRIMINADA DE CÁLCULO QUANDO DA INFORMAÇÃO DO PAGAMENTO À DIRETORIA FINANCEIRA DESTE TRIBUNAL. AS

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E OS CRÉDITOS ABERTOS DEVERÃO SER CONSIGNADOS DIRETAMENTE AO PODER JUDICIÁRIO, RECOLHENDO-SE AS IMPORTÂNCIAS À DIRETORIA JUDICIÁRIA ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, CABENDO AO PRESIDENTE DETERMINAR O PAGAMENTO, OBSERVADA A ORDEM CRONOLÓGICA DAS PORTARIAS JÁ EXPEDIDAS, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 100 E 106 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL RESPECTIVAMENTE.

CUMPRA-SE.
PUBLIQUE-SE.

VITÓRIA, 03 DE AGOSTO DE 2009.

DESEMBARGADOR ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 028/2009 - A

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

DETERMINA AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS QUE INCLUA NO COMPETENTE ORÇAMENTO A IMPORTÂNCIA DE R$ 63.602,43 (SESSENTA E TRÊS MIL SEISCENTOS E DOIS REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS), ATUALIZADA ATÉ 01/10/2008, REFERENTE AO **PRECATÓRIO Nº 200090000089**, CUJO OFÍCIO REQUISITÓRIO FOI PROTOCOLIZADO EM 08/06/2009, DE NATUREZA ALIMENTÍCIA, ORIUNDO DO **PROCESSO 024000040477**, PARA PAGAMENTO A ANDRÉ LUIZ RIBEIRO COMPOSTO DE PRINCIPAL CORRIGIDO DE R$42.010,83 MAIS JUROS DE R$18.778,96 NO TOTAL ATUALIZADO DE R$60.789,79 E AO DR. JOÃO BATISTA CERUTI PINTO E OUTROS COMPOSTO DE 15% SOBRE R$18.750,90 NO MONTANTE DE R$2.812,64 POR SER DEVEDOR O INSS, EM VIRTUDE DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO, DEVENDO SER FEITA A ATUALIZAÇÃO DA REFERIDA QUANTIA COM CORREÇÃO PELA TABELA DE ATUALIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DESTE ESTADO, DO PRINCIPAL E DOS JUROS JÁ CALCULADOS, MAIS APLICAÇÃO DE JUROS PELO C.C. SOBRE O PRINCIPAL CORRIGIDO, DA DATA DO CÁLCULO ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTA PORTARIA. APÓS A PUBLICAÇÃO, INCIDIRÁ CORREÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS JÁ CALCULADOS ATÉ EFETIVO PAGAMENTO, SE OCORRER NO PRAZO CONSTITUCIONAL. SE NÃO ATENDIDO O PRAZO CONSTITUCIONAL, INCIDIRÃO JUROS DE MORA SOBRE O PRINCIPAL CORRIGIDO, CONTADOS A PARTIR DO DIA SEGUINTE A ESSE VENCIMENTO, E CORREÇÃO DOS JUROS JÁ CALCULADOS, ATÉ EFETIVO PAGAMENTO. A INCIDÊNCIA LEGAL, SOBRE REMUNERAÇÃO, DO DESCONTO DE IRRF E, SE DETERMINADO NOS AUTOS, O DESCONTO PREVIDENCIÁRIO E IRRF SOBRE OUTRA VERBA, DEVERÃO SER OBSERVADOS DE FORMA INDIVIDUALIZADA QUANDO DO EFETIVO PAGAMENTO, JUNTANDO-SE MEMÓRIA DISCRIMINADA DE CÁLCULO QUANDO DA INFORMAÇÃO DO PAGAMENTO À DIRETORIA FINANCEIRA DESTE TRIBUNAL. AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E OS CRÉDITOS ABERTOS DEVERÃO SER CONSIGNADOS DIRETAMENTE AO PODER JUDICIÁRIO, RECOLHENDO-SE AS IMPORTÂNCIAS À DIRETORIA JUDICIÁRIA ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, CABENDO AO PRESIDENTE DETERMINAR O PAGAMENTO, OBSERVADA A ORDEM CRONOLÓGICA DAS PORTARIAS JÁ EXPEDIDAS, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 100 E 106 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL RESPECTIVAMENTE.

CUMPRA-SE.
PUBLIQUE-SE.
VITÓRIA, 03 DE AGOSTO DE 2009.

DESEMBARGADOR ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

ATOS E DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

ATOS ADMINISTRATIVOS ASSINADOS PELO ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

ATO A Nº 658/09 - PRORROGAR a licença para tratamento da própria saúde, da Sra. **GIOVANA LAMBERTI GIANORDOLI,** à época**,** Assessor de Nível Superior para Assuntos Jurídicos deste Egrégio Tribunal de Justiça, por 60 (sessenta) dias a partir de 18/08/09, na forma do art. 129 da Lei Complementar nº 46/94.

P U B L I Q U E - SE
Vitória-ES, 22 de setembro de 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

ATOS ADMINISTRATIVOS ASSINADOS PELO ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

ATO A Nº 659/09 - CONSIDERAR LICENCIADA para tratamento de saúde, a Sra. **SILVANA FALCÃO FONTES,** Assistente Judiciário deste Egrégio Tribunal de Justiça, por 04 (quatro) dias a partir de 15/09/09, na forma do art. 129 da Lei Complementar nº 46/94.

ATO A Nº 660/09 - CONSIDERAR LICENCIADA para tratamento de saúde, a Sra. **JOSITE NEVES FRAGA SPESSIMILLE,** servidora estável deste Egrégio Tribunal de Justiça, por 15 (quinze) dias a partir de 15/09/09, na forma do art. 129 da Lei Complementar nº 46/94.

ATO A Nº 661/09 - CONSIDERAR LICENCIADA para tratamento de saúde, a Sra. **FRANCESCA LEMOS ENCARNAÇÃO,** Oficial Judiciário deste Egrégio Tribunal de Justiça, por 15 (quinze) dias a partir de 22/09/09, na forma do art. 129 da Lei Complementar nº 46/94.

ATO A Nº 662/09 - PRORROGAR a licença para tratamento da própria saúde, do Sr. **LANUSSY PIMENTEL DE REZENDE,** Secretário de Câmara deste Egrégio Tribunal de Justiça, por 02 (dois) dias a partir de 27/08/09, na forma do art. 129 da Lei Complementar nº 46/94.

ATO A Nº 663/09 - PRORROGAR a licença para tratamento da própria saúde, da Sra. **ANGELA REGINA VIEIRA,** Agente de Serviços Função Serviços Gerais (R.J.U.) deste Egrégio Tribunal de Justiça, por 30 (trinta) dias a partir de 07/08/09, na forma do art. 129 da Lei Complementar nº 46/94.

ATO A Nº 664/09 - AUTORIZAR A AUSÊNCIA por motivo de casamento, da Srª. **SANDRA CRISTINA DO SACRAMENTO BORGES,** Assessor Judiciário deste Egrégio Tribunal de Justiça, por 08 (oito) dias a partir de 18/09/09, na forma do art. 30 inciso III da Lei Complementar nº 46/94.

P U B L I Q U E - SE

Vitória-ES, 22 de setembro de 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

ATO ADMINISTRATIVO ASSINADO PELO ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

ATO A Nº 665/09 - CONCEDER ao Sr. **WENDELL BAYERL FERREIRA,** Escrevente Juramentado deste Egrégio Tribunal de Justiça, a **Opção de 65% (sessenta e cinco por cento)** no cargo em comissão de Assessor de Nível Superior de Gabinete, nos termos do art. 96 da Lei Complementar nº 46/94, alterado pela Lei Complementar nº 408/07 publicada no "DO" de 30/07/07.

P U B L I Q U E - SE
Vitória-ES, 21 de setembro de 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESUMO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E OPERAÇÃO DO SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO DO EDIFÍCIO SEDE DO TJ/ES

Processo Nº TJ-505/04 (11º volume)

CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

CONTRATADA: Cetest ES Tratamento Ambiental e Utilidades Ltda.

***OBJETO*:** Prorroga por 60 (sessenta) dias o prazo do contrato, contados a partir de 02 de setembro de 2009.

Vitória, 1º de setembro de 2009.

***Dr.* JOSÉ DE MAGALHÃES NETO**
Diretor Geral de Secretaria

-**********-

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO

PORTARIA Nº 090/2009

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação de competência de que trata o Ato nº 29/2008, publicado no "DJ" do dia 04/01/2009 e de acordo com a Resolução nº 017/2009, publicada no "DJ" de 05/08/2009. RESOLVE conceder diárias ao servidor abaixo relacionado, conforme requerimento, observando o Art. 2º, parágrafo único da Resolução citada:

NOME	CARGO	DESTINO	ATIVIDADE	PERÍODO
Romário Lúcio	Escrevente Juramentado	Vila Velha	Transportar armas de fogo e munições	22/09/09

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
Diretor Geral

-**********-

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO

PORTARIA Nº 094/2009

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação de competência de que trata o Ato nº 29/2008, publicado no "DJ" do dia 04/01/2009 e de acordo com a Resolução nº 017/2009, publicada no "DJ" de 05/08/2009. RESOLVE conceder diárias ao MM Juiz de Direito abaixo relacionado, conforme requerimentos, observado o limitador contido no Art. 9º, Parágrafo Único, da Resolução supracitada:

NOME	CARGO	DESTINO	ATIVIDADE	DIAS
Dr. Kleber Alcuri Júnior 200900877442	Juiz Substituto	Atílio Vivácqua	Jurisdição Estendida	01, 06, 08, 13, 15, 20, 22, 27 e 29/10/09

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
Diretor Geral

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE VITÓRIA - FESV
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): DAYANA PIMENTEL CARVALHO
DURAÇÃO:27/08/09 A 27/08/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0017.2032 - MANUTENÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS.

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: FACULDADES INTEGRADAS CASTELO BRANCO - FICAB
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): IARA FALK DE SOUZA
DURAÇÃO: 03/09/09 A 03/09/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0261.2030 - MANUTENÇÃO ATIVA DAS ATIVIDADES FORENSES.

PUBLIQUE-SE
VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESPÍRITO SANTO - UNESC
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): NIVALDO NUNES DA PENHA JUNIOR
DURAÇÃO: 26/08/09 A 26/08/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0261.2030 - MANUTENÇÃO ATIVA DAS ATIVIDADES FORENSES.

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: FACULDADE NOVO MILÊNIO
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): MARINA IGNACIO FREIRE RAMIRO DE ASSIS
DURAÇÃO: 09/09/09 A 09/09/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0261.2030 - MANUTENÇÃO ATIVA DAS ATIVIDADES FORENSES.

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: FACULDADES INTEGRADAS PITÁGORAS
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): NAYWSKA NASCIMENTO FILGUEIRAS
DURAÇÃO: 14/08/09 A 14/08/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0261.2030 - MANUTENÇÃO ATIVA DAS ATIVIDADES FORENSES.

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA - UVV
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): WILLIAM ALISSON PAULINO
DURAÇÃO: 09/09/09 A 09/09/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.101.02.061.0261.2020 - APOIO A GESTÃO JUDICIÁRIA.

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: FACULDADES INTEGRADAS ESPÍRITO SANTENSE - FAESA
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): GIZELLE VIEIRA BEZERRA
DURAÇÃO: 09/09/09 A 09/09/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.101.02.061.0261.2020 - APOIO A GESTÃO JUDICIÁRIA.

PUBLIQUE-SE
VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: FACULDADES INTEGRADAS ESPÍRITO SANTENSE - FAESA
CURSO: ADMINISTRAÇÃO
ESTAGIÁRIO(A): FELIPE SIQUEIRA MACIEIRA
DURAÇÃO: 10/09/09 A 10/09/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.101.02.061.0261.2020 - APOIO A GESTÃO JUDICIÁRIA.

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: FACULDADE SÃO GERALDO - FSG
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): FLÁVIA LIGIA DA ROCHA COUTO
DURAÇÃO: 01/09/09 A 01/09/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0261.2030 - MANUTENÇÃO ATIVA DAS ATIVIDADES FORENSES.

PUBLIQUE-SE
VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: FACULDADE ESPÍRITO SANTENSE - PIO XII
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): KÁRILA BETINI DE CASTRO
DURAÇÃO: 26/08/09 A 26/08/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0261.2030 - MANUTENÇÃO ATIVA DAS ATIVIDADES FORENSES.

PUBLIQUE-SE
VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: FACULDADES INTEGRADAS SÃO PEDRO - FAESA
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): IZABELA VASCONCELOS GRASSI
DURAÇÃO: 27/08/09 A 27/08/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0261.2030 - MANUTENÇÃO ATIVA DAS ATIVIDADES FORENSES.

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA - UVV
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): PRISCILLA NUNES BALMAS
DURAÇÃO:15/09/09 A 15/09/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0017.2032 - MANUTENÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS.

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): MANUELA FABIANO DOS SANTOS
DURAÇÃO: 01/09/09 A 10/12/09
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0261.2030 - MANUTENÇÃO ATIVA DAS ATIVIDADES FORENSES.

PUBLIQUE-SE
VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): DRIELLEN DO NASCIMENTO VIANA
DURAÇÃO: 02/09/09 A 02/09/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0261.2030 - MANUTENÇÃO ATIVA DAS ATIVIDADES FORENSES.

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: FACULDADES INTEGRADAS DE VITÓRIA - FDV
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): LUIZ PAULO DE CARVALHO SERRANO JUNIOR
DURAÇÃO:04/09/09 A 04/09/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0017.2032 - MANUTENÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS.

PUBLIQUE-SE
VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: FACULDADES INTEGRADAS DE VITÓRIA - FDV
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): IVAN NASCIMENTO DE OLIVEIRA
DURAÇÃO:02/09/09 A 30/07/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0017.2032 - MANUTENÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS.

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCEDENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO: FACULDADES INTEGRADAS SÃO PEDRO - FAESA
CURSO: DIREITO
ESTAGIÁRIO(A): RODRIGO LUCAS LEÃO BASTOS
DURAÇÃO:01/09/09 A 01/09/10
VALOR DA BOLSA: FIXADO DE ACORDO COM O ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002, ALTERADO PELO ATO NORMATIVO Nº 23/2008, PUBLICADO NO "DJ" DE 30/05/08.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.07 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS, ATIVIDADES: 03.901.02.061.0017.2032 - MANUTENÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS.

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR-GERAL

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESCISÃO CONTRATUAL

RESCINDE, A PEDIDO, O **CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL**, A PARTIR DE 20/09/09, CELEBRADO ENTRE O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO **(FÓRUM) MARITZA BERGER ALCÂNTARA.**

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 21 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR GERAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESCISÃO CONTRATUAL

RESCINDE, A PEDIDO, O **CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL**, A PARTIR DE 04/10/09, CELEBRADO ENTRE O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO **(JUIZADO) GABRIEL DUQUE ZONTA.**

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 21 DE SETEMBRO DE 2009**.**

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESCISÃO CONTRATUAL

RESCINDE, A PEDIDO, O **CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL**, A PARTIR DE 17/09/09, CELEBRADO ENTRE O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO **(FÓRUM) NAYWSKA NASCIMENTO FILGUEIRAS.**

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 21 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESCISÃO CONTRATUAL

RESCINDE, A PEDIDO, O **CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL**, A PARTIR DE 01/09/09, CELEBRADO ENTRE O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO **(JUIZADO) MARIA CLÁUDIA CARDOSO BRANCONI.**

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 21 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESCISÃO CONTRATUAL

RESCINDE, A PEDIDO, O **CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL**, A PARTIR DE 13/10/09, CELEBRADO ENTRE O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO **(FÓRUM) MARIANA BRIOSCHI ARAUJO.**

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 21 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR GERAL

-**********-

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESCISÃO CONTRATUAL

RESCINDE, A PEDIDO, O **CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL**, A PARTIR DE 14/09/09, CELEBRADO ENTRE O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO **(FÓRUM) NIDIA FERREIRA DE OLIVEIRA.**

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 21 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR GERAL

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA

RESCISÃO CONTRATUAL

RESCINDE, A PEDIDO, O **CONTRATO DE ESTÁGIO DE BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL**, A PARTIR DE 15/09/09, CELEBRADO ENTRE O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO **(JUIZADO) SIMONE XAVIER NORONHA.**

PUBLIQUE-SE

VITÓRIA-ES, 21 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ DE MAGALHÃES NETO
DIRETOR GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
(REABERTURA DE PRAZO)

CARTA CONVITE N.º 015/2009 - FUNEPJ 076

OBJETO: Contratação de empresa especializada em instalações elétricas, com fornecimento de mão-de-obra e materiais, para executar serviços de

manutenção corretiva nas instalações elétricas do Fórum da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

REABERTURA: 02/10/2009 às 14:00 horas.

LOCAL: Rua Desembargador Homero Mafra nº 60, Enseada do Suá, na Sede do Tribunal de Justiça, na Sala de Licitação, Subsolo TJES - Vitória/ES.

INFORMAÇÕES: Tel/ fax: (27) 3334-2335 ou pessoalmente.

DOCUMENTAÇÃO: No endereço acima ou mediante fornecimento de disquete formatado tipo 3½ ou pelo "site" www.tj.es.gov.br.

23 de setembro de 2009.

PAULO CARVALHO JORGE
Presidente da CPL

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA

INTIMAÇÃO-SETOR DE PRECATÓRIOS

INTIMO COMERCIAL AUTOVIDROS, POR SEU ADVOGADO VLADIMIR SALLES SOARES, PARA TOMAR CIÊNCIA DOS TERMOS DAS DECISÕES EXARADAS NOS **AUTOS DOS RECURSOS N.º 100080036823E 100080036906.**

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

VIVIANE RAMOS SIMÕES
DIRETORA JUD. REG. PREP. E DISTRIBUIÇÃO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA

INTIMAÇÃO-SETOR DE PRECATÓRIOS

INTIMO COMERCIAL AUTOVIDROS, POR SEU ADVOGADO VLADIMIR SALLES SOARES, PARA TOMAR CIÊNCIA DOS TERMOS DA DECISÃO EXARADA NOS AUTOS DO RECURSO **N.º 100080036740.**

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

VIVIANE RAMOS SIMÕES
DIRETORA JUD. REG. PREP. E DISTRIBUIÇÃO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TRIBUNAL PLENO

INTIMAÇÕES

INTIMO

1 NO PROCESSO Nº 100010016135- MANDADO DE SEGURANÇA
O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ONDE É AUTORIDADE COATORA
POR SEUS ADVS. DRS. 12306 ES CEZAR PONTES CLARK
PARA DEVOLUÇÃO DOS AUTOS, NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS,EM CONFORMIDADE COM O ESTATUÍTO NO ART. DO CPC

2 NO PROCESSO Nº 100030035800- RECURSO ORDINÁRIO MAND SEGURANÇA
O ESTADO DO ESPIRIT0 SANTO ONDE É RECORRIDO
POR SEUS ADVS. DRS. 999990 ES PROCURADOR GERAL DO ESTADO
PARA OS EFEITOS DO ARTIGO 508 DO CPC

3 - NO PROCESSO Nº 100070024748 MANDADO DE SEGURANÇA
MILTON CYPRIANO DA COSTA FILHO ONDE É REQUERENTE
POR SEUS ADVS. DRS. 007314 ES GILMAR LOZER PIMENTEL
NA PETIÇAO Nº 200900643269PARA REQUERER O DESARQUIVAMENTO E PROMOVER O RECOLHIMENTO DA TAXA EXIGIDA PARA O DESARQUIVAMENTO.

4 NO PROCESSO Nº 100930014624- MANDADO DE SEGURANÇA
O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ONDE É AUTORIDADE COATORA
005884 ES JOSE ALEXANDRE REZENDE BELLOTE
POR SEUS ADVS. DRS.
PARA DEVOLUÇÃO DOS AUTOS, NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS,EM CONFORMIDADE COM O ESTATUÍDO NO ART. DO CPC

5 NO PROCESSO Nº 100930016348- MANDADO DE SEGURANÇA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ONDE É AUTORIDADE COATORA
POR SEUS ADVS. DRS. 12306 ES CEZAR PONTES CLARK
PARA DEVOLUÇÃO DOS AUTOS, NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS,EM CONFORMIDADE COM O ESTATUÍDO NO ART. DO CPC

6 NO PROCESSO Nº 100930018484- MANDADO DE SEGURANÇA
O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ONDE É AUTORIDADE COATORA
POR SEUS ADVS. DRS. 005884 ES JOSE ALEXANDRE REZENDE BELLOTE
PARA DEVOLUÇÃO DOS AUTOS, NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS,EM CONFORMIDADE COM O ESTATUÍDO NO ART. DO CPC

7 NO PROCESSO Nº 100950001519- MANDADO DE SEGURANÇA
SERVIO TULIO CAMILO MUNIZ ONDE É REQUERENTE
POR SEUS ADVS. DRS. 004624 ES JEFERSON DA SILVA
PARA DEVOLUÇÃO DOS AUTOS, NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS,EM CONFORMIDADE COM O ESTATUÍDO NO ART. DO CPC.

8 NO PROCESSO Nº 100980003980- PROCESSO 13A CLASSE - SUSPENSÃO LIMINAR
IVAN EPICHIN ONDE É REQUERENTE
POR SEUS ADVS. DRS. 000043AES JOSE CARLOS PINHEIRO COELHO
002442 ES MARIO PIRES MARTINS FILHO
PARA DEVOLUÇÃO DOS AUTOS, NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS,EM CONFORMIDADE COM O ESTATUÍDO NO ART. DO CPC

9 NO PROCESSO Nº 12040063344 - INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE
MUNICÍPIO DE CARIACICA ONDE É REQUERENTE
POR SEUS ADVS. DRS. 005205 ES LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR DE FLS. 325/333

10 NO PROCESSO Nº 100020002539- MANDADO DE SEGURANÇA
MARLUSIA VIEIRA MORAES ONDE É REQUERENTE
POR SEUS ADVS. DRS. 001204 ES ZELIO GUIMARAES SILVA
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR DE FLS. 248 E 253/257

11 NO PROCESSO Nº 100020002885- EMBARGOS À EXECUÇÃO MAND SEGURANÇA
O ESTADO DO ESPIRIT0 SANTO ONDE É EMBARGANTE
POR SEUS ADVS. DRS. 999990 ES PROCURADOR GERAL DO ESTADO
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR DE FLS. 92/94

12 - NO PROCESSO Nº 100070019698 RECURSO EXTRAORDINÁRIO EMB DECLARAÇÃO AC DEC INCIDENTAL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ONDE É RECORRIDO
POR SEUS ADVS. DRS. 5884 ES JOSE ALEXANDRE RESENDE BELLOTE
APES ASSOCIAÇAO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ONDE É RECORRENTE
POR SEUS ADVS. DRS. 000428AES SERGIO FERRAZ
103330 RJ CRISTINE SOARES PINHEIRO
052687 RJ VANIA GUERREIRO

106946 RJ MARCEL BRITZ
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR DE FLS. 542/568

13 NO PROCESSO Nº 100070019698- RECURSO ESPECIAL EMB DECLARAÇÃO AC DEC INCIDENTAL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ONDE É RECORRIDO
POR SEUS ADVS. DRS. 5884 ES JOSE ALEXANDRE RESENDE BELLOTE
APES ASSOCIAÇAO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ONDE É RECORRENTE
POR SEUS ADVS. DRS. 000428AES SERGIO FERRAZ
052687 RJ VANIA GUERREIRO
106946 RJ MARCEL BRITZ
103330 RJ CRISTINE SOARES PINHEIRO
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR DE FLS. 517/541

14 NO PROCESSO Nº 100090017342- AÇÃO ORDINÁRIA
KATUGRAM GRANITOS E MARMORES LTDA.. ONDE É REQUERENTE
POR SEUS ADVS. DRS. 14558 ES LARISSA MARCELINO MACHADO
10052 ES KARLA CABRAL BATISTA
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR DE FLS. 170

15 NO PROCESSO Nº 100090019587- AÇÃO ORDINÁRIA
MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ONDE É REQUERIDO
POR SEUS ADVS. DRS. 12050 ES ROBERTA LESSA ROSSI FRIÇO
007590 ES CRISTINA DE OLIVEIRA COUZI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ONDE É REQUERIDO
POR SEUS ADVS. DRS. 10579 ES RAFAEL INDUZZI DREWS
COSSI PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA.. ONDE É REQUERENTE
POR SEU ADV. DR. 492A ES WALMIR ANTONIO BARROSO
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR DE FLS. 283

16 NO PROCESSO Nº 100090022227- PROCESSO 13A CLASSE - SUSPENSÃO LIMINAR
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ONDE É REQUERENTE
POR SEUS ADVS. DRS. 15998 ES VICTOR AGUIAR DE CARVALHO
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR DE FLS. 270/291

17 NO PROCESSO Nº 100090024181- AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE ONDE É REQUERIDO
POR SEUS ADVS. DRS. 5325 ES MARIA DA PENHA VIEIRA PUPIM CALEGARI
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR DE FLS. 47/48

18 NO PROCESSO Nº 100090026061- MANDADO DE SEGURANÇA
ANDERSON NEVES DE OLIVEIRA ONDE É REQUERENTE
POR SEU ADV. DR. 10083 ES LUIS CLAUDIO MOLINAS RIBEIRO
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR DE FLS. 70/72

19 NO PROCESSO Nº 100090028554- AGRAVO REGIMENTAL MAND SEGURANÇA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ONDE É AGRAVADO
POR SEUS ADVS. DRS. 999990 ES PROCURADOR GERAL DO ESTADO
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR DE FLS. 16

20 NO PROCESSO Nº 100090028802- MANDADO DE SEGURANÇA
BANCO BRADESCO S/A ONDE É REQUERENTE
POR SEUS ADVS. DRS. 13117 ES MICHELY ALINNE NARCISO
41186 PR LEONARDO MECENI
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR DE FLS. 326/328

21 NO PROCESSO Nº 100090030998- MANDADO DE SEGURANÇA
DIEGO SILVA CABRAL ONDE É REQUERENTE
POR SEU ADV. DR. 94763 RJ ELCIO FAGUNDES CABRAL
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR
DE FLS. 45/46MANDADO DE SEGURANÇA REF. AUTOS Nº 100090030998IMPETRANTE: DIEGO SILVA CABRALAUTORIDADE COATORA: GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E CENTRO DE SELEÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- CESPE/UNBRELATOR: DES. CARLOS HENRIQUE RIOS DO AMARALDECISÃOTRATA-SE DE AÇÃO MANDAMENTAL IMPETRADA POR DIEGO SILVA CABRAL, INCONFORMADO COM O ATO SUPOSTAMENTE ILEGAL PRATICADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E PELO REPRESENTANTE DO CENTRO DE SELEÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - CESPE/UNB, CONSUBSTANCIADO NA NEGATIVA DE ACEITAÇÃO DO DOCUMENTO APRESENTADO PELO IMPETRANTE PARA JUSTIFICAR A SUA IMPOSSIBILIDADE DE SE SUBMETER AOS EXAMES FÍSICOS ESTABELECIDOS NO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE VAGAS DO CARGO DE AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NORTEADO PELO EDITAL Nº 01/2009.EXTERNA O IMPETRANTE, EM SÍNTESE, QUE FORA APROVADO NA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DO CONCURSO, E, DIAS ANTES DA DATA MARCADA PARA SE SUBMETER AOS REFERENCIADOS EXAMES FÍSICOS, QUANDO SE PREPARAVA PARA A PROVA, SENTIU FORTES DORES NO BRAÇO ESQUERDO QUE LHE IMPOSSIBILITARAM DE PARTICIPAR DA PROVA.ADUZ QUE, DIANTE DO FATO OCORRIDO, SE REVELA ILEGAL A NEGATIVA APRESENTADA PELAS AUTORIDADES IMPETRADAS QUE SE RECUSARAM A RECEBER A DECLARAÇÃO MÉDICA QUE DESTACOU A SUA INCAPACIDADE PARA SE SUBMETER AOS EXAMES FÍSICOS NA DATA APRAZADA.ALMEJA, DESTA FORMA, QUE SEJA PROLATADO PROVIMENTO JURISDICIONAL QUE LHE ASSEGURE A RESERVA DE VAGA ATÉ QUE SE ENCONTRE EM CONDIÇÕES FAVORÁVEIS PARA SE SUBMETER AOS MENCIONADOS TESTES FÍSICOS.POIS BEM. EIS O QUE TENHO A RELATAR.PASSO A DECIDIR.EM QUE PESE OS ARGUMENTOS DESTACADOS PELO IMPETRANTE, VERIFICO HIPÓTESE FÁTICA QUE RETIRA A COMPETÊNCIA DESTA CORTE PARA ANÁLISE DO PRESENTE MANDAMUS. É QUE, FIGURANDO NO POLO PASSIVO DA AÇÃO MANDAMENTAL FUNDAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, NO CASO, O CENTRO DE SELEÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - CESPE/UNB, A COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DOS AUTOS DIRECIONA-SE PARA A ESFERA DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, SEGUNDO OS DITAMES DO ARTIGO 109, INCISO VIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.ESTABELECIDA, PORTANTO, A COMPETÊNCIA EM RATIONE AUCTORITATIS, MANTENHO O POSICIONAMENTO QUE ADOTEI, EM DATA PRETÉRITA, EM CASO ANÁLOGO AO QUE AQUI ESTÁ, PARA DETERMINAR O ENCAMINHAMENTO DO PRESENTE MANDAMUS PARA A JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DESTA CAPITAL, PARA QUE SEJA PROCEDIDA A ANÁLISE DE TODAS A QUESTÕES QUE ENVOLVEM O PRESENTE MANDAMUS, FACE AO PRECEITUAR DO MENCIONADO ARTIGO
109, INCISO VIII, E § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 24, DA LEI Nº 12.016/2009 E ARTIGO 94, § 4º, DO CP. REGISTRE-SE.PUBLIQUE-SE NA ÍNTEGRA.INTIME-SE.ADOTE-SE AS DEMAIS PROVIDÊNCIAS DE ESTILO.VITÓRIA/ES, 17 DE SETEMBRO DE 2009.DES. CARLOS HENRIQUE RIOS DO AMARALRELATOR

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

MONIQUE MARIA LIMA CABRAL
SECRETÁRIA DE CÂMARA

CONSELHO DA MAGISTRATURA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA MAGISTRATURA

INTIMAÇÕES

INTIMO:

01- NO PROCESSO Nº 100090017805- RECURSO
ANCELMA DA PENHA BERNARDOS ONDE É RECORRENTE
POR SEU ADVOGADO: DR. 999999 ES REQUERIDO EM CAUSA PRÓPRIA PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO, EXARADO ÀS FLS. 382-VERSO, PELO EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE, SENDO RECORRIDO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

GLÁUCIA STABAUER RIBEIRO PIMENTEL
SECRETÁRIA DE CÂMARA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA MAGISTRATURA

CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS PARA EFEITO DE RECURSO OU TRÂNSITO EM JULGADO.

1 PROCESSO CONSELHO Nº 100090018829
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VILA VELHA
REQTE LUCY DE OLIVEIRA RUI
REQDO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATOR SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA
JULGADO EM 17/08/2009 E LIDO EM 21/09/2009
EMENTA: RECURSO AO CONSELHO DA MAGISTRATURA - PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE POSTO AVANÇADO DE REGISTRO CIVIL DENTRO DE HOSPITAL MATERNIDADE - PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DE SUB-REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO - PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - CHANCELA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - NECESSIDADE DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO COM A REMESSA DOS AUTOS AO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA PARA ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO.
EM QUE PESE A VEDAÇÃO IMPOSTA PELO ARTIGO 43, DA LEI Nº 8.935/94, VERIFICA-SE QUE A INTERPRETAÇÃO DA PRESENTE HIPÓTESE PELOS DEMAIS TRIBUNAIS PÁTRIOS TEM SIDO NO SENTIDO DE QUE A INSTALAÇÃO DE TAIS 'POSTOS AVANÇADOS DE ATENDIMENTO' NÃO SE INSURGEM CONTRA O DISPOSITIVO LEGAL SUPRACITADO, SENDO PLENAMENTE POSSÍVEL A SUA AUTORIZAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO, CONFORME JÁ SE MANIFESTOU O PRÓPRIO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.
ENTRETANTO, A A CRIAÇÃO DOS REFERIDOS POSTOS DE ATENDIMENTO DEVEM DECORRER DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A SECRETARIA DE SAÚDE RESPECTIVA, ATENDIDOS OS REQUISITOS DA CONVENIÊNCIA E DO INTERESSE PÚBLICO, ANALISANDO-SE AINDA, QUAL O CARTÓRIO PODERÁ IMPLANTAR O POSTO AVANÇADO DE ATENDIMENTO, ATENDIDOS OS REQUISITOS DE COMPETÊNCIA DA CIRCUNSCRIÇÃO.
RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, DETERMINANDO-SE A REMESSA DOS AUTOS AO EMINENTE DESEMBARGADOR CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA A FIM DE QUE O MESMO ANÁLISE A VIABILIDADE DA ELABORAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE ESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A RESPECTIVA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONCLUSÃO: ACORDA O EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, À UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, DETERMINANDO, ENTRETANTO, O ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS À EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA, PARA AS PROVIDÊNCIAS DE EVENTUAL CONVÊNIO DE INTERESSE ENTRE A MUNICIPALIDADE E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PARA INSTALAÇÃO DO POSTO DE ATENDIMENTO OBJETO DA PRETENSÃO.

2 RECURSO Nº 100020020374
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VITÓRIA
RECTE MARGARETH MARIA VALADARES CAMPOS
RECDO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATOR SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA
JULGADO EM 31/08/2009 E LIDO EM 21/09/2009
RECURSO AO CONSELHO DA MAGISTRATURA - FUNÇÃO GRATIFICADA - CHEFE DE SECRETARIA - INDICAÇÃO - REQUISITO: DIPLOMA DE BACHAREL EM DIREITO - NÃO DEMONSTRAÇÃO - INDICAÇÃO INDEFERIDA.
A COMPROVAÇÃO DA GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA A INVESTIDURA NA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CHEFE DE SECRETARIA NÃO É REQUISITO ALEATÓRIO EXIGIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MAS DECORRE DE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL, DISPENSADO APENAS PARA AS COMARCAS SEM SERVIDOR COM TAL QUALIFICAÇÃO, CONSOANTE ARTIGO 2º, § 3º, DA LEI Nº 7.971/05, ALTERADO PELA LEI Nº 8.976/2008.
CONCLUSÃO: ACORDA O EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, À UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.

3 RECURSO Nº 100090003169
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
RECTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) CEZAR PONTES CLARK
RELATOR ARNALDO SANTOS SOUZA
JULGADO EM 24/08/2009 E LIDO EM 21/09/2009
EMENTA: CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA. RECURSO. PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DO VALOR DO PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. INEXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL. OCORRÊNCIA DE COISA JULGADA. RECURSO DESPROVIDO.
1. A INSATISFAÇÃO SOBRE A APLICABILIDADE DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA E PERCENTUAIS DE JUROS MORATÓRIOS NÃO REPRESENTA MERO ERRO MATERIAL DE CÁLCULO, SENDO IMPROCEDENTE A AFIRMAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO OU COISA JULGADA;
2. NÃO HÁ COMO SUSTENTAR A ALEGAÇÃO DE QUE A SENTENÇA NÃO TERIA SE MANIFESTADO SOBRE OS JUROS MORATÓRIOS E A CORREÇÃO MONETÁRIA, POIS TAIS INDEXADORES FORAM ABRANGIDOS PELO CÁLCULO DO PRECATÓRIO APRESENTADO PELO PERITO, CUJO VALOR FOI CONSENTIDO PELAS PARTES E HOMOLOGADO PELO REFERIDO DECISÓRIO. ALÉM DISSO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM ERRO MATERIAL, UMA VEZ QUE O RECORRENTE NÃO SE INSURGE CONTRA MERA INEXATIDÃO DE GRAFIA OU DE CÁLCULO MAS SIM CONTRA OS CRITÉRIOS DE CÁLCULOS, ESPECIFICAMENTE EM RELAÇÃO AOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA E PERCENTUAIS DE JUROS MORATÓRIOS UTILIZADOS;
3. A PARTE DEVERIA TER IMPUGNADO NO MOMENTO OPORTUNO OS INDEXADORES UTILIZADOS, SOB PENA DE PRECLUSÃO. PORTANTO, NÃO MERECE PROSPERAR O PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DO VALOR DO PRECATÓRIO, UMA VEZ QUE OS CÁLCULOS APRESENTADOS PELO PERITO FORAM HOMOLOGADOS POR SENTENÇA E ENCONTRAM-SE DEVIDAMENTE RESGUARDADOS PELA COISA JULGADA;
4. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA.

CONCLUSÃO: ACORDA O EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, À UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

4 RECURSO Nº 100090009265
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
RECTE CILDA NEVES MACHADO SANTOS
RELATOR ARNALDO SANTOS SOUZA
JULGADO EM 31/08/2009 E LIDO EM 21/09/2009
EMENTA: CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA. RECURSO ADMINISTRATIVO. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE. EQUÍVOCO EXCLUSIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. BOA-FÉ DO SERVIDOR. VERBA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. A DIRETORIA JUDICIÁRIA ADMINISTRATIVA CERTIFICA QUE HOUVE EQUÍVOCO POR PARTE DA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ALÉM DISSO, A CORREÇÃO FOI REALIZADA SEM QUE HOUVESSE A DEMONSTRAÇÃO DA MÁ-FÉ DA RECORRENTE E SEM CONSIDERAR QUE OS VALORES PAGOS POSSUEM NATUREZA DE VERBAS ALIMENTARES;
2. É INDEVIDA A RESTITUIÇÃO DE VALORES QUE POSSUEM NATUREZA DE VERBAS ALIMENTARES PAGOS INDEVIDAMENTE POR EQUÍVOCO EXCLUSIVO DA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUANDO SÃO RECEBIDOS DE BOA-FÉ E JÁ ENCONTRAM-SE INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR;
3. RECURSO PROVIDO, PARA DETERMINAR A IMEDIATA INTERRUPÇÃO DA RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS, BEM COMO A DEVOLUÇÃO DA QUANTIA EVENTUALMENTE JÁ RESTITUÍDA.
CONCLUSÃO: ACORDA O EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, À UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.

5 RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 100090015361
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
RECTE DIONE SCHAIDER PIMENTEL ARRUDA
ADVOGADO(A) MARCO ANTONIO GAMA BARRETO
ADVOGADO(A) RICARDO CAMPOS
ADVOGADO(A) SERGIO CUPERTINO DE CASTRO
ADVOGADO(A) TAREK MOYSES MOUSSALLEM
RECDO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATOR ARNALDO SANTOS SOUZA
JULGADO EM 31/08/2009 E LIDO EM 21/09/2009
EMENTA: CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. FASE DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DA COMISSÃO PROCESSANTE. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. PREVISÃO LEGAL. NÃO INCIDÊNCIA DA LEI N.º 9.784/99. EFEITO SUSPENSIVO INDEFERIDO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO REFORMADA.
1. O TÍTULO 'X' DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 46/94 TRATA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 247 E SEGUINTES). DE ACORDO COM TAL NORMA, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO AS IRREGULARIDADES NO SERVIÇO PÚBLICO DEVERÃO SER APURADAS POR SINDICÂNCIA OU MEDIANTE A INSTAURAÇÃO, PELO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA, DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD), SENDO ASSEGURADA A AMPLA DEFESA AO SERVIDOR. NA FASE DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, A COMISSÃO PROCESSANTE PROCEDERÁ A COLHEITA DE PROVA, INCLUINDO DEPOIMENTOS, ACAREAÇÕES, INVESTIGAÇÕES E DILIGÊNCIAS CABÍVEIS. EM SEGUIDA, OCORRE A ELABORAÇÃO DA "PEÇA DE INSTRUÇÃO" E O SERVIDOR PROCESSADO PODERÁ APRESENTAR DEFESA ESCRITA. EM REMATE, A COMISSÃO PROCESSANTE ELABORARÁ O RELATÓRIO CONCLUSIVO, QUE SERÁ SUBMETIDO AO CORREGEDOR. POR FIM, NA FASE DO JULGAMENTO, CABERÁ RECURSO ADMINISTRATIVO AO EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA CONTRA A DECISÃO DO CORREGEDOR QUE APLICAR PENALIDADE AO SERVIDOR, TUDO EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, BEM COMO COM O ART. 57, I, 'B', DO RITJES;
2. A LC N.º 46/94 ESTABELECE, BASICAMENTE, DUAS FASES PARA O PAD (INQUÉRITO ADMINISTRATIVO E JULGAMENTO), SEM PREVER HIPÓTESE ESPECÍFICA DE CABIMENTO DE RECURSO CONTRA DECISÕES PROFERIDAS NO DECORRER DA PRIMEIRA. POR OUTRO LADO, A MESMA LEI TAMBÉM ASSEGURA O DIREITO AO SERVIDOR PÚBLICO DE REQUERER, REPRESENTAR, PEDIR RECONSIDERAÇÃO E RECORRER AOS PODERES PÚBLICOS (TÍTULO IV, CAPÍTULO VI, ART. 149, CAPUT - DO DIREITO DE PETIÇÃO), CABENDO RECURSO CONTRA A DECISÃO QUE INDEFERIR O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (ART. 152, I E PARÁGRAFO ÚNICO);
3. NO CASO, DEVE PREVALECER A APLICAÇÃO SISTEMÁTICA DA LC N.º 46/94, PERMITINDO O EMPREGO DA VIA IMPUGNATIVA PREVISTA NO ARTIGO 149, CAPUT, COMBINADO COM O ARTIGO 152, I E PARÁGRAFO ÚNICO, NO RITO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES (ARTS. 247 E SEGUINTES), EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO;
4. O PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE RECURSAL É PECULIAR AOS FEITOS JUDICIAIS, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM SUA APLICAÇÃO AOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA. ADEMAIS, APESAR DA FASE DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO NÃO POSSUIR CUNHO DECISÓRIO, O ATO JUDICIAL PROFERIDO PELA COMISSÃO PROCESSANTE QUE INDEFERE PEDIDO DE PERÍCIA TÉCNICA SE CARACTERIZA, ANALOGICAMENTE, COMO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (ART. 162, § 2º, DO CPC), CAPAZ DE CAUSAR ALGUM GRAVAME À PARTE INTERESSADA, RAZÃO PELA QUAL É PERMITIDA A INTERPOSIÇÃO RECURSAL;
5. INADMITIR A VIA IMPUGNATIVA RECURSAL, INOBSERVANDO O RITO DO PAD EXPRESSAMENTE ESTABELECIDO PELA LC N.º 46/94, É QUE COMPROMETERIA OS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA LEGALIDADE (NORTEADOR DE TODA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ART. 37, CAPUT, DA CF). NÃO SE PODE EXIGIR OUTRA CONDUTA DESTE ÓRGÃO COLEGIADO, SENÃO A PLENA OBSERVÂNCIA DOS PRECEITOS LEGAIS, NO SENTIDO DE QUE SEJA ADMITIDO O RECURSO OUTRORA INTERPOSTO;
6. CABE RECURSO ADMINISTRATIVO PARA O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA CONTRA AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PROFERIDAS PELA COMISSÃO PROCESSANTE QUE, ESPECIFICAMENTE, INDEFEREM PEDIDO DE PERÍCIA TÉCNICA EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELO PRÓPRIO CORREGEDOR, POR INCIDÊNCIA DO ART. 149, CAPUT, C/C ART. 152, I E PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DA LC N.º 46/94;
7. NÃO HÁ QUE SE FALAR EM APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL N.º 9.784/99 AO PRESENTE CASO, A QUAL REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, TENDO EM VISTA HAVER NORMA ESTADUAL ESPECÍFICA REGULANDO A MATÉRIA;
8. PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO INDEFERIDO, EM VISTA DA PRÓPRIA SISTEMÁTICA PROCESSUAL ATRIBUÍDA AO RECURSO OUTRORA INTERPOSTO, QUE SUBMETERÁ A QUESTÃO SOBRE O PEDIDO DE PERÍCIA TÉCNICA PARA SER APRECIADA EM DECISÃO CAPAZ DE INFLUENCIAR (OU NÃO) O JULGAMENTO DO PAD EM APREÇO, EM TOTAL OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO;
9. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO REFORMADA APENAS PARA DETERMINAR QUE O RECURSO OUTRORA INTERPOSTO SEJA CONHECIDO E SEU MÉRITO APRECIADO PELO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA.
CONCLUSÃO: ACORDA O EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, À UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO.

6 RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 100090015387
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
RECTE LARISSA SCHAIDER PIMENTEL CORTES
ADVOGADO(A) MARCO ANTONIO G. BARRETO
ADVOGADO(A) RICARDO ALVARES DA SILVA CAMPOS
ADVOGADO(A) SERGIO CUPERTINO DE CASTRO
ADVOGADO(A) TAREK MOYSES MOUSSALLEM
RECDO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATOR ARNALDO SANTOS SOUZA
JULGADO EM 31/08/2009 E LIDO EM 21/09/2009
EMENTA: CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. FASE DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DA COMISSÃO PROCESSANTE. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. PREVISÃO LEGAL. NÃO INCIDÊNCIA DA LEI N.º 9.784/99. EFEITO SUSPENSIVO INDEFERIDO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO REFORMADA.
1. O TÍTULO 'X' DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 46/94 TRATA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 247 E SEGUINTES). DE ACORDO COM TAL NORMA, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO AS IRREGULARIDADES NO SERVIÇO PÚBLICO DEVERÃO SER APURADAS POR SINDICÂNCIA OU MEDIANTE A INSTAURAÇÃO, PELO CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA, DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD), SENDO ASSEGURADA A

AMPLA DEFESA AO SERVIDOR. NA FASE DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, A COMISSÃO PROCESSANTE PROCEDERÁ A COLHEITA DE PROVA, INCLUINDO DEPOIMENTOS, ACAREAÇÕES, INVESTIGAÇÕES E DILIGÊNCIAS CABÍVEIS. EM SEGUIDA, OCORRE A ELABORAÇÃO DA "PEÇA DE INSTRUÇÃO" E O SERVIDOR PROCESSADO PODERÁ APRESENTAR DEFESA ESCRITA. EM REMATE, A COMISSÃO PROCESSANTE ELABORARÁ O RELATÓRIO CONCLUSIVO, QUE SERÁ SUBMETIDO AO CORREGEDOR. POR FIM, NA FASE DO JULGAMENTO, CABERÁ RECURSO ADMINISTRATIVO AO EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA CONTRA A DECISÃO DO CORREGEDOR QUE APLICAR PENALIDADE AO SERVIDOR, TUDO EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, BEM COMO COM O ART. 57, I, 'B', DO RITJES;
2. A LC N.º 46/94 ESTABELECE, BASICAMENTE, DUAS FASES PARA O PAD (INQUÉRITO ADMINISTRATIVO E JULGAMENTO), SEM PREVER HIPÓTESE ESPECÍFICA DE CABIMENTO DE RECURSO CONTRA DECISÕES PROFERIDAS NO DECORRER DA PRIMEIRA. POR OUTRO LADO, A MESMA LEI TAMBÉM ASSEGURA O DIREITO AO SERVIDOR PÚBLICO DE REQUERER, REPRESENTAR, PEDIR RECONSIDERAÇÃO E RECORRER AOS PODERES PÚBLICOS (TÍTULO IV, CAPÍTULO VI, ART. 149, CAPUT - DO DIREITO DE PETIÇÃO), CABENDO RECURSO CONTRA A DECISÃO QUE INDEFERIR O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (ART. 152, I E PARÁGRAFO ÚNICO);
3. NO CASO, DEVE PREVALECER A APLICAÇÃO SISTEMÁTICA DA LC N.º 46/94, PERMITINDO O EMPREGO DA VIA IMPUGNATIVA PREVISTA NO ARTIGO 149, CAPUT, COMBINADO COM O ARTIGO 152, I E PARÁGRAFO ÚNICO, NO RITO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES (ARTS. 247 E SEGUINTES), EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO;
4. O PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE RECURSAL É PECULIAR AOS FEITOS JUDICIAIS, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM SUA APLICAÇÃO AOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA. ADEMAIS, APESAR DA FASE DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO NÃO POSSUIR CUNHO DECISÓRIO, O ATO JUDICIAL PROFERIDO PELA COMISSÃO PROCESSANTE QUE INDEFERE PEDIDO DE PERÍCIA TÉCNICA SE CARACTERIZA, ANALOGICAMENTE, COMO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (ART. 162, § 2º, DO CPC), CAPAZ DE CAUSAR ALGUM GRAVAME À PARTE INTERESSADA, RAZÃO PELA QUAL É PERMITIDA A INTERPOSIÇÃO RECURSAL;
5. INADMITIR A IMPUGNATIVA RECURSAL, INOBSERVANDO O RITO DO PAD EXPRESSAMENTE ESTABELECIDO PELA LC N.º 46/94, É QUE COMPROMETERIA OS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA LEGALIDADE (NORTEADOR DE TODA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ART. 37, CAPUT, DA CF). NÃO SE PODE EXIGIR OUTRA CONDUTA DESTE ÓRGÃO COLEGIADO, SENÃO A PLENA OBSERVÂNCIA DOS PRECEITOS LEGAIS, NO SENTIDO DE QUE SEJA ADMITIDO O RECURSO OUTRORA INTERPOSTO;
6. CABE RECURSO ADMINISTRATIVO PARA O CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA CONTRA AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PROFERIDAS PELA COMISSÃO PROCESSANTE QUE INDEFEREM PEDIDO DE PERÍCIA TÉCNICA EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELO PRÓPRIO CORREGEDOR, POR INCIDÊNCIA DO ART. 149, CAPUT, C/C ART. 152, I E PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DA LC N.º 46/94;
7. NÃO HÁ QUE SE FALAR EM APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL N.º 9.784/99 AO PRESENTE CASO, A QUAL REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, TENDO EM VISTA HAVER NORMA ESTADUAL ESPECÍFICA REGULANDO A MATÉRIA;
8. PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO INDEFERIDO, EM VISTA DA PRÓPRIA SISTEMÁTICA PROCESSUAL ATRIBUÍDA AO RECURSO OUTRORA INTERPOSTO, POR MEIO DO QUAL A VIABILIDADE DO PEDIDO DE PERÍCIA TÉCNICA SERÁ APRECIADA, CUJA DECISÃO PODERÁ INFLUENCIAR NO JULGAMENTO DO PAD EM APREÇO, EM TOTAL OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO;
9. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO REFORMADA APENAS PARA DETERMINAR QUE O RECURSO OUTRORA INTERPOSTO SEJA CONHECIDO E SEU MÉRITO APRECIADO PELO CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA.

CONCLUSÃO: ACORDA O EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, À UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.

7 RECURSO Nº 100090024090
COMARCA DE ITARANA
RECTE ALEXANDRE MAGNO ARRIVABENE
ADVOGADO(A) LUIS CLAUDIO DIAS DA SILVA
ADVOGADO(A) MONICA PERIN ROCHA E MOURA
ADVOGADO(A) SIMONE PAGOTTO RIGO
RECDO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATOR SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA
JULGADO EM 31/08/2009 E LIDO EM 21/09/2009
RECURSO AO CONSELHO DA MAGISTRATURA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - INDEFERIMENTO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS - INTEMPESTIVIDADE ACOLHIDA.
O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO CONTRA A DECISÃO PROFERIDA NA SEARA ADMINISTRATIVA É DE 30 (TRINTA) DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 154, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 46/94.
RECURSO NÃO CONHECIDO.
CONCLUSÃO: ACORDA O EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, À UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

8 RECURSO Nº 100090026194
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VIANA
RECTE ANA ALICE CUNHA LIMA DO NASCIMENTO
ADVOGADO(A) LUIS CLAUDIO DIAS DA SILVA
ADVOGADO(A) MONICA PERIN ROCHA E MOURA
ADVOGADO(A) SIMONE PAGOTTO RIGO
RECDO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATOR SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA
JULGADO EM 31/08/2009 E LIDO EM 21/09/2009
RECURSO PARA O CONSELHO DA MAGISTRATURA - DESCONTOS NOS VENCIMENTOS DE SERVIDOR - LICENÇA MÉDICA SEM AUTORIZAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO (IPAJM) - NECESSIDADE - RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
É DIREITO DO SERVIDOR PÚBLICO SE AUSENTAR DO POSTO DE TRABALHO PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE, SEM PREJUÍZO DE SUA REMUNERAÇÃO, DESDE QUE APRESENTE LICENÇA MÉDICA NÃO SUPERIOR AO PERÍODO DE 15 (QUINZE) DIAS, ININTERRUPTOS OU NÃO, JUNTO AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS.
SENDO O PERÍODO DE AFASTAMENTO SUPERIOR A 15 (QUINZE) DIAS, A AUTORIZAÇÃO PARA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO SOMENTE PODE SER CONCEDIDA PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO (IPAJM), NOS TERMOS DO ARTIGO 4º, DO DECRETO Nº 1829-R.
NESSE SENTIDO, NÃO É A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA QUE DEVE ENCAMPAR A LICENÇA MÉDICA CONCEDIDA POR PERÍODO SUPERIOR A 15 (QUINZE) DIAS, MAS O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO (IPAJM), AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA RESPONSÁVEL PELA CONCESSÃO OU NÃO DE AFASTAMENTO BASEADO NA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO.
NO PRESENTE CASO, A DEMORA DO COMPARECIMENTO DA RECORRENTE À PERÍCIA MÉDICA OFICIAL, LEVOU O IPAJM A NEGAR O SEU PEDIDO DE AFASTAMENTO, FUNDAMENTANDO A DECISÃO NOS TERMOS DO ITEM 6.3.1.3 DO MANUAL DE PERÍCIA MÉDICA, QUAL SEJA, EM HIPÓTESE ALGUMA SERÁ CONCEDIDA LICENÇA RETROATIVA.
RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, MANTENDO EM SUA TOTALIDADE A DECISÃO PROFERIDA PELO EMINENTE DESEMBARGADOR CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA QUE DESCONTOU SEUS VENCIMENTOS, MAS ASSEGUROU À SUA BOA-FÉ E MANTEVE INCÓLUME O HISTÓRICO FUNCIONAL DA SERVIDORA.
CONCLUSÃO: ACORDA O EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, À UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

9 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECURSO Nº 100080037151
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VITÓRIA
EMGTE HENRIQUE OSWALDO COSTA
RELATOR SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA
JULGADO EM 31/08/2009 E LIDO EM 21/09/2009
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE A ACÓRDÃO EM PROCESSO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA - OMISSÃO E CONTRADIÇÃO: INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA: IMPOSSIBILIDADE PELA VIA RECURSAL. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
NÃO ASSISTE RAZÃO AO ORA EMBARGANTE, HAJA VISTO QUE NÃO HÁ QUALQUER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, AMBIGUIDADE OU OBSCURIDADE A SER SANADA, TENDO EM VISTA QUE O REFERIDO ARESTO É FRUTO DA MELHOR APRECIAÇÃO DOS ELEMENTOS TRAZIDOS PARA OS AUTOS E DELINEOU TODA A QUESTÃO POSTA EM EXAME.
OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SE PRESTAM AO EXAME DE CONSIDERAÇÕES DIVORCIADAS DAS EXPRESSAS HIPÓTESES LEGAIS QUE O INFORMAM. SOMENTE DIANTE DE CIRCUNSTÂNCIAS EXCEPCIONAIS OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS SERVEM PARA ASSOALHAR EFEITOS MODIFICATIVOS. EM CONTRÁRIO PENSAR, SERIA ABDICAR-SE DA VIA RECURSAL ADEQUADA PARA MODIFICAR O RESULTADO DO JULGADO.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
CONCLUSÃO: ACORDA O EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, À UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

VITÓRIA, 22/09/2009

GLÁUCIA STABAUER RIBEIRO PIMENTEL
SECRETÁRIA DE CÂMARA

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

CONCLUSÃO DE PARA EFEITO DE RECURSO OU TRÂNSITO EM JULGADO

1- Habeas Corpus Nº 100090011568
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
PACTE LAERTI SCHERRER SILVA
Advogado(a) WOLNEY CARVALHO MACHADO
A COATORA JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMILIA DA SERRA
RELATOR DES. CARLOS SIMÕES FONSECA
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

A C Ó R D Ã O

EMENTA: HABEAS CORPUS - PRISÃO CIVIL - ALIMENTOS - VIA INADEQUADA - CONSONÂNCIA COM ENUNCIADO DO STJ - ORDEM NEGADA.
1- Decretada a prisão do devedor de pensão alimentícia que se encontra em atraso sem justificativa, descabe, pela via estreita do habeas corpus, examinar aspectos probatórios da questão, como a falta de condições financeiras. Precedentes do Colendo STJ.
2- Não tendo o paciente demonstrado cabalmente o adimplemento das três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se venceram no curso do processo, é autorizada a prisão civil, conforme entendimento pacífico do Colendo STJ.
3- Ordem negada.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus** em que é paciente **LAERTI SCHERER SILVA** e autoridade coatora **o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família da Serra .**
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, denegar a ordem.

2- Mandado de Segurança Nº 100080014671
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
REQTE BRUNO PEREIRA PORTUGAL
Advogado(a) FELIPE PACIFICO DE O. MARTINS
A. COATORA JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIP
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO JUDICIAL. TERATOLOGIA INEXISTENTE. SEGURANÇA DENEGADA.
1. "O terceiro interessado tem legitimidade para impetrar mandado de segurança contra ato judicial. Porém, o uso do writ, em tais casos, admitido excepcionalmente pela jurisprudência, pressupõe que o ato se revista de características teratológicas, sendo, pois, manifestamente ilegal, e, ainda, possa acarretar danos graves e irreparáveis ou de difícil ou improvável reparação, circunstâncias a que não se ajusta a hipótese dos autos."(EDcl no RMS 18.384/RJ, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09.08.2007, DJ 17.09.2007 p. 244)
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, denegar a segurança.

3- Conflito de Competência Nº 100090013457
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
SUCTE JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CIVEL DE VITORIA
SUCDO JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CIVEL DE VITORIA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. NORMA DE DIREITO MATERIAL. CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO RETROATIVA. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA FIXADA NO JUÍZO COMUM.
1. Se a demanda buscasse uma pretensão ordinária, pleiteando apenas, a aplicação de normas processuais do diploma consumerista, de aplicação imediata, seria forçoso o reconhecimento da competência da Vara Especializada.
2. Se a demanda diz respeito, todavia, a aplicação de normas de direito material previstas no Código de Defesa do Consumidor em relação jurídica firmada anteriormente à vigência daquele diploma, afasta-se a competência da Vara Especializada diante do princípio da irretroatividade das leis.
3. Declarada a competência do juízo suscitado.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, declarar a competência do juízo suscitado, qual seja, o Juiz de Direito da 4ª Vara Cível de Vitória.

4- Conflito de Competência Nº 100090019900
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
SUCTE JUIZ DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR DE VITORIA
SUCDO JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DA SERRA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL E JUSTIÇA COMUM. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ATO ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.
1. Compete à Justiça Comum a apreciação das ações de improbidade intentadas em desfavor de militares em que não se discute a validade ou consequência de atos disciplinares aplicados ao servidor.
2. "(...) a nova jurisdição civil da Justiça Militar Estadual abrange, tão-somente, as ações judiciais propostas contra atos disciplinares militares, vale dizer, ações

propostas para examinar a validade de determinado ato disciplinar ou as consequências desses atos. (...)". (CC 100682/MG, Relator Min. Castro Meira. Data de julgamento 10/06/09).
3. Declarada a competência da Vara da Fazenda Pública Estadual da Serra.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, declarar a competência do juízo suscitado, qual seja a Vara da Fazenda Pública Estadual da Serra para o processamento do feito.

5- Agravo de Instrumento Nº 4099000137
ANCHIETA - CARTÓRIO 2º OFÍCIO
AGVTE EURICO CARLOS ALPOIM DOS SANTOS
Advogado(a) DALVA MARIA DE ANDRADE
AGVDO METLIFE BRASIL METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVA
Advogado(a) ALBERTO EUSTAQUIO PINTO SOARES
Advogado(a) ANDRÉ SILVA ARAUJO
Advogado(a) BRUNO AMARANTES SILVA COUTO
Advogado(a) EULER DE MOURA SOARES FILHO
Advogado(a) FREDERICO JOSE LOBATO PIRES
Advogado(a) RAFAEL ALVES ROSELLI
Advogado(a) RITA ALCYONE SOARES NAVARRO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. SIMPLES AFIRMAÇÃO. DEFERIMENTO. RECURSO PROVIDO.
1. A concessão do benefício da assistência judiciária gratuita depende, apenas, da afirmação de que a parte requerente não pode arcar com as despesas do processo sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Inteligência do art. 4º, caput, da Lei nº 1.060/50. Precedentes do STJ.
2. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

6- Agravo de Instrumento Nº 6099000033
ARACRUZ - 2ª VARA CÍVEL
AGVTE NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA
Advogado(a) ADRIANA DÁVILA OLIVEIRA
Advogado(a) AMICAR BASTOS FALCAO
Advogado(a) BRUNA BEZERRA CAVALCANTI FERNANDES
Advogado(a) CARLOS FERNANDO CORREIA DE CASTRO
Advogado(a) FLAVIA NUNES ALVES
Advogado(a) LAURA LICIA DE MENDOCA VICENTE
Advogado(a) PATRICIA PERTEL BROMONSCHENKEL
Advogado(a) ROSANA JARDIM RIELLA PEDRAO
Advogado(a) SANDRO RONALDO RIZZATO
Advogado(a) TIAGO CARNEIRO LIMA
AGVDO SEVENCAR LOCADORA DE AUTOMOVEIS LTDA
Advogado(a) GUTTIERES MEDEIROS REGO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 07/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO. RECURSO DESPROVIDO.
1.A cláusula que estipula a eleição de foro, até mesmo em contratos de adesão, é válida, desde que verificada a ausência de hipossuficiência de uma das partes e a não inviabilização do acesso ao Poder Judiciário.
2.O STJ reconhece a aplicação do CDC a pessoa jurídica, desde que seja reconhecida sua vulnerabilidade na relação contratual.
3.Recurso desprovido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

7- Agravo de Instrumento Nº 6099000520
ARACRUZ - 2ª VARA CÍVEL
AGVTE JEFFERSON ALVES DE LIMA
Advogado(a) HENDERSON LIMA DIAS
AGVDO ARACRUZ CELULOSE S/A
Advogado(a) ARLEI JOSÉ VESCOVI PIONA
Advogado(a) BRUNO RAPHAEL DUQUE MOTA
Advogado(a) BRUNO RIBEIRO DE CARVALHO
Advogado(a) CATIA SOUZA MACHADO
Advogado(a) CLAUDIA BARBOSA DE OLIVEIRA MELLO
Advogado(a) EDMILSON CAVALHERI NUNES
Advogado(a) FABIO ALVES FERNANDES DE OLIVEIRA
Advogado(a) LUDMYLLA DOS SANTOS FARINA
Advogado(a) MÁRCIA MOURA SALUME
Advogado(a) MARIA CAROLINE BORTOLOTTI MARINHO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONTESTAÇÃO INTEMPESTIVA. JUNTADA. INDEFERIMENTO. INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DO SISTEMA ELETRÔNICO. CUNHO MERAMENTE INFORMATIVO. RECURSO DESPROVIDO.
1. As informações prestadas pelo sistema de informática não detém cunho oficial e, dessa forma, não podem servir de escusa à preclusão atestada nos autos.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

8- Agravo de Instrumento Nº 7079000100
BAIXO GUANDU - 1ª VARA
AGVTE MARIVALDA DIETRICH BOASQUIVES
Advogado(a) ALFREDO DA LUZ JUNIOR
Advogado(a) MARCIO ANTONIO RIBEIRO SOARES
AGVDO ELENICE SANTOS BATISTA NOGUEIRA
Advogado(a) ANNE GISELLE MARQUES
AGVDO CELSO SABINO NOGUEIRA
Advogado(a) ANNE GISELLE MARQUES
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. PLANO DE SAÚDE. AUSÊNCIA. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. PERICULUM IN MORA. RECURSO DESPROVIDO.
1.A ausência de comprovação da verossimilhança das alegações e de que o indeferimento da liminar poderá acarretar qualquer perigo de dano irreversível, acarreta o indeferimento da antecipação dos efeitos da tutela pleiteada.
2.Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

9- Agravo de Instrumento Nº 10089000060
BOM JESUS DO NORTE - CARTÓRIO 2º OFÍCIO
AGVTE FERNANDO CARVALHO DE OLIVEIRA
Advogado(a) AMULIO FINAMORE FILHO
Advogado(a) ANTONIO CARLOS PIMENTEL MELLO

Advogado(a) FRANCISCO JOSE BOTURAO FERREIRA
AGVDO MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - INDISPONIBILIDADE DOS BENS DO AGRAVANTE - PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS PARA DEFERIMENTO DA MEDIDA ACAUTELATÓRIA - DECRETAÇÃO ANTERIOR À DEFESA PRÉVIA OU CITAÇÃO - POSSIBILIDADE - LIMINAR DE NATUREZA CAUTELAR - INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - NATUREZA INQUISITIVA - BLOQUEIO DOS VENCIMENTOS - FERIMENTO A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1 - No que pertine a decretação de indisponibilidade dos bens, verifica-se que agiu bem o ilustre magistrado *a quo* ao determinar a sua indisponibilidade.

2 - Isso porque, em sua decisão, o MM. Juiz fundamentou devidamente as razões que o levaram a determinar a indisponibilidade dos bens do agravante, citando, inclusive, os elementos de prova que o levaram à conclusão adotada.

3 - Não há empecilho para que a indisponibilidade de bens seja decretada anteriormente à defesa prévia ou citação do recorrente. Isso porque, trata-se de medida de natureza cautelar, que pode ser decretada tanto em ação tipicamente assecuratória (Procedimentos Cautelares), quanto no bojo das Ações Principais, consoante permissivo do § 7º do artigo 273 do Código de Processo Civil brasileiro.

4 - Quanto à ausência do Inquérito Civil, é predominante o entendimento de que eventuais irregularidades na condução do Inquérito Civil efetivado não são capazes de impedir o ajuizamento da Ação Civil, bem como não inviabilizam a decretação da medida cautelar por parte do magistrado de piso, sobretudo porque o Inquérito se traduz em peça meramente informativa e a Ação Civil de Improbidade Administrativa instaurada não pode ser por ela contaminada.

5 - No que pertine ao bloqueio de 30% (trinta por cento) dos vencimentos do recorrente, verifica-se que tal medida fere princípios importantes insculpidos na Carta Magna, tais como: *a presunção de inocência* (artigo 5º, inciso LVII da CRFB), *o devido processo legal* (inciso LIV) e *a dignidade da pessoa humana* (artigo 1º, inciso III da CRFB).

6 - A apreensão de parte dos vencimentos do recorrente, no caso vertente, não possui a mesma natureza cautelar da indisponibilidade de seus bens.

7 - Ademais, a remuneração dos agentes públicos é verba que possui natureza alimentar, cuja supressão (por menor que seja) compromete a sua subsistência e de sua família, daí porque tais verbas recebem do ordenamento jurídico um tratamento diferenciado.

8 - Recurso conhecido e parcialmente provido, tão-somente para suspender o bloqueio de 30% (trinta por cento) dos subsídios do recorrente, devendo ser restituídas as quantias eventualmente descontadas.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do e. relator.

10- Agravo de Instrumento Nº 11089001348
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - VARA FAZENDA MUN REG PUB
AGVTE MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Advogado(a) ALEXANDRE RABELLO DE FREITAS
Advogado(a) CARLOS SAPAVINI
Advogado(a) CLEMILDO CORREA
Advogado(a) CRISTIANO TESSINARI MODESTO
Advogado(a) CRISTINA DE OLIVEIRA COUZI
Advogado(a) EDSON DA SILVA JANOARIO
Advogado(a) JOSIANE H. RODRIGUES RAMOS
Advogado(a) KARLA DENISE HORA FIORIO CARLETTE
Advogado(a) LUIZ CARLOS ZANON DA SILVA JUNIOR
Advogado(a) MARCELO TAMARA ALVES
Advogado(a) MARCO AURELIO COELHO
Advogado(a) MARJORY ULTRAMAR GONÇALVES FEIERTAG
Advogado(a) PATRIK ABOUMRAD LARANJA
Advogado(a) RENATO FERRARE RAMOS
Advogado(a) RICARDO CLAUDINO PESSANHA
Advogado(a) ROBERTA LESSA ROSSI FRIÇO
Advogado(a) ROGERIO PEIXOTO FERREIRA
Advogado(a) THIAGO VALBAO POLETI
Advogado(a) UBALDO MOREIRA MACHADO
Advogado(a) VAGNER ANTONIO DE SOUZA
Advogado(a) VINICIUS DE OLIVEIRA E FERNANDES
Advogado(a) VIVIANE LUSTOSA MIRANDA
AGVDO MARCELLE DA SILVA BRAVIM MASSENA
Advogado(a) CLARISSA SANDRINI MANSUR
Advogado(a) HIGNER MANSUR
Advogado(a) LOURENÇO STANZANI
Advogado(a) LUCIANA VALVERDE MORETE
Advogado(a) RICARDO DA SILVA MALINI
Advogado(a) WAGNER BAPTISTA RUBIM
AGVDO CAROLINA DUTRA DEGLI ESPOSTI
Advogado(a) CLARISSA SANDRINI MANSUR
Advogado(a) HIGNER MANSUR
Advogado(a) LOURENÇO STANZANI
Advogado(a) LUCIANA VALVERDE MORETE
Advogado(a) RICARDO DA SILVA MALINI
Advogado(a) WAGNER BAPTISTA RUBIM
AGVDO ADRIANE DE ANDRADE LENGRUBER
Advogado(a) CLARISSA SANDRINI MANSUR
Advogado(a) HIGNER MANSUR
Advogado(a) LOURENÇO STANZANI
Advogado(a) LUCIANA VALVERDE MORETE
Advogado(a) RICARDO DA SILVA MALINI
Advogado(a) WAGNER BAPTISTA RUBIM
AGVDO PATRICIA FERREIRA MACHADO
Advogado(a) CLARISSA SANDRINI MANSUR
Advogado(a) HIGNER MANSUR
Advogado(a) LOURENÇO STANZANI
Advogado(a) LUCIANA VALVERDE MORETE
Advogado(a) RICARDO DA SILVA MALINI
Advogado(a) WAGNER BAPTISTA RUBIM
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PROCESSO CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATOS. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Tendo em vista a incerteza quanto a existência de cargos vagos, em razão do grau sumário e superficial de cognição recursal de uma tutela de urgência, as contratações temporárias devem ser mantidas, uma vez que não inadmissível a nomeação definitiva de um candidato quando não há cargo, criado por lei, a ser provido.
2. Entrementes, ante a reiterada contratação temporária e possível continuidade dessa prática durante o desenvolver do presente processo, os candidatos concursados adquirem preferência nessa contratação.
3. Recurso parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento parcial ao recurso.

11- Agravo de Instrumento Nº 11089002247
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - VARA FAZENDA MUN REG PUB
AGVTE CARLOS AUGUSTO SARDEMBERG
Advogado(a) ATILIO GIRO MEZADRE
Advogado(a) GUSTAVO CUNHA TAVARES
Advogado(a) HENRIQUE DA CUNHA TAVARES
Advogado(a) MARCELO PEPPE DINIZ
AGVDO MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Advogado(a) ADEMIR DO LIVRAMENTO THOMAZ
Advogado(a) CLEMILDO CORREA
Advogado(a) CRISTINA DE OLIVEIRA COUZI

Advogado(a) EDSON DA SILVA JANOARIO
Advogado(a) GILCEIA MARTINS MARCELINO LACERDA
Advogado(a) GUSTAVO PINTO HERKENHOFF
Advogado(a) LETICIA DE CRIGNIS ORNELLAS
Advogado(a) LUIZ CARLOS ZANON DA SILVA JUNIOR
Advogado(a) MARCO AURELIO COELHO
Advogado(a) MARTA SAVIATTO
Advogado(a) RENATO TOGNERE FERRON
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: agravo DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - IMPOSSIBILIDADE - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - OCORRÊNCIA - AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 - CONTAGEM DO PRAZO NA FORMA DA REDAÇÃO ORIGINAL DO ART. 174, § ÚNICO, I, DO CTN - AUSÊNCIA DE INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO - CITAÇÃO EFETIVADA APÓS DECURSO DO PRAZO QUINQUENAL - IRRETROATIVIDADE DA NOVA REDAÇÃO DO ART. 174, I, DO CTN - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1 - Ausente a demonstração do efetivo perigo de lesão grave ou de difícil reparação que pudesse advir da decisão agravada, com a continuidade do executivo fiscal, há que se indeferir pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal.

2 - Configura-se a prescrição como uma das modalidades de extinção do crédito tributário, consoante o disposto no art. 156, V, do CTN.

3 - A Lei Complementar nº 118/2005 (vigência em 09/06/2005) alterou o art. 174 do CTN, conferindo ao despacho ordenatório de citação o efeito interruptivo da prescrição

4 - *In casu*, a demanda executiva fiscal fora ajuizada em 19/04/2000 e o despacho ordenatório de citação exarado em 04/12/2000, ambos, portanto, anteriores à vigência da Lei Complementar nº 118/2005, aplicando-se, desta forma, a redação originária do art. 174, § único, I, do CTN.

5 - Ressoa inequívoca a ocorrência do fenômeno prescricional, eis que a citação do agravante efetivou-se em 24/10/2007, mais de cinco anos, portanto, contados da constituição definitiva do crédito tributário.

6 - Não há que se cogitar retroatividade da nova redação conferida pela Lei Complementar nº 118/2005 às demandas executivas ajuizadas antes de sua aludida vigência, eis que tal possibilidade só é conferida aos casos expressamente previstos no art. 106 do CTN.

7 - Recurso conhecido e provido.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do e. relator.

12- Agravo de Instrumento Nº 21089000091
GUARAPARI - 2ª VARA CÍVEL
AGVTE RUDSON BARRETO COSTA
Advogado(a) CARLOS EDUARDO AMARAL DE SOUZA
Advogado(a) CRISTINA CORDEIRO DOS SANTOS
Advogado(a) DIOGO PAIVA FARIA
Advogado(a) FLAVIO CHEIM JORGE
Advogado(a) MARCELO ABELHA RODRIGUES
AGVDO ZENAIDE PEDRO DE FARIA
Advogado(a) ORLANDO BERGAMINI
AGVDO VERA LUCIA DE PAULA FARIA
Advogado(a) ORLANDO BERGAMINI
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. RECURSO PROVIDO.
1. A execução dos honorários sucumbenciais somente é possível após o trânsito em julgado da sentença que os arbitrou.
2. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos,
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

13- Agravo de Instrumento Nº 22089000073
IBIRAÇU - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
AGVTE LUIZ ALBERTO SANTUZZI
Advogado(a) DANUBIO ROCHA DE OLIVEIRA
AGVDO CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado(a) ANTONIO CLAUDIO RIBEIRO GEGE
Advogado(a) CARLOS ALESSANDRO SANTOS SILVA
Advogado(a) EDUARDO GARCIA JUNIOR
Advogado(a) FERNANDA DIAS SAITER ARAUJO
Advogado(a) HELEUSA VASCONCELOS BRAGA SILVA
Advogado(a) LEANDRO NADER DE ARAUJO
Advogado(a) LIDIA MARIA SANTOS
Advogado(a) ROBERTA GORETTI GUARNIER
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. RELAÇÃO DE CONSUMO. COMPETÊNCIA. FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ. INEXISTÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.
1. É competente para dirimir as controvérsias fundadas em relação de consumo a comarca de domicílio do consumidor, notadamente para facilitar a defesa da parte hipossuficiente. Inteligência do art. 6º, VIII, c/c art. 101, I, do CDC.
2. Inexiste litigância de má fé quando a parte utiliza dos meios de defesa legalmente admitidos pelo ordenamento jurídico. Inteligência do art. 17, do CPC.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

14- Agravo de Instrumento Nº 24089007058
VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
AGVTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) MARIA DA PENHA BORGES
AGVDO ANTONIO MARQUES FILHO
Advogado(a) ELIEZER BORRET
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: EMENTA. PROCESSUAL. DECADÊNCIA. CONCURSO PÚBLICO. EXAME DE SAÚDE.
1.A decadência deve ser afastada nos casos em que a impetração tenha sido realizada no prazo de 120 dias contados da decisão que considerou inapto o candidato no exame de saúde.
2.Se os laudos juntados pelo candidato corroboram às conclusões do exame de saúde realizado no concurso público, resta afastada a verossimilhança da alegação a embasar a pretensão do candidato considerado inapto.
3. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar a preliminar arguida, para quanto ao mérito e por igual votação, dar provimento ao recurso.

15- Agravo de Instrumento Nº 24089011050
VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
AGVTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) EVELYN BRUN CONTE
AGVDO IDEOMAR ANTONIO LIMA
Advogado(a) KELLY CRISTINA BRUNO
Advogado(a) MARIA AMELIA BARBARA BASTOS
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: EMENTA. PROCESSUAL. CONCURSO PÚBLICO. EXAME FÍSICO. RECURSO PROVIDO.
1. A ausência de previsão legal pontual sobre as provas e testes a serem aplicados nunca causou empeço à realização de concursos para os mais diversos cargos e empregos públicos, a exemplo da Lei Orgânica da Magistratura – LOMAN.
2.A adoção de exame físico para o provimento de vagas de agente penitenciário é inquestionável devido à natureza do ofício.
3.Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

16- Agravo de Instrumento Nº 24089011605
VITÓRIA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
AGVTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) PEDRO SOBRINO PORTO VIRGOLINO
AGVDO ANDRE DA SILVA XAVIER
Advogado(a) PIRRO CAMPOS BRANDAO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
AGVDO HUDSON BARCELOS BRITO
Advogado(a) PIRRO CAMPOS BRANDAO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
AGVDO FABIANO VIOLA MAIO
Advogado(a) PIRRO CAMPOS BRANDAO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
AGVDO LUCIANO LIRIO GOMES
Advogado(a) PIRRO CAMPOS BRANDAO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
AGVDO SIDNEY MASSOLI TOLEDO
Advogado(a) PIRRO CAMPOS BRANDAO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 07/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. TESTE DE APTIDÃO FÍSICA. RESERVA DE VAGA. RECUSO PARCIALMENTE PROVIDO.
1.Insurgindo-se o candidato contra o conteúdo, correção ou gabarito de questão de concurso público, a legitimidade passiva para figurar em eventual demanda pertence à comissão contratada para a organização e realização do certame, a qual é responsável pela elaboração e correção das questões, bem como pelo julgamento dos recursos.
2.A reserva de vaga em concurso público deve ser limitada aos candidatos que estiverem classificados dentro do número de vagas oferecidas.
3.Recurso parcialmente provido.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento parcial ao recurso.

17- Agravo de Instrumento Nº 24089011977
VITÓRIA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
AGVTE CENTRO DE FORMAÇAO DE CONDUTORES DIREÇAO LTDA
Advogado(a) JOSE GERALDO NUNES FILHO
Advogado(a) LILIAN MAGESKI ALMEIDA
Advogado(a) MICHELE ITABAIANA DE CARVALHO PIRES
AGVDO DIRETOR GERAL DO DETRAN
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - REQUISITOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

1 - *In casu*, acolhendo as razões de decidir do ilustre Magistrado *a quo*, não se vislumbra a presença da relevância do pedido autoral a ensejar a medida liminar pretendida, razão pela qual entende-se como prudente manter incólume a r. decisão hostilizada.

2 - A concessão ou não de liminar antecipando os efeitos da tutela encontra-se no âmbito do livre convencimento e do prudente arbítrio do magistrado, desde que observadas as exigências constantes na legislação em vigor.

3 - Não cabe ao órgão *ad quem* interferir no entendimento adotado pelo magistrado de primeira instância, salvo em casos de manifesta ilegalidade, reconhecido abuso de poder ou evidente colisão com os respectivos elementos probatórios.

4 - No presente caso, não se observa a ocorrência de nenhuma das causas de intervenção deste Órgão julgador na decisão ora guerreada.

5 - Recurso conhecido, mas desprovido.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

18- Agravo de Instrumento Nº 24089014443
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
AGVTE PE PEDRO FELIX BASSINI
Advogado(a) BRUNO REIS FINAMORE SIMONI
Advogado(a) ERIKA CAVERSAN VASCONCELOS
Advogado(a) LUIZ FELIPE ZOUAIN FINAMORE SIMONI
Advogado(a) LUIZ JOSE FINAMORE SIMONI
Advogado(a) RODRIGO DA ROCHA SCARDUA
Advogado(a) THIAGO FONSECA V DE REZENDE
Advogado(a) WELLINGTON MARIN SANTOS
AGVDO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. MERA IRREGULARIDADE FORMAL. DECISÃO MONOCRÁTICA COM BASE NO ART. 557 DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO. PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ DA CDA. RECUSA DE BEM INDICADO À PENHORA. SUBSTITUIÇÃO. BLOQUEIO DE SALDO EM CONTA-CORRENTE. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
1. A impugnação à decisão monocrática sob o título "pedido de reconsideração" pode ser recebida como Agravo Interno, na forma do art. 557, §1º, do CPC, se a mesma preenche todos os requisitos de admissibilidade.
2. "A orientação da Primeira Seção desta Corte firmou-se no sentido de que, se a execução foi ajuizada apenas contra a pessoa jurídica, mas o nome do sócio consta da CDA, a ele incumbe o ônus da prova de que não ficou caracterizada nenhuma das circunstâncias previstas no art. 135 do CTN, ou seja, não houve a prática de atos 'com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos'. (...)". (REsp 1104900/ES, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/03/2009, DJe 01/04/2009).
3. É lícito ao exeqüente postular a efetivação da penhora sobre importância em dinheiro, sendo inclusive admissível a recusa à nomeação de bem de difícil ou duvidosa liquidação, para que esta recaia sobre dinheiro ou outros bens de melhor liquidez. Precedentes do STJ.
4. Admite-se a penhora de numerário em conta corrente, mormente se a parte não comprova a natureza alimentar da verba constrita.
5. Recurso desprovido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO,

QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

19- Agravo de Instrumento Nº 24099155483
VITÓRIA - 7ª VARA CÍVEL
AGVTE PORTO VICTORIA CORRETORA E ADM DE SEGUROS LTDA
Advogado(a) MARINA FARIA ALVES
AGVDO VIVO S/A
Advogado(a) GILBERTO DE AGUIAR CARVALHO
Advogado(a) RAPHAEL RIBEIRO SANCHES
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: agravo DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE EFEITO ATIVO - RELAÇÃO DE CONSUMO CARACTERIZADA - AFRONTA AO ART. 476 DO CC - BLOQUEIO DE LINHA TELEFÔNICA MÓVEL - INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE DEVEDORES - INADIMPLEMENTO DE MENSALIDADES CONFIGURADO - CONDUTA AMPARADA PELO EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - art. 51 do anexo à resolução 477 da anatel - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS PÁTRIOS E DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - recurso conhecidO, MAS DESPROVIDO.

1 - Estabelecida a relação de consumo entre a operadora de telefonia móvel e o consumidor usuário, fica a primeira obrigada a prestar o serviço disponibilizado e a segunda a adimplir os débitos oriundos da utilização deste.

2 - Caracterizado o inadimplemento de alguma mensalidade referente ao serviço prestado pela operadora de telefonia móvel, fica o usuário de tal serviço sujeito às consequências de sua conduta, tais como: bloqueio da linha telefônica, cobrança de valores não adimplidos tempestivamente com todos os acréscimos legais, bem como a inscrição de seu nome no cadastro de maus pagadores.

3 - Não há que se falar em conduta ilícita da operadora de telefonia móvel que procede de tal forma, nem em afronta ao art. 476 do CC, tendo em vista o amparo legal conferido pelo art. 51 do Anexo à Resolução nº 477 da ANATEL.

4 - Configurado está o exercício regular de direito quando da inadimplência por parte do usuário consumidor com sua obrigação contratual, havendo, inclusive, o reconhecimento do débito originário.

5 - Recurso conhecido, mas desprovido.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

20- Agravo de Instrumento Nº 24099155921
VITÓRIA - 2ª VARA CÍVEL
AGVTE AGROPECUARIA MARTINS LTDA
Advogado(a) SANDRO DE MATOS ZAGO
AGVDO BANCO SANTOS NEVES S/A
Advogado(a) NATALINO P. DE SOUZA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. ART. 486, CPC. DEPÓSITO PRÉVIO. INEXIGÊNCIA. RECURSO PROVIDO.
1. É inexigível o depósito previsto no art. 488, II, do CPC às ações anulatórias que visem à rescisão de sentença meramente homologatória. Inteligência do art. 486, do CPC.
2. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

21- Agravo de Instrumento Nº 24099158586
VITÓRIA - 2ª VARA CÍVEL
AGVTE DOMINGOS CLARET DIAS NOGUEIRA
Advogado(a) ELIEL SANTOS JACINTHO
Advogado(a) LUCIANO PALASSI
AGVTE MARIA DAS GRAÇAS FEITOSA NOGUEIRA
Advogado(a) ELIEL SANTOS JACINTHO
Advogado(a) LUCIANO PALASSI
AGVDO BANESTES
Advogado(a) CLAUDIA BAPTISTA BALLIANA
Advogado(a) FRANCINE FAVARATO LIBERATO
Advogado(a) FRANCISCO ANTONIO CARDOSO FERREIRA
Advogado(a) GIULIO CESARE IMBROISI
Advogado(a) IARA QUEIROZ
Advogado(a) MATHEUS DOCKHORN MENEZES
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO CONTRATUAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. TABELA PRICE. UTILIZAÇÃO DA TR. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. RECURSO DESPROVIDO.
1. "(...) nas ações revisionais de cláusulas contratuais, cabe a concessão de liminar ou tutela antecipada para impedir o registro de inadimplentes nos cadastros de proteção ao crédito, caso o devedor demonstre, efetivamente, que a contestação da dívida se funda em bom direito, bem como deposite o valor correspondente à parte reconhecida do débito, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do Magistrado. (...)". (AgRg no REsp 552.956/PE, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2005, DJ 07/11/2005 p. 289).
2. Inviável a análise da nulidade de cláusulas de contrato regido pelo Sistema Financeiro de Habitação em sede de Agravo de Instrumento interposto em face de medida liminar, notadamente pela necessidade de dilação probatória.
3. Recurso desprovido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

22- Agravo de Instrumento Nº 24099159220
VITÓRIA - 2ª VARA CÍVEL
AGVTE UNIAO CAPIXABA DE ENSINO - UNICAPE
Advogado(a) JEANINE NUNES ROMANO
Advogado(a) PATRICIA NUNES ROMANO TRISTAO PEPINO
Advogado(a) ROGERIO NUNES ROMANO
AGVDO PAMELA DELAQUA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE ADESÃO. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA CLÁUSULA ELETIVA DE FORO EX OFFICIO. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
1. "(...) O magistrado pode, de ofício, declinar de sua competência para o juízo do domicílio do consumidor, porquanto a Jurisprudência do STJ reconheceu que o critério determinativo da competência nas ações derivadas de relações de consumo é de ordem pública, caracterizando-se como regra de competência absoluta.(...)". (REsp 1032876/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2008, DJe 09/02/2009)
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

23- Agravo de Instrumento Nº 24099159279
VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

AGVTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) PEDRO SOBRINO PORTO VIRGOLINO
AGVDO ALINY MARTA PEREIRA FOLI
Advogado(a) JOSE ALTOE COGO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CONSTITUCIONAL. MEDICAMENTO. DIREITO À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. RECURSO DESPROVIDO.
1.(...) À luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, valor erigido com um dos fundamentos da República, impõe-se a concessão dos medicamentos como instrumento de efetividade da regra constitucional que consagra o direito à saúde. (...). (AgRg no REsp 950.725/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2008, DJe 18/06/2008).
2.Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

24- Agravo de Instrumento Nº 24099160368
VITÓRIA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
AGVTE JOABE ALMEIDA BELGES
Advogado(a) TATIANI PENA MAIA RODRIGUEZ
AGVDO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Advogado(a) PEDRO SOBRINO PORTO VIRGOLINO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. LIMITE VAGAS. SEGUNDA FASE. RECURSO DESPROVIDO.
1. "A limitação de convocação de candidatos aprovados para a segunda etapa do certame tem por escopo selecionar os melhores e mais aptos para o exercício da profissão, de sorte que os classificados na primeira etapa do concurso têm somente expectativa de direito à convocação para as demais fases, o que não basta para obter tutela mandamental."(RMS 24.971/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 28/08/2008, DJe 22/09/2008).
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

25- Agravo de Instrumento Nº 24099161705
VITÓRIA - 10ª VARA CÍVEL
AGVTE BRUNO TEIXEIRA DOS SANTOS
Advogado(a) CARLOS GOMES MAGALHÃES JUNIOR
Advogado(a) JOSE MAGALHAES GOMES DE AGUIAR
AGVDO BANCO SANTANDER S/A
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. RECURSO DESPROVIDO.
1. Caso o magistrado observe elementos suficientes e capazes de afastar a condição de hipossuficiência econômica da parte pode e deve indeferir o pedido de assistência judiciária gratuita.(Precedentes do STJ).
2. A existência de financiamento de veículo não implica necessariamente o indeferimento do benefício da gratuidade de justiça, sobretudo, na hipótese de veículo popular.
3. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

26- Agravo de Instrumento Nº 35099000248
VILA VELHA - 3ª VARA FAMÍLIA
AGVTE NEY GERALDO MAGELA FERREIRA LOPES
Advogado(a) BRUNO REIS FINAMORE SIMONI
Advogado(a) LUIZ FELIPE ZOUAIN FINAMORE SIMONI
AGVDO FLAVIA MELLO CYPRIANO
Advogado(a) ILDESIO MEDEIROS DAMASCENO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.
1.O Agravo de Instrumento interposto fora do prazo não deve ser conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, não conhecer do recurso, preliminarmente.

27- Agravo de Instrumento Nº 35099000339
VILA VELHA - 2ª VARA CÍVEL
AGVTE VIDA SAUDÁVEL S/C LTDA
Advogado(a) AGATHA CANNARELLA
Advogado(a) ALEXANDRE BUZATO FIOROT
Advogado(a) FABRICIO PIMENTEL DE SIQUEIRA
Advogado(a) JOSE ARCISO FIOROT
Advogado(a) JOSE ARCISO FIOROT JUNIOR
Advogado(a) KARLA BUZATO FIOROT
Advogado(a) MARCELA TALHATE DE SOUZA
AGVDO KARINI CAVALCANTE ATHAYDE
Advogado(a) MARCELO MIGUEL NOGUEIRA
Advogado(a) MARCELO MOTTA RIMOLO
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: agravo DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO - RELAÇÃO DE CONSUMO CARACTERIZADA - plano de saúde - CONTRATO DE ADESÃO - VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR - cláusula contratual que estabelece carência de 180 dias para atendimentos de emergência - ausência de amparo legal - abusividade e ilegalidade - afronta AO ART. 12, V, "C" E ART. 35-C DA LEI Nº 9.656/98- PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS PÁTRIOS - recurso conhecido, mas desprovido.

1 - Estabelecida a relação de consumo entre a empresa prestadora do serviço de plano de saúde e o usuário/consumidor, parte hipossuficiente e vulnerável da aludida relação, caracteriza-se como de adesão o instrumento contratual avençado entre os pólos litigantes.

2 - Face à vulnerabilidade e hipossuficiência do consumidor em tais relações contratuais, faz-se mister relativizar o estrito cumprimento do "*pacta sunt servanda*", em homenagem a bens jurídicos de maior relevância, quais sejam, a saúde e a vida humana.

3 - Abusividade e ilegalidade acerca da estipulação de carência contratual de 180 (cento e oitenta) dias para atendimentos de cunho emergencial.

4 - A teor do preconizado pelo art. 12, V, "c" e do art. 35-C da Lei nº 9.656/98, com redação conferida pela MP Nº 2.177-44 de 2001, será de 24 (vinte e quatro) horas o prazo de carência para cobertura nos casos de urgência e emergência.

5 - Ausência de aplicabilidade para a Resolução nº 13 da CONSU (Conselho de Saúde Suplementar), a qual, exclui a cobertura para os casos de internação em situações de emergência, ocorridas durante o prazo de carência previsto para determinados tipos de tratamento médico-cirúrgico.

6 - Recurso conhecido, mas desprovido.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

28- Agravo de Instrumento Nº 45099000064
SÃO GABRIEL DA PALHA - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
AGVTE MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DA PALHA
Advogado(a) ALEXANDRE BARBOZA COUTINHO
AGVDO ORMI CRISTINA GUIMARAES GLAZAR
Advogado(a) DECIO ALVES DE REZENDE
RELATOR DESIG. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 21/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. IMPOSIÇÃO. PAGAMENTO. FAZENDA PÚBLICA. PRESTAÇÕES VENCIDAS. RECURSO PROVIDO.
1.O sistema jurídico brasileiro somente admite a imposição de pagamento à fazenda pública sem previsão orçamentária para as prestações vincendas. As prestações vencidas sujeitam-se ao sistema de pagamento por previsão orçamentária, instituído através de precatório ou através de RPV – Requisição de Pequenos Valores.
2.Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, por maioria de votos, dar provimento ao recurso.

29- Agravo de Instrumento Nº 50099000064
VIANA - VARA CÍVEL E COMERCIAL
AGVTE BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado(a) VALMIR SOUZA TRINDADE
AGVDO HILDA AGNER TESCH
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. RECURSO PROVIDO.
1. "É viável a comprovação da mora na alienação fiduciária mediante notificação extrajudicial promovida por meio de Cartório de Títulos e Documentos e entregue no domicílio do devedor, dispensada a sua notificação pessoal."(AgRg no REsp 865857/RS, Relator Ministro MASSAMI UYEDA, DJ 29/10/2007 p. 257).
2. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

30- Agravo de Instrumento Nº 52099000037
RIO BANANAL - CARTÓRIO 3º OFÍCIO
AGVTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) CARLA GIOVANNOTTI DORSCH
AGVDO CARLOS ALBERTO TAMANINI
Advogado(a) JAYME HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado(a) MARCO ANTONIO BRUNELI PESSOA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO. SÓCIO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.
1. "A orientação da Primeira Seção desta Corte firmou-se no sentido de que, se a execução foi ajuizada apenas contra a pessoa jurídica, mas o nome do sócio consta da CDA, a ele incumbe o ônus da prova de que não ficou caracterizada nenhuma das circunstâncias previstas no art. 135 do CTN, ou seja, não houve a prática de atos 'com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos'. (...)". (REsp 1104900/ES, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/03/2009, DJe 01/04/2009).
2. É legítima a recusa de fornecimento de certidão negativa de débitos fiscais a pessoa física que figure como co-responsável tributário apontado em CDA. Precedente STJ.
3. Recurso provido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

31- Apelação Civel Nº 2060025885
ALEGRE - CARTÓRIO 2º OFÍCIO
APTE ELÇON SERAPHINI
Advogado(a) ELSON PEREIRA LACERDA
Advogado(a) JOAO CARLOS ASSAD
Advogado(a) RICARDO FERRI CARVALHO
Advogado(a) SAULO BATISTA CALASANS DOS SANTOS
APTE MARIA DA PENHA PEIXOTO SERAPHINI
Advogado(a) ELSON PEREIRA LACERDA
Advogado(a) JOAO CARLOS ASSAD
Advogado(a) RICARDO FERRI CARVALHO
Advogado(a) SAULO BATISTA CALASANS DOS SANTOS
APDO FARIDE DUTRA CAMPOS
Advogado(a) CELSO PIANTAVINHA BARRETO
Advogado(a) JOSE MARIA RODRIGUES PINHEIRO
APDO KLEBER MOULIN CAMPOS
Advogado(a) CELSO PIANTAVINHA BARRETO
Advogado(a) JOSE MARIA RODRIGUES PINHEIRO
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
REVISOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - 1ª PRELIMINAR: CERCEAMENTO DE DEFESA - PRINCÍPIO DO IMPULSO OFICIAL DO PROCESSO - FIM DO PRAZO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO - REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO - INÉRCIA DAS PARTES - PRELIMINAR REJEITADA - 2ª PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* DO APELADO KLEBER MOULIN CAMPOS - PRECLUSÃO TEMPORAL NA JUNTADA DE DOCUMENTO - INOCORRÊNCIA - PRELIMINAR REJEITADA - 3ª PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* DA APELADA FARIDE DUTRA CAMPOS - PROPRIEDADE DEVIDAMENTE COMPROVADA - DIREITO À PROTEÇÃO POSSESSÓRIA - TRANSFERÊNCIA AOS HERDEIROS - PRELIMINAR REJEITADA - MÉRITO - PRODUÇÃO DE PROVAS NÃO OPORTUNIZADA - INEXISTÊNCIA - PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ E LIVRE APRECIAÇÃO DAS PROVAS - INÉRCIA DAS PARTES PARA REQUERER PRODUÇÃO DAS PROVAS - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

1 - Preliminar de cerceamento de defesa: vige em nosso sistema processual o Princípio do Impulso Oficial do processo.

2 - Tendo as partes permanecido silentes ante ao término do prazo para possível acordo ou desistência, mesmo devidamente intimadas para ciência do decurso do prazo estabelecido pelo magistrado em audiência, o MM. Juiz da causa procedeu o regular prosseguimento ao feito.

3 - Preliminar rejeitada.

4 - Preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam* do apelado Kleber Moulin Campos: Diferentemente do alegado, não se constata a suposta preclusão temporal na juntada da Certidão de Casamento indicando o regime de bens dos apelados.

5 - Isso porque, o ilustre juiz de primeiro grau diligenciou para sanar a aludida irregularidade, determinando a apresentação do documento no prazo de 10 (dez) dias, o que foi cumprido pela parte.

6 - Suprida a irregularidade, não há que se falar em nulidade ou ausência de ilegitimidade para atuação no feito.

7 - Preliminar rejeitada.

8 - Preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam* da apelada Faride Dutra Campos: a propriedade encontra-se devidamente comprovada, conforme Certidão do Cartório do Registro Geral de Imóveis acostada aos autos.

9 - Ademais, o artigo 1.206 do Código Civil dispõe que *"a posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres*".

10 - Portanto, o direito à proteção possessória transfere-se aos sucessores, inexistindo a alegada ilegitimidade.

11 - Preliminar rejeitada.

12 - Mérito: Vige em nosso sistema processual civil os *Poderes Instrutórios do Juiz* e o princípio da *Livre Apreciação das Provas*.

13 - Desses dois enunciados principiológicos exsurge a idéia de que ao magistrado é outorgada a possibilidade de determinar as provas que reputar necessárias ao deslinde da controvérsia sob sua apreciação, bem como indeferir as diligências manifestamente protelatórias ou inúteis à resolução da lide.

14 - Ademais, verifica-se que a parte apelante não requereu, em tempo oportuno, as provas que pretendia produzir.

15 - Sendo assim, o MM. Juiz deu o regular prosseguimento ao feito, atendendo ao Princípio do Impulso Oficial.

16 - Recurso conhecido, mas desprovido.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar as preliminares arguidas, para quanto ao mérito e por igual votação, negar provimento ao recurso.

32- Apelação Civel Nº 4060000405
ANCHIETA - CARTÓRIO 3º OFÍCIO
APTE MUNICIPIO DE ANCHIETA
Advogado(a) PAULA FERNANDA DE SOUZA
APDO ADILSON DOS SANTOS LOYOLA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. VALOR IRRISÓRIO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. INTERESSE LOCAL. LIMITE PREVISTO NA LEI ORGÂNICA. SENTENÇA TERMINATIVA. DESRESPEITO AOS PARÂMETROS FIXADOS PELA LEI MUNICIPAL. DECISÃO TMANIFESTAMENTE ILEGAL. RECURSO PROVIDO.
1. Merece reforma a sentença que extingue a Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de dívidas de valores superiores ao limite previsto na lei municipal, que estabelece patamares mínimos para a viabilidade da cobrança judicial. Inteligência do art. 30, I, da CF e art. 3º, da Lei Municipal de Anchieta nº 1.869/05.
3. Recurso provido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

33- Apelação Civel Nº 4060000710
ANCHIETA - CARTÓRIO 3º OFÍCIO
APTE MUNICIPIO DE ANCHIETA
Advogado(a) PAULA FERNANDA DE SOUZA
APDO ANTONIO G DOS SANTOS
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. VALOR IRRISÓRIO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. INTERESSE LOCAL. LIMITE PREVISTO NA LEI ORGÂNICA. SENTENÇA TERMINATIVA. DESRESPEITO AOS PARÂMETROS FIXADOS PELA LEI MUNICIPAL. DECISÃO TMANIFESTAMENTE ILEGAL. RECURSO PROVIDO.
1. Merece reforma a sentença que extingue a Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de dívidas de valores superiores ao limite previsto na lei municipal, que estabelece patamares mínimos para a viabilidade da cobrança judicial. Inteligência do art. 30, I, da CF e art. 3º, da Lei Municipal de Anchieta nº 1.869/05.
3. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

34- Apelação Civel Nº 4060002401
ANCHIETA - CARTÓRIO 3º OFÍCIO
APTE MUNICIPIO DE ANCHIETA
Advogado(a) PAULA FERNANDA DE SOUZA
APDO JORGE PEREIRA DE SIQUEIRA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. VALOR IRRISÓRIO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. INTERESSE LOCAL. LIMITE PREVISTO NA LEI ORGÂNICA. SENTENÇA TERMINATIVA. DESRESPEITO AOS PARÂMETROS FIXADOS PELA LEI MUNICIPAL. DECISÃO TMANIFESTAMENTE ILEGAL. RECURSO PROVIDO.
1. Merece reforma a sentença que extingue a Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de dívidas de valores superiores ao limite previsto na lei municipal, que estabelece patamares mínimos para a viabilidade da cobrança judicial. Inteligência do art. 30, I, da CF e art. 3º, da Lei Municipal de Anchieta nº 1.869/05.
3. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

35- Apelação Civel Nº 4060006170
ANCHIETA - CARTÓRIO 3º OFÍCIO
APTE MUNICIPIO DE ANCHIETA
Advogado(a) PAULA FERNANDA DE SOUZA
APDO RICARDO DUARTE CEQUEIRA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. VALOR IRRISÓRIO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. INTERESSE LOCAL. LIMITE PREVISTO NA LEI ORGÂNICA. SENTENÇA TERMINATIVA. DESRESPEITO AOS PARÂMETROS FIXADOS PELA LEI MUNICIPAL. DECISÃO TMANIFESTAMENTE ILEGAL. RECURSO PROVIDO.
1. Merece reforma a sentença que extingue a Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de dívidas de valores superiores ao limite previsto na lei municipal, que estabelece patamares mínimos para a viabilidade da cobrança judicial. Inteligência do art. 30, I, da CF e art. 3º, da Lei Municipal de Anchieta nº 1.869/05.
3. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

36- Apelação Civel Nº 4060006204
ANCHIETA - CARTÓRIO 3º OFÍCIO
APTE MUNICIPIO DE ANCHIETA
Advogado(a) PAULA FERNANDA DE SOUZA
APDO RUY CELIO DA SILVA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. VALOR IRRISÓRIO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. INTERESSE LOCAL. LIMITE PREVISTO NA LEI ORGÂNICA. SENTENÇA TERMINATIVA. DESRESPEITO AOS PARÂMETROS FIXADOS PELA LEI MUNICIPAL. DECISÃO TMANIFESTAMENTE ILEGAL. RECURSO PROVIDO.
1. Merece reforma a sentença que extingue a Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de dívidas de valores superiores ao limite previsto na lei municipal, que estabelece patamares mínimos para a viabilidade da cobrança judicial. Inteligência do art. 30, I, da CF e art. 3º, da Lei Municipal de Anchieta nº 1.869/05.
3. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

37- Apelação Civel Nº 4060010255
ANCHIETA - CARTÓRIO 3º OFÍCIO
APTE MUNICIPIO DE ANCHIETA
Advogado(a) PAULA FERNANDA DE SOUZA
APDO MACIEL DA SILVA PETRI
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. VALOR IRRISÓRIO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. INTERESSE LOCAL. LIMITE PREVISTO NA LEI ORGÂNICA. SENTENÇA TERMINATIVA. DESRESPEITO AOS PARÂMETROS FIXADOS PELA LEI MUNICIPAL. DECISÃO TMANIFESTAMENTE ILEGAL. RECURSO PROVIDO.
1. Merece reforma a sentença que extingue a Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de dívidas de valores superiores ao limite previsto na lei municipal, que estabelece patamares mínimos para a viabilidade da cobrança judicial. Inteligência do art. 30, I, da CF e art. 3º, da Lei Municipal de Anchieta nº 1.869/05.
3. Recurso provido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

38- Apelação Civel Nº 4060010768
ANCHIETA - CARTÓRIO 3º OFÍCIO
APTE MUNICIPIO DE ANCHIETA
Advogado(a) PAULA FERNANDA DE SOUZA
APDO MAXIMO ALMEIDA DO NASCIMENTO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. VALOR IRRISÓRIO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. INTERESSE LOCAL. LIMITE PREVISTO NA LEI ORGÂNICA. SENTENÇA TERMINATIVA. DESRESPEITO AOS PARÂMETROS FIXADOS PELA LEI MUNICIPAL. DECISÃO TMANIFESTAMENTE ILEGAL. RECURSO PROVIDO.
1. Merece reforma a sentença que extingue a Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de dívidas de valores superiores ao limite previsto na lei municipal, que estabelece patamares mínimos para a viabilidade da cobrança judicial. Inteligência do art. 30, I, da CF e art. 3º, da Lei Municipal de Anchieta nº 1.869/05.
3. Recurso provido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

39- Apelação Civel Nº 4080001748
ANCHIETA - CARTÓRIO 3º OFÍCIO
APTE MUNICIPIO DE ANCHIETA
Advogado(a) MICHELA BORGES DE MELLO COSTA
APDO LUCIO NORONHA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. VALOR IRRISÓRIO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. INTERESSE LOCAL. LIMITE PREVISTO NA LEI ORGÂNICA. SENTENÇA TERMINATIVA. DESRESPEITO AOS PARÂMETROS FIXADOS PELA LEI MUNICIPAL. DECISÃO TMANIFESTAMENTE ILEGAL. RECURSO PROVIDO.
1. Merece reforma a sentença que extingue a Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de dívidas de valores superiores ao limite previsto na lei municipal, que estabelece patamares mínimos para a viabilidade da cobrança judicial. Inteligência do art. 30, I, da CF e art. 3º, da Lei Municipal de Anchieta nº 1.869/05.
3. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

40- Apelação Civel Nº 6060059687
ARACRUZ - 1ª VARA CÍVEL E COMERCIAL
APTE ALTAIR MANOEL FALLER
Advogado(a) FREDERICO AUGUSTO MACHADO
APDO INSS
Advogado(a) SIMONE LENGRUBER DARROZ ROSSONI
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ APÓS AUXÍLIO-DOENÇA. CÁLCULO DO BENEFÍCIO.
1. A renda mensal inicial do benefício de aposentadoria por invalidez precedido de auxílio-doença será calculada com base no salário-de-benefício do auxílio-doença, na forma fo art. 36 do Decreto nº 3.048/1999. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

41- Apelação Civel Nº 6070060469
ARACRUZ - 1ª VARA CÍVEL E COMERCIAL
APTE JAIR SEGATTO
Advogado(a) ADYR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Advogado(a) AUGUSTO MANOEL BARBOSA
APTE SANTA ROMILDA CONTES
Advogado(a) ADYR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Advogado(a) AUGUSTO MANOEL BARBOSA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL E CIVIL. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.
1.A ação ordinária anulatória, prevista no art. 486 do CPC, é a sede própria para a invalidação de acordo homologado judicialmente, oportunidade em que poderão ser discutidos os vícios do ato objeto da anulação.
2.Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

42- Apelação Civel Nº 16060005051
CONCEIÇÃO DO CASTELO - CARTÓRIO 2º OFÍCIO
APTE COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL
Advogado(a) ANGELA NUNES LAGE
Advogado(a) BRUNA SERAFIM TEIXEIRA
Advogado(a) EDER JACOBOSKI VIEGAS
Advogado(a) EWERTON MIRANDA TREGGIA
Advogado(a) FRANCISCO CARDOSO DE ALMEIDA NETTO
Advogado(a) GRACYELLEN LEITE MOREIRA
Advogado(a) GUSTAVO SICILIANO CANTISANO
Advogado(a) KARLA CABRAL BATISTA
Advogado(a) LUANA ARIANE DE ARIMATÉA
Advogado(a) LUIS FELIPE DE FREITAS BRAGA PELLON
Advogado(a) MARCELO COSTA ALBANI
Advogado(a) MARCELO SCHIAVINI COSSATI
Advogado(a) MARIO SAMPAIO FERNANDES
Advogado(a) RAFAEL CARAO LUCAS
Advogado(a) RAPHAEL MACIEL DE PAULA PRADO
Advogado(a) RODRIGO ZACCHE SCABELLO
Advogado(a) RUDOLF JOAO RODRIGUES PINTO
Advogado(a) SERGIO RUY BARROSO DE MELLO
APDO ZENEIDE DE SOUZA FILETE
Advogado(a) FREDERICO ANTONIO XAVIER
Advogado(a) LUCIANA MARAÇAT
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
REVISOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA - PRINCÍPIO DA LIVRE APRECIAÇÃO DAS PROVAS - PRELIMINAR REJEITADA - MÉRITO - CONTRATO DE SEGURO - OBRIGAÇÃO DA SEGURADORA - INDEPENDENTE DA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO - ACORDO EXTRAJUDICIAL - NÃO AFASTA O INADIMPLEMENTO DA SEGURADORA - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

1 - Preliminar de cerceamento de defesa: vige em nosso sistema processual os *Poderes Instrutórios do Juiz* e o princípio da *Livre Apreciação das Provas*.

2 - Desses dois enunciados principiológicos exsurge a idéia de que ao magistrado é outorgada a possibilidade de determinar as provas que reputar necessárias ao deslinde da controvérsia sob sua apreciação, bem como indeferir as diligências manifestamente protelatórias ou inúteis à resolução da lide.

3 - Preliminar rejeitada.

4 - Mérito: compulsando detidamente o caderno processual, verifica-se que não há qualquer indício de que a apelada tenha participado do evento que resultou no assassinato de seu marido.

5 - Assim, a seguradora não pode se eximir da obrigação de pagar o benefício do seguro do qual a apelada é beneficiária, sob a alegação de que o inquérito policial não foi concluído e que a apelada supostamente poderia ser apontada como autora do delito.

6 - Quanto ao acordo formalizado com a beneficiária extrajudicialmente, não há que se falar em quitação da obrigação, pois o alegado acordo refere-se tão-somente ao pagamento da indenização básica, restando a seguradora inadimplente quanto à diferença correspondente ao valor da indenização especial.

7 - No tocante à correção monetária, acertada foi sua aplicação pelo magistrado de primeiro grau, retroagindo a partir da liquidação do sinistro.

8 - Em relação ao valor da condenação em honorários sucumbenciais, o mesmo foi arbitrado à luz do artigo 20, § 4º do CPC, sendo o Juiz livre para estabelecer a verba honorária.

9 - Recurso conhecido, mas desprovido, mantendo-se incólume a sentença guerreada.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar a preliminar de arguida, para quanto ao mérito e por igual votação, negar provimento ao recurso

43- Apelação Civel Nº 20030013930
GUAÇUI - CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
APTE HILSON AVELINO DE MENDONCA
Advogado(a) ADRIANO DUTRA MIRANDA
APDO NEUZELI GOMES FERREIRA
Advogado(a) ANDRE CHAMBELLA SILVA LOPES
Advogado(a) CYNTIA GRIPP
Advogado(a) FLAVIA VIEIRA DE PAULA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CERCEAMENTO DE DEFESA. DEFICIÊNCIA SUPRIDA EM SEGUNDA INSTÂNCIA. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO, DISSOLUÇÃO E PARTILHA. BENS. ESFORÇO COMUM. DIVISÃO. TODOS OS BENS. RAZOABILIDADE. RECURSO PROVIDO.
1. Inexiste cerceamento de defesa quando a deficiência apontada pela parte é suprida em segunda instância.
2. "(...) A meação incidirá sobre os bens adquiridos, a título oneroso, pelo casal durante a vigência da união estável.(...)". (AgRg no Ag 1039105/MG, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/11/2008, DJe 18/11/2008).
2. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar a preliminar arguida, para quanto ao mérito e por igual votação, dar provimento ao recurso.

44- Apelação Civel Nº 21080035070
GUARAPARI - 1ª VARA CÍVEL
APTE SAO BERNARDO SAUDE - CASA DE SAUDE SAO BERNARDO LTDA
Advogado(a) MARY ELLEN BONATTO
Advogado(a) RENATA SPERANDIO NASCIMENTO
Advogado(a) ROBERTA GUIMARAES AGUIAR
Advogado(a) RODRIGO GOBBO NASCIMENTO
APDO ROGERIO CAPISTRANO MARQUES
Advogado(a) GILBERTO SIMOES PASSOS
Advogado(a) PEDRO RAUL EDUARDO MIRACCA
Advogado(a) WILLIANS FERNANDES SOUSA
RELATOR DES. CARLOS SIMÕES FONSECA
REVISOR DES. SUBS. RACHEL DURAO CORREIA LIMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

A C Ó R D Ã O

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MOLÉSTIA GRAVE - NEGATIVA DE INTERNAÇÃO PELO PLANO DE SAÚDE - ATENDIMENTO MÉDICO

DE EMERGÊNCIA- PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA - MÉRITO - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - INDENIZAÇÃO DEVIDA - FIXAÇÃO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO IMPROVIDO - SENTENÇA DE 1º GRAU MANTIDA.
1. Se as razões de decidir do juiz singular são suficientes à resolução da controvérsia, não há que se falar em nulidade da sentença por ausência de fundamentação. Preliminar rejeitada.
2. É abusiva a conduta do plano de saúde que, ciente da gravidade da doença do filho do apelado e da urgência do atendimento, não autoriza a internação, obrigando-o a utilizar a rede pública de saúde por um período de 07 (sete) dias.
3. A atitude abusiva do plano de saúde enseja sua obrigação de reparar os danos suportados pelo cliente.
4. O *quantum* de R$ 10.000,00 (dez mil reais) arbitrado em 1º grau mostra-se razoável às circunstâncias do caso concreto.
5. Recurso Improvido. Manutenção da sentença de 1º grau.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de Agravo Interno no Agravo de Instrumento em que são partes Gilceia Magnago de Hollanda Cavalcante e Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Espirito Santo.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar a preliminar arguida, para quanto ao mérito e por igual votação, negar provimento ao recurso.

45- Apelação Civel Nº 22020000166
IBIRAÇU - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
APTE FLAVIO CELESTINO MORELATO
Advogado(a) FRANCISCO GUILHERME MARIA APOLONIO COMETTI
Advogado(a) JOSE PAULO ROSALEM
Advogado(a) RODRIGO LEONARDO PIGNATON COMETTI
APDO BMG LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado(a) ELISANGELA P. CALMON TULLI
Advogado(a) JOSE ALTOE COGO
Advogado(a) OSVALDO HULLE
* Apelação Adesiva Nº 22020000166
APTE BMG LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
APDO FLAVIO CELESTINO MORELATO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. BUSCA E APREENSÃO EQUIVOCADA. LUCROS CESSANTES. COMPROVADOS. DANOS MORAIS. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. DESCABIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO E RECURSO ADESIVO DESPROVIDO.
1. Os lucros cessantes correspondem ao que o credor razoavelmente deixou de lucrar. Inteligência do art. 402 do CC. Precedente do STJ.
2. A apuração dos lucros cessantes deve ser feita em liquidação judicial quando não houver nos autos elementos suficientes para o cálculo das efetivas perdas.
3. A concepção moderna de ressarcimento por danos morais entende desnecessária a prova do efetivo prejuízo suportado pelo ofendido, bastando a comprovação da conduta do agente. Precedentes do STJ.
4. "(...)Não se admite a denunciação da lide com fundamento no art. 70, III, do CPC se o denunciante objetiva eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso, atribuindo-o com exclusividade a terceiro. (...)". (REsp 684238/RS, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 05/05/2008).
5. Recurso parcialmente provido e recurso adesivo desprovido.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento parcial ao recurso principal e negar provimento ao apelo adesivo.

46- Apelação Civel Nº 24010181550
VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
APTE SINDICATO DOS SERVIDORES POLICIAIS CIVIS - SINDIPOL
Advogado(a) JEFERSON DA SILVA
Advogado(a) LUCIA MARIA RORIZ VERISSIMO PORTELA
APDO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) CAROLINA BONADIMAN ESTEVES
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REVISÃO GERAL ANUAL. NORMA DE EFICÁCIA LIMITADA. NECESSIDADE DE LEI ESPECÍFICA.
1. O inciso X do artigo 37 da Constituição da República é norma de eficácia limitada, que depende de lei infraconstitucional para sua aplicabilidade plena.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

47- Apelação Civel Nº 24020090312
VITÓRIA - 4ª VARA CÍVEL
APTE ROGERIO MAGNO MARTINS
Advogado(a) LUCIANA CAETANO MARQUES
Advogado(a) MIGUEL BELLINI NETO
APDO BANESTES - BANCO DO ESTADO DO ES S/A
Advogado(a) FRANCISCO ANTONIO CARDOSO FERREIRA
Advogado(a) IARA QUEIROZ
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA EXTRAJUDICIAL. FORMALIDADES LEGAIS DO DECRETO-LEI Nº 70/66.
1. As demandas cautelar e principal podem ser julgadas por uma única sentença e, com as mesmas razões, por um único voto. A irregularidade formal dos autos da demanda cautelar (falta de distribuição e autuação), não impedem o julgamento do respectivo recurso.
2. A execução extrajudicial fundada no DL 70/66 exige o cumprimento das garantias conferidas ao mutuário, notadamente a notificação pessoal (artigos 31 e 32).
3. A notificação pode ser feita por edital publicado por 3 (três) dias, desde que esgotadas as possibilidades de intimação pessoal. Precedentes do STJ (AgRg no REsp 1051064/SP, relator Ministro MASSAMI UYEDA, DJe 11.5.2009).
4. Recurso desprovido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

48- Apelação Civel Nº 24030031819
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
APTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) DANIELA RIBEIRO PIMENTA VALBAO
APDO JOSE CARLOS MENDES PIRES
Advogado(a) ELDA ZULEMA BERTOIA DE DI PAOLA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. OBJEÇÃO DE NÃO EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. EXCLUSÃO DO SÓCIO. IMPOSSIBILIDADE. CDA. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. RECURSO PROVIDO.
1. "(...) 'não cabe exceção de pré-executividade em execução fiscal promovida contra sócio que figura como responsável na Certidão de Dívida Ativa - CDA. É que a presunção de legitimidade assegurada à CDA impõe ao executado que figura no título executivo o ônus de demonstrar a inexistência de sua responsabilidade tributária, demonstração essa que, por demandar prova, deve ser promovida no âmbito dos embargos à execução'. (...)". (AgRg no REsp 1086580/SP, Rel. Ministro

MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/05/2009, DJe 12/06/2009)
2. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

49- Apelação Civel Nº 24040138778
VITÓRIA - 2ª VARA CÍVEL
APTE ANDRE LUIZ PEREIRA DE ABREU
Advogado(a) KARLA CECILIA LUCIANO PINTO
Advogado(a) LEONARDO DE AZEVEDO SALES
APDO HILKA DE HOLANDA STAUDINGER LISBOA
Advogado(a) CARLOS AUGUSTO CARLETTI
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ACIDENTE. VEÍCULOS. BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO.
1. O boletim de ocorrência serve como elemento de convicção para o julgamento da causa, salvo quando decorrer de relato unilateral da parte.
2. Pelas regras de ônus da prova, previstas no art. 333 do Código de Processo Civil, cabe ao autor realizar a prova do fato constitutivo do direito do autor. Não o fazendo, coloca-se em posição desvantajosa nos autos, a saber, o magistrado, quando da prolação da sentença, poderá proferir julgamento contrário àquele que tinha o ônus da prova e dele não se desincumbiu.
3. Recurso desprovido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

50- Apelação Civel Nº 24040219156
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
APTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) KLAUSS COUTINHO BARROS
APDO FREDERICO ANTÔNIO BALSEMÃO PIRES
Advogado(a) GABRIELA NEGRI CARLESSO
Advogado(a) JACQUES JAMES RONACHER PASSOS JUNIOR
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. SÓCIO. RESPONSABILIDADE. FATOS GERADORES. RETIRADA DA SOCIEDADE. RECURSO PROVIDO.
1. Os ex-sócios-gerentes são responsáveis pelas dívidas fiscais assumidas pela sociedade em relação aos fatos geradores da época em que pertenciam a sociedade.
2. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

51- Apelação Civel Nº 24050026145
VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
APTE JORGE PONTES DE NAZARETH
Advogado(a) ALEXANDRE ZAMPROGNO
Advogado(a) ANGELA MARIA PERINI
Advogado(a) FERNANDO BARBOSA NERI
Advogado(a) JOSE ROBERTO DE ANDRADE
Advogado(a) PAULO VELTEN
Advogado(a) PEDRO AUGUSTO AZEVEDO CARVALHO
APDO O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Advogado(a) ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. MAGISTÉRIO ESTADUAL. ASCENÇÃO FUNCIONAL. RECURSO DESPROVIDO.
1.A ascenção funcional do integrante do cargo de carreira do Magistério a um nível superior depende de comprovação da nova formação específica prevista na hierarquia dos níveis.
2.A ascenção ao nível V vincula-se a pós-graduação, de duração mínima de 360 horas, com aprovação de monografia.
3.Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

52- Apelação Civel Nº 24060057213
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
APTE PAO GOSTOSO INDUSTRIA E COMERCIO SA
Advogado(a) BRUNO REIS FINAMORE SIMONI
Advogado(a) ERIKA CAVERSAN VASCONCELOS
Advogado(a) JULIANA ZOUAIN FINAMORE SIMONI
Advogado(a) LARISSA THEBALDI FRANCA
Advogado(a) LUIZ FELIPE ZOUAIN FINAMORE SIMONI
Advogado(a) LUIZ JOSE FINAMORE SIMONI
Advogado(a) RODRIGO DA ROCHA SCARDUA
Advogado(a) THIAGO FONSECA VIEIRA DE REZENDE
Advogado(a) TIAGO SIMONI NACIF
Advogado(a) WELLINGTON MARIN SANTOS
APDO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) GUSTAVO SIPOLATTI
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CDA.
1. A CDA possui presunção de liquidez e certeza, que somente pode ser elidida por meio de prova robusta e não por meras alegações.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

53- Apelação Civel Nº 24070117502
VITÓRIA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
APTE JOAO BATISTA MENDONCA
Advogado(a) PIRRO CAMPOS BRANDAO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
APTE JOSE LUIZ DA CONCEICAO
Advogado(a) PIRRO CAMPOS BRANDAO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
APTE JOVAN FRANCISCO DE OLIVEIRA
Advogado(a) PIRRO CAMPOS BRANDAO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
APTE ROBERTO DA SILVA CICERO
Advogado(a) PIRRO CAMPOS BRANDAO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
APTE ROQUE VERONICA DA SILVA
Advogado(a) PIRRO CAMPOS BRANDAO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
APTE VILSON TEIXEIRA GONCALVES
Advogado(a) PIRRO CAMPOS BRANDAO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO

APDO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) PERICLES FERREIRA DE ALMEIDA
RELATOR**: DES. SUBST. WILLIAM COUTO GONÇALVES**
REVISOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: **APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA - INTERESSE DE AGIR - CURSO DE HABILITAÇÃO DE CABOS - LEI COMPLEMENTAR Nº 321/2005 - INCLUSÃO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA COMO EXIGÊNCIA PARA PROMOÇÃO - INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO - SEGURANÇA DENEGADA** 1 – Considerando a necessidade de conferir maior eficácia à atividade jurisdicional desenvolvida no Mandado de Segurança, deve o recurso de apelação ser provido, no que tange à ausência de perda do objeto da ação.
2 - A Lei Complementar nº 321/2005, que disciplina o processo de promoção dos Praças e dos Oficiais Administrativos da Polícia Militar, estabeleceu o Teste de Aptidão Física como requisito para a promoção na carreira.
3 – Inexiste direito adquirido a determinado regime jurídico, e o que pretendem os Apelantes é a permanência indefinida da não-exigência do teste físico para o Curso de Habilitação de Cabos.
4 - A exigência de teste de aptidão física, encontra-se em consonância com os princípios da legalidade e se mostra razoável, em razão do cargo em questão.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento parcial ao recurso.

54- Apelação Civel Nº 24070170683
VITÓRIA - 11ª VARA CÍVEL
APTE VANDERLAN LUCAS DOS SANTOS
Advogado(a) BERGT EVENARD ALVARENGA FARIAS
Advogado(a) BRUNO SHINITI ALVES DA COSTA
Advogado(a) INGRID SILVA DE MONTEIRO
Advogado(a) MAIRA DANCOS BARBOSA RIBEIRO
Advogado(a) MARCELO CARVALHINHO VIEIRA
Advogado(a) MARIA DA CONCEIÇAO S B CHAMOUN
Advogado(a) PAULO ROBERTO BUSSULAR
Advogado(a) SIDNEY F SCHREIBER
APDO BANCO UNIBANCO S/A
Advogado(a) BERESFORD MARTINS MOREIRA NETO
Advogado(a) CLAUDIA MARCIA ENTRINGER
Advogado(a) EDUARDO M FONSECA
Advogado(a) EMANUELLE FERREIRA ALMENARA
Advogado(a) GILBERTO CESARIO SANTOS
Advogado(a) LIVIA FEU NASCIMENTO
Advogado(a) MARIA EMILIA MARTINS SOARES
Advogado(a) RAFAEL CARAO LUCAS
Advogado(a) RAFAEL CARÃO LUCAS
Advogado(a) SCHIRLEY D. MONTEIRO
Advogado(a) SCHIRLEY DIAS SÁ SANTIAGO
Advogado(a) THAIS CERQUEIRA LIMA RODRIGUES DA CUNHA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: ECONÔMICO, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. COBRANÇA. DIFERENÇAS. PLANOS ECONÔMICOS. POSSIBILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS DESDE O VENCIMENTO. JUROS MORATÓRIOS DESDE A CITAÇÃO. RECURSO PROVIDO.
1. As condições da ação – e entre elas a legitimidade passiva e a possibilidade jurídica do pedido – devem ser aferidas abstratamente, ou seja, em uma análise sumária e superficial das assertivas do autor dispostas na petição inicial. Se restou afirmada a legitimidade passiva do requerido para a ação, bem como a pertinência objetiva da demanda, então os mesmos, enquanto condições da ação, restaram preenchidos.
2. Compete à justiça estadual processar as demandas que visam ao ressarcimento dos expurgos inflacionários relativos à atualização de cadernetas de poupança com aniversário até 15 de março de 1989, uma vez que a responsabilidade pelo pagamento incumbe a instituições privadas (depositárias). Precedentes do STJ.
3. A prescrição relativa às ações de cobrança dos expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos é vintenária. Precedentes STJ.
4. As instituições financeiras depositárias são responsáveis pelas diferenças relativas aos índices de correção monetária de caderneta de poupança apuradas em decorrência dos planos econômicos implantados no Brasil. Precedentes do STJ.
5. "Os poupadores têm o direito de receber juros remuneratórios pela diferença de correção que não lhes foi paga, desde o vencimento, e juros moratórios, desde a citação. (...)" (REsp 466.732/SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2003, DJ 08/09/2003 p. 337).
6. "(...) O banco tem a obrigação de exibir em juízo a documentação que deve guardar, relacionada com o desempenho de sua atividade. (...)." (REsp 473.122/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2003, DJ 15/12/2003 p. 315).
7. O Tribunal pode prover apelação interposta contra sentença de improcedência proferida com base no art. 285-A do CPC e, em seguida, julgar procedente o pedido, mesmo que não haja contestação, se e somente se o réu apresentou contrarrazões ao recurso, com defesa substancial de todas as questões alegadas nos autos e se não houver necessidade de produção de provas. O exercício pleno da defesa em contrarrazões substitui a contestação, satisfaz a garantia constitucional do contraditório e impede que a imperfeição processual seja convolada em invalidade. Assim, embora o ato (contestação) tenha sido realizado de outro modo (contrarrazões), a finalidade (contraditório) foi alcançada (art. 244 do CPC).
8. Recurso provido para reformar a sentença de improcedência (art. 285-A do CPC) e julgar procedente o pedido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar as preliminares arguidas, para quanto ao mérito e por igual votação, dar provimento ao recurso.

55- Apelação Civel Nº 24070171293
VITÓRIA - 11ª VARA CÍVEL
APTE SILVIA LIRA
Advogado(a) MARCO CESAR G. BORGES
APDO BANCO DO BRASIL S A
Advogado(a) ADILSON GUIOTTO TORRES
Advogado(a) ADOLFO DE OLIVEIRA ROSA
Advogado(a) ANDREA NEVES REBELLO
Advogado(a) CLAUDINE S MOREIRA
Advogado(a) EMIR JOSE TESCH
Advogado(a) FRANCISCO A S SOARES
Advogado(a) JOSE MIGUEL RIBEIRO VIONET
Advogado(a) PAULO CESAR BUSATO
Advogado(a) SIMONE PAGOTTO RIGO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: ECONÔMICO, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. COBRANÇA. DIFERENÇAS. PLANOS ECONÔMICOS. POSSIBILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS DESDE O VENCIMENTO. JUROS MORATÓRIOS DESDE A CITAÇÃO. RECURSO PROVIDO.
1. As condições da ação – e entre elas a legitimidade passiva – devem ser aferidas abstratamente, ou seja, em uma análise sumária e superficial das assertivas do autor dispostas na petição inicial. Se restou afirmada a legitimidade passiva do requerido para a ação, então a pertinência subjetiva da demanda, enquanto condições da ação, restou preenchida.
2.Compete à justiça estadual processar as demandas que visam ao ressarcimento dos expurgos inflacionários relativos à atualização de cadernetas de poupança com aniversário até 15 de março de 1989, uma vez que a responsabilidade pelo pagamento incumbe a instituições privadas (depositárias). Precedentes do STJ.
3. A prescrição relativa às ações de cobrança dos expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos é vintenária. Precedentes STJ.
4. As instituições financeiras depositárias são responsáveis pelas diferenças relativas aos índices de correção monetária de caderneta de poupança apuradas em decorrência dos planos econômicos implantados no Brasil. Precedentes do STJ.
5. "Os poupadores têm o direito de receber juros remuneratórios pela diferença de correção que não lhes foi paga, desde o vencimento, e juros moratórios, desde a citação. (...)" (REsp 466.732/SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2003, DJ 08/09/2003 p. 337).
6. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar as preliminares arguidas, para quanto ao mérito e por igual votação, dar provimento ao recurso.

56- Apelação Civel Nº 24080045610
VITÓRIA - 9ª VARA CÍVEL
APTE LIQUEM DISTRIBUICAO LTDA
Advogado(a) CARLOS ANTONIO DOS SANTOS
Advogado(a) FLAVIO DE PAULA CECCATTO
Advogado(a) JOANA MARIA DE OLIVEIRA GUIMARAES
Advogado(a) LUCIANA CARNEIRO VALENTE
Advogado(a) RENATO SOARES
APDO BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(a) ADILSON GUIOTTO TORRES
Advogado(a) ADOLFO DE OLIVEIRA ROSA
Advogado(a) ANDREA NEVES REBELLO
Advogado(a) CLAUDINE SIMOES MOREIRA
Advogado(a) EMIR JOSE TESCH
Advogado(a) FRANCISCO DE A DOS S SOARES
Advogado(a) JOSE MIGUEL RIBEIRO VINET
Advogado(a) PAULO CESAR BUSATO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CAUTELAR. INSCRIÇÃO. CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DISCUSSÃO JUDICIAL DO DÉBITO. INEXISTÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.
1.A simples discussão judicial da dívida não é suficiente para remover a negativação nos bancos de dados de proteção ao crédito. Para tanto, é necessário o ajuizamento de ação pelo devedor para a discussão do débito, a demonstração do fumus boni iuris e, se for o caso, o depósito da parcela incontroversa.
2.Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, por maioria de votos, negar provimento ao recurso.

57- Apelação Civel Nº 24089001242
VITÓRIA - 1ª VARA CÍVEL
APTE SERGIO ALDONIO FURTADO
Advogado(a) THIAGO NADER PASSOS
Advogado(a) WALDYR RENOLDI SIQUEIRA
APDO TRANSVARGAS LTDA ME
Advogado(a) EUDSON DOS SANTOS BEIRIZ
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CIVIL. USUCAPIÃO DE BEM MÓVEL. VEÍCULO OBJETO DE NEGÓCIO JURÍDICO INADIMPLIDO. RECURSO DESPROVIDO
1. O veículo objeto de negócio jurídico inadimplido não pode ser objeto de usucapião extraordinária, se a posse originou-se do contrato resolvido por falta de pagamento.
2. Recurso desprovido

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

58- Apelação Civel Nº 24960233211
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
APTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) KLAUSS COUTINHO BARROS
APDO FRANCISCA DE ASSIS BARBOSA
Advogado(a) José Luiz Botelho Heringer
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR IRRISÓRIO. SENTENÇA TERMINATIVA. CONDIÇÕES DA AÇÃO. ESTADO DE ASSERÇÃO. LEGISLAÇÃO ESTADUAL. POSSIBILIDADE DE DISPENSA DA COBRANÇA JUDICIAL. MERA FACULDADE. REGULAR PROCESSAMENTO DO EXECUTIVO FISCAL. RECURSO PROVIDO.
1. As condições de ação, dentre elas, o interesse de agir, são analisadas in statu assertionis, isto é, conforme afirmativa feita pelo autor na petição inicial. Se a análise da questão depender de instrução probatória, isto é, da apreciação concreta do caso, a matéria deverá ser enfrentada como mérito.
2. Não há que se falar em falta de interesse de agir do Estado relativa à execução fiscal quando a Administração Pública visa à cobrança de crédito regularmente constituído.
3. A previsão da Lei Estadual nº 7.727/04 constitui mera faculdade conferida ao fisco para a dispensa da cobrança judicial do débito tributário sem, com isso, autorizar a extinção ex officio da Execução, sob pena de ofensa à indisponibilidade do crédito fiscal (art. 141, do CTN) e a prevalência do interesse público.
4. Recurso provido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento ao recurso.

59- Apelação Civel Nº 34070009070
MUCURICI - CARTÓRIO 2º OFÍCIO
APTE ALVECI SOUZA CRUZ
Advogado(a) WILSON MARINHO DA ROCHA
APTE VALDENICE DA CRUZ SOUZA
Advogado(a) WILSON MARINHO DA ROCHA
APTE ANTONIO BOTELHO DA CRUZ
Advogado(a) WILSON MARINHO DA ROCHA
APDO SAMUEL AROLDO MATOS NASCIMENTO
Advogado(a) JACKSON JOSE KRETLI
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
REVISOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - MUDANÇA EM LOCAL DE PASSAGEM - PREJUÍZOS AOS RECORRENTES - INOCORRÊNCIA - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

1 - Verifica-se das provas colhidas nos autos, que a passagem utilizada pelos recorrentes não sofreu qualquer prejuízo, uma vez que o acesso foi ligeiramente modificado (ao invés de o fazerem em linha reta, devem percorrer um caminho em forma de "L"), aumentando o percurso existente em apenas 200 metros.

2 - Ademais, como demonstrado na instrução processual, *"na antiga passagem somente era possível a passagem de pessoas à pé ou de animais, sendo que no corredor é possível a passagem até de caminhões"* (fl. 91).

3 - Observa-se, portanto, que por conta e ônus do proprietário recorrido, foi cedida a passagem sobre sua propriedade sem prejuízo dos produtores ora recorrentes, não havendo que se falar em reforma da r. decisão objurgada.

4 - Recurso conhecido, mas desprovido, mantendo-se incólume a r. sentença guerreada.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

60- Apelação Civel Nº 35030120949
VILA VELHA - 4ª VARA CÍVEL

APTE LIRIANO ADRIANO LAHAS
Advogado(a) ANA CAROLINA BARBOSA FERREIRA SANTOS
Advogado(a) JAYME JOSE GONCALVES DE CARVALHO
Advogado(a) JOSE ALEXANDER BASTOS DYNA
APTE MARIA DA PENHA DE FREITAS LAHAS
Advogado(a) ANA CAROLINA BARBOSA FERREIRA SANTOS
Advogado(a) JAYME JOSE GONCALVES DE CARVALHO
Advogado(a) JOSE ALEXANDER BASTOS DYNA
APDO ELISA SERAPIAO PASSAMANI LIMA
Advogado(a) MARCELO MIGUEL NOGUEIRA
Advogado(a) MARCELO MOTTA RIMOLO
APDO SUZANA SERAPIAO PASSAMANI
Advogado(a) MARCELO MIGUEL NOGUEIRA
Advogado(a) MARCELO MOTTA RIMOLO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 14/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APONTAMENTO PROTESTO. SUSTAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
1. A exigibilidade do crédito de um dos contraentes somente exsurge após a devida compensação de seus débitos junto ao outro, razão pela qual configurou abusivo o apontamento dos títulos para protesto antes que a referida providência fosse diligenciada.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

61- Apelação Civel Nº 35030140467
VILA VELHA - 4ª VARA CÍVEL
APTE LIRIANO ADRIANO LAHAS
Advogado(a) ANA CAROLINA BARBOSA FERREIRA SANTOS
Advogado(a) JAYME JOSE GONCALVES DE CARVALHO
Advogado(a) JOSE ALEXANDER BASTOS DYNA
APTE MARIA DA PENHA DE FREITAS LAHAS
Advogado(a) ANA CAROLINA BARBOSA FERREIRA SANTOS
Advogado(a) JAYME JOSE GONCALVES DE CARVALHO
Advogado(a) JOSE ALEXANDER BASTOS DYNA
APDO ELISA SERAPIAO PASSAMANI LIMA
Advogado(a) MARCELO MIGUEL NOGUEIRA
Advogado(a) MARCELO MOTTA RIMOLO
APDO SUZANA SERAPIAO PASSAMANI
Advogado(a) MARCELO MIGUEL NOGUEIRA
Advogado(a) MARCELO MOTTA RIMOLO
* Apelação Adesiva Nº 35030140467
APTE SUZANA SERAPIAO PASSAMANI
APTE ELISA SERAPIAO PASSAMANI LIMA
APDO LIRIANO ADRIANO LAHAS
APDO MARIA DA PENHA DE FREITAS LAHAS
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 14/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VÍCIO DE JULGAMENTO. CONDIÇÕES DA AÇÃO. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. RECURSO PRINCIPAL PARCIALMENTE PROVIDO E ADESIVO DESPROVIDO.
1. Inexiste negativa de prestação jurisdicional se o magistrado decide, de forma fundamentada, a matéria posta à apreciação nos autos.
2. Não há que se falar em sentença ultra petita em razão da fixação de multa para o caso de descumprimento da decisão judicial
3. As condições de ação, dentre elas, o interesse de agir, são analisadas in statu assertionis, isto é, conforme afirmativa feita pelo autor na petição inicial. Se a análise da questão depender de instrução probatória, isto é, da análise concreta do caso, a matéria deverá ser enfrentada como mérito.
4. Ainda que a garantia dada ao contrato viesse a perecer, esse fato não constituiria impedimento à conclusão do contrato, pois caberia a parte requerida, na qualidade de vendedor, exigir a substituição da garantia nos termos do art. 333 do CC/02.
5. O descumprimento contratual de uma das partes não implica a postergação da obrigação da outra parte, quando a mesma já se encontra na posse e gozo do bem negociado, sob pena de enriquecimento sem causa.
6. O descumprimento contratual de um das partes não enseja indenização por danos morais por constituir um dissabor, a saber, um percalço na relação jurídica entabulada entre as partes.
6. Recurso principal parcialmente provido e recurso adesivo desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar as preliminares arguidas, para quanto ao mérito e por igual votação, dar provimento parcial à apelação principal e negar provimento ao recurso adesivo.

62- Apelação Civel Nº 35070217142
VILA VELHA - 1ª VARA CÍVEL
APTE EDNA RAIMUNDA DE FREITAS
Advogado(a) SAMANTHA WEBSTER MACHADO MENDES
APDO FABRICIO CARLOS RODRIGUES LOUREIRO
RELATOR DES. CARLOS SIMÕES FONSECA
REVISOR DES. SUBS. RACHEL DURAO CORREIA LIMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZATÓRIA - REVELIA DO APELADO NA DEMANDA ORIGINÁRIA - ALEGAÇÃO DE PREJUÍZOS ADVINDOS DE RELAÇÃO CONTRATUAL POR FATO NOTÓRIO - AFASTADA - AUSÊNCIA DE PROVAS - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU.
1- A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor é relativa, podendo ser afastada quando o contrário resultar das provas dos autos, em consonância com o princípio do livre convencimento do magistrado.
2- A alegação da prisão do apelado pela prática de atos ilícitos não é fato notório, imprescindindo de prova para seu acolhimento.
3- O mero indício da autoria pela prática do ilícito penal não leva à presunção de prejuízo à relação contratual existente entre as partes.
4- Se não restou demonstrada a ocorrência dos danos alegados, afasta-se a obrigação de indenizar. Precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça.
5- Recurso conhecido e improvido. Manutenção da sentença de primeiro grau.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de **Apelação Cível** em que são partes **EDNA RAIMUNDA DE FREITAS** contra **FABRÍCIO CARLOS RODRIGUES LOUREIRO.**
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

63- Apelação Civel Nº 48020090170
SERRA - 1ª VARA CÍVEL
APTE ADILSON SOARES DE OLIVEIRA
Advogado(a) BRUNA R. DE SOUZA PINTO
APDO ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A ESCELSA
Advogado(a) AMANDA CUNHA CIDADE HEIZER
Advogado(a) ANDRE LUIZ ALVES QUINTELA JUNIOR
Advogado(a) ELISANGELA VASCONCELOS CALMON
Advogado(a) FABIANA LIBANIO ROCHA
Advogado(a) FRANCIANNE QUARTO SILVEIRA
Advogado(a) GERALDO MAGELA CURTINHAS VIEIRA JUNIOR
Advogado(a) IMERO DEVENS
Advogado(a) IMERO DEVENS JUNIOR
Advogado(a) JULIANA GAVA
Advogado(a) MANOELA FANI DIAS RESENDE
Advogado(a) MARCELO PAGANI DEVENS
Advogado(a) MAURICIO MESQUITA
Advogado(a) ORLANDO DE OLIVEIRA GIANORDOLI
Advogado(a) RAQUEL M MENDES PESSANHA
Advogado(a) SHELLEY LUCY RODRIGUES

RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
REVISOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZAÇÃO - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA - TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO - CARACTERIZAÇÃO DO ATO LESIVO, DANO E NEXO CAUSAL - INDISPENSÁVEL - CULPA DO RECORRENTE CONFIGURADA - CONDUTA LESIVA POR PARTE DA APELADA - INEXISTENTE - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

1 - A ESCELSA é concessionária de serviço público de energia elétrica, aplicando-se a Teoria do risco administrativo na aferição de sua responsabilidade civil.
2 - Para que a prestadora de serviço público seja responsabilizada, indispensável a caracterização do ato lesivo, do dano e do nexo causal.
3 - *In casu*, não se constata a existência do nexo causal e nem do ato lesivo por parte da Empresa apelada. Isso porque, compulsando detidamente o caderno processual, verifica-se que o apelante não utilizou nenhum equipamento de proteção para a execução do serviço de pintura de um imóvel.

4 - Os três Laudos fornecidos durante a instrução processual relatam a imprudência por parte do apelante para realização da pintura, demonstrando a sua total contribuição para o evento danoso.

5 - Assim, acertada foi a decisão do ilustre magistrado de primeiro grau, uma vez que não há como reputar preenchidos os requisitos caracterizadores da responsabilidade civil.
6 - Recurso conhecido, mas desprovido, mantendo-se incólume a decisão guerreada.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

64- Apelação Civel Nº 64060004427
IBATIBA - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
APTE TRACBEL S/A
Advogado(a) CLAUDIA BARBOSA DE OLIVEIRA MELLO
APDO COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇAO DE IBATIBA
Advogado(a) MARIA TERESA C M DE BARROS
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO DIFERENÇA DE PREÇO. ADJUDICAÇÃO DO BEM AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL. PERDA DE INTERESSE PROCESSUAL.
1. As exigências contidas em edital de licitação não tem o condão de torná-las legítimas, pela simples circunstância de estarem nele inseridas. Exigências inúteis e desnecessárias podem resultar em injustificável desperdício de dinheiro público, fundado em escusas insustentáveis. É preciso extrema cautela para evitar situações desse jaez.
2. A adjudicação do bem licitado e a sua incorporação ao patrimônio público, que o utiliza efetivamente na prestação de serviço público, tornam inviável a anulação da licitação através de mandado de segurança, em razão da perda do interesse processual. A tutela jurisdicional pretendida no writ não é mais adequada para evitar um dano já concretizado, restando outras medidas judiciais para a recomposição do patrimônio público.
3. Recurso desprovido, mas por argumentos distintos dos usados na sentença.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

65- Remessa Ex-officio Nº 11050154332
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 2ª VARA FEITOS FAZENDA PÚBLICA
REMTE JUIZ DIREITO 2ª VARA FAZ PUB ESTADUAL CACHOERIO DE ITAPEMIRI
PARTE TERCIO PEREIRA LIMA
Advogado(a) ARY JOSE GOUVEA DERCY, DEF PUBLICO
PARTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) NAMYR CARLOS DE SOUZA FILHO
* Apelação Voluntária Nº 11050154332
APTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
APDO TERCIO PEREIRA LIMA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE MEDICAMENTO. DIREITO À SAÚDE. SEGURANÇA CONCEDIDA.
1. A saúde é direito de todos e dever comum de todos os entes federativos (União, Estados e Municípios).
2. Comprovada a necessidade do medicamento, a incapacidade para custear o tratamento, o Estado, detentor do dever constitucional de garantir a saúde e o bem estar de toda a população, deve fornecê-lo imediatamente. Precedentes.
3. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

66- Remessa Ex-officio Nº 11060121339
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - VARA FAZENDA MUN REG PUB
REMTE JUIZ DE DIREITO DA VARA MUN DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
PARTE MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Advogado(a) ADEMIR DO LIVRAMENTO THOMAZ
Advogado(a) CLEMILDO CORREA
Advogado(a) CRISTIANO TESSINARI MODESTO
Advogado(a) CRISTINA DE OLIVEIRA COUZI
Advogado(a) EDSON DA SILVA JANOARIO
Advogado(a) GILCEIA MARTINS MARCELINO LACERDA
Advogado(a) JACY FERNANDES
Advogado(a) LUIZ CARLOS ZANON DA SILVA JUNIOR
Advogado(a) MARCO AURELIO COELHO
Advogado(a) MARTA SAVIATTO
PARTE JANES OBOLARI DA SILVA
Advogado(a) CICERO MOULIN BATISTA
Advogado(a) GLEIDSON SILVA DE ALMEIDA
* Apelação Voluntária Nº 11060121339
APTE MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
APDO JANES OBOLARI DA SILVA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ATROPELAMENTO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. OBJETIVA. DOLO OU CULPA. COMPROVAÇÃO DESNECESSÁRIA. CAUSAS EXCLUDENTES.
1. A administração responde independentemente de dolo ou culpa, somente se eximindo da responsabilidade se comprovar nos autos a existência de caso fortuito, força maior, culpa exclusiva da vítima, etc.(Precedentes do STJ)
2. A lesão grave de membro enseja indenização por danos morais.(Precedentes do STJ)
3. No caso de lesão grave a membro, o valor de 100 salários mínimos, a título de danos morais, se apresenta adequada. (Precedentes do STJ).
4. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

67- Remessa Ex-officio Nº 11060178602
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 1ª VARA FEITOS FAZENDA PÚBLICA

REMTE JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS FAZ PUB DE CACH DE ITAPEM
PARTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANZITO DO ESP SANTO DETRAN
Advogado(a) ADELIA DE JESUS OLIVEIRA
Advogado(a) ANDRESSA RESENDE COSTA
Advogado(a) CAROLINA DEL SANTO FALCAO
Advogado(a) GUSTAVO COUTINHO PINTO
Advogado(a) INGRID STANGE AZEVEDO GUIDONI
Advogado(a) JUDITH CASTELLO HENRIQUES RIBEIRO
Advogado(a) LUCIANA HELENA CORDEIRO
Advogado(a) MARIANA COSENDEY DA SILVA
Advogado(a) THIAGO SOUZA BAIOCO
PARTE OSVALDO LUIZ VILELA ALVES
Advogado(a) ARY JOSE GOUVEA DERCY
* Apelação Voluntária Nº 11060178602
APTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANZITO DO ESP SANTO DETRAN
APDO OSVALDO LUIZ VILELA ALVES
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. TAXAS. FURTO. VEÍCULO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Não é lícito condicionar o licenciamento do veículo ao pagamento das multas de trânsito na hipótese em que infrator não tenha sido regularmente notificado.
2. É isento do pagamento das taxas de licenciamento o proprietário de veículo furtado, da ocorrência do fato até a devolução do bem, provada pelo Boletim de Ocorrência e Auto de Entrega.
3. Sendo parte vencida na demanda, cabe a condenação da autarquia ao pagamento das custas.
4. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

68- Remessa Ex-officio Nº 12070010553
CARIACICA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
REMTE JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZ PUB MUN DE CARIACICA
PARTE MUNICIPIO DE CARIACICA
Advogado(a) ALEXANDRE ZAMPROGNO
Advogado(a) LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO
PARTE MARCELA SILVA AMARAL
Advogado(a) MARCELO MAZARIM FERNANDES
Advogado(a) RODRIGO LEONARDO PENHA NASCIMENTO
* Apelação Voluntária Nº 12070010553
APTE MUNICIPIO DE CARIACICA
APDO MARCELA SILVA AMARAL
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. POSSE. CONCURSO PÚBLICO. PRAZO LEGAL. RECURSO DESPROVIDO.
1. As condições de ação, dentre elas, o interesse de agir, são analisadas in statu assertionis, isto é, conforme afirmativa feita pelo autor na petição inicial. Se a análise da questão depender de instrução probatória, isto é, da análise concreta do caso, a matéria deverá ser enfrentada como mérito.
2. Conforme o Estatuto dos Servidores do Município de Cariacica, a posse em cargo público dar-se-à no prazo de 30 (trinta) dias da convocação, ocasião em que deverão ser apresentados os documentos requisitados no edital.
3. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar a preliminar arguida, para quanto ao mérito e por igual votação, negar provimento ao recurso.

69- Remessa Ex-officio Nº 14050103028
COLATINA - VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
REMTE JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA INFANCIA E JUVENTUDE DE COLATI
PARTE MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
PARTE MUNICIPIO DE COLATINA
Advogado(a) SOLIMAR ALEXANDRE ARAGAO
Advogado(a) THIAGO CARVALHO DE OLIVEIRA
* Apelação Voluntária Nº 14050103028
APTE MUNICIPIO DE COLATINA
APDO MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE MEDICAMENTO. DIREITO À SAÚDE. SEGURANÇA CONCEDIDA.
1. A saúde é direito de todos e dever comum de todos os entes federativos (União, Estados e Municípios).
2. Comprovada a necessidade do medicamento, a incapacidade para custear o tratamento, o Estado, detentor do dever constitucional de garantir a saúde e o bem estar de toda a população, deve fornecê-lo imediatamente. Precedentes.
3. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar as preliminares arguidas, para quanto ao mérito e por igual votação, negar provimento ao recurso.

70- Remessa Ex-officio Nº 14050103267
COLATINA - VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
REMTE JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFANCIA E JUVENTUDE DE COLATINA
PARTE MUNICIPIO DE COLATINA
Advogado(a) THIAGO CARVALHO DE OLIVEIRA
PARTE MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
* Apelação Voluntária Nº 14050103267
APTE MUNICIPIO DE COLATINA
APDO MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
REVISOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA:APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS - 1ª PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* - CUIDADO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA PÚBLICA - DEVER COMUM DOS ENTES FEDERADOS - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA - PRELIMINAR REJEITADA - 2ª PRELIMINAR: INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO - VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INCOMPETENTE PARA JULGAR AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO - ARTIGO 60 DA LC 234/02 - DECISÃO DE CARÁTER EMERGENCIAL - LIMINAR MANTIDA E PRELIMINAR ACOLHIDA.
1 - Preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*: A União, Estado, Distrito Federal e Município, entes que compõem o Sistema Único de Saúde, detêm dever comum para cuidar da saúde e assistência pública, à luz do disposto nos artigos 6º, 23, II e 196, da Constituição Federal.
2 - Sendo assim, a responsabilidade dos entes é solidária, o que legitima qualquer um deles a figurar no polo passivo de demandas levadas à apreciação do Poder Judiciário.
3 - Preliminar rejeitada.
4 - Preliminar de incompetência absoluta do juízo: O Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo (Lei Complementar 234/02), em seu artigo 60, delimita a competência dos Juízes de Direito, "em matéria Especializada em Infância e de Juventude". Todavia, dentre o rol estabelecido pelo referido artigo, não encontra-se a matéria tratada nestes autos.

5 - Tratando-se de ação ordinária em face do Estado, requerendo o fornecimento de medicamento, tem-se por competente o juízo da Fazenda Pública Estadual.
6 - Entretanto, conforme orientação jurisprudencial, o Juízo absolutamente incompetente pode proferir decisões de caráter emergencial, tendo em vista o risco de dano irreparável e de difícil reparação.
7 - Assim, diante da necessidade do recebimento do medicamento pelo menor, e sendo a saúde um direito de todos e dever do Estado, impõe-se a manutenção da liminar concedida, até que o juízo competente se manifeste, porquanto presente o risco de iminente prejuízo ou do dano irreparável.
8 - Preliminar acolhida, para declarar a incompetência da Vara da Infância e da Juventude para apreciar a presente demanda.
9 - Outrossim, mantém-se a liminar concedida, determinando a remessa dos autos ao Juízo da Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Colatina para que dê continuidade ao feito.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam e acolher a preliminar de incompetência absoluta do juízo para declarar a incompetência da Vara da Infância e Juventude para apreciar a demanda.

71- Remessa Ex-officio Nº 24970036950
VITÓRIA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
REMTE JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZ PUB DE VITORIA
PARTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) JOSÉ RICARDO DE ABREU JUDICE
PARTE BH COLCHOES E ESPUMAS LTDA
Advogado(a) PAULO MENEZES LOPES
* Apelação Voluntária Nº 24970036950
APTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
APDO BH COLCHOES E ESPUMAS LTDA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: TRIBUTÁRIO. APREENSÃO. MERCADORIAS. IMPOSSIBILIDADE. MEIO COERCITIVO. PAGAMENTO DE TRIBUTOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. A apreensão de mercadorias é admissível apenas pelo período necessário à elaboração do auto de infração.
2. É inadmissível que as mercadorias continuem apreendidas como meio coercitivo para pagamento de tributos. Súmula 323 do STF.
3. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

72- Embargos de Declaração Ag Interno
Agv Instrumento Nº 2089000067
ALEGRE - CARTÓRIO 2º OFÍCIO
EMGTE ALZIRO PAULO DE AZEVEDO
Advogado(a) LUIZ FABIANO PENEDO PREZOTI
Advogado(a) MARCELO GALVEAS TERRA
EMGDO BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(a) ADILSON GUIOTTO TORRES
Advogado(a) ADOLFO DE OLIVEIRA ROSA
Advogado(a) ANDREA NEVES REBELLO
Advogado(a) CLAUDINE SIMOES MOREIRA
Advogado(a) EMIR JOSE TESCH
Advogado(a) FRANCISCO DE A DOS S SOARES
Advogado(a) JOSE MIGUEL RIBEIRO VIONET
Advogado(a) PAULO CESAR BUSATO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

73- Embargos de Declaração
Agv Instrumento Nº 8079000132
BARRA DE SÃO FRANCISCO - 1ª VARA CÍVEL
EMGTE GILBERTO JOVIANO DE SOUZA - ME
Advogado(a) GEOVANE DE OLIVEIRA CERQUEIRA
EMGDO JOVELINO ALVES
Advogado(a) FREDERICO SAMPAIO SANTANA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

74- Embargos de Declaração
Rem Ex-officio Nº 11990298355
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - VARA FAZENDA MUN REG PUB
EMGTE MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Advogado(a) CLEMILDO CORREA
Advogado(a) CRISTIANO TESSINARI MODESTO
Advogado(a) CRISTINA DE OLIVEIRA COUZI
Advogado(a) EDSON DA SILVA JANOARIO
Advogado(a) GILCEIA MARTINS MARCELINO LACERDA
Advogado(a) JACY FERNANDES
Advogado(a) JEFFERSON BARBOSA PEREIRA
Advogado(a) LUIZ CARLOS ZANON DA SILVA JUNIOR
Advogado(a) MARCELO TAMARA ALVES
Advogado(a) MARCO AURELIO COELHO
Advogado(a) MARTA SAVIATTO
Advogado(a) RICARDO CLAUDINO PESSANHA
Advogado(a) THIAGO VALBAO POLETI
Advogado(a) VAGNER ANTONIO DE SOUZA
EMGDO TELEMAR NORTE LESTE S/A
Advogado(a) ADRIANA DE AGUIAR RIBEIRO VARGAS
Advogado(a) ANNA LUIZA BASILIO P E ABUQUERQUE
Advogado(a) DEVACIR MARIO ZACHE JUNIOR
Advogado(a) EMILSON OTÁVIO FIANCO JÚNIOR
Advogado(a) EURICO DE JESUS TELES NETO
Advogado(a) GALGANI BONGIOVANI
Advogado(a) GILBERTO BERGAMINI VIEIRA
Advogado(a) JEDSON MARCHESI MAIOLI
Advogado(a) JONDERSON DE ALMEIDA GARCIA
Advogado(a) JOSE CARLOS MONJARDIM MOTTA
Advogado(a) LUCIANO AZEVEDO CALDAS
Advogado(a) MANOEL CHAVES FRANCA
Advogado(a) MARCELA CLIPES
Advogado(a) MARCELO GAMA NAZARIO DA FONSECA
Advogado(a) MARIA DAS GRAÇAS SOBREIRA DA SILVA
Advogado(a) RAFAEL CARÃO LUCAS
Advogado(a) ROGERIO BRUM MATTOS
Advogado(a) SERGIO PADILHA MACHADO
Advogado(a) SONIA MARIA RIBEIRO TRISTAO DA COSTA SOARES
Advogado(a) WILLIANS PEREIRA JUNIOR

RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 11990298355

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
1.A contradição que viabiliza os Embargos aclaratórios há de se estabelecer entre os fundamentos da decisão embargada, ou entre as proposições contidas na parte dispositiva ou, por fim, entre proposições contidas nos fundamentos e aquelas contidas na parte dispositiva do julgado.
2. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
3. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

75- Embargos de Declaração Emb Declaração
Ag Interno Ap Civel Nº 12030076108
CARIACICA - 1ª VARA DE FAMÍLIA
EMGTE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NULIDADE. ACÓRDÃOS. DESEMBARGADOR IMPEDIDO. ART.136, CPC. RECONHECIMENTO. JULGAMENTO DO AGRAVO INTERNO. RECURSO PROVIDO E RECURSO DESPROVIDO.
1. São nulas as decisões colegiadas proferidas com a participação de desembargador impedido. Dicção do art. 136, do CPC.
2. As condições da ação são verificadas em estado de asserção (in statu assertionis), ou seja, abstratamente e conforme a assertiva das partes. Se a relação jurídica substancial foi afirmada, assim como a pertinência subjetiva e o interesse de agir (necessidade-utilidade e necessidade-adequação), assim como se não há nenhuma proibição legal para a pretensão deduzida, então a possibilidade jurídica do pedido, legitimidade e o interesse de agir enquanto condições da ação, foram preenchidos.
3. É nula a sentença homologatória de reconhecimento da união estável no processo que não teve a participação da ex-cônjuge do companheiro, a uma porque é inadmissível o reconhecimento de sociedade de fato na constância de casamento, a duas porque a sentença provocaria reflexos econômicos no terceiro. Precedentes do STJ (REsp 331.634/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 04.04.2002, DJ 12.12.2005 p. 386).
4. Embargos de Declaração provido, para declarar a nulidade dos v. acórdãos e Agravo Interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento aos embargos declaratórios para anular o acórdão e na sequência, no julgamento do agravo interno, rejeitar as preliminares aguidas, para quanto ao mérito e por igual votação, negar provimento ao recurso.

76- Embargos de Declaração Emb Declaração
Ag Interno Ap Civel Nº 12030076355
CARIACICA - 1ª VARA DE FAMÍLIA
EMGTE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NULIDADE. ACÓRDÃOS. DESEMBARGADOR IMPEDIDO. ART.136, CPC. RECONHECIMENTO. JULGAMENTO DO AGRAVO INTERNO. RECURSO PROVIDO E RECURSO DESPROVIDO.
1. São nulas as decisões colegiadas proferidas com a participação de desembargador impedido. Dicção do art. 136, do CPC.
2. Deve ser garantido o restabelecimento do pagamento integral da pensão devida à beneficiária que teve parte do benefício suprimido em razão de homologação de acordo fraudulento estabelecido nos autos da Ação de Reconhecimento de União Estável.
4. Embargos de Declaração provido, para declarar a nulidade dos v. acórdãos e Agravo Interno desprovido.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

77- Embargos de Declaração Emb Declaração
Rem Ex-officio Nº 12060007726
CARIACICA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
EMGTE FERNANDO CESAR LARANJA PINTO
Advogado(a) GABRIEL VIRGILIO S RODRIGUES
Advogado(a) TATIANA MATOS RODRIGUES ASSEF
EMGTE GILVAN DOUGLAS CORREIA
Advogado(a) GABRIEL VIRGILIO S RODRIGUES
Advogado(a) TATIANA MATOS RODRIGUES ASSEF
EMGTE JAIR RODRIGUES TRANCOSO
Advogado(a) GABRIEL VIRGILIO S RODRIGUES
Advogado(a) TATIANA MATOS RODRIGUES ASSEF
EMGTE PAULO CESAR FREIRE
Advogado(a) GABRIEL VIRGILIO S RODRIGUES
Advogado(a) TATIANA MATOS RODRIGUES ASSEF
EMGDO MUNICIPIO DE CARIACICA
Advogado(a) LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO
RELATOR DES. CARLOS SIMÕES FONSECA
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA REMESSA *EX OFFICIO* - PREJUDICIAL DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI N.º 1678/85 DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO - NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL INFRINGIDO - REJEIÇÃO - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO ACÓRDÃO PRIMITIVO - ALEGAÇÃO DE NÃO RECEPÇÃO DO DISPOSITIVO EM DESTAQUE - ACOLHIDA - SUPRESSÃO DE PROVENTOS E ESTABILIDADE FINANCEIRA DE SERVIDOR PÚBLICO - APLICAÇÃO DO ART. 17, DO ADCT - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1- Os aclaratórios são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, consoante dispõe o artigo 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material.
2- O acórdão faz menção ao artigo 97, da CF, bem como a súmula vinculante n.º 10, do Excelso STF, tanto que, com base nestas disposições normativas, foram remetidos os autos da prejudicial de inconstitucionalidade para o Pleno deste Egrégio Tribunal, deixando este Órgão fracionário de analisar o mérito da questão de inconstitucionalidade.
3- Não se faz necessária a indicação exata do(s) dispositivo(s) constitucional(is) violado(s) pela Lei Municipal n.º 1678/85, tendo em vista o acórdão embargado ter sido expresso em dizer que houve ofensa ao princípio da moralidade.
4- Os novos embargos declaratórios devem ser restritos à decisão nos aclaratórios antecedentes sob pena de rejeição. A objetivação de rediscussão da matéria é incompatível com esta espécie recursal.
5- A Lei municipal n.º 1678/85 é anterior à Constituição Federal de 1988, o que prejudica o incidente de inconstitucionalidade, uma vez que o fenônemo que aqui se observa é o da não recepção, que pode ser reconhecido por órgão fracionário deste Egrégio Tribunal, sem violação à cláusula de reserva de plenário. Precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça.
6- Declarada a não recepção da Lei municipal n.º 1678/85, não há nenhum diploma legal que acolha a pretensão dos embargantes, devendo ser mantido o primeiro julgado desta Colenda Câmara que reformou a sentença do Juízo de primeiro grau.
7- Em razão do reconhecimento, por esta Colenda Câmara, da não recepção da Lei Municipal n.º 1678/85, desnecessária se torna a manifestação com relação à lei municipal revogadora de n.º 2057/90.
8- Conforme artigo 17 do ADCT, quaisquer proventos, remunerações e vantagens, que sejam recebidos em desacordo com o Texto Constitucional serão imediatamente reduzidos, não se admitindo invocação de direito adquirido.

9- Recurso conhecido e parcialmente provido para restaurar os efeitos do julgamento da remessa necessária e da apelação, com a ressalva de que não se trata de inconstitucionalidade, mas sim de não recepção.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de **Embargos de Declaração** em que são partes **FERNANDO CÉSAR LARANJA PINTO E OUTROS** contra **MUNICÍPIO** CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento parcial ao recurso.

78- Embargos de Declaração Ag Interno
Ap Civel Nº 12060018897
CARIACICA - 3ª VARA CÍVEL
EMGTE BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A
Advogado(a) GUSTAVO LUIS TEIXEIRA DAS CHAGAS
Advogado(a) LEONARDO DE MEDEIROS GARCIA
Advogado(a) VALTER LUCIO DE OLIVEIRA
EMGDO DISTRIBUIDORA GIACOMIM LTDA ME
Advogado(a) ERNANDES GOMES PINHEIRO
Advogado(a) JEFFERSON APARICIO CAMPANA
Advogado(a) JOAO CEZAR SANDOVAL FILHO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

79- Embargos de Declaração Ag Interno
Ap Civel Nº 12060052631
CARIACICA - 3ª VARA CÍVEL
EMGTE BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A
Advogado(a) LUIZ ANTONIO DE SOUZA
Advogado(a) LUIZ ANTONIO STEFANON
Advogado(a) MARCUS VINICIUS SILVA ARAUJO
Advogado(a) WANDERSON CORDEIRO CARVALHO
EMGDO DISTRIBUIDORA GIACOMIN LTDA-ME
Advogado(a) JEFFERSON APARICIO CAMPANA
Advogado(a) JOAO CEZAR SANDOVAL FILHO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

80- Embargos de Declaração Ap Civel Nº 12060061145
CARIACICA - 3ª VARA CÍVEL
EMGTE VANDERLEI CALLEGARI
Advogado(a) ANSELMA DA PENHA BERNARDOS
Advogado(a) WANDS SALVADOR PESSIN
Advogado(a) WATT JANES BARBOSA
EMGDO AUTO PEÇAS NACIONAL LTDA
Advogado(a) ASTROGILDO ROSA OLIVEIRA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

81- Embargos de Declaração
Rem Ex-officio Nº 12060123895
CARIACICA - VARA FAZ PUB ESTADUAL/REG PÚBLICO/MEIO AMBIENTE
EMGTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) EVELYN BRUM CONTE
EMGDO GILVAN SOARES BRANDAO
Advogado(a) LEE STEPHAN DE ALMEIDA
Advogado(a) RODRIGO STEPHAN DE ALMEIDA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

82- Embargos de Declaração Ap Civel Nº 14050038968
COLATINA - 2ª VARA CÍVEL
EMGTE ZILMA PANCIERI BERGHER
Advogado(a) STEFANIA SCHIMITH BERGHER
EMGDO LOURDES PEZZIM CORADINI
Advogado(a) CARLOS ALBERTO DE JESUS SANTOS
Advogado(a) ELVIS CUNHA FARIAS
EMGDO ANTONIO NEVES CORADINI
Advogado(a) CARLOS ALBERTO DE JESUS SANTOS
Advogado(a) ELVIS CUNHA FARIAS
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
1. A omissão apta a ensejar o recurso de Embargos de Declaração refere-se aos pontos que deveriam ter sido decididos e não aos argumentos das partes. Precedente STJ.
2. A contradição que viabiliza os Embargos aclaratórios há de se estabelecer entre os fundamentos da decisão embargada, ou entre as proposições contidas na parte dispositiva ou, por fim, entre proposições contidas nos fundamentos e aquelas contidas na parte dispositiva do julgado.
3. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
4. Recurso desprovido.

CÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

83- Embargos de Declaração Ag Interno
Ap Civel Nº 24000133926
VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
EMGTE C & A MODAS LTDA
Advogado(a) CRISTINA CORDEIRO DOS SANTOS
Advogado(a) FLAVIO CHEIM JORGE
Advogado(a) MARCELO ABELHA RODRIGUES
EMGDO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) ADRIANO FRISSO RABELO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
1. A omissão apta a ensejar o recurso de Embargos de Declaração refere-se aos pontos que deveriam ter sido decididos e não aos argumentos das partes. Precedente STJ.
2. A contradição que viabiliza os Embargos aclaratórios há de se estabelecer entre os fundamentos da decisão embargada, ou entre as proposições contidas na parte dispositiva ou, por fim, entre proposições contidas nos fundamentos e aquelas contidas na parte dispositiva do julgado.
3. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
4. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

84- Embargos de Declaração
Ap Civel Nº 24010024644
VITÓRIA - 3ª VARA CÍVEL
EMGTE UBIRAJARA MARTINELLI
Advogado(a) FERNANDO DE ABREU JUDICE
Advogado(a) KATIUSKA MARA OLIVEIRA ZAMPIER
Advogado(a) LUCIANA MARQUES DE ABREU JUDICE
Advogado(a) MAIRA CAMPANA SOUTO GAMA
Advogado(a) RODRIGO MARQUES DE ABREU JUDICE
Advogado(a) WEBER CAMPOS VITRAL
EMGDO RITA DO CARMO VENTURIM
Advogado(a) ANTONIO TADEU DE ALMEIDA PEREIRA
Advogado(a) ELZA AUXILIADORA LOSS DOS REIS
Advogado(a) LEONIDAS EDUARDO F DE OLIVEIRA
Advogado(a) OLY EDUARDO DE OLIVEIRA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2.Recurso desprovido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

85- Embargos de Declaração Ap Civel Nº 24030008437
VITÓRIA - 8ª VARA CÍVEL
EMGTE PARATODOS TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Advogado(a) ALEX DE FREITAS ROSETTI
Advogado(a) ANA CAROLINA MACHADO LIMA
Advogado(a) ANDREA JUNGER QUEIROZ
Advogado(a) CARLOS EDUARDO AMARAL DE SOUZA
Advogado(a) CRISTINA CORDEIRO DOS SANTOS
Advogado(a) DIOGO PAIVA FARIA
Advogado(a) EDERSON HENRIQUE DEVENS ALMEIDA
Advogado(a) FLAVIO CHEIM JORGE
Advogado(a) LUCIANA FERREIRA PINTO
Advogado(a) MARCELO ABELHA RODRIGUES
EMGDO CIMA EMPREENDIMENTOS DO BARSIL LTDA
Advogado(a) CAROLINA LEMOS PICANÇO
Advogado(a) FABIANO LOPES FERREIRA
Advogado(a) FLAVIO NARCISO CAMPOS
Advogado(a) GUILHERME CALDEIRA LANDEIRO
Advogado(a) RODRIGO CAMPANA TRISTAO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

86- Embargos de Declaração Rem Ex-officio Nº 24030101612
VITÓRIA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
EMGTE IPAMV
Advogado(a) CAROLINE DE PAULA AZEVEDO PILONI
Advogado(a) HELOÍSA MARIA BARCELLOS RANGEL
Advogado(a) MARCOS ANTONIO AZEVEDO SIMOES
EMGDO ALOYSIO MERIGUETI BRANDÃO
Advogado(a) GIOVANNI ROCHA DAS NEVES
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. DECADÊNCIA. ATO COATOR ÚNICO DE EFEITOS PERMANENTES. RECURSO PROVIDO.
1. "A decadência, por ser matéria de ordem pública, deve ser declarada a qualquer tempo, perante as instâncias ordinárias, até de ofício. Precedentes".(REsp 1082600/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/03/2009, DJe 17/03/2009).
2. Recurso provido para reconhecer a decadência da via mandamental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento aos embargos declaratórios, nos termos do voto do e. relator.

87- Embargos de Declaração
Ap Civel Nº 24050020940
VITÓRIA - 2ª VARA CÍVEL
EMGTE SINDIALIMENTAÇAO SINDICATO TRAB EM ALIMENT E AFINS DO ES
Advogado(a) LUIS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA
EMGDO INDUSTRIA DE BEBIDAS ANTARCTICA DO SUDESTE S/A
Advogado(a) ANDREANE ROCHA THOMAZ
Advogado(a) BRUNO BARBOSA COMARELLA
Advogado(a) BRUNO RIBEIRO DE CARVALHO
Advogado(a) CAROLINA DE PINHO TAVARES
Advogado(a) CAROLINE CRUZ WALSH MONTEIRO
Advogado(a) CLAUDIA BARBOSA DE OLIVEIRA MELLO
Advogado(a) DANIEL PESSALI A OLIVEIRA
Advogado(a) DIOGO KOSMINSKY PROTASIO
Advogado(a) FABIOLA VIEGAS ALFENAS
Advogado(a) JUNIA MARTINS DA COSTA GARCIA
Advogado(a) LÂINA PESSIMILIO CASER
Advogado(a) LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO

Advogado(a) MARCELLA RIOS GAVA FURLAN
Advogado(a) PAULO VICTOR SANTIAGO HORTA
Advogado(a) PETER DE MORAES ROSSI
Advogado(a) VALERIA MAGALHAES NOGUEIRA
EMGDO COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS
Advogado(a) ALINE COELHO SIMÕES TRAVASSO SOARES
Advogado(a) ANDREANE ROCHA THOMAZ
Advogado(a) BRUNO BARBOSA COMARELLA
Advogado(a) BRUNO RIBEIRO DE CARVALHO
Advogado(a) CAROLINA DE PINHO TAVARES
Advogado(a) CAROLINE CRUZ WALSH MONTEIRO
Advogado(a) CLAUDIA BARBOSA DE OLIVEIRA MELLO
Advogado(a) DANIEL PESSALI A OLIVEIRA
Advogado(a) DIOGO KOSMINSKY PROTASIO
Advogado(a) FABIOLA VIEGAS ALFENAS
Advogado(a) JUNIA MARTINS DA COSTA GARCIA
Advogado(a) LÂINA PESSIMILIO CASER
Advogado(a) LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO
Advogado(a) MARCELLA RIOS GAVA FURLAN
Advogado(a) PAULO VICTOR SANTIAGO HORTA
Advogado(a) PETER DE MORAES ROSSI
Advogado(a) RICARDO DA CUNHA BORGES
Advogado(a) VALERIA MAGALHAES NOGUEIRA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

88- Embargos de Declaração Ap Civel Nº 24050166230
VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
EMGTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) CAROLINA BONADIMAN ESTEVES
EMGDO COSME DELDUQUE GUARNIER
Advogado(a) DANILO SIMOES MACHADO
Advogado(a) RONALDO MOREIRA MACHADO
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO E CONTRADIÇÃO - INEXISTENTES - ARGUMENTOS DEVIDAMENTE ENFRENTADOS - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

1 - Os Embargos Declaratórios não se prestam à rediscussão de mérito.

2 - Tendo o acórdão recorrido enfrentado todos os argumentos aduzidos pela parte recorrente, não há que se falar em omissão.

3 - O Tribunal não fica obrigado a pronunciar-se acerca de todos os artigos de lei invocados pela parte, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional.

4 - Recurso conhecido, mas desprovido.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

89- Embargos de Declaração Ap Civel Nº 24050193630
VITÓRIA - 9ª VARA CÍVEL
EMGTE CAMPANHIA DE SEGUROS MINAS BRASIL
Advogado(a) GRACYELLEN LEITE MOREIRA
Advogado(a) GUSTAVO SICILIANO CANTISANO
Advogado(a) HARLLEN DINIZ DO VALE NASCIMENTO
Advogado(a) JAIRO TORRES PERDIGAO
Advogado(a) LEANDRO FIGUEIRA VAN DE KOKEN
Advogado(a) MARIO SAMPAIO FERNANDES
Advogado(a) RAFAEL CARAO LUCAS
Advogado(a) RODRIGO ZACCHE SCABELLO
Advogado(a) RUDOLF JOAO RODRIGUES PINTO
Advogado(a) VICTOR ZANELATO MARTINS
EMGDO ELVIRA BRIGIDA VALADARES SOARES
Advogado(a) HENRIQUE ROCHA FRAGA
Advogado(a) RODOLPHO RANDOW DE FREITAS
Advogado(a) SAMYRA C. PERUCHI
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL - CONTRADIÇÃO - INOCORRÊNCIA - INCONFORMISMO DA PARTE - IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA PELA PRESENTE VIA RECURSAL - OMISSÕES - OCORRÊNCIA - ARGUMENTOS ENFRENTADOS PELO PRESENTE RECURSO - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1 - Os Embargos Declaratórios não se prestam à rediscussão de mérito.

2 - Assim, não havendo contradição no interior do pronunciamento judicial atacado, não há que se falar na reforma do convencimento firmado.

3 - No que pertine às omissões apontadas, verifica-se que realmente ocorreram.

4 - Todas as referidas omissões foram devidamente enfrentadas e supridas nos termos do voto.

5 - Recurso conhecido e parcialmente provido.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento parcial ao recurso.

90- Embargos de Declaração Ap Civel Nº 24050235464
VITÓRIA - 4ª VARA DE FAMÍLIA
EMGTE/EMGDO GETULIO RAMOS PIMENTEL
Advogado(a) EDNÉIA VIEIRA
Advogado(a) LUCIA MARIA RORIZ VERISSIMO PORTELA
EMGDO/EMGTE G R P J (MENOR IMPUBERE)
Advogado(a) ARLETTE ULIANA
EMGDO/EMGTE I C P (MENOR IMPUBERE)
Advogado(a) ARLETTE ULIANA
EMGDO/EMGTE MOANE FERREIRA PIMENTEL
Advogado(a) ARLETTE ULIANA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

91- Embargos de Declaração Emb Declaração
Emb Declaração Ap Civel Nº 24059008722
VITÓRIA - 4ª VARA CÍVEL

EMGTE/EMGDO GILBERTO MARTINS FILHO
Advogado(a) FERNANDO ANDRE SAIDE MARTINS
Advogado(a) REQUERIDO EM CAUSA PROPRIA
Advogado(a) VITOR SAIDE AZEVEDO
EMGDO/EMGTE BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
Advogado(a) ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO REJEITADO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso rejeitado

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

92- Embargos de Declaração Ag Interno
Ap Voluntária Rem Ex-officio Nº 24060084852
VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
EMGTE ALBER DA SILVA GOMES MOREIRA
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
EMGTE ALVARO ALBANI COSTA
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
EMGTE DENISON HESE DA SILVA
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
EMGTE JULIANA DA CRUZ BORGES
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
EMGTE MICHELLI APRIGIO LEBAL
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
EMGTE OBERDAN FRAGA BROETTO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
EMGTE PRISCILA BRAGA DE MELO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
EMGTE THIAGO PATTA RABELLO
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
EMGTE WAGNER PINHEIRO DE CARVALHO JUNIOR
Advogado(a) VERONICA FELIX CORDEIRO
EMGDO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) DANILO DAVID RIBEIRO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

93- Embargos de Declaração Ap Civel Nº 24060206992
VITÓRIA - 7ª VARA CÍVEL
EMGTE SIDEPAR SIDERURGICA PARANAENSE LTDA
Advogado(a) ALESSANDRA DE ALMEIDA LAMBERTI
Advogado(a) ALEXANDRE MARÇAL PEREIRA
Advogado(a) GERALDO ELIAS BRUM
Advogado(a) LEONARDO NUNES MARQUES
Advogado(a) LUIZ GUSTAVO TARDIN
Advogado(a) RICARDO BARROS BRUM
EMGDO CST COMPANHIA SIDERURGICA DE TUBARAO
Advogado(a) AMANDA CUNHA CIDADE HEIZER
Advogado(a) ANDRE LUIZ ALVES QUINTELA JUNIOR
Advogado(a) BRUNO SERRAT DE AGUIAR
Advogado(a) ELISANGELA VASCONCELOS CALMON
Advogado(a) GERALDO MAGELA CURTINHAS VIEIRA JUNIOR
Advogado(a) HUGO CRUZ MAESTRI
Advogado(a) IMERO DEVENS
Advogado(a) IMERO DEVENS JUNIOR
Advogado(a) MANOELA FANI DIAS RESENDE
Advogado(a) MARCELO PAGANI DEVENS
Advogado(a) MAURICIO MESQUITA
Advogado(a) RAQUEL MARTINHO MENDES PESSANHA
Advogado(a) RONES JUNIOR VARGAS
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. PALAVRA IRRELEVANTE PARA A COMPREENSÃO DO JULGADO. RECURSO DESPROVIDO.
1.A existência de um palavra irrelevante para a resolução e compreensão do controvérsia no bojo do julgado não constitui obscuridade apta a ensejar o provimento do recurso de Embargos de Declaração.
2.Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

94- Embargos de Declaração Ap Civel Nº 24070135355
VITÓRIA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
EMGTE MUNICIPIO DE VITORIA
Advogado(a) PATRICIA M GAZOLA
EMGDO MILTON GOMES
Advogado(a) URSULA DE SOUZA VAN-ERVEN
RELATOR DES. CARLOS SIMÕES FONSECA
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

A C Ó R D Ã O

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL - NÃO INDICAÇÃO DO FUNDAMENTO DOS EMBARGOS E VEICULAÇÃO DE MATÉRIA NOVA - REJEIÇÃO - RESPONSABILIDADE PRINCIPAL DO MUNICÍPIO EM FORNECER MEDICAMENTOS - INEXISTÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO ENTRE MUNICÍPIO E ESTADO - EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO ACOLHIDOS.
1. Inexistindo clara demonstração do vício que os embargos declaratórios visam a corrigir (omissão, obscuridade, contradição, erro material ou prequestionamento), bem como havendo explícito pronunciamento no acórdão embargado quanto a questão já decidida e reiterada nos declaratórios, impõe-se a rejeição do recurso.
2. Matéria não ventilada na apelação e, por conseguinte, não versida no acórdão não pode ser arguida em embargos de declaração.
3. Dentro da estrutura do SUS cabe aos Municípios, em primeiro plano, o dever de fornecer medicamentos, sendo a do Estado supletiva, relacionada à insuficiência de o ente local suprir a demanda dos munícipes. Contudo, tal entendimento não pode ser invocado para o fim de obstar o fornecimento de medicamento ao cidadão, de modo que não há litisconsórcio passivo necessário entre Município e Estado.
4. Embargos de declaração rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de Agravo Interno no Agravo de Instrumento em que são partes Município de Vitória e Milton Gomes.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios.

95- Embargos de Declaração Ag Interno Ap Civel Nº 24079013785
VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
EMGTE ACELY RIBEIRO DE SOUZA SAADE
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA

Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE ANTONIO LUIZ COUTINHO LAMONICA
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE CLAUDIO SHEIDEGGER SANTOS
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE DELIO RIBEIRO ALEGRO
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE DILMA QUEIROZ BELLO
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE GERALDA MARIA BORGES SILVA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE GILSON MURILLO
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE HOMERO COUTO ESTEVES
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE JAILSON DUARTE
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE JARDELIO JOSE DA SILVA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE JOANA CELIA SILVA GLASSNER
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE JOAO DOMINGOS BERTOLINI
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE JOSE LUIZ DA SILVA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE KATIA MARIA GOMES
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE LAEL VELOSO DARDENGO
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE LEA MARA RODRIGUES
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE MARIA AUXILIADORA SIMAS FARIA RANGEL
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE MARIA DA PENHA SIMOES DE FREITAS
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE MARIA DALVA REGIS LELLIS
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO NADER
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE MARIA DAS GRACAS FERREIRA BICHARA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE MARIA DAS GRAÇAS NASCIMENTO DE ALMEIDA
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE MARIA DAS GRAÇAS PAIVA
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE MARIA DE FATIMA IZOTON PONTES
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE MARIA DE LOURDES BROEDEL DA COSTA
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE MARIA HELENA DE CASTRO MOURA
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE MIRIAN LISBOA SANTOS CORREA
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE NEUSA RAGONHA OROSZ
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE NEUZA SOLANGE PAPI DINIZ
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE NILCEA COELHO EVANGELISTA
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE OLCIMAR RUBENS DE CARVALHO
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE RITA DE CASSIA DOS SANTOS ALVARENGA
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE ROBERTO MORAES DUARTE
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE SANDRA MARIA SCARPAT
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE SONIA MARIA RIBEIRO
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE SUIMAR MARIA FREITAS DE OLIVEIRA
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE VALERIA DE FREITAS VALBON
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGTE WILMAR BASTOS COSTA
Advogado(a) FILIPE PIM NOGUEIRA
Advogado(a) RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA
Advogado(a) SETEMBRINO PELISSARI
EMGDO INST DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA JERONIMO MONTEIRO - IPAJM
Advogado(a) ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES
Advogado(a) AUDIONETE ALVES PINHEIRO DA ROCHA
Advogado(a) CARLOS HENRIQUE STABAUER RIBEIRO
Advogado(a) CESAR EDUARDO BARROS DE SIQUEIRA
Advogado(a) ÉRSEN JOSÉ RIBEIRO SANTOS

Advogado(a) EVELYN BRUN CONTE
Advogado(a) HENRIQUE ROCHA FRAGA
Advogado(a) JOCELAN ALVES CORREA
Advogado(a) JOSE ALEXANDRE RESENDE BELLOTE
Advogado(a) JULIA RECH ROSALEM
Advogado(a) JULIANA LUCINDO DE OLIVEIRA
Advogado(a) LEANDRO BARBOSA MORAIS
Advogado(a) LUIS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA
Advogado(a) MARIANA DE FRANCA PESTANA
Advogado(a) MICHELLE FREIRE CABRAL
Advogado(a) NAMYR CARLOS DE SOUZA FILHO
Advogado(a) PAULO SERGIO AVALLONE MARSCHALL
Advogado(a) PEDRO SOBRINO PORTO VIRGOLINO
Advogado(a) RODRIGO ANTONIO GIACOMELLI
Advogado(a) RODRIGO DA ROCHA RODRIGUES
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

96- Embargos de Declaração Ag Interno
Agv Instrumento Nº 24079014874
VITÓRIA - 10ª VARA CÍVEL
EMGTE JOAQUIM AUGUSTO DE AZEVEDO SAMPAIO NETTO
Advogado(a) ANTONIO AUGUSTO DALAPICOLA SAMPAIO
Advogado(a) JOAO BATISTA DALAPICOLA SAMPAIO
Advogado(a) SEDNO ALEXANDRE PELISSARI
EMGDO COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
Advogado(a) ANA CRISTINA MUNHOS DE SOUZA
Advogado(a) FRANCINE FAVARATO LIBERATO
Advogado(a) FRANCISCO ANTONIO CARDOSO FERREIRA
Advogado(a) IARA QUEIROZ
Advogado(a) LORENA DADALTO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

97- Embargos de Declaração Ag Interno
Agv Instrumento Nº 24079017679
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
EMGTE EURO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS S/A
Advogado(a) BRUNO REIS FINAMORE SIMONI
Advogado(a) EDUARDO METZKER FERNANDES
Advogado(a) ERIKA CAVERSAN VASCONCELOS
Advogado(a) LUIZ FELIPE ZOUAIN FINAMORE SIMONI
Advogado(a) LUIZ JOSE FINAMORE SIMONI
Advogado(a) RODRIGO DA ROCHA SCARDUA
Advogado(a) TIAGO SIMONI NACIF
EMGDO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) ALEMER JABOUR MOULIN
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 21/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

98- Embargos de Declaração
Ap Civel Nº 24079018180
VITÓRIA - 2ª VARA CÍVEL
EMGTE ALDO SOARES DE OLIVEIRA
Advogado(a) DOMINGOS DE SA FILHO
Advogado(a) SANDRO DE MATOS ZAGO
EMGTE MARIA DAS DORES OLIVEIRA
Advogado(a) DOMINGOS DE SA FILHO
Advogado(a) SANDRO DE MATOS ZAGO
EMGDO BANESTES S.A
Advogado(a) ANOZOR ALVES DE ASSIS
Advogado(a) BRUNO CURTY VIVAS
Advogado(a) CLAUDIA VALLI CARDOSO
Advogado(a) FERNANDA ALVES DE MATTOS MENEGUSSI
Advogado(a) FRANKLIN DELMAESTRO
Advogado(a) GERALDO LUIZ DA SILVEIRA
Advogado(a) GISLAINE DE OLIVEIRA
Advogado(a) JOSE ALOISIO PEREIRA SOBREIRA
Advogado(a) KATIA GIANORDOLI MALTA
Advogado(a) LUIZ ALFREDO PRETTI
Advogado(a) LUIZ CARLOS DE ABREU
Advogado(a) NEUZA SCHULTHAIS ANDRADE
Advogado(a) OMAR DE ALBUQUERQUE MACHADO JÚNIOR
Advogado(a) PATRÍCIA RAGAZZI
Advogado(a) RENATO BONINSENHA DE CARVALHO
Advogado(a) SANDRA MARIA DE OLIVEIRA BAPTISTA
Advogado(a) SERGIO BERNARDO CORDEIRO
Advogado(a) THEREZA MARIA SEIDL NICOLETTI
Advogado(a) VALMIR CAPELETO GUARNIER
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

99- Embargos de Declaração Ag Interno
Agv Instrumento Nº 24089005656
VITÓRIA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
EMGTE INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO EST Advogado(a) AUDIONETE ALVES PINHEIRO DA ROCHA
Advogado(a) ERICA VERVLOET MOTTA

Advogado(a) JULIA RECH ROSALEM
Advogado(a) JULIANA LUCINDO DE OLIVEIRA
Advogado(a) LEANDRO BARBOSA MORAIS
Advogado(a) MARCELO BENETELE FERREIRA
Advogado(a) MARIANA DE FRANCA PESTANA
Advogado(a) MICHELLE FREIRE CABRAL
Advogado(a) PILAR LUCAS SILVA NUNES
Advogado(a) RODRIGO ANTONIO GIACOMELLI
Advogado(a) RODRIGO DA ROCHA RODRIGUES
Advogado(a) ROSANGELA RODRIGUES MAIA
EMGDO NICOLA PONZO
Advogado(a) EVANDRO DE CASTRO BASTOS
Advogado(a) FELIPE TEIXEIRA SCHWAN
Advogado(a) GABRIELA FARDIN PERIM BASTOS
Advogado(a) GUILHERME MIRANDA RIBEIRO
Advogado(a) RAFAEL SANTA ANNA ROSA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 24089005656.
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO PREJUDICADO.
1.A prolação da sentença torna insubsistente o interesse no julgamento do recurso interposto em face da tutela de urgência.
2.Recurso prejudicado.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, julgar prejudicado o recurso, preliminarmente.

100- Embargos de Declaração
Agv Instrumento Nº 24089006746
VITÓRIA - 1ª VARA CÍVEL
EMGTE JOSE RICARDO PEROVANO
Advogado(a) CARLOS ALBERTO PIMENTEL
EMGTE JOSE ALCIDES PEROVANO
Advogado(a) CARLOS ALBERTO PIMENTEL
EMGDO PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL ES
Advogado(a) CINTHIA CYPRESTE SANSON
Advogado(a) ROSA MARIA ASSAD GOMEZ
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos. CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

101- Embargos de Declaração Agv Instrumento Nº 24089015028
VITÓRIA - 1ª VARA CÍVEL
EMGTE EDUARDO ALMEIDA FERRAZ
Advogado(a) CARLOS FELIPE DOS SANTOS LYRA
Advogado(a) FABIO LYRIO GARONE
Advogado(a) VITOR SAIDE AZEVEDO
EMGDO MULTIMEX S/A
Advogado(a) ALOIZIO FARIA DE SOUZA FILHO
Advogado(a) CAROLINA LEMOS PICANÇO
Advogado(a) FABIANO LOPES FERREIRA
Advogado(a) FLAVIO NARCISO CAMPOS
Advogado(a) GUILHERME CALDEIRA LANDEIRO
Advogado(a) LUCAS CAMPOS DE SOUZA
Advogado(a) MARIANA WEIGERT DE AZEVEDO
Advogado(a) PRISCILLA MIKI LIMA KASHIMOTO
Advogado(a) RODRIGO CAMPANA TRISTAO
Advogado(a) RUBENS CAMPANA TRISTAO
Advogado(a) VICTOR DE CARVALHO STANZANI
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: QUESTÃO DE ORDEM - RELATOR VENCIDO - PRIMEIRO VOTO DIVERGENTE - Desembargador competente para redigir O ACÓRDÃO - violação de norma regimental - anulação do acórdão - embargos prejudicados.

1 - Nos termos do art. 144, §1º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, compete ao Relator a redação do Acórdão, salvo se vencido, ocasião em que o Desembargador que proferir o primeiro voto divergente será o competente para confeccionar o Acórdão vencedor.
2 - Tendo sido violado a norma regimental, anula-se o Acórdão para que o julgador competente o redija.
3 - Embargos declaratórios prejudicados.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, votar pela anulação do referido acórdão para que novo seja redigido e publicado nos termos da norma regimental.

102- Embargos de Declaração Rem Ex-officio Nº 24920118171
VITÓRIA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
EMGTE MUNICIPIO DE VITORIA
Advogado(a) SANDOVAL ZIGONI JUNIOR
Advogado(a) SANDRO VIEIRA DE MORAES
EMGDO TELEMAR NORTE LESTE S/A
Advogado(a) ALINE MENDONCA NOGUEIRA DA GAMA
Advogado(a) AMANDA CUNHA CIDADE HEIZER
Advogado(a) FELIPE VIEIRA NOGUEIRA
Advogado(a) IMERO DEVENS
Advogado(a) IMERO DEVENS JUNIOR
Advogado(a) MANOELA FANI DIAS RESENDE
Advogado(a) MARCELO PAGANI DEVENS
Advogado(a) MAURICIO MESQUITA
Advogado(a) SACHA CALMON NAVARRO COELHO
Advogado(a) SHELLEY LUCY RODRIGUES
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 24920118171.
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. OMISSÃO. RECURSO DESPROVIDO.
1.Inadmissível o conhecimento de um segundo recurso de Embargos de Declaração opostos em face da mesma decisão ante o reconhecimento da preclusão consumativa.
2.Inexiste omissão no julgado, se o orgão julgador se manifesta de forma expressa sobre a matéria suscitada.
3.Recurso inadmitido e recurso desprovido.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

103- Embargos de Declaração Rem Ex-officio Nº 30040000371
LINHARES - 3ª VARA CÍVEL FAZENDA E REG PÚBLICOS
EMGTE INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
Advogado(a) ALEXANDER BARROS
Advogado(a) WALDIR MIRANDA RAMOS FILHO
EMGDO VALSIRA ESPINI LIBERATO
Advogado(a) JADER NOGUEIRA
Advogado(a) RAMON CAMILO DE CASTRO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
1.A contradição que viabiliza os Embargos aclaratórios há de se estabelecer entre os fundamentos da decisão embargada, ou entre as proposições contidas na parte dispositiva ou, por fim, entre proposições contidas nos fundamentos e aquelas contidas na parte dispositiva do julgado.
2. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
3. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

104- Embargos de Declaração Ap Civel Nº 30040007798
LINHARES - 3ª VARA CÍVEL FAZENDA E REG PÚBLICOS
EMGTE ECAD - ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO
Advogado(a) EUCLIDES NUNO RIBEIRO NETO
Advogado(a) RICARDO TADEU RIZZO BICALHO
EMGDO MUNICIPIO DE LINHARES
Advogado(a) HELIO JOSE COFFLER
Advogado(a) VALDORETI FERNANDES MATTOS
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 30040007798.

RELATOR: DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JR.
RECORRENTE: ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO – ECAD.
ADVOGADO: EUCLIDES NUNO RIBEIRO NETO E OUTROS.
RECORRIDO: MUNICÍPIO DE LINHARES.
ADVOGADO: HÉLIO JOSÉ COFFLER.

EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO PRESENTE. RECURSO PROVIDO.
1.Não é cabível a tutela inibitória para eventos futuros e incerto nos termos do art. 105 da Lei nº 9.610/98.
2.Recurso provido para sanar a omissão apontada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, dar provimento aos embargos declaratórios.

105- Embargos de Declaração
Rem Ex-officio Nº 45060018780
SÃO GABRIEL DA PALHA - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
EMGTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Advogado(a) RAFAEL INDUZZI DREWS
EMGDO WALTER JOSE DE AGUIAR
Advogado(a) GENES TADEU WANDERMUREM
Advogado(a) JORGE IGNACIO
Advogado(a) MONIKE FARIAS WANDERMUREM
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

106- Embargos de Declaração Ag Interno
Agv Instrumento Nº 48079000948
SERRA - 5ª VARA CÍVEL
EMGTE MARIA TEREZA FELLER FERNANDES
Advogado(a) SANDRA RIBEIRO VENTORIM
EMGDO CLAUDIO BORGES NUNES
Advogado(a) CLAUDIO BORGES NUNES
Advogado(a) JOSE CELSO RAMOS
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

107- Embargos de Declaração Ag Interno
Emb Declaração Agv Instrumento Nº 48089001191
SERRA - VARA FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL
EMGTE DROGARIA MEIRELLA LTDA ME
Advogado(a) CHRISCIANA DE OLIVEIRA MELLO
Advogado(a) FABRICIANO LEITE DE ALMEIDA
Advogado(a) MARCELLO GONÇALVES FREIRE
Advogado(a) MARIANA MARTINS BARROS
Advogado(a) RODRIGO CARLOS DE SOUZA
Advogado(a) RODRIGO SILVA MELLO
Advogado(a) ROVENA ROBERTA DA SILVA LOCATELLI
Advogado(a) SERGIO CARLOS DE SOUZA
Advogado(a) TAYSA BALDO DO NASCIMENTO
EMGTE DROGASOL LTDA ME
Advogado(a) CHRISCIANA DE OLIVEIRA MELLO
Advogado(a) FABRICIANO LEITE DE ALMEIDA
Advogado(a) MARCELLO GONÇALVES FREIRE
Advogado(a) MARIANA MARTINS BARROS
Advogado(a) RODRIGO CARLOS DE SOUZA
Advogado(a) RODRIGO SILVA MELLO
Advogado(a) ROVENA ROBERTA DA SILVA LOCATELLI
Advogado(a) SERGIO CARLOS DE SOUZA
Advogado(a) TAYSA BALDO DO NASCIMENTO
EMGDO MUNICIPIO DA SERRA
Advogado(a) JOAO FRANCISCO PETRONETO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

108- PROCESSO EXCLUÍDO

109- Embargos de Declaração Ag Interno Agv Instrumento Nº 59089000026
FUNDÃO - CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO

EMGTE FRIGOPAN FRIGORIFICO ABATEDOURO FUNDAO LTDA
Advogado(a) MARCO ANTONIO GAMA BARRETO
Advogado(a) RICARDO CAMPOS
Advogado(a) SERGIO MONTEIRO CUPERTINO DE CASTRO
Advogado(a) TAREK MOYSES MOUSSALLEM
EMGDO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) CHRISTIANO DIAS LOPES NETO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

110- Embargos de Declaração Ag Interno
Agv Instrumento Nº 59089000034
FUNDÃO - CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
EMGTE FRIGOPAN FRIGORIFICO ABATEDOURO FUNDAO LTDA
Advogado(a) MARCO ANTONIO GAMA BARRETO
Advogado(a) RICARDO CAMPOS
Advogado(a) SERGIO MONTEIRO CUPERTINO DE CASTRO
Advogado(a) TAREK MOYSES MOUSSALLEM
EMGDO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) DOUGLAS GIANORDOLI SANTOS JUNIOR
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.
1. A rediscussão da causa em Embargos de Declaração é inadmissível. Precedentes do STJ.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

111- Embargos de Declaração Emb Declaração
Emb Declaração Emb Declaração
Emb Declaração Emb Declaração
Emb Declaração Ap Civel Nº 69010111644
MARATAÍZES - VARA CÍVEL
EMGTE MARINALVA FERREIRA DOS SANTOS DE ANDRADE
Advogado(a) ANOZOR ALVES DE ASSIS
EMGTE BRADESCO SEGUROS S/A
Advogado(a) AROLDO LIMONGE
Advogado(a) BIANCA VALLORY LIMONGE RAMOS
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REITERAÇÃO - APLICAÇÃO DE MULTA - POSSIBILIDADE - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - INAFASTABILIDADE DA PUNIÇÃO - INTIMAÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL - VEDADO PELO REGIMENTO INTERNO - ELEVAÇÃO DA MULTA - ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

1 - Os benefícios da assistência judiciária gratuita previstos na Lei 1.060/50 não isentam as partes do processo do pagamento de toda e qualquer verba passível de condenação aos litigantes, mas somente daquelas previstas expressamente nesse diploma normativo *(STJ; Resp 917769/RS, Ministro Luis Felipe Salomão, DJ 29/06/09).*

2 - Sendo assim, não há que se falar na subtração da multa de 1% (um por cento) aplicada.

3 - No que corresponde ao pedido de intimação para sustentação oral, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, não foi acolhido em razão da ausência de previsão legal.

4 - O § 2º do artigo 134, do Regimento Interno de nosso Egrégio Tribunal de Justiça (Resolução nº 15/95), é expresso ao vedar a concessão de tal pedido.

5 - Verifica-se que a parte embargante vem se utilizando reiteradamente do direito de interpor recurso de Embargos de Declaração com o manifesto propósito de retardar o desfecho da presente lide, bem como o cumprimento da decisão que lhe foi desfavorável.

6 - Sendo assim, eleva-se a multa de 1% (um por cento) para 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente corrigido, acrescida de juros até o efetivo pagamento.

7 - Além disso, a interposição de qualquer outro recurso fica condicionada ao recolhimento integral da referida quantia.

8 - Recurso conhecido, mas desprovido.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

112- Embargos de Declaração Emb Declaração
Emb Declaração Emb Declaração
Ag Interno Emb Declaração
Emb Declaração Emb Declaração
Emb Declaração Ap Civel Nº 69010111909
COMARCA DE MARATAÍZES
EMGTE MARINALVA FERREIRA DOS SANTOS DE ANDRADE
Advogado(a) ANOZOR ALVES DE ASSIS
Advogado(a) FELIPE BERTRAND SARDEMBERG MOULIN
Advogado(a) LUIZ BERNARD SARDENBERG MOULIN
Advogado(a) LUIZ FERRAZ MOULIN
EMGDO BRADESCO SEGUROS S/A
Advogado(a) AROLDO LIMONGE
Advogado(a) BIANCA VALLORY LIMONGE RAMOS
Advogado(a) CELSO BITTENCOURT RODRIGUES
Advogado(a) MARIANA CABAS E BICCAS
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REITERAÇÃO - APLICAÇÃO DE MULTA - POSSIBILIDADE - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - INAFASTABILIDADE DA PUNIÇÃO - INTIMAÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL - VEDADO PELO REGIMENTO INTERNO - ELEVAÇÃO DA MULTA - ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

1 - Os benefícios da assistência judiciária gratuita previstos na Lei 1.060/50 não isentam as artes do processo do pagamento de toda e qualquer verba passível de condenação aos litigantes, mas somente daquelas previstas expressamente nesse diploma normativo *(STJ; Resp 917769/RS, Ministro Luis Felipe Salomão, DJ 29/06/09).*

2 - Sendo assim, não há que se falar na subtração da multa de 1% (um por cento) aplicada.

3 - No que corresponde ao pedido de intimação para sustentação oral, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, não foi acolhido em razão da ausência de previsão legal.

4 - O § 2º do artigo 134, do Regimento Interno de nosso Egrégio Tribunal de Justiça (Resolução nº 15/95), é expresso ao vedar a concessão de tal pedido.

5 - Verifica-se que a parte embargante vem se utilizando reiteradamente do direito de interpor recurso de Embargos de Declaração com o manifesto propósito de retardar o desfecho da presente lide, bem como o cumprimento da decisão que lhe foi desfavorável.

6 - Sendo assim, eleva-se a multa de 1% (um por cento) para 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente corrigido, acrescida de juros até o efetivo pagamento.

7 - Além disso, a interposição de qualquer outro recurso fica condicionada ao recolhimento integral da referida quantia.

8 - Recurso conhecido, mas desprovido.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

113- Embargos de Declaração Emb Declaração
Emb Declaração Emb Declaração
Emb Declaração Emb Declaração
Ag Interno Agv Instrumento Nº 69019000145
COMARCA DE MARATAÍZES
EMGTE MARINALVA FERREIRA DOS SANTOS DE ANDRADE
Advogado(a) ANOZOR ALVES DE ASSIS
EMGDO BRADESCO SEGUROS S/A
Advogado(a) AROLDO LIMONGE
Advogado(a) BIANCA VALLORY LIMONGE RAMOS
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REITERAÇÃO - APLICAÇÃO DE MULTA - POSSIBILIDADE - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - INAFASTABILIDADE DA PUNIÇÃO - INTIMAÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL - VEDADO PELO REGIMENTO INTERNO - ELEVAÇÃO DA MULTA - ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

1 - Os benefícios da assistência judiciária gratuita previstos na Lei 1.060/50 não isentam as partes do processo do pagamento de toda e qualquer verba passível de condenação aos litigantes, mas somente daquelas previstas expressamente nesse diploma normativo *(STJ; Resp 917769/RS, Ministro Luis Felipe Salomão, DJ 29/06/09).*

2 - Sendo assim, não há que se falar na subtração da multa de 1% (um por cento) aplicada.

3 - No que corresponde ao pedido de intimação para sustentação oral, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, não foi acolhido em razão da ausência de previsão legal.

4 - O § 2º do artigo 134, do Regimento Interno de nosso Egrégio Tribunal de Justiça (Resolução nº 15/95), é expresso ao vedar a concessão de tal pedido.

5 - Verifica-se que a parte embargante vem se utilizando reiteradamente do direito de interpor recurso de Embargos de Declaração com o manifesto propósito de retardar o desfecho da presente lide, bem como o cumprimento da decisão que lhe foi desfavorável.

6 - Sendo assim, eleva-se a multa de 1% (um por cento) para 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente corrigido, acrescida de juros até o efetivo pagamento.

7 - Além disso, a interposição de qualquer outro recurso fica condicionada ao recolhimento integral da referida quantia.

8 - Recurso conhecido, mas desprovido.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios.

114- Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC)
Ap Civel Nº 14060089241
COLATINA - VARA FAZ PUBL ESTADUAL/REG PÚBLICO/MEIO AMBIENTE
AGVTE ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) CAROLINA BONADIMAN ESTEVES
AGVDO CYNTHIA MARIA SOARES
Advogado(a) ALINE ARRIVABENE RAMOS
Advogado(a) JULIANA CARDOZO CITTELI
Advogado(a) NADYA KELLY SOARES
Advogado(a) RUTH SALVADOR SAILVA PASSOS
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. RECURSO PROVIDO.
1.O Agravante, ao impugnar a Decisão Monocrática, deve demonstrar que existe divergência jurisprudencial, na hipótese de o julgamento fundar-se em jurisprudência consolidada dos Tribunais.
2.Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

115- Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC)
Emb Declaração Ap Civel Nº 24030008841
VITÓRIA - 1ª VARA CÍVEL
AGVTE LEANDRO DE ASSIS BARBOSA
Advogado(a) CHRISCIANA DE OLIVEIRA MELLO
Advogado(a) FABIANA CID SILVA
Advogado(a) FABRICIANO LEITE DE ALMEIDA
Advogado(a) JANAINA BARCELOS
Advogado(a) MARCELLO GONCALVES FREIRE
Advogado(a) MARIANA MARTINS BARROS
Advogado(a) RODRIGO CARLOS DE SOUZA
Advogado(a) RODRIGO SILVA MELLO
Advogado(a) SERGIO CARLOS DE SOUZA
AGVDO BANCO ABN AMRO REAL S/A
Advogado(a) ALEXANDRE L REZENDE
Advogado(a) ANTONIO NACIF NICOLAU
Advogado(a) CAROLINA GUANAES PADUA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. EXISTÊNCIA DE OUTRAS INSCRIÇÕES. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
1. "(...)Incabível, entretanto, o pagamento de indenização a título de dano moral quando o devedor já estiver inscrito em cadastro de proteção ao crédito. (...)". (AgRg no Ag 1099981/PB, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/2009, DJe 27/04/2009.
2. Recurso desprovido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

116- Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC)
Ap Civel Nº 24060099520
VITÓRIA - 1ª VARA CÍVEL
AGVTE CRISTINA GOMES VAZ
Advogado(a) CLAUDIO COSTA DA SILVA
Advogado(a) LAUDECI VITORIA SCHERRER
Advogado(a) NACIF DE SOUZA REIS
Advogado(a) RICARDO TADEU RIZZO BICALHO
AGVDO ALDARIO PEREIRA VAZ
Advogado(a) DIEGO CREVELIN DE SOUZA
Advogado(a) ELISABETE MARIA RAVANI GASPAR
Advogado(a) ESIO JOSE BARBOSA MARCHIORI FILHO
Advogado(a) MELINA PEREIRA RODRIGUES
Advogado(a) NELSON NOBUYUKI HAYASHI
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 21/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. TÍTULO DE CRÉDITO. CHEQUE. PRAZO DE APRESENTAÇÃO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PROTESTO ADMITIDO. RECURSO DESPROVIDO.
1. O cheque sujeita-se a um "prazo de apresentação" de 30 (trinta) ou de 60 (sessenta) dias, se emitido, respectivamente, na praça ou fora da praça de pagamento. Inteligência do art. 33 da Lei nº 7.357/85 – Lei do Cheque.
2. O portador do cheque tem à sua disposição as seguintes ações: (i) cambial executiva, a ser ajuizada no prazo de 6 meses, que se inicia após o termo da data da apresentação; (ii) cambial cognitiva, a ser proposta no prazo de 2 anos após a prescrição da execução; (iii) ação monitória, prevista no art. 1.102-A do CPC, cujo prazo prescricional é de 5 anos; (iv) ação de rito ordinário com pretensão de cobrança, podendo ser intentada também no prazo de 5 anos.
3. O protesto do cheque interrompe o prazo prescricional das ações cambiais e pode ser feito (i) antes de expirado o prazo de apresentação (art. 48 da Lei nº 7.357/85), para manter a eficácia executiva contra os endossantes e seus avalistas; (ii) durante o prazo prescricional da ação cambial (executiva ou cognitiva) a ser ajuizada em face do emitente e seu avalista.
4. Recurso desprovido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

117- Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC)
Emb Declaração Agv Instrumento Nº 24089005185
VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
AGVTE INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO EST Advogado(a) AUDIONETE ALVES PINHEIRO DA ROCHA
Advogado(a) ERICA VERVLOET MOTTA
Advogado(a) LEANDRO BARBOSA MORAIS
Advogado(a) MARCELO BENETELE FERREIRA
Advogado(a) MARIANA DE FRANCA PESTANA
Advogado(a) MICHELLE FREIRE CABRAL
Advogado(a) RODRIGO ANTONIO GIACOMELLI
Advogado(a) RODRIGO DA ROCHA RODRIGUES
Advogado(a) ROSANGELA RODRIGUES MAIA
AGVDO PEDRO EUSTAQUIO SARAIVA BARBOSA
Advogado(a) LESLIE MESQUITA SALDANHA LIMA
RELATOR DES. MANOEL ALVES RABELO
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
A C Ó R D Ã O

EMENTA: AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - OMISSÃO NO JULGAMENTO - INEXISTENTE - RAZÕES EXAUSTIVAMENTE RECHAÇADAS NA DECISÃO DO AGRAVO - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

1 - A afirmação de que o julgado possui omissão quanto à regra contida no artigo 40, §4º, da CF/88 revela um nítido inconformismo com o posicionamento adotado no julgamento realizado, devendo ser ventilado por meio do recurso adequado.

2 - Quanto à alegação de incompetência absoluta do juízo de primeiro grau para o julgamento do Mandado de Segurança impetrado contra ato do Procurador Geral de Justiça deste Estado, já há pronunciamento deste Tribunal sobre este caso específico dos autos, não havendo que se falar em incompetência do mesmo.

3 - Assim, entende-se que as razões ventiladas pelo agravante já foram exaustivamente rechaçadas na decisão agravada com base em atenta análise dos autos e da jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

4 - Recurso conhecido, mas desprovido, mantendo-se incólume a r. decisão monocrática recorrida.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

118- Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC)
Agv Instrumento Nº 24099160731
VITÓRIA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
AGVTE GILCEIA MAGNAGO DE HOLLANDA CAVALCANTE
Advogado(a) RODRIGO MAGNAGO DE HOLLANDA CAVALCANTE
AGVDO INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ES
RELATOR DES. CARLOS SIMÕES FONSECA
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

A C Ó R D Ã O

EMENTA: AGRAVO DE INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - IRREGULARIDADE FORMAL - ART. 525, I e II - AUSENCIA DE JUNTADA DE PEÇA FACULTATIVA MAS NECESSÁRIA PARA O EXAME DA CONTROVÉRSIA - PRECLUSÃO CONSUMATIVA QUE IMPEDE A JUNTADA POSTERIOR DO DOCUMENTO - RECURSO IMPROVIDO
1. O art. 525, I do CPC elenca alguns documentos que se fazem obrigatórios à plena regularidade de forma do instrumento de agravo, dentre os quais a decisão agravada, e o inciso II deste mesmo dispositivo prevê que a parte poderá, além daqueles documentos obrigatórios, instruir agravo com outras peças, denominadas facultativas, as quais permitirão uma melhor compreensão da causa.
2. Há irregularidade formal na formação do instrumento quando houver, na decisão, referência, a peças outras dos autos de origem e estas não forem juntadas pelo recorrente, impossibilitando, com isso, a completa compreensão do decisório atacado.
3. Após a interposição do recurso, não é mais possível complementar o instrumento de agravo, em face da ocorrência de preclusão consumativa. Precedentes do STJ e deste Egrégio Tribunal de Justiça.
4. Recurso Improvido

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de Agravo de Instrumento em que são partes Gilceia Magnago de Hollanda Cavalcante e Instituto de Previdencia e Assistencia dos Servidores do Espirito Santo.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

119- Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC)
Ap Civel Nº 30030029570
LINHARES - 1ª VARA CÍVEL E COMERCIAL
AGVTE SOCE - SOCIEDADE CAPIXABA DE EDUCAÇÃO LTDA
Advogado(a) GERALDO TADEU SCARAMUSSA DA SILVA
Advogado(a) JAYME HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado(a) MARCO ANTONIO BRUNELI PESSOA
AGVDO LUZINETE CORREIA DA ROCHA
Advogado(a) JOSE DJAIR NOGUEIRA CAMPOS
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. Para que se elida a possibilidade do julgamento monocrático pelo motivo de jurisprudência dominante, mister que a parte apresente arestos de mesma situação, porém julgado de forma diversa.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

120- Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC) Ap Civel Nº 35000065025
VILA VELHA - VARA DA FAZENDA MUNICIPAL
AGVTE HOSPITAL SANTA MONICA LTDA
Advogado(a) CAMILA DE OLIVEIRA
Advogado(a) DIOGO MORAES MELLO
Advogado(a) EDUARDO THIEBAUT PEREIRA
Advogado(a) ELIANE FRANÇA CONTI
Advogado(a) ESTEFANIA APARECIDA MACHADO
Advogado(a) IGOR SOARES CAIRES
Advogado(a) IVAN MOREIRA DE MELLO
Advogado(a) JAQUES MARQUES PEREIRA
Advogado(a) RICARDO DETONI NEVES
Advogado(a) ZELIO GUIMARAES SILVA
AGVDO MUNICIPIO DE VILA VELHA
Advogado(a) ALCIMAR NASCIMENTO
Advogado(a) ALEXANDRE MARÇAL PEREIRA
Advogado(a) APOENA ROSA PASSOS
Advogado(a) DIENE ALMEIDA LIMA
Advogado(a) ELENICE PAVESI TANNURE
Advogado(a) FRANCISCO JOSE BOTURAO FERREIRA
Advogado(a) JANDIARA ROSA PASSOS
Advogado(a) JOSE DE RIBAMAR LIMA BEZERRA
Advogado(a) LUIZ CLAUDIO DE FREITAS BOTELHO
Advogado(a) MARIA JOSE DE OLIVEIRA
Advogado(a) MUCIO COUTINHO DE JESUS
Advogado(a) ROBERTO JOANILHO MALDONADO
Advogado(a) RODRIGO CAMPANA TRISTAO
Advogado(a) SANDRA LUIZA SOUZA MACHADO
Advogado(a) SILVIO FALCAO SPERANDIO
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. RECURSO DESPROVIDO.
1. O Agravante, ao impugnar a Decisão Monocrática, deve demonstrar que existe divergência jurisprudencial, na hipótese de o julgamento fundar-se em jurisprudência consolidada dos Tribunais.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

121- Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC) Ap Civel Nº 35060174733
VILA VELHA - VARA DA FAZENDA MUNICIPAL
AGVTE MARGARETH SANTOS SCHAYDER
Advogado(a) ANTONIO ROMILDO ANDRADE
AGVDO MUNICIPIO DE VILA VELHA
Advogado(a) AMERICO BERNARDES DA SILVEIRA JUNIOR
Advogado(a) BERNADETE PINHEIRO
Advogado(a) CARLOS MAGNO RODRIGUES VIEIRA
Advogado(a) CLAUDIA MORAES FREIRE
Advogado(a) DIENE ALMEIDA LIMA
Advogado(a) ELENICE PAVESI TANNURE
Advogado(a) ERICK DE OLIVEIRA CARDOSO
Advogado(a) JANDIARA ROSA PASSOS
Advogado(a) JOSAFAR GUILHERME PEDRONI
Advogado(a) JOSE DE RIBAMAR LIMA BEZERRA
Advogado(a) JUSSARA MOREIRA DA LUZ
Advogado(a) LUIZ FELIPE IMENES DE MENDONCA
Advogado(a) MARIA JOSE DE OLIVEIRA
Advogado(a) PAULETE PENHA VIEIRA
Advogado(a) SANDRA LUIZA SOUZA MACHADO
Advogado(a) SILVIO FALCAO SPERANDIO
Advogado(a) SONIA ASSAD PORTO
Advogado(a) VERA LUCIA FAVARES BORBA
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. RECURSO DESPROVIDO.
1. "Inviável a impetração do mandado de segurança sem a demonstração, por prova pré-constituída nos autos, de que o direito é líquido, certo e encontra-se ameaçado ou violado por autoridade." (EDcl no RMS 20.486/RO, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/06/2006, DJ 19/06/2006 p. 98)
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.

CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

122- Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC)
Ag Interno Agv Instrumento Nº 44099000042
SANTA TERESA - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
AGVTE RENATA AMORIM MONTEIRO
Advogado(a) LUIZ ANTONIO TARDIN
Advogado(a) SANDER GOSSER POLCHERA
AGVDO GIOVANNI SANCIO
Advogado(a) FRANCISCO GUILHERME MARIA APOLONIO COMETTI
Advogado(a) JOSE PAULO ROSALEM
Advogado(a) MARLY MERCEDES ANICHINI
Advogado(a) RODRIGO LEONARDO PIGNATON COMETTI
AGVDO MARCOS ANTONIO SANCIO
Advogado(a) FRANCISCO GUILHERME MARIA APOLONIO COMETTI
Advogado(a) JOSE PAULO ROSALEM
Advogado(a) MARLY MERCEDES ANICHINI
Advogado(a) RODRIGO LEONARDO PIGNATON COMETTI
AGVDO FERNANDO ANTONIO PISSAIA
Advogado(a) FRANCISCO GUILHERME MARIA APOLONIO COMETTI
Advogado(a) JOSE PAULO ROSALEM
Advogado(a) MARLY MERCEDES ANICHINI
Advogado(a) RODRIGO LEONARDO PIGNATON COMETTI
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 28/07/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. CERTIDÃO. FÉ PÚBLICA. RECUROS DESPROVIDO.
1."Possui fé pública a certidão emitida pela Secretaria do Juízo, tendo presunção iuris tantum de veracidade, cuja desconstituição depende da produção de prova em contrário." (AgRg no REsp 936.151/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/05/2009, DJe 19/05/2009)
2.Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

123- Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC) Ap Civel Nº 45060001828
COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA
AGVTE ADJAIS DA SILVA COSTA
Advogado(a) IDIVALDO LOPES DE OLIVEIRA
AGVTE GERALDO MARCHESI

Advogado(a) IDIVALDO LOPES DE OLIVEIRA
AGVDO PREFEITA MUNICIPAL DE SAO GABRIEL DA PALHA
Advogado(a) MARCOS ZAROWNY
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009

EMENTA: AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA COM BASE NO ART. 557 DO CPC. RECURSO DESPROVIDO.
1. Para que se elida a possibilidade do julgamento monocrático pelo motivo de jurisprudência dominante, mister que a parte apresente arestos de mesma situação, porém julgado de forma diversa.
2. Recurso desprovido

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, rejeitar a preliminar arguida, para quanto ao mérito, negar provimento ao recurso.

124- Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC)
Emb Declaração Agv Instrumento Nº 48089000078
SERRA - 3ª VARA CÍVEL
AGVTE GEORGE SOARES LEITE
Advogado(a) CRISTIANO CALDEIRA RAMALHO
Advogado(a) RAPHAEL TASSIO C GHIDETTI
Advogado(a) THIAGO DE SUZA PIMENTA
AGVDO CARLOS JOSE RIGO
Advogado(a) ARTENIO MERCON
Advogado(a) SABRINA CUPERTINO DE CASTRO LAIBER
AGVDO JORGE LUIS RIGO
Advogado(a) ARTENIO MERCON
Advogado(a) SABRINA CUPERTINO DE CASTRO LAIBER
AGVDO ROSA CELINA BORBA RIGO
Advogado(a) ARTENIO MERCON
Advogado(a) SABRINA CUPERTINO DE CASTRO LAIBER
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 18/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. COISA JULGADA E LITISPENDÊNCIA INEXISTENTES. LIDES DIVERSAS. DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO DA AÇÃO ANULATÓRIA EM CURSO. IMPOSSIBILIDADE. JULGAMENTO INDEPENDENTE. RECURSO DESPROVIDO.
1. Em se tratando de demandas com causas de pedir e pedidos diversos, não há coisa julgada ou litispendência.
2. A possibilidade de suspensão do processo, prevista no art. 265, do CPC, existe para evitar decisões contraditórias sobre a mesma controvérsia. Assim, considerando que o julgamento da demanda em curso independe do resultado das demais ações, não há que se falar em suspensão do seu desenvolvimento regular.
3. Recurso desprovido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

125- Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC) Ap Civel Nº 49050008132
VENDA NOVA DO IMIGRANTE - CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
AGVTE ALTAIR MARTINUSSO FILETE
Advogado(a) JANDIARA ROSA PASSOS
AGVDO BRENO CARNIELE FILETE
Advogado(a) ANA MARY ZACCHI
AGVDO MARINA LUCIA CARNIELE
Advogado(a) ANA MARY ZACCHI
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
JULGADO EM 04/08/2009 E LIDO EM 15/09/2009
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. RECURSO DESPROVIDO.
1. O Agravante, ao impugnar a Decisão Monocrática, deve demonstrar que existe divergência jurisprudencial, na hipótese de o julgamento fundar-se em jurisprudência consolidada dos Tribunais.
2. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos.
CONCLUSÃO: ACORDA O(A) EGREGIO(A) SEGUNDA CÂMARA CÍVEL NA CONFORMIDADE DA ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

Vitória, 21 de Setembro de 2009

FERNANDA M. FERREIRA FRASSON DOS ANJOS
Secretária de Câmara

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÕES

INTIMO

1 NO PROCESSO Nº 11099001502 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA DA SILVA ONDE É AGRAVADO
POR SEUS ADVS. DRS. 11500 ES MARILENA MIGNONE RIOS
12699 ES RICARDO MIGNONE RIOS
PARA CUMPRIR O ART.527, V, DO CPC

2 NO PROCESSO Nº 11099001510 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
GETULIO PAZINI ONDE É AGRAVADO
POR SEUS ADVS. DRS. 003749 ES CARLOS QUINTINO
GILDO PAZINI ONDE É AGRAVADO
GILSON PAZINI ONDE É AGRAVADO
GEOVANE PAZINI ONDE É AGRAVADO
POR SEU ADV. DR. 2525 ES IRACEMA BOTELHO
ATAIDE PAZINI ONDE É AGRAVADO
003749 ES CARLOS QUINTINO
POR SEU ADV. DR.
PARA CUMPRIR O ART.527, V, DO CPC

3 NO PROCESSO Nº 11099001577 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
MARCOS FALSONI ONDE É AGRAVADO
POR SEUS ADVS. DRS. 12929 ES PRISCILA PERIM GAVA DE VICTA
PARA CUMPRIR O ART.527, V, DO CPC

4 NO PROCESSO Nº 12099000684 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO ONDE É AGRAVADO
POR SEUS ADVS. DRS. 004258 ES HELCIMAR ALVES DA MOTTA
12098 ES ADALBERTO MOURA RODRIGUES NETO
99275 RJ JOILSON DE OLIVEIRA ALVES
12008 ES ANA CAROLINA DO NASCIMENTO MACHADO
PARA CUMPRIR O ART.527, V, DO CPC

5 NO PROCESSO Nº 24099165060 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
THIAGO DE MENDONÇA VICENTINI ONDE É AGRAVADO
POR SEUS ADVS. DRS. 14855 ES ISAAC BEBER PADILHA
16011 ES DANIEL GARCIA PRATA
PARA CUMPRIR O ART.527, V, DO CPC

6 NO PROCESSO Nº 24099165102 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
DIOGO LESQUEVES SANDOVAL ONDE É AGRAVADO
POR SEU ADV. DR. 13468 ES SAMYRA C. PERUCHI
PARA CUMPRIR O ART.527, V, DO CPC

7 NO PROCESSO Nº 24099165581 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
CONDOMINIO DO EDIFICIO HENRIQUE ZACHARIAS ONDE É AGRAVADO
POR SEUS ADVS. DRS. 10610 ES TATIANA MARETO SILVA
004953 ES VOLNEY ZAMENHOF DE OLIVEIRA SILVA
PARA CUMPRIR O ART.527, V, DO CPC

8 NO PROCESSO Nº 47099000557 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS ONDE É AGRAVANTE
POR SEUS ADVS. DRS. 5932 ES LUIZ CARLOS BARBOSA
3679 ES ANDRE LUIZ PACHECO CARREIRA
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR

9 NO PROCESSO Nº 48099076506 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
INFOSAUDE TECNOLOGIA DE INFORMAÇOES LTDA.. ONDE É AGRAVANTE
POR SEUS ADVS. DRS. 10379 ES ANDRE LUIS REMEDE PRANDINA
2943 ES JOSÉ RICARDO DE ABREU JUDICE
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

MARCELA BARCELLOS TAVARES MARCHESCHI
SECRETÁRIA DE CÂMARA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

DECISÕES MONOCRÁTICAS - PARA EFEITO DE RECURSO OU TRÂNSITO EM JULGADO

1 Conflito de Competência nº 100090030618
SUCTE.: JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DE VITÓRIA
SUCDO.: JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DE VITÓRIA
P. INT. ATIVA FABIO VALADAO ALMEIDA
ADVOGADO(A): RODRIGO JOSE PINTO AMM
P.INT.PASSIVA BANCO DO BRASIL S/A
RELATOR: RONALDO GONÇALVES DE SOUSA
CONFLITO DE COMPETÊNCIA nº 1000090030618
SUSCITANTE: JUÍZO DA DÉCIMA VARA CÍVEL DE VITÓRIA
SUSCITADO: JUÍZO DA NONA VARA CÍVEL DE VITÓRIA
RELATOR: DESEMBARGADOR RONALDO GONÇALVES DE SOUSA
DECISÃO MONOCRÁTICA
Tratam os presentes autos de conflito de competência negativo entre os juízos da 10.ª e 9.ª Varas Cíveis de Vitória, suscitado por aquele órgão jurisdicional em virtude da demanda n.º 024.080.452.089, na qual o Sr. FÁBIO VALADÃO DE ALMEIDA requer indenização por danos materiais decorrentes do plano econômico Verão (1989).
Tal demanda foi, inicialmente, distribuída para o juízo suscitado, que, por sua vez, determinou a redistribuição do autos por entender ser incompetente.
Quando os autos aportaram no juízo suscitante, o magistrado representante de tal órgão jurisdicional entendeu que o vínculo jurídico com base no qual surgira a controvérsia levada à análise do judiciário não consubstancia-se em relação jurídica de consumo. Motivo pelo qual suscitou o presente conflito de competência negativo.
Nessa toada, em síntese, entendeu o juízo suscitado que o Código de Defesa do Consumidor, que adquiriu vigência em 1990, é inaplicável aos contratos celebrados anteriormente à sua vigência. Razão pela qual não seria aquela Vara especializada competente para apreciar os feitos envolvendo o plano econômico denominado de Verão (1989)
Diante de tal panorama, o ponto nodal do presente debate processual reside em saber se há o CDC aplica-se à demanda em referência.
Nessa toada, não obstante o posicionamento do juízo suscitado, entendo que assiste razão ao posicionamento explanado pelo juízo suscitante, consoante as razões que passo a expor.
Ab initio, valho-me de uma distinção entre o presente caso e o Recurso Extraordinário n. 515757/BA (Rel. Min. Eros Grau, julgado em 29.5.2007, DJ 15.8.2007), citado pelo Parquet nas suas informações, e, utilizado por esse E. TJES em outras oportunidades para conferir força ilocucionária à posicionamentos favoráveis à determinação da competência do juízo suscitado.
No precedente citado, entendeu o Excelso Pretório serem incompetentes as Varas Especializadas de Defesa do Consumidor de Salvador-BA para o julgamento de causa envolvendo contrato de financiamento anterior ao CDC.
Colhe-se, a propósito, do referido julgado, que as Varas em questão foram criadas pela Lei n. 3.982/1996 do Estado da Bahia - na verdade, Lei n. 6.982/1996 -, diploma legal esse que trazia, em seu art. 6º, o seguinte preceito: "Compete às Varas Especializadas de Defesa do Consumidor processar e julgar os litígios de consumo previstos no Código de Defesa do Consumidor, cujo valor econômico ultrapasse a 40 (quarenta) salários mínimos" (destaquei).
A redação do dispositivo, com a devida vênia, não era das melhores - já que o CDC não prevê uma tipologia de litígios de consumo, mas, ao revés, uma disciplina das relações de consumo, bem como instrumentos processuais postos à disposição dos consumidores. Seja como for, percebe-se que o que o legislador baiano instituiu foram varas destinadas ao processamento de ações envolvendo relações de consumo regidas pelo CDC.
Ressalto, a título de curiosidade, que, no Estado da Bahia, essa tendência foi corroborada pela Lei de Organização Judiciária atualmente em vigor, que assim dispõe em seu art. 69: "Aos Juízes das Varas de Relações de Consumo compete processar e julgar todos os litígios decorrentes da relação de consumo, inclusive as ações de execução, cobrança, busca e apreensão, reintegração de posse e outras de interesse do fornecedor, independentemente de ser o consumidor autor ou réu" (destaquei).
Teço essas considerações sobre a lei baiana para salientar uma significativa diferença relacionada ao modo como a legislação capixaba enfocou a matéria. Deveras, dispõe o art. 49, parágrafo único, de nosso Código de Organização Judiciária:
"As 10ª (décima) e 11ª (décima-primeira) Varas Cíveis de Vitória passam a ter competência exclusiva para matérias afetas ao Direito do Consumidor, ficando definidas como Varas Especializadas da Defesa do Consumidor" (destaquei).
Considerado, pois, o cânone interpretativo segundo o qual a lei não contém palavras inúteis, a expressão "matérias afetas" quer significar que, em Vitória, a competência das Varas Especializadas não abrange apenas os litígios que versem sobre relações de consumo, na forma do CDC, sendo, ao revés, significativamente mais ampla.
Deveras, o que se buscou com a instituição das referidas Varas foi a prestação de uma tutela especializada a uma categoria de litigantes que se caracteriza por sua hipossuficiência técnica e econômica, escopo esse bem traduzido no seguinte aresto desta Augusta Câmara:
"O legislador, ao organizar o quadro da magistratura capixaba, verificando a necessidade de se prestar uma tutela especializada aos consumidores, dada sua pressuposta hipossuficiência - técnica e, quiçá, econômica - erigiu a regra do novel parágrafo único do art. 49 da Lei Complementar estadual nº 234/2002 (Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo), preconizando que as 10º (décima) e 11º (décima primeira) Varas Cíveis de Vitória passam a ter competência exclusiva para matérias afetas ao Direito do Consumidor, ficando definidas como Varas Especializadas da Defesa do Consumidor" (TJES, Conflito de Competência n. 100070016801, Rel. Des. RÔMULO TADDEI, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, julgado em 18/12/2007, DJ 28/01/2008).
A instituição de juízos especializados é, pois, medida destinada assegurar uma tutela jurisdicional célere e efetiva ao consumidor em razão de sua hipossuficiência, não se exigindo, porém, que o contrato discutido configure, necessariamente, relação de consumo stricto sensu. É à luz desse fim precípuo que a competência das varas especializadas deve ser interpretada - e tanto é assim que, na hipótese de um juízo cível não especializado decidir matéria consumerista sem ocasionar prejuízo ao consumidor, entendo que não haverá no feito qualquer nulidade.
Por outro lado, é certo que o CDC, longe de se tratar de um estatuto nacional das relações de consumo, consiste em um diploma legal protetivo do consumidor. Tal proteção, por sua vez, não engloba apenas os aspectos de direito material da relação de consumo, contendo, também, normas de direito processual destinadas a facilitar o acesso à justiça dos consumidores. Observe-se, a propósito, as seguintes observações dos próprios autores do anteprojeto do CDC no que diz respeito à necessidade de tutela legal do consumidor:
"O homem do século XX vive em função de um modelo novo de associativismo: a sociedade de consumo (mass consumption society ou Konsumgesellschaft), caracterizada por um número crescente de produtos e serviços, pelo domínio do crédito e do marketing, assim como pelas dificuldades de acesso à justiça. São esses aspectos que marcaram o nascimento e desenvolvimento do Direito do Consumidor como disciplina autônoma" (GRINOVER, Ada Pellegrini. et. al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 6. Destaquei). Por conseguinte, o Direito do Consumidor constitui um microssistema jurídico, que abrange tanto normas de direito material - que regem a relação de consumo em si mesma - quanto de direito processual - destinadas a facilitar o acesso à justiça por parte dos consumidores.

É certo, nessa esteira, que as normas de direito material previstas no CDC não se aplicam aos contratos celebrados antes de sua vigência; todavia, na esteira do art. 1.211 do CPC, o mesmo não se pode dizer das normas processuais do diploma consumerista, uma vez que, "(...) a lei processual nova tem eficácia imediata, incidindo sobre os atos praticados a partir do momento em que se torna obrigatória (...)" (STJ, REsp 1014444/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 19.02.2008, DJ 06.03.2008 p. 1).

Tal entendimento não destoa da jurisprudência pátria, que já admitiu a aplicação de normas processuais do CDC, por exemplo, para reconhecer a legitimidade ativa de associações de defesa do consumidor em ações envolvendo planos econômicos. Consultem-se, a propósito, os seguintes arestos do Superior Tribunal de Justiça:

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. 'PLANO VERÃO'. LEGITIMIDADE DE PARTE ATIVA [...] A circunstância de o CDC haver sido editado após o período questionado nesta ação (janeiro/89) não obsta a que venha o IDEC postular, em nome próprio, direito de terceiro".(STJ, REsp 173.188/SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 06/05/2003, DJ 12/08/2003 p. 226, destaquei).

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IDEC. LEGITIMIDADE. CADERNETA DE POUPANÇA [...] Na linha da orientação da Segunda Seção, é admissível a ação civil pública para cobrança das diferenças nos créditos de rendimentos dos poupadores, em razão da edição de planos econômicos, sendo para tanto ativamente legitimada associação legalmente constituída há pelo menos um ano e que inclua entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos dos consumidores" (STJ, AgRg no REsp 196.517/SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/12/2002, DJ 24/02/2003 p. 236, destaquei).

Outrossim, entendo apropriado o seguinte entendimento: (a) as normas de direito material do diploma consumerista apenas se aplicam às relações jurídicas estabelecidas após sua vigência, sob pena de violação ao ato jurídico perfeito (arts. 5º, XXXVI, da CF/88 e 6º da LICC); (b) já as normas de direito processual contidas no diploma se aplicam a todos os feitos em que, à luz das assertivas da inicial, se constate que as partes se enquadram nos arts. 2º e 3º do CDC, sendo, nesse caso, irrelevante que os fatos discutidos sejam anteriores a este último.

Ilustrativamente, portanto, será inadmissível a revisão de um determinado contrato com base no art. 6º, V, do CDC, se o vínculo jurídico se houver formado antes da vigência do referido Codex; todavia, nada impedirá que, em feito envolvendo esse mesmo contrato, seja invertido o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII. E, considerando-se que não apenas as relações de consumo propriamente ditas, mas todas as matérias afetas ao Direito do Consumidor - tenham elas natureza processual ou material - devem ser apreciadas pela 10ª e pela 11ª Varas Cíveis de Vitória - que buscam tornar mais célere e eficiente a prestação jurisdicional envolvendo parte considerada hipossuficiente -, conclui-se serem tais Varas competentes para o julgamento de feitos como o presente.

Afinal, em ações de cobrança propostas por poupadores - como é o caso da demanda em testilha -, é certo que o autor é pessoa que utilizou serviços bancários como destinatário final, amoldando-se à fattispecie dos arts. 2º e 3º, caput e § 2º, do CDC.

Não se trata, aqui, de sujeitar o contrato bancário à aplicação retroativa da lei consumerista, reconhecendo-se apenas que o processo que dele cuida se sujeita à vigência imediata das normas processuais de defesa do consumidor.

Quadra registrar, por oportuno, que a organização judiciária capixaba não é infensa à criação de varas especializadas cuja competência se defina em razão de matérias processuais, bastando-se mencionar, exempli gratia, a existência das Varas de Execuções Fiscais e de Execuções Penais. À luz de todas essas premissas, entendo ser competente para o processamento do feito em primeiro grau o juízo da Vara Especializada de Defesa do Consumidor, ressaltando que tal posicionamento encontra-se em harmonia com as seguintes decisões monocráticas já proferidas nesta Corte de Justiça: TJES, Conflito de Competência n. 100090022722, Rel. Des. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data da Decisão: 07/07/2009; TJES Conflito de Competência n. 100090021179, Rel. Des. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data da Decisão: 26/06/2009; TJES, Conflito de Competência n. 100090020445, Rel. Des. JORGE GÓES COUTINHO, Rel. Subst. Des. WILLIAN SILVA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data da Decisão: 24/06/2009.

Pelo exposto, julgo o presente conflito de competência DECLARANDO a DÉCIMA VARA CÍVEL DE VITÓRIA como competente para julgar a demanda ordinária distribuída sob o n.º024.080.452.089. REMETAM-SE os presentes autos para o juízo competente a fim de que seja dado regular processamento ao feito.

Intime-se. Publique-se.

Vitória, 14 de setembro de 2009

DESEMBARGADOR RONALDO GONÇALVES DE SOUSA

RELATOR:

2 Conflito de Competência nº 100090029818

SUCTE.: JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL DE VITÓRIA

SUCDO.: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE VITÓRIA

P. INT. ATIVA UP UNIÃO DE PROFESORES LTDA.

ADVOGADO(A): PATRICIA NUNES ROMANO

P.INT.PASSIVA ANGELA CRISTINA RODRIGUES BARCELLOS

RELATOR: RONALDO GONÇALVES DE SOUSA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA nº 100090029818

SUSCITANTE:JUIZ DE DIREITO DA DÉCIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL DE VITÓRIA

SUSCITADO: JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL

RELATOR: DESEMBARGADOR RONALDO GONÇALVES DE SOUSA

DECISÃO MONOCRÁTICA

Tratam os presentes autos de conflito de competência negativo entre os juízos da 11.ª E 3.ª Varas Cíveis de Vitória, suscitado por aquele órgão jurisdicional em virtude da demanda 024.080.353.659, na qual a empresa UP - União de Professores Ltda. cobra mensalidades devidas de abril a dezembro de 2004 correspondentes à prestação de serviços de educação da Sra. Angela Cristina Rodrigues Barcellos.

Tal demanda foi, inicialmente, distribuída para o juízo suscitado, que, por sua vez, determinou a redistribuição do autos por entender ser incompetente.

Quando os autos aportaram no juízo suscitante, o magistrado representante de tal órgão jurisdicional entendeu que o vínculo jurídico com base no qual surgira a controvérsia levada à análise do judiciário não se aplica a CDC porquanto o feito em referência tratar-se de descumprimento contratual por consumidor. Motivo pelo qual suscitou o presente conflito de competência negativo, haja vista a competência ratione materiae da 11.ª Vara Cível de Vitória.

Nesse contexto, o ponto nodal do presente debate recursal reside em saber se é da Vara especializada do Consumidor a competência para processar e julgar demandas em que a figura de direito material consumidor ingressa em juízo na condição de réu.

Diante desse panorama, tendo em vista já haver posicionamento dessa Corte acerca da quaestio iuris apresentada no caso vertente, aplico a regra do art. 120 do CPC para julgar monocraticamente o presente conflito de competência.

Pois bem.

Inicialmente, ressalto que a competência pode ser definida como sendo o conjunto de limites dentro dos quais cada órgão judiciário pode exercer legitimamente a função jurisdicional. Em outras palavras, cada um desses órgãos só pode exercer tal função dentro de certos limites estabelecidos por lei. Como é por todo sabido, todo direito ou obrigação resulta da lei ou do contrato. A partir dessa premissa e, identificada a questão controvertida, identifica-se também a natureza jurídica das normas positivas que deverão de ser observadas para a respectiva solução do conflito de interesses. No passo seguinte, em razão de critérios estabelecidos na Constituição Federal ou nas Leis de Organização Judiciária que digam respeito à competência ratione materiae, torna-se possível conhecer o juízo competente para ditar a composição e resolver a lide.

Após análise dos autos, observo que o apelado, ao formular o pedido inicial, informa que possui um crédito de R$ 8.048,71 (oito mil e quarenta e oito reais e setena e um centavos), referente a mensalidades devidas de abril a dezembro de 2004 correspondentes à prestação de serviços de educação

Nessa toada, entendo que o Código de Defesa do Consumidor é aplicável à espécie, tendo em vista o disposto nos seus artigos 2º e 3º denomina como consumidor aquele que utiliza determinado serviço como destinatário final. Assim, se a causa de pedir dos autos representa nitidamente uma relação firmada entre consumidor e fornecedor é certo que o diploma de regência deverá ser o CDC.

Portanto, se há algum direito substancial que possa ser reconhecido em razão do pedido inicial, este deve ser analisado em uma das Varas Especializadas em Consumidor, tendo em vista a regra estabelecida no parágrafo único do art. 49 da Lei Complementar Estadual nº 234/2002 (Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo), que estabelece que as 10º (décima) e 11º (décima primeira) Varas Cíveis de Vitória passam a ter competência exclusiva para matérias afetas ao direito do consumidor.

Transcrevo entedimento jurisprudencial: [...] Tendo em vista que a presente ação visa discutir dívida oriunda de crédito concedido por meio de cheque especial, existe relação de consumo, nos termos do art. 2 do Cdigo de Defesa do Consumidor e a Súmula nº 297 do Superior Tribunal de Justiça. II. Tratando-se de matéria alusiva a pressuposto processual de validade, a teor do art. 267, IV, 3, do CPC, deve-se conhecer de ofício da incompetência absoluta ratione materiae do juízo de 1º grau, anulando-se a sentença e a audiência de conciliação, nos termos do art. 113, 2, do CPC, além de determinar-se a distribuição dos autos a uma das varas especializadas de defesa do consumidor de vitória. III. Sentença anulada. (TJES; AC 24059001594; Terceira Câmara Cível; Relª Desª Catharina Maria Novaes Barcellos; Julg. 18/06/2007; DJES 09/07/2007; Pág. 32)

Ressalto, ainda, que o fato da demanda ser ajuizada pelo fornecedor contra o consumidor não modifica em nada esse pensamento, pois entendo que pode haver a possibilidade do consumidor, no pólo passivo, apresentar defesa com base nas

disposições do próprio CDC. Assim, não é possível vedar ao genuíno consumidor que defenda-se com o uso do diploma de lei que o favorece.
Nesse sentido, a jurisprudência desse E. TJES:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. RITO SUMÁRIO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. RATIONE MATERIAE. VARA ESPECIALIZADA EM CONSUMIDOR. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável à espécie, tendo em vista o disposto nos seus artigos 2º e 3º que denomina consumidor como sendo aquele que utiliza determinado serviço como destinatário final e fornecedor a pessoa que desenvolve prestação de serviço, inclusive as de natureza bancária. Assim, se a causa de pedir dos autos representa nitidamente uma relação firmada entre consumidor e fornecedor é certo que o diploma de regência deverá ser o CDC. Se há algum direito substancial que possa ser reconhecido em razão do pedido inicial, este deve ser analisado em uma das Varas Especializadas em Consumidor, tendo em vista a regra estabelecida no parágrafo único do art. 49 da Lei Complementar Estadual nº 234/2002 (Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo), que estabelece que as 10º (décima) e 11º (décima primeira) Varas Cíveis de Vitória passam a ter competência exclusiva para matérias afetas ao direito do consumidor. O fato da demanda ser ajuizada pelo fornecedor contra o consumidor não modifica em nada esse pensamento, pois entendo que pode haver a possibilidade do consumidor, no pólo passivo, apresentar defesa com base nas disposições do próprio CDC. Assim, não é possível vedar ao genuíno consumidor que defenda-se com o uso do diploma de lei que o favorece. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA ANULAR A SENTENÇA BEM COMO A AUDIÊNCIA PRELIMINAR REALIZADA, E DETERMINAR A REDISTRIBUIÇÃO DO PRESENTE PROCESSO PARA UMA DAS VARAS ESPECIALIZADAS EM DIREITO DO CONSUMIDOR
(TJES, AC 024.070.159.611, Rel. Des. Ronaldo Gonçalves de Sousa, DJ 09/09/2008)
PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - DEMANDA PROPOSTA POR FORNECEDORA - OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE - DECLARATÓRIA PARA INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL - LIMITAÇÃO DE COBERTURA - RELAÇÃO DE CONSUMO - JUÍZO ESPECIALIZADA.
É da Vara Especializada de Defesa do Consumidor, segundo a organização da justiça estadual, a competência para processar e julgar litígios envolvendo relação de consumo, o que se caracteriza ainda que o consumidor não figure no pólo ativo da relação jurídico- processual, como no caso em que se pretende
declarar legalidade de cláusula contratual limitadora de cobertura de plano de saúde."
(Conflito de Competência nº 100050003035, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Relator Substituto IZAIAS EDUARDO DA SILVA, DJES 07/02/07).
Ademais, o CDC foi idealizado para a defesa do consumidor. Não é mero emaranhado de leis que disciplina a relação de consumo. Vejo que o art. 5º, XXXII da CF/88 afirma que o "Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor". O texto magno é cristalino em sua opção de garantir um direito fundamental de defesa do consumidor. Diante disso, privar a parte hipossuficiente da oportunidade de litigar junto ao seu juiz natural, é negar diversos direitos fundamentais do cidadão, dentre eles, inclusive, o acesso à uma tutela jurídica justa.
Nesse sentido:
[...] Se a causa de pedir da demanda esta calcada em relação consumerista, o processamente e julgamento da ação continua a ser afeta à Vara Especializada do Consumidor, desinfluente se o consumidor se apresenta no polo ativo ou passivo da demanda. 3- Precedentes deste Egrégio Tribunal segundo o qual o consumidor não deixa de ser hipossuficiente por estar no pólo passivo do processo, merecendo proteção do CDC e da vara especializada. Irrelevante se a ação foi proposta por fornecedor ou pelo consumidor, já que não se pode admitir o emprego de qualquer interpretação restritiva aos dispositivos de natureza consumerista.[...] (TJES; CC 100070002348; Segunda Câmara Cível; Rel. Des. Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon; Julg. 13/11/2007; DJES 09/01/2008; Pág. 7)
[...] a competência ratione materiae das varas especializadas na defesa do consumidor não se restringe às ações em que o consumidor figure no pólo ativo da demanda, mas também quando o consumidor encontrar-se no pólo passivo da demanda.[...] (TJES; CC 100070016801; Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Rômulo Taddei; Julg. 18/12/2007; DJES 28/01/2008; Pág. 39)
Pelo exposto, julgo o presente conflito de competência DECLARANDO a DÉCIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL DE VITÓRIA como competente para julgar a demanda ordinária distribuída sob o n.º 024.080.353.659. REMETAM-SE os presentes autos para o juízo competente a fim de que seja dado regular processamento ao feito.
Intimem-se. Publique-se na íntegra.
Vitória, 10 de setembro de 2009
DESEMBARGADOR RONALDO GONÇALVES DE SOUSA
RELATOR:

3 Agravo de Instrumento nº 35099002111
AGVTE.: AZENITE MARIA DOS SANTOS
ADVOGADO(A): FERNANDO ALVES AMBROSIO
ADVOGADO(A): SANTOS FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO(A): VITOR RIZZO MENECHINI
AGVDO.: LAWRENCE GEORGE CRISTONI
ADVOGADO(A): ANTONIO MARIA FERNANDES DA COSTA
ADVOGADO(A): JUSSARA SCHAFFELN CORREIA LIMA
RELATOR: JOSENIDER VAREJÃO TAVARES
AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º: 35099002111
AGRAVANTE: AZENITE MARIA DOS SANTOS
AGRAVADO: LAWRENCE GEORGE CRISTONI
RELATORA: DESEMBARGADORA SUBSTITUTA ELISABETH LORDES
DECISÃO MONOCRÁTICA
Cuidam os autos de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto por AZENITE MARIA DOS SANTOS, eis que inconformada com a r. decisão, presente às fls. 74 destes autos, proferida pela MM.ª Juíza de Direito da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões do Juízo de Vila Velha/ES, que nos autos da Ação de Inventário ajuizada por LAWRENCE GEORGE CRISTONI, manteve a inventariança na pessoa do Agravado. A Recorrente sustenta, às fls. 02/14, em síntese, que por se achar na posse e administração dos bens do espólio, deveria ser nomeada para o encargo de inventariante, a teor do que dispõe o artigo 987 do Código Civil e inciso II, do artigo 990 do Código de Processo Civil. Nesse passo, requer a concessão de efeito suspensivo ao presente Agravo, a fim de reformar a decisão de primeira instância.
Em resposta, suscita o Agravado, preliminarmente, a intempestividade do recurso. No mérito, pugna pela manutenção da decisão.
Parecer da Douta Procuradoria de Justiça Cível, às fls. 132/133, eximindo-se de emitir parecer, eis que a matéria dos autos não reclama intervenção ministerial. Feito este breve relatório.
Passo a decidir.
Inicialmente, cumpre destacar que, diante da prerrogativa conferida pelo artigo 557, caput do CPC, o relator poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante dos Tribunais e do STF.
Sabe-se que tal procedimento foi inserido em nosso ordenamento jurídico com a finalidade de se conferir maior efetividade à prestação jurisdicional, já que extremamente maculada a imagem do Judiciário em função da morosidade que se impõe no deslinde das questões que lhes são apresentadas, em atenção aos princípios da celeridade e da economia processual.
Por conseguinte, como no caso em comento o agravo de instrumento mostra-se claramente inadmissível, vez que intempestivo, tenho que deva ser negado o seu seguimento.
Após análise cuidadosa de todos os documentos contidos nos autos, fácil perceber a sua intempestividade. Senão vejamos:
A decisão atacada através do presente recurso, presente às fls. 74 destes autos, tem o seguinte teor:
"Mantenho a inventariança no herdeiro LAWRENCE GEORGE CRISTONI já que a cônjuge supérstite figura no testamento apenas como legatária, beneficiada com o usufruto dos bens deixados pelo falecido (...)".
A par disso, tem-se que a primeira decisão que nomeou o agravado como inventariante, fls. 63, possui o seguinte conteúdo:
"Tendo em vista que o regime de casamento do de cujus é o de separação obrigatória de bens deixo de nomear para o cargo de inventariante a cônjuge supérstite, nomeando assim, o herdeiro descendente LAWRENCE GEORGE CRISTONI, de acordo com o artigo 990, III do CPC. (...)".
Inconformada a decisão transcrita acima, a Agravante protocolizou petição em 28 de junho de 2009, anexando vários documentos, e requerendo a sua nomeação para o cargo de inventariante.[1]
Assim, tenho que a Agravante, no afã de ver deferido seu pedido, tratou de irresignar-se em face da decisão de nomeação do inventariante e requerer, claramente, a reconsideração da decisão antes proferida (decisão de fls. 63). Tal fato demonstra, de maneira inequívoca, que a Recorrente teve ciência do conteúdo da decisão atacada antes mesmo de ser intimada pelo Diário da Justiça. E considerando-se a data da protocolização do petitório suprareferido, pode-se concluir que o presente recurso é extemporâneo, por ter sido interposto fora do decênio legal. Este entendimento tem sido acolhido pelos Tribunais Pátrios:
"(TJRS) AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRAZO. INTIMAÇÃO OU CIÊNCIA INEQUÍVOCA. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA PARA A INSTRUMENTALIDADE DO RECURSO. ART. 525, I, DO CPC. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. O termo inicial do prazo recursal para interposição do agravo de instrumento inicia-se da intimação ou da ciência inequívoca da decisão interlocutória, cabendo ao agravante fazer prova da

tempestividade do recurso através da certidão de intimação, requisito de admissibilidade do recurso. NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO.¿ [2]
"(TJMG) AGRAVO DE INSTRUMENTO - NÃO CONHECIMENTO - INTEMPESTIVIDADE. - Não merece ser conhecido o recurso de agravo de instrumento que foi apresentado mais de 10 dias após a data em que a recorrente teve ciência inequívoca do teor da decisão hostilizada.¿ [3]
Vejo, outrossim, que a Agravante, no exercício do direito de irresignar-se, adotou como dies a quo para interposição da peça recursal a data em que teve ciência da manutenção da nomeação do inventariante, quando, na verdade, deveria tê-lo exercido a partir do momento em que tomou ciência da decisão que nomeou o agravado para o encargo de inventariante. Em casos tais, a jurisprudência é unânime no sentido de que o prazo para interposição do recurso passa a contar da primeira decisão, e não da que decidiu o "pedido de reconsideração". Ressalto ainda que, em nosso sistema recursal, o simples pedido de reconsideração não constitui fato novo ou recurso propriamente dito, nem tem o condão de suspender ou interromper os prazos recursais.
Corroborando este entendimento, colaciono jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INTERRUPÇÃO OU SUSPENSÃO DO PRAZO RECURSAL. INOCORRÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE. ART. 545, DO CPC. ART. 258 DO RISTJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.
I- Consoante entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, o pedido de reconsideração não tem o condão de suspender ou interromper os prazos recursais. Precedentes.
II - (...)." 4
"AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INTERRUPÇÃO DE PRAZO RECURSAL. DESCABIMENTO.
O pedido de reconsideração, isolado, não tem eficácia de suspender ou interromper prazo para o recurso apropriado. Agravo não conhecido.¿ 5
Desta feita, diante das razões acima expostas, acolho a preliminar de intempestividade arguida pelo Agravado e, consequentemente, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, eis que manifestamente inadmissível.
Intimem-se as partes.
Publique-se na íntegra.
Após, remeta o presente Agravo à Comarca de origem.
Vitória/ES, 17 de setembro de 2009.
Desembargadora Substituta ELISABETH LORDES
RELATORA
1 - (petição de fls. 65/66).
2 - (Agravo de Instrumento nº 70010819837, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 04/02/2005).
3 - (Agravo de Instrumento n.º 2.0000.00.465907, Des. Eduardo Mariné da Cunha, Data do Acórdão 03/09/2004, Data da Públicação 14/10/2004).
4 - (AgRg no Ag 653139 / SP ; AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2005/0008496-0 RELATOR: (a) Ministro GILSON DIPP, Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento 23/05/2006 Data da Públicação/Fonte DJ 19.06.2006).
5 - (AgRg na MC 10261 / PR ; AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR 2005/0102547-8 Relator(a) Ministro CASTRO FILHO, Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA Data do Julgamento 01/09/2005 Data da Públicação/Fonte DJ 26.09.2005).

4 Ação Rescisória Sentença de 1º grau nº 100090000231
REQTE.: MARIA ALVES VIEIRA
ADVOGADO(A): HUMBERTO MOULIN DE MORAES
REQDO.: JOSE LANES RAMOS
ADVOGADO(A): HENRICA MARIA MORAES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(A): JUANDERSON MORAES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(A): OTNIEL CARLOS DE OLIVEIRA
RELATOR SUBS.: ELISABETH LORDES AÇÃO RESCISÓRIA DE SENTENÇA DE 1º GRAU nº 100090000231
REQUERENTE: MARIA ALVES VIEIRA
REQUERIDO: JOSÉ LANES RAMOS
RELATORA: DESEMBARGADORA SUBSTITUTA ELISABETH LORDES
DECISÃO
Conforme consta nos documentos de fls. 68/69 e 73 as partes realizaram acordo nos autos.
Desta feita, com fulcro no artigo 842 do Código Civil, combinado com o artigo 449 do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo realizada nos termos da ata de audiência de fls. 68 e, em consequência, JULGO extinta a presente demanda, com resolução de mérito, nos termos do inciso III do artigo 269 do CPC.
Publique-se e arquivem-se os autos.
Vitória, 17 de setembro de 2009.
Desembargadora Substituta ELISABETH LORDES
RELATORA

5 Conflito de Competência nº 100090030667
SUCTE.: JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DE SERRA
SUCDO.: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ORFAOS E SUCESSOES DE SERRA
P. INT. ATIVA GERALDA ALVES DA SILVA COLLI
ADVOGADO(A): LUIS GUSTAVO NARCISO GUIMARAES
P. INT. ATIVA MARLENE COLLI
ADVOGADO(A): LUIS GUSTAVO NARCISO GUIMARAES
P. INT. ATIVA LINDA MARIA COLLI JAEL
ADVOGADO(A): LUIS GUSTAVO NARCISO GUIMARAES
P. INT. ATIVA ARLINDO LUIZ COLLI
ADVOGADO(A): LUIS GUSTAVO NARCISO GUIMARAES
P.INT.PASSIVA BANESTES SEGUROS S/A
RELATOR: BENICIO FERRARI
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA N.º 100090030667
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA 5.ª VARA CÍVEL DA SERRA/ES
SUSCITADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA SERRA
RELATOR: DESEMBARGADOR BENÍCIO FERRARI
DECISÃO MONOCRÁTICA
Trata-se de Conflito Negativo de Competência, suscitado pelo MM. Juiz de Direito da 5.ª Vara Cível de Vitória, face à decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Serra, que declinou de sua competência para processar e julgar o pedido de Alvará Judicial movido por GERALDA ALVES DA SILVA COLLI, MARLENE COLLI, LINDA MARIA COLLI JAEL E ARLINDO LUIZ COLLI para levantamento de quantia relativa a prêmio de seguro firmado junto à BANESTES SEGUROS S/A.
O Juiz suscitante afirma às fls. 02/04 que a Vara de Órfãos e Sucessões é competente para o processo e julgamento de todas as causas relativas a direitos deixados por pessoas falecidas, incluindo-se nesse rol, as verbas seguradas, nos termos do art. 62 do Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo.
O Juiz suscitado (fls. 08/09), por sua vez, entende que não compete ao mesmo processar e julgar causa cujo objeto constitui relação obrigacional desassociada do direito sucessório e, portanto, não afeta às questões a serem dirimidas em ação de inventário. Assim, alega que não obstante o surgimento do direito decorrer da morte do segurado, o fato é estranho à matéria sucessória, observado que o valor da indenização securitária não é parte integrante do acervo hereditário. É o suscinto relatório.
Passo a decidir.
Primeiramente, cumpre esclarecer que, na hipótese dos autos, cabe a aplicação do disposto no parágrafo único do artigo 120, do Código de Processo Civil, qual seja, a possibilidade do Julgador "decidir, de plano, o conflito de competência, ante a existência de jurisprudência dominante no E. Tribunal acerca da matéria ventilada". Dessa forma, passo a julgar a matéria, monocraticamente.
Compulsando os presentes autos, vislumbro que a controvérsia se dá em torno da competência para a apreciação do pedido de alvará de levantamento de valores referentes a seguro de vida. O art. 794 do Código Civil vigente é claro ao disciplinar o seguinte:
"Art. 794 - No seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte, o capital estipulado não está sujeito às dívidas do segurado, nem se considera herança para todos os efeitos de direito." Ora, pela simples leitura do mesmo dispositivo, tenho que razão assiste ao juízo suscitado, tendo em vista que o capital estipulado no seguro de vida para o caso de morte do segurado não é considerado para todos os efeitos de direito, como herança, visto que reverterá em favor do beneficiário, não se integrando, portanto no espólio.
Assim, o mesmo benefício está sujeito à apreciação do juízo cível comum, e não o orfanológico. É o entendimento dominante neste Egrégio Tribunal, senão vejamos:
EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNICA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS. PEDIDO DE ALVARÁ FORMULADO JUNTO Á VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES PELOS FAMILIARES DO FALECIDO. POSTERIOR AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO PROPOSTA PELA SEGURADORA PERANTE VARA CÍVEL. AÇÕES CONEXAS. DÚVIDA ACERCA DO JUÍZO COMPETENTE PARA APRECIAR A ÚLTIMA DEMANDA. ARTIGO 62 DO DA LC 234 DE 19/04/02. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES PARA APRECIAR A CONSIGNATÓRIA. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. I - De acordo com o art. 62 da Lei Complementar nº 234 de 19/04/02, o Juízo da Vara de Órfãos e Sucessões não tem competência para apreciar ações de consignação em pagamento. II - Ainda que haja estreita relação

entre o pedido de alvará e ação de consignação em pagamento, é incabível a reunião das ações conexas se o juízo da primeira demanda é absolutamente incompetente para conhecer e julgar a segunda. III - Conflito conhecido para julgar competente a 4ª Vara Cível da Serra/ES.(TJES, Classe: Conflito de Competência, 100040006734, Relator: CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS, Órgão julgador: QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Julgamento: 10/08/2004, Data da Públicação no Diário: 21/12/2004)grifado.
ACÓRDÃO EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO - RELAÇÃO DE CONSUMO - EXISTÊNCIA DE VARA ESPECIALIZADA EM RAZÃO DA MATÉRIA - INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO DECLARADA DE OFÍCIO - SENTENÇA ANULADA. 1. Sendo a matéria referente a contrato de seguro, a relação jurídica de direito material mantida entre as partes é regida pelo Código de Defesa do Consumidor. 2. A competência ratione materiae é de natureza absoluta, não sendo passível de prorrogação. Assim, desde a entrada em vigor do novo Código de Organização Judiciária do Estado (LC nº 234/02, art. 49, par. único), todas as ações que versem matéria de direito consumerista na jurisdição da Comarca de Vitória, devem ser processadas e julgadas em suas Varas Especializadas de Defesa do Consumidor (10ª e 11ª Varas Cíveis). 3. Conclui-se que, a ação de execução ajuizada antes da LC nº 234/02 devia ter sido redistribuída a uma das referidas Varas Especializadas (CPC, art. 87, parte final), atraindo também a competência para a presente ação incidental de embargos à execução (art. 736 do CPC). 4. Sentença anulada por incompetência absoluta do Juízo, mantida a penhora efetivada no processo de execução, prestigiando os princípios da economia processual e da máxima efetividade da tutela jurisdicional. (TJES, Classe: Apelação Cível, 24040075525, Relator: CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS, Órgão julgador: QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Julgamento: 05/04/2005, Data da Públicação no Diário: 19/05/2005)
Por tudo o que foi exposto, e em consonância com os artigos 58 e 62 da LC nº 234/02, conheço do conflito negativo de competência para declarar a competência da 5ª Vara Cível da Serra/ES para processar e julgar o Alvará Judicial. Cientifiquem os MM. Juízes conflitantes acerca do teor desta decisão.
Publique-se na íntegra.
Após, remetam-se os presentes autos ao Juízo Suscitado, para os devidos fins.
Vitória/ES, 18 de setembro de 2009.
Desembargador BENÍCIO FERRARI
RELATOR:

6 Embargos de Declaração agv Instrumento nº 24089014807
EMGTE.: PAULO ROBERTO CAMAROTA
ADVOGADO(A): FABRICIO CARDOSO FREITAS
EMGTE.: NEY MODOLO
ADVOGADO(A): FABRICIO CARDOSO FREITAS
EMGTE.: ELIZABETH BALLESTEROS FALCI
ADVOGADO(A): FABRICIO CARDOSO FREITAS
EMGTE.: ELMO BALLESTEROS PEREZ
ADVOGADO(A): FABRICIO CARDOSO FREITAS
EMGTE.: ELOY BALLESTEROS PEREZ
ADVOGADO(A): FABRICIO CARDOSO FREITAS
EMGTE.: IGNACIO BALLESTEROS RODRIGUES
ADVOGADO(A): FABRICIO CARDOSO FREITAS
EMGTE.: JOSE BALLESTEROS PEREZ
ADVOGADO(A): FABRICIO CARDOSO FREITAS
EMGDO.: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A): ADNILTON JOSE CAETANO
RELATOR: BENICIO FERRARI
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO POR INSTRUMENTO nº 2408914807
EMBARGANTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO EMBARGADO: PAULO ROBERTO CAMAROTA e OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR BENÍCIO FERRARI
DECISÃO MONOCRÁTICA
Compulsando o caderno processual, constato que a decisão monocrática proferida nos aclaratórios interposto pelo ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, apesar de ter sido reconhecido o erro material, foi publicada ainda com um erro dessa natureza.
Desta feita, retifico a parte final da citada decisão para que se faça inserir "DETERMINAR QUE SEJA ALTERADA A PARTE DISPOSITIVA DO ARESTO IMPUGNADO, PARA SE FAZER CONSTAR RECURSO IMPROVIDO AO INVÉS DE RECURSO PROVIDO COMO EQUIVOCADAMENTE CONSTAVA".
Intime-se as partes da presente decisão, que deverá ser publicada na íntegra.
Registre-se.
Diligencie-se com urgência.
Vitória, ES, 18 de setembro de 2009.
Desembargador BENÍCIO FERRARI
RELATOR:

Vitória, 22/09/2009

MARCELA BARCELLOS TAVARES MARCHESCHI
Secretária de Câmara

QUARTA CÂMARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
QUARTA CÂMARA CÍVEL

PAUTA DE JULGAMENTO DA 34 ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29/09/2009 TERÇA-FEIRA, QUE TERÁ INÍCIO ÀS 09:00 HORAS, PODENDO, ENTRETANTO, NESSA SESSÃO OU EM SESSÕES SUBSEQUENTES, PROCEDER-SE AO JULGAMENTO DE PROCESSOS ADIADOS OU CONSTANTES DE PAUTAS JÁ PUBLICADAS.

1 - MANDADO DE SEGURANÇA Nº 100090013010
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
CLASSE 1º GRAU:ORDINÁRIA
REQTE REVEN DERIVADOS DE PETROLEO LTDA..
ADVOGADO(A) LUCIANO RODRIGUES MACHADO
A. COATORA JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA SERRA
LITIS. PASSIVO WILSON CARDOSO
ADVOGADO(A) OMAR PEREIRA MATTAR
LITIS. PASSIVO VILMA SOUZA CARDOSO
ADVOGADO(A) OMAR PEREIRA MATTAR
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

2 - EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº 100090020957
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
CLASSE 1º GRAU:EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO
EXPTE R B F S (MENOR IMPÚBERE)
ADVOGADO(A) SILVANNA BORGES DE SOUSA
EXPTE SILVANNA BORGES DE SOUSA
ADVOGADO(A) REQUERIDO EM CAUSA PRÓPRIA
EXPTO JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMILIA DE VITÓRIA
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO

3 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 24099161432
VITÓRIA - 4ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:OBRIGAÇÃO DE FAZER
AGVTE GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA..
ADVOGADO(A) CARLOS ALBERTO MATHEIO ALVES
AGVDO C R V (MENOR PÚBERE)
ADVOGADO(A) GOTARDO GOMES FRIÇO
AGVDO MARIA ELIANA ROSSI VALADAO
ADVOGADO(A) GOTARDO GOMES FRIÇO
RELATOR DES. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

4 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 6099000827
ARACRUZ - FAZ. PÚBLICA EST., MUN., REG. PÚB. E MEIO AMBIENTE
CLASSE 1º GRAU:INDENIZATÓRIA
APTE MARIA ANGELICA MORO NASCIMENTO
ADVOGADO(A) JOSE LOUREIRO OLIVEIRA
APDO SAAE SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E EGOTO
ADVOGADO(A) LUCIANA FAVALESSA DE MARCHI
RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
REVISOR DES. NEY BATISTA COUTINHO

5 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 11020653959
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 1ª VARA FEITOS FAZENDA PÚBLICA
CLASSE 1º GRAU:CLASSE CÍVEL ANTIGA
APTE CAMAGRIL CACHOEIRO MAQUINAS LTDA..
ADVOGADO(A) HIGNER MANSUR
ADVOGADO(A) RICARDO DA SILVA MALINI
APTE ANILDO DE SOUZA MIRANDA
ADVOGADO(A) HIGNER MANSUR

ADVOGADO(A) RICARDO DA SILVA MALINI
APDO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO

6 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 24040061384
VITÓRIA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
CLASSE 1º GRAU:MANDADO DE SEGURANÇA
APTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) GUSTAVO CESAR DE MELLO CALMON HOLLIDAY
APDO FLEGLER & ZANELLA LTDA.. ME
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO CASA DO SEMEADOR LTDA.. ME
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO BOSI DIVERSOES ELETRONICAS LTDA.. ME
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO THILT DIVERSOES LTDA.. ME
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO FUN PLAY DIVERSOES LTDA..
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO BIG PLAY DIVERSOES ELETRONICAS LTDA..
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO NATIVAS DIVERSOES ELETRONICAS LTDA.. ME
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO MILTON FERREIRA VALENTIM FILHO
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO PEDRO LUCIANO SCALFONI
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO NATIVAL LOURES FILHO
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO GERALDO ACERBI
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO MARCELO ARTUR GONÇALVES RAMOS
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO SAMUEL BARBOZA VIANA
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO LEONARDO MACIEL DE AMORIM
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
APDO LANG DIVERSOES ELETRONICAS LTDA..
ADVOGADO(A) JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
ADVOGADO(A) NILTON BASILIO TEIXEIRA
ADVOGADO(A) SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

7 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 24040176430
VITÓRIA - 3ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:ANULATÓRIA
APTE EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A EMBRATEL
ADVOGADO(A) AGACI CARNEIRO JUNIOR
ADVOGADO(A) ALESSANDRA GOMES HOUDJAKOFF
ADVOGADO(A) ALESSANDRA LIGNANI DE MIRENDA STARLING E ALBUQUERQUE
ADVOGADO(A) ROSANA GAZOLLI DE FREITAS
ADVOGADO(A) SERGIO MURILO FRANÇA DE SOUZA FILHO
APDO COOPNORTE COOPERATIVA AGROP NORTE DO EST DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) JOSE ARCISO FIOROT
ADVOGADO(A) JOSÉ ARCISO FIOROT JÚNIOR
ADVOGADO(A) KARLA BUZATO FIOROT
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
REVISOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

8 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 24060009297
VITÓRIA - 9ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:SUSTAÇÃO DE PROTESTO
APTE LABORCOLOR LABORATORIO FOTOGRAFICO LTDA..
ADVOGADO(A) CALEB SALOMAO PEREIRA SILVA
ADVOGADO(A) FERNANDA ALVARENGA GUEDES
ADVOGADO(A) NERLITO SAMPAIO NEVES JUNIOR
ADVOGADO(A) NOEMAR SEYDEL LYRIO
APDO NACIONAL PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA..
ADVOGADO(A) ELIO CARLOS DA CRUZ FILHO
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO
REVISOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

9 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 24060049228
VITÓRIA - 9ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:DECLARATÓRIA
APTE LABORCOLOR - LABORATORIO FOTOGRAFICO LTDA..
ADVOGADO(A) FERNANDA ALVARENGA GUEDES
ADVOGADO(A) NOEMAR SEYDEL LYRIO
APDO NACIONAL PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA..
ADVOGADO(A) ELIO CARLOS DA CRUZ FILHO
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO
REVISOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

10 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 24060059706
VITÓRIA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
CLASSE 1º GRAU:MANDADO DE SEGURANÇA COM VALOR
APTE SANDRA MARIA SANTOS BELISARIO
ADVOGADO(A) JOAO ANGELO BELISARIO
APDO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
ADVOGADO(A) ALEXANDRE DALLA BERNARDINA
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

11 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 24060139391
VITÓRIA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
CLASSE 1º GRAU:MANDADO DE SEGURANÇA COM VALOR
APTE ROSILEIA RODRIGUES DE ALMEIDA
ADVOGADO(A) BERNARDO DE SOUZA MUSSO RIBEIRO
ADVOGADO(A) DANIELLE SOUZA SILVA
ADVOGADO(A) FABIO VARGAS ADAMI
ADVOGADO(A) FLAVIANA ROPKE DA SILVA
ADVOGADO(A) JULIANA PAES ANDRADE
ADVOGADO(A) MARCELO MARTINS ALTOE
ADVOGADO(A) NARA BORGO CYPRIANO MACHADO
ADVOGADO(A) RENATA SATAUFFER DUARTE
ADVOGADO(A) ZILMAR JOSE DA SILVA JUNIOR
APDO PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ADVOGADO(A) HERCULANO CLEMENTE DA SILVA
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

12 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 24060191400
VITÓRIA - 2ª VARA DE FAMÍLIA
CLASSE 1º GRAU:DECLARATÓRIA
APTE MARIA IRENE RIBEIRO
ADVOGADO(A) ALEXANDRE AUGUSTO VIEIRA DE MELO
APDO JOSE ARIMATEA LIMA
ADVOGADO(A) BEATRICE EUGENIE M DE AGUIAR

ADVOGADO(A) DYNA HOFFMANN ASSI GUERRA
ADVOGADO(A) ELBA XIBLE LUCHI
APDO SANDRA MARIA LIMA
ADVOGADO(A) BEATRICE EUGENIE M DE AGUIAR
ADVOGADO(A) DYNA HOFFMANN ASSI GUERRA
ADVOGADO(A) ELBA XIBLE LUCHI
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO
REVISOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

13 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 24070186333
VITÓRIA - 11ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:COBRANÇA
APTE ERICSON ANTONIO RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO(A) BERGT EVENARD ALVARENGA FARIAS
ADVOGADO(A) BRUNO SHINITI ALVES DA COSTA
ADVOGADO(A) INGRID SILVA DE MONTEIRO
ADVOGADO(A) MAIRA DANCOS BARBOSA RIBEIRO
ADVOGADO(A) MARCELO CARVALHINHO VIEIRA
ADVOGADO(A) MARIA DA CONCEIÇÃO SARLO B CHAMOUN
ADVOGADO(A) PAULO ROBERTO BUSSULAR
ADVOGADO(A) SIDNEY FERREIRA SCHREIBER
APDO UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO(A) BERESFORD MARTINS MOREIRA NETO
ADVOGADO(A) CLAUDIA MARCIA ENTRINGER
ADVOGADO(A) EDUARDO MALHEIROS FONSECA
ADVOGADO(A) EMANUELLE FERREIRA ALMENARA
ADVOGADO(A) FILLYPE SIQUEIRA
ADVOGADO(A) GILBERTO CESARIO SANTOS
ADVOGADO(A) LIVIA FEU NASCIMENTO
ADVOGADO(A) RAFAEL CARAO LUCAS
ADVOGADO(A) THAIZ CERQUEIRA LIMA RODRIGUES DA CUNHA
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
REVISOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

14 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 24070201272
VITÓRIA - 11ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:COBRANÇA
APTE HILTON DEI GUADAGNIN
ADVOGADO(A) CHRISTINE ROCHA MOREIRA SANTOS
ADVOGADO(A) JOSE ALEXANDER BASTOS DYNA
APTE MARIA IGNES RAPOSO GUADAGNIN
ADVOGADO(A) CHRISTINE ROCHA MOREIRA SANTOS
ADVOGADO(A) JOSE ALEXANDER BASTOS DYNA
APDO BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(A) CLAUDIA MARCIA ENTRINGER
ADVOGADO(A) EMANUELLE FERREIRA ALMENARA
ADVOGADO(A) FILLYPE SIQUEIRA
ADVOGADO(A) GILBERTO CESARIO SANTOS
ADVOGADO(A) MARIA EMILIA MARTINS SOARES
ADVOGADO(A) RAFAEL CARÃO LUCAS
ADVOGADO(A) SCHIRLEY DIAS SÁ SANTIAGO
ADVOGADO(A) THAIZ CERQUEIRA LIMA RODRIGUES DA CUNHA
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
REVISOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

15 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 24070202940
VITÓRIA - 11ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:COBRANÇA
APTE RACINIO RIBEIRO
ADVOGADO(A) ANDREIA DADALTO
ADVOGADO(A) FERNANDO SERGIO MARTINS
ADVOGADO(A) JULIANA SANTANA PALOME
APDO BANCO DO ESTADO DO ESP SANTO BANESTES S/A
ADVOGADO(A) ADRIANO FRISSO RABELO
ADVOGADO(A) ALEXANDRE PANDOLPHO MINASSA
ADVOGADO(A) CLAUDIA VALLI CARDOSO
ADVOGADO(A) ELSEANA MARIA VALIM DE PAULA
ADVOGADO(A) FERNANDA ALVES DE MATTOS MENEGUSSI
ADVOGADO(A) FRANKLIN DELMAESTRO
ADVOGADO(A) IARA RIBEIRO PEREIRA
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
REVISOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

16 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 30020003353
LINHARES - 2ª VARA CÍVEL E COMERCIAL
CLASSE 1º GRAU:MONITORIA
APTE SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL DE LINHARES
ADVOGADO(A) ALCIDIA PEREIRA DE PAULA SOUZA
APDO PEDRO GRASSI
ADVOGADO(A) AMANTINO PEREIRA PAIVA
ADVOGADO(A) FREDERICO J F MARTINS PAIVA
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO
REVISOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

17 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 35020023103
VILA VELHA - 5ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:COBRANCA CIVIL
APTE CONDOMINIO CENTRO COMERCIAL VILA VELHA
ADVOGADO(A) RONALDO FAUSTINI
APDO LUIZ CARLOS BATISTA
ADVOGADO(A) REQUERIDO EM CAUSA PRÓPRIA
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE
REVISOR DES. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

18 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 35060025471
VILA VELHA - 5ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:ORDINÁRIA
APTE EUZA FEITOSA SANTOS
ADVOGADO(A) VALCIMAR PAGOTTO RIGO
APDO CONDOMINIO DO EDIFICIO MURANO
ADVOGADO(A) LEONARDO MARTINS GABRIELE
ADVOGADO(A) RAFAEL DE ANCHIETA PIZA PIMENTEL
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO

19 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 35070178609
VILA VELHA - 4ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:INDENIZATÓRIA
APTE JETVIX COMERCIO E MECANICA EQUIPAMENTOS NAUTICOS
ADVOGADO(A) ANDERSON DJAR DE SOUZA SILVA
APDO JOSE RODRIGUES PINHEIRO
ADVOGADO(A) SONIA REGINA DALCOLMO PINHEIRO
ADVOGADO(A) TIAGO JOSÉ DALCOLMO PINHEIRO
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO

20 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 47020030087
SÃO MATEUS - 1ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:REPARAÇÃO DE DANOS
APTE VIAÇÃO SÃO GABRIEL LTDA..
ADVOGADO(A) ANTONIO AUGUSTO GENELHU JUNIOR
ADVOGADO(A) MARCIO DELL SANTO
APDO LUZIENE BORGES DIAS
ADVOGADO(A) JOSE GERALDO D'ANDRADE
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO

21 - APELAÇÃO CÍVEL Nº 48030149123
SERRA - 1ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:ORDINÁRIA
APTE COMERCIO DE FERRO AREVALO E JUNIOR LTDA..
ADVOGADO(A) IVO GOBATTO
ADVOGADO(A) JOSE DOMINGOS DE ALMEIDA
APTE COMAPANHIA SIDERURGICA TUBARAMO CST
ADVOGADO(A) ALINE MENDONÇA NOGUEIRA DA GAMA
ADVOGADO(A) ANDRE FERNANDES BRAZ
ADVOGADO(A) FELIPE VIEIRA NOGUEIRA
ADVOGADO(A) IMERO DEVENS
ADVOGADO(A) IMERO DEVENS JUNIOR
ADVOGADO(A) MANOELA FANI DIAS RESENDE
ADVOGADO(A) MARCELO PAGANI DEVENS
ADVOGADO(A) MARCELO PAGANI DEVENS
ADVOGADO(A) MAURICIO MESQUITA
ADVOGADO(A) SHELLEY LUCY RODRIGUES
ADVOGADO(A) TAMARA GOMES DE FIGUEIREDO PIMENTA
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO
REVISOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

22 - REMESSA EX-OFFICIO Nº 24940077886
VITÓRIA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
CLASSE 1º GRAU:CLASSE CÍVEL ANTIGA

REMTE JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA ESTADUAL DE VITÓRIA
PARTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES
PARTE PRESSEG PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA..
ADVOGADO(A) EDILSON QUINTAES CORREA
ADVOGADO(A) FLAVIO GOMES DE MIRANDA
* APELAÇÃO VOLUNTÁRIA Nº 24940077886
APTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO: ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES
APDO PRESSEG PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA..
ADVOGADO: EDILSON QUINTAES CORREA
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO
REVISOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

23 - REMESSA EX-OFFICIO Nº 30050021424
LINHARES - 3ª VARA CÍVEL FAZENDA E REG PÚBLICOS
CLASSE 1º GRAU:ANULATÓRIA
REMTE JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PUBLICA DE LINHARES
PARTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) CARLA GIOVANNOTTI DORSCH
PARTE NOLASCO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA..
ADVOGADO(A) GLECINEI DE OLIVEIRA BRITO
ADVOGADO(A) JOSE CARLOS COSTA
ADVOGADO(A) POTIRA FERREIRA BRITO DE MACEDO
* APELAÇÃO VOLUNTÁRIA Nº 30050021424
APTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO: CARLA GIOVANNOTTI DORSCH
APDO NOLASCO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA..
ADVOGADO: GLECINEI DE OLIVEIRA BRITO
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO
REVISOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

24 - REMESSA EX-OFFICIO Nº 50030029081
VIANA - VARA FAZENDA EST MUN E REG PÚBLICOS
ORDINÁRIA
CLASSE 1º GRAU:
REMTE JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZ PUB MUNICIPAL D
PARTE MUNICÍPIO DE VIANA
ADVOGADO(A) WILSON AUGUSTO CORREA SOUTO
PARTE MARTHA SOUZA DA SILVA
ADVOGADO(A) ALDANO LEMOS DO NASCIMENTO
ADVOGADO(A) JOAO CARLOS ANDRADE CYPRESTE
* APELAÇÃO VOLUNTÁRIA Nº 50030029081
APTE MUNICÍPIO DE VIANA
ADVOGADO: WILSON AUGUSTO CORREA SOUTO
APDO MARTHA SOUZA DA SILVA
ADVOGADO: ALDANO LEMOS DO NASCIMENTO
RELATOR DES. NEY BATISTA COUTINHO
REVISOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

25 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 11069001144
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 4ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:EMBARGOS CIVIL
AGVTE BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ES BANDES S/A
ADVOGADO(A) ADRIANA MARTINELLI MARTINS
ADVOGADO(A) ARTHUR DAHER COLODETTI
ADVOGADO(A) PATRICIA DE FREITAS RONCATO
ADVOGADO(A) RENATA STAUFFER DUARTE
ADVOGADO(A) VITOR DE PAULA FRANÇA
AGVDO BERENICE VARGAS VIANA
ADVOGADO(A) JONATHAS LUCAS WANDERMUREN
AGVDO CEREAIS BRASIL LTDA-ME
ADVOGADO(A) JONATHAS LUCAS WANDERMUREN
AGVDO EDICARLOS GIRALDI GELAIN
ADVOGADO(A) JONATHAS LUCAS WANDERMUREN
AGVDO LENILSON FREITAS VIANA
ADVOGADO(A) JONATHAS LUCAS WANDERMUREN
AGVDO ROSIANE DA SILVA GELAIN
ADVOGADO(A) JONATHAS LUCAS WANDERMUREN
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

26 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24010037851
VITÓRIA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
CLASSE 1º GRAU:MANDADO DE SEGURANÇA
AGVTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) JOSÉ RICARDO DE ABREU JUDICE
AGVDO NILO MATINS ASSESSORIA EM COMUNICAÇAO S/C LTDA..
ADVOGADO(A) BIANCA DE SOUZA MENEZES
ADVOGADO(A) CAROLINA BONADIMAN ESTEVES
ADVOGADO(A) DIOGO DE SOUZA MARTINS
ADVOGADO(A) ELIANE CRISTINA CREMASCHI
ADVOGADO(A) LUCIANO GONCALVES OLIVIERI
ADVOGADO(A) MICHEL SABINO
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

27 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24040069163
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
CLASSE 1º GRAU:EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTARIO
AGVTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) DANIELA RIBEIRO PIMENTA VALBAO
AGVDO CALCADOS ITAPUA S/A -CISA
ADVOGADO(A) WELITON ROGER ALTOE
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

28 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24040069247
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
CLASSE 1º GRAU:EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTARIO
AGVTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) DANIELA RIBEIRO PIMENTA VALBAO
AGVDO CALCADOS ITAPUA S/A -CISA
ADVOGADO(A) WELITON ROGER ALTOE
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

29 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24040095804
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
CLASSE 1º GRAU:EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTARIO
AGVTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) DANIELA RIBEIRO PIMENTA VALBAO
AGVDO CALCADOS ITAPUA S/A -CISA
ADVOGADO(A) WELITON ROGER ALTOE
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

30 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24040106023
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
CLASSE 1º GRAU:EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTARIO
AGVTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) ARTÊNIO MERÇON
AGVDO CALCADOS ITAPUA S/A -CISA
ADVOGADO(A) WELITON ROGER ALTOE
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

31 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24040192346
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
CLASSE 1º GRAU:EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTARIO
AGVTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) DANIELA RIBEIRO PIMENTA VALBAO
AGVDO CALCADOS ITAPUA S/A -CISA
ADVOGADO(A) WELITON ROGER ALTOE
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

32 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24040193146
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
CLASSE 1º GRAU:EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTARIO
AGVTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) DANIELA RIBEIRO PIMENTA VALBAO
AGVDO CALCADOS ITAPUA S/A -CISA
ADVOGADO(A) WELITON ROGER ALTOE
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

33 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24040193153
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
CLASSE 1º GRAU:EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTARIO
AGVTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) DANIELA RIBEIRO PIMENTA VALBAO

AGVDO CALCADOS ITAPUA S/A -CISA
ADVOGADO(A) WELITON ROGER ALTOE
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

34 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24040197378
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
CLASSE 1º GRAU:EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTARIO
AGVTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) DANIELA RIBEIRO PIMENTA VALBAO
ADVOGADO(A) GUSTAVO SIPOLATTI
AGVDO ITAPUA CALCADOS S/A
ADVOGADO(A) WELITON ROGER ALTOE
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

35 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24040197485
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
CLASSE 1º GRAU:EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTARIO
AGVTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) DANIELA RIBEIRO PIMENTA VALBAO
ADVOGADO(A) GUSTAVO SIPOLATTI
AGVDO CALCADOS ITAPUA S/A -CISA
ADVOGADO(A) WELITON ROGER ALTOE
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

36 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24060155041
VITÓRIA - 9ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:OBRIGAÇÃO DE FAZER
AGVTE AEV - ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA
ADVOGADO(A) ADRIANA RAMOS DO NASCIMENTO
ADVOGADO(A) JEANINE NUNES ROMANO
ADVOGADO(A) PATRICIA NUNES ROMANO
ADVOGADO(A) VICTOR BELIZARIO COUTO
AGVDO LETICIA MORAES DE AGUIAR
ADVOGADO(A) GERVASIO ANTUNES NETO
ADVOGADO(A) LEONARDO RANGEL GOBETTE
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

37 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24060326287
VITÓRIA - 2ª VARA DE FAMÍLIA
CLASSE 1º GRAU:EMBARGOS À EXECUÇÃO
AGVTE AURELICE AGUIAR LINDEMBERG
ADVOGADO(A) SONIA MARIA RABELLO DOXSEY
AGVDO CARLOS FERNANDO MONTEIRO LINDEMBERG NETO
ADVOGADO(A) ALEXANDRE DALLA BERNARDINA
ADVOGADO(A) AROLDO LIMONGE
ADVOGADO(A) BRUNO CESAR LIMONGI HORTA
ADVOGADO(A) CELSO BITTENCOURT RODRIGUES
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

38 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24069006864
VITÓRIA - VARA EXECUÇÕES FISCAIS
CLASSE 1º GRAU:EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTARIO
AGVTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) ARTÊNIO MERÇON
AGVDO CALCADOS ITAPUA S/A -CISA
ADVOGADO(A) WELITON ROGER ALTOE
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

39 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24070273511
VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
CLASSE 1º GRAU:MANDADO DE SEGURANÇA COM VALOR
AGVTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) PEDRO SOBRINO PORTO VIRGOLINO
AGVDO DAYANE RIBEIRO CAVATTI
ADVOGADO(A) ANGELA MARIA CYPRIANO
RELATOR DES. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

40 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24080316011
VITÓRIA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
CLASSE 1º GRAU:MANDADO DE SEGURANÇA COM VALOR
AGVTE VITALINO DIAS PEREIRA
ADVOGADO(A) CHRISTINNE ABOUMRAD RIBEIRO AGUIAR LEITE
AGVTE JOVELINA DE OLIVEIRA PEREIRA
ADVOGADO(A) CHRISTINNE ABOUMRAD RIBEIRO AGUIAR LEITE
AGVTE ZENAIDE DA CUNHA DIAS
ADVOGADO(A) CHRISTINNE ABOUMRAD RIBEIRO AGUIAR LEITE
AGVDO IPAMV - INST DE PREVID E ASSIST DOS SERV DO MUNIC DE VITÓRIA
ADVOGADO(A) HELOISA MARIA DUARTE BARCELLOS
ADVOGADO(A) NATHALIA FERNANDES MACHADO
ADVOGADO(A) TATIANA PREZORRI MORELLI
AGVDO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
ADVOGADO(A) LUIZ CLAUDIO ROSENBERG
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

41 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 24980165310
VITÓRIA - 10ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:CLASSE CÍVEL ANTIGA
AGVTE MANOEL LUIZ ROSA MACHADO
ADVOGADO(A) ANTONIO AMARAL FILHO
ADVOGADO(A) JOSE HILDO SARCINELLI GARCIA
ADVOGADO(A) LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO
ADVOGADO(A) PATRICIA NEVES LYRIO DO NASCIMENTO
ADVOGADO(A) SERGIUS DE CARVALHO FURTADO
AGVDO FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA..
ADVOGADO(A) ANA PAULA C M BARROS
ADVOGADO(A) ANTONIO ADOLFO ABOUMRADE
ADVOGADO(A) DEJARI MECCA DE BRITO
ADVOGADO(A) MARCIA MAKISHI
ADVOGADO(A) NANCI COMINETTI CORREA
ADVOGADO(A) PEDRO JORGE ABDALLA
ADVOGADO(A) RENATA JUNQUEIRA BURLAMAQUI
ADVOGADO(A) RICARDO LIMA CARDOSO
ADVOGADO(A) SERGIO TOSTES
ADVOGADO(A) WALTER EDSON CAPPELLETTI
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

42 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 38060037116
NOVA VENÉCIA - 1ª VARA CÍVEL
ORDINÁRIA
CLASSE 1º GRAU:
AGVTE GERALDO GONCALVES DE FARIAS
ADVOGADO(A) FABRICIO PICOLI BRITO
AGVDO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) PAULO SERGIO AVALLONE MARSCHALL
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

43 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 48050168920
SERRA - 5ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:ORDINÁRIA
AGVTE ECAD-ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
ADVOGADO(A) EUCLIDES NUNO RIBEIRO NETO
AGVDO CAETANO SOARES BONATO
ADVOGADO(A) ANDRE ARNAL PERENZIN
ADVOGADO(A) RODRIGO RUFINO
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

44 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 48060061487
SERRA - 5ª VARA CÍVEL
CLASSE 1º GRAU:INDENIZATÓRIA
AGVTE HILTON DE ALMEIDA FILHO
ADVOGADO(A) MARIA MIRANDA DE SOUZA POÇAS
ADVOGADO(A) SAMUEL FABRETTI JUNIOR
AGVDO BRADESCO SEGUROS S A
ADVOGADO(A) CARLOS GUSTAVO G DE C T HECK
ADVOGADO(A) GISELE CECCATO BORGO
ADVOGADO(A) JACINTO DOS SANTOS
ADVOGADO(A) JOMAR BRAZ DA SILVA JUNIOR
ADVOGADO(A) JULIA MARCIER CARDOSO AYRES
ADVOGADO(A) MARCELLA M BARROS
ADVOGADO(A) MARY SINATRA M Y DE CASTRO
ADVOGADO(A) OCTAMYR JOSE TELLES DE ANDRADE JUNIOR
ADVOGADO(A) PEDRO PAULO OSÓRIO NEGRINI
ADVOGADO(A) RENATO DE OLIVEIRA FRANÇA
ADVOGADO(A) ROSELEINE LO-RE SAPIA
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

45 - AGRAVO INTERNO - (ARTS 557/527, II CPC) Nº 56039000296
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBA
CLASSE 1º GRAU:EMBARGOS CIVIL
AGVTE ANANIAS BERGER
ADVOGADO(A) MARCELO SANTOS LEITE
AGVTE ELIANA APARECIDA PELACANI BERGER
ADVOGADO(A) MARCELO SANTOS LEITE
AGVDO BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A) FRANCISCO A S SOARES
ADVOGADO(A) GRACELIA MARIA CONTE
RELATOR DES. CARLOS ROBERTO MIGNONE

VITÓRIA, 22/09/2009

BRUNA STEFENONI QUEIROZ BAYERL LIMA
SECRETÁRIA DE CÂMARA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
QUARTA CÂMARA CÍVEL

DECISÕES MONOCRÁTICAS - PARA EFEITO DE RECURSO OU TRÂNSITO EM JULGADO

1- Apelação Civel Nº 35050024112
VILA VELHA - 4ª VARA CÍVEL
APTE JOSE LUIZ BARBOSA
Advogado(a) LUCIANA CAETANO MARQUES
Advogado(a) MIGUEL BELLINI NETO
APDO BANESTES S/A BANCO DO EST DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) CARLOMAR SILVA GOMES DE ALMEIDA
Advogado(a) CLAUDIA VALLI CARDOSO
Advogado(a) FERNANDA ALVES DE MATTOS MENEGUSSI
Advogado(a) FRANCISCO ANTONIO CARDOSO FERREIRA
Advogado(a) FRANKLIN DELMAESTRO
Advogado(a) GERALDO LUIZ DA SILVEIRA
Advogado(a) GISLAINE DE OLIVEIRA
Advogado(a) IARA QUEIROZ
Advogado(a) LUIZ CARLOS DE ABREU
Advogado(a) MARCO ANTONIO REDINZ
Advogado(a) NEUZA SCHULTHAIS ANDRADE
Advogado(a) SERGIO BERNARDO CORDEIRO
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

APELAÇÃO CÍVEL Nº 035.050.024.112
APTE: JOSÉ LUIZ BARBOSA
APDO: BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATOR: DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

DECISÃO MONOCRÁTICA

Cuidam os autos de Apelação Cível inteposta por **JOSÉ LUIZ BARBOSA**, em face da sentença de fls. 133/134, que declarou cassada a eficácia da medida cautelar, isto na Ação Cautelar Inominada, proposta em face de **BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.**

Compulsando os autos, vê-se que o Apelante na inicial, informa ter adquirido um imóvel residencial junto ao Banco Apelado, pelo Sistema Financeiro da Habitação, tendo ingressado em juízo, visando, em síntese, a suspensão do leilão público, até o julgamento final da ação.

Registra-se que a liminar de suspensão do leilão fora concedida.

Após regular trâmite sobreveio a sentença onde o Juiz **a quo** declarou cessada a eficácia da medida cautelar em razão de ter sido proferida sentença na ação ordinária.

Irresignado, o aqui Apelante interpôs o presente recurso, pleiteando a reforma da sentença de 1º grau, tendo por fundamentos o fato do Magistrado não ter apreciado todos os pedidos constantes da inicial; a anulação da sentença; ausência de cálculos por parte da apelada; ilegalidade da execução extrajudicial e que a decisão do Magistrado na ação ordinária de revisão contratual, não tem o condão de interferir nos efeitos da ação de anulação de ato jurídico.

Contrarrazões apresentadas, onde refutou-se todas as alegações da apelação e pugnou-se pela manutenção da decisão proferida na 1ª Instância.

Eis o breve relatório. Passo a decidir.

Ao que se vê, o Apelante adquiriu um imóvel residencial junto ao Banco Apelado, financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação, sendo que em razão do não pagamento, o Apelado, consubstanciado no que dispõe o Decreto 070/66, adjudicou o imóvel, inclusive com o registro no Cartório competente, isto em maio de 2000. Em fevereiro de 2001 foi interposta ação de imissão na posse, onde buscou o apelado a posse do imóvel adjudicado em maio de 2000 (processo nº 035.010.026.017).

Em razão destes fatos, o apelante ajuizou em maio de 2001 a ação de anulação de ato jurídico (processo nº 035.010.052.393); em abril de 2001 uma cautelar incidental, visando a suspensão da liminar concedida na Ação de Imissão de Posse (processo nº 035.010.039.382); em março de 2005 a presente ação, visando a suspensão do leilão público,; em maio de 2005 uma ação ordinária de revisão contratual cumulada com repetição do indébito (processo nº 035.050.042.395).

Assim, como pode ser constatado, quando o apelante ajuizou a presente ação, bem como todas as demais, quando o ato de adjudicação do imóvel e o respectivo registro já encontravam-se perfeito e acabado.

Ainda com o intuito de melhor elucidar a questão, antes do enfrentamento das alegações trazidas na fundamentação da presente irresignação, há de se deixar assente, que a adjudicação do imóvel se deu através de execução extrajudicial, conforme permissivo legal disposto no DL nº 070/66 e, ainda, quando o Banco levou o imóvel a leilão em 2005, o bem já lhe pertencia e, como alegou nas contrarrazões, este ato se deu em atendimento ao que determina a lei regente das licitações.

Feitas tais considerações, passo a análise das questões arguidas na presente apelação.

Arguiu o apelante a preliminar de nulidade da sentença.

Todavia, ao analisar o teor da mesma, conclui-se que não houve infringência ao disposto nos artigos 165 e 458 do CPC, pois basta uma análise perfunctória para se verificar a presença dos requisitos essenciais à mesma, quais sejam: relatório, fundamentos e parte dispositiva.

Mais ainda, a r. Sentença não apresenta nenhum ponto de decisão teratológico ou que esteja ferindo dispositivo legal.

Por tais fundamentos, rejeito a preliminar.

Outro ponto arguido pelo apelante reside no fato de que o Magistrado de 1º grau não analisou, na essência, todos os pedidos do autor/apelante.

Da análise da sentença, pode-se vislumbrar que houve o enfrentamento das preliminares, bem como da questão de principal, qual seja: "*a nulidade absoluta do leilão extrajudicial*", conforme se vê no trecho que extraído da r. Sentença:

"Pretende o autor a nulidade absoluta do leilão extrajudicial realizado sobre o imóvel situado em Coqueiral de Itaparica, Vila Velha - ES, no Edifício São José do Calçado, Aptº 102, BL 109, bem como a nulidade no registro da matrícula e das cartas de arrematação ou adjudicação expedidas.
Tais pretensões restam prejudicadas tendo em vista sentença proferida nos autos da ação ordinária de revisão contratual cumulada com repetição de indébito com pedido de antecipação de tutela, sob o nº 035.050.042.395, que julgou improcedentes os pedidos formulados na inicial para reconhecer a inexistência de qualquer vício ou ilegalidade na execução do contrato celebrado entre as partes para a aquisição do imóvel.
A execução extrajudicial foi realizada em razão do inadimplemento contratual do autor, autorizado pelo Decreto Lei nº 70/66, o que resultou na arrematação do imóvel hipotecado pelo banco requerido.
Nesse sentido, não há que se falar em nulidade do leilão extrajudicial, haja vista que o imóvel foi regularmente adjudicado e a carta devidamente registrada no Cartório do RGI em 30/011/2000, às fls. 130 e 131."

Assim, observa-se que ante a análise da questão de fundo, restou prejudicado todos os demais pontos arguidos na inicial.

Ademais, é cediço que o julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, quando já possuir razões suficientes para proferir sua decisão.

Acerca do tema, traz-se à baila a exegese encampada pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ***in verbis:***

"***O juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas; ou a responder, um a um, a todos os argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu"*** (EDcl nos EDcl no REsp 331.797, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, julgado em 26.06.2007) (grifo nosso).

Portanto, tenho que razão não assiste ao apelante.

Também foi arguido que não foi contestado o laudo matemático financeiro apresentado e, que ante a ausência de uma planilha de cálculos por parte da apelada, os dados apresentados restariam incontroversos.

Ao que se denota dos autos, às fls. 132/140 consta planilha de cálculos de todo período do contrato, apresentada pelo apelado, onde constam discriminadamente juros, encargos, taxas, montante principal etc.

Desta forma uma vez mais, razão não assiste ao apelante.

Mais um questionamento trazido pelo apelante, reside na alegada "*ilegalidade da execução extrajudicial*", que no entender do apelante enseja a anulação do ato jurídico.

Acerca deste tópico, há de frisar que à época da propositura desta ação, em maio de 2001, já havia ocorrido a adjudicação, conforme previsão legal contida no DL nº 70/66.

O citado decreto lei reza:

Art. 31. Vencida e não paga a dívida hipotecária, no todo ou em parte, o credor que houver preferido executá-la de acordo com este decreto-lei formalizará ao agente fiduciário a solicitação de execução da dívida, instruindo-a com os seguintes documentos:

Art 32. Não acudindo o devedor à purgação do débito, o agente fiduciário estará de pleno direito autorizado a publicar editais e a efetuar no decurso dos 15 (quinze) dias imediatos, o primeiro público leilão do imóvel hipotecado.

Art 37. Uma vez efetivada a alienação do imóvel, de acôrdo com o artigo 32, será emitida a respectiva carta de arrematação, assinada pelo leiloeiro, pelo credor, pelo agente fiduciário, e por cinco pessoas físicas idôneas, absolutamente capazes, como testemunhas, documento que servirá como titulo para a transcrição no Registro Geral de Imóveis.

Ante o disposto legal, pode-se concluir que uma vez adjudicado o imóvel, com o conseqüente registro da carta de arrematação no RGI, está finda a relação obrigacional oriunda do contrato de mútuo habitacional.

Neste sentido caminha a jurisprudência pretoriana, conforme se vê nos seguintes arestos:

AgRg no REsp 1069460 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2008/0133679-0 Relator(a) Ministro FERNANDO GONÇALVES (1107) Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA Data do Julgamento 19/05/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 08/06/2009 Ementa:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO. INTERESSE DE AGIR. SFH. ADJUDICAÇÃO.

1. **A orientação firmada no STJ para casos assemelhados está consolidada no sentido de que inexiste interesse de agir dos mutuários na discussão judicial de cláusulas de contrato de financiamento vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação após a adjudicação do imóvel em execução extrajudicial**.

2. Agravo regimental desprovido.

REsp 886150 / PR RECURSO ESPECIAL 2006/0160511-1 Relator(a) Ministro FRANCISCO FALCÃO (1116) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 19/04/2007 Data da Publicação/Fonte DJ 17/05/2007 p. 217 Ementa:

SFH. MÚTUO HABITACIONAL. INADIMPLÊNCIA. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI Nº 70/66. ADJUDICAÇÃO DO IMÓVEL. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. PROPOSITURA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL.

I - Diante da inadimplência do mutuário, foi instaurado procedimento de execução extrajudicial com respaldo no Decreto-lei nº 70/66, tendo sido este concluído com a adjudicação do bem imóvel objeto do contrato de financiamento.

II - Propositura de ação pelos mutuários, posteriormente à referida adjudicação do imóvel, para discussão de cláusulas contratuais, com o intuito de ressarcirem-se de eventuais pagamentos a maior.

III - **Após a adjudicação do bem, com o conseqüente registro da carta de arrematação no Cartório de Registro de Imóveis, a relação obrigacional decorrente do contrato de mútuo habitacional extingue-se com a transferência do bem, donde se conclui que não há interesse em se propor ação de revisão de cláusulas contratuais, restando superadas todas as discussões a esse respeito**.

IV - Ademais, o Decreto-lei nº 70/66 prevê em seu art. 32, § 3º, que, se apurado na hasta pública valor superior ao montante devido, a diferença final será entregue ao devedor.

V - Recurso especial provido.

Desta forma, conclui-se que não há que se falar em anulação do leilão, pois para sua ocorrência, mister ficar devidamente comprovado a existência de alguma ilegalidade na execução extrajudicial, o que não restou comprovado.

Ademais, quando da análise da ação ordinária de revisão contratual cumulada com repetição do indébito (processo nº 035.050.042.395), não vislumbrei nenhuma irregularidade que ensejasse a pretendida revisão.

Inclusive naqueles autos também foi arguido a nulidade do leilão, onde posicionei-me no seguinte sentido:

Por fim, requer a anulação do leilão extrajudicial, sob a alegação de que o aqui Apelado, mesmo ciente da ação ordinária que discute o valor da dívida, levou o imóvel a leilão.

A matéria relativa à execução extrajudicial tem por embasamento o Decretolei nº 70/1966.

Acerca do citado decreto, é pacifico o entendimento de sua constitucionalidade, conforme se vê no aresto trazido à lume:

AgRg no Ag 945926 / SP - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007/0189632-5 - Relator(a) Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (1096) Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA - Data do Julgamento 14/11/2007 - Data da Publicação/Fonte DJ 28/11/2007 p. 220 Ementa:

SFH. CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO DEVEDOR. TR. - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL - DECRETO-LEI Nº 70/66 - CONSTITUCIONALIDADE.

- Prevista no contrato, é possível a utilização da Taxa Referencial, como índice de correção monetária do saldo devedor, em contrato de financiamento imobiliário.

- É pacífico em nossos Tribunais, inclusive no Superior Tribunal de Justiça e em nossa mais alta Corte, a constitucionalidade do Decreto-Lei nº 70/66.

- Não merece provimento recurso carente de argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada.

Analisando o que dos autos constam, vislumbra-se que a adjudicação do imóvel se dera em maio/2000, inclusive com o registro no Cartório competente (fl. 191/193), enquanto o pedido de anulação do leilão extrajudicial somente ocorreu em abril/2001, de sorte, que já havia ocorrido o leilão e o imóvel sido adjudicado.

O segundo leilão efetuado pelo aqui Apelado, embora recaia sobre o mesmo imóvel, trata-se na verdade de um bem que já lhe pertencia, pois, repita-se a adjudicação ocorrera em maio de 2000 e que pela documentação acostada já não mais estava em disputa.

Desta forma, tendo em vista que o leilão extrajudicial ocorreu bem antes de ser proposta a ação e tendo sido observado os ditames do DL nº 70/66, na realização do mesmo, não vejo como prosperar as alegações do Apelante.

Com estas argumentações, tenho que melhor sorte não assiste ao apelante.

Mister deixar assente que da análise do processo nº 035.010.052.393 (ação de anulação de ato jurídico), não vislumbrei nas razões apresentadas pelo aqui também apelante força persuasória suficiente para modificar o decisum de 1º grau, razão pela qual neguei provimento à apelação interposta naquele processo.

A questão de fundo da presente ***quaestio***, reside na alegação de que a decisão do Magistrado na ação ordinária de revisão contratual, não tem o condão de interferir nos efeitos da ação de anulação de ato jurídico, pois em seu entendimento, esta deverá permanecer válida até o julgamento definitivo pela instância ***ad quem***.

Da análise da r. Sentença, extrai-se o seguinte trecho:

"Nesta data, proferi sentença nos autos da ação ordinária, sob o nº 035.050.042.935, julgando-a improcedente.

Assim, declaro cessada a eficácia da medida cautelar nos termos do que dispõe o artigo 808, III do CPC."

Reza o artigo 808, III do CPC:

"Cessa a eficácia da medida cautelar:
III - se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito."

Ao que se vê, conforme declarado pelo Magistrado, o mesmo já havia proferido decisão nos autos do processo nº 35.050.042.395 - ação ordinária de revisão contratual cumulada com repetição do indébito, a este pode-se acrescentar que também já havia sentenciado o processo nº 035.010.052.393 - ação de anulação de ato jurídico, onde foram julgados improcedentes os pedidos do autor e aqui apelante.

Desta forma, vislumbra-se que a decisão do Juiz ***a quo*** está em consonância com o que preceitua o dispositivo legal supracitado.

Corrobora também com o entendimento supra os seguintes arestos:

AgRg na MC 13257 / MS AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR 2007/0220107-2 Relator(a) Ministro PAULO GALLOTTI (1115) Órgão Julgador S3 - TERCEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 13/05/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 21/05/2009 Ementa:

AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. JULGAMENTO DEFINITIVO DA AÇÃO PRINCIPAL. PERDA DE OBJETO.
1. Tendo em conta o julgamento definitivo da ação principal, não obstante inexistir o respectivo trânsito em julgado, resta esgotado o ofício jurisdicional desta Seção e prejudicada a medida cautelar.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.

24079002770 Classe: Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC) Ap Civel Órgão: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL Data de Julgamento: 12/06/2007 Data da Publicação no Diário: 22/06/2007 Relator : RÔMULO TADDEI Origem: VITÓRIA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL **Ementa**
AGRAVO REGIMENTAL. 1) PROCESSO CAUTELAR. *RATIO ESSENDI*. RESGUARDO DE EFICÁCIA E UTILIDADE DO PRINCIPAL. AUTONOMIA. PRINCÍPIOS PRÓPRIOS. JULGAMENTO DO PRINCIPAL NÃO IMPLICA PERDA DO OBJETO DO CAUTELAR. 2) EXEGESE DO ART. 808, DO CPC. EFICÁCIA DA MEDIDA CESSADA. NÃO ESVAZIAMENTO DO OBJETO. RACIOCÍNIO RECURSAL DESCABIDO. 3) JULGAMENTO DO FEITO PRINCIPAL. NECESSIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO DA AÇÃO CAUTELAR PELO JULGADOR. RECURSO IMPROVIDO.
1) Malgrado aspire ao resguardo da eficácia e da utilidade do processo principal, o cautelar é autônomo e regido por princípios próprios, razão pela qual o julgamento do feito principal não implica perda do objeto da ação cautelar.
2) A expressão ¿cessa a eficácia da medida¿ a que se refere o *caput* do art. 808, do CPC consiste em perda da força, deixar de viger, não mais produzir os efeitos que lhe são próprios, com o retorno à situação jurídica imediatamente anterior à concessão da medida cautelar. Tal não importa, como equivocadamente concluiu o apelante, perda do objeto da ação cautelar.
(...)
Recurso improvido.

Posto isto, diante do arrazoado externado, com fulcro no artigo 557, ***caput***, da Lei Adjetiva Civil, o que se dá levando-se em conta o entender do Colendo Superior Tribunal de Justiça, bem como deste Sodalício, **conheço** da irresignação recursal ***sub examine,*** porquanto presentes os seus requisitos de admissibilidade, mas, no entanto, **lhe nego provimento,** mantendo, por conseguinte, intacto o ***decisum*** recorrido.

I-se. Publique-se na íntegra.
Diligencie-se.
Vitória/ES, 10 de setembro de 2009.
DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
Relator

2- Apelação Civel Nº 35010052393
VILA VELHA - 4ª VARA CÍVEL
APTE JOSE LUIZ BARBOSA
Advogado(a) LUCIANA CAETANO MARQUES
Advogado(a) MIGUEL BELLINI NETO
APTE BANESTES S/A BANCO DO EST DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) FRANCISCO ANTONIO CARDOSO FERREIRA
Advogado(a) IARA QUEIROZ
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

APELAÇÃO CÍVEL Nº 035.010.052.393
APTE: JOSÉ LUIZ BARBOSA
APDO: BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATOR: DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

DECISÃO MONOCRÁTICA

Cuidam os autos de Apelação Cível inteposta por **JOSÉ LUIZ BARBOSA**, em face da sentença de fls. 292/295, que julgou improcedente o pedido formulado na Ação de Anulação de Ato Jurídico, proposta em face de **BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.**

Compulsando os autos, vê-se que o Apelante na inicial, informa ter adquirido um imóvel residencial junto ao Banco Apelado, pelo Sistema Financeiro da Habitação, tendo ingressado em juízo, visando, em síntese, a anulação do leilão extrajudicial, bem como do respectivo registro na matrícula do imóvel.

Contestação apresentada onde refutou-se as alegações do autor e aqui Apelante, além de arguir preliminares, as quais foram rechaçadas pelo Magistrado.

Após regular trâmite sobreveio a sentença onde o Juiz **a quo** julgou improcedente o pedido formulado na inicial.

Irresignado, o aqui Apelante interpôs o presente recurso, pleiteando a reforma da sentença de 1º grau, tendo por fundamentos o fato do Magistrado não ter apreciado todos os pedidos constantes da inicial; a anulação da sentença; ausência de cálculos por parte da apelada e ilegalidade da execução extrajudicial.

Por fim, prequestiona diversos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais.

Contrarrazões apresentadas, onde refutou-se todas as alegações da apelação e pugnou-se pela manutenção da decisão proferida na 1ª Instância.

Eis o breve relatório. Passo a decidir.

Ao que se vê, o Apelante adquiriu um imóvel residencial junto ao Banco Apelado, financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação, sendo que em razão do não pagamento, o Apelado, consubstanciado no que dispõe o Decreto 070/66, adjudicou o imóvel, inclusive com o registro no Cartório competente, isto em maio de 2000. Em fevereiro de 2001 foi interposta ação de imissão na posse, onde buscou o apelado a posse do imóvel adjudicado em maio de 2000 (processo nº 035.010.026.017).

Em razão destes fatos, o apelante ajuizou em maio de 2001 a presente ação; em abril de 2001 uma cautelar incidental, visando a suspensão da liminar concedida na Ação de Imissão de Posse (processo nº 035.010.039.3820; em março de 2005 uma cautelar inominada visando a suspensão do leilão público (processo nº 035.050.024.112); em maio de 2005 uma ação ordinária de revisão contratual cumulada com repetição do indébito (processo nº 035.050.042.395).

Assim, como pode ser constatado, quando o apelante ajuizou a presente ação, bem como todas as demais, o ato de adjudicação do imóvel e o respectivo registro já encontravam-se perfeito e acabado.

Ainda com o intuito de melhor elucidar a questão, antes do enfrentamento das alegações trazidas na fundamentação da presente irresignação, há de se deixar assente, que a adjudicação do imóvel se deu através de execução extrajudicial, conforme permissivo legal disposto no DL nº 070/66 e, ainda, quando o Banco levou o imóvel a leilão em 2005, o bem já lhe pertencia e, como alegou nas contrarrazões, este ato se deu em atendimento ao que determina a lei regente das licitações.

Feitas tais considerações, passo a análise das questões arguidas na presente apelação.

Arguiu o apelante a preliminar de nulidade da sentença.

Todavia, ao analisar o teor da mesma, conclui-se que não houve infringência ao disposto nos artigos 165 e 458 do CPC, pois basta uma análise perfunctória para se verificar a presença dos requisitos essenciais à mesma, quais sejam: relatório, fundamentos e parte dispositiva.

Mais ainda, a r. Sentença não apresenta nenhum ponto de decisão teratológico ou que esteja ferindo dispositivo legal.

Por tais fundamentos, rejeito a preliminar.

Outro ponto arguido pelo apelante reside no fato de que o Magistrado de 1º grau não analisou, na essência, todos os pedidos do autor/apelante.

Da análise da sentença, pode-se vislumbrar que houve o enfrentamento das preliminares, bem como da questão de principal, qual seja: "*a nulidade absoluta do leilão extrajudicial*", conforme se vê no trecho que extraído da r. Sentença:

"Pretende o autor a nulidade absoluta do leilão extrajudicial realizado sobre o imóvel situado em Coqueiral de Itaparica, Vila Velha - ES, no Edifício São José do Calçado, Aptº 102, BL 109, bem como a nulidade no registro da matrícula e das cartas de arrematação ou adjudicação expedidas.
Tais pretensões restam prejudicadas tendo em vista sentença proferida nos autos da ação ordinária de revisão contratual cumulada com repetição de indébito com pedido de antecipação de tutela, sob o nº 035.050.042.395, que julgou improcedentes os pedidos formulados na inicial para reconhecer a inexistência de qualquer vício ou ilegalidade na execução do contrato celebrado entre as partes para a aquisição do imóvel.
A execução extrajudicial foi realizada em razão do inadimplemento contratual do autor, autorizado pelo Decreto Lei nº 70/66, o que resultou na arrematação do imóvel hipotecado pelo banco requerido.
Nesse sentido, não há que se falar em nulidade do leilão extrajudicial, haja vista que o imóvel foi regularmente adjudicado e a carta devidamente registrada no Cartório do RGI em 30/011/2000, às fls. 130 e 131."

Assim, observa-se que ante a análise da questão de fundo, restou prejudicado todos os demais pontos arguidos na inicial.

Ademais, é cediço que o julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, quando já possuir razões suficientes para proferir sua decisão.

Acerca do tema, traz-se à baila a exegese encampada pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ***in verbis:***

"***O juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas; ou a responder, um a um, a todos os argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu"*** (EDcl nos EDcl no REsp 331.797, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, julgado em 26.06.2007) (grifo nosso).

Portanto, tenho que razão não assiste ao apelante.

Também foi arguido que não foi contestado o laudo matemático financeiro apresentado e, que ante a ausência de uma planilha de cálculos por parte da apelada, os dados apresentados restariam incontroversos.

Ao que se denota dos autos, às fls. 132/140 consta planilha de cálculos de todo período do contrato, apresentada pelo apelado, onde constam discriminadamente juros, encargos, taxas, montante principal etc.

Desta forma uma vez mais, razão não assiste ao apelante.

A questão de fundo da presente ***quaestio***, "*ilegalidade da execução extrajudicial*", no entender do apelante enseja a anulação do ato jurídico.

Acerca deste tópico, há de frisar que à época da propositura desta ação, em maio de 2001, já havia ocorrido a adjudicação, conforme previsão legal contida no DL nº 70/66.

O citado decreto lei reza:

Art. 31. Vencida e não paga a dívida hipotecária, no todo ou em parte, o credor que houver preferido executá-la de acordo com este decreto-lei formalizará ao agente fiduciário a solicitação de execução da dívida, instruindo-a com os seguintes documentos:
Art 32. Não acudindo o devedor à purgação do débito, o agente fiduciário estará de pleno direito autorizado a publicar editais e a efetuar no decurso dos 15 (quinze) dias imediatos, o primeiro público leilão do imóvel hipotecado.
Art 37. Uma vez efetivada a alienação do imóvel, de acôrdo com o artigo 32, será emitida a respectiva carta de arrematação, assinada pelo leiloeiro, pelo credor, pelo agente fiduciário, e por cinco pessoas físicas idôneas, absolutamente capazes, como testemunhas, documento que servirá como titulo para a transcrição no Registro Geral de Imóveis.

Ante o disposto legal, pode-se concluir que uma vez adjudicado o imóvel, com o conseqüente registro da carta de arrematação no RGI, está finda a relação obrigacional oriunda do contrato de mútuo habitacional.

Neste sentido caminha a jurisprudência pretoriana, conforme se vê nos seguintes arestos:

AgRg no REsp 1069460 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2008/0133679-0 Relator(a) Ministro FERNANDO GONÇALVES (1107) Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA Data do Julgamento 19/05/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 08/06/2009 Ementa:
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO. INTERESSE DE AGIR. SFH. ADJUDICAÇÃO.
1. **A orientação firmada no STJ para casos assemelhados está consolidada no sentido de que inexiste interesse de agir dos mutuários na discussão judicial de cláusulas de contrato de financiamento vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação após a adjudicação do imóvel em execução extrajudicial**.
2. Agravo regimental desprovido.

REsp 886150 / PR RECURSO ESPECIAL 2006/0160511-1 Relator(a) Ministro FRANCISCO FALCÃO (1116) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 19/04/2007 Data da Publicação/Fonte DJ 17/05/2007 p. 217 Ementa:
SFH. MÚTUO HABITACIONAL. INADIMPLÊNCIA. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI Nº 70/66. ADJUDICAÇÃO DO IMÓVEL. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. PROPOSITURA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL.
I - Diante da inadimplência do mutuário, foi instaurado procedimento de execução extrajudicial com respaldo no Decreto-lei nº 70/66, tendo sido este concluído com a adjudicação do bem imóvel objeto do contrato de financiamento.
II - Propositura de ação pelos mutuários, posteriormente à referida adjudicação do imóvel, para discussão de cláusulas contratuais, com o intuito de ressarcirem-se de eventuais pagamentos a maior.
III - **Após a adjudicação do bem, com o conseqüente registro da carta de arrematação no Cartório de Registro de Imóveis, a relação obrigacional decorrente do contrato de mútuo habitacional extingue-se com a transferência do bem, donde se conclui que não há interesse em se propor ação de revisão de cláusulas contratuais, restando superadas todas as discussões a esse respeito**.
IV - Ademais, o Decreto-lei nº 70/66 prevê em seu art. 32, § 3º, que, se apurado na hasta pública valor superior ao montante devido, a diferença final será entregue ao devedor.
V - Recurso especial provido.

Desta forma, conclui-se que não há que se falar em anulação do leilão, pois para sua ocorrência, mister ficar devidamente comprovado a existência de alguma ilegalidade na execução extrajudicial, o que não restou comprovado.

Ademais, quando da análise da ação ordinária de revisão contratual cumulada com repetição do indébito (processo nº 035.050.042.395), não vislumbrei nenhuma irregularidade que ensejasse a pretendida revisão.

Inclusive naqueles autos também foi arguido a nulidade do leilão, onde posicionei-me no seguinte sentido:

Por fim, requer a anulação do leilão extrajudicial, sob a alegação de que o aqui Apelado, mesmo ciente da ação ordinária que discute o valor da dívida, levou o imóvel a leilão.
A matéria relativa à execução extrajudicial tem por embasamento o Decretolei nº 70/1966.
Acerca do citado decreto, é pacifico o entendimento de sua constitucionalidade, conforme se vê no aresto trazido à lume:

AgRg no Ag 945926 / SP - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007/0189632-5 - Relator(a) Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (1096) Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA - Data do Julgamento 14/11/2007 - Data da Publicação/Fonte DJ 28/11/2007 p. 220 Ementa:

SFH. CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO DEVEDOR. TR. - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL - DECRETO-LEI Nº 70/66 - CONSTITUCIONALIDADE.
- Prevista no contrato, é possível a utilização da Taxa Referencial, como índice de correção monetária do saldo devedor, em contrato de financiamento imobiliário.

- É pacífico em nossos Tribunais, inclusive no Superior Tribunal de Justiça e em nossa mais alta Corte, a constitucionalidade do Decreto-Lei nº 70/66.

- Não merece provimento recurso carente de argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada.

Analisando o que dos autos constam, vislumbra-se que a adjudicação do imóvel se dera em maio/2000, inclusive com o registro no Cartório competente (fl. 191/193), enquanto o pedido de anulação do leilão extrajudicial somente ocorreu em abril/2001, de sorte, que já havia ocorrido o leilão e o imóvel sido adjudicado.

O segundo leilão efetuado pelo aqui Apelado, embora recaia sobre o mesmo imóvel, trata-se na verdade de um bem que já lhe pertencia, pois, repita-se a adjudicação ocorrera em maio de 2000 e que pela documentação acostada já não mais estava em disputa.

Desta forma, tendo em vista que o leilão extrajudicial ocorreu bem antes de ser proposta a ação e tendo sido observado os ditames do DL nº 70/66, na realização do mesmo, não vejo como prosperar as alegações do Apelante.

Com estas argumentações, tenho que melhor sorte não assiste ao apelante.

Por fim, não vislumbro a infringência aos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais invocados pelo apelante.

Posto isto, diante do arrazoado externado, com fulcro no artigo 557, ***caput,*** da Lei Adjetiva Civil, o que se dá levando-se em conta o entender do Colendo Superior Tribunal de Justiça, **conheço** da irresignação recursal ***sub examine,*** porquanto presentes os seus requisitos de admissibilidade, mas, no entanto, **lhe nego provimento,** mantendo, por conseguinte, intacto o ***decisum*** recorrido.

I-se. Publique-se na íntegra.
Diligencie-se.
Vitória/ES, 10 de setembro de 2009.

DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
Relator

3- Apelação Civel Nº 35010026017
VILA VELHA - 4ª VARA CÍVEL
APTE BANESTES S/A BANCO DO EST DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) LUCIANA CAETANO MARQUES
Advogado(a) MIGUEL BELLINI NETO
APDO CLAUDIO BENETELI GUIMARAES
Advogado(a) GILMAR ZUMAK PASSOS
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

APELAÇÃO CÍVEL Nº 035.010.026.017
APTE: CLÁUDIO BENETELI GUIMARÃES
APDO: BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATOR: DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

DECISÃO MONOCRÁTICA

Cuidam os autos de Apelação Cível inteposta por **CLÁUDIO BENETELI GUIMARÃES**, em face da sentença de fls. 29/33, que julgou procedente o pedido formulado na Ação de Imissão na Posse proposta pelo **BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.**

Compulsando os autos, vê-se que o Apelado, informa ser proprietário do Apto. 102, do edifício São José do Calçado, Bl 109, Módulo F, 7ª Etapa, Coqueiral de Itaparica, Vila Velha - ES, o qual fora retomado de José Luiz Barbosa, através de Execução Extrajudicial, conforme carta de adjudicação acostada às fls. 10/12, com o respectivo registro do RGI.

Ante a citada documentação e estando o apelante na posse do imóvel, foi proposta a presente ação, com o intuito de ser imitido na posse.

Liminarmente foi concedida a imissão na posse pleiteada.

Após regular trâmite, sobreveio a sentença onde o Juiz **a quo** julgou procedente o pedido formulado na inicial e determinou a imissão do autor/apelado na posse do citado imóvel.

Irresignado, o aqui Apelante interpôs o presente recurso, pleiteando a reforma da sentença de 1º grau, tendo arguido: preliminarmente a Falta de documentos indispensáveis à propositura da ação e a nulidade da sentença, sob a alegação de necessidade de fundamentação da mesma.

Contrarrazões apresentadas, onde refutou-se todas as alegações constante da apelação e pugnou-se pela manutenção da decisão proferida na 1ª Instância e, ainda, pelo reconhecimento da litigância de má-fé.

Eis o breve relatório. Passo a decidir.

Antes de adentrar às razões recursais, tenho que carece tecer comentários acerca do que pugnou o apelado em suas contrarrazões, no que tange ao reconhecimento da litigância de má-fé.

Data vênia, mas não vislumbro nas razões trazidas pelo apelante a possibilidade de reconhecimento da litigância de má-fé, eis que não é possível relacionar sua atuação, nestes autos, à uma das hipóteses previstas no artigo 17 do CPC.

Adentrando às razões da apelação, ao que se vê, o apelante é revel e como é cediço, este recebe o processo no estado em que se encontra não podendo, em fase recursal, apresentar defesa extemporânea.

Acerca da matéria, vejamos o que reza o artigo 300, do CPC:

"Compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir".

Do texto legal, constata-se que ao réu é defeso trazer novas alegações após o prazo da contestação sob pena de inovação recursal, todavia, é permitido ao revel alegar em sede de apelação, apenas, a defesa referente aos pressupostos processuais, às condições de ação e a direitos indisponíveis ou nulidades absolutas.

Resta claro que apelante nada discutiu no processo antes da sentença, visto que não contestou as alegações do apelado, desta forma, não pode em grau de recurso, apresentar questionamento pertinente à fase anterior.

Assim, de conformidade com o que dispõe o artigo 515, do CPC, a apelação devolve ao Tribunal apenas o conhecimento da matéria impugnada, consagrando o princípio ***tantum devolutum quantum appellatum***, estando apenas ressalvadas as hipóteses de matérias que devem ser apreciadas de ofício.

Neste sentido é a jurisprudência pretoriana:

"EMBARGOS DO DEVEDOR - INOVAÇÃO RECURSAL - PRECLUSÃO - REVELIA - NULIDADES - PRECLUSÃO - CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO - ÔNUS DA PROVA. Em sede recursal, não pode o apelante inovar no pedido, suscitando matérias que não foram objeto da litiscontestatio, porquanto a devolução do entendimento à instância ad quem restringe-se à dedução feita em primeiro grau". TAMG, Ap. nº 0422325-4, 3ª CC., Relª. Teresa Cristina da Cunha Peixoto, 05/11/2003.

Desta forma, ainda que o apelante tenha tecido comentários acerca de matérias de fato, tenho que a análise deverá recair apenas acerca daquelas de direito.

Nesta esteira, recai a análise quanto a preliminar de Falta de documentos indispensáveis à propositura da ação.

Aduz o apelante que o apelado alegou ser legítimo proprietário do citado imóvel, todavia, em seu entendimento não conseguiu este carrear aos autos documentos que comprovem o direito alegado.

Da análise dos autos, pode-se verificar às fls. 10/12, que lá consta a respectiva Carta de Adjudicação, devidamente registrada no Cartório de Registro Geral de Imóveis.

A legislação acerca deste tema, qual seja, o DL nº 70/66 reza:

Art 37. Uma vez efetivada a alienação do imóvel, de acôrdo com o artigo 32, será emitida a respectiva carta de arrematação, assinada pelo leiloeiro, pelo credor, pelo agente fiduciário, e por cinco pessoas físicas idôneas, absolutamente capazes, como testemunhas, documento que servirá como titulo para a transcrição no Registro Geral de Imóveis.
§ 1º O devedor, se estiver presente ao público leilão, deverá assinar a carta de arrematação que, em caso contrário, conterá necessariamente a constatação de sua ausência ou de sua recusa em subscrevê-la.

§ 2º **Uma vez transcrita no Registro Geral de Imóveis a carta de arrematação, poderá o adquirente requerer ao Juízo competente imissão de posse no imóvel, que lhe será concedida liminarmente, após decorridas as 48 horas mencionadas no parágrafo terceiro deste artigo, sem prejuízo de se prosseguir no feito, em rito ordinário, para o debate das alegações que o devedor porventura aduzir em contestação**.

§ 3º A concessão da medida liminar do parágrafo anterior só será negada se o devedor, citado, comprovar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, que resgatou ou consignou judicialmente o valor de seu débito, antes da realização do primeiro ou do segundo público leilão.

Ante o dispositivo legal, resta incontroverso que o documento que instruiu a inicial e que demonstra o direito do apelado é suficiente para comprovar o direito alegado.

Corrobora com este entendimento a jurisprudência deste Sodalício, conforme se vê:

24069008001 Classe: Apelação Civel Órgão: SEGUNDA CÂMARA CÍVEL Data de Julgamento: 27/03/2007 Data da Publicação no Diário: 15/05/2007 Relator: ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON Relator Substituto : IZAIAS EDUARDO DA SILVA Origem: VITÓRIA - 8ª VARA CÍVEL **Ementa**
PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL - DECRETO-LEI 70/66 - ARREMATAÇÃO DO BEM - EXPEDIÇÃO DA CARTA E REGISTRO NO CARTÓRIO COMPETENTE - PRÉVIA AÇÃO ORDINÁRIA DISCUTINDO A REVISÃO CONTRATUAL E VÍCIOS NO PROCESSO EXPROPRIATÓRIO - DESCABÍVEL O SOBRESTAMENTO DO FEITO - DEMANDA QUE SE LASTREIA NO DOMÍNIO. SUFICIÊNCIA DA PROVA. DISCUSSÃO SOBRENULIDADE DE CLÁUSULAS E DE VÍCIO NO PROCEDIMENTO DE EXPROPRIAÇÃO. AÇÃO PRÓPRIA. DISCUSSÃOL INCABÍVEL NA DEMANDA DE IMISSÃO DE POSSE. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELO CONHECIDO. DESPROVIMENTO.
(...)
3 - **A pretensão do apelado - na condição de legítimo proprietário do bem em questão, eis que registrada a carta de arrematação - encontra respaldo no Decreto-lei 70/66 que, ao prever a execução extrajudicial dos imóveis adquiridos sob o Sistema Financeiro de Habitação, assegura aos adquirentes o direito à imissão na posse após expedida carta de arrematação regularmente registrada no cartório competente, assim tornando indevida a permanência do mutuário no imóvel**.
4 - É válida a execução extrajudicial do contrato de mútuo hipotecário, realizada nos termos do Decreto-lei nº 70/66, por ser este constitucional, consoante posição majoritária dos Tribunais Superiores e do nosso Egrégio Tribunal de Justiça é no sentido da constitucionalidade do Decreto-Lei 70/66.
5 - **o ora apelado fez prova de que o contrato de financiamento fora liquidado com a arrematação do imóvel objeto da ação, em 19/02/2002 (fls. 126/127, dos autos da ação cautelar) e registro em Cartório da carta de arrematação em 10/05/2002 (fl. 290, dos autos da ação cautelar), incorporando-se ao patrimônio do banco ora apelado, e assegurando, assim, seu direito à imissão na posse**.
(...)
7 - Recorda-se que em ação de imissão de posse, com lastro no direito de propriedade, que é de cunho petitório, basta ao autor provar a sua propriedade e a posse injusta do réu, eis que tal modalidade de demanda tem como objetivo assegurar ao titular do domínio, o uso e o gozo da coisa (art. 1.228 do Código Civil de 2002 e art. 5º, XXII, da CF/88). Alegações de invalidade do leilão e da arrematação por falta de notificação prévia, como igualmente as alusivas aos vícios de cláusulas contratuais, devem ser objetos de ações autônomas, aliás, já em curso. Precedente: TJES, 2ª CC., AC 048.03.001458-2, rel. Des. ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON).
8 - Recurso conhecido e desprovido.

Desta forma, tenho que razão não assiste ao apelante.

Outro ponto a ser enfrentado reside na alegação de nulidade da sentença, sob a argumentação de necessidade de fundamentação da mesma.

Acerca da alegada nulidade da sentença, tenho que ao analisar o teor da mesma é possível concluir que não houve infringência ao disposto nos artigos 165 e 458 do CPC, pois basta uma análise perfunctória para se verificar a presença dos requisitos essenciais à mesma, quais sejam: relatório, fundamentos e parte dispositiva.

Mais ainda, a r. Sentença não apresenta nenhum ponto de decisão teratológico ou que esteja ferindo dispositivo legal, quer seja constitucional ou infraconstitucional.

Portanto, melhor sorte não assiste ao apelante.

Posto isto, diante do arrazoado externado, com fulcro no artigo 557, ***caput,*** da Lei Adjetiva Civil, o que se dá levando-se em conta o entender deste Sodalício, **conheço** da irresignação recursal ***sub examine,*** porquanto presentes os seus requisitos de admissibilidade, mas, no entanto, **lhe nego provimento,** mantendo, por conseguinte, intacto o ***decisum*** recorrido.
I-se. Publique-se na íntegra.
Diligencie-se.
Vitória/ES, 10 de setembro de 2009.
DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
Relator

4- Apelação Civel Nº 35010039382
VILA VELHA - 4ª VARA CÍVEL
APTE JOSE LUIZ BARBOSA
Advogado(a) LUCIANA CAETANO MARQUES
Advogado(a) MIGUEL BELLINI NETO
APDO BANESTES S A - BANCO DO ESTADO DO ES
Advogado(a) CARLOMAR SILVA GOMES DE ALMEIDA
Advogado(a) CLAUDIA VALLI CARDOSO
Advogado(a) FABIANO DE CHRISTO DEPES TALLON
Advogado(a) FERNANDA ALVES DE MATTOS MENEGUSSI
Advogado(a) FRANKLIN DELMAESTRO
Advogado(a) GERALDO LUIZ DA SILVEIRA
Advogado(a) GILMAR ZUMAK PASSOS
Advogado(a) GISLAINE DE OLIVEIRA
Advogado(a) LUIZ CARLOS DE ABREU
Advogado(a) MARCO ANTONIO REDINZ
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

APELAÇÃO CÍVEL Nº 035.010.039.382
APTE: JOSÉ LUIZ BARBOSA
APDO: BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATOR: DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

DECISÃO MONOCRÁTICA

Cuidam os autos de Apelação Cível inteposta por **JOSÉ LUIZ BARBOSA**, em face da sentença de fls. 210/212, que declarou cassada a eficácia da medida cautelar, isto na Ação Cautelar Incidental, proposta em face de **BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.**

Compulsando os autos, vê-se que o Apelante na inicial, informa ter adquirido um imóvel residencial junto ao Banco Apelado, pelo Sistema Financeiro da Habitação, tendo ingressado em juízo, visando, em síntese, a suspensão do leilão público, até o julgamento final da ação de anulação de ato jurídico.

Após regular trâmite sobreveio a sentença onde o Juiz **a quo** declarou cessada a eficácia da medida cautelar em razão de ter sido proferida sentença na ação ordinária.

Irresignado, o aqui Apelante interpôs o presente recurso, pleiteando a reforma da sentença de 1º grau, tendo por fundamentos o fato do Magistrado não ter apreciado todos os pedidos constantes da inicial; a anulação da sentença; ausência de cálculos por parte da apelada; ilegalidade da execução extrajudicial e que

a decisão do Magistrado na ação ordinária de revisão contratual, não tem o condão de interferir nos efeitos da ação de anulação de ato jurídico.

Contrarrazões apresentadas, onde refutou-se todas as alegações da apelação e pugnou-se pela manutenção da decisão proferida na 1ª Instância, além de requerer o reconhecimento da litigância de má-fé do apelante.

Eis o breve relatório. Passo a decidir.

Ao que se vê, o Apelante adquiriu um imóvel residencial junto ao Banco Apelado, financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação, sendo que em razão do não pagamento, o Apelado, consubstanciado no que dispõe o Decreto 070/66, adjudicou o imóvel, inclusive com o registro no Cartório competente, isto em maio de 2000. Em fevereiro de 2001 foi interposta ação de imissão na posse, onde buscou o apelado a posse do imóvel adjudicado em maio de 2000 (processo nº 035.010.026.017).

Em razão destes fatos, o apelante ajuizou em maio de 2001 a ação de anulação de ato jurídico (processo nº 035.010.052.393); em abril de 2001 a presente cautelar incidental, visando a suspensão da liminar concedida na Ação de Imissão de Posse; em março de 2005 uma ação cautelar inominada, visando a suspensão do leilão público (processo nº 035.050.024.112); em maio de 2005 uma ação ordinária de revisão contratual cumulada com repetição do indébito (processo nº 035.050.042.395).

Assim, como pode ser constatado, quando o apelante ajuizou a presente ação, bem como todas as demais, quando o ato de adjudicação do imóvel e o respectivo registro já encontravam-se perfeito e acabado.

Ainda com o intuito de melhor elucidar a questão, antes do enfrentamento das alegações trazidas na fundamentação da presente irresignação, há de se deixar assente, que a adjudicação do imóvel se deu através de execução extrajudicial, conforme permissivo legal disposto no DL nº 070/66 e, ainda, quando o Banco levou o imóvel a leilão em 2005, o bem já lhe pertencia e, como alegou nas contrarrazões, este ato se deu em atendimento ao que determina a lei regente das licitações.

Feitas tais considerações, passo a análise das questões arguidas na presente apelação, bem como aquela constantes das contrarrazões.

O apelado, nas contrarrazões pugnou pelo reconhecimento da litigância de má-fé por parte do apelante.

Data vênia, mas não vislumbro nas razões trazidas pelo apelante a possibilidade de reconhecimento da litigância de má-fé, eis que não é possível relacionar sua atuação, nestes autos, à uma das hipóteses previstas no artigo 17 do CPC.

Nas razões trazidas pelo apelante, inicialmente faz-se necessário análise da preliminar de nulidade da sentença.

Todavia, ao analisar o teor da mesma, conclui-se que não houve infringência ao disposto nos artigos 165 e 458 do CPC, pois basta uma análise perfunctória para se verificar a presença dos requisitos essenciais à mesma, quais sejam: relatório, fundamentos e parte dispositiva.

Mais ainda, a r. Sentença não apresenta nenhum ponto de decisão teratológico ou que esteja ferindo dispositivo legal.

Por tais fundamentos, rejeito a preliminar.

Outro ponto arguido pelo apelante reside no fato de que o Magistrado de 1º grau não analisou, na essência, todos os pedidos do autor/apelante.

Da análise da sentença, pode-se vislumbrar que houve o enfrentamento das preliminares, bem como da questão de principal, qual seja: "*a nulidade absoluta do leilão extrajudicial*", conforme se vê no trecho que extraído da r. Sentença:

"Pretende o autor a nulidade absoluta do leilão extrajudicial realizado sobre o imóvel situado em Coqueiral de Itaparica, Vila Velha - ES, no Edifício São José do Calçado, Aptº 102, BL 109, bem como a nulidade no registro da matrícula e das cartas de arrematação ou adjudicação expedidas.

Tais pretensões restam prejudicadas tendo em vista sentença proferida nos autos da ação ordinária de revisão contratual cumulada com repetição de indébito com pedido de antecipação de tutela, sob o nº 035.050.042.395, que julgou improcedentes os pedidos formulados na inicial para reconhecer a inexistência de qualquer vício ou ilegalidade na execução do contrato celebrado entre as partes para a aquisição do imóvel.

A execução extrajudicial foi realizada em razão do inadimplemento contratual do autor, autorizado pelo Decreto Lei nº 70/66, o que resultou na arrematação do imóvel hipotecado pelo banco requerido.

Nesse sentido, não há que se falar em nulidade do leilão extrajudicial, haja vista que o imóvel foi regularmente adjudicado e a carta devidamente registrada no Cartório do RGI em 30/011/2000, às fls. 130 e 131."

Assim, observa-se que ante a análise da questão de fundo, restou prejudicado todos os demais pontos arguidos na inicial.

Ademais, é cediço que o julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes, quando já possuir razões suficientes para proferir sua decisão.

Acerca do tema, traz-se à baila a exegese encampada pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ***in verbis:***

"***O juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas; ou a responder, um a um, a todos os argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu"*** (EDcl nos EDcl no REsp 331.797, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, julgado em 26.06.2007) (grifo nosso).

Portanto, tenho que razão não assiste ao apelante.

Também foi arguido a não constatação o laudo matemático financeiro apresentado e, que ante a ausência de uma planilha de cálculos por parte da apelada, os dados apresentados restariam incontroversos.

Ao que se denota dos autos, às fls. 121/132 consta planilha de cálculos de todo período do contrato, apresentada pelo apelado, onde constam discriminadamente juros, encargos, taxas, montante principal etc.

Desta forma uma vez mais, razão não assiste ao apelante.

Mais um questionamento trazido pelo apelante, reside na alegada "*ilegalidade da execução extrajudicial*", que no entender do apelante enseja a anulação do ato jurídico.

Acerca deste tópico, há de frisar que à época da propositura desta ação, em maio de 2001, já havia ocorrido a adjudicação, conforme previsão legal contida no DL nº 70/66.

O citado decreto lei reza:

Art. 31. Vencida e não paga a dívida hipotecária, no todo ou em parte, o credor que houver preferido executá-la de acordo com este decreto-lei formalizará ao agente fiduciário a solicitação de execução da dívida, instruindo-a com os seguintes documentos:

Art 32. Não acudindo o devedor à purgação do débito, o agente fiduciário estará de pleno direito autorizado a publicar editais e a efetuar no decurso dos 15 (quinze) dias imediatos, o primeiro público leilão do imóvel hipotecado.

Art 37. Uma vez efetivada a alienação do imóvel, de acôrdo com o artigo 32, será emitida a respectiva carta de arrematação, assinada pelo leiloeiro, pelo credor, pelo agente fiduciário, e por cinco pessoas físicas idôneas, absolutamente capazes, como testemunhas, documento que servirá como titulo para a transcrição no Registro Geral de Imóveis.

Ante o disposto legal, pode-se concluir que uma vez adjudicado o imóvel, com o conseqüente registro da carta de arrematação no RGI, está finda a relação obrigacional oriunda do contrato de mútuo habitacional.

Neste sentido caminha a jurisprudência pretoriana, conforme se vê nos seguintes arestos:

AgRg no REsp 1069460 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2008/0133679-0 Relator(a) Ministro FERNANDO GONÇALVES (1107) Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA Data do Julgamento 19/05/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 08/06/2009 Ementa:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO. INTERESSE DE AGIR. SFH. ADJUDICAÇÃO.
1. **A orientação firmada no STJ para casos assemelhados está consolidada no sentido de que inexiste interesse de agir dos mutuários na discussão judicial de cláusulas de contrato de financiamento vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação após a adjudicação do imóvel em execução extrajudicial**.
2. Agravo regimental desprovido.

REsp 886150 / PR RECURSO ESPECIAL 2006/0160511-1 Relator(a) Ministro FRANCISCO FALCÃO (1116) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 19/04/2007 Data da Publicação/Fonte DJ 17/05/2007 p. 217 Ementa:
SFH. MÚTUO HABITACIONAL. INADIMPLÊNCIA. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI Nº 70/66. ADJUDICAÇÃO DO IMÓVEL. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. PROPOSITURA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL.
I - Diante da inadimplência do mutuário, foi instaurado procedimento de execução extrajudicial com respaldo no Decreto-lei nº 70/66, tendo sido este concluído com a adjudicação do bem imóvel objeto do contrato de financiamento.
II - Propositura de ação pelos mutuários, posteriormente à referida adjudicação do imóvel, para discussão de cláusulas contratuais, com o intuito de ressarcirem-se de eventuais pagamentos a maior.
III - **Após a adjudicação do bem, com o conseqüente registro da carta de arrematação no Cartório de Registro de Imóveis, a relação obrigacional decorrente do contrato de mútuo habitacional extingue-se com a transferência do bem, donde se conclui que não há interesse em se propor ação de revisão de cláusulas contratuais, restando superadas todas as discussões a esse respeito**.
IV - Ademais, o Decreto-lei nº 70/66 prevê em seu art. 32, § 3º, que, se apurado na hasta pública valor superior ao montante devido, a diferença final será entregue ao devedor.
V - Recurso especial provido.

Desta forma, conclui-se que não há que se falar em anulação do leilão, pois para sua ocorrência, mister ficar devidamente comprovado a existência de alguma ilegalidade na execução extrajudicial, o que não restou comprovado.

Ademais, quando da análise da ação ordinária de revisão contratual cumulada com repetição do indébito (processo nº 035.050.042.395), não vislumbrei nenhuma irregularidade que ensejasse a pretendida revisão.

Inclusive naqueles autos também foi arguido a nulidade do leilão, onde posicionei-me no seguinte sentido:

Por fim, requer a anulação do leilão extrajudicial, sob a alegação de que o aqui Apelado, mesmo ciente da ação ordinária que discute o valor da dívida, levou o imóvel a leilão.
A matéria relativa à execução extrajudicial tem por embasamento o Decretolei nº 70/1966.
Acerca do citado decreto, é pacifico o entendimento de sua constitucionalidade, conforme se vê no aresto trazido à lume:
AgRg no Ag 945926 / SP - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007/0189632-5 - Relator(a) Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (1096) Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA - Data do Julgamento 14/11/2007 - Data da Publicação/Fonte DJ 28/11/2007 p. 220 Ementa:
SFH. CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO DEVEDOR. TR. - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL - DECRETO-LEI Nº 70/66 - CONSTITUCIONALIDADE.
- Prevista no contrato, é possível a utilização da Taxa Referencial, como índice de correção monetária do saldo devedor, em contrato de financiamento imobiliário.
- É pacífico em nossos Tribunais, inclusive no Superior Tribunal de Justiça e em nossa mais alta Corte, a constitucionalidade do Decreto-Lei nº 70/66.
- Não merece provimento recurso carente de argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada.
Analisando o que dos autos constam, vislumbra-se que a adjudicação do imóvel se dera em maio/2000, inclusive com o registro no Cartório competente (fl. 191/193), enquanto o pedido de anulação do leilão extrajudicial somente ocorreu em abril/2001, de sorte, que já havia ocorrido o leilão e o imóvel sido adjudicado.
O segundo leilão efetuado pelo aqui Apelado, embora recaia sobre o mesmo imóvel, trata-se na verdade de um bem que já lhe pertencia, pois, repita-se a adjudicação ocorrera em maio de 2000 e que pela documentação acostada já não mais estava em disputa.

Desta forma, tendo em vista que o leilão extrajudicial ocorreu bem antes de ser proposta a ação e tendo sido observado os ditames do DL nº 70/66, na realização do mesmo, não vejo como prosperar as alegações do Apelante.
Com estas argumentações, tenho que melhor sorte não assiste ao apelante.

Mister deixar assente que da análise do processo nº 035.010.052.393 (ação de anulação de ato jurídico), não vislumbrei nas razões apresentadas pelo aqui apelante força persuasória suficiente para modificar o ***decisum*** de 1º grau, razão pela qual neguei provimento à apelação interposta naquele processo.

A questão de fundo da presente ***quaestio***, reside na alegação de que a decisão do Magistrado na ação ordinária de revisão contratual, não tem o condão de interferir nos efeitos da ação de anulação de ato jurídico, pois em seu entendimento, esta deverá permanecer válida até o julgamento definitivo pela instância ***ad quem***.

Da análise da r. Sentença, extrai-se o seguinte trecho:

"Nesta data, proferi sentença nos autos da ação de emissão de posse, sob o nº 035.010.026.117, julgando-a improcedente.
Assim, declaro cessada a eficácia da medida cautelar nos termos do que dispõe o artigo 808, III do CPC."

Reza o artigo 808, III do CPC:
Cessa a eficácia da medida cautelar:
III - se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito."

Ao que se vê, conforme declarado pelo Magistrado, o mesmo já havia proferido decisão nos autos do processo nº 035.010.026.117 - ação de emissão na posse, a este pode-se acrescentar, que também já havia sentenciado o processo nº 035.010.052.393 - ação de anulação de ato jurídico e processo nº 035.050.042.395 - ação de revisão contratual, onde foram julgados improcedentes os pedidos do autor e aqui apelante.

Desta forma, vislumbra-se que a decisão do Juiz ***a quo*** está em consonância com o que preceitua o dispositivo legal supracitado.

Corrobora também com o entendimento supra os seguintes arestos:

AgRg na MC 13257 / MS AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR 2007/0220107-2 Relator(a) Ministro PAULO GALLOTTI (1115) Órgão Julgador S3 - TERCEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 13/05/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 21/05/2009 Ementa:
AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. JULGAMENTO DEFINITIVO DA AÇÃO PRINCIPAL. PERDA DE OBJETO.
1. Tendo em conta o julgamento definitivo da ação principal, não obstante inexistir o respectivo trânsito em julgado, resta esgotado o ofício jurisdicional desta Seção e prejudicada a medida cautelar.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.

24079002770 Classe: Agravo Interno - (Arts 557/527, II CPC) Ap Civel Órgão: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL Data de Julgamento: 12/06/2007 Data da Publicação no Diário: 22/06/2007 Relator : RÔMULO TADDEI Origem: VITÓRIA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL **Ementa**
AGRAVO REGIMENTAL. 1) PROCESSO CAUTELAR. *RATIO ESSENDI*. RESGUARDO DE EFICÁCIA E UTILIDADE DO PRINCIPAL. AUTONOMIA. PRINCÍPIOS PRÓPRIOS. JULGAMENTO DO PRINCIPAL NÃO IMPLICA PERDA DO OBJETO DO CAUTELAR. 2) EXEGESE DO ART. 808, DO CPC. EFICÁCIA DA MEDIDA CESSADA. NÃO ESVAZIAMENTO DO OBJETO. RACIOCÍNIO RECURSAL DESCABIDO. 3) JULGAMENTO DO FEITO PRINCIPAL. NECESSIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO DA AÇÃO CAUTELAR PELO JULGADOR. RECURSO IMPROVIDO.
1) Malgrado aspire ao resguardo da eficácia e da utilidade do processo principal, o cautelar é autônomo e regido por princípios próprios, razão pela qual o julgamento do feito principal não implica perda do objeto da ação cautelar.
2) A expressão ¿cessa a eficácia da medida¿ a que se refere o *caput* do art. 808, do CPC consiste em perda da força, deixar de viger, não mais produzir os efeitos que lhe são próprios, com o retorno à situação jurídica imediatamente anterior à concessão da medida cautelar. Tal não importa, como equivocadamente concluiu o apelante, perda do objeto da ação cautelar.
(...)

Recurso improvido.

Posto isto, diante do arrazoado externado, com fulcro no artigo 557, ***caput,*** da Lei Adjetiva Civil, o que se dá levando-se em conta o entender do Colendo Superior Tribunal de Justiça, bem como deste Sodalício, **conheço** da irresignação recursal ***sub examine,*** porquanto presentes os seus requisitos de admissibilidade, mas, no entanto, **lhe nego provimento,** mantendo, por conseguinte, intacto o ***decisum*** recorrido.

I-se. Publique-se na íntegra.
Diligencie-se.
Vitória/ES, 14 de setembro de 2009.

DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
Relator

5- Apelação Civel Nº 48050049666
SERRA - 1ª VARA CÍVEL
APTE HERCULES KLIPPER PEREIRA LOPES
Advogado(a) JOSE CARLOS DE LIMA SOUZA
Advogado(a) LEE STEPHAN DE ALMEIDA
Advogado(a) MARCIA FERREIRA GUEDES
Advogado(a) ROBERTA NAIM BASTOS BUONOMO
APTE SEBASTIAO PEREIRA LOPES
Advogado(a) JOSE CARLOS DE LIMA SOUZA
Advogado(a) LEE STEPHAN DE ALMEIDA
Advogado(a) MARCIA FERREIRA GUEDES
Advogado(a) ROBERTA NAIM BASTOS BUONOMO
APDO MARLENE FABRIS CIZENOK
Advogado(a) HANDERSON LOUREIRO GONCALVES
Advogado(a) RODRIGO ARAUJO FONSECA HOLZ
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

APELAÇÃO CÍVEL Nº 48050049666
APTE: HERCULES KLIPPER PEREIRA LOPES
SEBASTIÃO PEREIRA LOPES.
APDO:MARLENE FABRIS CIZENOK.
RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURÍLIO DE ALMEIDA ABREU
D E C I S Ã O M O N O C R Á T I C A

Cuidam os autos de apelação cível interposta por **HERCULES KLIPPER PEREIRA LOPES E SEBASTIÃO PEREIRA LOPES** visando a reforma da sentença, de fls. 75/82, proferida nos autos da Ação de Indenização por Ato Ilícito, que julgou parcialmente procedente o pedido autoral, constando como demandada, **MARLENE FABRIS CIZENOK.**.

Razões recursais às folhas 85/90, requerendo a reforma da sentença.

Os apelantes sustentam que o acidente automobilístico que ocasionou a morte de Atila Fabris Cizenok, filho da autora, decorreu-se de um buraco no meio da pista, ocasião em que o veículo furou o pneu e então caiu, perdendo completamente o controle de direção do veículo.

Alegam ainda que, o douto Juiz a quo, fundamentou-se apenas pelas testemunhas arroladas pela autora e que em momento algum citou ou repudiou as testemunhas válidas arroladas pelos Requeridos. Assim, afirmam que os depoentes apresentados não devem servir de base para uma condenação, já que se de fato eram presenciais, as mesmas seriam as primeiras pessoas a chegarem ao local, e poderiam, afirmar ainda categoricamente se o veículo tinha perdido o controle por buraco na via pública.

Com isso, pede-se que seja reformada a r. Sentença prolatada desobrigando os apelantes a pagar o valor condenado de R$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais).

Argúi que seja invertida o ônus da sucumbência, para condenar a recorrida no pagamento de honorários advocatícios no valor correspondente a 20% (vinte por cento) da condenação.

Contrarrazões apresentadas por **MARLENE FABRIS CIZENOK**, às fls. 98/102, requerendo que seja negado provimento ao apelo, mantendo-se incólume a sentença de piso.

É o breve relatório. Passo a sua análise.

Tenho que não assiste razão ao apelante.

Trata-se de demanda, tendo como objetivo indenização por ato ilícito, sustentando-se que em razão do acidente de trânsito, ocorreu a morte do jovem Atila Fabris Cizenok.

Relatam os apelantes que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do Município da Serra, pois foi em decorrência da negligência desta municipalidade em tapar o buraco da vida pública, local do acidente, que ocorreu o evento em questão.

Nesse sentido, afirmam que o carro caiu num buraco no meio da pista, ocasião em que teve os pneus do veículo estourados, vindo a perder o controle e consequentemente a direção do automóvel, momento em que atropelou a vítima que se encontrava caminhando na faixa de rolagem, apesar da via possuir calçada para pedestre.

No entanto, há de se observar consoante ao Boletim de Ocorrência de fls. 18, que foi constatado no local do acidente que o veículo atropelou a vítima na calçada e que o mesmo foi claro ao descrever o acidente, confirmando a conduta culposa do 1º réu.

Além disso, as testemunhas reforçam a tese de que a vítima do acidente seguia na calçada no momento do acidente e que o veículo estava em alta velocidade. Veja-se:

As fls. 54 a 1ª testemunha do requerente relatou que:
Que, é presencial ao acidente; que, ao que pode observar o veículo estava em alta velocidade; que, a vítima foi atropelada em cima da calçada(...)
O depoimento de fls. 58, 1ª testemunha do requerido, alegou que:
(...) Que, o local permite uma boa visibilidade aos motoristas; (...)
(...) Que, a vítima estava em cima da calçada (...)

Nota-se, portanto, que os depoimentos são harmônicos e corroboram a culpa do motorista, pelo evento danoso a ensejar sua responsabilidade, ante o teor do art.159, CC/16 com correspondência ao art. 186, CC/02.

No tocante a culpa, tenho que há também responsabilidade do segundo apelante mesmo que este não tenha dado causa de forma efetiva ao sinistro, posto que não conduzia o veículo.

É pacífico no Superior Tribunal de Justiça o entendimento no sentido de sustentar a <u>responsabilidade solidária</u> entre o **condutor** e o **proprietário** de veículo envolvido em acidente automobilístico, conforme julgados abaixo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 514.954 - DF (2003/0066547-2)

RELATOR : MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO Publicação DJ 09.09.2003 Decisão.

1. <u>Tem legitimidade para figurar no pólo passivo da relação processual,</u> na ação de ressarcimento de danos decorrentes de acidente de trânsito**, <u>além do motorista, o proprietário do veículo</u>.** (Decisão monocrática)

RESP 145358 / MG - Relator(a) Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - QUARTA TURMA - Publicação/Fonte DJ 01.03.1999 p. 325
CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". CULPA "IN VIGILANDO". PRESUNÇÃO "JURIS TANTUM". SOLIDARIEDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 1518, PARÁGRAFO ÚNICO, CC. DANO MORAL. "QUANTUM". CONTROLE PELA INSTÂNCIA ESPECIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. ENUNCIADO Nº 284, SÚMULA/STF. INAPLICAÇÃO. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.
I - Nos termos da orientação adotada pela Turma, **<u>o proprietário do veículo responde solidariamente com o condutor do veículo.</u>** Em outras palavras, a responsabilidade do dono da coisa é presumida, invertendo-se, em razão disso, o ônus da prova.
(...)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 365.383 - MS (2001/0011133-5) RELATOR : MINISTRO CASTRO FILHO DJ 09.05.2002. (...) Quanto ao inconformismo no tocante à ilegitimidade passiva do proprietário do veículo, a matéria encontra-se pacificada nesta Corte, no sentido de que **<u>o proprietário do veículo responde solidariamente com o condutor do veículo</u>**, sendo presumida a culpa, invertendo-se o ônus da prova.(...) (Decisão monocrática)

"CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". CULPA "IN VIGILANDO". PRESUNÇÃO "JURIS TANTUM". SOLIDARIEDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 1518, PARÁGRAFO ÚNICO, CC. DANO MORAL. "QUANTUM". CONTROLE PELA INSTÂNCIA ESPECIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. ENUNCIADO Nº 284, SÚMULA/STF. INAPLICAÇÃO. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO. I - <u>Nos termos da orientação adotada pela Turma, o</u>

proprietário do veículo responde solidariamente com o condutor do veículo. Em outras palavras, a responsabilidade do dono da coisa é presumida, invertendo-se, em razão disso, o ônus da prova. II - (...)". (REsp 145.358/MG, Rel. MIN. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29.10.1998, DJ 01.03.1999).

"Agravo regimental. Recurso especial não admitido. Acidente de trânsito. Responsabilidade da proprietária. Veículo cedido. Culpa da motorista. 1. A cessão do veículo não afasta a responsabilidade da proprietária pelos danos causados a terceiro pelo cessionário e seu preposto. 2. A culpa da condutora do veículo foi definida com base nas provas dos autos e por essa razão reconhecida a responsabilidade solidária da proprietária. Caso fosse afastada a culpa da motorista, evidente que também estaria a proprietária, ora agravante, isenta de responsabilidade. Ocorre que para se ultrapassar os fundamentos do acórdão e afastar a culpa da condutora do veículo necessário seria o reexame de aspectos fáticos, daí a incidência da Súmula nº 07/STJ. 3. Agravo regimental desprovido". (AgRg no Ag 574.415/RS, Rel. MIN. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28.06.2004, DJ 04.10.2004).

Nessa esteira, o mestre Silvio Rodrigues, em sua obra Direito Civil Aplicado, afirma:

"É sabido que, para se impor a alguém o dever de indenizar o prejuízo experimentado por outrem, é mister que haja uma relação de causalidade entre o ato culposo praticado pelo agente e o prejuízo material ou moral experimentado pela vítima. E quando se examinam as excludentes da responsabilidade, vê-se que a presença delas atenua ou extingue o liame da causalidade. Todos os escritores concordam que são excludentes da responsabilidade: a culpa da vítima, o fato de terceiro, o caso fortuito ou de força maior. Fácil perceber que nessas hipóteses o liame de causaliddade é afetado." **(Ed. Saraiva, 6º. volume pág. 82, 1994)**

Desta forma, configurada a relação de causalidade entre a conduta do requeridos/apelantes, e o prejuízo experimentado pela vítima, que lhe custou a própria vida, resta patente a responsabilidade daqueles (dos requeridos) e o seu dever de indenizar a apelada pelos danos experimentados.

No caso vertente, a morte da vítima causada pelo trágico acidente, a par de causar inestimável perda de ordem emocional a apelante, pelo que representa a figura do filho na estrutura de um lar, acarretou-lhe, também, prejuízo passível de valoração econômica, razão pela qual - *no pertinente ao pensionamento* - deve ser prestigiada a conclusão assentada na sentença hostilizada.

Acompanho, então, a jurisprudência do c. STJ, no sentido de que, nos casos de morte de filho, o pensionamento, além de devido, deve ser de 2/3 do salário percebido pela vítima, até a época em que a vítima completaria 25 anos, momento em que presume-se, constituiria nova família e diminuiria, assim, o auxílio prestado; a partir de então, o pensionamento será devido em 1/3 do salário mínimo, estendendo-se até os eventuais 65 anos da vítima, ou até o falecimento dos pais.

Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

"CIVIL - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - DANOS MATERIAIS E MORAIS - ATROPELAMENTO E MORTE DE FILHO MENOR - PENSIONAMENTO DEVIDO AOS PAIS DO DE CUJUS - CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL - JUROS DE MORA - SÚMULA 54/STJ - DANO MORAL - VALOR ARBITRADO - RAZOABILIDADE - MANUTENÇÃO. 1. O Tribunal a quo apreciou, fundamentadamente, as questões suscitadas pelo recorrente, inexistindo, assim, qualquer omissão a ser suprida em sede de embargos declaratórios. Inocorrência da alegada infringência aos artigos 535, II, 458, II e 165, do CPC. 2. Conforme jurisprudência firmada nesta Corte, "é devido o pagamento por dano material aos pais de família de baixa renda, em decorrência de morte de filho menor, proveniente de ato ilícito, independentemente do exercício de trabalho remunerado pela vítima". Precedentes. 3. In casu, pensionamento mensal devido aos pais, pela morte do filho menor, causado por coletivo da empresa recorrida, em valores equivalentes a 2/3 do salário mínimo, dos 14 até 25 anos de idade da vítima, reduzido, então, para 1/3 até a data em que de cujus completaria 65 anos. Precedentes desta Corte. 4. Necessidade de constituição de capital ou caução fidejussória para a garantia de pagamento da pensão, independentemente da situação financeira do demandado. Aplicação da Súmula 313/STJ. 5. O valor da indenização por danos morais, fixado pelo Tribunal de origem em R$50.000,00 (cinqüenta mil reais) para cada um dos três autores, mostra-se de acordo com os princípios de moderação e razoabilidade, estando, também, ajustado aos parâmetros adotados por esta Corte em casos assemelhados. Assim, deve ser mantido o valor indenizatório fixado no acórdão recorrido. 6. "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual". Súmula 54/STJ. 7. Recurso parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (REsp 872.084/RJ, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 21.11.2006, DJ 18.12.2006 p. 404 - grifos nossos)

"CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE EM VIA FÉRREA. INDENIZAÇÃO. A indenização por danos materiais, nos casos de falecimento de menor, é devida a partir da data em que este teria idade para o trabalho (14 anos), sendo fixada à base de 2/3 do salário mínimo até que a vítima completasse 25 anos, e reduzida para 1/3 até os 65 anos, tratando-se de família de baixa renda" (RESP 422911/SP; Rel. Min. ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA; DJ de 29/09/2003, p. 241).

Cumpre atentar na avaliação reparadora dos danos morais, em cada caso, para as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, o grau de dolo ou culpa presente na espécie, bem como a extensão dos prejuízos morais sofridos pela vítima, tendo em conta a dupla finalidade da condenação, de punir o seu causador, de forma a desestimulá-lo à prática futura de atos semelhantes e a de compensar o ofendido pelo constrangimento que indevidamente lhe fora imposto, evitando, sempre, que o ressarcimento se transforme numa fonte de enriquecimento injusto ou que seja inexpressivo ao ponto de não retribuir o mal causado pela ofensa.

No que tange ao valor da indenização, de acordo com o STJ, *"a fixação da indenização fica a critério do juiz, ou seja, ao seu livre arbítrio. Todavia, ao procedê-la, deverá analisar os fatos e as condições de cada parte, fixando eqüitativamente a indenização, de modo a não favorecer locupletamento indevido de uma das partes"* (RE 394087 / PB; Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE).

Diante do exposto, a matéria afeta ao arbitramento do valor indenizatório do dano moral figura dentre as tarefas mais difíceis impostas ao magistrado, uma vez que inexistem parâmetros e limites definidos na legislação em vigor para este fim.

Para ajudar o julgador nesse difícil mister, a doutrina delineou e a jurisprudência adotou alguns critérios a serem observados, a saber: a natureza e gravidade da ofensa; a posição social, política, profissional e familiar do ofendido; a posição social, atividade profissional desenvolvida e a condição econômica do ofensor; a intensidade do grau de culpa ou dolo do ofensor e da vítima; o nível de propagação da ofensa que, ora pode ser restrita, ora ser amplamente abrangente.

Impende considerar, ainda, a necessidade de fixação de um valor que permita ao mesmo tempo, evitar a procura de um meio de enriquecimento ilícito ou sem causa, permitir que a indenização sirva de resposta para a vítima e desestimular a prática de atos que possam ofender a honra, o nome ou a imagem de outrem.

No tocante ao valor arbitrado *à* titulo de reparação, em que pese o montante lixado na sentença atacada de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) tenho que o mesmo deve ser reduzido tendo em vista as condições sociais e econômicas dos ofensores, sendo o primeiro empacotador e o segundo aposentado.

Tem entendido a jurisprudência:

Processual Civil. Recurso Especial. Ação indenizatória. Morte do filho dos autores. Atropelamento. Danos morais. Indenização. - O valor da indenização a ser fixada na ação de indenização por danos morais deve assegurar a justa reparação do prejuízo sem proporcionar enriquecimento sem causa do autor, **além de levar em conta a capacidade econômica fática do réu, pois a condenação deve ser suportável por este.** Recurso Especial não conhecido. (REsp 328639/RJ, 3ª Turma, rel. Min. Nancy Andrighi, DJ em 19.11.2001)

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LESÕES GRAVES. DANOS MORAL E ESTÉTICO. CUMULABILIDADE. POSSIBILIDADE. ORIGENS DISTINTAS. FIXAÇÃO NESTA INSTÂNCIA. CRITÉRIO. PRECEDENTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I - Nos termos em que veio a orientar-se a jurisprudência das Turmas que integram a Seção de Direito Privado deste Tribunal, as indenizações pelos danos moral e estético podem ser cumuladas, mesmo quando derivadas do mesmo fato, se inconfundíveis suas causas e passíveis de apuração em separado. **II - Na fixação da indenização a esse título, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível sócio-econômico dos autores e, ainda, ao porte econômico da ré, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso.** (STJ, REsp 228244, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, 4ª Turma, DJ 09/11/1999).

Pelo exposto, conheço da apelação interposta e, autorizado pelo artigo 557 do CPC, lhe dou **parcial provimento** para reformar, apenas, no que toca ao valor da indenização por danos morais e, reduzi-Ia para R$ 12.000,00 (doze mil reais), mantendo os demais termos sentença atacada.

I-se. Diligencie-se. Publique-se na íntegra.

Vitória, 16 de Setembro de 2009.

DES. MAURÍLIO DE ALMEIDA ABREU
RELATOR

6- Remessa Ex-officio Nº 24010127322
VITÓRIA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
REMTE JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZ PUB MUN DE VITORIA
PARTE SHOW VIDEO CLUBE LTDA
Advogado(a) ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES
Advogado(a) CARLOS HENRIQUE STABAUER RIBEIRO
Advogado(a) NATASHA MOUTINHO GOEBER
PARTE MUNICIPIO DE VITORIA
Advogado(a) LUCIANA DUARTE BARCELLOS GUIMARAES
* Apelação Voluntária Nº 24010127322
APTE SHOW VIDEO CLUBE LTDA
APDO MUNICIPIO DE VITORIA
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL Nº 24010127322
APELANTE: SHOW VIDEO CLUBE LTDA
APELADO: MUNICÍPIO DE VITÓRIA
RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

D E C I S Ã O M O N O C R Á T I C A

Cuidam os autos de remessa necessária e apelação voluntária interposta por SHOW VIDEO CLUBE LTDA nos autos da Ação Ordinária movida em face do MUNICÍPIO DE VITÓRA em que o magistrado sentenciante julgou procedente a pretensão autoral para declarar a inexistência de relação obrigacional que autorize o Município de Vitória a efetuar a cobrança do ISS sobre a locação de bens móveis, com a consequente condenação de devolução dos valores arrecadados nos últimos cinco anos pela autora no que se refere ao ISS sobre a locação de bens móveis. Por fim, o MM. Juiz *a quo* declarou a inconstitucionalidade da expressão "locação de bens móveis", *incidenter tantum*.

Razões da apelação sustentando a apelante que a sentença deve ser reformada no tocante à condenação da devolução dos valores arrecadados nos últimos cinco anos, devendo restar patente que a devolução refere-se aos valores recolhidos nos cinco anos anteriores à propositura da ação, no que se refere ao ISS sobre a locação de bens móveis, vez que a partir da propositura não mais houve o pagamento do imposto, mas depósito dos valores em juízo.
É o sucinto Relatório.

Passo a decidir na forma do artigo 557, §1º-A, do Código de Processo Civil.

Conforme relatado, trata-se de remessa necessária e apelação voluntária nos autos da Ação Ordinária em que o MM. Juiz da primeira instância declarou a inexistência de relação obrigacional que autorize o Município de Vitória a efetuar a cobrança do ISS sobre a locação de bens móveis, bem como condenou-o à devolução dos valores arrecadados nos últimos cinco anos pela autora no que se refere ao ISS sobre a locação de bens móveis.

Por força da remessa necessária, passo à análise do *decisium*.

A partir da análise dos autos verifica-se que, como supedâneo da tese autoral, fora arguida a inconstitucionalidade do item 78, do artigo 1º da Lei Municipal 3.998/98, quanto à expressão "locação de bem móvel", sustentando a parte requerente a inconstitucionalidade do referido dispositivo, que prevê a locação de bens móveis, como fato gerador o ISS, tal como a atividade por ela desenvolvida ao alugar fitas de vídeo cassete.

Como é sabido, por força da cláusula de reserva de plenário, instituída no art. 97 da Carta Magna, apenas por maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

No entanto, no caso vertente, em que pese a arguição de inconstitucionalidade presente nos autos, afigura-se desnecessária a análise da *quaestio* pelo Tribunal Pleno, devido à aplicação do disposto no parágrafo único do art. 481 do Código de Processo Civil, que assim dispõe:

Art. 481 (omissis)
Parágrafo único. Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a argüição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

Isso se deve ao fato de que o Egrégio Tribunal Pleno do Estado do Espírito Santo, no julgamento do Incidente de Inconstitucionalidade nº 24010013514, cujo Relator fora o eminente Desembargador Carlos Simões Fonseca, reconheceu e declarou a inconstitucionalidade do item 78, do artigo 1º da Lei Municipal de Vitória nº 3.998/98 quanto à expressão "locação de bem móvel", por entender que esse tipo de contrato não configura uma prestação de serviço, sendo exatamente esse o dispositivo cuja inconstitucionalidade pretende ver declarada incidentalmente a parte requerente nesta demanda.
Veja-se a ementa do referido julgamento:

EMENTA: INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE - ISS - LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS - NÃO-INCIDÊNCIA - PRECEDENTES DO STF - PROVIMENTO.
1. A Excelsa Corte já se pronunciou no sentido de que conflita-se com a Carta Magna dispositivo de lei infraconstitucional que imponha o pagamento de tributo considerado como contrato de locação de bem móvel, por não configurar uma prestação de serviço, motivo pelo qual não se trata de hipótese de incidência do Imposto sobre Serviços - ISS.
2. Inconstitucionalidade do item 78, do artigo 1º da Lei Municipal 3998/98 quanto à expressão "locação de bem móvel" reconhecida e declarada. (TJES, Classe: Incidente de Inconstitucionalidade, 24010013514, Relator : CARLOS SIMÕES FONSECA, Órgão julgador: TRIBUNAL PLENO, Data de Julgamento: 03/08/2009, Data da Publicação no Diário: 18/08/2009)

Em seu voto condutor o nobre Relator asseverou que a questão afeta à incidência de ISS em casos de locação de bens móveis já fora enfrentada em sede de controle difuso de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 11.212/SP, remetido à análise do Tribunal Pleno, sendo ao final lavrada a seguinte ementa:

TRIBUTO - FIGURINO CONSTITUCIONAL. A supremacia da Carta Federal é conducente a glosar-se a cobrança de tributo discrepante daqueles nela previstos. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - CONTRATO DE LOCAÇÃO. A terminologia constitucional do Imposto sobre Serviços revela o objeto da tributação. Conflita com a Lei Maior dispositivo que imponha o tributo considerado contrato de locação de bem móvel. Em Direito, os institutos, as expressões e os vocábulos têm sentido próprio, descabendo confundir a locação de serviços com a de móveis, práticas diversas regidas pelo Código Civil, cujas definições são de observância inafastável - artigo 110 do Código Tributário Nacional. (RE 116121/SP - Tribunal Pleno - Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI - Rel. p/ Acórdão Min. MARCO AURÉLIO - publição DJ 25/5/2001. p. 17) - (grifo nosso)

Destacou, ainda, o nobre Relator que no caso analisado pelo Supremo Tribunal Federal, seguindo a linha perfilhada em julgamentos anteriormente prolatados, a Egrégia Corte Superior julgou inconstitucional norma do Município de Santos similar à ora analisada por entender que a locação do bem desacompanhada de prestação de serviços não determina a incidência do Imposto Sobre Serviços previsto no art. 156, III, da CF/88 (repetido no art. 140 da Constituição do Estado do Espírito Santo), por lhe faltar o núcleo de tal incidência, qual seja, a própria prestação do serviço.

Por ocasião do julgamento do citado Recurso Extraordinário o Min. Celso de Mello fulminou que *a qualificação da 'locação de bens móveis', como serviço, para efeito de tributação municipal mediante incidência do ISS, nada mais significa do que a inadmissível e arbitrária manipulação, por lei complementar, da repartição constitucional de competências impositivas, eis que o ISS somente pode incidir sobre obrigação de fazer, a cuja matriz conceitual não se ajusta a figura contratual da locação de bens móveis*.

Por sua vez, concluiu o Min. Sydney Sanches que *a matéria foi tratada em nível constitucional, discutindo-se, para esse efeito, o próprio conceito de locação de coisas móveis, na qual não há propriamente prestação de serviços que justifique a incidência do ISS*.

No mesmo sentido já se manifestou o Tribunal da Cidadania, cuja ementa a seguir trago a colação à guisa de ilustração:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ARTIGO 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. ART. 110 DO CTN. MERA REPRODUÇÃO DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. LEI MUNICIPAL CONTESTADA EM FACE DE LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO STF. ISS. LOCAÇÃO DE BEM MÓVEL. NÃO INCIDÊNCIA.
1. A verificação, no âmbito desta Corte, de eventual omissão pelo Tribunal a quo na análise de matéria constitucional importaria na usurpação da competência reservada ao STF.
2. A apontada violação ao art. 110 do CTN não pode ser analisada no recurso especial, uma vez que tal dispositivo, sendo mera explicitação do princípio da supremacia da Carta Magna, possui nítida carga constitucional. Precedente da Turma.
3. Ausência de prequestionamento da matéria atinente à repetição do indébito.
4. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/04, as causas em que a decisão recorrida tenha julgado válida lei local contestada em face de lei federal foram inseridas na competência do Supremo Tribunal Federal.

5. A locação de bens móveis não é fato gerador do ISS, na medida em que não envolve a prestação de um serviço, e sim uma obrigação de entregar, "por tempo determinado, ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição" (art. 1.188 do Código Civil de 1916). Precedentes da Turma e do Pretório Excelso.

6. Recurso especial conhecido em parte e provido. (REsp 813.179/RS, Rel. MIN. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 22.08.2006, DJ 01.09.2006 p. 251) (sem grifos no original)

Com supedâneo nos precedentes do Supremo Tribunal Federal e no julgamento proferido pelo Egrégio Tribunal Pleno do Estado do Espírito Santo no referido incidente de inconstitucionalidade, verifica-se que agiu com acerto o MM. Juiz *a quo* prolator da sentença ora apreciada ao asseverar que as atividades desenvolvidas pela parte requerente, a saber, locação de fitas de vídeo cassete, não podem ser qualificadas como serviços e, portanto, não podem ser objeto de tributação pelo imposto que grava serviços, o ISS.

No entanto, o *decisium* comporta reforma no tocante à condenação do Município requerido à devolução dos valores arrecadados nos últimos cinco anos pela autora no que se refere ao ISS sobre a locação de bens móveis.

De fato, é amplamente reconhecido na jurisprudência que o ISS pode adquirir a característica de tributo direito e indireto, caracterizando-se como tributo indireto sempre que seu encargo financeiro puder ser repassado a terceiros, tal como na hipótese vertente.

In casu , pretende a requerente a restituição dos valores recolhidos a título de ISS incidente sobre a locação de bens móveis, quais sejam, fitas de vídeo cassete, hipótese em que se caracteriza como tributo indireto, uma vez que a empresa repassa ao locador dos produtos o valor do imposto no preço da locação, recolhendo, ao final, o imposto já pago pelo consumidor de seus produtos.

Dessa forma, na espécie, o ISS configura-se como tributo indireto que grava o valor da locação e é repassado àquele que é o contribuinte de fato, a saber, a pessoa que aluga as fitas de vídeo.

Tratando-se, portanto, de tributo indireto, incide na espécie o disposto no art. 166 do CTN, bem como na Súmula nº 546 do STF, que dispõem, respectivamente, *in verbis*:

Art. 166. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Súmula nº 546 STF: Cabe a restituição do tributo pago indevidamente, quando reconhecido por decisão, que o contribuinte "de jure" não recuperou do contribuinte "de facto" o "quantum" respectivo.

Destarte, para que seja possível a repetição de indébito, deve restar comprovado que o encargo foi assumido e não repassado a terceiros ou, então, que há a expressa autorização do contribuinte de fato para tanto.

No caso em testilha a empresa requerente não logrou fazer prova de que suportou o pagamento do ISS decorrente da locação de coisa móvel, sem ter repassado o referido encargo, embutindo-o no preço, ao locatário do bem, não havendo sequer requerido a produção de prova nesse sentido e, destarte, não faz *jus* à repetição.

Deveria a requerente fazer prova de que no momento da composição dos custos do valor da locação, não considerou o valor da incidência tributária, não propiciando, assim, a transferência dos encargos fiscais ao contribuinte de fato, a fim de evitar-se seu enriquecimento ilícito.

Isso porque, caso seja reconhecido seu direito ao recebimento de tais quantias, sem a devida comprovação de que fora ela quem arcou com o pagamento do ISS, estaria recebendo valores que já recebeu anteriormente, quando do seu repasse ao consumidor no momento da locação das fitas de vídeo.

Sendo assim, deve ser reconhecida a impossibilidade de repetição do indébito, sob pena de locupletamento sem causa da autora.

A linha do entendimento ora perfilhado é a sustentada pelo Tribunal da Cidadania, que se manifesta no sentido de que o art. 166 do CTN aplica-se ao ISS quando o mesmo assume natureza de tributo indireto, como na hipótese vertente, consoante se infere das ementas que seguem:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ISS. LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS. ITEM 79 DO DL 406/68. INCONSTITUCIONALIDADE SUSCITADA.
REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DA NÃO REPERCUSSÃO. EXIGIBILIDADE, IN CASU. ART. 166 DO CTN. EMBARGOS VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA.
1. O ISS é espécie tributária que admite a sua dicotomização como tributo direto ou indireto, consoante o caso concreto.

2. A pretensão repetitória de valores indevidamente recolhidos a título de ISS incidente sobre a locação de bens móveis, hipótese em que o tributo assume natureza indireta, reclama da parte autora a prova da não repercussão ou, na hipótese de ter a mesma transferido o encargo a terceiro, de estar autorizada por este a recebê-los. (Precedentes: AgRg no REsp n.º 968.582/SC, Rel. Min. Francisco Falcão, DJU de 18/10/2007; AgRg no Ag n.º 692.583/RJ, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 14/11/2005; REsp n.º 657.707/RJ, Rel. Min. José Delgado, DJU de 16/11/2004; e REsp n.º 426.179/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 20/09/2004).

3. In casu, consta do aresto ora recorrido a conclusão de que a parte autora, ora recorrente, "não comprovou que tenha suportado sozinha o ônus tributário, ou, no caso de tê-la transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizada a recebê-la", conclusão esta cujo afastamento, a despeito não pretendido, demandaria o reexame do conjunto fático probatório carreado nos autos, tarefa interditada à esta Corte por força do inserto no próprio enunciado sumular n.º 07/STJ.

4. Inexiste ofensa aos arts. 165, 458 e 535 do CPC, quando o tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.

5. Recurso especial desprovido. (REsp 989.634/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/06/2008, DJe 10/11/2008) (sem grifos no original)

"ISS. LOCAÇÃO DE VEÍCULOS. RESTITUIÇÃO. COMPROVAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE REPASSE DO IMPOSTO.

I - A base de cálculo do ISS não tem natureza invariável, podendo ser direto ou indireto. No caso de locação, há repercussão autônoma sobre cada móvel locado, devendo-se exigir, com base no artigo 166 do Código de Processo Civil, a comprovação da inexistência de repasse do imposto devido em cada operação ou a autorização para a demanda do tomador do serviço. Precedentes: AgRg no Ag nº 692583/RJ, Rel. Min. DENISE ARRUDA, DJ de 14.11.2005; Resp nº 657707/RJ, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 16.11.2004. No caso em análise, consta do acórdão que " nos autos prova suficiente para derruir a presunção de que o valor do ISS foi repassado ao locatário, incluso no preço do aluguel do veículo" (fl. 990), conclusão que só poderia ser afastada mediante reexame de prova.

II - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp n.º 968.582/SC, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 20/09/2007, DJU de 18/10/2007, p. 326) (sem grifos no original)

Igualmente é o entendimento de nossos tribunais pátrios, consoante comprovam os julgados a seguir transcritos:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. ISS. LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS. PRELIMINAR. Sentindo-se prejudicado diante da decisão indeferitória do pedido de intimação das partes e do assistente técnico a respeito da data e hora da inspeção pericial, deveria o Município ter contra ela interposto recurso, não cabendo mais a discussão a respeito da aplicação do art. 431-A do CPC, em face da ocorrência de preclusão. LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS. NÃO-INCIDÊNCIA DO ISSQN. Não há incidência de ISSQN sobre a locação de bens imóveis próprios, seja porque não prevista na legislação aplicável, seja porque não ocorre a prestação de um serviço. Inteligência do art. 110 do Código Tributário Nacional. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS NÃO-PRÓPRIOS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Assumindo o ISS, no caso, a característica de imposto indireto, uma vez que o encargo financeiro é repassado àquele que paga pela locação, sem prova de que o valor do tributo não tivesse sido embutido no montante cobrado do locatário, é aplicável o disposto no art. 166 do CTN. Precedentes do STJ e desta Corte. Hipótese em que a autora não se desincumbiu de seu ônus probatório (art. 333, inc. I, do CPC), deixando de provar o não-repasse do encargo financeiro ou a autorização do contribuinte de fato. ENCARGOS DA LIDE. Hipótese de inversão. APELAÇÃO PROVIDA. (sem grifos no original) (TJRS, Apelação Cível Nº 70028430189, Vigésima Segunda Câmara Cível, Relator: Rejane Maria Dias de Castro Bins, Julgado em 26/03/2009)

Ementa: AÇÃO DECLARATÓRIA C.C. PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO - ISS - Município de Carapicuiba - Locação de bens móveis - Fôrmas, escoramentos e outros materiais auxiliares utilizados na construção civil - Atividade que não envolve prestação de serviços - Tributação descabida - Repetição, porém, indevida - Súmulas n" 71 e n" 546 do STF - Sentença mantida - Sucumbência bem partilhada - Recurso oficial e apelos voluntários improvidos. (TJSP, Apelação Com Revisão 4365945200 Relator(a): Silva Russo Comarca: Barueri

Órgão julgador: 15ª Câmara de Direito Público Data do julgamento: 28/05/2009 Data de registro: 22/07/2009) (sem grifos no original)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA ISSQN. LOCAÇÃO. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL. BEM MÓVEL. NÃO-INCIDÊNCIA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONDIÇÕES.

O Plenário do Eg. STF firmou entendimento no sentido de que não incide ISS sobre locação de bens móveis. Segundo resulta do art. 166 do CTN, nos designados tributos indiretos (em que o contribuinte de fato é quem suporta o encargo final), o contribuinte de direito somente poderá pleitear restituição ou compensação provando que assumiu o ônus ou que está expressamente autorizado por aquele (contribuinte de fato) a receber o valor correspondente. APELAÇÕES DESPROVIDAS. SENTENÇA PARCIALMENTE MODIFICADA EM REEXAME OFICIAL. (TJRS, Apelação e Reexame Necessário Nº 70013716162, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mara Larsen Chechi, Julgado em 14/06/2007) (sem grifos no original)

Em decorrência do julgamento da remessa necessária, resta prejudicada a análise do recurso de Apelação interposto pela parte requerente.

Por todo o exposto, com substrato no art. 557, § 1ª-A do CPC, **conheço da remessa necessária e dou-lhe parcial provimento**, para julgar improcedente a pretensão autoral relativa à condenação do Município requerido à devolução dos valores arrecadados pela requerente a título de ISS sobre a locação de bens móveis. Em decorrência da sucumbência recíproca, com espeque no disposto no art. 21 do Código de Processo Civil, condeno as partes ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), que deverão ser compensado, a teor do disposto na Súmula nº 306 do STJ. Condeno as partes ao pagamento das custas processuais na forma *pro rata.*

Após o trânsito em julgado, expeça-se alvará em favor do Município requerido, para o levantamento das quantias depositadas em juízo pela requerente e constantes na conta judicial vinculada a este processo.

Ante o resultado do julgamento da remessa necessária, restou prejudicado o julgamento da Apelação interposta pela parte requerente.

Intimem-se. Diligencie-se.

Publique-se na íntegra.

Vitória, 16 de setembro de 2009.

DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
RELATOR

7- Apelação Civel Nº 24070609482
VITÓRIA - VARA ESPECIALIZADA ACIDENTE DE TRABALHO
APTE WALMIR LUIZ DE SOUZA
Advogado(a) FREDERICO AUGUSTO MACHADO
APDO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Advogado(a) ELZA ELENA BOSSOES ALEGRO OLIVEIRA
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

APELAÇÃO CÍVEL Nº 024.070.609.482
APTE: WALMIR LUIZ DE SOUZA
APDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
RELATOR: DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

DECISÃO MONOCRÁTICA

Cuidam os autos de Apelação Cível inteposta por **WALMIR LUIZ DE SOUZA**, em face da sentença de fls. 3/37, que julgou improcedentes os pedidos formulados na Ação Revisional de Benefícios, proposta em face do **INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL.**

Da inicial extrai-se que buscou a Apelante, a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez, vez que a mesma era precedida de auxílio doença e, de conformidade com o que dispõe o art. 29, § 5º da Lei nº 8.213/91 deverá o citado benefício ser reajustado utilizando o salário de contribuição.

Contestação onde foi refutado os argumentos do aqui apelante.

Após regular trâmite sobreveio a sentença, onde o Magistrado ***a quo*** julgou improcedentes os pedidos por falta de amparo legal.

Irresignado foi interposto a presente apelação, consubstanciado, em síntese, na alegação de que no caso concreto há de ser aplicado o que dispõe o artigo 29 da Lei nº 8.213/91 e, ainda, invoca o teor da Súmula 09 da Turma Recursal de Santa Catarina, que apresenta o seguinte teor:

"Na fixação da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença deve-se apurar o salário-de-benefício na forma do artigo 29, § 5º, da lei nº 8.213/91".

Assim, pugnou pela reforma da r. sentença.

Contrarrazões pela manutenção da decisão ***a quo***.
Eis o breve relatório. Passo a decidir.

Ao que se denota da análise dos autos, o apelante é beneficiário de aposentadoria por invalidez acidentaria, datada de 07/07/2001, precedida de auxílio doença percebido desde 12/04/1999 e, que, o mesmo não retornou às atividades laborativas desde a concessão do auxílio doença.

E, ainda, que RMI do apelante fora calculado com base nos salários de benefícios anteriores ao auxílio doença acidentário.

O pleito do apelante é no sentido de que ocorra a revisão dos proventos de sua aposentadoria por invalidez, de sorte que o valor da RMI seja calculado com base no salário de benefício, a teor do que dispõe o art. 29, § 5º da Lei nº 8.213/91.

Já o INSS, em síntese, diz que deve ser feito uma análise sistêmica, de sorte que ***in casu***, aplica-se o dispõe o art. 36, § 7º do Decreto 3.048/99.

Tenho que no caso concreto não é possível a análise específica de um único artigo, sendo assim mister uma análise sistemática de todo o ordenamento jurídico.

Assim, para o deslinde da presente ***quaestio***, mister trazer à baila o que reza o artigo 29, § 5°, da Lei n° 8.213/91:

"Art. 29 O salário de benefício consiste:
§ 5º Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, sua duração será contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo."

Reza o artigo 36 do Decreto n° 3.048/99, cuja incidência sustenta o INSS:

Art. 36. No cálculo do valor da renda mensal do benefício serão computados:
§ 7º A renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez concedida por transformação de auxílio-doença será de cem por cento do salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal inicial do auxílio doença, reajustado pelos mesmos índices de correção dos benefícios em geral.

Nossos Tribunais pátrios, bem como o STJ têm entendido que se antes da concessão da aposentadoria por invalidez o autor era beneficiário de auxílio doença, deve ser aplicado o disposto no art. 36, § 7º, do Decreto nº 3.048/99, segundo o qual a renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez concedida, quando precedida de auxílio doença será de 100% (cem por cento) do salário de benefício que serviu de base para o cálculo da RMI do auxílio doença, reajustado pelos mesmos índices de correção dos benefícios em geral.

Tal posicionamento pode ser aferido nos seguintes arestos:

EMBARGOS INFRINGENTES. INSS. REVISÃO DE BENEFÍCIO. RMI. AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO CONVERTIDO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

1. O autor é beneficiário de aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho, benefício imediatamente precedido por auxílio-doença acidentário, e reclama pela revisão da cálculo da RMI ¿ Renda Mensal Inicial daquela. Em suma, a parte autora defende estar incorreta, para o caso em tela, a fórmula de cálculo prevista no artigo 36, § 7°, do Decreto n° 3.048/99, sendo aplicável o que disposto no artigo 29, § 5°, da Lei n° 8.213/91.

2. **Em que pese o conflito aparente de normas, o artigo 36, § 7°, do Decreto n° 3.048/99 afasta a aplicação do artigo 29, § 5°, da Lei n° 8.213/91, quando a aposentadoria por invalidez for precedida imediatamente de auxílio-doença. Aplica-se o artigo 29, § 5°, da Lei n° 8.213/91, então, quando o auxílio-doença anterior à aposentadoria por invalidez tiver sido pago de forma isolada e não decorrente do mesmo infortúnio**. Nesse contexto, improcede o pedido de revisão de benefício. EMBARGOS INFRINGENTES PROVIDOS, POR MAIORIA DE VOTOS. (Embargos Infringentes Nº 70028743623, Quinto Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Julgado em 15/05/2009) (grifei)

REsp 1091290 / SC RECURSO ESPECIAL 2008/0211215-2 Relator(a) Ministro JORGE MUSSI (1138) Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento 02/06/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 03/08/2009 Ementa

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. AUXÍLIO-DOENÇA CONVERTIDO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INEXISTÊNCIA DE SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 28, § 9º, DA LEI N. 8.212/1991 E 36, § 7º, DO DECRETO Nº 3.048/1999.

1. A contagem do tempo de gozo de benefício por incapacidade só é admissível se entremeado com período de contribuição, a teor do artigo 55, inciso II, da Lei nº 8.213/1991.

2. O art. 28, § 9º, a, da Lei n. 8.212/1991, que disciplina o custeio da Previdência Social, veda a utilização de benefício como se fosse salário-de-contribuição, para fins de cálculo da renda mensal inicial.

3. **O salário-de-benefício da aposentadoria por invalidez equivale a 100% do valor do salário-de-benefício do auxílio-doença antecedente, em conformidade com o artigo 36, § 7º, do Decreto nº 3.048/1999**.

4. Recurso especial improvido.

Desta forma, vislumbra-se que o § 5º do art. 29 da Lei n. 8.213/91, somente é aplicável aos casos em que o auxílio doença precedente à aposentadoria tiver sido pago de forma isolada e não decorrente do mesmo infortúnio.

Vejamos outros precedentes:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.016.678 - RS (2007/0300820-1) RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - EMENTA:
PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DO VALOR DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA. RENDA MENSAL INICIAL. CORREÇÃO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994. ÍNDICE DE 39,67%. SEGURADO BENEFICIÁRIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, ORIGINADA DE AUXÍLIO-DOENÇA E A ELE IMEDIATAMENTE SUBSEQÜENTE.

1. De acordo com a redação original do art. 29 da Lei 8.213/91, vigente na data da concessão do benefício, o salário-de-benefício do auxílio-doença será calculado utilizando-se a média aritmética simples dos últimos salários-de-contribuição anteriores ao afastamento da atividade ou da data da entrada do requerimento.

2. Na hipótese dos autos, o afastamento da atividade pelo segurado ocorreu quando da concessão do auxílio-doença, motivo pelo qual a Renda Mensal Inicial da aposentadoria por invalidez será calculada com base no salário-de-benefício do auxílio-doença, que, por sua vez, é calculado utilizando-se os salários-de-contribuição anteriores ao seu recebimento.

3. **Incide, nesse caso, o art. 36, § 7º do Decreto 3.048/99, que determina que o salário-de-benefício da aposentadoria por invalidez será de 100% do valor do salário-de-benefício do auxílio-doença anteriormente recebido, reajustado pelos índices de correção dos benefícios previdenciários**.

4. Cumpre esclarecer que, nos termos do art. 55, II da Lei 8.213/91, somente se admite a contagem do tempo de gozo de benefício por incapacidade quando intercalado com período de atividade e, portanto, contributivo. Assim, nessa situação, haveria possibilidade de se efetuar novo cálculo para o benefício de aposentadoria por invalidez, incidindo o disposto no art. 29, § 5º da Lei 8.213/91, que determina que os salários-de-benefícios pagos a título de auxílio-doença sejam considerados como salário-de-contribuição, para definir o valor da Renda Mensal Inicial da aposentadoria.

(...)

8. Recurso Especial do INSS provido.

Como pode ser observado, da análise do caso concreto, vislumbra-se que o mesmo não é de revisão, estando este sujeito à hipótese do art. 36, § 7º do Decreto nº 3.048/99.

Quanto a invocação da Súmula 09 da Turma Recursal de Santa Catarina, conforme supra demonstrado, vislumbro estar a mesma divergindo da pacífica jurisprudência dos Tribunais pátrios, bem como do c. STJ.

Corrobora com este posicionamento a recente decisão, que ora colaciono, proferida pelo pretório STJ:

AgRg no REsp 1098185 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2008/0223359-2 Relator(a) Ministra LAURITA VAZ (1120) Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento 23/06/2009 Data da Publicação/Fonte DJe **03/08/2009** Ementa:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. RENDA MENSAL INICIAL. APLICAÇÃO DO ART. 36, § 7º, DO DECRETO N.º 3.048/99.

1. **No caso do benefício da aposentadoria por invalidez ser precedida de auxílio-doença, a renda mensal será calculada a teor do art. 36, § 7º, do Decreto n.º 3.048/99, ou seja, o salário-de-benefício da aposentadoria por invalidez será de 100% (cem por cento) do valor do salário-de-benefício do auxílio-doença anteriormente recebido, reajustado pelos índices de correção dos benefícios previdenciários**. Precedentes.

2. Agravo regimental desprovido. (grifo nosso)

Desta forma, tenho que razão não assiste ao apelante.

Posto isto, diante do arrazoado externado, com fulcro no artigo 557, ***caput***, do CPC, o que se dá levando em conta o entender do Superior Tribunal de Justiça, bem como deste Sodalício, **conheço** da irresignação recursal ***sub examine,*** porquanto presentes os seus requisitos de admissibilidade, mas **lhe nego provimento,** mantendo, assim, incólume o ***decisum*** guerreado. I-se.

Publique-se na íntegra.

Diligencie-se.

Vitória/ES, 18 de setembro de 2009.

DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
Relator

8- Apelação Civel Nº 24020086252
VITÓRIA - VARA ESPECIALIZADA ACIDENTE DE TRABALHO
APTE OSMAR LEITE DA SILVA
Advogado(a) JOAQUIM AUGUSTO DE AZEVEDO SAMPAIO NETTO
APDO INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado(a) WALDIR MIRANDA RAMOS FILHO
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO VOLUNTÁRIA Nº 024.020.086.252
REMTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA EM ACIDENTE DE TRABALHO DE VITÓRIA
PARTE/APTE: OSMAR LEITE DA SILVA
PARTE/APDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

D E C I S Ã O

Trata-se de Remessa Necessária e Apelação Voluntária interposta por **OSMAR LEITE DA SILVA**, em face da r. sentença de fls. 205/212, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, o que se dera nos autos da Ação de Acidente de Trabalho proposta em face do **INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL**.

Ao que se vê, buscou a parte/apelante, em síntese, a concessão do auxílio doença acidentário, a reabilitação profissional e auxílio acidente vitalício.

O Instituto de Previdência apresentou contestação, onde buscou demonstrar que inocorreu a redução da capacidade laborativa que autorizasse a concessão dos benefícios pleiteados na inicial.

Após regular trâmite, sobreveio a sentença, onde a Magistrada julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial e condenou a Autarquia: a) converter todos os auxílios doenças previdenciários, como a aposentadoria por invalidez previdenciária concedidos em seus similares acidentários; b) auxílio acidente, a partir de 30/10/1997 até 26/04/2004, excluindo-se o seu pagamento

nos períodos em que o autor esteve em gozo de auxílio doença e c) honorários sucumbenciais.

Por força do reexame necessário, o Juiz ***a quo*** determinou a subida dos autos.

Irresignado, foi interposta apelação voluntária, onde foi reforçado o pedido de assistência judiciária gratuita; alegação de que faz jus ao auxílio acidente vitalício e, ainda, aduziu a inconstitucionalidade da Lei nº 9.528/97. Por fim, pugnou pela concessão da antecipação da tutela.

Foi apresentada contrarrazões, no sentido de que fosse mantida a decisão ***a quo***.

Manifestação da Procuradoria de Justiça, pelo desprovimento do recurso, para manter intacta a decisão guerreada.

É o relatório. Passo a decidir.

***Ab initio,* conheço**, da Remessa Necessária e da Apelação Voluntária, porquanto presentes os seus requisitos de admissibilidade.

Quanto aos pleitos do apelante, tenho por manter a decisão de 1º grau que concedeu a assistência judiciária gratuita, razão pela qual fica o apelante desobrigado do pagamento das custas recursais.

Relativamente ao pleito de concessão da liminar, a análise do mesmo torna-se inócuo ante o julgamento do mérito da demanda.

No que se refere ao entendimento do apelante de que faz jus ao auxílio acidente vitalício, cumulado com a aposentadoria por invalidez, tenho que em determinados casos, antes da vigência da Lei nº 9.528/97 era possível a cumulação dos benefícios de aposentadoria e auxílio-acidente, entretanto, com a vigência desta lei, a partir de 10/12/1997 tal passou a não ser possível.

Da análise do caso concreto, vê-se que o acidente ocorreu em 18/08/1997, tendo o auxílio acidente sido concedido em 30/10/97 e posterior aposentadoria em 26/04/2004.

Portanto, como o fato ocorreu antes da vigência da Lei nº 9.528/97, em tese, poderia ocorrer a cumulação, isto porque, para a definição da lei aplicável nesses casos, entendo deva ser considerada a lei vigente ao tempo do acidente de trabalho, e não aquela em vigor no momento da concessão do benefício.

Todavia, este entendimento não se aplica quando os fatos geradores de ambos os benefícios que se pretende cumular são idênticos, como se mostra na hipótese dos autos.

Acerca deste tema, a jurisprudência caminha pacificamente no sentido de que "*a percepção do auxílio acidente está condicionada a redução da capacidade laborativa para o trabalho, ora, se o apelante foi aposentado por invalidez, a conclusão a que se chega é que sua incapacidade foi total, logo não há nenhuma possibilidade do requerente receber um benefício por invalidez e ao mesmo tempo um benefício por redução laborativa*".

Assim, não restam dúvidas de que não deve prosperar a demanda, na medida em que isso só seria possível se os benefícios tivessem fatos geradores diversos.

Corrobora com este entendimento a pacífica jurisprudência do STJ e deste Sodalício, conforme se vê nos arestos trazidos à baila:

REsp 182226 / SP RECURSO ESPECIAL 1998/0052769-9 Relator(a) Ministro VICENTE LEAL (1103) Órgão Julgador T6 - SEXTA TURMA Data do Julgamento 15/10/1998 Data da Publicação/Fonte DJ 30/11/1998 p. 220 Ementa:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. **CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-ACIDENTE. MESMO FATO GERADOR. IMPOSSIBILIDADE**.

- Em tema de acumulação de benefícios previdenciários que apresentam fatos geradores diversos, é pacífico o entendimento desta Colenda Corte no sentido de que é legítima e legal a percepção cumulativa da aposentadoria por invalidez e do auxílio-acidente, desde que comprovado o nexo de casualidade entre a doença adquirida e o efetivo desempenho das atividades funcionais.

- **Na hipótese, tratam-se de benefícios previdenciários que apresentam o mesmo fato gerador, de vez que, impossibilitado o obreiro de retornar ao trabalho, o auxílio-acidente está diretamente relacionado à incapacidade permanente que justificou a concessão da aposentadoria por invalidez**.

- Recurso especial não conhecido.

REsp 741259 / DF RECURSO ESPECIAL 2005/0059431-5 Relator(a) Ministra LAURITA VAZ (1120) Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento 03/11/2005 Data da Publicação/Fonte DJ 28/11/2005 p. 332 Ementa:

RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO-ACIDENTE. CARÁTER VITALÍCIO. INAPLICABILIDADE. CUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. IDÊNTICO FATO GERADOR. IMPOSSIBILIDADE. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO. JUNTADA DO LAUDO PERICIAL.

1. **É inadmissível a concessão de auxílio-acidente em caráter vitalício, face a impossibilidade de sua cumulação com a aposentadoria por invalidez, posteriormente concedida em razão do agravamento da moléstia que ensejou a percepção do benefício acidentário. Hipótese em que se torna inócua a discussão acerca da data da eclosão da moléstia – antes ou depois da Lei n.º 9.528/97 – por tratar-se de benefícios decorrentes de idêntico fato gerador, originários do mesmo evento infortunístico. Precedentes desta Corte**.

2. Em se tratando de benefício decorrente de incapacidade definitiva para o trabalho, como é o caso da aposentadoria por invalidez, o marco inicial para o seu pagamento, não havendo requerimento administrativo, será a convalidação da incapacidade laborativa, consagrada na data da juntada do laudo médico-pericial em juízo, conforme corretamente fixado pela instância a quo.

3. Recurso especial desprovido.

24059007682 Classe: Apelação Civel Órgão: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL Data de Julgamento: 08/08/2006 Data da Publicação no Diário: 16/08/2006 Relator : RONALDO GONÇALVES DE SOUSA Origem: VITÓRIA - VARA ESPECIALIZADA ACIDENTE DE TRABALHO **Ementa**

APELAÇÃO CÍVEL - POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE AUXÍLIO ACIDENTE COM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - IMPOSSIBILIDADE SE DECORRER DO MESMO FATO GERADOR.

1- A percepção do auxílio acidente está condicionada a redução da capacidade laborativa para o trabalho, ora, se o apelante foi aposentado por invalidez, a conclusão a que se chega é que sua incapacidade foi total, logo não há nenhuma possibilidade do requerente receber um benefício por invalidez e ao mesmo tempo um benefício por redução laborativa.

2- Se torna inócua a discussão acerca da data da eclosão da moléstia, se antes ou depois da Lei nº 9.528/97, por se tratar de benefícios decorrentes de idêntico fato gerador, logo não há que se falar em acúmulo.

3- Indevido é, portanto, o benefício previdenciário pleiteado.

Recurso conhecido e improvido.

Por fim, recai a análise acerca da alegada inconstitucionalidade da lei nº 9.528/97.

Tal alegação não merece prosperar, vez que nossos Tribunais, como o STJ tem aplicado regularmente a citada lei, conforme se vê na jurisprudência supra.

Ademais, embora a lei tenha sido citada pelas partes e até por este relator, a mesma não teve qualquer interferência na decisão, vez que o fator principal levado em consideração foi a vedação de cumulação dos benefícios, vez que os mesmos originaram-se do mesmo fato.

Posto isto, em face do aqui demonstrado e em conformidade com o disposto no artigo 557, ***caput***, da Lei Adjetiva Civil, o que se dá levando-se em conta o entender da jurisprudência deste Sodalício, bem como do Superior Tribunal de Justiça, **NEGO PROVIMENTO À REMESSA NECESSÁRIA**, **bem como à Apelação Voluntária**, mantendo, assim, incólume o ***decisum*** de 1º grau.

I-se.

Publique-se na íntegra.

Vitória-ES, 18 de setembro de 2009

Des. Maurílio Almeida de Abreu
Relator

9- Apelação Civel Nº 24070220967
VITÓRIA - 3ª VARA CÍVEL
APTE UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A
Advogado(a) BERESFORD MARTINS MOREIRA NETO
Advogado(a) CLAUDIA MARCIA ENTRINGER
Advogado(a) EDUARDO MALHEIROS FONSECA
Advogado(a) GILBERTO CESARIO SANTOS
Advogado(a) THAIS CERQUEIRA LIMA RODRIGUES DA CUNHA
APDO WELLINGTON COSTA SANTANA
Advogado(a) GILDA RANGEL TABACHI SOUZA
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

APELAÇÃO CÍVEL Nº 024.070.220.967
APTE: UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
APDO: WELLINGTON COSTA SANTANA
RELATOR : EXMO. DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo **UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A**, em face da sentença de fls. 88/92, que julgou procedente o pedido formulado na inicial, na Ação de Cobrança proposta por **WELLINGTON COSTA SANTANA.**

Ao que se vê, o apelado ajuizou a citada ação para ver corrigida sua conta de poupança junto à Instituição apelante, em razão da aplicação indevida dos índices devidos pelo Banco Central do Brasil nas cadernetas de poupança existentes em junho de 1987, salientando que a diferença do índice aplicado para o realmente devido foi de 8,04%.

Designada audiência preliminar, onde as partes não chegaram a bom termo e em ato contínuo o Magistrado de 1º grau proferiu sentença, onde acolheu o petitório autoral para, em decorrência, condenar o Banco a pagar ao correntista a quantia cobrada, com correção monetária, a partir do planilhamento, e juros legais, a partir da citação.

Inconformado, foi interposta a presente apelação, onde arguiu-se: preliminarmente (Incompetência Material do juízo; Prescrição ante o CDC; Ilegitimidade ativa; Falta de interesse de agir; Falta de pressuposto de existência do processo e ausência de provas). No mérito, alega que agiu em respeito a dispositivo legal; o não cabimento do pedido (plano bresser) em razão da alegação de que a conta tenha sido aberta somente em 1990; Inexistência de direito adquirido do apelado; Inexistência de vício na prestação do serviço e, ainda, que o valor creditado na conta de poupança do apelado foi a correção oficial.

Contrarrazões pela manutenção da decisão ***a quo***.

Eis o breve relatório, passo a decidir.

PRELIMINAR DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO ARGUIDA DE OFÍCIO

Resta incontroverso que nas cobranças de expurgos inflacionários vige o prazo vintenário. Neste sentido é o entendimento pacifico do c. STJ, conforme se vê no aresto trazido à baila:

AgRg no Ag 1132388 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2008/0277418-6 Relator(a) Ministro SIDNEI BENETI (1137) Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA Data do Julgamento 26/05/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 08/06/2009 Ementa

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. ÍNDICES. PLANO BRESSER. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. PRECEDENTE DA CORTE.
I - **É vintenária a prescrição nas ações em que são impugnados os critérios de remuneração da caderneta de poupança e postuladas as respectivas diferenças, porquanto discutido o próprio crédito, e não seus acessórios**.
II - Nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte é devido, na correção de caderneta de poupança, o IPC de junho de 1987 (26,06%).
III - Os juros de mora são devidos a partir da citação nas ações de cobrança que buscam complementar as remunerações da caderneta de poupança.
Agravo Regimental improvido.

AgRg no Ag 940097 / PR AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007/0210421-1 Relator(a) Ministro FERNANDO GONÇALVES (1107) Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA Data do Julgamento 21/05/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 08/06/2009 Ementa:

AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. PRESCRIÇÃO. VINTE ANOS. POUPANÇA. PLANO BRESSER (JUNHO DE 1987). PLANO VERÃO (JANEIRO DE 1989).
1 - Nos termos do entendimento dominante nesta Corte são devidos, na correção de caderneta de poupança, o IPC de junho de 1987 (26,06%) e o IPC de janeiro de 1989 (42,72%).
2 - **Os juros remuneratórios de conta de poupança, incidentes mensalmente e capitalizados, agregam-se ao capital, assim como a correção monetária, perdendo, pois, a natureza de acessórios, fazendo concluir, em conseqüência, que a prescrição não é a de cinco anos, prevista no art. 178, § 10, III, do Código Civil de 1916, mas a vintenária**. Precedentes da Terceira e da Quarta Turma.
3. Agravo regimental desprovido.

cabe então, análise quanto a ocorrência da prescrição no caso concreto, pois o prazo prescricional começa a fluir a partir do momento em que a obrigação passou a ser exigível, ou seja, a partir de 16/06/1987, data da edição da Resolução nº 1338, pelo Banco Central do Brasil, sendo, portanto, este o termo ***a quo*** da prescrição.

Logo, considerando que no caso em apreço aplica-se a prescrição vintenária, verifica-se a ocorrência da mesma, vez que a presente ação foi proposta em 28/06/2007, tendo iniciado o prazo prescricional em 16/06/1987, e findado em 15/06/2007.

Assim, ante o reconhecimento da prescrição, torna-se desnecessário a análise dos pontos trazidos à baila na apelação.

Ante o exposto, na esteira da jurisprudência emanada do Superior Tribunal de Justiça, conheço do recurso ***sub examine***, e com fulcro no que dispõe o art. 557 do CPC, **suscito de ofício a Prejudicial e pronuncio a ocorrência do fenômeno prescricional,** daí porque, tenho por extinguir o processo com resolução de mérito, o fazendo com supedâneo no artigo 269, IV, do citado diploma processual.

Via de consequência, inverto os ônus sucumbenciais e condeno o apelado em honorários, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, entretanto, determino que fique suspensa sua exigibilidade, por estar o mesmo beneficiado pela justiça gratuita (Lei 1.060/50).

I-se.
Publique-se na íntegra.
Vitória/ES, 03 de setembro de 2009.

DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
RELATOR

10- Apelação Civel Nº 24050118280
VITÓRIA - 1ª VARA CÍVEL
APTE W BRASIL PAINEIS LTDA
Advogado(a) FABRICIO CARDOSO FREITAS
Advogado(a) RODOLFO DOS SANTOS PINHO
APDO PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A
Advogado(a) LUIZ PRETTI LEAL
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
APELAÇÃO CÍVEL Nº 024.050.118.280
APTE: W BRASIL PAINÉIS LTDA
APDO: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
RELATOR: DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
D E C I S Ã O

Cuidam os autos de Apelação Cível interposta por W Brasil Painéis Ltda, face a sentença que julgou procedente o pleito inaugural feito por Petrobrás Distribuídora, no sentido de despejar a Apelante, em função do encerramento de contrato de locação de espaço no imóvel da Apelada para fixação de painéis de propaganda, sob o argumento de que não houve comunicação de interesse na renovação no prazo de 180 dias anteriores ao vencimento do contrato.

Em suas razões alega a Apelante que houve comunicação à Apelada da intenção de renovação do acordo, quando da apresentação de contestação em ações judiciais precedentes interpostas pela Recorrida, com o fim de recindir o contrato. Afirma ainda, que sentença incorre em erro, pois o painel objeto do contrato não é

móvel como afirmado, não podendo ser transferido para outro local, o que, segundo o juízo *a quo*, inviabilizaria o pedido de indenização por perdas e danos ora deduzido.

Em contra-razões, em suma, informa o Apelado que o panel objeto do contrato fora retirado do local por ordem da Prefeitura Municipal de Vitória, perdendo o objeto o recurso interposto. No mais, propugna pela manuntenção da sentença proferida.

É o sucinto relatório. Passo à Decisão.

Sem maiores delongas, diante da retirada do painel por ordem da Prefeitura Municipal de Vitória, sob o argumento de ofensa ao regramento municipal, não há mais que se debater sobre a possibilidade ou não de continuidade do acordo entre as partes, ante a impossibilidade material de produção de seus efeitos, ou seja, destinado o contrato ora debatido à locação de espaço destinado a fixação de painel publicitário, retirado por ordem da municipalidade, que não permite mais a sua fixação, perde a razão de ser o contrato, implicando na perda de objeto do recurso de apelação que visa o debate sobre este pacto.

Não obstante, entendo que a necessidade de apreciação sobre a elagação de perdas e danos do Apelante, materializados nos custos de construção do aludido painel, que seriam indenizáveis pela Apelada, se faz presente, uma vez que as perdas e danos, em tese, não se esvaem com a rescição contratual.

Contudo, considerando que o painel objeto das perdas e danos fora retirado por ordem da prefeitura municipal, que compeliu a Apelante a tal ato, não há que se falar em responsabilidade do Apelado, já que as suspostas perdas e danos alegadas, diante de tal realidade, certamente, não podem ser imputadas ao Recorrido, pessoa alheia à relação havida entre a Apelante e a municipalidade.

Dessa forma, entendo que no que toca a arguição de perdas e danos, não merece guarida a pretensão recursal, que ainda, perdera seu objeto quanto aos seus demais pontos, ou seja, quanto à legalidade do despejo pretendido.

Logo, conheço do Apelo apenas quanto a alegação de perdas e danos, no que **lhe nego provimento**, considerando, no mais, **perdido o objeto do recurso**, ante a alteração superveniênte da realidade fática apresentada, **mantendo, assim, incólume a decisão recorrida**.

Intimem-se.

Diligencie-se.

Publique-se na íntegra.

Vitória/ES, 18 de setembro de 2009.

DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
RELATOR

11- Apelação Civel Nº 6080030478
ARACRUZ - 2ª VARA CÍVEL
APTE MARIA DE LOURDES BANDEIRA
Advogado(a) JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA
APDO SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Advogado(a) JOAO PAULO LECCO PESSOTTI
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

APELAÇÃO CÍVEL Nº 060.080.030.478
APLTE: MARIA DE LOURDES BANDEIRA
APLDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
RELATOR: DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

D E C I S Ã O

Tratam os autos de apelação interposta por Maria de Lourdes Bandeira, uma vez irresignada com a decisão objurgada, que acolheu preliminar de ilegitimidade passiva da Apelada, Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., julgando extinto o processo, sem resolução de mérito.

Segundo a Apelante, é legítima a Apelada a indenizar os legitimados do seguro DPVAT, pois é Seguradora integrante do convênio DPVAT. No mérito afirma fazer *jus* a indenização de 40 salários mínimos vigentes ao tempo da liquidação do sinistro, por conta do falecimento de seu filho, decorrente de acidente de trânsito.

O Apelado, embora devidamente intimado na pessoa de seu patrono, quedou-se silente.

É o sucinto Relatório, passo ao julgamento do recurso.

A questão debatida no apelo interposto gravita em torno da legitimação da Apelada a indenizar os valores do seguro DPVAT, e do direito da Apelante ao recebimento da indenização.

No que toca a legitimidade da Recorrida, como é cediço, as seguradas aptas a indenizar o seguro DPVAT são aquelas devidamente conveniadas à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP -, cabendo aos legitimados escolher qualquer uma delas para tanto.

Nesse contexto, em simples busca ao sítio eletrônic^{O} do Ministério da Fazenda, especificamente do que toca aquela Superintendência, consta-se figurar entre as empresas relacionadas ao consórcio DPVAT, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., tudo conforme cópia do conteúdo do aludido *site*, que faço anexar à presente decisão.

Nestes termos, dispensam-se maiores comentários, **figurando a Apelada como parte legítima a indenizar os legitimados do seguro DPVAT**.

Nestas condições, reconhecida a legitimidade passiva da Apelada, impõe-se o conhecimento do mérito da lide exposta nos autos, o que passo a fazer, tomando por base a "teoria da causa madura", uma vez presentes todos os elementos de prova necessários ao correto julgamento da contenda.

Assim, tratando do mérito, ao compulsar os autos vislumbro devidamente demonstrado o óbito do filho da Autora, a legitimar o seu pedido indenizatório, bem como, provado que tal óbito decorrera de acidente de trânsito, tudo conforme se infere dos documentos acostados ás fls. 16/21.

Preenchidos os requisitos legais, observo que não obstante as alegações do Banco-Apelante em sede de contestação, no sentido de ser inviável a indenização com base no salário mínimo ante a recente alteração legislativa, que fixou em valor certo o *quantum* indenizatório, não demanda maior esforço concluir que a lei posterior não atinge fatos pretéritos, aos quais são aplicáveis a lei então vigente, o que nada mais é do que a materialização do princípio do "*tempus regit actum*".

Ora, tendo o sinistro que vitimara o Apelado ocorrido em meados do ano de 1991, lhe causando a morte, fato gerador da indenização do seguro DPVAT, não há que se falar em aplicação da lei 11.482/2007, originariamente introduzida no ordenamento pela Medida Provisória nº 340/2006.

À época do sinistro, fato gerador do dever indenizatório da Apelante, ou seja, regia o seguro obrigatório a Lei 6.194/74, até então imodificada, que determinava que no caso de morte o valor da indenização seria de 40 (quarenta) vezes o maior salários mínimos vigente no país.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (...)

a) - 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de morte; (...).

Logo, não há que se falar em aplicação da lei atual, devendo o magistrado fazer viger a lei da época dos fatos, eis que eficaz no caso em tela.

Ademais, há muito, a jurisprudência pátria firmou o entendimento no sentido de inexistir qualquer tipo de ilegalidade na relação da indenização do pagamento da indenização com base no salário mínimo, eis que este não está sendo utilizado como índice de correção monetária.

Vejamos precedentes a título ilustrativo:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO OBRIGATÓRIO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURADORA. LEGITIMIDADE PASSIVA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. LEGALIDADE. AUSENTE O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA CUJA DISCUSSÃO SE PRETENDE, NÃO SE CONHECE DO RECURSO ESPECIAL. NÃO SE CONHECE DO RECURSO ESPECIAL NA PARTE EM QUE SE ENCONTRA DEFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório assegurado direito de regresso. ***- O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, <u>não havendo incompatibilidade entre o disposto na Lei n. 6.194/74 e as normas que impossibilitam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedentes</u>.*** *Agravo não provido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-Ag 742443; RJ; Terceira Turma; Relª Minª Fátima Nancy Andrighi; Julg. 04/04/2006; DJU 24/04/2006; Pág. 397)*

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO. FIXAÇÃO. SALÁRIO MÍNIMO. INVALIDEZ PERMANENTE -AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESPROVIDOS. O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, ***<u>assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei nº 6.194/74, e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária.</u>*** *Comprovação da debilidade permanente de membro do recorrido restou demonstrada, tornando o embargado incapaz ao labor em caráter definitivo. Reexame de matéria já analisada. Inadmissibilidade. Ausência dos requisitos do art. 535 do CPC. (TJ-ES; EDcl-AC 004.02.000666-6; Quarta Câmara Cível; Rel. Des. Maurílio Almeida de Abreu; Julg. 21/03/2006; DJES 26/04/2006)*

Nesse norte, como já dito, a Lei 6.194/74 estabelece em seu art. 3º, alínea "a" que no caso de invalidez permanente a indenização devida é de até 40 (quarenta) salários mínimos, tendo, também há muito, o STJ fixado o entendimento de que nos casos de seguro DPVAT **aplica-se o valor da salário mínimo vigente à época do sinistro, ou seja, 19 de outubro de 1991.**

RECURSO ESPECIAL Nº 1.130.356 - DF (2009/0056152-7)
Relator: Ministro SIDNEI BENETI, 28/08/2009.
(...)
4.- A despeito do artigo 5º, § 1º, da Lei n. 6.194/74, com redação dada pela Lei n. 8.441/92, dispor que a indenização será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, a jurisprudência das Turmas de Direito Privado deste Tribunal se consolidou no sentido de que, em casos como o presente, deve incidir o salário mínimo vigente à época do evento danoso. Nesse sentido, já se decidiu: *Ag 952.791/SP, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJ 23.4.08; Resp 996.864/RJ, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 13.11.07; Resp 930.307/RJ, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ 14.8.07; Resp 711.712/SP, Rel. Min. MENEZES DIREITO, DJ 22.6.07; Ag 515.752/RS, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, DJ 19.8.04.*

Já no que diz respeito à data da contagem dos juros de mora, entendo que estes devam incidir a partir da constituição da ré em mora, ou seja, a data da citação, conforme jurisprudência dominante.

No que toca à correção monetária, entendo que esta deva incidir desde a data do evento danoso, tendo por base a súmula 43 do STJ.

CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE (DPVAT). RECURSO ESPECIAL. NULIDADE DO ACÓRDÃO. CPC, ART. 535. INOCORRÊNCIA. ACIDENTE CAUSADO POR TRATOR. COBERTURA DEVIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA N. 43/STJ. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. (...)
IV. "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo" - Súmula n. 43/STJ.
V. No caso de ilícito contratual, situação do DPVAT, os juros de mora são devidos a contar da citação.
VI. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido. (REsp 665.282/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2008, DJe 15/12/2008)

Ante tais considerações, **conheço o apelo, e DOU-LHE PROVIMENTO**, reformando a sentença recorrida para **condenar Apelada ao pagamento de indenização no valor de 40 salários mínimos vigente à época do evento danoso (19/11/1991). O valor apurado deverá ser acrescido de juros legais, incidentes da data da citação, mais correção monetária, desde a data do sinistro.**

Condeno a Apelada ao pagamento das custas processuais, mais honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação.
I-se.
Publique-se na íntegra.
Diligencie-se.
Vitória, 17 de setembro de 2009.
DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
RELATOR

12- Apelação Civel Nº 24060206455
VITÓRIA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
APTE BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO BANESTES S/A
Advogado(a) DIOGO PAIVA FARIA
Advogado(a) MARCELO ABELHA RODRIGUES
APDO MUNICIPIO DE VITORIA
Advogado(a) LUCIANA DUARTE BARCELLOS GUIMARAES
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

APELAÇÃO CÍVEL Nº 024.060.206.455
APTE: BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
APDO: MUNICÍPIO DE VITÓRIA
RELATOR: DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

DECISÃO MONOCRÁTICA

Cuidam os autos de apelação cível inteposta pelo **BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, em face da sentença de fls. 55/59, que denegou a segurança, ante a ausência de direito líquido e certo, isto no Mandado de Segurança impetrado em face do **MUNICÍPIO DE VITÓRIA.**

Compulsando os autos, vê-se que o apelante, na inicial, buscou a concessão de liminar, a fim de que o apelado abstivesse de exigir do apelante o cumprimento do que dispõe a Lei Municipal nº 6.508/05; fosse suspenso os efeitos do auto de intimação nº 19698; suspensão da exigibilidade da multa decorrente e a abstenção da lavratura de novos autos de intimação.

A liminar pleiteada fora concedida.

Parecer o Ministério Público de 1º grau no sentido de que fosse denegado a segurança.

Após regular trâmite sobreveio a r. Sentença, onde o Magistrado **a quo**, entendeu por ausentes o alegado direito líquido e certo e, via de consequência, denegou a segurança.

Irresignado, interpôs a presente apelação cível, onde arguiu-se a "ilegalidade da lei municipal" e a "impossibilidade prática do cumprimento da Lei Municipal, ante a necessidade de regulamentação da mesma".

Parecer da douta Procuradoria de Justiça, no sentido de que fosse negado provimento ao apelo.

Eis o relatório. Decido.

Da análise do que consta dos autos, verifica-se que o Município de Vitória, editou a Lei nº 6.508/05, em que determinou às instituições financeiras com atuação no Município que fossem dotadas de portas com detector de metais, que disponibilizassem a seus clientes guarda volumes.

Em junho de 2006, o Banco apelante fora autuado por infringência aos artigos 1º e 2º da citada lei.

Feitos tais esclarecimentos, passo ao enfrentamento das questões trazidas pelo apelante

Irresignou-se o apelante quanto a decisão do Magistrado de 1º grau, pois em seu entendimento há uma flagrante inconstitucionalidade da Lei Municipal, vez que "*o legislador não tem competência para regular atividade bancária específica, estabelecendo regras para funcionamento das agências, inclusive lhe impondo a obrigação de instalação de guarda-volumes para todos os clientes que adentrarem na agência bancária.*"

Ao que se vê, invoca o Banco a infringência aos artigos 21, 22, 24 e 48 da CF, para justificar a alegação de ilegalidade da lei municipal, todavia, da análise da cita lei, não se vislumbra ter a mesma infringido os citados artigos constitucionais.

Isto porque, a competência da União reside em regular o sistema financeiro em sua atividade fim, o que não pode ser confundido com o interesse local, onde o tratamento que as instituições devem prestar aos cidadãos, data vênia, é de competência legislativa do município.

Ademais, há de se observar que a citada lei não trata de matéria atinente ao crédito, câmbio, seguros e transferências de valores, organização, funcionamento ou atribuições das instituições financeiras, pois tão-somente, impôs regras aos Bancos, que asseguraram adequadas condições de atendimento à população.

Desta forma, não vislumbro ter a lei municipal suprimido a competência do Congresso Nacional assegurada pelo que dispõe o artigo 48, XIII da CF, no tange a dispor acerca de matérias financeiras, bem como o funcionamento das instituições financeiras.

Neste sentido caminha a jurisprudência pretoriana, bem como deste Sodalício, conforme se vê nos arestos trazidos à baila:

RE 427463 AgR / RO - RONDÔNIA AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIORelator(a): Min. EROS GRAU - Julgamento: 14/03/2006 Órgão Julgador: Primeira Turma - Publicação
EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGÊNCIAS BANCÁRIAS. TEMPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO. COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO. ART. 30, I, CB/88. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. ARTS. 192 E 48, XIII, DA CB/88.

1. **O Município, ao legislar sobre o tempo de atendimento ao público nas agências bancárias estabelecidas em seu território, exerce competência a ele atribuída pelo artigo 30, I, da CB/88.**
2. A matéria não diz respeito ao funcionamento do Sistema Financeiro Nacional [arts. 192 e 48, XIII, da CB/88].
3. **Matéria de interesse local**.
Agravo regimental improvido.

REsp 655366 / DF RECURSO ESPECIAL 2004/0058965-5 Relator(a) Ministra DENISE ARRUDA (1126) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 07/08/2007 Data da Publicação/Fonte DJ 10/09/2007 p. 188 Ementa:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. LEI DISTRITAL QUE DISPÕE SOBRE ATENDIMENTO EM TEMPO RAZOÁVEL NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS. MATÉRIA ANALISADA SOB ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTES DO STF E STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO-CONHECIDO.
1. A análise de violação de dispositivos constitucionais é alheia ao âmbito de competência deste Tribunal Superior, em sede de recurso especial.
2. O Tribunal de origem, ao manter as agências bancárias no rol das instituições obrigadas a atender aos usuários dos seus serviços em tempo razoável - consoante determina a Lei Distrital 2.529/2000 (alterada pela Lei 2.547/2000) -, analisou a controvérsia preponderantemente através da interpretação constitucional da repartição das competências entre os entes da federação, matéria de cunho eminentemente constitucional, o que afasta a possibilidade de conhecimento do recurso especial.
(...)
5. Recurso especial não-conhecido.

14020011368 Classe: Remessa Ex-officio Órgão: QUARTA CÂMARA CÍVEL Data de Julgamento: 14/03/2006 Data da Publicação no Diário: 12/04/2006 Relator : FREDERICO GUILHERME PIMENTEL Origem: COLATINA - VARA REG PÚBLICO - ACIDENTES TRABALHO **Ementa**
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - PRELIMINAR DE IMPROPRIEDADE DA AÇÃO - REJEITADA - INSTITUIÇÃO BANCÁRIA - ATENDIMENTO AO PÚBLICO - FIXAÇÃO DE TEMPO MÁXIMO DE ESPERA NA FILA - LEI MUNICIPAL - NORMA DE INTERESSE LOCAL - LEGITIMIDADE. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA BANCÁRIA - COMPETÊNCIA DA UNIÃO.
(...)
2) . **Fixação de tempo máximo de espera na fila. Matéria que não se confunde com a atinente às atividades-fim dos bancos. Matéria de interesse local. Competência legislativa do Município**
3) A fixação de horário de funcionamento das instituições financeiras é de competência da união.

Portanto, tenho que razão não assiste ao apelante.
O segundo ponto aduzido na irresignação recursal, reside na "impossibilidade prática de cumprimento da lei Municipal, ante a necessidade de regulamentação pelo Poder Executivo".

Para iluminar este ponto, trago à baila o que reza o art. 5º da Lei Municipal:

"O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação."

Compulsando os autos, bem como o disposto na citada lei municipal, tenho, ***Prima facie***, que ante a argumentação apresentada pelo apelante, necessário se faz trazer à lume alguns conceitos acerca da vigência e da eficácia das normas.

Ao tratarmos da vigência das normas jurídicas, necessariamente devemos analisá-las sob o prisma de sua validade formal, ou seja, sua elaboração normativa; competência daquele que a elabora e todos os seus outros aspectos formais.

No que se refere à eficácia ou aplicabilidade da lei, deve-se sempre analisá-la quanto a validade jurídica e social, eis que a eficácia possui estreita relação com a aplicação da normatividade em seu plano jurídico.

Neste sentido é o entendimento de José Afonso da Silva, **in verbis**:

"tem possibilidade de ser aplicada, isto é, (...) que tem capacidade de produzir efeitos jurídicos" (SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 6a ed., São Paulo, Malheiros, 2003).

O próprio José Afonso da Silva, considerando o conceito de aplicabilidade das normas constitucionais, classificou-as em normas de eficácia plena, contida e limitada.

No caso presente, estamos ante uma norma de eficácia limitada e, acerca deste conceito vale trazer à baila o ensinamento de Alexandre de Moraes, ***in verbis***:

"São aquelas que apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre esses interesses, após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade."
Alexandre de Moraes. Direito Constitucional. 23 ed. Atlas. São Paulo. 2008. p. 12.
Transportando esta classificação para o plano infraconstitucional, é possível afirmar que a elaboração de uma lei, cuja eficácia está condicionada à edição de norma regulamentadora, tem eficácia limitada.

Aliás, este é o caso dos presentes autos, pois o artigo 5º da Lei Municipal nº 6.508/05, apresenta-nos expressamente que o "*Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias regulamentará esta lei*"

Desta forma, tenho que as próprias instituições financeiras ficaram aguardando a regulamentação que não veio. Assim, não é possível vislumbrar a possibilidade de aplicação da sanção prevista na citada lei.

Neste sentido confira-se a jurisprudência pátria.

AgRg no REsp 1027227 / RJ AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2008/0025706-9 Relator(a) Ministro HUMBERTO MARTINS (1130) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 21/08/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 12/09/2008 Ementa:
TRIBUTÁRIO – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – BASE DE CÁLCULO – EXCLUSÃO PREVISTA NO ART. 3º, § 2º, INCISO III DA LEI N. 9.718/98 – PRETENDIDA COMPENSAÇÃO DE VALORES TRANSFERIDOS A OUTRA PESSOA JURÍDICA – NECESSIDADE DE NORMA REGULAMENTAR EXPEDIDA PELO PODER EXECUTIVO.
1. **A eficácia limitada do inciso III do § 2º do art. 3º da Lei n. 9.718/98, que condicionava a sua efetivação à expedição de norma regulamentadora do Poder Executivo traduz, em essência, a controvérsia dos autos**.
(...)
3. **A disposição constante no art. 3º, § 2º, inciso III, da Lei n. 9.718/98 cometeu ao Poder Executivo a edição de norma regulamentadora a ser observada para que se efetivasse a exclusão nela cogitada. Não sobrevindo a aludida normatização, no interregno de vigência da disposição legal, não se há falar em valores recolhidos indevidamente ao Fisco, geradores do direito à compensação de créditos fiscais. Agravo regimental improvido**.

100070008246 Classe: Recursos do Conselho Órgão: TRIBUNAL PLENO Data de Julgamento: 15/01/2009 Data da Publicação no Diário: 28/01/2009 Relator : ALINALDO FARIA DE SOUZA Origem: COMARCA DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM **Ementa**
EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO - BOLSA DE ESTUDO - ARTIGOS 88, INCISO IV E 92 DA LC 46/94 - AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA - NORMA DE EFICÁCIA LIMITADA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
1. Há que se indeferir o pedido de concessão de bolsa de estudos ante a ausência de norma que regulamente o art. 92, da Lei Complementar Estadual nº 46/94 (que prevê a concessão de bolsa de estudos a servidores públicos).
2. São classificadas como de eficácia limitada todas as normas que necessitem, expressamente, de outra espécie normativa que lhe confira aplicabilidade ou eficácia.

3. Recurso conhecido e improvido.

Ademais, muito embora o artigo 2º da Lei Municipal tenha feito algumas definições acerca do guarda volumes, outras não foram contempladas e ensejariam a regulamentação. Assim, foi definido acerca de posicionamento; a existência de chaves e quanto ao número de guarda volumes.

Entretanto, nada ficou definido no tange a: padronização; possibilidade de estarem todos os guarda volumes ocupados; responsabilidade pela perda das

chaves; responsabilidade em caso de possível extravio dos pertences deixados no escaninho, etc.

Assim, além de expressamente constar que a lei seria regulamentada, pode-se constatar que esta não regulamentou acerca de todas as possibilidades e variantes. Tenho assim que razão assiste ao apelante.

Desta forma, diante do arrazoado externado, com fulcro no artigo 557, § 1º - A da Lei Adjetiva Civil, o que se dá, também, levando-se em conta o entender do Colendo Superior Tribunal de Justiça, **conheço** da irresignação recursal ***sub examine,*** porquanto presentes os seus requisitos de admissibilidade, e **lhe dou provimento**, para reformar o **decisum** guerreado, de sorte a conceder a segurança pleiteada.

Via de consequência, inverto a condenação no pagamento das custas processuais.

Sem honorários, a teor do que dispõe a Súmula 105 do STJ.

I-se. Publique-se na íntegra.

Diligencie-se.
Vitória/ES, 15 de setembro de 2009.

Des. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
Relator

13- Embargos de Declaração Nº 24040160970
VITÓRIA - 2ª VARA CÍVEL
EMGTE FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA JORGE
Advogado(a) ANA CLAUDIA MARTINS DE AGOSTINHO GABRIEL
Advogado(a) NEILIANE SCALSER
EMGDO SOMES SINDICATO DOS OPERARIOS MUNICIPAIS DO ESPIRITO SANTO
Advogado(a) ELAINE POLISSENI
Advogado(a) JOSE HENRIQUE DAL PIAZ
Advogado(a) LIVIA CIPRIANO DAL PIAZ
Advogado(a) LUIS CLAUDIO DIAS DA SILVA
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

Embargos de Declaração na APELAÇÃO CÍVEL nº 024.040.160.970
EMBGTE: FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA JORGE
EMBGDO: SOMEES - SINDICATO DOS OPERÁRIOS MUNICIPAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATOR: DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração interposto por **FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA JORGE**, eis que Irresignado com a r. Decisão Monocrática proferida na Apelação Cível, o que se dera nos autos da Ação de Cobrança, proposta em face de **SOMEES - SINDICATO DOS OPERÁRIOS MUNICIPAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**.

Sustenta o Embargante, que houve omissão e contradição na decisão monocrática, vez que a mesma foi contraditória ao definir a liquidação de sentença como o melhor caminho para a apuração do valor devido ao aqui embargante e, na questão da dano moral.

Prequestiona a infringência à dispositivos legais constitucionais e infraconstitucionais.

Contrarrazões pugnando pelo improvimento do presente recurso e pela aplicação da multa prevista no art. 538 do CPC, ante o manifesto caráter protelatório.

Eis o breve relatório. decido.

É cediço que os aclaradores se tratam de recurso cujas razões são vinculadas, isto porque, a sua oposição é admitida tão-somente naquelas hipóteses ***numerus clausus*** previstas no artigo 535, do CPC.

A tese jurídica do Embargante pauta-se na ocorrência do vício de contradição.

Acerca da contradição vejamos o entendimento da doutrina:

"Já a *contradição* existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento."

In Código de Processo Civil Interpretado. Coordenador Antonio Carlos Marcato. 3ª ed. Rev. Atual. São Paulo: Atlas. 2008. p. 1800.

"A contradição decorre da existência de proposições inconciliáveis entre si nos elementos do provimento e de um elemento em relação ao(s) outro(s). As proposições inconciliáveis consistem na afirmação e na negação simultânea de algo.

Araken de Assis. Manual dos Recursos. São Paulo. RT. 2007. p. 600

Ao que se denota da análise do entendimento doutrinário existirá contradição quando na decisão houver pontos inconciliáveis ou que a mesma apresente dificuldade em seu cumprimento.

Araken de Assis cita alguns exemplos em que ocorrem contradição:

"Existirá contradição nos fundamentos do ato quando o juiz declarar o autor parte legítima e, ao mesmo tempo, reconhecer a sua ilegitimidade para postular perante o réu.

Ocorrerá contradição entre a motivação e o dispositivo se o juiz, reconhecendo a ilegitimidade de uma das partes, nada obstante julgar procedente o pedido formulado pelo autor.

A troca do autor pelo réu no contexto da motivação".

Araken de Assis. Manual dos Recursos. São Paulo. RT. 2007. p. 600

É obvio que estes são apenas alguns exemplos, dentre tantos outros, mas os mesmos nos dão a exata dimensão quando ocorre o vício da contradição em uma decisão.

Acerca do vício evocado, no que refere à indicação de ser a liquidação de sentença o melhor caminho para este processo, manifestei meu entendimento no seguinte sentido:

Questiona também o Apelante que não há no processo a indicação dos valores devidos, pois o Apelado indicou o ***quantum***, qual seja: R$ 139.176,83 (cento trinta e nove mil, cento setenta e seis reais e oitenta e três centavos), a título de honorários contratuais e R$ 11.003,09 (onze mil, três reais e nove centavos), a título de sucumbência, sem contudo demonstrar a origem destes valores.

Neste aspecto, há de se fazer análise separadas do pleito relativo aos valores de honorários contratuais e honorários de sucumbência.

Assim, após acurada análise das peças, vejo que realmente não consta dos autos parâmetros para balizar a indicação do valor, relativo a honorários. Há apenas a indicação do Apelado de qual seria o valor, sem contudo estar consubstanciado em um elemento concreto.

Muito embora o contrato assinado entre as partes contenha o percentual, não há como aquilatar sobre qual montante se chegou ao valor indicado.

Desta forma, embora reconheça o direito do Apelado e não sendo possível a aferição do ***quantum***, tenho que no caso concreto, a liquidação da sentença por arbitramento é que melhor se amolda ao caso concreto.

Quanto ao dano moral, a decisão foi a seguinte:

É pacifico que o ressarcimento do dano moral independe de reflexos patrimoniais ou publicações que denigram a imagem, bastando para tanto que ocorra ofensa a honra para começar a existir direitos à indenização.

Assim, não há falar em prova na análise da ocorrência ou não do dano moral, mas, apenas, do fato que lhe deu causa"

Nesse sentido, caminha o entendimento da doutrina, conforme assevera Carlos Alberto Gonçalves, quando diz que o dano moral "dispensa prova em concreto, pois se passa no interior da personalidade e existe in re ipsa." (Responsabilidade Civil. Carlos Alberto Gonçalves. ed. Saraiva. São Paulo. 2005. p. 570).

Desta forma, tenho que compete ao julgador verificar, com base nos elementos existentes nos autos, se o fato narrado é apto, ou não, a causar o dano moral, dissociando-o do mero aborrecimento.

Assim, da análise do caso concreto, não vislumbro como o encerramento do contrato, ainda que unilateralmente, tenha causado algum dano à honra do Apelado, até mesmo, porque, consta do instrumento contratual em sua cláusula quinta que havendo a rescisão, o contratado/apelado tem seus direitos assegurados quanto aqueles processos que já tiver promovido.

Assim, tenho que não há dano moral quando os fatos narrados estão no contexto de meros dissabores, como no caso em comento, sem abalo à honra, ainda mais, quando os aborrecimentos ficam limitados à indignação da pessoa, sem qualquer repercussão no mundo exterior.

Assim, sem maiores delongas, não se vislumbra a ocorrência do vício evocado, porquanto a ***quaestio*** ora tida como contraditória, data vênia, não deixa qualquer margem de dúvidas quanto a existência de pontos inconciliáveis ou que apresente dificuldade em seu cumprimento.

Desta forma, tenho que o simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos declaratórios, recurso de rígidos contornos processuais que serve ao aprimoramento da decisão. No caso em exame, repita-se, a decisão embargada foi bastante clara e objetiva nas razões que conduziram às conclusões ali enunciadas, não havendo assim, que se cogitar, qualquer irregularidade descrita na peça recursal.

Por fim, não se vislumbram as alegadas ofensas aos dispositivos legais prequestionados, pois a decisão fora proferida de forma motivada, em consonância com o ordenamento jurídico pátrio e arrimada em remansosa jurisprudência.

Registre-se, por oportuno, a impropriedade da aplicação da multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do Código Cível pátrio, no caso em apreço, haja vista o caráter prequestionatório dos presentes embargos. A propósito, assim pacificou o STJ, quando da edição da SÚMULA nº 98, ***verbis***: ***"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MANIFESTADOS COM NOTÓRIO PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO NÃO TEM CARÁTER PROTELATÓRIO".***

Isto posto, não vislumbrando na presente irresignação recursal quaisquer das hipóteses previstas no artigo 535, do CPC, conheço do presente recurso, mas, **LHE NEGO PROVIMENTO,** mantendo, incólume o decisório embargado**.**

I-se. Publique-se na íntegra.
Diligencie-se.

Des. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
Relator

14- Embargos de Declaração Nº 24010192714
VITÓRIA - 10ª VARA CÍVEL
EMGTE CREDICARD S/A ADMNIST DE CARTOES DE CREDITO
Advogado(a) JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO
Advogado(a) SANDRO RONALDO RIZZATO
EMGDO JOSE CARLOS BEZERRA
Advogado(a) KARLA CECILIA L. PINTO
Advogado(a) LEONARDO DE AZEVEDO SALES
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 24030162945
EMBARGANTE: CREDICARD S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO
EMBARGADO: JOSE CARLOS BEZERRA
RELATOR: DESEMBARGADOR MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

DECISÃO MONOCRÁTICA
Trata-se de embargos de declaração opostos com fulcro na alegação de que existiria omissão no corpo da decisão monocrática proferida por este Relator às folhas 212/219 dos autos, momento em que foi dado parcial provimento ao recurso de apelação a seu tempo manejado.

Alega o recorrente verificar a existência de omissão no corpo do *decisum* por entender inócuo o comando condenatório relativo à repetição do indébito pleiteada, haja vista ter sido afastada, no que tange às administradoras de cartão de crédito, a limitação de juros no percentual de 12% (doze por cento), instituída pela Lei da Usura (decreto 22.626/1933).

A parte embargada, a seu turno, sustentou não haver qualquer erro a ser sanado, em razão do que pleiteou a manutenção da decisão.

A despeito dos argumentos trazidos à baila por meio dos aclaratórios, razão não assiste ao recorrente, pois incompatibilidade não há entre os capítulos da decisão atacada destacados, quais sejam, a questão da repetição do indébito e o ponto relativo à limitação dos juros, não havendo, por conseguinte, omissão a ser sanada.

Salientei, por ocasião da prolatação da decisão monocrática, que a sentença objurgada pelo apelo julgou parcialmente procedentes os pedidos autorais, declarando nula a décima cláusula contratual, limitando os encargos ao teto de 12% (doze por cento) ao ano; determinando a não inclusão pela requerida, ora recorrente, do nome do autor nos sistemas SPC e SERASA, sob pena de multa diária; condenando a empresa administradora de cartões de crédito ao pagamento de indenização pelos danos morais causados, do dobro do montante indevidamente cobrado e das custas e honorários, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor total da condenação.

Asseverei, no julgamento antecedente, assistir razão apenas em parte ao recorrente, a começar pelo reconhecimento da legalidade da cláusula debatida, dada a ausência de disposição de lei que impeça que receba a administradora mandato para obter no mercado financiamento das aquisições feitas com pagamento diferido ou para suportar eventual inadimplência do devedor, conclusão corroborada por atenta leitura ao disposto no artigo 51, do Código de Defesa do Consumidor, que trata das cláusulas abusivas e não elenca hipótese que guarde qualquer similaridade com a presente.

Reforça a tese em comento a análise do posicionamento externado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, que pela não abusividade da cláusula mandato manifestou-se em repetidos julgados, dentre os quais citei o que segue.

"A cláusula contratual que interessa para o nosso caso tem a seguinte redação:

'Cláusula décima. Opção de financiamento:
10.1 - Pelo presente instrumento o TITULAR outorga à CREDICARD mandato especial para representá-lo junto a toda e qualquer INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, incluídos nesse mandato os poderes para obter, em nome e por conta do outorgante, financiamento por valor de excedente ao do saldo devedor apurado à conta do TITULAR, podendo a CREDICARD, para tanto, negociar e ajustar prazos, acertar condições e o CUSTO DO FINANCIAMENTO e demais encargos da dívida cobrados pelas INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, abrir contas correntes em BANCOS e assinar contratos de aberturas de crédito ou instrumentos de qualquer natureza, necessários para o financiamento, que será utilizado única e exclusivamente para os fins e na forma prevista neste Contrato.
10.2 - O CUSTO DO FINANCIAMENTO é negociado através dos melhores esforços pela CREDICARD, segundo regras do mercado financeiro e seu percentual, correspondendo à média das taxas obtidas junto às INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, será repassado ao TITULAR, acrescido das remunerações previstas no item 10.4.
10.3 - O presente mandato tem prazo de duração igual ao prazo de vigência deste Contrato, sendo nesse prazo irrevogável e irretratável. A CREDICARD estará automaticamente autorizada a utilizar os poderes de mandato se e quando o TITULAR exercer a opção de financiamento, ao efetuar o pagamento de pelo menos o valor mínimo indicado na FATURA MENSAL. Se o TITULAR pagar valor inferior ao mínimo, a CREDICARD considerará esse ato como opção de financiamento e decidirá, a seu exclusivo critério, dentro das normas regulamentares aplicáveis, usar ou não o mandato para obtenção do financiamento do saldo remanescente. Nesta hipótese, o TITULAR sujeita-se às penalidades contratuais previstas nas cláusulas Décima Primeira e Décima Segunda. Se o TITULAR nada pagar, a CREDICARD observará a orientação traçada pelas autoridades monetárias.
10.4 - A CREDICARD intervirá nos contratos de financiamento referidos no item 10.1 como fiadora, avalista e principal pagadora das obrigações do TITULAR e cobrará, de acordo com os parâmetros vigentes no mercado, remuneração pela garantia prestada e pelos serviços de administração do financiamento.
10.5 - A CREDICARD informará, mensalmente e sempre que necessário, através da FATURA MENSAL,o percentual máximo dos ENCARGOS CONTRATUAIS a ser cobrado do TITULAR, os quais se compõem de parte fixa e determinada pela CREDICARD (remuneração pela garantia prestada e pelos serviços de administração do financiamento) e parte variável representada pelo CUSTO DO FINANCIAMENTO'.

A administradora, para o caso de pagamento parcelado do valor da compra, pode ser autorizada pelo usuário a celebrar contratos de financiamento com as instituições bancárias. Não vejo nessa cláusula nenhuma abusividade, porquanto é uma alternativa útil ao interesse das duas partes. Tal uso poderá ser abusivo se a administradora repassar mais do que paga, ou se contratar com os bancos taxas mais elevadas do que as praticadas no mercado; mantendo-se nesse limite, pode usar do mandato para contratar o financiamento. Esses juros não são cobrados pela administradora a seu benefício, senão repassados ao usuário. Logo, o repasse é legítimo, desde que se mantenha no limite do contratado com os bancos" (Recurso

Especial 296678/RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Rel. p/ Acórdão Ministro FERNANDO GONÇALVES, publicado no DJe de 01/12/2008).

Posicionamento de igual teor pode ser verificado no julgamento dos Recursos Especiais de número 466769/RJ, 450.453/RS, 387581/RS e no do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 748.561/RS.

A tal ponto, segui refletindo acerca dos demais pedidos, que consistiram (I) na limitação dos juros cobrados ao patamar de 6% (seis por cento) ao ano; (II) na devolução, em dobro, dos valores cobrados indevidamente pela utilização da cláusula mandato; (III) na imposição à empresa administradora de cartão de crédito da obrigação de não promover a negativação do nome do consumidor perante os serviços de proteção ao crédito, sob pena de multa diária; e (IV) na condenação da Credicard S/A ao pagamento de indenização a título de danos morais.

A aplicação às administradoras de cartão de crédito do disposto na Lei de Usura (decreto 22.626/1933) resta afastada ao reconhecermos serem instituições financeiras tais empresas, conclusão que deflui da análise do texto do artigo 17, da lei 4595/64, que oferece conceito legal bastante abrangente, diploma ao qual devem observância, o que já foi objeto de súmula editada tanto pelo Supremo Tribunal Federal (nº 596), quanto pelo Superior Tribunal de Justiça (nº 283), e restou reconhecido na sentença e na decisão singular combatida, não cabendo, portanto, impor cifras limitadoras dos juros.

De outra feita, por óbvio, e em conformidade com a sistemática consumerista, plenamente aplicável à espécie, tem o usuário do cartão de crédito direito a ser informado acerca das negociações feitas com esteio no mandato conferido através da cláusula décima, uma vez que seu custo lhe será repassado, o que, segundo se extrai da documentação coligida aos autos, não restou plenamente atendido, pois informações completas, claras e suficientemente esclarecedoras não foram fornecidas ao consumidor, razão pela qual não pôde ele de tais dados utilizar-se para melhor provar o direito pleiteado.

Nessa esteira, a teor do previsto no artigo 333, do Código de Processo Civil, empregado em consonância com o disposto no inciso VIII, do artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor, que possibilita a inversão do *onus probandi* para facilitar ao consumidor a defesa dos seus direitos, incumbiria à administradora de cartões de crédito, detentora exclusiva de tais informações - que, repito, nunca foram prestadas de forma satisfatória ao consumidor por meio das faturas enviadas mensalmente -, apresentar, ao tempo em que contestou a demanda, documentos que atestassem o bom cumprimento da referida cláusula décima e a correção dos índices de juros cobrados em face do consumidor, ora recorrido, em razão de terem sido contraídos financiamentos em seu nome junto a instituições financeiras, esclarecimentos que, por não terem sido prestados, pesam em desfavor do recorrente e fazem crer ser devida a restituição da forma pleiteada pelo autor-recorrido, qual seja, em dobro, autorizada pelo parágrafo único, do artigo 42, do diploma consumerista, o que há de ser calculado somente sobre os valores que extrapolarem o percentual de juros de 12% (doze por cento), patamar individuado em primeiro grau com lastro no princípio da razoabilidade, e reiterado na presente instância julgadora.

Vê-se, como dito alhures, não haver incompatibilidade ou omissão a serem retificadas, o que traz a lume a já consolidada premissa de que o mero inconformismo da parte com o julgado não possui o condão de, por si só, viabilizar o manejo dos embargos de declaração.

Análise detida das razões recursais revela, em verdade, afigurar-se o recurso como meramente protelatório, não restando presentes quaisquer das suas hipóteses de cabimento. Há de se registrar que o provimento dos embargos de declaração só está autorizado, segundo a previsão vertida no artigo 535, do Código de Processo Civil, se a decisão vergastada contiver obscuridade, contradição ou for omissa quanto a ponto sobre o qual devia ter o magistrado se pronunciado, o que não se vê na espécie.

Não sendo possível reconhecer-se a realização de prequestionamento no corpo destes embargos de declaração, inexiste óbice para que se coiba o intento procrastinatório vislumbrado, nos termos do parágrafo único, do artigo 538, do Código de Processo Civil, já que não se pareceu visar, através deste instrumento, a sanar os vícios elencados no já referido artigo 535, do mesmo diploma processual, nem houve a defesa de respeitável tese, em função do que condeno o embargante ao pagamento de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa.

Posto isso, conheço do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, pois inexistente qualquer omissão a ser sanada, condenando, ainda, o embargante ao pagamento de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, pelo intento procrastinatório vislumbrado.

Intimem-se. Publique-se na íntegra.
Vitória, 16 de setembro de 2009.

DESEMBARGADOR MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
RELATOR

15- Apelação Civel Nº 48060153227
SERRA - 4ª VARA CÍVEL
APTE IRMENI RIOS
Advogado(a) ANA MARIA CALENZANI
Advogado(a) OSNI DE FARIAS JUNIOR
APDO CARLOS ALBERTO FONSECA ANDREAO
Advogado(a) LEANDRO DA COSTA BARRETO
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
APELAÇÃO CÍVEL Nº 48060153227
APTE : IRMENI RIOS
APDO : CARLOS ALBERTO FONSECA ANDREÃO
RELATOR : EXMO. DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação cível interposta pelo autor Irmeni Rios, eis que irresignado com a sentença proferida às fls. 316/321, dos autos da ação de imissão de posse, em que o Douto Magistrado julgou improcedente o pleito exordial.

Em suas razões de inconformismo às fls. 322/326, sustenta a falta de requisitos necessários para usucapir, tese aventada na peça de repúdio e acolhida em sede de sentença.

Resposta às fls. 330/351, onde o recorrido busca rechaçar as alegações lançadas no recurso apelatório, enaltecendo a sentença lançada nos autos.

Eis o relatório. Passo a decidir.

***"Ab initio",* conheço** da apelação voluntária a seu tempo oposta, haja vista que presentes os seus requisitos de admissibilidade.

Volvendo os olhos para o caderno processual, vislumbro que o Magistrado de piso formou o seguinte convencimento:

"Ressalta-se que em 1993, com a anuência dos irmãos, Sr. Carlos Alberto Fonseca Andreão (o requerido da demanda), fixou domicílio na área, residindo no local até a presente data, bem como no lote nº 12, que encontra registrado em nome de Irmeni Rios.
Mesmo que o Espólio de José Rabello, tenha obtido o cancelamento dos registros da quadra 71, que pertencia ao Autor, desde 1969, dentre outros, tal procedimento não altera a situação jurídica do Requerente, que é o fiel possuidor da quadra desde 1969. (...)
Não há dúvida de que o Requerido possa utilizar da exceptio domini decorrente da usucapião para afastar a pretensão autoral.
Nota-se que os depoimentos testemunhais, bem como as provas juntadas aos autos, comprovam as alegações do Requerido, ou seja, sua posse por mais de 20 anos da quadra 71.
Dessa forma, o reconhecimento de que o Réu preencheu todos os requisitos para aquisição da propriedade pela usucapião, implica na improcedência do pedido do Autor."

De fato, na peça inaugural o apelante sustenta que é legítimo proprietário do lote descrito na própria exordial.

Com efeito, o proprietário tem direito a ser imitido na posse, do contrário ficará privado de exercer de fato os poderes inerentes à propriedade.

No entretanto, após acuidoso estudo, concluo que escorreita está a sentença objurgada, que não abarcou o pleito inaugural.

Isto porque, compulsando o bojo processual, bem como todo conjunto probatório apurado e sabendo que o apelado sustentou em matéria de defesa a aquisição da área em comento pelo usucapião, chego a ilação de que a prova colhida não está a albergar o direito pleiteado.

A propósito, confira-se alguns trechos selecionados dos depoimentos das testemunhas. Veja-se:

O depoente de Antônio Tome da Silva: *"(...)que conhece o terreno em questão; que é vizinho há 25 anos; que mora na quadra 81, ao lado do terreno, que o referido terreno é da família do Carlos Alberto; que o terreno é da família do Carlos Alberto há mais de 25 anos; (...)*

A testemunha Sebastião José Dias: *"(...) que conhece o terreno em questão; que reside no local há 25 anos; que o referido terreno é da família do Carlos Alberto; que quando foi morar no local o lote já era da família de Carlos Alberto; (...)*

Pedro Gonçalves da Conceição depôs afirmando: *"(...)que reside nas imediações desde 1976; que desde essa época sabe que essa quadra sempre foi da mesma família; (...)"*

Se tudo não bastasse, existe no Juízo de 1º Grau, ações de usucapião e de manutenção de posse ajuizadas pelo ora apelado, a fim de resguardar o direito que alega ter, inclusive com deferimento de liminar nesta última ***actio*** em seu favor.

Ademais, insta ressaltar que os documentos anexados às fls. 68/71, 132, 161/166 e 311, deixam assente que a família do apelado desde 1969 vem exercendo a posse do imóvel, razão pela qual justifica-se a natureza do usucapião.

Partindo da premissa intitulada por Ihering, chega-se à conclusão de que é possuidor aquele que procede com a aparência de dono, o que, segundo ele, permite definir a posse como a visibilidade do domínio.

Dessarte, o novo Código Civil manteve a Teoria Objetivista de Ihering, como se verifica pelo exame do atual artigo 1196 do referido diploma, nos seguintes termos:

"Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno, ou não, de algum dos poderes inerentes ao domínio, ou propriedade".

Segundo a Lei Civil, portanto, não é preciso que se tenha poder físico sobre a coisa nem a intenção de dono. Basta que se verifique uma relação de fato entre a pessoa e a coisa, com intuito de utilização econômica desta última.

Nessa toada, da prova coligida aos autos se subsumem os requisitos em apreço aventados na peça de repúdio e por via contrária, não consolida a pretensão inaugural.

Sem maiores delongas, estando demonstrado o estado de usucapião do imóvel, outra alternativa não resta, senão a manutenção ***in totum*** da sentença de piso.

Enfim, e diante do arrazoado externado, tenho que razões não estão a assistir a tese jurídica defendida pelo autor, ora apelante, exsurgindo, de conseqüência, o inacolhimento de seu pleito de reparação da sentença objurgada.

Ante o exposto, com fulcro no artigo 557, *caput*, da Lei Adjetiva Civil, **conheço** do recurso apelatório a seu tempo interposto, e **lhe nego provimento**, mantendo incólume a sentença como lançada nos autos.

I-se. Publique-se na íntegra.

Diligencie-se.

Vitória/ES, 18 de setembro de 2009.

Des. Maurílio Almeida de Abreu
Relator

16- Agravo de Instrumento Nº 44099000117
SANTA TERESA - CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
AGVTE MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
AGVDO VALTER LUIZ PERINI
Advogado(a) ANGELINA BALARINE
Advogado(a) DIONISIO BALARINE NETO
AGVDO VERA LUCIA BROZON PERINI
Advogado(a) ANGELINA BALARINE
Advogado(a) DIONISIO BALARINE NETO
AGVDO ONELIO DIONISIO PERINI
Advogado(a) ANGELINA BALARINE
Advogado(a) DIONISIO BALARINE NETO
AGVDO ERVELINDA MARIA REISEN PERINI
Advogado(a) ANGELINA BALARINE
Advogado(a) DIONISIO BALARINE NETO
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 44099000117
AGVTE : MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
AGVDO : VALTER LUIZ PERINI e outros
RELATOR: DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

DECISÃO

Trata-se de **recurso de agravo, na modalidade instrumental**, interposto pelo Ministério Público Estadual, em face de decisório localizado às fls. 403/413, que indeferiu, em parte, o pleito ministerial de fls. 396/402.

Em síntese, o Agravante narra que *"ficou claro que o Ministério Público procurou coibir as atitudes do executado Valter Luiz Perini por estar inovando artificiosamente no curso do processo com a venda de lotes que deveria recompor em sua integralidade; pela averbação na matrícula imobiliária de inalienabilidade do objeto em questão; pela determinação ao Município de Santa Teresa para recomposição da área a fim de se garantir o resultado prático equivalente e por fim que as autoridades municipais, através do Prefeito Municipal, e sobretudo, exigir o cumprimento do próprio comando sentencial de fls. 243 e ss. Infelizmente, referidos requerimentos não foram integralmente contemplados na R. Decisão, motivo da interposição do presente recurso"*

Por sua vez, o Magistrado de piso ao proferir a decisão ora vergastada, determinou que: 1) seja oficiado ao município de Santa Teresa-ES para: 1.1) Providencie a imediata retirada do *out-door* que se encontra fixado na área objeto da lide, bem como de outro detrito que lá se encontre e que não seja componente do meio ambiente; 1.2) Se abstenha de libertar a área objeto da presente demanda para desmembramento/loteamento, caso haja pedido neste sentido, bem como se abstenha de conceder licença para construção no local por parte de particulares, devendo, a outro giro, cumprir com seu dever fiscalizatório e diligenciar no sentido de coibir qualquer intervenção na área que não tenha autorização deste Juízo; 2) Seja o titular da serventia extrajudicial de registro de imóvel da sede deste município oficiado para que averbe, à margem da matrícula do imóvel objeto da demanda, a existência do presente processo, bem como a existência de condenação judicial no sentido de que a área deve ser restaurada ambientalmente; 3) Seja o executado Valter Luiz Perini intimado para que, no prazo de 10 (dez) dias informe se a intervenção na área obedeceu os parâmetros do PRAD, com a juntada dos devidos comprovantes, ou, se em execução, cumpra a sentença no mesmo prazo. Determinou ainda, caso seja ultrapassado o prazo constante no item 3, seja o IEMA oficiado para no prazo de 45 dias providencie visita na área e elabore Plano de Intervenção para a adequada recuperação e que seja intimada a Secretaria do Meio Ambiente municipal para acompanhar os trabalhos e fornecer parecer técnico sobre a necessidade de intervenção.

Irresignado, o Douto Promotor de Justiça interpôs o presente recurso, a fim de ver todos os seus pedidos acolhidos, ao que se vê, em especial, o pedido de inalienabilidade do imóvel e a necessidade do município ser compelido a recompor a área em comento, eis que solidariamente responsável, com intuito de dar eficácia a sentença em busca de um resultado prático equivalente.

É como relato. Passo à decisão.

Ab initio, insta ressaltar que é incontroverso a responsabilidade solidariedade do Município de Santa Teresa em se tratando da área em comento, como se vê do arresto do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LOTEAMENTO IRREGULAR. ÁREA DE MANANCIAIS. RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO E DO ESTADO. PODER-DEVER. ARTS. 13 E 40 DA LEI N. 6.766/79.
1. As determinações contidas no art. 40 da Lei n. 6.766/99 consistem num dever-poder do Município, pois, consoante dispõe o art. 30, VIII, da Constituição da República, compete-lhe "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano".
2. Da interpretação sistemática dos arts. 13 da Lei nº 6.766/79 e 225 da CF, extrai-se necessidade de o Estado interferir, repressiva ou preventivamente, quando o loteamento for edificado em áreas tidas como de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais.
3. Recurso especial provido.
(REsp 333.056/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2005, DJ 06/02/2006 p. 233)

No entretanto, ***in casu***, o ente municipal em momento algum figurou no pólo passivo da demanda de conhecimento, e desta feita, mostra-se desarrazoado a implicação do Município para que promova o adensamento florestal como pretende o membro do ***parquet*** estadual, na fase de cumprimento de sentença.

Ademais, a jurisprudência capitaneada pela Corte Infraconstitucional caminha no sentido de ser solidária a responsabilidade do ente público, podendo figurar ou não no pólo da ação, ou seja, é facultativo o seu ingresso na demanda, o que torna clarividente a desnecessidade de atuação ativa do administrativo municipal no que tange ao adensamento florestal. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO FACULTATIVO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. COMPROVAÇÃO DOS DANOS. SÚMULA 7/STJ. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.
1. Cuida-se, na origem, de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina com o fito de paralisar construção de loteamento residencial em área de proteção ambiental, especificamente a Bacia do Rio Ditinho, e obter reparação pelos danos ambientais causados pelas obras já realizadas.
2. O pedido foi julgado procedente pelo Juízo de 1º grau, tendo a sentença sido confirmada pelo Tribunal de Justiça. Após, em Embargos de Declaração, a recorrente argüiu nulidade processual por ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário com a Fundação de Amparo à

Tecnologia e ao Meio Ambiente – Fatma, órgão estadual que concedeu a licença de instalação do empreendimento, mas não obteve êxito.

3. A tese recursal não prospera, tendo em vista que a responsabilidade por danos ambientais é solidária entre o poluidor direto e o indireto, o que permite que a ação seja ajuizada contra qualquer um deles, sendo facultativo o litisconsórcio. Precedentes do STJ.

4. No caso, figuram no pólo passivo da lide o ente municipal e os particulares responsáveis pelo empreendimento. Embora a fundação estatal que concedeu indevida licença de instalação também pudesse ter sido acionada, a sua ausência não conduz à nulidade processual.

5. A alteração do entendimento do Tribunal de origem, de que o empreendimento é danoso ao meio ambiente, demandaria reexame dos elementos fático-probatórios dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

6. Inviável a apreciação, em Recurso Especial, de matéria cuja análise dependa de interpretação de direito local. Súmula 280/STF.

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e não provido.

(REsp 1079713/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 31/08/2009)

Outrossim, tem-se ainda, que na fase de cumprimento de sentença, me causa estranheza compelir o Município a promover o adensamento florestal, tendo em vista que o comando sentencial é assente acerca da responsabilidade do agravado, existindo meios legais de se exigir o seu cumprimento.

Por óbvio, isentando o ente público desta obrigação, em consequência lógica, não há que se falar em bloqueio das contas do executado, a fim de cobrir os custos por ventura existentes com as medidas adotadas pelo Município, em relação ao adensamento florestal.

Por sua vez, quanto ao pleito de inalienabilidade do bem, ao meu sentir, escorreita solução deu ao litígio o Magistrado de piso, ***in verbis***:

"Outro ponto que merece reflexão diz respeito ao pleito ministerial de averbação à margem da matrícula do imóvel de sua inalienabilidade. Não vejo como acolher tal pedido. A obrigação que pesa sobre os proprietários do imóvel não deve incidir sobre o seu poder de alienação. Se assim o fosse, poder-se-ia constatar a ocorrência de verdadeira desapropriação indireta. O jus disponendi (direito de dispor), componente do domínio, permanece, ainda que o jus fruendi (direito de fruir) e o jus utendi (direito de utilizar) estejam mitigados."

De fato, não estou a antever motivos para acolher a tese jurídica pretendida.

Isto porque, determinar a inalienabilidade do terreno em comento, configuraria sim, desapropriação indireta, eis que em momento algum na demanda de conhecimento tal pleito foi mensurado e analisado.

De outra banda, a solução jurídica adotado pelo Magistrado singular de averbar à vista da matrícula do bem a fim de constar a existência da ***actio*** e a necessidade de sua recomposição à característica originária, atende os fins da ordem emanada na sentença, dando-lhe a eficácia necessária para seu cumprimento.

Digo isso pois, como bem ressaltou o Magistrado singular, tal medida resguardará futura alegança de boa-fé por parte de terceiro adquirente, já que este não poderá inovar no estado do bem, seja paisagístico ou ambiental, ante o trânsito em julgado da sentença.

Por certo, que a determinação explanada pelo Juiz de piso assegura o resultado prático equivalente ao do adimplemento, e desta feita, o pleito de inalienabilidade proposto pelo Ministério Público cai por terra, não merecendo guarida.

Por oportuno, trago a exegese capitaneada pelo Colendo "Tribunal da Cidadania", acerca da flexibilidade das medidas adotadas pelo Magistrado, diante do caso em concreto. Veja-se:

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FORNECIMENTO DE REMÉDIOS. APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. POSSIBILIDADE. ART. 461, CAPUT E § 5º, DO CPC.

1. As medidas previstas no § 5º do art. 461 do CPC foram antecedidas da expressão "tais como", o que denota o caráter não-exauriente da enumeração. Assim, o legislador deixou ao prudente arbítrio do magistrado a escolha das medidas que melhor se harmonizem com as peculiaridades de cada caso concreto.

2. É cabível, inclusive contra a Fazenda Pública, a aplicação de multa diária (astreintes) como meio coercitivo para impor o cumprimento de medida antecipatória ou de sentença definitiva de obrigação de fazer ou entregar coisa, nos termos dos artigos 461 e 461-A do CPC.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1046283/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/06/2008, DJe 06/08/2008)

Tem-se ainda, que o julgador de 1º Grau deferiu o pleito de impossibilidade de desmembramento para loteamento, considerando que a área em questão não deve ser utilizada para fins econômicos e de edificação urbana, o que reforça ainda mais o entendimento ora esposado acerca da desnecessidade de inalienabilidade do imóvel, uma vez que foram adotadas outras medidas capazes de efetivar o cumprimento da sentença.

Por fim, e mais ainda, em vista do evidente confronto da tese aventada no presente recurso e a reiterada e remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entendo que há campo para aplicação do disposto no artigo 557, *caput*, do CPC, que permite ao relator que se negue provimento ao recurso através de decisão monocrática.

Sendo assim, conheço do presente agravo de instrumento, no entretanto, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão objurgada em todos os seus fundamentos e determinações.

Intime-se. Diligencie-se.

Publique-se na íntegra.

Vitória/ES, 16 de setembro de 2009.

DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
Relator

17- Agravo de Instrumento Nº 24099162901
VITÓRIA - 9ª VARA CÍVEL
AGVTE JOAO GABRIEL XAVIER LYRA
Advogado(a) SANDRO VIEIRA DE MORAES
AGVDO FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO FAESA
Advogado(a) JEANINE NUNES ROMANO
Advogado(a) PATRICIA NUNES ROMANO TRISTAO PEPINO
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 24099162901
AGVTE : JOÃO GABRIEL XAVIER LYRA
AGVDA : FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO - FAESA
RELATOR : DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de Agravo de Instrumento, interposto por João Gabriel Xavier Lyra, objetivando a reforma da decisão do Magistrado de piso, que indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita.

O recorrente em suas razões recursais afirma que não possui condições de arcar com as despesas processuais, declarando que faz jus ao benefício da assistência judiciária gratuita, nos moldes da Lei n.º 1.060/50.

Por fim, pugna pelo provimento do recurso, para que lhe seja concedido o benefício vindicado.

Eis o relatório, passo a decidir.

"Ab initio", insta ressaltar que o ora agravante manejou Mandado de Segurança por ato da agravada, no entretanto, no curso do *mandamus* deixou de existir o interesse na solução da lide, pois o bem da vida outrora pleiteado já não era mais pretendido pelo impetrante, razão pela qual o Magistrado de piso, julgou extinto o feito, na forma do artigo 267, VI do CPC, condenando o ora recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no importe de R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

De fato, a aludida sentença transitou em julgado, sem qualquer manifestação das partes.

Desta feita, iniciado o cumprimento do julgado no tocante a condenação em honorários advocatícios, o recorrente pleiteou assistência judiciária gratuita, tendo este pedido sido indeferido pelo Magistrado singular.

Ademais, vislumbra-se dos autos que durante a fase de conhecimento, o agravante sequer pleiteou a benesse ora discutida, tendo, inclusive, arcado com o pagamento das custas iniciais, o que nos leva a crer que somente na fase executiva requereu o aludido benefício.

Ao que parece, o intento do recorrente é se ver livre do pagamento dos honorários advocatícios fixados em sentença transitada em julgado.

Desta forma, não se pode admitir a concessão da benesse pretendida de forma retroativa, a fim de abarcar a condenação imposta, como se vê da dicção do artigo 9º, da Lei nº 1.060/50, *in verbis*:

Art. 9º - Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até a decisão final do litígio, em todas as instâncias.
Ora, se ao tempo do *mandamus* o agravante não possuía condição para arcar com as despesas processuais, porque então naquela oportunidade não formalizou o pedido? E mais, ao tomar conhecimento da sentença, porque então não manejou o recurso de apelação para combater a condenação deflagrada?

Por certo, diante da sua inoperância no momento oportuno, o pleito de assistência judiciária não pode subsistir frente a coisa julgada e do título executivo formado, que se deu com o trânsito em julgado da sentença, exsurgindo o indeferimento do pedido formulado perante o Juízo de 1º Grau.

Nesse sentido, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou inúmeras vezes:

"PROCESSO CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. O benefício da justiça gratuita pode ser deferido em qualquer fase do processo, mas, se requerido no curso da execução, não alcança os honorários de advogado fixados por sentença transitada em julgado no processo de conhecimento. Recurso especial conhecido e provido, em parte."
(RESP 164.211/RJ, DJ 05.11.2001, rel. Min. Ari Pargendler)

"Processual civil. Assistência judiciária. Processo de execução.
I- O benefício da assistência judiciária pode ser concedido no processo de execução, mas os seus efeitos não podem retroagir para alcançar a condenação nas custas e honorários em processo de conhecimento já transitado em julgado. Precedentes.
II - Recurso especial conhecido e parcialmente provido."
(RESP 202.355/SP, DJ 01.10.2001, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro)

"PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA CONCEDIDA EM FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE DE RETROAGIR PARA ALCANÇAR A CONDENAÇÃO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO.
1. O deferimento do pedido de assistência judiciária gratuita formulado pelo autor deve compreender apenas os atos a partir do momento irrecorrível de sua obtenção, até a decisão final da causa, e nunca os anteriores. Interpretação restritiva da Lei n° 1.060/50, arts. 6° e 9°.
2. É admissível conceder o benefício em fase de execução de sentença, mas não para fazer retroagir os seus efeitos e alcançar também a condenação nas custas e honorários, no processo de conhecimento já transitado em julgado.
3. Recurso conhecido e provido."
(RESP 271204/RS, DJ 04 .12.2000, Rel. Min. Edson Vidigal)

Enfim, o recorrente não requereu a assistência judiciária na fase de conhecimento, já transitada em julgado, mas apenas quando acionado pela agravada para quitar os honorários advocatícios fixados em sentença, pretendendo, com isso, livrar-se do pagamento de aludido valor, e via de consequência arquivar a execução em curso, o que não se pode admitir.

Entretanto, admissível o benefício pleiteado na fase de execução, no sentido de que o pedido do recorrente seja restrito apenas ao processo de execução.

Por fim, e mais ainda, em vista do evidente confronto da tese aventada no presente recurso e a reiterada e remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entendo que há campo para aplicação do disposto no artigo 557, *caput*, do CPC, que permite ao relator que se negue provimento ao recurso através de decisão monocrática.

Sendo assim, conheço do presente agravo de instrumento, no entretanto, NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume a decisão objurgada.
Intime-se. Diligencie-se.
Publique-se na íntegra.
Vitória/ES, 16 de setembro de 2009.

DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
Relator

18- Agravo de Instrumento Nº 24099165888
VITÓRIA - 11ª VARA CÍVEL
AGVTE SILVIO FARIA
Advogado(a) REQUERIDO EM CAUSA PROPRIA
AGVDO HSBC BANK BRASIL S/A
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 24099165888
AGVTE: SILVIO FARIA
AGVDO: HSBC BANK BRASIL S/A
RELATOR: DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
D E C I S Ã O M O N O C R Á T I C A

Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo, interposto por Silvio Faria, pois inconformado com a decisão de primeiro grau que julgou deserta a apelação interposta em face de Hsbc Bank Brasil S/a.
O agravante sustenta que não poderia haver o julgamento de deserção do apelo, porque o recurso versava justamente sobre a assistência judiciária gratuita e que não poderia ser indeferida, dado o preenchimento dos requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

É o sucinto Relatório, passo a decidir na forma do artigo 557 *caput* do Código de Processo Civil, porquanto se verá, trata-se de recurso manifestamente improcedente.

Primeiramente, defiro o pedido de assistência judiciária gratuita para os fins de interposição do presente recurso.

Ao compulsar os autos, verifica-se que o agravante, ao ajuizar ação de rescisão contratual, realizou pedido de assistência judiciária gratuita que restou indeferido pelo magistrado de primeiro grau, pois levou em consideração o alto valor das parcelas do contrato de financiamento e determinou a remessa dos autos à contadoria para o cálculo das custas prévias.
O agravante, ao invés de impugnar o *decisum* por meio de agravo de instrumento, realizou pedido de reconsideração, oportunidade em que houve prolação de sentença de indeferimento da Inicial, em virtude do não pagamento das custas prévias.
Diante do inconformismo com a sentença, o agravante interpôs apelação, porém, o juízo *a quo* julgou-a deserta, por falta de preparo. Esta é a decisão impugnada pelo presente recurso.
Pois bem. Segundo o entendimento pretoriano, até o julgamento definitivo da assistência, o potencial beneficiário não precisa recolher as custas recursais, se o objeto de recurso versa sobre a assistência judiciária gratuita. (TJMG, Número do processo 1.0027.06.095077-4/001(1), Data da Publicação: 10/10/2008 e TJSP, Agravo de Instrumento 5875804200, Relator(a): Luiz Sabbato, Data de registro: 18/03/2009).

Tal interpretação, contudo, não há de ser aplicada ao presente caso devido à preclusão que se operou sobre a matéria da assistência judiciária gratuita, porque não houve interposição de recurso no momento oportuno, incidindo, portanto, coisa julgada formal sobre o capítulo da decisão que indeferiu o pedido de assistência.
O pedido de reconsideração da decisão ora realizado não possui o condão de suspender o prazo recursal, porque sequer há previsão legal para a sua ocorrência.
Operando, destarte, a coisa julgada sobre o indeferimento da assistência judiciária gratuita, deveria haver o recolhimento das custas, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 257 do CPC. Da mesma maneira, não havendo o amparo dos benefícios da Lei nº 1.060/50, o agravante deveria recolher as custas do apelo, e por isso, o magistrado de piso julgou corretamente pela deserção do recurso.

Pelo exposto, conheço do recurso, mas lhe **nego provimento** para manter a decisão proferida pelo juízo *a quo,* que no exercício do juízo primário de admissibilidade da apelação, atentou para a ausência de um requisito recursal extrínseco, qual seja, o preparo.
I-se. Diligencie-se.
Publique-se na íntegra.
Vitória, 15 de setembro de 2009.

DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU
RELATOR

19- Agravo de Instrumento Nº 24099166118
VITÓRIA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
AGVTE MUNICIPIO DE VITORIA
Advogado(a) EVANDRO DE CASTRO BASTOS
AGVDO EMESCAM ESCOLA SUP CIENCIAS STª CASA MISERICORDIA VITORIA
Advogado(a) LUCIANA CYPRESTE SANTOS
RELATOR DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 24099166118
AGVTE: MUNICÍPIO DE VITÓRIA
AGVDO: EMESCAM - ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA
RELATOR : O EXMO. SR. DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de recurso de **Agravo de Instrumento** interposto pelo Município de Vitória-ES, eis que irresignado com a decisão interlocutória que deferiu o pedido de tutela antecipada formulado pelo ora agravado, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário consignado no auto de infração nº 338/2007, determinando que o agravante se abstenha de praticar qualquer ato que implique em inserção do recorrido em dívida ativa, bem como expeça certidão positiva com efeitos de negativa.

Em apertada síntese, o agravante aduz a ausência de prova inequívoca e de verosimilhança e a inexistência de *periculum in mora*.

Eis o breve relatório, passo a decidir.

Em trato inicial, vislumbro que a multa aplicada deriva de procedimento administrativo que tramitou no Procon Municipal, tendo em vista a apuração da conduta do agravado em publicar em sua página na internet o valor da mensalidade para o curso de Serviço Social no valor de R$ 384,00, quando o valor correto é de R$ 407,00, concluindo-se ter havido propaganda enganosa, e desta feita aplicou-lhe a infração prevista no art. 37, § 1º da Lei nº 8.078/90 e a sanção prevista no artigo 56, inciso I, do mesmo ordenamento legal e o artigo 18, inciso I, do Decreto Federal nº 2.181/97, transformando-se em multa no valor de R$ 66.083,52.

Ao decidir a liminar, o Magistrado de piso utilizou-se do seguinte fundamento:

"Logo, levando-se em conta a graduação de Serviço Social é efetivada em 8 (oito) semestres e que em cada semestre são matriculados mais 50 (cinquenta) alunos (fls.59), presume-se que 400(quatrocentos) alunos tenham frequentado o dito curso durante o ano de 2006. Se todos estes pagaram suas 12 (doze) parcelas mensais no valor de R$ 384,00 (trezentos e oitenta e quatro reais), chegamos à quantia de R$ 1.857.600,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil e seiscentos reais), como faturamento bruto obtido através do curso de Serviço Social no ano de 2006. A renda mensal média ficaria, pois, em R$ 154.800,00 (cento e cinquenta e quatro mil e oitocentos reais). (...)

Dessa forma, por averiguar, em sede de cognição sumária, o cometimento de ilegalidade por parte do PROCON Municipal quando da fixação do valor da multa imputada à Autora, entendo estar caracterizada um dos pressupostos ao deferimento da antecipação de tutela, qual seja, a relevância do fundamento alegado.

Outrossim, também vislumbro a existência do outro requisito à concessão, isto é, o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, uma vez que a inscrição da Autora em Dívida Ativa do Município a impedirá de obter quaisquer tipos de benefícios perante os entes da Administração Pública, o que, considerando a importante função social exercida pelo grupo de que a Autora faz parte, com certeza trará prejuízos ao bom funcionamento dos serviços prestados. (...)"

Assim, vê-se que a infração administrativa teve como foco a suposta propaganda enganosa praticada pelo agravado.

Por certo que a matéria guarda guarida no artigo 37, § 1º, da lei consumerista, assim transcrita:

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

Ao que parece, ***a priori***, o valor aplicado apresenta-se excessivo, desvinculado da proporcionalidade exigida na aplicação da sanção, bem como com os ditames do Decreto Municipal nº 11.738/03, que dispõe os critérios de fixação da multa. Veja-se:

Art. 39. A condição econômica do infrator será aferida por meio de sua receita mensal média.

Parágrafo único. A receita média será calculada considerando-se o faturamento bruto constante da 'Demonstração do Resultado do Exercício' relativo ao período imediatamente anterior à infração, podendo ser a mesma estimada ou arbitrada na falta ou inaceitabilidade das informações prestadas pelo infrator.

Nesse sentido, colaciono trecho do voto do então Conselheiro do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) Ronaldo Macedo Júnior, nos autos do processo administrativo nº 022.579/97-5:

"Na análise de uma determinada conduta praticada por um agente econômico é racional que a sanção imposta seja proporcional à vantagem econômica envolvida com a prática da infração."

Com efeito, importa frisar que a multa aplicada não reveste-se em favor do consumidor, somente possuindo caráter punitivo ao infrator. Veja-se:

ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AO CDC. APLICAÇÃO DE PENALIDADES. AUTO DE INFRAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DE FORMALIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. INVIABILIDADE, EM SEDE DE MANDADO DE SEGURANÇA, DE DILAÇÃO PROBATÓRIA.

1. A multa prevista no art. 56 do CDC não visa à reparação do dano sofrido pelo consumidor, mas sim à punição pela infração às normas que tutelam as relações de consumo.

2. Não se reconhece a nulidade de auto de infração sem a demonstração do prejuízo causado pela ausência do cumprimento de determinada formalidade (RMS 18.188/GO, 5ª T., Min. Gilson Dipp, DJ de 29.05.2006; RMS 131.44/BA, 5ª T., Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 10.04.2006; MS 10.770/DF, 3ª S., Min. Félix Fischer, DJ de 06.02.2006), o que, no caso, não ocorreu.

3. A juntada de apenas algumas das peças que formaram o processo administrativo impede o exame a respeito da alegada falta de oportunidade para a apresentação de defesa antes da aplicação da multa.

4. A razoabilidade ou não da multa aplicada em face da gravidade da infração cometida é matéria intimamente relacionada com a situação de fato, insuscetível de exame em mandado de segurança, já que demanda produção de prova. Precedentes: RMS 17.580/RJ, 2ª T., Min.Francisco Peçanha Martins, DJ de 26.09.2005; RMS 19.273/GO, 1ª T., Min. Francisco Falcão, DJ de 01.07.2005; RMS 17.510/RS, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 20.09.2004.

5. Recurso ordinário a que se nega provimento.

(RMS 21520/RN, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/08/2006, DJ 17/08/2006 p. 313)

Desta feita, em trato sumário, ao meu sentir, escorreita a solução empregada pelo Magistrado de piso, acerca do desproporcionalidade da multa aplicada pelo ente municipal.

Num segundo plano, tenho por certo que a inscrição da multa imposta em dívida ativa, em muito, prejudicaria as atividades desenvolvidas pelo recorrido, justificando a concessão da medida liminar.

Quadra registrar, que o Superior Tribunal de Justiça perfilhou entendimento acerca da possibilidade da concessão de liminar para impedir inscrição de débito na dívida ativa, ***in verbis***:

MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. AGRAVO REGIMENTAL. IMPROVIMENTO.

1. Tratando-se de mandado de segurança preventivo para impedir inscrição de débito na dívida ativa da União não há que se ter como consumado prazo decadencial.

2. Pressupostos presentes para a concessão da liminar, suspendendo o ato a ser praticado pela autoridade impetrada até que se julgue o alegado cerceamento de defesa (interposição de recurso) durante o curso de processo administrativo.

3. Empresa que alega não ter sido notificada da decisão que julgou improcedente a defesa escrita que formulou o pedido de revisão interposto, que não foi julgado.

4. Juízo provisório emitido em sede de liminar em face dos documentos acostados aos autos.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no MS 10.016/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/04/2005, DJ 30/05/2005 p. 200)

Colhe-se ainda, da maestria do Ministro Teori Zavascki, que na demanda em que os fatos são certos, autoriza-se a concessão da tutela de urgência. Vejamos:

"Atento, certamente, à gravidade do ato que opera restrição a direitos fundamentais, estabeleceu o legislador, como pressupostos genéricos, indispensáveis à qualquer das espécies de antecipação da tutela, que haja (a) prova inequívoca e (b) verossimilhança da alegação. O fumus boni iuris deverá estar, portanto, especialmente qualificado: exige-se que os fatos, examinados com base na prova já carreada, possam ser tidos como fatos certos." (in Antecipação de Tutela, 4ª ed., 2005, p.77)

Na concretude do caso, estou a antever os motivos capazes da concessão da medida, conforme o entendimento firmado pelo Juiz de 1º Grau.

Como já externado, a sanção imposta mostra-se, em trato sumário, desarrazoada com a motivação do processo administrativo, não conferindo a graduação da multa a forma imposta pela legislação em comento, qual seja, o artigo 39, do Decreto Municipal nº 11.738/03.

Por via de consequência, ao meu sentir, a decisão objurgada não merece reforma, exsurgindo o não provimento do recurso.

Enfim, e mais ainda, em vista do evidente confronto da tese aventada no presente recurso e a reiterada e remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entendo que há campo para aplicação do disposto no artigo 557, *caput*, do CPC, que permite ao relator que se negue provimento ao recurso através de decisão monocrática.

Sendo assim, conheço do presente agravo de instrumento, no entretanto, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão objurgada.

Intime-se. Diligencie-se.

Publique-se na íntegra.

Vitória/ES, 17 de setembro de 2009.

Des. Maurílio Almeida de Abreu

Relator

20- Apelação Civel Nº 24080152986

VITÓRIA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

APTE JUSSARA TANURE LOPES

Advogado(a) GLAUBER JOSE LOPES

APDO MUNICIPIO DE VITORIA

Advogado(a) VITOR SOARES SILVARES

RELATOR DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR

APELAÇÃO CÍVEL Nº24080152986.

RELATOR : DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JR.

RECORRENTE: JUSSARA TANURE.

ADVOGADO: GLAUBER JOSÉ LOPES.

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE VITÓRIA.

ADVOGADO: VITOR SOARES SILVARES.

MAGISTRADO: CRISTÓVÃO DE SOUZA PIMENTA.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EXISTÊNCIA. COISA JULGADA. RECURSO DESPROVIDO.

1.A existência de coisa julgada acarreta a extinção do processo sem resolução de mérito.

2.Recurso desprovido.

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. RELATÓRIO

JUSSARA TANURE, em suas razões recursais de fls. 464/489, requereu a reforma da sentença de primeiro grau para que seja determinado o regular processamento da demanda originária face a inexistência de coisa julgada.

O Recorrido, mesmo intimado, não apresentou contrarrazões, como atesta a certidão de fls. 495v.

O Ministério Público, em segundo grau de jurisdição, apresentou parecer às fls. 499/500, mas não opinou sobre o mérito recursal.

É o relatório. Decido com fulcro no artigo 557 do CPC.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O colendo STJ já pacificou o entendimento de que para a configuração da coisa julgada deve haver identidade de partes, causa de pedir e pedido entre a demanda julgada e em trâmite, conforme precedentes abaixo transcritos:

PROCESSUAL CIVIL. CAUSA EXTINTIVA DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DA TRÍPLICE IDENTIDADE. CAUSA DE PEDIR E PEDIDO DISTINTOS. 1. A configuração da coisa julgada, prevista no art. 267, inciso V, do Código de Processo Civil, capaz de determinar a extinção do processo sem resolução do mérito, exige a tríplice identidade de partes, causa de pedir e pedido entre as ações julgada e em trâmite. Precedentes. 2. Inexistindo identidade de causa de pedir e pedido entre a ação originariamente intentada pelo Autor – na qual foi reconhecida a sua condição de anistiado político com base na Lei n.º 6.683/79, atendendo ao pedido formulado de reintegração nas fileiras da Marinha – e a presente demanda – ajuizada com o escopo de revisar o ato de anistia em virtude do advento da Constituição Federal de 1988, que no seu art. 8.º do ADCT ampliou os direitos dos anistiados políticos –, é de ser afastada a alegação de coisa julgada. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 680.956/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 28/10/2008, DJe 17/11/2008)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EXISTÊNCIA DE ABSOLVIÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA - FALTA DE IDENTIDADE DE PEDIDO E DE CAUSA DE PEDIR - NÃO-OCORRÊNCIA – PRECEDENTES. 1. Para ocorrência da coisa julgada, é necessária a conjugação de três elementos: partes idênticas, mesma causa de pedir e mesmo pedido. 2. No caso dos autos, conforme assevera o decisum ora agravado, "a ação proposta perante a Justiça Eleitoral foi formulada pela 'Coligação Sim por São Paulo' com o intuito de obter declaração de responsabilidade do ex- Prefeito Municipal Paulo Maluf e de seu Secretário Municipal das Finanças, José Antonio de Freitas, com a cassação do registro do então candidato a Prefeito Celso Pitta, por uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico e do poder de autoridade bem como pela prática de crime de responsabilidade." (fl. 211) 3. O Ministério Público estadual propôs ação de improbidade contra o agravante, com as seguintes finalidades: 1) "reconhecer a prática de ato de improbidade administrativa por parte do réu..." (fl. 99); 2) "declarar a responsabilidade solidária dos réus..." (fl. 100); e, 3) condenar "ao pagamento de todos os prejuízos causados ao patrimônio público." (fl.100) 4. Não há entre as ações identidade de pedido nem causa de pedir; inexistindo, por conseguinte, violação da coisa julgada. 5. Quanto à alegada violação dos artigos 5º, XXXV e LIV e 37, § 1º, ambos da Constituição Federal, cumpre asseverar que não compete a este Tribunal examinar na via especial, nem sequer a título de prequestionamento, eventual violação de dispositivo constitucional; tarefa reservada, pela Constituição da República, ao Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 495.344/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/09/2008, DJe 06/11/2008)

No caso em julgamento, a Recorrente ajuizou a presente demanda com o escopo de permanecer no local em que exerce suas atividades, bem como para obtenção de alvará emitido pelo Recorrido.

Ocorre que a controvérsia instaurada na presente demanda já foi apreciada pelo Poder Judiciário quando do julgamento da demanda cadastrada sob o nº 24920098050.

O relatório lançado nos autos supra mencionados, fls. 320, quando do julgamento do recurso de Apelação Cível, demonstra claramente a identidade da causa de pedir entre a demanda julgada e a em trâmite. Transcrevo um trecho: "JUSSARA TANURE LOPES, ingressou no Juízo da Vara da Fazenda Pública Municipal de Vitória, com ação ordinária cumulada com perdas e danos, contra o MUNICÍPIO DE VITÓRIA, objetivando assegurar a permanência de um 'trailler' no local descrito no pedido, tendo sido precedido de uma cautelar inominada, conforme autos em apenso".

Outrossim, o voto proferido pelo Relator do recurso, eminente Desembargador Ewerly Grandi Ribeiro, comprova que os pedidos formulados pela ora Recorrente foram julgados improcedentes após análise minuciosa dos autos, fls. 327/333, in verbis:

A prova dos autos é de que o "trailler" encontra-se em área do Município, pois é no espaço existente entre a avenida Saturnino de Brito (pista de rolamento) e o imóvel dos Supermercados São José, constituído de uma pequena faixa de terra usada como estacionamento público. A apelada não possui qualquer documento do imóvel onde está instalado o "trailler" e nem poderia ter, pois como explicitado trata-se de área que foi desapropriada pelo Município para construir a Avenida, ficando restando o espaço lateral que fez parte do bem comum de toda população de Vitória.

(…)

Em razão do exposto, CONHEÇO DA REMESSA E DO APELO, DANDO PROVIMENTO A ESTE, PARA JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS, INVERTENDO O ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA, PREJUDICADA A REMESSA NECESSÁRIA.

Nesse contexto, resta evidente a existência de coisa julgada o que acarreta a extinção do processo sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, V do CPC.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, nego provimento ao recurso para manter in totum a sentença.

Intimem-se. Publique-se na íntegra.

Vitória – ES, 15 de setembro de 2009.

Desembargador SAMUEL MEIRA BRASIL JR

Relator

Vitória, 22 de Setembro de 2009

BRUNA STEFENONI QUEIROZ BAYERL LIMA
Secretária de Câmara

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

ERRATA DE INTIMAÇÃO PUBLICADA NO DIÁRIO DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2009

ONDE SE LÊ:

- 15 NO PROCESSO Nº 12040059060 - AGRAVO DE INSTRUMENTO(STJ)
RECURSO ESPECIAL EMB DECLARAÇÃO EMB DECLARAÇÃO REM EX-OFFICIO
ALVIM MODESTO ONDE É AGRAVADO
POR SEUS ADVS. DRS. 7860 ES MARCELO ALVARENGA PINTO
004621 ES ERILDO PINTO
10171 ES JONES ALVARENGA PINTO
PARA CUMPRIR O ART. 544 § 2º DO CPC
SENDO AGRAVANTE ALUIZIO CUSTODIO DE OLIVEIRA

LEIA-SE:

- 15 NO PROCESSO Nº 12040059060 - AGRAVO DE INSTRUMENTO(STJ)
RECURSO ESPECIAL EMB DECLARAÇÃO EMB DECLARAÇÃO REM EX-OFFICIO
MUNICÍPIO DE CARIACICA ONDE É AGRAVADO
POR SEU ADV. DR. 5.205 ES LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO
PARA CUMPRIR O ART. 544 § 2º DO CPC
SENDO AGRAVANTES ALUIZIO CUSTODIO DE OLIVEIRA E OUTRO

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

LUCIENE VERVLOET FEU ROSA
SECRETÁRIA DE CÂMARA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

ERRATA DE INTIMAÇÃO PUBLICADA NO DIÁRIO DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2009

ONDE SE LÊ:

- 117 NO PROCESSO Nº 35000087706 - AGRAVO DE INSTRUMENTO(STJ)
RECURSO ESPECIAL AP CÍVEL
CHOCOLATES GAROTO S/A ONDE É AGRAVADO
POR SEUS ADVS. DRS. 9833 ES RAFAEL TONELI TEDESCO
8221 ES CARLOS HENRIQUE RIOS DO AMARAL FILHO
1322 ES RODRIGO LOUREIRO MARTINS
PARA CUMPRIR O ART. 544 § 2º DO CPC
SENDO AGRAVANTE JOSÉ CARLOS ALVES SIQUEIRA

LEIA-SE:

- 117 NO PROCESSO Nº 35000087706 - AGRAVO DE INSTRUMENTO(STJ)
RECURSO ESPECIAL AP CÍVEL
JOSÉ CARLOS ALVES SIQUEIRA ONDE É AGRAVADO
POR SEUS ADVS. DRS. 6942 ES LUIZ FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA E OUTROS
PARA CUMPRIR O ART. 544 § 2º DO CPC
SENDO AGRAVANTE CHOCOLATES GAROTO S/A

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

LUCIENE VERVLOET FEU ROSA
SECRETÁRIA DE CÂMARA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

PAUTA DE JULGAMENTO DA 37 ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30/09/2009 QUARTA-FEIRA, QUE TERÁ INÍCIO ÀS 09:00 HORAS, PODENDO, ENTRETANTO, NESSA SESSÃO OU EM SESSÕES SUBSEQUENTES, PROCEDER-SE AO JULGAMENTO DE PROCESSOS ADIADOS OU CONSTANTES DE PAUTAS JÁ PUBLICADAS.

1 - MANDADO DE SEGURANÇA Nº 100090009455
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
CLASSE 1º GRAU:EXPEDIENTES ESPECIAIS
REQTE ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇAO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A) HOMERO JUNGER MAFRA
ADVOGADO(A) MÁRCIA VILLAS BOAS DE SOUZA
ADVOGADO(A) RAPHAELA DIAS MIGUEL
A. COATORA JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ARACRUZ
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN

2 - RECURSO SENTIDO ESTRITO Nº 6060086334
ARACRUZ - VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
RECTE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RECDO NILSON CORREIA
DEF. PÚBLICO MARCELA PINTO MODENESI
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN

3 - RECURSO SENTIDO ESTRITO Nº 7030013564
BAIXO GUANDU - 2ª VARA
CLASSE 1º GRAU:AÇÃO PENAL
RECTE ARISTIDES LITTIG JUNIOR
ADVOGADO(A) MARCO ANTONIO TOSTE CHAVES
ADVOGADO(A) REGINA CELIA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA
RECDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN

4 - RECURSO SENTIDO ESTRITO Nº 12090097424
CARIACICA - 2ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
RECTE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RECDO ERNANDO DE JESUS GURGEL
DEF. PÚBLICO RITA DE CASSIA AZEVEDO MORAES
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

5 - RECURSO SENTIDO ESTRITO Nº 25090004091
ITAGUAÇU - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA TRIBUNAL JÚRI
RECTE PEDRO CASTELO
ADVOGADO(A) ANTONIO DE MARTIN
ADVOGADO(A) ANTONIO WALTER TEIXEIRA
RECTE GEAN CARLOS ZANETTI
ADVOGADO(A) ANTONIO DE MARTIN
ADVOGADO(A) ANTONIO WALTER TEIXEIRA
RECDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN

6 - RECURSO SENTIDO ESTRITO Nº 32040006952
MIMOSO DO SUL - CARTÓRIO DO CRIME
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA TRIBUNAL JÚRI
RECTE VALDIR VERISSIMO DA SILVA
ADVOGADO(A) JOSE CARLOS DE SOUZA MACHADO
RECDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

7 - RECURSO SENTIDO ESTRITO Nº 38080010416
NOVA VENÉCIA - 2ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:QUEIXA CRIME
RECTE WANESSA ZAVAREZE SECHIM
ADVOGADO(A) ELVIMARA LOPES GONÇALVES
ADVOGADO(A) MARIA ERMELINDA ANTUNES ABREU DIAS
RECTE RICHARDSON LEAO MENDES
ADVOGADO(A) MARIA ERMELINDA ANTUNES ABREU DIAS
RECDO JOSUE DE SA RODRIGUES
ADVOGADO(A) CELSO CIMADON
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN

8 - RECURSO SENTIDO ESTRITO Nº 48050158285
SERRA - 3ª VARA CRIMINAL - TRIBUNAL DO JURI
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA TRIBUNAL JÚRI
RECTE EZEQUIAS ALVES DE SOUZA
ADVOGADO(A) ADEMIR JOSE DA SILVA
RECDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

9 - RECURSO SENTIDO ESTRITO Nº 48080065369
SERRA - 3ª VARA CRIMINAL - TRIBUNAL DO JURI
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA TRIBUNAL JÚRI
RECTE FERNANDO DOS SANTOS ROCHA
ADVOGADO(A) JOAO CEZAR DE ALMEIDA VAZ
RECDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

10 - RECURSO SENTIDO ESTRITO Nº 50099000114
VIANA - 1ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA TRIBUNAL JÚRI
RECTE ANTONIO MARQUES RODRIGUES
DEF. PÚBLICO BRUNO PEREIRA DE MEDEIROS
RECTE ADAILTON MARQUES DE SOUZA
DEF. PÚBLICO BRUNO PEREIRA DE MEDEIROS
RECDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN

11 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2060016314
ALEGRE - CARTÓRIO CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE LUZIA HELENA DA SILVA SOUZA
ADVOGADO(A) BRUNO RIBEIRO GASPAR
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES.
SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

12 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 11070081762
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 1ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE JOAO BATISTA DA SILVA NUNES
DEF. PÚBLICO BRUNO DANORATO CRUZ
DEF. PÚBLICO HUMBERTO CARLOS NUNES
APTE VITOR FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO(A) ANIBAL GUALBERTO MACHADO DOS SANTOS
APTE MICHAEL ELVIS COSTA DE ATHAIDE
ADVOGADO(A) ANIBAL GUALBERTO MACHADO DOS SANTOS
ADVOGADO(A) ELIEZER NEGRI LIMA
ADVOGADO(A) GUSTAVO CARAVALHO MATOS
ADVOGADO(A) KENIA PACIFICO DE ARRUDA
ADVOGADO(A) MARIO SERGIO DE ARAUJO PIMENTEL
APTE MAGNUM BETINE BUENO
ADVOGADO(A) ANIBAL GUALBERTO MACHADO DOS SANTOS
ADVOGADO(A) ELIEZER NEGRI LIMA
ADVOGADO(A) EWERTON MIRANDA TREGGIA
ADVOGADO(A) GUSTAVO CARAVALHO MATOS
ADVOGADO(A) KENIA PACIFICO DE ARRUDA
ADVOGADO(A) MARIO SERGIO DE ARAUJO PIMENTEL
ADVOGADO(A) MAURO MARTINS TOLEDO
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

13 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 12080098663
CARIACICA - 2ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE ELTON QUEDEVEZ RIBEIRO
ADVOGADO(A) ADMAR JOSE CORREA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

14 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 12080120988
CARIACICA - 2ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE MICHELLI MORAES GOMES
ADVOGADO(A) RAFAEL VARGAS FREITAS
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

15 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 14080070882
COLATINA - 1ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE WILIANS STERQUIM VIEIRA
ADVOGADO(A) GECIMAR CARLOS NEVES LIMA
DEF. PÚBLICO THIAGO PILONI
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES.
SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

16 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 19050007608
ECOPORANGA - CARTÓRIO CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE VALDINEI NUNES WAGMAQ
DEF. PÚBLICO JOAO BATISTA DE SOUZA MUQUI
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

17 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 19060002813
ECOPORANGA - CARTÓRIO CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APDO EDILSON ROMUALDO LEITE
DEF. PÚBLICO JOAO BATISTA DE SOUZA MUQUI
APTE/APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
APDO/APTE ELISDAN HARRUDA DA SILVA
DEF. PÚBLICO JOAO BATISTA DE SOUZA MUQUI
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
REVISOR DES. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

18 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 20060022157
GUAÇUI - CARTÓRIO DO CRIME
CLASSE 1º GRAU:DENÚNCIA
APTE EDSON MIRANDA
ADVOGADO(A) BRUNO RIBEIRO GASPAR
ADVOGADO(A) FLAVIA VIEIRA DE PAULA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

19 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24050291244
VITÓRIA - VARA DE AUDITORIA MILITAR
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE CARLOS ALBERTO DE FREITAS
ADVOGADO(A) CHRISTINA MAGALHAES DO CARMO HOLLANDA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

20 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24060152485
VITÓRIA - 2ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE JOSE MARCOS UGGERE
ADVOGADO(A) ALESSANDRA GALVEAS MIRANDA
APTE EVELYN CARNEIRO NOLASCO
ADVOGADO(A) ALESSANDRA GALVEAS MIRANDA

APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES.
SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

21 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24060293982
VITÓRIA - 3ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE LÊNIO BANDEIRA DA SILVA
ADVOGADO(A) CARLOS ALBERTO DA COSTA CURTO
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

22 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24070064225
VITÓRIA - 3ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
APDO RAFAEL RODRIGUES SOBRINHO
DEF. PÚBLICO LEONARDO JOSE SALLES DE SA
APDO JOSE CARLOS DOS SANTOS
DEF. PÚBLICO LAURA QUEIROZ DO CARMO
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES.
SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

23 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24070087598
VITÓRIA - 4ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE MARCELO FREITAS
ADVOGADO(A) DAVID BOURGUIGNON BIGOSSI
ADVOGADO(A) DÓRIO ANTUNES DE SOUZA
ADVOGADO(A) LUIS CLAUDIO MOLINAS RIBEIRO
APTE MARCOS ANTONIO FIRMINO
ADVOGADO(A) DORIO ANTUNES DE SOUZA
DEF. PÚBLICO GERALDO ELIAS DE AZEVEDO
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
REVISOR SUBS. DES. CRISTOVAO DE SOUZA PIMENTA

24 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24080079734
VITÓRIA - 4ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE THIAGO ALMEIDA DE CARVALHO
ADVOGADO(A) JORGE LUIS DOS SANTOS
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

25 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24080108863
VITÓRIA - 4ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE JOSE MARCIO BARRETO DE SOUZA
ADVOGADO(A) LUIZ CARLOS VOLPATO
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

26 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24080170228
VITÓRIA - 3ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE GLEIDSON COSTA DOS SANTOS
DEF. PÚBLICO LEONARDO JOSE SALLES DE SA
APTE HENRIQUE MIRANDA RODRIGUES
DEF. PÚBLICO LAURA QUEIROZ DO CARMO
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES.
SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

27 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24080201213
VITÓRIA - 3ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE/APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
APDO/APTE MIGUEL DOS SANTOS ROSA JUNIOR
DEF. PÚBLICO LEONARDO JOSE SALLES DE SA
APDO/APTE THIAGO DOS SANTOS OLIVEIRA
DEF. PÚBLICO LEONARDO JOSE SALLES DE SA
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

28 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24080307408
VITÓRIA - 4ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE REGINALDO BRAGA
ADVOGADO(A) DAVID BOURGUIGNON BIGOSSI
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

29 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24080352594
VITÓRIA - 4ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE MARCELO FIGUEIREDO MORAIS
ADVOGADO(A) DAVID BOURGUIGNON BIGOSSI
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES.
SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

30 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24080443187
VITÓRIA - 2ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE SILVIO DA LUZ SOUZA
ADVOGADO(A) ADMAR JOSE CORREA
ADVOGADO(A) DAVID BOURGUIGNON BIGOSSI
ADVOGADO(A) JOAB MIRANDA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

31 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 24090073222
VITÓRIA - 3ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE REINALDO TEIXEIRA DE SOUZA
DEF. PÚBLICO LEONARDO JOSE SALLES DE SA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES.
PEDRO VALLS FEU ROSA

32 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 30080030841
LINHARES - 1ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE ALESSANDRO CALIMAN FLORINDO
ADVOGADO(A) FABRICIO PERES SALES
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
REVISOR DES.
CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

33 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 35060000334
VILA VELHA - 7ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PRISÃO EM FLAGRANTE
APTE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
APDO JACKSON PAIXAO BORGES
DEF. PÚBLICO GUSTAVO COSTA LOPES
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
REVISOR DES. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

34 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 35070223512
VILA VELHA - 5ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE MARCELO DE SOUZA ALTENERATE
DEF. PÚBLICO DANIEL BRUNO CAETANO DE OLIVEIRA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

35 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 35070246877
VILA VELHA - 7ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE CLODOALDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO(A) DELSON SANTOS MOTTA
ADVOGADO(A) MARIA MADALENA DE SOUZA
APTE CLAUDINO SOUZA GOMES
ADVOGADO(A) DELSON SANTOS MOTTA
ADVOGADO(A) MARIA MADALENA DE SOUZA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
REVISOR DES. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

36 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 35080067230
VILA VELHA - 7ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE WAGNER BRANDAO OLIVEIRA
ADVOGADO(A) PAULO CESAR GOMES
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

37 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 38080039571
NOVA VENÉCIA - 2ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE BONIEKE FONSECA DA SILVA
DEF. PÚBLICO SERGIO FAVERO
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

38 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 40098001627
PINHEIROS - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE ERICK ALEXANDRE DE LIMA
ADVOGADO(A) JONILSON CORREA SANTOS
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

39 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 41099000048
PRESIDENTE KENNEDY - CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE GEDSON DA SILVA BROEDEL
DEF. PÚBLICO EURICO EUGENIO TRAVAGLIA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES.
SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

40 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 43030003552
SANTA LEOPOLDINA - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
CLASSE 1º GRAU:AÇÃO PENAL
APTE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
APDO ANANIAS CARDOSO DE CASTRO
DEF. PÚBLICO CARLOS ROBERTO LEPPAUS
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
REVISOR DES. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

41 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 44030005142
SANTA TERESA - CARTÓRIO DO CRIME
CLASSE 1º GRAU:AÇÃO PENAL
APTE ANDRE ZOTTLE FERRI
ADVOGADO(A) CARLOS AUGUSTO NUNES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(A) KELY CORBELLARI ZAMPROGNO
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

42 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 44070004294
SANTA TERESA - CARTÓRIO DO CRIME
INQUÉRITO POLICIAL
CLASSE 1º GRAU:
APTE DELCIDIO ANTONIO TOFOLI
ADVOGADO(A) JORGINA ILDA DEL PUPO
ADVOGADO(A) ROBERTA ZANI
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

43 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 46099000039
SÃO JOSÉ DO CALÇADO - SEC. PRIVATIVA DO CRIME
DENÚNCIA
CLASSE 1º GRAU:
APTE JORCELINO GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO(A) CARLOS ALBERTO TORRES DE OLIVEIRA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
REVISOR DES. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

44 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 47040051386
SÃO MATEUS - 1ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:AÇÃO PENAL
APTE ITAMAR DA SILVA TAVARES
ADVOGADO(A) ELIAS MINASSA JUNIOR
ADVOGADO(A) JOSELITA ASSIS DE LIMA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

45 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 47080038418
SÃO MATEUS - 2ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE GENILSON FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(A) ERASMINO DE SOUZA MORENO
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
REVISOR DES. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

46 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 48020098454
SERRA - 4ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:INQUÉRITO POLICIAL
APTE OSEIAS DE SOUZA GOMES
ADVOGADO(A) HILTON MIRANDA ROCHA SOBRINHO
ADVOGADO(A) TATYANA CORREIA FERRARI
APTE GEANDRE DOS SANTOS TIMOTEO
DEF. PÚBLICO TANIA DO VALLE ROSA
APTE EMERSON BATISTA ANTUNES
DEF. PÚBLICO TANIA DO VALLE ROSA
APTE JANDERSON PORTO PEREIRA
DEF. PÚBLICO TANIA DO VALLE ROSA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

47 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 48080125007
SERRA - 5ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:INQUÉRITO POLICIAL
APTE RODRIGO BORGES COSTA
DEF. PÚBLICO LEONARDO LUNA LUNA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
REVISOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN

48 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 48080125031
SERRA - 5ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:INQUÉRITO POLICIAL
APTE SIMAO BERNARDINO DA SILVA NETO
DEF. PÚBLICO LEONARDO LUNA LUNA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
REVISOR DES. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

49 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 48080190464
SERRA - 4ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE CARLOS SANTANA DE OLIVEIRA
DEF. PÚBLICO TANIA DO VALLE ROSA

APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
REVISOR DES. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

50 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 48080206914
SERRA - 2ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE EDMILSON DOS SANTOS OLIVEIRA
ADVOGADO(A) MARLEN VIEIRA TINOCO
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES.
PEDRO VALLS FEU ROSA

51 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 50080001972
VIANA - 1ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE/APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
APDO/APTE THIAGO ANTONIO RAMOS
ADVOGADO(A) DELSON SANTOS MOTTA
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

52 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 50080008142
VIANA - 1ª VARA CRIMINAL
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA TRIBUNAL JÚRI
APTE AQUILA DUARTE PRESÍLIUS
DEF. PÚBLICO BRUNO PEREIRA DE MEDEIROS
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

53 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 51040007935
PEDRO CANÁRIO - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
CLASSE 1º GRAU:AÇÃO PENAL
APTE DARIO SOUZA LIMA
DEF. PÚBLICO ANTONIO RODRIGUES MOREIRA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
REVISOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

54 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 61090001795
VARGEM ALTA - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE AMARO DE SOUZA COELHO
ADVOGADO(A) EVANDRO LUIZ FERREIRA
ADVOGADO(A) VANDERLAN COSTA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
REVISOR DES. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS

55 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 65050006116
JAGUARÉ - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
APTE ALESSANDRO GAMA CASTRO
DEF. PÚBLICO FERNANDO AUGUSTO G SOUZA
APDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN
REVISOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

56 - AGRAVO DE EXECUÇÃO CRIMINAL Nº 100080005943
VITÓRIA - 4ª VARA CRIMINAL
AGVTE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
AGVDO CLEVERSON PERIM
ADVOGADO(A) VANDERLAAN COSTA
RELATOR DES. PEDRO VALLS FEU ROSA

57 - AGRAVO DE EXECUÇÃO CRIMINAL Nº 100090028679
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
CLASSE 1º GRAU:PENAL PÚBLICA COMUM
AGVTE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
AGVDO JEFERSON DOS SANTOS GONÇALVES
ADVOGADO(A) HERMES DE ALMEIDA NEVES
ADVOGADO(A) JAMILLY SCARPAT NEVES
RELATOR DES. ALEMER FERRAZ MOULIN

VITÓRIA, 23/09/2009

LUCIANA SOARES MIGUEL
SECRETÁRIA DE CÂMARA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

INTIMAÇÕES

INTIMO

1 NO PROCESSO Nº 100090031004- QUEIXA CRIME
SANDRA SONEGHETE ONDE É QUERELANTE
POR SEUS ADVS. DRS. 8681 ES DURVAL ALBERT BARBOSA LIMA
PARA DIZER SE PRETENDE PRODUZIR ALGUMA OUTRA PROVA EM AUDIÊNCIA.

2 NO PROCESSO Nº 12080186187 - APELAÇÃO CRIMINAL
ARLEI JOSE RAMALHO MARQUES ONDE É APELANTE
POR SEU ADV. DR. 6021 ES CARLOS WAGNER SILVA CORREA
PARA CUMPRIR O ART. 600 § 4º DO CPP

3 NO PROCESSO Nº 35080222504 - APELAÇÃO CRIMINAL
GILMAR LOURENÇO MOREIRA ONDE É APELANTE
POR SEU ADV. DR. 2304 ES DAVID BOURGUIGNON BIGOSSI
NATANAEL DE FREITAS ONDE É APELANTE
POR SEU ADV. DR. 2304 ES DAVID BOURGUIGNON BIGOSSI
PARA CUMPRIR O ART. 600 § 4º DO CPP

4 NO PROCESSO Nº 48080147068 - APELAÇÃO CRIMINAL
RICARDO CRUZ MACEDO ONDE É APELANTE
59020 RS OSCAR MARTINS
POR SEUS ADVS. DRS.
PARA CUMPRIR O ART. 600 § 4º DO CPP

5 NO PROCESSO Nº 48090026526 - APELAÇÃO CRIMINAL
ANTONIO BATISTA DO BONFIM ONDE É APELANTE
POR SEU ADV. DR. 14834 ES AQUILES DE AZEVEDO
PARA CUMPRIR O ART. 600 § 4º DO CPP

6 NO PROCESSO Nº 100090025568- HABEAS CORPUS
CHRISTIANO HELAL DE PAULA ONDE É PACIENTE
14271 ES MARCIO DELAMBERT
POR SEU ADV. DR.
VICTOR HELAL DE PAULA ONDE É PACIENTE
POR SEU ADV. DR. 14271 ES MARCIO DELAMBERT
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR QUE MANTEVE A DECISÃO DE INDEFERIMENTO DE LIMINAR.

7 NO PROCESSO Nº 100090029552- HABEAS CORPUS
JHONATHAN TAVARES RAMOS ONDE É PACIENTE
POR SEUS ADVS. DRS. 13532 ES HUGO DE FIGUEIREDO MOUTINHO
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR QUE INDEFERIU O PEDIDO DE LIMINAR.

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

LUCIANA SOARES MIGUEL
SECRETÁRIA DE CÂMARA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

DECISÕES MONOCRÁTICAS - PARA EFEITO DE RECURSO OU TRÂNSITO EM JULGADO

1 HABEAS CORPUS Nº 100090025816
PACTE.: P S M (MENOR PÚBERE)
ADVOGADO(A): LEONARDO RODRIGUES LACERDA
ADVOGADO(A): ONOFRE CAMILO DUQUE
ADVOGADO(A): RAFAEL FREITAS DE LIMA
A. COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE VILA VELHA
RELATOR: SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
D E C I S Ã O M O N O C R Á T I C A
P. S. M. (MENOR PÚBERE) IMPETRA A PRESENTE ORDEM DE HABEAS CORPUS POR TER SIDO REPRESENTADO PELA SUPOSTA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO DELITO DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO (ART. 16 DA LEI 10.826/03), ENCONTRANDO-SE INTERNADO DESDE O DIA 07.07.2009.
ASSEVERA, A ILUSTRE DEFESA, SER O PACIENTE VÍTIMA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL, POIS É INCABÍVEL A ADOÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO NO CASO EM TELA, UMA VEZ QUE A ESPÉCIE NÃO SE AMOLDA A NENHUMA DAS HIPÓTESES DESCRITAS NO ART. 122 DO ECRIAD, PRINCIPALMENTE POR NÃO EXISTIR NO SUPOSTO ATO INFRACIONAL GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA.
ADUZ, AINDA, A OCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA, VISTO QUE O PROCEDIMENTO EM TELA NÃO FOI SEQUER REGISTRADO E POR NÃO TER SIDO OPORTUNIZADO A NOBRE DEFESA A VISTA DOS AUTOS. PORTANTO, ASSINALA-SE NÃO SUBSISTIREM OS PRESSUPOSTOS QUE AUTORIZAM A ADOÇÃO DA MEDIDA DE EXCEÇÃO, REQUERENDO-SE A LIBERDADE DO ORA PACIENTE.
A AUTORIDADE COATORA PRESTA AS INFORMAÇÕES ÀS FLS. 14/15, POR MEIO DA QUAL COMUNICA QUE O ORA PACIENTE JÁ SE ENCONTRA EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA, TENDO, INCLUSIVE, SIDO REINTEGRADO À SUA FAMÍLIA EM 31 DE JULHO DE 2009, CONFORME OS DOCUMENTOS COLACIONADOS ÀS FLS. 19/26. A DOUTA PROCURADORIA DE JUSTIÇA, ÀS FLS. 28/30, OPINA NO SENTIDO DE SER JULGADO PREJUDICADO O PRESENTE WRIT, EIS QUE O ORA PACIENTE JÁ ALCANÇOU O PROVIMENTO FINAL ALMEJADO. VÊ-SE QUE A PRETENSÃO DO IMPETRANTE ERA A REVOGAÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO IMPOSTA EM DESFAVOR DO ORA PACIENTE. ACONTECE QUE O SUPOSTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO MAIS PERSISTE, EM CONSONÂNCIA COM OS DOCUMENTOS ACOSTADOS NA IMPETRAÇÃO, ENCONTRANDO-SE O PRESENTE FEITO, VIA DE CONSEQÜÊNCIA, PREJUDICADO, ANTE A PERDA CABAL DE SEU OBJETO, O QUE TORNA SEM EFEITO, PORTANTO, A TESE ALEGADA NO PRESENTE REMÉDIO CONSTITUCIONAL.
A SITUAÇÃO DOS AUTOS SE ENQUADRA PERFEITAMENTE NO EXPOSTO NA RECENTE ALTERAÇÃO REGIMENTAL SOFRIDA PELA RESOLUÇÃO N° 15/95 (REGIMENTO INTERNO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO), NO INCISO XI DE SEU ART. 74, IN VERBIS:
ART. 74. COMPETE AO RELATOR:
XI - PROCESSAR E JULGAR AS DESISTÊNCIAS, HABILITAÇÕES, RESTAURAÇÕES DE AUTOS, TRANSAÇÕES E RENÚNCIAS SOBRE QUE SE FUNDA A AÇÃO, BEM COMO JULGAR PREJUDICADO PEDIDO OU RECURSO QUE HAJA PERDIDO O OBJETO.
NESSE SENTIDO, TAL MODIFICAÇÃO PERMITE QUE O JULGADOR DE SEGUNDA INSTÂNCIA POSSA JULGAR A PRETENSÃO JUDICIAL POR MEIO DE DECISÃO MONOCRÁTICA.
DIANTE DE TODO O EXPOSTO, JULGO PREJUDICADO O PRESENTE REMÉDIO HERÓICO, NOS TERMOS DO ART. 74, INCISO XI, DO RITJES.
INTIME-SE. APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, ARQUIVE-SE.
VITÓRIA/ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.
DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA
RELATOR

VITÓRIA, 22/09/2009

LUCIANA SOARES MIGUEL
SECRETÁRIA DE CÂMARA

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

INTIMAÇÕES

INTIMO

1 NO PROCESSO Nº 100090029610- HABEAS CORPUS
ALESSANDRO GOMES DE OLIVEIRA ONDE É PACIENTE
POR SEUS ADVS. DRS. 13568 ES ANTONIO CARLOS
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR "INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR."

2 NO PROCESSO Nº 100090030238- HABEAS CORPUS
HUDSON BERTOLDI ONDE É PACIENTE
POR SEU ADV. DR. 12172 ES JULIANO SOUZA DE SÁ
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO/DECISÃO DO DESEMB. RELATOR "INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR."

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

MICHELLE CARVALHO BROSEGHINI
SECRETÁRIA DE CÂMARA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª CÂMARA CRIMINAL

INTIMAÇÃO

INTIMO:

1 - DR. RONALD DE SOUZA, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO EXARADO PELA EXMª SRª . DESEMBARGADORA RELATORA SUBSTITUTA **MARIA CRISTINA DE SOUZA FERREIRA,** REFERENTE A PETIÇÃO PROTOCOLADA SOB O Nº 200900808748, DATADA DE 31/08/2009, REFERENTE AOS **AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 024030060537.**

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

MICHELLE CARVALHO BROSEGHINI
SECRETÁRIA DE CÂMARA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

INTIMAÇÕES

INTIMO

1 NO PROCESSO Nº 40099000107 - APELAÇÃO CRIMINAL
ANDERSON POLTRONIERI ONDE É APELANTE
POR SEUS ADVS. DRS. 004466 ES CHAIM FERREIRA FARAGE
12997 ES CLEVERSON MATTIUZZI FARAGE
SEBASTIAO FABIO NEVES GERMANO ONDE É APELANTE
POR SEUS ADVS. DRS. 004466 ES CHAIM FERREIRA FARAGE
12997 ES CLEVERSON MATTIUZZI FARAGE
PARA CUMPRIR O ART. 600 § 4º DO CPP

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

MICHELLE CARVALHO BROSEGHINI
SECRETÁRIA DE CÂMARA

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

INTIMAÇÕES

INTIMO

1 NO PROCESSO Nº 63060002019 - APELAÇÃO CRIMINAL
RICARDO PEREIRA RUZ ONDE É APELADO
POR SEUS ADVS. DRS. 6300 ES MARCELO HOTT CHAVES
PARA APRESENTAR AS CONTRARRAZÕES

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

MICHELLE CARVALHO BROSEGHINI
SECRETÁRIA DE CÂMARA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

DECISÕES MONOCRÁTICAS - PARA EFEITO DE RECURSO OU TRÂNSITO EM JULGADO

1 HABEAS CORPUS Nº 100090028364
PACTE M H A B (MENOR PÚBERE)
A COATORA JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA DE INFANCIA E JUVEN
RELATOR ADALTO DIAS TRISTÃO
HABEAS CORPUS Nº 10009002364 - COLATINA
PACTE:- MAIKO HIGOR DE AQUINO BARROS
IMPTE:- DRª DANIELLA LEÃO DE ALMEIDA SÁ - PROMOTORA DE JUSTIÇA
AUTORIDADE COATORA:- DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
DE COLATINA
RELATOR:- DESEMBARGADOR ADALTO DIAS TRISTÃO

DECISÃO MONOCRÁTICA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA, DRª DANIELLA LEÃO DE ALMEIDA SÁ IMPETRA A PRESENTE ORDEM DE HABEAS CORPUS, COM PEDIDO DE LIMINAR, EM FAVOR DE MAIKO HIGOR DE AQUINO BARROS.

APONTA COMO AUTORIDADE COATORA O DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DE COLATINA.

ADUZ QUE AO PACIENTE EM 29 DE MARÇO DE 2009 TEVE A OBRIGAÇÃO DE CUMPRIR MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 3 (TRÊS) MESES SEM QUE O JUÍZO DA VARA DA 1ª VARA ESPECIALIZADA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DE VITÓRIA, COMPETENTE PARA A EXECUÇÃO DA MEDIDA, TIVESSE INSTAURADO O NECESSÁRIO PROCESSO DE EXECUÇÃO DA DECISÃO PROLATADA.

SALIENTA QUE, EFETIVAMENTE, FOI O PACIENTE INTERNADO EM 29 DE ABRIL DE 2009, ESTANDO, PORTANTO, HÁ 104 (CENTO E QUATRO) DIAS INTERNADO SEM A EXISTÊNCIA DE PROCESSO.

PREFERI AGUARDAR A JUNTADA DAS INFORMAÇÕES, PARA ME MANIFESTAR SOBRE O PEDIDO DE LIMINAR - DESPACHO DE FL. 08.

EM INFORMAÇÕES PRESTADAS À FL. 09, RELATA O DR. JUIZ DE DIREITO QUE COM O CUMPRIMENTO DA MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, OS AUTOS FORAM EXTINTOS A TEOR DA SENTENÇA PROLATADA. JUNTOU À FL. 13, "TERMO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO", ONDE DECIDIU PELA EXTINÇÃO DO FEITO, POR CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO IMPOSTA, DETERMINANDO O DESINTERNAMENTO DO PACIENTE.

É O BREVE RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR FUNDAMENTADAMENTE. DIANTE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA AUTORIDADE COATORA À FL. 09, DE QUE O PACIENTE FOI DESINTERNADO, ENTENDO QUE O PRESENTE WRIT ENCONTRA-SE PREJUDICADO.

O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL EM SEU ARTIGO 659, DISCIPLINA: "SE O JUIZ OU TRIBUNAL VERIFICAR QUE JÁ CESSOU A VIOLÊNCIA OU A COAÇÃO ILEGAL, JULGARÁ PREJUDICADO O PEDIDO."

ANTE O EXPOSTO, ESTANDO PREJUDICADO O JULGAMENTO DO PRESENTE HABEAS CORPUS, ENTENDO APLICÁVEL, AO PRESENTE FEITO, O DETERMINADO PELA NOVA REDAÇÃO DO INCISO XI, DO ARTIGO 74, DO REGIMENTO INTERNO DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE ASSIM ESTABELECE, IN VERBIS:

"ART. 74. COMPETE AO RELATOR: (...).

XI - PROCESSAR E JULGAR AS DESISTÊNCIAS, HABILITAÇÕES, RESTAURAÇÕES DE AUTOS, TRANSAÇÕES E RENÚNCIAS SOBRE QUE SE FINDA A AÇÃO, BEM COMO JULGAR PREJUDICADO PEDIDO OU RECURSO QUE HAJA PERDIDO OBJETO.(...)." (ORIGINAL)

ANTE O EXPOSTO, NA FORMA PRECONIZADA PELO ART. 74, INCISO XI, DO RITJES, JULGO PREJUDICADO O PRESENTE HABEAS CORPUS.

INTIME-SE.

PUBLIQUE-SE NA ÍNTEGRA ESTA DECISÃO.

VITÓRIA, DE SETEMBRO DE 2009.

DESEMBARGADOR ADALTO DIAS TRISTÃO
RELATOR

2 HABEAS CORPUS Nº 100090025113
PACTE ELIOMAR DE SOUZA SIQUEIRA
ADVOGADO DAVID BOURGUIGNON BIGOSSI
A COATORA JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE VIANA
RELATOR ADALTO DIAS TRISTÃO
HABEAS CORPUS Nº 100090025113 - VIANA
PACIENTE: ELIOMAR DE SOUZA SIQUEIRA
IMPETRANTE: DR. DAVID BORUGUIGNON BIGOSSI
AUTORIDADE COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE VIANA/ES
RELATOR: DESEMBARGADOR ADALTO DIAS TRISTÃO.

DECISÃO MONOCRÁTICA

CUIDAM OS PRESENTES AUTOS DE HABEAS CORPUS, IMPETRADO PELO DR. DAVID BOURGUIGNON BIGOSSI EM FAVOR DE ELIOMAR DE SOUZA SIQUEIRA, APONTANDO COMO AUTORIDADE COATORA O MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE VIANA/ES.

ALEGA O ILUSTRE IMPETRANTE QUE O PACIENTE FAZ JUS AO BENEFÍCIO DA PROGRESSÃO DE REGIME, EIS QUE PREENCHE OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.

INFORMAÇÕES PRESTADAS ÀS FLS.07/08, AFIRMANDO QUE JÁ FOI CONCEDIDA A PROGRESSÃO DE REGIME DE PENA AO PACIENTE.

PARECER DO DOUTO PROCURADOR DE JUSTIÇA, DR. ELIAS FAISSAL JUNIOR, ÀS FL 18, PELA PREJUDICIALIDADE DO PEDIDO, EM FACE DA PERDA DO OBJETO.

É O BREVE RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR FUNDAMENTADAMENTE.

PELO QUE SE EXTRAI DOS AUTOS, MORMENTE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA AUTORIDADE APONTADA COATORA, O PACIENTE TEVE SEU REGIME DE PENA PROGREDIDO PARA O SEMI-ABERTO.

O OBJETO DO PEDIDO DO PRESENTES MANDAMUS RESTRINGE-SE EXATAMENTE NA CONCESSÃO DE TAL BENEFÍCIO AO PACIENTE, SOB PENA DE CERCEAMENTO ILEGAL NA SUA LIBERDADE.

NESSE SENTIDO, JULGO PREJUDICADA A PRESENTE ORDEM DE HABEAS CORPUS, POR FALTA DE INTERESSE SUPERVENIENTE, VEZ

QUE O BENEFÍCIO PLEITEADO JÁ FOI CONCEDIDO PELO MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS.

INTIME-SE.

PUBLIQUE-SE NA ÍNTEGRA ESTA DECISÃO.

VITÓRIA, DE SETEMBRO DE 2009.

ADALTO DIAS TRISTÃO
DESEMBARGADOR RELATOR

3 HABEAS CORPUS Nº 100090024942
PACTE KLEANDERSON NILSON DA SILVA
A COATORA JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE VIANA
RELATOR ADALTO DIAS TRISTÃO
HABEAS CORPUS Nº 100090024942
PACTE/IMPTE: KLEANDERSON NILSON DA SILVA
AUTORIDADE COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE VIANA
RELATOR: DESEMBARGADOR ADALTO DIAS TRISTÃO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EM CAUSA PRÓPRIA KLEANDERSON NILSON DA SILVA IMPETRA O PRESENTE "WRIT", COM PEDIDO DE LIMINAR, APONTANDO COMO AUTORIDADE COATORA O MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE VIANA.

PREFERI AGUARDAR A JUNTADA DAS INFORMAÇÕES PARA ME MANIFESTAR SOBRE O PEDIDO DE LIMINAR SOLICITADO - FL. 16.

INFORMAÇÕES PRESTADAS EM FLS. 30/31, ACOSTADA DOS DOCUMENTOS DE FLS. 32/37, INFORMA O DR. JUIZ DE DIREITO QUE FOI CONCEDIDO AO PACIENTE O BENEFÍCIO PLEITEADO NA PRESENTE IMPETRAÇÃO.

É O BREVE RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR FUNDAMENTADAMENTE.

DIANTE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA AUTORIDADE COATORA À FL. 30/31 E DOCUMENTOS ACOSTADOS ÀS FLS. 32/37, DE QUE FOI DEFERIDA A PROGRESSÃO DE REGIME, PROMOVENDO O PACIENTE DO REGIME FECHADO AO SEMIABERTO DE CUMPRIMENTO DE PENA, ENTENDO QUE O PRESENTE WRIT ENCONTRA-SE PREJUDICADO.

O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL EM SEU ARTIGO 659, DISCIPLINA:

"SE O JUIZ OU TRIBUNAL VERIFICAR QUE JÁ CESSOU A VIOLÊNCIA OU A COAÇÃO ILEGAL, JULGARÁ PREJUDICADO O PEDIDO."

ANTE O EXPOSTO, ESTANDO PREJUDICADO O JULGAMENTO DO PRESENTE HABEAS CORPUS, ENTENDO APLICÁVEL, AO PRESENTE FEITO, O DETERMINADO PELA NOVA REDAÇÃO DO INCISO XI, DO ARTIGO 74, DO REGIMENTO INTERNO DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE ASSIM ESTABELECE, IN VERBIS:

"ART. 74. COMPETE AO RELATOR: (...).

XI - PROCESSAR E JULGAR AS DESISTÊNCIAS, HABILITAÇÕES, RESTAURAÇÕES DE AUTOS, TRANSAÇÕES E RENÚNCIAS SOBRE QUE SE FINDA A AÇÃO, BEM COMO JULGAR PREJUDICADO PEDIDO OU RECURSO QUE HAJA PERDIDO OBJETO.(...)." (ORIGINAL)

ANTE O EXPOSTO, NA FORMA PRECONIZADA PELO ART. 74, INCISO XI, DO RITJES, JULGO PREJUDICADO O PRESENTE HABEAS CORPUS.

INTIME-SE.

PUBLIQUE-SE NA ÍNTEGRA ESTA DECISÃO.

VITÓRIA, DE AGOSTO DE 2009.

DESEMBARGADOR ADALTO DIAS TRISTÃO
RELATOR

4 HABEAS CORPUS Nº 100090011675
PACTE ANTÔNIO SEVERNINI
ADVOGADO ALEXANDRE ANTONIO R BAPTISTA
ADVOGADO CLAUDIUS ANDRE MENDONÇA CABALLERO
ADVOGADO RODRIGO LEAO DE PAIVA
A COATORA JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA SERRA
RELATOR JOSÉ LUIZ BARRETO VIVAS
HABEAS CORPUS Nº 100.090.011.675
PACIENTE: ANTÔNIO SEVERNINI
IMPETRANTE: RODRIGO LEÃO DE PAIVA E OUTROS
AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA - ES
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ BARRETO VIVAS

DECISÃO

TRATA-SE DE HABEAS CORPUS, COM PEDIDO EXPRESSO DE LIMINAR, IMPETRADO PELOS ADVOGADOS RODRIGO LEÃO DE PAIVA, CLAUDIUS ANDRE MENDONÇA CABALLERO E ALEXANDRE ANTÔNIO RAMOS BAPTISTA EM BENEFÍCIO DE ANTÔNIO SEVERNINI, APONTANDO COMO AUTORIDADE COATORA O MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA, SOB A ALEGAÇÃO DE QUE O PACIENTE ESTÁ SENDO VÍTIMA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM SUA LIBERDADE.

ADUZEM OS ILUSTRES CAUSÍDICOS IMPETRANTES QUE A PRISÃO CAUTELAR DO PACIENTE É DESNECESSÁRIA, TENDO EM VISTA O BAIXO APENAMENTO PREVISTO PELO DELITO QUE LHE FORA IMPUTADO PELAS AUTORIDADES POLICIAIS, E AINDA, POR TAL CONDUTA DELITIVA ADMITIR O ARBITRAMENTO DE FIANÇA.

DIANTE DISSO, PUGNAM PELA CONCESSÃO DA ORDEM PARA QUE O PACIENTE SEJA POSTO EM LIBERDADE.

LIMINAR INDEFERIDA ÀS FLS. 14/15.

INFORMAÇÕES PRESTADAS ÀS FLS. 22/23.

PARECER MINISTERIAL DE FLS. 75/77, DA LAVRA DA ILUSTRE PROCURADORA DE JUSTIÇA DRª MARIELA SANTOS NEVES SIQUEIRA, OPINANDO PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM.

RELATÓRIO LANÇADO ÀS FLS. 79.

PETIÇÃO DE FLS. 81/82, ONDE OS ILUSTRES IMPETRANTES APRESENTAM NOVOS ARGUMENTOS NO SENTIDO DE OBTER A LIBERDADE DO PACIENTE.

DESPACHO DE FLS. 84, DETERMINANDO, FACE A APRESENTAÇÃO DA PETIÇÃO DE FLS. 81/82, A SOLICITAÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES A AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA E APÓS O ENCAMINHAMENTO DO FEITO À PROCURADORIA DE JUSTIÇA.

NOVOS INFORMES PRESTADOS ÀS FLS. 87/88, DANDO CONTA QUE FORA RELAXADA A PRISÃO EM FLAGRANTE DO PACIENTE, SENDO EXPEDIDO NA OCASIÃO O COMPETENTE ALVARÁ DE SOLTURA.

PARECER MINISTERIAL DE FLS. 89-VERSO, DA LAVRA DO PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. SÓCRATES DE SOUZA, OPINANDO PELA PREJUDICIALIDADE DA ORDEM.

É O RELATÓRIO, PASSO A DECIDIR.

NOS TERMOS DA EMENDA REGIMENTAL N.º 001/09, PUBLICADA EM 05 DE AGOSTO DE 2009, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DO ARTIGO 74, INCISO XI, DO REGIMENTO INTERNO DESTE SODALÍCIO, PODE O RELATOR, COM ATUAÇÃO NA ÁREA CRIMINAL, MONOCRATICAMENTE JULGAR PREJUDICADO O PEDIDO QUE TENHA PERDIDO SEU OBJETO.

É O CASO DOS AUTOS.

CONFORME MENCIONADO ACIMA, TEM-SE QUE A PRETENSÃO ALMEJADA PELOS ILUSTRES CAUSÍDICOS NA INICIAL DA IMPETRAÇÃO JÁ FORA ALCANÇADA, UMA VEZ QUE O PACIENTE OBTEVE O RELAXAMENTO DE SUA PRISÃO EM FLAGRANTE SENDO POSTO EM LIBERDADE, RAZÃO PELA QUAL O PRESENTE WRIT PERDEU O SEU OBJETO.

DESSA FORMA, RESTA EVIDENTE A SUPERVENIENTE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR NESTA ORDEM MANDAMENTAL, NÃO RESTANDO ALTERNATIVA SENÃO JULGÁ-LA PREJUDICADA POR FALTA DE OBJETO.

NESTE SENTIDO, A SEGUINTE LIÇÃO JURISPRUDENCIAL:

"EMENTA - HABEAS CORPUS - PACIENTE POSTO EM LIBERDADE - ORDEM PREJUDICADA. POSTO EM LIBERDADE O PACIENTE, E SENDO ESTE O PEDIDO NO PRESENTE HABEAS CORPUS, JULGA-SE, PRELIMINARMENTE, PREJUDICADO O PRESENTE "WRIT", POR PERDA DE OBJETO." (TJ/ES - HC 100090014018 - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL - REL. DES. ADALTO DIAS TRISTÃO - JULGAMENTO EM 22.07.2009).

DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PREJUDICADO O PRESENTE WRIT, ANTE A PERDA DO SEU OBJETO.

PUBLIQUE-SE NA ÍNTEGRA.

VITÓRIA/ES, 11 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ LUIZ BARRETO VIVAS
DESEMBARGADOR RELATOR

VITÓRIA, 22/09/2009

MICHELLE CARVALHO BROSEGHINI
SECRETÁRIA DE CÂMARA

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

INTIMAÇÃO

INTIMO:

FÁBIO ROMERO DOS SANTOS, POR SEUS ADVOGADOS DRª RENATA VITÓRIA OLIVEIRA DOS SANTOS E DR. MARCELO ALVES, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO EXARADO PELO EXMº SR. DES. VICE-PRESIDENTE, **ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON**, ÀS FLS. 77, QUE DETERMINOU O RECOLHIMENTO DA TAXA EXIGIDA PARA O DESARQUIVAMENTO, NOS AUTOS DO **RECURSO ESPECIAL NA REVISÃO CRIMINAL Nº 100.000.026.532**, EM QUE É REQUERENTE, SENDO REQUERIDO O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

CLÁUDIA PERCIANO RIBEIRO COCK
SECRETÁRIA DE CÂMARA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

INTIMAÇÃO

INTIMO:

PATRÍCIA LIRIO GOMES POR SEUS ADVOGADOS DRS. LEONARDO RODRIGUES LACERDA E RAFAEL FREITAS DE LIMA, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO PROFERIDA PELO EXMº SR. DES. **ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON**, VICE-PRESIDENTE, ÀS FLS. 572/577 NOS AUTOS DO **RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CRIMINAL** Nº **035.070.176.355**, EM QUE É RECORRENTES, SENDO RECORRIDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, ONDE **NÃO ADMITIU O RECURSO.**

PATRÍCIA LIRIO GOMES, POR SEUS ADVOGADOS DRS. LEONARDO RODRIGUES LACERDA E RAFAEL FREITAS DE LIMA, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO PROFERIDA PELO EXMº SR. DES. **ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON**, VICE-PRESIDENTE, ÀS FLS. 568/571 NOS AUTOS DO **RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CRIMINAL** Nº **035.070.176.355** EM QUE É RECORRENTE, SENDO RECORRIDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, ONDE **NÃO ADMITIU O RECURSO.**

VITÓRIA, 23 DE SETEMBRO DE 2009.

CLÁUDIA PERCIANO RIBEIRO COCK
SECRETÁRIA DE CÂMARA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

INTIMAÇÃO

INTIMO:

EDSON GOMES E **JOÃO POLTRONIERE,** POR SEUS ADVOGADOS DRS. LEONARDO RODRIGUES LACERDA E RAFAEL FREITAS DE LIMA, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO PROFERIDA PELO EXMº SR. DES. **ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON**, VICE-PRESIDENTE, ÀS FLS. 602/606 E 610/614 NOS AUTOS DO **RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CRIMINAL Nº 021.070.090.903**, EM QUE SÃO RECORRENTES, SENDO RECORRIDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, ONDE **NÃO ADMITIU O RECURSO.**

EDSON GOMES E **JOÃO POLTRONIERE**, POR SEUS ADVOGADOS DRS. LEONARDO RODRIGUES LACERDA E RAFAEL FREITAS DE LIMA, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO PROFERIDA PELO EXMº SR. DES. **ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON**, VICE-PRESIDENTE, ÀS FLS. 607/609 E 615/617 NOS AUTOS DO **RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CRIMINAL Nº 021.070.090.903**, EM QUE SÃO RECORRENTE, SENDO RECORRIDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, ONDE **NÃO ADMITIU O RECURSO.**

VITÓRIA, 23 DE SETEMBRO DE 2009.

CLÁUDIA PERCIANO RIBEIRO COCK
SECRETÁRIA DE CÂMARA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

INTIMAÇÃO

INTIMO:

VALTER CEZAR MACEDO, POR SEU ADVOGADO DR. VANDERLAAN COSTA, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO PROFERIDA PELO EXMº SR. DES. **ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON,** VICE-PRESIDENTE, EXARADA ÀS FLS. 344/348, NOS AUTOS DO **RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CRIMINAL Nº 038.060.022.050** EM QUE É RECORRENTE, SENDO RECORRIDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, ONDE **NÃO ADMITIU O RECURSO.**

VITÓRIA, 23 DE SETEMBRO DE 2009.

CLÁUDIA PERCIANO RIBEIRO COCK
SECRETÁRIA DE CÂMARA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

INTIMAÇÃO

INTIMO:

VALTER CEZAR MACEDO, POR SEU ADVOGADO DR. VANDERLAAN COSTA, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO PROFERIDA PELO EXMº SR. DES. **ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON,** VICE-PRESIDENTE, EXARADA ÀS FLS. 344/348, NOS AUTOS DO **RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CRIMINAL Nº 038.060.022.050** EM QUE É RECORRENTE, SENDO RECORRIDO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, ONDE **NÃO ADMITIU O RECURSO.**

VITÓRIA, 23 DE SETEMBRO DE 2009.

CLÁUDIA PERCIANO RIBEIRO COCK
SECRETÁRIA DE CÂMARA

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSOS nº 100.990.010.470 (990522-CGJ) e 100.000.001.402 (9917202-CGJ)
REPTE: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
REPDO: EDSON RODRIGUES, Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público do Juízo de Vila Velha/ES
ASSUNTO: Procedimento administrativo-disciplinar

DECISÃO

Cuidam os autos de procedimento administrativo-disciplinar deflagrado pela Portaria nº 047/99 com o propósito de apurar infrações funcionais imputadas ao Sr. *Edson Rodrigues*, Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público do Juízo de Vila Velha/ES.

Ao cabo do procedimento, na esteira do relatório conclusivo elaborado pela Comissão Processante, aplicou o Corregedor-Geral de então - em 29/12/1999 - a penalidade administrativa de demissão, determinou a remessa de cópias ao Ministério Público para a instauração de ação criminal e, por fim, determinou a remessa dos autos ao Desembargador Presidente para execução da penalidade.

Após a interposição de recursos ao egrégio Conselho Superior da Magistratura (sob a relatoria do Desembargador Pedro Valls Feu Rosa) e ao egrégio Tribunal Pleno (sob a relatoria do Desembargador Annibal de Rezende Lima), o Desembargador Presidente do eg. TJES aplicou a referida penalidade administrativa, materializando o agir no Ato nº 490/2004 (DJ 04/05/2004).

Referido ato demissório foi alvo do mandado de segurança nº 100.040.005.496 que, sob a relatoria do Desembargador Carlos Henrique Rios do Amaral, restou denegado à unanimidade.

Contra o acórdão do egrégio Tribunal Pleno no bojo do *writ of mandamus*, o impetrante interpôs recurso ordinário ao Colendo Superior Tribunal de Justiça que, por sua vez, foi parcialmente conhecido e, no ponto, provido, para reconhecer a nulidade do procedimento administrativo-disciplinar diante da composição de servidor não-estável como membro da Comissão Processante.

Considerando que cabe ao Desembargador Presidente em exercício do TJES dar cumprimento à aludida determinação do tribunal *ad quem*, os autos do *mandamus* foram encaminhados à eg. Corregedoria para ciência e adoção de eventuais providências, razão pela qual determinei a juntada aos presentes autos de cópia do acórdão exarado pela Augusta Corte.

É o relato. Passo a decidir.

De saída, registro que a anulação de precedente procedimento administrativo-disciplinar, por mácula formal verificada no âmbito judicial, não obsta a deflagração de novo procedimento - assegurando a ampla defesa e o contraditório ao acusado - para a premente e necessária apuração fática.

Nesse sentido, a sedimentada jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça*, in verbis*:

"A aplicação de penalidade de demissão em novo procedimento administrativo não representa bis in idem em relação a anterior processo disciplinar anulado, no qual havia sido cominada pena menos gravosa, porquanto a anulação da primeira punição faz subsistir apenas uma penalidade para a conduta do servidor. Inaplicabilidade da Súmula nº 19/ STF. Precedentes do c. STF e deste e. STJ." (STJ, 3ª Seção, MS nº 13.640/DF, rel. Min. Felix Fischer, j. 15/12/2008, DJe 13/02/2009).

de parte do procedimento não obsta que a Administração Pública, após o novo término do processo administrativo disciplinar, aplique a penalidade adequada à eventual infração cometida." (STJ, 5ª Turma, RMS nº 22795/GO, rel. Min. Gilson Dipp, j. 10/05/2007, DJ 18/06/2007, p. 279).

No caso em tela, pesam em desfavor do Sr. *Edson Rodrigues* inúmeras imputações de supostas infrações funcionais, a seguir ementadas, em síntese:

(i) foram detectados, conforme auto de constatação e encontro, inúmeros objetos apreendidos em processo sem qualquer identificação e que estavam sob a sua responsabilidade, a exemplo de cordão do tipo italiano, com um pingente de quatro pedras vermelhas, dourados; um cordão com um crucifixo, dourados; um crucifixo dourado; uma medalha de Nossa Senhora dourada; um anel, tipo aliança, dourado; um relógio marca Fonte Injectee, suíço, com pulseira; um relógio marca Genevé, Fond Acier Inoxidable, com a numeração 1381 na tampa, com pulseira de *nylon*; um relógio marca Ômega, dourado, sem pulseira;

(ii) o desaparecimento de U$ 300,00 (trezentos dólares americanos) que estavam sob sua guarda, sem comunicação do fato à autoridade competente no momento e no prazo oportuno, senão somente após mais de um ano e mediante determinação do Juiz Titular do processo;

(iii) a comunicação apresentada pelo Sr. *Djanir da Rós*, de que o acusado teria solicitado ao mesmo a guarda uma de motocicleta, sem existir, para tanto, qualquer termo de guarda ou autorização judicial;

(iv) a delegação de atribuição pública a terceiro estranho ao serviço publico (Sra. *Daniela Lacerda Pinto Alves*) que, por sua vez, estaria a adulterar e a falsificaar guias de recolhimento, havendo posterior chancela do representado;

(v) ofensa ao art. 65, da Lei Estadual nº 3.526/82, segundo a qual os titulares de serventia da justiça, para admitir auxiliares, dependem de autorização do Juiz de Direito Diretor do Fórum da respectiva comarca;

(vi) a adulteração da guia de recolhimento referente ao Processo nº 6.480, em curso na 3ª Vara Cível desta Comarca, na qual se observa teria havido a inclusão com a escrita de próprio punho do indiciado de novos dados no referido expediente;

(vii) a cobrança pelas rubricas 'contador', 'guias', 'distribuição' e 'averbação' de valor acima do permitido pelo Regimento de Custas e o repasse a menor das verbas das rubricas reservadas à 'Amages', 'OAB', 'Manutenção do Fórum' e 'Oficiais de Justiça', com potencial vulneração aos arts. 49, parágrafo único e 50 da Lei Estadual nº 4.847/93;

(viii) a inobservância ao art. 45, *caput*, do Provimento nº 017/10/94, visto que as contas de custas não obedeceriam à numeração sequencial, havendo o lançamento de numeração aleatória;

(ix) a infringência ao art. 39 do Regimento de Custas, já que a emissão de recibos correspondentes aos valores recebidos diretamente na referida serventia para o pagamento de custas processuais não seria extraídos em 4 (quatro) vias, senão em via única, a qual seria entregue à parte, não permanecendo a Contadoria com qualquer dado relativo ao documento;

(x) a utilização de DUAs (documentos únicos de arrecadação) com datas de autenticação anteriores à data lançada na conta de custas, inclusive com preenchimento errôneo, bem assim a utilização de DUAs sem autenticação bancária, mas apenas com carimbo de agência;

(xi) o lançamento indiscriminado em todas as contas de custas da rubrica 'diligência', em muitos feitos cuidando-se tão somente de ida ao banco para o recolhimento de custas, o que se afiguraria insustentável;

(xii) a falta de livro de registro de depósitos na escrivania, com ofensa ao Código de Normas então vigente;

(xiii) finalmente, o recolhimento a menor do que o valor cobrado nas contas de custas, com consequente prática e facilitação de prática de crime contra a Administração Pública.

Os indícios da prática de infração funcional afiguram-se-me veementes. Tanto assim o é que o serventuário foi apenado pelo Corregedor-Geral de então, tendo a penalidade máxima subsistido, quanto ao seu mérito, em grau recursal, seja no âmbito do Conselho Superior da Magistratura, seja no egrégio Tribunal Pleno.

Rechaço, sobremais, a assertiva de prescrição da pretensão administrativa, a qual seria fatalmente arguída pela defesa do acusado. E assim entendo por mais de um motivo.

Primeiro, porque o Sr. *Edson Rodrigues* foi denunciado como incurso nas iras do art. 312 do Código Penal[1] (por quatro vezes) e do art. 319 do mesmo

Codex[2]. Após instrução probatória havida nos autos da ação penal nº 035.000.056.065 foi o réu *Edson Rodrigues* efetivamente condenado como incurso nas sanções do art. 312 do Código Penal, cuja máxima é de 12 (doze) anos. Interposto recurso de apelação criminal, foi o édito sentencial confirmado pela egrégia Segunda Câmara Criminal deste Sodalício.

Entrementes, prescreve o art. 161 da Lei Complementar Estadual nº 46/94 - com a numeração dada pela Lei Complementar Estadual nº 98/97 - *"a falta também prevista na lei penal como crime ou contravenção prescreverá juntamente com este"*.

Nessa toada, as condutas infracionais que caracterizam peculato prescrevem, tal qual o crime, em **16 (dezesseis) anos**, *ex vi* do art. 109, inc. II, do Código Penal[3].

O raciocínio é empregado, como se vê, pelo recente julgado do Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

*"**IV** - "Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações também capituladas como crime" (art. 142, § 2º, da Lei nº 8.112/90).*

***V** - Denunciado o impetrante pela prática do delito de concussão (art. 316, CP), cuja pena máxima in abstrato é estabelecida em 8 (oito) anos de reclusão, o prazo prescricional é de 12 (doze) anos (conf. art. 109, inciso III, CP).*

***VI** - Na espécie, não há que se falar em prescrição, pois a infração funcional data de 27/2/1997 e a portaria demissória de 12/5/2008. Ordem denegada."* (STJ, 3ª Seção, MS nº 13.640/DF, rel. Min. Felix Fischer, j. 15/12/2008, DJe 13/02/2009).

Por amor ao debate, considerando que o Sr. *Edson Rodrigues* foi condenado à pena definitiva de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, ainda que fosse adotada a pena *in concreto*, hipótese descartada, como acima demonstrado, ter-se-ia prazo prescricional de 8 (oito) anos.

No caso em cotejo, a notícia de irregularidade aportou na Administração no ano de 1999 e, ato contínuo, determinou o Corregedor-Geral de então a instauração de procedimento disciplinar, ato que ostenta nítido caráter interruptivo.

No mesmo ano, mais precisamente em 29/12/1999, foi cominada ao acusado a penalidade administrativa de demissão. E a cada recurso administrativo interposto - em 17/01/2000 ao egrégio Conselho da Magistratura e em 09/10/2000 ao egrégio Tribunal Pleno - houve nova interrupção do lapso prescricional, por força da disposição cristalina do art. 162 da Lei Complementar Estadual nº 46/94, segundo o qual *"o requerimento, o pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição"*.

Como dito alhures, no Diário da Justiça de 04/05/2004 foi publicado o Ato nº 490/2004, que materializou a penalidade. Após tal data, nada mais cabia à Administração fazer, razão pela qual se descarta eventual inércia - pedra de toque da prescrição - imputável à autoridade competente.

Dessarte, mesmo que olvidado o efeito interruptivo da prescrição que a interposição de recursos administrativos produz, por expressa disposição legal, considerando a data em que noticiados os fatos (1999) e o presente ano (2009), medeiam-se 10 (dez) anos. Contudo, como dito alhures, há prazo prescricional de 16 (dezesseis) anos, visto que a conduta típica atribuída ao acusado caracteriza infração penal.

Segundo, porque a impetração de mandado de segurança com citação válida faz suspender e interromper, respectivamente - tanto para o processado quanto para a Administração Pública - o escoamento de qualquer prazo prescricional.

A dizer: os fatos supostamente irregulares foram levados ao conhecimento da Administração em 1999. Após o efetivo apenamento (havido em 2004), impetrou o serventuário mandado de segurança, mais precisamente em 29/03/2004. O julgamento definitivo do *mandamus* ocorreu, perante o C. STJ, em 07/05/2009. Durante o lapso temporal em que restou pendente a apreciação do mandado de segurança, a meu sentir, não há falar-se em escoamento de prazo prescricional em desfavor da Administração Pública.

Isso porque, como dito alhures, a citação e a litigiosidade do objeto do mandado de segurança, de forma específica quanto à matéria, respectivamente, interrompe e suspende a prescrição para o servidor apenado e para a Administração Pública. Ora, o *mandamus* discutiu a higidez da sanção administrativa, tornando litigiosa a coisa, ao passo que, a teor do art. 219 do Código de Processo Civil, a citação interrompe a prescrição e torna o objeto litigioso.

Durante a litigiosidade do objeto não corre a prescrição contra o servidor, tampouco contra a Administração, eis que não seria possível a prescrição ser interrompida e suspensa para um ente e transcorrer para o outro (parte *ex adversa*).

Essa também é a tônica, aliás, do art. 200 do Código Civil, segundo o qual *"quando a ação civil se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva*". No caso, a sentença penal condenatória foi prolatada em 15/05/2003 e confirmada pelo eg. TJES em 25/08/2004, somente a partir de quando passaria a escoar o prazo prescricional.

Recentíssimo aresto do Colendo Superior Tribunal de Justiça pontificou que não transcorre a prescrição administrativa diante da existência de provimento judicial[4]. Entretanto, na hipótese em apreço, o procedimento havia terminado, com apenamento do servidor, de modo que a impetração do *mandamus* - em razão do seu objeto - tem o efeito de interromper a prescrição e suspender o seu curso com o ato processual de comunicação representado pela notificação à autoridade coatora, retroagindo-se à data da propositura.

Fincadas tais premissas, tem-se que os fatos irregulares foram noticiados em 1999, suspendendo-se o prazo prescricional a partir de 29/03/2004 e interrompendo-se a partir da notificação da autoridade dita coatora, só vindo ele a voltar a escoar em 08/05/2009. Levando em conta o prazo prescricional de 16 (dezesseis) anos, como acima demonstrado - ou, à guisa de argumento, mesmo o de 8 (oito) ano da pena *in concreto* -, rechaça-se eventual ilação de decurso de prazo prescricional.

Convicto estou, por conseguinte, de que não há falar-se em prescrição da pretensão punitiva, assim prosseguindo, porquanto presentes indícios veementes de falta funcional, à deflagração de novo procedimento disciplinar.

Ante o exposto, por despiciendas outras considerações, **determino** a remessa dos presentes autos (processos nº 100.000.001.402 e 100.990.010.470 e anexos) à Diretoria do Fórum de Vila Velha/ES, a fim de que seja instaurado **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR** visando a apuração das supostas irregularidades aqui ventiladas, através de Portaria, tudo em conformidade com o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, especialmente em seus artigos 571 e seguintes, e com os ditames da Lei Complementar Estadual nº 46/94 e da Lei nº 8.935/94, que deverão ser rigorosamente observados.

Determino, ainda, o **afastamento preventivo** do serventuário, conforme autorizam os arts. 253 da Lei Complementar Estadual nº 46/94[5] e 573 do Código de Normas da CGJES pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, se for o caso. Isso porque a precedente penalidade cominada e chancelada, em sua faceta material, em grau de recurso, já traduz a existência de veementes indícios da prática de graves infrações funcionais, requisito imprescindível ao afastamento ora determinado.

Deverá o MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum de Vila Velha/ES - **com a máxima urgência** - baixar portaria e designar Comissão Processante presidida por um magistrado, podendo sê-lo, inclusive, o próprio Diretor do Fórum, e dois servidores públicos efetivos e estáveis, comissão essa que deverá finalizar os trabalhos no prazo legal de 60 (sessenta) dias[6].

Publique-se na íntegra. **Intime-se** o serventuário por oficial de justiça.

Diligencie-se com a celeridade que o caso reclama.

Vitória/ES, 09 de setembro de 2009.

DESEMBARGADOR ROMULO TADDEI

Corregedor-Geral da Justiça

1 **Peculato** - **Art. 312** - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:
Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.
§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

2 **Prevaricação** - **Art. 319** - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:
Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

3 **Art. 109 -** A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:
[...]
II - em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze;

4 STJ, 3ª Seção, MS nº 13385/DF, rel. Min. Felix Fischer, j. 10/06/2009, Dje 24/06/2009: *"O deferimento de provimento judicial liminar que determina a autoridade administrativa que se abstenha de concluir procedimento administrativo disciplinar suspende o curso do prazo prescricional da pretensão punitiva administrativa"*.

5 **Art. 253.** Como medida cautelar e a fim de que o servidor público não venha a influir na apuração da irregularidade ao mesmo atribuída, a autoridade instauradora do processo administrativo-disciplinar verificando a existência de veementes indícios de responsabilidades, poderá ordenar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de 90 (noventa) dias prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias.

6 **Art. 261.** O prazo para conclusão do processo administrativo-disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação do ato de sua instauração, admitida sua prorrogação, desde que haja fundamentadas razões, mediante decisão da autoridade que determinou a abertura do processo administrativo-disciplinar.

-********-**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

EDITAL N.º 116/09/009

O DESEMBARGADOR **ROMULO TADDEI,** CORREGEDOR- GERAL DA JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Faz Saber, aos que o presente Edital virem e o seu conhecimento possa interessar, que em atendimento ao art. 60, inciso V, e art. 6l, parágrafos l.º e 2º, da Resolução n.º 15/95, designou **CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA**, **NA COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ,** 1ª entrancia**,** no dia **28 do mês de setembro** do corrente ano (2009), às **16:30 horas**. Por ocasião da audiência de instalação, deverão ser apresentados os títulos de nomeação, ou documento que o corresponda, das autoridades judiciárias, serventuários da Justiça, escrivães e escreventes juramentados dos Cartórios e dos demais auxiliares da Justiça da Comarca, ficando todos expressamente convocados a participar dos atos de correição.

Faz Saber, outrossim, que durante a Correição o Exmo. Sr. Corregedor - Geral e seus auxiliares receberão por escrito, ou verbalmente, no fórum ou onde se encontrar, quaisquer informações sobre o serviço forense.

E mandou expedir o presente Edital para ser afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei.

Dado e Passado, nesta Corregedoria - Geral da Justiça aos 01 dias, do mês de julho do ano dois mil e nove (2009). Vera Lucia Pimenta Leal Reis,_____ p/ Coordenadora do Núcleo de Estatística, Registro de Atividades e Procedimentos Disciplinares dos Juízes, digitei e subscrevi.

DESEMBARGADOR ROMULO TADDEI
CORREGEDOR - GERAL DA JUSTIÇA

-********-**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

P O R T A R I A N.º 75/09/2009

O Desembargador **ROMULO TADDEI**, Corregedor-Geral da Justiça do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais.

Em atendimento ao art. 60, inciso V, e art. 61, parágrafos 1º e 2º, da Resolução Nº 15/95, **DETERMINA** que se instaure **CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA, NA COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**, 1ª Entrância.

A sessão de instalação terá lugar na Sala do Tribunal do Júri da aludida Comarca, às **16:30 horas** do dia **28 (vinte e oito) de setembro** do ano em curso.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro do ano dois mil e nove (2009), Vera Lucia Pimenta Leal Reis ___ .p/ Coordenadora do Núcleo de Estatística, Registro de Atividades e Procedimentos Disciplinares dos Juízes, em substituição, digitei e subscrevi.

DESEMBARGADOR ROMULO TADDEI
CORREGEDOR - GERAL DA JUSTIÇA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

INTIMAÇÃO

PROC. 0920343

INTIMO DR. BRUNO MILHORATO BARBOSA, ADVOGADO, OAB-ES 13.019**,** PARA CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 132, DO **PROCEDIMENTO Nº 0920343,** DESTA CORREGEDORIA, QUE REJEITOU O PEDIDO DE CORREIÇÃO PARCIAL.

PUBLIQUE-SE.
VITÓRIA, 15 DE SETEMBRO DE 2009.

ROQUE CEZAR DA COSTA
CHEFE DE GABINETE DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 5/2009
HOMOLOGAÇÃO

O Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** o resultado do Pregão antes mencionado, que tem por objeto a contratação de serviços gráficos, sendo vencedora a empresa abaixo relacionada:

- **LOTE ÚNICO:** ACT Distribuidora de Material para Papelaria Ltda-ME. **VALOR TOTAL:** R$ 3.966,00 (três mil, novecentos e sessenta e seis reais).

Vitória, 22 de setembro de 2009.

DES. ROMULO TADDEI
Corregedor Geral da Justiça

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 6/2009
HOMOLOGAÇÃO

O Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** o resultado do Pregão antes mencionado, que tem por objeto a renovação e assinatura de software, sendo vencedora a empresa abaixo relacionada:

- **LOTE ÚNICO:** ISH Tecnologia Ltda. **VALOR TOTAL:** R$ 7.030,00 (sete mil e trinta reais).

Vitória, 22 de setembro de 2009.

DES. ROMULO TADDEI
Corregedor Geral da Justiça

COLEGIADO RECURSAL JUIZADOS ESPECIAIS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COLEGIADO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS
2ª TURMA

ERRATA:

NA INTIMAÇÃO DO AGRAVO INSTRUMENTO Nº 1.178/09 NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 14.498/08 PUBLICADA NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO DIA 17/09/2009, EDIÇÃO Nº 3638, PÁGINA 108.

ONDE SE LÊ:

02-AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.178/09 NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO RECURSO INOMINADO Nº 14.498/08
AGVTE: TELEMAR NORTE E LESTE S/A
ADV. DR. SERGIO PADILHA MACHADO
ADV. DRª. ANDRESKA DIAS BARRETO
AGVDO:AGENOR CARLOS GUIMARÃES FILHO
ADV. DR. JOÃO EUGÊNIO MODENESI FILHO
FINALIDADE: PARA NO PRAZO DE LEI, TOMAREM CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 244/245, PROFERIDA PELO PRESIDENTE DA 2ª TURMA RECURSAL, QUE DECLAROU PREJUDICADO O AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.178/09.

LEIA-SE:

02-AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.178/09 NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO RECURSO INOMINADO Nº 14.495/08
AGVTE: TELEMAR NORTE E LESTE S/A
ADV. DR. SERGIO PADILHA MACHADO
ADV. DRª. ANDRESKA DIAS BARRETO
AGVDO: AGENOR CARLOS GUIMARÃES FILHO
ADV. DR. JOÃO EUGÊNIO MODENESI FILHO

FINALIDADE: PARA NO PRAZO DE LEI, TOMAREM CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 244/245, PROFERIDA PELO PRESIDENTE DA 2ª TURMA RECURSAL, QUE DECLAROU PREJUDICADO O AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.178/09.

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

ARLETE BÜGE
SECRETÁRIA DA COLEGIADO RECURSAL

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO AVANÇADO DOS JUIZADOS ESPECIAIS
COLEGIADO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS 2ª TURMA

INTIMAÇÃO

01- AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.240/09 NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO RECURSO INOMINADO Nº 17.348/09
AGVTE:BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - (AMRO REAL S/A)
ADV. DRª.ROSANE ARENA MUNIZ E OUTRA
AGVDA: ANA MARIA CANCEGLIERI NOVAES
ADV. DR. ARI FONTES DE OLIVEIRA
FINALIDADE: PARA NO PRAZO DE LEI, TOMAREM CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 207/209, PROFERIDA PELO PRESIDENTE DA 2ª TURMA RECURSAL, QUE DETERMINOU O SOBRESTAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.240/09, ATÉ O PRONUNCIAMENTO DEFINITIVO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DA MATERIA LITIGIOSA.

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

ARLETE BÜGE
SECRETÁRIA DO COLEGIADO RECURSAL

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COLEGIADO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS
3ª TURMA DE VITÓRIA

INTIMAÇÃO

INTIMO:

01- NAEL CESAR DO AMARAL, POR SEUS ADVOGADOS DR. ITAMAR MOREIRA E DRª. ADEMILDA DA ROCHA MOREIRA, PARA QUERENDO, APRESENTAR CONTRARRAZÕES NOS AUTOS DO **RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO RECURSO INOMINADO Nº 17650/09**.

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

RITA DE CÁSSIA CITTY DUCCINI
SECRETARIA DA 3ªTURMA DE VITÓRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COLEGIADO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS
QUARTA TURMA - REGIÃO SUL

INTIMAÇÕES

01 - RECURSO INOMINADO Nº 3541/09
PROCESSO DE ORIGEM Nº 011.07.012978-5 - COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
RECTE: TELEMAR NORTE E LESTE S/A
RECDO: NELCILÉIA ALMEIDA O. MENDES
ADV: DR. OTÁVIO CHAVES M. PEREIRA
JUÍZA RELATORA: DRª GRACIENE PEREIRA PINTO
FINALIDADE: PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, MANIFESTAR-SE SOBRE A POSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, CONFORME O R. DESPACHO DE FLS. 160.

02 - RECURSO ESTRAORDINÁRIO NO RECURSO INOMINADO Nº 3918/09
PROCESSO DE ORIGEM Nº 020.07.0002148-8 - COMARCA DE GUAÇUI
RECTE: BANCO BRADESCO S/A
RECDO: VICENTE ALBANI
ADV.: DRª **LUCIANA ALBANI LUCINDO**
JUÍZA RELATORA: DRª MARIA IZABEL PEREIRA DE AZEVEDO ALTOÉ
FINALIDADE: PARA, QUERENDO, APRESENTAR CONTRA-RAZÕES NO PRAZO LEGAL.

03 - RECURSO EXTRADORDINÁRIO NO RECURSO INOMINADO Nº 3599/09
PROCESSO DE ORIGEM Nº 036.08.000041-1 - COMARCA DE MUQUI
RECT: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - ACPS
RECD: RAQUEL BIGUI BARRETO
ADV.: DR. LUIZ CARLOS FILGUEIRAS
JUÍZA RELATORA: DRªGRACIENE PEREIRA PINTO
FINALIDADE: PARA, QUERENDO, APRESENTAR CONTRA-RAZÕES NO PRAZO LEGAL.

04 - RECURSO EXTRADORDINÁRIO NO RECURSO INOMINADO Nº 3315/08
PROCESSO DE ORIGEM Nº 021.06.006623-6 - COMARCA DE GUARAPARI
RECT: EMPRESA DE JUIZ DE FORA SERVIÇOS GERAIS LTDA.
RECD: CHARLES ANIBAL SANTIAGO
ADV.: DR. EDSON JOSÉ RABELO
JUÍZA RELATORA: DRª GRACIENE PEREIRA PINTO
FINALIDADE: PARA, QUERENDO, APRESENTAR CONTRA-RAZÕES NO PRAZO LEGAL.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, 21 DE SETEMBRO DE 2009.

RICARDO DE MORAES SABBAG
SECRETÁRIO DO CRJ

COMARCA DA CAPITAL

JUÍZO DE CARIACICA (ENT. ESPECIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO PRIMEIRA VARA CÍVEL DE CARIACICA
COMARCA DA CAPITAL

JUÍZA DE DIREITO:DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA DUTRA
PROMOTORA DE JUSTIÇA: DR. ROGÉRIO PORTO PESTANA
CHEFE DE SECRETARIA: ROSÂNGELA BARBOSA BARROSO

LISTA DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIAS OUTUBRO/2009
EXPEDIENTE DO DIA 22/09/2009

PUBLICAÇÃO NA FORMA DO ART. 236 C/C O ART. 1216 DO CPC

RELAÇÃO DOS DOUTOS ADVOGADOS INTIMADOS NESTA LISTA:

INTIMO:

1) PROC. Nº 012.07.013.525-1 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA UNIVERSAL LTDA.
REQUERIDO: MÁRCIA NUNES VAREJÃO
DR. FÁBIO NEFFA ALCURE OAB/ES 12.330
DR. ERNANDES GOMES PINHEIRO OAB/ES 4443
PARA CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, DESIGNADA PARA O **DIA 07/10/09 ÀS 13:30 HORAS.**

2) PROC. Nº 012.09.009.330-8 - RITO SUMÁRIO
REQUERENTE: IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA UNIVERSAL LTDA.
REQUERIDO: LUIZ ROCHA PEREIRA

DR. FÁBIO NEFFA ALCURE OAB/ES 12.330
PARA CIÊNCIA DO R.DESPACHO DE FLS.32, QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - SUMÁRIO PARA O **DIA 06/10/09 ÀS 14:00 HORAS.**

3) PROC. Nº 012.09.009.333-2 - RITO SUMÁRIO
REQUERENTE: IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA UNIVERSAL LTDA.
REQUERIDO: ALCEDINO ALVES DE SOUZA
DR. FÁBIO NEFFA ALCURE OAB/ES 12.330
PARA CIÊNCIA DO R.DESPACHO DE FLS.30, QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - SUMÁRIO PARA O **DIA 06/10/09 ÀS 14:30 HORAS.**

4) PROC. Nº 012.08.020.140-8 - COBRANÇA
REQUERENTE: JOSÉ MARIA BERNARDES
REQUERIDO: EXCELSIOR SEGURADORA S/A
DRª STELEIJANES ALEXANDRE CARVALHO OAB/ES 13.796
PARA CIÊNCIA DO R.DESPACHO DE FLS.26, QUE DEFERIU O PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, E DESIGNOU AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - SUMÁRIO PARA O **DIA 07/10/09 ÀS 14:00 HORAS**.

5) PROC Nº 012.09.006.910-0 - CARTA PRECATÓRIA
REQUERENTE: MARCOS ANTONIO DE ARAÚJO
REQUERIDO: A VISTA ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.
DR. DIOGO MARTINS OAB/ES 7818
DR. ANTONIO RICARDO CORDEIRO OAB/MG 96.726
PARA CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA - OITIVA DE TESTEMUNHA, DESIGNADA PARA O **DIA 14/10/09 ÀS 14:30 HORAS.**

6) PROC. Nº 012.08.009.730-1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS
REQUERENTE: HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
REQUERIDO: ANTONIO ALVES BANJAMIN NETO
DR. VICENTE SANTÓRIO FILHO OAB/ES 4680
DR. GUSTAVO VERELLA CABRAL OAB/ES 5879
PARA CIÊNCIA DO INTEIRO TEOR DA R.SENTENÇA DE FLS.151/152, CUJA PARTE FINAL SEGUE TRANSCRITA:"... A AÇÃO FOI AJUIZADA PELA SOCIEDADE - HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO FRANCISCO (VER FLS.02 E 25), A QUAL NÃO POSSUI LEGITIMIDADE ATIVA, MOTIVO PELO QUAL ACOLHO A PRELIMINAR, JULGANDO A REQUERENTE CARECEDORA DE AÇÃO, EXTINGUINDO O FEITO COM FULCRO NO ARTIGO 267, INCISO VI, DO CPC, CONDENANDO A REQUENTE NO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ESTE QUE FIXO EM R$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS), ATENTO AS REGRAS DO ARTIGO 20, §§ 3º E 4º DO CPC."

7) PROC. Nº 012.07.006.305-7 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: SEBASTIÃO LIBERATO DE OLIVEIRA
REQUERIDO: PAULO ROBERTO BASTOS MONJARDIM E OUTRO
DRª FLÁVIA AQUINO DOS SANTOS OAB/ES 8887
DR. JOÃO EUGÊNIO MONDENESI FILHO OAB/ES 13.039
DR. GUSTAVO SICILIANO CANTISANO OAB/ES 10.371
PARA CIÊNCIA DA R.DECISÃO DE FLS.349, QUE DEFERIU O PEDIDO DE PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, DESIGNANDO AUDIÊNCIA PARA OITIVA DA DRª PERITA PARA O **DIA 13/10/09 ÀS 13:30 HORAS.**

8) PROC. Nº 012.05.009.032-8 - MONITÓRIA
REQUERENTE:JAIME MODOLO
REQUERIDO: PADARIA E LANCHONETE
DR. FREDERICO RAMALDES OAB/ES 5053
DR. VICTOR HUGO MOFATI MORAES OAB/ES 12.276
PARA CIÊNCIA DO INTEIRO TEOR DA R.SENTENÇA DE FLS.63/64, CUJA PARTE FINAL SEGUE TRANSCRITA: "COMPULSANDO OS AUTOS, VERIFICO QUE O EXEQUENTE FOI INTIMADO TANTO PESSOALMENTE, QUANTO POR SEU ADVOGADO, PARA IMPULSIONAR O FEITO, NO PRAZO DE 48 HORAS, MAS DEIXOU TRANSCORRER O PRAZO SEM ATENDER A FINALIDADE DO DESPACHO, ESTANDO O PROCESSO PARALISADO, POR INÉRCIA DO MESMO. PORTANTO SABE-SE QUE O PROCESSO SERÁ EXTINTO QUANDO FICAR PARA DO POR MAIS DE UM ANO POR NEGLIGÊNCIA DAS PARTES OU QUANDO O AUTOR ABANDONAR A CAUSA POR MAIS DE TRINTA DIAS, DEIXANDO DE PROMOVER OS ATOS E DILIGÊNCIAS QUE LHE COMPETIR - CPC, ART.267, INCISOS II E III. EM CONSEQÜÊNCIA, COM FULCRO NO ARTIGO 267, INCISO III, PARÁGRAFO 1º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, JULGO EXTINTO O FEITO, CONDENANDO A PARTE REFERIDA AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, A SER COBRADA NA FORMA DO ART.12 DA LEI 1060/50."

9) PROC. Nº 012.08.007.792-3 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO PANAMERICANO S/A
REQUERIDO: CARLOS ANTONIO CRISTO JUNIOR
DR. VALMIR SOUZA TRINDADE OAB/ES 14.348
PARA CIÊNCIA DO INTEIRO TEOR DA R.SENTENÇA DE FLS.21/22, CUJA PARTE FINAL SEGUE TRANSCRITA: " ...DIANTE DO EXPOSTO, COM FULCRO NOS DISPOSITIVOS LEGAIS SUPRACITADOS, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, JULGANDO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 267, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, CONDENANDO O AUTOR NO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. P.R.I. TRANSITADO EM JULGADO, INTIME-SE PARA O PAGAMENTO DAS CUSTAS NO PRAZO DE DEZ DIAS. PREPARADOS, ARQUIVEM-SE. CASO NÃO SEJA FEITO O PAGAMENTO, INSCREVER O DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA E APÓS ARQUIVAR.

10) PROC Nº 012.06.004.006-5 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: VILA VELHA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S/C LTDA.
REQUERIDO: MIRO CAMILO COSTA
DR. EDUARDO GIVACO COELHO MACHADO OAB/ES 10.009
PARA CIÊNCIA DO INTEIRO TEOR DA R.SENTENÇA DE FLS.83/88, CUJA PARTE FINAL SEGUE TRANSCRITA: "... DIANTE DO EXPOSTO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 4º DO DECRETO LEI 911/69 E ARTIGO 902 DO CPC, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL, PARA CONDENAR O REQUERIDO, COMO DEVEDOR FIDUCIÁRIO EQUIPARADO A DEPOSITÁRIO, A RESTITUIR A REQUERENTE O BEM DESCRITO NOS AUTOS, NO PRAZO DE 24 HORAS, OU O EQUIVALENTE AO VALOR DO SALDO DEVEDOR ABERTO (R$ 3.933,96), ACRESCIDOS DE ATUALIZAÇÃO NA FORMA CONTRATUAL PARA A DATA EM QUE OCORRER O EFETIVO PAGAMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 906, DO CPC. ENTRETANTO, DEIXO DE DECRETAR SUA PRISÃO CIVIL. CONDENO O REQUERIDO NO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ESTE QUE FIXO EM 10% SOBRE O VALOR DO SALDO DEVEDOR DEVIDAMENTE CORRIGIDO, EXTINGUINDO O FEITO COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 269, I, DO CPC. P.R.I.TRANSITADO EM JULGADO, E NÃO PROCURADO PELA PARTE NO PRAZO, ARQUIVEM-SE."

CARIACICA/ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

ROSÂNGELA BARBOSA BARROSO
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO 2ª VARA DE FAMÍLIA DE CARIACICA

LISTA Nº 46/09

CARIACICA/ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

JUIZ DE DIREITO: DR. ALAIMAR RIBEIRO DE SOUZA FIUZA
CHEFE DE SECRETARIA: RUY BARROS RUY
ESCREVENTE: HILTON EZEQUIEL R. FILHO ASSESSORA DO JUIZ: JULIA SEDA VIEIRA

INTIMA:

PARA FINS E EFEITOS DO ART. 236, COM AS FRANQUIAS DO ART. 1.216 DO CPC.
RELAÇÃO DE ADVOGADOS NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 14/99 DO CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**:**

01-PROCESSO Nº 012.08.00111-2 - AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL.
DRª JALINE IGLEZIAS VIANA, OAB/ES 11088 - PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 22/VERSO, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "INTIMEM-SE AS PARTES PARA CONHECER O LAUDO DO PSICOSSOCIAL, PRAZO COMUM DE 10 DIAS.".
SÃO PARTES: W R O E M G B H.

02-PROCESSO Nº 012.09.005737-8 - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA.
DRª. RENATA STAUFFER DUARTE, OAB/ES 225-B - PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 36, CUJO TEOR, EM RESUMO, É O SEGUINTE: "(...) DEFIRO A SUSPENSÃO DO FEITO, CONFORME PREVÊ O ARTIGO 762 DO CPC, NA FORMA REQUERIDA PELOS EXEQUENTES, VISANDO A QUITAÇÃO DO DÉBITO.".
SÃO PARTES: C H C S, M C S E C J S.

03-PROCESSO Nº 012.09.013491-2 - AÇÃO DE CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO.
DRª. ANDRÉIA DE OLIVEIRA BOTELHO, OAB/ES 9573 - PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 11 CUJO TEOR, EM RESUMO, É O SEGUINTE: "(...) JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DOS REQUERES, O SUFICIENTE PARA DECRETAR O DIVÓRCIO DO CASAL (...) JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, ESTRIBADO NO INCISO III, DO ARTIGO 269, DO CPC. SEM CUSTAS.".
SÃO PARTES: J L C E G G.

04-PROCESSO Nº 012.08.010625-0 - AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA.
DRª. JANE MORAES, OAB/ES 10862 E DRª. LILIANE SOUZA RODRIGUES LIBARDI, OAB/ES 5768 - PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 78/80, CUJO TEOR, EM RESUMO, É O SEGUINTE: "(...) JULGO PROCEDENTE, PARCIALMENTE O PEDIDO AUTORAL E, PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEFESA (...) O SUFICIENTE PARA DECRETAR A SEPARAÇÃO JUDICIAL DO CASAL (...) JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO E O FAÇO ESTRIBADO NAS NORMAS ÍNSISTAS NOS INCISOS I, PRIMEIRA FIGURA E II DO ART. 269, DA LEI ADJETIVA CIVIL BRASILEIRA. SEM CUSTAS.".
SÃO PARTES: A R S E E B C.

05-PROCESSO Nº 012.09.015437-3 - AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA.
DR. LUIS GUSTAVO NARCISO GUIMARÃES, OAB/ES 10997 - PARA CIÊNCIA DA R. DESPACHO DE FLS. 18, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "INTIME-SE A REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU DOUTO ADVOGADO, PARA EMENDAR A EXORDIAL, EM 10 DIAS, ATENDENDO TODO O DISPOSTO NO ARTIGO 282 E AINDA PARA JUNTAR AOS AUTOS, CERTIDÕES DE NASCIMENTO DOS FILHOS DO CASAL E DOCUMENTOS PESSOAIS DA AUTORA, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DA INICIAL. (ART. 284, DO CPC).".
SÃO PARTES: J S S E G V S.

06-PROCESSO Nº 012.06.005799-4 - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.
DR. VALDEMIR SOARES VANDERLEI, OAB/ES 190-A - PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 77/78, CUJO TEOR, EM RESUMO, É O SEGUINTE: "(...) INDEFIRO O PEDIDO DE NOVO EXAME DE DNA, PARA O PRESENTE FEITO.".
SÃO PARTES: J V E F E M R.

07-PROCESSO Nº 012.09.011814-7 - AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL.
DR. ASTROGILDO ROSA OLIVEIRA OAB/ES 4772 E DR. VANDER LIMA RUBERT, OAB/ES 14440 - PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO NEGATIVA DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 18 E INFORMAR NOVO ENDEREÇO DO REQUERIDO, NO PRAZO DE 5 DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.
SÃO PARTES: D M E V M.

08-PROCESSO Nº 012.03.002392-8 - AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA.
DRª. MARCIA FERREIRA GUEDES, OAB/ES 11454 - PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 82, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "INTIME-SE A DOUTA, SUBSCRITORA DA PEÇA DE FLS. 69/70, ATRAVÉS DO DJ, PARA TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 67 - VERSO.".
SÃO PARTES: J C S E L B V S.

09-PROCESSO Nº 012.08.011068-2 - AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE PENSÃO.
DR. HARLLEN DINIZ DO VALE NASCIMENTO, OAB/ES 11847 - PARA CIÊNCIA DA R. DESPACHO DE FLS. 50, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "EM QUE PESE ACREDITAR NO DOCUMENTO ACOSTADO PELA PETIÇÃO DE FLS. 56/47, BEM COMO CULTIVAR O RESPEITO AO PROFISSIONAL QUE O SUBSCREVE, NÃO POSSO DEFERIR QUALQUER PEDIDO, SOB O FATO DE QUE O JUIZ APÓS FAZER A ENTREGA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, NÃO MAIS FALARÁ NO PROCESSO, EM RELAÇÃO A SENTENÇA, SALVO PARA RESPONDER EMBARGOS DECLARATÓRIOS.".
SÃO PARTES: J L A, A A E A A.

10-PROCESSO Nº 012.09.013344-3 - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA ALIMENTÍCIA.
DRª. EDILAMARA RANGEL GOMES, OAB/ES 9916 - PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 14, CUJO TEOR, EM RESUMO, É O SEGUINTE: "INTIME-SE A DOUTA ADVOGADA, SUBSCRITORA DA EXORDIAL PARA JUNTAR AOS AUTOS, CERTIDÃO DE NASCIMENTO DA EXEQUENTE, BEM COMO PARA A DEQUARAR A SUA INICIAO AO RITO DE EXECUÇÃO DO ART. 732 DO CPC, E AINDA PARA JUNTAR AOS AUTOS, DOCUMENTOS DE PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ATUALIZADAS (...) EM DEZ DIAS, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DA EXORDIAL".
SÃO PARTES: M C M E M M S.

11-PROCESSO Nº 012.09.010324-8 - AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL.
DR. CARLOS ALBERTO AMORIM DE ASSIS, OAB/ES 6563 - PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 36, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "INTIME-SE O DOUTO, NOVAMENTE, PARA JUNTAR OS DOCUMENTOS PESSOAIS DA AUTORA, DE ACORDO COM O ARTIGO 283 DO CPC, TAIS COMO DOCUMENTOS DE IDENTIDADE, CPF, CERTIDÃO DE CASAMENTO AVERBADA A EXTINÇÃO DO MATRIMÔNIO, VISANDO INSTRUIR O FEITO E RA-RETIFICAR O NOME DA AUTORA, E SE FOR O CASO, ALTERAR JÁ JUNTADOS, EM CINCO DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO."
SÃO PARTES: M S S S E A S S.

12-PROCESSO Nº 012.09.014449-9 - AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA.
DR. LUIS GUSTAVO NARCISO GUIMARÃES, OAB/ES 10997 - PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 22 CUJO TEOR, EM RESUMO, É O SEGUINTE: "(...) INTIMEM-SE OS INTERESSADOS, ATRAVÉS DO DOUTO ADVOGADO PARA INSTRUIR ADEQUADAMENTE O FEITO, NO PRAZO DE 10 DIAS, SO PENA DE INDEFERIMENTO. (...)".
SÃO PARTES: P A E R J F.

13-PROCESSO Nº 012.09.006504-1 - AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA.
DR. MANOEL SOARES DE DEUS, OAB/ES 5666 - PARA APRESENTAR RÉPLICA NO PRAZO DE 10 DIAS.
SÃO PARTES: L F T M E E F F M.

14-PROCESSO Nº 012.08.018338-2 - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA.
DR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB/MG 72658-B - PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS 34 E MANIFESTAR-SE NO PRAZO DE 05 DIAS.
SÃO PARTES: R C S, E C S, K C S E J R G S.

RUY BARROS RUY
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
4ª VARA DE FAMÍLIA DE CARIACICA

FÓRUM DES. AMÉRICO RIBEIRO COELHO - RUA BOGOTÁ, S/N, JARDIM AMÉRICA - CARIACICA/ES CEP-29140-110 TEL.:3200-2355

JUIZ DE DIREITO: VICTOR EMANUEL ALCURI JÚNIOR
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: SIMONE LUGON VALLADÃO

LISTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS N.º 24/2009

DR.(A). ADMILSON MARTINS BELCHIOR - OAB-ES 4.209
DR.(A). EDILAMARA RANGEL GOMES - OAB-ES 9.916
DR.(A). GILVAN BASTOS MORANDI - OAB-ES 9.546
DR.(A). JULIO TAVARES MARIANO - OAB-ES 2.819
DR.(A). KAYO ALVES RIBEIRO - OAB-ES 11.026
DR.(A). LUIZ CARLOS BARRETO - OAB-ES 14.129
DR.(A). LUIZ CLAUDIO LAGE CERQUEIRA - OAB-MG 59.986
DR.(A). MARCELA NUNES DE SOUZA - OAB-ES 13.467
DR.(A). RODRIGO CARLOS DE SOUZA - OAB-ES 7.933
DR.(A). STEPHANO SILVESTRE DUTRA - OAB-ES 14.377
DR.(A). TÂNIA REGINA KROEBEL - OAB-ES 4.854
DR.(A). VALÉRIA MARCIA CARDOSO - OAB-ES 9.507
DR.(A). VOLME JOSE DE ALMEIDA - OAB/ES 4.890

DR.(A). LUIZ CARLOS BARRETO - OAB-ES 14.129
AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA
PROCESSO Nº **012.08.020269-8**
K.L.B.A. X
FINALIDADE: INTIMÁ-LO PARA, PARA NO PRAZO DE LEI, INFORMAR NOME DAS PARTES E NUMERO CORRETO DO PROCESSO NA PETIÇÃO PROTOCOLADA EM 10/09/2009.

DR.(A). KAYO ALVES RIBEIRO - OAB-ES 11.026
AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA COM BENS A PARTILHAR
PROCESSO Nº **012.08.003411-4**
E.S.S. X J.R.T.S.
FINALIDADE: INTIMÁ-LO PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 283 DOS AUTOS, NO QUAL DESIGNOU AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO, PARA O **DIA 21 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15:30 HORAS.**

DR.(A). MARCELA NUNES DE SOUZA - OAB-ES 13.467
AÇÃO DE NEGATIVA DE PATERNIDADE
PROCESSO Nº **012.08.019322-5**
J.E.R. X W.A.R.
FINALIDADE: INTIMÁ-LO PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO SANEADOR DE FLS. 62 DOS AUTOS, NO QUAL DESIGNOU AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PARA O **DIA 15 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:45 HORAS.**

DR.(A). VOLME JOSE DE ALMEIDA - OAB/ES 4.890
AÇÃO DE REVISÃO DE ALIMENTOS
PROCESSO Nº **012.09.014767-4**
A.O.A. X N.R.O.
FINALIDADE: INTIMÁ-LO PARA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, EMENDAR A INICIAL, SOB PENA DE INDEFERIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM A R. DECISÃO DE FLS. 11 DOS AUTOS.

DR.(A). LUIZ CLAUDIO LAGE CERQUEIRA - OAB-MG 59.986
AÇÃO DE ALIMENTOS
PROCESSO Nº **012.09.010875-9**
V.A.M. X F.L.M.
FINALIDADE: INTIMÁ-LO PARA, NO PRAZO DE LEI**,** TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 21/V DOS AUTOS.

DR.(A). ADMILSON MARTINS BELCHIOR - OAB-ES 4.209
AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA
PROCESSO Nº **012.04.001569-0**
J.P. X R.M.O.P.,
FINALIDADE: INTIMÁ-LA PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 59 DOS AUTOS, O QUAL DEFERIU VISTAS DOS AUTOS PELO PRAZO DE CINCO (05) DIAS.

DR.(A). EDILAMARA RANGEL GOMES - OAB-ES 9.916
AÇÃO DE ALIMENTOS
PROCESSO Nº **012.03.012605-1**
B.D.A. X J.C.A.
FINALIDADE: INTIMÁ-LA PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 57 DOS AUTOS, O QUAL DEFERIU VISTAS DOS AUTOS PELO PRAZO DE CINCO (05) DIAS.

DR.(A). JULIO TAVARES MARIANO - OAB-ES 2.819
AÇÃO DE SEPARAÇÃO CONSENSUAL
PROCESSO Nº **012.04.003462-6**
N.S. X M.F.O.S.
FINALIDADE: INTIMÁ-LO PARA, PARA NO PRAZO LEGAL, TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 16 DOS AUTOS, O QUAL INDEFERIU O PEDIDO DE FLS. 15 DOS AUTOS.

DR.(A). STEPHANO SILVESTRE DUTRA - OAB-ES 14.377
AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA COM BENS A PARTILHAR
PROCESSO Nº **012.08.007765-9**
R.O.D.M. X C.B.F.M.
FINALIDADE: INTIMÁ-LO PARA, PARA NO PRAZO LEGAL, TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 92 DOS AUTOS, O QUAL INDEFERIU O PLEITO DE FLS. 85/86 DOS AUTOS.

DR.(A). JOSUÉ SILVA FERREIRA COUTINHO - OAB-ES 5.790
DR.(A). TÂNIA REGINA KROEBEL - OAB-ES 4.854
AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA
PROCESSO Nº **012.03.008646-1**
B.A.S. E OUTRO X A.R.S.
FINALIDADE: INTIMÁ-LA PARA, NO PRAZO DE LEI**,** TOMAR CIÊNCIA DOS TERMOS DA R. DECISÃO DE FLS. 200/201 DOS AUTOS.

DR.(A). RODRIGO CARLOS DE SOUZA - OAB-ES 7.933
AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA
PROCESSO Nº **012.08.005061-5**
V.N.T. X G.B.T.
FINALIDADE: INTIMÁ-LA PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 64 DOS AUTOS, A QUAL JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, E O FAZ COM FUNDAMENTO NO INCISO I, ARTIGO 794 DO CPC**.**

DR.(A). VALÉRIA MARCIA CARDOSO - OAB-ES 9.507
AÇÃO DE REVISÃO DE ALIMENTOS
PROCESSO Nº **012.09.011327-0**
A.C. X J.V.S.C. E OUTRO
FINALIDADE: INTIMÁ-LA PARA, NO PRAZO DE LEI**,** TOMAR CIÊNCIA DA CONTESTAÇÃO DE FLS. 31/72 DOS AUTOS.

DR.(A). GILVAN BASTOS MORANDI - OAB-ES 9.546
AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO SEM BENS A PARTILHAR
PROCESSO Nº **012.09.001508-7**
L.B.D. X L.R.S.D.
FINALIDADE: INTIMÁ-LO PARA, PARA NO PRAZO DE LEI, MANIFESTAR-SE SOBRE A CONTESTAÇÃO DE FLS. 40/41, E RECONVENÇÃO DE FLS. 46/47 DOS AUTOS.

CARIACICA - ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009

SIMONE LUGON VALLADÃO
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DE CARIACICA COM INTERESSE DE MAIORES COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

A **DOUTORA MARTA MARIA SÁ TEIXEIRA DE SIQUEIRA**, MM. JUÍZA DE DIREITO DESTA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES COM INTERESSE DE MAIORES DE CARIACICA, COMARCA DA CAPITAL, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO OU NOTÍCIA TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO TRAMITOU OS **AUTOS DE INTERDIÇÃO** AUTUADO SOB O Nº **012.08.012877-5 (4510/08),** TENDO SIDO ACOLHIDO O PEDIDO DE FLS. 02/04 E DE CONSEQUÊNCIA DECRETADA A INTERDIÇÃO DE **MARCOS ANTÔNIO PEREIRA ALVES,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 31/07/1976, FILHO DE ANTÔNIO ALVES E MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA ALVES. RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA PARAGUAI, 197, JARDIM AMÉRICA, CARIACICA/ES, POR SER

PORTADOR DE RETARDO MENTAL POR ENCEFALOPATIA- CID 10/F 71, PROGRESSIVA, DE CARÁTER IRREVERSÍVEL DECLARANDO-O ABSOLUTAMENTE INCAPAZ DE EXERCER PESSOALMENTE OS ATOS DA VIDA CIVIL, NOMEANDO-LHE CURADORA **MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA ALVES,** BRASILEIRA, CASADA, DO LAR, PORTADORA DO RG 642.131-ES, FILHA DE FLORIANO PEREIRA E NAIR FRANÇA, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA PARAGUAI, 197, JARDIM AMÉRICA, CARIACICA/ES, SOB COMPROMISSO A SER PRESTADO NO PRAZO DE CINCO DIAS, POR TERMO EM LIVRO PRÓPRIO, A QUEM CABERÁ REPRESENTÁ-LO EM TODOS OS ATOS DA VIDA CIVIL, ENQUANTO NÃO CESSAR A CAUSA DETERMINANTE DA INTERDIÇÃO AQUI DECRETADA, NÃO PODENDO POR QUALQUER MODO CONTRAIR EMPRÉSTIMOS, ALIENAR OU ONERAR BENS MÓVEIS, IMÓVEIS OU DE QUAISQUER NATUREZA PERTENCENTES AO INTERDITO, SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. OS VALORES RECEBIDOS DE ENTIDADES PREVIDENCIÁRIAS E DE QUAISQUER OUTRAS FONTES DEVERÃO SER APLICADOS EXCLUSIVAMENTE NA SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E BEM ESTAR DO INTERDITO. APLIQUE-SE, NO CASO, O DISPOSTO NO ART. 919 DO CPC E AS RESPECTIVAS SANÇÕES. FICAM POIS OS INTERESSADOS CIENTES DA INTERDIÇÃO ACIMA REFERIDA, EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ARTIGO 1.184 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, PUBLICANDO-SE POR TRÊS VEZES NO DIÁRIO DA JUSTIÇA COM INTERVALO DE DEZ DIAS ENTRE AS PUBLICAÇÕES. SEM CUSTAS, EIS QUE AMPARADOS PELA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.

DADO E PASSADO, NESTA CIDADE, AOS 31 (TRINTA E UM) DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2009 (DOIS MIL E NOVE). EU, , DILCÉA DAS GRAÇAS STANGE, CHEFE DE SECRETARIA, O FIZ DIGITAR, CONFERI, SUBSCREVO E ASSINO, CONFORME PROVIMENTO 02/98 DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA.

DILCÉA DAS GRAÇAS STANGE
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE CARIACICA

JUIZ DE DIREITO: DR. JORGE LUIZ RAMOS
CHEFE DE SECRETARIA: ROSIENE Mª DAVARIZ DELBONI
EXPEDIENTE: 22/09/2009

LISTA 18/2009

INTIMAÇÕES NA FORMA DO ARTIGO 236 C/C ART. 1216 DO CPC ABAIXO SEGUE O ÍNDICE NOMINAL EM ORDEM ALFABÉTICA DOS DOUTORES ADVOGADOS INTIMADOS NA FORMA DA LEI.

DR. ADMAR JOSÉ CORRÊA
DR. ALEX VLADIMIR VARGAS PEREIRA
DR. ALEXANDRE ZAMPROGNO
DRª BIANKA CHRISTINE FAVORETTI
DR. BRUNO DE PINHO E SILVA
DRª CHRISTINE ROCHA MOREIRA
DRª DANIELLE MATIAS
DR. EDNO PAVIOTI DO NASCIMENTO
DRª ELIETE BONI BITENCOURT
DRª ELISÂNGELA LEITE MELO
DR. ERNANDES GOMES PINHEIRO
DR. FABIANO DE CHRISTO DEPES TALLON
DR. GABRIEL VIRGILIO SCHWAB RODRIGUES
DRª GABRIELA NEGRI CARLESSO
DR. GLAUBER ARRIVABENE ALVES
DRª GRAZIELA FERNANDES LAURETTO
DR. GUALTER MALACARNE LOUREIRO
DR. GUIDO PINHEIRO CORTES
DR. JAQUES MARQUES PEREIRA
DR. JERÔNIMO DE BARROS ZANANDRÉA
DR. JOÃO BATISTA DALAPICOLA SAMPAIO
DR. LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO
DR. MARCELO ALVARENGA PINTO
DR. MARCOS VENÍCIUS WYATT
DRª MARILENE NICOLAU
DR. MOISES SASSINE ZOGHBI
DR. MURILO SALOMÃO
DRª NELIETE GOMES PEREIRA ARAUJO
DR. RICARDO BERMUDES MEDINA GUIMARÃES

012.05.005696-4 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - ESPÓLIO DE HAROLDO BRAGA DA SILVA FILHO EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DRª NELIÉTE GOMES PEREIRA ARAUJO E DR. ALEXANDRE ZAMPROGNO** PARA CIÊNCIA DA RESP. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE, EM PARTE O PEDIDO CONDENATÓRIO CONTIDO NA INICIAL E CONDENOU O MUNICÍPIO DE CARIACICA A PAGAR AO AUTOR O VALOR REFERENTE AO 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO PROPORCIONAL, DEVIDAMENTE CORRIGIDOS DE ACORDO COM OS TERMOS DA LEI 6.899/81, COM A REGULAMENTAÇÃO DO DECRETO Nº 86.649/81, ACRESCIDOS DE JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO, BEM COMO JULGOU EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, I DO CPC, CONDENANDO AS PARTES AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ISENTANDO O AUTOR POR ESTAR AMPARADO PELA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, DETERMINANDO A REMESSA NECESSÁRIA AO TJ/ES.

012.02.006531-9 - AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS - MARIA FRAGA CHRIST EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. ALEXANDRE ZAMPROGNO** PARA COMPARECER AO CARTÓRIO PARA ASSINAR AUTO DE RESTAURAÇÃO.

012.08.013770-1 EMBARGOS À EXECUÇÃO - BLOKOS ENGENHARIA LTDA. EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. MARCOS VENICIUS WYATT** PARA, QUERENDO, IMPUGNAR OS EMBARGOS NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, CONFORME ART. 17 DA LEF.

012.08.013769-3 - EMBARGOS À EXECUÇÃO - BLOKOS ENGENHARIA LTDA. EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. MARCOS VENICIUS WYATT** PARA, QUERENDO, IMPUGNAR OS EMBARGOS NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, CONFORME ART. 17 DA LEF.

012.03.008799-8 - EMBARGOS À EXECUÇÃO - FRIMACAL S/A FRIGORIFICO E MATADOURO CARIACICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA- INTIMAR **DRª GRAZIELA FERNANDES LAURETTO E DR. LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO** PARA CIÊNCIA DA RESP. SENTENÇA DE FLS. 203/211 QUE JULGOU PROCEDENTE OS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL PARA DESCONSTITUIR O TÍTULO EXECUTIVO FISCAL, CDA Nº 0225/2000, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS TERMOS DO ART. 269, I DO CPC, BEM COMO CONDENOU O EMBARGADO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 3% (TRÊS POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA.

012.06.0104.671 - EMBARGOS À EXECUÇÃO - TOREZANI - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA- INTIMAR **DR. EDNO PAVIOTTI DO NASCIMENTO** PARA QUE MANIFESTAR, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS SOBRE A IMPUGNAÇÃO DE FLS. 122/131.

012.02.003969-4 AÇÃO INDENIZATÓRIA - JOSÉ DE PALMA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA- INTIMAR **DR. JERÔNIMO DE BARROS ZANANDRÉA E DR. LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO** PARA CIÊNCIA DA SUBIDA DOS AUTOS PARA O TJ/ES.

012.06.003129-6 - AÇÃO DE COBRANÇA - RITA DE CÁSSIA RIBEIRO DO NASCIMENTO EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DRª MARILENE NICOLAU E DR. LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO** PARA CIÊNCIA DA SUBIDA DOS AUTOS PARA O TJ/ES.

012.03.009114-9 - MANDADO DE SEGURANÇA - MARIA DA PENHA SANTOS FARIAS E OUTRO EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA- INTIMAR **DR. GABRIEL VIRGILIO SCHWAB RODRIGUES E DRª DANIELLE MATIAS** PARA CIÊNCIA DA SUBIDA DOS AUTOS PARA O TJ/ES.

012.03.008351-8 - EMBARGOS DO DEVEDOR - ENGE URG LTDA. EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA- INTIMAR **DR. GUIDO PINHEIRO CÔRTES E DRª BIANKA CHRISTINE FAVORETTI** PARA CIÊNCIA DA PERÍCIA CONTÁBIL MARCADA PARA O **DIA 05/10/2009, INICIANDO-SE ÀS 13:00 HORAS.**

012.03.010433-0 - AÇÃO ANULATÓRIA - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA- INTIMAR **DR. RICARDO BERMUDES MEDINA GUIMARÃES E DRª BIANKA CHRISTINE FAVORETTI** PARA CIÊNCIA DA SUBIDA DOS AUTOS PARA O TJ/ES.

012.09.008888-6 - AÇÃO DE COBRANÇA - STELLAMARIS BARBOSA GUSMÃO FERRARI EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA- INTIMAR **DR. ALEXANDRE ZAMPROGNO** PARA CIÊNCIA DO RESP. DESPACHO DE FLS. 154 DOS AUTOS QUE CONCEDEU UM NOVO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, TENDO EM VISTA QUE O REQUERIMENTO JÀ FORA DEFERIDO NO DESPACHO DE FLS. 142 DOS AUTOS.

012.02.003670-8 - EMBARGOS DO DEVEDOR - SOBREMETAL RECUPERAÇÃO DE METAIS LTDA. EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. GLAUBER ARRIVABENE ALVES E DRª BIANKA CHRISTINE FAVORETTI** PARA CIÊNCIA DA SUBIDA DOS AUTOS PARA O TJ/ES.

012.05.003518-2 - MANDADO DE SEGURANÇA - MARIA JOSÉ SANTOS NASCIMENTO EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA- INTIMAR **DR. JOÃO BATISTA DALAPICOLA SAMPAIO E DR. LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO** PARA CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS DO TJ/ES.

012.06.005051-0 - AÇÃO ANULATÓRIA - SILOCAF DO BRASIL S/A EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA- INTIMAR **DR. RICARDO BERMUDES MEDINA GUIMARÃES E DR. LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO** PARA CIÊNCIA DA SUBIDA DOS AUTOS PARA O TJ/ES.

012.02.005139-2 - AÇÃO ORDINÁRIA - PAULO DE TARSO AZEVEDO SILVA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA- INTIMAR **DR. MARCELO ALVARENGA PINTO** PARA, CASO QUEIRA, OFERECER CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO NO PRAZO DE LEI.

012.05.003882-2 - AÇÃO ORDINÁRIA - ELSON JOSÉ DA SILVA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. MARCELO ALVARENGA PINTO E DR. ALEXANDRE ZAMPROGNO** PARA CIÊNCIA DA SUBIDA DOS AUTOS PARA O TJ/ES.

012.06.006154-1 - EMBARGOS DO DEVEDOR - LABORATÓRIO QUINTÃO LTDA. EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. JAQUES MARQUES PEREIRA** PARA SE MANIFESTAR, NO PRAZO DE 10 DIAS, SOBRE A IMPUGNAÇÃO DE FLS. 45/53 DOS AUTOS.

012.03.008818-6 - EMBARGOS DO DEVEDOR - MAGNESITA S/A EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DRª BIANKA CHRISTINE FAVORETTI** PARA, NO PRAZO LEGAL, OFERECER CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO.

012.03.000681-6 - EMBARGOS DO DEVEDOR - IMOBILIÁRIA UNIVERSAL LTDA. EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. EDNO PAVIOTTI DO NASCIMENTO E DRª ELISÂNGELA LEITE MELO** PARA CIÊNCIA DA RESP. SENTENÇA DE FLS. 50/61 DOS AUTOS QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE OS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL TÃO SOMENTE PARA RECONHECER A PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO ANO DE 1995 E, COMO CONSEQUÊNCIA DESCONSTITUIU O TÍTULO EXECUTIVO REPRESENTADO PELA CDA DE Nº 0044/2001, DEVENDO A MUNICIPALIDADE EMBARGADA EMITIR NOVO TÍTULO EXECUTIVO EXCLUINDO O PERÍODO CORRESPONDENTE AO ANO DE 1995, OBSERVADAS AS FORMALIDADES LEGAIS, BEM COMO EXTINGUIU O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS TERMOS DO ART. 269, I DO CPC.

012.07.007154-8 - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ALDEBARO MATTOS RODRIGUES E DÉA MARLI MATOS RODRIGUES EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DRª ELIETE BONI BITTENCOURT** PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, MANIFESTAR-SE SOBRE A IMPUGNAÇÃO DE FLS. 23/31.

012.08.007044-9 - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - DEOZINHO ARPINI EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. GUALTER MALACARNE LOUREIRO E DR. LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO** PARA CIÊNCIA DA RESP. SENTENÇA DE FLS. 78/80 QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO DA SEGUINTE FORMA: A) DETERMINOU A EXCLUSÃO DO AUTOR COMO TITULAR DO IMÓVEL CADASTRADO NO MUNICÍPIO DE CARIACICA SOB O Nº 05-004-023A-0021-2000, BEM COMO DOS REGISTROS DE DÍVIDA ATIVA, EMITINDO-SE NOVA CERTIDÃO "NADA CONSTA" NO NOME DO AUTOR EM RELAÇÃO A TAL IMÓVEL; B) INDEFERIU A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL; C) HAVENDO SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, DISTRIBUIU RECIPROCAMENTE AS CUSTAS E HONORÁRIOS, DETERMINANDO A COMPENSAÇÃO DOS ÚLTIMOS EM ATENÇÃO À SÚMULA 306 DO STJ.

012.06.011932-3 - AÇÃO ORDINÁRIA - FERNANDA LIMA SIQUEIRA E DULCINEA DORNELAS SILVA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. FABIANO DE CHRISTO DEPES TALLON** PARA, CASO QUEIRA, OFERECER CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO NO PRAZO DE LEI.

012.05.009053-4 - AÇÃO ORDINÁRIA - COOPERCAP - COOPERATIVA DE TRANSP. RODOV. E FERROV. DO ES EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO** PARA QUE OFEREÇA CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO NO PRAZO LEGAL.

012.02.000372-4 - EMBARGOS DO DEVEDOR - HYATT MOTEL E TURISMO LTDA. EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. ERNANDES GOMES PINHEIRO E DR. ALEXANDRE ZAMPROGNO** PARA CIÊNCIA DA RESP. SENTENÇA DE FLS. 289/295 QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS TERMOS DO ART. 269, I DO CPC, CONDENANDO A EMBARGANTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXO EM 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA.

012.09.005377-3 - MANDADO DE SEGURANÇA - MARIA DA PENHA SANTOS FARIAS EM FACE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DRª CHRISTINE ROCHA MOREIRA E DR. MURILO SALOMÃO** PARA CIÊNCIA DA RESP. SENTENÇA DE FLS. 202/210 QUE DENEGOU A SEGURANÇA PLEITEADA E EXTINGUI O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 269, I DO CPC.

012.04.007598-3 - EMBARGOS À EXECUÇÃO - JOÃO LUIZ DE ANGELI EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DRª GABRIELA NEGRI CARLESSO E BIANKA CHRISTINE FAVORETTI** PARA CIÊNCIA DA RESP. SENTENÇA DE FLS. 73/78 QUE JULGOU PROCEDENTE OS EMBARGOS À EXECUÇÃO E DECLAROU A ILEGITIMIDADE PASSIVA DO EMBARGANTE PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DO EXECUTIVO FISCAL EM APENSO, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, I DO CPC.

012.04.007597-5 - EMBARGOS À EXECUÇÃO - HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS S/C LTDA. EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. BRUNO DE PINHO E SILVA E DRª BIANKA CHRISTINE FAVIRETTI** PARA CIÊNCIA DA RESP. SENTENÇA DE FLS. 104/110 QUE JULGOU IMPROCEDENTE OS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS TERMOS DO ART. 269, I DO CPC.

012.03.001591-6 - AÇÃO DE COBRANÇA - JESUINO SESSA FILHO EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. MOISES SASSINE ZOGHBI** PARA CIÊNCIA DA DECISÃO QUE CONHECEU DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E LHES NEGOU PROVIMENTO, FICANDO MANTIDOS TODOS OS TERMOS DO JULGADO, BEM COMO PARA, CASO QUEIRA, OFERECER CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO,

NO PRAZO DE LEI E DR. LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO PARA CIÊNCIA DA RESP. DECISÃO QUE RECEBEU A APELAÇÃO EM SEU DUPLO EFEITO.

012.01.000503-6 - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - MUNICÍPIO DE CARIACICA EM FACE DO ESPÓLIO DE DEJAIR CAMATA - INTIMAR **DR. LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO** PARA CONHECIMENTO DA DESCIDA DOS AUTOS E PARA, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS RECOLHER AS CUSTAS PROCESSUAIS E DR. ALEX VLADIMIR VARGAS PEREIRA PARA CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS, BEM COMO PARA, NO PRAZO DE 15 DIAS, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

012.08.020200-0 - AÇÃO DE COBRANÇA - MELQUIADES FRANCISCO DE OLIVEIRA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. ADMAR JOSÉ CORRÊA E DR. ALEXANDRE ZAMPROGNO** PARA CIÊNCIA DO RESP. DESPACHO DE FLS. 698 DOS AUTOS QUE CONCEDEU PRAZO SUCESSIVO DE 05 (CINCO) DIAS PARA QUE AUTOR E DEPOIS O RÉU INFORMEM SE RATIFICAM TODOS OS ATOS QUE PRATICARAM NO FORO TRABALHISTA.

012.008.016674-2 - AÇÃO DE COBRANÇA - DOUGLAS OLIVEIRA CÂMARA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. ALEXANDRE ZAMPROGNO** PARA CIÊNCIA DO RESP. DESPACHO DE FLS. 104 DOS AUTOS QUE DEFERIU O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS PARA QUE RATIFIQUE OU NÃO OS ATOS PRATICADOS NO FORO TRABALHISTA, BEM COMO DEFERIU VISTA DOS AUTOS FORA DO CARTÓRIO.

012.08.014805-4 - AÇÃO DE COBRANÇA - ESTROGILDA DE LOURDES JARETA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. ALEXANDRE ZAMPROGNO** PARA CIÊNCIA DO RESP. DESPACHO DE FLS. 95 DOS AUTOS QUE CONCEDEU NOVO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PARA QUE SE MANIFESTE, APESAR DE O REQUERIMENTO JÁ TER SIDO CONCEDIDO NO DESPACHO DE FLS. 78 DOS AUTOS, BEM COMO DEFERIU VISTA DO PROCESSO FORA DO CARTÓRIO PELO PRAZO CONCEDIDO PARA A MANIFESTAÇÃO.

012.09.007449-8 - AÇÃO DE COBRANÇA - ANA MARIA ROCHA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - INTIMAR **DR. ALEXANDRE ZAMPROGNO** PARA CIÊNCIA DO RESP. DESPACHO DE FLS. 95 DOS AUTOS QUE CONCEDEU NOVO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PARA QUE SE MANIFESTE, APESAR DE O REQUERIMENTO JÁ TER SIDO CONCEDIDO NO DESPACHO DE FLS. 78 DOS AUTOS, BEM COMO DEFERIU VISTA DO PROCESSO FORA DO CARTÓRIO PELO PRAZO CONCEDIDO PARA A MANIFESTAÇÃO.

ROSIENE Mª DAVARIZ DELBONI
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CARIACICA-ES

LISTA Nº 77/09

JUÍZA DE DIREITO: SILVANA MARIA FERRAZ DE SOUZA FIORET

RELAÇÃO DOS ADVOGADOS INTIMADOS, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 027/97 E CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DESTE ESTADO

PROCESSO Nº 012800013298
DRA. MARGARETH DE OLIVEIRA KUSTER VALTER
REQUERENTE: MARGARETH DE OLIVEIRA
REQUERIDO: DERIVAL BUENO
FINS: DE FLS. 110 PARA CIENCIA DOS CALCULOS DE FLS. 108/109, E PARA EM TRINTA DIAS INDICAR BENS DO EXECUTADO PASSIVEIS DE PENHORA, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

PROCESSO Nº 012800013479
DR. PAULO OSCAR NEVES MACHADO
REQUERENTE: SIMONY SARMENTO
REQUERIDA: UNICIDADE E OUTROS
FINS: PARA CIENCIA DO ITEM 04 DE FLS. 338 PARA INFORMAR E COMPROVAR COM URGENCIA SE AS PESSOAS DE DENIZE DAS NEVES SIMÕES E CARLOTA HELENA COSER PINHEIRO, DEIXARAM O CARGO DE DIRETORA E EM QUE DATA.

PROCESSO Nº 012800014399
DRA. MARIA APARECIDA LIMA FREIRE
REQUERENTE: ELZA BATISTA
REQUERIDO: LUCIANA AGUIAR E OUTROS
FINS: PARA CIENCIA DAS CERTIDÕES DO OFICIAL DE JUSTIÇA, DE FLS. 258 E 260 QUE DEIXOU DE PENHORAR BENS PORQUE OS EXECUTADOS NAO RESIDEM NO ENDEREÇO INDICADO; E PARA EM TRINTA DIAS FORNECER O NOVO ENDEREÇO DOS EXECUTADOS, SRA. LUCIANA AGUIAR SIMÕES E SR. EMERSON LEMOS ALVES.

PROCESSO Nº 012080036283
DRA. MARIA NAZARET DE CASTRO BATISTA
REQUERENTE: COLEGIO CAMPO GRANDE
REQUERIDO: ADALBERTO NEVES
FINS: DA SENTENÇA DE FLS. 75 QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO NA FORMA DO ART. 794, I E 795 DO CPC.

PROCESSO Nº 012080064145
DR. ADMILSON MARTINS BELCHIOR
EXEQUENTE: BANCO FIAT
EXECUTADO: ROBERT SANTANA
FINS: DO DESPACHO DE FLS. 183, 1ª PARTE QUE INDEFERIU O PEDIDO DE FLS. 183, CONSIDERANDO-SE O ACORDAO DE FLS. 157/171.

PROCESSO Nº 012080084390
DRA. LUIZ GUSTAVO NARCISO GUIMARÃES
DRA. DANIELLE REIS MACHADO DA ROS
REQUERENTE: FABIO ANTONIO
REQUERIDO: LOJAS RENNER
FINS: DA SENTENÇA DE FLS. 183/184 QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PRESENTES EMBARGOS, CONDENANDO O EMBARGANTE AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, NA FORMA DO ART. 55, § UNICO, II DA LJE.

PROCESSO Nº 01208009741-8
DRA. KELLY CRISTINA ANDRADE DO ROSÁRIO
REQUERENTE: NEILIANE OSÓRIO DA SILVA
REQUERIDO: CEMIRAMES EVANGELISTA
FINS: DA CERTIDÃO DE FOLHAS 61, DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA.

PROCESSO Nº 012080109528
DR. ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA
REQUERENTE: CLEBER HUVER
REQUERIDO: BANCO REAL
FINS: PARA CIENCIA DA AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009, AS 16 HORAS, DEVENDO DAR CIENCIA A SEU CLIENTE; E DA SENTENÇA DE FLS 91 QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM MERITO PELA DESISTENCIA DA AUTORA COM RELAÇÃO A RE CARTAO VISA, PROSSEGUINDO-SE QUANTO A RE BANCO REAL.

PROCESSO Nº 01208012978-1
DR. JULIO TAVARES MARIANO
REQUERENTE: COMERCIAL ALTO LAJE
REQUERIDO: CLAUDIO ANTONIO MOREIRA
FINS: DA SENTENÇA DE FLS 53, QUE HOMOLOGA A DESISTENCIA DA PARTE AUTORA.

PROCESSO Nº 01208017072-8
DRA. SANDRA HELENA DE SOUZA
DRA. ROBERTA G. AGUIAR LOURENZON
REQUERENTE: JULYEVERSON MERSCHER DA SILVA
REQUERIDO: CASA DE SAUDE SAO BERNARDO
FINS: DA DESCIDA DOS AUTOS DO E. COLEGIADO RECURSAL.

PROCESSO Nº 01208018281-4
DRA. ANDREA FONTES MELO PERES
REQUERENTE: MARLI MARIA DOS SANTOS

REQUERIDO: CARDIF DO BRASIL E OUTRO
FINS: PARA IMPUGNAR, CASO QUEIRA, EM 15 DIAS A PENHORA ON LINE.

PROCESSO Nº 01208020093-9
DRA. KELLY CRISTINA ANDRADE DO ROSARIO
REQUERENTE: VANINHO JOSE LOPES
REQUERIDO: SAO FRANCISCO SAUDE E OUTRO
FINS: DO DEPOSITO JUDICIAL.

PROCESSO Nº 01209000298-6
DR. MARCUS MODENESI VICENTE
REQUERENTE: DANIEL BERNARDO DA SILVA
REQUERIDO: RICARDO ELETRO E OUTROS
FINS: DA AUDIÊNCIA UNA, DESIGNADA PARA O **DIA 17/11/2009 AS 14:30 HORAS**, DEVENDO CIENTIFICAR SEU CLIENTE PARA COMPARECER AO REFERIDO ATO.

PROCESSO Nº 01209001587-1
DR. RONNEY DE ALNEUDA GONÇALVES
DRA. CHRISTIANI BORGES FERREIRA PACHECO
REQUERENTE: NADIR MANSO CORREIA
REQUERIDO: ESCELSA
FINS: DA DESCIDA DOS AUTOS DO E. COLEGIADO RECURSAL.

PROCESSO Nº 012090027058
DR. CARLOS ALBERTO AMORIM DE ASSIS
DR. ANDRE SILVA ARAUJO
REQUERENTE: EDENIR DA SILVA
REQUERIDO: SUL AMERICA SEGUROS
FINS: DA SENTENÇA DE FLS. 543/546 QUE JULGOU PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO PARA CONDENAR A RE A PAGAR A QUANTIA DE R$ 12.000,00, VALOR DA APOLICE; QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO NA FORMA DO ART. 269, I DO CPC. FICA A RE INTIMADA PARA OS FINS DO ART. 475-J DO CPC.

PROCESSO Nº 01209003057-3
DR. MANOEL SOARES DE DEUS
REQUERENTE: IZABEL FALCÃO EGG
REQUERIDO: ORMY DA SILVA FALCÃO
FINS: DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DESIGNADA PARA O **DIA 24/11/2009 AS 13:00 HORAS**, DEVENDO CIENTIFICAR SEU CLIENTE PARA COMPARECER AO REFERIDO ATO.

PROCESSO Nº 01209004398-0
DR. JOSE CARLOS NASCIFF AMM
REQUERENTE: HELDER PASTI
REQUERIDO: DMA DISTRIBUIDORA
FINS: DO PAGAMENTO.

PROCESSO Nº 012090052288
DRA. BIANCA DIAS ECCARD
REQUERENTE: MAXSUEL SANTOS
REQUERIDO: BCS SEGUROS
FINS: PARA COMPARECER EM CARTORIO E RETIRAR OFICIO DE ENCAMINHAMENTO AO DML.

PROCESSO Nº 01209005596-8
DRA. TATIANA NARA CASTANHEIRA VILELA
REQUERENTE: ENDRINGER MATERIAL DE CONSTRUÇÃO
REQUERIDO: WALLACE MARINS PEDROSA
FINS: DA DECISÃO DE FLS 55.

PROCESSO Nº 01209007181-7
DR. RENATO BODART PESSANHA
REQUERENTE: LUZIANE SOARES LOUZADA
REQUERIDO: BRASIL CRUZEIRO DO SUL
FINS: DA AUDIÊNCIA UNA, DESIGNADA PARA O **DIA 24/11/2009 AS 13:30 HORAS**, DEVENDO CIENTIFICAR SEU CLIENTE PARA COMPARECER AO REFERIDO ATO.

PROCESSO Nº 01209008020-6
DRA. EDNEIA VIEIRA
REQUERENTE: JOAO JOSE BARBOSA
REQUERIDO: CASAS BAHIA E BANCO BRADESCO
FINS: PARA NO PRAZO DE CINCO DIAS, TOMAR CIENCIA E MANIFESTAR-SE ACERCA DO CONTIDO AS FLS 99/101.

PROCESSO Nº 012090086344
DRA. INGRID FERREIRA BARROS
REQUERENTE: MONICA MENDES
REQUERIDO: WAGNER DE LIMA E OUTRO
FINS: DA SENTENÇA DE FLS. 53 DECLAROU EXTINTO O PROCESSO NA FORMA DO ART. 794, II E 795 DO CPC.

PROCESSO Nº 01209011290-0
DR. HELENO CESAR NASCIMENTO BARBOSA
REQUERENTE: JOSINA LIMA COSTA
REQUERIDO: BRASIL TELECON
FINS: DA AUDIÊNCIA UNA, DESIGNADA PARA O **DIA 17/11/2009 AS 13:00 HORAS**, DEVENDO CIENTIFICAR SEU CLIENTE PARA COMPARECER AO REFERIDO ATO.

PROCESSO Nº 01209012183-6
DR. CARLOS ROBERTO MIRANDA
REQUERENTE: ANTONIO RICARDO DE OLIVEIRA
REQUERIDO: COMPNHIA SAO GERALDO
FINS: PARA EM CINCO DIAS TRAZER AOS AUTOS DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA A JUSTIFICAR A AUSENCIA DA PARTE AUTORA AO ATO DE FLS 116.

PROCESSO Nº 01209012696-9
DR. JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO
REQUERENTE: GERALDO MARINHO DOS SANTOS
REQUERIDO: BANCO CITICARD
FINS: PARA RECEBER O ALVARÁ.

PROCESSO Nº 012090129516
DR. DIVANDIR GONÇALVES ROSA
REQUERENTE: DROGARIA POLLYANA
REQUERIDO: PEIXOTO COMERCIO
FINS: DO DESPACHO DE FLS. 17 PARA EM CINCO DIAS JUNTAR INSTRUMENTO DE MANDATO COM PODERES PARA TRANSIGIR, CONFERIDO PELA RE, SOB PENA DE NAO HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO.

PROCESSO Nº 01209014572-0
DRA. DULCINEIA ZUMACH LEMOS PEREIRA
DRA. ANDRESKA DIAS BARRETO
REQUERENTE: ALEXANDER DE MELO L
REQUERIDO: OI TELEMAR
FINS: DA DESCIDA DOS AUTOS DO E COLEGIADO RECURSAL.

PROCESSO Nº 01209014937-3
DRA. BIANCA DIAS ECCARD
REQUERENTE: EVERTON FRANKLIN LIMA
REQUERIDO: BANESTES
FINS: DA PERÍCIA, DESIGNADA PARA O **DIA 14/10/2009 AS 10:00 HORAS**, DEVENDO CIENTIFICAR SEU CLIENTE PARA COMPARECER AO REFERIDO ATO.

PROCESSO Nº 01209014975-3
DR. GABRIEL PORCARO BRASIL
REQUERENTE: ROSANGELA DE OLIVEIRA FILHA
REQUERIDO: BRADESCO
FINS: DO DESPACHO DE FLS 21, QUE DEFERE O PLEITO DE ASSISTENCIA JUDICIARIA GRATUITA E PARA NO PRAZO DE CINCO DIAS, CARREAR AOS AUTOS DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA NEGATIVAÇÃO DO NOME DO AUTOR NO SERASA.

PROCESSO Nº 012090153664
DRA. LARISSA BRUMATTI LAMPIER
REQUERENTE: EDWALTE DIAS
REQUERIDO: VLI ASSESSORIA
FINS: PARA FORNECER O NOVO ENDEREÇO DA REQUERIDA, FACE A DEVOLUÇÃO DA CORRESPONDENCIA.

PROCESSO Nº 01209016036-2
DRA. MILENA COSTA

REQUERENTE: EDNA MOTA
REQUERIDO: VIACABO
FINS: DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, DESIGNADA PARA O **DIA 11/11/2009 AS 13:00 HORAS**, DEVENDO CIENTIFICAR SEU CLIENTE PARA COMPARECER AO REFERIDO ATO; BEM COMO DO DESPACHO DE FLS 34, PARA NO PRAZO DE CINCO DIAS CARREAR AOS AUTOS DOCUMENTAÇÃO COMPROBATORIA DO PEDIDO DE CANCELAMENTO DO SERVIÇO OFERECIDO PELA RÉ.

CARIACICA-ES, 23 DE SETEMBRO DE 2009**.**

ANGELA MARIA PISSINATI
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
2º. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CARIACICA

JUÍZA DE DIREITO: SONIA MARIA COLA
CHEFE DE SECRETARIA: TEREZINHA APARECIDA GOMES OLIVEIRA PINHEIRO (EM FÉRIAS)
CHEFE DE SECRETARIA SUBSTITUTO: HÉLIO CARLOS MATTOS DE PAULA JÚNIOR
ESCREVENTES JURAMENTADAS: ROSANGELA MARA SANTOS ALMAGRO E TAÍS NEGREIROS FERRAZ.

LISTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS Nº . 69/2009
EXPEDIENTE DE 22/09/2009

PROCESSO Nº . 012.06.209443-5
DR. RAPHAEL GOBBI E MELO
EXEQUENTE: SBM ETIQUETAS - SIST. BRASIL DE MARCAÇÃO LTDA.
EXECUTADAS: BEACH SOL MODA PRAIA LTDA. ME, ANA CLÁUDIA DA SILVA SIMÕES E SOL DE VERÃO IND. COM. DE MODA PRAIA
FINS: INTIMAÇÃO DA CERTIDÃO DE FLS. 140/VERSO E PARA FORNECER ENDEREÇO DOS EXECUTADOS E REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, EM 10 (DEZ) DIAS, SOB AS PENAS DA LEI.

PROCESSO Nº . 012.06.012721-9
DRª FABIOLA PAVIOTTI DO NASCIMENTO ROCHA CRUZ
DRª ROSANE ARENA MUNIZ
REQUERENTE: BENICIA GONÇALVES DOS SANTOS - ME
REQUERIDO: BANCO ABN AMRO REAL S/A
FINS: INTIMAÇÃO PARA, EM 15 (QUINZE) DIAS, MANIFESTAREM-SE ACERCA DO LAUDO DE FLS. 219/263.

PROCESSO Nº . 012.07.011436-3
DR. GUSTAVO SICILIANO CANTISANO
EXEQUENTE: EVERTON LUIZ DO NASCIMENTO
EXECUTADA: CENTAURO SEGURADORA S/A
FINS: INTIMAÇÃO PARA, EM 10 (DEZ) DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA PETIÇÃO DE FLS. 144/146, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

PROCESSO Nº . 012.08.004093-9
DRª MARIA NAZARET DE CASTRO BATISTA
EXEQUENTE: COLÉGIO CAMPO GRANDE LTDA. - ME
EXECUTADO: GERSON CHAGAS
FINS: INTIMAÇÃO PARA TOMAR CIÊNCIA DOS OFÍCIOS DE FLS. 35 E 37 E PARA, EM 10 (DEZ) DIAS, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB AS PENAS DA LEI.

PROCESSO Nº . 012.08.005809-7
DRª MARIA NAZARET DE CASTRO BATISTA
EXEQUENTE: COLÉGIO CMAPO GRANDE LTDA-ME
EXECUTADA: CEILZA DA PENHA DESTEFANI
FINS: INTIMAÇÃO PARA, EM 10 (DEZ) DIAS, TOMAR CIÊNCIA DO OFÍCIO DE FLS. 42 E REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB AS PENAS DA LEI.

PROCESSO Nº . 012.08.005822-0
DRª MARIA NAZARET DE CASTRO BATISTA
EXEQUENTE: COLÉGIO CAMPO GRANDE LTDA-ME
EXECUTADO: DERCINO AUGUSTINHO DE OLIVEIRA
FINS: INTIMAÇÃO PARA, EM 10 (DEZ) DIAS, TOMAR CIÊNCIA DO OFÍCIO DE FLS. 53/55 E REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB AS PENAS DA LEI.

PROCESSO Nº . 012.08.011560-8
DR. EDILSON AZEREDO
DRª ALESSANDRA PATRÍCIA DE SOUZA ALBUQUERQUE
DRª PRISCILLA BRAGANÇA D'AGUIAR
EXEQUENTE: CICERA MARIA PEREIRA DA SILVA
EXECUTADA: LEADER CARD - LEADER S/A ADM. DE CARTÕES DE CRÉDITO
FINS: INTIMAÇÃO PARA TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 91, EM QUE FOI DECLARADA EXTINTA A EXECUÇÃO, NOS TERMOS DOS ART. 794, I, E 795 DO CPC.

PROCESSO Nº . 012.08.012429-5
DR. ALEXANDRE BATISTA SANTOS
DR. EDER JACOBOSKI VIEGAS
REQUERENTE: JOSÉ GABRIEL LIMA
REQUERIDA: BANESTES SEGUROS S/A
FINS: INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 128/130, COM TRECHO TRANSCRITO A SEGUIR: "(...) JULGO IMPROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO DO AUTOR E CONDENO A REQUERIDA BANESTES SEGUROS S/A A PAGAR-LHE A QUANTIA DE R$13.280,00 (TREZE MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS), CORRIGIDA MONETARIAMENTE DESDE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO E ACRESCIDA DE JUROS LEGAIS CONTADOS DA CITAÇÃO. POR CONSEQÜÊNCIA, DECLARO RESOLVIDO O PROCESSO, NA FORMA DO INCISO I DO ART. 269 DO CPC. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. FICA A REQUERIDA DESDE JÁ INTIMADA PARA, NOS TERMOS DO ESTABELECIDO NO ARTIGO 475-J DO CPC, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, CUMPRIR A PRESENTE SENTENÇA, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, PAGANDO O VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO, SOB PENA DE MULTA DE 10% SOBRE ESTE VALOR, DEVENDO, AINDA, COMPROVAR O PAGAMENTO NOS AUTOS."

PROCESSO Nº . 012.08.013458-3
DR. MÚCIO COUTINHO DE JESUS
DR. WANDER REIS DA SILVA
REQUERENTE: ALEXANDRO HELMER DO VALLE
REQUERIDA: CELIA BATISTA MACHADO DE ALMEIDA
FINS: INTIMAÇÃO PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO A SER PRESIDIDA PELA MMA. JUÍZA EM 27 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 16:00H, DEVENDO DAR CIÊNCIA AOS SEUS CONSTITUINTES.

PROCESSO Nº . 012.08.014114-1
DR. SANSÃO SILVA BORGES
DR. JERONYMO DE BARROS ZANANDRÉA
REQUERENTE: JUSCELINO DOMINGOS PEREIRA
REQUERIDO: SEGURA FORTE CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS LTDA**.**
FINS: INTIMAÇÃO DA DESCIDA DOS AUTOS DO COLEGIADO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS.

PROCESSO Nº . 012.08.014361-8
DR. MARVILEN DE PAULO CRUZ
REQUERENTE: RICARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA
REQUERIDAS: VIVO S/A E DADALTO S/A
FINS: INTIMAÇÃO PARA, EM 10 (DEZ) DIAS, TOMAR CIÊNCIA DA PETIÇÃO DE FLS. 84/85, BEM COMO PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO.

PROCESSO Nº . 012.08.014590-2
DR. VINICIUS PERIM DE MORAES
EXEQUENTE: VINICIUS PERIM DE MORAES
EXECUTADOS: WALACE PINHA DA ROCHA E ROSA CAPELETTO DA ROCHA
FINS: INTIMAÇÃO PARA, EM 10 (DEZ) DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA PETIÇÃO DE FLS. 61/62, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

PROCESSO Nº . 012.08.016310-3
DRª ANA CLÁUDIA MARTINS GABRIEL RACIERI
DR. ODILON BATISTA JUNIOR

DR. DOMINGOS DE SÁ FILHO
DR. FÁBIO ALEXANDRE FARIA CERUTTI
REQUERENTE: LAURA MARIA STANGE
REQUERIDAS: TIM CELULAR S/A, CASA E VÍDEO LTDA. - LAR E LAZER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. E CLARO S/A
FINS: INTIMAÇÃO PARA, EM 10 (DEZ) DIAS, APRESENTAR CONTRARRAZÕES A RECURSO INTERPOSTO POR CLARO S/A.

PROCESSO Nº . 012.08.019184-9
DR. VALCIMAR PAGOTTO RIGO
DR. RAUL DIAS BORTOLINI
DR. ALMIR SILVEIRA MATTOS
DR. TADEU ELIAS DE ABREU PEREIRA
DR. DANIEL DOS SANTOS MARTINS FILHO
REQUERENTE: JOSÉ AILTON DE JESUS ALVES
REQUERIDAS: VIAÇÃO SATÉLITE LTDA., VANUSA MULLER MANTOVANI FELTZ, NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A E BRADESCO SEGUROS S/A
FINS: INTIMAÇÃO DA DECISÃO DE FLS. 188, EM QUE FORAM REJEITADOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR VANUSA MULLER MANTOVANI FELTZ, MANTENDO-SE, POR CONSEGUINTE, A SENTENÇA TAL COMO ESTÁ LANÇADA.

PROCESSO Nº . 012.08.020282-8
DRª ROSELEIDE CAMPOS DE MIRANDA
REQUERENTE: TELMA EVANGELISTA DA SILVA
REQUERIDO: BANCO BMG S/A
FINS: INTIMAÇÃO PARA RECEBER VIA DE ALVARÁ DE FLS. 51.

PROCESSO Nº . 012.09.003265-2
DRª EDNÉIA VIEIRA
EXEQUENTE: CLOVIS DA CONCEIÇÃO GUIMARÃES
EXECUTADO: BANCO FINASA S/A
FINS: INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS. 60 E PARA, EM 10 (DEZ) DIAS, PAGAR AO AUTOR A QUANTIA DE R$32,40, REFERENTE À MULTA DE 30% DO ITEM "C" DE ACORDO DE FLS. 51.

PROCESSO Nº . 012.09.007696-4
DR. ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA
DRª CLAUCE MACEDO ALVES PINTO
REQUERENTE: EURICO BAYER
REQUERIDA: BANCO ITAU S/A
FINS: INTIMAÇÃO PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO EM **15 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 16:00H**, DEVENDO DAR CIÊNCIA AO SEU CONSTITUINTE.

PROCESSO Nº . 012.09.011445-0
DR. ALEX CEZAR VAZZOLER
DR. CARLOS LUIZ ZAGANELLI FILHO
REQUERENTE: ALESSANDRO ALCANTARA DA CONCEIÇÃO
REQUERIDA: BAR E BOATE SÃO FIRMINO BOTEQUIM (NAFAL COMERCIAL LTDA.)
FINS: INTIMAÇÃO DO DESPACHO, COM TRECHO TRANSCRITO A SEGUIR: "TENDO EM VISTA A CERTIDÃO DE FLS. 43, MANTENHO A AUDIÊNCIA UNA DESIGNADA PARA O **DIA 30/09/2009, ÀS 16:00 HORAS**, ATÉ PORQUE NÃO VISLUMBRO PREJUÍZO PARA A PARTE REQUERIDA."

PROCESSO Nº . 012.09.016070-1
DR. ISAAC BEBER PADILHA
REQUERENTE: TALLES VICENTE
REQUERIDAS: DAYUN MOTORCYCLE COMPANY, WEA COMÉRCIO DE MOTOS LTDA. E BV FINANCEIRA S/A
FINS: INTIMAÇÃO PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO EM **18 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10:30H**, DEVENDO DAR CIÊNCIA AO SEU CONSTITUINTE; INTIMAÇÃO PARA TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 101, COM TRECHO TRANSCRITO A SEGUIR: "PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR FORMULADO PELO AUTOR, ENTENDO NECESSÁRIOS MAIORES ESCLARECIMENTOS, RAZÃO PELA QUAL DETERMINO QUE AS REQUERIDAS SE MANIFESTEM ACERCA DO REFERIDO PEDIDO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, DESIGNADA PARA O DIA 18/11/2009, ÀS 10:30 HORAS."

HÉLIO CARLOS MATTOS DE PAULA JÚNIOR
CHEFE DE SECRETARIA SUBSTITUTO

JUÍZO DA SERRA (ENT. ESPECIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
QUARTA VARA CÍVEL DA SERRA
COMARCA DA CAPITAL

LISTA DE INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIAS

JUIZ TITULAR: DR. PAULO CÉSAR DE CARVALHO
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: VALÉRIO BARROS FURTADO DE SOUZA

RELAÇÃO DOS ADVOGADOS INTIMADOS NESTA LISTA

ALBERTO FLORIANO DA SILVA, OAB/ES 5.735;
ALEXANDRE CRUZ HEGNER, OAB/ES 9.096;
BRUNO RIBEIRO DE SOUZA BENEZATH, OAB/ES 9.160;
EDNO PAVIOTTI DO NASCIMENTO, OAB/ES 4.407;
ELIAS JOSÉ MOSCON FERREIRA DE MATOS, OAB/ES 7.492;
FABIO ALEXANDRE FARIA CERUTTI, OAB/ES 9.294;
FLÁVIO AQUINO DOS SANTOS, OAB/ES 8.887;
HÉLIO JOÃO PEPE DE MORAES, OAB/ES 13.619
JOSÉ TARSO GRASSI, OAB/ES 6.493;
MARCELO CAETANO MEDICE CARLESSO, OAB/ES 8.777;

01
PROCESSO Nº 048.05.013.405-4 – IMISSÃO DE POSSE
REQUERENTE(S): TERTULIANO DA SILVA MORAES NETO
REQUERIDO(S): ANTONIO CLAUDIO PRUCOLI
ADVOGADO(A)(S): DR. ALEXANDRE CRUZ HEGNER, OAB/ES 9.096; DR. EDNO PAVIOTTI DO NASCIMENTO, OAB/ES 4.407; DR. JOSÉ TARSO GRASSI, OAB/ES 6.493;
FICA(M) INTIMADO(A)(S) DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DESIGNADA PARA O **DIA 28/09/2009 AS 13H45MIN**, CONFORME DESPACHO DE FLS. 96.

02
PROCESSO Nº 048.07.012.611-4 - ORDINÁRIA
REQUERENTE(S): LAURO BARBOSA DE ALMEIDA E OUTRO
REQUERIDO(S): UNICOPY SISTEMAS REPROGRÁFICOS E VISUAIS E OUTROS
ADVOGADO(A)(S): DR. FLÁVIO AQUINO DOS SANTOS, OAB/ES 8.887; DR. ALBERTO FLORIANO DA SILVA, OAB/ES 5.735; DR. ELIAS JOSÉ MOSCON FERREIRA DE MATOS, OAB/ES 7.492;
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E NOVE (30/09/2009), AS 14H30MIN**, CONFORME DESPACHO DE FLS. 382.

03
PROCESSO Nº 048.08.005.869-5 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE(S): LUAMAR FERREIRA NERY
REQUERIDO(S): PLAMED'S
ADVOGADO(A)(S): DR. BRUNO RIBEIRO DE SOUZA BENEZATH, OAB/ES 9.160; DR. FABIO ALEXANDRE FARIA CERUTTI, OAB/ES 9.294;
FICA(M) INTIMADO(A)(S) FICAM INTIMADOS DA DECISÃO DE FLS. 191/192, QUE INDEFERIU O PEDIDO DE FLS. 170/171, BEM COMO QUE DESIGNOU A AUDIÊNCIA PRELIMINAR DESIGNADA PARA O **DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO (29/09/2009) AS 13H45MIN.**

04
PROCESSO Nº 048.08.008.589-6 – AÇÃO REIVINDICATÓRIA
REQUERENTE(S): LUCIANA DA SILVA E OUTRO
REQUERIDO(S): ANTONIO MARTINS DE FREITAS E OUTRO
ADVOGADO(A)(S): DR. HÉLIO JOÃO PEPE DE MORAES, OAB/ES 13.619
FICA(M) INTIMADO(A)(S) DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR PARA O **DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E NOVE (30/09/2009), ÀS QUATORZE HORAS (14H00MIN).**

05
PROCESSO Nº 048.03.010.355-9 – AÇÃO USUCAPIÃO

REQUERENTE(S): ELIAS SATHLER
REQUERIDO(S): VALORIZAÇÃO EMP. IMOB. LTDA.
ADVOGADO(A)(S): DR. MARCELO CAETANO MEDICE CARLESSO, OAB/ES 8.777;
FICA(M) INTIMADO(A)(S) DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO DE FLS. 129, A FIM DE INFORMAR SE O IMÓVEL SERÁ REGISTRADO EM NOME DAS FILHAS DO AUTOR OU EM NOME DO CASAL, BEM COMO FICA INTIMADO DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA ONZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E NOVE (11/11/2009), ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS (14H30MIN),** DEVENDO ARROLAR AS TESTEMUNHAS NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

SERRA (ES), 22 DE SETEMBRO DE 2009.

VALÉRIO BARROS FURTADO DE SOUZA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTORIO DA 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA

PROCESSO Nº 048.00.008290-8

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A **DRª CLÁUDIA COPOLILLO AYRES**, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL, DE ENTRÂNCIA ESPECIAL, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI ETC.

FAZ SABER AO RÉU **JEREMIAS NASCIMENTO**, FILHO DE JOÃO NASCIMENTO E LEONOR DE SOUZA NASCIMENTO, EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, QUE A **JUSTIÇA PÚBLICA** LHE MOVE A **AÇÃO PENAL DE Nº 048.00.008290-8,** POR INFRAÇÃO AO ARTIGO 213, "CAPUT" DO CPB. FICANDO PELO PRESENTE EDITAL **CITADO** PARA RESPONDER À ACUSAÇÃO, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, NOS AUTOS DO PROCESSO ACIMA REFERIDO, PODENDO ARGÜIR PRELIMINARES E ALEGAR TUDO O QUE INTERESSE À SUA DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS PRETENDIDAS E ARROLAR TESTEMUNHAS, QUALIFICANDO-AS E REQUERENDO SUA INTIMAÇÃO, QUANDO NECESSÁRIO, FICANDO CIENTE DE QUE, NÃO SE MANIFESTANDO NO PRAZO ESTIPULADO, SER-LHE-Á NOMEADO DEFENSOR PÚBLICO OU ADVOGADO DATIVO PARA PROSSEGUIR EM SUA DEFESA.
E PARA QUE CHEGUE AO SEU CONHECIMENTO, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA IMPRENSA OFICIAL E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E DOIS (22) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO (09) DE DOIS MIL E NOVE (2009). EU, ADONIAS MENDES SALES, ESCRIVÃO JUDICIÁRIO, O FIZ IMPRIMIR, CONFERI E RUBRIQUEI, INDO ASSINADO POR QUEM DE DIREITO.

CLÁUDIA COPOLILLO AYRES
JUÍZA DE DIREITO

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTORIO DA 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA

PROCESSO Nº 048.05.001927-1

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 15 DIAS

A **DRª CLÁUDIA COPOLILLO AYRES**, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL, DE ENTRÂNCIA ESPECIAL, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI ETC.

FAZ SABER AO RÉU **ÉLIO MARINHO DE ANDRADE**, FILHO DE ODÍLIO MARINHO DE ANDRADE E OTÍLIA PEREIRA BONFIM, EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, QUE A **JUSTIÇA PÚBLICA** LHE MOVE A **AÇÃO PENAL DE Nº 048.09.002965-2,** POR INFRAÇÃO AO ARTIGO 306 DA LEI Nº 9503/97, O PRIMENRO DENUNCIADO, E O SEGUNDO POR INFRAÇÃO AO ART. 306 DA LEI Nº 9503/97, FICANDO PELO PRESENTE EDITAL CITADO PARA RESPONDER À ACUSAÇÃO, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, NOS AUTOS DO PROCESSO ACIMA REFERIDO, PODENDO ARGÜIR PRELIMINARES E ALEGAR TUDO O QUE INTERESSE À SUA DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS PRETENDIDAS E ARROLAR TESTEMUNHAS, QUALIFICANDO-AS E REQUERENDO SUA INTIMAÇÃO, QUANDO NECESSÁRIO, FICANDO CIENTE DE QUE, NÃO SE MANIFESTANDO NO PRAZO ESTIPULADO, SER-LHE-Á NOMEADO DEFENSOR PÚBLICO OU ADVOGADO DATIVO PARA PROSSEGUIR EM SUA DEFESA.
E PARA QUE CHEGUE AO SEU CONHECIMENTO, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA IMPRENSA OFICIAL E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E DOIS (22) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO (09) DE DOIS MIL E NOVE (2009). EU, , ESCRIVÃO JUDICIÁRIO, O FIZ IMPRIMIR, CONFERI E RUBRIQUEI, INDO ASSINADO POR QUEM DE DIREITO.

CLÁUDIA COPOLILLO AYRES
JUÍZA DE DIREITO

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTORIO DA 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA

PROCESSO Nº 048.08.021676-4

EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
PRAZO DE 15 DIAS

A **DRª CLÁUDIA COPOLILLO AYRES**, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL, DE ENTRÂNCIA ESPECIAL, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI ETC.

FAZ SABER AO RÉU **ROBERTO CARLOS FERREIRA DA SILVA**, FILHO DE ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA E TEREZINHA FERREIRA DA SILVA, EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, QUE A **JUSTIÇA PÚBLICA** LHE MOVE A **AÇÃO PENAL DE Nº 048.01.011733-0**, POR INFRAÇÃO O PRIMEIRO AO ARTIGO 10, CAPUT DA LEI Nº 9437/97 C/C ART. 16 DA LEI Nº 6368/76, FICANDO PELO PRESENTE EDITAL CITADO PARA RESPONDER À ACUSAÇÃO, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, NOS AUTOS DO PROCESSO ACIMA REFERIDO, PODENDO ARGÜIR PRELIMINARES E ALEGAR TUDO O QUE INTERESSE À SUA DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS PRETENDIDAS E ARROLAR TESTEMUNHAS, QUALIFICANDO-AS E REQUERENDO SUA INTIMAÇÃO, QUANDO NECESSÁRIO, FICANDO CIENTE DE QUE, NÃO SE MANIFESTANDO NO PRAZO ESTIPULADO, SER-LHE-Á NOMEADO DEFENSOR PÚBLICO OU ADVOGADO DATIVO PARA PROSSEGUIR EM SUA DEFESA.
E PARA QUE CHEGUE AO SEU CONHECIMENTO, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA IMPRENSA OFICIAL E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E DOIS (22) DIAS DO MÊS SETEMBRO (09) DE DOIS MIL E NOVE (2009). EU, ADONIAS MENDES SALES, ESCRIVÃO JUDICIÁRIO, O FIZ IMPRIMIR, CONFERI E RUBRIQUEI, INDO ASSINADO POR QUEM DE DIREITO.

CLÁUDIA COPOLILLO AYRES
JUÍZA DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA
COMARCA DA CAPITAL

PROC.048.97.001723-1

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 DIAS

A DRª **CLÁUDIA COPOLILLO AYRES**, MMª. JUÍZA DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

FAZ SABER AO(S) RÉU(S) **SIDNEY CARLOS DE ALMEIDA**, FILHO DE JACY DE ALMEIDA E CLEIDE DE ALMEIDA, QUE A JUSTIÇA PÚBLICA LHE(S) MOVE A **AÇÃO PENAL DE Nº 048.97.001723-1.** E COMO O(S) REFERIDO(S) RÉU(S) SE ENCONTRA(M) EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, É EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL COM O PRAZO DE 90 DIAS, PELO QUAL FICA(M) O(S) REFERIDO(S) RÉU(S) **INTIMADO**(S) DOS TERMOS DA R. SENTENÇA, PROLATADA EM 07 DE ABRIL DE 2008, QUE JULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL E CONDENOU O ACUSADO INCURSO NAS SANÇÕES DO ART. 157, § 3º, PRIMEIRA PARTE, DO CPB, A PENA DE 09 (NOVE) ANOS, 02 (DOIS) MESES DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 40 (QUARENTE) DIAS-MULTA, ESTA FIXADA À RAZÃO DE 1/30 (UM TRIGÉSIMO) DO VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NA DATA DO FATO.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DO REFERIDO RÉU, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA IMPRENSA OFICIAL E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E DOIS (22) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009. EU, ESCRIVÃO O FIZ IMPRIMIR, CONFERI E RUBRIQUEI, INDO ASSINADO POR QUEM DE DIREITO.

CLÁUDIA COPOLILLO AYRES
JUÍZA DE DIREITO

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA
COMARCA DA CAPITAL

PROC.048.04.000110-8

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

A DRª **CLÁUDIA COPOLILLO AYRES**, MMª. JUÍZA DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

FAZ SABER AO(S) RÉU(S) **VONNRUKLLER GONÇLAVES FERNANDES**, FILHO DE, QUE A JUSTIÇA PÚBLICA LHE(S) MOVE A **AÇÃO PENAL DE Nº 048.04.000110-8.** E COMO O(S) REFERIDO(S) RÉU(S) SE ENCONTRA(M) EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, É EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL COM O PRAZO DE 60 DIAS, PELO QUAL FICA(M) O(S) 06 DE JANEIRO DE 2009, QUE JULGOU EXTINTA A PUNIBILIDADE DO DENUNCIADO, COM FUNDAMENTO NO ART. 89,§ 5º DA LEI Nº 9.099/95.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DO REFERIDO RÉU, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA IMPRENSA OFICIAL E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E DOIS (22) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009. EU, ESCRIVÃO O FIZ IMPRIMIR, CONFERI E RUBRIQUEI, INDO ASSINADO POR QUEM DE DIREITO.

CLÁUDIA COPOLILLO AYRES
JUÍZA DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA
COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

A DRª **CLÁUDIA COPOLILLO AYRES**, MMª. JUÍZA DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

FAZ SABER AO(S) RÉU(S) **EDNEY FERREIRA PEREIRA**, FILHO DE CLEMENTE SALUSTINO PEREIRA E ROSALINA FERREIRA DOS SANTOS, QUE A JUSTIÇA PÚBLICA LHE(S) MOVE A **AÇÃO PENAL DE Nº 048.02.002805-5.** E COMO O(S) REFERIDO(S) RÉU(S) SE ENCONTRA(M) EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, É EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL COM O PRAZO DE 60 DIAS, PELO QUAL FICA(M) O(S) REFERIDO(S) RÉU(S) **INTIMADO**(S) DOS TERMOS DA R. SENTENÇA, PROLATADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2009, QUE JULGOU IMPROCEDENTE A IMPUTAÇÃO FEITA NA DENÚNCIA, COM FUNDAMENTO NO ART. 386, INCISO VI DO CPB.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DO REFERIDO RÉU, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA IMPRENSA OFICIAL E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E DOIS (22) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009. EU, ESCRIVÃO O FIZ IMPRIMIR, CONFERI E RUBRIQUEI, INDO ASSINADO POR QUEM DE DIREITO.

CLÁUDIA COPOLILLO AYRES
JUÍZA DE DIREITO

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA
COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

A DRª **CLÁUDIA COPOLILLO AYRES**, MMª. JUÍZA DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

FAZ SABER AO(S) RÉU(S) **EDMAR BATISTA GOUVEIA**, FILHO DE JOÃO BATISTA GOUVEIA E MARIA BATISTA DE OLIVEIRA, QUE A JUSTIÇA PÚBLICA LHE(S) MOVE A **AÇÃO PENAL DE Nº 048.02.002805-5.** E COMO O(S) REFERIDO(S) RÉU(S) SE ENCONTRA(M) EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, É EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL COM O PRAZO DE 60 DIAS, PELO QUAL FICA(M) O(S) REFERIDO(S) RÉU(S) **INTIMADO**(S) DOS TERMOS DA R. SENTENÇA, PROLATADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2009, QUE JULGOU IMPROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO, ABSOLVENDO-O, COM FUNDAMENTO NO ART. 386, INCISO VI DO CPP.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DO REFERIDO RÉU, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA IMPRENSA OFICIAL E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E DOIS (22) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009. EU, ESCRIVÃO O FIZ IMPRIMIR, CONFERI E RUBRIQUEI, INDO ASSINADO POR QUEM DE DIREITO.

CLÁUDIA COPOLILLO AYRES
JUÍZA DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO 1ª VARA CRIMINAL DA SERRA
COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

A DRª CLÁUDIA COPOLILLO AYRES, MMª. JUÍZA DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

FAZ SABER AO(S) RÉU(S) **SIMONE MATTOS PAIVA**, VULGO "SAMANTINHA", FILHA DE NILSON PAIVA E GLÓRIA MARIA MATTOS PAIVA, QUE A JUSTIÇA PÚBLICA LHE(S) MOVE A **AÇÃO PENAL DE Nº 048.04.014232-4.** E COMO O(S) REFERIDO(S) RÉU(S) SE ENCONTRA(M) EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, É EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL COM O PRAZO DE 60 DIAS, PELO QUAL FICA(M) O(S) REFERIDO(S) RÉU(S) **INTIMADO**(S) DOS TERMOS DA R. SENTENÇA, PROLATADA EM 01 DE ABRIL DE 2009, QUE DECLAROU EXTINTA A PUNIBILIDADE DA ACUSADA, COM FUNDAMENTO NO § 5º, ART. 89 DA LEI Nº 9099/95.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DO REFERIDO RÉU, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA IMPRENSA OFICIAL E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E DOIS (22) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009. EU, ESCRIVÃO O FIZ IMPRIMIR, CONFERI E RUBRIQUEI, INDO ASSINADO POR QUEM DE DIREITO.

CLÁUDIA COPOLILLO AYRES
JUÍZA DE DIREITO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ESCRIVANIA DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA SERRA
COMARCA DA CAPITAL

JUIZ DE DIREITO: DRª CLÁUDIA COPOLILLO AYRES
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. CLEBER AFONSO BARROS DA SILVEIRA FILHO
ESCRIVÃO: ADONIAS MENDES SALES
CHEFE DE SECRETARIA SUBSTITUTA: VERÔNICA RODRIGUES TRISTÃO CALMON.
ESCREVENTE JURAMENTADA: NÁDIA MIRANDA CASTELLO DE SOUZA

GABARITO 79/09

1- DR. NEI LEAL DE OLIVEIRA - OAB/ES 4761
PROCESSO: 048.05.007402-9
ACUSADO: JOSÉ ROGÉRIO ALVES E OUTRO
PARA TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL PARA CONDENAR OS ACUSADOS NAS SANÇÕES DO ART. 7º, INCISO IX DA LEI Nº 8137/90 E ART. 268 C/C ART. 29 DO CPB, A PENA DE DETENÇÃO DE 03 (TRÊS) ANOS NOS TERMOS DA LEI Nº 8137/91, BEM COMO DE 06 (SEIS) MESES DE DETENÇÃO, TOTALIZANDO EM 03 (TRÊS) ANOS E SEIS MESES DE DETENÇÃO.

2- DR. SANDRO DE MATOS ZAGO - OAB/ES 9145 E DR. ANTÔNIO LÚCIO ÁVIA LOBO - OAB/ES 9305
PROCESSO:048.04.00415-7
ACUSADO: DOMINGO DE JESUS GOMES E OUTRO
PARA TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL PARA CONDENAR O ACUSADO DOMINGOS A PENA DO ART. 16 DA LEI Nº 10.826/03 E EDSON NAS IRAS DO ART. 12 DA LEI Nº 10.826/03, SENDO O PRIMEIRO ACUSADO CONDENADO A PENA DE 01 (UM) ANO, (SEIS) MESES E 15 (QUINZE) DIAS-MULTA À BASE DE 1/30 (UM TRINTA AVOS), SOBRE O MAIOR SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NO PAÍS E O ACUSADO EDSON CONDENADO A PENA DE 01 (UM) ANO E 05 (CINCO) DIAS-MULTA À BASE DE 1/30 (UM TRINTA AVOS), SOBRE O MAIOR SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NO PAÍS. ANTE O EXPOSTO NO ART. 44 DO CPB A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE FOI SUBSTITUÍDA POR PENA RESTRITIVA DE DIREITOS.

3- DR. ALAN FABIANE DE BRITO SILVA - OAB/ES 9687
PROCESSO: 048.09.014565-6
ACUSADO: JEIMYSON DE JESUS RAMOS
PARA APRESENTAR DEFESA ESCRITA, NA FORMA DOS ARTS. 396 E 396-A DO CPP.

4- DR. ADEMIR JOSÉ DA SILVA - OAB/ES 7457
PROCESSO: 048.09.011235-9
ACUSADO: IBRAIM BRASIL DOS SANTOS
PARA TOMAR CIÊNCIA DE QUE FOI DEFERIDO O PEDIDO DE FLS. 249, DE RETIRADA DOS AUTOS PARA FINS DE CÓPIA, BEM COMO PARA APRESENTAR RESPOSTA ESCRITA, NA FORMA DO ART. 396 E 396-A DO CPP.

5 - DR. NILTON VASCONCELOS JÚNIOR - OAB/ES 9605
PROCESSO: 048.04.004439-7
ACUSADO: GERALDO DE ASSIS FERREIRA
PARA TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS.217/218 QUE DECLAROU EXTINTA A PUNIBILIDADE DO ACUSADO, COM FUNDAMENTO NO ART. 107, INCISO IV DO CPB.

6- DR. LUIZ CARLOS VOLPATO
PROCESSO: 048.07.011383-1
ACUSADO: ADENILSON DA SILVA ALVES
PARA APRESENTARALEGAÇÕES FINAIS.

7- DR. CARLINDO SOARES DE ARAÚJO - OAB/ES 3869
PROCESSO: 048.04.009921-9
ACUSADO: JOSÉ HOZANO PIRES
PARA TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL PARA CONDENAR O ACUSADO NAS SANÇÕES DO ART274 E ART. 276 C/C ART. 69, TODOS DO CPB, A PENA DE DETENÇÃO DE 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 40 (QUARENTA) DIAS-MULTA, À BASE DE 1/30 (UM TRIGÉSIMO) SOBRE O MAIOR SALÁRIO MÍNIMO PRATICADO NO PAÍS. A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE FOI SUBSTITUÍDA POR PENA RESTRITIVAS DE DIREITOS.

SERRA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

CLÁUDIA COPOLILLO AYRES
JUÍZA DIREITO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ESCRIVANIA DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA SERRA
COMARCA DA CAPITAL

JUIZ DE DIREITO: DRª CLÁUDIA COPOLILLO AYRES
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. CLEBER AFONSO BARROS DA SILVEIRA FILHO
ESCRIVÃO: ADONIAS MENDES SALES
CHEFE DE SECRETARIA SUBSTITUTA: VERÔNICA RODRIGUES TRISTÃO CALMON.
ESCREVENTE JURAMENTADA: NÁDIA MIRANDA CASTELLO DE SOUZA

GABARITO 80/09

1- DR. WOLMIR JOSÉ RODRIGUES - OAB/ES 1602 E DR. SÉRGIO F. REZENDE
PROCESSO: 048.05.007402-9
ACUSADO: GENILSON SANTOS DE JESUS E OUTROS
PARA TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA QUE DECLAROU EXTINTA A PUNIBILIDADE DOS ACUSADOS GENILSON, GILMAR E GILBERTO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 107, IV DO CPB.

2- DR. EDILSON QUINTAES CORRÊA - OAB/ES 4612
PROCESSO:048.09.002655-9

ACUSADO: HUDSON DOS SANTOS MORAES
PARA TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL PARA CONDENAR O ACUSADO NAS IRAS DO ART. 157, § 2º, INCISO II DO CPB, A PENA DE 05 (CINCO) ANOS E (04) QUATRO MESES DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 13 (TREZE) DIAS-MULTA À BASE DE 1/30 (UM TRINTA AVOS), SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NA DATA DO FATO.

SERRA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

CLÁUDIA COPOLILLO AYRES
JUÍZA DIREITO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ESCRIVANIA DA QUARTA VARA CRIMINAL DA SERRA

JUIZ DE DIREITO: DR. BERNARDO ALCURI DE SOUZA
PROMOTOR: DR. VIVALDO FERREIRA DA SILVA
CHEFE DE SECRETARIA: BISMARCK TINOCO MEIRA

GABARITO - 22/09/2009

1- DRª ANA LUIZA BORGES DE CASTRO, OAB/ES 13.012
AP: 048.070.114.128
ACUSADOS: WELLINTON MARTINELLI
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 06 (SEIS) DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 13:00 HORAS.**

2- DRª LUDMYLA SANTOS NUNES, OAB/ES 11.965
AP: 048.090.053.330
ACUSADO: DAMIÃO RAIMUNDO MONTEIRO.
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 07 (SETE) DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 13:30 HORAS.**

3- DR. ADEMIR JOSÉ DA SILVA, OAB/ES 7.457
AP: 048.060.163.861
ACUSADO: JOSÉ MARCOS DA SILVA DE LIMA
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 13 (TREZE) DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 14:00 HORAS.**

4- DR. LUCIANO AZEVEDO SILVA, OAB/ES 5.228
AP: 048.060.012.753
ACUSADO: JAIR DUTRA
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 27 (VINTE E SETE) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13:00 HORAS.**

5- DR. VALDEMIR ALÍPIO FERNANDES BORGES, OAB/ES 2.931
AP: 048.050.170.629
ACUSADO: RAFAEL CORREIA DE AQUINO
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 19 (DEZENOVE) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13:00 HORAS.**

6- DR. ARLINDO LUIZ DA SILVA, OAB/ES 9.119
AP: 048.080.107.005
ACUSADO: JEONE SILVA GALINI
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 7 (SETE) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13:00 HORAS.**

7- DR. ROGÉRIO LUIZ PEREIRA, OAB/ES 12.007
AP: 048.080.091.225
ACUSADO: ELIANA ELHA JEONE SILVA GALINI
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 14 (QUATOZE) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13:30 HORAS.**

8- DR. ADMAR JOSE CORRÊA, OAB/ES 4.275 E JESUS DOS PASSOS VAZ, OAB/ES 3.842-E
AP: 048.070.074.587
ACUSADO: SEBASTIÃO RODRIGUES
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 26 (VINTE E SEIS) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13:00 HORAS.**

9 -DR. JOSÉ CARLOS NASCIF AMM, OAB/ES 1.356
AP: 048.070.069.553
ACUSADO: ARLINDA PAZINATTO GALLETTI
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 13 (TREZE) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13:00 HORAS.**

10- DR. ALEXANDRE CRUZ HEGNER, OAB/ES 9.096
AP: 048.030.106.107
ACUSADO: ERASMO PEREIRA ALVEZ
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 15 (QUIZE) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.**

11- DR. TATIANA COSTA JARDIM, OAB/ES 12.0409
AP: 048.080.053.092
ACUSADO: MAGNUM LORDE DINIZ
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 14 (QUATORZE) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.**

12- DR. OSNI DE FARIAS JUNIO, OAB/ES 9.262
AP: 048.090.055.400
ACUSADO: ANDERSON RODRIGUES
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 21 (VINTE E UM) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.**

13- DR. SEBASTIÃO RODRIGUES PINHEIRO, OAB/ES 5992
AP: 048.080.022.162
ACUSADO: ANTENOR JACKS LESSA DE ABREU
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 21 (VINTE E UM) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13:30 HORAS.**

14- DR. ARSILEIDE RAMOS DO NASCIMENTO PRERIRA, OAB/ES 7.463
AP: 048.090.091.686
ACUSADO: EDMAR FREIRE.
PARA, NO PRAZO LEGAL APRENSETAR DEFESA PRELIMINAR.

15- DR. ADENIR GOMES OLIVEIRA OAB/ES 2.972 E ADRIANO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA OAB/ES 8.982
AP: 048.090.173.344
ACUSADO: JOSE LUIZ MULLHER E OUTROS
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 08 (OITO) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS**

16- DR. CARLOS FREDERICO CASTILHO OAB/MG 55.855
AP: 048.090.134.445
ACUSADO: EVI LOPES DE MOURA
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 20 (VINTE) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS**

17- DR. FRANCISCO DE OLIVEIRA OAB/ES 2261
AP: 048.990.091.162
ACUSADO: MARIA JOSÈ PEREIRA DA SILVA ALMEIDA
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 1º (PRIMEIRO) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13:00 HORAS**

18- DRª FABIANA VIEIRA LOUREIRO, OAB/ES 13627
AP: 048.070.119.929
ACUSADO: JOSEMAR FURTADO MAIA E OUTROS.
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 29 (VINTE E NOVE) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13:00 HORAS**

19- DR. ANTONIO ESCALFONI JUNIOR, OAB/ES 8.184
AP: 048.080.255.176
ACUSADO: WERLEN MANHÃES DA SILVA
PARA, COMPARECER NA A.I.J, NO **DIA 27 (VINTE E SETE) DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13:30 HORAS**

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
JUÍZO DA 6A. VARA CRIMINAL DA SERRA
COMARCA DA CAPITAL

LISTA N. 030/09

JUÍZA: DRª CLESIA DOS SANTOS BARROS
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR JOSÉ LAURO HERZOG FILHO
CHEFE DE SECRETARIA: NATASKA TOSCANO LUPPI DE SOUZA

INTIMO:

DR .CARLOS MAGNO DE JESUS VERÍSSIMO OAB-ES Nº 494-A
PROC. Nº .048.08004941-3
ACUSADO: BERTILIO STRELHOW
FINS: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 25, QUE DECLAROU EXTINTA A PUNIBILIDADE DO ACUSADO COM FULCRO NO ART. 107, IV DO CP..

DRA .TATIANA COSTA JARDIM OAB-ES Nº 12.040
DR. RODRIGO CARLOS HORTA OAB-ES 9356
PROC. Nº .048.09.007740-4
ACUSADO: ARMANDO LUIS SOBRINHO
FINS: INTIMAR PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 01/10/2009, ÀS 13;00 HORAS.**

SERRA-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

NATASKA TOSCANO LUPPI DE SOUZA
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTORIO DA 1ª VARA FAMILIA SERRA
COMARCA DA CAPITAL

GABARITO Nº 63

JUÍZA DE DIREITO: LETÍCIA NUNES BARRETO
CHEFE DE SECRETARIA: GEANE CAMPOS BARBOZA

RELAÇÃO DOS ADVOGADOS INTIMADOS NESTA LISTA
DR.(A) FABRÍCIO FEITOSA TEDESCO, OAB/ ES 9317
DR.(A) WANIL FRANCISCO ALVES, OAB/ES 4362
DRA NEUSA LEONORA DO CARMO DELLÚ, OAB/SP 128.945
DR.(A) DINALVA P. SANDES, OAB/ES 5935
DR. SIMÃO PEDRO FIÚZA, OAB/ES 7348
DR.(A) AVELINO EUGÊNIO MIRANDA, OAB/ES 8789
DR. LAERT LOUREIRO ALVES, OAB/ES 14.009
DR.(A) WILLIAM FERNANDO MIRANDA, OAB/ES 9846
DR.(A) MARIA IZABEL CAMPO DALL'ORTO, OAB/ES 6409
DR. AVELINO EUGÊNIO MIRANDA, OAB/ES 8789
DR.(A) CARMEN ZAMPROGNO, OAB/ES 5017
DR.(A) ROSEMBERG MORAES CAITANO, OAB/ES 8217
DR.(A) ELZA AUXILIADORA LOSS DOS REIS, OAB/ES 6297
DRA ALBA IFIGÊNIA STHEL, OAB/ES 137-B

01
PROCESSO Nº 048.04.018301-3- AÇÃO NEGATIVA DE PATERNIDADE
REQUERENTE(S): H.B.S
REQUERIDO(A): T.R.S, REPRESENTADO POR SUA GENITORA L.R
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) FABRÍCIO FEITOSA TEDESCO, OAB/ ES 9317
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 20/10/2009, ÀS 15:30H**, NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, TUDO CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

02
PROCESSO Nº 048.04.002179-1- AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE
REQUERENTE(S): J.G
REQUERIDO(A): J.B.G, REPRESENTADO POR SUA GENITORA BRUNA MOREIRA BOTELHO
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) FABRÍCIO FEITOSA TEDESCO, OAB/ ES 9317
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 27/10/2009, ÀS 14:20H,** NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, TUDO CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

03
PROCESSO Nº 048.05.015033-2- AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
REQUERENTE(S): R.S.R E R.S.C, REPRESENTADOS POR SUA GENITORA E.S.R
REQUERIDO(A): R.S.C
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) WANIL FRANCISCO ALVES, OAB/ES 4362 E DRA NEUSA LEONORA DO CARMO DELLÚ, OAB/SP 128.945
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 05/11/2009, ÀS 14:40H**, NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, TUDO CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

04
PROCESSO Nº 048.02.0009725- AÇÃO DE GUARDA DE MENORES
REQUERENTE(S): C.M.N
REQUERIDO(A): C.R.O.C
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) DINALVA P. SANDES, OAB/ES 5935
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 26/11/2009, ÀS 15:00H**, NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, TUDO CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

05
PROCESSO Nº 048.03.013662-5- AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
REQUERENTE(S): G.R.N, REPRESENTADO POR SUA GENITORA J.R.N
REQUERIDO(A): E.S.R
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) FABRÍCIO FEITOSA TEDESCO, OAB/ES9317 E DR. SIMÃO PEDRO FIÚZA, OAB/ES 7348
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O **DIA 10/11/2009, ÀS 15:00H,** NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, TUDO CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

06
PROCESSO Nº 048.05.015434-2- AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA
REQUERENTE(S): Z.A.S
REQUERIDO(A): P.R.S
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) AVELINO EUGÊNIO MIRANDA, OAB/ES 8789 E DR. LAERT LOUREIRO ALVES, OAB/ES 14.009
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 11/11/2009, ÀS 13:00H**, NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, TUDO CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

07
PROCESSO Nº 048.05.005937-6- AÇÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE(S): B.N.S.S, M.F.S.S E V.C.S.S, REPRESENTADOS POR SUA GENITORA W.S.S
REQUERIDO(A): L.F..S
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) WILLIAM FERNANDO MIRANDA, OAB/ES 9846
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 04/11//2009, ÀS 15:20H,** E AINDA TOMAR CIÊNCIA DE QUE AS EXECUÇÕES DE FLS.34/37 E 39/42 DEVERÃO VIR EM AÇÕES AUTÔNOMAS, CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

08
PROCESSO Nº 048.04.014109-4- AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO
REQUERENTE(S): A.F.O
REQUERIDO(A): P.S.V.R.O
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) MARIA IZABEL CAMPO DALL'ORTO, OAB/ES 6409 E DR. AVELINO EUGÊNIO MIRANDA, OAB/ES 8789
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 19/10/2009, ÀS 15:30H,** NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, TUDO CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

09
PROCESSO Nº 048.01.0117884- AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE(S): I.O
REQUERIDO(A): A.L.L
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) CARMEN ZAMPROGNO, OAB/ES 5017
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 09/11/2009, ÀS 15:00H**, NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, TUDO CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

10
PROCESSO Nº 048.04.000025-8- AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA
REQUERENTE(S): I.O
REQUERIDO(A): A.L.L
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) CARMEN ZAMPROGNO, OAB/ES 5017
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 09/11/2009, ÀS 14:40H**, NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, TUDO CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

11
PROCESSO Nº 048.03.011238-6- AÇÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE(S): N.F.A, REPRESENTADA POR SUA GENITORA M.P.F.J
REQUERIDO(A): J.W.A
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) ROSEMBERG MORAES CAITANO, OAB/ES 8217
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 16/11/2009, ÀS 15:00H,** NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, FICANDO CIENTE DO DESPACHO QUE DECRETOU A REVELIA DO REQUERIDO, MAS NÃO PRODUZIRÁ SEUS EFEITOS.

12
PROCESSO Nº 048.04.017901-1- AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE(S): J.C.B
REQUERIDO(A): P.C.B, P.C.B E T.J.C.B
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) EDVALDO LUIZ MAI, OAB/ES 8774 E DRA CIOLI NUNES FERNANDES, OAB/ES 5560
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 10/11/2009, ÀS 13:30H**, NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, TUDO CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

13
PROCESSO Nº 048.05.000773-0 - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE(S): E.B.A
REQUERIDO(A): A.R.O
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) ELZA AUXILIADORA LOSS DOS REIS, OAB/ES 6297 E DRA ALBA IFIGÊNIA STHEL, OAB/ES 137-B
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 25/11/2009, ÀS 15:00H,** NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, TUDO CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

14
PROCESSO Nº 048.02.0013701 - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
REQUERENTE(S): MPE EM FAVOR DA CRIANÇA D.R, REPRESENTADO POR SUA GENITORA L.M.R.R
REQUERIDO(A): J.B
ADVOGADO(A)(S): DR.(A) FABRICIO FEITOSA TEDESCO, OAB/ES 9317
FICA(M) INTIMADO(A)(S) PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 26/11/2009, ÀS 15:30H**, NA SALA DE AUDIÊNCIA DESTE JUÍZO, TUDO CONFORME R. DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS SUPRACITADOS.

SERRA (ES), 22 DE SETEMBRO DE 2009

GEANE CAMPOS BARBOZA
CHEFE DE SECRETARIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VARA DE ORFÃOS E SUCESSÕES DA SERRA
COMARCA DA CAPITAL

LISTA Nº 170/2009

JUIZ DE DIREITO - DR. RICARDO GARSCHAGEN ASSAD
PROMOTORA DE JUSTIÇA - DRª MARIA EDNA PEPE
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA - GLEICE NEVES
ESCREVENTES JURAMENTADOS - ALESSANDRA CARLA GOMES LAMBERTUCCI, MILENA PERIM DO CARMO MORONARI.

RELAÇÃO DO (S) ADVOGADO (S) INTIMADO (S):

BONFÍLIA ALMEIDA AMARAL LIMA - OAB-ES 9.902

NA FORMA DO ART. 236, C/C ART. 1.216 DO CPC, INTIMO:

1. PROC. Nº 048.010.087.590 - INTERDIÇÃO - REQUERENTE ALDAIR CAMPOS DIAS DA SILVA E REQUERIDO ANTÔNIO CAMPOS DIAS DA SILVA, INTIMEM-SE DRª **BONFÍLIA ALMEIDA AMARAL LIMA - OAB-ES 9.902**, PARA COMPARECER EM CARTÓRIO A FIM DE RETIRAR O MANDADO DE INSCRIÇÃO PARA ENCAMINHAR AO CARTÓRIO MARIA AMADO, NA SERRA.

SERRA-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

GLEICE NEVES
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA
(PROV. NOS 01 E 06/98 DA CGJ)

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 080 178 790

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) ANTONIO DIAS DOS SANTOS METALURGICA ME**., ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 1.314,35 (UM MIL, TREZENTOS E QUATORZE REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), CÁLCULO DE 04/09/2008, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 025.130/2007, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE ANTONIO DIAS DOS SANTOS METALURGICA ME. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 090 155 648

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) FAMETAL MONTAGENS E SERVIÇOS LTDA**.., ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), E O **SR. HELIO BERTASSONI, E O SR. MARCOS LUCIANO DA SILVA GOMES**, PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 7.011,80 (SETE MIL E ONZE REAIS E OITENTA CENTAVOS), CÁLCULO DE 04/07/2009, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTES DE DÍVIDA ATIVA Nº S 152.383/2006, 156.505/2006 E 156.768/2006, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE FAMETAL MONTAGENS E SERVIÇOS LTDA. E OUTROS. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 080 217 507

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) ARNÓBIO CORTES DA PENHA.,** ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 1.766,55 (UM MIL, SETECENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS), CÁLCULO DE 17/10/2008, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 063.138/2007, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE ARNOBIO CORTES DA PENHA. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 020 101 266

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) LORENA MARIA ROSSI HORTÉLIO ROSA**., PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 1.046,54 (UM MIL E QUARENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS), QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 021/2002, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE FUNDACON FUNDAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. E OUTROS. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 090 103 275

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE

JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) MONTANA TRANSPORTES LTDA. ME.**, ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), **SR. ANDRE SENA DOS SANTOS E O SR. SERGIO CHIGUEAKI YAMAJI**, PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 803,53 (OITOCENTOS E TRÊS REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS), CÁLCULO DE 25/04/2009, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 046.280/2008, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE MONTANA TRANSPORTES LTDA. E OUTROS. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 070 077 614

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) KARLA DUARTE BUSTAMANTE**, PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 682,68 (SEISCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS), QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 030.865/2006, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE CENTRO EDUCACIONAL MADALENA ALBANO LTDA. E OUTROS. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 070 140 297

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR MUNICÍPIO DE SERRA, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) ERICO COLODETI E O SR. ELIAS MARTINS COLODETTI,** PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 4.299,28 (QUATRO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS), CÁLCULO DE 18/07/2007, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 096.007/2006, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE ESPÍRITO SANTO BORRACHA LTDA. E OUTRO. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 060 133 948

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR MUNICÍPIO DE SERRA, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) EDUARDO TRIGO GOMES E A SRA. MARGARET SIEGLE**, PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 6.082,43 (SEIS MIL E OITENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS), CÁLCULO DE 10/08/2006, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 047.641/2006, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE ART-TEC ARQUITETURA, ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. E OUTRO. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO

MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 060 162 566

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) PORTO VIX LOCADORA LTDA**.., ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), E A **SRA. MICHELE CHAVES DAMSCENO**, PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 3.550,17 (TRÊS MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS E DEZESSETE CENTAVOS), CÁLCULO DE 14/09/06, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 044.040/2005, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE PORTO VIX LOCADORA LTDA. E OUTROS. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 060 042 941

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) MARIA RITA FERRARI SILVA**, PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 22.014,40 (VINTE E DOIS MIL E QUATORZE REAIS E QUARENTA CENTAVOS), CÁLCULO DE 04/05/2006, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 008.645/2005, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE CENTRO EDUCACIONAL PIERRE PROUDHON LTDA. E OUTROS. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 000 037 365

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) BELLA ENGENHARIA LTDA**.., ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 2.209,72 (DOIS MIL, DUZENTOS E NOVE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS), CÁLCULO DE 13/06/2000, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 035/DA/2000, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE BELLA ENGENHARIA LTDA. E OUTROS. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 090 032 821

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO

DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) METALBRAS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA..,** ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), E O **SR. MESSIAS DA SILVA**, PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 531,85 (QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS), CÁLCULO DE 10/02/2009, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 041.608/2008, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE METALBRAS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. E OUTRO. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 080 051 542

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) JADILZA VILELA DOS SANTOS**, PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 2.884,44 (DOIS MIL, OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS), CÁLCULO DE 18/02/2008, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 056.900/2007, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE JADILZA VILELA DOS SANTOS. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 080 097 248

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) RETIFICADORA VAVA LTDA**.., ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 7.359,65 (SETE MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS), CÁLCULO DE 11/04/2008, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 069.180/2005, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE RETIFICADORA VAVA LTDA. E OUTROS. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 080 049 199

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) CENTRO EDUCACIONAL SANTA LUZIA LTDA. ME.,** ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 1.038,11 (UM MIL E TRINTA E OITO REAIS E ONZE CENTAVOS), CÁLCULO DE 15/01/2008, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 164.047/2006, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO

DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE CENTRO EDUCACIONAL SANTA LUZIA LTDA. ME E OUTROS. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 080 199 432

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) ENEAS SANTOS – AUTO TOTAL ME.,** ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 1.379,46 (UM MIL, TREZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS), CÁLCULO DE 03/09/2008, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 166.360/2006, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE ENEAS SANTOS – AUTO TOTAL ME E OUTRO. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 080 226 128

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) SANDRO FERNANDO MARCOS ME**., ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), E O **SR. SANDRO FERNANDO MARCOS**, PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 3.532,88 (TRÊS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), CÁLCULO DE 18/11/2008, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 136.183/2006, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE SANDRO FERNANDO MARCOS ME E OUTRO. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 080 262 099

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR MUNICÍPIO DE SERRA, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) GEORGETE SARCINELLI ME.,** ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), E A **SRA. GEORGETE SARCINELLI**, PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 1.447,04 (UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E QUATRO CENTAVOS), CÁLCULO DE 05/12/2008, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 039.487/2008, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE GEORGETE SARCINELLI ME E OUTRO. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 080 226 912

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR **MUNICÍPIO DE SERRA**, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) LABORCOLOR – LABORATÓRIO FOTOGRÁFICO LTDA..,** ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 8.263,89 (OITO MIL, DUZENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS), CÁLCULO DE 24/10/2008, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 092.019/2007, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE LABORCOLOR – LABORATÓRIO FOTOGRÁFICO LTDA. E OUTROS. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA/ES

PROCESSO Nº 048 080 232 340

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **DOUTOR CLÁIDIO ERNESTO SOUZA ALVES**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA SERRA, TRAMITAM OS AUTOS DE **EXECUÇÃO FISCAL**, AJUIZADA POR MUNICÍPIO DE SERRA, A FIM DE QUE SEJA(M) **CITADO(S) ELETRÔNICA MEGA TRONIC**., ATRAVÉS DE SEU(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS), E A **SRA. VANUSA MARCIA TAGARRO DOS SANTOS**, PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PAGAR(EM) A IMPORTÂNCIA DE R$ 1.160,32 (UM MIL, CENTO E SESSENTA REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS), CÁLCULO DE 08/10/2008, QUE DEVERÁ SER ATUALIZADO NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, EXTRAÍDO DA INICIAL E COMPROVANTE DE DÍVIDA ATIVA Nº 029.503/2008, REGULARMENTE INSCRITA, SOB PENA DE PENHORA DE SEUS BENS. E TAMBÉM PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME, 3º ANDAR DO FORUM DESTE JUÍZO, NA FORMA DA LEI. TUDO DE CONFORMIDADE COM OS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DA SERRA EM FACE DE ELETRÔNICA MEGA TRONIC E OUTRO. CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DA SERRA, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, CLÁUDIO MIRANDA CÓ, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, O DIGITEI, SENDO CONFERIDO PELA ESCRIVÃ QUE O PRESENTE ASSINA.

JAQUELINE DE OLIVEIRA BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA SERRA

LISTA Nº 73/2009

JUIZ DE DIREITO: DR. JOSÉ FRANCISCO MILAGRES RABELLO
CHEFE DE SECRETARIA: RITA DE CÁSSIA CALMON NOGUEIRA DA GAMA MATOS.
ESCREVENTES JURAMENTADAS: LUCIANA ALVARENGA PINTO, LUCIANA PESSOTTI BASTOS, MÁIRA PEREIRA MIRANDA E EDILAMAR MUNIZ DE OLIVEIRA (ESCRIVÃ JUDICIÁRIA À DISPOSIÇÃO DESTE JUIZADO).

EXPEDIENTE DO DIA: 22 DE SETEMBRO DE 2009.

INTIMAÇÕES NA FORMA DO ARTIGO 236 C/C ART. 1216 DO CPC.

01- DR. ALEXANDRE MARTINS DE FIGUEIREDO NETO -OAB/ES 12.572, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS DE Nº 048090135822,** EM QUE SÃO PARTES LOREDAN OLIVEIRA DANTAS E WILLIANS DE AQUINO RANGEL EM FACE DE RAFAEL NORBIM FOLHA E JORLY GOMES. **ASSUNTO**: R. DESPACHO DE FL. 44.

02- DR. ALLISSON CARVALHO XAVIER - OAB/ES 14.229, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE DANOS MORAIS DE Nº 048090013565,** EM QUE SÃO PARTES EDINALVA VIDAL EM FACE DE C&A MODAS LTDA.. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 67/69, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, DANDO POR EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO ARTIGO 269 DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

03- DRª ANDRESKA DIAS BARRETO - OAB/ES 11.226, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE DANOS MATERIAL/MORAL DE Nº 048090089623,** EM QUE SÃO PARTES JOSÉ DA COSTA FILHO EM FACE DE TELEMAR NORTE LESTE S/A - OI FIXO. **ASSUNTO**: R. SENTENÇA DE FL. 40/42, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, NA FORMA DA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO ARTIGO 269, DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

04- DR. ANTÔNIO LARANJA NETO - OAB/ES 6.659, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS (MORAL E MATERIAL) DE Nº 048090005645,** EM QUE SÃO PARTES RUBENS SYDIO FERREIRA EM FACE DE BANCO ITAU S/A. **ASSUNTO**: QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO, DANDO POR EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO ARTIGO 269 DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

05- DR. ANTÔNIO NACIF NICOLAU - OAB//ES 3.463, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS (MORAL E MATERIAL) DE Nº 048090005645,** EM QUE SÃO PARTES RUBENS SYDIO FERREIRA EM FACE DE BANCO ITAU S/A. **ASSUNTO**: QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO, DANDO POR EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO

ARTIGO 269 DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

06- DR. AVELINO EUGÊNIO MIRANDA - OAB/ES 8.789, NOS AUTOS DA **AÇÃO INOMINADA DE Nº 048080258725,** EM QUE SÃO PARTES PAULO ALEIXO PINHEIRO EM FACE DE CONSÓRCIO NACIONAL PANAMERICANO **LTDA.**. **ASSUNTO**: R. SENTENÇA DE FL. 83/85, QUE DECLARANDO INEPTA A INICIAL APRESENTADA, JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, IV, DO CPC.

07- DR. BENTO MACHADO GUIMARÃES FILHO - OAB/ES 4.732, NOS AUTOS DA **AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS DE Nº 048080194912,** EM QUE SÃO PARTES ARECELE LOPES MESQUITA EM FACE DO BANCO DO BRASIL S/A E DA CÂMARA DOS DIRETORES LOJISTAS DA SERRA. **ASSUNTO:** R. SENTENÇA DE FL. 151, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

08- DRª BIANCA LEAL DE FARIAS FIDALGO - OAB/ES 8.804,, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE DANOS MORAIS DE Nº 048090013565,** EM QUE SÃO PARTES EDINALVA VIDAL EM FACE DE C&A MODAS **LTDA.**. **ASSUNTO**: R. SENTENÇA DE FL. 67/69, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, DANDO POR EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO ARTIGO 269 DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

09- DRª BRENDA OLIVEIRA DAMASCENO - OAB/ES 12.150, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048080258949,** EM QUE SÃO PARTES GERALDO VIEIRA DOS REIS EM FACE DE BANCO HSBC BANK BRASIL S/A. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 57/60, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, DANDO POR EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO ARTIGO 269 DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

10- DR. BRUNO RIBEIRO DE SOUZA BENEZATH - OAB/ES 9.160, NOS AUTOS DA **AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS DE Nº 048080194912,** EM QUE SÃO PARTES ARECELE LOPES MESQUITA EM FACE DO BANCO DO BRASIL S/A E DA CÂMARA DOS DIRETORES LOJISTAS DA SERRA. ASSUNTO**:** R. SENTENÇA DE FL. 151, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

11- DR. CLÁUDIO JOSÉ CÂNDIDO ROPPE - OAB/ES 7.129, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE COBRANÇA DE Nº 048090173054,** EM QUE SÃO PARTES RENATO CÉZAR MAPELE DA SILVA E MIZAEL MEPELE DA SILVA EM FACE DE ERNANE NUNES LORIATO. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 45/46, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 3º, C/C ARTIGO 51, II, AMBOS DA LEI **Nº** 9.099/95.

12- DRª DANIELLE TEIXEIRA PEDRINI - OAB/ES 10.682, NOS AUTOS DA **AÇÃO ORDINÁRIA DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048080216996,** EM QUE SÃO PARTES WB. COMERCIAL LTDA.. ME EM FACE DE CONFECÇÕES BIA LTDA.. E BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A. ASSUNTO**:** R. SENTENÇA DE FL. 180, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

13- DR. DELORME DE SOUZA OLIVEIRA JÚNIOR DE Nº 4.556, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE COBRANÇA INDEVIDA DE Nº 048090066910,** EM QUE SÃO PARTES ANA ISABEL PEIXOTO NIGRO EM FACE DE JÚLIO CÉSAR DA SILVEIRA VAZ, VÂNIA MARIA CORRES VAZ E GISTO VENTURIM FILHO. ASSUNTO: R. DECISÃO DE FL. 45/46, QUE ACOLHEU OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS, PARA TORNAR SEM EFEITO A SENTENÇA DE FL. 38; BEM COMO PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DA NOVA DATA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, A SER REALIZADA NA DATA DE **20/10/09, ÀS 9H.**

14- DR. DIOGO CAMPO DALL'ORTO - OAB/ES 10.065, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE RESSARCIMENTO/INDENIZAÇÃO DE Nº 048070125785,** EM QUE SÃO PARTES ELLIS MARTINS DE COSTA EM FACE DE ALVAGRAN COMÉRCIO INDÚSTRIA DE PEDRAS LTDA.. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 136, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

15- DRª EDNÉIA VIEIRA - OAB/ES 7.531, NOS AUTOS DA **AÇÃO INOMINADA DE Nº 048080258725,** EM QUE SÃO PARTES PAULO ALEIXO PINHEIRO EM FACE DE CONSÓRCIO NACIONAL PANAMERICANO LTDA.. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 83/85, QUE DECLARANDO INEPTA A INICIAL APRESENTADA, JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, IV, DO CPC.

16- DRª ELZA AUXILIADORA LOSS DOS REIS - OAB/ES 6.297, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DE Nº 048090015693,** EM QUE SÃO PARTES MARLY MARTINS DE SOUZA COMÉRCIO DE BOMBONIERES ME EM FACE DE UNIÃO - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 60, QUE HOMOLOGANDO O ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, EXTINGUIU O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 269, III, DO CPC.

17- DR. EUCLIDE BERNARDO MEDICI - OAB/ES 521-A, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE COBRANÇA DE Nº 048090008722,** EM QUE SÃO PARTES JOSÉ GIORDANO COLLODETTI EM FACE DE BANCO DO BRASIL. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 91/93, QUE REJEITANDO AS PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA, ILEGITIMIDADE PASSIVA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, ACOLHEU A PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL, DANDO POR EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, IV, DO CPC.

18- DR. EUSÉBIO VIZEU ALEXANDRE FERREIRA - OAB/ES 5.652, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DE Nº 048090090845,** EM QUE SÃO PARTES FABRÍCIO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO E FÁBIO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO EM FACE DE BANCO UNIBANCO S/A. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 43/47, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, NA FORMADA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO ARTIGO 269, DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

19- DRª GISELE ARANTES DE MEDEIROS - OAB/ES 9.861, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048080057176,** EM QUE SÃO PARTES LÉIA DE CASTRO DA SILVA EM FACE DE CESAN. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 83, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

20- DR. GUSTAVO COUTO ANTUNES DA ROCHA - OAB/ES 11.048, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER DE Nº 048090097535,** EM QUE SÃO PARTES MARIA DE SOUZA PASSABOM EM FACE DE UNIMED**.** ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 198, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 51, V, DA LEI **Nº** 9.099/95.

21- DRª HELEUSA VASCONCELOS BRAGA SILVA - OAB/ES 10.784, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS DE Nº 048090086009,** EM QUE SÃO PARTES JURANDIR DA SILVA MUZI EM FACE DE BANCO SAFRA S/A. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 68/71, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, NA FORMA DA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO ARTIGO 269, DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

22- DR. HERNANE SILVA - OAB/ES 14.506, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048090168179,** EM QUE SÃO PARTES ANDREA SILVA EM FACE DE BANCO PANAMERICANO S/A. ASSUNTO: PARA TOMAR CIÊNCIA DA DEVOLUÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA DE FL. 27.

23- DR. HOFFMANN DOELLINGER COSTA - OAB/ES 12.621, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048090002584,** EM QUE SÃO PARTES MARIA DE LOURDES DUQUE SANTOS EM FACE DE LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA**.** E HSBC BANK BRASIL S/A. - BANCO MÚLTIPLO. ASSUNTO: R. SENTENÇA

DE FL. 125, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, III, DO CPC.

24- DR. JAQUELINE CAMPOS DA COSTA - OAB/ES 6.784, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE COBRANÇA INDEVIDA DE Nº 048090066910,** EM QUE SÃO PARTES ANA ISABEL PEIXOTO NIGRO EM FACE DE JÚLIO CÉSAR DA SILVEIRA VAZ, VÂNIA MARIA CORRES VAZ E GISTO VENTURIM FILHO. ASSUNTO: R. DECISÃO DE FL. 45/46, QUE ACOLHEU OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS, PARA TORNAR SEM EFEITO A SENTENÇA DE FL. 38; BEM COMO PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DA NOVA DATA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, A SER REALIZADA NA DATA DE **20/10/09, ÀS 9H**.

25- DRª JEANE PINTO DE CASTRO - OAB/ES 13.751, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DE Nº 048080213456,** EM QUE SÃO PARTES JOSÉ GIORDANO COLLODETTI EM FACE DE PHS - PLANO HOSPITALAR DE SÁUDE. **ASSUNTO**: R. SENTENÇA DE FL. 139, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

26- DR. JOÃO APRÍGIO MENEZES - OAB/ES 1.599, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER DE Nº 048090097535,** EM QUE SÃO PARTES MARIA DE SOUZA PASSABOM EM FACE DE UNIMED**.** ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 198, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 51, V, DA LEI **Nº** 9.099/95.

27- DR. JOÃO LIEVORI - OAB/ES 2.159, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE COBRANÇA DE Nº 048090045849,** EM QUE SÃO PARTES CANDY CLEAN DISTRIBUIDORA LTDA**.** ME EM FACE DE KI SABOR REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA.. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 33/34, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, VIII, DO CPC.

28- DR. JOSÉ ARCISO FIOROT JÚNIOR - OAB/ES 8.289, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DE Nº 048080213456,** EM QUE SÃO PARTES JOSÉ GIORDANO COLLODETTI EM FACE DE PHS - PLANO HOSPITALAR DE SÁUDE. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 139, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

29- DRª LARISSA BRUMATTI LAMPIER - OAB/ES 12.156, NOS AUTOS DA **AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS DE Nº 048080194912,** EM QUE SÃO PARTES ARECELE LOPES MESQUITA EM FACE DO BANCO DO BRASIL S/A E DA CÂMARA DOS DIRETORES LOJISTAS DA SERRA. ASSUNTO**:** R. SENTENÇA DE FL. 151, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

30- DR. LEONARDO ANDRADE DE ARAÚJO - OAB/ES 11.003, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL COM PEDIDO DE DANOS MORAIS DE Nº 048080258808,** EM QUE SÃO PARTES CARLOS PEREIRA DE LIMA EM FACE DE BANCO HSBC BANK BRASIL S/A. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 79/80, QUE REJEITANDO A PRELIMINAR DE COISA JULGADA, ACOLHEU A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, DANDO POR EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, VI, DO CPC.

31- DR. LEONARDO FOLHA DE SOUZA LIMA - OAB/ES 15.327, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS DE Nº 048090135822,** EM QUE SÃO PARTES LOREDAN OLIVEIRA DANTAS E WILLIANS DE AQUINO RANGEL EM FACE DE RAFAEL NORBIM FOLHA E JORLY GOMES. ASSUNTO: R. DESPACHO DE FL. 44, BEM COMO PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, A SER REALIZADA NO **DIA 26/10/09, ÀS 9H30MIN.**

32- DRª LETÍCIA CARDOZO FERNANDES - OAB/ES 14.491, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER/ INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048090052449,** EM QUE SÃO PARTES ROGÉRIO BENEDITO BARCELOS EM FACE DE VIVO S/A E EMPRESÁRIO COBRANÇA. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 58, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

33- DRª LÍLIAN GLÁUCIA HERCHANI - OAB/ES 9.724, NOS AUTOS DA **AÇÃO ORDINÁRIA DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048080216996,** EM QUE SÃO PARTES WB. COMERCIAL LTDA.. ME EM FACE DE CONFECÇÕES BIA LTDA.. E BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A. **ASSUNTO:** R. SENTENÇA DE FL. 180, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

34- DRª LÍVIA SEVERINO DE FREITAS - OAB/MG 87.737, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DE Nº 048090015693,** EM QUE SÃO PARTES MARLY MARTINS DE SOUZA COMÉRCIO DE BOMBONIERES ME EM FACE DE UNIÃO - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 60, QUE HOMOLOGANDO O ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, EXTINGUIU O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 269, III, DO CPC.

35- DR. LUCAS LUIZ SILVA OLIVIER - OAB/ES 14.008, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE DANOS MATERIAL/MORAL DE Nº 048090089623,** EM QUE SÃO PARTES JOSÉ DA COSTA FILHO EM FACE DE TELEMAR NORTE LESTE S/A - OI FIXO. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 40/42, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, NA FORMA DA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO ARTIGO 269, DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

36- DRª LUCÉLIA G. REZENDE - OAB/ES 6.070, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE RESSARCIMENTO/INDENIZAÇÃO DE Nº 048070125785,** EM QUE SÃO PARTES ELLIS MARTINS DE COSTA EM FACE DE ALVAGRAN COMÉRCIO INDÚSTRIA DE PEDRAS LTDA.. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 136, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

37- DR. MARCELO DE ANDRADE - OAB/ES 13.920, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE COBRANÇA DE Nº 048090045849,** EM QUE SÃO PARTES CANDY CLEAN DISTRIBUIDORA LTDA. ME EM FACE DE KI SABOR REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA.. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 33/34, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, VIII, DO CPC.

38- DR. MARCELO DUARTE FREITAS ASSAD - OAB/ES 14.183, NOS AUTOS DA **AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS DE Nº 048090041111,** EM QUE SÃO PARTES MARIA APARECIDA RAMOS DOS SANTOS EM FACE DE LOJAS STORARY. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 34/36, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, NA FORMADA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO ARTIGO 269, DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

39- DR. MÁRIO CESAR GOULART DA MOTA - OAB/ES 14.263, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048080258949,** EM QUE SÃO PARTES GERALDO VIEIRA DOS REIS EM FACE DE BANCO HSBC BANK BRASIL S/A. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 57/60, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, DANDO POR EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO ARTIGO 269 DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

40- DR. MÁRIO CESAR GOULART DA MOTA - OAB/ES 14.263, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL COM PEDIDO DE DANOS MORAIS DE Nº 048080258808,** EM QUE SÃO PARTES CARLOS PEREIRA DE LIMA EM FACE DE BANCO HSBC BANK BRASIL S/A. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 79/80, QUE REJEITANDO A PRELIMINAR DE COISA JULGADA, ACOLHEU A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, DANDO POR EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 167, VI, DO CPC.

41- DR. MÁRIO CESAR GOULART DA MOTA - OAB/ES 14.263, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048090002584,** EM QUE SÃO PARTES MARIA DE LOURDES DUQUE SANTOS EM FACE DE LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA. E HSBC BANK BRASIL S/A. - BANCO MÚLTIPLO. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 125, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, III, DO CPC.

42- DR. NILSON BARRETO JÚNIOR - OAB/ES 15.060, NOS AUTOS DA **AÇÃO ORDINÁRIA DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048080216996,** EM QUE SÃO PARTES WB. COMERCIAL LTDA.. ME EM FACE DE CONFECÇÕES BIA LTDA.. E BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A. **ASSUNTO:** R. SENTENÇA DE FL. 180, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

43- DRª PAOLA CARDOSO BABILON - OAB/ES 14.159, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048080057176,** EM QUE SÃO PARTES LÉIA DE CASTRO DA SILVA EM FACE DE CESAN. **ASSUNTO**: R. SENTENÇA DE FL. 83, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

44- DR. PLÍNIO MARTINS MARQUES JÚNIOR - OAB/ES 11.154, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER/ INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048090052449,** EM QUE SÃO PARTES ROGÉRIO BENEDITO BARCELOS EM FACE DE VIVO S/A E EMPRESÁRIO COBRANÇA. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 58, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

45- DR. RAPHAEL MADEIRA ABAD - OAB/ES 11.370, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE DANO MORAL DE Nº 048090138750,** EM QUE SÃO PARTES MARCELO RODRIGUES DE AQUINO EM FACE DE TELELISTA LTDA.. ASSUNTO: PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, A SER REALIZADA NA DATA DE **20/10/09, ÀS 13H**

46- DR. RENATO GASPARINI CONRADO DE MIRANDA - OAB/ES 10.075, NOS AUTOS DA **AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS DE Nº 048090041111,** EM QUE SÃO PARTES MARIA APARECIDA RAMOS DOS SANTOS EM FACE DE LOJAS STORARY. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 34/36, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, NA FORMADA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO ARTIGO 269, DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

47- DR. ROBERTO TENORIO KATTER - OAB/ES 5.334, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE RESTITUIÇÃO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS DE Nº 048090075861,** EM QUE SÃO PARTES EDIVALDO DE JESUS OLIVEIRA EM FACE DE EVALDO SANTOS MORAIS E ANA LÚCIA SANTOS MORAIS. **ASSUNTO**: R. DECISÃO DE FL. 33/34, QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR, BEM COMO PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, A SER REALIZADA NA DATA DE **26/10/09, ÀS 13H30MIN.**

48- DR. RONALDO BOTELHO PIACENTE - OAB/SP 113.896, R. SENTENÇA DE FL. 39, QUE HOMOLOGANDO O ACORDO FIRMADO ENTRE O REQUERENTE E REQUERIDA VIVO S/A, JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RELAÇÃO A ESTES, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 269, III, DO CPC; JULGANDO, AINDA, EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, III, DO MESMO DIPLOMA LEGAL, COM RELAÇÃO À EMPRESÁRIO COBRANÇA, EM RAZÃO DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA.

49- DR. RONALDO MIGUEL DA SILVA - OAB/ES 14.148, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE COBRANÇA DE Nº 048090008722,** EM QUE SÃO PARTES JOSÉ GIORDANO COLLODETTI EM FACE DE BANCO DO BRASIL. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 91/93, QUE REJEITANDO AS PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA, ILEGITIMIDADE PASSIVA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, ACOLHEU A PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL, DANDO POR EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, IV, DO CPC.

50- DR. SÉRGIO DOS SANTOS - OAB/ES 5.907, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048080090003,** EM QUE SÃO PARTES DEORY RAMOS BRAGA EM FACE DE CONSÓRCIO NACIONAL PANAMERICANO. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 65, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

51- DRª SIMONE HENRIQUES PARREIRA DE CARVALHO - OAB/ES 9.375, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DE Nº 048090090845,** EM QUE SÃO PARTES FABRÍCIO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO E FÁBIO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO EM FACE DE BANCO UNIBANCO S/A. **ASSUNTO**: R. SENTENÇA DE FL. 43/47, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, NA FORMADA 1ª PARTE, DO INCISO I, DO ARTIGO 269, DO CPC, COM A ADVERTÊNCIA DO ARTIGO 475-J, DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

52- DRª VERÔNICA FERNANDA AHNERT - OAB/ES 11.185, NOS AUTOS DA **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DE Nº 048080090003,** EM QUE SÃO PARTES DEORY RAMOS BRAGA EM FACE DE CONSÓRCIO NACIONAL PANAMERICANO. ASSUNTO: R. SENTENÇA DE FL. 65, QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 794, I, DO CPC.

53- DR. WILLIAM FERNANDO MIRANDA - OAB/ES 9.846, NOS AUTOS DA **AÇÃO OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DE Nº 048090182600,** EM QUE SÃO PARTES LUCIANO FURTADO BRASIL EM FACE DE HAPPY VEÍCULOS LTDA.. ME . ASSUNTO: R. DECISÃO DE FL. 56/57, QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR, BEM COMO PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**,** A SER REALIZADA EM **26/10/09, ÀS 14H.**

RITA DE CÁSSIA CALMON NOGUEIRA DA GAMA MATOS
CHEFE DE SECRETARIA

JUÍZO DE VIANA (ENT. ESPECIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL VIANA

LISTA DE INTIMAÇÃO - 70/2009

PUBLICAÇÃO NA FORMA DO ARTIGO 236 DO C.C E ARTIGO 1216 DO CPC.

JUIZ: SÉRGIO RICARDO DE SOUZA
CHEFE DE SECRETARIA: GEANDRO BONIOLO PEREIRA
ESCREVENTE JURAMENTADA: MÁRCIA DE MORAES ESTEVES DE ALMEIDA FALCÃO

INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS:

DR. IVIE BOINA PIANA OAB/ES 13.055
DR. NEI LEAL DE OLIVEIRA OAB/ES 4761

1- PROC.: 6.556/09 - 050.09.000587-2
AÇÃO: INDENIZATÓRIA
REQUERENTE(S): SABRINA JUNCA
REQUERIDO(S): A VISTA ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR A PRIMEIRA REQUERIDA ATRAVÉS DE SUA ADVOGADA, **DR. IVIE BOINA PIANA OAB/ES 13.055,** ACERCA DO R. DESPACHO DE FL. 166 "INTIMEM-SE AS PARTES DA DESCIDA DOS AUTOS. DIL-SE."

2- PROC.: 6147/08 - 050.08.003744-8
AÇÃO: INDENIZATÓRIA
REQUERENTE(S): EVA RODRIGUES DA SILVA
REQUERIDO(S): INTERCOB ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR A PARTE REQUERIDA INTERCOB, ATRAVÉS DO SEU ADVOGADO, **DR. NEI LEAL DE OLIVEIRA OAB/ES 4761**, ACERCA DO R. DESPACHO DE FL. 120 "EM CONSULTA AO SISTEMA BACEN JUD, VERIFIQUEI QUE REALMENTE HOUVE UM EQUÍVOCO QUANTO AO BLOQUEIO E LIBERAÇÃO DE VALORES EM RELAÇÃO À EMPRESA EXECUTADA INTERCOB ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. NO ENTANTO, NESTA DATA, SOLICITADO O DESBLOQUEIO DA QUANTIA DE R$ 1.219,48, CORRESPONDENTE AO VALOR BLOQUEADO EQUIVOCADAMENTE, CONFORME "RECIBO DE PROTOCOLAMENTO" EM ANEXO, INTIME-SE A REFERIDA EMPRESA

DO DESBLOQUEIO EFETUADO,. APÓS, RETORNEM OS AUTOS AO ARQUIVO. DIL-SE.

GEANDRO BONIOLO PEREIRA
CHEFE DE SECRETARIA

JUÍZO DE VILA VELHA (ENT. ESPECIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE VILA VELHA
COMARCA DA CAPITAL

JUÍZA DE DIREITO EM EXERCÍCIO: DRª MARLÚCIA FERRAZ MOULIN
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. GILBERTO FABIANO TOSCANO DE MATTOS
CHEFE DE SECRETARIA: MARTA DO CARMO DE OLIVEIRA TEIXEIRA
ESCREVENTES JURAMENTADAS: ADRIANA ZARDINI ANTONIO - BIANCA LIMA MIRANDA

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELOS ARTIGOS Nº 236 E 1.216 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LISTA 29/09 - SENTENÇAS

INTIMO:

1 - DR. ALESSANDRI TOTTI
PROC. Nº 035.09.007679-1
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A
REQUERIDO(A): FABIO CHALITO
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.30/35, QUE ACOLHEU O PEDIDO INICIAL, VIA DE CONSEQUÊNCIA DECLAROU CONSOLIDADA A PROPRIEDADE E A POSSE PLENA E EXCLUSIVA DO BEM MÓVEL DESCRITO NA INICIAL EM MÃOS DO AUTOR E PROPRIETÁRIA FIDUCIÁRIA. TORNOU DEFINITIVA A LIMINAR A SEU TEMPO CONCEDIDA. DETERMINOU O LEVANTAMENTO DO DEPÓSITO JUDICIAL, FACULTANDO-SE AO AUTOR A ALIENAÇÃO DO BEM MÓVEL A TERCEIROS QUE INDICAR, BEM COMO SEJA OFICIADO AO DETRAN-ES, PARA OS DEVIDOS FINS. JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, INC. I, DO CPC. CONDENOU O RÉU AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM R$400,00(QUATROCENTOS REAIS) DE ACORDO COM O § 4º, DO ART. 20, DO CPC, VALOR ESTE A SER DEVIDAMENTE ATUALIZADO A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA SENTENÇA NO DJES.

2 - DRS. ALEXANDRE PUPPIM, JOSÉ GERALDO NASCIMENTO E BRUNO DALL'ORTO MARQUES
PROC. Nº 035000057618(13726)
AÇÃO: MONITÓRIA
REQUERENTE: SIGMA ENGENHARIA LTDA.
REQUERIDO(A): EDERICO TONANI DE ARAUJO
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 202/209, QUE .ACOLHEU OS PEDIDOS INICIAIS, VIA DE CONSEQUÊNCIA CONVERTEU DE PLENO DIREITO O MANDADO MONITÓRIO EM MANDADO EXECUTIVO JUDICIAL, CONDENOU OS RÉUS, SOLIDARIAMENTE, AO PAGAMENTO DA QUANTIA DE R$33.685,69(TRINTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS) (VALOR DO PRINCIPAL + TAXA SPC +TAXA PROTESTO - PLANILHA DE FLS. 07), ACRESCIDA DE JUROS MENSAIS A CONTAR A PARTIR DA CITAÇÃO VÁLIDA(06 DE JULHO DE 2001 - FLS. 112V), SENDO NO PERCENTUAL DE 0,5% ATÉ 10/01/2003 E DE 1% A PARTIR DE 11/01/2003, MAIS CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVERÁ INCIDIR A PARTIR DA DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, INC. I, PRIMEIRA PARTE DO CPC. CONDENOU OS RÉUS, PROPORCIONALMENTE, AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 10%(DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO ATUALIZADA, NA FORMA DO ART. 20,§ 3º DO CPC, E PARA O QUIAL DEVERÃO RESPONDER OS RÉUS NA PROPORÇÃO DE 50%(CINQUENTA POR CENTO) PARA CADA. SUSPENDEU, PORÉM, O PAGAMENTO DO PERCENTUAL DE 50%(CINQUENTA POR CENTO) DE TAIS VERBAS PELA RÉ MARGARETE LIMA EM VIRTUDE DE SE ENCONTRAR SOB O AMPARO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

3 - DRS. EDUARDO GARCIA JÚNIOR
PROC. 035090140308(19.480)
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
REQUERIDO(A): PATY COUTINHO REBELLO
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 49, QUE HOMOLOGOU O ACORDO REALIZADO ENTRE AS PARTES SUPRAMENCIONADAS, VIA DE CONSEQUÊNCIA JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 269, III, DO CPC. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS PELA PARTE REQUERENTE.

4 - DR. WILLY DE FRAIPONT
PROC. Nº 035090097581(19.300)
AÇÃO: DESPEJO
REQUERENTE: ELISÂNGELA MARIA LITTIG
REQUERIDO(A): EDSON ANTÔNIO DA SILVA
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 20, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 267, VIII, PARA OS FINS PREVISTOS NO ART. 158, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CPC. CUSTAS PELA PARTE REQUERENTE. .

5- DR. EDUARDO GARCIA JÚNIOR
PROC. Nº 035090162187(19602)
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
REQUERIDO(A): GIVALDO PEREIRA COZER
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 36, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 267,VIII, PARA OS FINS PREVISTOS NO ART. 158, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CPC. CUSTAS PELA PARTE REQUERENTE.

06 - DRª ALESSANDRA GOMES HOUDJAKOFF
PROC. Nº 035090142320(19.494)
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
REQUERIDO(A): VANESSA DA SILVA CHAVIER SOUZA
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 26, QUE HOMOLOGOU O ACORDO REALIZADO ENTRE AS PARTES SUPRAMENCIONADAS, VIA DE CONSEQUÊNCIA JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 269, III, DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS REMANESCENTES NA FORMA ACORDADA.

07 - DRS. EDUARDO GARCIA JÚNIOR
PROC. Nº 035010079370(14263)
AÇÃO: CAUTELAR
REQUERENTE: UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
REQUERIDO(A): NIZETO BERNARDO DA SILVA
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 89, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 267, III E § 1º, DO CPC. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS PELA PARTE AUTORA.

08 - DR. FERNANDO DA FONSECA RESENDE RIBEIRO
PROC. Nº 035040015345(15532)
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: LUIS CLAUDIO MENEGUETI
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 101, QUE RECONHECEU O ABANDONO DA CAUSA PELA PARTE REQUERENTE E JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA

FORMA DO ART. 267, III E § 1º DO CPC, SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS PELA PARTE AUTORA.

09 - DRS. GILMAR ZUMAK PASSOS E LUIZ CLAUDIO DIAS DA SILVA
PROC. Nº 035030164350(15279)
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
REQUERIDO(A): PEDRO JOSÉ DA SILVA
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 172/179, QUE ACOLHEU O PEDIDO INICIAL, VIA DE CONSEQUÊNCIA DECLAROU CONSOLIDADA A PROPRIEDADE E A POSSE PLENA E EXCLUSIVA DOS BENS DESCRITOS NA INICIAL EM MÃOS DO AUTOR E PROPRIETÁRIO FIDUCIÁRIO. TORNOU DEFINITIVA A LIMINAR A SEU TEMPO CONCEDIDA. DETERMINOU O LEVANTAMENTO DO DEPÓSITO JUDICIAL, FACULTANDO-SE AO AUTOR A ALIENAÇÃO A TERCEIROS QUE INDICAR. JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO,NOS TERMOS DO ART. 269, INC. I, DO CPC. CONDENOU O RÉU AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS, NOS TERMOS DO § 4º, DO ART.20, DO CPC, EM R$500,00(QUINHENTOS REAIS), VALOR ESTE A SER ATUALIZADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA SENTENÇA NO DJES.

10 - DRª ALINE RANGEL FERREGUETTI
PROC. Nº 035090150752(19534)
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: BANCO ITAULEASING S/A
REQUERIDO(A): ROGERIO HEREDIA FASSARELLA
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 14, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 267, VIII, PARA OS FINS PREVISTOS NO ART. 158, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CPC. CUSTAS PELA PARTE REQUERENTE. HOMOLOGOU A RENÚNCIA DO PRAZO RECURSAL.

11 - DRS. AUDEMIR DE ALMEIDA LIRA E FRANCILA ARÊAS TURINI FINOTTI MACHADO
PROC. Nº 035080224385(18.768)
AÇÃO: COBRANÇA
REQUERENTE: ALOYSIO DARCY MARQUES
REQUERIDO(A): ALFA SEGUROS E PREVIDÊNCIA
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 148/156, QUE RECONHECEU A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO E, VIA DE CONSEQUÊNCIA JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, INC. IV, DO CPC. CONDENOU O AUTOR EM CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ARBITRADOS EM R$500,00(QUINHENTOS REAIS), NOS TERMOS DO ART. 20, § 4º, DO CPC. SUSPENDEU A COBRANÇA DESSAS VERBAS EM RAZÃO DE ESTAR O AUTOR AO AMPARO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 12, DA LEI Nº 1.060/50(FLS. 45)

12- DR. PAULO CELSO POMPEU
PROC. Nº 035050007703(15934)
AÇÃO: EXECUÇÃO
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A
REQUERIDO(A): MANOEL MACHADO DOS SANTOS ME E OUTROS
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 96, QUE RECONHECEU O ABANDONO DA CAUSA PELA PARTE REQUERENTE E JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 267 III E § 1º, DO CPC. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS PELA PARTE AUTORA.

13 - DRS. ALESSANDRA GOMES HOUDJAKOFF
PROC. Nº 035090156429(19572)
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO PSA FINANCE BRASIL S/A
REQUERIDO(A): OCTAVIO JORGE DA SILVA JÚNIOR
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 21, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 267, VIII, PARA OS FINS PREVISTOS NO ART. 158, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CPC. CUSTAS PELA PARTE REQUERENTE.

14 - DRS. LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA BASÍLIO E JOSÉ DOMINGOS DE ALMEIDA
PROC. Nº 035040026193(15572)
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: MARIA LAURA RODRIGUES MASCARENHAS E OUTROS
REQUERIDO(A): VALDOMIRO VIEIRA E OUTRO
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 612, QUE HOMOLOGOU O ACORDO REALIZADO ENTRE AS PARTES SUPRAMENCIONADAS, VIA DE CONSEQUÊNCIA, JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 269, III, DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS REMANESCENTES NA FORMA ACORDADA. HOMOLOGOU A RENÚNCIA DO PRAZO RECURSAL.

15 - DR. NELSON PASCHOALOTTO
PROC. Nº 035090108941(19.344)
REQUERENTE: BANCO ITAULEASING S/A
REQUERIDO(A): ANTONIO CARLOS DA SILVA
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.23, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 267, VIII, PARA OS FINS PREVISTOS NO ART. 158, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CPC. CUSTAS PELA PARTE REQUERENTE.

16 - DR. EDUARDO GARCIA JÚNIOR
PROC. Nº 0350901411751(19.488)
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: BANCO ITAUCARD S/A
REQUERIDO(A): VALERIA DE SOUZA SANTOS
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 37, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 267, VIII, PARA OS FINS PREVISTOS NO ART. 158, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CPC. CUSTAS PELA PARTE REQUERENTE.

17 - DR FABIOARMSTRONG BORGO.
PROC. Nº 035090143344(19493)
AÇÃO: DESPEJO
REQUERENTE: ADRIANA ZUCCOLOTTO CHAGAS
REQUERIDO(A): MARIA DA PENHA NOLASCO
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.24, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 267, VIII, PARA OS FINS PREVISTOS NO ART. 158, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CPC. CUSTAS PELA PARTE REQUERENTE.

18 - DRª MARCIA REGINA DA SILVA NUNES
PROC. Nº 035070220146(17676)
AÇÃO: COBRANÇA
REQUERENTE: SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ESPÍRITO SANTO - UNIDADE DE VILA VELHA ENSINO SUPERIOR
REQUERIDO(A): JORGR LUIZ CARIOCA
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.74, QUE HOMOLOGOU O ACORDO REALIZADO ENTRE AS PARTES SUPRAMENCIONADAS, VIA DE CONSEQUÊNCIA JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 269,III, DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS REMANESCENTES NA FORMA ACORDADA.

19 - DRS. CHARLES AMARAL FALQUETO
PROC. Nº 035010133847(15465)
AÇÃO: EMBARGOS DE RETENÇÃO
REQUERENTE: SEBASTIÃO MACIEL DA ROCHA E OUTRO
REQUERIDO(A): JAIR ANDRADE GONZAGA
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.69/73, QUE RECONHECEU DE OFÍCIO A PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NA MODALIDADE ADEQUAÇÃO, VIA DE CONSEQUÊNCIA REVOGOU O DESPACHO DE FLS. 67. JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, INC. VI, DO CPC. CUSTAS QUITADAS(FLS. 38). SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM VIRTUDE DA NÃO CITAÇÃO DOS EMBARGADOS. DETERMINOU A JUNTADA DE CÓPIA DESTA SENTENÇA NA AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE EM APENSO(PROC. Nº 035.98.011995-8)

20 - DRS. JOSÉ ANIBAL GONÇALVES JÚNIOR E DIOGO MARTINS
PROC. Nº 035060052137(16557)
AÇÃO: CAUTELAR
REQUERENTE: SEBASTIÃO MACIEL DA ROCHA E OUTRA
REQUERIDO(A): BANESTES S.A

PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.92/97, QUE REJEITOU O PEDIDO INICIAL, VIA DE CONSEQUÊNCIA JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, CONFORME DISPÕEM OS ARTIGOS 808, IN. III DO CPC CC. 269, IN. I., SEGUNDA PARTE DO CPC. CONDENOU OS AUTORES AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS NO VALOR DE R$500,00(QUINHENTOS REAIS), DEVIDAMENTE ATUALIZADO, CONFORME O DISPOSTO NO ART. 20, § 4º, DO CPC. SUSPENDEU O PAGAMENTO DESSAS VERBAS, PORÉM MANTEVE OS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA DEFERIDOS OS AUTORES. REVOGOU A LIMINAR DE FLS. 23.

21 - DRS. ELZIMAR LUIZ LUCAS, LUCIANO PENNA LUCAS E MARCELO MIGNONI DE MELO
PROC. Nº 035980289363(12.941)
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: ANTÔNIO CARLOS CAPPI
REQUERIDO(A): MASTECARD S/A
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.197/208, QUE REJEITOU OS PEDIDOS INICIAIS, VIA DE CONSEQUÊNCIA JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, INC. I, DO CPC. REVOGOU A DECISÃO QUE CONCEDEU A TUTELA ANTECIPADA DE FLS. 45. CONDENOU O AUTOR AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS REMANESCENTES, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, FIXADOS NA FORMA DO § 4º, DO ART.20, DO CPC, E, R$500,00(QUINHENTOS REAIS), A SER ATUALIZADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA SENTENÇA NO DJES.

22 - DRS. JOSÉ OLEOMAR SARAIVA JÚNIOR E AGESANDRO DA COSTA PEREIRA
PROC. Nº 035010047146(14.157)
AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: AUTO SERVIÇO FAÉ LTDA. E OUTROS
REQUERIDO(A): CONCREVIT CONCRETO VITÓRIA LTDA.
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.220/235, QUE ACOLHEU EM PARTE, OS PEDIDOS INICIAIS PARA APENAS CONDENAR A RÉ CONCREVIT - CONCRETO VITÓRIA LTDA. A PAGAR A EMPRESA AUTORA A QUANTIA DE R$14.728,61(QUATORZE MIL SETECENTOS E VINTE E OITO REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS), A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, ACRESCIDOS DE MULTA DE 10%(DEZ POR CENTO) A INCIDIR UMA ÚNICA VEZ, JUROS DE MORA DE 1,0%(UM POR CENTO) AO MÊS, DESDE O DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2001, E A CORREÇÃO MONETÁRIA DEVERÁ INCIDIR A PARTIR DA DATA DA CELEBRAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO ENTRE AS PARTES, QUER SEJA, 06 DE DEZEMBRO DE 2000. REJEITOU OS DEMAIS PEDIDOS APRESENTADOS PELOS AUTORES. JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, INC. I DO CPC. CONDENOU A RÉ AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS REMANESCENTES, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, FIXADOS NA FORMA DO § 3º, DO ART. 20 C.C ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CPC, EM 10%(DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO ATUALIZADA.

23 - DR. EDUARDO GARCIA JÚNIOR
PROC. Nº 035090136041(19461)
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL
REQUERIDO(A): RITA DE CASSIA BARBOSA GONÇALVES
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.31, QUE HOMOLOGOU O ACORDO REALIZADO ENTRE AS PARTES SUPRAMENCIONADAS, VIA DE CONSEQUÊNCIA JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 269, III, DO CPC. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS REMANESCENTES PELA PARTE REQUERENTE.

24 - DR. NELSON PASCHOALOTTO
PROC. Nº 035090122025(19396)
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: BANCO ITAUCARD S/A
REQUERIDO(A): MARLENE FABRIZ MARCHESI
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.29, QUE HOMOLOGOU O ACORDO REALIZADO ENTRE AS PARTES SUPRAMENCIONADAS, VIA DE CONSEQUÊNCIA JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 269, III, DO CPC. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS REMANESCENTES PELA PARTE REQUERENTE.

25 - DRS. SAMUEL FABRETTI JUNIOR E ALBERTO EUSTÁQUIO PINTO SOARES
PROC. Nº 035050122429(16330)
AÇÃO: COBRANÇA
REQUERENTE: WESLAYNE KEMIA FERREIRA REPRESENTADA POR SENIR FERREIRA JARDIM
REQUERIDO(A): BRADESCO SEGUROS S/A
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.221, QUE HOMOLOGOU O ACORDO REALIZADO ENTRE AS PARTES SUPRAMENCIONADAS, VIA DE CONSEQUÊNCIA, JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 269, III, DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS REMANESCENTES NA FORMA ACORDADA. HOMOLOGOU A RENÚNCIA DO PRAZO RECURSAL.

26 - DR. HENRIQUE EMANOEL DA SILVA ANDRADE
PROC. Nº 035090037447(19.006)
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL S.A
REQUERIDO(A): VERA MARIA DIAS GOMES
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.37/42, QUE ACOLHEU O PEDIDO INCIAL, VIA DE CONSEQUÊNCIA DECLAROU CONSOLIDADA A POSSE EXCLUSIVA DO BEM MÓVEL DESCRITO NA INICIAL EM MÃOS DA AUTORA E PROPRIETÁRIA. TORNOU DEFINITIVA A LIMINAR A SEU TEMPO CONCEDIDA. JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, INC. I, DO CPC. CONDENOU A RÉ AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM R$500,00(QUINHENTOS REAIS) DE ACORDO COM O § 4º, DO ART. 20, DO CPC, A SER ATUALIZADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA SENTENÇA NO DIÁRIO DA JUSTIÇA.

27 - DRS. ROBERTO COCO DE VARGAS, SÉRVIO TÚILIO BARCELOS E IRACI RIBEIRO CAULYT SANTOS
PROC. Nº 035060244262(17.025)
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO SAFRA S/A
REQUERIDO(A): BENEDITO TEIXEIRA
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.94, QUE HOMOLOGOU O ACORDO REALIZADO ENTRE AS PARTES SUPRAMENCIONADAS, VIA DE CONSEQUÊNCIA JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 269, III, DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR SUAS PARTES RESPECTIVAS. CUSTAS REMANESCENTES PELA PARTE REQUERENTE.

28 - DRS. CIBELE ANDREATA E STÉFANO D'AMATO
PROC. Nº 035970092074(12.544)
AÇÃO: OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: MARIA LUZIA SABADINI
REQUERIDO(A): PEDRO CORRÊA
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.103/105, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 267, INC. III, C.C § 1º, DO CPC. CONDENOU A AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM R$300,00(TREZENTOS REAIS), NOS TERMOS DO § 4º, DO ART. 20, DO CPC.

30- DRS. MARCOS VINÍCIUS A. FERREIRA E LUIZ CARLOS BARROS DE CASTRO
PROC. Nº 035000068219(13748)
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: LUCIANO CYSNE BARRETO E OUTROS
REQUERIDO(A): BANCO DO BRASIL S/A
PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.159/161, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 267, III, C.C. § 1º, DO CPC. CONDENOU OS AUTORES AO PAGAMENTO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM R$200,00(DUZENTOS REAIS), NOS TERMOS DO § 4º, DO ART. 20, DO CPC, A SER

ATUALIZADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA SENTENÇA NO DIÁRIO DA JUSTIÇA.

VILA VELHA-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

MARTA DO CARMO DE OLIVEIRA TEIXEIRA
CHEFE DE SECRETARIA
(AUT. PELO ART. 128 DO CÓD. DE NORMAS)

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE VILA VELHA

JUÍZA DE DIREITO EM EXERCÍCIO: DRª MARLÚCIA FERRAZ MOULIN
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. GILBERTO FABIANO TOSCANO DE MATTOS
CHEFE DE SECRETARIA: MARTA DO CARMO DE OLIVEIRA TEIXEIRA
ESCREVENTES JURAMENTADAS: **ADRIANA ZARDINI ANTÔNIO - BIANCA LIMA MIRANDA**

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELOS ARTIGOS Nº 236 E 1.216 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LISTA 31 AUD /2009

INTIMO:

1 - DR. TEMISTOCLES BEZERRA DE BARROS E DR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES ALVARENGA.
PROC. Nº 035.05.007078-4 (16.152)
AÇÃO: INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: MÁRCIA CRISTINA VIEIRA
REQUERIDO(A): ANTÔNIO DOS SANTOS FREITAS
PARA CIÊNCIA DO OFÍCIO DE FLS. 176, ORIUNDO DO DML, DESIGNANDO A PERÍCIA PARA O DIA 07/10/2009, ÀS 7H, DEVENDO A AUTORA COMPARECER AO DML, SITO NA AV. NOSSA SENHORA DA PENHA, 2290, SANTA LUZIA, VITÓRIA-ES, MUNIDA DE OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DESSE JUÍZO, CÓPIA XEROX SIMPLES E O DOCUMENTO ORIGINAL, PARA COMPARAÇÃO (OU CÓPIA XEROX AUTENTICADA), DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DO TRÂNSITO, PRIMEIRO ATENDIMENTO HOSPITALAR, CASO TENHA CÓPIA DE LAUDOS ELABORADOS PELO DML E LAUDO MÉDICO ATUALIZADO (DO ESPECIALISTA QUE ACOMPANHOU), DESCREVENDO AS SEQÜELAS DEFINITIVAS QUE O PACIENTE FICOU APÓS O TÉRMINO DO TRATAMENTO.

2 - DR. .GIULLIANDREI DA SILVA TAVARES LIRA, DR. IVAN NEIVA NEVES NETO, DRª CHRISTIANE MASSARO LOHMANN E DR. FÁBIO ALEXANDRE FARIA CERUTTI
PROC. Nº 035.08.015523-3 (18.475)
AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: MARIA JOVELINA ALVES MIRANDA
REQUERIDO(A): EUCATUR - EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTE E TURISMO LTDA.
DENUNCIADO: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL
PARA CIÊNCIA DO OFÍCIO DE FLS. 208, ORIUNDO DO DML, DESIGNANDO A PERÍCIA PARA O **DIA 14/10/2009, ÀS 13H,** DEVENDO A AUTORA COMPARECER AO DML, SITO NA AV. NOSSA SENHORA DA PENHA, 2290, SANTA LUZIA, VITÓRIA-ES, MUNIDA DE OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DESSE JUÍZO, CÓPIA XEROX SIMPLES E O DOCUMENTO ORIGINAL, PARA COMPARAÇÃO (OU CÓPIA XEROX AUTENTICADA), DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DO TRÂNSITO, PRIMEIRO ATENDIMENTO HOSPITALAR, CASO TENHA CÓPIA DE LAUDOS ELABORADOS PELO DML E LAUDO MÉDICO ATUALIZADO (DO ESPECIALISTA QUE ACOMPANHOU), DESCREVENDO AS SEQÜELAS DEFINITIVAS QUE O PACIENTE FICOU APÓS O TÉRMINO DO TRATAMENTO.

VILA VELHA-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

MARTA DO CARMO DE OLIVEIRA TEIXEIRA
CHEFE DE SECRETARIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE VILA VELHA
COMARCA DA CAPITAL

JUÍZA DE DIREITO EM EXERCÍCIO: DRª MARLÚCIA FERRAZ MOULIN
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. GILBERTO FABIANO TOSCANO DE MATTOS
CHEFE DE SECRETARIA: MARTA DO CARMO DE OLIVEIRA TEIXEIRA
ESCREVENTES JURAMENTADAS: ADRIANA ZARDINI ANTÔNIO - BIANCA LIMA MIRANDA

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELOS ARTIGOS Nº 236 E 1.216 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LISTA 32 AUD /2009

INTIMO:

1 - DR. CARLO ROMÃO E DR. PEDRO AURÉLIO DE MATTOS GONÇALVES.
PROC. Nº 035.02.070970-1 (14.979)
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: EDINEA TEREZA MOROSINI TULLI E OUTRO
REQUERIDO(A): BANCO ITAÚ S/A
PARA TOMAREM CIÊNCIA QUE O SR. PERITO, WELLINGTON SOUZA, AGENDOU A PERÍCIA PARA O **DIA 30/09/2009 ÀS 12 H**, NO SEU ESCRITÓRIO SITUADO NA RUA VÊNUS, 159, BAIRRO CRUZEIRO DO SUL, CARIACICA-ES, TEL. 9948-6622.

VILA VELHA-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

MARTA DO CARMO DE OLIVEIRA TEIXEIRA
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA CÍVEL DE VILA VELHA
COMARCA DA CAPITAL

LISTA 25/09 - B SENTENÇAS E DECISÕES

JUIZ DE DIREITO: DR. DÉLIO JOSÉ ROCHA SOBRINHO
CHEFE DE SECRETARIA: CRISTINA MARIA COLNAGO CALHAU
ESCREVENTES JURAMENTADO: ANGELA MARIA BARROS PEIXOTO, LUIZ CARLOS DOS SANTOS, REGINA CELIA MELO DAMIANI.

INTIMO OS ADVOGADOS NA FORMA DO ART. 236 E DO ART. 1216, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

PROC. 9 596 - 035 070 060 559 - RESTAURAÇÃO DOS AUTOS
REQTE: JOSÉ MARCOS VIEIRA E OUTRO
REQDO: LUIZ LEANDRO ALVES
DRS. DARIO DELGADO, OMAR PEREIRA MATTOS E RODRIGO CAMPANA TRISTÃO PARA TOMAREM CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FL. 184/186, QUE JULGOU IMPROCEDENTE A PRETENSÃO POSSESSÓRIA EM FACE DO REQUERIDO LUIZ LEANDRO ALVES, VEZ QUE A PARTE AUTORA NÃO LOGROU TER DEMONSTRADO QUE PERDERA A POSSE SOBRE O IMÓVEL EM QUESTÃO, POR ATO DO REQUERIDO. EM CONSEQUÊNCIA, CONDENOU O AUTOR AO PAGAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS E VERBA HONORÁRIA ARBITRADAS EM 15% SOBRE O VALOR DA CAUSA.

PROC. 9 685 - 035 070 094 228 - ADJUDICAÇÃO
REQTE: MARCUS DANIEL SOARES VILARINS E OUTRO
REQDO: BOURGUIGNON INCORPORAÇÕES LTDA.
DRS. DELTON SOUZA E SUELI DE PAULA FRANÇA PARA TOMAREM CIÊNCIA DA DECISÃO DE FL. 131/132, QUE DECLAROU A INCOMPETÊNCIA DESTA VARA PARA O JUÍZO PRIVATIVO DE FALÊNCIA E CONCORDATA DE VITÓRIA.

PROC. 11 659 - 035 090 146 149 - ORDINÁRIA
REQTE: RENI BOREL
REQDO: INSS
DRª LETÍCIA RANGEL SERRA PARA TOMAR CIÊNCIA DA DECISÃO DE FL. 60/61, QUE DECLAROU A INCOMPETÊNCIA DESTA VARA PARA O JUÍZO PRIVATIVO DE ACIDENTE DE TRABALHO DE VITÓRIA.

VILA VELHA, 21 DE SETEMBRO 2009

CRISTINA MARIA COLNAGO CALHAU
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DE VILA VELHA
COMARCA DA CAPITAL

JUIZ DE DIREITO: DR. EWERTON SCHWAB PINTO JÚNIOR
ESCRIVÃ: LARISSA S. PIMENTEL CÔRTES
ESCREVENTES JURAMENTADAS: ROGERIA MUNIZ REGIS PEREIRA, DIANA THEODORO GOETZE, MIRELLA RODRIGUES MELLO, JUCIARA CRISTINA DE AZEVEDO INDAMI E TEREZA CRISTINA TEIXEIRA NOGUEIRA.
ESTAGIÁRIOS: BARBARA MUNIZ VIEIRA BORGES NUNES.

NA FORMA DO ARTIGO 236 C/C ARTIGO 1216 DO CPC

LISTA Nº 59/09

INTIMO:

1 - PROC Nº 035040027142 - OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: ALEXANDER FARIA RODRIGUES
REQUERIDO: SMS-ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.
DR. LARISSA PORTUGAL S. AMARAL PARA EFETUAR O PAGAMENTO, EM 10 DIAS, DO SALDO DEVEDOR REMANESCENTE NO VALOR DE R$ 42.980,78 E DR VINICIUS ALVES PARA SE MANIFESTAR SOBRE A PETIÇÃO DE FLS. 950/990.

2 - PROC. Nº 035090113628 - RESCISÃO CONTRATUAL
REQUERENTE: VIAÇÃO PRAIA SOL LTDA.
REQUERIDO:TIM CELULAR SA
DR.ROBSON FORTES BORTOLINI DA DECISÃO DE FLS.140/141 QUE DEFERIU PARCIALMENTE O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA BEM COMO PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONTESTAÇÃO.

3 - PROC Nº 035050078308 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMÍNIO DO ED. RESIDENCIAL VINA DEL MAR
REQUERIDO:FELÍCIO PEZENTE NETO E OUTRO
DR.WALERTE RAYMUNDO CARNEIRO JUNIOR E JOSÉ FIOROT JUNIOR DOS CÁLCULOS DE FLS. 295 NO VALOR DE R$ 22.385,70.

4 - PROC. Nº 035080131333 - EXECUÇÃO
REQUERENTE: COMPROCRED FOMENTO MERCANTIL LTDA.
REQUERIDO: GELOVILA COMERCIO DE GELO LTDA. ME
DR. LUCIANA DRUMOND DE MORAES E BRUNOJOSÉ CALMON DU PIN TRTISTÃO GUZANSKY DA DECISÃO DE FLS. 229/231 QUE REJEITOU A OBJEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, DANDO REGULAR PROSSEGUIMENTO Á EXECUÇÃO.

5 - PROC. Nº 035060054364 - MONITÓRIA
REQUERENTE: CELSO FERREIRA DE SOUZA
REQUERIDO:JOSÉ SERGIO MOTTA ANDRE
DR.JAQUES MARQUES PEREIRA PARA PROVIDENCIAR REMESSA DA CARTA PRECATÓRIA.

6 - PROC. Nº 035090085669 - REINTEGRATÓRIA
REQUERENTE:SAFRA LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL
REQUERIDO:FILIPIUS COSTA CORREIA SILVA
DR. ROBERTO CÔCO DE VARGAS DA DECISÃO DE FLS. 17 QUE DEFERIU A LIMINAR NA FORMA REQUERIDA.

7 -PROC Nº 035090023850 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE:AYMORE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA
REQUERIDO: SANDRA MARA LOPES DE FREITAS
DR. ALESSANDRA GOMES HOUDJAKOFF DA DECISÃO QUE DETERMINOU O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DO FEITO, ANTE A AUSÊNCIA DE PREPARO NA FORMA DO ART. 257 DO CPC.

8- PROC. Nº 035080177344 - DESPEJO
REQUERENTE: PERECLES LIMA RATTES
REQUERIDO: JACSON SANTANA DE OLIVEIRA
DR. VALMIR FERREIRA DE SOUZA DA DECISÃO QUE DETERMINOU O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DO FEITO, ANTE A AUSÊNCIA DE PREPARO NA FORMA DO ART. 257 DO CPC

9- PROC. Nº 035070105461 - EXECUÇÃO
REQUERENTE: TUBOVAL COMERCIAL LTDA.
REQUERIDO:VETEC ACESSORIOS INDUSTRIAIS LTDA-ME
DR.MAURÍCIO BOECHAT PEYNEAU DA DECISÃO DE FLS. 79/80 QUE INDEFERIU O PEDIDO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA EXECUTADA.

10- PROC. Nº 035070079419 - IMPUGNAÇÃO
EXEQUENTE: EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA SA
EXECUTADO:GETÚLIO ROSALVO OLIVEIRA DA SILVA
DR. ARTHUR STEPHAN SILVA DE MELO E FABIO VIEIRA TOZZI DA DESCIDA DOS AUTOS DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

11 -PROC Nº 0350600682650 - EXECUÇÃO
REQUERENTE: FUNDO DE INVEST EM DIR CRED NÃO PADRONIZADOS-FUNDO AMÉRICA
REQUERIDO: ALCILEIA COSTA
DR. UDNO ZANDONADE DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

12 - PROC. Nº 035080175769 - EXECUÇÃO
REQUERENTE: ESCOLA SANTA ADAME LTDA.
REQUERIDO: GILVANDRO ARAUJO VALIM
DR. ROSEMARY MACHADO DE PAULA DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

13 - PROC. Nº 035030119974 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: SALOMÃO DA PAZ BATISTA
REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA
DR. MARIA HELENA KILL DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

14 - PROC. Nº 035000018369 - EXECUÇÃO
REQUERENTE: BRUMATTI MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA.
REQUERIDO: ROBSON LAGE DE OLIVEIRA
DR. ARGENILDO LAMPIER DA INFORMAÇÃO DA RENAJU ÁS FLS. 121

15 - PROC. Nº 035090065729 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA
REQUERIDO: SANTOS NEVES COPIADORA LTDA. E OUTROS
DR. JOSÉ ALOÍSIO PEREIRA SOBREIRA DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

16- PROC. Nº 035090079001 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA
REQUERIDO: LEA MARIA MARCONI DE MACEDO
DR. LEANDRO NADER DE ARAUJO DA DECISÃO DE FLS. 48 QUE DEFERIU A LIMINAR NA FORMA REQUERIDA

17 - PROC. Nº 035090057429 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: CONTAUTO ADMINSTRADORA E CONSÓRCIOS LTDA.
REQUERIDO:ROGERIO BENTO FELIX
DR. LEUZANA MARIA DE ASSUNÇÃO MIRANDA DA DECISÃO DE FLS. 32 QUE DEFERIU A LIMINAR NA FORMA REQUERIDA

18 - PROC. Nº 035090093747 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO ITAUCARD SA
REQUERIDO: GENIVALDO ANTONIO CALVI
DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR DA DECISÃO DE FLS. 38 QUE DEFERIU A LIMINAR NA FORMA REQUERIDA.

19 - PROC. Nº 035090063401 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: B.V. FINANCEIRA SA CFI FINANCEIRA SA CFI
REQUERIDO: MESSIAS FILHO DA COSTA
DR. GUSTAVO DE G. F. DOS SANTOS DA DECISÃO DE FLS. 19 QUE DEFERIU A LIMINAR NA FORMA REQUERIDA.

20-PROC Nº 035090085040 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO BRADESCO SA
REQUERIDO: MANOS COUROS LTDA.
DR. ANDRÉ JOÃO DE AMORIM PINA E MARIA LUCILIA GOMES DA DECISÃO DE FLS. 27 QUE DEFERIU A LIMINAR NA FORMA REQUERIDA

21 - PROC. Nº 035980116632 - RESCISÓRIA
REQUERENTE: ANCORE ANDRADE COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. R OUTRO
REQUERIDO: PANCOSTURA SA IND E COM E OUTRO
DR. FABIA MARIANES DE ATHAYDES DALLA BERNARDINA PARA PROVIDENCIAR A REMESSA DA CARTA PRECATÓRIA BEM COMO DAS RESPOSTAS DOS OFÍCIOS.

22 - PROC. Nº 035010120133 - REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: DANIELA CELIA NEVES E OUTROS
REQUERIDO: TRANSPEROLA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.
DR. ELZENIR FERREIRA DA SILVA E EDSON TEIXEIRA CICARINI JUNIOR DAS INFORMAÇÕES DO BACENJUD BEM COMO DO RENAJUD

23 - PROC. Nº 035090087566 - REINTEGRATÓRIA
REQUERENTE: BANCO FINASA SA
REQUERIDO: JHONNY EWALD
DR. GEORGIA ATAÍDE FERREIRA DA DECISÃO DE FLS.28 QUE DEFERIU A LIMINAR BEM COMO PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA .

24 - PROC. Nº 035070093089 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: LAUDICÉIA MILAGRES
REQUERIDO: BRADESCO SEGUROS SA
DR. JANE MORAES, MARIA MIRANDA DE SOUZA POÇAS E JOMAR BRAZ DA SILVA JÚNIOR DA DA DESCIDA DOS AUTOS DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

25 - PROC. Nº 035080110576 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA SA
REQUERIDO: ELIOMAR OLIVEIRA
DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA BEM COMO DAS RESPOSTAS DOS OFÍCIOS.

26 - PROC. Nº 035090079993 - MONITÓRIA
REQUERENTE: BANCO ITAU SA
REQUERIDO: CONTROLE ELETRICO INSTRUMENTAÇÃO E ANALISADORES INDSUTRIAIS
DR. VALMIR SOUZA TRINDADE DA DECISÃO QUE DETERMINOU NA FORMA DO ART. 257 DO CPC, SEJA CANCELADA A DISTRIBUIÇÃO E QUE SEJA PROCEDIDO O ARQUIVAMENTO DO FEITO.

27 -PROC Nº 035070113911 - COBRANÇA
REQUERENTE: ADYR RUEDA
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
DR. GUILHERME LUIZ ROVER DA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE OS PEDIDOS AUTORAIS, RAZÃO POR QUE CONDENOU A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA A RESTITUIR A QUANTIA APURADA, CONDENANDO O REQUERIDO NO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXOU EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO

28 - PROC. Nº 035090007135 - COBRANÇA
REQUERENTE: ALMA DE SÃO JOSÉ RIMOLO MONICO
REQUERIDO:BRADESCO SA
DR. FELYPE DE JESUS MEIRA DA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE OS PEDIDOS AUTORAIS, RAZÃO POR QUE CONDENOU A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA A RESTITUIR A QUANTIA APURADA, CONDENANDO O REQUERIDO NO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXOU EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO

29 - PROC. Nº 035090100914 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO BMC SA
REQUERIDO: SAMUEL RUELA HERINGER
DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR DA DECISÃO DE FLS. 38 QUE DEFERIU A LIMINAR BEM COMO PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 40.

30 - PROC. Nº 035080002872 - REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: GISELANE DA SILVA LOPES
REQUERIDO: SANTA ZITA TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.
DR. ÉLIO CARLOS DA CRUZ FILHO E DR EDER JACOBSKI VIEGAS PARA PAGAR O VALOR DE R$ 16.624,16 SOB PENA DE MULTA DE 10%, NO PRAZO DE 15 DIAS.

31 - PROC Nº 035090050481 - CAUTELAR
REQUERENTE: RESTAURANTE TAYO LTDA-ME
REQUERIDO: CONSTRUTORA SPALENZA LTDA.
DR. MARIA MIRANDA DE SOUZA POÇAS PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONTESTAÇÃO.

32 - PROC. Nº 035090035375 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMÍNIO DO ED. ATOL DAS ROCAS
REQUERIDO:EDUARDO DE ALMEIDA SILVA
DR. JUSSARA SCHAFFELN CORREIA LIMA DA DECISÃO QUE DETERMINOU NA FORMA DO ART. 257 DO CPC, SEJA CANCELADA A DISTRIBUIÇÃO E QUE SEJA PROCEDIDO O ARQUIVAMENTO DO FEITO.

33 - PROC. Nº 035070163627 - EXECUÇÃO
REQUERENTE: ACIMAQ-EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS LTDA.
REQUERIDO: RAIMUNDA RANILDA DE MEDEIROS E OUTRO
DR. IVALDO MARQUES FREITAS DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA BEM COMO DAS RESPOSTAS DOS OFÍCIOS DE FLS. 59 A 63.

34 -PROC Nº 035090010766 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: B.V. FINANCEIRA SA CFI FINANCEIRA SA CFI
REQUERIDO: ALOISIO ANTONIO AVELAR CAMPELO
DR. GUSTAVO DE GOUVEIA FERREIRA DOS SANTOS DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

35 - PROC. Nº 035090012937 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: B.V. FINANCEIRA SA CFI FINANCEIRA SA CFI
REQUERIDO:GILSON RODRIGUES VIEIRA
DR. DR. GUSTAVO DE GOUVEIA FERREIRA DOS SANTOS DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

36 -PROC Nº 035090044146 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: B.V. FINANCEIRA SA CFI FINANCEIRA SA CFI
REQUERIDO: SIDELVAN DA CUNHA SANTOS
DR.CARLOS FELYPPE T. PEREIRA DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

37 -PROC Nº 035090021169 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA SA
REQUERIDO: ROBSON SANTOS DE OLIVEIRA
DR.DANIELA GONÇALVES DIAS DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

38 -PROC Nº 035090016599 - REINTEGRATÓRIA
REQUERENTE: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
REQUERIDO: IVAN VOLPONI SANTOS
DR.CARLOS FELYPPE T. PEREIRA DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

39 -PROC Nº 035090035359 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA
REQUERIDO: NEWTON RODRIGUES DE SOUZA JUNIOR

DR.ALESSANDRA GOMES HOUDJAKOFF DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

40 -PROC Nº 035090022613 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO ITAUCARD SA
REQUERIDO: AMILTON CESAR COUTINHO LEMOS
DR.EDSON TEIXEIRA CICARINI JUNIOR DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

41 -PROC Nº 035090073590 - REINTEGRATÓRIA
REQUERENTE: REAL LEASING ARRENDMANETO MERCANTIL SA
REQUERIDO: PR RODRIGUES DA SILVA ME E OUTRO
DR.ALESSANDRA GOMES HOUDJAQKOFF DA DECISÃO DE FLS 22 QUE DEFERIU A LIMINAR NA FORMA REQUERIDA

42 -PROC Nº 035090020617 - REINTEGRATÓRIA
REQUERENTE: DIBENS LEASING SA-ARRENDMANETO MERCANTIL
REQUERIDO: LUCIMAR BATISTA DE PAULA
DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

43 -PROC Nº 035090015609 - REINTEGRATÓRIA
REQUERENTE: BANCO ITAULEASING SA
REQUERIDO: FAGNER MAGALHÃES SABINO
DR.GUSTAVO DE GOUVEIA FERREIRA DOS SANTOS DA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA

44-PROC Nº 035090014883 - COBRANÇA
REQUERENTE: ANA BEATRIZ BRAZ SOARES
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
DR. **BENTO MACHADO GUIMARÃES FILHO** DA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE OS PEDIDOS AUTORAIS RAZÃO POR QUE CONDENOU A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA A RESTITUIR A QUANTIA APURADA, BEM COMO CONDENOU O REQUERIDO NO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXOU EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

VILA VELHA, TERÇA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

LARISSA S. PIMENTEL CÔRTES
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DE VILA VELHA
COMARCA DA CAPITAL

JUIZ DE DIREITO: FERNANDO ESTEVAM BRAVIN RUY
JUÍZA EM EXERCÍCIO: MARÍLIA PEREIRA DE ABREU BASTOS
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: ANNA LARA FERREIRA BRASIL
ESCREVENTES JURAMENTADAS: MARIA JOSE ZANDONADI, NILZETT MARIA SILVA SODRÉ DE SOUZA, LOURDES CAMPOS DELL'ORTO LYRIO E ECÍLIA SAICK

NA FORMA DO ARTIGO 236 C/C ARTIGO 1216 DO CPC

LISTA Nº 007-B-2009

RELAÇAO DOS ADVOGADOS NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 027/97 E CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO E. S. ART. 55

01) PROC. Nº 03500005449-0 - AÇÃO DE REPARAÇAO CIVIL
REQUERENTE: ROMILDA VIANNA SILVA
REQUERIDO: CHOCOLATES GAROTO S/A
DR(S).:. RODRIGO LOUREIRO MARTINS
PARA PAGAMENTO DO VALOR INDICADO PELA CREDORA, EM 15 DIAS, SOB PENA DE INCIDÊNCIA DE MULTA LEGAL (10%), TUDO CONFORME OS TERMOS DO DESPACHO DE FLS. 620.

VILA VELHA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

ANNA LARA FERREIRA BRASIL
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO
CARTÓRIO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE VILA VELHA/ES

JUÍZA DE DIREITO: DRª ABIRACI SANTOS PIMENTEL
PROMOTORA: DRª. MÁRGIA CHIANCA MAURO
CHEFE DE CARTÓRIO: ROSEMARY DA PENHA CARLETTI PITANGA.

NA FORMA DO ART. 236 C/C 1.216 DO CPC.

LISTA 56/2009

INTIMO**:**

SEGUE LISTA DOS ADVOGADOS INTIMADOS, EM ORDEM ALFABÉTICA:

ALEXEY CAMPAGNARO LUCENA
ANDRÉ VERVLOET COMÉRIO
ANTONIO NEVES DOS SANTOS FILHO
ARLETE ULIANA
BRUNO SILVEIRA
CLARENCE ILDAWALD GIBSON OVIL
EDUARDO JOSÉ COSTA REIS
FABRICIO CARVALHO MAGALHÃES
HEBER VIEIRA GOMES
IZANETE CHÁCARA ROCHA ESPÍNDOLA
JOÃO CEZAR DE ALMEIDA VAZ
MARCELO MIGUEL NOGUEIRA
MARCIA DALCIN LEMOS
MARCOS VINICIUS ABRAHÃO FERREIRA
MORGANA ROQUE MARQUES
SILVEIRA E MARCELO MIGUEL NOGUEIRA
SOLANGE ROSÁRIO DA SILVA

1- PROC. Nº 37.545 - (035.05.002130-8) - EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA
PARTES: T.V.V.L. X M.P.
DRS. BRUNO SILVEIRA E MARCELO MIGUEL NOGUEIRA, DA R.SENTENÇA DE FLS. 399/402, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSOS, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, INCISO I DO CPC.

2- PROC. Nº 38.569 - (035.06.002039-9) - EMBARGOS DE DEVEDOR
PARTES: M.P. E T.V.V.L.
DR. BRUNO SILVEIRA, DA R.SENTENÇA DE FLS. 299/302, QUE JULGOU PROCEDENTE OS EMBARGOS PARA DECLARAR INEXIGÍVEL O TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL, JULGANDO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, INCISO I DO CPC.

3- PROC. Nº 40.718 - (035.08.005680-3) - CAUTELAR.
PARTES: M.I.B.N.S.
DRª MORGANA ROQUE MARQUES, DA R.SENTENÇA DE FLS. 21, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, III, DO CPC.

4- PROC. Nº 41.765 - (035.09.010254-8) - MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA.
PARTES: C.V. E OUTROS
DR. EDUARDO JOSÉ COSTA REIS, DA R.SENTENÇA DE FLS. 34, QUE HOMOLOGOU POR SENTENÇA O ACORDO FORMULADO ENTRE OS INTERESSADOS, JULGANDO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 269, III, DO CPC.

5- PROC. Nº 40.665 - (035.08.003973-4) - CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO
PARTES: E.L. X F.I.S.
DR. FABRICIO CARVALHO MAGALHÃES, DA R.SENTENÇA DE FLS. 37/38, QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL E CONVERTEU A SEPARAÇÃO JUDICIAL DAS PARTES EM DIVÓRCIO, COM FULCRO NO ART. 226, PAR.6°, PRIMEIRA PARTE, DA CF E ART. 1.580, PAR.1°, DO CC, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ART. 269, II, DO CPC.

6- PROC. Nº 34.485 - (035.02.001994-5) - EXECUÇÃO
PARTES: L.P.R.S. E R.B.S.
DR. ANTONIO NEVES DOS SANTOS FILHO, DA R.SENTENÇA DE FLS. 57, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, III, DO CPC.

7- PROC. Nº 38.508 - (035.06.000512-7) - ALIMENTOS.
PARTES: M.E.E.S. X W.S.A.
DR. HEBER VIEIRA GOMES, DA R.SENTENÇA DE FLS. 31, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, III, DO CPC.

8- PROC. Nº 37.245 - (035.04.009937-2) - ALIMENTOS.
PARTES: I.R.R. X H.P.R.
DRª IZANETE CHÁCARA ROCHA ESPÍNDOLA, DA R.SENTENÇA DE FLS. 61, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, III, DO CPC.

9- PROC. Nº 41.195 - (035.08.016670-1) - ALIMENTOS.
PARTES: C.S.S. X A.S.S.
DR. CLARENCE ILDAWALD GIBSON OVIL, DA R.SENTENÇA DE FLS. 22, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM BASE NO ART. 7° DA LEI DE ALIMENTOS.

10 - PROC. Nº 41.473 - (035.09.0010881) - EXONERAÇÃO DE PENSÃO.
PARTES: W.G.S. X W.A.B.S.
DR. JOÃO CEZAR DE ALMEIDA VAZ, DA R.SENTENÇA DE FLS. 24, QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, EXONERANDO O REQUERENTE DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EM RELAÇÃO AO FILHO W.A.B.S., JULGANDO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ART. 269, I, DO CPC.

11 - PROC. Nº 38.184 - (035.05.0106950) - ALIMENTOS.
PARTES: W.S.A.F. E OUTRO X C.A.F.
DR. HEBER VIEIRA GOMES, DA R.SENTENÇA DE FLS. 34/35, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, III, DO CPC.

12 - PROC. Nº 38.830 - (035.06.007881-9) - EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA.
PARTES: L.R.C.J. X L.R.C.
DR. ANDRÉ VERVLOET COMÉRIO E ARLETE ULIANA, DA R.SENTENÇA DE FLS. 45/46, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, VIII, DO CPC C/C ART. 598 DO MESMO DIPLOMA LEGAL..

13 - PROC. Nº 41.523 - (035.09.002901-4) - REVISÃO DE ALIMENTOS
PARTES: W.L.B. E OUTRO
DRAS. EDUARDO JOSÉ COSTA REIS, DA R.SENTENÇA DE FLS. 26, QUE HOMOLOGOU POR SENTENÇA O ACORDO FORMULADO ENTRE OS INTERESSADOS, JULGANDO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 269, III, DO CPC.

14 - PROC. Nº 41.090 - (035.08.014190-2) - EXONERAÇÃO DE PENSÃO.
PARTES: W.P. X H.S.P.
DR. MARCIA DALCIN LEMOS, DA R.SENTENÇA DE FLS. 27/28, QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, EXONERANDO O REQUERENTE DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EM RELAÇÃO AOS FILHOS, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ART. 269, I, DO CPC.

15 - PROC. Nº 41.122 - (035.08.04905-3) - EXONERAÇÃO DE PENSÃO
PARTES: A.C.C. X G.C.C.C. E OUTRO
DR. SOLANGE ROSÁRIO DA SILVA, DA R.SENTENÇA DE FLS. 43, QUE HOMOLOGOU POR SENTENÇA O ACORDO FORMULADO ENTRE OS INTERESSADOS, JULGANDO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 269, III, DO CPC.

16 - PROC. Nº 41.495 - (035.09.001840-5) - ALIMENTOS.
PARTES: J.V.E.B. X D.F.G.E.B.
DR. MARCOS VINICIUS ABRAHÃO FERREIRA, DA R.SENTENÇA DE FLS. 37, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, VIII, DO CPC.

17 - PROC. Nº 38.543 - (035.06.001185-1) - EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA
PARTES: K.M.S.M. X D.M.M.
DRS. ALEXEY CAMPAGNARO LUCENA, DA R.SENTENÇA DE FLS. 38, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO NOS TERMOS DO ARTIGO 794, INCISO I E 795, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

18 - PROC. Nº 34.428 - (035.02.001614-9) - SEPARAÇÃO LITIGIOSA.
PARTES: T.V.V.L.P. X M.P.
DR. SILVEIRA E MARCELO MIGUEL NOGUEIRA, DO R.DESPACHO DE FLS. 1362, PARA QUE TOME CIÊNCIA ACERCA DO OFICIO DE FLS. 1360 E DO INTEIRO TEOR DO R.DESPACHO DE FLS. 1359, PARA QUE A PARTE DEMANDANTE PAGUE OS EMOLUMENTOS NO VALOR DE R$ 143,56, REFERENTE AO CANCELAMENTO DAS RESTRIÇÕES E QUE A PARTE DEMANDADA PAGUE OS EMOLUMENTOS NA QUANTIA DE R$287,12, REFERENTE A SUSPENSÃO DO CANCELAMENTO DAS RESTRIÇÕES ANTES DETERMINADAS, DEVENDO TAIS QUANTIAS SEREM PAGAS DIRETAMENTE NAQUELA SERVENTIA.

VILA VELHA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

ROSEMARY DA PENHA CARLETTI PITANGA.
CHEFE DE SECRETARIA
AUT. PELO ARTIGO 122 DO CÓD. DE NORMAS DA CGJ/ES

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA DE VILA VELHA

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELOS ARTS. 236 E 1.216 DO CPC C/C PROVIMENTO 27/97

EXPEDIENTE DO DIA 22/09/2009

JUÍZA DE DIREITO: NELLY LABRUNIE MARTINELLI
CHEFE DE SECRETARIA: LUCÍOLA CRISTINA CONDE MESQUITA
ESCREVENTES JURAMENTADAS: ADRIANA COUTINHO SCHMIDEL RICAS, AMANDA SILVA DA COSTA LAURINDO, CARLA CRISTINA FEREGUETTI PELIÇÃO, CHRISTINA HARCKBART AHNERT FREITAS.

LISTA N° 92/09

PROCESSO Nº 12.422/08 - 035.08.002067-6 - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA - H.L.O.G. X L.C.O. - INTIMAR **DRª LUCIANA ROCHA NASCIMENTO, OAB/ES 5.028 E DR. RODRIGO SANTOS NASCIMENTO**, PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 70, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, COM BASE NO ART. 794, I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, E POR CONSEGUINTE REVOGOU A DECISÃO DE FLS. 38/39.

PROCESSO Nº 12.528/08 - 035.08.004285-2 - AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS - R.M.M. X J.M.S. - INTIMAR **DRª YARA CRISTINA CUSTÓDIO COURA, OAB/ES 10.924,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 32/33, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ART. 267, INCISO VIII DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

PROCESSO Nº 8776/04 - 035.04.006182-8 - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - J.V.G.G. X W.S.G. - INTIMAR **DR. PAULO SÉRGIO CAMPONEZ, OAB/ES 7.324,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 85 QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM BASE NO ART. 794, I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, E POR CONSEGUINTE REVOGOU A DECISÃO DE FLS. 16.

PROCESSO Nº 12.634/08 - 035.08.006075-5 - AÇÃO DE ALIMENTOS - B.A.R.L. E OUTROS X C.C.L. - INTIMAR **DR. ROGÉRIO JOSÉ FEITOSA RODRIGUES, OAB/ES 6.437,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 35/36, QUE HOMOLOGOU O PEDIDO DE DESISTÊNCIA E JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ART. 267, INCISO VIII DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

PROCESSO Nº 9604/05 - 035.05.004982-0 - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA - T.P.Z.R E OUTRA X A.Z.R. - INTIMAR **DRª MAURA RUBERTH GOBBI, OAB/ES 8.598, OU OUTRO ADVOGADO QUE NESTA DATA REPRESENTE A U.V.V.,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 53/54, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ART. 267, II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

PROCESSO Nº 9652/05 - 035.05.005490-3 - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA - G.B.R. X M.R. - INTIMAR **DRª MAURA RUBERTH GOBBI, OAB/ES 8.598, OU OUTRO ADVOGADO QUE NESTA DATA REPRESENTE A U.V.V.,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 53/54, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, COM BASE NO ART. 267, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, E POR CONSEGUINTE, REVOGOU A DECISÃO DE FLS. 23/24.

PROCESSO Nº 11.880/07 - 035.07.015158-0 - AÇÃO DE ALIMENTOS - L.S.P. E OUTRA X L.L.P. - INTIMAR **DR. TATIANA MARQUES FRANÇA, OAB/ES 11.434,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 69/70, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ART. 267, III DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, TORNANDO SEM EFEITO A DECISÃO QUE ARBITROU OS ALIMENTOS PROVISÓRIOS.

PROCESSO Nº 11.545/07 - 035.07.005247-3 - AÇÃO DE ALIMENTOS - J.V.M.M. X S.M. - INTIMAR **DR. GUSTAVO MACIEL TARDIN, OAB/ES 9.735 E DR. ARQUIMEDES DE OLIVEIRA SOBRINHO, OAB/ES 13.198,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 128/132, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL, A FIM DE CONDENAR O REQUERIDO AO PAGAMENTO DE UMA PENSÃO ALIMENTÍCIA EM FAVOR DO REQUERENTE NO IMPORTE DE 80% (OITENTA POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE, A SER PAGO À REPRESENTANTE DO MENOR, ATÉ O DIA 10 (DEZ) DE CADA MÊS, MEDIANTE RECIBO, OU DEPOSITADO EM CONTA BANCÁRIA POR ELA INDICADA.

PROCESSO Nº 12.404/08 - 035.08.001417-4 - AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA - I.S.P. X V.R.R.S.P. E OUTRO - INTIMAR **DR. DIOGO AMARAL E SILVA NADER, OAB/ES 13.307,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 98/100, QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL PARA EXONERAR O REQUERENTE DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EM FACE DOS REQUERIDOS.

PROCESSO Nº 11.167/06 - 035.06.020942-2 - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA - N.R.F. X S.N.F. - INTIMAR **DRª TATIANA MARQUES FRANÇA, OAB/ES 11.434,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 52/53, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FULCRO NO ART. 267, INCISO VI DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

PROCESSO Nº 8972/04 -035.04.008460-6 - RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL - P.O.S. X W.M.B. - INTIMAR **DR. FERNANDO LUIZ DE SOUZA LEAL, OAB/ES 288-B,** PARA CIÊNCIA DO DESPACHO SANEADOR DE FLS. 162/163, QUE REJEITOU A PRELIMINAR VENTILADA NA PEÇA CONESTATÓRIA; DESIGNANDO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 09 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:30 MIN**; DEFERINDO PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL, BEM COMO O DEPOIMENTO DA GENITORA DO MENOR REQUERIDO, NA QUALIDADE DE TESTEMUNHA.

PROCESSO Nº - 035.09.013038-2 - AÇÃO DE CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO - M.G.L.B. E C.E.S. - INTIMAR **DR. ROGÉRIO JOSÉ FEITOSA RODRIGUES, OAB/ES 6.437,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 10/11, QUE JULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO DEDUZIDA PELOS INTERESSADOS, DECRETANDO A CONVERSÃO EM DIVÓRCIO DA SEPARAÇÃO JUDICIAL DO CASAL.

PROCESSO Nº 035.09.001446-1 - AÇÃO DE CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO - E.R.C. X C.B. - INTIMAR **DR. VLADIMIR CÁPUA DALLAPÍCULA, OAB/ES 5.715 E DRª LORENA RUBERTH GAUDIO, OAB/ES 11.606,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 25/26, QUE JULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO DA AUTORA, DECRETANDO A CONVERSÃO EM DIVÓRCIO DA SEPARAÇÃO JUDICIAL DO CASAL.

PROCESSO Nº - 6352/02 - 035.02.001598-4 - AÇÃO DE DIVÓRCIO DIREITO - M.L.C.S.R. X C.A.R. - INTIMAR **DRª IRACI RIBEIRO CAULYT SANTOS, OAB/ES 3.987,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 74/77, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ART. 267, INCISO VI DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

PROCESSO Nº - 8947/04 - 035.04.008217-0 - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE - C.F.L.B. X A.F.V. - INTIMAR **DRª ANDRÉA CARIAS DA SILVA DEGENÁRIO, OAB/ES 8.819,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 86/87, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ART. 267, INCISO VIII DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL.

PROCESSO Nº 9177/04 - 035.04.010068-3 - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE - G.E.J.R. X L.H. - INTIMAR **DRª PATRICIA NUNES ROMANO TRISTÃO PEPINO, OAB/ES 10.192,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 171/177, QUE JULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO DA AUTORA, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM BASE NO ART. 269, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

PROCESSO Nº 3739/05 - 035.99.010745-6 - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA - W.F.C.M. X S.M.P. - INTIMAR **DR. EDUARDO CALVI COSTA, OAB/ES 11.664,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 115, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, COM BASE NO ART. 794, I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, E POR CONSEGUINTE REVOGOU O DECRETO DE PRISÃO.

PROCESSO Nº 035.08.016039-9 - AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA - D.D.C.S. X C.A.F.S. - INTIMAR **DR. ROBERTO RODRIGUES DE SOUZA, OAB/ES 3.028,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 49/54, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL, COM BASE NO ART. 269, INCISO I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DECRETANDO A SEPARAÇÃO DO CASAL E CONDENOU O REQUERIDO AO PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA, EM PROL DE SUAS FILHAS.

PROCESSO Nº - 12.863/08 - 035.08.011460-2 - AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA - M.A.S.N. X B.S.N. E OUTRAS - INTIMAR **DR. LUIS GUSTAVO NARCISO GUIMARÃES, OAB/ES 10.997 E DR. AILTON FELISBERTO ALVES FILHO, OAB/ES 12.228,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 62/68, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL, ESTABELECENDO NOVO QUANTUM INCIDENTE SOBRE A PENSÃO ALIMENTÍCIA DEVIDA AOS REQUERIDOS, QUAL SEJA, 25,63% (VINTE E CINCO INTEIROS E SESSENTA E TRÊS POR CENTO) JULGANDO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

PROCESSO Nº - 035.09.002414-8 - AÇÃO DE OFERTA DE ALIMENTOS - A.L.C.G. X J.R.G. - INTIMAR **DRª MARCELA NUNES DE SOUZA, OAB/ES 13.467 E DRª CAROLINE RAMOS ANTUNES BASTOS, OAB/ES 12.259,** PARA CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 71, QUE REDESIGNOU O HORÁRIO DA AUDIÊNCIA INCLUÍDA NA PAUTA DO **DIA 24 (VINTE E QUATRO) DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO PARA AS 15:00 HORAS**.

PROCESSO Nº - 12.587/09 - 035.08.005332-1 - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - N.S.R. X L.O.R. - INTIMAR **DR. JOSÉ CONSTANTINO MAZZOCO, OAB/ES 10.186,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 57, QUE HOMOLOGOU O PEDIDO DE DESISTÊNCIA E, POR CONSEGUINTE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO COM FULCRO NO ART. 267, VIII DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

PROCESSO Nº 12.808/08 - 035.08.009875-5 - AÇÃO DE ALIMENTOS - J.P.S.A. X W.S.F. - INTIMAR **DRª CLAUDIA VASCONCELLOS SCHMIDT, OAB/ES 8.938,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 31/32, QUE HOMOLOGOU O PEDIDO DE DESISTÊNCIA E, POR

CONSEGUINTE, JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO COM FULCRO NO ART. 267, INCISO VIII DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
QUARTA VARA DE FAMÍLIA DE VILA VELHA

FÓRUM "DES. AFONSO CLÁUDIO" - PRAÇA ALMIRANTE TAMANDARÉ, 193, PRAINHA, VILA VELHA/ES, CEP 29100-310 E - MAIL 4FAMILIA-VVELHA@TJ.ES.GOV.BR - TELEFONE 3200-4133, RAMAL 241

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

PROCESSO Nº 035.060.192.610

EDITAL DE CITAÇÃO PELO PRAZO DE 30 DIAS

A **MMª JUÍZA DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA DE VILA VELHA**, COMARCA DA CAPITAL, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER AOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM QUE POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE VILA VELHA, PROCESSAM-SE OS AUTOS DA **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 035.060.192.610,** PROPOSTA POR S.O.C.C., MENOR REPRESENTADO POR SUA GENITORA PRISCILA OLIVEIRA TEIXEIRA, EM FACE DE ALVINO HIRAN DE OLIVEIRA CAMPOS E, CONSTANDO DOS AUTOS QUE O REXECUTADO, **SR. ALVINO HIRAN DE OLIVEIRA CAMPOS**, ENCONTRA-SE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, EXPEDIU-SE O PRESENTE EDITAL PARA **CITÁ-LO** PARA, NO PRAZO DE 72 (SETENTA E DUAS) HORAS, EFETUAR O PAGAMENTO DA VERBA ALIMENTAR EM ATRASO NO VALOR ATUALIZADO DE R$20.725,27 (VINTE MIL, SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), E MAIS AS PRESTAÇÕES QUE SE VENCEREM NO CURSO DA EXECUÇÃO, PROVAR QUE O FEZ OU JUSTIFICAR A IMPOSSIBILIDADE DE EFETUÁ-LO, SOB PENA DE SER-LHE DECRETADA A PRISÃO CIVIL, NOS TERMOS DO ART. 733, DO CPC, FICANDO, AINDA, CIENTE DE QUE, NESTE CASO, O CUMPRIMENTO DA PENA NÃO EXIME O DEVEDOR DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES VENCIDAS E VINCENDAS, TUDO DE CONFORMIDADE COM A CONTRAFÉ QUE SE ENCONTRA NO CARTÓRIO DESTA VARA, À DISPOSIÇÃO DO CITANDO E DE ACORDO COM OS RESP. DESPACHOS DE FLS. 11 E 80.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DO EXECUTADO E DOS INTERESSADOS, E PARA QUE NO FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA, UMA VEZ, E AFIXADO NO ÁTRIO DO FÓRUM LOCAL.

DADO E PASSADO, NESTA CIDADE DE VILA VELHA, COMARCA DE CAPITAL, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 22 (VINTE E DOIS) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009. EU, (GILMA ELISA HERTEL DE FARIA) ESCREVENTE JURAMENTADA, QUE DIGITEI E VAI ASSINADO PELA ESCRIVÃ JUDICIÁRIA, CONFORME PROVIMENTO 06/98.

ANGÉLICA RITA DE SOUZA FALCI
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DE VILA VELHA/ES
COMARCA DA CAPITAL

JUÍZA DE DIREITO: DRª MARIA DO CEU PITANGA
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. GILBERTO FABIANO TOSCANO DE MATTOS
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: MARCUS VINICIUS DORNELAS ALT
ESCREVENTES JURAMENTADOS: ANDRÉA COSTA DE OLIVEIRA, MARCOS MANOEL DA SILVA ROSA, UIRIAN VIEIRA DE MEDEIROS MELO, MARCIA QUEIROZ DA COSTA

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 49 / 09

ADVOGADOS**:**

DR. VITOR DE SÁ CAVALCANTE OAB/ES 11167
DRª TANIA MARIA PEREIRA GONÇALVES OAB/ES 3661
DR. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ABREU OAB/ES 12741
DR. DOLIVAR GONÇALVES JUNIOR OAB/ES 12810
DR. ANDÉ JULIO DE ATAYDES OAB/ES 13133
DRª REGINA HELENA MORAES MACHADO OAB/ES 4264
DR. LUCIANO PICOLI GAGNO OAB/ES 13022
DR. JOSÉ GERALDO MARTINS DE PAULO OAB/RJ 144642
DRª MARIA JOSÉ VIEIRA GIORISATTO OAB/ES 14723
DR. BRUNO SILVEIRA OAB/ES 10580
DR. ANTÔNIO MARIA FERNANDES DA COSTA OAB/SP 77183

INTIMAÇÕES**:**

1)- PROCESSO Nº 035.090.161.049 (2083/09) - AÇÃO: INTERDIÇÃO
REQTE: MARIA ELENIR DE SÁ CAVALCANTE
REQDO: MARCUS VINICIUS SA CAVALCANTE
INTIME-SE O **DR. VITOR SAIDE AZEVEDO**, PARA CIÊNCIA DO INTERROGATÓRIO DESIGNADO PARA O **DIA 15 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO ÀS 16:00 HORAS**, NA SALA DE AUDIÊNCIAS DESTE JUÍZO.

2)- PROCESSO Nº 035.090.110.582 (2000/09) - AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL
REQTE: JOÃO MILTON GONÇALVES PIANCA E OUTROS
INTIME-SE A **DRª TANIA MARIA PEREIRA GONÇALVES**, DO R. DESPACHO DE FLS. 41: "(...) 2- OBSERVE O DR. ADVOGADO O QUE PRECEITUA O ARTIGO 1851 E SEGUINTES DO CÓDIGO CIVIL E PROVIDENCIE A HABILITAÇÃO DOS DESCENDENTES OS HERDEIROS PRÉ-MORTOS DO DE CUJUS. PRAZO: 10 (DEZ) DIAS.(...)."

3)- PROCESSO Nº 035.080.029.933 (1397/08) - AÇÃO: ARROLAMENTO DE BENS
INVTE: BENADIR SALES SOUZA E OUTROS
INVDO: ESPÓLIO DE JUADIR PEREIRA DE SOUZA
INTIME-SE O **DR. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ABREU**, PARA COMPARECER EM CARTÓRIO A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DO INTEIRO TEOR DO R. DESPACHO DE FLS. 133, NO PRAZO DE LEI.

4)- PROCESSO Nº 035.080.014.695 (1354/08) - AÇÃO: INVENTÁRIO
INVTE: MARIA DA PENHA AMORIM AGNE
INVDO: O ESPÓLIO DE PAULO LUIZ AGNE
INTIME-SE O **DR. DOLIVAR GONÇALVES JUNIOR,** PARA QUE EXCLUA DA RELAÇÃO DE BENS APRESENTADA NAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES, O AUTOMÓVEL CHEVROLET, MODELO VECTRA 2.0, ELEGANCE FLEX, COR PRATA, ANO 2006, PLACA MQM 9484, RESERVANDO-O PARA UMA SOBREPARTILHA, SE FOR O CASO, NA FORMA DO ART. 1040, INC. III, DO CPC.

5)- PROCESSO Nº 035.080.051.283 (1464/08) - AÇÃO: INVENTÁRIO
INVTE: JOSILENE SEPULCRO DO NASCIMENTO E OUTRO
INVDO: O ESPÓLIO DE GILBERTO DA SILVA AMARAL
INTIME-SE O **DR. ANDRÉ JÚLIO DE ATAYDES**, PARA JUNTADA DAS CERTIDÕES DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS DO EXTINTO JUNTO ÀS FAZENDAS PÚBLICAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, TODAS DEVIDAMENTE ATUALIZADAS ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS À FAZENDA ESTADUAL PARA MANIFESTAÇÃO E PROVIDENCIAR AS CÓPIAS XEROGRÁFICAS PARA COMPOR A CERTIDÃO DE TRANSFERÊNCIA DE POSSE.

6)- PROCESSO Nº 035.070.154.121 (954/07) - AÇÃO: INVENTÁRIO
INVTE: MARCIA MOREIRA VIEIRA E OUTROS
INVDO: O ESPÓLIO DE EUPHELIA MOREIRA VIEIRA
INTIME-SE A **DRª REGINA HELENA MOARES MACHADO**, PARA FORNECER O NOVO ENDEREÇO DA SRA. MARCIA MOREIRA VIEIRA, TENDO EM VISTA A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA ÀS FLS. 426-VERSO, INFORMANDO QUE A MESMA MUDOU-SE, A FIM DE QUE SEJA PROCEDIDA SUA INTIMAÇÃO, PARA COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 19 DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO ÀS 14:00 HORAS.**

7)- PROCESSO Nº 035.080.214.642 (1766/08) - AÇÃO: INTERDIÇÃO
REQTE: DAMIÃO RANULFO FERNANDES SOARES
REQDO: ILDA FERNANDES SOARES
INTIME-SE O **DR. LUCIANO PICOLI GAGNO** E **DR. JOSÉ GERALDO MARTINS DE PAULO**, PARA CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

8)- PROCESSO Nº 035.080.189.240 (1732/08) - AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL
REQTE: MARIA PARECIDA DA SILVA
REQDO: O ESPÓLIO DE ALCIONE GONÇALVES FIRMINO
INTIME-SE A **DRª MARIA JOSÉ VIEIRA GIORISATTOLUIS GUSTAVO NARCISO GUIMARÃES**, PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE AS RESPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM OFÍCIOS. PRAZO: 10 (DEZ) DIAS.

9)- PROCESSO Nº 035.070.054.602 (707/07) - AÇÃO: INVENTÁRIO
INVTE: ISABEL CRISTINA SANTOS DE CARVALHO E OUTROS
INVDO: O ESPÓLIO DE AROLDO SILVEIRA DE CARVALHO
INTIME-SE A **DR. BRUNO SILVEIRA**, PARA APRESENTAR O ENDEREÇO ATUALIZADO DA SRA. ISABEL CRISTINA SANTOS DE CARVALHO, BEM COMO NOTIFICAR SUA CONSTITUINTE DA DATA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA NOS AUTOS.

10)- PROCESSO Nº 035.090.058.930 (1887/09) - AÇÃO: ANULATÓRIA
INVTE: LAWRENCE GEORGE CRISTONI
INVDO: O ESPÓLIO DE MARIA DOS SANTOS E OUTROS
INTIME-SE O **DR. ANTÔNIO MARIA FERNANDES DA COSTA**, PARA INFORMAR O ENDEREÇO DA HERDEIRA GIULIANA CRISTONI PEREIRA DA SILVA, A FIM DA MESMA SER CITADA DA PRESENTE AÇÃO.

VILA VELHA, 18 DE SETEMBRO DE 2009.

MARCUS VINICIUS DORNELAS ALT
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VILA VELHA
VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES)

LISTA NO: 127 - 2009

1 - 035.09.503495-3 - COBRANÇA
REQUERENTE: BRENNO AUGUSTO SEABRA DE MELLO JUNIOR
REQUERIDO: BANCO REAL E OUTROS
ADVOGADO(A): ROSANE ARENA MUNIZ - OAB/ES 405-A
ADVOGADO(A): SÁVIO JOSÉ RODRIGUES - OAB/RJ 137683
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (UNA) DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES**), NO DIA 06/10/2009 10:30**, SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - ES**, DO DESPACHO SOB Nº DE ORDEM 27 E DA CERTIDÃO SOB Nº DE ORDEM 28**

2 - 035.09.505079-7 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: GENI SILVA SANTOS
REQUERIDO: CARTÃO VISA.. E OUTROS
ADVOGADO(A): REGINA COELI SANTOS BERNARDINO - OAB/ES 4265
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), **NO DIA 04/11/2009 16:30**, SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - **ES E DA CERTIDÃO SOB Nº DE ORDEM 23**

3 - 035.09.510287-4 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: LUZINETE DA SILVA LINS
REQUERIDO: LG ELETRONICS DA AMAZONIA LTDA E OUTROS
ADVOGADO(A): HUGO FELIPE LONGO DE SOUZA - OAB/ES 10668
ADVOGADO(A): TATIANA FERNANDES CAMPONEZ - OAB/ES 12390
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), **NO DIA 06/10/2009 09:30**, SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - ES **E DA CERIDÃO SOB Nº DE ORDEM 31**

4 - 035.09.507629-7 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: MARIA PAULINA DE ALMEIDA BATISTA E OUTROS
REQUERIDO: ANILCILEIA PENHA S. BONELLE
ADVOGADO(A): LUIZ MAURO MOYSÉS JUNIOR - OAB/ES 14536
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), **NO DIA 10/11/2009 16:00**, SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - ES, **DO DESPACHO SOB Nº DE ORDEM 25 E DA CERTIDÃO SOB Nº DE ORDEM 26**

5 - 035.09.508881-7 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: EDITH SIMOES PIMENTEL
REQUERIDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A E OUTROS
ADVOGADO(A): ALESSANDRA LIGNANI DE M S E ALBUQUERQUE - OAB/ES 332-B
ADVOGADO(A): ANDRESKA DIAS BARRETO - OAB/ES 11226
ADVOGADO(A): SERGIO MURILO FRANÇA DE SOUZA FILHO - OAB/ES 14208
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), **NO DIA 06/10/2009 10:00**, SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - ES **E DA CERTIDÃO SOB Nº DE ORDEM 27**

6 - 035.09.509701-1 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ATLÂNTIC TOWERS
REQUERIDO: FRANCESCO CINNANTE
ADVOGADO(A): WILLY DE FRAIPONT - OAB/ES 10894
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 15/10/2009 10:00**, SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - ES

7 - 035.09.505519-9 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: MARIA JOSE AMORIM SILVA
REQUERIDO: ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A
ADVOGADO(A): ADRIANA MENEZES PESSOTTI - OAB/ES 10984
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 08/10/2009 09:00**, SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - ES E **DA CERTIDÃO SOB Nº DE ORDEM 17**

8 - 035.09.509349-5 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: FRANCISCO JOSE CARVALHO DE OLIVEIRA
REQUERIDO: MARIANO?S INTERNACIONAL BELEZA FUNDAMENTAL LTDA
ADVOGADO(A): ADRIANA VILLA-FORTE DE OLIVEIRA BARBOSA - OAB/ES 11786
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA CIÊNCIA DO DESPACHO SOB Nº DE ORDEM 15 COM O SEGUINTE: TENDO EM VISTA O RESULTADO NEGATIVO QUANTO A ORDEM DE PENHORA ON LINE, VEZ QUE NÃO ENCONTRADO NUMERÁRIO EM CONTAS BANCÁRIAS E OU APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM NOME DO EXECUTADO, INTIME-SE O EXEQUENTE PARA INDICAR BENS

PASSÍVEIS DE PENHORA EM 5 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO. DILIGENCIE-SE.

9 - 035.09.507051-4 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: GILBERTO SEBASTIAO CORREA ROSA
REQUERIDO: ODETE ENGELHARDT
ADVOGADO(A): GILBERTO SEBASTIAO CORREA ROSA - OAB/ES 7931
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA CIÊNCIA DO DESPACHO SOB Nº DE ORDEM 27 COM O SEGUINTE: TENDO EM VISTA O RESULTADO NEGATIVO QUANTO A ORDEM DE PENHORA ON LINE, VEZ QUE NÃO ENCONTRADO NUMERÁRIO EM CONTAS BANCÁRIAS E OU APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM NOME DO EXECUTADO, INTIME-SE O EXEQUENTE PARA INDICAR BENS PASSÍVEIS DE PENHORA EM 5 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO. DILIGENCIE-SE.

10 - 035.09.509345-3 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: FRANCISCO JOSE CARVALHO DE OLIVEIRA
REQUERIDO: MARIANO?S INTERNACIONAL BELEZA FUNDAMENTAL LTDA
ADVOGADO(A): ADRIANA VILLA-FORTE DE OLIVEIRA BARBOSA - OAB/ES 11786
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE:
DETERMINADO A PENHORA DO VALOR DO CRÉDITO EXECUTADO, R$ 17.634,91 (DEZESSETE MIL, SEISCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS), SOMENTE FOI BLOQUEADO O VALOR DE R$ 189,03 (CENTO E OITENTA E NOVE REAIS E TRÊS CENTAVOS), CONFORME "RECIBO DE PROTOCOLAMENTO", QUE DESDE JÁ TOMO COMO TERMO DE PENHORA, NA FORMA DO ENUNCIADO 93 DO FONAJE. CONSIDERANDO QUE O VALOR PENHORADO NÃO CORRESPONDE À TOTALIDADE DA EXECUÇÃO, INTIME-SE O EXEQÜENTE PARA INDICAR BENS PARA A TOTAL GARANTIA DO JUÍZO OU SE MANIFESTAR QUANTO AO INTERESSE EM PROSSEGUIR COM A EXECUÇÃO DO VALOR DE SEU CRÉDITO GARANTIDO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. EM HAVENDO INTERESSE EM SE PROSSEGUIR NA EXECUÇÃO APENAS QUANDO AO VALOR PENHORADO INTIME-SE O EXECUTADO PARA EMBARGAR, CASO QUEIRA NO PRAZO LEGAL. INTIMEM-SE.

11 - 035.09.505107-9 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: MERISIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME
REQUERIDO: WALDIR ANDRADE JUNIOR
ADVOGADO(A): MARIANA TAQUES THOMAZELLI SIQUEIRA - OAB/ES 14466
ADVOGADO(A): TATIANA GUERRA GONÇALVES MERISIO - OAB/ES 12712
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA CIÊNCIA DO DESPACHO SOB Nº DE ORDEM 17 COM O SEGUINTE: TENDO EM VISTA O RESULTADO NEGATIVO QUANTO A ORDEM DE PENHORA ON LINE, VEZ QUE NÃO ENCONTRADO NUMERÁRIO EM CONTAS BANCÁRIAS E OU APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM NOME DO EXECUTADO, INTIME-SE O EXEQUENTE PARA INDICAR BENS PASSÍVEIS DE PENHORA EM 5 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO. DILIGENCIE-SE.

12 - 035.09.509547-2 - COBRANÇA
REQUERENTE: WILSON WALDEMAR VIEIRA
REQUERIDO: BANCO BANESTES
ADVOGADO(A): DULCINEIA ZUMACH LEMOS PEREIRA - OAB/ES 8453
ADVOGADO(A): LIDIANE ZUMACH LEMOS PEREIRA - OAB/ES 13542
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA CIÊNCIA DA CONTESTAÇÃO SOB Nº DE ORDEM 18 E SOBRE ELA SE MANIFESTAR, CASO QUEIRA, EM 10 (DEZ) DIAS

13 - 035.07.502339-5 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO CAPRI
REQUERIDO: HUMBERTO L.M. LEMOS
ADVOGADO(A): MARCO AURELIO ZOVICO - OAB/ES 8735
ADVOGADO(A): PAULO GENARIO BARRETO VANDERMAAS CONTAO - OAB/MG 104559
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE: INTIME-SE O EXEQUENTE PARA QUE JUNTE AOS AUTOS A COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE DO IMÓVEL OBJETO DA PRESENTE DEMANDA, PENA DE INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS FORMULADOS NO ÍTEM 44. D-SE.

14 - 035.09.510699-4 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: EXCLUSIVA PERFUMARIA LTDA
REQUERIDO: HADASSA MARKETING E PRODUÇOES LTDA
ADVOGADO(A): PLINIO MARTINS MARQUES JUNIOR - OAB/ES 11154
ADVOGADO(A): RUI DE VASCONCELLOS PINTO - OAB/ES 16163
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE: DEFIRO O PEDIDO FORMULADO NO ÍTEM 24. DECORRIDO O PRAZO, SEM MANIFESTAÇÃO, O PROCESSO SERÁ EXTINTO INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.I.-SE.

15 - 035.08.506345-5 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: ADEMAR VENTURA DOS SANTOS
REQUERIDO: BANCO VOTORANTIM
ADVOGADO(A): FELIPE MIRANDA DE BRITO - OAB/ES 14607
ADVOGADO(A): LEONARDO FOLHA DE SOUZA LIMA - OAB/ES 15327
ADVOGADO(A): VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA - OAB/ES 12196
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DECISÃO, COM O SEGUINTE:
DIANTE DO EXPOSTO, **REJEITO** OS EMBARGOS OPOSTOS. PROSSIGA-SE NO FEITO. INTIME-SE.

16 - 035.09.512809-9 - DESPEJO
REQUERENTE: ALTAMIRO BARRETO DA SILVA
REQUERIDO: E.XAVIER CORRETORA DE IMÓVEIS E OUTROS
ADVOGADO(A): FRANCISCA DOMINGOS VIEIRA SARTÓRIO - OAB/ES 4516
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DECISÃO, COM O SEGUINTE: HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO EM FACE DE MARLON HENRIQUE NEVES E TÂNIA DE LOURDES RIBEIRO, NA FORMA DO ART. 158, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC, EXCLUINDO-OS DA RELAÇÃO PROCESSUAL. DEFIRO O PEDIDO DO AUTOR, REALIZADO EM AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (Nº DE ORDEM 22). INCLUA-SE NO PÓLO PASSIVO JOÃO VANILDO DA SILVA JÚNIOR E CARLA REIS CERRI. INTIME-SE O AUTOR PARA NO PRAZO DE 10 DIAS, INFORMAR O ENDEREÇO DOS NOVOS REQUERIDOS. ANOTA-SE NO REGISTRO E AUTUAÇÃO. CITE-SE. INTIMEM-SE.

17 - 035.09.505607-3 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: ANALIA FERNANDES
REQUERIDO: BANCO BMG S/A
ADVOGADO(A): JOSE ALTOE COGO - OAB/ES 11721
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUESERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), **NO DIA 08/10/2009 09:30**, SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - ES E DA CERTIDÃO SOB Nº DE ORDEM 21

18 - 035.09.515453-1 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SOLAR DAS PALMEIRAS
REQUERIDO: MARIA DALVA RODRIGUES LIMA
ADVOGADO(A): JUSSARA CHRISTIANE SCHAFFELN CORREIA LIMA - OAB/ES 9427
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUESERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 02/06/2010 14:00**, SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - ES

19 - 035.07.500129-0 - REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: EVANDRO ALBERTO DA CUNHA E OUTROS
REQUERIDO: TAP - TRANSPORTES AÉREOS PORTUGAL
ADVOGADO(A): FERNANDO JOSE TEIXEIRA DE CARVALHO -

OAB/ES 9575
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE: DIANTE DO EXPOSTO, UMA VEZ NÃO EFETUADO O PREPARO DO RECURSO INTERPOSTO NO PRAZO LEGAL, DECLARO DESERTO O RECURSO, DEIXANDO, VIA DE CONSEQUENCIA DE ADMITÍ-LO, POR FALTA DE PRESSUPOSTO ESSENCIAL. CERTIFIQUE-SE O TRÂNSITO EM JULGADO. INTIMEM-SE.

20 - 035.07.501867-7 - REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA OLIVEIRA GOMES LIMA
REQUERIDO: JORNAL A GAZETA
ADVOGADO(A): LUIZ FELIPE DE ALMEIDA COELHO - OAB/ES 13676
ADVOGADO(A): NELSON BAPTISTA TESCHE - OAB/ES 13919
ADVOGADO(A): NEULAN BASTOS - OAB/ES 1392
ADVOGADO(A): PABLYTO ROBERT BAIÔCO RIBEIRO - OAB/ES 10097
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DECISÃO, COM O SEGUINTE: ANTE O EXPOSTO, DEIXOU DE CONHECER DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS. PROSSIGA-SE NO FEITO. INTIMEM-SE.

21 - 035.08.516699-9 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: MARIA LUCIILA SARAIVA DE CARVALHO FRANCEZ E OUTROS
REQUERIDO: ADIR LEITÃO MEDEIROS
ADVOGADO(A): ADRIANA TURINO - OAB/ES 11.783
ADVOGADO(A): ELIANE MARIA TARDIN - OAB/ES 9242
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA CIÊNCIA DO OFÍCIO DO DETRAN SOB Nº DE ORDEM 39 E REQUERER O QUE DE DIREITO, EM 05 (CINCO) DIAS

22 - 035.09.500619-1 - EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA (SOLVENTE E INSOLVENTE)
REQUERENTE: ZUNIGA & CIA LTDA - ME
REQUERIDO: POINT FONE COMERCIO LTDA ME E OUTROS
ADVOGADO(A): ELIZABETE SCHIMAINSKI - OAB/ES 13597
ADVOGADO(A): VIRNA CARNEIRO ZUNIGA - OAB/ES 13906
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE: DEFIRO O PEDIDO FORMULADO PELO AUTOR NO ÍTEM 19. D-SE.

23 - 035.09.506453-1 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: TOP PLAZA MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA LTDA - ME
REQUERIDO: GRUPO GLOBAL COMUNICAÇÕES
ADVOGADO(A): DAVID MARLON OLIVEIRA PASSOS - OAB/ES 11675
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUESERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), **NO DIA 26/11/2009 09:15**, SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - ES

24 - 035.09.516979-3 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: MARCELA LEAL REIS NADER
REQUERIDO: MAURO BORONI SOBRINHO E OUTROS
ADVOGADO(A): WILLY DE FRAIPONT - OAB/ES 10894
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUESERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), **NO DIA 23/07/2010 15:00,** SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - ES

25 - 035.09.515011-9 - COBRANÇA
REQUERENTE: RODRIGO FRANCISCO DO ROSARIO
REQUERIDO: RENATO LUIZ ZORZANELI E OUTROS
ADVOGADO(A): FÁBIO JORGE DELATORRE LEITE - OAB/ES 12131
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA CIÊNCIA DO AR DEVOLVIDO SOB Nº DE ORDEM 14 E INFORMAR NOVO ENDEREÇO DO AUTOR, EM 05 (CINCO) DIAS E, AINDA, COMUNICAR AO AUTOR A DATA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (**06/05/2010 HORÁRIO: 16:00)**

26 - 035.09.506397-3 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: LORENA PAMELA AMORIM RIBEIRO
REQUERIDO: FARMÁCIA DROGA MIX
ADVOGADO(A): MARCELO ARAUJO SIVILA - OAB/SP 138379
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA CIÊNCIA DO AR DEVOLVIDO SOB Nº DE ORDEM 20 E INFORMAR NOVO ENDEREÇO DA TESTEMUNHA, EM 05 (CINCO) DIAS

27 - 035.09.506709-3 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMINIO ITAPARICA H12
REQUERIDO: EDUARDO FERREIRA MARTINS
ADVOGADO(A): ANA PAULA CASAGRANDE PAGOTTE - OAB/ES 9557
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE: INTIME-SE O REQUERENTE PARA JUNTAR AOS AUTOS A CERTIDÃO DE REGISTRO DA UNIDADE CONDOMINIAL DE QUE ORIGINOU O DÉBITO COBRADO, EM 30 (TRINTA) DIAS, PENA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO DE ÍTEM 18. D-SE.

28 - 035.09.512611-9 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: LAUDICÉIA ALVES PEREIRA
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO
ADVOGADO(A): ADMILSON MARTINS BELCHIOR - OAB/ES 4209
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA CIÊNCIA DO AR DEVOLVIDO SOB Nº DE ORDEM 12 E INFORMAR NOVO ENDEREÇO DO REQUERIDO, EM 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO

29 - 035.09.517059-4 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO PRAIA DA COSTA
REQUERIDO: PREDILAR IMOVEIS LTDA ME E OUTROS
ADVOGADO(A): JUSSARA CHRISTIANE SCHAFFELN CORREIA LIMA - OAB/ES 9427
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUESERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), **NO DIA 28/07/2010 15:30**, SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - ES

30 - 035.09.514363-4 - COBRANÇA
REQUERENTE: OFFICINA PINTURA E ARTE ESTAMPARIA E CONFECÇÕES LTDA-ME
REQUERIDO: DOYCOD INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA
ADVOGADO(A): EDISON CORREA DA FONSECA JUNIOR - OAB/ES 5655
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA CIÊNCIA DOS AR'S DEVOLVIDOS SOB NºS DE ORDEM 11 E 14 E INFORMAR NOVO ENDEREÇO DO REQUERIDO, EM 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO

31 - 035.09.516223-3 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: MY DREAM SILK'S COMERCIO LTDA - ME/MEE
REQUERIDO: CARLOS GOMES BOTELHO ME
ADVOGADO(A): HERMENEGILDO HENRIQUE LEITE VELTEN - OAB/ES 3596
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUESERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VILA VELHA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), **NO DIA 12/11/2009 10:00**, SITUADA NO(A) RUA LUIZA GRINALDA, PRAINHA, VILA VELHA - ES

32 - 035.07.502283-6 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: PAULA DE MORAES GAMA
REQUERIDO: VIVO S/A
ADVOGADO(A): ALENCAR FERRUGINI MACEDO - OAB/ES 11648
ADVOGADO(A): CARLA CIBIEN GUAITOLINI - OAB/ES 12530
ADVOGADO(A): IGOR BOIKO COELHO DE SOUZA - OAB/RS 64175
ADVOGADO(A): VIRGINIA RODRIGUES DE FREITAS GALVAO - OAB/RS 15545
ADVOGADO(A): WAGNER IZOTON ROCHA - OAB/ES 4044
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ANTE O EXPOSTO, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** O PEDIDO INICIAL PARA

CONDENAR A REQUERIDA A PAGAR A AUTORA O VALOR DE R$ 1.500,00 (MIL E QUINHENTOS REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS DEVIDAMENTE CORRIGIDO A PARTIR DESTA DATA E ACRESCIDO DE JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. OUTROSSIM, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL. DECLARO RESOLVIDO O MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 269, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRI-SE.

33 - 035.09.504113-8 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO TOSCANELLI
REQUERIDO: ANTONIO SERGIO BARBOSA
ADVOGADO(A): HUGO FELIPE LONGO DE SOUZA - OAB/ES 10668
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ISTO POSTO, DECLARO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 267, III DO CPC, C/C ART. 51, § 1º, DA LEI 9.099/95, COM O DESENTRANHAMENTO DOS DOCUMENTOS E SUA DEVOLUÇÃO AO AUTOR.TRANSITADA EM JULGADO ESTA, ARQUIVE-SE, COM AS CAUTELAS DE ESTILO. P.R.I-SE.

34 - 035.07.501405-2 - REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: JOAO AUGUSTO FRANÇA
REQUERIDO: VIAÇAO SANREMO LTDA
ADVOGADO(A): MARCOS ANTONIO DE ARAUJO - OAB/ES 12657
ADVOGADO(A): WANDERSON GONCALVES MARIANO - OAB/ES 11660
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ANTE O EXPOSTO, **JULGO IMPROCEDENTE** O PEDIDO INICIAL, PELAS RAZÕES ACIMA EXPOSTAS E, VIA DE CONSEQUÊNCIA, DECLARO RESOLVIDO O MÉRITO NA FORMA DO ARTIGO 269, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ARTIGO 55, DA LEI Nº 9.099/95). APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, ARQUIVE-SE. P.R.I-SE.

35 - 035.09.500899-1 - REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: JOSE GUILHERME MACHADO DE VICTA
REQUERIDO: EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - RJ
ADVOGADO(A): ALESSANDRA LIGNANI DE M S E ALBUQUERQUE - OAB/ES 332-B
ADVOGADO(A): GUSTAVO CAMPOS SCHWARTZ - OAB/ES 10151
ADVOGADO(A): SERGIO MURILO FRANÇA DE SOUZA FILHO - OAB/ES 14208
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: DIANTE DISTO, **JULGO PROCEDENTE** O PEDIDO INICIAL, CONDENANDO A REQUERIDA A PAGAR AO REQUERENTE O VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS DEVIDAMENTE CORRIGIDO A PARTIR DESTA DATA E ACRESCIDO DE JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. DECLARO, POIS, RESOLVIDO O MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 269, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRI-SE.

36 - 035.09.511741-0 - COBRANÇA
REQUERENTE: JANINE SILY TEIXEIRA
REQUERIDO: ANGELA MARIA CORREA
ADVOGADO(A): RAPHAEL GOBBI E MELO - OAB/ES 10675
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ASSIM SENDO, **HOMOLOGO A DESISTÊNCIA** DA AÇÃO FORMULADA NOS AUTOS, PARA QUE SURTA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS, NA FORMA DO ARTIGO 158, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC E, VIA DE CONSEQÜÊNCIA, **DECLARO EXTINTO** O PRESENTE PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, INCISO VIII DO CPC. P.R.I.-SE. ARQUIVEM-SE.

37 - 035.08.512433-9 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: ROWENA CAMARA GOMES
REQUERIDO: GUSTAVO BASSINI SCHWARTZ
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE:
ISTO POSTO, RECONHEÇO A REVELIA DO REQUERIDO E **JULGO PROCEDENTE** O PEDIDO INICIAL, CONDENANDO O REQUERIDO A RESSARCIR A REQUERENTE O VALOR DE R$ 358,32 (TREZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS), PELOS SERVIÇOS NÃO PRESTADOS, DEVIDAMENTE CORRIGIDO A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO E ACRESCIDO DE JUROS DE MORA A PARTIR DO COMPARECIMENTO ÉSPONTÂNEO DO REQUERIDO AOS AUTOS, BEM COMO, QUE PROCEDA A DEVOLUÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS DA REQUERENTE QUE ENCONTRA-SE EM SEU PODER, NO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS A CONTAR DO TRÂNSITO EM JULGADO DESTA, PENA DE MULTA PECUNIÁRIA DIÁRIA QUE FIXO NO VALOR DE R$ 100,00 (CEM REAIS), POR ORA LIMITADA AO VALOR MÁXIMO DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).
CONDENO AINDA, O REQUERIDO A PAGAR AO REQUERENTE O VALOR DE R$ 1.000,00 (MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS DEVIDAMENTE CORRIGIDO E ACRESCIDO DE JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO.
OUTROSSIM, DETERMINO À ESCRIVÂNIA DO FEITO QUE EXCLUA O DOCUMENTO JUNTADO AOS AUTOS SOB Nº DE ORDEM 10, CERTIFICANDO-SE A RESPEITO.
DECLARO, POIS, RESOLVIDO O MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 269, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
PRI-SE.
NRRB/RRA

38 - 035.09.502725-7 - COBRANÇA
REQUERENTE: RODRIGO GUIRIZZATTO GUIMARAES
REQUERIDO: GRAZIELLE SCOPEL FERREIRA CHEREM
ADVOGADO(A): ANRIETTI MAYARA FABRETTI FRAGA - OAB/ES 9254
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ISTO POSTO, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 51,INCISO I DA LEI 9.099/95. TRANSITADA EM JULGADO ESTA, ARQUIVE-SE, COM AS CAUTELAS DE ESTILO. P.R.I.-SE.

39 - 035.09.506095-6 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: WILTON PEREIRA BORGES
REQUERIDO: UNIBANCO S/A E OUTROS
ADVOGADO(A): ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA - OAB/ES 7144
ADVOGADO(A): NATASHI BUENO GUEDES - OAB/RJ 137191
ADVOGADO(A): SIMONE HENRIQUES PARREIRA DE CARVALHO - OAB/ES 9375
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ISTO POSTO, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 51, INCISO I DA LEI 9.099/95. TRANSITADA EM JULGADO ESTA, ARQUIVE-SE, COM AS CAUTELAS DE ESTILO. P.R.I.-SE.

40 - 035.09.506699-9 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: EDNA MONTEIRO TOBIAS
REQUERIDO: EDUARDO VIEIRA MELO
ADVOGADO(A): JOAO CEZAR SANDOVAL FILHO - OAB/ES 4452
ADVOGADO(A): MARIA JOSE VIEIRA GIORISATTO - OAB/ES 14723
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ASSIM SENDO, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO FORMULADA NOS AUTOS, PARA QUE SURTA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS, NA FORMA DO ARTIGO 158, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC E, VIA DE CONSEQÜÊNCIA, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, INCISO VIII DO CPC. APÓS O TRÂNSITO, AO ARQUIVO, COM AS BAIXAS DE ESTILO. PRI-SE.

41 - 035.09.516431-8 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: PAULO GUILHERME BOURGUIGNON DOS SANTOS
REQUERIDO: CONDOMINIO DO EDIFICIO JADYR MARTINELLI
ADVOGADO(A): GUSTAVO SOUZA FRAGA - OAB/ES 15339
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: DIANTE DO EXPOSTO, INDEFIRO A INICIAL, PARA DECLARAR EXTINTO O FEITO, NA FORMA DO ART. 51, INCISO II, C/C ART. 3º, AMBOS DA LEI 9.099/95, AUTORIZANDO A DEVOLUÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM O PEDIDO INICIAL, OBSERVADAS AS CASTELAS DE PRAXE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE.

42 - 035.07.501457-3 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: BETO ALVIM COMERCIO LTDA-ME

REQUERIDO: DOR RIO CONFECÇÕES LTDA E OUTROS
ADVOGADO(A): ANTONIO NACIF NICOLAU - OAB/ES 3463
ADVOGADO(A): IGOR REIS DA SILVA OLIVEIRA - OAB/ES 9729
ADVOGADO(A): LUCIANO JOSE SILVA PINTO - OAB/ES 15343
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ANTE O EXPOSTO, **JULGO PROCEDENTE** O PEDIDO INICIAL PARA CONDENAR AS REQUERIDAS, SOLIDARIAMENTE, A PAGAREM AO REQUERENTE O VALOR DE R$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS), À TITULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DEVIDAMENTE CORRIGIDO A PARTIR DESTA DATA E ACRESCIDO DE JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. OUTROSSIM, DECLARO INEXISTENTE A RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE A PARTE REQUERENTE E O TÍTULO N° DM76470-2, NO VALOR DE R$ 1.083,33 (MIL E OITENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), PROTESTADO JUNTO AO CARTÓRIO DO 1° OFÍCIO - 1ª ZONA DE VILA VELHA, E DETERMINO ÀS REQUERIDAS, ESPECIALMENTE AO BANCO ITAÚ S/A, QUE PROCEDAM O CANCELAMENTO DO REFERIDO PROTESTO, NO PRAZO DE CINCO DIAS, A CONTAR DA INTIMAÇÃO DESTA, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA QUE FIXO EM R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) ATÉ O LIMITE MÁXIMO DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). POR FIM, DECLARO, RESOLVIDO O MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 269, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FICAM DESDE JÁ ADVERTIDAS AS REQUERIDAS DE QUE APÓS O TRANSITO EM JULGADO DESTA, DEVERÃO DAR-LHE CUMPRIMENTO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, PENA DE MULTA DE 10% SOBRE O MONTANTE DA CONDENAÇÃO, NA FORMA DO ART. 475-J DO CPC. P.R.I-SE.

43 - 035.07.501741-9 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: BETO ALVIM COMERCIO LTDA-ME
REQUERIDO: DOR RIO CONFECÇÕES LTDA E OUTROS
ADVOGADO(A): ANTONIO NACIF NICOLAU - OAB/ES 3463
ADVOGADO(A): IGOR REIS DA SILVA OLIVEIRA - OAB/ES 9729
ADVOGADO(A): LUCIANO JOSE SILVA PINTO - OAB/ES 15343
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ANTE O EXPOSTO, **JULGO PROCEDENTE** O PEDIDO INICIAL PARA CONDENAR AS REQUERIDAS, SOLIDARIAMENTE, A PAGAREM AO REQUERENTE O VALOR DE R$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS), À TITULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DEVIDAMENTE CORRIGIDO A PARTIR DESTA DATA E ACRESCIDO DE JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. OUTROSSIM, DECLARO INEXISTENTE A RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE A PARTE REQUERENTE E O TÍTULO N° DM76182-1, NO VALOR DE R$ 966,18 (NOVECENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E DEZOITO CENTAVOS), PROTESTADO JUNTO AO CARTÓRIO DO 1° OFÍCIO - 1ª ZONA DE VILA VELHA, E DETERMINO ÀS REQUERIDAS, ESPECIALMENTE AO BANCO ITAÚ S/A, QUE PROCEDAM O CANCELAMENTO DO REFERIDO PROTESTO, NO PRAZO DE CINCO DIAS, A CONTAR DA INTIMAÇÃO DESTA, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA QUE FIXO EM R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) ATÉ O LIMITE MÁXIMO DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). POR FIM, DECLARO, RESOLVIDO O MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 269, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FICAM DESDE JÁ ADVERTIDAS AS REQUERIDAS DE QUE APÓS O TRANSITO EM JULGADO DESTA, DEVERÃO DAR-LHE CUMPRIMENTO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, PENA DE MULTA DE 10% SOBRE O MONTANTE DA CONDENAÇÃO, NA FORMA DO ART. 475-J DO CPC. P.R.I-SE.

44 - 035.07.502411-5 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: BETO ALVIM COMERCIO LTDA-ME
REQUERIDO: DOR RIO CONFECÇÕES LTDA E OUTROS
ADVOGADO(A): IGOR REIS DA SILVA OLIVEIRA - OAB/ES 9729
ADVOGADO(A): LUCIANO JOSE SILVA PINTO - OAB/ES 15343
ADVOGADO(A): TIAGO LANNA DOBAL - OAB/ES 12233
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ANTE O EXPOSTO, **JULGO PROCEDENTE** O PEDIDO INICIAL PARA CONDENAR AS REQUERIDAS, SOLIDARIAMENTE, A PAGAREM AO REQUERENTE O VALOR DE R$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS), À TITULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DEVIDAMENTE CORRIGIDO A PARTIR DESTA DATA E ACRESCIDO DE JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. OUTROSSIM, DECLARO INEXISTENTE A RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE A PARTE REQUERENTE E O **TÍTULO N° DM 072166-6**, NO VALOR DE **R$ 768,83** (SETECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS), PROTESTADO JUNTO AO CARTÓRIO DO 1° OFÍCIO - 1ª ZONA DE VILA VELHA, E DETERMINO ÀS REQUERIDAS, ESPECIALMENTE AO **BANCO SANTANDER BANESPA S/A**, QUE PROCEDAM O CANCELAMENTO DO REFERIDO PROTESTO, NO PRAZO DE CINCO DIAS, A CONTAR DA INTIMAÇÃO DESTA, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA QUE FIXO EM R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) ATÉ O LIMITE MÁXIMO DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). POR FIM, DECLARO, RESOLVIDO O MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 269, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FICAM DESDE JÁ ADVERTIDAS AS REQUERIDAS DE QUE APÓS O TRANSITO EM JULGADO DESTA, DEVERÃO DAR-LHE CUMPRIMENTO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, PENA DE MULTA DE 10% SOBRE O MONTANTE DA CONDENAÇÃO, NA FORMA DO ART. 475-J DO CPC. P.R.I-SE.

45 - 035.07.502385-8 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: BETO ALVIM COMERCIO LTDA-ME
REQUERIDO: DOR RIO CONFECÇÕES LTDA E OUTROS
ADVOGADO(A): IGOR REIS DA SILVA OLIVEIRA - OAB/ES 9729
ADVOGADO(A): IVANELES OLIVEIRA - OAB/ES 6112
ADVOGADO(A): LUCIANO JOSE SILVA PINTO - OAB/ES 15343
ADVOGADO(A): TIAGO LANNA DOBAL - OAB/ES 12233
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ANTE O EXPOSTO, **JULGO PROCEDENTE** O PEDIDO INICIAL PARA CONDENAR AS REQUERIDAS, SOLIDARIAMENTE, A PAGAREM AO REQUERENTE O VALOR DE R$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS), À TITULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DEVIDAMENTE CORRIGIDO A PARTIR DESTA DATA E ACRESCIDO DE JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. OUTROSSIM, DECLARO INEXISTENTE A RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE A PARTE REQUERENTE E O **TÍTULO N° DM 75621-3**, NO VALOR DE **R$ 709,33** (SETECENTOS E NOVE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), PROTESTADO JUNTO AO CARTÓRIO DO 1° OFÍCIO - 1ª ZONA DE VILA VELHA, E DETERMINO ÀS REQUERIDAS, ESPECIALMENTE AO BANCO SANTANDER BANESPA S/A, QUE PROCEDAM O CANCELAMENTO DO REFERIDO PROTESTO, NO PRAZO DE CINCO DIAS, A CONTAR DA INTIMAÇÃO DESTA, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA QUE FIXO EM R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) ATÉ O LIMITE MÁXIMO DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). POR FIM, DECLARO, RESOLVIDO O MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 269, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FICAM DESDE JÁ ADVERTIDAS AS REQUERIDAS DE QUE APÓS O TRANSITO EM JULGADO DESTA, DEVERÃO DAR-LHE CUMPRIMENTO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, PENA DE MULTA DE 10% SOBRE O MONTANTE DA CONDENAÇÃO, NA FORMA DO ART. 475-J DO CPC. P.R.I-SE.

46 - 035.09.510229-8 - COBRANÇA
REQUERENTE: DENISY DA PENHA NASCIMENTO SALVADOR -ME
REQUERIDO: FABIO MENDES PEREIRA
ADVOGADO(A): BERNARDO JEFFERSON BROLLO DE LIMA - OAB/ES 13495
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ASSIM SENDO, **HOMOLOGO A DESISTÊNCIA** DA AÇÃO FORMULADA NOS AUTOS, PARA QUE SURTA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS, NA FORMA DO ARTIGO 158, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC E, VIA DE CONSEQÜÊNCIA, **DECLARO EXTINTO** O PRESENTE PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, INCISO VIII DO CPC. P.R.I.-SE. ARQUIVEM-SE.

47 - 035.09.511689-4 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: EDUARDO ALCANTARA DUQUE DA SILVA
REQUERIDO: GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA
ADVOGADO(A): EDUARDO ALCANTARA DUQUE DA SILVA - OAB/RJ 122015
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ASSIM SENDO, **HOMOLOGO A DESISTÊNCIA** DA AÇÃO FORMULADA NOS AUTOS, PARA QUE SURTA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS, NA FORMA DO ARTIGO 158, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC E, VIA DE CONSEQÜÊNCIA, **DECLARO EXTINTO** O PRESENTE PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, INCISO VIII DO CPC. P.R.I.-SE. ARQUIVEM-SE.

48 - 035.09.506863-5 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO MAJOR FRAGA
REQUERIDO: LIANA SIMÕES VAREJÃO
ADVOGADO(A): CLAUDIA MARIA SCALZER - OAB/ES 7385
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ISTO POSTO, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 51, INCISO I DA LEI 9.099/95. TRANSITADA EM JULGADO ESTA, ARQUIVE-SE, COM AS CAUTELAS DE ESTILO. P.R.I-SE.

49 - 035.09.510019-7 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: LAURO FRANCISCO NUNES
REQUERIDO: DELORME DE SOUZA OLIVEIRA JUNIOR
ADVOGADO(A): LUIZ CLAUDIO DIAS DA SILVA - OAB/ES 7551
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ASSIM SENDO, **HOMOLOGO A DESISTÊNCIA** DA AÇÃO FORMULADA NOS AUTOS, PARA QUE SURTA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS, NA FORMA DO ARTIGO 158, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC E, VIA DE CONSEQÜÊNCIA, **DECLARO EXTINTO** O PRESENTE PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, INCISO VIII DO CPC. P.R.I.-SE. ARQUIVEM-SE.

50 - 035.09.510215-9 - COBRANÇA
REQUERENTE: DENISY DA PENHA NASCIMENTO SALVADOR -ME
REQUERIDO: DALMA FRANÇA CORDEIRO
ADVOGADO(A): BERNARDO JEFFERSON BROLLO DE LIMA - OAB/ES 13495
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ASSIM SENDO, **HOMOLOGO A DESISTÊNCIA** DA AÇÃO FORMULADA NOS AUTOS, PARA QUE SURTA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS, NA FORMA DO ARTIGO 158, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC E, VIA DE CONSEQÜÊNCIA, **DECLARO EXTINTO** O PRESENTE PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, INCISO VIII DO CPC. P.R.I.-SE. ARQUIVEM-SE.

51 - 035.09.509735-3 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO COSTABELLA
REQUERIDO: LERI PINTO
ADVOGADO(A): ANA PAULA CASAGRANDE PAGOTTE - OAB/ES 9557
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ASSIM SENDO, **HOMOLOGO A DESISTÊNCIA** DA AÇÃO FORMULADA NOS AUTOS, PARA QUE SURTA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS, NA FORMA DO ARTIGO 158, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC E, VIA DE CONSEQÜÊNCIA, **DECLARO EXTINTO** O PRESENTE PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, INCISO VIII DO CPC. P.R.I.-SE. ARQUIVEM-SE.

52 - 035.07.502415-6 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: BETO ALVIM COMERCIO LTDA-ME
REQUERIDO: DOR RIO CONFECÇÕES LTDA E OUTROS
ADVOGADO(A): IGOR REIS DA SILVA OLIVEIRA - OAB/ES 9729
ADVOGADO(A): LUCIANO JOSE SILVA PINTO - OAB/ES 15343
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ANTE O EXPOSTO, **JULGO PROCEDENTE** O PEDIDO INICIAL PARA CONDENAR AS REQUERIDAS, SOLIDARIAMENTE, A PAGAREM AO REQUERENTE O VALOR DE R$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS), À TITULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DEVIDAMENTE CORRIGIDO A PARTIR DESTA DATA E ACRESCIDO DE JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. OUTROSSIM, DECLARO INEXISTENTE A RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE A PARTE REQUERENTE E O TÍTULO N° 071407/3, NO VALOR DE R$ 1.128,50 (MIL CENTO E VINTE OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), PROTESTADO JUNTO AO CARTÓRIO DO 1° OFÍCIO - 1ª ZONA DE VILA VELHA, E DETERMINO ÀS REQUERIDAS, ESPECIALMENTE AO BANCO SANTANDER BANESPA S/A, QUE PROCEDAM O CANCELAMENTO DO REFERIDO PROTESTO, NO PRAZO DE CINCO DIAS, A CONTAR DA INTIMAÇÃO DESTA, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA QUE FIXO EM R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) ATÉ O LIMITE MÁXIMO DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). POR FIM, DECLARO, RESOLVIDO O MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 269, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FICAM DESDE JÁ ADVERTIDAS AS REQUERIDAS DE QUE APÓS O TRANSITO EM JULGADO DESTA, DEVERÃO DAR-LHE CUMPRIMENTO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, PENA DE MULTA DE 10% SOBRE O MONTANTE DA CONDENAÇÃO, NA FORMA DO ART. 475-J DO CPC. P.R.I-SE.

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
PRIMEIRO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE VILA VELHA

JUIZ DE DIREITO : DRª LUCIANNE KEIJOK SPITZ COSTA
PROMOTOR DE JUSTIÇA : DRª LUCILEA DA CONCEIÇÃO FABRES DE MATTOS
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO : WERNER MUNIZ QUEIROZ
ESCREVENTES JURAMENTADOS : MARIDÉIA CONTI MALOVINI, MARCIA REGINA MARTINS
FREITAS E MOACYR EWALD BORGES FILHO

DATA : 22 DE SETEMBRO DE 2009

LISTA Nº 077/2009

RELAÇÃO DE ADVOGADOS INTIMADOS NESTA LISTAGEM:

DR. CÁSSIO RODRIGO D'ANTONIO PELUSO, OAB/ES 14.720
DR. ICARO DA CRUZ MATIELLO, OAB/ES 14.231

INTIMO:

AUTOS Nº 8892 - INFRAÇÃO PENAL: ARTS. 139 E 140 CPB (DIFAMAÇÃO E INJÚRIA)
AUTOR DO FATO : SAMUEL FABRETTI JUNIOR
VÍTIMA : MARIA MIRANDA DE SOUZA POÇAS
INFRAÇÃO PENAL : ARTS. 139 E 140 CPB (DIFAMAÇÃO E INJÚRIA)
ADVOGADO : DR. CÁSSIO RODRIGO D'ANTONIO PELUSO
DR. ICARO DA CRUZ MATIELLO
INTIMAR DO R DESPACHO, DATADO DE 17/09/2009, QUE, COM BASE NOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS, DENTRE ELES O DA CELERIDADE, INDEFERIU O PEDIDO DE ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA FORMULADO E MENTEVE A DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA ÀS 13:00 HORAS DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2009.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE VILA VELHA/ES, EM 22 DE SETEMBRO DE 2009. EU, MOACYR EWALD BORGES FILHO, ESCREVENTE JURAMENTADO, DIGITEI, E EU, WERNER MUNIZ QUEIROZ, ESCRIVÃO JUDICIÁRIO, CONFERI E ASSINO, CONFORME DETERMINADO NO PROVIMENTO NO 002/98 DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

WERNER MUNIZ QUEIROZ
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

JUÍZO DE VITÓRIA (ENT. ESPECIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DE VITÓRIA
2ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO Nº 024.030.005.961

A DRª. **ROZENEA MARTINS DE OLIVEIRA,** JUÍZA DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DE VITÓRIA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE EDITAL DE CITAÇÃO VIREM OU DELE NOTÍCIA E CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO TEM CURSO A **AÇÃO MONITÓRIA** PROPOSTA POR **BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** EM FACE DE **SILVANA CRISTINA OLIVEIRA LEAL,** E QUE CONSTAM DOS AUTOS QUE A REQUERIDA **SILVANA CRISTINA OLIVEIRA LEAL**, CPF: Nº 812.202.196-49 ENCONTRA-SE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, EXPEDIU-SE O PRESENTE EDITAL A FIM DE **CITÁ-LA**, DE TODOS OS TERMOS DA PRESENTE AÇÃO PARA, EM QUERENDO, OFERECER RESPOSTA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, PAGAR OU DEPOSITAR EM JUÍZO A QUANTIA DE R$ 4.138,68 (QUATRO MIL, CENTO E TRINTA E OITO REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS), QUE DEVERÁ SER CORRIGIDA NO ATO DO PAGAMENTO, FICANDO ISENTA DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CASO EFETUE DE IMEDIATO O REFERIDO PAGAMENTO OU NO MESMO PRAZO OFERECER EMBARGOS, SOB PENA DE CONSTITUIR, DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL EM SEU DESFAVOR (ART. 1.102C, CPC), CUJA CONTRAFÉ ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO DA CITANDA NO CARTÓRIO DESTE JUÍZO SITO NA RUA MUNIZ FREIRE, S/Nº, ED. DO FÓRUM MUNIZ FREIRE, 12º ANDAR, CENTRO, VITÓRIA/ES. TUDO EM CONFORMIDADE COM A DECISÃO DE FLS. 103 DOS AUTOS DO PROCESSO SUPRACITADO

E, PARA QUE O ORA CITADO NÃO ALEGUE IGNORÂNCIA, MANDOU PASSAR O PRESENTE EDITAL QUE, PARA CONHECIMENTO DE TODOS, FOI EXPEDIDO, TERÁ UMA DE SUAS VIAS FIXADA NO LUGAR DE COSTUME DO FÓRUM E SERÁ PUBLICADA NA FORMA DA LEI.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE VITÓRIA, AOS VINTE E SEIS (26) DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2009. EU, RACHEL GUIMARÃES DOS MONTES, ESCREVENTE JURAMENTADA, DIGITEI E IMPRIMI. EU, CHEFE DE SECRETARIA, CONFERIR E SUBSCREVI.

ROZENEA MARTINS DE OLIVEIRA
JUÍZA DE DIREITO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
3ª VARA CÍVEL DE VITÓRIA

EXPEDIENTE DO DIA 22.09.2009 - LISTA 09

TERCEIRA VARA CÍVEL DE VITÓRIA - COMARCA DA CAPITAL JUIZ DE DIREITO - DR. JAIME FERREIRA ABREU
CHEFE DE SECRETARIA - MÔNICA ANDREA IGNATOWSKA

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA NA FORMA DOS ARTIGOS 236 E 1216 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

RELAÇÃO DOS DRS. ADVOGADOS INTIMADOS POR ESTA LISTA:

ALESSANDRA DE ALMEIDA LAMBERTI, OAB-ES 8700
ANTONIO DE ALMEIDA TOSTA, OAB-ES 2716
ANTONIO NACIF NICOLAU, OAB-ES 3463
BERESFORD M. MOREIRA NETO, OAB-ES 8737
BETÂNIA TRÉS DESSAUNE, OAB-ES 13.703
CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL, OAB-ES 5875
CARLOS LUIZ ZAGANELLI FILHO, OAB-ES 13.980
DOUGLAS CARLOS DA SILVA, OAB-ES 10267
EDUARDO GARCIA JUNIOR, OAB-ES 11.673
ELBA MARIA DO CARMO, OAB-ES 1645
FLAVIA AQUINO DOS SANTOS, OAB-ES 8887
GUSTAVO SICILIANO CANTISANO, OAB-ES 10.371
JURANDIR BARBOSA DE SOUZA FILHO, OAB-ES 10545
LEUZANA MARIA DE ASSUNÇÃO MIRANDA, OAB-ES 14.800
LUIZ CARLOS BARROS DE CASTRO, OAB-ES 158-B
MARCELO PAGANI DEVENS, OAB-ES 8392
MARCO ANTONIO DA GAMA SEIXAS TELLES, OAB-RJ 77.777
MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI, OAB-SP 87.292
MARCUS FELIPE BOTELHO PEREIRA, OAB-ES 8258
MARIALZIRA DE ARAUJO COUTINHO, OAB-ES 7710
MARIA MADALENA VERZOLA RODRIGUES, OAB-ES 7554
MARILENE NICOLAU, OAB-ES 5946
MOISES SASSINE EL ZOGHBI, OAB-ES 9279
NAJETH CAROLINE BACHOUR, OAB-ES 10.627
NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO, OAB-ES 6469
NELSON PASCHOALOTTO, OAB-ES 13.621
PATRICIA NUNES ROMANO TRISTÃO PEPINO, OAB-ES 10.192
PAULO VELTEN, OAB-ES 7898
RENATA COELHO SARMENTO GUIMARÃES, OAB-ES 7075
RODRIGO DE OLIVEIRA LUCAS, OAB-ES 13.858
ROSEMARY MACHADO DE PAULA, OAB-ES 294-B
SANDRO DE MATOS ZAGO, OAB-ES 9145
SERGIO BERNARDO CORDEIRO, OAB-ES 6016
VALÉRIA MARIA CID PINTO, OAB-ES 5242
WANDERSON C. CARVALHO, OAB-ES 8626

BUSCA E APREENSÃO

024.000.154.781 - BANCO FORD S/A X CARMITA BIAGIN GOUVEA - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **NELSON PASCHOALOTTO, OAB-ES 13.621 E MOISES SASSINE EL ZOGHBI, OAB-ES 9279,** PARA CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 128/129, QUE CONHECEU DOS EMBARGOS E DEU-LHE PROVIMENTO PARA ANULAR A SENTENÇA.

024.060.017.910 - CONTAUTO ADMINISTRAÇÃO E CONSÓRCIOS **LTDA.** X RODRIGO RODRIGUES DE OLIVEIRA - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **LEUZANA MARIA DE ASSUNÇÃO MIRANDA, OAB-ES 14.800,** PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 63 V.

024.080.221.336 - BV FINANCEIRA S/A CFI X POLITEC SANEAMENTO E OBRAS **LTDA.** - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **CARLOS LUIZ ZAGANELLI FILHO, OAB-ES 13.980,** PARA CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 67.

024.080.155.807 - BANCO SANTANDER S/A X IVO MANOEL BARRETO - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **EDUARDO GARCIA JUNIOR, OAB-ES 11.673,** PARA EMENDAR O VALOR DA CAUSA.

CAUTELAR

024.000.184.986 - FORMETAL FORNECEDORES DE METAIS **LTDA.** X ACETURBO ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS IMPORT. E EXPORT. **LTDA.** E OUTRO - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **ALESSANDRA DE ALMEIDA LAMBERTI, OAB-ES 8700,** PARA MANIFESTAR-SE NOS AUTOS. **E NO APENSO 024.010.007.318 -** FORMETAL FORNECEDORES DE METAIS **LTDA.** X ACETURBO ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS IMPORT. E EXPORT. **LTDA.** E OUTRO - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **ALESSANDRA DE ALMEIDA LAMBERTI, OAB-ES 8700,** PARA MANIFESTAR-SE NOS AUTOS.

COBRANÇA

024.050.027.838 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO DUTRA X GENÉSIO DUTRA DA SILVA - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **MARIA MADALENA VERZOLA RODRIGUES, OAB-ES 7554,** PARA PAGAR OS HONORÁRIOS DO PERITO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.

024.060.064.185 - EVERALDO FRANCISCO BICKEL X REAL SEGUROS - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **FLAVIA AQUINO DOS SANTOS, OAB-ES 8887,** PARA MANIFESTAR-SE NOS AUTOS.
024.080.140.569 - AEV - ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA X SEBASTIÃO FREIRE DE ALMEIDA - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **PATRICIA NUNES ROMANO TRISTÃO PEPINO, OAB-ES 10.192,** PARA CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 60.

024.070.302.864 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO NAVEMAR X PEDRO BATISTA GOMES - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **ANTONIO DE ALMEIDA TOSTA, OAB-ES 2716,** PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 50 V.

DECLARATÓRIA

024.080.376.544 - MARILENE NICOLAU X VIVEL VITÓRIA VEÍCULOS **LTDA.** - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **MARILENE NICOLAU, OAB-ES 5946,** PARA CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 21, QUE INDEFERIU O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, TENDO EM VISTA A AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 273, I DO CPC.

024.070.239.090 - CONSÓRCIO CAMARGO CORREA / MENDES JUNIOR / ESTACON X TERRAPLANAGEM IND. E COMÉRCIO CARNEIRO PRATA - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **MARCO ANTONIO DA GAMA SEIXAS TELLES, OAB-RJ 77.777,** PARA DIZER SE TEM OUTRAS PROVAS A PRODUZIR.

EMBARGOS
024.080.359.037 - SEBASTIÃO WON RANDOW X BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **WANDERSON C. CARVALHO, OAB-ES 8626,** PARA CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 24/25.

024.080.061.039 - VIVO S/A X ALOÍSIO TEUBNER FERREIRA - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **BETÂNIA TRÉS DESSAUNE, OAB-ES 13.703,** PARA DIZER SE TEM OUTRAS PROVAS A PRODUZIR, ESPECIFICANDO-AS.

024.910.059.922 - DEMERVAL ANTONIO MOREIRA X VITORIAWAGEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO **LTDA.** - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **PAULO VELTEN, OAB-ES 7898 E LEUZANA MARIA DE ASSUNÇÃO MIRANDA, OAB-ES 14.800,** PARA CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 173, QUE NOMEOU O PERITO E FACULTOU ÀS PARTES O PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS PARA APRESENTAREM QUESITAÇÃO E INDICAREM ASSISTENTES TÉCNICOS.

024.040.062.209 - RONILDA MARIA DE AQUINO X AEV - ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **PATRICIA NUNES ROMANO TRISTÃO PEPINO, OAB-ES 10192,** PARA MANIFESTAR-SE NOS AUTOS.

024.080.179.310 - CITTA ENGENHARIA **LTDA.** X FUNRES - FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **MARCUS FELIPE BOTELHO PEREIRA, OAB-ES 8258,** PARA CIÊNCIA DOS DESPACHOS DE FLS. 454 E 456.

024.080.267.628 - ALFA SEFGUROS E PREVIDÊNCIA S/A X GABRIEL FRANCISCO DA SILVA - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **GUSTAVO SICILIANO CANTISANO, OAB-ES 10.371 E ROSEMARY MACHADO DE PAULA, OAB-ES 294-B,** PARA CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 136, QUE NOMEOU O PERITO E FACULTOU ÀS PARTES APRESENTAÇÃO DE QUESITOS E INDICAÇÃO DE ASSISTENTES TÉCNICOS NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

024.080.061.039 - VIVO S/A X ALOÍSIO TEUBNER FERREIRA - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **BETÂNIA TRÉS DESSAUNE, OAB-ES 13.703,** PARA DIZER SE TEM OUTRAS PROVAS A PRODUZIR, ESPECIFICANDO-AS.

EXECUÇÃO
024.070.327.689 - CÉSAR ABAURRE X ESCELSA S/A - ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **MARCELO PAGANI DEVENS, OAB-ES 8392,** PARA CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 1000.

024.090.176.827 - DEBONI'S RESTAURANTE X LORENGE CONSTRUTORA E INCORPORADORA **LTDA.** - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **RENATA COELHO SARMENTO GUIMARÃES, OAB-ES 7075,** PARA CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 117; **E DR CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL, OAB-ES 5875**, PARA CIÊNCIA DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DA DECISÃO DE FLS. 117.

024.050.238.229 - LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A X FUTURUS TELEMARKETING **LTDA.** - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI, OAB-SP 87.292,** PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 63 V.

024.960.136.620 - BANCO ECONÔMICO S/A X WILSON ANTONIO DE CARLOS E OUTRO - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **RODRIGO DE OLIVEIRA LUCAS, OAB-ES 13.858,** PARA MANIFESTAR-SE NOS AUTOS.

024.080.142.268 - MÚTUA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA X WILSON DOS SANTOS MACHADO - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO, OAB-ES 6469,** PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 40 V.

024.950.117.218 - BANCO ECONÔMICO S/A X MARK GULLIVER DO BRASIL EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO **LTDA.** E OUTROS - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **DOUGLAS CARLOS DA SILVA, OAB-ES 10267,** PARA MANIFESTAR-SE SOBRE A IMPUGNAÇÃO DE FLS. 162 E SEGUINTES.

024.040.057.390 - ANTONIO MISTEROBI MACHADO X CIMEC INDÚSTRIA METALÚRGICA **LTDA.** - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **ELBA MARIA DO CARMO, OAB-ES 1645 E MARIALZIRA DE ARAUJO COUTINHO, OAB-ES 7710,** PARA CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 230/233.

024.070.196.225 - BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO X MULTI COMUNICAÇÃO **LTDA.** E OUTRO - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **SERGIO BERNARDO CORDEIRO, OAB-ES 6016,** PARA CIÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE FLS. 41/44.

INDENIZATÓRIA
024.990.003.501 - MARIA DA PENHA CORREIA E COELHO X UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **BERESFORD M. MOREIRA NETO, OAB-ES 8737,** PARA MANIFESTAR-SE NOS AUTOS.

MONITÓRIA
024.040.009.763 - AEV - ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA X CLÁUDIO LEITE VICENTE - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **PATRICIA NUNES ROMANO TRISTÃO PEPINO, OAB-ES 10.192,** PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 65 V.

024.050.219.815 - BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A X TOG CONSTRUÇÕES E MONTAGENS **LTDA.** E OUTROS - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **ANTONIO NACIF NICOLAU, OAB-ES 3463,** PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 75 V.

ORDINÁRIA
024.080.007.222 - FRANCIANI PEREIRA BARRADAS X MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **FLAVIA AQUINO DOS SANTOS, OAB-ES 8887 E VALÉRIA MARIA CID PINTO, OAB-ES 5242,** PARA CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS.

024.060.145.554 - MANOEL DE JESUS MOREIRA X EXECUTIVOS SEGUROS - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **MARILENE NICOLAU, OAB-ES 5946,** PARA DEPOSITAR OS HONORÁRIOS DO PERITO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE PERDA DA PROVA.

024.050.064.450 - JADILSON SIQUEIRA E OUTROS X CITINSURANCE DO BRASIL S/A E OUTROS - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **SANDRO DE MATOS ZAGO, OAB-ES 9145,** PARA MANIFESTAR-SE, BEM COMO PARA CIÊNCIA DAS CORRESPONDÊNCIAS DEVOLVIDAS DE FLS. 153/154.

024.080.345.895 - BANCO DO BRASIL S/A X BOLSA MODERNA **LTDA.** E OUTROS - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **LUIZ CARLOS BARROS DE CASTRO, OAB-ES 158-B,** PARA CIÊNCIA DA DEVOLUÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS DE FLS. 57/59.

024.060.281.664 - MÁRCIA CRISTINA MOREIRA REGO DOS SANTOS E OUTRO X SOLUÇÃO FOMENTO MERCANTIL E OUTRO - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **JURANDIR BARBOSA DE SOUZA FILHO, OAB-ES 10545,** PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 91 V.

REINTEGRATÓRIA
024.080.207.871 - BANCO ITAUCARD S/A X ELDERSON PEREIRA SANTANA - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **EDUARDO GARCIA JUNIOR, OAB-ES 11.673,** PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 32 V.

024.080.263.775 - BANCO ITAUCARD S/A X FOCAR CENTRO TECNICO AUTOMOTIV - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **EDUARDO GARCIA JUNIOR, OAB-ES 11.673,** PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 40 V.

SUSTAÇÃO DE PROTESTO
024.970.089.751 - JOANA TUMA BACHOUR X YVETE ASSAD MASSAD - INTIME(M)-SE O(A)(S) DR(ª)(S) **NAJETH CAROLINE BACHOUR, OAB-ES 10.627,** PARA MANIFESTAR-SE NOS AUTOS.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DA SEXTA VARA CÍVEL DE VITÓRIA - ES
COMARCA DA CAPITAL

JUÍZES DE DIREITO: DR. JORGE HENRIQUE VALLE DOS SANTOS.
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MANOEL MILAGRES DA SILVA FERREIRA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: DR. PAULO CÉZAR RAMOS

EXPEDIENTE DE 21/09/2009 - LISTA 42/2009

BUSCA E APREENSÃO

024.090.082.488 - BANCO FINASA S/A X FRACILENA SOARES DE SALES. FICA INTIMADO O **DR. VALMIR SOUZA TRINDADE** DA R. SENTENÇA DE FLS. 21/22 QUE INDEFERIU A PETIÇÃO INICIAL E ORDENOU O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 257 C/C 267, § 1º DO CPC.

024.090.221.755 - BANCO ITAÚ S/A X LILIA CRISTINE R. SANTOS. FICA INTIMADA A **DRª ALINE RANGEL FERREGUETTI** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 22/VERSO.

024.090.247.677 - HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO X DIOGO FERREIRA. FICA INTIMADO O **DR. HENRIQUE EMANOEL DA SILVA ANDRADE** PARA COMPARECER EM CARTÓRIO A FIM DE RECEBER O BOLETO E PROVIDENCIAR O PAGAMENTO DO MONTANTE DE R$ 432,56 (QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS, CINQÜENTA E SEIS CENTAVOS), REFERENTE ÀS CUSTAS PROCESSUAIS PRÉVIAS, SOB PENA DE CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO.

024.090.223.488 - BANESTES S/A X JOSÉ AUGUSTO XAVIER PINTO. FICA INTIMADA A **DRª THAIZ CERQUEIRA LIMA RODRIGUES DA CUNHA** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 33/VERSO.

024.090.223.710 - AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A X RAFAELA CÂMARA MELO PEREIRA. FICA INTIMADO O **DR. DIOGO DE SOUZA MARTINS** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 38/VERSO.

COBRANÇA

024.990.158.354 - BANESTES SEGUROS S/A X VIAÇÃO SATÉLITE LTDA**.** E OUTRO. FICA INTIMADA A **DRª MARIA DAS GRAÇAS FRINHANI** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 141/VERSO.

024.080.400.104 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA X FRANNEL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.. FICAM INTIMADOS OS **DRS. JOSÉ FRANCISCO GOZZI SIQUEIRA E ALINE DUTRA DE FARIA** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR NOS AUTOS FACE AO TRÂNSITO EM JULGADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 80, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS MESMOS.

024.090.096.249 - VILA NOVA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIOS LTDA**.** X SILVINO COSTA JORDÃO E OUTROS. FICA INTIMADA A **DRª RACHEL SANTIAGO SILVA** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CORRESPONDÊNCIA E AR DEVOLVIDOS DE FLS. 56/57.

024.080.200.769 - ROSIMAR CAPRA DE SOUZA MORAES X BRADESCO AUTO/RÉ COMPANHIA DE SEGUROS S/A E OUTROS. FICA INTIMADO O **DR. JEFFERSON DE FREITAS BARBARA** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CORRESPONDÊNCIA E AR DEVOLVIDOS ÀS FLS. 35.

024.060.329.240 - NEO - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ORIENTADA LTDA. X FERNANDA MARIA WAICHERT PINHEIRO. FICA INTIMADO O **DR. ROBERTO MARINHO GUIMARÃES** PARA, NO PRAZO LEGAL, REQUERER OBJETIVAMENTE O QUE LHE APROUVER, OBSERVANDO O TEOR DA CERTIDÃO DE FLS. 57, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO FEITO.

024.090.250.234 - INSTITUO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA X DANIELA SANTOS DO NASCIMENTO. FICA INTIMADA A **DRª PATRICIA NUNES ROMANO TRISTÃO PEPINO** PARA COMPARECER EM CARTÓRIO A FIM DE RECEBER O BOLETO E PROVIDENCIAR O PAGAMENTO DO MONTANTE DE R$ 341,24 (TREZENTOS E QUARENTA E UM REAIS, VINTE E QUATRO CENTAVOS), REFERENTE ÀS CUSTAS PROCESSUAIS PRÉVIAS, SOB PENA DE CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO.

024.070.649.199 - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO - FAESA X MARCELO DE SOUZA VIEIRA. FICA INTIMADA A **DRª PATRICIA NUNES ROMANO TRISTÃO PEPINO** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 44.

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

024.090.200.619 - PATRÍCIA DE CASTRO SILVA X BANCO SAFRA S/A. FICA INTIMADO O **DR. SÉRGIO RICARDO DIAS COSTA** PARA REPLICAR A CONTESTAÇÃO TEMPESTIVA DE FLS. 33/47.

DEPÓSITO

024.070.006.861 - BANCO SAFRA S/A X PLANCOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.. FICA INTIMADO O **DR. DIOGO DE SOUZA MARTINS** PARA REPLICAR A CONTESTAÇÃO TEMPESTIVA DE FLS. 99/163, COM OS DOCUMENTOS DE FLS. 164/218.

EMBARGOS

024.090.247.693 - SUMACK TRANSPORTE COMERCIO E TERRAPLANAGEM LTDA**.** X BANCO SANTANDER BRASIL S/A. FICA INTIMADO O **DR. JAQUES MARQUES PEREIRA** PARA COMPARECER EM CARTÓRIO A FIM DE RECEBER O BOLETO E PROVIDENCIAR O PAGAMENTO DO MONTANTE DE R$ 121,93 (CENTO E VINTE E UM REAIS, NOVENTA E TRÊS CENTAVOS), REFERENTE ÀS CUSTAS PROCESSUAIS PRÉVIAS, SOB PENA DE CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO.

024.080.118.623 - JAELSON DE ALMEIDA SOUZA E OUTRO X NANCY SOUZA TORRES. FICA INTIMADO O **DR. SEBASTIÃO RIVELINO DE SOUZA AMARAL** PARA, NO PRAZO LEGAL, REQUERER O QUE LHE APROUVER.

024.090.274.739 - FABIO COSTA DO NASCIMENTO X BANESTES S/A. FICA INTIMADO O **DR. SERGIO BERNARDO CORDEIRO PATA**, NO PRAZO LEGAL, CONTESTAR OS EMBARGOS DE TERCEIRO DE FLS. 02/07, COM OS DOCUMENTOS DE FLS. 10/16.

EXECUÇÃO

024.050.281.401 - CAIXA SEGURADORA S/A X RONALDO ARAÚJO LUZ. FICA INTIMADO O **DR. LEONARDO VILELA DE PAULA** PARA, NO PRAZO LEGAL, REQUERER O QUE ENTENDER, TENDO EM VISTA A DEVOLUÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA SEM CUMPRIMENTO POR FALTA DE PAGAMENTO, CONFORME CERTIDÃO DE FLS. 101.

024.090.202.441 - EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO S/A X DIORGINES DE SOUZA FAGUNDES E OUTRO. FICA INTIMADA A **DRª BRUNA RAMOS DE SOUZA PINTO** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 38/VERSO.

024.090.233.966 - NASSAU EDITORA RADIO E TELEVISÃO **LTDA.** X COPIBRAS **LTDA.** ME. FICA INTIMADO O **DR. FELIPE OSÓRIO DOS SANTOS** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 75/VERSO.

024.050.261.916 - AGNES SIMÕES DE QUEIROZ X INSTITUO NEUBAUER ME E OUTROS. FICA INTIMADO O **DR. IGOR PINHEIRO DE SANT'ANNA** DA R. SENTENÇA DE FLS. 108, QUE JULGOU EXTINTO O

PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 267, § 1º DO CPC.

024.050.236.751 - COSAN COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES S/A X ANA PAULA BODART UCELLE E OUTRO. FICA INTIMADA A **DRª KATIA LEÃO BORGES DE ALMEIDA E FLAVIO CHEIM JORGE** DO INTEIRO TEOR DA DECISÃO DE FLS. 1180/1181 QUE INDEFERIU O PEDIDO DE FLS. 192/194 NEGANDO A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DA QUANTIA DEPOSITADA NA CONTA JUDICIAL N.º 100328-8, AGÊNCIA 85.

024.090.234.139 - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC AR ES X BRUNO HENRIQUE ALVES LANZA. FICA INTIMADO O **DR. THIAGO NADER PASSOS** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 78/VERSO.

IMPUGNAÇÃO

024.090.248.402 - TELEMAR NORTE LESTE S/A X CLAUDIO CESAR GUIDA SANTOS. FICA INTIMADO O **DR. SÉRGIO PADILHA MACHADO** PARA COMPARECER EM CARTÓRIO A FIM DE RECEBER O BOLETO E PROVIDENCIAR O PAGAMENTO DO MONTANTE DE R$ 94,74 (NOVENTA E QUATRO REAIS, SETENTA E QUATRO CENTAVOS), REFERENTE ÀS CUSTAS PROCESSUAIS PRÉVIAS, SOB PENA DE CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO.

INDENIZAÇÃO

024.090.246.471 - MARTA GERUSA BAPTISTA MACHADO X CETELEM BRASIL S/A CREDITO FINANCEIRO E INVESTIMENTO. FICA INTIMADA A **DRª LUIZA HELENA GOMES LORETO** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR SOBRE A CORRESPONDÊNCIA E AR DEVOLVIDOS ÀS FLS. 33.

024.090.048.232 - BANCO DO BRASIL S/A X SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ESPÍRITO SANTO - UVV. FICA INTIMADO O **DR. RODRIGO LOUREIRO MARTINS** PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PROVIDENCIAR O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS DA RECONVENÇÃO NO VALOR DE 1.116,62 (HUM MIL, CENTO E DEZESSEIS REAIS, SESSENTA E DOIS CENTAVOS), SOB AS PENAS DO ART. 257 DO CPC, CUJO BOLETO BANCÁRIO ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO EM CARTÓRIO.

024.980.133.938 - JUCEMARA PIMENTEL ROCHA X ANTONIA DAS GRAÇAS TEGNAGO FICHER. FICA INTIMADO O **DR. FIORAVANTE DELLAQUA** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 128/VERSO.

MONITÓRIA

024.090.246.596 - ISJB FACULDADE SALESIANA DE VITÓRIA X LEANDRO BARREIRA GAGO E OUTROS. FICA INTIMADA A **DRª VANESSA VINCENZI DE MELO BATISTA** PARA COMPARECER EM CARTÓRIO A FIM DE RECEBER O BOLETO E PROVIDENCIAR O PAGAMENTO DO MONTANTE DE R$ 138,68 (CENTO E TRINTA E OITO REAIS, SESSENTA E OITO CENTAVOS), REFERENTE ÀS CUSTAS PROCESSUAIS PRÉVIAS, SOB PENA DE CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO.

024.070.610.506 - EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO S/A X SERGIO BORBA JUNIOR FICA INTIMADA A **DRª BRUNA RAMOS DE SOUZA PINTO** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 44/VERSO.

ORDINÁRIA

024.000.075.804 - SANTANA TURISMO S/A X COMPANHIA VALE DO RIO DOCE CVRD. FICAM INTIMADOS OS **DRS. OCTAVIO DE CASTRO MAIA E FLAVIO CHEIM JORGE** DE QUE FORA DESIGNADO INICIO DE PERÍCIA PARA O DIA **28/10/2009, ÀS 09:00 HORAS** NO ESCRITÓRIO DO PERITO SITO À RUA FORTUNATO RAMOS, 116, EDIFÍCIO BALTIMORE, SALA 603, TEL: 3227-7955 E 9233-1718, DEVENDO DAR CONHECIMENTO DOS RESPECTIVOS ASSISTENTES TÉCNICOS.

024.090.187.295 - JOSÉ FERNANDO ROMANO X EWA COMERCIO DE MOTOS LTDA.. FICA INTIMADO O **DR. FERNANDO ALVES AMBRÓSIO** PARA REPLICAR A CONTESTAÇÃO TEMPESTIVA DE FLS. 135/154, COM OS DOCUMENTOS DE FLS. 157/291.

024.080.316.896 - WIVIANY GOMES MERLO E OUTRO X RODRIGO HEES ALVES. FICA INTIMADO O **DR. JOÃO CEZAR SANDOVAL FILHO** PARA, NO PRAZO LEGAL, TER VISTAS DOS AUTOS, BEM COMO COMPROVAR NOS AUTOS AS PUBLICAÇÕES DO EDITAL DE CITAÇÃO, CONFORME CONSTA DO ART. 232, III DO CPC.

024.940.090.368 - JOSÉ AUGUSTO AZEREDO E OUTRO X AFRODÍZIO LOYOLA E OUTROS. FICAM INTIMADOS OS **DRS. PAULO ANTÔNIO SILVEIRA, IMERO DEVENS, RICARDO TADEU RIZZO BICALHO, HEBER VIEIRA GOMES** DO INTEIRO TEOR DA DECISÃO DE FLS. 521/524 QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO PELO EMBARGANTE JOSÉ AUGUSTO AZEREDO E QUANTO AO RECURSO INTERPOSTO PELOS EMBARGANTES AFRODIZIO LOYOLA E S/M IVANDIRA CRUZ LOYOLA FORA DADO PROVIMENTO EM PARTE, PASSANDO A RESPEITÁVEL SENTENÇA TER O SEGUINTE DISPOSITIVO: "ISTO POSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL, PARA DECLARAR NULA DE PLENO DIREITO E INEXISTENTE A PROCURAÇÃO LAVRADA NO LIVRO 03, FLS. 36 E 85 DO CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE CARIACICA, SUCURSAL DE JARDIM AMÉRICA E LIVRO 43, FLS. 146 DO CARTÓRIO LEANDRO DE VILA VELHA; TAMBÉM, DECLARO NULA DE PLENO DIREITO E INEXISTENTE AS ESCRITURAS LAVRADAS NO CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE CARIACICA, COMARCA DA CAPITAL, SUCURSAL DE JARDIM AMÉRICA, LIVRO 07, FLS. 55/56-Vº E, MAIS, DECLARAR NULO DE PLENO DIREITO E INEXISTENTE OS REGISTROS R-1-19.120, R-2-19.120 E R-3-19.120, DA MATRÍCULA DO CARTÓRIO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DA 2ª ZONA DA CAPITAL, ORDENANDO A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE AVERBAÇÕES DAS DECLARAÇÕES E ANULAÇÕES SUPRA, AO TRANSITAR EM JULGADO A SENTENÇA. JULGO PROCEDENTE A DENUNCIAÇÃO À LIDE, PARA CONDENAR A DENUNCIADA, DULCINÉIA CABRAL SALAROLLI NO PAGAMENTO, TAMBÉM DAS PERDAS E DANOS, NA MESMA PROPORÇÃO DOS DOIS PRIMEIROS RÉUS. CONDENO OS RÉUS A DEVOLVEREM AOS AUTORES O IMÓVEL 259 DA QUADRA 17, DA RUA PASCHOAL DEL MAESTRO, JARDIM CAMBURI, COM 300M2, APÓS O RECEBIMENTO DOS VALORES OU PREÇOS DE SUAS ATUAIS BENFEITORIAS, TENDO COMO TERMO FINAL PARA A APURAÇÃO DAS BENFEITORIAS INDENIZÁVEIS A DATA DA CITAÇÃO INICIAL NOS AUTOS (27/07/1994), EXCLUINDO-SE DESSA INDENIZAÇÃO QUAISQUER BENFEITORIAS POSTERIORMENTE EDIFICADAS, FICANDO OS RÉUS GARANTIDOS NO DIREITO DE RETENÇÃO POR BENFEITORIAS, CUJOS VALORES SERÃO APURADOS EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO. FINALMENTE, CONDENO OS RÉUS E A DENUNCIADA À LIDE A PAGAREM AOS AUTORES PERDAS E DANOS, CUJOS VALORES SERÃO APURADOS EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO, FICANDO REJEITADO O PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS COM PERDAS E DANOS, FICANDO EXCLUÍDA DESTA CONDENAÇÃO A FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE. ESCLAREÇO, ENTRETANTO QUE, HAVENDO PRESTAÇÕES VENCIDAS E RESPECTIVOS ENCARGOS, RELATIVOS AO FINANCIAMENTO, ESTES DEVERÃO FICAR SOB A RESPONSABILIDADE DOS RÉUS E NA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DE VALORES INADIMPLIDOS, ESTES PODERÃO SER ABATIDOS NO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. NÃO OBSTANTE, AS PRESTAÇÕES VINCENDAS PODERÃO SER ADIMPLIDAS PELOS AUTORES, DESDE QUE ESTABELECIDO NOVO CONTRATO COM A FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE. CONDENO, AINDA, OS DOIS PRIMEIROS RÉUS E A DENUNCIADA A LIDE NO PAGAMENTO DAS CUSTAS, DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA ATUALIZADA PELO ÍNDICE INPC. ESCLAREÇO QUE A DENUNCIADA RESTOU CONDENADA AO PAGAMENTO DAS CUSTAS DA DENUNCIAÇÃO E DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO PROCURADOR DA DENUNCIANTE. EM RAZÃO DA SUCUMBÊNCIA NA RECONVENÇÃO, CONDENO OS AUTORES A PAGAR OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DO PATRONO DOS REQUERIDOS EM 10% SOBRE O VALOR

DAS BENFEITORIAS INDENIZÁVEIS QUE SE APURAR EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FINALMENTE, EM RAZÃO DO ATO NULO PRATICADO PELO CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE CARIACICA, COMARCA DA CAPITAL, SUCURSAL DE JARDIM AMÉRICA, NÃO TENDO O TABELIÃO OBRADO COM AS CAUTELAS NECESSÁRIAS, DEIXANDO DE EXIGIR A EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS DE IDENTIDADE E DE CPF'S E EVENTUALMENTE PERMITIDO QUE A MESMA PESSOA, EM SUA PRESENÇA, ASSINASSE O NOME DO AUTOR E DE SUA SUPOSTA MULHER, DETERMINO QUE SE REMETA UMA CÓPIA DESTA SENTENÇA E CÓPIAS XEROX DA PROCURAÇÃO ACOSTADA ÀS FLS. 374 E 387 E DAS CARTEIRAS DE IDENTIDADE DE FLS. 394 E 483 AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO". RETIFIQUE-SE O REGISTRO DA SENTENÇA, ANOTANDO-SE. NO MAIS, FICA MANTIDA A SENTENÇA NOS DEMAIS PONTOS QUE NÃO SÃO CONTRÁRIOS A PRESENTE DECISÃO. INTIMEM-SE. VITÓRIA-E.S., 16 DE SETEMBRO DE 2009. (AS.) GUSTAVO GRILLO FERREIRA - JUIZ DE DIREITO EM EXERCÍCIO NA 6ª VARA CÍVEL DE VITÓRIA".

024.090.241.670 - JOÃO BATISTA DALLAPICCOLA SAMPAIO X JEANE DE OLIVEIRA PORFIRO E OUTROS. FICA INTIMADO O **DR. JOÃO BATISTA DALLAPICCOLA SAMPAIO** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 158.

REINTEGRATÓRIA

024.090.199.944 - BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL X PAULO SÉRGIO SANTOS BRAGA. FICA INTIMADA A **DRª MARIA LUCILIA GOMES** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 31/VERSO.

024.090.120.361 - BANESTES S/A X CRISTINA FERREIRA BARROS. FICA INTIMADO O **DR. CARLOS EDUARDO BASTOS DA CUNHA** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 138/VERSO.

024.090.187.097 - REAL LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A X MARCIA CONCEIÇÃO FERREIRA. FICA INTIMADA A **DRª ALESSANDRA GOMES HOUDJAKOFF** PARA, NO PRAZO LEGAL, SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 23/VERSO.

024.910.114.545 - DOMINGOS PICOLI X SEBASTIANA LOPES DE MELO. FICA INTIMADO O **DR. JADIR CID SIMÕES** PARA, NO PRAZO LEGAL, TER VISTA DOS AUTOS.

REPARAÇÃO DE DANOS

024.010.150.779 - LUCIANO DRUMOND LANNA X BANCO DO BRASIL S/A E OUTRO. FICA INTIMADO O **DR. ALEXANDRE DE LACERDA ROSSONI** DA DESCIDA DOS AUTOS DO TJ, BEM COMO, DO TEOR DA PETIÇÃO DE FLS. 316/317, COM COMPROVANTE DE DEPÓSITO DE FLS. 319, REQUERENDO O QUE LHE APROUVER.

REVISÃO CONTRATUAL

024.090.262.627 - RENATO LOUZADA BICALHO X BANCO FINASA S/A. FICA INTIMADO O **DR. CLAUDIO JOSÉ CANDIDO ROPPE** DO INTEIRO TEOR DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 46 QUE INDEFERIU O PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, BEM COMO, PARA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, CUMPRIR O QUE DETERMINA O INCISO DO ART. 282 DO CPC, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DA INICIAL.

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DE VITÓRIA

JUIZ DE DIREITO: JOÃO MIGUEL FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA: MARCELO LEMOS

CHEFE DE SECRETARIA: JOELMA VETIS BITTENCOURT

LISTA 047/2009

PROCESSO:024.080.006.240
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO X SONIA BARROS
INTIMAR O DR.: DANIELA GONÇALVES DIAS E CAROLINE MAMEDI LARANJA DA CONCEIÇAO E GEORGIA ATAIDE FERREIRA DO DESPACHO DE FLS 39.

PROCESSO:024.010.199.107
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BANCO ABN-AMRO REAL S/A X SEBASTIÃO ANTONIO AZEVEDO FILHO
INTIMAR O DR.: LUIZ CARLOS BARROS DE CASTRO DA CERTIDAO DE FLS 66/68.

PROCESSO:024.000.171.041
AÇÃO: EXECUÇÃO
PARTES: VITORIAWAGEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.. X VALZENI DOS REIS
INTIMAR O DR.: LEUZANA MARIA DE ASSUNÇAO MIRANDA E PAOLA CARDOSO BABILON PARA RETIRAR O AUTO DE ADJUDICAÇAO.

PROCESSO:024.030.128.243
AÇÃO: EXECUÇÃO
PARTES: BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO X CELSO LUIZ COVRE
INTIMAR O DR.: DIOGO DE SOUZA MARTINS E EMANOEL PEREIRA SOUZA PARA RETIRADA DO EDITAL DE INTIMAÇAO.

PROCESSO:024.090.029.083
AÇÃO: INDENIZAÇÃO
PARTES: LINDOMAR LOPES DO NASCIMENTO X JORNAL "A TRIBUNA" E OUTROS
INTIMAR O DR.: ADEMIR JOSE DA SILVA PARA REPLICA.

PROCESSO:024.040.135.394
AÇÃO: MONITORIA
PARTES: POLIMIX CONCRETO LTDA.. X EDSON LYRIO
INTIMAR O DR.: JOSE CELSO RAMOS PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS 97.

PROCESSO:024.070.308.101
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO X EDUARDO PEREIRA NEVES
INTIMAR O DR.: LUCIANO CEOTTO E CARLOS EDUARDO BASTOS DA CUNHA RODRIGUES DA CERTIDÃO DE FLS 54.

PROCESSO:024.060.288.057
AÇÃO: INDENIZAÇÃO
PARTES: DIOGO OLIVEIRA DE JESUS X FRANCISCO PEREIRA DE JESUS
INTIMAR O DR.: FLAVIANA ROPKE DA SILVA DA CERTIDAO DE FLS 341/342.

PROCESSO:024.020.078.132
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BANCO FIAT S/A X MANOEL JORGE PINTO DE SOUZA
INTIIMAR O DR.: NELSON PASCHOALOTTO DO DESPACHO DE FLS 81.

PROCESSO:024.960.129.153
AÇÃO: EXECUÇÃO
PARTES: UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A X SERCAFE TRANSPORTES LTDA.. E OUTROS
INTIMAR O DR.: MARIO CESAR GOULART DA MOTTA DO DESPACHO DE FLS 257.

PROCESSO:024.960.150.191
AÇÃO: EXECUÇÃO

PARTES: BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANESTES X MSK - INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA. - ME E OUTROS
INTIMAR O DR.: OMAR DE A. MACHADO JUNIOR DO DESPACHO DE FLS 362.

PROCESSO:024.020.193.082
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: HOSPER SANTA HELENA X LINO SIQUEIRA PINTO
INTIMAR O DR.: ALEXANDRE MARIANO FERREIRA E DULCELANGE AZEREDO DA SILVA DO DESPACHO DE FLS 152.

PROCESSO:024.980.066.013
AÇÃO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL
PARTES: BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A X MAGERAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.. E OUTROS
INTIMAR O DR.: SEBASTIAO TRISTAO STHEL QUE FOI DEFERIDO PEDIDO DE VISTA DOS AUTOS.

PROCESSO:024.980.132.823
AÇÃO: EMBARGOS A EXECUÇÃO
PARTES: MAGERAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.. E OUTROS X BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A
INTIMAR O DR.: SEBASTIAO TRISTAO STHEL QUE FOI DEFERIDO PEDIDO DE VISTA DOS AUTOS.

PROCESSO:024.080.142.334
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BANCO SANTANDER S/A X ANDRE LUIS FLAUSINO
INTIMAR O DR.: EDUARDO GARCIA JUNIOR DA SENTENÇA DE FLS 76/79.

PROCESSO:024.090.070.509
AÇÃO: ORDINÁRIA
PARTES: JOSÉ NEFFA HOTÉIS E TURISMO S/A X ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIDORA - ECAD
INTIMAR O DR.: JOSE ARCISO FIOROT JUNIOR DA CERTIDAO DE FLS 143.

PROCESSO:024.020.111.589
AÇÃO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL
PARTES: FRANNEL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. X MARVAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA..
INTIMAR O DR.: LEOPOLDO DAHER MARTINS PARA ESPECIFICAR O ENDEREÇO CORRETO DA REQUERENTE.

PROCESSO:024.940.107.451
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BANCO DE CREDITO NACIONAL S/A X AGROPECUARIA MARTINS LTDA..
INTIMAR O DR.: WANDERSON C. CARVALHO DA CERTIDÃO DE FLS 143.

PROCESSO:024.090.061.508
AÇÃO: MARILIA CLARA NUNES VALIM E CRISTIANE MARIA NUNES DA SILVA X VIAÇÃO GRANDE VITÓRIA LTDA. E BRADESCO SEGUROS

PARTES:
INTIMAR O DR.: LUCIO GIOVANNI SANTOS BIANCHI E DOUGLAS SENNA SIMONETTI PARA REPLICA.

PROCESSO:024.050.002.274
AÇÃO: EMBARGOS DE TERCEIRO
PARTES: DIRCEU ELIAS DE FREITAS X MANOEL MEDEIROS JUNIOR E OUTRO
INTIMAR O DR.: MARCELO PAGANI DEVENS DO DESPACHO DE FLS 181.

PROCESSO:024.050.202.241
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA - AEV X CHARLIANE OLIVEIRA GUERRA
INTIMAR O DR.: JEANINE NUNES ROMANO PARA CIÊNCIA DO OFICIO DE FLS 79 E BEM COMO DEPACHO DE FLS 80.

PROCESSO:024.070.628.771
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: UP - UNIÃO DE PROFESSORES LTDA.. X RENATA BRASILEIRO SILVA
INTIMAR O DR.: THIAGO BRAGANÇA DO DESPACHO DE FLS 77.

PROCESSO:024.090.050.048
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: GIACOMO DOMICIO BOF X TOKIO MARINE SEGURADORA S/A
INTIMAR O DR.: GIULLIANDREI DA SILVA TAVARES DE LIRA E PRICILA APARECIDA SOUZA CAMILLO DA SENTENÇA DE FLS 44/50.

PROCESSO:024.060.084.282
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: UP - UNIAO DE PROFESSORES LTDA.. X MARIA PENHA BARBOSA SENA
INTIMAR O DR.: JEANINE NUNES ROMANO E OUTROS E THIAGO BRAGANÇA DA DECISÃO DE FLS 86.

PROCESSO:024.950.041.178
AÇÃO: REPARAÇAO DE DANO
PARTES: GENIRA LEITE DA SILVA X ZELIO DE MELO
INTIMAR O DR.: EVILASIO DE OLIVEIRA SOUZA DO DESPACHO DE FLS 810.

PROCESSO:024.090.245.283
AÇÃO: INDENIZAÇÃO
PARTES: RAPHAEL MORANDI FRANÇA X JANINE MADALON PAES DE FIGUEIREDO E ADRIANA CONSTANCIA FERREIRA
INTIMAR O DR.: GUILHERME MACHADO COSTA E KAMYLO COSTA LOUREIRO DA SENTENÇA DE FLS 35.

PROCESSO:024.060.304.243
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: COIMEX ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO LTDA.. X MARIA DA PENHA FERREIRA DOS PRAZERES
INTIMAR O DR.: MARIA BERNARDETH DEPIANTE E RODRIGO DA CUNHA NEVES DO DESPACHO DE FLS 82.

PROCESSO:024.080.177.678
AÇÃO: ORDINARIA
PARTES: JOSE GERALDO SIQUEIRA X FEMCO - FUNDAÇÃO COSIPA DE SEGURIDADE SOCIAL
INTIMAR O DR.: LUIZ FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA E SERGIO LUIZ ACAQUI MARCONDES (OAB/SP 40922 E OAB/ES 416-A) DA SENTENÇA DE FLS 536/540.

PROCESSO:024.000.115.303
AÇÃO: ORDINÁRIA
PARTES: ASSOCIAÇÃO DOS VAREJISTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO X LESTE BRASILEIRA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.. E OUTROS
INTIMAR O DR.: JOSE OLEOMAR SARAIVA JUNIOR PARA CONHECIMENTO DA PENHORA HAVIDA PARA OFERECIMENTO DE IMPUGNAÇAO QUERENDO CONFORME DESPACHO DE FLS 1.003.

PROCESSO:024.070.635.727
AÇÃO: EXECUÇAO
PARTES: MARTINHO ADALMO VENTURIM X BANCO DO BRASIL S/A
INTIMAR O DR.: PAULO CESAR BUZATO E GILSON MEDEIROS DE MELLO E ANTONIO CARLOS FRADE DA SENTENÇA DE FLS 247/254.

PROCESSO:024.070.088.349
AÇÃO: EXECUÇÃO
PARTES: ISJB - COLEGIO SALESIANO JARDIM CAMBURI X ANDERSON FERREIRA MARTINS
INTIMAR O DR.: MANUELA LEAO PEREIRA E VANESSA VINCENZI DE MELO BATISTA DA DOCUMENTAÇAO DE FLS 47/48.

PROCESSO:024.080.086.937
AÇÃO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL

PARTES: M.MURAD CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.. X FABIO ARAUJO DE SOUZA
INTIMAR O DR.: OSCAR MARTINS (OAB/RS 59020) E JOAO PEREIRA GOMES NETTO E MARCELO MARTINS ALTOE DA SENTANÇA DE FLS 37/42.

PROCESSO:024.080.421.522
AÇÃO: EMBARGOS A EXECUÇAO
PARTES: FABIO ARAUJO DE SOUZA X M.MURAD CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA..
INTIMAR O DR.: OSCAR MARTINS (OAB/RS 59020) E FELIPE NASCIMENTO BERNABE DA SENTENÇA DE FLS 47/52.

PROCESSO:024.090.165.416
AÇÃO: CAUTELAR
PARTES: A.C.F.S CONSTRUTORA LTDA.. E JEFERSON RONCONI DOS SANTOS X BANCO BRADESCO S/A
INTIMAR O DR.: CLAUDIO JOSE CANDIDO POPPE DO DESPACHO DE FLS 26.

PROCESSO:024.050.202.316
AÇÃO: EXECUÇAO
PARTES: MIX CONCRETO LTDA.. X JOSÉ GERALDO PINTO SOBRINHO
INTIMAR O DR.: MARCELO AUGUSTO MACHADO SCHUNANN DO DESPACHO DE FLS 73.

PROCESSO:024.080.420.268
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO X JOCELINO ALVES DOS SANTOS
INTIMAR O DR.: BRUNO BORNACKI SALIM MURTA E KAROLINA DO S. MACHADO PARA RETIRADA DA CARTA PRECATORIA.

PROCESSO:024.090.114.687
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BANCO FINASA S/A X DIEGO DA SILVA SANTOS
INTIMAR O DR.: CARLOS FELYPPE T. PEREIRA E EDUARDO GARCIA JUNIOR DA CERTIDAO DE FLS 39.

PROCESSO:024.080.442.817
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: B.V FINANCEIRA S/A C.F.I. X VALNEIDE NASCIMENTO DOS SANTOS OLIVEIRA
INTIMAR O DR.: INDIARA CANDIDO DA CERTIDAO DE FLS 25.

PROCESSO:024.040.067.845
AÇÃO: INDENIZAÇÃO
PARTES: JUDITH DA CONCEIÇÃO MARIANO DOS SANTOS X CONSTRUTORA VIVA TERRA LTDA. E FABRICIO DE SOUZA SANTOS
INTIMAR O DR.: JEANINE NUNES ROMANO DA CERTIDAO DE FLS 303.

PROCESSO:024.040.031.205
AÇÃO: MONITÓRIA
PARTES: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA - AEV X ITAMAR GURGEL PEREIRA
INTIMAR O DR.: PATRICIA NUNES ROMANO TRISTAO PEPINO DO DESPACHO DE FLS 107.

PROCESSO:024.080.325.764
AÇÃO: MONITÓRIA
PARTES: FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA E EDUCAÇÃO - FAESA X ALVINO RODRIGUES LOUREIRO
INTIMAR O DR.: PA TRICIA NUNES ROMANO TRISTAO PEPINO DA CERTIDAO DE FLS 34.

PROCESSO:024.090.219.452
AÇÃO: MONITORIA
PARTES: EDUARDO RODOLFO STAVICH X MERKEL COMERCIAL LTDA.. E METALURGICA CASER LTDA..
INTIMAR O DR.: VLADMIR CAPUA DALLAPICULA DO DESPACHO DE FLS 27.

PROCESSO:024.060.047.834
AÇÃO: MONITORIA
PARTES: UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS LTDA.. X BOLSA MODERNA LTDA.. ME E OUTROS
INTIMAR O DR.: ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA DA SENTENÇA DE FLS 39/40.

PROCESSO:024.080.263.841
AÇÃO: MONITORIA
PARTES: CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI X RICARDO COSME GOMES VIEIRA
INTIMAR O DR.: ARETUZA POLLIANNA ARAUJO E CARLOS ALESSANDRO SANTOS SILVA DA CERTIDAO DE FLS 26.

VITÓRIA, 23 DE SETEMBRO DE 2009

JOELMA VETIS BITTENCOURT
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DE VITÓRIA

JUIZ DE DIREITO: JOÃO MIGUEL FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA: MARCELO LEMOS
CHEFE DE SECRETARIA: JOELMA VETIS BITTENCOURT

LISTA 048/2009

PROCESSO:024.950.022.046
AÇÃO: RESCISÃO DE CONTRATO
PARTES: JACKELINE COSER MARTINS E OUTROS X WALDINEI SILVEIRA CARDOSO E S/M
INTIMAR O **DR.: CHRISCIANA OLIVEIRA MELLO** QUE FOI DEFEREIDO O PEDIDO DE VISTO DOS AUTOS.

PROCESSO:024.090.138.819
AÇÃO: INDENIZATÓRIA
PARTES: PERFIL PERSIANAS E COMERCIO LTDA.. X EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL
INTIMAR O **DR.: CARLOS SANTOS JUNIOR E ALESSANDRA LIGNANI DE MIRANDA STARLING E ALBUQUERQUE** DO DESPACHO DE FLS 146.

PROCESSO:024.070.642.616
AÇÃO: ORDINARIA
PARTES: RICARDO CORREA DALLA ADVOGADO & ASSOCIADOS PARECERES E CONSULTORIA LTDA.. X ICH - INSTITUTO CAPIXABA DE HEMODINAMICA S/C LTDA..
INTIMAR O **DR.: GERONYMO DE BARROS ZANANDREA** DA PETIÇÃO DE FLS 273.

PROCESSO:024.070.635.362
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: FLORINDO VENTURINI CAMPISTA X BANESTES ADMINISTRADORA DE SEGUROS LTDA..
INTIMAR O **DR.: DIOGO MARTINS E DANILO S. DAHER CARNEIRO** DA DECISÃO DE FLS 155/157.

PROCESSO:024.090.269.986
AÇÃO: CAUTELAR
PARTES: JENNIFER SILVA KOZLOWSKI X FACULDADE ESTACIO DE SA DO ESPÍRITO SANTO
INTIMAR O **DR.: JAQUES MARQUES PEREIRA** DA DECISÃO DE FLS 21/22.

PROCESSO:024.070.277.520
AÇÃO: CAUTELAR INOMINADA
PARTES: MARIA GORETTI FASSINA BARONE FALQUETO X CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL - CASSI
INTIMAR O **DR.: LUIZ CARLOS BARROS DE CASTRO** PARA RETIRAR CARTA PRECATORIA.

PROCESSO:024.020.171.753
AÇÃO: CAUTELAR

PARTES: PREMAV PROMOLDADOS E SERVIÇOS LTDA.. X MATROPOLE COMERCIO E SERVIÇOS DE LETREIROS E LUMINOSOS LTDA.. ME E FINACRED FOMENTO MERCANTIL LTDA..
INTIMAR O **DR.: JOSE ELIAS DO N. MARÇAL E LUCIANO RODRIGUES MACHADO E ENOCK SAMPAIO TORRES** DA DECIDA DOS AUTOS PARA ESTE JUÍZO.

PROCESSO:024.020.201.310
AÇÃO: DECLARATÓRIA
PARTES: PREMAV PREMOLDADOS E SERVIÇOS LTDA.. X METROPOLE COMERCIO E SERVIÇOS DE LETREIROS E LUMINOSOS LTDA.. ME E FINACRED FOMENTO MERCANTIL LTDA..
INTIMAR O **DR.:JOSE ELIAS DO N. MARÇAL E LUCIANO RODRIGUES MACHADO E ENOCK SAMPAIO TORRES** DA DECIDA DOS AUTOS PARA ESTE JUÍZO.

PROCESSO:024.090.233.404
AÇÃO: REINTEGRATORIA
PARTES: BANCO ITAU S/A X MARCELO FERREIRA DO NASCIMENTO
INTIMAR O **DR.: ALINE RANGEL FERREGUETTI** DO DESPACHO DE FLS 14.

PROCESSO:024.090.208.620
AÇÃO: REINTEGRATORIA
PARTES: BANCO ITAUCARD S/A X IRLENI CRISTINA FERRARI
INTIMAR O **DR.: ALINE RANGEL FERREGUETTI** DO DESPACHO DE FLS 12.

PROCESSO:024.090.058.827
AÇÃO: EXCEÇÃO DE INCOPETENCIA
PARTES: CESAR LOUREDO DOS SANTOS
INTIMAR O **DR.: VIVIEN BELO TAVARES E DIOGO AMARAL E SILVA NADER E ARTHUR FRANKLIN MENDES** DA DECISÃO DE FLS 18/19.

PROCESSO:024.090.087.016
AÇÃO: INDENIZATORIA
PARTES: MESH QUALIDADE INDUSTRIAL LTDA.. X COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
INTIMAR O **DR.: ADOLFO HONORATO FERREIRA SIMOES** DA SENTENÇA DE FLS 697.

PROCESSO:024.080.166.226
AÇÃO: ORDINARIA
PARTES: DUCLORO INDUSTRIA, COMERCIO, TRANSPORTE E REPRESENTAÇOES LTDA.. X BANCO SAFRA S/A
INTIMAR O **DR.: NISLENE DE FATIMA SILVA** PARA REPLICA.

PROCESSO:024.090.041.096
AÇÃO: ORDINARIA
PARTES: FRANCISCO FERNANDO FACHETTI FILHO X ANDERSON PERIM LOPES E ANA MARIA DE FREITAS PERIM
INTIMAR O **DR.: EDUARDO MERLO AMORIM E RODRIGO MARANGONI RUSCHI E ANA ZELIA BLANC FARIAS E AVELINO EUGENIO MIRANDA** DA DECISÃO DE FLS 265/267 E 275/277.

PROCESSO:024.030.152.870
AÇÃO: MONITORIA
PARTES: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A X SNG COMERCIO E REPRESENTAÇOES LTDA.. E EDUARDO ANTONIO DE OLIVEIRA LOUSADA
INTIMAR O **DR.: ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA** DA CERTIDAO DE FLS 81.

PROCESSO:024.060.067.923
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: AEV- ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA X LEANDRO QUEIROZ CHAVES
INTIMAR O **DR.: ROGERIO NUNES ROMANO** DO RETORNO DO A.R DE FLS 82.

PROCESSO:024.070.066.097
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: ASSOCIAÇAO EDUCACIONAL DE VITÓRIA - AEV X DEMETRIA ZAMBONI DAZILO
INTIMAR O **DR.: PATRICIA NUNES ROMANO TRISTAO PEPINO** PARA REPLICA.

PROCESSO:024.070.150.230
AÇÃO: DESPEJO
PARTES: IZAIAS CORREIA DELAI X WILSON SIQUEIRA
INTIMAR O **DR.: NILCEA RODRIGUES SIMOES WETLER E EDILA MARA RANGEL GOMES** DA SENTENÇA DE FLS 94/103.

PROCESSO:024.000.030.163
AÇÃO: CAUTELAR
PARTES: CONSTRUTORA E INCORPORADORA ITAPEMIRIM S/A X HEWLETT PACKARD BRASIL S/A
INTIMAR O **DR.: KATIA LEAO BORGES DE ALMEIDA E JOAO BATISTA CERUTTI E DANIELLE GUALDA PASOLINI** PARA REPLICA.

PROCESSO:024.030.115.521
AÇÃO: MONITÓRIA
PARTES: RENATO BURLA DE SOUZA X GILMAR BARROS DA SILVA E ROSEMERE SOARES CARREIRO
INTIMAR O **DR.: PAULO DA SILVEIRA CASTRO** DO TERMO DE PRENHORA DE FLS 131.

PROCESSO:024.070.104.658
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: MSC MEDITERRANEAN SHIPPING COMPANY X COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
INTIMAR O **DR.: HUDSON DE LIMA PEREIRA E PATRICIA HELENA RODRIGUES CORRES E FABIO ALEXANDRE FARIA CERUTTI** PARA CIÊNCIA DO LAUDO PERICIAL APRESENTADO.

PROCESSO:024.960.173.516
AÇÃO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL
PARTES: BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO X DO CANTO IMOVEIS LTDA.. E OUTROS
INTIMAR O DR.**: BENTO MACHADO GUIMARAES FILHO E LUCIANA BEATRIZ PASSAMANI** DA DECISÃO DE FLS 238/240.

PROCESSO:024.040.236.267
AÇÃO: MONITÓRIA
PARTES: BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO X GILBERTO SOARES DOS SANTOS E DIANA VIEIRA SOARES
INTIMAR O **DR.: OMAR DE A. MACHADO JUNIOR E OUTROS E ANDRE GUASTI MOTTA E OUTROS** DO RETORNO DOS AUTOS A ESTE JUÍZO.

PROCESSO:024.090.210.345
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: ADNA CASTELO DE SOUZA X CONSÓRCIO ECONOMICO LTDA. E OUTROS
INTIMAR O **DR.: MARIA MARGARIDA MELO MAGNAGO E ADNA CASTELO DE SOUZA** DO DESPECHO DE FLS 42.

PROCESSO:024.090.214.073
AÇÃO: ORDINÁRIA
PARTES: SINDIFER - SINDICATO DA INDUSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS X COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA
INTIMAR O **DR.: ANGELO GIUSEPPE JUNGER DUARTE E ANDREZA VETTORI SARETTA DEVENS** DA DOCUMENTAÇÃO DE FLS 600/747.

PROCESSO:024.060.162.666
AÇÃO: EMBARGOS DE TERCEIRO
PARTES: SELMA REINHOLZ STABENOW X BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - BANDES
INTIMAR O **DR.: VALMIR SANTOS DE ALMEIDA** DA DECISÃO DE FLS 185/187.

PROCESSO:024.000.053.751
AÇÃO: APREENSÃO E DEPÓSITO
PARTES: FORD COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.. X ANTONIO TADEU EPICHIN

INTIMAR O **DR.: ANNA PAULA FERNANDES (OAB/RJ 81073) E FERNANDA SOUZA (OAB/RJ 102490-E) E MARCIO DE MATTOS GONÇALVES (OAB/RJ 87439)** PARA CIÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA FLS 241/285 E BEM COMO PARA FALAR SOBRE SEU INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

PROCESSO:024.960.004.778
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: VITORIAWAGEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.. X ASSUERO CANDIDO DO VALE
INTIMAR O **DR.: PAOLA CARDOSO BABILON** DO OFICO DE FLS 158.

PROCESSO:024.040.200.305
AÇÃO: INTERDITO PROIBITORIO
PARTES: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A X SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE VITÓRIA/ES
INTIMAR O **DR.: LEONARDO DE MEDEIROS GARCIA** DA DECIDA DOS AUTOS PARA ESTE JUÍZO.

PROCESSO:024.090.127.309
AÇÃO: DESPEJO
PARTES: ANALIA BONDINELLI SALVADOR X VANDERLEA CHRIST GOVEA BARBOSA E ILSO SA BARBOSA
INTIMAR O **DR.: BETHANIA ROSSI CARDOSO E SIMONI VIZANI** PARA REPLICA.

PROCESSO:024.080.194.566
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
PARTES: BANCO ITAU S/A X SEBASTIAO LEITE PELAES
INTIMAR O **DR.: BIANCA MOTTA PRETTI** DO DESPACHO DE FLS 30.

PROCESSO:024.050.176.452
AÇÃO: EXECUÇÃO
PARTES: VITÓRIA COMERCIO E SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO X LETICIA FARDIM NOLASCO
INTIMAR O **DR.: RAPHAEL MADEIRA ABAD E BRUNO DALL'HORTO MARQUES** DO DESPACHO DE FLS 209.

PROCESSO:024.090.247.370
AÇÃO: INDETRDITO PROIBITORIO
PARTES: CONDOMINIO DO EDIFICIO A GAZETA X JADILZA BARCELOS ROCHA
INTIMAR O **DR.: JOSE PEDRO DIAS** PARA REPLICA.

PROCESSO:024.030.163.244
AÇÃO: EMBARGOS A EXECUÇÃO
PARTES: POUSADA ATENAS LTDA.. X BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A
INTIMAR O **DR.: GILMAR ZUMAK PASSOS** PARA CONTRARRAZOAR A APELAÇÃO.

PROCESSO:024.030.167.632
AÇÃO: EMBARGOS DO DEVEDOR
PARTES: ALEXANDRE MATARANGAS E ANDREA MARQUES MATARANGAS E OUTROS X BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO
INTIMAR O **DR.: GILMAR ZUMAK PASSOS** PARA CONTRARRAZOAR APELAÇAO.

VITÓRIA, 23 DE SETEMBRO DE 2009

JOELMA VETIS BITTENCOURT
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
FÓRUM DE VITÓRIA
10ª VARA CÍVEL
COMARCA DA CAPITAL

LISTA 49/2009

JUÍZO DE DIREITO: MARCELO PIMENTEL
CHEFE DE SECRETARIA: CLÁUDIA BEATRIZ BUTERI

LISTA DOS ADVOGADOS INTIMADOS:

DRS:
ATÍLIO AUGUSTO SEGANTIN BRAGA
BIANCA V. LIMONGE RAMOS
BRUNO REIS FINAMORE SIMONI
BRUNO ZAGO
FRANCISCO A. R. DE OLIVEIRA
GIANCARLO SENA LOVATE
GUILHERME VIANA RANDOW
GUSTAVO SICILIANO CANTISANO
JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA CAMPOS
JOSÉ CARLOS STEIN JR
JOSÉ MIRANDA LIMA
JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO
LUIZ FELIPE Z. FINAMORE SIMONI
MÔNICA PERIN ROCHA
ONILDO TADEU DO NASCIMENTO
PEDRO AURÉLIO DE MATTOS GONÇALVES
VICTOR JARBAS FINAMORE

AÇÃO INDENIZATÓRIA
PROCESSO 024080020076 - 6725
PARTES: RITA DE CÁSSIA PATERSON MOTA E OUTRO X CARRO BOM VEÍCULOS LTDA. E OUTRO
INTIMAÇÃO DA DRª **MÔNICA PERIN ROCHA**, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 234, QUE LHE CONCEDEU O PRAZO DE LEI PARA APRESENTAR RÉPLICA.

AÇÃO DE COBRANÇA
PROCESSO 024040049555 - 5252
PARTES: PEDRO ALCÂNTARA SENRA DE OLIVEIRA X SAFRA SEGUROS S/A
INTIMAÇÃO DOS DRS. **GUSTAVO SICILIANO CANTISANO E FRANCISCO A. R. DE OLIVEIRA,** A FIM DE TOMAREM CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 100/106 DOS AUTOS, QUE JULGOU IMPROCEDENTE OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, EXTINGUINDO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 269, I DO CPC, CONDENANDO A SEGURADORA EMBARGANTE PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS A PAGAR AOS EMBARGADOS A INDENIZAÇÃO DO CONTRATO DE SEGURO NO VALOR DE R$ 42.732,00 (QUARENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS), DEVENDO TAL VALOR SER ATUALIZADO COM JUROS DE MORA A PARTIR DO EVENTO DANOSO, BEM COM CORREÇÃO MONETÁRIA A CONTAR DA DATA DA SENTENÇA. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, PELO EMBARGANTE.

AÇÃO ORDINÁRIA
PROCESSO 024070093927 - 5955
PARTES: JORGE PEDRINI COSTA X BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
INTIMAÇÃO DOS DRS**. JOSÉ MIRANDA LIMA E BIANCA V. LIMONGE RAMOS**, A FIM DE TOMAREM CIÊNCIA DO TERMO DE AUDIÊNCIA DE FLS. 142, QUE LHES CONCEDEU O PRAZO COMUM DE 10 (DEZ) DIAS PARA SE MANIFESTAREM ACERCA DO LAUDO PERICIAL ACOSTADO AOS AUTOS.

AÇÃO DECLARATÓRIA
PROCESSO 024070105481 - 5607
PARTES: MARCOS ANTÔNIO SEMKIW DE ANDRADE X BANCO ITAÚ S/A
INTIMAÇÃO DO(S) DR(S). **GIANCARLO SENA LOVATE E BRUNO ZAGO,** A FIM DE TOMAR(EM) CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 117/128 DOS AUTOS, QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA INICIAL, CONDENANDO O BANCO REQUERIDO AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DE R$ 10.100 (DEZ MIL E CEM REAIS), A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS E R$ 4.000,00 (QUATRO MIL) A TÍTULO DE DANOS MORAIS, ACRESCIDOS DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A CITAÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE CORRIGIDO PELO REQUERIDO.

AÇÃO ORDINÁRIA
PROCESSO 024990204638 - 2311
PARTES: ARYSIO NOGUEIRA DE JESUS E OUTRO X BANCO ITAU S/A
INTIMAÇÃO DO DR. **PEDRO AURÉLIO DE MATTOS GONÇALVES**, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 311 DOS AUTOS, QUE LHE CONCEDEU O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PARA DEPOSITAR JUDICIALMENTE OS HONORÁRIOS PERICIAIS FIXADOS EM R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).

AÇÃO ORDINÁRIA
PROCESSO 024050229558 - 4967
PARTES: EDITH COREIA FINAMORE X UNIMED VITÓRIA
INTIMAÇÃO **VICTOR JARBAS FINAMORE**, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 103, QUE LHE CONCEDEU O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA PETIÇÃO DE FLS. 86/87.

AÇÃO ORDINÁRIA
PROCESSO 024040055212 - 7029
PARTES: MARCIO ANDRADE AMBROSIO E OUTRO X BANCO BRADESCO S/A
INTIMAÇÃO DO DR. **GUILHERME VIANA RANDOW**, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 246 DOS AUTOS, QUE LHE CONCEDEU O PRAZO DE LEI PARA APRESENTAR CONTRA-RAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO.

EMBARGOS A EXECUÇÃO
PROCESSO 024070642129 - 7032
PARTES: MARCIO ANDRADE AMBROSIO E OUTRO X BANCO BRADESCO S/A
INTIMAÇÃO DO DR. **GUILHERME VIANA RANDOW**, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 119 DOS AUTOS, QUE LHE CONCEDEU O PRAZO DE LEI PARA APRESENTAR CONTRA-RAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO.

EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
PROCESSO 024020033813 - 3618
PARTES: CECREST X GILBERTO FERREIRA MACHADO
INTIMAÇÃO DOS DRS. **ONILDO TADEU DO NASCIMENTO E JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO**, A FIM DE TOMAREM CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 65/70 DOS AUTOS, QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO PELO EXCIPIENTE E DECLAROU A COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO CAUTELAR INOMINADA EM APENSO. CUSTAS PROCESSUAIS REMANESCENTES PELO EXCIPIENTE.

EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
PROCESSO 024020031799 - 3614
PARTES: BANCOOB X GILBERTO FERREIRA MACHADO
INTIMAÇÃO DOS DRS**. JOSÉ CARLOS STEIN JR E JOSMAR DE SOUZA PAGOTTO**, A FIM DE TOMAREM CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 34/37 DOS AUTOS, QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO PELO EXCIPIENTE E DECLAROU A COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO CAUTELAR INOMINADA EM APENSO. CUSTAS PROCESSUAIS REMANESCENTES PELO EXCIPIENTE.

AÇÃO ORDINÁRIA
PROCESSO 024.010.193.548 - 5258
PARTES: BANCO BRADESCO S/A X FARINAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MASSAS LTDA.
INTIMAÇÃO DO DR. **BRUNO REIS FINAMORE SIMONI**, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 369 DOS AUTOS, QUE LHE CONCEDEU O PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS PARA TOMAR CONHECIMENTO DO RECEBIMENTO DESTES AUTOS POR ESTA VARA.

AÇÃO CAUTELAR INOMINADA
PROCESSO 024.010.071.553 - 3093
PARTES: MANOEL FRANCISCO DE PAULA E OUTROS X BANCO BRADESCO S/A
INTIMAÇÃO DO DR. **LUIZ FELIPE Z. FINAMORE SIMONI**, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 1774/1800 DOS AUTOS, QUE JULGOU PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL, EXTINGUINDO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 269, I DO CPC, DEVENDO SER OBSERVADO, INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO (CAPITAL DE GIRO) Nº 624268-0 E CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE CAPITAL DE GIRO COM CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS Nº 601786 OS PARÂMETROS ESTABELECIDOS NA SENTENÇA. IMPROCEDENTES OS DANOS EMERGENCIAIS, LUCROS CESSANTES E DANOS MORAIS. POR TER O DEMANDADO DECAÍDO DA PARTE MÍNIMA DO PEDIDO, A TEOR DO ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC, CONDENADO OS AUTORES AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DADO À CAUSA, DEVIDAMENTE ATUALIZADO QUANDO DO EFETIVO PAGAMENTO.

AÇÃO CAUTELAR INOMINADA
PROCESSO 024010073179 - 3099
PARTES: COMERCIAL CATÂNIA LTDA. E OUTROS X BANCO BRADESCO S/A
INTIMAÇÃO DO DR. **LUIZ FELIPE Z. FINAMORE SIMONI E ATÍLIO AUGUSTO SEGANTIN BRAGA**, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 681/707 DOS AUTOS, QUE JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO CAUTELAR, EXTINGUINDO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 269, I DO CPC. A DECISÃO QUE CONCEDEU A LIMINAR ÀS FLS. 394/401 JÁ FOI OBJETO DE REFORMA PELO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, CONFORME ACÓRDÃO DE FLS. 625. CONDENADOS OS AUTORES, A TEOR DO ART. 20, §4º DO CPC, AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), DEVIDAMENTE ATUALIZADO QUANDO DO EFETIVO PAGAMENTO.

AÇÃO CAUTELAR
PROCESSO 024010042042 - 3001
PARTES: FARINAS INDÚSTRIA E COMERCIO DE MASSAS LTDA. E OUTROS X BANCO BRADESCO S/A
INTIMAÇÃO DOS DRS. **LUIZ FELIPE Z. FINAMORE SIMONI E ATÍLIO AUGUSTO SEGANTIN BRAGA**, A FIM DE TOMAREM CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 1667/1693 DOS AUTOS, QUE JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO CAUTELAR, EXTINGUINDO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 269, I DO CPC. A DECISÃO QUE CONCEDEU A LIMINAR ÀS FLS. 451/457 JÁ FOI OBJETO DE REFORMA PELO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA AO JULGAR O AGRAVO DE INSTRUMENTO 024019002088. CONDENADOS OS AUTORES, A TEOR DO ART. 20, §4º DO CPC, AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), DEVIDAMENTE ATUALIZADO QUANDO DO EFETIVO PAGAMENTO.

AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
PROCESSO 024010067692 - 3085
PARTES: FARINAS INDÚSTRIA E COMERCIO DE MASSAS LTDA. E OUTROS X BANCO BRADESCO S/A
INTIMAÇÃO DO DR. **ATÍLIO AUGUSTO SEGANTIN BRAGA,** A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 2231 DOS AUTOS, QUE LHE CONCEDEU O PRAZO DE LEI PARA APRESENTAR CONTRA-RAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO.

IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
PROCESSO 024010164895 -
PARTES: BANCO BRADESCO S/A X FARINAS INDÚSTRIA E COMERCIO DE MASSAS LTDA. E OUTROS
INTIMAÇÃO DOS DRS. **LUIZ FELIPE Z. FINAMORE SIMONI E ATÍLIO AUGUSTO SEGANTIN BRAGA**, A FIM DE TOMAREM CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 65/66 DOS AUTOS, QUE DEIXOU DE APRECIAR O INCIDENTE PELA PATENTE PERDA DO OBJETO.

AÇÃO ORDINÁRIA
PROCESSO 024070601000 - 6645
PARTES: ELZA GONÇALVES E OUTRO X UNIMED

INTIMAÇÃO DO DR. **JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA CAMPOS**, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 149 DOS AUTOS, QUE LHE CONCEDEU O PRAZO DE LEI PARA APRESENTAR RÉPLICA.

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

CLÁUDIA BEATRIZ BUTERI
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DA CAPITAL
11ª VARA CÍVEL DE VITÓRIA
COMARCA DE VITÓRIA

LISTA DE INTIMAÇÕES Nº 120/2009

JUIZ DE DIREITO: DR. ABGAR TORRES PARAISO
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. SAIN'T CLAIR LUIZ DO NASCIMENTO JÚNIOR
CHEFE DE SECRETARIA: MELISSA FREGADOLLI CALADO GUERRA

INTIMO:

1- DR. CARLOS GOMES MAGALHAES JUNIOR (OAB/ES 14.277)
PROC. Nº 024.080.347.560
AÇÃO: REVISÃO CONTRATUAL
REQUERENTE(S): IRANI CATARINA SILVA PASSOS
REQUERIDO(A)(S): BANCO ITAU S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO DESARQUIVAMENTO DOS AUTOS, PODENDO MANIFESTAR-SE NO PRAZO LEGAL.

2 - DR. LAUDELINO PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR (OAB/ES 7.500)
PROTOCOLO Nº 2006.00.819.643
FINALIDADE: COMPARECER NO CARTÓRIO DA 11ª VARA CÍVEL, NO PRAZO LEGAL, PARA INDICAR O NÚMERO CORRETO DO PROCESSO NO QUAL DEVERÁ SER JUNTADA A PEÇA AQUI REFERIDA, TENDO EM VISTA NÃO TER SIDO ENCONTRADO AUTOS COM O NÚMERO INDICADO NA PETIÇÃO.

3- DR. CARLOS GOMES MAGALHAES JUNIOR (OAB/ES 14.277)
PROC. Nº 024.090.282.492
AÇÃO: REVISÃO CONTRATUAL
REQUERENTE(S): VERA LUCIA FONTANA
REQUERIDO(A)(S): BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 31/VERSO, PARA TRAZER AOS AUTOS SEU ÚLTIMO CONTRACHEQUE E O DO SEU MARIDO (POR CÓPIA), EM 10 (DEZ) DIAS.

4- DR. CARLOS GOMES MAGALHAES JUNIOR (OAB/ES 14.277)
PROC. Nº 024.080.258.056
AÇÃO: REVISÃO CONTRATUAL
REQUERENTE(S): JOSE CARLOS BRITO
REQUERIDO(A)(S): BANCO ITAU S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO DECURSO DO PRAZO CONCEDIDO, CONFORME PETIÇÃO DE FLS. 51 E R. DESPACHO DE FLS. 51/VERSO, DEVENDO MANIFESTAR-SE NOS AUTOS PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, EM 05 (CINCO) DIAS.

5- DRª. TERCILIA TORNERI MENDES (OAB/ES 12.319)
DR. RODRIGO ARENA MUNIZ (OAB/ES 405-A)
DRª. SIMONE SIQUEIRA MIGUEL FREITAS (OAB/ES 7.572)
PROC. Nº 024.040.075.749
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: BIANCA BERALDI XAVIER
REQUERIDO: BANCO ABN AMRO S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 207, QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA PRELIMINAR PARA O **DIA 05/10/2009 - 15H.**

6- DR. RODRIGO TEIXEIRA COFFLER (OAB/ES 9.386)
PROTOCOLO Nº 200900574395
FINALIDADE: COMPARECER NO CARTÓRIO DA 11ª VARA CÍVEL, NO PRAZO LEGAL, PARA INDICAR O NÚMERO CORRETO DO PROCESSO NO QUAL DEVERÁ SER JUNTADA A PEÇA AQUI REFERIDA, TENDO EM VISTA NÃO TER SIDO ENCONTRADO AUTOS COM O NÚMERO INDICADO NA PETIÇÃO.

7- DR. GILSON MEDEIROS DE MELO (OAB/ES 10.973)
PROTOCOLO Nº 200900119497
FINALIDADE: COMPARECER NO CARTÓRIO DA 11ª VARA CÍVEL, NO PRAZO LEGAL, PARA INDICAR O NÚMERO CORRETO DO PROCESSO NO QUAL DEVERÁ SER JUNTADA A PEÇA AQUI REFERIDA, TENDO EM VISTA NÃO TER SIDO ENCONTRADO AUTOS COM O NÚMERO INDICADO NA PETIÇÃO.

8- DR. LEZIO PIRES DA LUZ JUNIOR (OAB/ES 11.602)
PROC. Nº 024.090.172.271
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: ASS DOS APOSEN PENS E EMPRE DAS EMP PATROC DA VALIA
REQUERIDO: CLINICA DO CORAÇÃO LTDA. ME CORDIS E OUTROS
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA DEVOLUÇÃO DO AR E ENVELOPE DE FLS. 64, REFERENTES À CITAÇÃO, PODENDO MANIFESTAR-SE NOS AUTOS NO PRAZO LEGAL.

9- DR. ELIVALDO DE OLIVEIRA (OAB/ES 13.821)
DR. MIGUEL BELLINI NETO (OAB/SP 67.899)
DR. FRANCISCO A. CARDOSO FERREIRA (OAB/ES 225-A)
DRª. IARA QUEIROZ (OAB/ES 4.831)
PROC. Nº 024.000.130.401
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: GILSON DE AGUIAR SOUZA E OUTRA
REQUERIDO: BANESTES S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 262, QUE DETERMINOU O PAGAMENTO DAS CUSTAS REMANESCENTES DESTES AUTOS E AS DA CONSIGNAÇÃO, EM 05 (CINCO) DIAS, PARA POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO, E DA DEVOLUÇÃO DO AR E ENVELOPE DE FLS. 264, DEVENDO OS ADVOGADOS INFORMAREM O ENDEREÇO CORRETO DA PARTE AUTORA PARA FINS DE INTIMAÇÃO.

10- DR. CESAR BARBOSA MARTINS (OAB/ES 12.229)
PROC. Nº 024.020.103.321
AÇÃO: INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: ADILSON NUNES
REQUERIDO: SAMP E OUTROS
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA PETIÇÃO DO SR. PERITO DE FLS. 493, DEVENDO PROVIDENCIAR O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS EM 10 (DEZ) DIAS, CONFORME R. DESPACHO DE FLS. 490.

11- DRª. KARYNE BURKE GOMES (OAB/ES 13.541)
PROC. Nº 024.090.257.205
AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
REQUERENTE: MARA RUBIA ALVARENGA SILVA
REQUERIDO: BANCO FIAT S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 17/VERSO, PARA DEPOSITAR O VALOR QUE CONSIDERA INCONTROVERSO, REFERENTE A TODAS AS PARCELAS EM ATRASO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

12- DR. DIOGO ASSAD BOECHAT (OAB/ES 11.373)
DR. UDNO ZANDONADE (OAB/ES 9.141)
PROC. Nº 024.070.208.616
AÇÃO: CAUTELAR
REQUERENTE: AHIRTON ALIEIRO DINIZ E OUTROS
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS, PODENDO MANIFESTAR-SE NO PRAZO LEGAL.

13- DR. ARNALDO EUSTAQUIO CUNHA PRATTI (OAB/ES 6.722)
PROC. Nº 024.080.271.604
AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: VERA LUCIA RODRIGUES SANTANA
REQUERIDO: C&A MODAS LTDA.
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS, PODENDO MANIFESTAR-SE NO PRAZO LEGAL.

14- DRª. TATIANA MOURE DOS REIS VIEIRA (OAB/ES 11.068)
DR. FELYPE DE JESUS MEIRA (OAB/ES 12.865)
PROC. Nº 024.070.167.945
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: ANDREZA BERNARDELLI PEREIRA
REQUERIDO: BRADESCO S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS, PODENDO MANIFESTAR-SE NO PRAZO LEGAL.

15- DR. GERSON MENDES DA SILVA (OAB/ES 8.430)
DR. UDNO ZANDONADE (OAB/ES 9.141)
PROC. Nº 024.070.648.589
AÇÃO: INDENIZATORIA
REQUERENTE: CRISTIANA DE SOUZA SILVA
REQUERIDO: LOJAS RENNER S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS, PODENDO MANIFESTAR-SE NO PRAZO LEGAL.

16- DR. FREDERICO M. F. DE PAIVA BRITTO (OAB/ES 8.899)
DRª. CINTHIA DE SOUZA BOMFIM (OAB/MS 8.013)
PROC. Nº 024.020.073.529
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO FRAISLEBEN BARCELOS
REQUERIDO: CONSTRUTORA E INCORPORADORA ARAGUAIA LTDA.
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R.DESPACHO DE FLS. 220, QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PARA O **DIA 11/11/2009 - 14H**, DEVENDO O ROL DE TESTEMUNHAS VIR AOS AUTOS NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, A CONTAR DESTA INTIMAÇÃO.

17- DR. MARCIO VALERIO EFFGEN (OAB/ES 10.647)
PROC. Nº 024.090.253.998
AÇÃO: OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: GEOTEC MEIO AMBIENTE E MINERAÇÃO SS LTDA.
REQUERIDO: CLARO S/A E OUTRO
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 140/141, QUE SUSCITOU O CONFLITO DE COMPETÊNCIA NEGATIVO.

18 - DR. LEONARDO DE MEDEIROS GARCIA (OAB/ES 12.298)
PROTOCOLO Nº 200900862180
FINALIDADE: COMPARECER NO CARTÓRIO DA 11ª VARA CÍVEL, NO PRAZO LEGAL, PARA INDICAR O NÚMERO CORRETO DO PROCESSO NO QUAL DEVERÁ SER JUNTADA A PEÇA AQUI REFERIDA, TENDO EM VISTA NÃO TER SIDO ENCONTRADO AUTOS COM O NÚMERO INDICADO NA PETIÇÃO.

19- DR. FABIO SIQUEIRA MACHADO (OAB/ES 10.517)
DR. NIELSON GERALDO ROCHA (OAB/ES 10.478)
PROC. Nº 024.060.168.630
AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: YAHOO TURISMO S/A
REQUERIDO: LUB AR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. MEE
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 194, QUE INDEFERIU O PEDIDO DE FLS. 192/193, QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 12/11/2009 - 14H,** DEVENDO O ROL DAS TESTEMUNHAS VIA AOS AUTOS NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, A CONTAR DESTA INTIMAÇÃO, DEVENDO A AUTORA PRESTAR DEPOIMENTO PESSOAL, NA FORMA DO ART. 343, § 1º, CPC.

20 - DR. CARLOS GOMES MAGALHAES JUNIOR (OAB/ES 14.277)
PROC. Nº 024.090.271.529
AÇÃO: INDENIZATORIA
REQUERENTE: JOVANE SOARES NASCIMENTO
REQUERIDO: BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO BANETES S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 15, QUE DEFERIU A A.J.G., E DETERMINOU A CITAÇÃO.

21 - DR. CARLOS GOMES MAGALHAES JUNIOR (OAB/ES 14.277)
PROC. Nº 024.090.155.722
AÇÃO: REVISÃO CONTRATUAL
REQUERENTE: BIRAJARA GONÇALVES DE OLIVEIRA
REQUERIDO: BV FINANCEIRA S/A CFI
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 31, QUE DEFERIU A A.J.G., E DETERMINOU A CITAÇÃO.

22 - DR. ROGERIO ALVES BENJAMIM (OAB/ES 12.538)
DR. PEDRO EDUARDO VERVLOET FEU ROSA (OAB/ES 13.575)
PROC. Nº 024.090.200.908
AÇÃO: INDENIZATORIA
REQUERENTE: MARILDA SILVEIRA LOPES
REQUERIDO: HOSPÍTAL MERIDIONAL
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 650, QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA PRELIMINAR PARA O **DIA 27/10/2009 - 13H30.**

23 - DRª. ANA PAULA G. SOUZA (OAB/ES 7.111)
PROC. Nº 024.010.007.821
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: GUILHERME RODY SOARES
REQUERIDO: CREDICARD MASTERCARD
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 197, PARA PROVIDENCIAR OS HONORÁRIOS PERICIAIS, DE FLS. 197, CONFORME PETIÇÃO DO SR. PERITO DE FLS. 213, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

24 - DR. JOSE MARIO VIEIRA (OAB/ES 7.275)
PROC. Nº 024.040.219.990
AÇÃO: REVISIONAL
REQUERENTE: ANTONIO VIDIGAL
REQUERIDO: BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO BANETES S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA PETIÇÃO DA SRª. PERITA DE FLS. 116, DEVENDO PROVIDENCIAR O DEPÓSITO DOS HONORÁRIOS NO PRAZO ASSINADO ÀS FLS. 103.

25 - DRª. ALBA SOARES DE AGUIAR (OAB/ES 4.241)
DRª. ERICA NASCIMENTO MORAES MONTEIRO (OAB/ES 15.569)
PROC. Nº 024.040.170.268
AÇÃO: CONTRATUAL
REQUERENTE: SINVAL MEIRA JUNIOR
REQUERIDO: FENIX VEICULOS LTDA. ME
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA JUNTADA DA CARTA PRECARTÓRIA DE FLS. 197/206, PODENDO MANIFESTAR-SE NOS AUTOS NO PRAZO LEGAL.

26 - DR. ALEXANDRE LUIZ SOUZA MARIO BOECHAT (OAB/ES 11.522)
DR. FELIPE DE JESUS MEIRA (OAB/ES 12.865)
PROC. Nº 024.090.119.595
AÇÃO: REVISÃO CONTRATUAL
REQUERENTE: ARILTON PIROLA SANTOS E OUTRO
REQUERIDO: UNIMED VITÓRIA S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 129/136, QUE JULGOU PROCEDENTE A INICIAL.

27 - DRª. PATRICIA COUTINHO DA SILVA SENA VIEIRA (OAB/ES 256-B)
DR. LEONARDO LAGE DA MOTTA (OAB/ES 7.722)
PROC. Nº 024.980.141.691
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: CLEBER FERNANDES
REQUERIDO: FORD COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. E OUTRO
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 181/185, QUE JULGOU PROCEDENTE A INICIAL, NA FORMA DO ART. 269, II, CPC.

28 - DRª. ANA PAULA FERREIRA PEIXOTO (OAB/ES 12.120)
PROC. Nº 024.090.276.908
AÇÃO: INDENIZATORIA
REQUERENTE: FRANCISCO EDSON BARTHMAN
REQUERIDO: TOYOTA DO BRASIL LTDA.
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 38, PARA ASSINAR A PETIÇÃO INICIAL E TRAZER AOS AUTOS OS DOCUMENTOS ELENCADOS.

29 - DRª. ROSANE ARENA MUNIZ (OAB/ES 405-A)
DR. JOÃO CEZAR DE ALMEIDA VAZ (OAB/ES 8.172)
PROC. Nº 024.050.227.057
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: EDUARDO DALAMURA DO CARMO E OUTRO
REQUERIDO: BANCO ABN AMRO REAL S/A

FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 296/299, QUE NEGOU PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

30 - DR. FERNANDO ANDRE SAIDE MARTINS (OAB/ES 10.568)
DR. SANDRO RONALDO RIZZATO (OAB/ES 10.250)
PROC. Nº 024.990.013.237
AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: LOZIMAR VICENTE DOS SANTOS
REQUERIDO: CREDICARD S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 345/346, QUE DEU PROVIMENTO AOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

VITÓRIA(ES), 22 DE SETEMBRO DE 2009.

MELISSA FREGADOLLI CALADO GUERRA
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SEGUNDA VARA CRIMINAL DE VITÓRIA

EXPEDIENTE: 22/09/2009

JUIZ DE DIREITO: DR. LUIZ GUILHERME RISSO
PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRª RACHEL BARDI GUSMAN
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: SIMONE VIVALDI MIRANDA

PROCESSO Nº **024.08.046007-4 -** MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA GOMES LIMA X DANILO BAHIENSE MOREIRA - INTIME-SE OS **DRS. LUIZ ALFREDO DE SOUZA E MELLO E ANTÔNIO SÉRGIO BROSEGUINI** DA R. DECISÃO DE FLS. 257, QUE DETERMINOU O ENVIO DOS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DESTA COMARCA.

PROCESSO Nº **024.05.003379-4** - EDNA CHING SHYA HYANG X RICARDO EMÍLIO ALVES - INTIME-SE A **DRª CAMILLA DE MAGALHÃES GOMES** DA R. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA DE FLS. 255/261, NOS TERMOS DO ARTIGO 386, INCISOS III E IV DO CPP.

PROCESSO Nº **024.08.016183-9** - ANTÔNIO FIALHO GARCIA JUNIOR X ANTUÉRPIO PETERSEN FILHO - INTIME-SE O **DR. ANTONIO SÉRGIO BROSEGUINI** PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, NO PRAZO LEGAL.

PROCESSO Nº **024.09.000832-7** - JUSTIÇA PÚBLICA X VERA MÔNICA FERREIRA RODRIGUES NEVES E "OUTROS" - INTIME-SE O **DR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA** PARA APRESENTAR DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS PARA ANÁLISE DO PEDIDO, ONDE DEVERÃO CONSTAR O AUTOMÓVEL EM QUESTÃO NA DECLARAÇÃO DE BENS.

PROCESSO Nº **024.08.040486-6** - JUSTIÇA PÚBLICA X RAFAEL HENRIQUE ALVES DA SILVA - INTIME-SE OS **DRS. LEONARDO JOSÉ VULPE DA SILVA E FELIPE MORAIS MATTA** DA R. SENTENÇA CONDENATÓRIA DE FLS. 119/126, NAS SANÇÕES DO ART. 157 DO CP, À PENA DE 03 (TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO E 36 (TRINTA E SEIS) DIAS MULTA, E NAS SANÇÕES DO ART. 1º DA LEI Nº 2.252/54, À PENA DE 01 (UM) ANO DE RECLUSÃO E MULTA DE 01 (UM) MIL CRUZEIROS. PENAS CUMULATIVAMENTE NO TOTAL DE 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO E 36 (TRINTA E SEIS) DIAS MULTA, E MULTA DE 01 (UM) MIL CRUZEIROS, REGIME ABERTO.

PROCESSO Nº **024.08.036531-5** - JUSTIÇA PÚBLICA X JOAQUIM BEZERRA NETO - INTIME-SE O **DR. JOSÉ CARLOS DEVENS DE OLIVEIRA** DA R. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA DE FLS. 80/82, NAS SANÇÕES DO ART. 171 DO CP, NOS TERMOS DO ART. 397, INCISO III, DO CP.

PROCESSO Nº **024.06.024166-8** - JUSTIÇA PÚBLICA X FERNANDO RAIMUNDO DA SILVA - INTIME-SE O **DR. NATALINO ZALDINE FERREIRA** DO LAUDO PERICIAL Nº 3518/09, ENCAMINHADO A ESTE JUÍZO PELO DEPARTAMENTO DE CRIMINALÍSTICA.

SIMONE VIVALDI MIRANDA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DA 3ª VARA CRIMINAL VITÓRIA

PROCESSO Nº 024.090.157.538

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS

O EXMO. DR. **JOSÉ GERALDO FANTIN**, MM. JUIZ DE DIREITO EM EXERCÍCIO NA TERCEIRA VARA CRIMINAL DE VITÓRIA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE SE ENCONTRA(M) EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO O(A)(S) ACUSADO(A)(S), **DÉLIO NUNES DE JESUS**, BRASILEIRO, CASADO, NATURAL DE ARACRUZ/ES, NASCIDO EM 05/12/1945, FILHO DE MÁRIO LOUREIRO NUNES E DE ELVIRA NUNES DE JESUS, INCURSO NAS PENAS DO ART. 168, § 1º, INCISO III, DO CÓDIGO PENAL. FICA(M) O(A)(S) MESMO(A)(S) **CITADO**(A)(S) PELO PRESENTE EDITAL, PARA APRESENTAR RESPOSTA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, NOS AUTOS DO PROCESSO DE NÚMERO SUPRACITADO, EM QUE O(S) MESMO(S) RESPONDE(M) NO CARTÓRIO DA COMARCA DE VITÓRIA/ES, PELA(S) INFRAÇÕES ACIMA, E SE VER(EM) PROCESSAR ATÉ O FINAL DA SENTENÇA SOB PENA DE SER DECLARADO SUSPENSO OS AUTOS DA AÇÃO PENAL DE NÚMERO SUPRACITADO E AINDA O CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, PODENDO O JUIZ DETERMINAR A PRODUÇÃO ANTECIPADA DAS PROVAS CONSIDERADAS URGENTES E, SE FOR O CASO, DECRETAR A PRISÃO PREVENTIVA NOS TERMOS DO ART. 366 DO C.P.P., E DA LEI 9.271/96,

INDO O PRESENTE EDITAL PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA, E UMA CÓPIA AFIXADA NO LUGAR DE COSTUME NESTE JUÍZO.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE VITÓRIA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 18 (DEZOITO) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009. EU, **,** ESCRIVÃ(O) QUE FIZ DIGITAR E SUBSCREVI.

JOSÉ GERALDO FANTIN
JUIZ DE DIREITO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL - VITÓRIA
PRIVATIVA DE TÓXICOS

RUA PEDRO PALÁCIOS Nº : 105 - 5º ANDAR - CIDADE ALTA - CENTRO - VITÓRIA - ES CEP: 29.015-160 - TEL: 3223.4422 - R: 242

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO 10 DIAS

PROCESSO Nº **AP - 6450/09 - 024.090.213.281**

O MM. **JUIZ DE DIREITO** DA 4ª VARA CRIMINAL DE VITÓRIA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU TIVERAM CONHECIMENTO, QUE SE ENCONTRA EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO O ACUSADO **CLEBER SOUZA ROCHA, VULGO "CLEBINHO",** BRASILEIRO, NATURAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA., NASCIDO EM 14/09/1979, FILHO DE AGNALDO ALVES ROCHA E DE MARIA ROSA SOUZA ROCHA. FICA O MESMO CITADO PELO PRESENTE EDITAL, NA FORMA DO ART.361 DO CPP, OS TERMOS DOS ARTIGOS 396 E 396-A DO CPP PARA APRESENTAR DEFESA PRÉVIA, POR ESCRITO, SOB PENA DE NÃO O FAZENDO, SER-LHE(S) NOMEADO UM DEFENSOR PÚBLICO, NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL QUE LHE FOI PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, POR INFRAÇÃO AOS ARTIGOS 33, CAPUT E 35 DA LEI 11.343/06, SOB

PENA DE SUSPENSÃO DO PROCESSO, BEM COMO DO CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, PODENDO O JUIZ DETERMINAR A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS CONSIDERADAS URGENTES E, SE FOR O CASO, DECRETAR A PRISÃO PREVENTIVA, NOS TERMOS DO ART.366 DO CPP., TUDO EM CONFORMIDADE COM OS TERMOS DO PROCESSO CRIME MENCIONADO, INDO O PRESENTE EDITAL PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA, E UMA CÓPIA AFIXADA NO LUGAR DE COSTUME NESTE JUÍZO.

DADO E PASSADO, NESTA CIDADE DE VITÓRIA - CAPITAL DO ESPÍRITO SANTO, AO (S) 23 DE SETEMBRO DE 2009. EU, CHEFE DE SECRETARIA DE CONFORMIDADE COM P PROVIMENTO Nº 002/98 DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, QUE O FIZ DIGITAR, SUBSCREVO E ASSINO.

MARCIA REGINA TOZZI DOS S. COLNAGO
CHEFE DE SECRETARIA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL - VITÓRIA
PRIVATIVA DE TÓXICOS

LISTA: 078/2009 DE 22/09/2009

JUIZ: DR. PAULINO JOSÉ LOURENÇO
PROMOTOR: DR. MAXWEL MIRANDA ARAÚJO
CHEFE DE SECRETARIA: MARCIA REGINA TOZZI DOS S. COLNAGO

PROC Nº **6210/08 - 024.080.352.552 -** JUSTIÇA PÚBLICA X JUBERLAN TEIXEIRA DA SILVA E OUTROS - INTIMEM-SE - **DR. CARLOS FINAMORE FERRAZ, OAB/ES 12.117 (AC. JUBERLAN TEIXEIRA DA SILVA) E DR. WALTER ROBERTO FIDELIS, OAB/ES 48-B (AC. LEONARDO GOMES DA SILVA)**, PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA DE FOLHAS 324/354 DOS AUTOS.

PROC Nº **6474/09 - 024.090.213.877 -** JUSTIÇA PÚBLICA X RONALDO COELHO - INTIMEM-SE - **DR. EDILSON QUINTAES CORRÊA, OAB/ES 4.612**, PARA APRESENTAR A DEFESA PRELIMINAR NO PRAZO LEGAL.

PROC Nº **6451/09 - 024.090.208.323 -** JUSTIÇA PÚBLICA X ANÁLIA FERNANDES SANTANA E OUTROS - INTIMEM-SE - **DR. RENATO GASPARINI CONRADO DE MIRANDA, OAB/ES 10.075 E DR. LEONARDO GASPARINI DA SILVA (ACS.** ANÁLIA FERNANDES SANTANA, SAMUEL LOURENÇO DA SILVA PAIXÃO, CRISTIANO GOMES DA SILVA**);** DR. DAVID METZKER DIAS SOARES, OAB/ES (AC. HELIANDRO SANTANA LACERDA); DR. SÉRGIO SANTANA MORAES, OAB/ES 7.181 (AC. KARINA BATISTA LIMA); DR. HERON WILLIAM CAMPOS, OAB/ES 9.149 (AC. SÉRGIO ALVES DEOLINDO) E DR. DAVID BOURGUIGNON BIGOSSI, OAB/ES 2.304 (AC. JOSIMAR ALVES CORREIA), PARA CIÊNCIA DA DECISÃO DE FOLHAS 333/335 DOS AUTOS E PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**,** NO DIA **15 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS,** NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 4ª VARA CRIMINAL DE VITÓRIA, NA RUA PEDRO PALÁCIOS, Nº 105, 3º ANDAR DO FÓRUM CRIMINAL DE VITÓRIA, CENTRO, CIDADE ALTA.

PROC Nº **6483/09 - 024.090.198.797 -** JUSTIÇA PÚBLICA X PATRÍCIO BASÍLIO RIBEIRO E OUTROS - INTIMEM-SE - **DR. PATRICK LIMA MARQUES, OAB/ES 13.850, DR. SÉRGIO SANTANA MORAES, DR. CLÓVIS LISBOA DOS SANTOS JUNIOR, OAB/ES 6.751, DR. ANTONIO GUILHERME PEREIRA BARBOSA, OAB/ES 4.570 E DR. WALTER GOMES FERREIRA JUNIOR, OAB/ES 12.679 (AC. CESAR WILLIAM DE OLIVEIRA AZEVEDO); DR. EDILSON QUINTAES CORRÊA, OAB/ES 4.612 (AC. ELDERSON PEREIRA SANTANA E ANDERSON ALVES MOREIRA); DR. ADAIR MARIA DE FÁTIMA SANTOS BIANCHI, OAB/ES 15.790(AC. PATRICIO BASILIO RIBEIRO)**, PARA APRESENTAREM AS DEFESAS PRELIMINARES NO PRAZO LEGAL.

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

MARCIA REGINA TOZZI DOS S. COLNAGO
CHEFE DE SECRETARIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
FORUM DE VITÓRIA
8ª VARA CRIMINAL

AP Nº 1781/024.070.261.490

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 90 DIAS

A DR.ª CLÁUDIA VIEIRA DE OLIVEIRA ARAÚJO, MM.ª JUÍZA DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL DE VITÓRIA, COMARCA DA CAPITAL, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE SE ENCONTRA EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO O ACUSADO **JEFERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA**, FILHO DE ARLINDO PINHEIROS DE OLIVEIRA E DE LUZINETE SILVA RODRIGUES.FICA O MESMO **INTIMADO** PELO PRESENTE EDITAL, PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE A SEGUIR RESUMIDA: "JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA IMPUTADA NA DENÚNCIA PARA CONDENAR JEFERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA PELA PRÁTICA DO TIPO PENAL DESCRITO NO ARTIGO 14 DA LEI **Nº** 10.826/03. (...) ASSIM, FIXO EM DEFINITIVO A PENA EM 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA. APLICO O DISPOSTO NO ARTIGO 44 DO CPB, EIS QUE O RÉU PREENCHE OS REQUISITOS EXIGIDOS POR LEI, E SUBSTITUO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE APLICADA POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E MULTA QUE ARBITRO EM 10 (DEZ) DIAS-MULTA.
FAÇO O SOMATÓRIO DAS PENAS DE MULTA PARA CONDENAR JEFERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA AO PAGAMENTO DE 20 (VINTE) DIAS-MULTA. DECRETO A PERDA DA ARMA DE FOGO E DETERMINO SEJA A MESMA ENCAMINHADA AO EXÉRCITO BRASILEIRO (38º BI). ISENTO O RÉU DAS CUSTAS PROCESSUAIS. O REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA É O ABERTO."

INDO O EDITAL PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA E FIXADO NO LUGAR DE COSTUME DESTE JUÍZO.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE VITÓRIA, COMARCA DA CAPITAL, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 20 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE (2009) EU, ESCRIVÃ QUE O DIGITEI E SUBSCREVI.

ANA CLAUDIA BICHARA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA
AUTORIZADA PELO PROV.
Nº 01/02 E 06/98

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
CARTÓRIO DA NONA (9A.) VARA CRIMINAL DE VITÓRIA

JUIZ DE DIREITO: DR. TELÊMACO ANTUNES DE ABREU FILHO
PROMOTORA DE JUSTIÇA: DR.REGINALDO IZOTON
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: SIMONE SOARES LIMA COSTA
LISTA DE INTIMAÇÕES Nº : 31/09

INTIMAÇÕES

AP. 2320/09 - 024.090.157.504 - MINISTÉRIO PÚBLICO X ÉSIO ANDRÉ CARVALHO DE OLIVEIRA. INTIME-SE:
DR. LÚCIO ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB/ES 10090
PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 14/12/2009, ÀS 13:30HS,** QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DAS AUDIÊNCIAS DA 9A CRIMINAL, NO EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL**. FICA CIENTE, AINDA, DE QUE NESTA DATA FOI EXPEDIDA CARTA PRECATÓRIA PARA A COMARCA DE LINHARES, OBJETIVANDO INQUIRIR A TESTEMUNHA ARROLADA PELA DEFESA.**

AP. 2359/09 - 024.090.021.353 - MINISTÉRIO PÚBLICO X JACKSON SANTOS BENEVENUTO. INTIME-SE:

DR. FELIPE ZANOTTI BRUMATTI - OAB/ES 14081
PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 02/12/2009, ÀS 13:30HS,** QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DAS AUDIÊNCIAS DA 9A CRIMINAL, NO EDIFÍCIO DO FÓRUM LOCAL**.**

AP. 1798/07 - 024.070.191.739 - MINISTÉRIO PÚBLICO X PAULO ROBERTO RIBAS LOUREIRO. INTIME-SE:
DR. LUIZ ALFREDO DE SOUZA E MELLO - OAB/ES 5708
PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES, FINAIS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, EM FORMA DE MEMORIAIS, CONFORME DETERMINA O ART. 403, DO DPP.

AP. 1407/05 - 024.050.058.056 - MINISTÉRIO PÚBLICO X ALOIR SUBTIL CARRETA E OUTROS. INTIME-SE:
DR. CARLOS HENRIQUE CARNEIRO - OAB/ES 104-B
PARA TOMAR CIÊNCIA DOS TERMOS DA DECISÃO DE FLS. 366, QUE MANTEVE, NA ÍNTEGRA, A DECISÃO DE FLS. 347/348 E DETERMINOU O CUMPRIMENTO DAS DEMAIS DETERMINAÇÕES DA SENTENÇA DE FLS. 287/306.

AP. 1636/06 - 024.060.213.329 - MINISTÉRIO PÚBLICO X ELSON PHELLIPE PEREIRA DE SOUSA. INTIME-SE:
DR. EDILSON QUINTAES CORRÊA - OAB/ES 4612
PARA TOMAR CIÊNCIA DOS TERMOS DA RESPEITÁVEL SENTENÇA DE FLS. 162/170, QUE JULGOU PROCEDENTE EM PARTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, PARA CONDENAR O ACUSADO COMO INCURSO NAS SANÇÕES DO ART. 157, § 2º, II, DO CP E ART. 1º, DA LEI 2.252/54, NA FORMA DO ART. 69, DO CP.

AP. 2349/09 - 024.090.211.558 - MINISTÉRIO PÚBLICO X ROBSON PIMENTEL DE BARROS E OUTRO. INTIME-SE:
DR. FABRÍCIO CELESTE DO ESPÍRITO SANTO - OAB/ES 15374
PARA APRESENTAR DEFESA PRELIMINAR, NO PRAZO DE 10 DIAS.

AP. 1730/07 - 024.070.040.647 - MINISTÉRIO PÚBLICO X LUIZ EDUARDO COSTA. INTIME-SE:
DRª HILDA RODRIGUES MAIA - OAB/ES 6360
PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES, FINAIS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, EM FORMA DE MEMORIAIS, CONFORME DETERMINA O ART. 403, DO DPP.

AP. 1968/07 - 024.070.655.014 - MINISTÉRIO PÚBLICO X AVÍLIO MACHADO DA SILVA. INTIMEM-SE:
DR. PEDRO PAULO BICCAS - OAB/ES 5515
DR. FABRÍCIO DE OLIVEIRA CAMPOS - OAB/ES 10328
DR. HOMERO JUNGER MAFRA - OAB/ES 3175
DR. VINÍCIUS ALVES - OAB/ES 9023
PARA TOMAREM CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE OITIVA DA TESTEMUNHA ARROLADA PELA DEFESA, JOSÉ CARLOS CARVALHO, DESIGNADA PARA O DIA **28/09/2009, ÀS 14:00 HORAS,** NA COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, NOS AUTOS DA CARTA PRECATÓRIA Nº 4481/09 (01109010548-4).

AP. 1616/06 - 024.060.173.408 - MINISTÉRIO PÚBLICO X JOÃO MANOEL RODRIGUES LIMA. INTIME-SE:
DR. IGOR SOARESX CAIRES - OAB/ES 11709
PARA TOMAR CIÊNCIA DOS TERMOS DA RESPEITÁVEL SENTENÇA DE FLS. 481/482, QUE JULGOU EXTINTA E PUNIBILIDADE DO ACUSADO, COM FULCRO NO ART. 89, § 5º, DA LEI 9.099/95.

SIMONE SOARES LIMA COSTA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
PRIMEIRA VARA DE FAMILIA
COMARCA DA CAPITAL DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

- LISTA 90/2009 -
22/09/2009

JUIZ: DR. FERNANDO AUGUSTO DE MENDONÇA ROSA
PROMOTOR: DR**. CÁSSIO SOUZA SALOMÃO**
ESCRIVÃ: TANIA DANTAS TOLENTINO

NA FORMA DO ARTIGO 236 C/C ARTIGO 1216 DO CPC.

ÍNDICE NOMINAL, EM ORDEM ALFABÉTICA DOS ADVOGADOS INTIMADOS, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 027/97 E CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, ARTIGO 55.

-INTIMO:

DR. AÉRCIO BARCELOS MUNIZ
DR. ANDERSON PATUZZO
DRª ARLETTE ULIANA
DRª FERNANDA OLIVEIRA DUAILIBI
DR. GRAZIANO FERNANDES NUNES
DR. HUMBERTO CAMARGO BRANDÃO FILHO
DR. LUIZ OTÁVIO PEREIRA GUARÇONI DUARTE
DR. MÁRIO CEZAR PEDROSA SOARES
DRª SÔNIA MARIA RABELLO DOXSEY

AÇÃO

ALIMENTOS

PROC.: 024020027553 - H.R.V. X O.V.
DR. LUIZ OTÁVIO PEREIRA GUARÇONI DUARTE, PARA TOMAR CIÊNCIA DA PETIÇÃO DE F. 228/230, NO PRAZO DE 10 DIAS, CONFORME DESPACHO DE F. 246.

ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS

PROC.: 024080226988 - L.H.L. E F.S.F.
DR. MÁRIO CEZAR PEDROSA SOARES, PARA JUNTAR AOS AUTOS PROCURAÇÃO, TENDO EM VISTA O PEDIDO DE VISTAS DOS AUTOS.

CAUTELAR

PROC.: 024090262650 - R.F. E OUTRO X F.B.L.
DRª SÔNIA MARIA RABELLO DOXSEY, PARA EFETUAR O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS.

DIVÓRCIO

PROC.: 024070155627 - G.P.A.P. E M.R.P.
DRª FERNANDA OLIVEIRA DUAILIBI, DO DESARQUIVAMENTO DOS AUTOS, CONFORME REQUERIDO.

PROC.: 024090269341 - M.T.E. X P.T.A.L.
DR. GRAZIANO FERNANDES NUNES, PARA EFETUAR O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS.

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

PROC.: 024090027434 - G.F.I. E OUTRO X D.W.I.
DR. ANDERSON PATUZZO, PARA INFORMAR O ENDEREÇO ATUAL E CORRETO DO REQUERIDO, TENDO EM VISTA A CERTIDÃO DE F. 51 VERSO.

GUARDA DE MENORES

PROC.: 024090176835 - M.A.V. X C.M.S.
DR. HUMBERTO CAMARGO BRANDÃO FILHO, PARA NO PRAZO DE 10 DIAS SE MANIFESTAR SOBRE A CONTESTAÇÃO DE F. 25/46, CONFORME DESPACHO DE F. 89.

RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL

PROC.: 024080263817 - E.A.F.V. X L.C.S.F.
DR. AÉRCIO BARCELOS MUNIZ, PARA, NO PRAZO DE 10 DIAS TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE F. 76 VERSO, REQUERENDO O QUE ENTENDER DE DIREITO, CONFORME DESPACHO DE F. 77.

PROC.: 024090282443 - L.L.A. X R.C.G.
DRª ARLETTE ULIANA, PARA EFETUAR O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS.

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VARA ESPECIALIZADA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE VITÓRIA

AV. FLORENTINO AVIDOS, Nº 100 - VILA RUBIM - CEP 29020-040 - VITÓRIA-ES. TEL. 222-5077 E FAX 322-5835.

EDITAL DE CITAÇÃO

PROCESSO Nº 36.190 (024.09.001755-9)

O **DR. PAULO ROBERTO LUPPI**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO E NA FORMA DA LEI ETC.

FAZ SABER, AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, ESPECIALMENTE A **SRA. GEOVANA CARDOSO FLOR** E **JOSÉ CARLOS BARBOSA DOS SANTOS**, QUE NESTE JUÍZO TRAMITA DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR COM TUTELA E ALIMENTOS REQUERIDO POR REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM FAVOR DO MENOR C.D.C.S., E COMO CONSTA OS REFERIDOS SÃO GENITORES DA CRIANÇA E NÃO SENDO POSSÍVEL CITÁ-LOS, PESSOALMENTE, FICAM OS MESMOS DEVIDAMENTE **CITADOS** PELO PRESENTE EDITAL, PARA NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, COMPARECER A ESTE JUÍZO, SITO À AV. FLORENTINO AVIDOS, Nº 100, VILA RUBIM, NESTA CAPITAL, COM VISTAS A RESPONDER A TODOS OS TERMOS DA AÇÃO, PODENDO OFERECER RESPOSTA NO PRAZO DE LEI, SOB PENA DE REVELIA E SEREM PRESUMIDOS COMO VERDADEIROS OS FATOS NARRADOS PELO AUTORA EM SUA INICIAL, A QUAL SE ENCONTRA EM CARTÓRIO.
E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS, É EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL, QUE TERÁ UMA DE SUAS VIAS AFIXADA NA SEDE DESTE JUÍZO, NO LUGAR DE COSTUME, NA FORMA DA LEI.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE VITÓRIA, CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 21 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2009. EU, ESCREVENTE JURAMENTADA, DIGITEI E IMPRIMIR.

NELSON GOULART MONTEIRO NETO
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE VITÓRIA
CONFORME PROVIMENTO Nº 001 E 002/98

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VARA ESPECIALIZADA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE VITÓRIA

AV. FLORENTINO AVIDOS, Nº 100 - VILA RUBIM - CEP 29020-040 - VITÓRIA-ES. TEL. 222-5077 E FAX 322-5835.

EDITAL DE CITAÇÃO

PROCESSO Nº 36.191 (024.09.001757-5)

O **DR. PAULO ROBERTO LUPPI**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO E NA FORMA DA LEI ETC.

FAZ SABER, AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, ESPECIALMENTE A **SRA. GEOVANA CARDOSO FLOR** E **JOSÉ CARLOS BARBOSA DO SANTOS**, QUE NESTE JUÍZO TRAMITA DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR REQUERIDO POR REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM FAVOR DO MENOR, **G.C.F.** E COMO CONSTA OS REFERIDOS SÃO GENITORES DA CRIANÇA E NÃO SENDO POSSÍVEL CITÁ-LOS**,** PESSOALMENTE, FICAM OS MESMOS DEVIDAMENTE **CITADOS** PELO PRESENTE EDITAL, PARA NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, COMPARECER A ESTE JUÍZO, SITO À AV. FLORENTINO AVIDOS, Nº 100, VILA RUBIM, NESTA CAPITAL, COM VISTAS A RESPONDER A TODOS OS TERMOS DA AÇÃO, PODENDO OFERECER RESPOSTA NO PRAZO DE LEI, SOB PENA DE REVELIA E SEREM PRESUMIDOS COMO VERDADEIROS OS FATOS NARRADOS PELO AUTORA EM SUA INICIAL, A QUAL SE ENCONTRA EM CARTÓRIO.
E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS, É EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL, QUE TERÁ UMA DE SUAS VIAS AFIXADA NA SEDE DESTE JUÍZO, NO LUGAR DE COSTUME, NA FORMA DA LEI.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE VITÓRIA, CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 21 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2009. EU, ESCREVENTE JURAMENTADA, DIGITEI E IMPRIMIR.

NELSON GOULART MONTEIRO NETO
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE VITÓRIA
CONFORME PROVIMENTO Nº 001 E 002/98

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
FÓRUM DE VITÓRIA
VARA PRIVATIVA DOS REGISTROS PÚBLICOS

EXPEDIENTE 21/09/2009

JUIZ DE DIREITO: DR. RODRIGO CARDOSO FREITAS
PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRª MÁRCIA JACOBSEN FERREIRA DA SILVA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: MÔNICA PEREIRA DE ABREU ACERBI

CARTA PRECATÓRIA
JUÍZO DEPRECANTE: COMARCA DE LINHARES-E.S.
02408042210-8-- MINISTÉRIO PUBLICO ESTADUAL EM FACE DE JOSE CARLOS GRATZ.- INTIMEM-SE **DRª ANDRESSA A. M. OLIVEIRA CAODURO, OAB/ES 9108**, **DRª MÁRCIA LEAL DE FARIAS, OAB/ES 7809, DR. FERNANDO JOSÉ DA SILVA, DR. HOMERO JUNGER MAFRA, OAB/ES 3175, DR. BRUNO RIBEIRO DE CARVALHO, OAB/ES 9722, DR. ALDENOR ALMEIDA DOS SANTOS, OAB/ES 1924, DR. DURVAL ALBERT, DR. MARCELO SOSSAI, DR. FABRÍCIO CAMPOS**, CONFORME O DESPACHO À SEGUIR TRANSCRITO:"'TENDO EM VISTA A REORGANIZAÇÃO DA PAUTA EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS A META 2 DO CNJ, REDESIGNO A AUDIÊNCIA PARA O **DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2009 ÀS 16:00 HORAS."**

CARTA PRECATÓRIA
JUÍZO DEPRECANTE: COMARCA DE GUARAPARI-E.S.
02409022160-7- UILAS ROBERTO DE ALMEIDA EM FACE DE GUSTAVO ALMEIDA DE OLIVEIRA- INTIMEM-SE **DR. THIAGO GOBBI SERQUEIRA, OAB/ES 12357, DRª MARIA DAS GRAÇAS FRINHANI, OAB/ES 5252, DR. GRAZZIANI FRINHANI RIVA, OAB/ES 9872**, CONFORME O DESPACHO À SEGUIR TRANSCRITO:"'TENDO EM VISTA A REORGANIZAÇÃO DA PAUTA EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS A META 2 DO CNJ, REDESIGNO A AUDIÊNCIA PARA O **DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2009 ÀS 15:00 HORAS."**

CARTA PRECATÓRIA
JUÍZO DEPRECANTE: COMARCA DE EUNAPOLIS-BA
02409025839-3- MARGARIDA OLIVEIRA DE ANDRADE E OUTROS EM FACE DE VALDEMIRO MORAES- INTIMEM-SE **DR. ROBSON DÁROS, OAB/ES 669-B**, PARA A AUDIÊNCIA DO **DIA 24/11/09 AS 14:00 HORAS** NA SALA DE AUDIÊNCIA DA VARA PRIVATIVA DE REGISTROS PÚBLICOS DE VITÓRIA, SITUADA NO 6º ANDAR DO FÓRUM MONIZ FREIRE, RUA MUNIZ FREIRE, CIDADE ALTA, CENTRO - VITÓRIA/ES.

CARTA PRECATÓRIA
JUÍZO DEPRECANTE: COMARCA DE PANCAS-E.S.
02409020408-2- BANESTES SEGUROS S.A. EM FACE DE ELOISIO HOFFMANN- INTIMEM-SE **DR. JOSÉ CARLOS SAID, OAB/ES 5524, DR. JUAREZ RODRIGUES DE BARROS, OAB/ES 8119**, CONFORME O DESPACHO À SEGUIR TRANSCRITO:"'TENDO EM VISTA A REORGANIZAÇÃO DA PAUTA EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS A META 2 DO CNJ, REDESIGNO A AUDIÊNCIA PARA O **DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009 ÀS 16:00 HORAS."**

CARTA PRECATÓRIA
JUÍZO DEPRECANTE: COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO-S.P.
02409016905-3- VITÓRIA JULIA SALOME MARTINS EM FACE DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO- INTIME-SE **DR. CARLOS ROBERTO DE LIMA**, **OAB/SP 219.137**, PARA INFORMAR DA REDESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA PARA O **DIA 03/11/09 AS 15:00 HORAS** NA SALA DE AUDIÊNCIA DA VARA PRIVATIVA DE REGISTROS PÚBLICOS DE VITÓRIA, SITUADA NO 6º ANDAR DO FÓRUM MONIZ FREIRE, RUA MUNIZ FREIRE, CIDADE ALTA, CENTRO - VITÓRIA/ES.

CARTA PRECATÓRIA
JUÍZO DEPRECANTE: COMARCA DE TAGUATINGA-D.F.
02409010176-7- GUILHERME BORGES- REP. POR MARIA APARECIDA BORGES EM FACE DE OTON TALES DE JESUS RANGEL-INTIMEM-SE **DR. OTTO BARCELLOS RANGEL JUNIOR, OAB/ES 12620 E DR. LUIZ CLAUDIO MORANDI IACONO, OAB/ES 12661, DRª FERNANDA VIEIRA SOUZA, OAB/ES 15.097**, CONFORME O DESPACHO À SEGUIR TRANSCRITO:"'TENDO EM VISTA A REORGANIZAÇÃO DA PAUTA EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS A META 2 DO CNJ, REDESIGNO A AUDIÊNCIA PARA O DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009 ÀS 15:00 HORAS."

CARTA PRECATÓRIA
JUÍZO DEPRECANTE: COMARCA DE IBIRAÇU-E.S.
02409021176-4- ANDREIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS EM FACE DE PLUNA LINEAS AEREAS URUGUAYAS S.A.- INTIMEM-SE **DR. MARCIO DELL'SANTO, OAB/ES 6625 E DR. CARLOS PAIVA, OAB/ES 103.435**, CONFORME O DESPACHO `A SEGUIR TRANSCRITO: "TENDO EM VISTA A REORGANIZAÇÃO DA PAUTA EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS A META 2 DO CNJ, REDESIGNO A AUDIÊNCIA PARA O **DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2009 ÀS 14:00 HORAS."**

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DE VITÓRIA

EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
PRAZO DE TRINTA DIAS

PROCESSO Nº 024.030.220.412
AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
REQTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
REQDO: ROBSON RODRIGUES PEREIRA E OUTROS

O **MM. JUIZ DE DIREITO** DA PRIMEIRA VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOME - ACÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO DA PRIMEIRA VARA DOS FEITOS DA FAZENDA **PUBLICA ESTADUAL** DE VITÓRIA SE PROCESSAM OS AUTOS DA **AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**, REQUERIDA PELO **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** EM FACE DE **ROBSON RODRIGUES PEREIRA** E OUTROS, EXPEDIU-SE O PRESENTE EDITAL COM FIM DE INTIMAR/CITAR: 1)UBALDO SALGADO, BRASILEIRO, DESQUITADO, AGROPECUARISTA, CPF (MF) Nº 525.531.248-72.SSP/SP, SÓCIO DA FIRMA SHOPPING LIMPE, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, QUE TRAMITA NESTA VARA A PRESENTE AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA FICANDO **CITADO/INTIMADO** DA PRESENTE AÇÃO, QUERENDO OFERECER CONTESTAÇÃO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 17, § 9º, DA LEI 8.429/92, TUDO EM CONFORMIDADE COM R. DECISÃO EXARADA ÀS FLS. 1701/1704
CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE VITÓRIA, CAPITAL E ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS DEZOITO (18) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO (09) DE 2009. EU ESCRIVÃ JUDICIÁRIA,DIGITEI E SUBSCREVI.

LEONARDO ALVARENGA DA FONSECA
JUIZ DE DIREITO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DE VITÓRIA
COMARCA DA CAPITAL DE ENTRANCIA ESPECIAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/INTIMAÇÃO
PRAZO DE TRINTA DIAS
TRÊS PUBLICAÇÕES CONSECUTIVAS

PROCESSO Nº 024.06.008362-3
AÇÃO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REQUERIDO: A.G.C. E OUTROS

O **MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DE VITÓRIA**, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI.

FAZ SABER AOS QUE DO PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE TIVEREM CONHECIMENTO, QUE POR ESTE JUÍZO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DA COMARCA DE VITÓRIA PROCESSA-SE A **AÇÃO POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Nº 024.06.008362-3**, MOVIDA PELO **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** EM FACE DE **AQUILES GONÇALVES COELHO, ANTÔNIO CORREIA DE ALMEIDA E OUTROS**, TENDO EXPEDIDO-SE O PRESENTE EDITAL COM A FINALIDADE DE **NOTIFICAR/INTIMAR** AS PARTES A SEGUIR, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO: AQUILES GONÇALVES COELHO, BRASILEIRO, CASADO, ENGENHEIRO DE MINAS, CPF 168.795.976-53 E RG M-395.826 E ANTÔNIO CORREIA DE ALMEIDA, BRASILEIRO, CPF 019.522.505-87 E RG 550029, FICANDO OS MESMOS DEVIDAMENTE **INTIMADOS** DA DECISÃO PROFERIDA ÀS FLS. 717/732, QUE ORDENOU A NOTIFICAÇÃO DOS REQUERIDOS E ACOLHEU O PEDIDO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS FORMULADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. FICA AINDA OS RÉUS AQUILES GONÇALVES COELHO E ANTÔNIO CORREIA DE ALMEIDA INTIMADOS PARA, QUERENDO, APRESENTAREM MANIFESTAÇÃO PRÉVIA, NA FORMA DO ARTIGO 17, § 7º, DA LEI Nº 8.429/92. EM CONFORMIDADE COM O DESPACHO DE FLS. 3375, QUE ORDENOU A NOTIFICAÇÃO POR EDITAL.

CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO NA CIDADE DE VITÓRIA, CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2009. EU, REGINA CYPRIANO LIMA, CHEFE DE SECRETARIA, SUBSCREVO.

JUIZ DE DIREITO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DE VITÓRIA

EXPEDIENTE: 22 /09/2009

JUIZ DE DIREITO: EXMO. SR. DR. ARTHUR JOSÉ NEIVA DE A

LMEIDA: DR. MANOEL MILAGRES DA SILVA E DR. MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER.
CHEFE DE SECRETARIA: REGINA CYPRIANO LIMA

NA FORMA DO ARTIGO 236 C/C ARTIGO 1.216 DO CPC.

ÍNDICE NOMINAL EM ORDEM ALFABÉTICA DOS ADVOGADOS INTIMADOS, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 027/97 E CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, ARTIGO 55.

1- DR. LIVIO OLIVEIRA RAMALHO, OAB/ES 13.187 X DR RODRIGO LOUREIRO MARTINS, OAB/ES 1322
024090090226 - RODOSOL - CONCESSIONARIA ROD
OVIA DO SOL S/A X DEPARTAMENTO DE ESTRASAS E RODAGEM DO ESTADO DO ESP. SANTO
INTIMAR: PARA CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O **DIA 30/09/2009, ÀS 14H**, FICANDO INTIMADOS PARA O ATO.

REGINA CYPRIANO LIMA
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS DE VITÓRIA

JUIZ DE DIREITO: DR. JOSÉ LUIZ DA COSTA ALTAFIM
CHEFE DE SECRETARIA: MARIA APARECIDA PEIXOTO CONCINIO AZEVEDO
SECRETÁRIA DE GABINETE: MARIA DAS GRAÇAS LEMOS ABREU

LISTA N.º 12-A/2009

RELAÇÃO DOS ADVOGADOS INTIMADOS, NA FORMA DO PROVIMENTO N.º 027/97 E CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DESTE ESTADO

EXPEDIENTE DE 22/09/2009

INTIMO:

DR JERÔNYMO DE BARROS ZANANDRÉA
DRª DENISE PEÇAMHA SARMENTO DOGLIOTTI
DR. DANIEL RANGEL EMMERICK OLIVEIRA
DR. RAFAEL FEITOSA DA MATA
DR JOÃO APRÍGIO MENEZES
DRª ANAMÉLIA GRAFANASSI MOREIRA
DR WELLINGTON MARIN SANTOS
DR. ADRIANO DE QUEIROZ MORAES
DR VASCO ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR
DR LUIZ FELIPE ZOUAIN FINAMORE SIMONI
DRª.ANDREA CARIAS DA SLVA DEGENÁRIO
DRª MARIANA MARTINS BARROS
DRª JULIANA PINTO DE OLIVEIRA
DR MARCELO PAGANI DEVENS
DRª LEILA RUSCIOLLE PAIVA RIBEIRO DE ASSIS
DR NILTON ALVES DE SOUZA
DRª FLÁVIA MOTTA PRETTI
DR. JOÃO CARLOS ANDRADE CYPRESTE
DR. MARCUS SILVA VINICIUS ARAÚJO
DR.FÁBIO FONSECA PINHEIRO DE LACERDA

PROCESSO N.º 024.050.053.602 E APENSOS
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADO: JAGUARUSSU AREAL LTDA. MEE
DR JERONYMO DE BARROS ZANANDRÉA OAB/ES 4204
FINS: PARA SE MANIFESTAR SOBRE A PROMOÇÃO DE FLS. 67/68/69 QUE APURA O EXATO VALOR PENHORADO ATÉ ESTA FASE, CONFORME PETIÇÃO NOS AUTOS, BEM COMO INFORMA SOBRE AS EXECUÇÕES OBJETOS DE REMISSÃO PELA LEI 9081/2008.

PROCESSO N.º 024.080.077.407
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADO: CASAS GIACOMIN LTDA. E SEUS SÓCIOS
DRª DENISE PEÇAMHA SARMENTO DOGLIOTTI OAB/ES 4515
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 38/39 QIUE CONHECE DOS EMBARGOS APRESENTADOS, MAS NEGA-LHE PROVIMENTO, PERMANECENDO A DECISÃO TAL COMO LANÇADA.

PROCESSO N.º 024.090.165.721
EXEQUENTE/EMBARGADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADO/EMBARGANTE: LIVRARIA EVANGÉLICA BELÉM E SEUS SÓCIOS
DR. DANIEL RANGEL EMMERICK OLIVEIRA OAB/ES 14.121
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 33 QUE INTIMA OS EMBARGANTES, PARA EMENDAR A INICIAL, NOS TERMOS DO ART. 282, INC. V E VII E, 258 DO CPC, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

PROCESSO N.º 024.060.224.185
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: DIMPEL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. E SEUS **SÓCIOS**
DR. RAFAEL FEITOSA DA MATA OAB/ES 14.236
FINS: PARATOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 32/33 QUE REJEITA OS BENS OFERTADOS E INTIMA OS EXECUTADOS PARA NOMEAREM OUTRO BEM À PENHORA, DEVENDO OBEDECER A GRADAÇÃO PREVISTA NO ART. 11 DA LEI 6830/80.

PROCESSO N.º 024.060.221.744
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: ITABIRA AGRO INDUSTRIAL SA E SEUS SÓCIOS
DR JOÃO APRÍGIO MENEZES OAB/ES 1599
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 67/68 QUE REJEITA OS BENS OFERTADOS ÀS FLS. 08/09.

PROCESSO N.º 024.080.364.235
EXEQUENTE/EMBARGADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA/EMBARGANTE: JOSÉ SATHLER NETO
DRª ANAMÉLIA GRAFANASSI MOREIRA OAB/ES 14.470
FINS:PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESAPCHO DE FLS. 132 QUE INTIMA O EMBARGANTE PARA DIZER SOBRE A IMPUGNAÇÃO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS E, PARA, QUERENDO, ESPECIFICAR AS PROVAS PERTINENTES QUE PRETENDE PRODUZIR.

PROCESSO N.º 024.080.134.828
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADO: CASAS GIACOMIN LTDA. E SEUS SÓCIOS
DRª DENISE PEÇANHA SARMENTO DOGLIOTTI OAB/ES 4515
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 40 QUE INTIMA A ILUSTRE ADVOGADA PARA JUNTAR AOS AUTOS INSTRUMENTO PROCURATÓRIO, CONFORME DETERMINAÇÃO DO ART. 37 DO CPC, SOB PENA DAS MEDIDAS CABÍVEIS EM LEI.

PROCESSO N.º 024.070.303.466
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: UNIFABRIL CONFECÇÕES LTDA. E SEUS SÓCIOS
DR WELLINGTON MARIN SANTOS OAB/ES 10.771
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 35 QUE INTIMA A EMPRESA EXECUTADA E A SÓCIA EXECUTADA PARA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS JUNTAR AOS AUTOS CERTIDÃO NEGATIVA DE ÔNUS DOS BENS IMÓVEIS OFERECIDOS À PENHORA.

PROCESSO N.º 024.040.235.681
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: CASAS GIACOMIM LTDA. E SEUS SÓCIOS
DR.ª DENISE PEÇANHA SARMENTO DOGLIOTTI OAB/ES 4515
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 40 QUE INTIMA A ILUSTRE ADVOGADA PARA JUNTAR AOS AUTOS INSTRUMENTO PROCURATÓRIO, CONFORME DETERMINAÇÃO DO ART. 37 DO CPC, SOB PENA DAS MEDIDAS CABÍVEIS EM LEI.

PROCESSO N.º 024.080.261.647
EXEQUENTE/EMABRGADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: FORCA S COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. ME MEE E SEU SÓCIO
EMBARGANTE: PEDRO HERNESTO RANGEL ALVES JUNIOR

DR. ADRIANO DE QUEIROZ MORAES OAB/ES12578
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 41 QUE INTIMA PARA DIZER SE HÁ PROVAS A SEREM PRODUZIDAS.

PROCESSO N.º 024.060.013.125
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: HUBER CARLOS COIMBRA
DR VASCO ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR OAB/ES 1242
FINS: PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 198/199 QUE JULGA EXTINTA A PRESENTE AÇÃO POR ILETIMIDADE ATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NA COBRANÇA DA DÍVIDA DEMONMSTRADA NA CDA DE FLS. 03, Nº 5973/2004, EXTINGUINDO O PROCESSO NA FORMA DO ART. 267, VIDO CPC.

PROCESSO N.º 024.090.219.643
EXEQUENTE/EMBARGADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA/EMBARGANTE:EURO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS SA E SEUS SÓCIOS
DR LUIZ FELIPE ZOUAIN FINAMORE SIMONI OAB/ES 9068
FINS: PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAISNO VALOR DE R$ 121,93 (CENTO E VINTE E UM REAIS E NOVENTA E TRES CENTAVOS), SUJEITAS A ATUALIZAÇÃO, SOB PENA DE BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO DOS PRESENTES AUTOS.

PROCESSO N.º 024.040.151.797
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: NUNES DOS SANTOS E CIA LTDA. E SEUS SÓCIOS
DRª.ANDREA CARIAS DA SLVA DEGENÁRIO OAB/ES 8819
FINS:PARA VISTA DOS AUTOS CONFORME PETIÇÃO DE FLS. 170/171.

PROCESSO N.º 024.070.012.067
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: UNIFABRIL CONFECÇÕES LTDA. MEE E SEUS SÓCIOS
DR WELLINGTON MARIN SANTOS OAB/ES Nº 10.771
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 31 QUE INTIMA PARA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS JUNTAR AOS AUTOS CERTIDÃO NEGATIVA DE ÔNUS DOS BENS IMÓVEIS OFERECIDOS À PENHORA E, AINDA, INTIMA PARA JUNTAR AOS AUTOS INSTRUMENTO PROCURATÓRIO, CONFORME DETERMINAÇÃO DO ART. 37 DO CPC, SOB PENA DAS MEDIDAS CABÍVEIS EM LEI.

PROCESSO N.º 024.070.644.083
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: IMAFAR INSTITUTO DE MANIPULAÇÃO FARMACEUTICA LTDA. E SEUS SÓCIOS
EXECUTADO: HUGO GUEDES DE SOUZA
DRª MARIANA MARTINS BARROS OAB/ES 9503
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 57 A SEGUIR TRANSCRITO:" INTIME-SE O EXECUTADO, POR SEU PATRONO LEGAL, PARA COMPROVAR O ALEGADO ÀS FLS. 40/55,, NOS TERMOS DO ART. 655-A,§2º DO CPC.

PROCESSO N.º 024.070.254.784
EXEQUENTE/EMBARGADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA/EMBARGANTE: CASAS GIACOMIN E SEUS SÓCIOS
DRª JULIANA PINTO DE OLIVEIRA OAB/ES 13.450
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 14 QUE INTIMA PARA EMENDAR A INICIAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 282, INCISOS III, IV,V, VI E VII, 283 E 258 DO CPC, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO .

PROCESSO N.º 024.080.395.783
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: TELEMAR NORTE LESTE SA E SEUS SÓCIOS
DR MARCELO PAGANI DEVENS OAB/ES 8392
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 81 QUE INTIMA PARA, QUERENDO, OPRESENTAR SEUS EMBARGOS À EXECUÇÃO.

PROCESSO N.º 024.070.587.290
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADO: CIA IMPORTADORA E EXPORTADORA COIMEX E E SEUS SÓCIOS
DRª LEILA RUS CIOLLE PAIVA RIBEIRO DE ASSIS OAB/ES 6438
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 100/105 QUE INDEFERE A EXCEÇÃO DE PRE´-EXECUTIVIDADE OPOSTA, POR NÃO VISLUMBRAR NO TÍTULO EXEQUENDO A AUSÊNCIA DE QUALQUER UM DOS REQUISITOS EXIGÍVEIS, QUAIS SEJA,, OS DE LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE, A TEOR DO ART.586. DO CPC.

PROCESSO N.º 024.070.194.600
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: CASAS GIACOMIM LTDA. E SEUS SÓCIOS
DR.ª DENISE PEÇANHA SARMENTO DOGLIOTTI OAB/ES 4515
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 23 QUE INTIMA A ILUSTRE ADVOGADA PARA JUNTAR AOS AUTOS INSTRUMENTO PROCURATÓRIO, CONFORME DETERMINAÇÃO DO ART. 37 DO CPC, SOB PENA DAS MEDIDAS CABÍVEIS EM LEI.

PROCESSO N.º 024.070.096.318
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: CASAS GIACOMIM LTDA. E SEUS SÓCIOS
DR.ª DENISE PEÇANHA SARMENTO DOGLIOTTI OAB/ES 4515
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 43 QUE INTIMA A ILUSTRE ADVOGADA PARA JUNTAR AOS AUTOS INSTRUMENTO PROCURATÓRIO, CONFORME DETERMINAÇÃO DO ART. 37 DO CPC, SOB PENA DAS MEDIDAS CABÍVEIS EM LEI.

PROCESSO N.º 024.070.616.479
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: CASAS GIACOMIM LTDA. E SEUS SÓCIOS
DR.ª DENISE PEÇANHA SARMENTO DOGLIOTTI OAB/ES 4515
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 23 QUE INTIMA A ILUSTRE ADVOGADA PARA JUNTAR AOS AUTOS INSTRUMENTO PROCURATÓRIO, CONFORME DETERMINAÇÃO DO ART. 37 DO CPC, SOB PENA DAS MEDIDAS CABÍVEIS EM LEI.

PROCESSO N.º 024.070.660.238
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: CIACAR COM DE VEÍCULOS LTDA. E SEUS SÓCIOS
DR NILTON ALVES DE SOUZA OAB/ES 7239
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 15 QUE ABRE VISTA PARA INDICAR OUTROS BENS PASSÍVEIS DE PENHORA.

PROCESSO N.º 024.050.297.613
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: DIVITORIA COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA. ME MEE E SEUS SÓCIOS
EXECUTADO:JACKSON HENRIQUE ANTONIOLLI
EXECUTADO:JORDANIO HENRIQUE ANTONIOLLI
DRª FLÁVIA MOTTA PRETTI OAB/ES 10.191
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESAPCHO DE FLS. 102 QUE INTIMA OS SÓCIOS EXECUTADOS PARA REGULARIZAREM A PROCURAÇÃO DE FLS. 100.

PROCESSO N.º 024.070.314.539
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA: A&R MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA. E SEUS SÓCIOS
DR. JOÃO CARLOS ANDRADE CYPRESTE OAB/ES 3682
FINS: PARA TOMAT CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS 83 QUE ABRE VISTA AOS EXCIPIENTES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO JUNTADO AOS AUTOS FLS. 48/82.

PROCESSO N.º 024.090.210.790
EXEQUENTE/EMBARGADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADA/EMBARGANTE: CIABRAS COML INDL BRASIL DE ALIMENTOS LTDA. MEE E SEUS SÓCIOS
DR. MARCUS SILVA VINICIUS ARAÚJO OAB/ES 10.237
FINS: PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS 32 QUE INTIMA PARA EMENDAR A INICIAL, NOS TERMOS DO ART. 282, INCISOS V E VII, E 258 DO CPC, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS E, AINDA, JUNTAR AOS AUTOS DOCUMENTO PROCURATÓRIO, CONFORME DETERMINAÇÃO DO ART. 37 DO CPC, SOB PENA DAS MEDIDAS CABÍVEIS EM LEI.

PROCESSO N.º 024.090.266.115
EXEQUENTE:/EMBARGADO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXECUTADA/EMBARGANTE: ELUMA SA INDUSTRIA E COMÉRCIO E SEUS SÓCIOS
DR.FÁBIO FONSECA PINHEIRO DE LACERDA OAB/ES 12.841
FINS: PARA COMPROVAR O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS NO VALOR DE R$1.124,65 (HUM MIL CENTO E VINTE E QUATRO REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS), SUJEITO A ATUALIZAÇÃO, SOB PENA DE BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO.

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

MARIA APARECIDA PEIXOTO CONCÍNIO AZEVEDO
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AUDITORIA DE JUSTIÇA MILITAR

AUDIÊNCIAS DE INTERROGATÓRIO/SUMÁRIOS DESIGNADAS PARA O MÊS DE OUTUBRO DE 2009

JUIZ AUDITOR: DR. GETÚLIO MARCOS PEREIRA NEVES
PROMOTORES: DRª. LAUANDA ABDALA BRANDÃO DA COSTA BELLUCIO
DRª. KARLA DIAS SANDOVAL
ESCRIVÃ-SECRETÁRIA: ROSINÉIA ARMANI LEAL - TEN PM

PELO PRESENTE, FICAM INTIMADOS OS SENHORES ADVOGADOS PARA AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS ABAIXO, DE ACORDO COM O PROV. 014/99 E CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA:

ARILDO RAMALHO MARQUES, OAB/ES 12.820
CLEVERSON MATTIUZI FARAGE, OAB/ES 12.997
CHRISTINA MAGALHÃES DO CARMO HOLLANDA, OAB/ES 11.663
ELIAIDINA WAGNA O. DA SILVA MATOS, OAB/ES 7558
ISAAC PANDOLFI, OAB/ES 10.550
JOÃO HERNANI DE MIRANDA GIURIZATTO, OAB/ES 2921
JOHNNY ESTEFANO R. LIEVORI, OAB/ES 10.546
JOSÉ MÁRIO VIEIRA, OAB/ES 7275
LARISSA PORTUGAL AMARAL GUIMARÃES, OAB/ES 9542
LUIZ FELIPE LYRIO PERES, OAB/ES 11.095
MARCELA CLIPES, OAB/ES 13.224
MARIA DE LOURDES ASSIS SOUZA, OAB/ES 7880
MONICA MOTA SANTANA, OAB/ES 9256
NARJARA VIEIRA LESSA FROSSARD, OAB/RJ 132.680
NILTON VASCONCELLOS JÚNIOR, OAB/ES 9605
RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490
ROBERTO GOTARDO MOREIRA, OAB/ES 9020
SEBASTIÃO TOMÉ FREIRE, OAB/ES 11.481
VICTOR SANTOS ABREU, OAB/RJ 131.195
VINÍCIUS PANCRÁCIO MACHADO COSTA, OAB/ES 9849

01) PROC. Nº 024.070.265.483 - AJMES - ART. 265/266, DO CPM.
ACUSADO: JOSÉ LAERTE PAIVA FILHO
VÍTIMA: O PATRIMÔNIO PÚBLICO
ADVOGADO: DR. ROBERTO GOTARDO MOREIRA, OAB/ES 9020
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 01/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

02) PROC. Nº 024.070.045.026 - AJMES - ART. 265/266, DO CPM.
ACUSADO: WILSON RODRIGUES DA SILVA
VÍTIMA: PATRIMÔNIO PÚBLICO
ADVOGADO: DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490
SUMÁRIO DE DEFESA: **DIA 01/10/2009, ÀS 14:00 HORAS**

03) PROC. Nº 024.080.344.674 - AJMES - ART. 265/266, DO CPM.
ACUSADO: CARLOS ALBERTO OLIVEIRA BORGES
VÍTIMA:O PATRIMÔNIO
ADVOGADO: DR. JOÃO HERNANI DE MIRANDA GIURIZATTO, OAB/ES 2921
INTERROGATÓRIO: **DIA 01/10/2009, ÀS 14:30 HORAS**

04) PROC. Nº 024.090.202.706 - AJMES - ART. 243, §1º, DO CPM (7X).
ACUSADO: ADRIANO WILLIANS LUPPI / ELIAS DE OLIVEIRA NUNES
VÍTIMA: PATRIMÔNIO PÚBLICO
ADVOGADO: DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490, DR. NILTON VASCONCELLOS JR., OAB/ES 9605
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 01/10/2009, ÀS 14:45 HORAS**

05) PROC. Nº 024.080.236.615 - AJMES - ART. 265, NA FORMA PREVISTA NO ART. 266, DO CPM.
ACUSADO: WDSON FERREIRA DA SILVA
VÍTIMA: O PATRIMÔNIO
ADVOGADO: A CONSTITUIR
INTERROGATÓRIO: **DIA 01/10/2009, ÀS 15:00 HORAS**

06) PROC. Nº 024.090.122.458 - AJMES - ART. 319, DO CPM.
ACUSADO: AEZIO BORGES
VÍTIMA: A ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADO: A CONSTITUIR
INTERROGATÓRIO: **DIA 01/10/2009, ÀS 15:30 HORAS**

07) PROC. Nº 024.020.054.915 - AJMES - ART. 298, DO CPM.
ACUSADOS: ELSON DE OLIVEIRA BATISTA
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADOS: A CONSTITUIR
INTERROGATÓRIO: **DIA 05/10/2009, ÀS 13:00 HORAS**

08) PROC. Nº 024.080.018.518 - AJMES - ART. 265 C/C 266, DO CPM.
ACUSADO: WELLINGTON DOS SANTOS ALVARENGA
VÍTIMA: O PATRIMÔNIO
ADVOGADO: DR. DOUGLAS ROCHA RUBIM, OAB/ES 9851, DR. JOSÉ MÁRIO VIEIRA, OAB/ES 7275
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 05/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

09) PROC. Nº 024.060.183.613 - AJMES - ART. 315, NA FORMA DOS ART. 53 E 80, TODOS DO CPM.
ACUSADO: MAGNO DOS SANTOS BELLATO / GESSI BERNARDO DE OLIVEIRA
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADO: DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490, DR. ISAAC PANDOLFI, OAB/ES 10.550
SUMÁRIO DE DEFESA: **DIA 05/10/2009, ÀS 14:30 HORAS**

10) PROC. Nº 024.060.009.834 - AJMES - ART. 265/266, DO CPM.
ACUSADO: MÁRCIO JANN
VÍTIMA: O PATRIMÔNIO PÚBLICO
ADVOGADO: DRª MARIA DE LOURDES ASSIS SOUZA, OAB/ES 7880
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 05/10/2009, ÀS 15:00 HORAS.**

11) PROC. Nº 024.060.183.472 - AJMES - ART. 179, DO CPM.
ACUSADO: VALDEMIR BARBOSA DA SILVA
VÍTIMA: AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR
ADVOGADO: DR. JOÃO HERNANI DE MIRANDA GIURIZATTO, OAB/ES 2921
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO**: DIA 05/10/2009, ÀS 15:30 HORAS**

12) PROC. Nº 024.030.191.712 - AJMES - ART. 298, DO CPM.
ACUSADO: HELDENI SILVA LOPES
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADO: DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO**: DIA 06/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

13) PROC. Nº 024.060.149.606 - AJMES - ART. 223, PARÁGRAFO ÚNICO, ART. 298, C/C ART. 79, TODOS DO CPM.
ACUSADO: HELMAR DOLARINO PEREIRA
VÍTIMA: SEVERINO ALEXANDRE DE BRITO E ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADO: DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 06/10/2009, ÀS 14:00 HORAS**

14) PROC. Nº 024.070.163.837 - AJMES - ART. 319, DO CPM.
ACUSADO: DENIS SARMENTO DA CONCEIÇÃO / EDVAR MOULIN NETO
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADO: DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490, DR. JOÃO HERNANI DE MIRANDA GIURIZATTO, OAB/ES 2921
SUMÁRIO DE DEFESA: **DIA 06/10/2009, ÀS 14:30 HORAS**

15) PROC. Nº 024.070.142.146 - AJMES - ART. 265 E 266, DO CPM.
ACUSADO: MÁRCIO FABRÍCIO FALCÃO DE PAULA
VÍTIMA: O PATRIMÔNIO PÚBLICO
ADVOGADO: DR. ROBERTO GOTARDO MOREIRA, OAB/ES 9020
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 06/10/2009, ÀS 15:00 HORAS**

16) PROC. Nº 024.080.101.660 - AJMES - ART. 319, DO CPM.
ACUSADO: ALESSANDRO DE ARAÚJO RAMOS
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADO: DRª. MARCELA CLIPES, OAB/ES 13.224, DRª. NARJARA VIEIRA LESSA FROSSARD, OAB/RJ 132.680
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 06/10/2009, ÀS 15:30 HORAS**

17) PROC. Nº 024.060.227.063 - AJMES - ART. 209, CAPUT C/C ARTS. 53, DO CPM.
ACUSADO: JOSÉ ROBERTO NOLASCO E SILVA / MARCELO VIEIRA DE OLIVEIRA / GILNEY APARECIDO DA SILVA
VÍTIMA: EDSON SANTA ROSA FILHO
ADVOGADO: DR. ROBERTO GOTARDO MOREIRA, OAB/ES 9020, DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490, DR. JOÃO HERNANI DE MIRANDA GIURIZATTO, OAB/ES 2921
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 07/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

18) PROC. Nº 024.060.227.261 - AJMES - ART. 209, CAPUT, E 217, TODOS DO CPM.
ACUSADOS: EWERTON RODRIGUES NASCIMENTO / JACKSON SILVA MACHADO
VÍTIMA: UASHINGTON SANTOS LIMA
ADVOGADOS: DRª. RIZONETTE MARIA DALEPRANI, OAB/ES 6490, DR. LUIZ FELIPE LYRIO PERES, OAB/ES 11.095, DR. VICTOR SANTOS DE ABREU.
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 07/10/2009, ÀS 14:00 HORAS**

19) PROC. Nº 024.060.084.936 - AJMES - ART. 217, DO CPM.
ACUSADO: EWERTON RODRIGUES NASCIMENTO
VÍTIMA: HEMERSON MARTINS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490, DR. JOÃO HERNANI DE MIRANDA GIURIZATTO, OAB/ES 2921
SUMÁRIO DE DEFESA: **DIA 07/10/2009, ÀS 14:30 HORAS**

20) PROC. Nº 024.080.063.217 - AJMES - ART. 209, CABEÇA (2X), DO CPM.
ACUSADOS: MARCELO RODRIGUES
VÍTIMA: RAMON DOS SANTOS GUEDES E OUTRO
ADVOGADOS: DRª. RIZONETTE MARIA DALEPRANI, OAB/ES 6490
SUMÁRIO DE DEFESA: **DIA 07/10/2009, ÀS 15:00 HORAS**

21) PROC. Nº 024.060.141.876 - AJMES - ART. 209, DO CPM.
ACUSADO: MÁRCIO TYRONE GOMES DE AMORIM / ROBSON DE SOUZA
VÍTIMA: LUAN ALVES DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO:DR. NILTON VASCONCELOS JR. OAB/ES 9605 E DRª LARISSA PORTUGAL AMARAL GUIMARÃES, OAB/ES 9542, DR. VINÍCIOS PANCRÁCIO MACHADO COSTA, OAB/ES 9849
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 07/10/2009, ÀS 15:30 HORAS**

22) PROC. Nº 024.050.274.984 - AJMES - ART. 173, 223, PARÁGRAFO ÚNICO, 303 (4X) E 324, NA FORMA DO 79, TODOS DO CPM.
ACUSADOS: ALDOETE GUEDES SANTANA
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADOS: DR. JOSÉ MÁRIO VIEIRA, OAB/ES 7275, DRª. ELIAIDINA WAGNA O. DA SILVA MATOS, OAB/ES 7558, DRª. MONICA MOTA SANTANA, OAB/ES 9256
SUMÁRIO DE DEFESA: **DIA 08/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

23) PROC. Nº 024.090.067.331 - AJMES - ART. 195, DO CPM.
ACUSADO: ELIAS PEREIRA NASCIMENTO
VÍTIMA: O SERVIÇO E O DEVER MILITAR
ADVOGADO: A CONSTITUIR
INTERROGATÓRIO: **DIA 13/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

24) PROC. Nº 024.080.392.533 - AJMES - ART. 178, §3º, DO CPM.
ACUSADOS: RONALDO JOSÉ DA SILVA
VÍTIMA: AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR
ADVOGADOS: DRª. RIZONETTE MARIA DALEPRANI, OAB/ES 6490
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 13/10/2009, ÀS 14:00 HORAS**

25) PROC. Nº 024.090.074.105 - AJMES - ART. 265/266, DO CPM.
ACUSADO: WAGNER CAETANO SANTOS
VÍTIMA: O PATRIMÔNIO
ADVOGADO: A CONSTITUIR
INTERROGATÓRIO**: DIA 13/10/2009, ÀS 15:00 HORAS**

26) PROC. Nº 024.090.087.578 - AJMES - ART. 195, DO CPM.
ACUSADO: KLEBER EVANGELISTA DE ARAÚJO
VÍTIMA: O SERVIÇO E O DEVER MILITAR
ADVOGADO: A CONSTITUIR
INTERROGATÓRIO: **DIA 13/10/2009, ÀS 15:30 HORAS**

27) PROC. Nº 024.070.275.797 - AJMES - ART. 319 (DUAS VEZES), NA FORMA DO 79, TODOS DO CPM.
ACUSADO: RAMON CALMON QUEDEVEZ BARROSO GOMES
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADO: DR. ARILDO RAMALHO MARQUES, OAB/ES 12.820, DR. JOHNNY ESTEFANO R. LIEVORI, OAB/ES 10.546
SUMÁRIO DE DEFESA: **DIA 15/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

28) PROC. Nº 024.060.313.285 - AJMES - ART. 209 C/C ARTIGO 53, AMBOS DO CPM.
ACUSADO: ANTONIO CESAR DE OLIVEIRA SIMÕES / WASHINGTON AMORIM DA SILVA
VÍTIMA: PABLO DAMASCENO SALES
ADVOGADO: DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490, DR. SEBASTIÃO TOMÉ FREIRE, OAB/ES 11.481
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 15/10/2009, ÀS 14:00 HORAS**

29) PROC. Nº 024.070.020.847 - AJMES - ART. 209, §2º, DO CPM.
ACUSADO: MAX VIEIRA ALVARENGA / VANDERLEI FRANCISCO
VÍTIMA: TAÍS NASCIMENTO LAURETTI
ADVOGADO: DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490, DR. CLEVERSON MATTIUZI FARAGE, OAB/ES 12.997
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 15/10/2009, ÀS 14:30 HORAS**

30) PROC. Nº 024.080.147.366 - AJMES - ART. 209, CABEÇA, DO CPM.
ACUSADO: OLIVÉRIO LEMOS SANTANA
VÍTIMA:LUCAS COSTA ARAÚJO
ADVOGADO: A CONSTITUIR
INTERROGATÓRIO: **DIA 15/10/2009, ÀS 15:30 HORAS**

31) PROC. Nº 024.080.265.713 - AJMES - ART. 265/266, DO CPM.
ACUSADO: ELIAS BARBOSA DA SILVA
VÍTIMA: O PATRIMÔNIO
ADVOGADO: DR. ROBERTO GOTARDO MOREIRA, OAB/ES 9020
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 19/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

32) PROC. Nº 024.060.305.752 - AJMES - ART. 179, NA FORMA DO 53, TODOS DO CPM.
ACUSADO: CÉSAR TADEU DA SILVA VIDIGAL / LEONARDO GARRETI PEREIRA
VÍTIMA: AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR
ADVOGADO: DR. ROBERTO GOTARDO MOREIRA, OAB/ES 9020
INTERROGATÓRIO/SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 19/10/2009, ÀS 14:30 HORAS**

33) PROC. Nº 024.090.122.409 - AJMES - ART. 321, DO CPM.
ACUSADO: CARLOS EDUARDO MARIANO / MAURO CÉSAR GOMES
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADO: A CONSTITUIR
INTERROGATÓRIO: **DIA 19/10/2009, ÀS 15:30 HORAS**

34) PROC. Nº 024.080.246.382 - AJMES - ART. 312, DO CPM.
ACUSADO: RONALDO COSTA DOS SANTOS
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADO: DR. ROBERTO GOTARDO MOREIRA, OAB/ES 9020
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 20/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

35) PROC. Nº 024.080.258.437 - AJMES - ART. 265 C/C 266, DO CPM.
ACUSADO: FRANCISCO DE ASSIS SILVA

VÍTIMA: O PATRIMÔNIO
ADVOGADO: DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO**: DIA 20/10/2009, ÀS 14:30 HORAS**

36) PROC. Nº 024.070.605.407 - AJMES - ART. 265 C/C 266, DO CPM.
ACUSADO: NIVALDO FABRES
VÍTIMA: O PATRIMÔNIO
ADVOGADO: DR. ROBERTO GOTARDO MOREIRA, OAB/ES 9020
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 20/10/2009, ÀS 15:00 HORAS**

37) PROC. Nº 024.080.310.089 - AJMES - ART. 209, "CAPUT" DO CPM.
ACUSADO: JAIRO DE CASTRO
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADO: DRª. CHRISTINA MAGALHÃES DO CARMO HOLLANDA, OAB/ES 11.663
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 21/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

38) PROC. Nº 024.070.284.054 - AJMES - ART. 303, DO CPM.
ACUSADO: JOSÉ EDUARDO BORGES DA COSTA
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADO: DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490
INTERROGATÓRIO: **DIA 21/10/2009, ÀS 14:30 HORAS**

39) PROC. Nº 024.080.258.445 - AJMES - ART. 209, CABEÇA, DO CPM.
ACUSADO: EVANDRO BATISTA DA SILVA
VÍTIMA: JOSÉ MARIA MORATTI KENNEDY
ADVOGADO:DR. NILTON VASCONCELLOS JR. OAB/ES 9605
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 21/10/2009, ÀS 15:00 HORAS**

40) PROC. Nº 024.080.323.272 - AJMES - ART. 333, DO CPM.
ACUSADO: MARCOS ANTÔNIO CARDOSO / WENDER CHIEPPER DIAS
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADO: DRª. RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490
SUMÁRIO DE ACUSAÇÃO: **DIA 21/10/2009, ÀS 15:30 HORAS**

VITÓRIA/ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

ROSINÉIA ARMANI LEAL - TEN PM
ESCRIVÃ-SECRETÁRIA DA AJMES

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AUDITORIA DE JUSTIÇA MILITAR

AUDIÊNCIAS DE JULGAMENTO
DESIGNADAS PARA O MÊS DE OUTUBRO DE 2009

JUIZ AUDITOR: DR. GETÚLIO MARCOS PEREIRA NEVES
PROMOTORES: DRª. LAUANDA ABDALA BRANDÃO DA COSTA BELLUCIO
DRª. KARLA DIAS SANDOVAL
ESCRIVÃ-SECRETÁRIA: ROSINÉIA ARMANI LEAL - TEN PM

NA FORMA DO ART. 431 DO CPPM, FAÇO SABER QUE O CONSELHO DE JUSTIÇA MILITAR DA PMES SE REUNIRÁ NAS DATAS ASSINALADAS PARA JULGAMENTO DOS FEITOS EM PAUTA, FICANDO INTIMADOS OS ADVOGADOS, DE ACORDO COM O PROV. 014/99 E CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA:

ANA CRISTINA MILHOLI BARCELOS, OAB/ES 8781
CHRISTINA MAGALHÃES DO CARMO HOLLANDA, OAB/ES 11.663
EDIVAN FOSSE DA SILVA, OAB/ES 12.743
EDGARD VALLE DE SOUZA, OAB/ES 8522
EDNA DOS SANTOS NASCIMENTO, OAB/ES 7668
ELIO SANTANA BATISTA FILHO, OAB/ES 6758
JOÃO HERNANI MIRANDA GIURIZATTO, OAB/ES 2921
JORGE SANTOS IGNÁCIO JÚNIOR, OAB/ES 7613
JOSÉ MÁRIO VIEIRA, OAB/ES 7275
JUNO ÁVILA, OAB/ES 2317
NILTON VASCONCELLOS JÚNIOR, OAB/ES 9605
RAQUEL COLA GRÉGGIO, OAB/ES 13.820
RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6490
ROBERTO GOTARDO MOREIRA, OAB/ES 9020
TÂNIA MARIA PEREIRA GONÇALVES, OAB/ES 3661

01) PROC. Nº 024.060.109.337 - AJMES - ART. 319, DO CPM
ACUSADO: EDILSON BARCELOS CHAGAS
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADOS: DRª EDIVAN FOSSE DA SILVA, OAB/ES 12.743
JULGAMENTO: **DIA 02/10/2009, ÀS 09:00 HORAS**

02) PROC. Nº 024.040.181.091 - AJMES - ART. 216 C/C ART. 218, INC. III E IV, C/C ART. 80 E ART. 214, C/C 218, INC. III E IV, C/C ART. 80, TODOS DO CPM
ACUSADO: OILDES LIMA RIBEIRO
VÍTIMA: CLEMILSON DA SILVA PEREIRA E OUTROS
ADVOGADOS: DR. ROBERTO GOTARDO MOREIRA, OAB/ES 9020, DR. EDGARD VALLE DE SOUZA, OAB/ES 8522
JULGAMENTO: **DIA 02/10/2009, ÀS 10:00 HORAS**

03) PROC. Nº 024.050.166.933 - AJMES - ART. 315 E 332, AMBOS DO CPM
ACUSADO: ROGÉRIO CAMILO
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADOS: DRª RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6.490, DRª EDNA DOS SANTOS NASCIMENTO, OAB/ES 7668.
JULGAMENTO: **DIA 02/10/2009, ÀS 11:00 HORAS**

04) PROC. Nº 024.050.228.337 - AJMES - ART. 176, 70, II, "B" E "I", NA FORMA DO ART. 79, TODOS DO CPM.
ACUSADO: SEBASTIÃO ALEIXO SANTOS BATISTA
VÍTIMA: AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR/JUSCELIO NASCIMENTO PORTO
ADVOGADOS: DR ELIO SANTANA BATISTA FILHO,OAB/ES 6758 / DRª ANA CRISTINA MILHOLI BARCELOS, OAB/ES 8781 E DRª JUNO AVILA OAB/ES 2317
JULGAMENTO: **DIA 08/10/2009, ÀS 14:30 HORAS**

05) PROC. Nº 024.990.132.839 - AJMES - ART. 312, C/C 53, DO CPM.
ACUSADO: ADAUTO LUIZ DE SOUZA
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR
ADVOGADOS: DRª TÂNIA MARIA PEREIRA GONÇALVES, OAB/ES 3661 / DR. JORGE SANTOS IGNÁCIO JÚNIOR, OAB/ES 7613
JULGAMENTO: **DIA 08/10/2009, ÀS 15:30 HORAS**

06) PROC. Nº 024.070.154.984 - AJMES - ART. 265/266, DO CPM.
ACUSADO: WANDERLEY CORREIA
VÍTIMA: O PATRIMÔNIO
ADVOGADOS: DRª RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6.490, DR. JOÃO HERNANI DE MIRANDA GIURIZATTO, OAB/ES 2921.
JULGAMENTO: **DIA 09/10/2009, ÀS 09:00 HORAS**

07) PROC. Nº 024.060.249.950 - AJMES - ART. 206, DO CPM.
ACUSADO: MANOEL DA SILVA NUNES
VÍTIMA: ADAUTO MENEGUETTI BITENCOURT
ADVOGADOS: DRª RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6.490
JULGAMENTO: **DIA 09/10/2009, ÀS 10:00 HORAS**

08) PROC. Nº 024.050.009.935 - AJMES - ART. 187, DO CPM
ACUSADO: WALTER FERNANDES PEREIRA
VÍTIMA: O SERVIÇO E O DEVER MILITAR
ADVOGADOS: DR. NILTON VASCONCELLOS JÚNIOR, OAB/ES 9605
JULGAMENTO: **DIA 09/10/2009, ÀS 11:00 HORAS**

09) PROC. Nº 024.020.115.408 - AJMES - ART. 205, C/C ART. 37, TODOS DO CPM.
ACUSADO: ROBERTO DAS DORES DE ALMEIDA
VÍTIMA: ROGÉRIO NICODEMUS VENTURA
ADVOGADO: DRª. RAQUEL COLA GRÉGGIO, OAB/ES 13.820, DRª. EDNA DOS SANTOS NASCIMENTO, OAB/ES 7668.
JULGAMENTO: **DIA 13/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

10) PROC. Nº 024.030.079.693 - AJMES - ART. 304 E 307 C/C 53, TODOS DO CPM
ACUSADO: ANDRÉ LUIZ SANTOS MIRANDA / MÁRIO BARCELOS BRAGANÇA / PAULO CÉSAR VIEIRA
VÍTIMA: ADMINISTRAÇÃO MILITAR

ADVOGADOS: DR. NILTON VASCONCELLOS JÚNIOR, OAB/ES 9605, DR. ROBERTO GOTARDO MOREIRA, OAB/ES 9020, DR. JOSÉ MÁRIO VIEIRA, OAB/ES 7275
JULGAMENTO: **DIA 14/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

11) PROC. Nº 024.080.118.433 - AJMES - ART. 178, DO CPM.
ACUSADO: ROGÉRIO RODRIGUES ROCHA
VÍTIMA: AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR
ADVOGADOS: DRª RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6.490, DR. JOÃO HERNANI DE MIRANDA GIURIZATTO, OAB/ES 2921.
JULGAMENTO: **DIA 16/10/2009, ÀS 09:00 HORAS**

12) PROC. Nº 024.060.227.386 - AJMES - ART. 265 C/C 266, AMBOS DO CPM.
ACUSADO: WELLINGTON FERREIRA DOS SANTOS
VÍTIMA: O PATRIMÔNIO
ADVOGADOS: DR. JOÃO HERNANI DE MIRANDA GIURIZATTO, OAB/ES 2921.
JULGAMENTO: **DIA 16/10/2009, ÀS 10:00 HORAS**

13) PROC. Nº 024.070.333.992 - AJMES - ART. 265 C/C 266, DO CPM.
ACUSADO: WELLINGTON SOTELE COSTA
VÍTIMA: O PATRIMÔNIO
ADVOGADOS: DRª RIZONETTE MARIA DALLEPRANI, OAB/ES 6.490
JULGAMENTO: **DIA 16/10/2009, ÀS 11:00 HORAS**

14) PROC. Nº 024.060.326.535 - AJMES - ART. 205, §2º, INCISO I E IV, TODOS DO CPM
ACUSADO: WANDERSON DOS SANTOS NOGUEIRA
VÍTIMA: FRANCISCO ASSIS COSTA
ADVOGADOS: DR. ROBERTO GOTARDO MOREIRA, OAB/ES 9020
JULGAMENTO: **DIA 22/10/2009, ÀS 13:30 HORAS**

15) PROC. Nº 024.990.173.031 - AJMES - ART. 205, §2º, INCISO II, IV E VI, TODOS DO CPM
ACUSADO: ANTONIO CARLOS TURINI RODRIGUES
VÍTIMA: JOSÉ DILSON NOGUEIRA
ADVOGADOS: DRª. CHRISTINA MAGALHÃES DO CARMO HOLLANDA, OAB/ES 11.663
JULGAMENTO: **DIA 23/10/2009, ÀS 09:00 HORAS**

AJMES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

ROSINEIA ARMANI LEAL - TEN PM
ESCRIVÃ-SECRETÁRIA DA AJMES

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE VITÓRIA
VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES)

LISTA NO: 35 - 2009

1 - 024.09.509181-3 - OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: MARCUS VINICIUS RONCETTE CHRISTO FARIAS
REQUERIDO: BANCO BANESTES S/A E OUTROS
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE:
FACE TODO O EXPOSTO, JULGO IMPROCEDENTE OS PEDIDOS FORMULADOS NA INICIAL. DE CONSEQUÊNCIA, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, INCISO I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

2 - 024.09.506739-1 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: NATHALIE MARIE HITTE FEGHALI FINAMORE SIMONI E OUTROS
REQUERIDO: AYMORE FINANCIAMENTO E INSTITUIÇÃO FINANCEIRA-BANCO ABN AMRO S.A
ADVOGADO(A): LOWGAN BASTOS DA SILVA - OAB/ES 14717
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ANTE O EXPOSTO JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO AUTORAL PARA:
1 &NDASH; CONFIRMAR A LIMINAR A SEU TEMPO DEFERIDA (ITEM 15);

2 &NDASH; CONDENAR A PARTE REQUERIDA A PAGAR AOS REQUERENTES A QUANTIA DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS, CORRIGIDOS MONETARIAMENTE E COM JUROS DE MORA A PARTIR DA PROLAÇÃO DESTA;

3 &NDASH; JULGAR EXTINTO O PROCESSO, COM JULGAMENTO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, I DO CPC.

3 - 024.09.506403-3 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO MURAD
REQUERIDO: SIQUEIRA COMERCIO E SERVICO LTDA. E OUTROS
ADVOGADO(A): LAUDECI VITÓRIA SCHERRER - OAB/ES 2682
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: EM FACE DO EXPOSTO DECLARO EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, POR FORÇA DAS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO § 1º DO ARTIGO 8º C/C O ARTIGO 51, INCISO IV, AMBOS DA LEI 9.099/95.

4 - 024.09.520487-2 - DESPEJO
REQUERENTE: CLOVIS GONCALVES DE ANDRADE
REQUERIDO: ROVENA DAHER CARNEIRO SANDRI E OUTROS
ADVOGADO(A): MARCELO CORDEIRO ALVARENGA - OAB/ES 15131
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: EM FACE DO EXPOSTO E SENDO O JUIZADO ESPECIAL CÍVEL INCOMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR A PRESENTE AÇÃO, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 51, II, DA LEI 9.099/95.

5 - 024.09.510189-0 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: ALESSANDRA PATRICIA DE OLIVEIRA SIMONASSI
REQUERIDO: LOSANGO PROMOÇOES DE VENDAS **LTDA.** E OUTROS
ADVOGADO(A): MARIO CESAR GOULART DA MOTA - OAB/ES 14263
ADVOGADO(A): ALBA SOARES DE AGUIAR - OAB/ES 4241
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE:
DIANTE DO EXPOSTO, SENDO AS PARTES CAPAZES, O OBJETO LÍCITO E A FORMA ELEITA PREVISTA EM LEI, HOMOLOGO O ACORDO CELEBRADO EM AUDIÊNCIA QUE SE REGERÁ PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ALI ESTABELECIDAS, PARA QUE SURTA OS SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS E, EM CONSEQÜÊNCIA, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 269, III, DO CPC.

6 - 024.09.516979-0 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: MARIA DA PENHA PEREIRA DO NASCIMENTO
REQUERIDO: COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.
ADVOGADO(A): ROGERIO CALHAU VERVLOET - OAB/ES 3454
ADVOGADO(A): JOSÉ AILTON BAPTISTA DA SILVA JUNIOR - OAB/ES 7053
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ISTO POSTO, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 51, INCISO I, C/C ART. 19, § 2º AMBOS DA LEI Nº 9.099/95.

7 - 024.09.516979-0 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: MARIA DA PENHA PEREIRA DO NASCIMENTO
REQUERIDO: COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.
ADVOGADO(A): ROGERIO CALHAU VERVLOET - OAB/ES 3454
ADVOGADO(A): JOSÉ AILTON BAPTISTA DA SILVA JUNIOR - OAB/ES 7053
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE: CERTIFIQUE-SE QUANTO AO TRANSITO EM JULGADO, APÓS ARQUIVEM-SE.

8 - 024.09.517657-6 - OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: FERNANDO TRES VALENTIM
REQUERIDO: CETELEM BRASIL S/A
ADVOGADO(A): GUILHERME CALDEIRA LANDEIRO - OAB/ES 13040
ADVOGADO(A): NATALIA CECILE LIPIEC XIMENEZ - OAB/SP 192175

INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE:
ISTO POSTO, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 51, INCISO I, C/C ART. 19, § 2º AMBOS DA LEI Nº 9.099/95.

9 - 024.09.512173-0 - COBRANÇA
REQUERENTE: JOSE DE CASTRO BARRETO NETO
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A E OUTROS
ADVOGADO(A): FRANCISCO CARDOSO DE ALMEIDA NETTO - OAB/ES 11630
ADVOGADO(A): NICOLLY PAIVA DA SILVA - OAB/ES 14006
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ISTO POSTO, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, VIII DO CPC.

10 - 024.09.509835-7 - COBRANÇA
REQUERENTE: GLOBAL NEGOCIOS E SERVICOS LTDA. - EPP
REQUERIDO: ADEMAR RODRIGUES FERNANDES
ADVOGADO(A): EDUARDO ANDRADE BARCELOS - OAB/ES 12970
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE:
VISTOS ETC. DESIGNADA AUDIÊNCIA PARA ESTA DATA, O REQUERENTE EMBORA REGULARMENTE INTIMADO, NÃO COMPARECEU. DESTA FORMA, INCIDE A REGRA DO ART. 51, I DA LEI N. 9.099/95, QUE DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DO FEITO QUANDO O AUTOR DEIXAR DE COMPARECER A QUALQUER DAS AUDIÊNCIAS DO PROCESSO. DIANTE DO EXPOSTO, **JULGO** EXTINTO O PROCESSO**,** SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA ESTABELECIDA NO ART. 51, I DA LEI 9099/95, ISENTO DE MULTAS, CASO PRETENDA AJUIZAR UMA NOVA AÇÃO. DOU ESTA POR LIDA E PUBLICADA EM AUDIÊNCIA E DELA INTIMADOS OS PRESENTES. REGISTRE-SE. ARQUIVE-SE.

11 - 024.09.516977-4 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL BARRAS
REQUERIDO: ELIEZER FERNANDES MARQUES
ADVOGADO(A): JOSE GERALDO PINTO JUNIOR - OAB/ES 8778
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ASSIM, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO CELEBRADO, QUE SE REGERÁ PELAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA QUE PRODUZA SEUS EFEITOS LEGAIS.
JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ARTIGO 269, III DO CPC

12 - 024.09.520927-4 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: KARINE PASCOAL SOARES
REQUERIDO: TAM LINHAS AEREAS S/A
ADVOGADO(A): ANDRE LUIS REMEDE PRANDINA - OAB/ES 10379
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 07/10/2009 09:30,** SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

13 - 024.09.521053-9 - COBRANÇA
REQUERENTE: GLOBAL NEGOCIOS E SERVICOS LTDA. - EPP
REQUERIDO: EDVALDO BAIANO DA SILVA
ADVOGADO(A): EDUARDO ANDRADE BARCELOS - OAB/ES 12970
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 07/10/2009 15:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

14 - 024.09.521093-7 - COBRANÇA
REQUERENTE: GLOBAL NEGOCIOS E SERVICOS LTDA. - EPP
REQUERIDO: CLEONICE SIMOES DA SILVA
ADVOGADO(A): EDUARDO ANDRADE BARCELOS - OAB/ES 12970
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 08/10/2009 09:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

15 - 024.09.520765-2 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: C.R. SATHLER-ME
REQUERIDO: TATIANE DE SOUZA STEIN
ADVOGADO(A): ANDRE FABIANO BATISTA LIMA - OAB/ES 10658
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 06/10/2009 14:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

16 - 024.09.521855-9 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO PALLAS CENTER
REQUERIDO: ANDERSON DJAR DE SOUZA SILVA
ADVOGADO(A): MARIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA - OAB/ES 292-A
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 08/10/2009 16:00**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

17 - 024.09.521259-0 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: ALINE PIOVEZAN ENTRINGER
REQUERIDO: BANCO BRADESCO. S/A
ADVOGADO(A): ROBSON ALLEGRETTO SCARDINI - OAB/ES 12427
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 09/10/2009 14:00**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

18 - 024.09.521259-0 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: ALINE PIOVEZAN ENTRINGER
REQUERIDO: BANCO BRADESCO. S/A
ADVOGADO(A): ROBSON ALLEGRETTO SCARDINI - OAB/ES 12427
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DECISÃO, COM O SEGUINTE:
DIANTE DO EXPOSTO, COM FUNDAMENTO NO ART. 273, I DO CPC, E INEXISTINDO PERIGO DE IRREVERSIBILIDADE DA TUTELA, JÁ QUE, SE NÃO CONFIRMADA A FINAL, O LANÇAMENTO DO DÉBITO PODE SER RATIFICADO NOS CADASTROS DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA PRETENDIDA E DETERMINO A IMEDIATA EXPEDIÇÃO DE ORDEM, POR OFÍCIO, SPC, PARA QUE RETIRE DOS SEUS CADASTROS, O NOME DE ALINE PIOVEZEN ENTRINGER, CPF Nº 109.159.477-57, ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO DESTE JUÍZO, DE PROMOVER FUTURAS INSCRIÇÕES RELACIONADAS UNICAMENTE AO DÉBITO DISCUTIDO NA PRESENTE LIDE EM FACE DE BANCO BRADESCO, NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS.

19 - 024.09.520987-6 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: RAMON COELHO ALMEIDA
REQUERIDO: DALVA MARIA DAS GRAÇAS BINDA
ADVOGADO(A): DAYANI NADIR PINTO LORENZON - OAB/ES 15039
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 07/10/2009**

14:30, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

20 - 024.08.522357-1 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: FERNANDA NICOLI LELIS
REQUERIDO: SINDICATO DOS AGENTES E ANALISTAS DE TRANSITO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO(A): FERNANDA NICOLI LELIS - OAB/ES 9596
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 08/10/2009 15:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

21 - 024.09.520547-0 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO GOLDEN BEACH
REQUERIDO: COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO
ADVOGADO(A): RODRIGO SILVA ALVES - OAB/ES 9564
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 05/10/2009 13:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

22 - 024.09.521087-1 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: DALVA CIPRESTE
REQUERIDO: UNICARD UNIBANCO MULTIPLO S.A
ADVOGADO(A): ADMAR JOSE CORREA - OAB/ES 4275
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 07/10/2009 16:00,** SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

23 - 024.09.521087-1 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: DALVA CIPRESTE
REQUERIDO: UNICARD UNIBANCO MULTIPLO S.A
ADVOGADO(A): ADMAR JOSE CORREA - OAB/ES 4275
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DECISÃO, COM O SEGUINTE:
DIANTE DO EXPOSTO, INDEFIRO A ANTECIPAÇÃO DO EFEITO DA TUTELA.

24 - 024.09.521623-9 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: CONSERVARE SERVIÇOS GERAIS LTDA. E OUTROS
REQUERIDO: JOSÉ ELOIZIO VIDAL DE SOUZA
ADVOGADO(A): PAULA ALMEIDA RAMOS - OAB/ES 9570
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO DIA 19/10/2009 14:00, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

25 - 024.09.521465-9 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: FABYOLA VALERIA DA ROCHA FERNANDES
REQUERIDO: UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES E OUTROS
ADVOGADO(A): JAYME FERNANDES JUNIOR - OAB/ES 10999
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 16/10/2009 09:00**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

26 - 024.09.521461-8 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: VALTER LUIZ BOIA
REQUERIDO: TECELAGEM SÃO FRANCISCO LTDA. - ME
ADVOGADO(A): JERONYMO DE BARROS ZANANDRÉA - OAB/ES 4204
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES**),** NO **DIA 14/10/2009 16:00**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

27 - 024.09.521461-8 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: VALTER LUIZ BOIA
REQUERIDO: TECELAGEM SÃO FRANCISCO LTDA. - ME
ADVOGADO(A): JERONYMO DE BARROS ZANANDRÉA - OAB/ES 4204
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DECISÃO, COM O SEGUINTE: DIANTE DO EXPOSTO, INDEFIRO A ANTECIPAÇÃO DO EFEITO DA TUTELA.

28 - 024.09.521261-4 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: EDSON SALCEDO CARDOSO
REQUERIDO: ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A
ADVOGADO(A): SULAYMA BEATRIZ HAMDAN LIMA - OAB/ES 12270
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO DIA 09/10/2009 14:30, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

29 - 024.09.521261-4 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: EDSON SALCEDO CARDOSO
REQUERIDO: ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A
ADVOGADO(A): SULAYMA BEATRIZ HAMDAN LIMA - OAB/ES 12270
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE: INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA PROCEDER DEPÓSITO JUDICIAL DOS VALORES QUE CONSIDERA DEVIDO.
APÓS, CONCLUSOS PARA APRECIAÇÃO DA LIMINAR.
INTIME-SE. CITE-SE.
DILIGENCIE-SE.

30 - 024.09.521479-8 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: REINALDO TRARBACH GOMES
REQUERIDO: GOLD - ADMINISTRADORA DE CREDITO E SERVIÇOS **LTDA.** - ME E OUTROS
ADVOGADO(A): LARISSA LOUREIRO MARQUES - OAB/ES 14781
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 16/10/2009 09:30,** SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

31 - 024.09.521479-8 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: REINALDO TRARBACH GOMES
REQUERIDO: GOLD - ADMINISTRADORA DE CREDITO E SERVIÇOS LTDA. - ME E OUTROS
ADVOGADO(A): LARISSA LOUREIRO MARQUES - OAB/ES 14781
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DECISÃO, COM O SEGUINTE:
DIANTE DO EXPOSTO, COM FUNDAMENTO NO ART. 273, I DO CPC, E INEXISTINDO PERIGO DE IRREVERSIBILIDADE DA TUTELA, JÁ QUE, SE NÃO CONFIRMADA A FINAL, O LANÇAMENTO DO DÉBITO PODE SER RATIFICADO, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA PRETENDIDA E DETERMINO A IMEDIATA EXPEDIÇÃO DE ORDEM, POR OFÍCIO, AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SPC E SERASA, PARA QUE RETIREM DOS SEUS CADASTROS, O NOME DE REINALDO TRARBACH GOMES (CPF 054.985.687-03), ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO DESTE JUÍZO, UNICAMENTE COM RELAÇÃO AOS DÉBITOS DISCUTIDO NA PRESENTE LIDE EM FACE DA DACASA FINANCEIRA, REFERENTE AO

CONTRATO Nº 201694127, COM DATA DE VENCIMENTO EM 15/09/2007, NO VALOR DE R$ 627,44, NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS.

32 - 024.09.521591-5 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: ALACY NUNES LUCAS
REQUERIDO: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. E OUTROS
ADVOGADO(A): AMANDA ASSIS BORTOLIN - OAB/ES 15917
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 16/10/2009 15:00**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

33 - 024.09.521489-5 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: JEAN JACQUES DOURADO AMATO
REQUERIDO: ALLAN DE SOUZA LUXEMBURGO
ADVOGADO(A): ROBERTO TENORIO KATTER - OAB/ES 5334
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 16/10/2009 14:00,** SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

34 - 024.09.508001-3 - REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: MARCIO ROSA GOICOCHEIA
REQUERIDO: CARLOS ALBERTO FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO(A): MARCELO MERIZIO - OAB/ES 10685
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 19/10/2009 09:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

35 - 024.09.521637-7 - COBRANÇA
REQUERENTE: GLOBAL NEGOCIOS E SERVICOS LTDA. - EPP
REQUERIDO: SOLANGE SOARES LOUREIRO
ADVOGADO(A): EDUARDO ANDRADE BARCELOS - OAB/ES 12970
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 19/10/2009 14:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

36 - 024.09.521307-6 - COBRANÇA
REQUERENTE: IDAIR GOMES DE OLIVEIRA E OUTROS
REQUERIDO: BANESTES SEGUROS S/A (AV. PRINCESA ISABEL)
ADVOGADO(A): CRISTIANO RABELLO DE SOUSA - OAB/MG 76930
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 13/10/2009 14:00,** SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

37 - 024.09.521129-2 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: SONIA NOIVAS LTDA-ME
REQUERIDO: RAPHAEL RIBEIRO MUNIZ
ADVOGADO(A): ANILTON COELHO PAGANOTTO - OAB/ES 13579
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 08/10/2009 10:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

38 - 024.09.521837-1 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: MARCILIO ALVES TEIXEIRA
REQUERIDO: JOEL SANTOS NEVES FILHO E OUTROS
ADVOGADO(A): MARCILIO ALVES TEIXEIRA - OAB/ES 8241
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 07/10/2009 15:00**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

39 - 024.09.521223-2 - COBRANÇA
REQUERENTE: OSWALDO CRUZ SOBRINHO
REQUERIDO: COMERCIO DE ROUPAS GIRASSOL LTDA. E OUTROS
ADVOGADO(A): CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL - OAB/ES 5875
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO DIA 08/10/2009 15:30, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

40 - 024.09.520863-4 - COBRANÇA
REQUERENTE: JAIRO ANTONIO SUAVE
REQUERIDO: BANESTES SEGUROS S/A
ADVOGADO(A): CRISTIANO RABELLO DE SOUSA - OAB/MG 76930
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 06/10/2009 16:00**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

41 - 024.09.520947-8 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: REDE FAMA PNEUS **LTDA.** EPP
REQUERIDO: JEFFERSON PICOLI DA FONSECA
ADVOGADO(A): LUANA MACHADO CAETANO - OAB/ES 12080
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 07/10/2009 13:30,** SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

42 - 024.09.521827-4 - COBRANÇA
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO TAVARES
REQUERIDO: DOUGLAS QUEMELLE E OUTROS
ADVOGADO(A): RICARDO PIMENTEL BARBOSA - OAB/ES 8564
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 05/10/2009 14:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

43 - 024.09.520413-2 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: EDSON MESSIAS RIBEIRO
REQUERIDO: TEREZA MARIA DA SILVA
ADVOGADO(A): LUIS HENRIQUE DA SILVA - OAB/ES 16063
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM**)** NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 02/10/2009 14:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

44 - 024.09.521013-1 - COBRANÇA
REQUERENTE: GLOBAL NEGOCIOS E SERVICOS LTDA. - EPP
REQUERIDO: LAURINETE MASCARENHAS VALADARES
ADVOGADO(A): EDUARDO ANDRADE BARCELOS - OAB/ES 12970
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 07/10/2009 15:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

45 - 024.09.521009-1 - COBRANÇA
REQUERENTE: GLOBAL NEGOCIOS E SERVICOS LTDA. - EPP
REQUERIDO: JURANDYR ROSA DA PENHA
ADVOGADO(A): EDUARDO ANDRADE BARCELOS - OAB/ES 12970
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 07/10/2009 15:00**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

46 - 024.09.520993-2 - COBRANÇA
REQUERENTE: NOBREZA LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA.
REQUERIDO: CHIP CHICKEN LANCHONETE LTDA.
ADVOGADO(A): AUREA SCARPATI DE OLIVEIRA - OAB/ES 11531
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 07/10/2009 14:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

47 - 024.09.521827-4 - COBRANÇA
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO TAVARES
REQUERIDO: DOUGLAS QUEMELLE E OUTROS
ADVOGADO(A): RICARDO PIMENTEL BARBOSA - OAB/ES 8564
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS DA SUPRA AÇÃO MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO VITÓRIA - 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ELETRÔNICO (E-PROCEES), NO **DIA 05/10/2009 14:30**, SITUADA NO(A) AV. MARUÍPE, CASA DO CIDADÃO, MARUÍPE, VITÓRIA - ES

48 - 024.09.521883-5 - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: SKYLINE VIAGENS E TURISMO **LTDA.**
REQUERIDO: CH CENTRAL HOTELARIA MERCANTIL E NEGOCIOS LTDA**.**
ADVOGADO(A): LUCIA MOULIN SANTOS - OAB/ES 2073
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE: INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA COMPROVAR NOS AUTOS SUA LEGITIMIDADE PARA POSTULAR NESTE JUIZADO, JUNTADO CERTIDÃO ATUALIZADA DA JUNTA COMERCIAL, NO PRAZO DE 5 DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.
D-SE.

49 - 024.09.518943-6 - OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: MARIA ROSA OLIVEIRA DOS SANTOS
REQUERIDO: UNIMED VITÓRIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO(A): LOURENCO DA COSTA FRIGGI - OAB/ES 16037
ADVOGADO(A): GUSTAVO SICILIANO CANTISANO - OAB/ES 10371
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE: A PARTE AUTORA NÃO TROUXE AOS AUTOS LAUDO MÉDICO HÁBILA AO DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO QUE INDEFERIU A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA, VEZ QUE NÃO HÁ QUALQUER MENÇÃO A URGÊNCIA OU PERIGO NA DEMORA DO PROCEDIMENTO REQUERIDO, PELO QUE PODE A PARTE AGUARDAR A DECISÃO FINAL DA LIDE. ASSIM, INDEFIRO O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO SOB OS MESMOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ITEM 8.
INTIME-SE. APÓS, CONCLUSOS PARA SENTENÇA.
DILIGENCIE-SE.

50 - 024.08.520683-7 - COBRANÇA
REQUERENTE: LEVI LONGO DA CRUZ
REQUERIDO: STEFANO FERNANDES LIMA E OUTROS
ADVOGADO(A): ELBA MARIA DO CARMO - OAB/ES 1645
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE:
PROCEDIDA A PENHORA ON-LINE, EFETIVOU-SE O BLOQUEIO PARCIAL DO DÉBITO. ASSIM, INTIME-SE O EXEQÜENTE PARA INDICAR BENS PASSÍVEIS DE PENHORA, EM 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO.

51 - 024.09.501255-4 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: HENRIQUE ANDRE MARTINS
REQUERIDO: CEMAZ INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA (CCE)
ADVOGADO(A): TERESINHA NOLASCO SAMPAIO - OAB/ES 5851
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA, QUERENDO, APRESENTAR AS CONTRARRAZÕES AO RECURSO INOMINADO, NO PRAZO LEGAL.

52 - 024.09.501255-4 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: HENRIQUE ANDRE MARTINS
REQUERIDO: CEMAZ INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA (CCE)
ADVOGADO(A): ROGERIA COSTA - OAB/ES 5825
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE:
RECEBO O RECURSO INOMINADO DE ITEM 28 EM SEU EFEITO DEVOLUTIVO, SOMENTE, VEZ QUE A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO SÓ É POSSÍVEL SE HOUVER PERIGO DE DANO IRREPARÁVEL À PARTE, CONSOANTE O ART. 43 DA LEI 9.099/95, O QUE NÃO SE VERIFICA NO CASO EM TELA. INDEFIRO, POIS, TAL PEDIDO. INTIME-SE A RECORRIDA PARA, QUERENDO, APRESENTAR CONTRA-RAZÕES, NO PRAZO LEGAL. APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO EGRÉGIO COLEGIADO RECURSAL, COM AS NOSSAS HOMENAGENS.
DILIGENCIE-SE.

53 - 024.09.504139-6 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: CANDELABRO UNIAO DE SERVIÇOS POSTUMOS LTDA. ME
REQUERIDO: TIM CELULARES S.A. E OUTROS
ADVOGADO(A): ANTONIO SÉRGIO CONCEIÇÃO - OAB/ES 5896
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE:
INTIME-SE O AUTOR PARA QUE, NO PRAZO DE 5 DIAS, EFETUE DEPÓSITO JUDICIAL DO VALOR QUE CONSIDERA O JUSTO DEVIDO.
APÓS, APRECIAREI O PETITÓRIO DE ITEM 35.
DILIGENCIE-SE.

54 - 024.09.507043-0 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: PAULO CESAR DE ALMEIDA E OUTROS
REQUERIDO: JOSE LUIZ DE SOUZA FRANCA
ADVOGADO(A): RODRIGO MARANGONI RUSCHI - OAB/ES 13841
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE:
PEDIDO DE ITEM 20 INCABÍVEL.
AGUARDE-SE COMPRIMENTO DE ACORDO, DEPOIS ARQUIVE-SE.

55 - 024.09.514575-6 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: MARIZETE DE ALMEIDA SANTOS
REQUERIDO: VIAÇÃO PLANETA LTDA..
ADVOGADO(A): FLAVIO NARCISO CAMPOS - OAB/ES 11779
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE: O PRAZO PARA O PREPARO PREVISTO NO ART. 42, §1º DA LEI 9.099/95 NÃO SE REFERE SOMENTE AO PAGAMENTO DAS CUSTAS, MAS TAMBÉM À JUNTADA DO DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DO PAGAMENTO.
DESTA FORMA, CONSIDERANDO A CERTIDÃO DE ITEM 22, DECLARO DESERTO O RECURSO.

INTIME-SE.
D-SE.

56 - 024.09.507339-1 - COBRANÇA
REQUERENTE: E. M. SILVA FLEXNET ME/MEE
REQUERIDO: T.P. DA SILVA ME
ADVOGADO(A): THIAGO BRAGANCA - OAB/ES 14863
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE:
CABE A PARTE DILIGENCIAR NO SENTIDO DE INFORMAR O ENDEREÇO DO RÉU, RAZÃO PELA QUAL INDEFIRO OS REQUERIMENTOS FEITOS NO PETITÓRIO DE ITEM 24. CONCEDO A AUTORA O PRAZO DE 15 DIAS PARA QUE DILIGENCIE NESTE SENTIDO, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO.
DILIGENCIE-SE.

57 - 024.09.513857-2 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: ELIZANGELA MARIANO DOS SANTOS
REQUERIDO: IVOMAR RODRIGUES GOMES JÚNIOR E OUTROS
ADVOGADO(A): LEE STEPHAN DE ALMEIDA - OAB/ES 11659
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO, COM O SEGUINTE: INTIME-SE O AUTOR PARA INDICAR SEU ROL DE TESTEMUNHAS, TENDO EM VISTA A CERTIDÃO DE ITEM 33, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. TRANSCORRIDO IN ALBIS, AGUARDE-SE A AUDIÊNCIA DESIGNADA.

DILIGENCIE-SE.

58 - 024.09.506565-6 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: SIRLANIO SANTOS DE ANDRADE
REQUERIDO: BANCO SCHAHIN S.A
ADVOGADO(A): MARCELO ROSA VASCONCELLOS BARROS - OAB/ES 12204
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA, QUERENDO, APRESENTAR AS CONTRARRAZÕES AO RECURSO INOMINADO, NO PRAZO LEGAL.

59 - 024.09.518709-1 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: ISIS VIEIRA COQUEIRO
REQUERIDO: GVT - GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA.
ADVOGADO(A): FABIANO CABRAL DIAS - OAB/ES 7831
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: ISTO POSTO, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 51, INCISO I, C/C ART. 19, § 2º AMBOS DA LEI Nº 9.099/95.

60 - 024.09.521811-0 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: ARLENE ENDLICH ME
REQUERIDO: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO(A): CLAUDIO COSTA DA SILVA - OAB/ES 8235
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE:
DESTA FORMA, DECLARO A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTE JUÍZO PARA PROCESSAR O FEITO, O QUE FAÇO COM BASE NOS ARTS. 5º, LIII E LIV, 109, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ART. 8º DA LEI 9.099/95, E POR CONSEGUINTE JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 51, INCISO IV DA LEI 9.099/95.

61 - 024.09.514247-1 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMINIO EDIFICIO LENITA VILLAR
REQUERIDO: FABIO BORGES CONCEIÇÃO
ADVOGADO(A): LEONARDO SPAGNOL - OAB/ES 12560
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: TENDO A PARTE AUTORA INFORMADO, AO ITEM 25, QUE O REQUERIDO EFETUOU O PAGAMENTO INTEGRAL DA DÍVIDA, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM A APRECIAÇÃO DE SEU MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 269, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

62 - 024.09.509189-6 - COBRANÇA
REQUERENTE: IVANILDO DE OLIVEIRA
REQUERIDO: JEFFERSON LUIZ DE MORAES
ADVOGADO(A): DAVI PASCOAL MIRANDA - OAB/ES 13518
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE:
ANTE O EXPOSTO JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL, CONDENO A PARTE REQUERIDA NO PAGAMENTO DO VALOR DE R$ 5.920,00 (CINCO MIL, NOVECENTOS E VINTE REAIS), COM JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. POR CONSEGUINTE, JULGO EXTINTO O PROCESSO NA FORMA DO ART.. 269 INCISO I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL C/C ART. 20 DA LEI 9.099/95.

63 - 024.09.509235-6 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: SILVERIO PEROVANO
REQUERIDO: BANCO MULTIPLO
ADVOGADO(A): MARIO CESAR GOULART DA MOTA - OAB/ES 14263
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE: FACE A TODO EXPOSTO, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL.
JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, INC. I, DO CPC.

64 - 024.09.514289-5 - DECLARATÓRIA
REQUERENTE: ANIEL LUCIO DA SILVA
REQUERIDO: BANCO ITAU LEASING S/A
ADVOGADO(A): MARCELO FARDIN CHAVES - OAB/ES 15258
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA, QUERENDO, APRESENTAR AS CONTRARRAZÕES AO RECURSO INOMINADO, NO PRAZO LEGAL.

65 - 024.08.521385-9 - COBRANÇA
REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO REGINA
REQUERIDO: JORGE CESAR MENDONCA DA SILVA
ADVOGADO(A): MARCOS VENICIUS WYATT - OAB/ES 7182
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA MANIFESTAR-SE ACERCA DA CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA DE ITEM 31.

66 - 024.09.506207-0 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: JOAO GUERRA PINTO
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A (AG. CENTRO)
ADVOGADO(A): CELSO CEZAR PAPALEO NETO - OAB/ES 15123
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE:
VISTOS ETC. DESIGNADA AUDIÊNCIA PARA ESTA DATA, O REQUERENTE EMBORA REGULARMENTE INTIMADO, NÃO COMPARECEU. DESTA FORMA, INCIDE A REGRA DO ART. 51, I DA LEI N. 9.099/95, QUE DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DO FEITO QUANDO O AUTOR DEIXAR DE COMPARECER A QUALQUER DAS AUDIÊNCIAS DO PROCESSO. DIANTE DO EXPOSTO, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA ESTABELECIDA NO ART. 51, I DA LEI 9099/95. CASO A PARTE AUTORA AJUÍZE UMA NOVA AÇÃO, ISENTO DE CUSTAS. DOU ESTA POR LIDA E PUBLICADA EM AUDIÊNCIA E DELA INTIMADOS OS PRESENTES. REGISTRE-SE. ARQUIVE-SE.

67 - 024.09.507847-6 - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: JOEL GABRIEL PEROVANO
REQUERIDO: ESC 90 TELECOMUNICAÇOES LTDA. - NET
ADVOGADO(A): JOAO CEZAR SANDOVAL FILHO - OAB/ES 4452
INTIMO OS(AS) DRS(AS) ADVOGADOS(AS) PARA TOMAR CIÊNCIA DO(A) SENTENÇA, COM O SEGUINTE:
VISTOS ETC. DESIGNADA AUDIÊNCIA PARA ESTA DATA, O REQUERENTE EMBORA REGULARMENTE INTIMADO, NÃO COMPARECEU. DESTA FORMA, INCIDE A REGRA DO ART. 51, I DA LEI N. 9.099/95, QUE DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DO FEITO QUANDO O AUTOR DEIXAR DE COMPARECER A QUALQUER DAS AUDIÊNCIAS DO PROCESSO. DIANTE DO EXPOSTO, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA ESTABELECIDA NO ART. 51, I DA LEI 9099/95. CASO A PARTE AUTORA AJUÍZE UMA NOVA AÇÃO, ISENTO DE CUSTAS. DOU ESTA POR LIDA E PUBLICADA EM AUDIÊNCIA E DELA INTIMADOS OS PRESENTES. REGISTRE-SE. ARQUIVE-SE.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTORIO DO 4º. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL VITÓRIA

LISTA DE INTIMAÇÕES

JUIZ DE DIREITO: PAULO ABIGUENEM ABIB

ERRATA

REFERENTE A PUBLICAÇÃO DO LOTE 102/09 PUBLICADO NO DIA 21/09/09:

ONDE SE LÊ:

PROC. 024.08.512849-7
REQTE: HITECH COMPUTADORES
REQDO: MICRON ENGENHARIA FABRICAÇÃO E MONTAGENS LTDA.
DR. RAFAEL ERNESTO LIMA (OAB/ES 12574) PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO QUE DEFERIU O PEDIDIO DE DESENTRANHAMENTO DO CHEQUE CONSTANTE NOS AUTOS.

LEIA-SE:

PROC. 024.08.512849-7
REQTE: HITECH COMPUTADORES
REQDO: MICRON ENGENHARIA FABRICAÇÃO E MONTAGENS LTDA.
DR. LEE STEPHAN DE ALMEIDA (OAB/ES 11659) PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO QUE DEFERIU O PEDIDIO DE DESENTRANHAMENTO DO CHEQUE CONSTANTE NOS AUTOS.

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

GIOVANA NOGUEIRA QUEIROZ
CHEFE DE CARTORIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTORIO DO 4º. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL VITÓRIA

LISTA DE INTIMAÇÕES

JUIZ DE DIREITO: PAULO ABIGUENEM ABIB

NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 014/99 DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA E DA RESOLUÇÃO 004/2001 DO CONSELHO DA MAGISTRATURA DESTE ESTADO,

LOTE 112/2009

INTIMO:

CÍVEL
PROC. 024.09.519091-0
REQTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL ATLÂNTICA VILLE
REQDO: ANDRÉ NISTRON FIRMINO DE OLIVEIRA
DR. HUGO FELIPE LONGO DE SOUZA (OAB/ES 10.668) PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA COM O SEGUINTE TEOR: " DISPENSADO O RELATÓRIO NA FORMA DO ART. 38 DA LEI 9.099/95. HOMOLOGO O ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, CONFORME ITEM 11, PARA QUE PRODUZA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS, E JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FULCRO NO
ARTIGO 269, INC. III DO CPC. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NA FORMA DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95".

PROC. 024.07.501821-9
REQTE: JUNIA GAVA CALIL
REQDO: GOL TRANSPORTES AÉROS
DR. LUIZ ROBERTO MARETO CALIL (OAB/ES 7.338) PARA APRESENTAR CONTRA-RAZÕES AO RECURSO INOMINADO INTERPOSTO.

PROC. 024.09.520469-4
REQTE: PATRICIA GONÇALVES OLIVEIRA
REQDO: UNIMED
DR. GUSTAVO SICILIANO CANTISANO (OAB/ES 10371) PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO COM O SEGUINTE TEOR: "I-SE A REQUERIDA PARA INFORMAR O DÉBITO ATUAL DA PARTE AUTORA PARA FINS DE EVENTUAL REESTABELECIMENTO DO PLANO DE SAÚDE, NO PRAZO DE 05 DIAS. APÓS, A AUTORA DEVERÁ EFETUAR O PAGAMENTO OU DEPOSITAR JUDICIALMENTE O VALOR. APÓS, COM O PAGAMENTO OU DEPÓSITO SERÁ APRECIADO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA".

PROC. 024.09.522173-7
REQTE: MARIA VIANA RIBEIRO
REQDO: TNL PCS S.A
DR. VICTOR NASSER FONSECA (OAB/RJ 139.439) PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO COM O SEGUINTE TEOR: " FACE AOS FATOS RELATADOS E OS FUNDAMENTOS DE DIREITO EXPOSTOS, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. OFICIE-SE AO SERASA E SPC PARA BAIXA DE RESTRIÇÃO DO NOME DA AUTORA ATÉ DECISÃO FINAL. I-SE" E AINDA DA DATA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O DIA 14/01/2010 ÀS 15:00 HORAS.

PROC. 024.09.522177-8
REQTE: CLAUDIO VICTOR COSTA DE ARAÚJO
REQDO: BOTICÁRIO LTDA..
DRª **SULAYMA BEATRIZ HAMDAN LIMA (OAB/ES 12.270)** PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 18/01/2010 ÀS 11:00 HS.**

PROC. 024.09.520295-9
REQTE: OLINDA MARTINS SAMPAIO
REQDO: PEÇA E COMPRE TELEMARKETING LTDA..
DR. LEONARDO SPAGNOL (OAB/ES 12.560) PARA APRESENTAR NOVO ENDEREÇO DA FIRMA SBC PARA FINS DE CITAÇÃO E AINDA PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 20/01/2010 ÀS 13:30 HORAS.**

PROC. 024.09.519369-3
REQTE: MARCOS ANDRÉ AMORIM PIMENTEL
REQDO: FACES
DRª **LARYSSA DE OLIVEIRA PONTUAL (OAB/ES 15.219)** PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO COM O SEGUINTE TEOR: **"**AGUARDE-SE A DEVIDA INSTRUÇÃO DO PROCESSO, SENDO QUE EM FINAL SENTENÇA, TODOS OS REQUERIMENTOS SERÃO APRECIADOS, PORÉM NÃO É POSSÍVEL ADITAR O PEDIDO APÓS CITAÇÃO. I-SE A PARTE AUTORA".

PROC. 024.07.503589-7
REQTE: THIAGO AMORIM DA SILVA IVO
REQDO: ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS
DR. LUIZ ROBERTO MARETO CALIL (OAB/ES 7338) E DRª CRISTINA RODRIGUES COUTINHO (OAB/ES 13.557) PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO COM O SEGUINTE TEOR: "CONSIDERANDO QUE FOI A PRÓPRIA PARTE REQUERIDA QUEM DEPOSITOU O VALOR LEVANTADO PELO AUTOR; CONSIDERANDO QUE DEVIDAMENTE INTIMADO SOBRE A PETIÇÃO DA REQUERIDA ONDE PLEITEIA A RESTITUIÇÃO DE PARTE DO VALOR DEPOSITADO, HAVENDO RESPOSTA NEGATIVA CONFORME ITEM 44. ISTO POSTO, DEVERÁ A PARTE REQUERIDA, CASO QUEIRA, AJUIZAR AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES EM RAZÃO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. INTIME-SE".

PROC. 024.07.506077-1
REQTE: FREDERICO VAREJÃO FILGUEIRAS
REQDO: PONTO FRIO
DRª SOFIA VAREJÃO FILGUEIRAS (OAB/ES 9.754) PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE ITEM 34.

PROC. 024.07.504579-7
REQTE: WEGLEY DE OLIVEIRA NASCIMENTOS
REQDO: COOPERATIVA HABITACIONAL RECREIO
DR. LUIZ ROBERTO DE AGUIAR (OAB/ES 4.370) E DR. VICTOR QUEIROZ PASSOS COSTA (OAB/ES 12.506) PARA TOMAR CIÊNCIA DO

R. DESPACHO COM O SEGUINTE TEOR: " DEFIRO O REQUERIMENTO DE PENHORA ON LINE.
SEGUEM AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO SISTEMA BACENJUD, NO QUAL CONSTA QUE A PARTE EXECUTADA POSSUI CONTA BANCÁRIA NOS BANCOS INFORMADO NO DOCUMENTO ANEXO, SENDO BLOQUEADO A QUANTIA DE R$ 2.427,33 NO BANCO BANESTES. DESTA FORMA, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE PARA TOMAR CIÊNCIA DA BUSCA REALIZADA NO SISTEMA BACENJUD, REQUERENDO O QUE ENTENDER DE DIREITO. INTIME-SE A PARTE EXECUTADA PARA TOMAR CIÊNCIA DO BLOQUEIO REALIZADO, DEVENDO APRESENTAR
IMPUGNAÇÃO/EMBARGOS, CASO QUEIRA".

PROC. 024.07.507951-9
REQTE: JOSUÉ MARTINS DEMUNER
REQDO: GRADIENTE S/A E OUTRO
DR. ADMILSON MARTINS BELCHIOR (OAB/ES 4.209) PARA APRESENTAR CONTRA-RAZÕES AO RECURSO INOMINADO.

PROC. 024.08.504443-0
REQTE: FABIANA CARDOSO AMARAL
REQDO: VRG LINHAS AEREAS S/A
DR. MURILLO BONACOSSA DE CARVALHO (OAB/ES 12.245) PARA APRESENTAR CONTRA-RAZÕES AO RECURSO INOMINADO.

PROC. 024.08.504759-4
REQTE: PAULO ROBERTO CORDEIRO FRANÇA
REQDO: SHALON EMPRESTIMO
DR. EDUARDO SÉRGIO BASTOS PANDOLPHO (OAB/ES 8.296) PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO COM O SEGUINTE TEOR: " INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA TOMAR CIÊNCIA E APRESENTAR RESPOSTAS AOS DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO".

PROC. 024.08.504851-8
REQTE: CRISTIANO RIBEIRO OLIVEIRA
REQDO: EPA BOA PRAÇA
DR. CÁSSIO DRUMOND MAGLHÃES (OAB/ES 10.984) E DR. JOSÉ ARCISO FIOROT (OAB/ES 6.106) PARA APRESENTAREM CONTRA-RAZÕES AOS RECURSOS INOMINADOS INTERPOSTOS.

PROC. 024.08.508401-4
REQTE: ADILSON APARECIDO DE ALENCAR
REQDO: VRG LINHAS AEREAS S/A
DR. MATHEUS GUERINE RIEGERT (OAB/ES 11.652) E DRª KARINA KELLY PETRONETO (OAB/ES 9593) PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 10/08/2010 ÀS 15:00 HS.**

PROC. 024.08.514151-7
REQTE: JARDIM DA PENHA VEÍCULOS
REQDO: PEDRO CONCEIÇÃO CABRAL
DR. GUSTAVO MACIEL TARDIN (OAB/ES 9.735) PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 26/11/2009 ÀS 11:45 HS**.

PROC. 024.08.515135-1
REQTE: JOSÉ GILO GOMES DA SILVA
REQDO: JOAQUIM SOARES PACHECO FILHO
DR. ROBERTO TENÓRIO KATTER (OAB/ES 5.334) PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA.

PROC. 024.09.508065-6
REQTE: ORLANDO PESTANA RANGEL
REQDO: MELLO FANTIN VEÍCULOS LTDA..
DRª **INGRID FERREIRA BASTOS (OAB/ES 15.751)** PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA COM O SEGUINTE TEOR: "DISPENSADO O RELATÓRIO NA FORMA DO ART. 38 DA LEI 9.099/95. A PARTE AUTORA REQUEREU A DESISTÊNCIA DO PRESENTE FEITO, CONFORME ITEM 15 DOS AUTOS. ASSIM SENDO, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA FORMULADO PELA PARTE AUTORA, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FULCRO NO ART. 267, VIII, CPC. SEM CUSTAS FACE A NATUREZA DO FEITO".

PROC. 024.09.510329-2
REQTE: IVOMAR RODRIGUES GOMES JÚNIOR
REQDO: MARCOS VINICUS FERREIRA
DR. IVOMAR RODRIGUES GOMES JÚNIOR (OAB/ES 14.055) PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 01/02/2010 ÀS 08:30 HS.**

PROC. 024.09.510203-4
REQTE: CAROLINA GUIMARÃES PANDOLFI
REQDO: BANCO ABN AMRO REAL S/A
DR. FREDERICO AUGUSTO MACHADO (OAB/ES 12.249) PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 06/11/2009 ÀS 10:30 HS.**

PROC. 024.09.514229-3
REQTE: FABIANA VIEIRA LOUREIRO
REQDO: IMPLO ODONTO VITÓRIA LTDA..
DR. TARCÍSIO ROBERTO GUERRA (OAB/ES 3.790) PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE ITEM 22.

PROC. 024.09.518327-2
REQTE: ROBERTO NUNES CORREA
REQDO: PONTO FRIO
DR. RAFAEL NUNES CORREA (OAB/ES 12.368) PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 13/11/2009 ÀS 10:00 HS**.

PROC. 024.09.516931-9
REQTE: REGINA CÉLIA ALVES RICHA
REQDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
DR. JOSÉ GERALDO PINTO JÚNIOR (OAB/ES 8.778) PARA TOMAR CIÊNCIA DA ATA DA AUDIÊNCIA DE CONCILAIÇÃO DESIGNAD APARA O **DIA 31/11/2009 ÀS 13:30 HORAS** E AINDA PARA COMUNICAR O DIA DA AUDIÊNCIA PARA SUA CLIENTE.

PROC. 024.09.521115-3
REQTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO LENITA VILLAR
REQDO: GERSON MARDELLI
DR. LEONARDO SPAGNOL (OAB/ES 12.560) PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 28/01/2010 ÀS 15:00 HS**.

PROC. 024.08.518559-5
REQTE: HERCULANO VASCONCELOS MARIA
REQDO: BANCO PANAMERICANO
DRª EDNÉIA VIEIRA (OAB/ES 7.531) PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE ITEM 50 QUE DEIXOU DE CONHECER DOS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

VITÓRIA, 22 DE SETEMBRO DE 2009

GIOVANA NOGUEIRA QUEIROZ
CHFE DE CARTORIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
4º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL ADJUNTO DE VITÓRIA - ESTÁCIO DE SÁ

LISTA DE INTIMAÇÕES Nº . 161 / 2009

JUIZ DE DIREITO: DR. ADEMAR JOÃO BERMOND

1)PROCESSO Nº .: 024.06.016360-7
EXEQÜENTE: CLARO S/A
EXECUTADO: KELLY CHRISTINA FERREIRA SILVA
ADVOGADO(S): DR(A). JAMIL GUILHERME DO NASCIMENTO JÚNIOR, OAB/ES 10.845, DR(A). SÂMIA KARLA ORÉCHIO DE SOUZA, OAB/ES 13.777, INTIMAR A TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 160, A SEGUIR TRANSCRITA COM O SEGUINTE DISPOSITIVO: "[...] ANTE O EXPOSTO, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, A TEOR DO QUE DISPÕE O §4° DO ART. 53 DA LEI 9.099/95. TRANSITADA ESTA EM JULGADO, E TENDO OCORRIDO À PRECLUSÃO PARA QUALQUER MEDIDA IMPUGNATIVA, APÓS REGULAR BAIXA, ARQUIVEM-SE

ESTES AUTOS. SEM CUSTAS E VERBA HONORÁRIA (ARTIGO 55, DA LEI 9.099/95). P.R.I.".

2)PROCESSO Nº .: 024.07.002629-9
REQTE: LUCAS GONÇALVES DE SOUZA
REQDO: NOBRE SEGURADORA S/A
ADVOGADO(S): DR(A). EDER JACOBOSKI VIEGAS, OAB/ES 11.532, INTIMAR A TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 124, QUE DEFERIU O REQUERIMENTO FORMULADO AS FLS. 122, VIA DE CONSEQÜÊNCIA, ASSINOU PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PARA O ILUSTRE ADVOGADO PROCEDER AS DILIGENCIAS PRETENDIDAS. TRANSCORRIDO IN ALBIS O PRAZO ASSINADO, OS AUTOS SERÃO ARQUIVADOS.

3)PROCESSO Nº .: 024.06.032252-6
REQTE: SCHIRLEY CANDIDO FERRARI MOFATI
REQDO: VINICIUS PONTES MAGGIONI
ADVOGADO(S): DR(A). SCHIRLEY CANDIDO FERRARI MOFATI, OAB/ES 12.836, DR(A). MARCELOS FERNANDES TEIXEIRA MELLO, OAB/ES 11.676, INTIMAR A TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 95, A SEGUIR TRANSCRITA COM O SEGUINTE DISPOSITIVO: "[...] ANTE O EXPOSTO, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, A TEOR DO QUE DISPÕE O §4° DO ART. 53 DA LEI 9.099/95 E ART. 267, III DO CPC. HAVENDO PEDIDO DE DESENTRANHAMENTO DE DOCUMENTOS, DESDE JÁ DEFIRO, MEDIANTE SUBSTITUIÇÃO POR COPIA QUE DEVERÁ PERMANECER NOS AUTOS. TRANSITADA ESTA EM JULGADO, E TENDO OCORRIDO À PRECLUSÃO PARA QUALQUER MEDIDA IMPUGNATIVA, APÓS REGULAR BAIXA, ARQUIVEM-SE ESTES AUTOS. SEM CUSTAS E VERBA HONORÁRIA (ARTIGO 55, DA LEI 9.099/95). P.R.I.".

4)PROCESSO Nº .: 024.06.008450-6
REQTE: ANDRESSA CURTO MARQUES E MARCOS VERVLOET DESSAUNE
REQDO: ALITALIA LINEE AEREE ITALIANE S.P.A.
ADVOGADO(S): DR(A). WANDERSON GONÇALVES MARIANO, OAB/ES 11.660, DR(A). VIRGINIA D'ANDREA VERA, OAB/RJ 100.851, INTIMAR A TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 406 "VERSO", QUE DEFERIU O REQUERIMENTO FORMULADO, VIA DE CONSEQÜÊNCIA, ASSINOU PRAZO DE 10 (CINCO) DIAS.

5)PROCESSO Nº .: 024.09.024618-2
REQTE: WILSON FERNANDES FILHO
REQDO: ARILDO ROSSI JUNIOR
ADVOGADO(S): DR(A). LUIZ ALBERTO DELLAQUA, OAB/ES 5.283, INTIMAR PARA COMPARECER, JUNTAMENTE COM O SR. ARILDO ROSSI, EM AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, REDESIGNADA NOS AUTO DA AÇÃO SUPRA MENCIONADA, QUE SERÁ REALIZADA NO **DIA 13/10/2009 ÀS 15:10 HORAS,** NA SALA DE AUDIÊNCIAS EM VITÓRIA – 4º JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO CÍVEL, SITUADO À AV. DOUTOR HERWAN MODENEZE WANDERLEY Nº 1001 – JARDIM CAMBURI – VITÓRIA – ES, CEP:29.090-640 – FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ. TUDO EM CONFORMIDADE COM O DESPACHO DE FLS. 44.

6)PROCESSO Nº .: 024.08.041670-4
REQTE: AFONSO CARLOS VALENTIM
REQDO: OSWALDO VIEIRA MARQUES E OUTROS
ADVOGADO(S): DR(A). ALEXANDRE AUGUSTO VIEIRA DE MELO, OAB/ES 9.322, DR(A). ANA PAULA FERREIRA PEIXOTO, OAB/ES 12.120, INTIMAR A TOMAR CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 122, QUE DEFERIU O REQUERIMENTO FORMULADO AS FLS. 115/116, VIA DE CONSEQÜÊNCIA, DETERMINOU O IMEDIATO DESBLOQUEIO DA PENHORA ON-LINE LEVADA A EFEITO NOS AUTOS ATRAVÉS DO BACEN-JUD NA CONTA DO IMPUGNANTE.

7)PROCESSO Nº .: 024.08.025343-8
REQTE: ALINE DA SILVA BERNABÉ
REQDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO(S): DR(A). SERGIO PADILHA MACHADO, OAB/ES 9.950, DR(A). ANDRESKA DIAS BARRETO, OAB/ES 11.226, INTIMAR A TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 169, PARA, QUERENDO, MANIFESTAR-SE NO PRAZO LEGAL ACERCA DO BLOQUEIO LEVADO A EFEITO ATRAVÉS DO SISTEMA BACEN-JUD (PENHORA ON-LINE).

8)PROCESSO Nº .: 024.08.025343-8
REQTE: ALINE DA SILVA BERNABÉ
REQDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO(S): DR(A). GLEYDS FARIA VIANNA SIMONETTI, OAB/ES 8.043, DR(A). ÁTTILA KUSTER NETTO, OAB/ES 13.988, INTIMAR A TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 169, PARA APRESENTAR BENS SUSCETÍVEIS DE PENHORA EM RELAÇÃO AO VALOR REMANESCENTE, E/OU REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

9)PROCESSO Nº .: 024.09.020209-4
REQTE: RIKELME KRUGER SALES
REQDO: AMERICANAS.COM
ADVOGADO(S): DR(A). CARLO ROMÃO, OAB/ES 9.874, INTIMAR PARA TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 64, DEFERIU O REQUERIMENTO FORMULADO AS FLS. 62, ANTES, POREM DETERMINOU A INTIMAÇÃO DO EXEQÜENTE, PELO SEU ILUSTRE ADVOGADO, PARA APRESENTAR O CNPJ DA EMPRESA EXECUTADA PARA QUE SEJA REALIZADA A DILIGENCIA PRETENDIDA, FICANDO, DESDE JÁ, ADVERTIDO A APRESENTAR MEMÓRIA DO CALCULO ATUALIZADO DO VALOR QUE PRETENDE EXECUTAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 475-B DO CPC, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO.

COMARCAS DE TERCEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ARACRUZ

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL E COMERCIAL
COMARCA DE ARACRUZ

ARACRUZ,ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009

LISTA Nº 119/09

JUIZ DE DIREITO – DR. ADRIANO CORRÊA DE MELLO
PROMOTOR DE JUSTIÇA – DR. RICARDO ALVES KOKOT
CHEFE DE SECRETARIA – ELSON JOSÉ FORECCHI DE OLIVEIRA

ADVOGADOS INTIMADOS:

DRª VERA LUCIA CABALINI
DR. ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA
DR. DIOGO DE SOUZA MARTINS
DR. JOSÉ LOUREIRO OLIVEIRA
DRª GRACELIA MARIA CONTE
DR. ALVARO CEZAR DE ANDRADE
DR. MÁRIO JORGE MARTINS PAIVA
DRª MARIA LUCILIA GOMES
DRª ROVENA ROBERTA DA SILVA LOCATELLI
DR. MARCELLO GONÇALVES FREIRE
DR. FREDERICO JOSÉ LOBATO PIRES
DR. MARCELO NEUMANN
DR. JOÃO DOS SANTOS OLIVEIRA
DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR
DRª TYARA ORLANDO CARVALHO
DR. AMANTINO PEREIRA PAIVA
DR. GUSTAVO DE GOUVEIA FERREIRA DOS SANTOS
DR. THIAGO DE SOUZA PIMENTA
DRª MARCIA AZEVEDO COUTO
DR. JOÃO APRÍGIO MENEZES
DRª LEUZANA MARIA DE ASSUNÇÃO MIRANDA
DR. FRANCISCO GUILHERME APOLONIO COMETTI
DRª GEORGIA ATAÍDE FERREIRA
DRª PAOLA CARDOSO BABILON
DR. GUILHERME LOUREIRO OLIVEIRA

DRª VERA LUCIA CABALINI
AUTOS 00605004396-4 -AÇÃO DE EXECUÇÃO
PARTES: NICODEMOS PATROCINIO DE OLIVEIRA X EDMAR BARCELO GATTI E OUTROS
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PRESTADA PELA RECEITA FEDERAL, CONFORME DESPACHO DE FLS. 225-V.

DR. ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA
AUTOS 00608002939-7 -AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
PARTES: BANESTES S/A X VALDINETE DE SOUZA REZENDE
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 074, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "INTIME-SE O AUTOR PARA RÉPLICA E PARA QUE REQUEIRA O QUE DE DIREITO".

DR. DIOGO DE SOUZA MARTINS
AUTOS 00605004193-5 - AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
PARTES: BANESTES- BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO X MAGRAL MECÂNICA DE INSTRUMENTO LTDA. E OUTRA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 230, O QUAL DEFERIU O PEDIDO DE VISTA POR 20 DIAS PARA A LOCALIZAÇÃO DE BENS.

DR. JOSÉ LOUREIRO OLIVEIRA
AUTOS 00609003743-0- AÇÃO DE USUCAPIÃO
PARTES: GILDO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO X ESPÓLIO DE BRASILIDIO LUIZ DOS SANTOS
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 035, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "AO QUE SE VÊ, A ESCRITURA PÚBLICA DE FLS. 012 FOI LEVADA A REGISTRO PERANTE O CARTÓRIO DE IMÓVEIS DESTA COMARCA, CONFORME SE NOTA EM SEU VERSO. NESSE SENTIDO, CONSIDERANDO QUE O ART. 942 DO CPC EXIGE A CITAÇÃO DA PESSOA EM CUJO NOME ESTIVER REGISTRADO O IMÓVEL USUCAPIENDO, INTIMEM-SE OS AUTORES PARA APRESENTAREM A CERTIDÃO ATUALIZADA DO REGISTRO E QUALIFICAREM O PROPRIETÁRIO DO REFERIDO IMÓVEL, NO PRAZO DE 10 DIAS. NO MESMO PRAZO, DEVERÃO OS AUTORES COMPLEMENTAR O ENDEREÇO DOS CONFINANTES E, HAVENDO, QUALIFICAR AS RESPECTIVAS ESPOSAS, DADA A NATUREZA REAL DA AÇÃO DE USUCAPIÃO".

DRª GRACELIA MARIA CONTE
AUTOS 00605001680-4 - AÇÃO DE EXECUÇÃO
PARTES: BANCO DO BRASIL S/A X CECILIA BAELLES PIMENTEL E OUTROS
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 216, O QUAL DEFERIU O PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO POR 12 MESES.

DR. ALVARO CEZAR DE ANDRADE
AUTOS 00605004693-4 -AÇÃO DE EXECUÇÃO
PARTES: AGROPIM AGROPECUÁRIA PUPPIM LTDA. E OUTROS X BANCO BRADESCO S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 269, O QUAL DEFERIU O PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO POR 120 DIAS.

DR. MÁRIO JORGE MARTINS PAIVA
AUTOS 00604000446-4 - AÇÃO MONITÓRIA
PARTES: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA. X JULIMAR CORDEIRO PEREIRA
FINALIDADE: PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM 10 DIAS, CONFORME DESPACHO DE FLS. 133.

DRª MARIA LUCILIA GOMES
AUTOS 00609002809-0 -AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BANCO FINASA S/A X BRUNA GARUZZI BLANK
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 054, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "FACE AO PEDIDO DE FLS. 51/52, EXPEÇA-SE OFÍCIO AO DETRAN/ES PARA GRAVAR DE INALIENABILIDADE O VEÍCULO ADUZIDO NESTES AUTOS. INTIME-SE O AUTOR PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO APRESENTADAS PELA DEMANDADA, NO PRAZO DE 15 DIAS".

DRª ROVENA ROBERTA DA SILVA LOCATELLI
DR. MARCELLO GONÇALVES FREIRE
DR. FREDERICO JOSÉ LOBATO PIRES
AUTOS 00609000934-8 -AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANOS
PARTES: LUCIRLEI DOS SANTOS E OUTRO X ELISA MARIA DE ALCANTARA ABRANTES E OUTRO
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA PETIÇÃO DE FLS. 433 DO SR. PERITO DO JUÍZO, O QUAL INFORMOU QUE ACEITOU O ENCARGO DE PERITO, BEM COMO QUE ARBITROU OS HONORÁRIOS NO VALOR DE R$ 3.200,00 (TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS). CONTA BANCÁRIA PARA DEPÓSITO: BANCO BANESTES S/A, AGÊNCIA 0148, CONTA Nº 3.041.357.

DR. MARCELO NEUMANN
DR. JOÃO DOS SANTOS OLIVEIRA
AUTOS 00608006375-0 - AÇÃO DE COBRANÇA
PARTES: ESPÓLIO DE GERSON MATOS X BANCO BRADESCO S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 136/138, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "ISSO POSTO, COM FULCRO NO ART. 535 DO CPC, REJEITO OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO".

DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR
AUTOS 00605004316-2- AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BANCO FIAT S/A X CIROMAR GONÇALVES
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 129, O QUAL DEFERIU A PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR 10 DIAS.

DRª TYARA ORLANDO CARVALHO
AUTOS 00609005015-1 - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL
PARTES: WILSON RANGEL BATISTA X BV FINANCEIRA S/A
FINALIDADE: PARA APRESENTAR COMPROVANTE DE RENDIMENTO ATUAL, NO PRAZO DE 10 DIAS, CONFORME DESPACHO DE FLS. 036 E 038.

DR. AMANTINO PEREIRA PAIVA
AUTOS 00605001005-4 - AÇÃO ORDINÁRIA
PARTES: FABIO MENDONÇA MARTINS X BANCO DO BRASIL S/A
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 325, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "A OBRIGAÇÃO JÁ É EXIGÍVEL DESDE O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO, NÃO HAVENDO RESPALDO LEGAL PARA A INTIMAÇÃO PARA O MESMO FIM. PORTANTO, INTIME-SE O CREDOR PARA QUE ATUALIZE O DÉBITO E REQUEIRA O QUE DE DIREITO".

DR. GUSTAVO DE GOUVEIA FERREIRA DOS SANTOS
AUTOS 00609002048-5- AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
PARTES: B.V. FINANCEIRA S.A C.F.I. X ANTONIO MARCOS RUI LOUREIRO
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 032, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "ISTO POSTO, NOS TERMOS DO ART. 257 DO CPC, EM RAZÃO DA FALTA DE PAGAMENTO DAS CUSTAS PRÉVIAS, DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. INTIME-SE".

DR. THIAGO DE SOUZA PIMENTA
AUTOS 00609003267-0- AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
PARTES: VECTOR INDUSTRIA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. X MEGADRILL SOUTH AMÉRICA ENGENHARIA E COMÉRCIO
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DO OFÍCIO DE FLS. 029, ADOTANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS EM 10 DIAS, CONFORME DESPACHO DE FLS. 030.

DRª MARCIA AZEVEDO COUTO
DR. JOÃO APRÍGIO MENEZES
AUTOS 00609002879-3 - AÇÃO DE EXECUÇÃO
PARTES: ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A X JFS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS & CONSTRUÇÃO LTDA.
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO RETRO E PARA ANDAMENTO DO FEITO EM 10 DIAS, CONFORME DESPACHO DE FLS. 039.

DRª LEUZANA MARIA DE ASSUNÇÃO MIRANDA
AUTOS 00609001430-6 -AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
PARTES: CONSORCIO ECONOMICO LTDA. X MARLON COSTA SPINASSE

FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO RETRO E PARA ANDAMENTO DO FEITO, REQUERENDO O QUE DE DIREITO EM 05 DIAS, CONFORME DESPACHO DE FLS. 042.

DR. FRANCISCO GUILHERME APOLONIO COMETTI
AUTOS 00609001697-0 - AÇÃO DE EXECUÇÃO
PARTES: MAURO ANTÔNIO RONI X FRIARA FRIGORÍFICO ARACRUZ LTDA-ME E OUTRO
FINALIDADE: PARA QUE INFORME O INTERESSE NA VENDA OU ADJUDICAÇÃO DO BEM EM 10 DIAS, CONFORME DESPACHO DE FLS. 032.

DRª GEORGIA ATAÍDE FERREIRA
AUTOS 00609002370-3 - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BV FINANCEIRA S/A CFI X ROSIEL DIAS FERNANDES
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DAS CERTIDÕES DE FLS. 020-V E 023, CONFORME DESPACHO DE FLS. 023.

DRª PAOLA CARDOSO BABILON
DRª LEUZANA MARIA DE ASSUNÇÃO MIRANDA
AUTOS 00608003520-4 - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
PARTES: CONTAUTO ADMINISTRAÇÃO E CONSÓRCIOS LTDA. X CRISHTOPHER BALBI
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 089, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "AO QUE SE VÊ, AO PUGNAR PELA CONVERSÃO DA BUSCA E APREENSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO, FORNECEU A AUTORA, PARA TENTATIVA DE CITAÇÃO DO RÉU, O MESMO ENDEREÇO ONDE REALIZADAS DILIGÊNCIAS INEXITOSAS PELO OFICIAL DE JUSTIÇA. TENDO EM VISTA QUE O REQUERIDO NÃO FOI ENCONTRADO NO REFERIDO ENDEREÇO, NÃO HÁ RAZÃO PARA QUE SEJA TENTADA NOVA CITAÇÃO NO MESMO LOCAL, MORMENTE QUANDO SE VISLUMBRA A AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE OCULTAÇÃO. PORTANTO, INTIME-SE A AUTORA PARA EMENDAR A INICIAL, NO PRAZO DE 10 DIAS, DEVENDO INDICAR NOVO ENDEREÇO PARA CITAÇÃO DO DEMANDADO OU REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO".

DR. GUILHERME LOUREIRO OLIVEIRA
AUTOS 00609003476-7 - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
PARTES: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL X PAULO ROBERTO R. SILVA JR
FINALIDADE: PARA QUE RATIFIQUE, EM 05 DIAS, O ACORDO DE FLS. 042, ASSINANDO AQUELA PEÇA, CONFORME DESPACHO DE FLS. 044.

DRª GRACÉLIA MARIA CONTE
AUTOS 00605001935-2 - AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
PARTES: BANCO DO BRASIL S/A X CLERIO ZUCOLOTTO E OUTRO
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 202, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "INTIME-SE O CREDOR DA PETIÇÃO DE FLS. 197 E DO OFÍCIO DE FLS. 199, PROMOVENDO OS ATOS NECESSÁRIOS AO ANDAMENTO DO FEITO EM 10 DIAS".

DR. ALVARO CEZAR DE ANDRADE
AUTOS 00604000107-2 - AÇÃO DE EXECUÇÃO
PARTES: BANCO BRADESCO S/A X SUINORTE SUINOC. NORTE ES E OUTROS
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 467/467-V, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "DE INÍCIO, OBSERVO QUE A DECISÃO DE FLS. 351 AINDA NÃO FOI ATENDIDA PELO CREDOR, NO QUE TANGE À CITAÇÃO DO CO-DEVEDOR. QUANTO AO PEDIDO DE AMPLIAÇÃO DA PENHORA, MANTENHO A DECISÃO AGRAVADA, HAJA VISTA A EXISTÊNCIA DE PENHORA NOS AUTOS E A INDICAÇÃO DE BENS TÍTULOS COMO GARANTIA DA DÍVIDA. DEVENDO A EXECUÇÃO PROCESSAR-SE DO MENOS GRAVOSO EM FAVOR DO DEVEDOR, NÃO HÁ RAZÃO LEGAL PARA AMPLIAÇÃO DA PENHORA ANTES DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DAS GARANTIAS CONSTANTES DOS AUTOS. INTIME-SE".

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTORIO DA 2A VARA CÍVEL ARACRUZ

ARACRUZ-ES, 16 DE SETEMBRO DE 2009.

LISTA Nº 133/2009

JUIZ DE DIREITO – DRª SAYONARA COUTO BITTENCOURT BARBOSA
PROMOTOR DE JUSTIÇA – DR. RONALDO GONÇALVES DE ASSIS
CHEFE DE SECRETARIA – VANIA LUCIA RIBEIRO PARANHOS

ADVOGADOS INTIMADOS:
DR. ANTONIO CEZAR ASSIS DOS SANTOS
DRª MARIA LUCILIA GOMES
DR. MARCOS ROGERIO FERREIRA PATRICIO
DR. ANSELMO FARIAS DE OLIVEIRA
DR. ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA
DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR
DR. BRUNO BARBOSA COMARELLA
DR. ALEXANDRE CERQUEIRA GIL
DRª HELEUSA VASCONSELOS BRAGA SILVA
DR. GUSTAVO DE GOUVEIA FERREIRA DOS SANTOS
DRª MARIA DE FATIMA MONTEIRO
DR. MARCOS ANTONIO GIACOMIN
DR. IVANDE ANDRADE AMORIM
DR. LUIZ EDUARDO PORTELA
DR. JOÃO LUIS CAETANO

DRª HELEUSA VASCONSELOS BRAGA SILVA
AUTOS Nº 006.06.005631-1
AÇÃO: DEPÓSITO
PARTES: CARGA VEÍCULOS LTDA. X JOSE ANTONIO MEDINA DE SOUZA
FINALIDADE: CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 101, NOS SEGUINTES TERMOS: "INTIME-SE O AUTOR PARA SE MANIFESTAR DA DEVOLUÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS E REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO POR FALTA DE INTERESSE."

DR. ALEXANDRE CERQUEIRA GIL
AUTOS Nº 006.05.003044-1
AÇÃO: ORDINÁRIA
PARTES: CBC – CONSTRUTORA BASE E COMÉRCIO LTDA. X BANSIDER FOMENTO MERCANTIL E OUTRO
FINALIDADE: CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 292, NOS SEGUINTES TERMOS: "INTIME-SE A REQUERIDA BANSIDER FOMENTO MERCANTIL, PARA SE MANIFESTAR DE DEVOLUÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA, BEM COMO DO ENDEREÇO APRESENTADO ÀS FLS. 284, DO SR. ROBERTO SEABRA BENEVIDES E SE TEM INTERESSE EM SEU DEPOIMENTO."

DR. BRUNO BARBOSA COMARELLA
AUTOS Nº 006.07.003849-9
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS AMÉRICA MULTICARTEIRA X NILZA MARIA DE JESUS
FINALIDADE: REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO POR FALTA DE INTERESSE, NOS TERMOS DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 64.

DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR
AUTOS Nº 006.08.000390-5
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BANCO FINASA S/A X ELSON PEREIRA DA VITÓRIA
FINALIDADE: CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 78, QUE DEFERIU O PEDIDO DE SUSPENSÃO DO FEITO, POR SESSENTA DIAS.

DRª MARIA LUCILIA GOMES
AUTOS Nº 006.09.001179-9
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. X VALDECIR JONAS FRIGINI
FINALIDADE: CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 30, NOS SEGUINTES TERMOS: "INTIME-SE O AUTOR PARA TOMAR CONHECIMENTO DA CERTIDÃO DA SRA. OFICIAL E REQUERER O QUE DE DIREITO."

DR. ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA
AUTOS Nº 006.08.006372-7

AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: THEREZINHA IZABEL PIMENTEL MODENESE X BANCO BANESTES S/A
FINALIDADE: CIÊNCIA DA RESPEITÁVEL DECISÃO DE FLS. 126, QUE RECEBEU O RECURSO DE APELAÇÃO, EM SEU DUPLO EFEITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 520, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

DR. ANTONIO CEZAR ASSIS DOS SANTOS
AUTOS Nº 006.08.006372-7
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: THEREZINHA IZABEL PIMENTEL MODENESE X BANCO BANESTES S/A
FINALIDADE: CIÊNCIA DA RESPEITÁVEL DECISÃO DE FLS. 126, QUE RECEBEU O RECURSO DE APELAÇÃO, EM SEU DUPLO EFEITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 520, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO PARA APRESENTAR CONTRA RAZÕES RECURSAIS, NO PRAZO DE QUINZE DIAS.

DR. ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA
AUTOS Nº 006.08.006380-0
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: MARCIA TONON SANTI X BANCO BANESTES S/A
FINALIDADE: CIÊNCIA DA RESPEITÁVEL DECISÃO DE FLS. 128, QUE RECEBEU O RECURSO DE APELAÇÃO, EM SEU DUPLO EFEITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 520, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

DR. ANTONIO CEZAR ASSIS DOS SANTOS
AUTOS Nº 006.08.006380-0
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: MARCIA TONON SANTI X BANCO BANESTES S/A
FINALIDADE: CIÊNCIA DA RESPEITÁVEL DECISÃO DE FLS. 128, QUE RECEBEU O RECURSO DE APELAÇÃO, EM SEU DUPLO EFEITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 520, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO APRESENTAR CONTRA RAZÕES RECURSAIS, NO PRAZO DE QUINZE DIAS.

DR. MARCOS ROGERIO FERREIRA PATRICIO
AUTOS Nº 006.06.004369-9
AÇÃO: INDENIZATÓRIA
PARTES: KATIA ELEONORA CALMON PIMENTEL X CLETO MARTINELLI JUNIOR
FINALIDADE: CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 161 VERSO, NOS SEGUINTES TERMOS: "INTIME-SE NOVAMENTE O AUTOR, ATRAVÉS DE SEU ADVOGADO, PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO POR FALTA DE INTERESSE."

DRª MARIA LUCILIA GOMES
AUTOS Nº 006.08.005307-4
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BANCO FINASA S/A X ADILSON BARBOSA DE ALMEIDA
FINALIDADE: CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 58, NOS SEGUINTES TERMOS: "INDEFIRO O PEDIDO DE FLS. 46/57, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE DEFERIMENTO DA LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO."

DR. ANTONIO CEZAR ASSIS DOS SANTOS
AUTOS Nº 006.09.000056-0
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: EDSON EUGENIO GASDPERAZZO X BANCO BANESTES S/A
FINALIDADE: CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 57, NOS SEGUINTES TERMOS: "INTIME-SE A PARTE AUTORA, PARA TOMAR CIÊNCIA DA MANIFESTAÇÃO DE FLS. 46/54, BEM COMO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, REQUERER O QUE DE DIREITO."

DR. ANTONIO CEZAR ASSIS DOS SANTOS
AUTOS Nº 006.08.006451-9
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: RENALDO GONÇALO FRAGA X BANCO BANESTES S/A
FINALIDADE: CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 121, NOS SEGUINTES TERMOS: "INTIME-SE A PARTE AUTORA, PARA TOMAR CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 104/105, E DA PETIÇÃO DE FLS. 106/120, BEM COMO REQUERER O QUE DE DIREITO.

DR. MARCOS ANTONIO GIACOMIN
AUTOS Nº 006.09.003109-4
AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: TRANSERVICE TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. X MEGADRILL SOUTH AMÉRICA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 30, QUE REDESIGNOU AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O **DIA 7 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15 HORAS.**

DR. GUSTAVO DE GOUVEIA FERREIRA DOS SANTOS
DRª MARIA DE FATIMA MONTEIRO
AUTOS Nº 006.09.000822-5
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BANCO FINASA S/A X JAILTON GERALDO L. GREGORIO
FINALIDADE: CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 61, QUE REDESIGNOU AUDIÊNCIA PRELIMINAR PARA O **DIA 7 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13H30MIN.**

DR. IVANDE ANDRADE AMORIM
DR. LUIZ EDUARDO PORTELA
DR. JOÃO LUIS CAETANO
AUTOS Nº 006.09.008789-4
AÇÃO: REIVINDICATÓRIA
PARTES: IRMÃOS MORO LTDA. X ESPÓLIO DE REINOR DIAS DE OLIVEIRA E OUTROS
FINALIDADE: CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 178, QUE REDESIGNOU AUDIÊNCIA PRELIMINAR PARA O **DIA 7 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 16 HORAS.**

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DA SEGUNDA VARA CÍVEL
COMARCA DE ARACRUZ

ARACRUZ-ES, 17 DE SETEMBRO DE 2009.

LISTA Nº 134/09

JUIZ DE DIREITO – DRª SAYONARA COUTO BITTENCOURT BARBOSA
PROMOTOR DE JUSTIÇA – DR. RONALDO GONÇALVES DE ASSIS
CHEFE DE SECRETARIA – VÂNIA LÚCIA RIBEIRO PARANHOS

ADVOGADOS INTIMADOS:
DR. FRANCISCO G. M. APOLONIO COMETTI
DR. ALVARO CÉZAR DE ANDRADE
DR. EDUARDO GARCIA JÚNIOR
DR. MARCOS ROGÉRIO F. PATRÍCIO
DR. ANSELMO FARIA DE OLIVEIRA
DR. GUILHERME MIRANDA RIBEIRO
DRª. MARINA DE PAULA
DR. WELBER FABRIS
DRª. MÁRCIA AZEVEDO COUTO
DRª. ARIELA RODRIGUES LOUREIRO
DR. GUILHERME LOUREIRO OLIVEIRA

DR. GUILHERME MIRANDA RIBEIRO
AUTOS N.º: 006.09.000306-9
AÇÃO: MONITÓRIA
PARTES: O FORTE DOS PARAFUSOS E FERRAMENTAS LTDA. X INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL DALLAPICOLA LTDA.
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DA RESPOSTA DO SISTEMA BACENJUD, BEM COMO, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

DRª. MARINA DE PAULA
AUTOS N.º: 006.09.004691-0
AÇÃO: USUCAPIÃO
PARTES: ROSEMERE MORO GASPARINI
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DE TODOS OS TERMOS DO R. DESPACHO DE FLS. 32, NOS SEGUINTES TERMOS: "1. TRATA-SE DE

AÇÃO DE USUCAPIÃO AJUIZADA POR ROSEMERE MORO GASPARINI EM FACE DE JONAS FERREIRA DA ROCHA. 2. VERIFICO QUE O DEMANDADO, JONAS FERREIRA DA ROCHA, AO QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO O IMÓVEL USUCAPIENDO, É FALECIDO DESDE 12/01/2004, CONFORME CERTIDÃO DE ÓBITO ÀS FLS. 10 DOS AUTOS. 3. ASSIM, COM FULCRO NO ART. 284 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DETERMINO A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA QUE EMENDE A INICIAL, ADEQUANDO-A AO DISPOSTO NO ART. 942 DO MESMO DIPLOMA LEGAL, COM O FIM DE REGULARIZAR O PÓLO PASSIVO DA AÇÃO, ESPECIFICANDO O ESPÓLIO DO REQUERIDO, CASO HAJA INVENTÁRIO, OU OS HERDEIROS DO MESMO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE INDEFERIMENTO".

DR. ALVARO CEZAR DE ANDRADE
AUTOS N.º: 006.09.001250-8
AÇÃO: EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA
PARTES: BANCO BRADESCO S/A X CALMONT COM DE EQUIP. INDUSTRIAIS MONT E MANUTENÇÃO LTDA-ME E OUTROS
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DE TODOS OS TERMOS DO DESPACHO DE FLS. 54, QUE DEFERIU O PEDIDO DE FLS. 53, SUSPENDENDO O FEITO PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES.

DR. EDUARDO GARCIA JÚNIOR
AUTOS N.º: 006.09.003914-7
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
PARTES: BV FINANCEIRA S/A CFI X DERLAN SIMPLÍCIO VIEIRA
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DE TODOS OS TERMOS DA R. DECISÃO DE FLS. 26, NOS SEGUINTES TERMOS: "... DIANTE DA AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO VÁLIDA E REGULAR DO REQUERIDO, NO CASO EM TELA, INDEFIRO A MEDIDA LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO DO VEÍCULO ALIENADO FIDUCIARIAMENTE".

DR. WELBER FABRIS
AUTOS N.º: 006.08.006536-7
AÇÃO: REINTEGRATÓRIA
PARTES: BANCO ITAULEASING S/A X JOSÉ LUIZ FERREIRA DOS SANTOS
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DE TODOS OS TERMOS DA R. DECISÃO DE FLS. 39, NOS SEGUINTES TERMOS: "DIANTE DA CERTIDÃO DE FLS. 38, EM CONFORMIDADE COM DISPOSTO NO ARTIGO 257, DO CPC, DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DO FEITO, ANTE A AUSÊNCIA DE PREPARO. 2. INTIME-SE O ILUSTRE ADVOGADO A BUSCAR OS REFERIDOS DOCUMENTOS, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, SOB PENA DE DESTRUIÇÃO DOS MESMOS".

DR. MARCOS ROGÉRIO F. PATRÍCIO
AUTOS N.º: 006.04.002410-8
AÇÃO: MONITÓRIA
PARTES: SEMP TOSHIBA AMAZONAS S/A X IRMÃOS MINCHIO LTDA-ME
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 333, NOS SEGUINTES TERMOS: "DEFIRO O PEDIDO DE FLS. 330/332. INTIME-SE O REPRESENTANTE DA REQUERIDA PARA EM 05 (CINCO) DIAS, INDICAR BENS PASSÍVEIS DE PENHORA E SEUS RESPECTIVOS VALORES".

DRª. MÁRCIA AZEVEDO COUTO
AUTOS N.º: 006.05.004362-6
AÇÃO: EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
PARTES: ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A X EUNICE P. DE SOUZA - ME
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DA RESPOSTA DO SISTEMA BACENJUD, BEM COMO, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

DRª. FRANCISCO G. M. APOLÔNIO COMETTI
AUTOS N.º: 006.08.003112-0
AÇÃO: EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA
PARTES: UNIMED PIRAQUEAÇU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO X MELP SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DA RESPOSTA DO SISTEMA BACENJUD, BEM COMO, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

DRª. ARIELA RODRIGUES LOUREIRO
AUTOS N.º: 006.05.000331-5
AÇÃO: CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA
PARTES: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS X ESPÓLIO DE CRESCENCIANO VICENTE LOUREIRO
FINALIDADE: PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

DR. ANSELMO FARIA DE OLIVEIRA
AUTOS N.º: 006.08.001934-9
AÇÃO: REINTEGRATÓRIA
PARTES: ARACRUZ CELULOSE S/A X ADÃO FERREIRA DOS REIS
FINALIDADE: PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 260 Vº, DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA, BEM COMO, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

DR. GUILHERME LOUREIRO OLIVEIRA
AUTOS N.º: 006.04.003634-2
AÇÃO: EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA
PARTES: ESPÓLIO DE HELIO SANTANA DE ARAÚJO X JOÃO LUIZ MARTA
FINALIDADE: PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, FORNECER O NÚMERO DO CPF DO EXECUTADO, PARA TENTATIVA DE BLOQUEIO VIA SISTEMA BACENJUD.

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
COMARCA DE ARACRUZ

JUIZ DE DIREITO: BRAZ ARISTÓTELES DOS REIS
PROMOTOR DE JUSTIÇA: LUCIANA ALMADA DE MAGALHÃES FARIAS CHAMOUN
CHEFE DE SECRETARIA: PRISCILA RIBEIRO PEDRO

LISTA 119-09-09

ADVOGADOS INTIMADOS

DR WELLINGTON RIBEIRO VIEIRA

PROCESSO Nº **ADOÇÃO** Nº **006.08.006633-2**
REQUERENTE: M. J. C. D. E OUTRO
REQUERIDO: J. A. C. E OUTRO
INTIMO: O **DR. WELLINGTON RIBEIRO VIEIRA**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.112/118, QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO DE ADOÇÃO FEITOS PELOS REQUERENTES, E JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART.269, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, AQUI UTILIZADO SUBSIDIARIAMENTE.

ARACRUZ/ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009

PRISCILA RIBEIRO PEDRO
CHEFE DE SECRETARIA

COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E COMERCIAL DA COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

JUIZ: DR EVANDRO COELHO DE LIMA
PROMOTORA: DRª ANA CAROLINA LAGE
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: DRª CRISTINA MARIA MENDES SOBREIRA FERREIRA

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELA RESOLUÇÃO Nº 013/92 DA EGRÉGIA CORREGEDORIA DESTE ESTADO

LISTA Nº 58/2009

RELAÇÃO DOS ADVOGADOS NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 027/97 E DO CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ES. ART. 55.

INTIMO

ALDAHIR FONSECA FILHO
ALESSANDRA GOMES HOUDJAKOFF
ALESSANDRE TOTTI
ALEX VAILLANT FARIAS
ALEXANDRE CARVALHO SILVA
ALEXANDRE LIGNONIDE MIRANDA S. ALBUQUERQUE
ALEXANDRE RABELLO DE FREITAS
ALEXANDRE CARVALHO SILVA
ALEXANDRE DE ASSIS ROSA
ANDRÉ FRANCISCO RIBEIRO GUIMARÃES
ANGELA NUNES LAGE
ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA
ATÍLIO GIRO MEZADRE
BIANCA MOTTA PRETTI
BRÁULIO ANTÔNIO DA COSTA
BRENO FAJARDO LIMA
BRUNO HERMÍNIO ALTOÉ
CARLINDO SOUZA NETO
CARLOS ALBERTO AMORIM DE ASSIS
CARLOS ALBERTO GOUVÊA DERCY
CARLOS EDUARDO VIANA ROSA
CARLOS QUINTINO
CLEMILDO CORRÊA
CLOVIS DE BARROS
DARCIO JOSÉ DA MOTA
DIOGO MARTINS
EDER JACOBOSKI VIEGAS
EDIMAR AUGUSTO RABELLO
EDUARDO GARCIA JUNIOR
ELAINE PETRI FIORIO ALVES
ELSON PEREIRA LACERDA
EVERSON COELHO
FABRICIO TADDEI CICILIOTTI
FELIPE TELES SANTANA
FERNANDO ANTONIO CONTARINI STAFANATO
FERNANDO CARLOS FERNANDES
GILDO DALTO JUNIOR
GLEIDSON DA SILVA ALMEIDA
GUSTAVO DE GOUVEIA FERREIRA S
IDALINA LOCATEL DE CHIPAMO
IZAIAS CORRÊA BARBOZA JUNIOR
JAMILSON JOSÉ DE ALMEIDA JUNIOR
JAQUELINI DE ANDRADE SCHIAVO
JOÃO CARLOS ASSAD
JOSE RENATO ALTOÉ
JOSÉ ALEXANDRE CHEIM SADER
JOSÉ TADEU ELIAS DE ABREU PEREIRA
KAROLINI FREITAS HOFFMAN
KÊNIA PACÍFICO DE ARRUDA
LIVIA DAVEL FROSSARD
LUCIANA VALVERDE MORETE
LUCIENE PEREIRA LUBE
LUIZ LOPES DE CARVALHO NETO
MARCELA MACHADO FERRI BERNARDES
MARCELO COSTA ALBANI
MARCELO GAMA NAZÁRIO DA FONSECA
MARCELO BALIANA JUSTO
MARCELO PAGANI DEVENS
MARCOS ADRIANE MACHADO
MARGARETH WANDERMUREM LIMA
MARIA LUCIA CHEIM JORGE
MARIA LUCILIA GOMES
MARIA LUCIA CHEIM JORGE
MARIO CESAR GOULART DA MOTA
MARIO SERGIO NEMER VIEIRA
NEIVA PINTO MAGALHÃES
NELSON PASCHOALOTTO
ORLANDO NOVAES FILHO
PAULO ROBERTO ASSAD
PEDRO DIAS LESQUEVES
PEDRO PAULO BICCAS
PRISCILA PERIM GAVA DE VICTA
RENATA CUNHA PICCOLI
RICARDO TADEU RIZZO BICALHO
ROBERTA SARDENBERG GUIMARÃES HENRIQUES
ROBERTA GORETTI GUARNIER
RODRIGO SEBASTIÃO SOUZA
RODRIGO ZACCHE SCABELLO
ROGERIO KEIJO K. SPITZ
RÔMULO LOUZADA BERNARDO
SAMUEL A. LOCATEL CHIPAMO
SAMUEL ANHOLETE
SELÇO DALTO
SIDINEIA DE FREITAS DIAS
SIDNEY FONSECA SARAIVA
UDNO ZANDONADE
VALMIR SOUZA TRINDADE
VICTOR DE CARVALHO STANZANI
WELITON ROGER ALTOÉ
WILSON MARCIO DEPES
WILSON ROBERTO ARÊAS

DR. VICTOR DE CARVALHO STANZANI
EXECUÇÃO Nº 011090080778
EXEQUENTE: MUNGO & TREVISAN REPRESENT. COMERCIAIS
EXECUTADO: PATRICIO SUFIATTI CARVALHO
PARA SE MANIFESTAR ACERCA DO DOCUMENTO DE FLS. 27/29, QUE REVELA INSUCESSO NA TENTATIVA DE BLOQUEIO DE VALORES EM NOME DO DEVEDOR

DRª ANGELA NUNES LAGE
DR. CARLINDO SOUZA NETO
COBRANÇA Nº 011090090496
REQUERENTE: CLEMILSON MEDEIROS NATIVIDADE
REQUERIDO: BANESTES SEGUROS S/A
DO R. DESPACHO DE FLS. 123 E PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO DE FLS. 109/122, NO PRAZO DE LEI.

DR. PEDRO DIAS LESQUEVES
DRª KAROLINI FREITAS HOFFMAN
DR. MARCELO COSTA ALBANI
COBRANÇA Nº 011090018992
REQUERENTE: DELIZETE DA SILVA BENINCA
REQUERIDO: UNIBANCO S/A
PARA OFERECEREM CONTRARRAZÕES NO PRAZO DE LEI.

DRª LUCIENE PEREIRA LUBE
ORDINÁRIA Nº 011080209031
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA LEMOS LOPES
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S/A
PARA OFERECER CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO DE FLS. 70/118, NO PRAZO DE LEI.

DR. ALEXANDRE CARVALHO SILVA
RESSARCIMENTO Nº 011080191486
REQUERENTE: MARCELO MINTO
REQUERIDO: MARCIO TEIXEIRA LARA
PARA SE MANIFESTAR ACERCA DO DOCUMENTO DE FLS. 63/65, QUE APONTA UM TERCEIRO, COMO TITULAR DA PROPRIEDADE

DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR
BUSCA E APREENSÃO Nº 011080163477
REQUERENTE: BANCO ITAUCARD
REQUERIDO: MARCELO DAS CHAGAS FERREIRA
DA DEVOLUÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA DE CITAÇÃO ÀS FLS. 34 VERSO, POR MOTIVO DE "DESCONHECIDO".

DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR
REINTEGRATÓRIA Nº 011080098582
REQUERENTE: BANCO ITAUCARD S/A
REQUERIDO: PADARIA CONF. PÃO DO BAIRRO
DO R. DESPACHO DE FLS. 100, QUE INDEFERIU OS PEDIDOS DE FLS. 98/99, PELOS MESMOS FUNDAMENTOS EXPOSTOS NO DESPACHO DE FLS. 95.

DR. MARCELO GAMA NAZÁRIO DA FONSECA
DECLARATÓRIA Nº 011080208280
REQUERENTE: LUCIA CRISTINA FIORIN DE SA
REQUERIDO: BANCO BANESTES
PARA OFERECER RESPOSTA À APELAÇÃO DE FLS. 105/120, NO PRAZO DE LEI.

DR. SAMUEL A. LOCATEL CHIPAMO
MONITÓRIA Nº 011090009215
REQUERENTE: ANTONIO AUTO PEÇAS LTDA.
REQUERIDO: POSTO E RESTAURANTE ELDORADO
DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA DE FLS. 32/33, E PARA REQUERER O QUE DE DIREITO.

DRª MARIA LUCIA CHEIM JORGE
DRª LUCIANA VALVERDE MORETE
INDENIZAÇÃO Nº 011970068679
REQUERENTE: NORMA COELHO FRANCISCHETO
REQUERIDO: BTA GRANITOS E MARMORES
DA R. SENTENÇA DE FLS. 138, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO NA FORMA DO ARTIGO 794, II DO CPC.

DR. DIOGO MARTINS
BUSCA E APREENSÃO Nº 011090067072
REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL S/A
REQUERIDO: REINALDO CASAGRANDE
PARA SE MANIFESTAR ACERCA DO OFÍCIO DO DETRAN DE FLS. 31/32

DRª BIANCA MOTTA PRETTI
REINTEGRATÓRIA Nº 011090000479
REQUERENTE: BANCO ITAULEASING S/A
REQUERIDO: ADILSON DE SOUZA
PARA REQUERER O QUE DE DIREITO FACE O TRÂNSITO EM JULGADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 29/30

DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR
BUSCA E APREENSÃO Nº 011090005353
REQUERENTE: BANCO ITAUCARD S/A
REQUERIDO: BRUNO FERREIRA GAVA
PARA REQUERER O QUE DE DIREITO EM RAZÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 37/38

DR. RICARDO TADEU RIZZO BICALHO
CAUTELAR Nº 011090014223
REQUERENTE: MEGA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
REQUERIDO: MECANICA PEDROZA
PARA REQUERER O QUE DE DIREITO EM RAZÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 72/73

DRª MARCELA MACHADO FERRI BERNARDES
DESPEJO Nº 011080047787
REQUERENTE: OLGA DE JESUS RUBIM
REQUERIDO: J.R. TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
PARA OFERECER RÉPLICA À CONTESTAÇÃO DE FLS. 72/73

DR. ALEXANDRE RABELLO DE FREITAS
USUCAPIÃO Nº 011090108520
REQUERENTE: MARCIO ALVES
REQUERIDO: ADELAIDE ROSA DE FARIAS
PARA SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DE FLS. 33 VERSO, QUE FICOU IMPOSSIBILITADO DE CITAR JORGE LIMA DOS SANTOS E JORGE LIMA DOS SANTOS.

DRª ELAINE PETRI FIORIO ALVES
USUCAPIÃO Nº 011090095149
REQUERENTE: VICENTE DE PAULA MATHIAS
PARA SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DE FLS. 21 VERSO, QUE FICOU IMPOSSIBILITADO DE CITAR MARLY TEIXEIRA, POR SER DESCONHECIDA NO LOCAL.

DR. CLEMILDO CORRÊA
USUCAPIÃO Nº 011030755026
REQUERENTE: SOCIEDADE EUNICE WEAVER
PARA TER VISTAS FACE AO DESARQUIVAMENTO DOS AUTOS

DRª LIVIA DAVEL FROSSARD
USUCAPIÃO Nº 011090048718
REQUERENTE: FFRANCISCO JOSE RIBEIRO
REQUERIDO: ELENILDO MASSAFRA
PARA SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DE FLS.45 VERSO, EM RAZÃO DA NÃO CITAÇÃO DE JOEL PINTO, POR NÃO RESIDIR NO LOCAL INFORMADO.

DR. WELITON ROGER ALTOÉ
ACIDENTE DE TRABALHO Nº 011090071959
REQUERENTE: ANTONIO MODESTO DA ROCHA
REQUERIDO: INSS
PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA DEFESA DE FLS. 123/144

DR.ANDRÉ FRANCISCO RIBEIRO GUIMARÃES
DECLARATÓRIA Nº 011080092486
REQUERENTE: LUZIA LEIDA DIAS FEU
REQUERIDO: BANCO FINASA S/A
PARA OFERECER CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO DE FLS. 108/120, NO PRAZO DE LEI.

DR. PAULO ROBERTO ASSAD
INDENIZATÓRIA Nº 011080107078
REQUERENTE: PATRICIA ESGRANCO LAZARO
REQUERIDO: MARIO PACHECO
PARA ASSINAR A PEÇA DE FLS. 88.

DR. MARCELO GAMA NAZÁRIO DA FONSECA
SUMÁRIA DE INDENIZAÇÃO Nº 011970066525
REQUERENTE: VIAÇÃO ITAPEMIRIM
REQUERIDO: JOSIAS DO NASCIMENTO
PARA SE MANIFESTAR ACERCA DOS TERMOS DA DEPRECATA DE FLS. 139/158

DR. EVERSON COELHO
DR. MARCELO BALIANA JUSTO
REVISIONAL Nº 011090068211
REQUERENTE: MARMOPRATES MARMORES E GRANITOS LTDA.
REQUERIDO: ESCELSA S/A
PARA INFORMAREM ACERCA DA EFETIVAÇÃO DE UMA COMPOSIÇÃO, FACE AO DECURSO DO PRAZO DE 30 DIAS DE SUSPENSÃO.

DR. BRUNO HERMÍNIO ALTOÉ
REPARAÇÃO DE DANOS Nº 011070068447
REQUERENTE: VIAÇÃO ITAPEMIRIM S/A
REQUERIDO: RAFAEL ROUX
PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, FACE AO INSUCESSO NA TENTATIVA DE BLOQUEIO DE VALORES EM NOME DO DEVEDOR.

DR. JOSÉ ALEXANDRE CHEIM SADER
MONITÓRIA Nº 011090008035
REQUERENTE: BANESTES S/A
REQUERIDO: JOLUMAR MARMORES
PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO

DR. ALEXANDRE RABELLO DE FREITAS
BUSCA Nº 011070127623
REQUERENTE: BANCO PANAMERICANO
REQUERIDO: IRENE DO VALLE JACOMELLI
PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, EM RAZÃO DA TENTATIVA DE BLOQUEIO DE VALORES EM NOME DO DEVEDOR, TER REVELADO INEXITOSA.

DRª MARIA LUCILIA GOMES
BUSCA Nº 011090068658
REQUERENTE: BANCO TOYOTA DO BRASIL
REQUERIDO: REGINA CELE COSSETTI PRATES
PARA SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DE FLS. 29 E 30, QUE DEIXOU DE FAZER A BUSCA EM RAZÃO DO VEÍCULO SE ENCONTRAR EM OUTRO ESTADO, COM PESSOA DESCONHECIDA

DRª KÊNIA PACÍFICO DE ARRUDA
BUSCA Nº 011090055598
REQUERENTE: LUCIANO DE SOUZA FONSECA
REQUERIDO: CARLOS SANDRO
PARA SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DE FLS. 23 VERSO, QUE DEIXOU DE PROCEDER A APREENSÃO DO VEÍCULO TENDO EM VISTA QUE O BEM FOI VENDIDO A UMA TERCEIRA PESSOA

DR. ALEX VAILLANT FARIAS
MONITÓRIA Nº 011080044545
REQUERENTE: CREDIROCHAS
REQUERIDO: MUNDIMAR MUNDIAL MARMORES LTDA.
PARA COMPROVAR A PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CITAÇÃO NO ÓRGÃO OFICIAL, COM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 232, III DO CPC.

DR. JOSÉ TADEU ELIAS DE A. PEREIRA
DR. FELIPE TELES SANTANA
DR. BRENO FAJARDO LIMA
REPARAÇÃO Nº 011080193318
REQUERENTE: ELTON CONTI DOS SANTOS
REQUERIDO: VIAÇÃO FLECHA BRANCA
DA DECISÃO DE FLS. 197, QUE CONHECEU OS EMBARGOS, PARA ACOLHE-LOS EM OARTE, A FIM DE CONSTAR NO ITEM B) DE FOLHAS 184, A SEGUINTE REDAÇÃO: "50%(CINQUENTA POR CENTO) DA TOTALIDADE DOS VALORES CORRESPONDENTES À REMUNERAÇÃO QUE PERCEBIA À ÉPOCA DO ACIDENTE, QUAL SEJA, R$ 779,00, DA DATA DO EVENTO DANOSO ATÉ A DATA DA CESSAÇÃO DO BENDFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PERCEBIDO, DESCONTADOS OS VALORES DESTE ÚLTIMO".

DR. MARIO CESAR GOULART DA MOTA
MONITÓRIA Nº 011080096099
REQUERENTE: UNIBANCO S/A
REQUERIDO: LETICIA REFRIGERAÇÃO ATACADISTA
DO R. DEAPCHO DE FLS. 101, QUE DEFERIU O REQUERIMENTO DA LETRA A DE FLS. 98 E QUANTO AOS DEMAIS, CABE A PARTE INTERESSADA DILIGENCIÁ-LOS

DR. GILDO DALTO JUNIOR
CONSIGNAÇÃO Nº 011080113860
REQUERENTE: OSIAS GONÇALVES LIMA
REQUERIDO: CONDOMINIO DO ED. POLO SUL
DO R. DESPACHO DE FLS. QUE INFORMA QUE O PROTESTO PODE E DEVE SER BAIXADO POR INICIATIVA PRÓPRIA DAS PARTES, SEM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DO ESTADO-JUIZ, PARA TANTO, BASTA QUE O PORTADOR DO TÍTULO FORNEÇA A SEU EMITENTE A RESPECTIVA CARTA DE ANUÊNCIA.

DR. ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA
INDENIZATÓRIA Nº 011060014187
REQUERENTE: DISPOL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO
REQUERIDO: UNIBANCO S/A
PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

DR. IZAIAS CORRÊA BARBOZA JUNIOR
INDENIZATÓRIA Nº 011090064343
REQUERENTE: TEMOTEO TORQUATO FERREIRA
REQUERIDO: BRASCOBRA CENTER LTDA.
PARA OFERECER RÉPLICA À CONTESTAÇÃO DE FLS. 89/106

DR. RODRIGO SEBASTIÃO SOUZA
DRª MARIA LUCIA CHEIM JORGE
DR. JOSÉ TADEU ELIAS DE ABREU PEREIRA
INDENIZATÓRIA Nº 011070100612
REQUERENTE: MIGUEL FELIX
REQUERIDO: VIAÇÃO FLECHA BRANCA LTDA.
DO R. DESPACHO DE FLS. 290, QUE ACOLHEU OS DECLARATÓRIOS PARA TORNAR SEM EFEITO O ITEM 34 DA SENTENÇA. COM EFEITO, FOI ELABORADO UM EVIDENTE EQUIVOCO E QUANTO AOS HONORÁRIOS DA LIDE SECUNDÁRIA, NADA A ACLARAR, POIS A SENTENÇA ENTENDEU NÃO TER HAVIDO RESISTÊNCIA PELA DENUNCIADA.

DRª SIDINEIA DE FREITAS DIAS
DR. WILSON MARCIO DEPES
INDENIZATÓRIA Nº 011090007821
REQUERENTE: VANESSA D. NAZARIO
REQUERIDO: IMAFAR FARMACIA E MANIPULAÇÃO
PARA FORMULAREM QUESITOS E INDICAREM ASSISTENTES TÉCNICOS EM CINCO DIAS

DR. WILSON ROBERTO ARÊAS
REPARAÇÃO Nº 011050183356
REQUERENTE: VIAÇÃO ITAPEMIRIM
REQUERIDO: ITUANO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
PARA SE MANIFESTAR ACERCA DOS TERMOS DO OFICIO DA RECEITA FEDERAL DE FLS 124/377.

DRª IDALINA LOCATEL DE CHIPAMO
DR. EDIMAR AUGUSTO RABELLO
REINDICATÓRIA Nº 011070135717
REQUERENTE: ZELIA BARBIERI SILVA
REQUERIDO: MARIA DA PENHA FERRAZ
DA DESCIDA DOS AUTOS DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DR. CLOVIS DE BARROS
INTERDITO Nº 011080084053
REQUERENTE: LEONILDA GAVA BARROS
REQUERIDA: CLAUDIO CAVALIERE
PARA INFORMAR O RESULTADO DA VISTORIA

DRª RENATA CUNHA PICCOLI
ANULATÓRIA Nº 011080173914
REQUERENTE: ANDREIA MELO DA SILVA BARBOSA
REQUERIDO: BANCO ITAÚ S/A
PARA TRAZER AOS AUTOS NO PRAZO DE CINCO(05) DIAS, OS DOCUMENTOS ORIGINAIS E NÃO CÓPIAS, CONSOANTE SE VÊ DE FLS. 71/78, COM AS ADVERTÊNCIAS DO ARTIGO 359 DI CPC.

DR. NELSON PASCHOALOTTO
BUSCA E APREENSÃO Nº 011080204602
REQUERENTE: BANCO ITAÚ S/A
REQUERIDO: ZILDO CARVALHO DE OLIVEIRA
PARA SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DE FLS. 30 VERSO, QUE DEIXOU DE CITAR ZILDO CARVALHO DE OLIVEIRA, UMA VEZ QUE FOI INFORMADO PELA EX-ESPOSA QUE O MESMO TRABALHA EM GIRONDA, MAS NÃO SABENDO O ENDEREÇO OU O NOME DA EMPRESA.

DR. RÔMULO LOUZADA BERNARDO
MONITÓRIA Nº 011070225443
REQUERENTE: OPC FOMENTO MERCANTIL
REQUERIDO: EDUGRAMAR MARMORES
PARA REQUERER O QUE LHE PARECER DE DIREITO EM DEZ(10) DIAS.

DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR
BUSCA Nº 011080163493
REQUERENTE: BANCO FINASA
REQUERIDO: FERNANDO RANGEL CARVALHO
PARA INFORMAR O NOVO ENDEREÇO DO DEMANDADO EM DEZ(10) DIAS

DR. FABRICIO TADDEI CICILIOTTI
MONITÓRIA Nº 011090002335
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO SUL DO E. S.
REQUERIDO: JOSE ELIAS DA SILVA
PARA OFERECER RÉPLICA NO PRAZO DE LEI.

DR. FERNANDO ANTONIO CONTARINI STAFANATO
DR. ALDAHIR FONSECA FILHO
MONITÓRIA Nº 011080139188
REQUERENTE: ITACAR FACTORING E FOMENTO MERCANTIL
REQUERIDO: EDUGRAMAR MARMORES
PARA DIZEREM SE A TRANSAÇÃO PROPOSTA SE EFETIVOU

DRª ALESSANDRA GOMES HOUDJAKOFF
DR. MARIO SERGIO NEMER VIEIRA
BUSCA Nº 011080112169
REQUERENTE: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
REQUERIDO: ESPÓLIO DE JOSÉ SOARES DA SILVA
DO R. DESPACHO DE FLS. 53, QUE INDEFERIU OS PEDIDOS DE FLS. 47/52, EM RAZÃO DA SENTENÇA DE FLS. 44.

DRª ANGELA NUNES LAGE
PRESTAÇÃO Nº 011090080095
REQUERENTE: ADRIANE RODRIGUES DAMACENA
REQUERIDO: SULCRED
PARA OFERECER RÉPLICA À CONTESTAÇÃO DE FLS. 46/58

DRª NEIVA PINTO MAGALHÃES
REPARAÇÃO Nº 011090037778
REQUERENTE: DEISE MENGALI MOZER
REQUERIDO: CENTRO UNIVERSITÁRIO SÇAO CAMILO
PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO DE FLS. 111/114, NO PRAZO DE LEI.

DR. GUSTAVO DE GOUVEIA FERREIRA S.
BUSCA Nº 011090070415
REQUERENTE: B V FINANCEIRA S/A
REQUERIDO: ALICE FERREIRA SOARES
DA R. SENTENÇA DE FLS. 22, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, NOS TERMOS DO ARTIGO 267, INCISO VIII, DO CPC.

DR. VALMIR SOUZA TRINDADE
BUSCA Nº 011090044774
REQUERENTE: BANCO FINASA
REQUERENTE: ALEXANDRE MORAIS ESTARNECK
DA R. SENTENÇA DE FLS. 24/25, QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL NOS TERMOS DO DECRETO LEI 911/69

DR. ALESSANDRE TOTTI
BUSCA Nº 011090060036
REQUERENTE: BANCO BRADESCO
REQUERIDO: JOSE MARIA DA SILVA PEREIRA
DA R. SENTENÇA DE FLS. 31, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, NOS TERMOS DO ARTIGO 267, INCISO VIII DO CPC.

DR. RODRIGO ZACCHE SCABELLO
DR. JAMILSON JOSÉ DE ALMEIDA JUNIOR
DR. MARCELO PAGANI DEVENS
INDENIZATÓRIA Nº 011070033672
REQUERENTE: ANSELMO SILVEIRA
REQUERIDO: ESCELSA S/A
PARA APRESENTAREM CONTRARRAZÕES NO PRAZO DE LEI.

DR. ALEXANDRE CARVALHO SILVA
INDENIZATÓRIA Nº 011080074104
REQUERENTE: MARIA DA PENHA RESENDE
REQUERIDO: AZ RECAUCHUTADORA
PARA OFERECER CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO DE FLS. 83/88, NO PRAZO DE LEI.

DR. CARLOS ALBERTO AMORIM DE ASSIS
DR. JAMILSON JOSÉ DE ALMEIDA JUNIOR
INDENIZAÇÃO Nº 011990295146
REQUERENTE: SEBASTIÃO LUIZ BATISTA
REQUERIDO: NÉDIO LOPES MACIEL
DO BLOQUEIO EFETIVADO, CONSOANTE DOCUMENTO DE FLS. 396/398

DR. DARCIO JOSÉ DA MOTA
REPARAÇÃO Nº 011060071039
REQUERENTE: VIAÇÃO ITAPEMIRIM
REQUERIDO: CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA
DA DEVOLUÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA DE FLS. 328 VERSO, EMITIDA AO REQUERIDO, POR MOTIVO DE "MUDANÇA DE ENDEREÇO"E PARA EFETUAR O DEPOSITO DO VALOR DE R$ 222,99, REFERENTE AS CUSTAS REMANESCENTES.

DR. MARCELO PAGANI DEVENS
REPARAÇÃO Nº 011030736752
REQUERENTE: GRAMARTINS MOAGEM LTDA.
REQUERIDO: ESCELSA
PARA SE MANIFESTAR ACERCA DO OFÍCIO DA RECEITA FEDERAL DE FLS.285 /433

DR. SAMUEL ANHOLETE
REINTEGRAÇÃO DE POSSE Nº 011010553813
REQUERENTE: MARIA JOSE DE OLIVEIRA
REQUERIDO: ORLANDO CALEGARI
DA PERÍCIA DESIGNADA PARA O **DIA 21/09/2009, ÀS 15:00 HORAS**, NO IMÓVEL OBJETO DO LITÍGIO.

DR. CARLOS ALBERTO GOUVÊA DERCY
REPARAÇÃO Nº 011020694524
REQUERENTE: ORLANDO FERNANDES
REQUERIDO: MARIA GERLANE DIAS FEU
PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

DR. ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA
DR. WILSON ROBERTO ARÊAS
INDENIZAÇÃO Nº 011970064892
REQUERENTE: VIAÇÃO ITAPEMIRIM
REQUERIDO: TRANSPORTE CRUZ LTDA.
PARA EFETUAR O DEPÓSITO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, NOVALOR DE R$ 4.964,52, NO PRAZO DE CINCO DIAS, SOB PENA DE PRECLUSÃO DA PROVA

DR. ALDAHIR FONSECA FILHO
INDENIZAÇÃO Nº 011010524673
REQUERENTE: RUTH MARIA NOLIN
REQUERIDO: TORA TRANSPORTES INDUSTRIAIS
PARA PRESTAR AS INFORMAÇÕES RECLAMADAS PELA REQUERIDA NA PEÇA DE FLS. 552.

DR. JOSE RENATO ALTOÉ
INDENIZATÓRIA Nº 011070154817
REQUERENTE: ANDRESSA DA SILVA SOUZA
REQUERIDO: BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS
PARA COMPROVAR, AO MENOS, O AJUIZAMENTO DA DEMANDA, VISANDO RECONHECIMENTO DE PROPRIEDADE, RELATIVA AO IMÓVEL DE QUE TRATA O DOCUMENTO DE FOLHA 467, E TAL, EM NOME DA MÃE E DOS FILHOS

DR. ATÍLIO GIRO MEZADRE
INDENIZATÓRIA Nº 011050022596
REQUERENTE: JANE DEBONA SPOLADOR PECCINI
REQUERIDO: NELCINDO J. LERCH
PARA SE MANIFESTAR QUANTO AO DESPACHO DE FLS. 361 E VERSO.

DR. ROGERIO KEIJO K. SPITZ
EXECUÇÃO Nº 011970066236
EXEQUENTE: ITACAR - ITAPEMIRIM CARROS
REQUERIDO: JOÃO MARCOS MALHEIROS DE MATTOS
PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

DR. UDNO ZANDONADE
DR. LUIZ LOPES DE CARVALHO NETO
DR. SIDNEY FONSECA SARAIVA
REPARAÇÃO Nº 011080107417
REQUERENTE: VITORIO CAMPOS
REQUERIDO: BANCO SANTANDER S/A
PARA O DEMANDADO SE MANIFESTAR ACERCA DOS ESCLARECIMENTOS DO PERITO ÀS FLS. 147 E PARA AS PARTES

DIZEREM, EM DEZ DIAS, DO INTRESSE EM PRODUZIR PROVA EM AUDIÊNCIA.

DR. EDER JACOBOSKI VIEGAS
COBRANÇA Nº 011090091916
REQUERENTE: SILVIA AMANCIO DE SILLIS
REQUERIDO: UNIBANCO AIG
PARA OFERECER CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO DE FLS. 74/88, NO PRAZO DE LEI.

DRª MARGARETH WANDERMUREM LIMA
USUCAPIÃO Nº 011080174839
REQUERENTE: EDMARA NICOLI PIOVEZAN
PARA SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DE FLS. 37 VERSO, QUE FICOU IMPOSSIBILITADO DE PROCEDER A INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA MARCO ANTONIO DAVID NOGUEIRA, POR NÃO TÊ-LO LOCALIZADO.

DR. ALEXANDRE DE ASSIS ROSA
EXECUÇÃO Nº 011090071801
EXEQUENTE: SÃO PAULO ALPARGATAS
EXECUTADO: V.A. RODRIGUES - ME
PARA SE MANIFESTAR ACERCA DOS TERMOS DE FLS. 33.

DR. ALEXANDRE DE ASSIS ROSA
EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 011090110625
REQUERENTE: V.A. RODRIGUES
REQUERIDO: SÃO PAULO ALPARGATAS
DO R. DESPACHO DE FLS. 30 E PARA SE MANIFESTAR EM QUINZE DIAS.

DR. JOÃO CARLOS ASSAD
DR. ALEXANDRE CARVALHO SILVA
EMBARGOS TERCEIRO Nº 011080074138
EMBARGANTE: MARIA DAS GRAÇAS PERIM
EMBARGADO: MARILENE SILVA PERIM
PARA SE MANIFESTAREM ACERCA DO LAUDO DE AVALIAÇÃO DE FLS. 62/67.

MARIO CESAR GOULART DA MOTA
MONITÓRIA Nº 011080126953
REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL
REQUERIDO: PARAISO COMERCIO
PARA OFERECER CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO DE FLS. 220/234

MARCOS ADRIANE MACHADO
CAUTELAR Nº 011090040111
REQUERENTE: GRANPOSTES GRANITOS E MARMORES
REQUERIDO: ESCELSA S/A
PARA APRESENTAE RÉPLICA À CONTESTAÇÃO DE FLS. 67/87

GLEIDSON DA SILVA ALMEIDA
REVISIONAL Nº 011080080283
REQUERENTE: ADER LUIZ DE FARIAS MOREIRA
REQUERIDO: BANCO ABN AMRO REAL
PARA OFERECER CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO DE FLS. 175/187, NO PRAZO DE LEI.

ROBERTA SARDENBERG GUIMARÃES HENRIQUES
CAUTELAR Nº 011090055663
REQUERENTE: ROBERTO GUIMARÃES
REQUERIDO: SIM SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO
PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA DEFESA APRESENTADA PELA DENUNCIADA ÀS FLS. 64/96.

FERNANDO CARLOS FERNANDES
ACIDENTE DE TRABALHO Nº 011080146233
REQUERENTE: JOSE CARLOS VIEIRA
REQUERIDO: INSS
PARA TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 140 E VERSO, QUE DECLAROU SANEADO O FEITO E DETERMINOU A PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL, DEVENDO FORMULAR QUESITOS E INDICAR ASSISTENTE TÉCNICO EM CINCO DIAS.

ELSON PEREIRA LACERDA
BUSCA Nº 011080112532
REQUERENTE: SOLUÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS
REQUERIDO: SAYONARA DE ANDRADE
DO R. DESPACHO DE FLS. 26, QUE INDEFERIU O PEDIDO DE FLS. 25, TENDO EM VISTA A SENTENÇA DE FOLHA 22.

ALEX VAILLANT FARIAS
MONITÓRIA Nº 011080018390
REQUERENTE: CREDIROCHAS
REQUERIDO: GAVEA MARMORES
PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, DIANTE DO INSUCESSO NA TENTATIVA DE BLOQUEIO DE VALORES EM NOME DO DEVEDOR.

JAQUELINI DE ANDRADE SCHIAVO
MONITÓRIA Nº 011080180406
REQUERENTE: FEVIT
REQUERIDO: TIAGO LOPES OBOLARI
PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, DIANTE DO INSUCESSO NA TENTATIVA DE BLOQUEIO DE VALORES EM NOME DO DEVEDOR

DIOGO MARTINS
BUSCA Nº 011090027845
REQUERENTE: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO
REQUERIDO: ANTONIO FERNANDO TEMPORIM
DO R. DESPACHO DE FLS. 36, QUE DETERMINOU A DILIGENCIA NO SENTIDO DE ATENDER AOS PEDIDOS DE FLS. 34/35, EXCETO AQUELE CONSTANTE NO ITEM "B" DA FOLHA 35, PORQUE A DILIGÊNCIA PARA LOCALIZAÇÃO DO BEM É ÔNUS DO AUTOR E PARA SE MANIFESTAR FACE AO OFÍCIO DE FLS. 38/40

ORLANDO NOVAES FILHO
REPARAÇÃO Nº 011070071755
REQUERENTE: J. MEROTO SUPERMERCADOS
REQUERIDO: BRASFORTE IMPORT.
DO R. DESPACHO DE FLS. 44, PARA MANTER A SUSPENSÃO DO PROTESTO, FAZ-SE NECESSÁRIA A CITAÇÃO DA PARTE DEMANDADA. SÓ ASSIM, É QUE A RELAÇÃO PROCESSUAL SE APERFEIÇOA, DEVENDO DILIGENCIAR A PUBLICAÇÃO DO EDITAL, SOB PENA DE EXTINÇÃO, EM DEZ DIAS.

MARIA LUCILIA GOMES
BUSCA Nº 011090047660
REQUERENTE: BANCO BRADESCO
REQUERIDO: TRANSUDESTE
PARA SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DE FLS. 22 VERSO, QUE NÃO PROCEDEU A APREENSÃO DO VEÍCULO, POIS NÃO LOCALIZOU.

ROBERTA GORETTI GUARNIER
REINTEGRATÓRIA Nº 011090092583
REQUERENTE: BANCO ITAULEASING
REQUERIDO: EDNA ARAUJO SILVA
PARA SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DE FLS 34 VERSO, QUE FICOU IMPOSSIBILITADO DE PROCEDER A REINTEGRAÇÃO, EM RAZÃO DE NÃO CONSEGUIR LOCALIZAR O BEM.

FABRICIO TADDEI CICILIOTTI
MONITÓRIA Nº 011090104438
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO SUL DO E.S.
REQUERIDO: JOSUE BATISTA DA SILVA
DA DEVOLUÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA DE CITAÇÃO FLS. 36 VERSO, POR MOTIVO DE "MUDANÇA DE ENDEREÇO".

CARLOS EDUARDO VIANA ROSA
BUSCA E APREENSÃO Nº 011070109134
REQUERENTE: BANCO SANTANDER
REQUERIDO: NILSON VIEIRA DA COSTA .
PARA OFERECER CONTRARRAZÕES NO PRAZO DE LEI.

BRÁULIO ANTÔNIO DA COSTA
SELÇO DALTO

DECLARATÓRIA Nº 011080109348
REQUERENTE: COREX PAPELARIA LTDA.
REQUERIDO: MICHELY VIEIRA DOS SANTOS
PARA OFERECER CONTRARRAZÕES NO PRAZO DE LEI

EDUARDO GARCIA JUNIOR
BUSCA Nº 011090099208
REQUERENTE: UNIBANCO S/A
REQUERIDO: PAOLA WANDERLEY
PARA SE MANIFESTAR FACE A CERTIDÃO DE FLS. 48 VERSO, QUE FICOU IMPOSSIBILITADO DE PROCEDER A APREENSÃO DO BEM, EM VIRTUDE DE NÃO O TER LOCALIZADO.

PEDRO PAULO BICCAS
INDENIZATÓRIA Nº 011080163543
REQUERENTE: GRANOL GRANITOS ORNAMENTAIS
REQUERIDO: ANGRAMAR GRANITOS E MARMORES
PARA OFERECER RÉPLICA À CONTESTAÇÃO DE FLS. 44/51

EDUARDO GARCIA JUNIOR
BUSCA Nº 011080013169
REQUERENTE: BANCO FINASA
REQUERIDO: ROBSON MARQUES CORREA
PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, BEM COMO PARA DIZER SE TEM INTERESSE NA APLICAÇÃO DO ARTIGO 655-A DO CPC.

CARLOS QUINTINO
BUSCA Nº 011090004448
REQUERENTE: BANCO FINASA
REQUERIDO: DALVA VIEIRA BASTOS
PARA TER VISTA DOS AUTOS

PRISCILA PERIM GAVA DE VICTA
MONITÓRIA Nº 011080144022
REQUERENTE: FEVIT
REQUERIDO: ROGERIO BASTOS
PARA DILIGENCIAR A PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CITAÇÃO

EDUARDO GARCIA JUNIOR
REINTEGRATÓRIA Nº 011080118984
REQUERENTE: BANCO ITAUCARD
REQUERIDO: MARIA AP SILVA BARBOSA
PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

ALEXANDRE LIGNONIDE MIRANDA S. ALBUQUERQUE
COBRANÇA Nº 011030751041
REQUERENTE: EMBRATEL
REQUERIDO: GRANBRASIL GRANITOS LTDA..
DO DESPACHO DE FL. 1996, DO DOCUMENTO DE FLS. 1997/1999, QUE REVELA INSUCESSO NA TENTATIVA DE BLOQUEIO ON-LINE.

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
CARTÓRIO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL

LISTA Nº 48/2009

JUÍZA DE DIREITO: MORGANA DARIO EMERICK
PROMOTOR DE JUSTIÇA DESTA VARA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: MARCELO DE MEDEIROS MIGNONI

I N T I M O:

1 - AP 6565/06 (011.98.016830-3)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: PAULO CEZAR FIDELIX
DR. CELSO MELLO, OAB/ES 3.592, PARA PARTICIPAR DE JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI POPULAR, DESIGNADO PARA O **DIA 01/10/2009, ÀS 09:00 HORAS.**

2 - AP 7255/09 (011.04.004268-8)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: JOÃO BOSCO CARDOSO BECHARA
DR. HOMERO JUNGER MAFRA, OAB/ES 3.175; E DR. VANDERLAAN COSTA, OAB/ES 1.370; E DRª ARLETE BARRETO DE ARAÚJO SILVEIRA, OAB/ES 448-A (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO), PARA PARTICIPAR DE JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI POPULAR, DESIGNADO PARA O **DIA 06/10/2009, ÀS 09:00 HORAS.**

3 - AP 7068/08 (011.08.001370-6)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: DOMINGOS SÁVIO THIENGO
DR. DOMINGOS SÁVIO TALLON, OAB/ES 6.458, PARA PARTICIPAR DE JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI POPULAR, DESIGNADO PARA O **DIA 14/10/2009, ÀS 09:00 HORAS.**

4 - AP 7300/09 (011.09.006099-4)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: EMANUEL DA SILVA FERREIRA
DR. HÉRCULES CIPRIANI PESSINI, OAB/ES 13.798, PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, DESIGNADA PARA O **DIA 06/10/2009, ÀS 13:00 HORAS.**

5 - AP 7186/08 (011.08.013088-0)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: DÉCIO DA CONCEIÇÃO JUNIOR E OUTRO
DR. SALERMO SALES DE OLIVEIRA, OAB/ES 8.741, PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS, NO PRAZO LEGAL.

6 - AP 7205/09 (011.08.019792-1)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: ADENILSON DA SILVA LEÔNCIO
DR. HELLISON DE ALMEIDA BEZERRA, OAB/ES 6.832, PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS, NO PRAZO LEGAL.

7 - AP 7121/08 (011.07.023217-5)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: HUMBERTO NEVES PORTELA E OUTRO
DR. ANÍBAL GUALBERTO MACHADO DOS SANTOS, OAB/ES 12.036, PARA CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 270/279, QUE IMPRONUNCIOU OS ACUSADOS HUMBERTO E MAYCON.

8 - AP 6521/06 (011.97.007046-9)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: CLAUDINO FERREIRA DE SOUZA
DR. RONALDO SOUZA GUIMARÃES, OAB/ES 9.865, PARA PARTICIPAR DE JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI POPULAR, DESIGNADO PARA O **DIA 20/10/2009, ÀS 09:00 HORAS.**

9 - AP 6451/06 (011.01.058431-3)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: ROBERTO BEZERRA DOS SANTOS
DR. HOMERO JUNGER MAFRA, OAB/ES 3.175, PARA PARTICIPAR DE JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI POPULAR, DESIGNADO PARA O **DIA 23/10/2009, ÀS 09:00 HORAS.**

10 - AP 6634/06 (011.04.006767-7)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: RONAN ALVARENGA BARBOSA
DR. HELLISON DE ALMEIDA BEZERRA, OAB/ES 6.832, PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS, NO PRAZO LEGAL.

11 - AP 7016/07 (011.07.008753-8)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: NEGMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA
DRª APARECIDA LEAL SILVEIRA, OAB/ES 5.342, PARA CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESTE ESTADO.

12 - AP 6554/06 (011.05.009266-4)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: ALEXANDRE CARVALHO
DRª IDALINA LOCATEL DE CHIPAMO, OAB/ES 4.825, PARA CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 183/189, QUE PRONUNCIOU O ACUSADO.

13 - AP 7242/09 (011.09.005038-3)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: GERSON TADEU QUINTO CONCEIÇÃO
DRª SÍLVIA DE CASTRO SOARES DEPES, OAB/ES 12.064, PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA DE INTERROGATÓRIO, DESIGNADA PARA O **DIA 14/10/2009, ÀS 14:00 HORAS.**

14 - AP 7301/09 (011.09.005015-1)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO: VALDEMIR SOARES CARNEIRO E OUTRO
DR. CELSO MELLO, OAB/ES 3.592, PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, DESIGNADA PARA O **DIA 19/10/2009, ÀS 14:30 HORAS.**

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

MARCELO DE MEDEIROS MIGNONI
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL
DA COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº **053/09**

JUIZ: DRª SERENUZA MARQUES CHAMON.
PROMOTOR(A): DRª INDIRA DWALI.
CHEFE DE SECRETARIA: GERALDO JOSÉ VIANA.

EXPEDIENTE: DIA 22/09/2009.

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELA RESOLUÇÃO Nº 013/92 DA EGRÉGIA CORREGEDORIA DESTE ESTADO.
RELAÇÃO DOS ADVOGADOS NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 027/97 E DO CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ES. ART. 55.

INTIMO:

DR. VANDERLAAN COSTA

DR. VANDERLAAN COSTA, OAB/ES 1.370; DR. JORGE GIRELLI, OAB/ES.
AÇÃO PENAL: 1339/06 (011.04.006572-1).
ACUSADO(S): MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA RAIMUNDO E OUTRO.
PARA COMPARECER NA SALA DAS AUDIÊNCIAS DESTA VARA, NO **DIA 30 DE SETEMBRO/2009, ÀS 13:00 HORAS,** A FIM DE PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, EM CONTINUAÇÃO, DESIGNADA NOS AUTOS EM REFERÊNCIA.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, 22/09/2009.

GERALDO JOSÉ VIANA
CHEFE DE SECRETARIA
PROV. 002/98 - CGJ/ES

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1A. VARA DE FAMILIA
COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

LISTA DE INTIMAÇÕES DOS ADVOGADO Nº 057/2009

JUIZ DE DIREITO: DR. LAILTON DOS SANTOS
PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRª GLAUCIA BORGES VALADÃO MADUREIRA
CHEFE DE SECRETARIA: CLAUDIA MARCIA FRANÇA GAMA BULLUS

RELAÇÃO DOS ADVOGADOS CONSTANTES NESTA LISTA

CRISTIANO HEHR GARCIA
DULCE LÉA DA SILVA RODRIGUES

NA FORMA ESTABELECIDA NO PROVIMENTO Nº 014/99, DE 11/03/99 DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DESTE ESTADO, POR DETERMINAÇÃO DO MM. JUIZ,

INTIMO

DRªDULCE LÉA DA SILVA RODRIGUES
AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTICIA - 19971 - 011.09.013223-1
MALB E SCS
PARA EMENDAR A INICIAL NOS TERMOS DO ARTIGO 135 DO CÓDIGO DE NORMAS, CONSOANTE AO QUE DETERMINA O PROVIMENTO CGJ Nº 22/09, NO PRAZO DE 05 DIAS.

DR. CRISTIANO HEHR GARCIA
AÇÃO DE ALIMENTOS - 19976 - 011.09.013221-5
SMF E RAF
PARA EMENDAR A INICIAL NOS TERMOS DO ARTIGO 135 DO CÓDIGO DE NORMAS, CONSOANTE AO QUE DETERMINA O PROVIMENTO CGJ Nº 22/09, NO PRAZO DE 05 DIAS.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ES, 22 DE SETEMBRO DE 2008.

CLAUDIA MARCIA FRANÇA GAMA BULLUS
CHEFE DE SECRETARIA
PELO PROVIMENTO 001/98

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
2ª VARA DE FAMÍLIA
FÓRUM "DESEMBARGADOR HORTA DE ARAÚJO"

AV. MONTE CASTELO, S/ Nº - INDEPENDÊNCIA CEP 29306-500 - TEL.: (28) 3526-1804

JUIZ DE DIREITO: DR. ÉZIO LUIZ PEREIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. VANILIO PETTER
CHEFE DE SECRETARIA: KARINA TADDEI LYRA DO NASCIMENTO

EDITAL DE INTIMAÇÕES DOS ADVOGADOS Nº 42/2009

NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 14/99 DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO)

DR. LUCIANO SOUZA CORTÊZ (OAB/ES 4692)
PROCESSO 01109002075-8 Nº 2075/09
DIVÓRCIO CONSENSUAL
REQUERENTE: C. D. F. M. E OUTRO
FINALIDADE: COMPARECER NESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, NO **DIA 27 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15:30 HORAS,** PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO REDESIGNADA NOS AUTOS.

DRªMARIA LUCIA CHEIM JORGE (OAB/ES 1489)
DR. PABLO DE MORAES FERREIRA RAMOS VOLPINI (OAB/ES 13.353)
PROCESSO 01109000315-0 Nº 0315/09
CAUTELAR
REQUERENTE: R. D. C. L. N.
REQUERIDO: M. D. S. N.
FINALIDADE: COMPARECEREM NESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, NO **DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 15:30 HORAS,** PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS.

DRª GERUZA LEBRANCK DE PAULA (OAB/ES 98120)
PROCESSO 01108010932-2 Nº 7176/08 APENSO AO 011080094318 (7135/08)

SEPARAÇÃO LITIGIOSA
REQUERENTE: C. M. B. C.
REQUERIDO:C. A. C.
FINALIDADE: COMPARECER NESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, NO **DIA 21 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15:30 HORAS,** PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS. BEM COMO PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FL. 200, VERSO.

DRªMARIA LÚCIA CHEIM JORGE (OAB/ES 1485)
DR. JAQUES MARQUES PEREIRA (OAB/ES 1296)
PROCESSO 01108009431-8 Nº 7135/08 APENSO AO 01108010932-2 (7176/08)
SEPARAÇÃO DE CORPOS
REQUERENTE: C. M. B. C.
REQUERIDO:C. A. C.
FINALIDADE: COMPARECEREM NESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, NO **DIA 21 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15:30 HORAS,** PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS.

DRª IDALINA LOCATEL DE CHIPAMO (OAB/ES 4835)
PROCESSO 01109005725-5 Nº 5725/09
ALIMENTOS
REQUERENTE:P. H. M. S. DA S. REP POR A. M. S.
REQUERIDO: C. H. D. S.
FINALIDADE: COMPARECER NESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, NO **DIA 26 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:30 HORAS,** PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS. BEM COMO PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FL. 12 QUE FIXOU O ALIMENTOS PROVISÓRIOS MENSAIS EM 30% (TRINTA POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE.

DR VANDERLAAN COSTA (OAB/ES 1370)
PROCESSO 01109001894-3 Nº 1894/09
ALIMENTOS
REQUERENTE: P. L. S. N., REP POR A. D. D. S.
REQUERIDO: J. B. D. S .N.
FINALIDADE: COMPARECER NESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, NO **DIA 13 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13: 30 HORAS**, PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS. BEM COMO PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FL. 14, QUE FIXOU O ALIMENTOS PROVISÓRIOS MENSAIS EM 30% (TRINTA POR CENTO) DO SALÁRIO LÍQUIDO.

DR EVERALDO VASQUES L. BUTTER (OAB/ES 7770)
PROCESSO 011080191890 Nº 7495/08
DIVÓRCIO LITIGIOSO
REQUERENTE: M. A. D. S. D. O..
REQUERIDO: B. M. D. O.
FINALIDADE: COMPARECER NESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, NO **DIA 27 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 16:00 HORAS**, PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA NOS AUTOS.

DRª ELAINE PETRI FIORIO ALVES (OAB/ES 12.279)
PROCESSO 01109003003-9 Nº 3003/09
SEPARAÇÃO LITIGIOSA
REQUERENTE: A. M. M. M.
REQUERIDO: K. V. Q. M.
FINALIDADE: COMPARECERE NESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, NO **DIA 14 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15:00 HORAS**, PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA NOS AUTOS.

DRª CARMELITA BELMOCK BEZERRA (OAB/ES 12.492)
PROCESSO 01108009044-9 Nº 7113/08
DIVÓRCIO CONSENSUAL
REQUERENTE: M. A. S. B. E OUTRO
FINALIDADE: COMPARECER NESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, PARA AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO REDESIGNADA NOS AUTOS DO **DIA 22 DE OUTUBRO DE 2009, PARA O DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 16:15 HORAS. .**

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009

KARINA TADDEI LYRA DO NASCIMENTO
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

MM. JUIZ DE DIREITO: RAFAEL DALVI GUEDES PINTO
PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRª LUZIA APARECIDA DE FREITAS VOLPATO
ESCRIVÃO: LUCIANO GRILO

EXPEDIENTE: 22/09/2009

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELO PROVIMENTO Nº 013.10.92, DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INTIMO:

011070150468 - INTERDIÇÃO - REQUERENTE IRLANDO ANTONIO VIANA FILHO - **DR. HENRIQUE DA CUNHA TAVARES** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 44/45.

011070045148 - ESPÓLIO DE PEDRO MARCOS DE AZEVEDO - **DR. ROBSON SIMÕES BODART** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 97/98.

011060115505 - INTERDIÇÃO - REQUERENTE BERENICE VARGAS VIANA - **DR. EWERTON VARGAS WANDERMUREM** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 48/49.

011970080286 - ESPÓLIO DE NAJA SABRA - **DRª RENATA SABRA BAIÃO FIORIO NASCIMENTO** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 198/199.

011060034987 - PRESTAÇÃO DE CONTAS - REQUERENTE BELJEANE GUIMARÃES FONTES - **DR. EVERALDO VASQUEZ LOPES BUTTER** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 142/143.

011030795568 - ESPÓLIO DE ANGELO RIGO E OUTRO - **DRª MARIA APARECIDA MARETO** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 239/240.

011040134527 - ESPÓLIO DE JULITA TEMPORIM SIQUEIRA - **DR. ALFREDO ERVATI** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 78.

011060068407 - **ALVARÁ** - REQUERENTE MAURILIO LUIZ DA SILVA E OUTROS - **DRª MARCELA ROMANELLI** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 85/87.

011030700022 - ESPÓLIO DE MIGUEL PAIVA JACQUES - **DRª TÂNIA MARA SECHIM** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 117/118.

011070188237 - ESPÓLIO DE JOSÉ LUIZ MARABOTI - **DR. FAGNER DA ROCHA ROSA** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 59/.61.

011040089671 -CAUTELAR - REQUERENTE IOLANDO PEREIRA LIMA - **DR. LUIZ LOPES DE CARVALHO NETO** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 79/81.

011010578521 - ESPÓLIO DE EURIDES CEZARIO MARIA - **DR. CELSO MELO** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 118/119.

011070044646 - **AÇÃO ORDINARIA** - REQUERENTE AILTON MORAES DA SILVA - **DR. MÁRIO SÉRGIO DE ARAÚJO PIMENTEL** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 48/49.

011980224007 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA - REQUERENTE RODRIGO CANHOLATO SILVEIRA - **DRª TÂNIA MARA SECHIM** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 81/82.

011090000701 - ESPÓLIO DE JOSÉ VITORI ZAGO - **DR. PEDRO PAULO BICAS** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 19/22.

011080021634 - ALVARÁ - REQUERENTE EUDICEIA DA SILVA VIEIRA E OUTROS - **DRª ANA MARY ZACCHI** PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 28 E V.

011090119394 - **TESTAMENTO** - REQUERENTE JORGE ZAMPIROLLI - **DR. ELIMARIO POSSAMAI** PARA JUNTAR AOS AUTOS, PRAZO DE CINCO DIAS, TESTAMENTO ORIGINAL.

011080110056 - ESPÓLIO DE MAURICIO RIZZO - **DRª GISELLE PEREIRA DIAS VILLARREAL** PARA JUNTAR AOS AUTOS COMPROVANTE DO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DO AVALIADOR, FLS. 87.

011050091021 - ESPÓLIO DE AMARYLES BAHIENSE DE MIRANDA - **DR. NELSON DE MEDEIROS TEIXEIRA** PARA, NO PRAZO DE 10 DIAS, COMPLETAR AS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES, QUALIFICANDO OS HERDEIROS, JUNTANDO AOS AUTOS INSTRUMENTOS PROCURATÓRIOS E CND´S ATUALIZADAS.

011090122109 - **ALVARÁ** - REQUERENTE MARIA MONSERRATE DELESPOSTE DE SOUZA - **DR. VANDERLAN COSTA** PARA, NO PRAZO DE 5 DIAS, INFORMAR O ENDEREÇO DA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS MENCIONADA NA EXORDIAL, BEM COMO ESCLARECER SER AS VERBAS QUE PRETENDE LEVANTAR DIZEM RESPEITO A SEGURO DE VIDA OU SALDO REMANESCENTE.

011990391291 - ESPÓLIO DE PETRONILHA MARIA DE LIMA - **DRª ANGELA NUNES LAGE** PARA CIÊNCIA DOS CÁLCULOS DE FLS. 198.

011060104004 - ESPÓLIO DE ADUINO LUNS - **DR. ELIAS ASSAD NETO** PARA CIÊNCIA DOS CÁLCULOS DE FLS. 111/112.

011980088758 - ESPÓLIO DE SYLVIO COELHO - **DRS. LUCIANO SOUZA CORTEZ**, **ELIMARIO POSSAMAI, JOÃO CARLOS ASSAD** PARA CIÊNCIA DOS CÁLCULOS DE FLS. 381/382.

011040010834 - ESPÓLIO DE CÉSAR CALEGARI - **DRª MARCELA ROMANELLI** PARA CIÊNCIA DOS CÁLCULOS DE FLS. 145.

011090036754 - ESPÓLIO DE ARLINDO SOUZA LINS E OUTRO - **DRª VANJA CRISTINA HENRIQUE DA FARIA** PARA MANIFESTAR-SE NOS AUTOS, BEM COMO DAR VALOR INDIVIDUAL AOS BENS RELACIONADOS NAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES.

011010545454 - ESPÓLIO DE ROSA REZENDE DA FONSECA - **DR. ANDRÉ FRANCISCO RIBEIRO GUIMARÃES** PARA VISTAS DOS AUTOS, PRAZO DE CINCO DIAS.

011990271212 - ESPÓLIO DE ABRÃO SMITH - **DRS. SÉRGIO DE LIMA FREITAS JÚNIOR E JOÃO CARLOS ASSAD** PARA, NO PRAZO DE LEI, MANIFESTAREM NOS AUTO SUPRA, DESPACHO DE FLS. 127.

011050074290 - ESPÓLIO DE DOSOLINA ALTOE E OUTRO - **DR. JOÃO PEDRO CAMPOS** PARA JUNTAR AOS AUTOS CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL EM NOME DE PAULO ALTOE, BEM COMO CERTIDÕES NEGATIVA MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL E DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM NOME DE DOSOLINA ALTOÉ.

011070137580 - **INTERDIÇÃO** - REQUERENTE TEREZINHA LUIZ PEREIRA DA SILVA - DR. ANTONIO JUSTINO COSTA PARA CIÊNCIA DO LAUDO MÉDICO DE FLS. 50/51.

011980236746 - ESPÓLIO DE OSWALDO LUIZ ZANBAN - **DR. VAGNER ANTONIO DE SOUZA** PARA CIÊNCIA DOS CÁLCULOS DE FLS. 143.

011050171526 - ESPÓLIO DE EDINIR RAYMUNDO DE SOUZA - **DR. JOSÉ IRINEU DE OLIVEIRA** PARA CONHECIMENTO DO ESBOÇO DE PARTILHA DE FLS. 67/68.

011010576558 - ESPÓLIO DE AMELIO JOSÉ DE FREITAS - **DR. IZAIAS CORRÊA BARBOZA JÚNIOR** PARA CIÊNCIA DOS CALCULAS DE FLS. 117.

011990347640 - ESPÓLIO DE GILSON BARBOSA - **DRS. MARCELO B BOUGUIGNON MOURA, VAGNER ANTONIO DE SOUZA** PARA CONHECIMENTO DO ESBOÇO DE PARTILHA DE FLS. 189/191.

011990370501 - ESPÓLIO DE UBALDO CAETANO GONÇALVES - **DRª OLYNDETTE GREGO GONÇALVES** PARA CIÊNCIA DOS CÁLCULOS DE FLS. 193.

011090067593 - ESPÓLIO DE CLARA MALFACINI MUCELINI - **DR. JOÃO DIAS FILHO** PARA CIÊNCIA DOS CÁLCULOS DE FLS. 176.

011980090630 - ESPÓLIO DE SEBASTIÃO BRAVO VIEIRA E OUTRO - **DR. FERNANDO ANTONIO DA CRUZ JÚNIOR** PARA CIÊNCIA DOS CÁLCULOS DE FLS. 149.

011040103019 - ESPÓLIO DE EDIVAN ANTONIO BINOTI FONTOURA - **DR. ARY RABELO PAULUCIO** PARA CONHECIMENTO DO ESBOÇO DE PARTILHA DE FLS. 264/266.

011040133099 - ESPÓLIO DE MARIA JOSÉ NETO - **DR. LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR** PARA CIÊNCIA DOS CÁLCULOS DE FLS. 56.

011050182044 - ESPÓLIO DE NIRÇO CARLETTI - **DR. ELIAS ASSAD NETO** PARA VISTAS DOS AUTOS, PRAZO DE CINCO DIAS.

011980089418 - ESPÓLIO DE LOURIVAL DE PAULA SERRÃO - **DRS. MARIA ELAINE VIDON RANGEL, ANGELA CRISTINA FELIPE CARNEIRO FRAGA** PARA, NO PRAZO DE LEI, MANIFESTAREM NOS AUTOS SUPRA, DESPACHO DE FLS. 592/593.

011090095057 - ALVARÁ - REQUERENTE ROSELENE GONÇALVES DE JESUS FREITAS - **DR. ANIBAL GUALBERTO MACHADO DOS SANTOS** PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 34.

011980088782 - ESPÓLIO DE ANDRÉA ANTONIO GRILLO - **DRS. CLEMILDO CORRÊA, VANDERLAN COSTA, JORGE RODRIGUES DA SILVA, FERNANDO ANTONIO DA CRUZ JÚNIOR** PARA CIÊNCIA DO ESBOÇO DE PARTILHA DE FLS. 328/330.

011070135246 - ESPÓLIO DE PAULINA DILLEM SILVA - **DR. ROGÉRIO LUIZ MACHADO** PARA JUNTAR AOS AUTOS CNDS DA FAZENDA FEDERAL E DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM NOME DE PAULINA DILLEM SILVA.

011980139239 - ESPÓLIO DE NORMAN MOREIRA D SILVA E OUTRO **- DR. ROGÉRIO LUIZ MACHADO** PARA JUNTAR AOS AUTOS CND DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM NOME DE NORMAN MOREIRA DA SILVA.

011980103334 - ESPÓLIO DE WALDEMAR STANZANI - **DRª WALESKA DA SILVA VIANNA STANZANI** PARA CONHECIMENTO DOS HONORÁRIOS DO PERITO, FLS. 457/461.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

LUCIANO GRILO
ESCRIVÃO
AUTORIZADO PELO ART. 128 DO CÓDIGO DE NORMAS DA ECGJES

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
VARA DA INFANCIA E JUVENTUDE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 20 DIAS

A **DOUTORA DANIELA PELLEGRINO DE FREITAS PERIN LOBATO-** MMA JUÍZA SUBSTITUTA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL DE CITAÇÃO VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, ESPECIALMENTE **CLÁUDIA SALGUEIRO MARTINS,** DE RESIDÊNCIA IGNORADA, EXTRAÍDO DOS AUTOS DO **PEDIDO DE GUARDA E RESPONSABILIDADE** ONDE SÃO REQUERENTES **JOSÉ SALGUEIRO E MARIA JOSÉ ALVES** E MENOR **B.S.M.,** REGISTRADO NO CARTÓRIO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE SOB O Nº **2464/09 - 01109007602-4**, E COMO CONSTA DOS AUTOS, ENCONTRA-SE A REFERIDA SENHORA EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, FICA A MESMA CITADA DE TODOS OS TERMOS, E PARA QUERENDO, CONSTESTÁ-LA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DA FLUÊNCIA DO PRAZO ACIMA ASSINALADO, SOB PENA DE REVELIA, ADVERTIDOS DAS PENALIDADES DO ART. 285 DO CPC QUE DIZ: " NÃO SENDO CONSTESTADA A AÇÃO SE PRESUMIRÃO ACEITOS PELO RÉU COMO VERDADEIROS OS FATOS ARTICULADOS PELO AUTOR".

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DO INTERESSADO, E QUE NÃO POSSA, DE FUTURO ALEGAR IGNORÂNCIA, DETERMINOU A MMA. JUÍZA A PUBLICAÇÃO DO PRESENTE EDITAL, POR UMA VEZ NO DIÁRIO OFICIAL COM AFIXAÇÃO DE CÓPIA NO LUGAR DE COSTUME.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 21/09/2009. EU, (SÉRGIO OLIVEIRA TAVARES) O DIGITEI.

MYRELA MARTINS ALMEIDA TIRADENTES CHEFE DE SECRETARIA
ASS. AUT. ART. 128 DO CÓDIGO DE NORMAS CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

JUÍZ DE DIREITO: DR. EDMILSON SOUZA SANTOS
CHEFE DE SECRETARIA:LOURDES LIBARDI

LISTA Nº **088/2009**

NA FORMA DO PROVIMENTO 014/99 DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DESTE ESTADO, E POR DETERMINAÇÃO DO MM. JUIZ DE DIREITO,

INTIMO:

DR.RIVAIR CARLOS DE MOURA
PROC. Nº 011.09.000164-2 Nº DE ORDEM:0164/09
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE:POSTO DE MOLAS SANTA CRUZ LTDA.
REQUERIDO:CÉLIO HUGO SARTORI
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.40 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.RIVAIR CARLOS DE MOURA
PROC. Nº 011.09.003692-9 Nº DE ORDEM:3692/09
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE:POSTO DE MOLAS SANTA CRUZ LTDA.
REQUERIDO:RENATO MIRANDO DA SILVA
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.33 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.RIVAIR CARLOS DE MOURA
PROC. Nº 011.09.004078-0 Nº DE ORDEM:4078/09
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE:POSTO DE MOLAS SANTA CRUZ LTDA.
REQUERIDO:MESSIAS CESTARI
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.26 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.RIVAIR CARLOS DE MOURA
PROC. Nº 011.09.004973-2 Nº DE ORDEM:4973/09
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE:POSTO DE MOLAS SANTA CRUZ LTDA.
REQUERIDO:ROGÉRIO MIRANDA MOREIRA
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.32 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.RIVAIR CARLOS DE MOURA
PROC. Nº 011.09.006193-5 Nº DE ORDEM:6193/09
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE:POSTO DE MOLAS SANTA CRUZ LTDA.
REQUERIDO:VALDILEI PINHEIRO DE AGUIAR
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.39 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.GIOVANE RAMOS PINTO
DR.ALCILÉIA POMPERMAIER CASAGRANDE COELHO
PROC. Nº 011.09.007412-8 Nº DE ORDEM:7412/09
AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO
REQUERENTE:MARIA CLEUSA DIAS MACIEL
REQUERIDO:TIM CELULAR S.A
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.81/83 DOS AUTOS. PRAZO:DEZ DIAS

DR.ADAM MIRANDA SÁ STEHLING
PROC. Nº 011.07.002161-0 Nº DE ORDEM:8965/07
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE:MARIA DA PENHA MÁXIMO
REQUERIDO:BANESTES SEGUROS S.A
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.152 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.JAMILSON JOSÉ DE ALMEIDA JÚNIOR
PROC. Nº 011.03.079273-0 Nº DE ORDEM:8977/99
AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE:ERALDO SARTÓRIO
EXECUTADO:PROMARTI SHOWS E OUTRO
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.93 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.MARTHA HELENA GALVANI CARVALHO
DR.RUDOLF JOÃO RODRIGUES PINTO
PROC. Nº 011.07.007167-2 Nº DE ORDEM:9423/07
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE:FÁBIO MACHADO FERREIRA
REQUERIDO:BANESTES SEGUROS S.A
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.113 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.RODRIGO MOULIN MAGALHÃES
PROC. Nº 011.07.013876-0 Nº DE ORDEM:10.283/07
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE:RODRIGO MOULIN MAGALHÃES
REQUERIDO:NEIZE APARECIDA ZEID MONTEIRO
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.35 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.GÍLIO LORENCINI NETTO
PROC. Nº 011.08.008207-3 Nº DE ORDEM:8207/08
AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO

REQUERENTE:OLIMPIO DOS SANTOS CASTELARI
REQUERIDO:CIGRAL - CACHOEIRO DE ITAPEMERIM GRANITOS LTDA. ME
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.32 DOS AUTOS. PRAZO:DEZ DIAS

DR.HIGNER MANSUR
DR.OSVALDO ANTONIO DE SOUZA
PROC. Nº 011.07.013267-2 Nº DE ORDEM:10.207/07
AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE:JACKSON RANGEL VIEIRA
REQUERIDO:PASTORE ANTENAS PARABÓLICAS LTDA.
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.182 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.JEFFERSON BARBOSA PEREIRA
PROC. Nº 011.07.018221-4 Nº DE ORDEM:10.700/07
AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE:FLÁVIO SADER PAIVA GAMA
REQUERIDO:ALCIR DOS SANTOS RAIMUNDO
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.19/20 DOS AUTOS. PRAZO:DEZ DIAS

DR.MARTHA HELENA GALVANI CARVALHO
PROC. Nº 011.09.012191-1 Nº DE ORDEM:12.191/09
AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE:REINALDO ELIAS DE LIMA
EXECUTADO:MARINO BARBOZA
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.14 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.MARTHA HELENA GALVANI CARVALHO
PROC. Nº 011.09.012195-2 Nº DE ORDEM:12.195/09
AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE:REINALDO ELIAS DE LIMA
EXECUTADO:MARINO BARBOZA
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.20 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.RIVAIR CARLOS DE MOURA
PROC. Nº 011.08.021157-3 Nº DE ORDEM:21.157/08
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE:PSTO DE MOLAS SANTA CRUZ LTDA.
REQUERIDO:JOSÉ CARLOS FUZARI
FINALIDADE:INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA ÁS FLS.40 DOS AUTOS.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.JEFFERSON BARBOSA PEREIRA
PROC. Nº 011.09.003906-3 Nº DE ORDEM:3906/09
AÇÃO DECLARATÓRIA
REQUERENTE:SAULO ALOISIO DIAS DE ALMEIDA
REQUERIDO:EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL
FINALIDADE:MANIFESTRA-SE SOBRE O DEPÓSITO JUNTADO ÀS FLS.39 DOS AUTOS, BEM COMO PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.PAULO CÉSAR DA SILVA TORRES
PROC. Nº 011.07.023051-8 Nº DE ORDEM:11.044/08
AÇÃO DECLARATÓRIA
REQUERENTE:ANTONIO RIBAMAR MELO
REQUERIDO:ESCELSA- ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
FINALIDADE:MANIFESTRA-SE SOBRE O DEPÓSITO JUNTADO ÀS FLS.95/97 DOS AUTOS, BEM COMO PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.
PRAZO:DEZ DIAS

DRª.TÂNIA BELÔNIA SCHERRER MOREIRA PINHEIRO
PROC. Nº 011.09.007570-3 Nº DE ORDEM:7570/09
AÇÃO INDENIZATÓRIA
REQUERENTE:CARLOS ALBANOVARGAS CUSTÓDIO
REQUERIDO:PORTO SEGUROS S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
FINALIDADE:MANIFESTRA-SE ACERCA DA PETIÇÃO E DOCUMENTOS DE FLS.46/50 DOS AUTOS.
PRAZO:CINCO DIAS

DR.CÍCERO MOULIN BATISTA
PROC. Nº 011.07.001574-5 Nº DE ORDEM:8815/07
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE:TATIANE MARTINS FERREIRA
REQUERIDO:BANESTES SEGUROS S.A
FINALIDADE:TOMAR CIÊNCIA DOS VALORES BLOQUEADOS POR MEIO DO SISTEMA BACEN - JUD, BEM COMO PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO
PRAZO:CINCO DIAS

DR.RICARDO BARROS BRUM
PROC. Nº 011.07.001574-5 Nº DE ORDEM:8815/07
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE:TATIANE MARTINS FERREIRA
REQUERIDO:BANESTES SEGUROS S.A
FINALIDADE:TOMAR CIÊNCIA DOS VALORES BLOQUEADOS POR MEIO DO SISTEMA BACEN - JUD, BEM COMO PARA OFERECER EMBARGOS NO PRAZO LEGAL.
PRAZO:QUINZE DIAS

DR.ELIEZER NEGRI LIMA
PROC. Nº 011.07.012619-5 Nº DE ORDEM:10.121/07
AÇÃO INDENIZATÓRIA
REQUERENTE:DROGARIA WILLEN LTDA. ME
REQUERIDO:TIM CELULAR S.A
FINALIDADE:MANIFESTRA-SE SOBRE O DEPÓSITO JUNTADO ÀS FLS.130/131 DOS AUTOS, BEM COMO PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.
PRAZO:DEZ DIAS

DR.WÉLITON ROGER ALTOÉ
DRª.PATRICIA GRECHI DE MELLO
PROC. Nº 011.09.002970-0 Nº DE ORDEM:2970/09
AÇÃO DECLARATÓRIA
REQUERENTE:WALLIGATOR COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. ME
REQUERIDO:BRAMATEX GRANITOS LTDA. ME
FINALIDADE:TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO EXARADO ÀS FLS.90 DOS AUTOS.
PRAZO:CINCO DIAS

DRª.ALINE DE LIMA LOPES
PROC. Nº 011.09.003298-5 Nº DE ORDEM:3298/09
AÇÃO REVISIONAL
REQUERENTE:GTECH TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA. ME
REQUERIDO:CALL-CENTERNET
FINALIDADE:PARA JUNTAR AOS AUTOS A CARTA DE PREPOSIÇÃO, BEM COMO A PROPOSTA DE ACORDO, SOB PENA DE REVELIA.
PRAZO:CINCO DIAS

DR.MARCO AURÉLIO COELHO
DR.MARCELO PEPPE DINIZ
PROC. Nº 011.07.013581-6 Nº DE ORDEM:10.239/07
AÇÃO INDENIZATÓRIA
REQUERENTE:MARCOS DE ALMEIDA TÁVORA
REQUERIDO:ESCELSA - ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
FINALIDADE:INTIMAÇÃO PARA COMPARECER NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**,** DESIGNADA PARA O **DIA 01 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15:00 HORAS**, LOCAL: SALA DE AUDIÊNCIA DO 1°JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, SITUADA NA AVENIDA MONTE CASTELO, S/N°, ED. DO FÓRUM ¨DES. HORTA DE ARAÚJO¨4° ANDAR**,** BAIRRO INDEPENDENCIA, CACHOIEIRO DE ITAPEMIRIM/ES.

DRª.JOSIANE SANTANA DA SILVA
PROC. Nº 011.08.016348-6 Nº DE ORDEM:15.348/08
AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: FABIANO CARLETTI
EXECUTADO: LEONARDO MORAES DE SOUZA
FINALIDADE:TOMAR CIÊNCIA DA IMPOSSIBILIDADE DE CONSTRIÇÃO DE VALORES POR MEIO DO SISTEMA BACEN - JUD, BEM COMO PARA INDICAR BENS DO EXECUTADO PASSÍVEIS DE PENHORA, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO NA FORMA DO ART. 53, §4° DA LEI 9.099/95.
PRAZO:DEZ DIAS

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, 11 DE DEZEMBRO DE 2008

LOURDES LIBARDI
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ADJUNTO DA COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 089/2009 -22/09/2009

JUIZ SUBSTITUTO: KLEBER ALCURI JÚNIOR
CHEFE DE SECRETARIA: ANA PAULA MARTINS BARTOLO

ÍNDICE NOMINAL EM ORDEM ALFABÉTICA DOS ADVOGADOS INTIMADOS NA FORMA DO PROVIMENTO 027/97 E CÓDIGO DE NORMAS DA DOUTA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

INTIMADOS:
ALCILÉIA POMPERMAIER CASAGRANDE COELHO OAB/ES 13.344
ALFREDO ERVATI OAB/ES 4.924
ANDRESKA DIAS BARRETO – OAB/ES 11.226
BRENO FAJARDO LIMA OAB/ES 10.888
CAIO DE CAR VALHO BORGES OAB/ES 13.944
DÉBORA COSTA SANTUCHI OAB/ES 13.818
ELIAS ASSAD NETO – OAB/ES 9680
GLAUCIMERY SIQUEIRA LIMA OAB/ES 14.958
GLEIDSON SILVA DE ALMEIDA OAB/ES 12.091
JAMILSON JOSÉ DE ALMEIDA JÚNIOR – OAB/ES 13.326
JOSÉ ALOISIO PEREIRA SOBREIRA OAB/ES 4.727
LUCIANA VALVERDE MORETE – OAB/ES 8.628
MARCELA ROMANELLI OAB/ES 7.766
MARCELI CASTELIONE OAB/ES 13.349
MARCELO GAMA NAZARIO FONSECA OAB/ES 10.325
OTAVIO CHAVES MACHADO PEREIRA OAB/ES 13.106
ROSIANE APARECIDA CALEGARI OAB/ES 6.844
SANDRO ZORZANELLI COELHO OAB/ES 10.639
SILVIO OLIMPIO NEGRELI FILHO OAB/ES 12.340

DRª DÉBORA COSTA SANTUCHI – OAB/ES 13.818
5517/09-6 (011.09.005517-6) – COBRANÇA
FS COELHO DROGARIA LTDA-ME X MARIA DE FÁTIMA AZEVEDO RIOS
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO **DIA 03/11/2009, ÀS 14:00 HORAS.**

DR. JAMILSON JOSÉ DE ALMEIDA JÚNIOR – OAB/ES 13.326
DR. ELIAS ASSAD NETO – OAB/ES 9680
9866/06-9 (011.06.009866-9) – EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
DANIELLE CALLEGÁRIO CORREA X FABRÍCIO PALÁCIO LEITE E OUTROS
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO **DIA 04/11/2009, ÀS 15:00 HORAS**

DRª DÉBORA COSTA SANTUCHI – OAB/ES 13.818
5540/09-8 (011.09.005540-8) – COBRANÇA
FS COELHO DROGARIA LTDA-ME X KARINA MOULIN COELHO
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO **DIA 04/11/2009, ÀS 14:30 HORAS.**

DRª DÉBORA COSTA SANTUCHI – OAB/ES 13.818
5536/09-6 (011.09.005536-6) – COBRANÇA
FS COELHO DROGARIA LTDA-ME X ELIZANGELA DO CARMO
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO **DIA 04/11/2009, ÀS 13:00 HORAS.**

DRª DÉBORA COSTA SANTUCHI – OAB/ES 13.818
5539/09-0 (011.09.005539-0) – COBRANÇA
FS COELHO DROGARIA LTDA-ME X ANGELA CRISTINA ARAUJO
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO **DIA 04/11/2009, ÀS 14:00 HORAS.**

DRª ANDRESKA DIAS BARRETO – OAB/ES 11.226
DRª LUCIANA VALVERDE MORETE – OAB/ES 8.628
5463/09-3 (011.09.005463-3) – DECLARATÓRIA
ELIANE THOMPSON GARCIA DE MENDONÇA X TELEMAR NORTE LESTE S/A
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO **DIA 05/11/09, ÀS 13:30 HORAS.**

DR. BRENO FAJARDO LIMA OAB/ES 10.888
DRª MARCELA ROMANELLI OAB/ES 7.766
5084/06-3 (011.06.005084-3) – REPARAÇÃO DE DANOS
SILVIO MAGNAGO X SEBASTIÃO LUIZ VASCONCELOS LOPES E OUTRO
FINALIDADE: DA R. SENTENÇA DE FLS. 141 A QUAL SEGUE PARCIALMENTE TRANSCRITA: "ÀS FLS. 139/140, AS PARTES APRESENTARAM PETIÇÃO ACORDANDO E REQUERENDO A HOMOLOGAÇÃO EXTRAJUDICIAL. DESTA FEITA, HOMOLOGO POR SENTENÇA, O ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES DE FLS. 139/140, PARA QUE PRODUZA OS SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS. EXPEÇAM-SE ALVARÁS COMO REQUERIDO Á FLS. 139, SALIENTANDO QUE O VALOR REMANESCENTE DEVERÁ SER DEVOLVIDO AO EXECUTADO SEBASTIÃO LUIZ VASCONCELOS. JULGO EXTINTO O PRESENTE NOS TERMOS DO ARTIGO 269, III C/C ART. 598 AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL."

DR. ALFREDO ERVATI OAB/ES 4.924
11762/09-0 (011.09.011762-0) – ANULATÓRIA
ADEMIR ASSIS DA SILVA X TELEMAR NORTE LESTE S/A
FINALIDADE: DA R. DECISÃO DE FLS. 10 A QUAL SEGUE TRANSCRITA: "CONSIDERANDO-SE QUE A LEGITIMIDADE DA INSCRIÇÃO REFERIDA (SPC, SERASA E OUTROS) ENCONTRA-SE POSTA SOB LITÍGIO E QUE OS BANCOS DE DADOS E CADASTROS RELATIVOS A SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO SÃO CONSIDERADOS ENTIDADES DE CARÁTER PÚBLICO (CODECON, ARTIGO 43, PARÁGRAFO 4º), NÃO SERVINDO, PORTANTO, A INTERESSES PARTICULARES, TAIS COMO CONSTRAGER O POSSÍVEL DEVEDOR AO PAGAMENTO, DEFIRO A LIMINAR PRETENDIDA, DETERMINANDO SEJA OFICIADO AOS ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO PARA QUE PROMOVA A IMEDIATA EXCLUSÃO DO NOME DA AUTORA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO, SOMENTE QUANTO AO OBJETO DO PRESENTE LITÍGIO. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O **DIA 09/12/2009 ÁS 13:00 HORAS."**

DR. JOSÉ ALOISIO PEREIRA SOBREIRA OAB/ES 4.727
12872/06-2 (011.06.012872-2) – COBRANÇA
LUCIENE VIEIRA MARTINS X RENATO DEANGELI FERREIRA
FINALIDADE: PARA INFORMAR SOBRE O DECURSO DO PRAZO DE SUSPENSÃO, BEM COMO PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO NO PRAZO LEGAL.

DR. SILVIO OLIMPIO NEGRELI FILHO OAB/ES 12.340
12790/09-0 (011.09.012790-0) – DECLARATÓRIA
FLAVIA COSERT X ESTILO DA ÉPPOCA
FINALIDADE: DA R. DECISÃO DE FLS. 17 A QUAL SEGUE TRANSCRITA: "CONSIDERANDO-SE QUE A LEGITIMIDADE DA INSCRIÇÃO REFERIDA (SPC) ENCONTRA-SE POSTA SOB LITÍGIO E QUE OS BANCOS DE DADOS E CADASTROS RELATIVOS A SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO SÃO CONSIDERADOS ENTIDADES DE CARÁTER PÚBLICO (CODECON, ARTIGO 43, PARÁGRAFO 4º), NÃO SERVINDO, PORTANTO, A INTERESSES PARTICULARES, TAIS COMO CONSTRAGER O POSSÍVEL DEVEDOR AO PAGAMENTO, DEFIRO A LIMINAR PRETENDIDA, DETERMINANDO SEJA OFICIADO AOS ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO PARA QUE PROMOVA A IMEDIATA EXCLUSÃO DO NOME DA AUTORA NOS CADASTROS

RESTRITIVOS DE CRÉDITO, SOMENTE QUANTO AO OBJETO DO PRESENTE LITÍGIO. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O **DIA 02/02/2010 ÁS 15:00 HORAS."**

DRA DÉBORA COSTA SANTUCHI OAB/ES 13.818
20890/08-0 (011.08.020890-0) – COBRANÇA
FS COELHO DROGARIA LTDA. - ME X ROZENI GOMES CARNEIRO
FINALIDADE: DO R. DESPACHO DE FLS.17/V O QUAL SEGUE TRANSCRITO: "INTIME-SE O (A) AUTOR (A), ATRAVES DO SEU ILUSTRE PATRONO (A), PARA, NO PRAZO, DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, DAR PROSSEGUIMENTO AO FEITO, SOB PENA DE EXTINÇÃO".

DRA DÉBORA COSTA SANTUCHI OAB/ES 13.818
2037/08-0 (011.08.002037-0) – COBRANÇA
FS COELHO DROGARIA LTDA. - ME X DENISE DOS REIS MONTEIRO
FINALIDADE: DO R. DESPACHO DE FLS. 31 O QUAL SEGUE TRANSCRITO: "INTIME-SE O REQUERENTE, PARA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, INFORMAR SE SEU CRÉDITO FOI EFETIVAMENTE CUMPRIDO, VALENDO SEU SILÊNCIO COMO ANUÊNCIA".

DRA ALCILÉIA POMPERMAIER CASAGRANDE COELHO OAB/ES 13.344
9489/09-4 (011.09.009489-4) – EXECUÇAO EXTRAJUDICIAL
RENATO - PEÇAS PARA VEICULOS LTDA. – ME X DAVI GONÇALVES
FINALIDADE: DO R. DESPACHO DE FLS. 19/V O QUAL SEGUE TRANSCRITO: "INTIME-SE O (A) AUTOR (A), ATRAVES DO SEU ILUSTRE PATRONO (A), PARA, NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, DAR PROSSEGUIMENTO AO FEITO, SOB PENA DE EXTINÇÃO".

DRA MARCELI CASTELIONE OAB/ES 13.349
20872/08-8 (011.08.020872-8) – COBRANÇA
MERCEARIA CORONEL BORGES LTDA. X VANDERLY COSTA DIAS DORIGO
FINALIDADE: DA R. SENTENÇA DE FLS. 24 A QUAL SEGUE PARCIALMENTE TRANSCRITA: "ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL, PARA CONDENAR O (A) REQUERIDO (A) AO PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DE R$ 469,21 (QUATROCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS), DEVIDAMENTE ATUALIZADOS COM JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, E, VIA DE CONSEQUÊNCIA, EXTINGO O FEITO, NA FORMA DO ARTIFO 269, I, DO CPC. SEM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATICIOS, NA FORMA DOS ARTIGOS 54 E 55 DA LEI N° 9099/95. APÓS TRÂNSITO EM JULGADO, ARQUIVE-SE. P.R.I.".

DRA ALCILÉIA POMPERMAIER CASAGRANDE COELHO OAB/ES 13.344
2817/08-5 (011.08.002817-5) – EXECUÇAO EXTRAJUDICIAL
FABIANO CARLETTI X MARTA SUELI DE JESUS
FINALIDADE: DA R. SENTENÇA DE FLS. 27/V A QUAL SEGUE TRANSCRITA: "RELATORIO DISPENSADO NA FORMA DA LEI. CONSIDERADO QUE O AUTOR (A) NÃO ATENDEU AS DETERMINAÇÕES DESTE JUÍZO, JULGO EXTINTO O FEITO NA FORMA DO ARTIGO 267, III, § 1° DO CPC. SEM CUSTAS E HONORARIOS. APÓS O TRANSITO, ARQUIVE-SE. P.R.I.".

DRA ROSIANE APARECIDA CALEGARI OAB/ES 6.844
DR OTAVIO CHAVES MACHADO PEREIRA OAB/ES 13.106
9245/07-4 (011.07.009245-4) – COBRANÇA
FINALIDADE: DA R. SENTENÇA DE FLS. 67 A QUAL SEGUE TRANSCRITA: "01) CONSIDERANDO OS TERMOS DA CERTIDÃO DE FLS. 66, DEIXO DE RECEBER OS EMBARGOS EIS QUE INTEMPESTIVOS. 02) INTIMEM-SE TODOS, DEVENDO O EXEQUENTE REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

DR GLEIDSON SILVA DE ALMEIDA OAB/ES 12.091
17510/06-3 (011.06.017510-3) – EXECUÇAO EXTRAJUDICIAL
JOSE AUGUSTO COURA X ROZANE LUCIA S. VOLPATO
FINALIDADE: DO R. DESPACHO DE FLS. 49/V O QUAL SEGUE TRANSCRITO: "INTIME-SE O (A) AUTOR (A), ATRAVES DO SEU ILUSTRE PATRONO (A), PARA NO PRAZO, DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, DAR PROSSEGUIMENTO AO FEITO, SOB PENA DE EXTINÇÃO".

DRA GLAUCIMERY SIQUEIRA LIMA OAB/ES 14.958
2520/09-3 (011.09.002520-3) – COBRANÇA
MARIA NAILDA GIACOMELLE THOMPSON X NILTON ALVES VIEIRA
FINALIDADE: DA R. SENTENÇA DE FLS. 17 A QUAL SEGUE PARCIALMENTE TRANSCRITA: "ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL, PARA CONDENAR O (A) REQUERIDO (A) AO PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DE R$ 230,50 (DUZENTOS E TRINTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), DEVIDAMENTE ATUALIZADOS COM JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, E, VIA DE CONSEQUÊNCIA, EXTINGO O FEITO, NA FORMA D ARTIGO 269, I, DO CPC. SEM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORARIOS ADVOCATICIOS, NA FORMA DOS ARTIGOS 54 E 55 DA LEI N° 9099/95. APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, ARQUIVE-SE. P.R.I.".

DRA GLAUCIMERY SIQUEIRA LIMA OAB/ES 14.958
2527/09-8 (011.09.002527-8) – COBRANÇA
MARIA NAILDA GIACOMELLE THOMPSON X JOSE ROBERTO ROSA DA SILVA
FINALIDADE: DA R. SENTENÇA DE FLS. 16 A QUAL SEGUE PARCIALMENTE TRANSCRITA: "ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL, PARA CONDENAR O (A) REQUERIDO (A) AO PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DE R$ 2.300,00 (DOIS MIL E TREZENTOS REAIS), DEVIDAMENTE ATUALIZADOS COM JUROS E CORREÇÃO MONOTÁRIA, E, VIA DE CONSEQUÊNCIA, EXTINGO O FEITO, NA FORMA DO ARTIGO 269, I, DO CPC. SEM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORARIOS ADVOCATICIOS, NA FORMA DOS ARTIGOS 54 E 55 DA LEI N° 9099/95. APÓS TRANSITO EM JULGADO, ARQUIVE-SE. P.R.I.".

DR CAIO DE CAR VALHO BORGES OAB/ES 13.944
12622/09-5 (011.09.012622-5) – EXECUÇAO EXTRAJUDICIAL
BRUNO TRAVAGLIA AMBROSIO X LB SANTOS ME
FINALIDADE: DO R. DESPACHO DE FLS. 08/V O QUAL SEGUE TRANSCRITO: "INTIME-SE O AUTOR, PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PROMOVER A JUNTADA DO INSTRUMENTO PROCURATÓRIO".

DRA DÉBORA COSTA SANTUCHI OAB/ES 13.818
17879/08-8 (011.08.017879-8) – COBRANÇA
FS COELHO DROGARIA LTDA. – ME X ANA PAULA DA SILVA
FINALIDADE: DO R. DESPACHO DE FLS. 25/V O QUAL SEGUE TRANSCRITO: "INTIME-SE O AUTOR (A), ATRAVES DO SEU ILUSTRE PATRONO (A), PARA, NO PRAZO, DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, DAR PROSSEGUIMENTO AO FEITO, SOB PENA DE EXTINÇÃO".

DR SANDRO ZORZANELLI COELHO OAB/ES 10.639
DR MARCELO GAMA NAZARIO FONSECA OAB/ES 10.325
16126/07-7 (011.07.016126-7) – OBRIGAÇÃO DE FAZER
SANDRO ZORZANELLI COELHO X TELEMAR NORTE LESTE S/A
FINALIDADE: DA R. SENTENÇA DE FLS. 34/V A QUAL SEGUE TRANSCRITA: "RELATORIO DISPENSADO NA FORMA DA LEI. HOMOLOGO O ACORDO CELEBRADO PELAS PARTES, E VIA DE CONSEQUENCIA, JULGO EXTINTO O FEITO NA FORMA DO ARTIGO 269, III, DO CPC. SEM CUSTAS E HONORARIOS. APÓS O TRANSITO, ARQUIVE-SE. P.R.I".

ANA PAULA MARTINS BARTOLO
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZA SUBSTITUTA: DRª ANA FLÁVIA MELO VELLO MIGUEL
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. LUIZ AGOSTINHO ABREU DA FONSECA
CHEFE DE SECRETARIA: ROOSEVELT MOREIRA BARBOSA

INTIMAÇÃO:

PE Nº 11.157/09 (011.09.008600-7)
AUTOR DO FATO: THOMÉ GOMES DA SILVA
VÍTIMA: MARIA GOMES DA SILVA
INTIMA O **DR. LUIZ COLA-OAB/ES 9.483**, ADVOGADO DO AUTOR DO FATO, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DECISÃO DE FLS. 15 QUE DETERMINA O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, EM FACE DA ATIPICIDADE.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

ROOSEVELT MOREIRA BARBOSA
CHEFE DE SECRETARIA

COMARCA DE COLATINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
COMARCA DE COLATINA

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DE SENTENÇA
PRAZO 60 DIAS

PR. Nº : 014.05.012230-9

A DOUTORA **ROSA ELENA SILVEROL,** JUÍZA DE DIREITO RESPONDENDO PELA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE COLATINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR DESIGNAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA E ESPECIALMENTE AO ACUSADO **LUIZ CARLOS FERNANDES ROSA**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO EM 18/07/1972, NATURAL DE COLATINA-ES, FILHO DE JOSE FERNANDES ROSA E DE MARIA DA PENHA FURTADO ROSA, RESIDENTE À ÉPOCA DOS FATOS NA RUA CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Nº 530, BAIRRO SÃO MARCOS, COLATINA-ES, ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, CONFORME CERTIFICOU O SR. OFICIAL DE JUSTIÇA ENCARREGADO DA DILIGÊNCIA, QUE POR SENTENÇA DATADA DE 21/05/2009, PROFERIDA ÀS FLS. 150/160, NOS **AUTOS DA AÇÃO PENAL Nº 014.05.012230-9** A QUE O MESMO RESPONDE NESTE JUÍZO; QUE O CONDENOU A PENA DEFINITIVA DE DOIS (02) ANOS, 01 (UM) MÊS E 06 (SEIS) DIAS DE DETENÇÃO E MULTA. O REGIME DE PENA A SER CUMPRIDO È O ABERTO CONFORME DISPOSTO NO ART. 33,§ 2º, "C" DO CÓDIGO PENAL. CONDENADO AINDA, AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, COM FULCRO NO ART. 12, DA LEI 1.060/50.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E DE FUTURO NÃO SE ALEGUE IGNORÂNCIA, MANDOU PASSAR O PRESENTE EDITAL DE INTIMAÇÃO, QUE SERÁ PUBLICADO POR UMA VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO, E AFIXADO NO LUGAR DE COSTUME.

DADA E PASSADA, NESTA CIDADE E COMARCA DE COLATINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E DOIS(22) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO (09) DO ANO DE DOIS MIL E NOVE (2009). EU, IZABEL ENTRINGER, O DIGITEI.

IVANIR MARIA FIOROT
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA CRIMINAL
COMARCA DE COLATINA

LISTA DE INTIMAÇÕES Nº 53/2009

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELO PROVIMENTO Nº 013/10/92, DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUÍZA DE DIREITO EM EXERCICO: ROSA ELENA SILVEROL
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: IVANIR MARIA FIOROT
ESCREVENTE JURAMENTADO: PAULO SÉRGIO CAETANO, SÓCRATS DELAI, JULIANA TOMAZI NEGRELI E IZABEL ENTRINGER

ADVOGADO(A)S INTIMADOS ATRAVÉS DA LISTA 053/2009

INTIMO O(A-S) DOUTO(A-S) ADVOGADO(A-S):

ELOILSOM CAETANO SABADINE
ANTONIO JOSÉ COELHO
MÁRCIO DELL'SANTO
MARIA DA PENHA DELFINO
VITOR LUCIO LIMA
CARLOS CEZAR DOS SANTOS
NARNE SEARA BORGES JUNIOR
ALCEBÍADES TON

01- ELOILSOM CAETANO SABADINE
PR. 01406011766-1
ACUSADO(A-S): MAURICIO LOURENÇO DE AGUIAR
FINALIDADE: FICA INTIMADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 111/114, DOS AUTOS.

02- ANTONIO JOSÉ COELHO
PR. 01405012551-8
ACUSADO(A-S): JAQUELINE CARNEIRA BEBIANO E OUTRO
FINALIDADE: FICA INTIMADO DA R. SENTENÇA DE FLS.383/388, DOS AUTOS.

03- MÁRCIO DELL'SANTO
PR.01407010605-0
ACUSADO(A-S): RICARDO FERIGUETTI GALÃO
FINALIDADE: FICA INTIMADO PARA A FORMULAÇÃO DE QUESITOS, NO PRAZO DE 10 DIAS.

04- MARIA DA PENHA DELFINO
PR.01405013053-4
ACUSADO(A-S): MARCIA MARIA VACARE BROSEGHINI
FINALIDADE: FICA INTIMADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 245/257 DOS AUTOS.

05- VITOR LUCIO LIMA
PR.01408014613-8
ACUSADO(A-S): VANILTON SANCHO DE ARAUJO
FINALIDADE: FICA INTIMADO PARA SE MANIFESTAR NOS AUTOS NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS.

05- VITOR LUCIO LIMA
PR.01408014613-8
ACUSADO(A-S): VANILTON SANCHO DE ARAUJO
FINALIDADE: FICA INTIMADO PARA SE MANIFESTAR NOS AUTOS NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS.

06- CARLOS CEZAR DOS SANTOS
PR.01405010661-7
ACUSADO(A-S): AGNALDO AMBRÓSIO E OUTROS
FINALIDADE: FICA INTIMADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 143/146 DOS AUTOS.

07- NARNE SEARA BORGES JUNIOR
PR.01405006306-5
ACUSADO(A-S): LIMAQ - LINHARES MÁQUINAS LTDA. E OUTROS
FINALIDADE: FICA INTIMADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 508/515 DOS AUTOS.

08- ALCEBÍADES TON
PR.01409008090-5
ACUSADO(A-S): OLAVIO GARCIA
FINALIDADE: FICA INTIMADO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 07/10/2009, ÀS 13:30 HORAS.**

COLATINA/ES 22/09/2009

SOCRATS DELAI
CHEFE DE SECRETARIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
COMARCA DE COLATINA

AV. LUIS DALLA BERNARDINA, S/N - PRAÇA DO SOL POENTE - COLATINA-ES - CEP: 29700-090 - TELEFAX: 3721-5022 R/247 E-MAIL: 1ORFAOS-COLATINA@TJ.ES.GOV.BR

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

PROCESSO Nº **014.08.014543-7**
CÓDIGO 4378/08

O **DOUTOR JOCY ANTONIO ZANOTELLI,** MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE COLATINA-ES, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.,

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE TOMAREM CONHECIMENTO, QUE TRAMITAM NESTE JUÍZO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE COLATINA-ES OS AUTOS DA **AÇÃO DE INTERDIÇÃO**, PROCESSO DESCRITO ACIMA, REQUERIDA POR **MARIA DE FÁTIMA MAIA DOS SANTOS** EM FACE DE SUA GENITORA **ANGELINA ROZA MAIA**, CUJA SENTENÇA PROFERIDA AS FLS. 30/31 DOS REFERIDOS AUTOS DEFERIU A INTERDIÇÃO DE ANGELINA ROZA MAIA**,** POSSUINDO O SEGUINTE TEOR EM SEU FINAL: "SENTENÇA - VISTOS, ETC., (...) (...) DIANTE DO EXPOSTO E AO MAIS QUE DOS AUTOS CONSTAM, COM FULCRO NO ARTIGO 1.767, DO CÓDIGO CIVIL, E ARTIGO 1.177, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE INTERDIÇÃO DE ANGELINA ROZA MAIA, PARA NOMEAR-LHE CURADORA NA PESSOA DE SUA FILHA MARIA DE FÁTIMA MAIA DOS SANTOS, JÁ DEVIDAMENTE QUALIFICADA. LAVRE-SE O TERMO DE COMPROMISSO, FICANDO A CURADORA DISPENSADA DA ESPECIALIZAÇÃO DE HIPOTECA LEGAL, UMA VEZ QUE É FILHA DA INTERDITANDA, E NÃO EXISTE NENHUM BEM PARA ADMINISTRAR. EXPEÇA-SE DE IMEDIATO O RESPECTIVO MANDADO AO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL, SEM CUSTAS E EMOLUMENTOS, PARA A DEVIDA INSCRIÇÃO. EXPEÇA-SE EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA DECRETAÇÃO DA INTERDIÇÃO, RESUMIDO, POR UAM VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA, POR SE TRATAR DE SITUAÇÃO JÁ DEFINIDA E RESTRITA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. OFICIE-SE O CARTÓRIO ELEITORAL INFORMANDO SOBRE A INTERDIÇÃO E PARA AS PROVIDÊNCIAS CONFORME PRESCRITO NO ARTIGO 71, § 2º DO CÓDIGO ELEITORAL, COMBINADO COM ARTIGO 15, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SEM CUSTAS EM FACE DA CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. P. R. E INTIMEM-SE. COLATINA, 17 DE JUNHO DE 2009. (ASS:) JOCY ANTONIO ZANOTELLI - JUIZ DE DIREITO".

E PARA QUE REFERIDA SENTENÇA PRODUZA OS SEUS DEVIDOS EFEITOS LEGAIS E CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, E AINDA, PARA QUE NINGUÉM POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, MANDOU EXPEDIR O PRESENTE EDITAL NOS TERMOS SUPRA, QUE SERÁ AFIXADO NA SEDE DESTE JUÍZO NO LUGAR DE COSTUME E PUBLICADA POR UMA VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA. SEM CUSTAS E EMOLUMENTOS, POR ESTAREM AMPARADOS PELOS BENEFICIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.

CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE COLATINA-ES, AOS TRÊS (03) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E NOVE (2009). EU, ESCRIVÃO JUDICIÁRIO, FIZ DIGITAR, CONFERI E SUBSCREVI.

RENATO TREVIZANI
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO
PROVIMENTOS Nº S 001/98 E 002/98

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
COMARCA DE COLATINA

AV. LUIS DALLA BERNARDINA, S/N - PRAÇA DO SOL POENTE - COLATINA-ES - CEP: 29700-090 - TELEFAX: 3721-5022 R/247 E-MAIL: 1ORFAOS-COLATINA@TJ.ES.GOV.BR

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

PROCESSO Nº 014.08.011491-2
CÓDIGO 4341/08

O **DOUTOR JOCY ANTONIO ZANOTELLI,** MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE COLATINA-ES, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.,

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE TOMAREM CONHECIMENTO, QUE TRAMITAM NESTE JUÍZO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE COLATINA-ES OS AUTOS DA AÇÃO DE INTERDIÇÃO, PROCESSO DESCRITO ACIMA, REQUERIDA POR GELSON BASTOS EM FACE DE SUA AVÓ ANILINA DE SOUZA BRAGA CUJA SENTENÇA PROFERIDA AS FLS. 27/28 DOS REFERIDOS AUTOS DEFERIU A **INTERDIÇÃO** DE **ANILINA DE SOUZA BRAGA,** POSSUINDO O SEGUINTE TEOR EM SEU FINAL: "SENTENÇA - VISTOS, ETC., (...) (...) DIANTE DO EXPOSTO E AO MAIS QUE DOS AUTOS CONSTAM, COM FULCRO NO ARTIGO 1.767, DO CÓDIGO CIVIL, E ARTIGO 1.177, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE INTERDIÇÃO DE ANILINA DE SOUZA BRAGA, PARA NOMEAR-LHE CURADOR NA PESSOA DE SEU **NETO GELSON BASTOS**, JÁ DEVIDAMENTE QUALIFICADO. LAVRE-SE O TERMO DE COMPROMISSO, FICANDO O CURADOR DISPENSADO DA ESPECIALIZAÇÃO DE HIPOTECA LEGAL, UMA VEZ QUE É NETO DA INTERDITANDO, E A MESMA NÃO POSSUI BENS PARA ADMINISTRAR. EXPEÇA-SE DE IMEDIATO O RESPECTIVO MANDADO AO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL, SEM CUSTAS E EMOLUMENTOS, PARA A DEVIDA INSCRIÇÃO. EXPEÇA-SE EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA DECRETAÇÃO DA INTERDIÇÃO, RESUMIDO, POR UMA VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA, POR SE TRATAR DE SITUAÇÃO JÁ DEFINIDA E RESTRITA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. OFICIE-SE O CARTÓRIO ELEITORAL INFORMANDO SOBRE A INTERDIÇÃO E PARA AS PROVIDÊNCIAS CONFORME PRESCRITO NO ARTIGO 71, § 2º DO CÓDIGO ELEITORAL, COMBINADO COM ARTIGO 15, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SEM CUSTAS EM FACE DA CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. P. R. E INTIMEM-SE. COLATINA, 07 DE ABRIL DE 2009. (ASS:) JOCY ANTONIO ZANOTELLI - JUIZ DE DIREITO".

E PARA QUE REFERIDA SENTENÇA PRODUZA OS SEUS DEVIDOS EFEITOS LEGAIS E CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, E AINDA, PARA QUE NINGUÉM POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, MANDOU EXPEDIR O PRESENTE EDITAL NOS TERMOS SUPRA, QUE SERÁ AFIXADO NA SEDE DESTE JUÍZO NO LUGAR DE COSTUME E PUBLICADA POR UMA VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA. SEM CUSTAS E EMOLUMENTOS POR ESTAREM AMPARADOS PELOS BENEFICIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.

CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE COLATINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS TRÊS (03) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO CORRENTE ANO DE DOIS MIL E NOVE (2009). EU, ESCRIVÃO JUDICIÁRIO, FIZ DIGITAR, CONFERI E SUBSCREVI.

RENATO TREVIZANI
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO
PROVIMENTOS Nº S 001/98 E 002/98 DA CGJ

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
COMARCA DE COLATINA

AV. LUIS DALLA BERNARDINA, S/N - PRAÇA DO SOL POENTE - COLATINA-ES - CEP: 29700-090 - TELEFAX: 3721-5022 R/247 E-MAIL: 1ORFAOS-COLATINA@TJ.ES.GOV.BR

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

PROCESSO Nº **014.09.001491-2**
CÓDIGO 4433/09

O **DOUTOR JOCY ANTONIO ZANOTELLI,** MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE COLATINA-ES, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.,

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE TOMAREM CONHECIMENTO, QUE TRAMITAM NESTE JUÍZO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE COLATINA-ES OS AUTOS DA AÇÃO DE INTERDIÇÃO, PROCESSO DESCRITO ACIMA, REQUERIDA POR **EDISON CAPELLI** EM FACE DE SUA GENITORA **FRANCISCA AZEVEDO DA ENCARNAÇÃO**, CUJA SENTENÇA PROFERIDA AS FLS. 29/30 DOS REFERIDOS AUTOS DEFERIU A INTERDIÇÃO DE FRANCISCA AZEVEDO DA ENCARNAÇÃO**,** POSSUINDO O SEGUINTE TEOR EM SEU FINAL: "SENTENÇA - VISTOS, ETC., (...) (...) DIANTE DO EXPOSTO E AO MAIS QUE DOS AUTOS CONSTAM, COM FULCRO NO ARTIGO 1.767, DO CÓDIGO CIVIL, E ARTIGO 1.177, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE INTERDIÇÃO DE FRANCISCA AZEVEDO DA ENCARNAÇÃO, PARA NOMEAR-LHE CURADOR NA PESSOA DE SEU FILHO EDISON CAPELLI, JÁ DEVIDAMENTE QUALIFICADO. LAVRE-SE O TERMO DE COMPROMISSO, FICANDO O CURADOR DISPENSADO DE ESPECIALIZAÇÃO DA HIPOTECA LEGAL, UMA VEZ QUE É FILHO DA INTERDITANDA, E NÃO EXISTE NENHUM BEM PARA SER ADMINISTRADO. EXPEÇA-SE DE IMEDIATO O RESPECTIVO MANDADO SEM CUSTAS E EMOLUMENTOS AO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL, PARA A DEVIDA INSCRIÇÃO. EXPEÇA-SE EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DECRETAÇÃO DA INTERDIÇÃO, RESUMIDO, POR UAM VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA, POR SE TRATAR DE SITUAÇÃO JÁ DEFINIDA E RESTRITA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, PELA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. OFICIE-SE O CARTÓRIO ELEITORAL INFORMANDO SOBRE A INTERDIÇÃO E PARA AS PROVIDÊNCIAS CONFORME PRESCRITO NO ARTIGO 71, § 2º DO CÓDIGO ELEITORAL, COMBINADO COM ARTIGO 15, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. P. R. E INTIMEM-SE. COLATINA, 17 DE JUNHO DE 2009. (ASS:) JOCY ANTONIO ZANOTELLI - JUIZ DE DIREITO".

E PARA QUE REFERIDA SENTENÇA PRODUZA OS SEUS DEVIDOS EFEITOS LEGAIS E CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, E AINDA, PARA QUE NINGUÉM POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, MANDOU EXPEDIR O PRESENTE EDITAL NOS TERMOS SUPRA, QUE SERÁ AFIXADO NA SEDE DESTE JUÍZO NO LUGAR DE COSTUME E PUBLICADA POR UMA VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA. SEM CUSTAS E EMOLUMENTOS, POR ESTAREM AMPARADOS PELOS BENEFICIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.

CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE COLATINA-ES, AOS TRÊS (03) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E NOVE (2009). EU, ESCRIVÃO JUDICIÁRIO, FIZ DIGITAR, CONFERI E SUBSCREVI.

RENATO TREVIZANI
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO
PROVIMENTOS Nº S 001/98 E 002/98 DA CGJ

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
COMARCA DE COLATINA

AV. LUIS DALLA BERNARDINA, S/N - PRAÇA DO SOL POENTE - COLATINA-ES - CEP: 29700-090 - TELEFAX: 3721-5022 R/247 E-MAIL: 1ORFAOS-COLATINA@TJ.ES.GOV.BR

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

PROCESSO Nº **014.08.009864-4**
CÓDIGO 4317/08

O **DOUTOR JOCY ANTONIO ZANOTELLI,** MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE COLATINA-ES, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.,

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE TOMAREM CONHECIMENTO, QUE TRAMITAM NESTE JUÍZO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE COLATINA-ES OS AUTOS DA **AÇÃO DE INTERDIÇÃO**, PROCESSO DESCRITO ACIMA, REQUERIDA POR **GETULIO AMARAL MOREIRA** EM FACE DE SEU IRMÃO **GENILDO AMARAL MOREIRA** CUJA SENTENÇA PROFERIDA AS FLS. 24/25 DOS REFERIDOS AUTOS DEFERIU A INTERDIÇÃO DE GENILDO AMARAL MOREIRA**,** POSSUINDO O SEGUINTE TEOR EM SEU FINAL: "SENTENÇA - VISTOS, ETC., (...) (...) DIANTE DO EXPOSTO E AO MAIS QUE DOS AUTOS CONSTAM, COM FULCRO NO ARTIGO 1.767, DO CÓDIGO CIVIL, E ARTIGO 1.177, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE INTERDIÇÃO DE GENILDO AMARAL MOREIRA, PARA NOMEAR-LHE CURADOR NA PESSOA DE SEU IRMÃO GETÚLIO AMARAL MOREIRA, JÁ DEVIDAMENTE QUALIFICADO, DEVENDO SER REAVALIADA A CADA DOIS ANOS EM AUDIÊNCIA A SER DESIGNADA POR ESTE JUÍZO, FICANDO O CURADOR COM A OBRIGAÇÃO DE PROVIDENCIAR O TRATAMENTO NECESSÁRIO, TUDO CONFORME DETERMINADO NO ARTIGO 1776 DO CÓDIGO CIVIL, E APRESENTAR RELATÓRIO MÉDICO A CADA DOZE MESES. LAVRE-SE O TERMO DE COMPROMISSO, FICANDO O CURADOR DISPENSADO DE ESPECIALIZAÇÃO DA HIPOTECA LEGAL, TENDO EM VISTA QUE É IRMÃO DO INTERDITANDO E QUE O MESMO NÃO POSSUI BENS PARA ADMINISTRAR. EXPEÇA-SE DE IMEDIATO O RESPECTIVO MANDADO AO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL, SEM TAXAS E EMOLUMENTOS, PARA A DEVIDA INSCRIÇÃO. EXPEÇA-SE PELA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DECRETAÇÃO DA INTERDIÇÃO, RESUMIDO, POR UMA VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA, POR SE TRATAR DE SITUAÇÃO JÁ DEFINIDA E RESTRITA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. OFICIE-SE O CARTÓRIO ELEITORAL INFORMANDO SOBRE A INTERDIÇÃO E PARA AS PROVIDÊNCIAS CONFORME PRESCRITO NO ARTIGO 71, § 2º DO CÓDIGO ELEITORAL, COMBINADO COM ARTIGO 15, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APÓS AS PROVIDÊNCIAS ACIMA, AGUARDAR EM CARTÓRIO O RELATÓRIO A CADA DOZE MESES. P. R. E INTIMEM-SE. COLATINA, 26 DE MARÇO DE 2009. (ASS:) JOCY ANTONIO ZANOTELLI - JUIZ DE DIREITO".

E PARA QUE REFERIDA SENTENÇA PRODUZA OS SEUS DEVIDOS EFEITOS LEGAIS E CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, E AINDA, PARA QUE NINGUÉM POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, MANDOU EXPEDIR O PRESENTE EDITAL NOS TERMOS SUPRA, QUE SERÁ AFIXADO NA SEDE DESTE JUÍZO NO LUGAR DE COSTUME E PUBLICADA POR UMA VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA. SEM CUSTAS E EMOLUMENTOS POR ESTAREM AMPARADOS PELOS BENEFICIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.

CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE COLATINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS TRÊS (03) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO CORRENTE ANO DE DOIS MIL E NOVE (2009). EU, ESCRIVÃO JUDICIÁRIO, FIZ DIGITAR, CONFERI E SUBSCREVI.

RENATO TREVIZANI
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO
PROVIMENTOS Nº S 001/98 E 002/98 DA CGJ

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
COMARCA DE COLATINA

AV. LUIS DALLA BERNARDINA, S/N - PRAÇA DO SOL POENTE - COLATINA-ES - CEP: 29700-090 - TELEFAX: 3721-5022 R/247 E-MAIL: 1ORFAOS-COLATINA@TJ.ES.GOV.BR

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

PROCESSO Nº **014.08.007564-2**
CÓDIGO 4248/08

O **DOUTOR JOCY ANTONIO ZANOTELLI,** MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE COLATINA-ES, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.,

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE TOMAREM CONHECIMENTO, QUE TRAMITAM NESTE JUÍZO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE COLATINA-ES OS AUTOS DA **AÇÃO DE INTERDIÇÃO**, PROCESSO DESCRITO ACIMA, REQUERIDA POR **ROGERIO ALMEIDA ALEXANDRE** EM FACE DE SUA IRMÃ **GLEICY KELLENN NÉRI**, CUJA SENTENÇA PROFERIDA AS FLS. 31/32 DOS REFERIDOS AUTOS DEFERIU A INTERDIÇÃO DE GLEICY KELLENN NÉRI**,** POSSUINDO O SEGUINTE TEOR EM SEU FINAL: "SENTENÇA - VISTOS, ETC., (...) (...) DIANTE DO EXPOSTO E AO MAIS QUE DOS AUTOS CONSTAM, COM FULCRO NO ARTIGO 1.767, DO CÓDIGO CIVIL, E ARTIGO 1.177, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE INTERDIÇÃO DE GLEICY KELLENN NERI, PARA NOMEAR-LHE CURADOR NA PESSOA DE SEU IRMÃO ROGERIO ALMEIDA ALEXANDRE, JÁ DEVIDAMENTE QUALIFICADO. LAVRE-SE O TERMO DE COMPROMISSO, FICANDO O CURADOR DISPENSADO DE ESPECIALIZAÇÃO DA HIPOTECA LEGAL, TENDO EM VISTA QUE É IRMÃO DA INTERDITANDA E QUE A MESMA NÃO POSSUI BENS PARA ADMINISTRAR. EXPEÇA-SE DE IMEDIATO O RESPECTIVO MANDADO AO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL, SEM TAXAS E EMOLUMENTOS, PARA A DEVIDA INSCRIÇÃO. EXPEÇA-SE PELA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DECRETAÇÃO DA INTERDIÇÃO, RESUMIDO, POR UMA VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA, POR SE TRATAR DE SITUAÇÃO JÁ DEFINIDA E RESTRITA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. OFICIE-SE O CARTÓRIO ELEITORAL INFORMANDO SOBRE A INTERDIÇÃO E PARA AS PROVIDÊNCIAS CONFORME PRESCRITO NO ARTIGO 71, § 2º DO CÓDIGO ELEITORAL, COMBINADO COM ARTIGO 15, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. P. R. E INTIMEM-SE. COLATINA, 07 DE MAIO DE 2009. (ASS:) JOCY ANTONIO ZANOTELLI - JUIZ DE DIREITO".

E PARA QUE REFERIDA SENTENÇA PRODUZA OS SEUS DEVIDOS EFEITOS LEGAIS E CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, E AINDA, PARA QUE NINGUÉM POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, MANDOU EXPEDIR O PRESENTE EDITAL NOS TERMOS SUPRA, QUE SERÁ AFIXADO NA SEDE DESTE JUÍZO NO LUGAR DE COSTUME E PUBLICADA POR UMA VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA. SEM CUSTAS E EMOLUMENTOS, POR ESTAREM AMPARADOS PELOS BENEFICIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.

CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE COLATINA-ES, AOS TRÊS (03) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E NOVE (2009). EU, ESCRIVÃO JUDICIÁRIO, FIZ DIGITAR, CONFERI E SUBSCREVI.

RENATO TREVIZANI
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO
PROVIMENTOS Nº S 001/98 E 002/98 DA CGJ

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
COMARCA DE COLATINA

AV. LUIS DALLA BERNARDINA, S/N - PRAÇA DO SOL POENTE - COLATINA-ES - CEP: 29700-090 - TELEFAX: 3721-5022 R/247 E-MAIL: 1ORFAOS-COLATINA@TJ.ES.GOV.BR

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

PROCESSO Nº 014.09.001741-0
CÓDIGO 4437/09

O **DOUTOR JOCY ANTONIO ZANOTELLI,** MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE COLATINA-ES, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.,

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE TOMAREM CONHECIMENTO, QUE TRAMITAM NESTE JUÍZO DA 1ª VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE COLATINA-ES OS AUTOS DA AÇÃO DE INTERDIÇÃO, PROCESSO DESCRITO ACIMA, REQUERIDA POR **JOSÉ MANOEL DE OLIVEIRA** EM FACE DE SUA ESPOSA **VALDETE DA PENHA MONTEIRO OLIVEIRA**, CUJA SENTENÇA PROFERIDA AS FLS. 36/37 DOS REFERIDOS AUTOS DEFERIU A INTERDIÇÃO DE VALDETE DA PENHA MONTEIRO OLIVEIRA**,** POSSUINDO O SEGUINTE TEOR EM SEU FINAL: "SENTENÇA - VISTOS, ETC., (...) (...) DIANTE DO EXPOSTO E AO MAIS QUE DOS AUTOS CONSTAM, COM FULCRO NO ARTIGO 1.767, DO CÓDIGO CIVIL, E ARTIGO 1.177, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA INICIAL PARA DECRETAR A INTERDIÇÃO DE VALDETE DA PENHA MONTEIRO OLIVEIRA, E NOMEIO-LHE CURADOR NA PESSOA DE SEU MARIDO JOSÉ MANOEL DE OLIVEIRA, JÁ DEVIDAMENTE QUALIFICADO, DEVENDO SER REAVALIADA A CADA DOIS ANOS EM AUDIÊNCIA A SER DESIGNADA POR ESTE JUÍZO, FICANDO O CURADOR COM A OBRIGAÇÃO DE PROVIDENCIAR O TRATAMENTO NECESSÁRIO, TUDO CONFORME DETERMINADO NO ARTIGO 1776 DO CÓDIGO CIVIL, E APRESENTAR RELATÓRIO MÉDICO A CADA 12 (DOZE) MESES. LAVRE-SE O TERMO DE COMPROMISSO, FICANDO O CURADOR DISPENSADO DE ESPECIALIZAÇÃO DE HIPOTECA LEGAL, UMA VEZ QUE É MARIDO DA INTERDITANDA, E QUE QUALQUER BEM QUE DESEJAR TRANSFERIR DEPENDERÁ DE AUTORIZAÇÃO. EXPEÇA-SE DE IMEDIATO O RESPECTIVO MANDADO SEM CUSTAS E EMOLUMENTOS AO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL, PARA A DEVIDA INSCRIÇÃO. EXPEÇA-SE EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DECRETAÇÃO DA INTERDIÇÃO, RESUMIDO, POR UMA VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA, POR SE TRATAR DE SITUAÇÃO JÁ DEFINIDA E RESTRITA DA PREVIDENCIA SOCIAL, PELA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. OFICIE-SE O CARTÓRIO ELEITORAL INFORMANDO SOBRE A INTERDIÇÃO E PARA AS PROVIDÊNCIAS CONFORME PRESCRITO NO ARTIGO 71, § 2º DO CÓDIGO ELEITORAL, COMBINADO COM ARTIGO 15, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APÓS AS PROVIDÊNCIAS ACIMA, AGUARDAR EM CARTÓRIO O RELATÓRIO A CADA DOZE MESES. SEM CUSTAS E EMOLUMENTOS, POR ESTAR AMPARADA PELOS BENEFICIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. P. R. E INTIMEM-SE. COLATINA, 02 DE JULHO DE 2009. (ASS:) JOCY ANTONIO ZANOTELLI - JUIZ DE DIREITO".

E PARA QUE REFERIDA SENTENÇA PRODUZA OS SEUS DEVIDOS EFEITOS LEGAIS E CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, E AINDA, PARA QUE NINGUÉM POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, MANDOU EXPEDIR O PRESENTE EDITAL NOS TERMOS SUPRA, QUE SERÁ AFIXADO NA SEDE DESTE JUÍZO NO LUGAR DE COSTUME E PUBLICADA POR UMA VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA. SEM CUSTAS E EMOLUMENTOS, POR ESTAREM AMPARADOS PELOS BENEFICIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.

CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE COLATINA-ES, AOS TRÊS (03) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E NOVE (2009). EU, ESCRIVÃO JUDICIÁRIO, FIZ DIGITAR, CONFERI E SUBSCREVI.

RENATO TREVIZANI
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO
PROVIMENTOS Nº S 001/98 E 002/98 DA CGJ

-*****.***-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
COMARCA DE COLATINA

EDIFÍCIO DO FÓRUM, PRAÇA DO SOL POENTE, ESPLANADA, COLATINA-ES - CEP 29700-090

LISTA DE INTIMAÇÕES Nº 005/2009

ED. DO FÓRUM: AV. LUIZ DALLA BERNARDINA, S Nº , PRAÇA DO SOL POENTE, ESPLANADA, CEP 29700-090, TEL.: (027) 3721-5022 RAMAL 213 EMAIL: 1INFANCIA-COLATINA@TJ.ES.GOV.BR

JUIZ: DR. CARLOS MAGNO FERREIRA
CHEFE DE SECRETARIA: VALTER ROMANHA
ESCREVENTES: GILMAR GLICÉRIO
LEANDRO BARBOSA COITINHO
MARCO ANTONIO ZACHÉ

RELAÇÃO DOS ADVOGADOS INTIMADOS NESTA LISTA:

1- DRª. ALAÍDES DO CARMO DE OLIVEIRA - OAB/ES 6.408
2- DRª. LÍDIA MARIA RUCCE MANFIOLETTI - OAB/ES 8.583
3- DRª. MARIA DA PENHA DELFINO - OAB/ES 4.022
4- DR. WESLEY MARGOTTO COSTA - OAB/ES 10.736
5- DR. WYATT EARP TAYLOR NUNES - OAB/ES 8.792

NA FORMA DO DISPOSTO NO PROVIMENTO Nº 014/99, DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DESTE ESTADO, FICA(M) OS ADVOGADO(S) INFRA NOMINA- DO(S) INTIMADO(S) NO(S) RESPECTIVO(S) AUTOS PARA OS FINS DISCRIMINADO(S), A SABER:

DRª. ALAÍDES DO CARMO DE OLIVEIRA - OAB/ES 6.408
AÇÃO : - ADOÇÃO - Nº 014.09.004509-8 (CÓD. 3188/09)
REQTE: - MINISTÉRIO PÚBLICO
FINS : - PARA APRESENTAR SUAS ALEGAÇÕES FINAIS VIA MEMORIAIS, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

DRª. LÍDIA MARIA RUCCE MANFIOLETTI - OAB/ES 8.583
(1) AÇÃO : - ADOÇÃO - Nº 014.08.010722-1 (CÓD. 2916/08)
REQTE: - MARIA DA PENHA BONGIOVANI
FINS : - PARA EMENDAR A INICIAL, OBSERVANDO-SE O ART. 165, INCS. II E V DO ECRIAD, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO.

(2) AÇÃO : - ADOÇÃO - Nº 014.08.010725-4 (CÓD. 2917/08)
REQTE: - EDINA GERALDA DALMASO E OUTRO
FINS : - PARA EMENDAR A INICIAL, OBSERVANDO-SE O ART. 165, INCS. II E V DO ECRIAD, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO.

DRª. MARIA DA PENHA DELFINO - OAB/ES 4.022
AÇÃO : - EXPEDIENTES ESPECIAIS - Nº 014.07.006956-3 (CÓD. 2339/07)
REQTE: - MINISTÉRIO PÚBLICO
FINS : - PARA APRESENTAR SUAS ALEGAÇÕES FINAIS VIA MEMORIAIS, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

DR. WESLEY MARGOTTO COSTA - OAB/ES 10.736
AÇÃO : - GUARDA - Nº 014.08.009548-3 (CÓD. 2874/08)
REQTE: - VALENTIM CASER E OUTRO
FINS : - DA R. SENTENÇA DE FLS. 102/104, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, REVOGANDO A GUARDA DA CRIANÇA EM DESFAVOR DOS REQUERENTES E DEVOLVENDO-A À GENITORA.

DR. WYATT EARP TAYLOR NUNES - OAB/ES 8.792
AÇÃO : - GUARDA - Nº 014.09.004791-2 (CÓD. 3198/09)
REQTE: - JAMIL DOS SANTOS
FINS : - PARA COMPARECER À SALA DE AUDIÊNCIAS DO JUÍZO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE COLATINA/ES, **DIA 03/12/2009 ÀS 15:00H**, ONDE SERÁ REALIZADA AUDIÊNCIA PARA OITIVA DAS PARTES.

COLATINA-ES, 21 DE SETEMBRO DE 2009.

VALTER ROMANHA
CHEFE DE SECRETARIA

COMARCA DE GUARAPARI

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL
DA COMARCA DE GUARAPARI

JUIZ DE DIREITO: DR. AIRTON SOARES DE OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA: OTÁVIO GUIMARÃES DE FREITAS GAZIR
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: VILMA CHUAIRY

LISTA Nº **00123/2009**

ADVOGADOS INTIMADOS NESTA LISTA:

DR. HENRIQUE HUDSON PORTO DA COSTA
DR. ELPIDIO DA PAZ DIOGO NETO
DR. PACELLI ARRUDA COSTA
DR. UDNO ZANDONADE
DR. WILLIAN DA MATTA BERGAMINI
DR. ORLANDO BERGAMINI
DR. JOSÉ CARLOS ROSESTOLATO REZENDE
DR. ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA
DR. ISAAC PAVEZI PUTON
DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR
DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR
DR. JOSÉ LAURO LIRA BARBOSA
DR. VINÍCIUS D'MORAIS RIBEIRO
DRª CHRISTIANI BORGES FERREIRA PACHECO
DR. ROGÉRIO BODART RANGEL
DR. EDSON PEREIRA RAMANAUSKAS
DRª. ANA CRISTINA DELACIO ABREU
DR. PAULO ROBERTO DE PAULA GOMES
DR. ELIO FERREIRA DE MATOS JUNIOR
DR. HELTON FRANCIS MARETTO
DR. GUSTAVO SICILIANO CANTISANO
DR. JOSÉ CARLOS ROSESTOLATO REZENDE
DR. JOSÉ CARLOS GOMES
DR. HELTON FRANCIS MARETTO
DR. JARBAS DA FONSECA CARNEIRO
DR. JOEL SANTANA VIANA

PROCESSO Nº **021060070733 - IMPUGNAÇÃO**
RITA DE CÁSSIA DA SILVA X ANILTON ALMEIDA
INTIME-SE **DR. HENRIQUE HUDSON PORTO DA COSTA** PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 40 QUE RECEBEU O RECURSO DE APELAÇÃO EM SEU DUPLO EFEITO. FICA AINDA INTIMADO(A) **DRª. SIMONE DA SILVA ZANI** PARA, QUERENDO, OFERECER CONTRA-RAZOES, NO PRAZO LEGAL.

PROCESSO Nº **021990206316 - REINTEGRAÇÃO DE POSSE**
MARLY GONÇALVES RIBEIRO X LAURINEI BORGES DE OLIVEIRA E OUTRO
INTIME-SE **DR. ELPIDIO DA PAZ DIOGO NETO** PARA OBTER VISTAS DOS AUTOS, VEZ QUE DEVIDAMENTE RECOLHIDA AS CUSTAS DE DESARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

PROCESSO Nº **021070043589 - DEPOSITO**
BANCO SANTANDER BANESPA S/A X MARCOS LEANDRO FREITAS DOS SANTOS
INTIME-SE **DR. PACELLI ARRUDA COSTA E/OU UDNO ZANDONADE** PARA TOMAREM CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 69 QUE DIANTE DA INFORMAÇÃO DE FLS. 67/68, CHAMOU O FEITO DE ORDEM PARA REVOGAR A DECISÃO DE FLS. 66, QUE CONVERTEU A AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO.

PROCESSO Nº **021080081454 - DESPEJO**
ARLINDO ARAUJO QUINTÃO X NOGAROL E ALMEIDA LTDA.
INTIME-SE **DR. WILLIAN DA MATTA BERGAMINI** PARA COMPLEMENTAR O DEPÓSITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, TENDO EM VISTA A ALEGAÇÃO DO AUTOR QUE A MORA NÃO FOI PURGADA TOTALMENTE, CONFORME O R. DESPACHO DE FLS. 98.

PROCESSO Nº **021030365858 - USUCAPIÃO**
ESPÓLIO DE ADAIR LANTIMAN X ESTE JUÍZO
INTIME-SE **DR. ORLANDO BERGAMINI** PARA PROCEDER A RETIRADA DA CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO DO ESPÓLIO DE ANTONILIO DA VITÓRIA EXPEDIDA ÀS FLS. 199, PROVIDENCIANDO SEU DEVIDO CUMPRIMENTO.

PROCESSO Nº **021070109745 - INDENIZATÓRIA**
FERNANDO DA SILVA VAZ X FININVEST
INTIME-SE **DRª JOSÉ CARLOS ROSESTOLATO REZENDE E DR. ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA** PARA TOMAREM CIÊNCIA DA R.

SENTENÇA DE FLS. 88/95 QUE, JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, COM BASE NO ARTIGO 269, I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, PARA CONDENAR O REQUERIDO NOS DANOS MORAIS SOFRIDOS PELO AUTOR, PERFAZENDO O TOTAL DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), QUE DEVERÃO SER CORRIGIDOS DESDE A DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA DECISÃO, APLICANDO-SE OS JUROS A PARTIR DO EVENTO DANOSO, OU SEJA, 05 DE NOVEMBRO DE 2003, EM APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 54 DA SÚMULA DO STJ. CONDENOU O REQUERIDO, AINDA, NAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE, CONSIDERANDO O GRAU DE ZELO PROFISSIONAL, A NATUREZA, O LOCAL E A IMPORTÂNCIA DA CAUSA, BEM COMO O TEMPO DESPENDIDO EM SUA RESOLUÇÃO, ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO), COM BASE NO ARTIGO 20 § 3° DO CPC. CASO O PAGAMENTO DAS QUANTIAS FIXADAS NÃO SEJA EFETUADO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, O MONTANTE DA CONDENAÇÃO SERÁ ACRESCIDO NO PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO), CONFORME INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 475-J DO CPC.

PROCESSO Nº **021090044484 - USUCAPIÃO**
CASSANDRA DE CASTRO SILVA LAPROVITERA X MARLUICI MACHADO BUSNARDO E OUTROS.
INTIME-SE **DR. ISAAC PAVEZI PUTON** PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 29/30 QUE HOMOLOGOU, POR SENTENÇA, O PEDIDO DE INSERTO ÀS FLS. 26/27, PARA QUE PRODUZA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS. EM CONSEQÜÊNCIA, JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 267, INCISO VIII, DO CPC. APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO OU DESISTÊNCIA EXPRESSA DO PRAZO RECURSAL, AUTORIZA-SE O DESENTRANHAMENTO DOS DOCUMENTOS DE FLS. 12/20 E A DEVOLUÇÃO À AUTORA, MEDIANTE RECIBO E COM SUBSTITUIÇÃO POR CÓPIA NOS AUTOS. SEM CUSTAS, UMA VEZ QUE NENHUM ATO PROCESSUAL FOI PRATICADO.

PROCESSO Nº **021090025855 - BUSCA E APREENSÃO**
BV FINANCEIRA S/A X JOSÉ OSVALDO BERGAMINI
INTIME-SE **DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR** PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 33/34 QUE HOMOLOGOU, POR SENTENÇA, O PEDIDO DE INSERTO ÀS FLS. 31, PARA QUE PRODUZA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS. EM CONSEQÜÊNCIA, JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 267, INCISO VIII, DO CPC. CUSTAS PROCESSUAIS REMANESCENTES, SE HOUVER, PELO DESISTENTE. INDEFERIU O PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO DETRAN/ES, UMA VEZ QUE NENHUMA RESTRIÇÃO FOI DETERMINADA POR ESTE JUÍZO.

PROCESSO Nº **021090035763 - REINTEGRATÓRIA**
CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL X FAUSTHO MARQUES ASSED ME MEE
INTIME-SE **DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR** PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 49/50 QUE HOMOLOGOU, POR SENTENÇA, O PEDIDO DE INSERTO ÀS FLS. 43, PARA QUE PRODUZA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS. EM CONSEQÜÊNCIA, JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 267, INCISO VIII, DO CPC. CUSTAS PROCESSUAIS REMANESCENTES, SE HOUVER, PELO DESISTENTE. INDEFERIU O PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO DETRAN/ES, UMA VEZ QUE NENHUMA RESTRIÇÃO FOI DETERMINADA POR ESTE JUÍZO.

PROCESSO Nº **021070088113 - INDENIZATÓRIA**
NILZA ARCANGELO X ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
INTIME-SE **DR. JOSÉ LAURO LIRA BARBOSA E DR. VINÍCIUS D'MORAIS RIBEIRO E/OU DRª CHRISTIANI BORGES FERREIRA PACHECO,** PARA TOMAREM CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 244/247 QUE, JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS DOS REQUERENTES PARA CONDENAR A REQUERIDA NOS DANOS MATERIAIS PLEITEADOS, RAZÃO PELA QUAL DEVERÁ INCLUIR O NOME DOS AUTORES EM SUA FOLHA DE PAGAMENTO, NOS MOLDES DO §2º DO ARTIGO 475-Q DO CPC, PARA A PRESTAÇÃO MENSAL DE DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS (DE ACORDO COMO ENUNCIADO 490 DA SÚMULA DO STF), ATÉ A MAIORIDADE DOS SEUS FILHOS MENORES E, PARA A COMPANHEIRA, ATÉ A DATA DA EXPECTATIVA DE SOBREVIDA DA VÍTIMA, QUE É DE SETENTA E DOIS ANOS E MEIO, QUE SERIAM COMPLETADOS EM 16 DE JULHO DE 2041. SALIENTA-SE QUE, NA MEDIDA EM QUE O PENSIONISTAS FORME PERDENDO O DIREITO À PENSÃO, O VALOR DE SUA QUOTA-PARTE DEVERÁ SER REVERTIDO EM BENEFÍCIO DOS DEMAIS., MANTENDO-SE INALTERADO O SEU TOTAL. OS VALORES DEVIDOS PELOS DANOS MATERIAIS O SÃO DESDE A DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA (26 DE AGOSTO DE 2006), RAZÃO PELA QUAL DEVERÁ A REQUERIDA QUITAR AS PRESTAÇÕES EM ATRASO ATÉ O INÍCIOS DO DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO, COM INCIDÊNCIA NECESSÁRIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E DE JUROS MORATÓRIOS DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, NOS MOLDES DO ARTIGO 406 DO CÓDIGO CIVIL. CONDENOU A REQUERIDA, ADEMAIS, A PAGAR A QUANTIA DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS) A CADA UM DOS REQUERENTES, A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS CAUSADOS PELA PERDA DO COMPANHEIRO E PAI DE FAMÍLIA, COMPUTANDO UM TOTAL DE R$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS). CONDENOU A REQUERIDA, AINDA, NAS CUSTAS PROCESSUAIS E NOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE, CONSIDERANDO O GRAU DE ZELO PROFISSIONAL, A NATUREZA, O LOCAL E A IMPORTÂNCIA DA CAUSA, ASSIM TAMBÉM O TEMPO DESPENDIDO EM SUA RESOLUÇÃO, ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO), SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, COM BASE NO ARTIGO 20, §3º, DO CPC, CASO A EMPRESA RÉ NÃO EFETUE O PAGAMENTO DA QUANTIA FIXADA, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, O MONTANTE DA CONDENAÇÃO SERÁ ACRESCIDO NO PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO), CONFORME INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 475-J DO CPC.

PROCESSO Nº **021970115339 - EXECUÇÃO**
ANA LEIVA CUSTODIO CORRÊA X NADIR MARQUES DE ARAUJO E OUTRO
INTIME-SE **DR. ROGÉRIO BODART RANGEL E DR. EDSON PEREIRA RAMANAUSKAS** PARA TOMAREM CIÊNCIA DO INTEIRO TEOR DA R. SENTENÇA DE FLS. 174/181 QUE DIANTE DO EXPOSTO E POR TUDO MAIS QUE DOS AUTOS CONSTA, JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO DA AUTORA, PARA QUE SEJAM RECONHECIDOS COMO INEXISTENTES OS ATOS JURÍDICOS ENVOLVENDO O USO DA PROCURAÇÃO RECONHECIDA COMO FALSA, SENDO CONSEQUENTEMENTE ANULADAS AS ESCRITURAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DO BEM IMÓVEL DESCRITO NA INICIAL, BEM COMO SEJA CANCELADO O REGISTRO DAS TRANSCRIÇÕES REALIZADAS COM BASE NESTES DOCUMENTOS, NO 3º OFÍCIO DO REGISTRO IMOBILIÁRIO. CONDENOU OS REQUERIDOS AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE ARBITROU EM R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), DE ACORDO COM O § 4º DO ARTIGO 20 DO CPC. CASO OS REQUERIDOS NÃO EFETUEM O PAGAMENTO DA QUANTIA FIXADA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, O MONTANTE DA CONDENAÇÃO SERÁ ACRESCIDO NO PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO), CONFORME INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 475-J DO CPC.

PROCESSO Nº **021090023397 - COBRANÇA**
CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO COSMOS X NICOLAS NOGUEIRA ARAÚJO
INTIME-SE **DRª. ANA CRISTINA DELACIO ABREU** PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR OBJETIVANDO A CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2009 ÀS 14:00 HORAS.

PROCESSO Nº **021090046398 - COBRANÇA**
CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PRINCE REAL X ANA MARIA MIGUEL PIOVESAN
INTIME-SE **DR. PAULO ROBERTO DE PAULA GOMES** PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR OBJETIVANDO A CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009 ÀS 14:00 HORAS.

PROCESSO Nº **021090061033 - COBRANÇA**
CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO RECANTO DA PRAIA X FÁBIO ANTÔNIO NASCIMENTO

INTIME-SE **DR. ELIO FERREIRA DE MATOS JUNIOR** PATA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR OBJETIVANDO A CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009 ÀS 13:30 HORAS.

PROCESSO Nº **021090019866 - ORDINÁRIA**
VICTORIA NUNES RODRIGUES X UNIMED DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTIMEM-SE **DR. HELTON FRANCIS MARETTO E DR. GUSTAVO SICILIANO CANTISANO** PARA COMPARECEREM A AUDIÊNCIA PRELIMINAR OBJETIVANDO A CONCILIAÇÃO, DESIGNADA PARA O DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009 ÀS 13:30 HORAS.

PROCESSO Nº **021090008950 - CAUTELA**
VICTORIA NUNES RODRIGUES X UNIMED DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTIME-SE **DR. GUSTAVO SICILIANO CANTISANO** PARA ESCLARECER SOBRE O DEPÓSITO DE FLS. 87 NOTIFICAÇÃO CONFORME DETERMINAÇÃO DO R. DESPACHO DE FLS. 88.

PROCESSO Nº **021040022697 - USUCAPIÃO**
LUCIANA DUTRA DE OLIVEIRA E OUTRO X ALBERTO DE SOUZA RIOS E OUTROS
INTIME-SE **DR. JOSÉ CARLOS ROSESTOLATO REZENDE E DR. JOSÉ CARLOS GOMES** PARA TOMAREM CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 285/291 QUE, JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO DAS REQUERENTES, UMA VEZ NÃO COMPROVADO O REQUISITO ENSEJADOR DA AQUISIÇÃO ORIGINARIA DA PROPRIEDADE PELA USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA, CONFORME DISPOSITIVO DO ARTIGO 1.238 DO CÓDIGO CIVIL. CONDENOU AS AUTORAS AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS REMANESCENTES, BEM COMO EM HONORÁRIOS ADVOCATICIOS QUE, CONSIDERANDO O GRAU DE ZELO PROFISSIONAL, A NATUREZA, O LOCAL E A IMPORTÂNCIA DA CAUSA, BEM COMO O TEMPO DESPENDIDO EM SUA RESOLUÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 20 § 4º DO CPC, FIXADOS EM R$ 1.000,00 (HUM MIL REAIS). DEIXAM DE SER EXIGÍVEIS TAIS VALORES, ENTRETANTO, POR ESTAREM AS REQUERENTES ACOBERTADAS PELO BENEFICIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIARIA GRATUITA.

PROCESSO Nº **021000226353 - MONITORIA**
BANCO ABN AMRO REAL S/A X JOADIR VIEIRA E OUTROS
INTIME-SE **DR. HELTON FRANCIS MARETTO** PARA TOMAR CIÊNCIA DO INTEIRO TEOR DO R. DESPACHO DE FLS. 574 QUE RECEBEU O RECURSO DE APELAÇÃO EM SEU DUPLO EFEITO.

PROCESSO Nº **021970115388 - EXECUÇÃO**
ANA LEIVA CUSTODIO CORRÊA X JANNER CARLOS LEITE
INTIME-SE **DR. JARBAS DA FONSECA CARNEIRO E DR. JOEL SANTANA VIANA** PARA TOMAREM CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 167 QUE DEFERIU O PEDIDO DE FLS. 165, DETERMINANDO A EXPEDIÇÃO DE NOVO MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE COMUNICANDO AO OFICIAL DE JUSTIÇA AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NA PETIÇÃO DE FLS. 165.

GUARAPARI/ES, 21/09/2009.

VILMA CHUAIRY
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPARI

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 15 DIAS)

JUÍZA DE DIREITO: DR.ª GISELE SOUZA DE OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO EDUARDO GRIMALDI DA FONSECA
CHEFE DE SECRETARIA: FLÁVIA BOLDI PINTO.

AUTOR: O MINISTÉRIO PÚBLICO.
RÉU(S): GLAUCIANE DA CUNHA CORCINO E OUTROS
PROCESSO Nº : 021.08.003685-4

OBJETO: INTIMAÇÃO DO(S) RÉU(S): **GLAUCIANE DA CUNHA CORCINO, VULGO "LOIRA",** BRASILEIRA, SOLTEIRA, DO LAR, NASCIDA EM 29/03/1989 EM SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, FILHA DE JOSÉ PAULO CORCINO E MARIA CLEIDIA CORCINO, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, PARA NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS DEVIDAS, REFERENTE A ESTA AÇÃO, SOB PENA DE INCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 23 SETEMBRO 2009. EU**,** RSHONORATO, ESTAGIÁRIA DE DIREITO, QUE O DIGITEI E EU**,** FLÁVIA BOLDI PINTO, QUE O CONFERI E SUBSCREVI.

FLÁVIA BOLDI PINTO
CHEFE DE SECRETARIA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPARI

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 60 DIAS)

JUÍZA DE DIREITO: DRª GISELE SOUZA DE OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO EDUARDO GRIMALDI DA FONSECA
CHEFE DE SECRETARIA: FLÁVIA BOLDI PINTO.

AUTORA: O MINISTÉRIO PÚBLICO.
RÉU(S): JOCELI GERA BRAMBATI
PROCESSO Nº : 021.98.016144-8

OBJETO: INTIMAÇÃO DO(S) RÉU(S): **JOCELI GERA BRAMBATI, VULGO "PAIACAN"**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, BALCONISTA, NATURAL DE GUARAPARI/ES, FILHO DE NADIR GERA E ÂNGELA BRAMBATI, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, PARA TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS SUPRAMENCIONADOS, ADIANTE TRANSCRITA: "... PELO EXPOSTO, JULGO EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, FORMULADA EM DESFAVOR DE JOCELI GERA BRAMBATI, NOS AUTOS QUALIFICADO, TENDO EM VISTA A INCIDÊNCIA DO INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO, ALIADO À REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL, TENDO POR FUNDAMENTO OS ARTIGOS 115 E 107, INCISO IV DO CPB. P.R.I. GUARAPARI, 27 DE AGOSTO DE 2009. GISELE SOUZA DE OLIVEIRA. JUÍZA DE DIREITO."

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 23 SETEMBRO 2009. EU**,** RSHONORATO, ESTAGIÁRIA DE DIREITO, QUE O DIGITEI E EU, FLÁVIA BOLDI PINTO, CHEFE DE SECRETARIA, QUE O CONFERI E SUBSCREVI.

FLÁVIA BOLDI PINTO
CHEFE DE SECRETARIA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPARI

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 60 DIAS)

JUÍZA DE DIREITO: DRª GISELE SOUZA DE OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO EDUARDO GRIMALDI DA FONSECA
CHEFE DE SECRETARIA: FLÁVIA BOLDI PINTO.

AUTORA: O MINISTÉRIO PÚBLICO.
RÉU(S): ORLANDO GOMES DA CRUZ E NELDSON MEDRADO CAVALCANTI
PROCESSO Nº : 021.05.002733-9

OBJETO: INTIMAÇÃO DO(S) RÉU(S): **ORLANDO GOMES DA CRUZ,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, SERVENTE, NATURAL DE CAMACÃ/BA, FILHO DE JÚLIO LINO DA CRUZ E DACY GOMES DOS SANTOS, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO E **NELDSON MEDRADO CAVALCANTI VULGO "PRETO"**, BRASILEIRO, CASADO, CARREGADOR DE CAMINHÃO, NASCIDO EM 18/10/1978, NATURAL DE FERNÃO VELHO/ALAGOAS, FILHO DE JOSÉ MANOEL CAVALCANTI E IRAÍLDES DOS SANTOS MEDRADO, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, PARA TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS SUPRAMENCIONADOS, ADIANTE TRANSCRITA: "... ASSIM, TECIDAS TAIS CONSIDERAÇÕES E DESNECESSÁRIAS TANTAS OUTRAS, JULGO EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, FORMULADA EM DESFAVOR DE ORLANDO GOMES DA CRUZ E NELDSON MEDRADO CAVALCANTI, NOS AUTOS QUALIFICADOS, TENDO EM VISTA A INCIDÊNCIA DO INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO, ALIADO À REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL, TENDO POR FUNDAMENTO OS ARTIGOS 115 E 107, INCISO IV DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. P.R.I. GUARAPARI, 13 DE AGOSTO DE 2009. GISELE SOUZA DE OLIVEIRA. JUÍZA DE DIREITO."

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 23 SETEMBRO 2009. EU**,** RSHONORATO, ESTAGIÁRIA DE DIREITO, QUE O DIGITEI E EU, FLÁVIA BOLDI PINTO, CHEFE DE SECRETARIA, QUE O CONFERI E SUBSCREVI.

FLÁVIA BOLDI PINTO
CHEFE DE SECRETARIA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPARI

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 60 DIAS)

JUÍZA DE DIREITO: DRª GISELE SOUZA DE OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO EDUARDO GRIMALDI DA FONSECA
CHEFE DE SECRETARIA: FLÁVIA BOLDI PINTO.

AUTORA: O MINISTÉRIO PÚBLICO.
RÉU(S): SAMANTHA GUEDES MASSARINI E OUTROS
PROCESSO Nº : 021.08.006848-5

OBJETO: INTIMAÇÃO DO(S) RÉU(S): **SAMANTHA GUEDES MASSIRINI**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, ESTUDANTE, NASCIDA EM 13/12/1982 EM SANTA TEREZA/ES, FILHA DE FRANCISCO LUIZ RODRIGUES MASSINI E RITA DE CÁSSIA GUEDES MASSINI, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, PARA TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS SUPRAMENCIONADOS, ADIANTE TRANSCRITA: "... ANTE O EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, E EM CONSEQUÊNCIA, CONDENO O RÉU DIEGO CORADELO VILELA MARQUES, DEVIDAMENTE QUALIFICADO, COMO INCURSO NAS SANÇÕES DO ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/06, ENQUANTO O ABSOLVO DA ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 35 DA LEI 11.343/06, ABSOLVENDO, AINDA, OS RÉUS SAMANTHA GUEDES MASSARINI E THIAGO GONÇALVES PORTO DA ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DOS CRIMES TIPIFICADOS NO ART. 33 DA LEI 11.343/06, O QUE FAÇO COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 386, INCISO VII, DO CPP. P.R.I. GUARAPARI, 21 DE MAIO DE 2009. GISELE SOUZA DE OLIVEIRA. JUÍZA DE DIREITO."

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 23 SETEMBRO 2009. EU**,** RSHONORATO, ESTAGIÁRIA DE DIREITO, QUE O DIGITEI E EU, FLÁVIA BOLDI PINTO, CHEFE DE SECRETARIA, QUE O CONFERI E SUBSCREVI.

FLÁVIA BOLDI PINTO
CHEFE DE SECRETARIA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPARI

LISTA N.º 66/2009
EXPEDIENTE DO DIA 23 SETEMBRO 2009.

JUÍZA DE DIREITO: DR.ª GISELE SOUZA DE OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO EDUARDO GRIMALDI DA FONSECA

AÇÃO PENAL N.º 021.09.005291-7 MP X HENRIQUE GONÇALVES LARANJA E OUTROS - INTIMAÇÃO DO(S) (A)(S) **DR. JOSÉ LAURO LIRA BARBOSA, OAB/ES 8421, ADVOGADO DOS ACUSADOS HENRIQUE GONÇALVES LARANJA, EDSON SOARES MOTA E WILIAS SILVA DA CONCEIÇÃO,** PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O **DIA 14/10/2009 ÀS 13 HORAS**, NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPARI/ES.

AÇÃO PENAL N.º 021.09.003149-9 MP X RODRIGO ALVES DE OLIVEIRA E OUTROS - INTIMAÇÃO DO(S) (A)(S) **DR. LUÍS CLÁUDIO MOLINA RIBEIRO, OAB/ES 10083, ADVOGADO DOS ACUSADOS RODRIGO ALVES DE OLIVEIRA E SANDREMAR ALCÂNTARA PASSOS,** PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O **DIA 07/10/2009 ÀS 13H 30MIN**., NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPARI/ES, BEM COMO PARA TOMAR(EM) CIÊNCIA DO INDEFERIMENTO DA LIBERDADE PROVISÓRIA DE JOSIAS PEREIRA DA SILVA, TENDO POR BASE O ARTIGO 312 DO CPP E ARTIGO 44 DA LEI 11,343/06.

AÇÃO PENAL N.º 021.09.004951-7 MP X LUIZ NUNES JUNIOR - **INTIMAÇÃO** DO(S) (A)(S) **DR. JOSÉ LAURO LIRA BARBOSA, OAB/ES 8421,** PARA APRESENTAR(EM) RESPOSTA À ACUSAÇÃO NO PRAZO LEGAL, BEM COMO PARA TOMAR(EM) CIÊNCIA DO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA DO ACUSADO MENCIONADO.

AÇÃO PENAL N.º 021.08.004949-3 MP X MÁRCIO DOS SANTOS ARAÚJO E OUTRO - INTIMAÇÃO DO(S) (A)(S) **DR. AMÉRICO RODOR FILHO, OAB/ES 5994 E DR. ANTÔNIO SÉRGIO CASTRO SANTOS, OAB/RJ69.693, ADVOGADOS DOS ACUSADOS MÁRCIO DOS SANTOS ARAÚJO E MÁRCIO JÚNIOR BATISTA MIRANDA,** PARA TOMAR(EM) CIÊNCIA DA PRONÚNCIA DOS ACUSADOS MENCIONADOS COMO INCURSOS NO ARTIGO 121, §2º, II E IV DO CPB, SUJEITANDO-OS AO JULGAMENTO PERANTE AO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI.

AÇÃO PENAL N.º 021.04.000304-4 MP X MARCELO VIEIRA PEREIRA - INTIMAÇÃO DO(S) (A)(S) **DR. AMÉRICO RODOR FILHO, OAB/ES 5994,** PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO EM CONTINUAÇÃO DO AUSADO SUPRAMENCIONADO, DESIGNADA PARA O **DIA 08/10/2009 ÀS 15H 30MIN.**, NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPARI/ES.

FLÁVIA BOLDI PINTO
CHEFE DE SECRETÁRIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPARI

LISTA N.º 67/2009

EXPEDIENTE DO DIA 22 SETEMBRO 2009.

JUÍZA DE DIREITO: DR.ª GISELE SOUZA DE OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO EDUARDO GRIMALDI DA FONSECA

AÇÃO PENAL N.º 021.09.005010-1 MP X CARLOS ALBERTO BATISTA DOS SANTOS E OUTROS - INTIMAÇÃO DO(S) (A)(S) **DR. JOSÉ LAURO LIRA BARBOSA, OAB/ES 8421**, ADVOGADO DOS ACUSADOS CARLOS ALBERTO BATISTA DOS SANTOS, ABRAÃO GOMES ALVARENGA JÚNIOR E JOSIEL LOIOLA GOMES, PARA COMPARECER(EM) NA AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O **DIA 20/10/2009 ÀS 13 HORAS**, NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPARI/ES.

FLÁVIA BOLDI PINTO
CHEFE DE SECRETÁRIA
-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES
COMARCA DE GUARAPARI

EDITAL DE INTERDIÇÃO
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO: DR.SILVIO DE OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA: ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA

PROCESSO Nº 021.08.009294-9 (1126-I - INTERDIÇÃO)
REQUERENTE: RAFAELA RIBEIRO FERNANDES
INTERDIÇÃO DE ELZENIRA FERNANDES.

O EXMº. SR. DR. **SILVIO DE OLIVEIRA -** MM JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO NA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DESTA CIDADE E COMARCA DE GUARAPARI - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, ESPECIALMENTE O(A) SR(A). **ELZENIRA FERNANDES**, BRASILEIRA, NASCIDA EM 25/11/1973, FILHA DE ELSON FERNANDES E NILDA RIBEIRO, QUE POR ESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE GUARAPARI/ES, SE PROCESSAM OS AUTOS DE INTERDIÇÃO, EM QUE A SRA **RAFAELA RIBEIRO FERNANDES** REQUER A INTERDIÇÃO DE ELZENIRA FERNANDES. DISPOSITIVO: " EX POSITIS", DECRETO A INTERDIÇÃO DE ELZENIRA FERNANDES, DECLARANDO-O(A) ABSOLUTAMENTE INCAPAZ DE EXERCER PESSOALMENTE OS ATOS DA VIDA CIVIL, NA FORMA DO ARTIGO 3º, II DO CÓDIGO CIVIL E, DE ACORDO COM O ARTIGO 1.775 DO CÓDIGO CIVIL E, NOMEIO COMO CURADORA, A IRMAÃ DA INTERDITANDA, SRA RAFAELA RIBEIRO FERNANDES. EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART 1.184 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E ARTIGO 9º, III DO CÓDIGO CIVIL, INSCREVA-SE A PRESENTE NO REGISTRO CIVIL E PUBLIQUE-SE NO ÓRGÃO OFICIAL, TRÊS VEZES, COM INTERVALO DE DEZ (10) DIAS. CUSTAS PROCESSUAIS ISENTAS, EM RAZÃO DO DEFERIMENTO DO PEDIDO DE ASSITÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. P.R.I. ARQUIVEM-SE. GUARAPARI/ES, 06/07/2009. ASS. DR. SILVIO DE OLIVEIRA. MM JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO."

E, PARA QUE NÃO ALEGUE IGNORÂNCIA, FOI DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DO PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA FORMA DA LEI.

GUARAPARI/ES, 01/09/2009.

ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES
COMARCA DE GUARAPARI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO: DR. SILVIO DE OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA: ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
PROCESSO Nº 021.08.002220-1 (1032-I - INTERDIÇÃO)
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
REQUERENTE: ARACI SANTOS
INTERDIÇÃO DE GILENALDO TEIXEIRA SANTOS

O EXMº. SR. DR. **SILVIO DE OLIVEIRA -** MM JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DESTA CIDADE E COMARCA DE GUARAPARI - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, ESPECIALMENTE O SR. **GILENALDO TEIXEIRA SANTOS**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, APOSENTADO FILHO DE GILENO TEIXEIRA E IRACI SANTOS, QUE POR ESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE GUARAPARI/ES, SE PROCESSAM OS AUTOS DE INTERDIÇÃO, EM QUE A SRA. ARACI SANTOS REQUER A INTERDIÇÃO DE GILENALDO TEIXEIRA SANTOS DISPOSITIVO: " EX POSITIS", DECRETO A INTERDIÇÃO DE GILENALDO TEIXEIRA SANTOS, DECLARANDO-O ABSOLUTAMENTE INCAPAZ DE EXERCER PESSOALMENTE OS ATOS DA VIDA CIVIL, NA FORMA DO ARTIGO 3º, II DO CÓDIGO CIVIL E, DE ACORDO COM O ARTIGO 1.775 DO CÓDIGO CIVIL E, NOMEIO COMO CURADORA, A GENITORA DO INTERDITANDO, A **SRA ARACI SANTOS**. EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART 1.184 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E ARTIGO 9º, III DO CÓDIGO CIVIL, INSCREVA-SE A PRESENTE NO REGISTRO CIVIL E PUBLIQUE-SE NO ÓRGÃO OFICIAL, TRÊS VEZES, COM INTERVALO DE DEZ (10) DIAS. CUSTAS PROCESSUAIS ISENTAS, EM RAZÃO DO DEFERIMENTO DO PEDIDO DE ASSITÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. P.R.I. ARQUIVEM-SE. GUARAPARI/ES, OITO DE JULHO DE 2009. ASS. DR. SILVIO DE OLIVEIRA. MM JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO."

E, PARA QUE NÃO ALEGUE IGNORÂNCIA, FOI DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DO PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA FORMA DA LEI.

GUARAPARI/ES, 21/09/2009.

ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES
COMARCA DE GUARAPARI

JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO: DR. SILVIO DE OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA: ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
PROCESSO Nº 021.08.008774-1 (3470 - DIVÓRCIO LITIGIOSO)
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA
REQUERENTE: IRANETE SERAFIM SANT'ANNA
REQUERIDO(A): ALEXANDRE DA SILVA SANT'ANNA

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 DIAS

O EXMº. SR. DR. **SILVIO DE OLIVEIRA** - MM JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO NA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DESTA CIDADE E COMARCA DE GUARAPARI - ESTADO DO

ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, ESPECIALMENTE O(A) SR(A) **ALEXANDRE DA SILVA SANT'ANNA**, QUE POR ESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES DA COMARCA DE GUARAPARI, ES, SE PROCESSAM OS AUTOS DE DIVÓRCIO LITIGIOSO, EM QUE O(A) SR(A) **IRANETE SERAFIM SANT'ANNA** MOVE EM FACE DE ALEXANDRE DA SILVA SANT'ANNA. FICA POIS, O(A) SR(A) ALEXANDRE DA SILVA SANT'ANNA, BRASILEIRO(A), CASADO(A), FILHO(A) DE VICENTE SANT'ANNA E CECÍLIA MARIA DA SILVA SANT'ANNA, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, **CITADO**(A) DE TODOS OS TERMOS DA PETIÇÃO INICIAL DOS AUTOS ACIMA MENCIONADOS E, PARA QUERENDO, CONTESTÁ-LA NO PRAZO DE 15 DIAS, SOB PENA DE NÃO O FAZENDO SEREM CONSIDERADOS COMO VERDADEIROS OS FATOS APRESENTADOS PELO(A) REQUERENTE.

E, PARA QUE NÃO ALEGUE IGNORÂNCIA FOI DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DO PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA FORMA DA LEI. **CUMPRA-SE**

GUARAPARI/ES, 21/09/2009.

ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES
COMARCA DE GUARAPARI

JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO: DR. SILVIO DE OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA: ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
PROCESSO Nº 021.08.008341-9 (3448 - DIVÓRCIO LITIGIOSO)
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA
REQUERENTE: ISABEL DA CONCEIÇÃO PORTO
REQUERIDO(A): ANTÔNIO SOUZA PORTO

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 DIAS

O EXMº. SR. DR. **SILVIO DE OLIVEIRA** - MM JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO NA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DESTA CIDADE E COMARCA DE GUARAPARI - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, ESPECIALMENTE O(A) SR(A) ANTÔNIO SOUZA PORTO, QUE POR ESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES DA COMARCA DE GUARAPARI, ES, SE PROCESSAM OS AUTOS DE **DIVÓRCIO LITIGIOSO**, EM QUE O(A) SR(A) **ISABEL DA CONCEIÇÃO PORTO** MOVE EM FACE DE ANTÔNIO SOUZA PORTO. FICA POIS, O(A) SR(A) **ANTÔNIO SOUZA PORTO**, BRASILEIRO(A), CASADO(A), FILHO(A) DE ANA SOUZA PORTO, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, **CITADO**(A) DE TODOS OS TERMOS DA PETIÇÃO INICIAL DOS AUTOS ACIMA MENCIONADOS E, PARA QUERENDO, CONTESTÁ-LA NO PRAZO DE 15 DIAS, SOB PENA DE NÃO O FAZENDO SEREM CONSIDERADOS COMO VERDADEIROS OS FATOS APRESENTADOS PELO(A) REQUERENTE.

E, PARA QUE NÃO ALEGUE IGNORÂNCIA FOI DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DO PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA FORMA DA LEI.

CUMPRA-SE

GUARAPARI/ES, 21/09/2009.

ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES
COMARCA DE GUARAPARI

JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO: DR. SILVIO DE OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA: ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
PROCESSO Nº 021.09.006635-4 (3813 - DIVÓRCIO LITIGIOSO)
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA
REQUERENTE: RENAN RIBEIRO
REQUERIDO(A): MÁRCIA LÚCIA PEREIRA DA SILVA

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 DIAS

O EXMº. SR. DR. **SILVIO DE OLIVEIRA** - MM JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO NA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DESTA CIDADE E COMARCA DE GUARAPARI - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, ESPECIALMENTE O(A) SR(A) MÁRCIA LÚCIA PEREIRA DA SILVA, QUE POR ESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES DA COMARCA DE GUARAPARI, ES, SE PROCESSAM OS AUTOS DE **DIVÓRCIO LITIGIOSO**, EM QUE O(A) SR(A**) RENAN RIBEIRO** MOVE EM FACE DE **MÁRCIA LÚCIA PEREIRA DA SILVA**. FICA POIS, O(A) SR(A) MÁRCIA LÚCIA PEREIRA DA SILVA, BRASILEIRO(A), CASADO(A), FILHO(A) DE JERSON PEREIRA DA SILVA E EVANI ARAÚJO MACIEL, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, **CITADO**(A) DE TODOS OS TERMOS DA PETIÇÃO INICIAL DOS AUTOS ACIMA MENCIONADOS E, PARA QUERENDO, CONTESTÁ-LA NO PRAZO DE 15 DIAS, SOB PENA DE NÃO O FAZENDO SEREM CONSIDERADOS COMO VERDADEIROS OS FATOS APRESENTADOS PELO(A) REQUERENTE.

E, PARA QUE NÃO ALEGUE IGNORÂNCIA FOI DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DO PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA FORMA DA LEI.

CUMPRA-SE

GUARAPARI/ES, 21/09/2009.

ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES
COMARCA DE GUARAPARI

JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO: DR. SILVIO DE OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA: ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
PROCESSO Nº 021.07.006037-7 (2733 - ALIMENTOS)
REQUERENTE: THIAGO G.A.S.J., REPRESENTADO POR SUA MÃE ROSELY DE SOUZA VITOR.
REQUERIDO(A): THIAGO GARCIA AMARAL DOS SANTOS
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 DIAS

O EXMº. SR. DR. **SILVIO DE OLIVEIRA -** MM JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO NA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DESTA CIDADE E COMARCA DE GUARAPARI - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, ESPECIALMENTE O SR. THIAGO GARCIA AMARAL DOS SANTOS, QUE POR ESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE

FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES DA COMARCA DE GUARAPARI, ES, SE PROCESSAM OS AUTOS DE **ALIMENTOS**, EM QUE **THIAGO G.A.S.J.,** REPRESENTADO POR SUA MÃE ROSELY DE SOUZA VITOR, MOVE EM FACE DE THIAGO GARCIA AMARAL DOS SANTOS. FICA POIS, O SR **THIAGO GARCIA AMARAL DOS SANTOS,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, PINTOR, FILHO DE FRANCISCO MANOEL GARCIA DOS SANTOS E VIVALDINA BONIFÁCIA AMARAL DOS SANTOS, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, **CITADO** DE TODOS OS TERMOS DA PETIÇÃO INICIAL DOS AUTOS ACIMA MENCIONADOS E, PARA QUERENDO, CONTESTÁ-LA NO PRAZO DE 15 DIAS, SOB PENA DE NÃO O FAZENDO SEREM CONSIDERADOS COMO VERDADEIROS OS FATOS APRESENTADOS PELO REQUERENTE. E QUE FORAM FIXADOS ALIMENTOS PROVISIONAIS EM 20%(VINTE POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE.

E, PARA QUE NÃO ALEGUE IGNORÂNCIA FOI DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DO PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA FORMA DA LEI. **CUMPRA-SE**

GUARAPARI/ES, 21/09/2009.

ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES
COMARCA DE GUARAPARI

JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO: DR. SILVIO DE OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA: ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
PROCESSO Nº 021.07.009019-2 (2847 - ALIMENTOS)
REQUERENTES: KEFFINY P. V. E TALITA P.V., REPRESENTADAS POR SUA MÃE ESTELITA DA CONCEIÇÃO PEREIRA.
REQUERIDO(A): ADINALDO ALVES VITORIANO
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 DIAS

O EXMº. SR. DR. **SILVIO DE OLIVEIRA -** MM JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO NA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DESTA CIDADE E COMARCA DE GUARAPARI - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, ESPECIALMENTE O SR. ADINALDO ALVES VITORIANO, QUE POR ESTE JUÍZO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS, SUCESSÕES DA COMARCA DE GUARAPARI, ES, SE PROCESSAM OS AUTOS DE **ALIMENTOS,** EM QUE **KEFFINY P. V. E TALITA P.V.,** REPRESENTADAS POR SUA MÃE ESTELITA DA CONCEIÇÃO PEREIRA, MOVE EM FACE **DE** ADINALDO ALVES VITORIANO. FICA POIS, O **SR ADINALDO ALVES VITORIANO**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, FILHO DE VICENTE JOSÉ VITORIANO E MARIA ALVES VITORIANO, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, **CITADO** DE TODOS OS TERMOS DA PETIÇÃO INICIAL DOS AUTOS ACIMA MENCIONADOS E, PARA QUERENDO, CONTESTÁ-LA NO PRAZO DE 15 DIAS, SOB PENA DE NÃO O FAZENDO SEREM CONSIDERADOS COMO VERDADEIROS OS FATOS APRESENTADOS PELO REQUERENTE. E QUE FORAM FIXADOS ALIMENTOS PROVISIONAIS EM 30%(TRINTA POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE.

E, PARA QUE NÃO ALEGUE IGNORÂNCIA FOI DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DO PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NA FORMA DA LEI.
CUMPRA-SE

GUARAPARI/ES, 21/09/2009.

ANELISA ROCHA SEVERINO OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA
COMARCA DE GUARAPARI

PORTARIA Nº . 004/2009

O **DR. LISANDRO AMBOS CORRÊA DA SILVA**, MM. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍIRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE A LEI LHE CONFERE E:

CONSIDERANDO QUE CABE A ESTE JUÍZO REALIZAR INSPEÇÕES PERIÓDICAS EM SEU CARTÓRIO;

CONSIDERANDO QUE A REALIZAÇÃO DESTAS INSPEÇÕES VISAM Ä REGULARIZAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL PRESTADA PELO ESTADO SOB A RESPONSABILIDADE DESTA SERVENTIA, EM OBSERVÂNCIA AO ART. 7º. DO CÓDIGO DE NORMAS DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DESTE ESTADO, BEM COMO AO ART. 47, INCISO VI DA LEI COMPLEMENTAR 234 (CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA);

RESOLVE:

1 º. – DETERMINAR INSPEÇÃO NO CARTÓRIO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE GUARAPARI, COMARCA DE GUARAPARI, COM INÍCIO NO DIA **1º DE OUTUBRO DE 2009**, NO HORÁRIO DAS 08H ÁS 18H, SEM PREJUÍZO DAS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, BEM COMO SER REALIZADA NOS DEMAIS DIAS, NO MESMO HORÁRIO;

2 º. – REQUISITAR A DEVOLUÇÃO DE TODOS OS FEITOS QUE SE ENCONTRAM FORA DO CARTÓRIO, COM EXCEÇÃO DOS QUE ESTIVEREM EM GRAU DE RECURSO E COM REMESSA À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, RESGUARDADOS OS DIREITOS DE CONTAGEM DE PRAZO REMANESCENTES;

3 º. – DETERMINAR QUE AS ATIVIDADDES DO CARTÓRIO, DURANTE A INSPEÇÃO, SEJAM NORMAIS, INCLUSIVE NO TOCANTE AO ATENDIMENTO DE ADVOGADOS, INTERESSADOS E CONTAGEM DE PRAZO;

4 º. – ENCAMINHE-SE CÓPIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL COM EXERCÍCIO NESTE JUIZADO, PARA, QUERENDO, PARTICIPAR, PODENDO FAZER SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES;

5 º. – ENCAMINHEM-SE CÓPIAS À EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DESTE ESTADO, AO EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E À COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESPÍRITO SANTO;

6 º. – ENCAMINHE-SE CÓPIA AO ILUSTRÍSSIMO PRESIDENTE DA 4ª. SUBSEÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO ES.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GUARAPARI/ES, 23 DE SETEMBRO DE 2009.

LISANDRO AMBOS CORRÊA DA SILVA
JUIZ DE DIREITO

COMARCA DE ITAPEMIRIM

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO VARA CRIMINAL
COMARCA DE ITAPEMIRIM

LISTA DE INTIMAÇÕES

JUÍZA DE DIREITO: DRª INÁCIA NOGUEIRA DE PALMA
PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRª MÔNICA BERMUDES MEDINA PRETTI
CHEFE DE SECRETARIA: GLÁUCIA MARIA PASTORE

ESCREVENTES JURAMENTADOS: MARIA INÊS NUNES E PAULO ROGÉRIO PINHO DA SILVA

NA FORMA DA LEI INTIMO:

DR. LUIZ AURÉLIO RAPOSO SANTIAGO - OAB ES Nº 10.936
PROCESSO: 026.09.001785-1
ACUSADOS: FRANCISCO CAETANO DE JESUS E MÁRCIO MENDES DOS SANTOS
INCURSOS: ARTIGO 33 E ARTIGO 40, INCISO V, DA LEI Nº 11.343/06.
FINALIDADE: PARA QUE TOME CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, DESIGNADA PARA O **DIA 06 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13:00 HORAS,** NOS AUTOS DO PROCESSO SUPRAMENCIONADO.

ITAPEMIRIM - ES, 22 DE SETEMBRO 2009.

GLÁUCIA MARIA PASTORE
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO VARA DE FAMÍLIA, INFÂNCIA E JUVENTUDE E ÓRFÃOS E SUCESSÕES
COMARCA DE ITAPEMIRIM

JUIZ DE DIREITO: CLÁUDIO FERREIRA DE SOUZA.
PROMOTOR DE JUSTIÇA: JÉSSIKA LIMA DA LUZ.
CHEFE DE SECRETARIA: MARIA DA PENHA GOMES SOARES.

LISTA DE INTIMAÇÕES Nº . 019/2009

ÍNDICE NOMINAL EM ORDEM ALFABÉTICA DOS ADVOGADOS INTIMADOS NESTA LISTA, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº . 027/97 E CÓDIGO DE NORMAS DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

DR. ADMILSON TEIXEIRA DA SILVA - OAB-ES 5.395.
DR. AMÓS XAVIER DA CRUZ - OAB-ES 14.236.
DRª. ANA PAULA DOS SANTOS T. GONÇALVES - OAB-RJ 104.361.
DRª. ÂNGELA AMÉLIA APOLINÁRIO FERNANDES - OAB-ES 6.235.
DRª. BEATRIZ TASSINARI NOÉ - OAB-ES 6.280.
DR. EDUARDO CALIXTO OLIVEIRA - OAB-SP 159.411.
DR. FLÁVIO COUTINHO SAMPAIO- OAB-ES 9.133.
DR. JORGE BENFEITO - OAB-ES 11.475.
DR. JOSÉ MECENAS ALVES - OAB-ES 3.617.
DR. MARCELO DO ROSÁRIO MARTINS - OAB-ES 11.475.
DR. LINDEMBERG LOPES AREIAS NETO - OAB-ES 11.220.
DR. PAULO JOSÉ AZEVEDO BRANCO - OAB-ES 5.513.
DR. PAULO ROBERTO VIANA DA SILVA - OAB-ES 6.233.
DR. ROBERTO AILTON ESTEVES DE OLIVEIRA - OAB-ES 8.058.
DR. ROBSON ALLEGRETTO SCARDINI - OAB-ES 12.427.
DR. RONALD SEYR JÚNIOR - OAB-ES 9.049.
DR. VICENTE DA SILVA - OAB-ES 10.849.
DR. SALERMO SALES DE OLIVEIRA - OAB-ES 8.741.

INTIMAÇÃO DOS ADVOGADO(A)S:

DR. ADMILSON TEIXEIRA DA SILVA.
PROCESSO Nº . 026.09.002030-1.
AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.
EXEQUENTE: D.S.S. E OUTROS.
EXECUTADO: J.Q.S.
FINALIDADE: MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DE FLS. 19V DO SR.OFICIAL DE JUSTIÇA QUE CERTIFICOU TER DEIXADO DE CITAR O EXECUTADO, EM RAZÃO DO MESMO NÃO MAIS RESIDIR NA FAZENDA DE ÁLVARO COQUITO.

DR. AMÓS XAVIER DA CRUZ.
PROCESSO Nº . 026.92.000154-7.
AÇÃO: INVENTÁRIO.
INENTARIANTE: JESUINO FERREIRA DE OLIVEIRA.
INVENTARIADA: ADÉLIA CAETANO DE OLIVEIRA.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 210, QUE DETERMINOU A JUNTADA DE CERTIDÕES NEGATIVAS ATUALIZADAS, BEM COMO, O COMPROVANTE DO PAGAMENTO DOS IMPOSTOS DEVIDOS A TÍTULO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E INTER VIVOS.

ANA PAULA DOS SANTOS T. GONÇALVES
PROCESSO Nº . 026.09.000178-0.
AÇÃO: MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA.
REQUERENTE: C.A.S.R.
REQUERIDA: R.B.S.R.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 115V, MANIFESTANDO SOBRE A CERTIDÃO DE FLS. 114, COMUNICANDO O FALECIMENTO DA REQUERIDA.

DRª. ÂNGELA AMÉLIA APOLINÁRIO FERNANDES.
PROCESSO Nº . 026.03.001135-2.
AÇÃO: ARROLAMENTO DE BENS.
ARROLANTE: MARTA MARIA ANDRÉ PAES.
ARROLADO: EDILSON CAETANO PAES.
FINALIDADE: MANIFESTAR SOBRE A PETIÇÃO DE FLS. 213, ONDE O PERITO INDICA SEUS HONORÁRIOS NO VALOR DE R$ 1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS), BEM COMO, PARA QUE EFETUE O DEPÓSITO NA CONTA POUPANÇA JUDICIAL Nº . 201173-8.

DRª. BEATRIZ TASSINARI NOÉ.
PROCESSO Nº . 036.08.001394-4.
AÇÃO: INVENTÁRIO.
INVENTARIANTE: GERALDO FERREIRA DE OLIVEIRA SALES.
INVENTARIADO: JOSÉ SALLES.
FINALIDADE: MANIFESTAR SOBRE AS CONTESTAÇÕES E DOCUMENTOS DE FLS. 104/157.

DR. EDUARDO CALIXTO OLIVEIRA.
PROCESSO Nº . 026.03.001044-6.
AÇÃO: INVENTÁRIO.
INVENTARIANTE: JOBÉM LÚCIA MARTINS OLIVEIRA.
INVENTARIADO: GEOVÁCIO MARTINS DA COSTA.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 162, QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O **DIA 02 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13 HORAS**. (META 02 DO CNJ).

DR. FLÁVIO COUTINHO SAMPAIO.
PROCESSO Nº . 026.07.000464-8.
AÇÃO: DECLARATÓRIA.
REQUERENTE: E.O.C.
REQUERIDA: R.B.C.
FINALIDADE: CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE I. J. DESIGNADA PARA O **DIA 15/10/2009, ÀS 15 HORAS,** DEVENDO SER ARROLADAS AS TESTEMUNHAS.

DR. JORGE BENFEITO.
PROCESSO Nº . 026.08.001226-8.
AÇÃO: REPRESENTAÇÃO CONTRA MENOR.
REQUERENTE: O M. PÚBLICO ESTADUAL.
REQUERIDO: L.A.N.O.
FINALIDADE: CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 64/66 QUE JULGOU PROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO, APLICANDO AO REQUERIDO A MEDIDA SÓCIO EDUCATIVA PREVISTA NO ART. 112, III, DO ECRIAD, CONSISTENTE EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIO, PELO PRAZO DE 04 (QUATRO) MESES, POR 08 (OITO) HORAS SEMANAIS, AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS.

DR. JOSÉ MECENAS ALVES.
PROCESSO Nº . 026.05.003872-3.
AÇÃO: INVENTÁRIO.
INVENTARIANTE: IULA DA COSTA MACHADO.
INVENTARIADO: ADAIR MACHADO.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 158, INFORMANDO NOS AUTOS SE TODOS OS HERDEIROS JÁ ALCANÇARAM A MAIORIDADE, E EM CASO POSITIVO, SE FOR O CASO, REQUERER CONVERSÃO DO INVENTÁRIO PARA ARROLAMENTO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO. META 02 DO CNJ).

PROCESSO Nº . 026.05.003871-5.
AÇÃO: HABILITAÇÃO DE CRÉDITO.
REQUERENTES: ELZA PIRES TAVARES.
REQUERIDO: ESP. DE ADAIR MACHADO..
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 29, MANIFESTANDO-SE NOS AUTOS NO PRAZO DE ATÉ 10 (DEZ) DIAS.

DR. MARCELO DO ROSÁRIO MARTINS.
PROCESSO Nº . 026.09.000089-9.
AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS.
REQUERENTE: J.C.R.C.
REQUERIDO: I.L.C.C.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 38, PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS.

PROCESSO Nº . 026.09.000516-1.
AÇÃO: EXONERAÇÃO DE PENSÃO.
REQUERENTE: I.E.M.
REQUERIDO: D.P.M.
FINALIDADE: MANIFESTAR NOS AUTOS ACERCA DO PEDIDO DE EXTINÇÃO DE FLS. 32.

PROCESSO Nº . 026.08.0025600-0.
AÇÃO: GUARDA DE MENORES.
REQUERENTE: I.R.R.
REQUERIDO: D.R.S.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 70, PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS.

DR. LINDEMBERG LOPES AREIAS NETO.
PROCESSO Nº . 026.03.000190-8.
AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL.
REQUERENTE: ALZELINA PEÇANHA CONTAIFFER.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 17, IMPULSIONANDO O FEITO, SOB PENA DE EXTINÇÃO. (META 02 DO C.N.J.)

PROCESSO Nº . 026.03.001135-2.
AÇÃO: ARROLAMENTO DE BENS.
ARROLANTE: MARTA MARIA ANDRÉ PAES.
ARROLADO: EDILSON CAETANO PAES.
FINALIDADE: MANIFESTAR SOBRE A PETIÇÃO DE FLS. 213, ONDE O PERITO INDICA SEUS HONORÁRIOS NO VALOR DE R$ 1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS), BEM COMO, PARA QUE EFETUE O DEPÓSITO NA CONTA POUPANÇA JUDICIAL Nº . 201173-8.

DR. PAULO JOSÉ AZEVEDO BRANCO.
PROCESSO Nº . 026.04.001259-8.
AÇÃO: INVENTÁRIO.
INVENTARIANTE: DINOWALDE RODRIGUES PEÇANHA.
INVENTARIADO: DINOWALDE RODRIGUES PEÇANHA JÚNIOR.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 179, APRESENTANDO O CÁLCULO E INFORMAR O VALOR DO DÉBITO, MANIFESTANDO-SE NO MAIS QUANTO A PETIÇÃO DE FLS. 177/178.

DR. PAULO ROBERTO VIANA DA SILVA.
PROCESSO Nº . 026.07.002282-2.
AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.
EXEQUENTE: J. V. E.
EXECUTADO: J. S. E.
FINALIDADE: MANIFESTAR SOBRE O OFÍCIO DE FLS. 42, QUE INFORMA QUE O EXECUTADO NÃO POSSUI QUALQUER VEÍCULO REGISTRADO NAQUELE DEPARTAMENTO.

PROCESSO Nº . 026.07.000378-0.
AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.
REQUERENTE: C.M.W.
REQUERIDAS: I.M.W.S. E OUTRAS.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 157, QUE RECEBER O RECURSO EM AMBOS OS EFEITOS, E AINDA, PARA APRESENTAR AS CONTRARAZÕES.

DR. PEDRO JOSÉ VIANA MOREIRA.
PROCESSO Nº . 026.04.001259-8.
AÇÃO: INVENTÁRIO.
INVENTARIANTE: DINOWALDE RODRIGUES PEÇANHA.
INVENTARIADO: DINOWALDE RODRIGUES PEÇANHA JÚNIOR.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 48, E AINDA, MANIFESTAR QUANTO A POSSIBILIDADE DE CONVERTER O PRESENTE INVENTÁRIO EM ARROLAMENTO.

DR. VICENTE DA SILVA.
PROCESSO Nº . 026.07.000464-8.
AÇÃO: DECLARATÓRIA.
REQUERENTE: E.O.C.
REAQUERIDA: R.B.C.
FINALIDADE: CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE I. J. DESIGNADA PARA O **DIA 15/10/2009, ÀS 15 HORAS,** DEVENDO SER ARROLADAS AS TESTEMUNHAS.

DR. RONALD SEYR JÚNIOR.
PROCESSO Nº . 026.03.000076-9.
AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.
EXEQUENTE: P.G.B.R.
EXECUTADO: M.S.R.S.
FINALIDADE: MANIFESTAR NOS AUTOS ACERCA DA CERTIDÃO DE FLS. 64.

DR. ROBERTO AILTON ESTEVES DE OLIVEIRA.
PROCESSO Nº . 026.03.001044-6.
AÇÃO: INVENTÁRIO.
INVENTARIANTE: JOBÉM LÚCIA MARTINS OLIVEIRA.
INVENTARIADO: GEOVÁCIO MARTINS DA COSTA.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 162, QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O **DIA 02 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13 HORAS**. (META 02 DO CNJ).

DR. ROBSON ALLEGRETTO SCARDINI.
PROCESSO Nº . 026.03.001044-6.
AÇÃO: INVENTÁRIO.
INVENTARIANTE: JOBÉM LÚCIA MARTINS OLIVEIRA.
INVENTARIADO: GEOVÁCIO MARTINS DA COSTA.
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 162, QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O **DIA 02 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 13 HORAS**. (META 02 DO CNJ).

PROCESSO Nº . 026.05.001087-0.
AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL.
REQUERENTE: TEREZA LUIZ VIEIRA.
FIBNALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 53, QUE DEFERIU O REQUERIMENTO DE VISTA DOS AUTOS.

DR. SALERMO SALES DE OLIVEIRA.
PROCESSO Nº . 026.09.002078-0.
AÇÃO: SEPARAÇÃO LITIGIOSA.
REQUERENTE: R.F.N.
REQUERIDA: M.M.G.N.
FINALIDADE: CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 29/10/2009, ÀS 14 HORAS.**

ITAPEMIRIM - ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

MARIA DA PENHA GOMES SOARES
CHEFE DE SECRETARIA

COMARCA DE LINHARES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1ª VARA CÍVEL DE LINHARES

JUIZ DE DIREITO: LEANDRO CUNHA BERNARDES DA SILVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA: EMÍLIO CARLOS FERRAZ MOULIN

LISTA INTIMAÇÃO - 22 DE SETEMBRO DE 2009

03004006756-0 - REPARAÇÃO DE DANOS - EDUARDO THOMAS PULSCHEN X FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO. DE PROTEÇÃO E

PESQUISA DAS. TARTARUGAS MARINHAS. - INTIMAR **DRS. ROQUE SARTÓRIO MARINATO, OAB-ES 3518**, **ADRIANA DE OLIVEIRA COUTO, OAB-ES 9482 E PAULO BONAPARTE, OAB-ES 2166**, DA R. SENTENÇA DE FLS. 162/167 QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR, CONDENANDO A REQUERIDA AO PAGAMENTO DE R$15.000,00 (QUINZE MIL REAIS) A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO. JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO CAUTELAR, MANTENDO A LIMINAR DEFERIDA ÀS FLS. 221/22 DOS AUTOS 03004005079-8, DECLARANDO AMBAS EXTINTAS COM FULCRO NO ART. 269, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1ª VARA CÍVEL E COMERCIAL
COMARCA DE LINHARES

JUIZ DE DIREITO: LEANDRO CUNHA BERNARDES DA SILVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA: EMÍLIO CARLOS FERRAZ MOULIN

LISTA EXTRA 22 SET 2009

030020026164
EXECUÇÃO - OCTAVIANO CARVALHO CALMON X APLUB ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS DO BRASIL - INTIMAR DRS. **LESSANDRO FEREGUETTI OAB/ES 8072, JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA OAB/ES 6118 E JOSÉ DE MEDEIROS PACHECO OAB/RS 5689,** PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 279 QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO DE SENTENÇA, NA FORMA DO ART. 794, I DO CPC E DETERMINOU A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL EM NOME DO AUTOR, AUTORIZANDO O LEVANTAMENTO DO VALOR DE R$7.110,60 (SETE MIL E CENTO E DEZ REAIS E SESSENTA CENTAVOS) CORRESPONDENTE AO DÉBITO TOTAL E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, DEPOSITADO EM CONTA JUDICIAL, CONFORME COMPROVANTE DE TRANSFERÊNCIA ON-LINE ATRAVÉS DO BACEN-JUD.

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LINHARES

LISTA: 29/09

JUIZ: DR. WESLEY SANDRO CAMPANA DOS SANTOS.
CHEFE DE SECRETARIA: ROSÂNGELA DE MARIA ALVES PARAÍSO.

INDICE NOMINAL DOS ADVOGADOS INTIMADOS, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 027/97 E DO CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, ARTIGO 55.

DRª. NÁDJA MARIA DE VALOIS FERNANDES - OAB/ES 9.623.
DRª. LORENA NOVAIS FARAGE - OAB/ES 14.443.
DRª. CAMILA TAQUETI FÁVARO - OAB/ES 1.482.
DR. RAFAEL AMORIM RICARDO - OAB/ES 12.553.
DR. CLOVES MONTEIRO DE BARROS - OAB/ES 4.334.
DR. HELECYR ARAGÃO CALMON COSTA - OAB/RJ 74.206.
DRª. ERICA FERREIRA NEVES - OAB/ES 10.140.
DR. MILTRO JOSÉ DALCAMIN - OAB/ES 9.232.
DR. EDSON VIGUINI - OAB/ES 13.088.
DR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA NEVES - OAB/ES 4.012.
DR. MACIEL FERREIRA COUTO - OAB/ES 8.622.
DRª. MARIA A. LILA DASSIE - OAB/ES 11.699.
DR. AVELINO MALACARNE - OAB/ES 5.054.
DRª. ADRIANA DE OLIVEIRA COUTO - OAB/ES 9.482.
DR. OSWALDO AMBRÓZIO JÚNIOR - OAB/ES 8.839.
DR. MARNE SEÁRA BORGES JÚNIOR - OAB/ES 8.302.
DR. WALACE MACEDO DA SILVA - OAB/ES 6.852.
DR. CAETANO CORRÊA PEIXOTO ALVES - OAB/ES 11.746.
DR. WILSON PRATTI PIMENTEL - OAB/ES 8.748.
DR. VALDIR MASSUCATTI - OAB/ES 3.974.
DR. JOSÉ LUCAS GOMES FERNANDES - OAB/ES 12.938.
DRª. VANESSA MARIA BARROS GURGEL ZANONI - OAB/ES 8.304.
DR. JAIRO FRANKLIM DE ALMEIDA - OAB/ES 5.381.
DRª. PATRÍCIA MARIA MANTHAYA - OAB/ES 12.930.
DR. AIRTON FABIANO DA SILVA - OAB/ES 2.053.
DR. PAULO PEÇANHA - OAB/ES 12.072.
DR. GLECINEI DE OLIVEIRA BRITO - OAB/ES 2.977.
DR. ULISSES COSTA DA SILVA - OAB/ES 14.743.
DR. ÍCARO LOYOLA O. CALMON MACHADO - OAB/ES 12.931.
DR. ANDRÉ BAPTISTA RIGO - OAB/ES 15.611.
DR. LESSANDRO FEREGUETTI - OAB/ES 8.072.
DR. PEDRO CEOLIN - OAB/ES 2.110.
DR. JOSÉ MASSUCATI - OAB/ES 3.880.
DRª. LARA DIAZ LEAL GIMENES - OAB/ES 10.169.
DR. ALDENOR ALMEIDA DOS SANTOS - OAB/ES 1.924.

PROCESSO Nº 030.98.000228-8.
REINTEGRAÇÃO DE POSSE.
REQUERENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
REQUERIDO: JOÃO DOS SANTOS FAMÍLIA.
ADVOGADA: DRª. NÁDJA MARIA DE VALOIS FERNANDES - OAB/ES 9.623.
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DO REQUERIDO DA R. DECISÃO DE FLS. 115/116, CUJO TEOR PASSO A TRANSCREVER: "ISTO POSTO, REVOGO A LIMINAR DE FLS. 60/61 E DETERMINO O RECOLHIMENTO DO MANDANDO DE FLS. 105".

PROCESSO Nº 030.09.906371-8.
ORDINÁRIA.
REQUERENTE: JOANETH DE SOUZA NOVAIS.
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE LINHARES-ES.
ADVOGADA: DRª. LORENA NOVAIS FARAGE - OAB/ES 14.443.
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA REQUERENTE PARA, CASO QUEIRA, SE MANIFESTAR EM RÉPLICA.

PROCESSO Nº 030.05.006854-8.
COBRANÇA.
REQUERENTE: JOSE SANTIAGO DE LIMA.
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE LINHARES-ES.
ADVOGADA: DRª. CAMILA TAQUETI FÁVARO - OAB/ES 1.482.
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DO REQUERENTE DA R. SENTENÇA DE FLS. 67/69, QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO.

PROCESSO Nº 030.09.904013-8.
MANDADO DE SEGURANÇA.
IMPETRANTE: FRANCISCO CHAGAS DE ARAUJO.
IMPETRADO: CHEFE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DETRAN-ES.
ADVOGADO: DR. RAFAEL AMORIM RICARDO - OAB/ES 12.553.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO REQUERIDO DA R. DECISÃO DE FLS. 54/54V., QUE INDEFIRIU O PEDIDO LIMINAR.

PROCESSO Nº 030.08.004886-8.
EXECUÇÃO FISCAL.
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EXECUTADO: SINA TRANSPORTES LTDA..
ADVOGADO: DR. CLOVES MONTEIRO DE BARROS - OAB/ES 4.334.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO EXECUTADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 26/27, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

PROCESSO Nº 030.08.002910-8.
EXECUÇÃO FISCAL.
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EXECUTADO: LINHAGUA MINERAÇÃO LTDA..
ADVOGADO: DR. HELECYR ARAGÃO CALMON COSTA - OAB/RJ 74.206.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO EXECUTADO PARA, CASO QUEIRA, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO E NADA SENDO REQUERIDO, O FEITO SERÁ ARQUVADO.

PROCESSO Nº 030.09.901164-2.
REPARAÇÃO DE DANOS.
REQUERENTE: MARIA DO CARMO MIRANDA SILVA.
REQUERIDOS: CONTRACTOR ENGENHARIA LTDA. E/O.
ADVOGADA: DRª. ERICA FERREIRA NEVES - OAB/ES 10.140.

FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DO PRIMEIRO REQUERIDO DA R. DECISÃO DE FLS. 153/153V, BEM COMO PARA DIZER QUAIS PROVAS PRETENDE PRODUZIR ALÉM DAS QUE JÁ CONSTAM DOS AUTOS, SOB PENA DE JULGAMENTO DO FEITO NO ESTASDO EM QUE SE ENCONTRA.

PROCESSO Nº 030.05.003494-8.
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO.
REQUERIDA: MARIA INES SONEGHET QUITIBA.
ADVOGADO: DR. MILTRO JOSÉ DALCAMIN - OAB/ES 9.232.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA REQUERIDA DO DEFERIMENTO DA PETIÇÃO DE FLS. 13.401.

PROCESSO Nº 030.09.904580-6.
REINTEGRATÓRIA.
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE LINHARES.
REQUERIDA: MARIA LUCIA SILVA SANTOS.
ADVOGADO: DR. EDSON VIGUINI - OAB/ES 13.088.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA REQUERIDA PARA DIZER QUAIS PROVAS PRETENDE PRODUZIR ALÉM DAS QUE JÁ CONSTAM DOS AUTOS, SOB PENA DE JULGAMENTO DO FEITO NO ESTASDO EM QUE SE ENCONTRA.

PROCESSO Nº 030.07.007556-6.
ORDINÁRIA.
REQUERENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS.
REQUERIDOS: JAILSON DOS SANTOS MARÇAL E/O.
ADVOGADO: DR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA NEVES - OAB/ES 4.012.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DOS REQUERIDOS DO DEFERIMENTO DA PETIÇÃO DE FLS. 112/113.

PROCESSO Nº 030.06.022888-6.
EXECUÇÃO FISCAL.
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EXECUTADO: VITTA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA..
ADVOGADO: DR. MACIEL FERREIRA COUTO - OAB/ES 8.622.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO EXECUTADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 33, QUE NA FORMA DO ART. 795 DO CPC, DECLAROU EXTINTA A EXECUÇÃO.

PROCESSO Nº 030.08.010685-6.
ORDINÁRIA.
REQUERENTE: ADELSON GERALDO GALTER CESCONETTO.
REQUERIDOS: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN-ES.
ADVOGADA: DRª. MARIA A. LILA DASSIE - OAB/ES 11.699.
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DO REQUERENTE DO DEFERIMENTO DA PETIÇÃO DE FLS. 20.

PROCESSO Nº 030.09.907649-6.
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.
REQUERENTE: FLÁVIA RANGEL ROSA E/O.
REQUERIDOS: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ADVOGADO: DR. OSWALDO AMBRÓZIO JÚNIOR - OAB/ES 8.839.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DAS REQUERENTES PARA DIZER SE RATIFICAM OS ATOS PRATICADOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO.

PROCESSO Nº 030.03.001403-6.
EXECUÇÃO FISCAL.
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EXECUTADO: MOBILIADORA LINHARES LTDA. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.
ADVOGADO: DR. AVELINO MALACARNE - OAB/ES 5.054.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA SÓCIA EXECUTADA DA R. SENTENÇA DE FLS. 38, QUE DECLAROU EXTINTO O PRESENTE PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, CONFORME DISPOSTO NO ART. 269, INC. II C/C ART. 794, INC. I, AMBOS DO CPC.

PROCESSO Nº 030.09.907748-6 AP. AO 030.06.001989-7.
EMBARGOS DE TERCEIRO.
EMBARGANTE: LUCIA BASSINI SPEROTO E/O.
EMBARGADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ADVOGADA: DRª. ADRIANA DE OLIVEIRA COUTO - OAB/ES 9.482.
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DAS EMBARGANTES PARA, CASO QUEIRA, SE MANIFESTAR EM RÉPLICA.

PROCESSO Nº 030.09.904706-7.
REINTEGRATÓRIA.
REQUERENTE: JOSE CARLOS ROVETTA.
REQUERIDO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ADVOGADO: DR. OSWALDO AMBRÓZIO JÚNIOR - OAB/ES 8.839.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO REQUERENTE DA R. DECISÃO DE FLS. 72/72V., QUE INDFIRIU O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA.

PROCESSO Nº 030.07.004840-7.
ORDINÁRIA.
REQUERENTE: RUBENS MOACIR BATISTI.
REQUERIDO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ADVOGADO: DR. MARNE SEÁRA BORGES JÚNIOR - OAB/ES 8.302.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO REQUERENTE PARA, CASO QUEIRA, APRESENTAR CONTRARAZÕES NO PRAZO DE LEI.

PROCESSO Nº 030.08.001392-0 AP. AO 030.08.001397-9, 030.05.009602-0 E 030.08.001387-0.
EMBARGOS DE TERCEIRO.
EMBARGANTE: PAULO SERGIO DE SOUZA PAULI.
EMBARGADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ADVOGADO: DR. WALACE MACEDO DA SILVA - OAB/ES 6.852.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO EMBARGANTE DA R. SENTENÇA DE FLS. 36/37, QUE JULGOU EXTINTO OS PRESENTES EMBARGOS, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

PROCESSO Nº 030.08.001397-9 AP. AO 030.08.001392-0, 030.05.009602-0 E 030.08.001387-0.
EMBARGOS DE TERCEIRO.
EMBARGANTE: ORLANDIR GOMES DA SILVA.
EMBARGADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ADVOGADO: DR. WALACE MACEDO DA SILVA - OAB/ES 6.852.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO EMBARGANTE DA R. SENTENÇA DE FLS. 39/40, QUE JULGOU EXTINTO OS PRESENTES EMBARGOS, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

PROCESSO Nº 030.09.906400-5.
MANDADO DE SEGURANÇA.
IMPETRANTE: GRANITO CONCRETO LTDA..
IMPETRADO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE LINHARES-ES.
ADVOGADO: DR. CAETANO CORRÊA PEIXOTO ALVES - OAB/ES 11.746.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO IMPETRANTE DA R. DECISÃO DE FLS. 193/194, QUE INDEFIRIU O PEDIDO LIMINAR.

PROCESSO Nº 030.07.008249-7 AP. AO 030.06.022893-6.
EMBARGOS DE TERCEIRO.
EMBARGANTE: MARIA DAS GRAÇAS CONCEIÇÃO.
EMBARGADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ADVOGADO: DR. WILSON PRATTI PIMENTEL - OAB/ES 8.748.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO EMBARGANTE DA R. SENTENÇA DE FLS. 36, QUE JULGOU EXTINTO OS EMBARGOS.

PROCESSO Nº 030.06.022893-6 AP. AO 030.07.008249-7.
EXECUÇÃO FISCAL.
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EXECUTADO:EUDALIO DANTAS DA CONCEIÇÃO.
ADVOGADO: DR. WILSON PRATTI PIMENTEL - OAB/ES 8.748.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO EXECUTADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 34, QUE DECLAROU EXTINTA A EXECUÇÃO NOS TERMOS DO ART. 795 DO CPC.

PROCESSO Nº 030.08.010208-7 AP. AO 030.08.900089-4.
EMBARGOS À EXECUÇÃO.
EMBARGANTES: IZAIR RAPOSO E/O.
EMBARGADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ADVOGADO: DR. OSWALDO AMBRÓZIO JÚNIOR - OAB/ES 8.839.

FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO EMBARGANTES PARA, CASO QUEIRA, SE MANIFESTAR EM RÉPLICA.

PROCESSO Nº 030.07.011058-7.
EXECUÇÃO FISCAL.
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EXECUTADO: COM LAR MÓVEIS LTDA..
ADVOGADO: DR. VALDIR MASSUCATTI - OAB/ES 3.974.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO EXECUTADO PARA SE MANIFESTAR SOBRE A PETIÇÃO DE FLS. 36/37.

PROCESSO Nº 030.08.000725-2.
REVISIONAL.
REQUERENTE: JOSE CARLOS GALDINO.
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
ADVOGADO: DR. JOSÉ LUCAS GOMES FERNANDES - OAB/ES 12.938.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA REQUERENTE PARA DIZER QUAIS PROVAS PRETENDE PRODUZIR ALÉM DAS QUE JÁ CONSTAM DOS AUTOS, SOB PENA DE JULGAMENTO DO FEITO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

PROCESSO Nº 030.09.908504-2.
ORDINÁRIA.
REQUERENTE: CARLOS GEOVANE CORREIA DE SOUZA.
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
ADVOGADA: DRª. VANESSA MARIA BARROS GURGEL ZANONI - OAB/ES 8.304.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA REQUERENTE PARA, CASO QUEIRA, SE MANIFESTAR EM RÉPLICA.

PROCESSO Nº 030.08.006906-2.
JUSTIFICAÇÃO.
REQUERENTE: ANÁLIA PEDRO MUTZ.
ADVOGADO: DR. JAIRO FRANKLIM DE ALMEIDA - OAB/ES 5.381.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA REQUERENTE DA PETIÇÃO DE FLS. 50.

PROCESSO Nº 030.08.004835-5.
EXECUÇÃO FISCAL.
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EXECUTADO: IRINALDO SOARES ME.
ADVOGADA: DRª. PATRÍCIA MARIA MANTHAYA - OAB/ES 12.930.
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DO EXECUTADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 31, QUE DECLAROU EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.

PROCESSO Nº 030.06.002211-5.
EXECUÇÃO FISCAL.
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EXECUTADO: VIAÇÃO CABOLCLO BERNARDO LTDA..
ADVOGADO: DR. AIRTON FABIANO DA SILVA - OAB/ES 2.053.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADA DO EXECUTADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 48, QUE DECLAROU EXTINTA A DÍVIDA COFORME ART. 156, IV DO CTN.

PROCESSO Nº 030.94.000516-5.
EXECUÇÃO FISCAL.
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EXECUTADO: PETROIL IND. E COMERCIO DE DERIVADOS PETROL. TRANSP.
ADVOGADO: DR. PAULO PEÇANHA - OAB/ES 12.072.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO EXECUTADO DA R. SENTENÇA DE FLS. 238/239, QUE JULGOU EXTINTO O PRESENTE PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

PROCESSO Nº 030.09.905132-5.
INDENIZATÓRIA.
REQUERENTE: EDILENE SOUZA EVANGELISTA.
REQUERIDO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ADVOGADO: DR. OSWALDO AMBRÓZIO JÚNIOR - OAB/ES 8.839.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA REQUERENTE PARA, CASO QUEIRA, SE MANIFESTAR EM RÉPLICA.

PROCESSO Nº 030.09.907843-5.
ASSENTAMENTO DE REGISTRO TARDIO.
REQUERENTE: JOSÉ RAMALHO DO NASCIMENTO.
ADVOGADO: DR. OSWALDO AMBRÓZIO JÚNIOR - OAB/ES 8.839.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA REQUERENTE DA COTA MINISTERIAL DE FLS. 13.

PROCESSO Nº 030.07.004574-2 AP. AO 030.07.900032-6.
MANDADO DE SEGURANÇA.
IMPETRANTE: LASA - LINHARES AGROINDUSTRIAL S/A.
IMPETRADO: CHEFE DA AGÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL DE LINHARES-ES.
ADVOGADO: DR. GLECINEI DE OLIVEIRA BRITO - OAB/ES 2.977.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA IMPETRANTE DA R. SENTENÇA DE FLS. 160/165, QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO DA IMPETRANTE.

PROCESSO Nº 030.07.900032-6 AP. AO 030.07.004574-2.
AGRAVO DE INSTRUMENTO.
AGRAVANTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
AGRAVADO: LASA - LINHARES AGROINDUSTRIAL S/A.
ADVOGADO: DR. GLECINEI DE OLIVEIRA BRITO - OAB/ES 2.977.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO AGRAVADO DO R. DESPACHO DE FLS. 60, CUJO TEOR PASSO A TRANSCREVER: "MANTENHO A DECISÃO ATACADA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS".

PROCESSO Nº 030.08.012460-2.
INDENIZATÓRIA.
REQUERENTE: MARCOS ANTONIO PESSOA.
REQUERIDO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE.
ADVOGADO: DR. ULISSES COSTA DA SILVA - OAB/ES 14.743 E DR. ÍCARO LOYOLA O. CALMON MACHADO - OAB/ES 12.931.
FINALIDADE: INTIMAR OS ADVOGADOS DAS PARTES PARA DIZEREM QUAIS PROVAS PRETENDEM PRODUZIR, ALÉM DAS QUE JÁ CONSTAM DOS AUTOS, SOB PENA DE JULGAMENTO DO FEITO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

PROCESSO Nº 030.09.906807-1.
INDENIZATÓRIA.
REQUERENTE: EVÂNIA CLÁUDIA MENELLI.
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE LINHARES-ES.
ADVOGADO: DR. ANDRÉ BAPTISTA RIGO - OAB/ES 15.611.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA REQUERENTE PARA, CASO QUEIRA, SE MANIFESTAR EM RÉPLICA.

PROCESSO Nº 030.07.007554-1.
ORDINÁRIA.
REQUERENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS.
REQUERIDOS: MARTINS CARAPINA DOS SANTOS E/O.
ADVOGADO: DR. OSWALDO AMBRÓZIO JÚNIOR - OAB/ES 8.839.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DOS REQUERIDOS DOS ESCLARECIMENTOS DO PERITO DE FLS. 238/241.

PROCESSO Nº 030.08.002980-1.
MANDADO DE SEGURANÇA.
IMPETRANTE: LUIZ AUGUSTO E SILVA.
IMPETRADO: MUNICÍPIO DE LINHARES-ES.
ADVOGADO: DR. LESSANDRO FEREGUETTI - OAB/ES 8.072.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO IMPETRANTE DA R. SENTENÇA DE FLS. 75/77, QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO DA IMPETRANTE.

PROCESSO Nº 030.03.005031-1 AP. AO 030.04.900044-8 E AGRAVO REGIMENTAL.
REPETIÇÃO DO INDÉBITO.
REQUERENTE: MATEUS PEREIRA.
REQUERIDO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA JERONIMO MONTEIRO - IPAJM E/O.
ADVOGADO: DR. PEDRO CEOLIN - OAB/ES 2.110.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO SEGUNDO REQUERIDO DA R. DECISÃO DE FLS. 163, BEM COMO PARA DIZER SE PRETENDE PRODUZIR OUTRAS PROVAS ALÉM DOS QUE JÁ CONSTAM DOS AUTOS, SOB PENA DO JULGAMENTO DO FEITO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

PROCESSO Nº 030.09.903423-0.
REINTEGRATÓRIA.
REQUERENTE: ABNER GOMES DA SILVA.
REQUERIDO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS - SEGER.
ADVOGADO: DR. OSWALDO AMBRÓZIO JÚNIOR - OAB/ES 8.839.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO REQUERENTE DA R. DECISÃO DE FLS. 101/10V., QUE INDEFERIU O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. BEM COMO PARA, CASO QUEIRA, SE MANIFESTAR EM RÉPLICA.

PROCESSO Nº 030.07.009803-0.
CIVIL PÚBLICA.
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
REQUERIDO: WEBER LINS PEREIRA.
ADVOGADO: DR. JACYMAR DELFINNO DALCAMINI - OAB/ES 5.287.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO REQUERIDO PARA DIZER SE PRETENDE PRODUZIR OUTRAS PROVAS, ALÉM DAS QUE JÁ CONSTAM DO AUTOS, SOB PENA DO JULGAMENTO DO FEITO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

PROCESSO Nº 030.99.000167-6 AP. AO 030.06.012269-1, 030.04.000881-2, 030.04.000241-9, 030.03.001884-7, 030.98.000232-0, 030.06.022150-1, 030.02.002748-5, 030.04.001153-5, 030.03.004397-7, 030.02.002746-9 E 030.02.002747-7.
EXECUÇÃO FISCAL.
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EXECUTADOS: CAVALINHOS TRANSPORTES LTDA. E/O.
ADVOGADOS: DR. ALDENOR ALMEIDA DOS SANTOS - OAB/ES 1.924, DR. JOSÉ MASSUCATI - OAB/ES 3.880 E DRª. LARA DIAZ LEAL GIMENES - OAB/ES 10.169.
FINALIDADE: INTIMAR OS ADVOGADOS DOS EXECUTADOS E A ADVOGADA DO SR. MIGUEL DE SOUZA, PARA TOMAREM CIÊNCIA DO R .DESPACHO DE FLS. 56V., CUJO TEOR PASSO A TRANSCREVER: "NADA SENDO ALEGADO PELO EXEQUENTE QUANTO AO ALEGADO NA PETIÇÃO DE FLS. 45/46, DEFIRO REQUERIMENTO DE FLS. 46".

PROCESSO Nº 030.04.001153-5 AP. AO 030.06.012269-1, 030.04.000881-2, 030.04.000241-9, 030.03.001884-7, 030.98.000232-0, 030.06.022150-1, 030.02.002748-5, 030.99.000167-6, 030.03.004397-7, 030.02.002746-9 E 030.02.002747-7.
EXECUÇÃO FISCAL.
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EXECUTADOS: CAVALINHOS TRANSPORTES LTDA..
ADVOGADOS: DR. ALDENOR ALMEIDA DOS SANTOS - OAB/ES 1.924 E DRª. LARA DIAZ LEAL GIMENES - OAB/ES 10.169.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO EXECUTADO E A ADVOGADA DO SR. MIGUEL DE SOUZA, PARA TOMAREM CIÊNCIA DO R .DESPACHO DE FLS. 63V., CUJO TEOR PASSO A TRANSCREVER: "NÃO HAVENDO REQUERIMENTO OU MENIFESTAÇÃO DO EXEQUENTE QUANTO AO PEDIDO DE FLS. 52/53, DEFIRO PEDIDO DE FLS. 53".

PROCESSO Nº 030.03.004397-7 AP. AO 030.06.012269-1, 030.04.000881-2, 030.04.000241-9, 030.03.001884-7, 030.98.000232-0, 030.06.022150-1, 030.02.002748-5, 030.99.000167-6, 030.04.001153-5, 030.02.002746-9 E 030.02.002747-7.
EXECUÇÃO FISCAL.
EXEQUENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EXECUTADOS: CAVALINHOS TRANSPORTES **LTDA.** E/O.
ADVOGADOS: DR. JOSÉ MASSUCATI - OAB/ES 3.880, DR. ALDENOR ALMEIDA DOS SANTOS - OAB/ES 1.924 E DRª. LARA DIAZ LEAL GIMENES - OAB/ES 10.169.
FINALIDADE: INTIMAR OS ADVOGADOS DOS EXECUTADOS E A ADVOGADA DO SR. MIGUEL DE SOUZA, PARA TOMAREM CIÊNCIA DO R .DESPACHO DE FLS. 134V., CUJO TEOR PASSO A TRANSCREVER: "NÃO HAVENDO MENIFESTAÇÃO CONTRÁRIA DO EXEQUENTE QUANTO AO PEDIDO DE FLS. 123/124 DOS AUTOS, DEFIRO PEDIDO DE FLS. 124".

LINHARES-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

ROSÂNGELA DE MARIA ALVES PARAÍSO
CHEFE DE SECRETARIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DE LINHARES

JUIZ DE DIREITO: ELIAZER COSTA VIEIRA
PROMOTORA DE JUSTIÇA: FLÁVIA VAREJÃO ROSSONI E GAMA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: SILVIO ROBERTO VIEIRA LOUBACK

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 61/09.

01 - EXECUÇÃO CRIMINAL N.º 222.2007.13533
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
RÉU: SIMÃO CEZANA.
DEFENSOR: DOUTOR EURICO SAD MATHIAS - OAB/ES 226-A.
OBJETO: INTIMAR O DOUTOR EURICO SAD MATHIAS, DO INTEIRO TEOR DA R. SENTEÇA DE FLS. 88 PROLATADA NOS AUTOS DA EXECUÇÃO CRIMINAL Nº 222.2007.13533, QUE INDEFERIU O PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME DO REEDUCANDO SIMÃO CEZANA, TENDO EM VISTA QUE UM DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEP, NÃO FOI ATENDIDO.

02 - EXECUÇÃO CRIMINAL N.º 222.2009.02633
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
RÉU: LUIZ CARLOS FORNAZIER
DEFENSOR: DOUTOR JORGE TEIXEIRA NADER - OAB/ES 7.517
OBJETO: INTIMAR O DOUTOR JORGE TEIXEIRA NADER, DO INTEIRO TEOR DA R. SENTENÇA DE FLS. 04/05 PROLATADA NOS AUTOS DA EXECUÇÃO CRIMINAL N.º 222.2009.02633, QUE JULGOU EXTINTA A PUNIBILIDADE IMPOSTA AO REEDUCANDO LUIZ CARLOS FORNAZIER SOMENTE EM RELAÇÃO A PENA CONSTANTE DA GE 108537 ORIUNDA DA AÇÃO CRIMINAL N.º 030060077937 E, POR VIA REFLEXA, DECLAROU EXTINTO O PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL.

03 - EXECUÇÃO CRIMINAL N.º 222.2008.10162
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
RÉ: CLAUDIO ROBERTO RIBEIRO
DEFENSOR: DOUTOR GETÁLVARO GOMES DA SILVA - OAB/ES 6.701.
OBJETO: INTIMAR O DOUTOR GETÁLVARO GOMES DA SILVA, DO INTEIRO TEOR DA R. SENTENÇA DE FLS. 55 PROLATADA NOS AUTOS DA EXECUÇÃO CRIMINAL N.º 222.2008.10162, QUE AUTORIZOU A SAÍDA TEMPORÁRIA DO REEDUCANDO CLAUDIO ROBERTO RIBEIRO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS DIAS 18 A 25 DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO, DEVENDO SER ADVERTIDO QUE NÃO PODERÁ SE AUSENTAR DO LAR FAMILIAR POR QUALQUER OUTRA CIRCUNSTÂNCIA.

04 - EXECUÇÃO CRIMINAL N.º 222.2007.06056
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
RÉU: AMARILDO DE SOUZA.
DEFENSORA: DOUTOR CLEVERSON MATTIUZI FARAGE - OAB/ES 12.997.
OBJETO: INTIMAR O DOUTOR CLEVERSON MATTIUZI FARAGE DA R. SENTENÇA PROLATADA ÀS FLS. 137 DOS AUTOS DA EXECUÇÃO CRIMINAL N.º 222.2007.06056, QUE INDEFERIU NA DATA DE 29.06.2009 A PROGRESSÃO DE REGIME DO REEDUCANDO, TENDO EM VISTA QUE UM DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEP NÃO FOI ATENDIDO, BEM COMO DA R. SENTENÇA DE FLS. 140/141 QUE REUNIFICOU AS PENAS IMPOSTAS AO REEDUCANDO NUM TOTAL DE DEZOITO (18) ANOS E DOIS (02) MESES DE RECLUSÃO, E COMO FOI OPERADA A DETRAÇÃO, FOI EM DEFINITIVO FIXADA EM TREZE (13) ANOS ONZE (11) MESES E VINTE E NOVE (29) DIAS DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA EM REGIME FECHADO DE PRISÃO E AINDA DA R. SENTENÇA DE FLS. 146 QUE PROGREDIU O REGIME PRISIONAL DO REEDUCANDO PARA O SEMIABERTO DE PRISÃO.

05 - EXECUÇÃO CRIMINAL N.º 222.2009.04243
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
RÉU: CLAUDIONOR ANTONIO MARCELINO.
DEFENSOR: DOUTORA VANESSA MARIA BARROS GURGEL - OAB/ES 8.304.
OBJETO: INTIMAR A DOUTORA VANESSA MARIA BARROS GURGEL, DA AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA DESIGNADA PARA O **DIA SETE (07) DE OUTUBRO (10) DE DOIS MIL E NOVE (2009) ÀS QUATORZE (14) HORAS**, NOS AUTOS DA EXECUÇÃO CRIMINAL DE N.º 222.2009.04243.

06 - EXECUÇÃO CRIMINAL N.º 222.2007.04389
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
RÉU: REINALDO PEREIRA DE AGUIAR.
DEFENSOR: DOUTOR JARBAS FRANCISCO GONÇALVES GAMA - OAB/ES 3.425.
OBJETO: INTIMAR O DOUTOR JARBAS FRANCISCO GONÇALVES GAMA, DA AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA PRIMEIRO (1º) DE DEZEMBRO (12) DE DOIS MIL E NOVE (2009) ÀS QUINZE (15) E TRINTA (30) HORAS**, NOS AUTOS DA EXECUÇÃO CRIMINAL DE N.º 222.2007.04389.

07 - EXECUÇÃO CRIMINAL N.º 222.2007.05976
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
RÉU: FERNANDO NERES DE SOUZA.
DEFENSOR: DOUTOR TADEU JOSÉ DE SÁ NASCIMENTO - OAB/ES 7.850.
OBJETO: INTIMAR O DOUTOR TADEU JOSÉ DE SÁ NASCIMENTO, PARA NO PRAZO LEGAL MANIFESTAR-SE, NOS AUTOS DA EXECUÇÃO CRIMINAL N.º 222.2007.10796, CONFORME TERMO DE AUDIÊNCIA DE FLS. 61.

08 - EXECUÇÃO CRIMINAL N.º 222.2007.05944
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
RÉU: ALCENIR DA SILVA FERREIRA.
DEFENSOR: DOUTOR GUILHERME LOUREIRO OLIVEIRA - OAB/ES 3.851.
OBJETO: INTIMAR O DOUTOR GUILHERME LOUREIRO OLIVEIRA, DO INTEIRO TEOR DA R. SENTEÇA DE FLS. 165 PROLATADA NOS AUTOS DA EXECUÇÃO CRIMINAL **Nº** 222.2007.05944, QUE INDEFERIU O PEDIDO POSTULADO TENDO EM VISTA QUE O REEDUCANDO ALCENIR JOSÉ FERREIRA NÃO ATINGIU O REQUISITO SUBJETIVO, MANTEND-O NA CONDIÇÃO EM QUE SE ENCONTRA..
LINHARES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

SILVIO ROBERTO VIEIRA LOUBACK
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE LINHARES

LISTA DE INTIMAÇÃO 65/09

JUÍZA: EXMA. SRª DRª SIMONE DE OLIVEIRA CORDEIRO - JUÍZA DE DIREITO
PROMOTOR: DR. CARLOS AUGUSTO AVELINO DOS SANTOS - PROMOTOR DE JUSTIÇA
CHEFE DE SECRETARIA: ELIETE CORRENTE SEPULCRO HUPP

ÍNDICE NOMINAL DOS ADVOGADOS INTIMADOS, NA FORMA DO CÓDIGO DE NORMAS E DEMAIS REGULAMENTOS:

FERNANDO PEREIRA COUTINHO - OAB/ES: 8.734
JAIRO FRANKLIN DE ALMEIDA - OAB/ES: 5.381

PROCESSO: 3009905074-9
AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
PARTES: E.P.J. X T.B.P,. REPRESENTADA POR I.B.C.
ADVOGADO(A)(S):FERNANDO PEREIRA COUTINHO - OAB/ES: 8.734
FINALIDADE: INTIMAR PARA NO PRAZO LEGAL INFORMAR O ENDEREÇO ATUAL E PRECISO DA REQUERIDA, TENDO EM VISTA O CONTEÚDO DA CERTIDÃO DE FLS. 10-VERSO, A FIM DE SE PROCEDER A EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE INTIMAÇÃO PARA A AUDIÊNCIA DESIGNADA AS FLS. 21 - INTIMAÇÃO COM FULCRO NO ARTIGO 122 DO CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

PROCESSO: 3093001617-2
AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
PARTES: E.B.B.S. X M.G.T., E OUTROS.
ADVOGADO(A)(S): JAIRO FRANKLIN DE ALMEIDA - OAB/ES: 5.381;
FINALIDADE: INTIMAR PARA NO PRAZO LEGAL INFORMAR O ENDEREÇO ATUAL E PRECISO DA REQUERIDA V.L.G.S., TENDO EM VISTA O CONTEÚDO DA CERTIDÃO DE FLS. 327 EMANADA NOS AUTOS, A FIM DE SE PROCEDER A EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE INTIMAÇÃO PARA A AUDIÊNCIA DESIGNADA AS FLS. 325 - INTIMAÇÃO COM FULCRO NO ARTIGO 122 DO CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ELIETE CORRENTE SEPULCRO HUPP
(CHEFE DE SECRETARIA - ATO 403/08)

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ADJUNTO DA COMARCA DE LINHARES

LISTA 24/2009

JUÍZA DE DIREITO: FÁBIA MÉDICE DE MEDEIROS.
CHEFE DE SECRETARIA: FLAVIA DAVID TAVARES.

ÍNDICE NOMINAL EM ORDEM ALFABÉTICA DOS ADVOGADOS INTIMADOS NA FORMA DO PROVIMENTO N° 02/97 DO CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ES.

DR. ACLIMAR NASCIMENTO TIMBOÍBA
DRA. ALESSANDRA DE FREITAS FARIAS BARBOSA
DRA. ALCÍDIA PEREIRA DE PAULA SOUZA
DRA. ALINE SOUZA TOLEDO DA SILVA
DRA. ANDRESKA DIAS BARRETO
DR. ARNALDO DA SILVEIRA
DRA. CAMILA TAQUETI FAVARO
DR. CARLOS AUGUSTO MENDES PEREIRA
DR. CELSO BITTENCOURT RODRIGUES
DRA. DANIELE ZANETTI MAGESCKY
DR. DEVARCINO AUGUSTO PEISINO
DR. ELDO VALNEIDE VICHI
DR. FABIO LEONARDO MOTTA DE DEUS
DRA. FLAVIA MOTTA PRETTI
DR. FRANCISCO GAMA CURTO
DR. GERALDO TAU S. DA SILVA
DRA. IVIE BOINA PIANA
DR. JOÃO MIGUEL ARAUJO DOS SANTOS
DRA. JANAINA RODRIGUES LIMA
DRA. JANZIX N. MENDONÇA
DR. JARDEL CIPRIANO RAMOS
DR. JEFFERSON ROQUE DE MOURA
DR. JOSÉ DJAIR NOGUEIRA CAMPOS
DRA. MAÍRA FIORETI PINTO
DR. MARCIO PIMENTEL MACHADO
DR. MARCOS AURELIO DE ALMEIDA
DR. MARCUS PEDRO STEIN AMBRÓZIO
DRA. MARIANA MARCHIORI DURÃO
DR. MARIO CESAR GOULART DA MOTA
DR. MATHEUS DOCKHORN DE MENEZES
DR. NELSON PASCHOALOTTO
DR. OSWALDO AMBRÓZIO JUNIOR
DR. PAULO LÍRIO
DR. PEDRO EPICHIN NETTO
DRA. RENATA SOUZA CARVALHO
DR. RENATO JULIO GUERRA
DR. RODRIGO DADALTO
DR. ROQUE SARTÓRIO MARINATO
DRA. SELMA SEGATO VIEIRA
DR. SILVANO JOSE ALVES
DRA. SUZANA ALTOÉ MARINATO MESQUITA
DR. RODRIGO PANETO
DR. ULISSES COSTA DA SILVA
DRA. VANESSA MARIA BARROS GURGEL ZANONI
DRA. VITORIA MARIA ALMEIDA CAVERZAN
DR. WALAS OLIVEIRA SOARES
DR. WASHINGTON LUIZ DA SILVA BARROSO

DR. FABIO LEONARDO MOTTA DE DEUS, OAB/ES 13.571.
PROCESSO Nº.: 030.08.008877-3
REQUERENTE: MOBILIADORA BIANCARDI LTDA ME.
REQUERIDO: LUIZA PESSINI PINAFO.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 37, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MERITO, NOS TERMOS DO ART. 267, III DO CPC.

DR. RODRIGO PANETO, OAB/ES 9.999.
PROCESSO Nº.: 030.08.007145-6
REQUERENTE: MARIO BONADIMAN ME.
REQUERIDO: FRIGORIFICO GLORIA LTDA ME.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 79, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MERITO, NOS TERMOS DO ART. 267, III DO CPC.

DR. JARDEL CIPRIANO RAMOS, OAB/ES 12.603.
PROCESSO Nº.: 030.09.903118-6
REQUERENTE: HOT-LINE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME.
REQUERIDO: THAYNA ALDRIGUES.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 26, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MERITO, NOS TERMOS DO ART. 53, § 4º DA LEI 9.099/95.

DR. NELSON PASCHOALOTTO, OAB/SP 108.911.
PROCESSO Nº.: 030.08.001214-6
REQUERENTE: OTILIA SILLER AYGNER.
REQUERIDO: BANCO SCHAHIN S.A.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 134, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, NOS TERMOS DO ART. 794, I C/C ART. 795, AMBOS DO CPC..

DR. WALAS OLIVEIRA SOARES, OAB/ES 14.742.
PROCESSO Nº.: 030.09.903608-6
REQUERENTE: SUPERMERCADO HC LTDA.
REQUERIDO: CLAUDINEIA ROSA SANTOS.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 24, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MERITO, NOS TERMOS DO ART. 267, III DO CPC.

DR. ULISSES COSTA DA SILVA, OAB/ES 14.743.
PROCESSO Nº.: 030.08.009911-9
REQUERENTE: RICARDO MACHADO FEU.
REQUERIDO: VANDA MARIA LONARDELLI E OUTRO.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 37, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MERITO, NOS TERMOS DO ART. 51, I DA LEI 9.099/95.

DRA. FLAVIA MOTTA PRETTI, OAB/ES 10.191.
PROCESSO Nº.: 030.09.902564-2
REQUERENTE: ELIDA HELMER.
REQUERIDO: CONSORCIO NACIONAL HONDA.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 29, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MERITO, NOS TERMOS DO ART. 51, I DA LEI 9.099/95.

DR. JEFFERSON ROQUE DE MOURA, OAB/ES 13.525.
PROCESSO Nº.: 030.09.902723-4
REQUERENTE: SIMAR LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.
REQUERIDO: FELIX RAMOS DA SILVA..
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 27, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MERITO, NOS TERMOS DO ART. 267, III DO CPC.

DR. SILVANO JOSE ALVES, OAB/ES 14.738.
PROCESSO Nº.: 030.09.902896-8
REQUERENTE: DROGARIA SILOTI LTDA ME.
REQUERIDO: ROMEUCI GUSMÃO BRANDÃO.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 34, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MERITO, NOS TERMOS DO ART. 267, III DO CPC.

DR. OSWALDO AMBRÓZIO JUNIOR, OAB/ES 8.839.
PROCESSO Nº.: 030.06.022348-1
REQUERENTE: RICARDO DA SILVA SCOASSANTI.
REQUERIDO: DEVAILDO DE SOUZA SANTOS.
FINALIDADE: INTIMAR DO R.DESPACHO DE FL. 174, QUE INDEFERE O PEDIDO DE FL. 172, TENDO EM VISTA QUE HOUVE A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 794, I DO CPC (FL. 169).

DR. JOSÉ DJAIR NOGUEIRA CAMPOS, OAB/ES 3.520.
PROCESSO Nº.: 030.08.007298-3
REQUERENTE: JOÃO CARLOS DA SILVA REIS.
REQUERIDO: TIM CELULAR S/A.
FINALIDADE: INTIMAR DO R. DESPACHO DE FL. 47, PARA QUE A PARTE AUTORA RECEBA ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DO VALOR CONSTANTE ÀS FL. 44, BEM COMO INDEFERE O PEDIDO DE FL. 45, VEZ QUE HOUVE CUMPRIMENTO DO ACORDO NO PRAZO ESTIPULADO PELAS PARTES, O QUE PODE SER VERIFICADO ATRAVÉS DA DATA DO DEPÓSITO DE FL. 44.

DRA. MARIANA MARCHIORI DURÃO, OAB/ES 14.048.
PROCESSO Nº.: 030.08.005671-3
REQUERENTE: DROGARIA INTERFARMA LTDA ME.
REQUERIDO: JOSÉ INOCENCIO DA SILVA.
FINALIDADE: INTIMAR DO R.DESPACHO DE FL. 28, INDEFERE O PEDIDO DE FL. 26, POIS JÁ HOUVE A EXTINÇÃO DO FEITO, CONFORME SENTENÇA DE FL. 22.

DR. ACLIMAR NASCIMENTO TIMBOÍBA, OAB/ES 13.596.
PROCESSO Nº.: 030.07.005680-6
REQUERENTE: HERBETHY BASTOS BARBOZA.
REQUERIDO: BANDA CUBA LIBRE.
FINALIDADE: INTIMAR PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DE FL. 217 E REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DE ACORDO COM A ORDEM DE SERVIÇO 001/2006.

DR. RODRIGO DADALTO, OAB/ES 10.870 E DR. ARNALDO DA SILVEIRA, OAB/ES 7.144.
PROCESSO Nº.: 030.08.011978-4
REQUERENTE: NÉLIO NAVARRO CARRION.
REQUERIDO: BANCO ITAU.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. DECISÃO DE FL. 100, QUE REJEITA OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS.

DR. MARCUS PEDRO STEIN AMBRÓZIO, OAB/ES 13.790.
PROCESSO Nº.: 030.08.005910-5
REQUERENTE: JOÃO PEREIRA DO NASCIMENTO E OUTRO.
REQUERIDO: RODA OBRA CONSTRUTORA E SERVIÇOZA LTDA S/C E OUTROS.
FINALIDADE: INTIMAR DO R.DESPACHO DE FL. 78, PARA QUE AS REQUERIDAS TOA OBRA CONST. E SERVIÇOS LTDA E MAQTRAL APRESENTEM SEUS RESPECTIVOS CONTRATOS SOCIAIS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE NÃO SER HOMOLOGADO O ACORDO DE FL. 68/69, HAVENDO O CONSEQUENTE PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

DRA. MAÍRA FIORETTI PINTO, OAB/ES 12.247.
PROCESSO Nº.: 030.06.022436-4
REQUERENTE: ZILDA RANGEL BATISTA.
REQUERIDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A.
FINALIDADE: INTIMAR DO R.DESPACHO DE FL. 602, PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ AUTORIZATIVO.

DR. MARIO CESAR GOULART DA MOTA, OAB/RJ 14.263.
PROCESSO Nº.: 030.08.010687-2
REQUERENTE: WILSON GONÇALVES DA SILVA.
REQUERIDO: LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA.
FINALIDADE: INTIMAR DO R. DESPACHO DE FL. 31, PARA COMPROVAR A RETIRADA DO NOME DO AUTOR DOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.

DR. CARLOS AUGUSTO MENDES PEREIRA, OAB/ES 9.730.
PROCESSO Nº.: 030.08.001324-3
REQUERENTE: SEBASTIAO PEDROSA DOS SANTOS.
REQUERIDO: ROBSON HELDER SANTOS SILVA.

FINALIDADE: INTIMAR DO R.DESPACHO DE FL. 63, PARA TOMAR CIÊNCIA DA MANIFESTAÇÃO DO REQUERIDO NAS FL. 60/61, MANIFESTANDO-SE NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.

DR. FABIO LEONARDO MOTTA DE DEUS, OAB/ES 13.571.
PROCESSO Nº.: 030.08.008882-3
REQUERENTE: MOBILIADORA BIANCARDI LTDA - ME.
REQUERIDO: BERNADETE ROCHA.
FINALIDADE: INTIMAR DO R.DESPACHO DE FL. 33, QUE INDEFERE O PEDIDO DE FL. 29/30.

DRA. CAMILA TAQUETI FAVARO, OAB/ES 12.934.
PROCESSO Nº.: 030.08.009924-2
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO GIUBERTI.
REQUERIDO: ELIZEU CARVALHO.
FINALIDADE: INTIMAR DO R. DESPCHO DE FL. 29, PARA INDICAR A LOCALIZAÇÃO DO VEÍCULO DESCRITO NA FL. 25, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

DRA. VANESSA MARIA BARROS GURGEL ZANONI, OAB/ES 8.304.
PROCESSO Nº.: 030.07.010231-1
REQUERENTE: JOSUÉ FERREIRA DA SILVA.
REQUERIDO: ELZIMAR FERREIRA DOS SANTOS DA ROS.
FINALIDADE: INTIMAR DO R.DESPACHO DE FL. 34, QUE INDEFERE O PEDIDO DE FL. 32, VEZ QUE CABE À EXEQUENTE DILIGENCIAR NO SENTIDO DE ENCONTRAR O ENDEREÇO DA EXECUTADA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

DRA. DANIELE ZANETTI MAGESCKY, OAB/ES 13.788.
PROCESSO Nº.: 030.08.011036-1
REQUERENTE: ROBSON NOGUEIRA.
REQUERIDO: BANCO PANAMERICANO S/A.
FINALIDADE: INTIMAR DO R. DESPACHO DE FL. 100, PARA A PARTE AUTORA RETIRAR ALVARÁ AUTORIZATIVO PARA LEVANTAMENTO DO DEPÓSITO DE FL. 98, OPORTUNIDADE EM QUE DEVERÁ SE MANIFESTAR QUANTO À QUITAÇÃO DO DÉBITO.

DR. JEFFERSON ROQUE DE MOURA, OAB/ES 13.525.
PROCESSO Nº.: 030.09.907441-8
REQUERENTE: MIGUEL COSWOSK ME LUDYMILLAS CONFECÇÕES.
REQUERIDO: REGIANE FERREIRA BARROS.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 18, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, NOS TERMOS DO ART. 269, III DO CPC.

DRA. VANESSA MARIA BARROS GURGEL ZANONI, OAB/ES 8.304 E DRA. JANAINA RODRIGUES LIMA,OAB/ES 10.490.
PROCESSO Nº.: 030.06.013200-5
REQUERENTE: ARIELE ABREU VENTURINI.
REQUERIDO: DALZER BENEDITO LITILZER.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 82, QUE JULGOU PROCEDENTE OS EMBARGOS DE FLS. 64/66, NOS TERMOS DO ART. 269, I DO CPC.

DRA. RENATA SOUZA CARVALHO, OAB/MT 7.468.
PROCESSO Nº.: 030.05.203965-7
REQUERENTE: MARA DE LOURDES NOGUEIRA ALIBERTI.
REQUERIDO: EMPRESA COLIBRIR TRANSPORTE LTDA.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 114, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, III DO CPC.

DRA. ANDRESKA DIAS BARRETO, OAB/ES 11.226 E DR. FRANCISCO GAMA CURTO, OAB/ES 3.952.
PROCESSO Nº.: 030.08.010199-8
REQUERENTE: SEBASTIÃO SOARES COSTA.
REQUERIDO: TELEMAR ESPIRITO SANTO.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 73, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, NOS TERMOS DO ART. 794, I C/C ART.795, AMBOS DO CPC.

DR. ELDO VALNEIDE VICHI, OAB/ES 1.998.
PROCESSO Nº.: 030.09.903609-4
REQUERENTE: SELEME OFICINA MECANICA E AUTO PEÇAS LTDA ME.
REQUERIDO: AFONSO CASTOLDI.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 33, QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, VIII DO CPC.

DR. MATHEUS DOCKHORN DE MENEZES, OAB/ES 14.007.
PROCESSO Nº.: 030.09.901516-3
REQUERENTE: MARIA DAJUDA MARTINS DO CARMO.
REQUERIDO: BANCO RURAL S.A.
FINALIDADE: INTIMAR DO R. DESPACHO DE FL. 56, PARA TOMAR CIÊNCIA DA MANIFESTAÇÃO DA AUTORA NAS FL. 53/54, MANIFESTANDO-SE NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.

DRA. SELMA SEGATO VIEIRA, OAB/ES 11.960.
PROCESSO Nº.: 030.09.907438-4
REQUERENTE: RW COMERCIO DE TINTAS LTDA EPP.
REQUERIDO: MARLIANE DE OLIVEIRA.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA PARA O DIA 05 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 09:30 HORAS.

DRA. VITORIA MARIA ALMEIDA CAVERZAN, OAB/ES 6.941.
PROCESSO Nº.: 030.07.002125-5
REQUERENTE: LAURENCINI & LAURENCINI LTDA - EPP.
REQUERIDO: ROSE ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS.
FINALIDADE: INTIMAR PARA TOMAR CIÊNCIA DA CARTA PRECATÓRIA DE FL. 102/104 E REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DE ACORDO COM A ORDEM DE SERVIÇO 001/2006.

DR. GERALDO TADEU S. DA SILVA, OAB/ES 7.000.
PROCESSO Nº.: 030.08.011819-0
REQUERENTE: LEANDRO FOCH ABREU LIMA.
REQUERIDO: JOSE AUGUSTO ROSA.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA PARA O **DIA 16 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 09:00 HORAS**, BEM COMO INTIMAR DO DESPACHO DE FLS. 41.

DR. JOÃO MIGUEL ARAUJO DOS SANTOS, OAB/ES 5.595.
PROCESSO Nº.: 030.09.909341-8
REQUERENTE: ADIEL VIDAL DE NAZARE.
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA PARA O **DIA 25 DE SETEMBRO DE 2009 ÁS 10:30 HORAS**

DR. JEFFERSON ROQUE DE MOURA, OAB/ES 13.525.
PROCESSO Nº.: 030.09.909339-2
REQUERENTE: SONOBRAS – COMERCIO DE ESPUMAS E COLCHOES LTDA-ME.
REQUERIDO: RICARDO DOS SANTOS MANTOVANI.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO **29 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 09:30 HORAS.**

DR. RENATO JULIO GUERRA, OAB/ES 7.226.
PROCESSO Nº.: 030.09.908985-3
REQUERENTE: SCAP CAR ESCAPAMENTOS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA ME.
REQUERIDO: INOVAR PEÇAS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE ACESSÓRIOS LTDA.
FINALIDADE: INTIMAR DO R. DESPACHO DE FL. 57, PARA COMPROVAR A CONIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

DRA. ALINE SOUZA TOLEDO DA SILVA, OAB/ES 16.178.
PROCESSO Nº.: 030.09.909548-8
REQUERENTE: ELIZABETH COSTA LOZORIO MONTE.
REQUERIDO: LOSANGO FINANCEIRA
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 24 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 10:00 HORAS.**

DR. DEVARCINO AUGUSTO PEISINO, OAB/ES 3674.
PROCESSO Nº.: 030.09.9909534-8
REQUERENTE: NATALIA DOS ANJOS DE AQUINO.
REQUERIDO: ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A – ESCELSA.

FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 02 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 10:00 HORAS.**

DR. JEFFERSON ROQUE DE MOURA, OAB/ES 13.525.
PROCESSO Nº.: 030.09.909340-0
REQUERENTE: MIGUEL COSWOSK-ME (LUDYMILLA'S CONFECÇÕES).
REQUERIDO: ESLANIA GARCIA SEZINANDO.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 02 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 10:30 HORAS.**

DRA. SELMA SEGATO VIEIRA, OAB/ES 11.960.
PROCESSO Nº.: 030.09.909296-4
REQUERENTE: ALAÍDE SILVA.
REQUERIDO: EMPRESA PURAS DO BRASIL SA E BANCO HSBC.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 09 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 10:00 HORAS.**

DRA. VANESSA MARIA BARRO GURGRL ZANONI, OAB/ES 8.304.

PROCESSO Nº.: 030.09.902949-5
REQUERENTE: RENATO RAMOS DOS SANTOS.
REQUERIDO: OMNI INTERNACIONAL LTDA.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 05 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 08:30 HORAS.**

DR. ESMERALDO MELO FILHO, OAB/ES 1919.
PROCESSO Nº.: 030.09.909295-6
REQUERENTE: LUCINETE MARIA BREDA FERNANADES.
REQUERIDO: GABRIELA FARIAS BREDA.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 05 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 10:00 HORAS.**

DR. PAULO CÉSAR ANTUNES BARBOSA, OAB/ES 14.256.
PROCESSO Nº.: 030.09.909179-2
REQUERENTE: APARECIDA DAS GRAÇAS DE SOUZA LOVATTI.
REQUERIDO: HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 29 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 09:00 HORAS**, BEM COMO DA DECISÃO DE FLS 25, NA QUAL INDEFERIU O PEDIDO ANTECIPATÓRIO PLEITEADO.

DR.CELSO PEDRONI JUNIOR, OAB/ES 14.746.
PROCESSO Nº.: 030.09.909065-3
REQUERENTE: PABLO BRAZ PEDRONI.
REQUERIDO: EWERTON SOEIRO VIEIRA E WHASHINGTON LUIZ FREITAS.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 24 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 09:30 HORAS.**

DRA. ALCÍDIA PEREIRA DE PAULA SOUZA, OAB/ES 5.080.
PROCESSO Nº.: 030.05.203963-2
REQUERENTE: ANA MARIA SARTÓRIO GRAVA.
REQUERIDO: GAVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA E HÉLIO SALLA BATISTA.
FINALIDADE: INTIMAR PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO, DE ACORDO COM A ORDEM DE SERVIÇO 001/2006.

DR. PEDRO EPICHIN NETTO, OAB/ES 5.055.
PROCESSO Nº.: 030.08.006078-0
REQUERENTE: MARINETE SILVA CORREA.
REQUERIDO: ADILSON DA SILVA SANTOS.
FINALIDADE: INTIMAR DO R. DESPACHO DE FL. 29, PARA REGULARIZAR A PETIÇÃO INICIAL, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, VEZ QUE ENCONTRA-SE SEM ASSINATURA, BEM COMO INDEFERE O PEDIDO DE DECRETAÇÃO DA REVELIA, VEZ QUE NÃO HOUVE CITAÇÃO DO REQUERIDO.

DR. MARCOS AURELIO DE ALMEIDA, OAB/ES 15.205.
PROCESSO Nº.: 030.09.908835-0
REQUERENTE: LUIZ ARMANDO QUIRINO.
REQUERIDO: VIVO S.A.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2010 ÀS 14:00 HORAS.**

DR. PAULO LÍRIO, OAB/ES 2.161 E DRA. JANZIX N. MENDONÇA, OAB/ES 9.041.
PROCESSO Nº.: 030.08.010514-8
REQUERENTE: MARGARETE BASSANI RIBEIRO.
REQUERIDO: BANCO BANESTES S/A.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2010 ÀS 14:30 HORAS**.

DR. ROQUE SARTÓRIO MARINATO, OAB/ES 3.518 E DR. CELSO BITTENCOURT RODRIGUES, OAB/ES 8.226.
PROCESSO Nº.: 030.09.908580-2
REQUERENTE: MARGARETE BASSANI RIBEIRO.
REQUERIDO: BANCO BANESTES S/A.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2010 ÀS 16:00 HORAS.**

DR. WASHINGTON LUIZ DA SILVA BARROSO, OAB/ES 6.608.
PROCESSO Nº.: 030.08.012305-9
REQUERENTE: ANDERSON ARAÚJO PENA.
REQUERIDO: SUPERMERCADOS CASAGRANDE LTDA.
FINALIDADE: INTIMAR DA R. DECISÃO DE FL. 34-V, QUE CONHECE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS, PORÉM NEGA-LHE PROVIMENTO.

DR. JEFFERSON ROQUE DE MOURA, OAB/ES 13.525.
PROCESSO Nº.: 030.09.909832-6
REQUERENTE: EVALDO SANTANA CHAVES.
REQUERIDO: JOSE ANTONIO PEDRONI.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 01 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 10:00 HORAS.**

DR. JEFFERSON ROQUE DE MOURA, OAB/ES 13.525.
PROCESSO Nº.: 030.09.909718-7
REQUERENTE: CEAN CONTARATO CARLONI.
REQUERIDO: VIAÇÃO AGUIA BRANCA.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 29 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 11:00 HORAS.**

DRA. SUZANA ALTOÉ MARINATO MESQUITA, OAB/ES 12.267 E DR. MÁRCIO PIMENTEL MACHADO, OAB/ES 12.069.
PROCESSO Nº.: 030.09.908627-1
REQUERENTE: SAMUEL MOTA DOS REIS.
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DO **DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2010 ÀS 16:30 HORAS**.

DR. JEFFERSON ROQUE DE MOURA, OAB/ES 13.525.
PROCESSO Nº.: 030.09.910036-1
REQUERENTE: AMORIM E CAPILA LTDA ME.
REQUERIDO: MICHELLY VIEIRA.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 13 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 10:00 HORAS.**

DR. JEFFERSON ROQUE DE MOURA, OAB/ES 13.525.
PROCESSO Nº.: 030.09.910034-6
REQUERENTE: AMORIM E CAPILA LTDA ME.
REQUERIDO: SANDRA BATISTA MACIEL.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 13 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 09:30 HORAS.**

DRA. IVIE BOINA PIANA, OAB/ES 13.055.
PROCESSO Nº.: 030.09.910038-7
REQUERENTE: GIOVANNI PIANA NETTO.
REQUERIDO: UNITED AIRLINES
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 13 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 10:30 HORAS.**

DRA. MAÍRA FIORETI PINTO, OAB/ES 12.247.
PROCESSO Nº.: 030.09.909987-8

REQUERENTE: CARLOS SOUTO SANTOS.
REQUERIDO: FORZZA FOMENTO MERCANTIL LTDA E DARMAQ SERVIÇOIS AGRÍCOLAS LTDA-ME.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 06 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 11:00 HORAS,** BEM COMO DA DECISÃO DE FLS. 32 NA QUAL INDEFERIU, POR ORA, O PEDIDO ANTECIPATÓRIO, TENDO EM VISTA O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DOS TÍTULOS DE CRÉDITO.

DRA. ALESSANDRA FARIAS BARBOSA, OAB/ES 14.740.
PROCESSO N°.: 030.09.909831-8
REQUERENTE: ERENICE FRANCISCO.
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A.
FINALIDADE: INTIMAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO **DIA 01 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 09:30 HORAS**, BEM COMO DA DECISÃO DE FLS. 32 NA QUAL INDEFERIU, POR ORA, O PEDIDO ANTECIPATÓRIO PLEITEADO.

COMARCA DE SÃO MATEUS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DA 3º. VARA CÍVEL SÃO MATEUS

LISTA DE INTIMAÇÃO N.º 45/2009.

.JUIZ: RAFAEL CALMON RANGEL
ESCRIVÃ: ROSÂNGELA BARREIRA VASCONCELOS

AUTOS Nº 047.02001869-4
AÇÃO: INVENTÁRIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. DAVID BUNGENSTAB - OAB/ES 264-A**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.91.000566-0
AÇÃO: INVENTÁRIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. DAVID BUNGENSTAB - OAB/ES 264-A**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.07.004262-8
AÇÃO: INVENTÁRIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. GILSON GUILHERME CORREIO - OAB/ES 6.018** PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.005102-2
AÇÃO: INVENTÁRIO
FINALIDADE: INTIMAR **O DR. ANDRÉ LUIZ P. CARREIRA - OAB/ES 3.679**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.05.005630-9
AÇÃO: ARROLAMENTO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. ANDRÉ LUIZ P. CARREIRA - OAB/ES 3.679,** PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.005034-7
AÇÃO: INVENTÁRIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. ANDRÉ LUIZ P. CARREIRA - OAB/ES 3.679**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.08.007073-4
AÇÃO: INVENTÁRIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. ANDRÉ LUIZ P. CARREIRA - OAB/ES 3.679**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.00.000259-3
AÇÃO: PARTILHA
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª TANIA MARA S. NEVES - OAB/ES 2.767**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.005037-0
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª TANIA MARA S. NEVES - OAB/ES 2.767**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.07.001602-8
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. PEDRO OCTAVIANO DE OLIVEIRA - OAB/ES 231-A**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.91.000110-7
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª CRISTINA MOREIRA DA CUNHA - OAB/ES 7.532**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.000932-7
AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. MARCELO ALMEIDA DE SOUSA - OAB/ES 14.661**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.000.934-3
AÇÃO: ALVARÁ
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. MARCELO ALMEIDA DE SOUSA - OAB/ES 14.661**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.97.000191-4
AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. MARCELO ALMEIDA DE SOUSA - OAB/ES 14.661**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.06.006035-8
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. JOAO CAMPOS CIOELHO - OAB/ES 10.895**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.06.001985-9
AÇÃO: ARROLAMENTO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. LUIZ CARLOS BARBOSA - OAB/ES 5.932**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.005585-8
AÇÃO: ARROLAMENTO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. JOSE GERALDO DE ANDRADE - OAB/ES 1.875**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.000222-3
AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. ANTONIO PEREIRA JUNIOR - OAB/ES 6.022** PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.08.007546-9
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. ALLAN DOS SANTOS PINHEIRO - OAB/ES 10.196**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.08.006922-3
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. ALLAN DOS SANTOS PINHEIRO- OAB/ES 10.196**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.000638-0
AÇÃO: DIVORCIO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª NORMA ANA PASSAMANI - OAB/ES 6.372**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.08.004094-3
AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª NORMA ANA PASSAMANI - OAB/ES 6.372**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.05.002570-0
AÇÃO: DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª NORMA ANA PASSAMANI - OAB/ES 6.372**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.09.911873-0
AÇÃO: PRESTAÇÃO DE CONTAS
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª NORMA ANA PASSAMANI - OAB/ES 6.372**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.002182-7
AÇÃO: DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª NORMA ANA PASSAMANI - OAB/ES 6.372**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.05.003518-8
AÇÃO: ARROLAMENTO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª NORMA ANA PASSAMANI - OAB/ES6.372**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.08.004280-8
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª MADALENA CARDOSO - OAB/ES 7.978**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.09.911298-0
AÇÃO: HABILITAÇÃO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª MADALENA CARDOSO - OAB/ES 7.978**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.07.005988-7
AÇÃO: SEPARAÇÃO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª GEISIANE SAIBEL - OAB/ES 15.156**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.002581-0
AÇÃO: INEVNTARIO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª GEISIANE SAIBEL - OAB/ES 15.156**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.09.913243-4
AÇÃO: DIVORCIO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª SILVIA HELENA GARCIA MENDONÇA - OAB/ES 7.869**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.002883-0
AÇÃO: SEPARAÇÃO LITIGIOSA
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. JEFFERSON CORREIA DE SOUZA - OAB/ES 9.815**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.06.003729-9
AÇÃO: DIVORCIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. JEFFERSON CORREIA DE SOUZA - OAB/ES 9.815**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.09.911401-0
AÇÃO: DIVORCIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. JEFFERSON CORREIA DE SOUZA - OAB/ES 9.815**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.07.005988-7
AÇÃO: SEPARAÇÃO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª GEISIANE SAIBEL - OAB/ES 15.156**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.06.000511-4
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª AGUIDA CELESTE C. SCARDINI - OAB/ES 6.948**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.02.000536-0
AÇÃO: ANULATÓRIA
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª AGUIDA CELESTE C. SCARDINI - OAB/ES 6.948**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.02.002415-5
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª AGUIDA CELESTE C. SCARDINI - OAB/ES 6.948**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.93.001002-1
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª AGUIDA CELESTE C. SCARDINI - OAB/ES 6.948,** PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.008398-3
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS CAVALCANTE - OAB/ES 7.874**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.004334-2
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. MARCELO PICHARA - OAB/ES 8.992**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.08.001968-1
AÇÃO: HABILITAÇÃO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. MARCELO PICHARA - OAB/ES 8.992**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.03.005393-9
AÇÃO: ALIMENTOS
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. WISTONRUS DE PAULA ALVES - OAB/ES 12.175**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.04.002752-7
AÇÃO: ARROLAMENTO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. NESTOR AMORIM FILHO - OAB/ES 111-B**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.93.001998-0
AÇÃO: INVENTARIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. NESTOR AMORIM FILHO - OAB/ES 111-B**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.07.006407-7
AÇÃO: EXECUÇÃO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª MARIA DAS GRAÇAS MOTTA MARTINS DIAS** - **OAB/ES 8.097,** PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.09.912019-9
AÇÃO: ALVARÁ
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. GETALVARO GOMES DA SILVA - OAB/ES 6.701**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.05.003484-3
AÇÃO: DIVORCIO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. ARILSON CARDOSO CAETANO - OAB/ES 7.822**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.08.003636-2
AÇÃO: SEPARAÇÃO
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. CARLOS ARTHUR CARVALHO SANTOS - OAB/ES 8.680**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.09.9102817
AÇÃO: CONVERSÃO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª MARIA NEUZA ARAUJO - OAB/ES 14.667**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.09.914650-9
AÇÃO: ALVARA
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. PAULO SERGIO FUNDAO - OAB/ES 7.713**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

AUTOS Nº 047.09.910143-9
AÇÃO: DIVORCIO
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª JOSELITA ASSUS DE LIMA - OAB/ES 171-A**, PARA DEVOLVER OS AUTOS NO PRAZO DE 24 HORAS SOB PENA DO ART.196, DO CPC.

SÃO MATEUS-ES,23.09.09

ROSANGELA BARREIRA VASCONCELOS
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO PRIMEIRA VARA CRIMINAL
COMARCA DE SÃO MATEUS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM O PRAZO DE NOVENTA DIAS.

AÇÃO PENAL N°. 047050005850
ACUSADO: ÉDSON AZEVEDO FEU

INTIMAR **ÉDSON AZEVEDO FEU**, NATURAL DE SÃO PAULO/SP, NASCIDO AOS 06/06/1976, FILHO DE EZÍDIO FEU E MAGDALENA DE AZEVEDO FEU, DA SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS EM EPÍGRAFE ONDE FOI(RAM) CONDENADO(A)(S) A UM ANO DE RECLUSÃO E 10 DIAS-MULTA, EM REGIME ABERTO, POR INFRAÇÃO AO ART. 155 "CAPUT" DO CP. FICA(M) DESDE LOGO **INTIMADO**(S) PARA APRESENTAÇÃO DO RECURSO CABÍVEL, NA FORMA E PRAZO DE LEI, SE ASSIM O DESEJAR(EM).

SÃO MATEUS, 24 DE AGOSTO DE 2009.

JOÃO J HEMERLY
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO PRIMEIRA VARA CRIMINAL
COMARCA DE SÃO MATEUS

DANIELA DE VASCONCELOS AGAPITO - JUÍZA SUBSTITUTA
BEL. JOÃO J HEMERLY - ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

ADVOGADO(S): DR. BENEDITO DE SALES SOUZA
AÇÃO PENAL Nº 047070050928
ACUSADO: DIEGO PIROLA DOS REIS
INTIMAR O(A)(S) SENHOR(A)(ES) ADVOGADO(A)(S) PARA REINTERROGATÓRIO DO ACUSADO A REALIZAR-SE NO **DIA 29/09/2009, ÀS 14H15MIN.**

ADVOGADO(S): DRS. VINÍCIO CANAL NETO E GESIEL ALVES BARBOSA
AÇÃO PENAL Nº 047099129604
ACUSADO: LUIZ CLÁUDIO CAIADO E OUTROS
INTIMAR O(A)(S) SENHOR(A)(ES) ADVOGADO(A)(S) PARA: 1) AIJ A REALIZAR-SE NO **DIA 14/10/2009, ÀS 12H15MIN** E 2) FICAREM CIENTES DA EXPEDIÇÃO DE CPS ÀS COMARCAS DA SERRA, VITÓRIA, PEDRO CANÁRIO, VILA VELHA E LINHARES, TODAS NESTE ESTADO, PARA INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA DEFESA DO ACUSADO LUIZ CLÁUDIO.

SÃO MATEUS, 22 DE SETEMBRO DE 2009.
JOÃO J HEMERLY
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL
DA COMARCA DE SÃO MATEUS

DR. ANTONIO CARLOS FACHETI - JUIZ DE DIREITO

AUTOS Nº 047060036689
ACUSADO:IDORINHA RAUTER FERNANDES
FINALIDADE: INTIMAR O **DR. JACYMAR DELFINNO DALCAMINI, OAB/ES 5287**, PARA REQUERER O QUE DE DIREITO NOS SUPRAMENCIONADOS AUTOS, NO PRAZO DE 5 DIAS.

SÃO MATEUS, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

QUEILA QUARESMA GOMES OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE SÃO MATEUS

JUIZ: DR RAFAEL CALMON RANGEL.
ESCRIVÃ: ROSÂNGELA BARREIRA VASCONCELOS

LISTA DE INTIMAÇÃO N.º 46/2009.

AUTOS Nº **047.08.002363-4**
AÇÃO: EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA
EXEQUENTE: T.W.L.S.A.
EXECUTADO: AILTON SILVA ANTUNES
FINALIDADE: INTIMAR A **DRª CARLA RENATA MARVILA DE SOUZA - OAB/ES 12.450**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA RESP. SENTENÇA DE FLS. 33.

AUTOS Nº **047.09.915145-9**
AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE: O.P.M.J.
REQUERIDO: ODEZIO PAULISTA MONTEIRO

FINALIDADE: INTIMAR **DR. GILSON GUILHERME CORREIA - OAB/ES 6.018**, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 45, O QUAL DESIGNOU AUDIÊNCIA PARA O **DIA 09/12/2009, ÀS 15:00 HORAS**, BEM COMO DA EXPEDIÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA DE FL.46.

AUTOS Nº **047.08.003285-8**
AÇÃO: EXONERAÇÃO DE PENSÃO
REQUERENTE: ROBERTO RODRIGUES BATISTA JUNIOR
REQUERIDA: MAYARA DAVEL BATISTA
FINALIDADE: INTIMAR **DRª NILMA MARIA LOPES DE SOUZA - OAB/ES 4.751,** PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS.137, O QUAL REDESIGNOU A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O DIA 18/11/2009 ÀS 14:00 HORAS.

AUTOS Nº **047.09.915299-4**
AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: P.H.F.P.
REQUERIDO: BRUNO ROBERTO DE OLIVEIRA PINHEIRO
FINALIDADE: INTIMAR **DR. CLOVIS SOUZA DEL PIERI - OAB/ES 15.615,** PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 14, A QUAL DESIGNOU AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O DIA 15/12/2009, ÀS 13:00 H., BEM COMO DA EXPEDIÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA DE FLS. 15.

AUTOS Nº **047.08.005687-3**
AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: W.C.M.S.
REQUERIDO: ADEILSON ROCHA DE SOUZA
FINALIDADE: INTIMAR **DR. CARLOS ARTHUR SILVA SANTOS - OAB/ES 8.680**, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 27, QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA PARA O **DIA 08/03/2010, ÀS 13:00 HORAS**, BEM COMO DA EXPEDIÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA DE FLS. 28.

AUTOS Nº **047.09.909883-3**
AÇÃO: ALIMENTOS (EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA)
EXEQUENTE: R.S.B.
EXECUTADO: JONAS SELVATICO BINO
FINALIDADE: INTIMAR **DRª AGUIDA CELESTE CREMASCO SCARDINI - OAB/ES 4.968,** PARA TOMAR CIÊNCIA DE TODOS OS TERMOS DA CERTIDÃO DE FLS. 53 VERSO.

AUTOS Nº **047.09.913186-5**
AÇÃO: SEPARAÇÃO CONSENSUAL SEM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: RUBENI MEIRA SILVA E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR **DR. GILSON GUILHERME CORREIA - OAB/ES 6.018** PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.24.

AUTOS Nº **047.09.911933-2**
AÇÃO: DIVÓRCIO CONSENSUAL SEM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: CARLINHOS DOS SANTOS ARAUJO E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR **DR. URIEL ANTÔNIO MOREIRA - OAB/ES 214-A,** PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS.29/30**.**

AUTOS Nº **047.09.914331-6**
AÇÃO: CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO
REQUERENTE: JOÃO FELIX DA SILVA SOBRINHO E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR **DR. JOSÉ MIRANDOLA - OAB/ES 5.532,** PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 17/18.

AUTOS Nº **047.0.9.913242-6**
AÇÃO: SEPARAÇÃO LITIGIOSA COM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: MARLENE PEREIRA DA COSTA DE MENEZES
REQUERIDO: JOSE ARTUR FREITAS DE MENEZES
FINALIDADE: INTIMAR **DRª. SILVIA HELENA GARCIA MENDONÇA - OAB/ES 7.869** PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 32 VERSO.

AUTOS Nº **047.07.001812-3**
AÇÃO: SEPARAÇÃO CONSENSUAL SEM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: ODAIR JOSÉ CARNEIRO MOREIRA E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR **DR. CARLOS ARTHUR SILVA SANTOS - OAB/ES 8.680** PARA VISTA DOS AUTOS NO PRAZO DE LEI, CONFORME REQUERIDO.

AUTOS Nº **047.07.002227-3**
AÇÃO: SEPARAÇÃO LITIGIOSA COM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: EDMAR DE MENEZES FERRETE
REQUERIDO: VALCILENE ANTUNES FERRETE
FINALIDADE: INTIMAR **DR. ANDERSON GUTEMBERG COSTA - OAB/ES 7.653**, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 181, QUE REDESIGNOU AUDIÊNCIA PARA O DIA 24/11/2009, ÀS 13:00 HORAS.

AUTOS Nº **047.06.005470-8**
AÇÃO: SEPARAÇÃO LITIGIOSA COM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: ENOQUE NARCIZO DOS SANTOS DA SILVA
REQUERIDO: LEONILDA CARDOSO SIQUEIRA DA SILVA
FINALIDADE: INTIMAR DRª**VANESSA SANTA BÁRBARA RODRIGUES COUTINHO - OAB/ES 11.402**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 154/159.

AUTOS Nº **047.09.912967-9**
AÇÃO: CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO
REQUERENTE: ANANIAS DE SOUZA MARTINS E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR DRª **GEISIANE SAIBEL - OAB/ES 15.156**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 18.

AUTOS Nº **047.04.003882-1**
AÇÃO: DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO
REQUERENTE: ALICE FERREIRA DE ALMEIDA
REQUERIDO: IZAULINO PEREIRA DA SILVA
FINALIDADE: INTIMAR **DR. JORGE EDUARDO DE LIMA SIQUEIRA - OAB/ES 14.663**, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 230.

AUTOS Nº **047.05.002635-1**
AÇÃO: DIVORCIO CONSENSUAL SEM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: WANDERLAN DA RESSUREIÇÃO MORAES E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR **DR. CARLOS ARTHUR SILVA SANTOS - OAB/ES 8.680**, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 25.

AUTOS Nº **047.04.002583-6**
AÇÃO: SEPARAÇÃO LITIGIOSA (EXECUÇÃO)
EXEQUENTE: T.R.P.
EXECUTADO: JACIMAR ROQUE PREATO
FINALIDADE: INTIMAR DRª **LÉSLIE MESQUITA SALDANHA LIMA - OAB/ES 10.326**, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 83.

AUTOS Nº **047.08.003533-1**
AÇÃO: SEPARAÇÃO LITIGIOSA COM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: MARIZETE TEIXEIRA PESTANA
REQUERIDO: JOSE MARIO PESTANA
FINALIDADE: INTIMAR **DR. MARCELO ALMEIDA DE SOUSA - OAB/ES 14.661** E **CEDRIC DAHER MATHIAS - OAB/ES 11.420,** PARA TOMAREM CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS.72/73.

AUTOS Nº **047.08.006171-7**
AÇÃO: DIVÓRCIO LITIGIOSO SEM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: MARIA DIAS SILVA
REQUERIDO: GILMAR SILVA
FINALIDADE: INTIMAR **DRª TATIANA APARECIDA OTONI - OAB/ES 12.587**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 124.

AUTOS Nº **047.09.915408-1**
AÇÃO: SEPARAÇÃO CONSENSUAL COM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: MILTON ALMEIDA FILHO E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR **DR. ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS NETO CAVALCANTE - OAB/ES 7.874**, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 14.

AUTOS Nº **047.09.912138-7**
AÇÃO: DIVÓRCIO CONSENSUAL SEM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: AIMAR CARVALHO DE JESUS E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR **DR. URIEL ANTÔNIO MOREIRA - OAB/ES 214/A**, PARA TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 19 VERSO, QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA PARA OITIVA DAS TESTEMUNHAS PARA O DIA 10/11/2009, ÀS 15:00 HORAS, BEM COMO DA EXPEDIÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA DE FLS. 20.

AUTOS Nº **047.09.915074-1**
AÇÃO: CAUTELAR -FAMÍLIA
REQUERENTE: MERCIS GASPARINI SACCONI
REQUERIDO: JORGE LUIZ SACCONI
FINALIDADE: INTIMAR **DRª. AGUIDA CELESTE CREMASCO SCARDINI - OAB/ES** 6.948, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 44/45.

AUTOS Nº **047.09.914166-6**
AÇÃO: DIVÓRCIO CONSENSUAL SEM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: JOSIMAR INÁCIO FERREIRA E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR **DRª. LÉSLIE MESQUITA SALDANHA LIMA - OAB/ES 10.326**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 23/24.

AUTOS Nº **047.09.915280-4**
AÇÃO: SEPARAÇÃO LITIGIOSA COM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: ANDREA ROSE FEITOSA SANTANA BARROSO
REQUERIDO: SILVIO ROMERO NEGRI BARROSO
FINALIDADE: INTIMAR **DRª. AGUIDA CELESTE CREMASCO SCARDINI - OAB/ES 6.948**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 25/26.

AUTOS Nº **047.09.910558-8**
AÇÃO: SEPARAÇÃO LITIGIOSA SEM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: LUCELIA SOARES DOS SANTOS
REQUERIDO: GERCILIO COUTO DOS SANTOS
FINALIDADE: INTIMAR **DR. GILSON GUILHERME CORREIA - OAB/ES 6.018**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO DE FLS. 25, A QUAL DESIGNOU AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O DIA 11/11/2009, ÀS 16:40 HORAS.

AUTOS Nº **047.09.911024-0**
AÇÃO: DIVÓRCIO LITIGIOSO COM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: ADEENE DA SILVA GAMA
REQUERIDO: FATIMA RODRIGUES DOS SANTOS GAMA
FINALIDADE: INTIMAR **DR. VIVALDO GONÇALVES LOPES NETO - OAB/ES 11.764**, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE 22, BEM COMO DA EXPEDIÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA DE FLS. 25.

AUTOS Nº **047.09.912718-6**
AÇÃO: DIVORCIO LITIGIOSO SEM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: VANILTON FERREIRA
REQUERIDO: GABRIELA MAGDALENA VIEIRA
FINALIDADE: INTIMAR **DRª. GEISIANE SAIBEL - OAB/ES 15.156**, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS.23.

AUTOS Nº **047.09.910029-0**
AÇÃO: SEPARAÇÃO CONSENSUAL COM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: LUCIENE XAVIER ALVES DOS SANTOS E RENATO DOS SANTOS
FINALIDADE: INTIMAR **DR. SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA - OAB/ES 4.699**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 36.

AUTOS Nº **047.09.913131-1**
AÇÃO: SEPARAÇÃO CONSENSUAL SEM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: CARLOS AUGUSTO COSMO E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR **DRª. BEATRICEE KARLA LOPES - OAB/ES 15.171, DR. GILSON GUILHERME CORREIA - OAB/ES 6.018 E DRª. VÂNIA MARIA GUSSON AKISASKI - OAB/ES 6.827**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 32.

AUTOS Nº **047.06.001125-2**
AÇÃO: SEPARAÇÃO LITIGIOSA SEM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: CRISTIANO BOONE
REQUERIDO: APARECIDA DA SILVA BOONE
FINALIDADE: INTIMAR **DR. CARLOS ARTHUR SILVA SANTOS - OAB/ES 8.680**, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 86 VERSO.

AUTOS Nº **047.04.002926-7**
AÇÃO: SEPARAÇÃO LITIGIOSA
REQUERENTE: LUCIMAR DA SILVA VIEIRA
REQUERIDO: MATHEUS BERNARDO VIEIRA
FINALIDADE**:** INTIMAR **DR. PAULO SÉRGIO DOS SANTOS FUNDÃO - OAB/ES 7.713**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SETENÇA DE FLS. 126/128.

AUTOS Nº **047.09.915322-4**
AÇÃO: SEPARAÇÃO CONSENSUAL SEM BENS A PARTILHAR
REQUERENTE: DIENYS VENTURINI DE SOUZA E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR **DRª. VANESSA MARIA BARROS GURGEL ZANONI - OAB/ES 8.304**, PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 13.

AUTOS Nº **047.09.914184-9**
AÇÃO: CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO
REQUERENTE: HUDSON MACHADO PORTO E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR **DRª. NORMA ANA PASSAMANI - OAB/ES 6.372**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 14.

SÃO MATEUS/ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009**.**

ROSÂNGELA BARREIRA VASCONCELOS
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
COMARCA DE SÃO MATEUS

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 20 DIAS

AUTOS N.º: 047.08.004314-5
AÇÃO DE: ADOÇÃO C/C DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR
REQUERENTE : CLÁUDIA VICENTE PIÃO E LUIZ SÉRGIO MAIA DE OLIVEIRA
REQUERIDOS : RÚBIA PRISCO SOUZA.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR **DEJAIRO XAVIER CORDEIRO** - MM. JUIZ DE DIREITO DESTA VARA, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER A **RÚBIA PRISCO SOUZA**, BRASILEIRA, FILHA DE ROBERTO PRISCO SOUZA E DE MARIA LUCIENE FREITAS DE SOUZA, ENCONTRANDO-SE ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, QUE NESTA VARA TRAMITAM OS AUTOS DA **AÇÃO DE ADOÇÃO C/C DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR** TOMBADA SOB O **Nº 047.08.004314-5**, PROPOSTA **POR CLÁUDIA VICENTE PIÃO E LUIZ SÉRGIO MAIA DE OLIVEIRA**, REQUERENDO A ADOÇÃO C/C DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR EM RELAÇÃO À CRIANÇA **A.N.S.,** PELO QUE FICA A REQUERIDA ACIMA MENCIONADA **CITADA** PARA TODOS OS TERMOS DA SOBREDITA AÇÃO, PODENDO CONTESTÁ-LA, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, O QUAL FLUIRÁ APÓS ESCOADO O PRAZO PREVISTO NESTE EDITAL.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS, NOTADAMENTE DA REQUERIDA, É EXPEDIDO O PRESENTE, QUE SERÁ PUBLICADO NO DJ E AFIXADO NO SEU LUGAR DE COSTUME.

SÃO MATEUS, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ ANTÔNIO AFONSO DE OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA
ATO Nº 1151/08

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
COMARCA DE SÃO MATEUS

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 20 DIAS

AUTOS N.º: 047.03.002398-1
AÇÃO DE: ADOÇÃO C/C DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR

REQUERENTE: JOANA D'ARC MAPA DA SILVA
REQUERIDOS: ROSÂNGELA RUFINO PESTANA (OU ROSÂNGELA PESTANA) E OUTRO.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR **DEJAIRO XAVIER CORDEIRO** - MM. JUIZ DE DIREITO DESTA VARA, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER A **ROSÂNGELA RUFINO PESTANA OU ROSÂNGELA PESTANA**, BRASILEIRA, FILHA DE BRAZELINA PESTANA, ENCONTRANDO-SE ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, QUE NESTA VARA TRAMITAM OS AUTOS DA **AÇÃO DE ADOÇÃO C/C DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR** TOMBADA SOB O **Nº 047.03.002398-1**, PROPOSTA **POR JOANA D'ARC MAPA DA SILVA,** REQUERENDO A ADOÇÃO C/C DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR EM RELAÇÃO À ADOLESCENTE **C.P.S.,** PELO QUE FICA A REQUERIDA ACIMA MENCIONADA **CITADA** PARA TODOS OS TERMOS DA SOBREDITA AÇÃO, PODENDO CONTESTÁ-LA, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, QUE FLUIRÁ APÓS ESCOADO O PRAZO PREVISTO NESTE EDITAL.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS, NOTADAMENTE DA REQUERIDA, É EXPEDIDO O PRESENTE, QUE SERÁ PUBLICADO NO DJ E AFIXADO NO SEU LUGAR DE COSTUME.

SÃO MATEUS, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ ANTÔNIO AFONSO DE OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA
ATO Nº 1151/08

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
COMARCA DE SÃO MATEUS

JUIZ DE DIREITO: DR. DEJAIRO XAVIER CORDEIRO

NA FORMA DA LEI INTIMO:

DRA. ADEILZA DIOGO DE MORAES FREITAS - OAB/ES 10.686
AUTOS Nº: 047.05.003773-9 (DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR)
REQUERENTE: BIANCA GONÇALVES PEÇANHA E OUTRO
REQUERIDA: DÉBORA BATISTA RIBEIRO
PARA APRESENTAR, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, OS DOCUMENTOS FALTANTES (DOS REQUERENTES) EXIGIDOS PELO PROVIMENTO Nº. 06/2009 EDITADO PELA EGRÉGIA CORREGEDORIRA GERAL DA JUSTIÇA.

SÃO MATEUS/ES, 22 DE JULHO DE 2009.

JOSÉ ANTÔNIO AFONSO DE OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA
ATO Nº. 1151/08

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE SÃO MATEUS - ES

LISTA DE INTIMAÇÃO

JUIZ DE DIREITO: DR. DEJAIRO XAVIER CORDEIRO
CHEFE DE SECRETARIA: JOSÉ ANTÔNIO AFONSO DE OLIVEIRA

NA FORMA DA LEI INTIMO:

JEFFERSON CÔRREA DE SOUZA - OAB/ES 9.815
AUTOS N.º.: 047.05.003097-3 (AÇÃO DE GUARDA DE MENOR)
REQUERENTES: JOSÉ ANTONIO CRUZ E IAZINHA VIEIRA DE JESUS CRUZ
FINALIDADE: PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 14H30MIN,** A SER REALIZADA NA SALA DAS AUDIÊNCIAS DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SÃO MATEUS/ES, DEVENDO TRAZER AS TESTEMUNHAS INDEPENDENTEMENTE DE INTIMAÇÃO.

JOÃO CAMPOS COELHO - OAB/ES 10.895
AUTOS N.º.: 047.09.912762-4 (ADOÇÃO DE MENOR)
REQUERENTE: JORCILENE MARIA DE BARROS
FINALIDADE: 1) TOMAR CIÊNCIA DO TEOR DA CERTIDÃO DE FL. 48, DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA; 2) INFORMAR O NOVO ENDEREÇO DA REQUERIDA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

SÃO MATEUS, 23 DE SETEMBRO DE 2009.

JOSÉ ANTÔNIO AFONSO DE OLIVEIRA
CHEFE DE SECRETARIA
ATO Nº 1151/08

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
COMARCA DE SÃO MATEUS

JUÍZA DE DIREITO: DRª MARIA GORETTI SANT'ANA CASTELLO
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. CLÉBER TADEU TÓTOLA
CHEFE DE SECRETARIA: MICHELLI PAGOTTO

NA FORMA DA LEI INTIMO:

DR. JORGE EDUARDO DE LIMA SIQUEIRA - OAB/ES 14.663
AUTOS Nº : 047.09.913287-1 - QUEIXA CRIME
QUERELANTE: MARINA ALVES JANUÁRIO
QUERELADO: EUNISIA COSTA BARCELOS
FINALIDADE: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 32 QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA PRELIMINAR PARA O **DIA 27/10/2009 ÀS 14H30MIN..**

DR. ANTONIO JANUÁRIO CHAGAS JUNIOR - OAB/BA 8.468
AUTOS Nº : 047.09.911844-1 - TERMO CIRCUNSTANCIADO
VÍTIMA: O ESTADO
AUTOR DO FATO: MIZAEL CORREIA E OUTROS
FINALIDADE: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 48 QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA PRELIMINAR PARA O **DIA 10/11/2009 ÀS 14H30MIN..**

MICHELLI PAGOTTO
CHEFE DE SECRETARIA
ATO Nº 773/09

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COMARCA DE AFONSO CLÁUDIO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE AFONSO CLÁUDIO
CARTÓRIO DO 3° OFÍCIO

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 36/09

INTIMAÇÃO NA FORMA DO PROVIMENTO 14/99.
JUÍZES: DR. ALCEMIR DOS SANTOS PIMENTEL E IDELSON SANTOS RODRIGUES
CHEFE DE SECRETARIA: ANA PAULA DIAS SOARES

ÍNDICE NOMINAL (ART. 55, I DO CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO):

DR. AGUINALDO GIESTAS PAIVA
DR. ANTÔNIO DE SOUZA VALE

DR. CRISTIANO VIEIRA PETRONETTO
DRª DALZA AFONSO BARBOSA
DRª ERCINA H. PETRONETO
DRª FLÁVIA BARBOSA DO VALE BARCELLOS
DR. GERALDO GOMES DE PAULA
DR. ISAÍAS CARDOSO DA COSTA
DR. JAMILSON SERRANO PORFÍRIO
DRª JANE CARLA AFONSO BARBOSA
DR. JESSÉ VARGAS VIEIRA
DR. JOADIR DTTMANN
DR. LENILSON GARCIA DE LIMA
DR. LEÔNIDAS DE SOUZA LEITE
DR. LUIZ FABIANO PENEDO PREZOTTI
DR. LUIZ OTÁVIO PEREIRA GUARÇONI DUARTE
DR. LUIZ FERREIRA DA SILVA
DR. MARCOS FERREIRA DIAS
DRª MARIA DE LOURDES ASSIS SOUZA
DR. MAURÍCIO BOECHAT PEYNEAU
DR. SILVESTRE JOSÉ VIEIRA COUTINHO

01- 001.05.002018-7 - ARROLAMENTO DE BENS
ESPÓLIO DE JOÃO CÂNDIDO BARBOZA E OUTRO
DR. AGUINALDO GIESTAS PAIVA: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE LEI, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, CONSIDERANDO O TEOR DA CERTIDÃO DE FLS. 42 VERSO.

02 - 00103000247-9 - ARROLAMENTO
ESPÓLIO DE SEBASTIÃO FRANCISCO FURLAN GIESTAS
DR. AGUINALDO GIESTAS PAIVA:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

03 - 00105001567-4 - ARROLAMENTO
ESPÓLIO DE ANGELINO KÜSTER CÔCO
DR. AGUINALDO GIESTAS PAIVA:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

04 - 00106001953-4 - ARROLAMENTO
ESPÓLIO DE EDITH FERNANDES DE OLIVEIRA
DRª **FLÁVIA BARBOSA DO VALE BARCELLOS:**INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

05 - 00104000632-0 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE FRANKLIN JUSTINO SIMÕES
DRª **FLÁVIA BARBOSA DO VALE BARCELLOS:**INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

06 - 00104002690-6 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE AGENOR CORRÊA DE OLIVEIRA
DR. FLÁVIA B. VALE BARCELLOS:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

07 - 00192000509-5 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE LYDIA KIEFER
DR. FLÁVIA B. VALE BARCELLOS:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

08 - 00102000373-5 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE DARCY VARGAS CAMARELLA
DR. FLÁVIA B. VALE BARCELLOS:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

09 - 00104000298-0 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE JOSIMAR FRAISLEBEN
DR. FLÁVIA B. VALE BARCELLOS:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

10 - 00103001853-3 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE MARINA DE LOURDES DIAS
DR. FLÁVIA B. VALE BARCELLOS:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

11- 001.04.000093-5 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE MARGARETE SILVA ROCHA E OUTROS
DRª **FLÁVIA BARBOSA DO VALE BARCELLOS**: INTIMAÇÃO DA DOUTA ADVOGADA PARA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, PROVIDENCIAR A REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL INVENTARIADO.

12- 001.02.000608-4 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE JOÃO GOMES DÁVEL
DRª **FLÁVIA BARBOSA DO VALE BARCELLOS**: INTIMAÇÃO DA DOUTA ADVOGADA PARA, NO PRAZO DE LEI, ADEQUAR O PEDIDO, BEM COMO PROVIDENCIAR A JUNTADA DAS CERTIDÕES NEGATIVAS, RECOLHER O IMPOSTO CAUSA MORTIS, ESCRITURA DE CESSÃO E PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO, DANDO ANDAMENTO NA FORMA DO ART. 1031 DO CPC.

13- 001.03.001425-0 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE MARIA JOSÉ DA SILVA
DRª **FLÁVIA BARBOSA DO VALE BARCELLOS**: INTIMAÇÃO DA DOUTA ADVOGADA PARA, NO PRAZO DE LEI, JUNTAR AOS AUTOS INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DOS HERDEIROS ANTÔNIO DA MOTA LAMAS, ELIANA MARA DA SILVA LAMAS, FERNANDA CRISTINA DA SILVA LAMAS, LILIAN PAULA DA SILVA LAMAS.

14- 001.04.000063-8 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS
DRª **DALZA AFFONSO BARBOSA**: INTIMAÇÃO DA DOUTA ADVOGADA PARA, NO PRAZO DE LEI, SE MANIFESTAR SOBRE OS DOCUMENTOS JUNTADOS ÀS FLS. 90 E SEGUINTES.

15 - 00103001677-6 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE DORCELINA CANDIDA PERREIRA
DRª **DALZA AFONSO BARBOSA:**INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

16- 001.09.002485-0 - SEPARAÇÃO LITIGIOSA
REQUERENTE: O.J.S.
REQUERIDO: N.K.S.
DR. SILVESTRE JOSÉ VIEIRA COUTINHO: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS QUE JULGOU EXTINTO O FEITO, NA FORMA DO ART. 267, VIII, DO CPC.

17- 001.09.002571-7 - SEPARAÇÃO DE CORPOS
REQUERENTE: N.D.C.M.
REQUERIDO: D.J.M.
DR. SILVESTRE JOSÉ VIEIRA COUTINHO: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS QUE DEFERIU O AFASTAMENTO DA AUTORA DO LAR E DETERMINOU A CITAÇÃO DO REQUERIDO.

18- 001.91.000183-1 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE ARMINDO ELLER E OUTRA
DR. SILVESTRE JOSÉ VIEIRA COUTINHO: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS QUE DEFERIU O PEDIDO FEITO PELO MUNICÍPIO DE

AFONSO CLÁUDIO E AUTORIZOU A TRANSFERÊNCIA REGISTRO DE IMÓVEL PARA A MUNICIPALIDADE.

19- 001.03.001715-4 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE SEBASTIÃO JOVINO DA SILVA
DR. MARCOS FERREIRA DIAS: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE LEI, JUNTAR AOS AUTOS CERTIDÕES NEGATIVAS DA UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIO.

20- 001.03.001605-7 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE ARIM ANTÔNIO DE PAULA
DR. MARCOS FERREIRA DIAS: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO, NOS TERMOS DO ART. 267, INC. III, DO CPC.

21- 001.08.001988-6 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE: W.R.S. E OUTRO
REQUERIDO: P.J.S.
DR. ISAÍAS CARDOSO DA COSTA: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE LEI, ADEQUAR O PEDIDO AOS TERMOS DA LEI 11.382/06, UMA VEZ QUE O VALOR EXECUTADO NÃO CORRESPONDE AO RITO DO ART 733 DO CPC, QUE DEVE SER O VALOR DAS TRÊS ÚLTIMAS PARCELAS VENCIDAS ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.

22- 001.03.001607-3 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE APOLINÁRIO BENTO SERAFIM
DR. ISAÍAS CARDOSO DA COSTA: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPCHO QUE DETERMINOU A REMESSA DOS AUTOS AO ARQUIVO PROVISÓRIO, TENDO EM VISTA O DESINTERESSE DAS PARTES.

23- 001.09.002028-8 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE ADERINO LOPES DE SOUZA E OUTRO
DR. ISAÍAS CARDOSO DA COSTA: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, APRESENTAR PRIMEIRAS DECLARAÇÕES NOS AUTOS SUPRA MENCIONADOS.

24 - 00104003413-2 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE ADRIANO WILL
DR. ISAIAS CARDOSO DA COSTA:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

25 - 00103001701-4 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE APOLINÁRIO BENTO SERAFIN E MARIA CORRÊA DA SILVA
DR. ISAIAS CARDOSO DA COSTA:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

26 - 00103001569-5 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE SEBASTIÃO JOSÉ VIANA
DR. ISAIAS CARDOSO DA COSTA:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

27 - 001.06.001892-4 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EM AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGOSA
REQUERENTE: E.P.S.
REQUERIDO: O.B.S.
DRª **JANE CARLA AFONSO BARBOSA**: INTIMAÇÃO DA DOUTA ADVOGADA PARA, NO PRAZO DE LEI, INFORMAR A ESTE JUÍZO SE FOI FEITA A ENTREGA À EXEQUENTE DE UM TELEVISÃO 14 POLEGADAS E UM APARELHO DE DVD.

28- 001.94.000278-3 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE MARIA JOSÉ DE CARVALHO
DR.JESSÉ VARGAS VIEIRA: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SE MANIFESTAR SOBRE A AVALIAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS.

29 - 001.92.000227-4 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE JANETA SERING
DR. ANTÔNIO DE SOUZA VALE: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, JUNTAR AOS AUTOS AS CERTIDÕES NEGATIVAS DA UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIO.

30 - 001.03.001725-3 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE ATAIR FERREIRA DE SOUZA
DR. CRISTIANO VIEIRA PETRONETTO: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, INFORMAR SE SUBSTABELECEU PODERES À DRª MARIA DE LOURDES ASSIS SOUZA, JUNTANDO O COMPETENTE INSTRUMENTO, TENDO EM VISTA A PETIÇÃO E PROCURAÇÃO DE FLS. 30/31, OU, EM CASO NEGATIVO, DAR PROSSEGUIMENTO AO FEITO SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

31 - 001.92.000430-4 - EXECUÇÃO FISCAL
REQUERENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
REQUERIDO: ELISEU SOBREIRO MEIRA
DR. LUIZ FABIANO PENEDO PREZOTTI: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS SUPRA MENCIONADOS QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, NA FORMA DO ART. 156, IV DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, C/C ART. 1º DA LEI ESTADUAL Nº 9.081/2008, ISENTANDO AS PARTES DE PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

32 - 001.04.002133-7 - EXECUÇÃO FISCAL
REQUERENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
REQUERIDO: ELISEU SOBREIRO MEIRA
DR. LUIZ FABIANO PENEDO PREZOTTI: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS SUPRA MENCIONADOS QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, NA FORMA DO ART. 156, IV DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, C/C ART. 1º DA LEI ESTADUAL Nº 9.081/2008, ISENTANDO AS PARTES DE PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

33 - 001.07.001007-7 - EXECUÇÃO FISCAL
REQUERENTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
REQUERIDO: IMPORTADORA A B E SILVA COMÉRCIO LTDA.
DR. LUIZ OTÁVIO PEREIRA GUARÇONI DUARTE: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS SUPRA MENCIONADOS QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, NA FORMA DO ART. 156, IV DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, C/C ART. 1º DA LEI ESTADUAL Nº 9.081/2008, ISENTANDO AS PARTES DE PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

34 - 00194000361-7 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE MARIA MARTINS DE CAMPOS
DR. ANTONIO DE SOUZA VALE:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

35 - 00103001717-0 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE JOÃO MOREIRA SOUZA NETO
DR. ANTÔNIO DE SOUZA VALE:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

36 - 00193000560-6 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE ALEMAR VIEIRA GRIFFO
DR. ANTÔNIO DE SOUZA VALE:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

37 - 00103001722-0 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE FRANCISCO JOSÉ LUCIANO
DR. ANTÔNIO DE SOUZA VALE:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

38 - 00190000939-8 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE JOSÉ ROSA E OLINDA GONÇALVES ROSA
DR. ANTÔNIO DE SOUZA VALE:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

39 - 001.03.001606-5 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA
REQUERENTE: IZIDORA SERAFIM LEITE
REQUERIDO: MARFÍSIA DA SILVA LEITE E OUTRAS
DR. LEÔNIDAS DE SOUZA LEITE: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO.

40 - 00186000786-1 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE DEJAIME DE PAULA E SILVA
DR. MARCOS FERREIRA DIAS: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

41 - 00106001478-2 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE FRANCISCO DA SILVA LOPES
DR. MARCOS FERREIRA DIAS:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

42 - 00103001730-3 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE HILÁRIO KUNZENDORFF
DR. JOADIR DTTMANN:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

43 - 00106000097-1 - ARROLAMENTO
ESPÓLIO DE AMÉLIA DE SOUZA GUIMARÃES
DR. JOADIR DTTMANN:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

44 - 00103000807-0 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE JOAQUINA DIAS FERREIRA STOFEL
DR. JOADIR DTTMANN:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

45 - 0103000806-2 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE MANOEL LUDGERO DA SILVA
DR. JOADIR DTTMANN: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

46 - 001040000301-2 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE ANTONIO SAITER
DR. LUIZ FERREIRA DA SILVA: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

47 - 00103001720-4 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE JOSÉ ACÁCIO DE OLIVEIRA
DR. LENILSON GARCIA DE LIMA:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

48 - 00103001686-7 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE NILO DELACOSTA
DR. MAURÍCIO BOECHAT PEYNEAU:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

49 - 00103002060-4 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE JOSÉ GALVANI RORIZ
DR. JAMILSON SERRANO PORFÍRIO: INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

50 - 00103000525-8 - ARROLAMENTO
ESPÓLIO DE JOSÉ KUSTER
DR. GERALDO GOMES DE PAULA:INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

51 - 00103001683-4 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE MARIA APOLÔNIA DA CONCEIÇÃO
DRª **ERCINA HACKBART PETRONETO:** INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

52 - 00103001726-1 - INVENTÁRIO
ESPÓLIO DE NAIR MEROTO RONCETE
DRª **MARIA DE LOURDES ASSIS SOUZA:**INTIMAÇÃO DO DOUTO ADVOGADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, DAR ANDAMENTO AO FEITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DO MESMO.

AFONSO CLÁUDIO, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

ANA PAULA DIAS SOARES
CHEFE DE SECRETARIA

COMARCA DE ALEGRE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ALEGRE
1ª VARA - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ DE DIREITO: MARCELO MATTAR COUTINHO
CHEFE DE SECRETARIA: ANDRESSA R. ASSAD LIMA

LISTA DE INTIMAÇÕES Nº . 47/2009

01) DRª CRISTINA CELI REZENDE DE OLIVEIRA (OAB/ES 8.441)
PROCESSO Nº .: 002.07.002359-9 (7.600/07)
EXEQUENTE: CARLOS ALEX PIROVAN ME
EXECUTADA: MARGARETE COELHO FERREIRA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO PARA TOMAR CONHECIMENTO DA R. SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NA FORMA DO ARTIGO 267, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO O PRAZO PARA RECURSO É DE DEZ DIAS NOS TERMOS DA LEI 9.099/95.

02) DR. LUIZ FELIPE MANTOVANELI FERREIRA (OAB/ES 12.692)
PROCESSO Nº .: 002.09.000760-6 (8.616/09)
EXEQUENTE: SÔNIA MARIA DE SOUZA
EXECUTADO: SEBASTIÃO FRANCISCO DOS SANTOS
FINALIDADE: INTIMAÇÃO PARA TOMAR CONHECIMENTO DA R. SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 53, PARAGRÁFO QUARTO, DA LEI 9.099/95, BEM COMO O PRAZO PARA RECURSO É DE DEZ DIAS NOS TERMOS DA LEI 9.099/95.

03) DR. BRUNO RIBEIRO GASPAR (OAB/ES 9.524)
PROCESSO Nº .: 002.09.000858-8 (8.646/09)
REQUERENTE: D. F. FAVORETO ME

REQUERIDO: CLOVIS CLARINDO DE HOLANDA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO PARA TOMAR CONHECIMENTO DA R. SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO COM FULCRO NO ARTIGO 267, INCISO VIII, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO O PRAZO PARA RECURSO É DE DEZ DIAS NOS TERMOS DA LEI 9.099/95.

04) DRA, SÔNIA MARIA RIBEIRO TRISTÃO DA COSTA SOARES (OAB/ES 142-B)
PROCESSO Nº .: 002.06.001421-0 (3.824/01)
EXEQUENTE: AILTON DE FREITAS VIANNA
EXECUTADO: ODILON GIMENES DE LACERDA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO EXEQUENTE PARA MANIFESTAÇÃO.

05) DR. LUIZ FELIPE MANTOVANELI FERREIRA (OAB/ES 12.692)
PROCESSO Nº .: 002.08.004068-2 (8.290/08)
REQUERENTE: ILZA ELENA ZUCOLOTO DAL'RIO
REQUERIDO: TEREZINHA FÁTIMA JUFFO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO EXEQUENTE PARA MANIFESTAÇÃO.

06) DR. VINICIUS PAVESI LOPES (OAB/ES 10.586)
PROCESSO Nº .: 002.08.003542-7 (8.103/08)
REQUERENTE: LUZIA MARIA BRAVO
REQUERIDO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO REQUERENTE PARA MANIFESTAÇÃO.

07) DR. LUIZ FELIPE MANTOVANELI FERREIRA (OAB/ES 12.692)
PROCESSO Nº .: 002.08.001314-3 (7.753/08)
REQUERENTE: WANDER DA SILVA MENEGUCCI
REQUERIDO: D.S.B. SILVA ME
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO EXEQUENTE PARA MANIFESTAÇÃO.

08) DR. VINICIUS PAVESI LOPES (OAB/ES 10.586); DR. GUSTAVO SICILIANO CANTISANO (OAB/ES 10.371)
PROCESSO Nº .: 002.09.000338-1 (8.483/09)
REQUERENTE: MARIA ASSUNTA SOBREIRA PRUCOLI PAIVA
REQUERIDO: UNIMED - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO NOS AUTOS EM CINCO DIAS.

09) DR. LUIZ FELIPE MANTOVANELI FERREIRA (OAB/ES 12.692)
PROCESSO Nº .: 002.08.004065-8 (8.287/08)
REQUERENTE: ILZA ELENA ZUCOLOTO DAL'RIO
REQUERIDO: SEBASTIÃO DE SOUZA VARGAS FILHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO EXEQUENTE PARA MANIFESTAÇÃO.

10) DR. ADILSON DE SOUZA JEVEAUX (OAB/ES 6.150)
PROCESSO Nº .: 002.09.000772-1 (5.169/02)
REQUERENTE: MARIA ANGÉLICA MENDES DA FONSECA
REQUERIDO: ADÉLIO DA COSTA GONZAGA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO A PARTE AUTORA PARA INFORMAR SOBRE O CUMPRIMENTO DO MANDADO EXPEDIDO À FOLHA 52, E EM CASO NEGATIVO, PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

11) DR. EDUARDO MALHEIROS FONSECA (OAB/ES 8.499); DR. BERESFORD MARTINS MOREIRA NETO (OAB/ES 8.737)
PROCESSO Nº .: 002.08.004321-5 (8.347/08)
REQUERENTE: JAIME DE OLIVEIRA CAMPOS
REQUERIDO: BANCO UNIBANCO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO A PARTE REQUERIDA PARA JUNTAR AOS AUTOS OS EXTRATOS REFERENTES AO PLANO VERÃO, UMA VEZ QUE, CONFORME DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA (FLS. 09/10), A PARTE AUTORA POSSUÍA SALDO JUNTO AO BANCO REQUERIDO NO ANO DE 1988.

12) DR. LUIZ FELIPE MANTOVANELI FERREIRA (OAB/ES 12.692)
PROCESSO Nº .: 002.06.002650-3 (7.017/06)
EXEQUENTE: ADÃO LOURENÇO DA SILVA
EXECUTADO: EMPLANTAR ASSESSORIA EMPRESARIAL **LTDA.**
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO EMBARGANTE PARA TRAZER AOS AUTOS COMPROVANTE QUE O VALOR BLOQUEADO FOI REALIZADO EM CONTA POUPANÇA.

13) DR. BRUNO RIBEIRO GASPAR (OAB/ES 9.524); DR. EDUARDO LUIZ BROCK (OAB/SP 91.311); DR. NILTON COSTA FILHO (OAB/ES 12.183)
PROCESSO Nº .: 002.09.001422-2 (8.800/09)
REQUERENTE: CIRLEI WALBER DA SILVA
REQUERIDOS: ENTEL CELULARES LTDA., PROTEUS INFORMATICA E TELEFONIA LTDA. MEE E SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZÔNIA LTDA.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2010 ÀS 14:00 HORAS,** NA SALA DE AUDIÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, FÓRUM DESTA COMARCA, BEM COMO PODERÁ APRESENTAR A REFERIDA AUDIÊNCIA PROVAS DOCUMENTAIS E TESTEMUNHAIS ESTAS NO MÁXIMO DE TRÊS PARA CADA PARTE.

14) DRª CAROLINA SVIZZERO ALVES (OAB/SP 209.472); DR. VINICIUS PAVESI LOPES (OAB/ES 10.586)
PROCESSO Nº .: 002.09.000898-4 (8.662/09)
REQUERENTE: ADAELSON OLMO JUNIOR - MEE
REQUERIDO: ENGENHARIA SERCCON LTDA**.**
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2010 ÀS 13:30 HORAS**, NA SALA DE AUDIÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, FÓRUM DESTA COMARCA, BEM COMO PODERÁ APRESENTAR A REFERIDA AUDIÊNCIA PROVAS DOCUMENTAIS E TESTEMUNHAIS ESTAS NO MÁXIMO DE TRÊS PARA CADA PARTE.

15) DR. EDOMAR PROVETI VARGAS JUNIOR (OAB/ES 8.188)
PROCESSO Nº .: 002.09.001626-8 (8.838/09)
EXEQUENTE: EDOMAR PROVETI VARGAS JUNIOR
EXECUTADOS: ELIELSON ESPINOSO DE MORAES E JOEL INÁCIO DE MORAES
FINALIDADE: INTIMAÇÃO PARA TOMAR CONHECIMENTO DO AUTO DE PENHORA DE FOLHAS 11 PRESENTE NOS AUTOS.

16) DR. VINICIUS PAVESI LOPES (OAB/ES 10.586)
PROCESSO Nº .: 002.06.002685-9 (6.637/06)
REQUERENTE: OLEGARIO REGINALDO MOREIRA
REQUERIDOS: OSMAR CABRAL DE SOUZA E JULIETA DE SOUZA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO EXEQUENTE PARA, NO PRAZO DE CINCO DIAS, INDICAR BENS DO EXECUTADO PASSÍVEIS DE PENHORA, SOB PENA DE EXTINÇÃO NA FORMA DO ARTIGO 53, PARÁGRAFO QUARTO, DA LEI 9.099/95.

17) DR. JOSÉ ROCHA JUNIOR (OAB/ES 9.494)
PROCESSO Nº .: 002.08.002231-8 (7.819/08)
EXEQUENTE: PEDRO CRISTOVÃO RODRIGUES NEVES
EXECUTADO: VALDECI DE OLIVEIRA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA PARA O **DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2009 ÀS 13:10 HORAS**, NA SALA DE AUDIÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, FÓRUM DESTA COMARCA.

18) DR. VINICIUS PAVESI LOPES (OAB/ES 10.586)
PROCESSO Nº .: 002.08.002673-1 (7.902/08)
EXEQUENTE: CLECIR BARBOSA DA SILVEIRA
EXECUTADO: HAROLDO ALCANTARA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO A PARTE EXEQUENTE PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

19) DR. ALYCRO VIEIRA TIRADENTES (OAB/ES 2.656)
PROCESSO Nº .: 002.09.001396-8 (8.787/09)
REQUERENTE: LUZIA DA SILVA DELATORRE
REQUERIDO: INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO PARA TOMAR CONHECIMENTO DO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, AGUARDE-SE A AUDIÊNCIA JÁ DESIGNADA.

20) DR. ANTÔNIO CARLOS (OAB/RJ 78.006)
PROCESSO Nº .: 002.09.001683-9 (8.874/09)
REQUERENTE: DINÁ SABINO GONÇALVES
REQUERIDO: EITOR BICALHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO PARA TOMAR CONHECIMENTO DA R. SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS, QUE JULGOU EXTINTO O

PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 51, II, DA LEI 9.099/95, BEM COMO O PRAZO PARA RECURSO É DE DEZ DIAS NOS TERMOS DA LEI 9.099/95.

21) DRª FLORINETE PINTO RIDOLPHI (OAB/ES 7.246)
PROCESSO Nº .: 002.09.001829-8 (8.923/09)
REQUERENTE: RUY CESAR PINHEIROS DE LIMA
REQUERIDO: IRINEU GOMES COELHO NETO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2009 ÀS 14:20 HORAS**, NA SALA DE AUDIÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, FÓRUM DESTA COMARCA, BEM COMO PARA TOMAR CONHECIMENTO DA DECISÃO DE FOLHAS 13 VERSO NO QUAL INDEFERIU O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA.

22) DR. GILBERTO DE AGUIAR CARVALHO (OAB/ES 7.918)
PROCESSO Nº .: 002.08.004192-0 (8.316/08)
REQUERENTE: RAFAEL VARGAS DE MORAES CASSA
REQUERIDO: VIVO S.A.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO A REQUERIDA PARA EM 15 (QUINZE) DIAS EFETUAR O PAGAMENTO, SOB PENA DE MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) DO ARTIGO 475-J DO CPC.

23) DR. GILBERTO DE AGUIAR CARVALHO (OAB/ES 7.918); DRª PAMELA ALVES BERTOLDO E SILVA (OAB/ES 15.045)
PROCESSO Nº .: 002.08.004315-7 (8.346/08)
REQUERENTE: JOSÉ RENATO ARAÚJO JÚNIOR
REQUERIDO: VIVO S.A.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO A REQUERIDA PARA EM 15 (QUINZE) DIAS EFETUAR O PAGAMENTO, SOB PENA DE MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) DO ARTIGO 475-J DO CPC.

24) DR. GUSTAVO SICILIANO CANTISANO (OAB/ES 10.371)
PROCESSO Nº .: 002.06.002549-7 (6.992/06)
REQUERENTE: RUY CESAR PINHEIRO DE LIMA
REQUERIDOS: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL E BANCO DO BRASIL S.A.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO A PARTE REQUERIDA PARA PAGAMENTO DAS ASTREITES FIXADAS, NO PRAZO DE QUINZE DIAS.

ALEGRE 22 DE SETEMBRO DE 2009.

COMARCA DE CONCEIÇÃO DA BARRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DA BARRA

RUA GRACIANO NEVES, 292 - CENTRO - TEL./FAX (027) 3762.1268 - CEP 29.960-000

LISTA DE INTIMAÇÃO AOS ADVOGADOS Nº 27/09

01)- DR. ALESSANDRE TOTTI - OAB/ES 12.141
BUSCA E APREENSÃO Nº 015080007683
REQUERENTE: CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA.
REQUERIDO: ANDRÉ DOS SANTOS
PARA RETIRAR, EM CARTÓRIO, O EDITAL DE CITAÇÃO PARA PROVIDÊNCIAS ACERCA DE SUA PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO ART. 232, III, DO CPC.

02)- DR. ALLAN DOS SANTOS PINHEIRO - OAB/ES 10.196
DECLARATÓRIA Nº 015080004417
REQUERENTE: LUNIK PEZZIN LUZ - ME
REQUERIDO: PRINCIPAL DO BRASIL COM. ATACADISTA S/A
PARA RETIRAR, EM CARTÓRIO, O EDITAL DE CITAÇÃO PARA PROVIDÊNCIAS ACERCA DE SUA PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO ART. 232, III, DO CPC.

03)- DR. WALTER DA SILVA BONELÁ - OAB/ES 273-A
DECLARATÓRIA Nº 015050014560 - META 2 (CNJ)
REQUERENTE: ANDRÉ GOLESBIOSVSKI
REQUERIDO: JOSÉ WILIAM F. LIMA E OUTROS
PARA, NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, COMPROVAR A SEGUNDA PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CITAÇÃO, NA FORMA DETERMINADA PELO ART. 232, INC. III, DO CPC, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO POR ABANDONO (ART. 267, § 1º, CPC).

04)- DR. EMÍLIO AUGUSTO T. B. JÚNIOR - OAB/ES 14.029
USUCAPIÃO Nº 015960000949 - META 2 (CNJ)
REQUERENTE: NERITA DE SOUZA LOPES
REQUERIDO: JOSÉ GONÇALVES DE PAIVA E OUTROS
PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 215, QUE DETERMINOU A IMEDIATA INTIMAÇÃO DA REQUERENTE PARA DEPÓSITO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, NO VALOR DE R$2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS), NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, TENDO EM VISTA QUE O ÔNUS DA PERÍCIA A SER REALIZADA É DA REQUERENTE, CONSOANTE CONSIGNADO NA DECISÃO DE FLS. 195/196.

05)- DRª CLÁUDIA BRITES VIEIRA - OAB/ES 8.802 E DR. ANTONIO D. COUTINHO - OAB/ES 5.202
EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 015050003399 - META 2 (CNJ)
REQUERENTE: VANDILSON CARVALHO DA SILVA
REQUERIDO: ADALGIZA RICART BRUMATTI
PARA COMPARECEREM À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, DESIGNADA PARA O **DIA 01/10/2009, ÀS 13:00 HORAS** (ART. 740, CPC).

CONCEIÇÃO DA BARRA(ES), 22 DE SETEMBRO DE 2009.

IRACILDA CAMILO HILÁRIO RIBON
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO 3º OFÍCIO
COMARCA DE CONCEIÇÃO DA BARRA

LISTA DE INTIMAÇÕES Nº 25/2009

01)-DR. ANTONIO DOMINGOS COUTINHO, OAB/ES 5202
AÇÃO DE ALIMENTOS Nº 015096014103
REQUERENTE: KAUÃ NASCIMENTO MACIEL
REQUERIDO: FLÁVIO MACIEL
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL. 09 O QUAL DESIGNOU AUDIÊNCIA PARA O **DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 13:40 HORAS.**

02)-DR. RENATO DA SILVA BONELÁ, OAB/MG 82328-B
AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA SEM BENS A PARTILHAR Nº 015080015348
REQUERENTE: ANA CRISTINA NASCIMENTO DE BRITO
REQUERIDO: LUIZ CARLOS DE BRITO
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL. 32 O QUAL DEFERIU A PRODUÇÃO DE PROVA ORAL, CONSISTENTE EM DEPOIMENTO PESSOAL DA REQUERENTE, COM AS ADVERTÊNCIAS DO ART. 343, DO CPC E, PROVA TESTEMUNHAL, CUJO ROL DEVERÁ SER DEPOSITADO ATÉ 10 (DEZ) DIAS DA DATA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, DESIGNADA PARA O **DIA 08 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 16:30 HORAS.**

3)-DRA. CLAUDIA BRITES VIEIRA, OAB/ES 8802
AÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL COM VALOR Nº 015080007642
REQUERENTE: MARIA NEVES DA SILVA
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FL. 23 A QUAL JULGOU PROCEDENTE ESTE PROCEDIMENTO, SEGUINDO O PERFIL DEDUZIDO NA PREFACIAL.

04)- DR. MARCOS CÉSAR MORAES DA SILVA, OAB/ES 12066
AÇÃO DE EXPEDIENTES ESPECIAIS Nº 015.080018920
REQUERENTE: COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE C. BARRA (ES)
REQUERIDO: CASA DE SHOW'S TAJ MAHAL

FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL. 45 PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS POR MEIO DE MEMORIAIS.

5)-DR. WALTER DA SILVA BONELÁ, OAB/ES 270/A
AÇÃO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA MANOR Nº 015060007430
REQUERENTE: A JUSTIÇA PÚBLICA
REQUERIDO: ALEX SEVERO DE JESUS E OUTRO
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FL.85 O QUAL JULGOU EXTINTA A MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA APLICADA EM FAVOR DE ROBSON DOMINGOS DE OLIVEIRA, PARA QUE PRODUZA SEUS EFEITOS JURIDICOS E LEGAIS.

06)- DRª LEILA XAVIER MAIA MONTE, OAB/MG 101272
AÇÃO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA MENOR N° 015.060010996
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO / ES
REQUERIDO: JOÃO SANTANA BARCELOS E OUTRO
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL.115 O QUAL NOMEOU A ILUSTRE ADVOGADA, DRª LEILA XAVIER MAIA MONTE, PARA PATROCINAR A DEFESA DO REPRESENTADO E APRESENTAR DEFESA PRÉVIA, NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS.

07)-DRA. MÁRIO LUIZ DA SILVA JÚNIOR, OAB/ES 10287
AÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL SEM VALOR N° 015.096011745
REQUERENTE: PLINIO ANTONIO MENDONÇA
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FLS.11/13 O QUAL JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE NA EXORDIAL E, VIA DE CONSEQUÊNCIA, JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO, NA FORMA DO ART. 267, INCISO IV, C/C ARTIGO 283, AMBOS DO CPC..

08)-DRA. CLAUDIA BRITES VIEIRA, OAB/ES 8802
AÇÃO DE ADOÇÃO DE MENORES Nº 015080019902
REQUERENTE: POMPEU JORGE RIBEIRO TAVARES E OUTRO
REQUERIDO: AGNALDO SANTOS DA SILVA E OUTRO
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL.24 O QUAL DETERMINA A REGULARIZAÇÃO DO FEITO CONFORME CERTIDÃO DA DILIGENTE CHEFEDE SECRETÁRIA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

09)- DRª MARIA CLAUDIA DE SOUZA LEMOS SOARES BRANDÃO, OAB/ES 10529
AÇÃO DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL N° 015096012438
REQUERENTE: DANIELLE BARCELOS DE BARROS
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FLS.19/20 O QUAL JULGOU PROCEDENTE OS PEDIDOS CONSTANTES DA PEÇA VESTIBULAR (...).

10) -DR. EDIVAR MACHADO DO NASCIMENTO, OAB/DF 9215
AÇÃO DE GUARDA DE MENORES Nº 015.080012444
REQUERENTE: MARIA JOSÉ RIBEIRO ALVES
FINALIDADE: FICAR INTIMADO PARA EMENDAR A INICIAL, NO PRAZO LEGAL.

11)- DRª JULIANA CARDOZO CITELLI NITZ, OAB/ES 12584
AÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL COM VALOR Nº 015080022906
REQUERENTE: JACYARA DA CONCEIÇÃO DOS ANJOS E OUTRO
FINALIDADE: FICAR INTIMADA PARA MANIFESTAR-SE NOS AUTOS A RESPEITO DOS OFICIOS DE FLS.41/44, NO PRAZO LEGAL.

12)- DRª CLAUDIA BRITES VIEIRA, OAB/ES 8802
AÇÃO DE INVENTÁRIO Nº 015.070013956
REQUERENTE: ROSA MARIA DOS SANTOS
REQUERIDO: ARCELINO JOAQUIM DOS SANTOS
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL.63 PARA TOMAR CIÊNCIA DOS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS E APRESENTAR A PARTILHA, NO PRAZO LEGAL.

13)-DR. EDIVAR MACHADO DO NASCIMENTO, OAB/DF 9215
AÇÃO DE CURATELA Nº 015.080013871
REQUERENTE: AMERICA RUAS PEREIRA
REQUERIDO: IDALINA GONÇALVES RUAS
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FL.20 O QUAL JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 267, INC. VIII, DO CPC.

14)-DR. MARCOS CÉSAR MORAES DA SILVA, OAB/ES 12066
AÇÃO DE INVENTÁRIO Nº 015.070015514
REQUERENTE: FRANCISCA FRSBEQUE
REQUERIDO: PEDRO DO NASCIMENTO PEREIRA
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL.28 O QUAL DETERMINOU, PARA QUE NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, REGULARIZE A PROCURAÇÃO, COMO TAMBÉM TRAGA PARA OS AUTOS A CERTIDÃO DE CASAMENTO.

15)-DRA. CLAUDIA BRITES VIEIRA, OAB/ES 8802
AÇÃO DE EXPEDIENTES ESPECIAIS N° 015.080013376
REQUERENTE: COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE CONCEIÇÃO DA BARRA/ES
REQUERIDO: EDSON NUNES SANTOS (LAN HOUSES SANTOS)
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL.15 O QUAL NOMEOU A ILUSTRE ADVOGADA, CLAUDIA BRITES VIEIRA, PARA PATROCINAR A DEFESA DO AUTUADO E APRESENTAR AS ALEGAÇÕES FINAIS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.

16)-DRA. LEILA XAVIER MAIA MONTE, OAB/MG 101272
AÇÃO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA MENOR N° 015.060007976
REQUERENTE: A JUSTIÇA PÚBLICA
REQUERIDO: ELTON MACIEL DOS SANTOS
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FLS.104/105 O QUAL JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM BASE NO ART. 121, § 5º, DA LEI Nº 8069/90, E DETERMINOU O SEU ARQUIVAMENTO.

17)--DRA. LEILA XAVIER MAIA MONTE, OAB/MG 101272
AÇÃO DE CURATELA N° 015.096002017
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO FRANÇA DA CUNHA
REQUERIDO: SÉRGIO FRANÇA DA CUNHA
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FLS.37/39 O QUAL JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO COM SUPEDÂNEO NO ART. 1773 DO CÓDIGO CIVIL E DECRETOU A INTERDIÇÃO DE SÉRGIO FRANÇA DA CUNHA, DECLARANDO-O INCAPAZ DE REGER A SUA PESSOA E ADMINISTRAR SEUS BENS.

18)-DRA. NAJARA ALMEIDA DE BRITO NEVES, OAB/BA 23046
AÇÃO DE EXCUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTICIA Nº 015.080011677
EXEQUENTE: JÉSSICA GONÇALVES AMÂNCIO E OUTRO
EXECUTADO: JAIR SANTOS AMÂNCIO
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL.34 O QUAL DEVERÁ, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, MANIFESTAR-SE NOS AUTOS, REQUERENDO O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

19)-DR. MARCOS CÉSAR MORAES DA SILVA, OAB/ES 12066
AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL Nº 015.080012857
REQUERENTE: LUCIDNEI DE JESUS SANTANA
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FLS.17/18 O QUAL DEFERIU O PEDIDO INICIAL E DETERMINOU QUE SEJA EFETUADA A RETIFICAÇÃO REQUERIDA, NO ASSENTO DE NASCIMENTO DO REQUERENTE, PASSANDO A CONSTAR COMO SENDO DO SEXO MASCULINO.

20)-DRA. ARILANA LOPES DE OLIVEIRA,
AÇÃO DE SEPARAÇÃO DE CORPOS Nº 015.060010939
REQUERENTE: PAULO CESAR BELO DOS SANTOS
REQUERIDO: MILENA SANTOS DA CONCEIÇÃO
FINALIDADE: FICAR INTIMADA QUE FOI NOMEADA DRª ARILANA LOPES DE OLIVEIRA PARA DEFESA DOS INTERESSES DO(A) REQUERENTE.

21)-DR. EDIVAR MACHADO DO NASCIMENTO, OAB/DF 9215
AÇÃO DE EXCUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTICIA Nº 015.080011040
EXEQUENTE: RICHAEL SILVA DA PAIXÃO
EXECUTADO: ROMILDO SANTOS DA PAIXÃO
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL.31 PARA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, MANIFESTAR-SE NOS

AUTOS REQUERENDO O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO POR 12 (DOZE) MESES.

22)-DRA. CLAUDIA BRITES VIEIRA, OAB/ES 8802
AÇÃO DE ALIMENTOS Nº 015.080017807
REQUERENTE: MARIA LUCIA LIMA FERREIRA E ROMILDO JESUS FERREIRA
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FLS.14 A QUAL JULGOU EXTINTO O PROCESSO, NO MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGOS 269, INCISO III, DO CPC.

23)-DRA. LEILA XAVIER MAIA MONTE, OAB/MG 101272
AÇÃO DE EXCUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA Nº 015.050015567
REQUERENTE: KEILA MAURA DE AQUINO SERENO
REQUERIDO: VALDEMIR DE JESUS SERENO
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FLS.40 A QUAL JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, INCISO III E § 1º DO CPC.

24)-DR. HÉLCIO JOAQUIM MESQUITA CORRÊA, OAB/ES 5384 E DRª MÁRCIA MARIA ALEXANDRE DE AZEVEDO, OAB/RJ 75528
AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL LITIGIOSA COM BENS A PARTILHAR Nº 015.050009842
REQUERENTE: RONALDO CARLOS INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO: NELCY MENDES DOS SANTOS
FINALIDADE: FICAREM INTIMADOS DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FLS.73 A QUAL JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGOS 267, INCISO VIII DO CPC.

25)-DR. EDIVAR MACHADO DO NASCIMENTO, OAB/DF 9215
AÇÃO DE EXCUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA Nº 015070016223
EXEQUENTE: EMERSON ROCHA DOS SANTOS E OUTRO
EXECUTADO: LUIZ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL.28 PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, MANIFESTAR-SE NOS AUTOS, REQUERENDO O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB PENA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO.

26)-DRA. NAJARA ALMEIDA DE BRITO NEVES, OAB/BA 23046
AÇÃO DE EXCUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA Nº 015.096012933
EXEQUENTE: RAFAELA DE OLIVEIRA ALACRIDES
EXECUTADO: ROBERTO FRANCISCO ALACRIDES
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL.7 PARA NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, JUNTAR AOS AUTOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PROPOSITURA DA AÇÃO, SOB PENA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO.

27)-DRA. CLAUDIA BRITES VIEIRA, OAB/ES 8802
AÇÃO DE EXCUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA Nº 015.080011347
EXEQUENTE: ANA CAROLINA GOMES MAIA
EXECUTADO: BENEDITO MAIA JÚNIOR
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FL.25 O QUAL JULGOU EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, NA FORMA DO ART. 794, INC. I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

28)-DR. EDIVAR MACHADO DO NASCIMENTO, OAB/DF 9215
AÇÃO DE EXCUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA Nº 015.070016249
EXEQUENTE: DANIELE ALACRIDES DE JESUS E OUTRO
EXECUTADO: ADENILTON DE JESUS
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FLS.16 O QUAL JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO COM FUNDAMENTO DO ARTIGO 267, INCISO III E § 1º DO CPC.

29)-DR. JOVENTINO PIMENTA DE ARAUJO, OAB/ES 5695
AÇÃO DE ALIMENTOS Nº 015.050005717
REQUERENTE: KAREN CRISTINA MARTINS DE OLIVEIRA
REQUERIDO: BRENO LINHARES DE OLIVEIRA
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FLS.45 O QUAL JULGOU EXTINTO O PROCESSO, NO MÉRITO NA FORMA DOS ARTIGOS 269, INCISO III DO CPC.

30)-DRA. CLAUDIA BRITES VIEIRA, OAB/ES 8802
AÇÃO DE ALIMENTOS Nº 015.096002363
EXEQUENTE: VALQUÍRIA ALMEIDA SANTOS E OUTRO
EXECUTADO: OSVALDO FONTOURA DOS SANTOS
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL.21 PARA, NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO POR ABANDONO (ART. 267, INC. III E § 1º DO CPC).

31)-DRA. GEISIANE SAIBEL, OAB/ES 15156
AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE PENSÃO Nº 015.096011265
REQUERENTE: EDVALDO LUIZ MELLER
REQUERIDO: INGRID DA SILVA MELLER
FINALIDADE:FICAR INTIMADA DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL.48 PARA, NO PRAZO DE 48 (QUARENTE E OITO) HORAS, MANIFESTAR-SE NOS AUTOS, INFORMANDO SE TEM INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO, JÁ QUE A CERTIDÃO DE FL.17 É CLARA AO AFIRMADO NA INICIAL, QUE A REQUERIDA AINDA É MENOR, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO POR ABANDONO (ART. 267, § 1º, CPC).

32)-DR. EDIVAR MACHADO DO NASCIMENTO, OAB/DF 9215
AÇÃO DE GUARDA DE MENORES Nº 015.070006216
REQUERENTE: DAUDET PEREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO
REQUERIDO: NILDEILTON VIEIRA DE OLIVEIRA
FINALIDADE: FICAR INTIMADO DOS TERMOS DO R. DESPACHO DE FL.47 O QUAL DEVERÁ MANIFESTAR-SE ACERCA DE NOVOS REQUERIMENTOS.

33)-DR. LEILA XAVIER MAIA MONTE, OAB/MG 101272
AÇÃO DE GUARDA DE MENORES Nº 015.060000385
EXEQUENTE: LOUZIVAL CORREA DA SILVA E OUTRO
EXECUTADO: PATRICK SILVA DA CONCEIÇÃO
FINALIDADE: FICAR INTIMADA DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FL.58 O QUAL JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 267, VIII, DO CPC.

CONCEIÇÃO DA BARRA, 22 DE SETEMBRO DE 2009,

EUNIDES MENDES VIEIRA
CHEFE DE SECRETARIA

COMARCA DE DOMINGOS MARTINS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE DOMINGOS MARTINS

LISTA Nº . 028/2009

JUIZ DE DIREITO: DR. JEFFERSON ANTÔNIO RODRIGUES BERNARDO
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: ROMÉRIO GERHARDT BORTULINI

1- INDENIZATÓRIA JEC Nº **017090007125**
REQUERENTE: GERALDO MAIOLI
REQUERIDO: CASA & VÍDEO LAR E LAZER COM. E REPR. LTDA.
ADVOGADOS: DR. VALMIR SILVA COUTINHO GOMES-OAB-ES. 7556
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA, TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL. 25: "1- ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE ACORDO ENTRE AS PARTES (FL. 23), IMPÕE-SE DESIGNAR AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (ART. 27,LEI 9.099/95), PARA O **DIA 03/11/2009, ÀS 16H**, DEVENDO AS PARTES APRESENTAREM AS PROVAS QUE ENTENDEREM PERTINENTES, INCLUSIVE A TESTEMUNHAL, EM NÚMERO MÁXIMO DE TRÊS...**".**

2- REPARAÇÃO DE DANOS JEC Nº **017060007287**
REQUERENTE: ELIAS PAGANINI
REQUERIDO: BANCO BMG S.A
ADVOGADOS: DR. RENATO DE OLIVEIRA FRANÇA-OAB-ES. 8693
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA, TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL. 141: "1- EXPEDIR AALVARÁ PARA LIBERAÇÃO DO VALOR

DEPOSITADO À FL. 137.**2-** APÓS, MANIFESTE-SE O EXEQUENTE EM CINCO DIAS.".

3- EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL JEC Nº **017070018522**
REQUERENTE: E F AMANTI ATHOL-ME
REQUERIDO: PABLO MONTEIRO ASSUNÇÃO
ADVOGADOS: DR. GUSTAVO GIUBERTI LARANJA-OAB-ES. 10.619
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA, TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL. 44: "1- SUSPENDO O CURSO DO PROCESSO POR 90 (NOVENTA) DIAS, CONFORME REQUERIDO À FL. 42....".

4- INDENIZATÓRIA JEC Nº **017070019009**
REQUERENTE: ARNO SCHMIDT
REQUERIDO: BRASIL VEÍCULOS E VICENTE DE PAULO IZOTON
ADVOGADOS: DR. GIOVANI PAVESI IZOTON-OAB-ES. 8762
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA, TOMAR CIÊNCIA DA RESPEITÁVEL SENTENÇA DE FLS.127/131: "...ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE, EM PARTE, A PRETENSÃO DEDUZIDA NA INICIAL PARA CONDENAR OS RÉUS BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS E VICENTE DE PAULO IZOTON, SOLIDARIAMENTE, AO PAGAMENTO DA QUANTIA DE R$12.426,36 (DOZE MIL, QUATROCENTOS E VINTE E SEIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS), CORRIGIDA MONETARIAMENTE A PARTIR DO AJUIZAMENTO E COM JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO...".

5- EXPEDIENTES ESPECIAIS JEC Nº **017080006244**
REQUERENTE: GILIARDY CELESTINO DE FREITAS
REQUERIDO: VIVO- TELEST CELULAR S.A
ADVOGADOS: DR. LÍVIA BORGES DAHER-OAB-ES. 14.504
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA, TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL. 60: "1- AS PARTES CELEBRARAM ACORDO À FL. 44, O QUAL FOI LÁ HOMOLOGADO.2- O REFERIDO ACORDO PREVIA QUE O RÉU DEVERIA ENTREGAR AO AUTOR UM APARELHO DE TELEFONE CELULAR DA MARCA LG MODELO KF 510. TODAVIA, INFORMA À FL. 53 QUE NÃO FOI POSSÍVEL PROMOVER A ENTREGA DO BEM, E QUE SERIA ENTREGUE UM MODELO DISTINTO (MARCA LG, MODELO KF 600) DO PREVISTO ACORDO.3- INTIMADO PARA SE MANIFESTAR ACERCA DO MODELO DE APARELHO CELULAR OFERECIDO À FL. 53, VALENDO O SILÊNCIO COMO AQUIESCÊNCIA, NÃO SE MANIFESTANDO O AUTOR. 4- ASSIM, INEXISTINDO PENDÊNCIAS, ARQUIVAR, OBSERVADAS AS FORMALIDADES NORMATIVAS PERTINENTES.".

6- EXPEDIENTES ESPECIAIS JEC Nº **017090012224**
REQUERENTE: GABRIEL GONÇALVES CARDOSO
REQUERIDO: MERCADO LIVRE. COM. ATIVIDADES DE INTERNET LTDA.
ADVOGADOS: DR. RODRIGO ZACCHE SCABELLO-OAB-ES. 9835
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA, TOMAR CIÊNCIA DA RESPEITÁVEL SENTENÇA DE FLS. 37: "...ANTE O EXPOSTO, HÁ QUE SE HOMOLOGAR O ACORDO ENTABULADO E, VIA REFLEXA, DECLARAR EXTINTO O PROCESSO NA FORMA DO ARTIGO 269,III, CPC, APLICADO SUBSIDIARIAMENTE...".

7- EXPEDIENTES ESPECIAIS JEC Nº **017090010749**
REQUERENTE: MARISE BRICKEWEDDE PAGANINI
REQUERIDO: AGÊNCIA DBANESTES DE DOMINGOS MARTINS
ADVOGADOS: DR. EMERSON ENDLICH ARARIPE MELO-OAB-ES. 8883-DR. RENATO BONISENHA DE CARVALHO-OAB-ES. 6223
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA, TOMAR CIÊNCIA DA RESPEITÁVEL SENTENÇA DE FLS. 27: "...ANTE O EXPOSTO, HÁ QUE SE HOMOLOGAR O ACORDO ENTABULADO E, VIA REFLEXA, DECLARAR EXTINTO O PROCESSO NA FORMA DO ARTIGO 269,III, CPC, APLICADO SUBSIDIARIAMENTE...".

8- COBRANÇA JEC Nº **017060017484**
REQUERENTE: MARTA RITA GRECCO MARIANO
REQUERIDO: ROSINEI DAMM
ADVOGADOS: DR. AFFONSO DE MIRANDA PYLRO-OAB-ES. 112/A
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA, TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL. 34: "1- INCUMBE AO CREDOR APRESENTAR O DEMONSTRATIVO ATUALIZADO DE DÉBITO (ART. 614,II,CPC).2- QUANTO AO ITEM 2 DO REQUERIMENTO DE FL. 32, VÊ-SE QUE OS BENS MÓVEIS DESCRITOS NA CERTIDÃO DE FL. 27-V, NÃO SÃO PASSÍVEIS DE PENHORA, CONFORME PREVISTO NO ART. 649,II,CPC, INDEFIRO, POIS, O REQUERIMENTO DE FL. 32.3- INTIMAR, POIS O EXEQUENTE, PARA, EM CINCO DIAS, APRESENTAR PLANILHA DE DÉBITO ATUALIZADO, DEVENDO AINDA, NESSE MESMO PRAZO, INDICAR OUTROS BENS PASSÍVEIS DE PENHORA, CONFORME PREVISTO NO ART. 649,II,CPC, INDEFIRO, POIS, O REQUERIMENTO DE FL. 32.3-INTIMAR, POIS, O EXEQUENTE, PARA, EM CINCO DIAS, APRESENTAR PLANILHA DE DÉBITO ATUALIZADO, DEVENDO AINDA, NESSE MESMO PRAZO, INDICAR OUTROS BENS PASSÍVEIS DE PENHORA NO PATRIMÔNIO DO EXECUTADO, PODENDO, INCLUSIVE, SE ASSIM PRETENDER, REQUERER O BLOQUEIO DE VALORES PORVENTURA DEPOSITADOS EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM NOME DO DEVEDOR (BACENJUD)..."

9- INDENIZATÓRIA JEC Nº **017090001110**
REQUERENTE: IZIDORO NEITZKE
REQUERIDO: ARTHUR LIEBMANN
ADVOGADOS: DR. VINÍCIUS JOSÉ LOPES COUTINHO-OAB-ES.4944
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA, TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL. 46: " ...2- AS PARTES CELEBRARAM ACORDO (FL.31) PREVENDO QUE AS VALETAS FEITAS NA ESTRADA SERIAM TAMPADAS PELO RÉU. AO AUTOR, POR SUA VEZ, CABERIA CONSTRUIR SARJETAS NO TERRENO, BEM COMO EFETUAR O PAGAMENTO AO RÉU DA QUANTIA DE R$450,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).**3-** FICOU AINDA PACTUADO QUE EMBORA PUDESSEM SER COLOCADAS TRONQUEIRAS, A ESTRADA NÃO SERIA FECHADA, SENDO PERMITIDA A PASSAGEM POR AMBAS AS PARTES.**4-** ASSIM, AO QUE PARECE, PELAS FOTOS JUNTADAS ÀS FLS. 38/40, O RÉU CUMPRIU A SUA PARTE NO ACORDO CELEBRADO 31, TAMPANDO AS VALETAS. POR SUA VEZ, AS FOTOS JUNTADAS ÀS FLS. 42/43 INDICAM QUE NÃO HOUVE O CUMPRIMENTO POR PARTE DO AUTOR. **5-** ASSIM, INTIMAR O AUTOR PARA MANIFESTAR-SE ACERCA DA PETIÇÃO E DOCUMENTOS DE FLS. 34/43.

10- INDENIZATÓRIA JEC Nº **017070013358**
REQUERENTE: BÁRBARA EWALD DE LACERDA
REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO S.A
ADVOGADOS: DR. JOSÉ BORGES TEIXEIRA-OAB-ES. 13.414
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA, TOMAR CIÊNCIA DA RESPEITÁVEL SENTENÇA DE FLS.109/110: "...ANTE AO EXPOSTO, DECLARO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO DEDUZIDA NA INICIAL, NA FORMA DO ART. 269, INCISO I, CPC, APLICADO SUBSIDIARIAMENTE...".

11- EXPEDIENTES ESPECIAIS JEC Nº **017090015524**
REQUERENTE: J.E.DUBBERSTEIN LTDA-ME
REQUERIDO: MARTINS COMÉRICO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S.A
ADVOGADOS: DR. GUSTAVO GIUBERTI LARANJA-OAB-ES. 10.619
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 04/11/2009, ÀS 16H30MIN**, DEVENDO AS PARTES APRESENTAREM AS PROVAS QUE ENTENDEREM PERTINENTES, INCLUSIVE A TESTEMUNHAL, EM NÚMERO MÁXIMO DE TRÊS...".

12- INDENIZATÓRIA JEC Nº **017080014107**
REQUERENTE: ANTÔNIO CARLOS KOHLER-ME E OUTRO
REQUERIDO: COMERCIAL RIZK DE MOTOCICLETAS LTDA.
ADVOGADOS: DRª MARIANA WEIGERT DE AZEVEDO-OAB-ES. 14.163- FABIANO LOPES FERREIRA-OAB-ES. 11.151-DR. RODRIGO CAMPANA TRISTÃO-OAB-ES. 9.445
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA TOMAR CIÊNCIA DA RESPEITÁVEL DECISÃO DE FLS. 73/74: "...6- TEM-SE, ENTÃO, QUE INEXISTE QUALQUER CONTRADIÇÃO NA SENTENÇA, ASSUMINDO OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OBJETIVO MANIFESTAMENTE PROCRASTINATÓRIO. DESSA FORMA IMPÕE-SE A APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, CPC, APLICADO SUBSIDIARIAMENTE.7- ASSIM, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E RECONHECENDO SEU CARÁTER MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO, CONDENO O EMBARGANTE AO PAGAMENTO DE MULTA EQUIVALENTE A 1%(UM POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA, NA FORMA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO...".

13- INDENIZATÓRIA JEC Nº **017080016573**
REQUERENTE: LETÍCIA FISCHER
REQUERIDO: TELEST CELULAR S.A- VIVO
ADVOGADOS: DR.VALMIR SILVA COUTINHO GOMES-OAB-ES. 7556
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL.176: ANTE OS EFEITOS INFRINGENTES OBJETIVADOS EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, IMPÕE-SE OPORTUNIZAR A MANIFESTAÇÃO DA AUTORA, EM CINCO DIAS".

14- INDENIZATÓRIA JEC Nº **017080016425**
REQUERENTE: FABIANO JOSÉ GILLES
REQUERIDO: LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA.
ADVOGADOS: DR.VINÍCIUS JOSÉ LOPES COUTINHO-OAB-ES.4944
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL.74: 1- NÃO OBSTANTE TENHA SIDO JUNTADA POSTERIORMENTE, A PETIÇÃO DE FLS. 68/71 É CRONOLOGICAMENTE ANTERIOR AO ACORDO DE FLS. 65/66. ALIÁS, AO FINAL DESSE ACORDO, HÁ INCLUSIVE O PEDIDO DE QUE SEJA DESCONSIDERADA A PETIÇÃO À EXECUÇÃO. 2-ASSIM, ANTE OS TERMOS DANDO CONTA DO CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO (FL. 65/66), IMPÕE-SE O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, OBSERVADAS AS FORMALIDADES NORMATIVAS PERTINENTES.

15- INDENIZATÓRIA JEC Nº **017090016662**
REQUERENTE: WILSON ANTÔNIO DA SILVA
REQUERIDO: SÃO GERALDO S.A
ADVOGADOS: DR. VALMIR SILVA COUTINHO GOMES-OAB-ES. 7556
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 11/11/2009, ÀS 15H**.

16- DECLARATÓRIA JEC Nº **017090011150**
REQUERENTE: LUIZ GUILHERME GUIMARÃES COELHO
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A E OUTRO.
ADVOGADOS: DR. VALMIR SILVA COUTINHO GOMES-OAB-ES. 7556
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA, EM DEZ DIAS, MANIFESTAR-SE SOBRE PETIÇÃO E DOCUMENTOS JUNTADOS ÀS FLS. 133/160.

17- INDENIZATÓRIA JEC Nº **017090003181**
REQUERENTE: RENATA AFONSO DE OLIVEIRA
REQUERIDO: TIM CELULAR.
ADVOGADOS: DR. FÁBIO ALEXANDRE FARIA CERUTTI-OAB-ES. 9.294-DR. FERNANDO PEREIRA MOZINE-OAB-ES.13.402-DR. JOAQUIM GONÇALVES SERPA-OAB-ES.
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS PARA, TOMAREM CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL.67: **1-** EXPEDIR ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DO DEPÓSITO DE FL. 59, CONFORME JÁ DETERMINADO À FL. 61.**2-** QUANTO AO REQUERIMENTO DE FLS. 62/64, VÊ-SE QUE O ACORDO CELEBRADO À FL. 48 PREVÊ QUE O PAGAMENTO DEVERIA TER SIDO FEITO ATÉ O DIA 25/05/2009. NO ENTANTO, O CUMPRIMENTO SOMENTE OCORREU EM 08/06/2009. ASSIM, DEVE A RÉ ARCAR COM O PAGAMENTO DA MULTA REFERIDA ÀS FLS. 62/64.**3-** INTIAMR, POIS, A RÉ PARA, NO PRAZO DE CINCO DIAS, PROMOVER O PAGAMENTO DO VALOR REFERIDO À FL. 65, SOB PENA DE PENHORA DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTA BANCÁRIA (BACENJUD)".

18- EXPEDIENTES ESPECIAIS JEC Nº **017070013382**
REQUERENTE: JOELSON MEIRELES MORAES DA LUZ
REQUERIDO: ESCELSA ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
ADVOGADOS: DR.VINÍCIUS JOSÉ LOPES COUTINHO-OAB-ES.4944
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA TOMAR CIÊNCIA DO **DESPACHO DE FL.117**: 1- EXPEDIR ALVARÁ PARA LIBERAÇÃO DO VALOR DEPOSITADO À FL. 115.2- APÓS, MANIFESTE-SE O AUTOR.

19- ORDINÁRIA JEC Nº **017050004138**
REQUERENTE: IVAN OLIMPIO DE SANTANA
REQUERIDO: KABANAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. E OUTRO.
ADVOGADOS: DR. EMERSON ENDLICH ARARIPE MELO-OAB-ES. 8883-DRª DORALICE DA SILVA-OAB-ES. 7.797-DR. LOURIVAL COSTA NETO-OAB-ES.7240-CÉZAR JULIANO CURTO XAVIER-OAB-ES. 3.996-GRAZIELA MOZELI MACHADO-OAB-ES. 13.443
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS PARA, TOMAREM CIÊNCIA DA RESPEITÁVEL SENTENÇA DE FLS.276: "...ANTE AO EXPOSTO, IMPÕE-SE EXTINGUIR O PROCESSO NA FORMA DO ART. 267,VI DO CPC, APLICADO SUBSIDIARIAMENTE, E, POR CONSEQUÊNCIA, DESCONSTITUIR A PENHORA DE FL. 115. SEM CUSTAS OU HONORÁRIOS...".

DOMINGOS MARTINS, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

ROMÉRIO GERHARDT BORTULINI
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA
COMARCA DE DOMINGOS MARTINS

LISTA Nº . 029/2009

JUIZ DE DIREITO: DR. JEFFERSON ANTÔNIO RODRIGUES BERNARDO
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: ROMÉRIO GERHARDT BORTULINI

1- AÇÃO DE COBRANÇA Nº 017.07001922-3
REQUERENTE: AGUINALDO RIOS RANGEL E SUA ESPOSA
REQUERIDO: LÚCIA MAYER ROCHA
ADVOGADOS: DRS. AFFONSO DE MIRANDA PYLRO E ADEMAR JOSÉ DA SILVA
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS PARA AUDIÊNCIA PRELIMINAR PARA O **DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 15 HORAS.**

2- AÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA Nº 017.05.000700-8
REQUERENTE: PAULA CESAR DA SILVA FERNANDES
REQUERIDO: ANA CANAL
ADVOGADO: DR. VINICIUS JOSÉ LOPES COUTINHO E FÁBIO ANDRÉ PIRCHINER TÔRRES
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 162 QUE REDESIGNOU AUDIÊNCIA PARA O **DIA 19 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15HORAS E 30MINUTOS**

3- AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA Nº 017.03.000563-5
REQUERENTE: DARCILA TESCH BUFE E OUTROS
REQUERIDO: ARTHUR CARLOS BUGE E OUTROS
ADVOGADOS: DRS. VINÍCIUS JOSÉ LOPES COUTINHO E JERIZE TERCIANO ALMEIDA
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DA DECISÃO DE FLS. 413/414 DOS AUTOS.

4- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM ACIDENTE DE VEÍCULO Nº 017.07.000255-9
REQUERENTE: PEDRO POSSE
REQUERIDO: IVANDRO EDUARDO TRARBACH
ADVOGADOS: DRS. GETULIO LUSTOSA CABNELINO, VLADEMIR GADIOLI, LILIAN BELISÁRIO DOS SANTOS, MARIA PONTINI, JOÃO ÂNGELO BELISÁRIO E AFONSO DE MIRANDA PYLRO.
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 51, QUE DETERMINOU O RETORNO DOS AUTOS AO ARQUIVO

5- EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 017.08.001211-9
EMBARGANTE: WALTER ALBERTO KEMPIN
EMBARGADO: ELIEZER ANTÔNIO LOREZONI
ADVOGADO: DRS. VINÍCIUS JOSÉ LOPES COUTINHO E GUSTAVO GIUBERTI LARANJA
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DA RESPEITÁVEL SENTENÇA DE FLS. 17/18M, QUE DECLAROU IMPROCEDENTE OS EMBARGOS.

6- AÇÃO MONITÓRIA Nº 017.02.001224-5
REQUERENTE: BANESTES S/A
REQUERIDO: JEFFERSON HAND
ADVOGADO: DR. MARCOS FERREIRA DIAS
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 106, A SEGUIR DESCRITO: A ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO, NO CASO, É FEITA COM A SIMPLES APLICAÇÃO DA TABELA DE CÁLCULO PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, ENCONTRADA NO SITE WWW.CGJ.ES.GOV.BR, OBTENDO-SE O VALOR DA PLANILHA ORA

JUNTADA; 2- FOI DETERMINADO O BLOQUEIO DE VALORES JUNTO AO SISTEMA BACENJUD, NÃO OBTENDO ÊXITO, CONFORME CONSTA DA INFORMAÇÕES EM ANEXO; 3- INTIMAR O EXEQUENTE PARA EM, 10(DEZ) DIAS, PROMOVER OS ATOS E DILIGÊNCIAS QUE LHE COMPETE.

7- AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 017.09.000307-4
REQUERENTE: BANCO ITAULEASING S/A
REQUERIDO: ANTONINHO MARTINES SANT'ANA
ADVOGADO: DR. NELSON PASCHOALOTTO
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 29 QUE SUSPENDEU I CURSO DO PROCESSO PELO PRAZO DE QUINZE(15) DIAS, CONFORME REQUERIMENTO À FL. 27.

8- AÇÃO ORDINÁRIA Nº 017.09.001521-9
REQUERENTE: SOLANGE FILETE BARBOZA
REQUERIDA: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO: DR. ROBSON FORTES BORTOLINI
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 149, BEM COMO PARA, EM DEZ(10) DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS ALÉM DAS JÁ PRESENTES NOS AUTOS.

9- MANDADO DE SEGURANÇA Nº 017.09.000640-0
IMPETRANTE: HOSPIDROGAS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
AUTORIDADE COATORA: PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE D. MARTINS
ADVOGADO: DR. LUIZ CARLOS BARROS DE CASTRO
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA RESPEITÁVEL SENTENÇA DE FLS. 197/197

10- AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 017.07.001367-1
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADO: JOHNY DAVID BUECKER MANZOLI E OUTRO
ADVOGADO: DR. JOSÉ VICENTE GONÇALVES FILHO
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO ITEM "02" DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 46, A SEGUIR DESCRITO: DECORRIDO O PRAZO ACIMA, INEXISTINDO MANIFESTAÇÃO, INTIMAR EXEQUENTE, PARA, EM DEZ DIAS, DEMONSTRAR INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

11- AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 017.03.000090-9
EXEQUENTE: ROMEU LUIZ STEIN
EXECUTADO: EMÍLIO JOSÉ STEIN
ADVOGADO: DR. EMERSON ENDLICH ARARIPE MELO E JERIZE TERCIANO ALMEIDA
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO ITEM "03" DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 97, A SEGUIR DESCRITO...3- DECORRIDO O PRAZO ACIMA(90DIAS), INTIMAR EXQUENTES, POR SEU ADVOGADO PARA, EM DEZ DIAS, MANIFESTAR-SE.

12- EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - JEC Nº 017.09.000670-5
REQUERENTE: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES CFC AB VICENTE LTDA. - ME
REQUERIDO: PAULO DA SILVA
ADVOGADO: DR. JOÃO BATISTA PAVESI PAES
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 24 A SEGUIR DESCRITO: 1- SUSPENDO O CURSO DO PROCESSO PRINCIPAL (ART. 306, CPC). CERTIFICAR. 2- INTIMAR AUTOR/EXCEPTO PARA, EM DEZ(10) DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA E DOCUMENTOS DE FLS. 02/17.

13- ADJUDICAÇÃO Nº 017.07.0020765-0
REQUERENTE: JOSÉ ALVES NETO
REQUERENTE: AVANI GRECCO LORENZONI
ADVOGADO: DR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 39, BEM COMO PARA, EM CINCO(05) DIAS, INFORMAR SE SEU CONSTITUINTE MUDOU DE ENDEREÇO.

14- AÇÃO ORDINÁRIA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA Nº 017.08.002029-4
REQUERENTE: MARILZA PANSINI MAZOCCO
REQUERIDO: UNIMED SUL CAPIXABA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADA: DRª KAMILA NUNES DE ALMEIDA
INTIMAÇÃO DA ADVOGADA PARA, EM CINCO(05) DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA PETIÇÃO E DOCUMENTOS DE FLS. 110/111.

15- AÇÃO DE EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 017.08.002041-9
EXEQUENTE: ITABIRA AGRO INDÚSTRIA S/A
EXECUTADO: COMERCIAL LEITE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME
ADVOGADO: DR. EDUARDO TADEU HENRIQUES AZEVEDO
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 37, A SEGUIR DESCRITO: AO EXEQUENTE.

16- AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANOS Nº 017.07.002045-2
REQUERENTE: WALDEMIRO FRANCISCO STEIN E OUTRO
REQUERIDO: SÉRGIO ROBERTO HELMER E OUTRO
ADVOGADO: DR. LUCIANO NASSER REZENDE
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 224, A SEGUIR DESCRITO: 1- A CARTA PRECATÓRIA COM A CITAÇÃO DO RÉU FOI JUNTADA EM 18/06/2009 E O RÉU NÃO APRESENTOU RESPOSTA, CONSOANTE CERTIDÃO DE FLS. 233. NÃO OBSTANTE, "VISTAS" POR CINCO DIAS, CONFORME REQUERIDO À FL. 220.

17- AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER Nº 017.09.000713-3
REQUERENTE: JOSÉ LAURENTINO JARETTA E OUTRO
REQUERIDO: EDSON FLORIANO LUBE E OUTRO
ADVOGADO: DR. RICARDO TADEU RIZZO BICALHO
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA, EM DEZ(10) DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS DE FLS. 41/70.

18- AÇÃO DE DEPÓSITO Nº 017.08.000593-1
REQUERENTE: BANCO ITAU S/A
REQUERIDO: ALEXANDRE CRUZ SANTOS
ADVOGADA: DRª INDIARA CÂNDIDO VENTURIM
INTIMAÇÃO DA ADVOGADA PARA, EM DEZ(10) DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA CERTIDÃO DE FL. 44-V, REQUERENDO O QUE ENTENDER DE PERTINENTE.

19 - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 017.08.001322-4
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL SERRANA DO ES
EXECUTADO: SEBASTIÃO BATISTA GALVANI E OUTROS
ADVOGADA: DRª MÔNICA DE SÁ VIANA REZENDE
INTIMAÇÃO DA ADVOGADA PARA, EM DEZ(10) DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA CERTIDÃO DE FL. 66-V, AUTO DE PENHORA DE FL. 67 E CERTIDÃO DE FL. 69, REQUERENDO O QUE ENTENDER PERTINENTE.

20- ALVARÁ JUDICIAL Nº 017.06.000441-7
REQUERENTE: REGINA CÉLIA LOYOLA ALMEIDA
REQUERIDO: ESTE JUÍZO
ADVOGADO: DR. IZAEL DE MELLO REZENDE
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 70, A SEGUIR DESCRITO: 1- COM RAZÃO O MINISTÉRIO PÚBLICO(FL. 68), POIS SE O IMÓVEL QUE PRETENDIA A REQUERENTE ADQUIRI JÁ FOI VENDIDO PARA OUTRA PESSOA, NÃO HÁ, EM PRINCIPIO, JUSTIFICATIVA PARA LIBERAÇÃO DOS VALORES PERTENCENTES A SEUS FILHOS MENORES. 2- MANIFESTE-SE, POIS, A REQUERENTE, EM DEZ(10) DIAS, JUSTIFICADAMENTE, ACERCA DO INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO. 3- QUANTO AO REQUERIMENTO EXPOSTO À FL. 65, 2º PARÁGRAFO, JÁ FOI EXPEDIDO, NOS AUTOS 017.06.000442-5(EM APENSO), ALVARÁ EM. FAVOR DE DAIANI LOYOLA DE ALMEIDA, HAVENDO, LÁ, PENDÊNCIA APENAS QUANTO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS REMANESCENTES

21- AÇÃO INDENIZATÓRIA Nº 017.08.000714-3
REQUERENTE: ALEXSANDRO MARTINS

REQUEREIDO: SÉRGIO HELMER E OUTROS
ADVOGADO: DR. LUCIANO NASSER REZENDE
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 256, A SEGUIR DESCRITO: VISTAS AO RÉU, NOS TERMOS DO REQUERIMENTO DE FLS. 198.

22- AÇÃO DE COBRANÇA Nº 017.03.000388-7
REQUERENTE: IPASDM
REQUERIDO: HUGO MINORU EMILIANO OIKO
ADVOGADO: DR. EMERSON ENDLICH ARARIPE MELO
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 243, BEM COMO PARA EM QUINZE(15) DIAS, APRESENTAR CONTRA-RAZÕES DE APELAÇÃO.

23- AÇÃO DE COBRANÇA Nº 017.05.000167-0
REQUERENTE: NIOBEM FRANCISCO SIMMER
REQUERIDO: RUBENS CLEITON MARIANO
ADVOGADA: DRª ANA MARIA DA ROCHA CARVALHO
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 111, BEM COMO PARA, EM QUINZE(15) DIAS, APRESENTAR CONTRA-RAZÕES DE APELAÇÃO.

24- AÇÃO DE COBRANÇA Nº 017.05.000994-7
REQUERENTE: DARCY RAASCH
REQUERIDO: BANESTES SEGUROS S/A
ADVOGADO: DR. ANTÔNIO SÉRGIO VALLE DOS SANTOS
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 239, A SEGUIR DESCRITO: SOBRE A CERTIDÃO DE FLS. 237, OPORTUNIZAR MANIFESTAÇÃO AO AUTOR EM CINCO(05) DIAS.

25- AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 017.03.001870-3
REQUERENTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
REQUERIDO: LAUDINEI MOREAU DE SOUZA
ADVOGADO: DR. VALMIR SILVA COUTINHO GOMES
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 166, BEM COMO PARA, EM QUINZE(15) DIAS, APRESENTAR CONTRA-RAZÕES DE APELAÇÃO.

26- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 017.03.000711-0
REQUERENTE: ROGÉRIA DUARTE E OUTROS
REQUERIDA: VALTIM DOMINGOS DE SANTANA
ADVOGADOS: DRS. DENNIS SERRÃO ARAUJO MONTEIRO DE CASTRO, MARIA JOSÉ MACHADO MEDINA E FLÁVIA AQUINO DOS SANTOS
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DA DECISÃO DE FLS. 732/734, DEVENDO O EXEQUENTE INFORMAR O Nº DA DE CONTA PARA DEPÓSITO DA PENSÃO MENSAL, E, SE DESEJAR, ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DA CARTA PRECATÓRIA NA COMARCA DE CARIACICA/ES.

27- AÇÃO INDENIZATÓRIA Nº 017.0-8.002122-7
REQUERENTE: WELLINGTON EWALD JASTROW
REQUERIDO: ROBERTO MAIA DA SILVA
ADVOGADO: DR. JACQUES JAMES RONACHER PASSOS JÚNIOR
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 78 QUE DEFERIU O REQUERIMENTO DE FLS. 73/76 E REDESIGNOU A AUDIÊNCIA PRELIMINAR PARA O **DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 15HORAS E 30MINUTOS.**

28- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 017.06.001166-9
REQUERENTE: VENAZIO EWALD
REQUERIDO: BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADOS: DRS. BERILO BASÍLIO DOS SANTOS NETO, ANDRÉ SILVA ARAÚJO E RAFAEL ALVES ROSELLI
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 133, BEM COMO PARA, EM QUINZE(15) DIAS, APRESENTAREM CONTRA-RAZÕES DE APELAÇÃO.

29- AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 017.03.000838-1
EXEQUENTE: BANESTES S/A
EXECUTADO: AMARILDO TARGUETA E OUTROS
ADVOGADO: DR. MARCOS FERREIRA DIAS
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 158, A SEGUIR DESCRITO: 1-OFICIAR AO DETRAN/ES CONFORME REQUERIDO ÀS FLS. 141/143. 2- PROCEDER A PENHORA DOS BENS INDICIADOS PELO EXEQUENTE (FLS.141/156). 3- NÃO OBSTANTE, PODERÁ O AUTOR, SE ASSIM DESEJAR, REQUERER O BLOQUEIO DE VALORES PELO SISTEMA BACENJUD, O QUE ATÉ AGORA NÃO FEZ.

30- AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA Nº 017.08.001045-1
REQUERENTE: SÃO PEDRO ENERGIA S/A
REQUERIDOS: JOSÉ EDUARDO KLEIN E OUTRO
ADVOGADOS: DRS. VALMIR SILVA COUTINHO GOMES E EMERSON ENDLICH ARARIPE MELO
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RESPEITÁVEL DESPACHO DE FLS. 114.

DOMINGOS MARTINS/ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009

ROMÉRIO GERHARDT BORTULINI
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

COMARCA DE ECOPORANGA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO COMARCA DE ECOPORANGA

EDITAL DE CITAÇÃO

O EXMº.SR. DR. JURACYJOSÉ DA SILVA, MM. JUIZ DE DIREITO DA 1º VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ECOPORANGA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER, A QUEM O PRESENTE EDITAL, INTERESSAR POSSA, OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM**,** ATRAVÉS DO PRESENTE EDITAL DE CITAÇÃO**,** EXTRAÍDO DOS AUTOS DA AÇÃO DE **RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTAVÉL** Nº **019070013313,** EM QUE FIGURA COMO REQUERENTE **NALIA FERREIRA DOS SANTOS,** E COMO REQUERIDO **GEDEONI BALBINO VIEIRA,** EM TRAMITAÇÃO POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO, AI SENDO, PROCEDA A CITAÇÃO DE: 01)- GEDEONI BALBINO VIEIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, FUNCIONÁRIO DO RAMO DE EXPLORAÇÃO DE GRANITOS, ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, FICANDO A MESMA CITADA, DE TODOS OS TERMOS DA PRESENTE AÇÃO E DOS DEMAIS ATOS PRATICADOS ATÉ A PRESENTE DATA NOS AUTOS RETRO MENCIONADOS, PODENDO CONTESTA-LA**,** QUERENDO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, FICANDO CIENTES, QUE SE NÃO APRESENTAREM CONTESTAÇÃO DENTRO DO PRAZO, OS FATOS ARTICULADOS PELOS AUTORES NA PEÇA VESTIBULAR PRESUMIRÃO COMO VERDADEIROS DEVENDO OS MESMOS CONTESTAR A PRESENTE AÇÃO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI DIGITADO O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ECOPORANGA-ES., 17 DE AGOSTO DE 2009.

KLEBERSON LEANDRO DA SILVA
ESCRIVÃO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO COMARCA DE ECOPORANGA

EDITAL DE CITAÇÃO

O EXMº.SR. DR. JURACYJOSÉ DA SILVA, MM. JUIZ DE DIREITO DA 1º VARA DE FAMÍLIA DA

COMARCA DE ECOPORANGA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER, A QUEM O PRESENTE EDITAL, INTERESSAR POSSA, OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM**,** ATRAVÉS DO PRESENTE EDITAL DE CITAÇÃO**,** EXTRAÍDO DOS AUTOS DA AÇÃO DE **GUARDA E RESPONSABILIDADE** Nº **019060008471,** EM QUE FIGURA COMO REQUERENTE **MARIA ISMÉRIA DE SOUZA E SEU ESPOSO ILTOM RODRIGUES DE SOUZA,** E COMO REQUERIDO **JUVENAL DE SOUZA E DEARLI DE ANDRADE SOUZA,** EM TRAMITAÇÃO POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO, AI SENDO, PROCEDA A CITAÇÃO DE: 01)- DEARLI DE ANDRADE SOUZA, BRASILEIRA, SEPARADA JUDICIALMENTE, DO LAR, ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, FICANDO A MESMA CITADA, DE TODOS OS TERMOS DA PRESENTE AÇÃO E DOS DEMAIS ATOS PRATICADOS ATÉ A PRESENTE DATA NOS AUTOS RETRO MENCIONADOS, PODENDO CONTESTA-LA**,** QUERENDO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, FICANDO CIENTES, QUE SE NÃO APRESENTAREM CONTESTAÇÃO DENTRO DO PRAZO, OS FATOS ARTICULADOS PELOS AUTORES NA PEÇA VESTIBULAR PRESUMIRÃO COMO VERDADEIROS DEVENDO OS MESMOS CONTESTAR A PRESENTE AÇÃO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI DIGITADO O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ECOPORANGA-ES., 17 DE AGOSTO DE 2009.

KLEBERSON LEANDRO DA SILVA
ESCRIVÃO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO COMARCA DE ECOPORANGA

EDITAL DE CITAÇÃO

O EXMº.SR. DR. JURACYJOSÉ DA SILVA, MM. JUIZ DE DIREITO DA 1º VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ECOPORANGA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER, A QUEM O PRESENTE EDITAL, INTERESSAR POSSA, OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM**,** ATRAVÉS DO PRESENTE EDITAL DE CITAÇÃO**,** EXTRAÍDO DOS AUTOS DA AÇÃO DE **DIVÓRCIO VIA EDITAL** Nº **019090003351,** EM QUE FIGURA COMO REQUERENTE **AGRIVINO RODRIGUES DOS SANTOS,** E COMO REQUERIDO **MARIA DE JESUS RODRIGUES DOS SANTOS,** EM TRAMITAÇÃO POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO, AI SENDO, PROCEDA A CITAÇÃO DE: 01)- MARIA DE JESUS RODRIGUES DOS SANTOS, BRASILEIRA, DOMÉSTICA, RESIDENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, FICANDO A MESMA CITADA, DE TODOS OS TERMOS DA PRESENTE AÇÃO E DOS DEMAIS ATOS PRATICADOS ATÉ A PRESENTE DATA NOS AUTOS RETRO MENCIONADOS, PODENDO CONTESTA-LA**,** QUERENDO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, FICANDO CIENTES, QUE SE NÃO APRESENTAREM CONTESTAÇÃO DENTRO DO PRAZO, OS FATOS ARTICULADOS PELOS AUTORES NA PEÇA VESTIBULAR PRESUMIRÃO COMO VERDADEIROS DEVENDO OS MESMOS CONTESTAR A PRESENTE AÇÃO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI DIGITADO O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ECOPORANGA-ES., 17 DE AGOSTO DE 2009.

KLEBERSON LEANDRO DA SILVA
ESCRIVÃO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO COMARCA DE ECOPORANGA

EDITAL DE CITAÇÃO

O EXMº.SR. DR. JURACYJOSÉ DA SILVA, MM. JUIZ DE DIREITO DA 1º VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ECOPORANGA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER, A QUEM O PRESENTE EDITAL, INTERESSAR POSSA, OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, ATRAVÉS DO PRESENTE EDITAL DE CITAÇÃO**,** EXTRAÍDO DOS AUTOS DA AÇÃO DE **GUARDA E RESPONSABILIDADE** Nº **019040010449,** EM QUE FIGURA COMO REQUERENTE **JOSÉ FRANCISCO SANTOS,** E COMO REQUERIDO **DANIELI DE SOUZA SANTOS,** EM TRAMITAÇÃO POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO, AI SENDO, PROCEDA A CITAÇÃO DE: 01)- **ELIETE SOUZA SANTOS**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, RESIDENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, FICANDO A MESMA CITADA, DE TODOS OS TERMOS DA PRESENTE AÇÃO E DOS DEMAIS ATOS PRATICADOS ATÉ A PRESENTE DATA NOS AUTOS RETRO MENCIONADOS, PODENDO CONTESTA-LA**,** QUERENDO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, FICANDO CIENTES, QUE SE NÃO APRESENTAREM CONTESTAÇÃO DENTRO DO PRAZO, OS FATOS ARTICULADOS PELOS AUTORES NA PEÇA VESTIBULAR PRESUMIRÃO COMO VERDADEIROS DEVENDO OS MESMOS CONTESTAR A PRESENTE AÇÃO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI DIGITADO O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ECOPORANGA-ES., 17 DE AGOSTO DE 2009.

KLEBERSON LEANDRO DA SILVA
ESCRIVÃO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO COMARCA DE ECOPORANGA

EDITAL DE CITAÇÃO

O EXMº.SR. DR. JURACYJOSÉ DA SILVA, MM. JUIZ DE DIREITO DA 1º VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ECOPORANGA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER, A QUEM O PRESENTE EDITAL, INTERESSAR POSSA, OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM**,** ATRAVÉS DO PRESENTE EDITAL DE CITAÇÃO**,** EXTRAÍDO DOS AUTOS DA **AÇÃO DE GUARDA E RESPONSABILIDADE Nº 019070002282,** EM QUE FIGURA COMO REQUERENTE **ALDAIR JOSÉ DE OLIVEIRA GOMES,** E COMO REQUERIDO **JOSILDA DE OLIVEIRA SILVA,** EM TRAMITAÇÃO POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO, AI SENDO, PROCEDA A CITAÇÃO DE: 01)- JOSILDA DE OLIVEIRA SILVA, BRASILEIRA, RESIDENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, FICANDO A MESMA CITADA, DE TODOS OS TERMOS DA PRESENTE AÇÃO E DOS DEMAIS ATOS PRATICADOS ATÉ A PRESENTE DATA NOS AUTOS RETRO MENCIONADOS, PODENDO CONTESTA-LA**,** QUERENDO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, FICANDO CIENTES, QUE SE NÃO APRESENTAREM CONTESTAÇÃO DENTRO DO PRAZO, OS FATOS ARTICULADOS PELOS AUTORES NA PEÇA VESTIBULAR PRESUMIRÃO COMO VERDADEIROS DEVENDO OS MESMOS CONTESTAR A PRESENTE AÇÃO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI DIGITADO O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ECOPORANGA-ES., 17 DE AGOSTO DE 2009.

KLEBERSON LEANDRO DA SILVA
ESCRIVÃO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO COMARCA DE ECOPORANGA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CUSTAS

O EXMº.SR. **DR. JURACY JOSÉ DA SILVA,** MM. JUIZ DE DIREITO DA 1º VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ECOPORANGA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER, A QUEM O PRESENTE EDITAL, INTERESSAR POSSA, OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM**,** ATRAVÉS DO PRESENTE EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PARA PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS**,** DOS **AUTOS DA AÇÃO DE ALIMENTOS Nº 019050001551,** EM QUE FIGURA COMO REQUERENTE **RAFAEL FREIRES BARROS E OUTROS,** E COMO REQUERIDO **ENIS DA SILVA BARROS,** EM TRAMITAÇÃO POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO, AI SENDO, PROCEDA A INTIMAÇÃO DE: 01)- ENIS DA SILVA BARROS, BRASILEIRO, CASADO, PENSIONISTA DO INSS, ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, FICANDO O MESMO INTIMADO, PARA QUE COMPAREÇA JUNTO AO CARTÓRIO DA CONTADORIA, E, EFETUE O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, NO VALOR DE R$ 372.11 (TREZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS, ONZE CENTAVOS), NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, CONTA DE CUSTAS Nº 908064769.

E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI DIGITADO O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ECOPORANGA-ES., 21 DE AGOSTO DE 2009.

KLEBERSON LEANDRO DA SILVA
ESCRIVÃO

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO COMARCA DE ECOPORANGA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CUSTAS

O EXMº.SR. **DR. JURACY JOSÉ DA SILVA,** MM. JUIZ DE DIREITO DA 1º VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ECOPORANGA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER, A QUEM O PRESENTE EDITAL, INTERESSAR POSSA, OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, ATRAVÉS DO PRESENTE EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PARA PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS**,** DOS **AUTOS DA AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA** Nº **019070004650,** EM QUE FIGURA COMO REQUERENTE **ERLÂNIO JARDIM DA SILVA,** E COMO REQUERIDO **EUNICE PEREIRA DA SILVA SILVA,** EM TRAMITAÇÃO POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO, AI SENDO, PROCEDA A INTIMAÇÃO DE: 01)- ERLÂNIO JARDIM DA SILVA E SUA ESPOSA EUNICE PEREIRA DA SILVA SILVA, BRASILEIROS, SEPARADOS JUDICIALMENTE, MARTELETEIRO E DO LAR, ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, FICANDO O MESMO INTIMADO, PARA QUE COMPAREÇA JUNTO AO CARTÓRIO DA CONTADORIA, E, EFETUE O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, NO VALOR DE R$ 110.05 (CENTO E DEZ REAIS E CINCO CENTAVOS), NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, CONTA DE CUSTAS Nº 908093131.

E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI DIGITADO O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ECOPORANGA-ES., 21 DE AGOSTO DE 2009.

KLEBERSON LEANDRO DA SILVA
ESCRIVÃO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFICIO COMARCA DE ECOPORANGA

LISTA Nº **. 01/09**

JUIZ DE DIREITO: JURACY JOSÉ DA SILVA.
PROMOTOR DE JUSTIÇA: BRUNO SIMÕES NOYA DE OLIVEIRA.
CHEFE DE SECRETARIA: KLEBERSON LEANDRO DA SILVA

PROCESSO Nº 019080019003.
AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.
REQUERENTE**: W. F. M.**
ADVOGADO: **OTÍLIA TEÓFILO, OAB-MG** Nº **12.260.**
RQDO: J. M. J.
ADVOGADO: NÃO TEM.
INTIMO: A PATRONA DA PARTE REQUERENTE, ACIMA NOMINADA.
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 120, A SEGUIR TRANSCRITO: "... INTIME-SE O AUTOR, POR SUA ADVOGADA, PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FOLHAS 119, REQUERENDO-LHE O QUE LHE APROUVER NO PRAZO LEGAL. APÓS, ABRA-SE VISTA DOS AUTOS AO ILUSTRE REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO..."

PROCESSO Nº 019090002973
AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL
REQUERENTE: JULIENE GONÇALVES VIEIRA E OUTROS
ADVOGADO: FÁBIO MACHADO DA COSTA, OAB-ES Nº 9.704
RQDO**:** ESTE JUÍZO
ADVOGADO: NÃO TEM
INTIMO: O PATRONO DA PARTE REQUERENTE, ACIMA NOMINADA.
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DO R. SENTENÇA DE FLS. 33, A SEGUIR TRANSCRITA: "... DIANTE DO EXPOSTO, PREENCHIDO TODOS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS, DEFIRO O PEDIDO CONSTANTE NA INICIAL. EXPEÇA-SE, INCONTINENTE O COMPETENTE ALVARÁ JUDICIAL EM FAVOR DOS DAS REQUERENTES, CONFORME PEDIDO CONSTANTE NA INICIAL. APÓS, CUMPRIDAS TODAS AS FORMALIDADES LEGAIS, ARQUIVE-SE O PRESENTE CADERNO PROCESSUAL, DANDO-SE BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO DESTE JUÍZO. SEM CUSTAS..."

PROCESSO Nº 019070006440.
AÇÃO: ALIMENTOS.
REQUERENTE: P. C. O**.**
ADVOGADO: FÁBIO MACHADO DA COSTA, OAB-MG Nº **9.704.**
RQDO: J. N. O.
ADVOGADO: NÃO TEM.
INTIMO: O PATRONO DA PARTE REQUERENTE, ACIMA NOMINADO.
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 40, A SEGUIR TRANSCRITO: "... ABRA-SE VISTA DOS AUTOS AO ADVOGADO DO REQUERENTE, A FIM DE QUE O MESMO POSSA SE MANIFESTAR NOS AUTOS, REQUENDO-LHE O QUE LHE APROUVER NO PRAZO DE LEI..."

PROCESSO Nº 019070006424.
AÇÃO: ALIMENTOS.
REQUERENTE: R. P. G. E OUTROS
ADVOGADO: FÁBIO MACHADO DA COSTA, OAB-MG Nº 9.704.
RQDO: M. P. G.
ADVOGADO: NÃO TEM.
INTIMO: O PATRONO DA PARTE REQUERENTE, ACIMA NOMINADA.
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 38, A SEGUIR TRANSCRITO: "... INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, ATRAVÉS DE SEU PATRONO, MEDIANTE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA DESTE ESTADO, PARA PROMOVER A DEVIDA EXECUÇÃO, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO..."

PROCESSO Nº 019050008036.
AÇÃO: ALIMENTOS.
REQUERENTE: M.V.S.M.
ADVOGADO**: FÁBIO MACHADO DA COSTA, OAB-MG** Nº **9.704.**
RQDO: J.S.M.
ADVOGADO: NÃO TEM.
INTIMO: O PATRONO DA PARTE REQUERENTE, ACIMA NOMINADA.
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 89, A SEGUIR TRANSCRITO: "... INTIME-SE A PARTE AUTORA, ATRAVÉS DE SEU

PATRONO, PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FOLHAS 88, BEM COMO PARA REQUERER O QUE LHE APROUVER, NO PRAZO DE 10 DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO..."

PROCESSO Nº 019070000104.
AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS.
REQUERENTE: J. R. T. S.
ADVOGADO: FÁBIO MACHADO DA COSTA, OAB-MG Nº **9.704.**
RQDO**:** B. S. O. T.
ADVOGADO: NÃO TEM.
INTIMO: O PATRONO DA PARTE REQUERIDA, ACIMA NOMINADA.
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 99/101, A SEGUIR TRANSCRITO: "... POR TODO O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO PARA, MANTENDO O VALOR DA PENSÃO OUTRORA FIXADA, ESTABELECER QUE O PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO), INCIDA SOBRE OS VENCIMENTOS LÍQUIDOS DO REQUERIDO AUFERIDOS PELO REQUERENTE, INCLUSIVE 13º SALÁRIO, EXECULTADOS OS VALORES PERCEBIDOS A TÍTULO DE ESCALAS EXTRAS OU ESPECIAIS, AO TEMPO EM QUE JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO NA FORMA DO ART. 269, INCISO I DO CPC. SEM CUSTAS, TENDO EM VISTA QUE AMBAS PARTE AUTORA, ATRAVÉS DE SEU PATRONO, PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FOLHAS 88, BEM COMO PARA REQUERER O QUE LHE APROUVER, NO PRAZO DE 10 DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO..."

PROCESSO Nº 019070000104.
AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS.
REQUERENTE**:** J. R. T. S.
ADVOGADO: FÁBIO MACHADO DA COSTA, OAB-MG Nº **9.704.**
RQDO: B. S. O. T.
ADVOGADO: NÃO TEM.
INTIMO: O PATRONO DA PARTE REQUERIDA, ACIMA NOMINADA.
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 99/101, A SEGUIR TRANSCRITO: "... POR TODO O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO PARA, MANTENDO O VALOR DA PENSÃO OUTRORA FIXADA, ESTABELECER QUE O PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO), INCIDA SOBRE OS VENCIMENTOS LÍQUIDOS DO REQUERIDO AUFERIDOS PELO REQUERENTE, INCLUSIVE 13º SALÁRIO, EXECULTADOS OS VALORES PERCEBIDOS A TÍTULO DE ESCALAS EXTRAS OU ESPECIAIS, AO TEMPO EM QUE JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO NA FORMA DO ART. 269, INCISO I DO CPC. SEM CUSTAS, TENDO EM VISTA QUE AMBAS PARTE AUTORA, ATRAVÉS DE SEU PATRONO, PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FOLHAS 88, BEM COMO PARA REQUERER O QUE LHE APROUVER, NO PRAZO DE 10 DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO..."

ECOPORANGA-ES., 07 DE AGOSTO DE 2009.

KLEBERSON LEANDRO DA SILVA
ESCRIVÃO

COMARCA DE GUAÇUÍ

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO CARTÓRIO CRIMINAL
COMARCA DE GUAÇUÍ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 60 DIAS

AÇÃO PENAL N.º 020.09.000782-2
RÉU(S)**:** JUNIOR SILVANO LEAL E OUTRO
CARTÓRIO CRIMINAL

A **DR. AURICELIA OLIVEIRA DE LIMA**, JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE GUAÇUÍ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI ETC.

FAZ SABER AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO CRIMINAL SE PROCESSAM OS AUTOS DA **AÇÃO PENAL** EM EPÍGRAFE, NA QUAL O **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** MOVE A: **01. CRISLAINE MARIA DE SOUZA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, DO LAR, NATURAL DE GUAÇUI-ES, COM 22 ANOS DE IDADE, FILHA DE ZILDA MARIA DE SOUZA, RESIDENTE NA RUA PRINCIPE ZUMBI DOS PALMARES, 23, BAIRRO VALE DO SOL, GUAÇUI-ES, QUE SE ENCONTRA(M), ATUALMENTE, EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO DA JUSTIÇA. FICA(M) A(S) MESMA(S) PELO PRESENTE**, INTIMADA**(S) DOS TERMOS DA SENTENÇA PROLATADA ÀS FLS.76 DOS AUTOS ACIMA EPIGRAFADOS, QUE O(S) EXTINGUIU O PESENTE FEITO NOS MOLDES DO ART. 3º DO CPP, FICANDO CIENTE(S) DE QUE TERÁ(ÃO) 05 (CINCO) DIAS DE PRAZO, APÓS O DECURSO DOS 60 (SESSENTA) DIAS, PARA APRESENTAR-SE E RECORRER DA MESMA SENTENÇA.
E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS OS INTERESSADOS E NINGUÉM POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E AFIXADO NO ÁTRIO DO FÓRUM LOCAL.

DADO E PASSADO, NESTA CIDADE E COMARCA DE GUAÇUÍ-ES, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. EU, MARCELA MARCO DE SOUZA FERRAZ, ESCREVENTE, O DIGITEI. EU, ADRIANA MOULIN DE FARIA CARVALHO, CHEFE DE SECRETARIA, O CONFERI.

ADRIANA MOULIN DE FARIA CARVALHO
CHEFE DE SECRETARIA

-*********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO CARTÓRIO CRIMINAL
COMARCA DE GUAÇUÍ

LISTA DE INTIMAÇÕES AOS ADVOGADOS N.º 45/09

JUÍZA DE DIREITO: DRª AURICÉLIA OLIVEIRA DE LIMA.
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. GINO MARTINS BORGES BASTOS.
CHEFE DE SECRETARIA: ADRIANA MOULIN DE FARIA CARVALHO

01. DR. PINDARO BORGES ECCARD
AÇÃO PENAL Nº : 020.03.001543-0
RÉU: LUCIANO DA SILVA SANTOS
FINALIDADE: INTIMAR O NOBRE CAUSÍDICO DA 3ª SESSÃO PERIÓDICA DO TRIBUNAL DO JÚRI A SER REALIZADO **DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2009, AS 09:00 HORAS** E INTIMAR O NOBRE CAUSIDICO PARA APRESENTAR ROL DE TESTEMUNHAS DE DEFESA A SEREM OUVIDAS EM JUÍZO, ART. 422 DO CPP.

GUAÇUI-ES, 16 DE SETEMBRO DE 2009.

ADRIANA MOULIN DE FARIA CARVALHO
CHEFE DE SECRETARIA

COMARCA DE IBIRAÇU

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE IBIRAÇU - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

LISTA DE INTIMAÇÕES Nº 35/2009

JUIZ DE DIREITO: DR. GEDEON ROCHA LIMA JÚNIOR
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: JULMAR CRUZ DA FONSECA
ESCREVENTE JURAMENTADA: CÁSSIA MARIA VICENTE PEIXOTO

INTIMO:

1º) DR. DANÚBIO ROCHA DE OLIVEIRA - OAB/ES Nº 9166
DR. BERESFORD M. MOREIRA NETTO - OAB/ES Nº 8.737
PROC. Nº 022.08.000795-2 (5430) - AÇÃO CAUTELAR
REQUERENTE: JACKELINE DOS SANTOS TORETTA

REQUERIDO: B V FINANCEIRA S/A
FINALIDADE: DA REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO, A REALIZAR-SE NA SALA PRÓPRIA DO ANEXO II DO FÓRUM DE IBIRAÇU - ES, ÀS **16 H DO DIA 6/10/2009 (DEZESSEIS HORAS DO DIA SEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E NOVE),** CONFORME R. DESPACHO DE FLS. 110 DOS AUTOS. AS TESTEMUNHAS DEVERÃO COMPARECER INDEPENDENTE DE INTIMAÇÃO.

2º) DRª ALINE TERCI BAPTISTI - OAB/ES Nº 11.324
PROC. Nº 022.09.000561-6 (2616) JEC - AÇÃO INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: MARIA FÁTIMA QUARESMA
REQUERIDO: TIM CELULAR S/A
FINALIDADE: DO INTEIRO TEOR E PARA TODOS OS FINS DA R. SENTENÇA DE FLS. 12 DOS AUTOS DA AÇÃO INICIALMENTE MENCIONADA, QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL E CONDENOU A REQUERIDA AO PAGAMENTO DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS, DEVIDAMENTE ATUALIZADOS A PARTIR DA CITAÇÃO.

3º) DR. VINÍCIUS D'MORAES RIBEIRO - OAB/ES Nº 13.759
PROC. Nº 022.09.000747-1 (5.626)- AÇÃO REINTEGRATÓRIA
REQUERENTE: ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - ESCELSA
REQUERIDO: LUZIA MIRANDA DA SILVA DEMUNER
FINALIDADE: PARA EFETUAR O PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DE R$ 198,79 (CENTO E NOVENTA E OITO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS) REFERENTE ÀS CUSTAS PRÉVIAS, CUJAS GUIAS DEVERÃO SER EXTRAÍDAS PELO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA E PAGAS EM QUALQUER AGÊNCIA BANESTES, FICANDO CIENTE DE QUE NÃO É PRECISO TRAZER AS REFERIDAS GUIAS AO CARTÓRIO PARA COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO, O QUE O SISTEMA FARÁ AUTOMATICAMENTE.

4º) DR. PAULO OSCAR NEVES MACHADO - OAB/ES Nº 10.596
PROC. Nº 022.09.000739-8 (5.622)- AÇÃO REVISÃO CONTRATUAL
REQUERENTE: ELIANA MEDEIROS MODENESI
REQUERIDO: BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A
FINALIDADE: PARA EFETUAR O PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DE R$ 806,34 (OITOCENTOS E SEIS REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS) REFERENTE ÀS CUSTAS PRÉVIAS, CUJAS GUIAS DEVERÃO SER EXTRAÍDAS PELO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA E PAGAS EM QUALQUER AGÊNCIA BANESTES, FICANDO CIENTE DE QUE NÃO É PRECISO TRAZER AS REFERIDAS GUIAS AO CARTÓRIO PARA COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO, O QUE O SISTEMA FARÁ AUTOMATICAMENTE.

IBIRAÇU, 22 DE SETEMBRO DE 2.009

JULMAR CRUZ DA FONSECA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO CRIMINAL DA COMARCA DE IBIRAÇU

RUA JOÃO ALVES DA MOTTA JÚNIOR, 109 - CENTRO - CEP. 29670-000, TEL.. 3257-1395

JUIZ: DR.MARCO AURÉLIO SOARES PEREIRA

LISTA DE INTIMAÇÕES Nº 39/2009

INTIMO:

DR. ROBERTO CARLOS DA SILVA
AÇÃO PENAL Nº 022.09.000048-4
ACUSADO: MAURO GOMES
PARA: COMPARECER NESTE JUÍZO, O DIA 13/10/2009, ÀS 13H 30MIN, A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA.

DR. FRANCISCO G. M. APOLÔNIO COMETTI
AÇÃO PENAL Nº 022.08.000921-4
ACUSADO: JOSÉ CARLOS PESSENTI
PARA: COMPARECER NESTE JUÍZO, O **DIA 28/10/2009, ÀS 13H 30MIN**, A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

DR. GESIEL ALVES BARBOSA
AÇÃO PENAL Nº 022.06.000149-6
ACUSADOS: SIRLEIDE GOMES SOARES MOREIRA E OUTRO
PARA: APRESENTAR ASN ALEGAÇÕES FINAIS DOS ACUSADOS, NO PRAZO LEGAL.

IBIRAÇU-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009

HILDA CLARICE DE DEUS AMADO BARCELOS
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

COMARCA DE IÚNA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
COMARCA DE IÚNA
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

PROCESSO Nº 028.05.000185-9

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO - 20 (VINTE) DIAS

DILIGÊNCIA DO JUÍZO

O DR. RICARDO DE REZENDE BASILIO, MM, JUIZ DE DIREITO EM EXERCÍCIO NA ESCRIVANIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM, OU DELE NOTÍCIA E CONHECIMENTO TIVEREM, PRINCIPALMENTE A **DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTOS VIA LACTEA LTDA.**, QUE SE ENCONTRA EM LUGAR INCERTO E DESCONHECIDO, QUE POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO RESPECTIVO TEM CURSO OS AUTOS DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, DE **Nº 028.05.000185-9**, EM QUE É REQUERENTE **SUPERMERCADOS PAMI LTDA.** E REQUERIDO: **DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIA LACTEA LTDA., INTIMADO**, PARA TOMAR CONHECIMENTO DA R. SENTENÇA DE FLS. 119/121, BEM COMO PARA, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, PROCEDER AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS FINAIS NO VALOR DE R$200,99 (DUZENTOS REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS), SOB PENA DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. TUDO CONFORME R. SENTENÇA DE FLS. 119/121 DOS RESPECTIVOS AUTOS, QUE ESTÃO À DISPOSIÇÃO NO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IÚNA, SITO NO EDIFÍCIO DO FÓRUM WALDEMAR PEREIRA, RUA GALAOR RIOS, 301, IÚNA-ES.

E, PARA CONHECIMENTO DE TODOS É EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE TERÁ UMA DE SUAS VIAS AFIXADAS NO ÁTRIO DO FÓRUM, NO LOCAL DE COSTUME E, PUBLICADO NA FORMA DA LEI.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE (21-09-2009). EU, HELOISA CHEQUER BOU-HABIB ALCURE, ESCRIVÃ JUDICIÁRIA, DE CONFORMIDADE COM O PROVIMENTO Nº 001/98 DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA/ES, O FIZ DIGITAR, SUBSCREVI E ASSINO.

HELOISA CHEQUER BOU-HABIB ALCURE
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
COMARCA DE IÚNA
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

PROCESSO Nº 028.05.000955-5

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO - 20 (VINTE) DIAS

DILIGÊNCIA DO JUÍZO

O DR. RICARDO DE REZENDE BASILIO, MM, JUIZ DE DIREITO EM EXERCÍCIO NA ESCRIVANIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM, OU DELE NOTÍCIA E CONHECIMENTO TIVEREM, PRINCIPALMENTE A **JOSÉ ELIAS DO NASCIMENTO**, QUE SE ENCONTRA EM LUGAR INCERTO E DESCONHECIDO, QUE POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO RESPECTIVO TEM CURSO OS AUTOS DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, DE **Nº** 028.06.002500-5, EM QUE É REQUERENTE JOÃO ELIAS DO NASCIMENTO E REQUERIDO: JOSE ANTONIO FRANÇA**, INTIMADO**, PARA, **PARA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, PROCEDER AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS FINAIS NO VALOR DE R$40,19 (QUARENTA REAIS E DEZENOVE CENTAVOS), SOB PENA DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA**. TUDO CONFORME R. DESPACHO DE FLS. 90 VERSO DOS RESPECTIVOS AUTOS, QUE ESTÃO À DISPOSIÇÃO NO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IÚNA, SITO NO EDIFÍCIO DO FÓRUM WALDEMAR PEREIRA, RUA GALAOR RIOS, 301, IÚNA-ES.

E, PARA CONHECIMENTO DE TODOS É EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE TERÁ UMA DE SUAS VIAS AFIXADAS NO ÁTRIO DO FÓRUM, NO LOCAL DE COSTUME E, PUBLICADO NA FORMA DA LEI.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE (13-08-2009). EU, HELOISA CHEQUER BOU-HABIB ALCURE, ESCRIVÃ JUDICIÁRIA, DE CONFORMIDADE COM O PROVIMENTO **Nº** 001/98 DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA/ES, O FIZ DIGITAR, SUBSCREVI E ASSINO.

HELOISA CHEQUER BOU-HABIB ALCURE
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IÚNA

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 60 DIAS)

O DOUTOR **BRUNO DE OLIVEIRA FEU ROSA**, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO CRIMINAL, SE PROCESSAM OS **AUTOS DA AÇÃO PENAL DE Nº 028030027180**, QUE A JUSTIÇA PÚBLICA DESTA COMARCA, MOVE CONTRA 01. **JOÃO BATISTA DOS SANTOS**, DENUNCIADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INCURSO NAS PENAS DO(S) ARTIGO(S) 309, DA LEI 9.503/1.997. E, CONSTANDO DOS AUTOS QUE O ACUSADO 1. **JOÃO BATISTA DOS SANTOS**, BRASILEIRO, AMASIADO, LAVRADOR, NASCIDO EM 04.10.1.977, FILHO DE MARIA PAULINA DA CONCEIÇÃO, SE ENCONTRA ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, NÃO SENDO POSSÍVEL INTIMÁ-LO PESSOALMENTE, INTIMA-O PELO PRESENTE EDITAL DA R. SENTENÇA DE FL. 102/103 DOS AUTOS, O ABSOLVEU DAS IMPUTAÇÕES QUE LHE VINHAM SENDO FEITAS, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 386, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, BEM COMO DETERMINOU O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO.

PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS, MANDOU O MM. JUIZ, SE EXPEDISSE O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ AFIXADO NO LUGAR DE COSTUME E PUBLICADO, POR UMA SÓ VEZ, NO DIÁRIO DA JUSTIÇA.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AO(S) VINTE E DOIS DIA(S) DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE. EU, CÁSSIA LAGE SANTOS GONÇALVES, ESCRIVÃ JUDICIÁRIA, O DIGITEI E SUBSCREVO.

BRUNO DE OLIVEIRA FEU ROSA
JUIZ DE DIREITO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE IUNA

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 60 DIAS)

O DOUTOR **BRUNO DE OLIVEIRA FEU ROSA**, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO CRIMINAL, SE PROCESSAM OS AUTOS DA **AÇÃO PENAL DE Nº 028050015842**, QUE A **JUSTIÇA PÚBLICA** DESTA COMARCA, MOVE CONTRA **01. JOSÉ JOEL DE PAULA**, DENUNCIADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INCURSO NAS PENAS DO(S) ARTIGO(S) 16, DA LEI 6.368/1.976. E, CONSTANDO DOS AUTOS QUE O ACUSADO **1. JOSÉ JOEL DE PAULA** BRASILEIRO, CASADO, LAVRADOR, FILHO DE JOSÉ DORNELES DA SILVA E DE D. EVA RITA DE ASSIS, SE ENCONTRA ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, NÃO SENDO POSSÍVEL INTIMÁ-LO PESSOALMENTE, **INTIMA-O** PELO PRESENTE EDITAL DA R. SENTENÇA DE FL. 79/80 DOS AUTOS, QUE DECLAROU EXTINTA A SUA PUNIBILIDADE, NOS AUTOS, COM FULCRO NO ARTIGO 107, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL E 30, DA LEI 11.343/2.006, BEM COMO DETERMINOU O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS, MANDOU O MM. JUIZ, SE EXPEDISSE O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ AFIXADO NO LUGAR DE COSTUME E PUBLICADO, POR UMA SÓ VEZ, NO DIÁRIO DA JUSTIÇA.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AO(S) VINTE E DOIS DIA(S) DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE. EU, CÁSSIA LAGE SANTOS GONÇALVES, ESCRIVÃ JUDICIÁRIA, O DIGITEI E SUBSCREVO.

BRUNO DE OLIVEIRA FEU ROSA
JUIZ DE DIREITO

COMARCA DE MIMOSO DO SUL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO CARTÓRIO CRIMINAL
COMARCA DE MIMOSO DO SUL

JUIZ DE DIREITO: DR. JOSÉ ALVANIR ROZENDO DO NASCIMENTO
CHEFE DE SECRETARIA: IZABEL CRISTINA ABREU PAIVA
ESCREVENTE JURAMENTADO: JOSÉ LUIZ PIRES MOFATI

LISTA Nº 126/2009

INCIDENTE DE SANIDADE MENTAL APENSO AO PROCESSO Nº 032.09.000598-7
ACUSADOS: LEANDRO GOMES DE SOUZA
ART. 121, § 2º, INC. IV, C/C ART. 14, INC. II, TODOS DO CPB

INTIMA:

DR. EVANDRO ABDALLA, OAB/ES 5463
DR. FERNANDO ANTONIO DA CRUZ JÚNIOR, OAB/ES 7115
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA NO **DIA 05/10/2009, ÀS 09:00 HORAS** COM O PSIQUIÁTRA DR. MARCELO PIRAMA BAPTISTA, NO CONSULTÓRIO PARTICULAR DO MESMO, ANEXO À CLÍNICA SANTA IZABEL, SITO À R. PROF. GILCEU MACHADO, 130, BAIRRO AMARAL, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES., TEL. 28 2101-9944.

MIMOSO DO SUL - ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

IZABEL CRISTINA ABREU PAIVA
CHEFE DE SECRETARIA - CARTÓRIO CRIMINAL

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
COMARCA DE MIMOSO DO SUL
CARTÓRIO CRIMINAL

JUIZ DE DIREITO: DR. JOSÉ ALVANIR ROZENDO DO NASCIMENTO
CHEFE DE SECRETARIA: IZABEL CRISTINA ABREU PAIVA
ESCREVENTE JURAMENTADO: JOSÉ LUIZ PIRES MOFATI

LISTA Nº 127/2009

FEITO Nº 222.2009.07326
REEDUCANDO: MARCUS VALÉRIO GOMES RANGEL
ART. 14 DA LEI 10.826/03
INTIMA:
DR. EVALDO CÉSAR FARIAS ARAÚJO, OAB/ES 6456
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA NO **DIA 29/10/2009, ÀS 16:00 HORAS.**

PROCESSO TC Nº 032.09.000376-8
AUTORES DO FATO: CÉLIO RODRIGUES E VALDIR ALVES DA SILVA
ART. 147 DO CP
INTIMA:
DR. ROGÉRIO TORRES, OAB/ES 5446
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 17, DATADA DE 02/09/2009, QUE DECLAROU EXTINTA A PUNIBILIDADE DE CÉLIO RODRIGUES E VALDIR ALVES DA SILVA, NOS TERMOS DO ART. 107, IV DO CP.

PROCESSO TC Nº 032.08.001236-5
AUTOR DO FATO: JORGE PEREIRA MUNHÓS
ART. 129 DO CP
INTIMA:
DR. GUIDO MARELLI DE CARVALHO, OAB/ES 12921
DR. EVANDRO ABDALLA, OAB/ES 5463
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 35, DATADA DE 08/09/2009, QUE DECLAROU EXTINTA A PUNIBILIDADE DE JORGE PEREIRA MUNHÓS, EM RAZÃO DO INTEGRAL CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO.

PROCESSO Nº 032.08.000312-5
ACUSADO: EDUILSON JOSÉ DOS SANTOS
ART. 214, C/C, ART. 224, ALÍNEA "A", N/F DO ART. 225, § 1º, INC. I, TODOS DO CPB
INTIMA:
DR. GUIDO MARELLI DE CARVALHO, OAB/ES 12921
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO.

MIMOSO DO SUL - ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

IZABEL CRISTINA ABREU PAIVA
CHEFE DE SECRETARIA - CARTÓRIO CRIMINAL

COMARCA DE PANCAS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO 3º OFICIO PANCAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

JUIZ DA 1ª VARA MENANDRO TAUFNER GOMES
JUIZ DA 2ª VARA FELIPE LEITÃO GOMES
PROMOTORA DA 1ª VARA MARIANA PEISINO DO AMARAL
PROMOTOR DA 2ª VARA MARCELO VICTOR VALENTE GOUVEA
TEIXEIRA ESCRIVÃO JUDICIÁRIO ADAIS MARTINS
ESCRIVÃ SUBSTITUTA MONICA REIS MORAES CORASSA

LISTA Nº 51 / 2009

RELAÇÃO DE ADVOGADOS:

1. DR. ROMULO QUEDEVEZ GROBÉRIO - OAB/ES Nº 15160
2. DR. OTNIEL CARLOS DE OLIVEIRA - OAB/ES Nº 6.003
3. DR. LÉLIO DO CARMO HATUM - OAB/ES Nº 7.993
4. DR. DARIO ROBERTO VIEIRA - OAB/ES Nº 8.122

1. DR. ROMULO QUEDEVEZ GROBÉRIO
AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
PROCESSO Nº 039.09.000218-7
TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 26-Vº, CUJA PARTE É DO SEGUINTE TEOR: "...DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 28 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15:00 HORAS**..." CONFORME CONSTA DA INICIAL, AS TESTEMUNHAS COMPARECERÃO INDEPENDENTE DE INTIMAÇÃO.

2. DR. ROMULO QUEDEVEZ GROBÉRIO E,
DR. OTNIEL CARLOS DE OLIVEIRA
AÇÃO:REGULAMENTAÇÃO DE VISITA
PROCESSO Nº 039.09.000755-8
TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 31-Vº, CUJA PARTE É DO SEGUINTE TEOR: "...DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 28 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15:30 HORAS**. AS PARTES CASO QUEIRAM, DEVERÁ INDICAR ROL DE TESTEMUNHAS EM CINCO DIAS..." -

3. DR. LÉLIO DO CARMO HATUM E,
DR. DARIO ROBERTO VIEIRA
AÇÃO: SOBREPARTILHA
PROCESSO Nº 039.09.000633-7
TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 74, CUJA PARTE É DO SEGUINTE TEOR: "...DESIGNO AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA PARA O **DIA 28 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:30 HORAS..." -**

4. DR. ROMULO QUEDEVEZ GROBÉRIO E,
DR. OTNIEL CARLOS DE OLIVEIRA
AÇÃO: DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL
PROCESSO Nº 039.09.000809-3
TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 42, CUJA PARTE É DO SEGUINTE TEOR: "...DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 14:30 HORAS**..." CONFORME CONSTA DE PETIÇÃO DE FLS. 25, AS TESTEMUNHAS DO REQUERIDO COMPARECERÃO À AUDIÊNCIA INDEPENDENTE DE INTIMAÇÃO.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE PANCAS, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009. EU, ADAIS MARTINS, ESCRIVÃO JUDICIÁRIO, QUE DIGITEI, E ASSINO.

ADAIS MARTINS
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO
MATRÍCULA Nº 205.430-81

COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
CARTÓRIO DO 2ºOFÍCIO
COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA

JUÍZA DE DIREITO: DRA REGINA LÚCIA DE SOUZA FERREIRA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: HELENA ALVES DE FARIAS SOUZA.

NA FORMA DOS ARTS. 236 C/C 1.216 DO CPC.

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 180/09

INTIMO

DR. IDIVALDO LOPES DE OLIVEIRA - OAB/ES Nº 8994
DR. LILIAN BERTOLANI DO ESPÍRITO SANTO – OAB/ES Nº 270.016
AÇÃO ORDINÁRIA - PROC. Nº 8652/08 (045.08.001743-2)
REQUERENTE: MARIA LUIZA DE NARDI PETERLE
REQUERIDO: INSS
PARA, COMPARECER NO **DIA 21 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15:00 HORAS**, PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

DR. IDIVALDO LOPES DE OLIVEIRA - OAB/ES Nº 8994
DR. LILIAN BERTOLANI DO ESPÍRITO SANTO – OAB/ES Nº 270.016
AÇÃO ORDINÁRIA - PROC. Nº 8652/08 (045.08.001743-2)
REQUERENTE: MARIA LUIZA DE NARDI PETERLE
REQUERIDO: INSS
PARA, TOMAR CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 69/12, QUE DECLAROU REVELIA DO RÉU INSS, ENTRETANTO DEIXA DE APLICAR A REVELIA DE FORMA ABSOLUTA, UMA VEZ QUE A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DAS AFIRMAÇÕES CONTIDAS NA INICIAL É RELATIVA NOS TERMOS DA DOUTRINA.

DR. PEDRO PAULO PESSI - OAB/ES Nº 6615
DR. HÉLIO DA COSTA LEITE – OAB/ES 4642
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO- PROC. Nº 8696/09 (045.08.002244-0)
REQUERENTE: ANA MARIA AVANCINI PIN HO E OUTROS
REQUERIDO: JEFERSON THOMAZ MERLO
PARA, TOMAR CIÊNCIA DA REDESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 21 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.**

DR. HÉLIO DA COSTA LEITE – OAB/ES 4642
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO- PROC. Nº 8696/09 (045.08.002244-0)
REQUERENTE: ANA MARIA AVANCINI PIN HO E OUTROS
REQUERIDO: JEFERSON THOMAZ MERLO
PARA, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, INFORMAR ATUAL ENDEREÇO DO REQUERIDO JEFERSON THOMAZ MERLO.

DR. ANDRÉ FRANCISCO LUCHI - OAB/ES Nº 10.152
AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL DE PARCERIA AGRÍCOLA - PROC. Nº 8996/09 (045.09906161-1)
REQUERENTE: FABIO SALUSTRIANO E MARIA DA PENHA PEREIRA
REQUERIDO: WANDERSON KIEPERT
PARA, COMPARECER NO **DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 17:00 HORAS**, PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.

SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, 21 DE SETEMBRO DE 2009.

ANA PAULA FARIAS DE SOUZA
ESCRIVÃ SUBSTITUTA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

JUÍZA DE DIREITO: DRA REGINA LÚCIA DE SOUZA FERREIRA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: HELENA ALVES DE FARIAS SOUZA.
NA FORMA DOS ARTS. 236 C/C 1.216 DO CPC.

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 181/09

DRA. MONIKE FARIAS WANDERMUREM – OAB/ES 10.606
DR. JOSE CARLOS VICENTE DA SILVA OAB/SP Nº 234.455
AÇÃO MONITÓRIA - PROC. Nº 8996/09 (045.09906161-1)
REQUERENTE: TEXCOM TÊXTIL COMERCIAL LTDA
REQUERIDO: INCONFEL
PARA, COMPARECER NO DIA **04 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 17:00 HORAS**, PARA AUDIÊNCIA PRELIMINAR.

DRA. MONIKE FARIAS WANDERMUREM – OAB/ES 10.606
DR. JOSE CARLOS VICENTE DA SILVA OAB/SP Nº 234.455
AÇÃO MONITÓRIA - PROC. Nº 8996/09 (045.09906161-1)
REQUERENTE: TEXCOM TÊXTIL COMERCIAL LTDA
REQUERIDO: INCONFEL
PARA, TOMAR (EM) CIÊNCIA DOS TERMOS DA DECISÃO DE FLS. 50/54, QUE ACOLHEU A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA ALEGADA PELA EMBARGANTE, POR CONSEGUINTE, JULGOU EXTINTA A AÇÃO MONITÓRIA EM GACE DE ANGELITA PEIXINHO FURLANETTI, ANTE A ILEGITIMIDADE PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO, NA FORMA DO ART. 267, INCISO VI DO CPC E QUE REJEITOU A PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL.. FIXOU COMO PONTO CONTROVERTIDO O FATO DO SR. JOSÉ RENATO FULANETTI TER OU NÃO TER PODERES PARA REPRESENTAR A INCONFEL, `A EPOCA DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA QUE INSTRUI A INICIAL.

DR. LUIZ CARLOS BASTIANELLLO OAB/ES Nº 7413
DRA GISELA PAGUNG TOMAZINI OAB/ES 13.451
AÇÃO ACIDENTÁRIA - PROC. Nº 8336/07 (045.07.002.614-6)
REQUERENTE: JOSÉ PEREIRA
REQUERIDO: INSS
PARA, COMPARECER NO DIA **21 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 16:30 HORAS**, PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

DR. AQUILES SILVA CELINO – OAB/ES 14741
AÇÃO COBRANÇA - PROC. Nº 9028/09 (045.09906510-9)
REQUERENTE: LINHAGRO – LINHARES AGRONEGÓCIOS LTDA
REQUERIDO: CUSTÓDIO DANIEL SILVA
PARA, COMPARECER NO DIA **11 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 15:30 HORAS**, PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.

SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, 21 DE SETEMBRO DE 2009.

ANA PAULA FARIAS DE SOUZA
ESCRIVÃ SUBSTITUTA

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA

JUIZ DE DIREITO: DRª. REGINA LÚCIA DE SOUZA FERREIRA
PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRª. ANA CRISTINA DE FONSECA E OLIVEIRA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: HELENA ALVES DE FARIAS SOUZA
ESCRIVÃ SUBSTITUTA: ANA PAULA FARIAS DE SOUZA

NA FORMA DOS ARTS. 236 C/C 1216 DO CPC

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 182/09

INTIMO

PROC. Nº 6.4502/98 (045.04.001.846-2) - AÇÃO EXECUÇÃO
DR. GENES TADEU WANDERMUREM OAB/ES 4149
DR. JORGE IGNÁCIO OAB/ES 4490
REQUERENTE: ANTONIO AIRES FERREIRA RODRIGUES BORGES
REQUERIDO: FERP - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
PARA, TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 68/69, CUJO A PARTE FINAL DIZ O SEGUINTE: "... ANTE O EXPOSTO, HOMOLOGO O

ACORDO DE FLS. 61/62, NOS TERMOS DO ART. 269, INCISO III, DO CPC E JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, NOS TERMOS DO ART. 794, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.."

PROC. Nº 6.697/99 (045.04.001.847-0) - AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIROS
DR. GENES TADEU WANDERMUREM OAB/ES 4149
DR JORGE IGNÁCIO OAB/ES 4490
REQUERENTE: LUIZ FERNANDES CASSARO E SUA ESPOSA CÉLIA MARIA GOMES MARTINELLI CASSARO
REQUERIDO: ANTONIO AIRES FERREIRA BORGES
PARA, TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 68/69, CUJO A PARTE FINAL DIZ O SEGUINTE: "... ANTE O EXPOSTO, ACOLHO A PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL PELA OCORRÊNCIA DE CAUSA PUPERVENIENTE E JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 267, INCISO VI, DO CPC."

PROC. Nº 8.582/08 (045.08.001.058-5) - AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO E SERVIDÃO ADMINISTRATIVA
DR. LUIZ CARLOS BASTIANELLO OAB/ES 7413
DR FLAVIO DA COSTA MORAES OAB/ES 12.015
REQUERENTE: EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ESPÍRITO SANTO S.A - ETES
REQUERIDO: ELMIR TON S/M LEILAH MARIA SILVA TON, DELOIR TON S/M ANDREZA DAMIANI TON, ADSON TON S/M GIZELY CASSARO TON E JOSÉ OLMIR TON
PARA, TOMAR CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 177/178, CUJO A PARTE FINAL DIZ O SEGUINTE: "... DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO FORMULADO PELOS RÉUS ÀS FLS 174, NO SENTIDO DE LEVANTAR O IN TOTUM A QUANTIA DEPOSITADA PELA AUTORA, DEVENDO SER EXPEDIDO ALVARÁ JUDICIAL APENAS PARA O LEVANTAMENTO DA QUANTIA DE R$ 16.100,00 (DEZESSEIS MIL E CEM REAIS), CORRESPONDENTE A 70% (SETENTA POR CENTO) DO VALOR DEPOSITADO, SENDO 20% (VINTE POR CENTO) EM FAVOR DE ELMIR TON E SUA ESPOSA, 10% (DEZ POR CENTO) EM FAVOR DE DELOIR TON, 20% (VINTE POR CENTO) EM FAVOR DE ADSON TON E SUA ESPOSA E 20% (VINTE POR CENTO) EM FAVOR DE JOSÉ OLMIR TON.

SÃO GABRIEL DA PALHA, 18 DE SETEMBRO DE 2.009.

ANA PAULA FARIAS DE SOUZA
ESCRIVÃ SUBSTITUTA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA
CARTÓRIO CRIMINAL

JUIZ SUBSTITUTO: DR.JORGE ORREVAN VACCARI FILHO

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº .86/09

INTIMO:

DR. JOSE FERNANDES NEVES – OAB/ES 2516
PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, NOS AUTOS DA **AÇÃO PENAL Nº .04505001675-2**, PROPOSTA FACE A GILSON DO NASCIMENTO.

SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, 21 DE SETEMBRO DE 2009

JULIO CEZAR SILVA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA
CARTÓRIO CRIMINAL

JUIZ SUBSTITUTO: DR.JORGE ORREVAN VACCARI FILHO

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº .87/09

INTIMO:

DR. JORGE TEIXEIRA NADER – OAB/ES 7517
DA DESIGNAÇÃO DO **DIA 05 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 16:00 HORAS**, PARA REALIZAÇÃO DA AUDIENCIA DE PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO CURSO DO PROCESO, NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL Nº .04509905412-9, PROPOSTA FACE A ADELMO JOSE GALTER CESCONEETTO.

DR. ANDRE FRANCISCO LUCHI – OAB/ES 10.152
DA DESIGNAÇÃO DO **DIA 05 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 16:00 HORAS**, PARA REALIZAÇÃO DA AUDIENCIA DE PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO CURSO DO PROCESSO, NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL Nº .0450-9904604-2, PROPOSTA FACE A JOSE ROBERTO MARTINS DA LUZ.

DR. ANDRE FRANCISCO LUCHI – OAB/ES 10.152
DA DESIGNAÇÃO DO **DIA 05 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 16:00 HORAS**, PARA REALIZAÇÃO DA AUDIENCIA DE PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO CURSO DO PROCESSO, NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL Nº .04509905591-0, PROPOSTA FACE A AGNALDO MAURI.

SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009

JULIO CEZAR SILVA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA
CARTÓRIO CRIMINAL

JUIZ SUBSTITUTO: DR.JORGE ORREVAN VACCARI FILHO

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº .88/09

INTIMO:

DR. MARTINIANO LINTZ JR. – OAB/ES 3526
DR. MARCOS LINTZ – OAB/ES 5899
DA DESIGNAÇÃO DO **DIA 01 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 9:00 HORAS**, PARA REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO DO RÉU SOLIMAR BINDA, NOS AUTOS DA **AÇÃO PENAL Nº .04509904966-5**, BEM COMO DO DESPACHO PROFERIDO ÀS FLS.307 VERSO DOS AUTOS, NO QUAL DEFERIU O PEDIDO DE INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA DEFESA PARA SEREM OUVIDAS EM PLENÁRIO, INDEFERINDO OS DEMAIS PEDIDOS FORMULADOS.

SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, 23 DE SETEMBRO DE 2009

JULIO CEZAR SILVA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE BOM JESUS DO NORTE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
COMARCA DE BOM JESUS DO NORTE

JUIZ DE DIREITO: DR. MÁRIO DA SILVA NUNES NETO
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: JOÃO BATISTA SOBREIRA JÚNIOR

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 064/09

INTIMO:

DR. UDNO ZANDONADE OAB/ES 9.141
PROCESSO: 010.07.0004964
NATUREZA: CÍVEL
AUTOR: PAULO ROBERTO DE ANDRADE MARQUES
RÉU: BANCO ITAÚ S/A
FINALIDADE: INTIMAR DO R. DESPACHO DE FLS. 148, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "01. INTIMEM-SE AS PARTES PARA SE CIENTIFICAREM DA DESCIDA DOS AUTOS, BEM COMO PARA SE MANIFESTAREM SOBRE OS CÁLCULOS DE FLS. 89, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS...".

DR. GUSTAVO SICILIANO CANTISANO OAB/ES 10371
PROCESSO: 010.09.0006650
NATUREZA: CÍVEL
AUTOR: ELZA CORREA DA CUNHA
RÉU: UNIMED VITÓRIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
FINALIDADE: INTIMAR DA R. SENTENÇA DE FLS. 72, QUE HOMOLOGOU, PARA QUE PRODUZA SEUS JURÍDICOS E ESPERADOS EFEITOS, O ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, CONSUBSTANCIADO NO REQUERIMENTO DE FLS. 68/70, HAJA VISTA QUE AO ANALISAR O SOBREDITO ACORDO, NÃO VISLUMBROU CONTRARIEDADE A NORMAS PÚBLICAS OU DE ORDEM PÚBLICA, E, ALICERÇADO NO ARTIGO 269, III, DO CPC, JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM APRECIAÇÃO DO MÉRITO.

COMARCA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
COMARCA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

MARCUS ALEXANDRE SILVA ESCRIVÃO JUDICIÁRIO
JOSÉ DO NASCIMENTO LOPES ESCREVENTE JURAMENTADO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)

A DRª **PRISCILLA BAZZARELLA DE OLIVEIRA**, MMª JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO, PROCESSAM-SE OS AUTOS DA **AÇÃO DE INTERDIÇÃO**, TOMBADA SOB O **Nº 016.08.000.722-8**, EM QUE FIGURA COMO REQUERENTE, **ELZA MARIA RINGUIER DE PAULA**, CPF-MF Nº 077.852.267-92, CTPS Nº 72.708, SÉRIE 00016-ES, EXPEDIDA EM 12.12.1995, NASCIDA EM 06.02.1965, FILHA DE IZAURO RINGUIER E LEONILDA CARARI RINGUIER, BRASILEIRA, CASADA, DO LAR, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA AGRIPINA SIMONATO SPADETO, BAIRRO PEDRO RIGO, NESTA CIDADE DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES, E REQUERIDO, **SILVANA DE PAULA**, CPF-MF Nº 121.660.157-78, NASCIDA EM 19.04.1992, FILHA DE PEDRO RODRIGUES DE PAULA E ELZA MARIA RINGUIER DE PAULA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, RESIDENTE E DOMICILIADA NO MESMO ENDEREÇO DA REQUERENTE, PELO MOTIVO DE SER, A REQUERIDA, PORTADORA DE ATROFIA CEREBRAL, DE NATUREZA PROGRESSIVA E DEFINITIVA, NÃO APRESENTANDO CONDIÇÕES DE RESPONSABILIZAR-SE PELOS SEUS ATOS, CUJA SENTENÇA PROFERIDA ÀS FOLHAS 55/56 DOS AUTOS EM EPÍGRAFE, TEM AO SEU FINAL O SEGUINTE TEOR: "... ANTE O EXPOSTO, DECRETO A INTERDIÇÃO DA REQUERIDA SILVANA DE PAULA, DECLARANDO-A ABSOLUTAMENTE INCAPAZ DE EXERCER PESSOALMENTE OS ATOS DA VIDA CIVIL, NA FORMA DO ARTIGO 3º, INCISO II DO CÓDIGO CIVIL, E, DE ACORDO COM ARTIGO 1.775, § 1º TAMBÉM DO CÓDIGO CIVIL, NOMEIO-LHE CURADORA SUA GENITORA, A SRA. ELZA MARIA RINGUIER DE PAULA. EM CONSEQUÊNCIA, POR SER INDISPENSÁVEL PRODUZIR MAIS PROVAS EM AUDIÊNCIA DIANTE DA PRESENTE DEMANDA, JULGO ANTECIPADO A LIDE, NOS TERMOS DO ARTIGO 330, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DECIDINDO PELA PROCEDÊNCIA DO FEITO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, CONFORME ARTIGO 269, INCISO I, DO MESMO CÓDIGO. OBEDECENDO AO DISPOSTO NO ARTIGO 1.184 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E NO ARTIGO 9º, INCISO III DO CÓDIGO CIVIL, INSCREVA-SE A PRESENTE NO REGISTRO CIVIL E PUBLIQUE-SE NA IMPRENSA LOCAL E NO ÓRGÃO OFICIAL, 3 VEZES, COM INTERVALO DE 10 DIAS. É VEDADO O USO DE CÓPIA DESTA SENTENÇA, MESMO QUE AUTENTICADA, PARA FINS DE OBTENÇÃO E OU LIBERAÇÃO DE DIREITOS. ESTA SENTENÇA SÓ PRODUZIRÁ EFEITOS APÓS O REGISTRO EM CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS DESTA COMARCA, NA FORMA DOS ARTIGOS 89 A 94 DA LEI DOS REGISTROS PÚBLICOS N. 6.015/73. P.R.I-SE. APÓS TRÂNSITO EM JULGADO, ARQUIVEM-SE OS AUTOS COM AS CAUTELAS DE LEI. CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES, 29 DE JUNHO DE 2009. PRISCILLA BAZZARELLA DE OLIVEIRA - JUÍZA DE DIREITO."

E, PARA QUE A REFERIDA SENTENÇA PRODUZA SEUS DEVIDOS EFEITOS LEGAIS E CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS OS INTERESSADOS E DE FUTURO NÃO POSSAM ALEGAR IGNORÂNCIA, MANDOU EXPEDIR O PRESENTE EDITAL NOS TERMOS DO ARTIGO 1.184 DO CPC, QUE SERÁ AFIXADO NA SEDE DESTE JUÍZO, NO LUGAR DE COSTUME. E, DEVERÁ SER PUBLICADO, POR 03 (TRÊS) VEZES, COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS, NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DESTE ESTADO.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE (19.08.2009). EU, (JOSÉ DO NASCIMENTO LOPES), ESCREVENTE JURAMENTADO, QUE O DIGITEI. EU, (MARCUS ALEXANDRE SILVA), ESCRIVÃO JUDICIÁRIO, CONFERI E SUBSCREVI.

PRISCILLA BAZZARELLA DE OLIVEIRA
JUÍZA DE DIREITO

COMARCA DE DORES DO RIO PRETO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
COMARCA DE DORES DO RIO PRETO

LISTA DE INTIMAÇÕES AOS ADVOGADOS N.º 20/2009

JUIZ (A) DE DIREITO: DRª AURICELIA OLIVEIRA DE LIMA
PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA: DRª. ANA MARIA GUIMARÃES BRAGA
ESCRIVÃ: ROSEMERY TOALHAR LOUREIRO E CARVALHO

FICAM INTIMADOS:

1) - DR. VALMIR DE MATOS JUSTO
AÇÃO: PENAL Nº 018.05.000168-6
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RÉU(S): LUIZ CESAR COUZI ROCHA
FINALIDADE: DO R. DESPACHO DE FL. 140, ADIANTE TRANSCRITO: "VISTA AS PARTES, NO PRAZO DE 24(VINTE E QUATRO) HORAS SE MANIFESTAREM NOS TERMOS DO ART. 402 DO CPP. NADA REQUERENDO, NOVA VISTA DO ART. 403 DO MESMO DIPLOMA LEGAL, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 03(TRÊS) DIAS. APÓS VENHAM-ME OS AUTOS CONCLUSOS PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA"

2) - DR. VALDIR DOS SANTOS VIVIANI
AÇÃO: COBRANÇA DE Nº 018.06.000201-3
REQUERENTE: M & P FERREIRA PRODUÇÕES LTDA..
REQUERIDO:RODRIGO ALVES DE SOUZA
FINALIDADE: DO R. DESPACHO ADIANTE TRANSCRITO: " DEFIRO O DESARQUIVAMENTO E VISTA AO ADVOGADO POR 03(TRÊS) DIAS, APÓS COMPROVADA A QUITAÇÃO DA TAXA DE DESARQUIVAMENTO. COM A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS RETORNEM-SE AO ARQUIVO."

3) - DR. MARCELO MENDES DE SOUZA E
DR. CLEBER VAGNER DE OLIVEIRA

AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS DE Nº 018.09.000202-5
REQUERENTE: ANA AUGUSTA RIBEIRO
REQUERIDO: MENELICK JUNIOR
FINALIDADE: DO R. DESPACHO DE FL.28 ADIANTE TRANSCRITO: " DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA **O DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 12:30,** DEVENDO AS PARTES SEREM ACOMPANHADAS DE SUAS TESTEMUNHAS, CASO NÃO APRESENTE O ROL EM 30 DIAS, PARA SEREM INTIMADAS."

4) - DR. BRUNO REIS FINAMORE SIMONI
AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS DE Nº 018.06.000042-1
REQUERENTE: BENELLI SUPERMERCADO LTDA..
REQUERIDO: VIVO TELEST CELURAR S/A
FINALIDADE: DO R. DESPACHO DE FL.272 ADIANTE TRANSCRITO: "TENDO HAVIDO O INTEGRAL CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, E NÃO HAVENDO PEDENCIAS PROCEDA AS BAIXAS DEVIDAS E ARQUIVEM-SE. INTIMEM-SE."

5) - DR. JOSÉ INÁCIO FRANCISCO MUNIZ
AÇÃO: OBRIGAÇÃO DE FAZER DE Nº 018.09.000052-4
REQUERENTE: MARCO ANTONIO DA SILVA FARIA
REQUERIDO: WELLES PAULO MARCULINO DE SOUZA
FINALIDADE: DO R. DESPACHO DE FL.56 ADIANTE TRANSCRITO: " CONSIDERANDO QUE O PRAZO PARA AUTARQUIA CONTESTAR É EM QUADRUPLO, CONFORME ART. 188 DO CPC, REDESIGNO AUDIÊNCIA PARA O **DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 16 HORAS."**

5) - DR. CLEMILSON RODRIGUES PEIXOTO
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO DE Nº 018.09.000295-9
REQUERENTE: PATRIQUE MOREIRA VITÓRIO
REQUERIDO:ELAINE LOPES CARLOS
FINALIDADE: DO R. DESPACHO DE FL.16 ADIANTE TRANSCRITO: " 1- VERIFICO, QUE O REQUERENTE INSTRUI A INICIAL COM DOSSIÊ CONSOLIDADE DE VEÍCULO, FL. 06, TODAVIA NÃO JUNTOU AOS AUTOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE PROPRIEDADE DO VEÍCULO. 2- INTIME-SE, PARA COMPROVAR A PROPRIEDADE DO VEÍCULO NO PRAZO DE 48 (QUAENTA E OITO) HORAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO."

6)- DR. URBANO LEAL PEREIRA E DR. LAERTE DE CAMPOS HOSKEN (ADVS. DO RÉU DALTON LEONARDELI)
DR. OSMAR AARESTRUP(ADV. DE FABRÍCIO CÂNDIDO NACARATI)
DR. AURÉLIO FÁBIO NOGUEIRA DA SILVA (ADV. DE THIAGO RODRIGUES OLA)
DR. JOÃO AUGUSTO FARIA DOS SANTOS (ADV. CARLOS DO NASCIMENTO BARBOSA)
AÇÃO PENAL DE Nº . 018.06.000184-1
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RÉUS: DALTON LEONARDELI, FABRÍCIO C. NACARATI, THIAGO RODRIGUES OLA E CARLOS DO NASCIMENTO BARBOSA
FINALIDADE: FICAM INTIMADOS OS DOUTOS ADVOGADOS, SUPRA MENCIONADOS, PARA A OITIVA DE TESTEMUNHA, NA DATA, HORÁRIO E LOCAL ABAIXO RELACIONADO:
DIA 23 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 16:00 HORAS, NA SALA DAS AUDIÊNCIAS DA TERCEIRA VARA CRIMINAL DO FÓRUM DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM NOS AUTOS DA CARTA PRECATÓRIA DE Nº 01109006423-6.

7)- DR. HERCULES CIPRIANO PESSINI
AÇÃO PENAL DE Nº . 018.08.000027-8
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RÉU(S): FRANCISCO NICOLAU REBONATO
FINALIDADE: DA AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA OITIVA DA TESTEMUNHA JOÃO GAIGHER NO DIA 19/10/2009, ÀS 17 HORAS NA SALA DAS AUDIÊNCIAS DO FÓRUM DA COMARCA DE ALFREDO CHAVES, SITO A PRAÇA COLOMBO GUARDIA, 24 - CENTRO - ALFREDO CHAVES/ES

8) - DR. ADILSON DE SOUZA JEVEAUX,
DR. ERNESTO DE ASSIS LIRA E
DRª. JOSELIA CONCOLATO CUNHA
AÇÃO:REINTEGRATÓRIA DE Nº 018.08.000204-3
REQUERENTE: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLÉIA DE DEUS
REQUERIDO: VENCESLAU TEIXEIRA PARAISO
FINALIDADE: DA R. SETENÇA DE FL.166/169 ADIANTE TRANSCRITA PARTE FINAL: "ISTO POSTO, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, PARA REVOGAR A DECISÃO LIMINAR DE FL.25/28, E A DECISÃO DE FL.34. DEFIRO A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA AOS REQUERIDOS E SUSPENDO ATÉ CINCO ANOS, A OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, DEVENDO O AUTOR COMPROVAR ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS REQUERIDOS EM CASO DE EVENTUAL COBRANÇA DE HONORÁRIOS. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. COM O TRRÂNSITO EM JULGADO ARQUIVE-SE COM AS CAUTELAS DE ESTILO."

8) - DR. ROMERO LEAL DE OLIVEIRA
DR. ADILSON DE SOUZA JEVEAUX
AÇÃO: MONITÓRIA DE Nº 018.08.000406-4
REQUERENTE:MARLON GUIMARÃES TIRONI
REQUERIDO: ADAILTON LOPES FARIA
FINALIDADE: DO R. DESPACHO DE FL.46 ADIANTE TRANSCRITO: "INTIME-SE AS PARTES PARA DIZEREM, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS SE EXISTEM OUTRAS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS, ESPECIFICANDO-SE E JUSTIFICANDO-AS, OU SE DESEJAM O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, PRESUMINDO-SE ESTE ÚLTIMO."

DORES DO RIO PRETO, 21 DE SETEMBRO DE 2009.

ROSEMERY TOALHAR LOUREIRO E CARVALHO
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

COMARCA DE FUNDÃO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO DA COMARCA DE FUNDÃO
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO

RUA SÃO JOSÉ, 145, CENTRO,FUNDÃO, CEP 29185-000 - TEL (0270 3267-1118)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 15 DIAS

PROC. 059030000720 (075/03)

A DRA. **MARIANA LISBOA CRUZ HOLLIDAY**, MMª. JUÍZA DE DIREITO DESTA COMARCA DE FUNDÃO-ES, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE NOTÍCIA E CONHECIMENTO TIVEREM, QUE PERANTE ESTE JUÍZO - CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO, A CARGO DA ESCRIVÃ QUE ESTE SUBSCREVE, TRAMITAM OS **AUTOS DA REPRESENTAÇÃO - PROCESSO DE Nº 059030009720 (075/03),** PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL EM FACE DE **W.C.N.,** FILHA DE JUVENIL SILVESTRE DE ANDRADE E HELENA MARIA DO NASCIMENTO. EXPEDE-SE O PRESENTE EDITAL E POR MEIO DELE FICA A REPRESENTADA **W.C.N. E SEUS PAIS**, **INTIMADOS** DA SENTENÇA DE FLS. 43/44 DOS AUTOS, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, C/C ARTIGO 121, § 5º DO ECRIAD.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE FUNDÃO-ES, AOS 23 (VINTE E TRÊS) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE.

MARIA DE LOURDES ROVER
ECRIVÃ JUDICIÁRIA
PROVIMENTO 01/98

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE FUNDÃO
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO

LISTA DE INTIMAÇÕES N° 019/09

JUIZ DE DIREITO: DRª MARIANA LISBOA CRUZ HOLLIDAY
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: MARIA DE LOURDES ROVER

INTIMO

DR. CARLOS ROBERTO BUTERI - OAB-ES 6.618
PROCESSO DE Nº 059090003662 - 3.569/09 - REVISÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE: AMADEU DO SACRAMENTO
REQUERIDA: MARIA FERREIRA DA SILVA
FINALIDADE: VISTA DA CONTESTAÇÃO DE FLS. 51 E SEGUINTES E DOCUMENTOS QUE A ACOMPANHAM.

DR. JOSÉ CARLOS DEVENS DE OLIVEIRA - OAB-ES 2706
PROCESSO DE Nº 059030001669 (1.673/03) - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBARGANTE: ANTONIO JORGE XAVIER
EMBARGADO: MUNICÍPIO DE FUNDÃO
FINALIDADE: CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 51/52 DOS AUTOS QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, INCISO III, DO CPC

DR. ADMILSON MARTINS BELCHIOR - OAB-ES 3209
PROCESSO DE Nº 059080009992 (3.368/08) - OFERTA DE ALIMENTOS
REQUERENTE: SANDRO GOULART DO PRADO
REQUERIDA: I.M. G., REP POR SUA GENITORA VIVIAN MATTOS
FINALIDADE: CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA REDESIGNADA PARA O **DIA 30/09/09, ÀS 14:0 HORAS**.

DR. LUCIANO GAMBARTE COELHO - OAB-ES 2734
PROCESSO DE Nº 059090001609 (3.495/09) - EXONERAÇÃO DE PENSÃO
REQUERENTE: HIDERALDO LUIZ CARNEIRO
REQUERIDOS: KARLA BETANIA RODRIGUES CARNEIRO E OUTRO
FINALIDADE: CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 25/11/2009, ÀS 14:15**

DR. ROBERTO MORAES BUTICOSKY - OAB-ES 9.400
PROCESSO DE Nº 059050004338 (2.206/05) - INVENTÁRIO
REQUERENTE: JAQUELINE FERNANDES DE JESUS
REQUERIDO: CARLOS ALBERTO CHAGAS LEMOS
FINALIDADE: CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 95 DOS AUTOS QUE HOMOLOGOU O CALCULO DE FLS. 82 DOS AUTOS.

DR. RICARDO BARROS BRUM - OAB-ES 8.793
PROCESSO DE Nº 059050002837 (2.153/05) - INVENTÁRIO
REQUERENTE: JULIO CESAR LEÃO COELHO
REQUERIDO: MILTON LEÃO COELHO E OUTRO
FINALIDADE: PARA SE MANIFESTAR SOBRE O VALOR ATRIBUÍDO PELA FAZENDA PÚBLICA (FLS. 150) AOS BENS DO ESPÓLIO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

DR. ROBERTO MORAES BUTICOSKY - OAB-ES 9.400
PROCESSO DE Nº 059080003599 (3.188/08) - EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA
EXEQUENTE: R.A.S., REP POR SUA GENITORA LUCIENE ALVES FILHO
EXECUTADO: MIQUEAS DA SILVA SANTANA
FINALIDADE: PARA SE MANIFESTAR SOBRE A PETIÇÃO E OS DOCUMENTOS DE FLS. 57/60 DOS AUTOS.

DRª MONICA BARROS MORAIS - OAB-MG 80.465
PROCESSO DE Nº 059080008143 (3.331/08) - EXECUÇÃO JUDICIAL
EXEQUENTE: M.A.S., REP POR SUA GENITORA ROSIANE ALMEIDA DA SILVA
EXECUTADO: MARIO FERREIRA DE ALMEIDA
FINALIDADE: PARA SE MANIFESTAR SOBRE A PETIÇÃO E OS DOCUMENTOS DE FLS. 26/29 DOS AUTOS, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

DR. SERGIO CUPERTINO DE CASTRO - OAB-ES 13.021
PROCESSO DE Nº 059050005699 (2.253/05) - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBARGANTE: FRIGOPAN FRIGORIFICO ABATEDOURO FUNDÃO LTDA.
EXECUTADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
FINALIDADE: PARA DIZER SE EXISTEM OUTRAS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS, ESPECIFICANDO-AS NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

DR. LEONARDO ADEMAR CAZOTTO - OAB-ES 13.156
PROCESSO DE Nº 059090001971 (3.508/09) - ALVARÁ
REQUERENTE: JOSÉ DE OLIVEIRA E OUTROS
FINALIDADE: CIÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 32/33 E PARA COMPROVAR A NECESSIDADE OU EVIDENTE INTERESSE DO MENOR NO TOCANTE A VENDA E TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL PERTENCENTE AO MENOR, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO.

DR. JOSÉ MARIO VIEIRA - OAB-ES 7.275
PROCESSO DE Nº 059060005010 (2.452/06) - ARROLAMENTO DE BENS
INVENTARIANTE:REQUERENTE: HUDSON NUNES DE OLIVEIRA
INVENTARIADO: TACIANO FERNANDES DE OLIVEIRA
FINALIDADE: CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 67/68 DOS AUTOS QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, INCOSO VIII, DO CPC.

DR. HUGO LEONARDO STEFENONI GUERRA - OAB-ES 9.361
PROCESSO DE Nº 059080008713 (3.339/08) - ALVARÁ
REQUERENTE: LAYANE CURZZEL DE LAIA
FINALIDADE: PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, CONSIDERANDO OS TERMOS DO OFÍCIO DE FLS 48 DOS AUTOS.

FUNDÃO/ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

MARIA DE LOURDES ROVER
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

COMARCA DE ICONHA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE ICONHA
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO

LISTA Nº 30/2009

A FORMA DO PROVIMENTO Nº 0014/99, DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DESTE ESTADO, POR DETERMINAÇÃO DO MM. JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA.

MMª. JUÍZA: DRª. SERENUZA MARQUES CHAMON
PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRª. ANA LÚCIA IVANESCIUC DE VALLIM BRAGA
ESCRIVÃO: PEDRO DIONISIO MANCINI JUNIOR

ADVOGADOS INTIMADOS NESTA LISTA:

DRª. MARCIANIA GARCIA ANHOLLETI
PROC. 02309000533-3 - ANULATÓRIA
REQUERENTE: MARINETE VALENTINA DA CUNHA LAEBER
REQUERIDO: COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORÂNEA DO ES - SICOOB
FINALIDADE: INTIMAR DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 09 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 16:30 HORAS.**

DR. ALESSANDRO SALLES SOARES
PROC. 02309000533-3 - ANULATÓRIA
REQUERENTE: MARINETE VALENTINA DA CUNHA LAEBER
REQUERIDO: COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORÂNEA DO ES - SICOOB

FINALIDADE: INTIMAR DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 09 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 16:30 HORAS.**

DR. LUSMAR ALBERTASSI
PROC. 02309600645-1 - EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO HONORIO
REQUERIDO: ECOP EMPRESA CAPIXABA OBRAS E PROJETOS
FINALIDADE: INTIMAR QUE FINDOU O PRAZO DA SUSPENSÃO .

DR. ANDRESSA MARIA TRAVEZANI LOVATTI
PROC. 02307000703-6 - RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL
REQUERENTE: MAYKON LORENCINI BERGAMASCHI
FINALIDADE: INTIMAR PARA PROCEDER A DEVOLUÇÃO DOS PRESENTES AUTOS EM 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO CPC.

DR. RODOLFO MOREIRA REIS CARNEIRO
PROC. 02303000557-5 - INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS
REQUERENTE: M. C. S.
REQUERIDO: J. C.
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 198/199: "JULGO PROCEDENTE O PEDIDO TRAZIDO NA INICIAL E FIXADO ALIMENTOS NO IMPORTE DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO SALÁRIO-MÍNIMO".

ICONHA, 14 DE SETEMBRO DE 2009.

PEDRO DIONISIO MANCINI JUNIOR
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

COMARCA DE ITAGUAÇU

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
COMARCA DE ITAGUAÇU

RUA VICENTE PEIXOTO DE MELO, 32 - CENTRO - ITAGUAÇU-ES., CEP. 29 690 000 - FONE 027 3725-1157 -
E-MAIL 2OFICIO-ITAGUACU@.TJ.ES.GOV.BR

EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE QUINZE DIAS

O EXMO. DOUTOR **BOANERGES ELER LOPES**, MM JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA DE ITAGUAÇU/ES, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE NESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO SE PROCESSAM OS AUTOS DA **AÇÃO PENAL**, REGISTRADA SOB **N.º 025.09.000411-7**, PROPOSTA PELO **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** CONTRA **DELSON JOSÉ FARIAS**, BRASILEIRO, CASADO, NASCIDO AOS 14.07.1971, NATURAL DE TEÓFILO OTONI(MG), FILHO DE HOMERO NUNES DE SOUZA E MARIA JOSÉ DE FARIAS, COM ÚLTIMO ENDEREÇO NA RUA PROJETADA, S/ Nº , BARRO PRETO, ITAGUAÇU(ES), ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, QUE FICA **CITADO** DE TODOS OS TERMOS DA DENÚNCIA DE FOLHAS 02/04, CUJA CÓPIA SE ENCONTRA EM CARTÓRIO, PARA RESPONDER A ACUSAÇÃO POR ESCRITO, NO PRAZO DE DEZ (10) DIAS, PODENDO ARGÜIR PRELIMINARES E ALEGAR O QUE TIVER EM SUA DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS PRETENDIDAS E ARROLAR TESTEMUNHAS, ATÉ O MÁXIMO DE OITO (08), QUALIFICANDO-AS E REQUERENDO SUA INTIMAÇÃO, QUANDO NECESSÁRIO, DEVENDO O ACUSADO SER ADVERTIDO DE QUE, CASO, NÃO TENHA CONDIÇÕES DE CONSTITUIR DEFENSOR PARA OFERECER A RESPOSTA ACIMA MENCIONADA, INFORME A ESTE JUÍZO, NO MESMO PRAZO A FIM DE QUE LHE SEJA NOMEADO DEFENSOR DATIVO, TENDO EM VISTA A FALTA DE DEFENSOR PÚBLICO NESTA COMARCA.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS E PARA QUE NO FUTURO NÃO SE POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL, COM PRAZO DE QUINZE DIAS, QUE SERÁ PUBLICADO PELA IMPRENSA OFICIAL DA JUSTIÇA DO ESTADO COM A FIXAÇÃO NO ÁTRIO DO FÓRUM LOCAL.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE ITAGUAÇU, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E DOIS (22) DIA DO MÊS DE SETEMBRO (09) DO ANO DE DOIS MIL E NOVE (2009). EU (SORAYA C. E. PEREIRA), CHEFE DE SECRETARIA, QUE O DIGITEI, CONFERI E SUBSCREVI.

SORAYA CONCEIÇÃO EPIFANIO PEREIRA
CHEFE DE SECRETARIA

COMARCA DE JERÔNIMO MONTEIRO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE JERÔNIMO MONTEIRO - 1ª ENTRÂNCIA
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

GABARITO DE INTIMAÇÃO Nº 039/2009

JUIZ DE DIREITO: DR. LUCIANO COSTA BRAGATTO
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MARCIO AULETE DE RONAI PEREIRA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: BEL. PAULO CÉSAR CAMPANHA

NA FORMA DO DISPOSTO CONTIDO NO PROVIMENTO DE Nº 014/99, FICA(M O(S) ADVOGADO(S) INFRA-NOMINADO(S), DEVIDAMENTE INTIMADO(S) NOS RESPECTIVOS AUTOS, PARA OS FINS DESCRITOS ABAIXO, COMO SEGUEM:

DR. JOÃO APRÍGIO MENEZES - OAB/ES 1.599
PROCESSO CÍVEL Nº 029.05.000094-1 (AÇÃO DE COBRANÇA)
REQUERENTE: UNIMED SUL CAPIXABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
REQUERIDA: ELIENE TEIXEIRA PAIVA
FINALIDADE: PARA QUE TOME CIÊNCIA DO R.DESPACHO DE FLS. 116, QUE DEFERIU O PEDIDO DE SUSPENSÃO PELO PRAZO DE 15 (QUINZE) MESES.

DR. DEICLESSUEL LIMA DAN - OAB/ES 9.966
PROCESSO CÍVEL Nº 029.05.000433-1 (AÇÃO DE DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES)
REQUERENTE:MARIA ARLENE SOUZA LIMA E OUTROS
REQUERIDO: JOÃO CARLOS DE SOUZA LIMA E OUTROS
FINALIDADE: PARA QUE TOME CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 185, QUE DEFERIU O PEDIDO DE FLS. 183 DOS AUTOS.

PROCESSO CÍVEL Nº 029.09.000207-1 (AÇÃO DE DANO INFECTO C/ PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA)
REQUERENTE:NILIS GOMES DA ROZA.
REQUERIDO: ABDALLA E CAETANO LTDA. ME
FINALIDADE: PARA QUE PROVIDENCIE O PAGAMENTO DAS CUSTAS NO VALOR DE R$ 260,66 (DUZENTOS E SESSENTA REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS).

DRª SÔNIA MARIA RIBEIRO TRISTÃO DA COSTA SOARES - OAB/ES 142-B
PROCESSO CÍVEL Nº 029.04.000069-6 (AÇÃO MONITÓRIA)
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A.
REQUERIDO: GRÁFICA FARIAS LTDA. E OUTROS
FINALIDADE: PARA QUE TOME CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 151, QUE DEFERIU O PEDIDO DE SUSPENSÃO PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES.

DR. ALFREDO ANGELO CREMASCHI - OAB/ES 6.050
PROCESSO CÍVEL Nº 029.03.000857-6 (AÇÃO SUMÁRIA DE CUMPRIMENTO DE ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE)
EMBARGANTE: SUELI FIRMINO DE OLIVEIRA

EMBARGADO: JOSÉ PAULO DE SOUZA VIEIRA
FINALIDADE: PARA QUE COMPROVE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DA CARTA PRECATORIA EXPEDIDA.

PROCESSO CÍVEL Nº 029.05.000560-1 (AÇÃO DE USUCAPIÃO DE IMOVEL RURAL)
REQUERENTES: VICENTE REGINI E MARIA PERPEDINA BIGHI REGINI
REQUERIDO: ESTE JUÍZO
FINALIDADE: PARA QUE FAÇA JUNTAR AOS AUTOS CERTIDÃO FALTANTE, MENCIONADA AS FLS. 58VERSO.

PROCESSO CÍVEL Nº 029.03.000871-7 (AÇÃO DE DESPEJO)
REQUERENTE:SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JERÔNIMO MONTEIRO/ES.
REQUERIDO: MARIO CESAR GOMES FILHO
FINALIDADE: PARA QUE REQUEIRA O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO.

PROCESSO CÍVEL Nº 029.03.000867-5 (MANDADO DE SEGURANÇA)
IMPETRANTE: MARIO CEZAR GOMES FILHO.
IMPETRADO: SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JERÔNIMO MONTEIRO/ES
FINALIDADE: PARA QUE PROVIDENCIE O PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS NO VALOR DE R$ 88,25 (OITENTA E OITO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS), NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

DR. FAGNER DA ROCHA ROSA - OAB/ES 12.690
PROCESSO CRIME Nº 029.08.000522-5 (AÇÃO PENAL)
AUTOR: A JUSTIÇA PÚBLICA
RÉU: ARGENTINO ADRIANO DE SILIS E OUTRO
FINALIDADE: PARA QUE TOME CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 416, E SE MANIFESTE SOBRE O REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE FLS. 415 DOS AUTOS.

DR. HELLISON DE ALMEIDA BEZERRA - OAB/ES 6.832
PROCESSO CRIME Nº 029.08.001071-2 (AÇÃO PENAL)
AUTOR: A JUSTIÇA PÚBLICA
RÉU: NILTON ALVES
FINALIDADE: PARA QUE TOME CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 131/135 QUE JULGOU IMPROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL.

DR. JOSÉ ROCHA JUNIOR - OAB/ES 9.494
PROCESSO CRIME Nº 029.08.000748-6 (AÇÃO PENAL)
AUTOR: A JUSTIÇA PÚBLICA
RÉU: MAURICIO DE PAULA DA SILVA
FINALIDADE: PARA QUE TOME CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS DO ETJ.

DR. LUIZ CARLOS ALVES VASQUES - OAB/ES 11.907
PROCESSO CRIME Nº 029.08.001195-9 (AÇÃO PENAL)
AUTOR: A JUSTIÇA PÚBLICA
RÉU: ADAO PEDRO
FINALIDADE: PARA QUE SE MANIFESTE EM ALEGAÇÕES FINAIS.

DR. EVERALDO VASQUEZ BUTTER - OAB/ES 7.770
PROCESSO CÍVEL Nº 029.03.000867-5 (MANDADO DE SEGURANÇA)
REQUERENTE: MÁRIO CÉSAR GOMES FILHO
REQUERIDO: SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JERONIMO MONTEIRO
FINALIDADE: PARA QUE REQUEIRA O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB ´PENA DE ARQUIVAMENTO.

JERÔNIMO MONTEIRO, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

PAULO CÉSAR CAMPANHA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

COMARCA DE MANTENÓPOLIS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE MANTENÓPOLIS
CARTÓRIO SEGUNDO OFÍCIO

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 055/2009

JUIZ: DR. LEONARDO MANNARINO TEIXEIRA LOPES
CHEFE DE SECRETARIA: RENILSON TONINI DA SILVA

01 - DR. GILSON VIEIRA DA SILVA (OAB/MG N°. 46.059)
PROCESSO N° 031.05.000070-7 AÇÃO: CIVIL PÚBLICA
REQUERENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REQUERIDO: EDIVALDO RICATTO E GILMAR VILAÇA DA SILVA
FINALIDADE: INTIMAR PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA ACEITAÇÃO DO PERITO, NO PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 48 HORAS, HAJA VISTA OS PRESENTES AUTOS ESTAR NA META 2 DO CNJ.

02 - DR. VINÍCIUS ALVES (OAB/ES N°. 9.023)
PROCESSO N° 031.05.000070-7 AÇÃO: CIVIL PÚBLICA
REQUERENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REQUERIDO: EDIVALDO RICATTO E GILMAR VILAÇA DA SILVA
FINALIDADE: INTIMAR PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA ACEITAÇÃO DO PERITO, NO PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 48 HORAS, HAJA VISTA OS PRESENTES AUTOS ESTAR NA META 2 DO CNJ.

03 - DRª. RENATA ELIAS PONTES FONSECA (OAB/ES N°. 12.452)
PROCESSO N° 031.06.000876-5 AÇÃO: INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: DELSO BARBOSA
REQUERIDO: BANCO PANAMERICANO
FINALIDADE: INTIMAR PARA DAR ANDAMENTO NO FEITO NO PRAZO DE CINCO DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO.

03 - DRª. JEANE APARECIDA CARVALHO ALVES (OAB/ES N°. 9.128) E DRª. NATALIA MADALENA DE SOUZA BRITO
PROCESSO N° 031.08.000581-7 AÇÃO: INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: VASTI VENTURA DE OLIVEIRA SOUZA
REQUERIDO: LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A
FINALIDADE: INTIMAR PARA APRESENTAR SUAS CONTRARAZÕES DE RECURSO, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

MANTENÓPOLIS, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

RENILSON TONINI DA SILVA
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO 3º OFICIO MANTENOPOLIS

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 044/2.009

JUIZ: DR. LEONARDO MANNARINO TEIXEIRA LOPES
PROMOTOR: DR. IZAIAS ANTÔNIO DE SOUZA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: WAGNER ALVES RAMOS

1 - DRª DALVANI SATHLER DA SILVA OAB/ ES 9.116
PROCESSO N º.031.09.000.934-6
AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE: OBEDES TEIXEIRA DOS REIS
REQUERIDO: MARILENE PEREIRA DA SILVA
FINALIDADDE: INTIMAR A ADVOGADA, PARA NO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, PROCEDER O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS POCESSSUAIS, SOB PENA DE BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO DEVIDO O INDEFERIMENTO AO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA, CONFORME O R. DESPACHO DE FLS. 20 DOS AUTOS.

2 - DR SEBASTIÃO FERRREIRA MONTEIRO OAB/ RJ 62.770
PROCESSO N º.031.09.000.835-5
AÇÃO: EXEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA .

REQUERENTE: SELECINA SOARES GARCIA DA SILVA
REQUERIDO: VALTEIR ALVES DA SILVA
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO, PARA NO PRAZO DE DEZ (10) DIAS, MANIFESTAR NO PRESENTE FEITO, CONFORME O R. DESPACHO DE FLS. 11 VERSO.

3 - DR SEBASTIÃO FERRREIRA MONTEIRO OAB/ RJ 62.770
PROCESSO N º.031.09.000.099-8
AÇÃO: DIVÓRCIO LITIGIOSO.
REQUERENTE: VALTEIR ALVES DA SILVA
REQUERIDO: SELECINA SOARES GARCIA DA SILVA
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 65 DOS AUTOS, PARA NO PRAZO DE DEZ (10) DIAS, FORMALIZAR A SUA DESCONSTUIÇÃO COMO MANDATÓRIO DO REQUERENTE, NA FORMA DO ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS.

4 - DRª.MARIA DA PENHA GOMES LOPES OAB/ES 3.935
PROCESSO N º.031.07.000.629-6
AÇÃO: EMBARGOS DE TERCEIRO .
REQUERENTE: POMAL - PEÇAS E OFICINA MARINHO LTDA..
REQUERIDO: UNIÃO FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA, DO R. DESPACHO DE FLS. 100 VERSO, PARA NO PRAZO DE DEZ (10) DIAS, APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS NO PRESENTE FEITO.

MANTENÓPOLIS, 16 DE SETEMBRO DE 2009.

WAGNER ALVES RAMOS
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO
CARTÓRIO CRIMINAL DA COMARCA DE MANTENÓPOLIS

LISTA DE INTIMAÇÃO 35/2009

JUIZ DE DIREITO:- DR. LEONARDO MANNARINO TEIXEIRA LOPES
PROMOTOR DE JUSTIÇA:- IZAÍAS ANTÔNIO DE SOUZA
CHEFE DE SECRETARIA:- EDNALVA BATISTA DE SOUSA CAPETTINI

01) -ADVOGADA:- DRª.JEANE APARECIDA CARVALHO ALVES - OAB/ES Nº **9.128 PROCESSO CRIME** Nº **031.09.000704-3**
RÉU:- ANGELDEMES PRADO
FINALIDADE:- INTIMÁ-LA PARA CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO QUE A NOMEOU COM ADVOGADA DATIVA DO REFERIDO ACUSADO QUE, ACEITANDO O ENCARGO, FICA NOTIFICADA PARA APRESENTAR DEFESA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, NOS AUTOS DO PROCESSO CRIME SUPRA MENCIONADO.

02)- ADVOGADA:- DRª.JEANE APARECIDA CARVALHO ALVES - OAB/ES Nº **9.128**
PROCESSO CRIME Nº **031.09.000705-0**
RÉU:- ANGELDEMES PRADO
FINALIDADE:- INTIMÁ-LA PARA CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO QUE A NOMEOU COM ADVOGADA DATIVA DO REFERIDO ACUSADO QUE, ACEITANDO O ENCARGO, FICA NOTIFICADA PARA APRESENTAR DEFESA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, NOS AUTOS DO PROCESSO CRIME SUPRA MENCIONADO.

03)- ADVOGADA:- DRª.JEANE APARECIDA CARVALHO ALVES - OAB/ES Nº **9.128**
PROCESSO CRIME Nº 031.09.000555-9
RÉU:- ALEONE ALVES DA SILVA
FINALIDADE:- INTIMÁ-LA PARA CIÊNCIA DO RESPEITÁVEL DESPACHO QUE A NOMEOU COM ADVOGADA DATIVA DO REFERIDO ACUSADO QUE, ACEITANDO O ENCARGO, FICA NOTIFICADA PARA APRESENTAR DEFESA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, NOS AUTOS DO PROCESSO CRIME SUPRA MENCIONADO.

04)- ADVOGADO:- DR.RONDINELLI TEODORO MAULAZ - OAB/ES Nº **10.708 E KEOMA DE SOUZA CALDEIRA - OAB/ES 11.4428**
PROCESSO CRIME Nº **031.07.000249-3**
RÉU:- MÁRCIO ROBERTO DA SILVA E OUTRO
FINALIDADE:- INTIMÁ-LO PARA APRESENTAR CONTRA-RAZÕES RECURSAIS, NOS AUTOS DO PROCESSO CRIME SUPRA MENCIONADO.

MANTENÓPOLIS, 21 DE SETEMBRO DE 2009

EDNALVA BATISTA DE SOUSA CAPETTINI
(CHEFE DE SECRETARIA)

COMARCA DE MARECHAL FLORIANO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTORIO DO 3O. OFICIO
COMARCA DE MARECHAL FLORIANO

O PROCESSO 05504000097-2 ESTÁ AMPARADO PELA ASSITÊNCIA JUDICIÁRIA CONFORME R. DESPACHO FL. 09.

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO 20 (VINTE) DIAS

O DR. **RICARDO DE REZENDE BASÍLIO**, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MARECHAL FLORIANO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC ...

FAZ SABER AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE TRAMITA POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO OS AUTOS DA **AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO**, **PROCESSO Nº 05504000097-2**, EM QUE É REQUERENTE S**. A. T. S.,** E REQUERIDO **ORLANDO VITÓRIO DOS SANTOS**, BRASILEIRO, CASADO, ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO.

FICA, PELO PRESENTE EDITAL, O SR ORLANDO VITÓRIO DOS SANTOS, ACIMA QUALIFICADO, **CITADO**, DE TODOS OS TERMOS E PARA TODOS OS FINS DA AÇÃO ACIMA REFERIDA, E, QUERENDO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, A CONTAR DO TÉRMINO DO PRAZO DO EDITAL, CONTESTAR A PRESENTE, SOB PENA DE NÃO O FAZENDO, SEREM TIDOS COMO VERDADEIROS SO FATOS NARRADOS PELO AUTOR NA INICIAL (CONFISSÃO E REVELIA).

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE MARECHAL FLORIANO/ES., AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUATRO. EU, (LUCIO FLAVO ZUCOLOTO XAVIER) ESC. JUDICIÁRIO O SUBSCREVI

RICARDO DE REZENDE BASÍLIO
JUIZ DE DIREITO

-**********-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTORIO DO 3O. OFICIO
COMARCA DE MARECHAL FLORIANO

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 038/2009.

JUÍZA DE DIREITO: CRISTINA ELLER PIMENTA BERNARDO
PROMOTOR DE JUSTIÇA: RODRIGO KOHLER GURTLER
CHEFE DE SECRETARIA: WANDERLEY JOSÉ CARMO

DR. NELSON MOREIRA JUNIOR
AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA - PROC. Nº 05509000973-3
REQUERENTE: E.E.A
REQUERIDO: A. R. A
PARA: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 37 DOS AUTOS. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O **DIA 02 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10:30 HORAS**

DR. NELSON MOREIRA JUNIOR
AÇÃO DE ALIMENTOS. Nº 05509000975-8
REQUERENTE: K.E.A. E C.E.A.
REQUERIDO: A. R. A
PARA: TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 29 DOS AUTOS. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 02 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10:30 HORAS.**

MARECHAL FLORIANO, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

WANDERLEY JOSÉ DO CARMO
CHEFE DE SECRETARIA - ATO. 674/09

COMARCA DE MONTANHA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
DA COMARCA DE MONTANHA

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O **DR. EVANDRO JOSÉ RAMOS FERREIRA** - MM. JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA DE MONTANHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER A TODOS QUANTOS O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE PELO MESMO CITA A REQUERIDA **FLAURISNEIDE RODRIGUES DA COSTA BEZERRA,** BRASILEIRA, CASADA, DO LAR, NATURAL DE NANUQUE/MG, NASCIDA AOS 14/08/1961, FILHA DE JOÃO PEREIRA DA COSTA E DE CUSTÓDIA RODRIGUES DA COSTA, ATUALMENTE RESIDINDO EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, PARA TOMAR CIÊNCIA DE TODOS OS TERMOS DA AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, **PROCESSO Nº 033.09.000820-3**, MOVIDA POR **LUCIVAL DOS SANTOS BEZERRA**, EM CURSO NESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO, E, QUERENDO, CONTESTÁ-LA, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS A PARTIR DO TÉRMINO DO PRESENTE EDITAL, SOB AS PENAS DA LEI, E, AINDA, FICA A REQUERIDA CIENTE, QUE ESTE JUÍZO FIXOU ALIMENTOS PROVISÓRIOS, NO VALOR DE 30% (TRINTA POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO, A SER PAGO, MENSALMENTE, A PARTIR DA CITAÇÃO, DIRETAMENTE AO REQUERENTE, MEDIANTE RECIBO, OU DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE, CASA A MESMA POSSUA CONTA BANCÁRIA.

E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E NINGUÉM POSSA JULGAR IGNORÂNCIA NO FUTURO, MANDOU O MM. JUIZ EXPEDIR O PRESENTE, QUE SERÁ PUBLICADO E AFIXADO NA FORMA DA LEI.

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE MONTANHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 22 (VINTE E DOIS) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO, DO ANO DOIS MIL E NOVE (2009). EU, ESCREVENTE JURAMENTADA, O DIGITEI E SUBSCREVO.

EDIVANE MENDES DOS SANTOS
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

COMARCA DE MUCURICI

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE MUCURICI
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

AV. PRESIDENTE KENNEDY, 107, PLANALTO - MUCURICI - ES 29.880-000 TEL / FAX. (027) 3751.1333

JUIZ DE DIREITO: DR. ANTÔNIO CARLOS FACHETI FILHO
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: DENICE ANNA COVRE SUSSAI

LISTA DE INTIMAÇÕES Nº 023/2009

01. PROCESSO Nº 034.09.000408 - 5
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQTE:MARIA DAS DORES COELHO DA SILVA
REQDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
ADVOGADO: DR. MARCOS SILVA NASCIMENTO
INTIMAÇÃO PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 05 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 16:00 HORAS.**

02. PROCESSO Nº 034.09.00406-9
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQTE: MADALENA PINHEIRO MIRAY
REQDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
ADVOGADO: DR. MARCOS SILVA NASCIMENTO
INTIMAÇÃO PARA COMPARECER Á AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 05 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15:00 HORAS.**

3. PROCESSO Nº 034.09.000407-7
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQTE: MARIA DE LOURDES PIRES
REQDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
ADVOGADO: DR. MARCOS SILVA NASCIMENTO
INTIMAÇÃO PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 19 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 15:00 HORAS.**

04. PROCESSO N° 034.09.000409-3
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQTE: IDALINA DE SOUZA RODRIGUES
REQDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
ADVOGADO: DR. MARCOS SILVA NASCIMENTO
INTIMAÇÃO PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 19 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:30 HORAS..**

05- PROCESSO N° 034.09.000410- 1
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQTE: ROSIVANE VIEIRA DE SOUZA
REQDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
ADVOGADO: DR. MARCOS SILVA NASCIMENTO.
INTIMAÇÃO DO R. DESPACHO DE FLS. 21 QUE DETERMINOU A CONFECÇÃO DE RELATÓRIO DETALHADO SOBRE A SITUAÇÃO DA AUTORA.

06. PROCESSO N° 034.09.000091 -9
AÇÃO: ORDINÁRIA
REQTE: LAURA BOLDRINI
REQDO: BANCO DO BRASIL
ADVOGADO: DR. JACKSON JOSÉ KRETLI
INTIMAÇÃO PARA SE MANIFESTAR SOBRE OS DOCUMENTOS JUNTADOS ÀS FLS. 72/78 NO PRAZO DE 05 DIAS.

07. PROCESSO N° 034.08.000063-0
AÇÃO: POSSESSÓRIA
REQTE: ADILSON DE SOUZA SANTOS
REQDO: ALEX DA SILVA FERRAZ
ADVOGADO: DR. JACKSON JOSÉ KRETLI
INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS REMANESCENTES NO VALOR DE R$229,75, NO PRAZO DE 10 DIAS SOB PENA DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

08. PROCESSO N° 034.05.000181-6
AÇÃO: DESAPROPRIAÇÃO
REQTE: MUNICÍPIO DE PONTO BELO
REQDO: FILISIONOR MOREIRA DE AGUILAR E OUTROS
ADVOGADOS: DR. EVANDRO RODRIGUES SANTOS E DR. GILBERTO FERNANDO LOUBACK
INTIMAÇÃO DO REQUERIDO PARA DIZER, NO PRAZO DE 10 DIAS, SE O VALOR DA INDENIZAÇÃO FOI INTEGRALMENTE PAGO PELO REQUERENTE E DO REQUERENTE PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS REMANESCENTES NO VALOR DE R$105,88 NO PRAZO DE 10 DIAS, SOB PENA DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA.

09. CARTA PRECATÓRIA N° 034.09.000652-8 (1ª VARA CÍVEL DE SERRA)
PROCESSO N°48070187603
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
REQTE: DACASA FINANCEIRA S/A
REQDO: WILSON DOS SANTOS ALVES
ADVOGADO: DR. EDUARDO GARCIA JUNIOR
INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS NO VALOR DE R$180,43 NO PRAZO DE 10 DIAS SOB PENA DE DEVOLUÇÃO SEM CUMPRIMENTO.

10. PROCESSO N° 034.05.000372-1
AÇÃO: EXECUÇÃO
EXEQTE: BANCO BANESTES S/A
EXEQDO: BRAZILEU TEIXEIRA DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO: DR. JOSÉ CARLOS SAID
INTIMAÇÃO PARA SE MANIFESTAR SOBRE A PETIÇÃO DE FLS. 143, NO PRAZO DE 10 DIAS.

MUCURICI 22 DE SETEMBRO DE 2009

DENICE ANNA COVRE SUSSAI
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

COMARCA DE MUNIZ FREIRE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO
COMARCA DE MUNIZ FREIRE

JUÍZA DE DIREITO: DRª CATARINA RAMOS ANTUNES
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: BENÍGNO RICARDO LÚCIO

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 21/09

I- DR. LUIZ MARIA BORGES DOS REIS -OAB/5.632
DR.JOACY MACHADO PEREIRA - OAB/ES Nº 2.518
PROCESSO Nº 037.02.00199-8 (EMBARGOS DE TERCEIROS)
EMBARGANTE: AMÉLIA FIM FAVORETO
EMBARGADA: A UNIÃO
FIM: INTIMAR OS ILUSTRES ADVOGADOS PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS.55/61, QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS EMBARGOS DE TERCEIROS, COM RESOLUÇÃO MERITÓRIA, NA FORMA DO ART. 269, I, DO CPC.

II- DR. VICENTE SILVEIRA - OAB/ES Nº 1192
PROCESSO Nº 037.05.000298-6 (INVENTÁRIO)
INVENTARIANTE: OLIVEIRA TEODORO DA SILVA
INVENTARIADA: LUZIA FRANCISCA DA SILVA
FIM: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FL.88, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO NA FORMA DO ART.267,III, DO CPC.

III-DR.JEFERSON GONÇALVES DA COSTA - OAB/ES 1987
PROCESSO Nº 222.2009.05516 (GUIA DE EXECUÇÃO CRIMINAL)
AUTOR DO FATO: WEBER JORDEM ALMANÇA
FIM: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO PARA CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL.38, QUE INCLUIU O FEITO NA PAUTA DE AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA PARA O DIA **14 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 15H.**

IV-DR.VINICIUS PAVESSI LOPES - OAB/ES Nº 10.586
PROCESSO Nº 03704000073-1 (ARROLAMENTO)
INVENTARIANTE: MARIA DE PAULA BICALHO TAMBARA
INVENTARIADO: LAUCIELIO TAMBARA
FIM: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO PARA CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL.54, NO SENTIDO DE FAZER JUNTADOS AUTOS AS CERTIDÕES NEGATIVAS FAZENDÁRIAS DO ESPÓLIO, BEM COMO APRESENTAR PARTILHA AMIGÁVEL E/OU PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO, SE FOR O CASO, NO PRAZO DE 15 DIAS.

V-DRª BERNADETE DALL" ARMELLINA - OAB/ES 7.210
PROCESSO Nº 03708001140-8 (EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA)
EXEQUENTE: G.M.R.F, REPRESENTADA POR SUA GENITORA MARIA DA PENHA REIS
EXECUTADO: JOVÊNCIO FABRE NETO
FIM: INTIMAR A ILSUTRE ADVOGADA PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FL.39, QUE DECLAROU SATISFEITA A OBRIGAÇÃO IMPOSTA NO TÍTULO EXECUTITO (ART. 795, CPC) E CONSEQUENTEMENTE EXTINTA A EXECUÇÃO, NA FORMA DO ART. 794, I, DO CPC.

VI-DRª CAMILA FELETI DE CASTRO - OAB/ES Nº 13.152
PROCESSO Nº 03709001121-6 (CONVERSÃO CONSENSUAL DE SEPARAÇÃO JUDICIAL EM DIVÓRCIO)
REQUERENTES: HAROLDO FRANCISCO DE CASTRO E MARIA JOSÉ FELETI
FIM: INTIMAR A ILUSTRE ADVOGADA PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FL.11, QUE HOMOLOGOU A CONVERSÃO DA SEPARAÇÃO JUDICIAL EM DIVÓRCIO, CONFORME SOLICITADO ÀS FLS.02/03, PARA EXTINGUIR O VÍNCULO MATRIMONIAL.

VII-DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA JUNIOR - OAB/ES Nº 14.002
PROCESSO Nº 03709001316-2 (HABILITAÇÃO PARA ADOÇÃO)
REQUERENTES: ANDRÉA MELO VILLELA DE CARVALHO E OUTRO
FIM: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FL.12, QUE DEFERIU O PEDIDO PARA O FIM DE INCLUIR OS REQUERENTES NO CADASTRO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO DESTE JUÍZO.

VIII-DRªMARCELA CLIPES - OAB/ES Nº 13.224
PROCESSO Nº 03704000447-7 (INVENTÁRIO)
INVENTARIANTE: E.B.M.C, REPRESENTADA POR SUA GENITORA MARIA MACEDO DIAS
INVENTARIADO: JOÃO CAMPORESI
FIM: INTIMAR A ILUSTRE ADVOGADA PARA MANIFESTAR-SE, NO PRAZO DO ART. 1024, SOBRE O ESBOÇO DE PARTILHA DE FL.87.

IX-DR.DÓRIO PIMENTEL - OAB/ES Nº 5.339
PROCESSO Nº 03707000084-1 (EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL)
EMBARGANTE: CONSTRUTORA ARÊAS LTDA.
EMBARGADA: A UNIÃO
FIM: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FL.20/22, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO MERITÓRIA.

X- DR.HERON DUMIT ALCURE - OAB/ES Nº 3.979
PROCESSO Nº 03705000682-6 (EMBARGOS DE TERCEIRO)
EMGARGANTE: MARIA MAURA SILVA BASTOS
EMBARGADO: O MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE/ES
FIM: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS.71/74, QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS (FLS.02/10) PARA O FIM DE PROMOVER A DESCONSTITUIÇÃO DA PENHORA.

XI-DR. ATÍLIO GIRO MEZADRE - OAB/ES Nº 10.221
A) PROCESSO Nº 03705000620-1 (EMBARGOS DE TERCEIRO)
EMBARGANTE: MARIA ALINA CÔGO
EMBARGADA: A UNIÃO
FIM: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS.28/30, QUE ACOLHEU O PEDIDO FORMULADO NOS EMBARGOS PARA TORNAR INSUBSISTENTE A PENHORA EMBARGADA, COM A EXCLUSÃO DA MEAÇÃO DA EMBARGANTE SOBRE A CONSTRIÇÃO ALVEJADA (50% DO IMÓVEL SITUADA NA RUA JOSÉ MARTINS, 401, MUNIZ FREIRE/ES).

B)PROCESSO Nº 03703000617-7 (EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL)
EMBARGANTE: FRANCISCO CÔGO
EMBARGADA: A UNIÃO
FIM: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS.40/43, QUE NÃO ACOLHEU OS PEDIDOS FORMULADOS NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO, MANTENDO INÓLUME A PENHORA CONSTANTE DOS AUTOS DA EXECUÇÃO Nº 03703000130-1.

C) PROCESSO Nº 03703000618-5 (EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL)
EMBARGANTE: FRANCISCO CÔGO
EMBARGADA: A UNIÃO

FIM: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS.40/43, QUE NÃO ACOLHEU OS PEDIDOS FORMULADOS NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO, MANTENDO INCÓLUME A PENHORA CONSTANTE DOS AUTOS DA EXECUÇÃO Nº 03703000130-1.

MUNIZ FREIRE (ES), 22 DE SETEMBRO DE 2.009.

BENIGNO RICARDO LÚCIO
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

COMARCA DE MUQUI

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
COMARCA DE MUQUI

JUÍZA DE DIREITO: FABÍOLA CASAGRANDE SIMÕES
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. FÁBIO BAPTISTA DE SOUZA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: OROMAR GOMES DA COSTA
ESCREVENTE JURAMENTADO: ANA CÉLIA DE OLIVEIRA V. CARMANHANES

LISTA DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº **042/2009**

1) DR. FÁBIO MAURI VICENTE - OAB/ES Nº **11.083 E DR. SELÇO DALTO - OAB/ES Nº 1.614**
PROCESSO Nº **036.080012259 (1159/08) - JEC - AÇÃO COBRANÇA**
REQUERENTE: ALDO DA SILVA RODRIGUES
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DOS CÁLCULOS.

2) DR. EVALDO CESAR FARIAS ARAUJO OAB/ES Nº 6.456
PROCESSO Nº **036.090000666 (1184/09) - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - OBRIGAÇÃO DE FAZER**
REQUERENTE: MARIA LUCIA RONCATI
REQUERIDO: MARCELO A R SILVA
FINALIDADE: INTIMAR DA CERTIDÃO DE FL. 114, E PARA INDICAR BENS PASSÍVEIS DE PENHORA NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

3) DR. LUIZ CARLOS ALVES VASQUES - OAB/ES Nº **11.907**
PROCESSO Nº **036.090004833 (1231/09) - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL**
EXEQUENTE: CELSO LUIZ RODRIGUES ALVES
EXECUTADO: ANTÔNIO ILAS BERNARDI E OUTRO
FINALIDADE: INTIMAR PARA INDICAR BENS A PENHORA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

4) DR. LUIZ CARLOS FILGUEIRAS - OAB/ES Nº **1.549 E DR. SELÇO DALTO - OAB/ES Nº 1.614**
PROCESSO Nº **036.090000187 (1140/09) - JEC - COBRANÇA**
REQUERENTE: LUIZ CARLOS FILGUEIRAS
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO CÁLCULO DE FL. 22/26.

5) DR. HELENO SALUCI BRAZIL - OAB/ES Nº **9636 E DR. SELÇO DALTO - OAB/ES Nº 1.614**
PROCESSO Nº **036.090000377 (1179/09) - JEC - COBRANÇA**
REQUERENTE: JORGE ARY MACHADO BRAZIL
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DOS CÁLCULOS.

6) DR. EVALDO CESAR FARIAS ARAUJO OAB/ES Nº 6.456
PROCESSO Nº **036.090004742 (1230/09) - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL**
REQUERENTE: LUIZ ANTONIO MURI FARIAS
REQUERIDO: HALLAN FARIA FELIX
FINALIDADE: INTIMAR PARA INDICAR BENS A PENHORA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

7) DR. GENÉSICO MOFATI VICENTE- OAB/ES Nº **8.031 E DR. SELÇO DALTO - OAB/ES Nº 1.614**
PROCESSO Nº **036.080012036 (1173/09) - JEC - COBRANÇA**
REQUERENTE: JANDIRA DEFANTE PRUCOLI
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO CÁLCULO DE FL. 54/59.

8) DR. GENÉSICO MOFATI VICENTE- OAB/ES Nº **8.031 E DR. EDUARDO MILHEIROS FONSECA OAB/ES 8.499**
PROCESSO Nº **036.080012093 (1197/09) - JEC - COBRANÇA**
REQUERENTE: MARLENE DIAS DE BRITO
REQUERIDO: UNIBANCO SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DOS CÁLCULOS.

9) DR. FÁBIO MAURI VICENTE - OAB/ES Nº **11.083 E DR. JOSÉ ALEXANDRE CHIEM SARE - OAB/ES Nº 12.665**
PROCESSO Nº **036.090000047 (1142/09) - JEC - COBRANÇA**
REQUERENTE: CLARINDO JOSÉ VICENTE
REQUERIDO: BANESTES SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DOS CÁLCULOS.

10) DR. GENÉSICO MOFATI VICENTE- OAB/ES Nº **8.031 E DR. SELÇO DALTO - OAB/ES Nº 1.614**
PROCESSO Nº 036.080012010 (1169/09) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: WALLACE TÂMARA
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DOS CÁLCULOS.

11) DR. LUIZ CARLOS FILGUEIRAS - OAB/ES Nº 1.549 E DR. SELÇO DALTO - OAB/ES Nº 1.614
PROCESSO Nº 036.090000153 (1136/09) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: LUIZ CARLOS FILGUEIRAS
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO CÁLCULO DE FL. 41/43.

12) DR. LUIZ CARLOS FILGUEIRAS - OAB/ES Nº 1.549 E DR. SELÇO DALTO - OAB/ES Nº 1.614
PROCESSO Nº 036090000179 (1139/09) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: LUIZ CARLOS FILGUEIRAS
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO CÁLCULO DE FL. 22/25.

13) DR. LUIZ CARLOS FILGUEIRAS - OAB/ES Nº 1.549 E DR. SELÇO DALTO - OAB/ES Nº 1.614
PROCESSO Nº 036.090000096 (1156/09) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: LUZIA LANDI GUALANDI
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO CÁLCULO DE FL. 44/49.

14) DR. SELÇO DALTO - OAB/ES Nº 1.614 E DR. GENESIO MOFATI VICENTE OAB/ES 8031
PROCESSO Nº 036.080011558 (1120/08) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: JOSÉ PENA VILA MOZELI
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO CÁLCULO DE FL. 58/63.

15) DR. GENÉSICO MOFATI VICENTE - OAB/ES Nº 8.031 E DR. SELÇO DALTO - OAB/ES Nº 1.614
PROCESSO Nº 036.080012028 (1163/08) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: MARLENE VIEIRA DE FREITAS LIMA
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO CÁLCULO DE FL. 35/40.

16) DR. FÁBIO MAURI VICENTE - OAB/ES Nº **11.083 E DR. JOSÉ ALEXANDRE CHEIM SADER - OAB/ES Nº 12.665**
PROCESSO Nº 036090000054 (1151/09) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: VERÔNICA RIBEIRO MASSINI
REQUERIDO: BANESTES SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO CÁLCULO DE FL. 84/89.

17) DR. GENÉSICO MOFATI VICENTE - OAB/ES Nº 8.031 E DR. SELÇO DALTO - OAB/ES Nº 1.614
PROCESSO Nº 036080012044 (1174/069) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: JOÃO BATISTA MASSINI
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO CÁLCULO DE FL. 70/76.

18) DR. JARDEL OLIVEIRA LUCIANO - OAB/ES Nº 14.6829 E DRª. ALINE FARIA DE OLIVEIRA - OAB/ES Nº 11.923

PROCESSO N° 036080008711 (1080/08) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: MARIA BERNADETE GAVA RAPHAEL
REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO CÁLCULO DE FL. 102.

19) DR. JARDEL OLIVEIRA LUCIANO - OAB/ES N° 14.6829 E DRª. PATRICIA GRECHI DE MELLO - OAB/ES N° 13.104
PROCESSO N° 036080011392 (1124/08) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: REGINALDO FERREIRA DE PINHO
REQUERIDO: UNIBANCO SA
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DOS CÁLCULOS.

20) DR. FÁBIO MAURI VICENTE - OAB/ES N° 11.083
PROCESSO N° 036070003920 (814/07) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: CLARINDO JOSÉ VICENTE
REQUERIDO: BANESTES SA
FINALIDADE: AO AUTOR, FL. 98.

21) DR. JEFFERSON BARBOSA PEREIRA - OAB/ES N° 5.215
PROCESSO N° 036070007202 (746/07) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: ROBERTO ROMILDO NERY
REQUERIDO: TELEST CELULAR SA
FINALIDADE: AO EXEQUENTE, FL. 128.

22) DR. GENÉSICO MOFATI VICENTE - OAB/ES N° 8.031
PROCESSO N° 036090003751 (1216/09) - JEC - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE: AMARILDO MILHEIROS
EXECUTADO: GENISMAR RANGEL
FINALIDADE: INTIMAR PARA INFORMAR NOVO ENDEREÇO DO EXECUTADO OU INDIQUE BENS A PENHORA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

23) DR. LUIZ CARLOS FILGUEIRAS - OAB/ES N° 1.549
PROCESSO N° 036070009232 (913/07) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: LUIZ CARLOS FILGUEIRAS
REQUERIDO: VERA LÚCIA MORAES DA SILVA
FINALIDADE: INTIMAR DA SENTENÇA DE FL. 12, CUJA A PARTE DISPOSITIVA É A SEGUINTE: " (...) DIANTE DO EXPOSTO JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, APLICANDO À ESPÉCIE O 267, VIII DO CPC (...)".

24) DR. FABRICO CALEGARIO SENA - OAB/ES N° 9.501
PROCESSO N° 036070003771 (840/07) - JEC - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE: PAULO MACHADO MAQUINAS LTDA. ME
EXECUTADO: ROBERTO FERNANDES JÚNIOR
FINALIDADE: INTIMAR DA SENTENÇA DE FL. 50, CUJA A PARTE DISPOSITIVA É A SEGUINTE: " (...) ASSIM SENDO, COM BASE NO § 4° DO ART. 53 DA LEI 9.099/95 E ENUNCIADO 75 DO FONAJE, JULGO EXTINTO O PROCESSO DETERMINANDO A DEVOLUÇÃO DO DOCUMENTO DE FL. 10 AO AUTOR (...)"

25) DRª. VILMA GONÇALVES TRISTÃO - OAB/ES N° 4.457 E DR. GENÉSIO MOFATI VICENTE - OAB/ES N° 8.031
PROCESSO N° 036070007418 (890/07) - JEC - INDENIZATÓRIA
REQUERENTE: EDSON GARCIA DE SOUZA
REQUERIDO: WANDERSON DOS SANTOS SILVA
FINALIDADE: INTIMAR DA SENTENÇA DE FL. 40, CUJA A PARTE DISPOSITIVA É A SEGUINTE: " (...) ASSIM SENDO, COM BASE NO § 4° DO ART. 53 DA LEI 9.099/95 E ENUNCIADO 75 DO FONAJE, JULGO EXTINTO O PROCESSO (...)".

26) DR. EWERTON VARGAS WANDERMUREN - OAB/ES N° **12.241**
PROCESSO N° 036080003621 (979/08) - JEC - COBRANÇA
REQUERENTE: CELI DE OLIVEIRA
REQUERIDO: JORGE GABRIEL FILHO
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DA REDESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 21/10/2009 ÀS 10:00 HORAS**.

MUQUI -ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

OROMAR GOMES DA COSTA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
COMARCA DE MUQUI

JUIZ SUBSTITUTO: DRA FABIOLA CASAGRANDE SIMÕES
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. FÁBIO BAPTISTA DE SOUZA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO: OROMAR GOMES DA COSTA
ESCREVENTE JURAMENTADO: WASHINGTON FRANCISCO RODRIGUES

LISTA DE INTIMAÇÃO Nº 44-2009

01 - DR. FABIO MAURI VICENTE - OAB/ES Nº 11.083
PROCESSO Nº 03609000096-3 (1612/09) - AÇÃO PENAL
AUTORA: A JUSTIÇA PÚBLICA
RÉUS: JOÃO BATISTA FIRMINO E OUTRO
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 15/10/2009, ÀS 14:00 HORAS.**

02 - DR. JOÃO AUGUSTO FARIA DOS SANTOS - OAB/ES Nº 13.421
PROCESSO Nº 03609000211-8 (1627/09) - AÇÃO PENAL
AUTORA: A JUSTIÇA PÚBLICA
RÉ: ALLAN ASSAD RIBEIRO
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 03/11/2009, ÀS 13:30 HORAS.**

03 - DR. JARDEL OLIVEIRA LUCIANO - OAB/RJ Nº 146829
PROCESSO Nº 03608000037-9 (1541/08) - AÇÃO PENAL
AUTORA: A JUSTIÇA PÚBLICA
RÉU: CRISTIANO GOULART DA SILVA
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA PARA OS FINS DO ART. 28 DA LEI 11.343/06, PARA O **DIA 21/10/2009, ÀS 16:00 HORAS.**

01- DR. VANDERLAAN COSTA - OAB/ES Nº 1370
PROCESSO Nº 036.09.000313-2 (908/09) - JECRIM
AUTOR DO FATO: DIEGO PEREIRA RODRIGUES
VITIMA: ANTONIO DE PÁDUA RIBEIRO RODRIGUES
FINALIDADE: PARA CIÊNCIA DA R. SENTENÇA DE FLS. 25, QUE JULGOU EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AUTOR DO FATO, EM FACE DO CUMPRIMENTO DA PENA.

MUQUI, 22 DE SETEMBRO DE 2009

OROMAR GOMES DA COSTA
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE MUQUI
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO

LISTA Nº 37/09

JUIZ DE DIREITO: DR. JOSÉ FLAVIO D'ANGELO ALCURI
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. FÁBIO BAPTISTA DE SOUZA
ESCRIVÃ: CÉLIA MARIA DE OLIVEIRA VICENTE

01- DR. FÁBIO MAURI VICENTE
PROC. Nº 03608001062-6 SEPARAÇÃO LITIGIOSA
REQUERENTE: ANDRESSA SANTOS FURTADO MENDONÇA
REQUERIDO: CRISTIANO MÁRCIO MENDONÇA
PARA COMPARECER À AUDÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTODESIGNADA PARA O **DIA 11/11/2009, ÀS 13:30 HORAS**.

02- DRª REICHIELE VANESSA VERVLOET DE CARVALHO
PROC. Nº 03605000401-3 EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA
EXEQUENTE: ISABELA ROSA DE ARAÚJO
EXECUTADO: ERIVELTO DIOGO DA SILVA
PARA PROCEDER A ENTREGA DO BEM, OBJETO DA PENHORA DE FLS. 49, A EXEQUENTE.

03- DRS. HELLISON DE ALMEIDA BEZERRA E CARMELITA BELMOCK BEZERRA
PROC. Nº 03609000502-0 ALIMENTOS
REQUERENTE: JULIANE MOREIRA TOSTA
REQUERIDO: GILBERTO MEIRELLES ALMEIDA
PARA TOMAREM CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 12, QUE DETERMINA A REMESSA DOS AUTOS À COMARCA DE ATÍLIO VIVACQUA.

04- DR. CLÁUDIO MANCIO BARBOSA
PROC. Nº 03608000607-9 SEPARAÇÃO CONSENSUAL
REQUERENTE: MARIA LUCIANE DIAS DA SILVA
REQUERIDO: JOÃO ROBERTO DA SILVA
PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA ESPECIAL, DESIGNADA PARA O **DIA 08/10/2009, ÀS 12:45 HORAS**.

05- DR. MÁRIO SÉRGIO NEMER VIEIRA
PROC. Nº 03608000280-5 AÇÃO ORDINÁRIA DE PERDAS E DANOS
REQUERENTE: WAGNER VICTÓRIO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE MUQUI
PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, INDICAR E QUALIFICAR AS TESTEMUNHAS QUE PRETENDE OUVIR, SOB PENA DE PRECLUSÃO DA REFERIDA PROVA (ART. 407 DO CPC), BEM COMO COMPARECER À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 10/11/2009, ÀS 14:30 HORAS**.

06- DR. MÁRIO SÉRGIO NEMER VIEIRA
PROC. Nº 03608000298-7 AÇÃO ORDINÁRIA DE PERDAS E DANOS
REQUERENTE: CLÍNICA DA FAMÍLIA LTDA...
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE MUQUI
PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O **DIA 10/11/2009, ÀS 15:00 HORAS**.

07- DR. HELENO SALUCI BRAZIL
PROCS. Nº S 03608000280-5 E 03608000298-7 AÇÕES ORDINÁRIAS DE PERDAS E DANOS
REQUERENTES: WAGNER VICTÓRIO / CLÍNICA DA FAMÍLIA LTDA...
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE MUQUI
PARA COMPARECER ÀS AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADAS PARA O **DIA 10/11/2009, ÀS 14:30 E 15:00 HORAS**

MUQUI/ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009

CÉLIA MARIA DE OLIVEIRA VICENTE
ESCRIVÃ

COMARCA DE PRESIDENTE KENNEDY

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE PRESIDENTE KENNEDY
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE VINTE (20) DIAS

JUSTIÇA GRATUITA

DIVÓRCIO LITIGIOSO Nº 041.09.000547-5
REQUERENTE: MARINEIS DE FARIA VIEIRA HENRIQUES
REQUERIDO: WALMIR DOS SANTOS HENRIQUES

CITAR: O REQUERIDO**: WALMIR DOS SANTOS HENRIQUES,** BRASILEIRO, CASADO, MOTORISTA, NASCIDO EM 14/03/1968, FILHO DE MANOEL BATISTA HENRIQUES E DE NILZA DOS SANTOS HENRIQUES, QUE ENCONTRA-SE ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, CONFORME PETIÇÃO DE FLS. 02/05. FINALIDADE**:** TOMAR CIÊNCIA DA AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO ACIMA MENCIONADA, PARA, QUERENDO, CONTESTÁ-LA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONSOANTE O DISPOSTO NO ART. 297 DO CPC, SOB PENA DE PRESUMIREM-SE ACEITOS COMO VERDADEIROS AS ALEGAÇÕES DA AUTORA (ART. 285 DO CPC).

E PARA QUE NÃO SE ALEGUE IGNORÂNCIA, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ AFIXADO NA SEDE DESTE JUÍZO, NO LOCAL DE COSTUME E PUBLICADO NA FORMA DA LEI.

DADO E PASSADO AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE, NESTA CIDADE E COMARCA DE PRESIDENTE KENNEDY, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. EU, , GEANINE RODRIGUES VIANA, ESCRIVÃ JUDICIÁRIA A DIGITEI, CONFERI E SUBSCREVI.

GEANINE RODRIGUES VIANA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA
"UT PROV Nº 001/98 DA ECGJ-ES "

COMARCA DE RIO BANANAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
COMARCA DE RIO BANANAL

LISTA DE IMPRENSA Nº . 024-2009

JUIZ DE DIREITO: DR. CARLOS HENRIQUE RIOS DO AMARAL FILHO.
PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ADRIANI OZÓRIO DO NASCIMENTO.
ESCRIVÃO SUBSTITUTO: ALEXANDRE SARDINHA TEBALDI.

1. PROCESSO Nº .: 052.08.000755-3. (AÇÃO INDENIZATÓRIA)
REQUERENTE: EDMILSON SANTO ELIZIÁRIO
REQUERIDO: ROBSON CARMINATE E OUTROS
FINALIDADE: INTIMAR OS ADVOGADOS DAS PARTES, DR**. MACIEL FERREIRA COUTO, OAB/ES 8.622; DR. BRUNO FREITAS ORLETI OAB/ES 14.750 E DR. ELOISA HELENA GRASSI, OAB/ES 6476,** DO DESPACHO DE FLS. 34 VERSO, PARA TOMAR CIÊNCIA DO OFÍCIO DE FLS. 31, BEM COMO PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

2. PROCESSO Nº .: 052.09.000401-2. (AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL)
REQUERENTE: RUBENS JOSÉ FRANÇA DULAR UTILIDADES ME
REQUERIDO: WEDER GONÇALVES DE SOUZA
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE, DR. **MACIEL FERREIRA COUTO, OAB/ES 8.622,** DO DESPACHO DE FLS. 26 VERSO, PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 25, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS**.**

3. PROCESSO Nº .: 052.09.000487-1 (AÇÃO DE COBRANÇA)
REQUERENTE: APARECIDA COMAN COUTINHO ALTOE ME
REQUERIDO: DIVINA CLAUDIO SILVA
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE, DRª **ELAINE CRISTINA ARPINI, OAB/ES 11.959**, DA SENTENÇA DE FLS. 17, QUE HOMOLOGOU A DESISTENCIA FORMULADA, JULGANDO, POR CONSEQUENCIA, EXTINTO O PROCESSO.

4. PROCESSO Nº .: 052.09.000212-3 (AÇÃO INDENIZATÓRIA)
REQUERENTE: IRACI TAVARES PICOLI
REQUERIDO:TELEMAR NORTE LESTE S/A.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERIDA, DR. **HENRIQUE ABI-ACKEL TORRES, OAB/SP 9.689, E DR. BRUNO FREITAS ORLETI, OAB/ES 14.750,** DA DECISÃO DE FLS. 46, QUE ACOLHEU PARCIALMENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E EXCLUIU DA CONDENAÇÃO APENAS E TÃO-SOMENTE NO QUE SE REFERE EM OBRIGAÇÃO DE FAZER RELATIVA A DISCRIMINAÇÃO DAS LIGAÇÕES DE PULSOS ALÉM DA FRANQUIA NO TELEFONE DA AUTORA, PORQUANTO NÃO CONSTA NO PLEITO DA INICIAL QUALQUER TIPO DE PEDIDO NESSE SENTIDO POR TRATAR-SE DE ERRO MATERIAL DE DIGITAÇÃO, NÃO CONSTANTE DO PEDIDO INICIAL.

5. PROCESSO Nº .: 052.09.000398-0. (AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL)

REQUERENTE: RUBENS JOSÉ FRANÇA DULAR UTILIDADES ME
REQUERIDO: JAMILTON BARBOSA DOS SANTOS.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE, DR. **MACIEL FERREIRA COUTO, OAB/ES 8.622**, DO DESPACHO DE FLS. 21 VERSO, PARA QUE, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, O DOUTO ADVOGADO FORNEÇA O ENDEREÇO CORRETO DO REQUERIDO, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO.

6. PROCESSO Nº .: 052.09.000363-4 (AÇÃO DE COBRANÇA)
REQUERENTE:DU ADUBO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.. ME
REQUERIDO: ANTONIO ELIMAR MARIM.
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE, DRª **ELAINE CRISTINA ARPINI, OAB/ES 11.959**, DO DESPACHO DE FLS. 17, PARA QUE ESCLAREÇA ACERCA DO ITEM II DO REFERIDO DESPACHO E PARA QUE INDIQUE O DOCUMENTO INDICATIVO DO AJUSTE PRÉVIO NO MOMENTO DA REALIZAÇÃO DO CADASTRO, BEM COMO DOCUMENTOS RELATIVOS AO CADASTRO REFERIDO À FLS. 03 E PARA QUE DIGA QUAL A NATUREZA DO DOCUEMNTO DE FLS. 06 E A QUE ELE SE REFERE, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

7. PROCESSO Nº .: 052.08.000905-4. (AÇÃO DE COBRANÇA)
REQUERENTE: ARPINI SUPERMERCADO ME EPP
REQUERIDO: PAULO MAURICIO GINELI.
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE, DRª **ELAINE CRISTINA ARPINI, OAB/ES 11.959,** PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS.31 E PARA SE MANIFESTAR NO PRAZO LEGAL**.**

8. PROCESSO Nº .: 052.08.000737-1. (AÇÃO INDENIZATÓRIA)
REQUERENTE: MARGARETE RODZKO
REQUERIDO: FAUSTINO ARPINI CARMINATI
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE, DRª **ELOIZA HELENA GRASSI, OAB/ES 6.476**, DO DESPACHO DE FLS. 62, E PARA QUE APRESENTE AS CONTRA RAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO PELA PARTE REQUERIDA, NA FORMA DO ART. 42, § 2º DA LEI 9.099/95.

9. PROCESSO Nº .: 052.08.000889-0. (AÇÃO DE COBRANÇA)
REQUERENTE: ARPINI SUPERMERCADO ME EPP
REQUERIDO:MARIA LUCIA FORTES VIEIRA
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE, DRª **ELAINE CRISTINA ARPINI, OAB/ES 11.959**, DO DESPACHO DE FLS. 20-23, PARA QUE SE PRONUNCIE ACERCA DO ITEM II DO DESPACHO, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO.

10. PROCESSO Nº .: 052.09.000052-3. (AÇÃO INDENIZATÓRIA)
REQUERENTE: FABIO JUNIOR ZORTEA MOROZESKY
REQUERIDO: VALDEMIR SOTELE.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERIDA, DR**. MACIEL FERREIRA COUTO, OAB/ES 8.622**, DO DESPACHO DE FLS. 10, QUE SUSPENDEU O FEITO PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PARA QUE O AUTOR FALECIDO SEJA SUBSTITUIDO POR SEU ESPÓLIO OU POR SEUS SUCESSORES.

11. PROCESSO Nº .: 052.09.000167-. (AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA)
REQUERENTE: ELDSON POLTRONIERI
REQUERIDO: MARIANA GOTTARDO ROMANO (PADARIA TRES IRMÃS)
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE, **DR. MACIEL FERREIRA COUTO, OAB/ES 8.622,** DO DESPACHO DE FLS. 16-17, PARA QUE SE MANIFESTE, DECORRIDO O PRAZO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO REQUERIDO A FLS. 14, SOBRE O PEDIDO INICIAL E O MANDADO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

12. PROCESSO Nº .: 052.06.000834-0. (AÇÃO DE COBRANÇA)
REQUERENTE: ESTENIL CASAGRANDE PEREIRA
REQUERIDO: ESIR JOÃO FAVALESSA
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE, DR**. ESTENIL CASAGRANDE PEREIRA, OAB/ES 8.749**, DO DESPACHO DE FLS. 49 VERSO, PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 47 VERSO. E PARA REQUERER O QUE DE DIREITO, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

13. PROCESSO Nº .: 052.07.000486-7. (AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL)
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE RIO BANANAL
REQUERIDO: VALDECIR FRANCISCO MARINHO.
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE, **DRª CLAUDIA CECÍLIA CARMINATI SCARTON, OAB/ES 9.860**, DA SENTENÇA DE FLS. 24, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, NA FORMA PRESCRITA NO ART. 794, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

14. PROCESSO Nº .: 052.07.000351-3. (AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL)
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE RIO BANANAL
REQUERIDO: JOSÉ BRANDÃO
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE, DRª **CLAUDIA CECÍLIA CARMINATI SCARTON, OAB/ES 9.860,** DA SENTENÇA DE FLS. 26, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, NA FORMA PRESCRITA NO ART. 794, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

15. PROCESSO Nº .: 052.07.000794-4. (AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL)
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE RIO BANANAL
REQUERIDO: OSMAR ALVARENGA SANTOS
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE, **DRª CLAUDIA CECÍLIA CARMINATI SCARTON, OAB/ES 9.860,** DA SENTENÇA DE FLS. 18, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, COM JULGAMENTO DE MÉRITO.

16. PROCESSO Nº .: 052.03.000262-1 (AÇÃO ORDINÁRIA)
REQUERENTE:GEMINIANA MARCHIORI RODRIGUES
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE RIO BANANAL E OUTRO.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE, DR**. EDUARDO SOARES CARRARA, OAB/ES 12.599 E DA PARTE REQUERIDA, DR. BRUNO FREITAS ORLETI, OAB/ES 14.750**, DA SENTENÇA DE FLS. 432, QUE HOMOLOGOU O ACORDO ENTRE AS PARTES PARA QUE PRODUZA SEUS EFEITOS, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO, COM JULGAMENTO DE MÉRITO.

17. PROCESSO Nº .: 052.03.000536-8 (AÇÃO DE INVENTÁRIO)
REQUERENTE: ALESSIO CORADINI
REQUERIDO: JOÃO AURELIANO CORADINE.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE, **DR. GERALDO PAGOTO FRISSO, OAB/ES 5.361**, DO DESPACHO DE FLS. 62-63, REITERANDO A INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS. 54, PARA QUE SEJA CUMPRIDO PELA PARTE INVENTARIANTE EM 30 (TRINTA) DIAS.

18. PROCESSO Nº .: 052.03.000279-5. (AÇÃO DE CRIMINAL)
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ES.
REQUERIDO: JOSÉ MONTEIRO FERNANDES.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERIDA, **DR. MACIEL FERREIRA COUTO, OAB/ES 8.622**, DO DESPACHO DE FLS. 202, PARA QUE CUMPRA OS ITENS 02, 03, 04, E 05 DO DESPACHO DE FLS. 198 VERSO, NA SUA INTEGRALIDADE.

19. PROCESSO Nº .: 052.07.000498-2. (AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL)
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE RIO BANANAL
REQUERIDO: CLAUDEMIR BERGAMO
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE, **DRª CLAUDIA CECÍLIA CARMINATI SCARTON, OAB/ES 9.860,** DO DESPACHO DE FLS. 23, PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 21 E DO DOCUMENTO DE FLS. 22, INTIMANDO PARA SE MANIFESTAR, BEM COMO, REQUERENDO O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.

20. **PROCESSO Nº.: 052.06.000827-4(AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL)**
REQUERENTE: ANTONIO EGIDIO CAPELINI
REQUERIDO: SERGIO GASPARI
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERIDA, **DR. GERALDO PAGOTO FRISSO, OAB/ES 5.361**, DO DESPACHO DE FLS. 38, PARA TOMAR CIÊNCIA DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E DIZER SE SE OPÕE NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE O BEM SER IMEDIATAMENTE ADJUDICADO PELA PARTE CREDORA.

21. PROCESSO Nº.: 052.08.000545-8 (AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA)
REQUERENTE:JOSÉ DAVID ARDIZZON

REQUERDO: ALCIONES VANELLI ARDIZZON
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE, **DRª CLAUDIA CECÍLIA CARMINATI SCARTON, OAB/ES 9.860 E DA PARTE REQUERIDA, DR. WACSON DA SILVA, OAB/TO 1.668, DA** DECISÃO SANEADORA DE FLS. 100-101, PARA ESPECIFICAREM AS PROVAS QUE PRETENDEM PRODUZIR, DEVENDO JUSTIFICAR A PERTINENCIA DE CADA QUAL, SOB PENA DE INDEFERIMENTO.

22. PROCESSO N°.: 052.08.000815-5 (AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO)
REQUERENTE: ANGELICA BADIANI LANGA
REQUERIDO: AMÉRICO LANGA.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERIDA**, DR. GERALDO PAGOTO FRISSO, OAB/ES 5.361,** DO DESPACHO DE FLS. 16, QUE O NOMEOU CURADOR DA PARTE REQUERIDA, INTIMANDO-O PARA DIZER SE ACEITA O ENCARGO. EM SENDO ACEITO, INTIME-SE PARA APRESENTAR DEFESA NO PRAZO LEGAL.

23. PROCESSO N°.: 052.09.0000389-9 (AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL)
REQUERENTE: RUBENS JOSÉ FRANÇA DULAR UTILIDADES ME
REQUERIDO: ROSIANE DA PENHA FRANÇA
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE AUTORA, **DRº MACIEL FERREIRA COUTO, OAB/ES 8.622**, DO DESPACHO DE FLS. 28 VERSO, PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 26, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, E SE MANIFESTAR.

24. PROCESSO N°.: 052.09.000388-1 (AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL)
REQUERENTE: RUBENS JOSÉ FRANÇA DULAR UTILIDADES ME
REQUERIDO: GILCELI ARAUJO NUNES
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE AUTORA, **DRº MACIEL FERREIRA COUTO, OAB/ES 8.622**, DO DESPACHO DE FLS. 30 VERSO, PARA QUE NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, INFORME O ENDEREÇO DA PARTE EXECUTADA, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

25. PROCESSO N°.: 052.09.000387-3 (AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL)
REQUERENTE: RUBENS JOSÉ FRANÇA DULAR UTILIDADES ME
REQUERIDO: IVANEDE DE JESUS SANTOS
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE AUTORA, DRº **MACIEL FERREIRA COUTO, OAB/ES 8.622**, DO DESPACHO DE FLS. 26 VERSO, PARA QUE NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, INFORME O ENDEREÇO DA PARTE EXECUTADA, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

26. PROCESSO N°.: 052.09.000366-7 (AÇÃO DE COBRANÇA)
REQUERENTE: DU ADUBO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.. ME
REQUERIDO: ADEMIR RAIMUNDO DO ROSÁRIO
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE AUTORA, **DRª ELAINE CRISTINA ARPINI, OAB/ES 11.959**, DA SENTENÇA DE FLS. 20-21, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 269, III, DO CPC.

27. PROCESSO N°.:052.09.000323-8 (AÇÃO DE COBRANÇA)
REQUERENTE: APARECIDA COMAN COUTINHO ALTOÉ ME
REQUERIDO: GRACIETE DA SILVA RIBEIRO
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE AUTORA, **DRª ELAINE CRISTINA ARPINI, OAB/ES 11.959**, DA SENTENÇA DE FLS. 23, QUE HOMOLOGOU A DESISTENCIA FORMULADA E POR CONSEQUENCIA, JULGOU EXTINTO O PROCESSO, BEM COMO, DEFIRIU O PEDIDO DE DESENTRANHAMENTO DOS DOCUMENTOS, DEVENDO OS MESMOS SEREM SUBSTITUIDOS POR CÓPIA REPROGRÁFICA.

28. PROCESSO Nº .: 052.09.000552-2 (AÇÃO DECLARATÓRIA)
REQUERENTE: ZILDA G. ZORZANELLI DULAR UTILIDADES ME
REQUERIDO: INDUSTRIAS DE MÓVEIS QUADRI LTDA..
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE AUTORA, DRº **MACIEL FERREIRA COUTO, OAB/ES 8.622**, DO DESPACHO DE FLS. 35 VERSO, PARA APRESENTAR MANIFESTAÇÃO EM 10 (DEZ) DIAS, SOBRE O TERMO DE AUDIENCIA DE FLS. 34.

29. PROCESSO Nº .: 052.08.000896-5 (AÇÃO DE COBRANÇA)
REQUERENTE: ARPINI SUPERMERCADO ME - EPP.
REQUERIDO: CRISTIANO MARIM
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE AUTORA, **DRª ELAINE CRISTINA ARPINI, OAB/ES 11.959, DO** DESPACHO DE FLS. 22 VERSO, PARA SE MANIFESTAR SOBRE OS TERMOS DA CONSULTA DE FLS. 22.

30. PROCESSO N°.: 052.08.000900-5 (AÇÃO DE COBRANÇA)
REQUERENTE: ARPINI SUPERMERCADO ME - EPP.
REQUERIDO: GERALDO DE BRITO
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE AUTORA, **DRª ELAINE CRISTINA ARPINI, OAB/ES 11.959,**DO DESPACHO DE FLS. 31 VERSO, COM A FINALIDADE DE QUE SE CUMPRA O ITEM "F" DO DESPACHO DE FLS. 25-28, DO PROCESSO SUPRA, PARA QUE A DOUTA ADVOGADA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS SE MANIFESTE A RESPEITO DA CERTIDÃO DE FLS. 23, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO.

31. PROCESSO Nº .: 052.970.000.120 OU 052.03.000338-9. (AÇÃO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA)
REQUERENTE: JUCIMAR ANTONIO ULIANA E OUTRO
REQUERIDO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE RIO BANANAL E OUTRO.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERIDA, DR**. JAYME HENRIQUE R. DOS SANTOS, OAB/ES 2.056 E DR. BRUNO FREITAS ORLETI, OAB/ES 14.750**, DO DESPACHO DE FLS. 867, PARA MANIFESTAREM-SE SOBRE A PETIÇÃO E DOCUMENTOS DE FLS. 851/865.

32. PROCESSO Nº .: 052.03.000430-4. (AÇÃO DE COBRANÇA)
REQUERENTE: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA.
REQUERIDO: GENTILLLA MONTOVANI POLEZ
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE, DR**. GEORGE DUARTE FREITAS FILHO, OAB/ES 3.953**, DO DESPACHO DE FLS. 84/85, PARA INDICAR O ENDEREÇO CORERETO DA PARTE REQUERIDA OU REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

33. PROCESSO Nº .: 052.04.000249-6. (AÇÃO ORDINÁRIA - CÍVEL)
REQUERENTE: TEREZINHA DOMINGAS CAPELINE.
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE, DR**. JAMILSON SERRANO PORFIRIO, OAB/ES 6.985**, DO DESPACHO DE FLS. 156, PARA INDICAR O ENDEREÇO ONDE O PROCESSO DEVE SER ENCAMINHADO.

34. PROCESSO Nº .: 052.04.000251-2. (AÇÃO ORDINÁRIA - CÍVEL)
REQUERENTE: ISMERIA DE MELO CÂMARA.
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE, DR**. JAMILSON SERRANO PORFIRIO, OAB/ES 6.985**, DO DESPACHO DE FLS. 346, PARA INDICAR O ENDEREÇO ONDE O PROCESSO DEVE SER ENCAMINHADO.

35. PROCESSO Nº .: 052.04.000253-8. (AÇÃO ORDINÁRIA - CÍVEL)
REQUERENTE: RITA TURETA PAULO.
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE, **DR. JAMILSON SERRANO PORFIRIO, OAB/ES 6.985, DO** DESPACHO DE FLS. 272, PARA INDICAR O ENDEREÇO ONDE O PROCESSO DEVE SER ENCAMINHADO.

36. PROCESSO Nº .: 052.05.000407-7. (AÇÃO DE ARROLAMENTO DE BNENS - FAMILIA).
REQUERENTE: JOELMA SPASSINI ARDIZZON.
REQUERIDO: JOSE GERALDO ARDIZZON.
FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE, **DRª. CLÁUDIA CECÍLIA CARMINATI SCARTON, OAB/ES .9860,** DO DESPACHO DE FLS. 173, PARA MANIFESTAR-SE NOS AUTOS E REQUERER O QUE DE DIREITO, NO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

37. PROCESSO Nº .: 052.05.000471-3. (AÇÃO ANULATÓRIA - CÍVEL).
REQUERENTE: JOELMA SPASSINI ARDIZZON.
.REQUERIDO: JOSE GERALDO ARDIZZON E OUTROS.

FINALIDADE: INTIMAR A ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE, DRª **CLAUDIA CECILIA CARMINATI SCARTON, OAB/ES 9.860**, DO DESPACHO DE FLS. 22, PARA MANIFESTAR-SE NOS AUTOS E REQUERER O QUE DE DIREITO, NO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

38. PROCESSO Nº .: 052.06.000050-3. (AÇÃO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA)
REQUERENTE: JOSÉ ANTONIO CAMPI.
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE RIO BANANAL.
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DAS PARTES**, DR. ESTENIL CASAGRANDE PEREIRA, OAB/ES 8.749 E DRª. CLAUDIA CECILIA CARMINATI SCARTON, OAB/ES 9.860**, DO DESPACHO DE FLS. 130, PARA MANIFESTAREM-SE SOBRE A DESCIDA DOS AUTOS DO E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA E REQUEREREM O QUE DE DIREITO.

RIO BANANAL/ES., 22 DE SETEMBRO DE 2009.

ALEXANDRE SARDINHA TEBALDI
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO.

COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUÍZO DE DIREITO CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO
COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS N.º 1559-CENTRO-SANTA LEOPOLDINA-ES

LISTA DE INTIMAÇÃO N.º 22/09/2009

JUIZ DE DIREITO: DR. CARLOS ERNESTO CAMPOSTRINI MACHADO
ESCREVENTE: LUIZ CARLOS SIMONASSI

INTIMO:

DR. MARCOS FERREIRA DIAS - OAB-ES 6190
PROCESSO: 043070004700 - 0048/07
AÇÃO: CÍVEL
EXEQÜENTE: MARCOS FERREIRA DIAS
EXECUTADA: ROSEMAR NASS
FINALIDADE: INTIMADO DO FIM DO PRAZO DE SEIS (06) MESES DE SUSPENSÃO DO PROCESSO, E A CONSEQÜENTE MANIFESTAÇÃO.

DRª CHRISTIANI BORGES FEREIRA PACHECO - OAB-ES 11134
PROCESSO: 043090004383
AÇÃO: CÍVEL- REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: ESCELSA S/A
REQUERIDO: JOÃO CARLOS MIRANDA
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS (INICIAIS), NO VALOR DE R$ 192,09. NÚMERO DA CONTA DE CUSTAS 909071092.

DR. PAULO SÉRGIO RAGA - OAB-ES 11414
PROCESSO: 043090004383
AÇÃO: CÍVEL- REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: ESCELSA S/A
REQUERIDO: JOÃO CARLOS MIRANDA
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS (INICIAIS), NO VALOR DE R$ 192,09. NÚMERO DA CONTA DE CUSTAS 909071092.

DR. VINICIUS DE MORAES RIBEIRO - OAB-ES 13759
PROCESSO: 043090004383
AÇÃO: CÍVEL- REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: ESCELSA S/A
REQUERIDO: JOÃO CARLOS MIRANDA
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS (INICIAIS), NO VALOR DE R$ 192,09. NÚMERO DA CONTA DE CUSTAS 909071092.

DR. FRANCISCO DE OLIVEIRA - OAB-ES 2261
PROCESSO: 043040000911 - 0010/2004
AÇÃO: CÍVEL- OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: ESPÓLIO DE MARCELO JOAQUIM DENADAI
REQUERIDO: SINVAL JOÃO DENICOLI
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA INFORMAR O NOME E O ENDEREÇO DOS HERDEIROS DO REQUERIDO, HAJA VISTO O SEU FALECIMENTO, NO PRAZO DE DEZ (10) DIAS.

DRª MONICA PERIM ROCHA - OAB-ES 8647
PROCESSO: 043060001690 - 0031/2006
AÇÃO: CRIMINAL
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RÉU: ROBERTO GONÇALVES FURTADO
FINALIDADE: TOMAR CIÊNCIA DO LAUDO DE FOLHAS 185/188, BEM COMO CUMPRIR INTEGRALMENTE AS ORIENTAÇÕES CONSTANTES DO ÍTEM 7.1, CONFORME REQUERIDO PELO PARQUET.

DRª ADEMAR GONÇALVES PEREIRA - OAB-ES 11.020
PROCESSO: 043070004809 - 0050/07
AÇÃO: CÍVEL- DECLARATÓRIA
REQUERENTE: ZALMIRA PÓNATH GUMS
REQUERIDO: IDAF - ES
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA INFORMAR A ESTE JUÍZO O HODIERNO ENDEREÇO DE LEOPOLDO OBELT E SUA ESPOSA, INDICANDO, INCLUSIVE, PONTO DE REFERÊNCIA.

DR. RODOLFO FERNANDES DO CARMO - OAB-ES 13.069
PROCESSO: 043070004809 - 0050/07
AÇÃO: CÍVEL- DECLARATÓRIA
REQUERENTE: ZALMIRA PÓNATH GUMS
REQUERIDO: IDAF - ES
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA INFORMAR A ESTE JUÍZO O HODIERNO ENDEREÇO DE LEOPOLDO OBELT E SUA ESPOSA, INDICANDO, INCLUSIVE, PONTO DE REFERÊNCIA.

DR. JOSÉ WILLIAM DE FREITAS COUTINHO- OAB-ES 3323
PROCESSO: 043070000815 - 0022/07
AÇÃO: MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: DANUSA DOS SANTOS SARMENTO
IMPETRADO: PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS

DRª YARA DEPIANTE GOBBO - OAB-ES 9087
PROCESSO: 043070000815 - 0022/07
AÇÃO: MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: DANUSA DOS SANTOS SARMENTO
IMPETRADO: PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS.

DRª GRACÉLIA MARIA CONTE - OAB-ES 5124
PROCESSO: 043980000063 - 0048/98
AÇÃO: EXECUÇÃO
EXEQÜENTE: BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADO: RUY FURTADO
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA MANIFESTAR NOS AUTOS NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

DR. ADEMIR JOÃO COSTALONGA - OAB-ES 3641
PROCESSO: 043090001306 - 0038/09
AÇÃO: CÍVEL- DECLARATÓRIA
REQUERENTE: DIDIMO BARCELOS
REQUERIDO: CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE SANTA LEOPOLDINA - ES
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA INFORMAR QUE OS REFERIDOS AUTOS ENCONTRAM-SE SUSPENSOS ATÉ REGULARIZAÇÃO DA CAPACIDADE PROCESSUAL. INTIMO AINDA PARA NO PRAZO DE LEI JUNTAR AOS AUTOS A CERTIDÃO DE ÓBITO DO REQUERENTE BEM COMO APRESENTAR OS HERDEIROS DO MESMO.

DR. FREDERICO ANGELO RAMALDES - OAB-ES 5053
PROCESSO: 043090001306 - 0038/09

AÇÃO: CÍVEL- DECLARATÓRIA
REQUERENTE: DIDIMO BARCELOS
REQUERIDO: CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE SANTA LEOPOLDINA - ES
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA INFORMAR QUE OS REFERIDOS AUTOS ENCONTRAM-SE SUSPENSOS ATÉ REGULARIZAÇÃO DA CAPACIDADE PROCESSUAL. INTIMO AINDA PARA NO PRAZO DE LEI JUNTAR AOS AUTOS A CERTIDÃO DE ÓBITO DO REQUERENTE BEM COMO APRESENTAR OS HERDEIROS DO MESMO.

DR. GUSTAVO DE GOUVEIA FERREIRA DOS SANTOS - OAB-ES 11152
PROCESSO: 043090001157 - 0034/09
AÇÃO: CÍVEL- BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: B V FINANCEIRA S.A.
REQUERIDO: SERGIO ANGELI LAGO
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA SE MANIFESTAR NOS AUTOS EM RAZÃO DA CERTIDÃO DE FOLHAS 22 DOS MESMOS. (CERTIDÃO...O REQUERIDO FOI CITADO, MAS O CARRO NÃO FOI ENCONTRADO E NEM SE CONHECE O SEU PARADEIRO).

DR. BIANCA MOTTA PRETTI - OAB-ES 11876
PROCESSO: 043090001157 - 0034/09
AÇÃO: CÍVEL- BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: B V FINANCEIRA S.A.
REQUERIDO: SERGIO ANGELI LAGO
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA SE MANIFESTAR NOS AUTOS EM RAZÃO DA CERTIDÃO DE FOLHAS 22 DOS MESMOS. (CERTIDÃO...O REQUERIDO FOI CITADO, MAS O CARRO NÃO FOI ENCONTRADO E NEM SE CONHECE O SEU PARADEIRO).

DR. ALYNE BARROS RUY - OAB-ES 14197
PROCESSO: 043080000953 - 0014/08
AÇÃO: CÍVE - EMBARGOS À EXECUÇÃO
EMBARGANTE: ZENAIDE MARQUES ALMEIDA
EMBARGADO: BANESTES S/A
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA SE MANIFESTAR QUANTO AO PEDIDO DE SUSPENSÃO DOS AUTOS.

DR. MARCO ANTONIO BESSA SOARES - OAB-ES 7830
PROCESSO: 043090001843 - 0036/09
AÇÃO: CÍVEL- DECLARATÓRIA
REQUERENTE: BERTHA FLEGLER KRUGER
REQUERIDO: ANDERSON RAASCH E OUTROS
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA INFORMAR A ESTE JUÍZO SE A REQUERENTE POSSUI ALGUM PARENTESCO COM OS REQUERIDOS, BEM COMO PARA DIZER SE POSSU FILHOS, IRMÃOS, SOBRINHOS E OUTROS PARENTES (EM LINHA RETA OU COLATERAL ATÉ O QUARTO GRAU), A FIM DE VERIFICAR SE HOUVE FRAUDE À LEGÍTIMA.

DRª YARA DEPIANTE GOBBO - OAB-ES 9087
PROCESSO: 043060003191 - 0030/2006
AÇÃO: REINTEGRATÓRIA
REQUERENTE: ESCELSA S/A
REQUERIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
FINALIDADE: INTIMADA DO DESPACHO: "DÊ-SE VISTA DOS AUTOS À PROCURADORA DO MUNICÍPIO HAJA VISTA QUE ESTE JUÍZO DEFERIU O PEDIDO CONSTANTE NO TERMO DE AUDIÊNCIA DE FOLHAS 145."

DR. EDIMAR SIMÕES DA SILVA - OAB-ES 2181
PROCESSO: 043060000072 - 0014/1999
AÇÃO: CIVIL PÚBLICA
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REQUERIDO: JOSÉ NILTON GARCIA
FINALIDADE: INTIMAR O REQUERIDO A FIM DE QUE O MESMO EXECUTE INTEGRALMENTE AS MEDIDAS APONTADAS PELO TÉCNICO DO IDAF NO ÍTEM 7 DO LAUDO DE VISTORIA DE FOLHAS 189/194 DOS AUTOS.

DRª GRACÉLIA MARIA CONTE - OAB-ES 5124
PROCESSO: 043990000333 - 0196/99
AÇÃO: EMBARGOS
EMBARGANTE: JORGE MESQUITA RIBEIRO
EMBARGADO: BANCO DO BRASIL S/A
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS.

DR. LUIZ PRETTI LEAL - OAB-ES 6825
PROCESSO: 043990000333 - 0196/99
AÇÃO: EMBARGOS
EMBARGANTE: JORGE MESQUITA RIBEIRO
EMBARGADO: BANCO DO BRASIL S/A
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS.

DR. VICTOR RODRIGUES DA COSTA - OAB-ES 1194
PROCESSO: 043990000333 - 0196/99
AÇÃO: EMBARGOS
EMBARGANTE: JORGE MESQUITA RIBEIRO
EMBARGADO: BANCO DO BRASIL S/A
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS.

DR. LUIZ FERNANDO CHIABAI PIPA SILVA - OAB-ES 4382
PROCESSO: 043990000333 - 0196/99
AÇÃO: EMBARGOS
EMBARGANTE: JORGE MESQUITA RIBEIRO
EMBARGADO: BANCO DO BRASIL S/A
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS.

DR. LEONARDO BARBOSA CABRAL- OAB-ES 9340
PROCESSO: 043990000333 - 0196/99
AÇÃO: EMBARGOS
EMBARGANTE: JORGE MESQUITA RIBEIRO
EMBARGADO: BANCO DO BRASIL S/A
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS.

DR. GUSTAVO CAMPOS SCHWARTZ - OAB-ES 10151
PROCESSO: 043990000333 - 0196/99
AÇÃO: EMBARGOS
EMBARGANTE: JORGE MESQUITA RIBEIRO
EMBARGADO: BANCO DO BRASIL S/A
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESCIDA DOS AUTOS.

DR. RICARDO TEDOLDI MACHADO - OAB-ES 11065
PROCESSO: 043070006564 - 0064/07
AÇÃO: ORDINÁRIO
REQUERENTE: MONIQUE SUNDERHUS LEPPAUS
REQUERIDO: DARLY ESPÍNDULA
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA APRESENTAR EM CONJUNTO COM O REQUERIDO, ADITIVO SUPRIMINDO AS LACUNAS (LIMITES ENTRE OS IMÓVEIS, DEMOLIÇÕES A SEREM REALIZADAS, ETC...), DESTINANDO-SE A POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO.

DR. NICOLAU ANGELO DOS SANTOS CALIMAN - OAB-ES 7959
PROCESSO: 043070006564 - 0064/07
AÇÃO: ORDINÁRIO
REQUERENTE: MONIQUE SUNDERHUS LEPPAUS
REQUERIDO: DARLY ESPÍNDULA
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA APRESENTAR EM CONJUNTO COM O REQUERIDO, ADITIVO SUPRIMINDO AS LACUNAS (LIMITES ENTRE OS IMÓVEIS, DEMOLIÇÕES A SEREM REALIZADAS, ETC...), DESTINANDO-SE A POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO.

DR. LUIZ AUGUSTO MILL - OAB-ES 4712
PROCESSO: 043070003132 - 0042/2007
AÇÃO: ORDINÁRIO
REQUERENTE: VAZ AUTO SERVIÇOS LTDA. ME
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA
FINALIDADE: INTIMADO(A) PARA, EM 15 (QUINZE) DIAS, TRAZER AOS AUTOS DOCUMENTOS QUE COMPROVEM O RECEBIMENTO, PELO MUNICÍPIO, DO COMBUSTÍVEL ESPECIFICADO ÀS FOLHAS 31/78, BEM COMO TOMAR CIÊNCIA DA JUNTADA DE FOLHAS 110/1642.

LUIZ CARLOS SIMONASSI
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA
CARTÓRIO 3º OFÍCIO

EDITAL DE INTERDIÇÃO

DOUTOR CARLOS ERNESTO CAMPOSTRINI MACHADO, JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER A TODOS QUE PELO PRESENTE EDITAL VIREM, OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DA COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA, SE PROCESSAM OS AUTOS DA **AÇÃO DE INTERDIÇÃO,** TOMBADA SOB O **Nº 043.06.000578-2 (711/06)**, MOVIDA PELO **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** EM FACE DE PAULO HENRIQUE LEPPAUS**,** ONDE FOI PROLATADA A R. SENTENÇA NO DIA **17 DE JUNHO DE 2.009**, DECRETANDO A **INTERDIÇÃO** DE **PAULO HENRIQUE LEPPAUS,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SANTA LEOPOLDINA/ES, POR SER RECONHECIDAMENTE INCAPAZ PARA OS ATOS DA VIDA CIVIL, SENDO-LHE NOMEADO **CURADOR** O SR. **RENATO LEPPAUS**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, TRABALHADOR RURAL, RESIDENTE NO MESMO ENDEREÇO DO CURATELADO. **E,** PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS OS INTERESSADOS, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO POR 03 (TRÊS) VEZES NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO PODER JUDICIÁRIO COM O INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS E AFIXADO NO ÁTRIO DO FÓRUM LOCAL

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 28 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE (2.009). EU, ROSIMERY VENTURINI SIMONASSI, CHEFE DE SECRETARIA QUE O DIGITEI E SUBSCREVO E ASSINO, CONFORME PROVIMENTO 02/98 DA ECGJ/ES.

ROSIMERY VENTURINI SIMONASSI
CHEFE DE SECRETARIA
ASS. AUT. PROV. 02/98-ECGJ/ES

-************-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA
CARTÓRIO 3º OFÍCIO

EDITAL DE INTERDIÇÃO

DOUTOR **CARLOS ERNESTO CAMPOSTRINI MACHADO,** JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER A TODOS QUE PELO PRESENTE EDITAL VIREM, OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DA COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA, SE PROCESSAM OS AUTOS DA **AÇÃO DE INTERDIÇÃO,** TOMBADA SOB O **Nº 043.06.0005730-3 (702/06)**, MOVIDA PELO **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** EM FACE DE MARLI JESUS DE SOUZA**,** ONDE FOI PROLATADA A R. SENTENÇA NO DIA **25 DE JUNHO DE 2.009**, DECRETANDO A **INTERDIÇÃO** DE **MARLI JESUS DE SOUZA,** BRASILEIRA, RESIDENTE E DOMICILIADA EM CARIACICA/ES, POR SER RECONHECIDAMENTE INCAPAZ PARA OS ATOS DA VIDA CIVIL, SENDO-LHE NOMEADO **CURADOR** A SRA. **TEREZINHA DA SILVA RIBEIRO**, BRASILEIRA, RESIDENTE NA RUA E, LOTEAMENTO COQUEIROS, CARIACICA-ES.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS OS INTERESSADOS, FOI EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO POR 03 (TRÊS) VEZES NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO PODER JUDICIÁRIO COM O INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS E AFIXADO NO ÁTRIO DO FÓRUM LOCAL

DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS 28 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE (2.009). EU, ROSIMERY VENTURINI SIMONASSI, CHEFE DE SECRETARIA QUE O DIGITEI E SUBSCREVO E ASSINO, CONFORME PROVIMENTO 02/98 DA ECGJ/ES.

ROSIMERY VENTURINI SIMONASSI
CHEFE DE SECRETARIA
ASS. AUT. PROV. 02/98-ECGJ/ES

COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO

NOVO ENDEREÇO: RUA HERMANN MIERTSCHINK, Nº 160, CENTRO, CEP: 29645-000 - TELEFAX: (27) 3263-1390 - 3263-0186 - 3263-1710 - RAMAIIS: 2008 E 2009 - E-MAIL: 2OFICIO-SMJETIBA@TJ.ES.GOV.BR

JUIZ SUBSTITUTO: DR. ADELINO AUGUSTO PINHEIRO PIRES
PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRª. GISELLE DE ALBERNAZ MEIRA MAFRA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: MARIA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA
DATA: 04/09/2009 -

LISTAGEM CÍVEL Nº 441/2009

DR. JORGE LUIZ CORREA NOGUEIRA - OAB/ES 11.462
REF. AÇÃO DE COBRANÇA Nº **1717/09 (056.09.000624-0)**
REQUERENTE: ALFREDO REINHOLZ
REQUERIDO: BCS SEGUROS
FINS: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 21 DOS AUTOS (AUD. CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 20/10/09 ÀS 16:00 HORAS**).

DR. JORGE LUIZ CORREA NOGUEIRA - OAB/ES 11.462
REF. AÇÃO DE COBRANÇA Nº **1719/09 (056.09.000626-5)**
REQUERENTE: REGINALDO BRANDT KUSTER
REQUERIDO: MBM PREVIDÊNCIA E SEGUROS S/A
FINS: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 21 DOS AUTOS (AUD. CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 13/10/09 ÀS 13:00 HORAS**).

DR. JORGE LUIZ CORREA NOGUEIRA - OAB/ES 11.462
REF. AÇÃO DE COBRANÇA Nº **1720/09 (056.09.000623-2)**
REQUERENTE: MARCENIR KUISTER
REQUERIDO: EXCELSIOR SEGUROS S/A.
FINS: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 19 DOS AUTOS (AUD. CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 13/10/09 ÀS 15:30 HORAS**).

DR. JORGE LUIZ CORREA NOGUEIRA - OAB/ES 11.462
REF. AÇÃO DE COBRANÇA Nº **1721/09 (056.09.000621-6)**
REQUERENTE: IZABEL LITTIG
REQUERIDO: BANESTES SEGUROS S/A.
FINS: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 21 DOS AUTOS (AUD. CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 13/10/09 ÀS 14:00 HORAS**).

DR. JORGE LUIZ CORREA NOGUEIRA - OAB/ES 11.462
REF. AÇÃO DE COBRANÇA Nº **1723/09 (056.09.000620-8)**
REQUERENTE: JOCIMAR HAESE
REQUERIDO: BANESTES SEGUROS S/A.
FINS: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 29 DOS AUTOS (AUD. CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 13/10/09 ÀS 15:00 HORAS**).

DR. JORGE LUIZ CORREA NOGUEIRA - OAB/ES 11.462
REF. AÇÃO DE COBRANÇA Nº **1728/09 (056.09.0006216-6)**
REQUERENTE: HELMUT HAMMER
REQUERIDO: EXCELSIOR SEGUROS S/A.
FINS: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 27 DOS AUTOS (AUD. CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 13/10/09 ÀS 13:30 HORAS**).

DR. JORGE LUIZ CORREA NOGUEIRA - OAB/ES 11.462
REF. AÇÃO DE COBRANÇA Nº **1732/09 (056.09.000612-5)**
REQUERENTE: ALEOMAR HEIDMANN
REQUERIDO: EXCELSIOR SEGUROS S/A.
FINS: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 20 DOS AUTOS (AUD. CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 20/10/09 ÀS 14:00 HORAS**).

DR. JORGE LUIZ CORREA NOGUEIRA - OAB/ES 11.462
REF. AÇÃO DE COBRANÇA Nº **1719/09 (056.09.000626-5)**
REQUERENTE: ERVIN SHOROEDER

REQUERIDO: MBM PREVIDÊNCIA E SEGUROS S/A
FINS: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 17 DOS AUTOS (AUD. CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 20/10/09 ÀS 15:00 HORAS**).

MARIA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA
ESCRIVÃ JUDICIARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO

NOVO ENDEREÇO: RUA HERMANN MIERTSCHINK, Nº 160, CENTRO, CEP: 29645-000 - TELEFAX: (27) 3263-1390 - 3263-0186 - 3263-1710 - RAMAIIS: 2008 E 2009 - E-MAIL: 2OFICIO-SMJETIBA@TJ.ES.GOV.BR

JUIZ SUBSTITUTO: DR. ADELINO AUGUSTO PINHEIRO PIRES
PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRª. GISELLE DE ALBERNAZ MEIRA MAFRA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: MARIA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA

DATA: 11/09/2009 - LISTAGEM CÍVEL Nº **442/2009**

DRª. OLGA BERGER - OAB/ES 2.986
DRª. CHRISTINA MARIA FOEGER DE PAULA - OAB/ES 2.662
REF. AÇÃO REINTEGRATÓRIA Nº **582/01 (056.06.000044-76**
REQUERENTE: ALBERTO BERGER
REQUERIDOS: JOSÉ GUMS E OUTRA
FINS: INTIMAR AS ILUSTRES ADVOGADAS DO R. DESPACHO DE FLS. 160 DOS AUTOS (AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 28 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 15:00 HORAS**, NOS TERMOS DO ARTIGO 125, IV DO CPC E DA META DE NIVELAMENTO Nº 02 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA).

DR. MARCELO SANTOS LEITE - OAB/ES 5.356
DRª. ANGELINA BALARINE - OAB/ES 8.356A
REF. AÇÃO ANULATÓRIA Nº **860/03 (056.03.000284-6)**
REQUERENTE: VALDEMIRO KRUGER
REQUERIDO: HONCA MOTO SCARTON LTDA..
FINS: INTIMAR OS ILUSTRES ADVOGADOS DO R. DESPACHO DE FLS. 112 DOS AUTOS ((AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 28 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 14:20 HORAS**, NOS TERMOS DO ARTIGO 125, IV DO CPC E DA META DE NIVELAMENTO Nº 02 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA).

DRª. VALÉRIA MÁRCIA CARDOSO - OAB/ES 9.507
DR. LUIZ AUGUSTO MILL - OAB/ES 4712
REF. AÇÃO DE COBRANÇA Nº **960/03 (056.03.000764-7)**
REQUERENTE: CONSTRUTORA MONTEIRO JÚNIOR LTDA..
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
FINS: INTIMAR OS ILUSTRES ADVOGADOS DO R. DESPACHO DE FLS. 145 DOS AUTOS ((AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 28 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 15:40 HORAS**, NOS TERMOS DO ARTIGO 125, IV DO CPC E DA META DE NIVELAMENTO Nº 02 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA).

DR. LUIZ AUGUSTO MILL - OAB/ES 4712
REF. AÇÃO INDENIZATÓRIA Nº **989/04 (056.04.000137-4)**
REQUERENTE: ELIZABETH RODRIGUES SCHULZ
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
FINS: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 117 DOS AUTOS ((AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 28 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 14:40 HORAS**, NOS TERMOS DO ARTIGO 125, IV DO CPC E DA META DE NIVELAMENTO Nº 02 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA).

DR. MARCELO SANTOS LEITE - OAB/ES 5.356
REF. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº **878/03 (056.03.000322-4)**
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
REQUERIDO: CIBELLE BERGER JASTROW
FINS: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DO R. DESPACHO DE FLS. 59 DOS AUTOS ((AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 28 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 16:00 HORAS**, NOS TERMOS DO ARTIGO 125, IV DO CPC E DA META DE NIVELAMENTO Nº 02 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA).

DRª. PATRÍCIA GORETI DALEPRANI DOS SANTOS - OAB/ES 9.456
REF. AÇÃO DE COBRANÇA Nº **1043/04 (056.04.000672-0)**
REQUERENTE: COOPE-AVI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CENTRO SERRANA
REQUERIDO: LAUDELINO SCHNEIDER
FINS: INTIMAR A ILUSTRE ADVOGADA DO R. DESPACHO DE FLS. 46 DOS AUTOS ((AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 28 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 16:40 HORAS**, NOS TERMOS DO ARTIGO 125, IV DO CPC E DA META DE NIVELAMENTO Nº 02 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA).

DRª. PATRÍCIA GORETI DALEPRANI DOS SANTOS - OAB/ES 9.456
DR. MARCELO SANTOS LEITE - OAB/ES 5.356
REF. AÇÃO DECLARATÓRIA Nº **1126/05 (056.05.000409-4)**
REQUERENTE: DENILSON POTRATZ
REQUERIDO: VANESSA BRANDT
FINS: INTIMAR A ILUSTRE ADVOGADA DO R. DESPACHO DE FLS. 74 DOS AUTOS ((AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 28 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 14:00 HORAS**, NOS TERMOS DO ARTIGO 125, IV DO CPC E DA META DE NIVELAMENTO Nº 02 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA).

DR. GILVAN LUIS DA SILVA - OAB/ES 10.330
DRª. KATIANY MARIA DE SOUZA - OAB/ES 9.890
REF. AÇÃO DE BUSA E APREENSÃO Nº **1172/05 (056.05.000552-1)**
REQUERENTE: BANCO ITAÚ S/A
REQUERIDO: IGOR RODRIGO PIENEGONDA
FINS: INTIMAR A ILUSTRE ADVOGADA DO R. DESPACHO DE FLS. 28 DOS AUTOS ((AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 28 DE SETEMBRO DE 2009 ÀS 16:20 HORAS**, NOS TERMOS DO ARTIGO 125, IV DO CPC E DA META DE NIVELAMENTO Nº 02 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA).

MARIA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA
ESCRIVÃ JUDICIARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO

EDITAL DE INTERDIÇÃO
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

O DR. **CARLOS ERNESTO CAMPOSTRINI MACHADO**, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.....

FAZ SABER A QUEM INTERESSAR POSSA, QUE POR ESTE JUÍZO E CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DESTA COMARCA, SE PROCESSAM OS **AUTOS DE INTERDIÇÃO Nº 056.08.001764-5**, DE **SILAS PAIVA DE AMORIM**, NASCIDO EM 15/01/1982, PORTADOR DO RG Nº 2.127.017-ES E DO CPF Nº 113.289.207-47, FILHO DE MANOEL DA SILVA AMORIM E GENI PAIVA DE AMORIM, E QUE ÀS FLS. 21/23 DOS REFERIDOS AUTOS, FOI PROLATADA A R. SENTENÇA QUE DECRETOU A INTERDIÇÃO DA MESMA, DECLARANDO-A ABSOLUTAMENTE INCAPAZ DE EXERCER PESSOALMENTE OS ATOS DA VIDA CIVIL, NOMEANDO-LHE **CURADORA** A PESSOA DE **GENI PAIVA DE AMORIM**.

FICAM, POIS, OS INTERESSADOS CIENTES DA INTERDIÇÃO ACIMA REFERIDA, E, PARA QUE NINGUÉM POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, É O PRESENTE EDITAL AFIXADO NO ÁTRIO DO FÓRUM, NO LOCAL DE COSTUME, E PUBLICADO POR 03 (TRÊS) VEZES, COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS, JUNTO AO DIÁRIO DA JUSTIÇA, DESTE ESTADO.

CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI.

SANTA MARIA DE JETIBÁ/ES, 05/08/2009.

PEDRO FRANCISCO DE MARTIN
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

DR. LUIZ ANTÔNIO TARDIN, OAB/ES 7.935
PROCESSO Nº 056.08.0001066-5 - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
REQUERENTE: ADEMAR KERCKHOFF
REQUERIDO: LUCIANO LINHARES PESTANA
FINS: INTIMAR O ILUSTRE ADVOGADO DOS TERMOS DA CERTIDÃO DE FLS.23 VERSO, BEM COMO PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

SANTA MARIA DE JETIBÁ/ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

PEDRO FRANCISCO DE MARTIN
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

RUA HERMANN MIERTSCHINK, 160, CENTRO - CENTRO - CEP: 29645-000 - TELEFAX: (0XX27) 3263-1390

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

DR. EDUARDO PERINE R. DA FONSECA, OAB/ES 11.121
DR. ARNALDO ARRUDA DA SILVEIRA, OAB/ES 7.144
PROCESSO Nº 056.09.001548-0 - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
REQUERENTE: VANDINEDE FERREIRA CHAVES
REQUERIDO: HIPERCARD BANCO MULTIPLO S/A
FINS: INTIMAR OS ILUSTRES ADVOGADOS PARA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMWENTO, ANTECIPADA PARA O **DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 16:00 HORAS.**

SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

PEDRO FRANCISCO DE MARTIN
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-*******.**-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

RUA HERMANN MIERTSCHINK, 160, CENTRO - CENTRO - CEP: 29645-000 - TELEFAX: (0XX27) 3263-1390

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

DR. EDUARDO PERINE R. DA FONSECA, OAB/ES 11.121
DR. MARCOS ROGÉRIO FERREIRA PATRÍCIO, OAB/SP 222.587
PROCESSO Nº 056.09.000959-0 - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
REQUERENTE: VANDINEDE FERREIRA CHAVES
REQUERIDO: ELGIN SA
FINS: INTIMAR OS ILUSTRES ADVOGADOS PARA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, ANTECIPADA PARA O **DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 15:30 HORAS.**

SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

PEDRO FRANCISCO DE MARTIN
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

RUA HERMANN MIERTSCHINK, 160, CENTRO - CENTRO - CEP: 29645-000 - TELEFAX: (0XX27) 3263-1390

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

DRª ROSA ELENA KRAUSE BERGER, OAB/ES 7.799
PROCESSO Nº 056.09.000632-3 - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
REQUERENTE: KATIA MODAS ME
REQUERIDO: ANGELA PLASTER
FINS: INTIMAR A ILUSTRE ADVOGADA DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FLS.19, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO NOS TERMOS DO ARTIGO 267, III, DO CPC.

DRª ROSA ELENA KRAUSE BERGER, OAB/ES 7.799
PROCESSO Nº 056.09.000631-5 - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
REQUERENTE: KATIA MODAS ME
REQUERIDO: DORA ELISA NEUMAN
FINS: INTIMAR A ILUSTRE ADVOGADA DOS TERMOS DA R. SENTENÇA DE FLS.19, QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO NOS TERMOS DO ARTIGO 267, III, DO CPC.

SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

PEDRO FRANCISCO DE MARTIN
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO

RUA HERMANN MIERTSCHINK, 160, CENTRO - CENTRO - CEP: 29645-000 - TELEFAX: (0XX27) 3263-1390

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

DRª PATRICIA GORETI DELEPRANI DOS SANTOS, OAB/ES 9.456
PROCESSO Nº 056.07.000252-4 - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
REQUERENTE: DAURI HOLZ
REQUERIDO: JOSE LUIS ESPERANDIO
FINS: INTIMAR A ILUSTRE ADVOGADA DOS TERMOS DA CERTIDÃO DE FLS.24 DOS AUTOS, QUE DEIXOU DE PROCEDER A INTIMAÇÃO DO REQUERIDO, POR NÃO MAIS RESIDIR NO ENDREÇO FORNECIDO NA INICIAL.

SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

PEDRO FRANCISCO DE MARTIN
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
JUIZADO DE DIREITO
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO

RUA HERMANN MIERTSCHINK, 160, CENTRO - CENTRO - CEP: 29645-000 - TELEFAX: (0XX27) 3263-1390

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

DRª PATRICIA GORETI DELEPRANI DOS SANTOS, OAB/ES 9.456
PROCESSO Nº 056.09.000958-2 - EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA
REQUERENTE: J.E.J
REQUERIDO: LAIUSON JONAS
FINS: INTIMAR A ILUSTRE ADVOGADA PARA NO PRAZO DE 05(CINCO) DIAS, SE MANIFESTAR NOS AUTOS, TENDO EM VISTA A CERTIDÃO DE FLS. 20 VERSO DOS AUTOS.

SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

PEDRO FRANCISCO DE MARTIN
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

COMARCA DE SANTA TERESA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO - SANTA TERESA

LISTA Nº . 061/09

SANTA TERESA/ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

JUIZ DE DIREITO: FÁBIO LUIZ MASSARIOL
CHEFE DE SECRETARIA: ROSA E. S. POZZATTI

RELAÇÃO DOS DOUTOS ADVOGADOS INTIMADOS NESTA LISTAGEM:
(AUTORIZADA PELO PROVIMENTO N.º 014/99 DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA/ES)

01) - DR. SANDER GOSSER POLCHERA - OAB/ES 15.457
PROCESSO: 044.09.001687-2 - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: CLAUDIO OERLY NOVELLI
REQUERIDO: VIVO S/A
PARA TOMAR CIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O **DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2.009 ÀS 09:00 HORAS** E DA DECISÃO DE FLS. 28/30.

02) - DRª ALMERY LILIAN MORAES - OAB/ES 12.585
DR. FRANCISCO DOMINGOS VIEIRA - OAB/ES 4357
PROCESSO: 044.09.000055-3 - AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: WILHELMINA LUDKE ELGUER E OUTRO
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 78, ONDE RECEBO O RECURSO EM EFEITO DEVOLUTIVO, DEFIRO A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E PARA A OUTRA PARTE APRESENTAR AS CONTRA-RAZÕES.

03) DRª ALMERY LILIAN MORAES - OAB/ES 12.585
DR. FRANCISCO DOMINGOS VIEIRA - OAB/ES 4357
PROCESSO: 044.09.000109-8 - AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: REINALDO SILLER
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 75, ONDE RECEBO O RECURSO EM EFEITO DEVOLUTIVO, DEFIRO A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E PARA A OUTRA PARTE APRESENTAR AS CONTRA-RAZÕES.

04) - DRª ALMERY LILIAN MORAES - OAB/ES 12.585
DR. MARCOS FERREIRA DIAS - OAB/ES 6109
PROCESSO: 044.09.000108-0 - AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: REINALDO SILLER
REQUERIDO: BANCO BANESTES S/A
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 63, ONDE RECEBO O RECURSO EM EFEITO DEVOLUTIVO, DEFIRO A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E PARA A OUTRA PARTE APRESENTAR AS CONTRA-RAZÕES.

O5) - DRª ALMERY LILIAN DE MORAES - OAB/ES 12.585
DR. MARCOS FERREIRA DIAS - OAB/ES 6109
PROCESSO: 044.09.000056-1 - AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: MARCELINO LAUVERS E OUTRO
REQUERIDO: BANCO BANESTES S/A
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 79, ONDE RECEBO O RECURSO EM EFEITO DEVOLUTIVO, DEFIRO A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E PARA A OUTRA PARTE APRESENTAR AS CONTRA-RAZÕES.

06) - DR. ANDERSON GUTEMBERG COSTA - OAB/ES 7653
PROCESSO: 044.07.001430-1 - AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: EUGENIO PEDRO DI FRANCESCO
REQUERIDO: ANTONIO CARLOS REGATTIERI
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 37, PARA CUMPRIR A PARTE FINAL DO DESPACHO DE FLS. 34 EM CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO.

07) - DR. CARLOS AUGUSTO NUNES DE OLIVEIRA - OAB/ES 6876
DRª ERIKA HELENA SCHNEIDER BIASUTTI - OAB/ES 11312
PROCESSO: 044.09.000646-9 - AÇÃO DE GUARDA DE MENORES
REQUERENTE: I. C.
REQUERIDO: M. V. C. B.
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 36, PARA JUNTAR AOS AUTOS A CERTIDÃO NEGATIVA EM NOME DO MENOR, BEM COMO O ROL DE TESTEMUNHAS. NOMEIO COMO CURADORA ESPECIAL DO REQUERIDO A DRª ERIKA SCHNEIDER BIASUTTI, PARA DIZER SE ACEITA E PARA SE MANIFESTAR. DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA **DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2010 ÀS 14:00 HORAS.**

08) - DRª DORISMAR MARTINS MASIERO - OAB/ES 214 B
PROCESSO: 044.09.000968-7 - AÇÃO DE ADOÇÃO DE MENORES
REQUERENTE: E. E. O. E OUTRO
REQUERIDO: R. D. R. J.
PARA TOMAR CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 61, PARA APRESENTAR O ROL DE TESTEMUNHAS. DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010 ÀS 14:30 HORAS.**

ROSA ELI SARNAGLIA POZZATTI
CHEFE DE SECRETARIA

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA COMARCA SANTA TERESA

LISTA Nº 063
EXPEDIENTE DO DIA 22/09/2009

JUIZ SUBSTITUTO: FABIO LUIZ MASSARIOL
CHEFE DE SECRETARIA: MARIA AMÁLIA LIMA SOARES

LISTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

01)DRS. APOLONIO G. M. APOLONIO COMETTI, OAB/ES 2868 - JOSÉ PAULO ROSALEN, OAB/ES 8457, RODRIGO LEONARDO P. COMETTI, OAB/ES 10651 E MARLY MERCEDES ANICHINI, - OAB/ES 1.990
PROCESSO: 044.07.001000-2 - AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA - CÍVEL
REQUERENTE: GIOVANI SANCIO
REQUERIDA: RENATA AMORIM MONTEIRO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DOS DOUTOS ADVOGADOS PARA TOMAREM CIÊNCIA DOS TERMOS DOS VALORES DOS HONORÁRIOS PERICIAIS DE ENGENHARIA E CONTÁBEIS, ACOSTADO ÀS FLS. 584/586 DOS AUTOS, APRESENTADO PELO PERITO AVALIADOR.

SANTA TERESA, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

MARIA AMÁLIA LIMA SOARES
CHEFE DE SECRETÁRIA
TENDO EM VISTA O IMPEDIMENTO DA TITULAR

-********-**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO PRIVATIVO DO CRIME, JÚRI E EXECUÇÕES CRIMINAIS

COMARCA SANTA TERESA

JUIZ SUBSTITUTO: FÁBIO LUIZ MASSARIOL
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO CARLOS ALBERTO HERZOG DA CRUZ

LISTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
AUTORIZADA PELO PROVIMENTO 014/99, DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA/ES.

DR. WALDYR LOUREIRO, OAB/ES Nº 8.277
AÇÃO PENAL: 044.040.007.971
PARTES: JUSTIÇA PÚBLICA X FLORO AUGUSTO DO CARMO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) NOBRE CAUSÍDICO(A), DO INTEIRO TEOR DA R. DECISÃO DE FLS. 177, ATRAVÉS DA QUAL FOI

NOMEADO(A) PARA PATROCINAR A DEFESA DO DENUNCIADO ACIMA NOMINADO, SENDO FIXADO, COM BASE NA LEI Nº 8.906/94 (EOAB), OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM 100 UHR, DEVENDO REFERIDO CAUSÍDICO SE MANIFESTAR NOS AUTOS NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS, VEZ QUE TRATA-SE DE PROCESSO INSERIDO NA META 2 DO CNJ E, EM ACEITANDO O "MUNUS", FICA DESDE JÁ INTIMADO PARA OFERECER ALEGAÇÕES FINAIS, NOS AUTOS EM EPÍGRAFE.

DRS. CLAÚDIO ROBER MARTINELLI, OAB/ES Nº 12.591, CARLOS AUGUSTO NUNES DE OLIVEIRA, OAB/ES Nº 6.876, ELEM MARA BRAGANÇA DE OLIVEIRA, OAB/ES Nº 8.816 E ANCELMA DA PENHA BERNARDOS, OAB/ES Nº 7.777
AÇÃO PENAL: 044.040.009.878
PARTES: JUSTIÇA PÚBLICA X CLÁUDIO ROBERTO MANFIOLETTI, EUDÉLIO MARIA, LUCIANO LOTÉRIO E LOURIVAL MÁXIMO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) NOBRE CAUSÍDICO(A), DA JUNTADA DO LAUDO PSIQUIÁTRICO FORENSE Nº 145/09, ACOSTADO ÀS FLS. 322/326, BEM COMO, PARA NO PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 10 (DEZ) DIAS, APRESENTAREM ALEGAÇÕES FINAIS NOS AUTOS EM EPÍGRAFE, VEZ QUE TRATA-SE DE PROCESSO INSERIDO NA META 2 DO CNJ, COM A OBSERVÂNCIA NO DISPOSTO NO ARTIGO 798, DO CPP.

SANTA TERESA/ES, EM 22 DE SETEMBRO DE 2009.

CARLOS ALBERTO HERZOG DA CRUZ
ESCRIVÃO JUDICIÁRIO

COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO NORTE,

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O DOUTOR **FELIPE LEITÃO GOMES**, MM. JUIZ DE SUBSTITUTO EM EXERCÍCIO NESTA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO NORTE, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

FICA, PELO PRESENTE EDITAL, **INTIMADO** O SENHOR **JOEL DE SOUZA,** BRASILEIRO, SEPARADO, LAVRADOR, NATURAL DE RUBIN-MG, FILHO DE THIAGO DE SOUZA E VITORINA MARIA DE JESUS, ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, PARA COMPARECER PERANTE ESTE JUÍZO, NO **DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 09H00**, SITO À RODOVIA DO CAFÉ, KM 44, BAIRRO EMÍLIO CALEGARI, SÃO DOMINGOS DO NORTE-ES, OCASIÃO QUE SERÁ SUBMETIDO A JULGAMENTO PELO EGRÉGIO TRIBUNAL POPULAR DO JURI, CONSTANTE DOS AUTOS DA **AÇÃO PENAL Nº 054080000786** QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO LHE MOVE CONTRA.

SÃO DOMINGOS DO NORTE- ES, AOS 22 (VINTE E DOIS) DIAS DO MÊS 09 (SETEMBRO) DO ANO DE 2009 (DOIS MIL E NOVE). EU, FRANCISCO FELIX DE LIMA FILHO, CHEFE DE SECRETARIA, SUBSCREVI.

FRANCISCO FELIX DE LIMA FILHO
CHEFE DE SECRETARIA
AUT. P/ PROV. 01/98 DA CGJ-ES

COMARCA DE VARGEM ALTA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VARGEM ALTA
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

JUIZ DE DIREITO: EVANDRO COELHO DE LIMA.
CHEFE DE SECRETARIA: ERNANI FREITAS DE SOUZA.

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELO PROVIMENTO Nº 013/10/92, DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

EXPEDIENTE Nº 033/2009, DE 22 DE SETEMBRO DE 2009.

INTIMO:

DR. CARLOS MARCIO FROES DE CARVALHO - OAB/ES 3.245 E/OU DR. RENATA SABRA BAIÃO FIÓRIO NASCIMENTO - OAB/ES 305-B.
CARTA PRECATÓRIA Nº 1967/09 (06109001828-6)
PROCESSO Nº 12.233 (011060054142) - 2ª VARA CÍVEL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE: BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO
EXECUTADOS: SERRARIA DE MÁRMORES SANTA ROSA LTDA. E OUTROS.
PARA RECOLHIMENTO DAS CUSTAS POR MEIO DAS GUIAS DE Nº 90188928 E 90188929, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA SEM CUMPRIMENTO.

DR. JOÃO CARLOS ASSAD - OAB/ES 1.03512.665 E/OU DR. CARLOS ALBERTO FREITAS BARCELOS - OAB/ES 7.389.
PROCESSO Nº 1376/08 (06108000385-0)
AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE: IKK DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA..
EXECUTADO: GÁVEA MÁRMORES E GRANITOS LTDA. ME.
PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SE MANIFESTAR ACERCA DOS DOCUMENTOS DE FLS. 160/263, REQUERENDO O QUE LHE PARECER DE DIREITO, SOB PENA DE SUSPENSÃO DO PROCESSO.

DR. JOSÉ ALEXANDRE CHEIM SADER - OAB/ES 12.665 E/OU DR. FELIPE TELES SANTANA - OAB/ES 13.800.
PROCESSO Nº 746/05 (06105000882-2)
AÇÃO DE COBRANÇA REGRESSIVA
EXEQUENTE: BANESTES SEGUROS S/A
EXECUTADO: JOSÉ MARTINS FRANÇA.
PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SE MANIFESTAR ACERCA DA RESPOSTA DO OFÍCIO DE FLS. 163/167, REQUERENDO O QUE LHE PARECER DE DIREITO.

DR. JOSÉ ALEXANDRE CHEIM SADER - OAB/ES 12.665 E/OU DR. FELIPE TELES SANTANA - OAB/ES 13.800.
PROCESSO Nº 1614/08 (06108001237-2)
EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
EXEQUENTE: BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADO: WESLEY JOSÉ UGGERI E OUTROS.
PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SE MANIFESTAR ACERCA DA RESPOSTA DO OFÍCIO DE FLS. 58/60, REQUERENDO O QUE LHE PARECER DE DIREITO, SOB PENA DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO.

DR. JOSÉ ALEXANDRE CHEIM SADER - OAB/ES 12.665 E/OU DR. FELIPE TELES SANTANA - OAB/ES 13.800.
PROCESSO Nº 1615/08 (06108001238-0)
EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
EXEQUENTE: BANESTES S/A - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXECUTADO: WELLINGTON UGGERI E E OUTROS.
PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SE MANIFESTAR ACERCA DA RESPOSTA DO OFÍCIO DE FLS. 56/58, REQUERENDO O QUE LHE PARECER DE DIREITO, SOB PENA DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO.

DR. JOSÉ GERALDO PINTO JUNIOR - OAB/ES 8.778 E/OU DR. CLAUDIO FERREIRA FERRAZ - OAB/ES 7.337.
PROCESSO Nº 1260/07 (06107001075-8)
EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
EXEQUENTE: TENAX DO BRASIL LTDA.
EXECUTADO: GAVEA MARMORES E GRANITOS LTDA. ME.
PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SE MANIFESTAR ACERCA DA RESPOSTA DO OFÍCIO DE FLS. 91/94, REQUERENDO O QUE LHE PARECER DE DIREITO, SOB PENA DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO.

DR. LUIZ CARLOS FILGUEIRAS - OAB/ES 1.549 E/OU DR. KLEBER GASPAR FILGUEIRAS - OAB/ES 10.303.

PROCESSO Nº 652/05 (06105000277-5)
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
REQUERIDO: ANGELO FASSARELA E OUTROS.
PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SE MANIFESTAR ACERCA DOS DOCUMENTOS DE FLS. 184/225.

DRª PAULA VARGAS GUARNIER - OAB/ES 12.062.
PROCESSO Nº 1898/09 (06109001585-2)
AÇÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL - COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
REQUERENTE: EDNALDA DE MELO FRANCISCO SOARES, REPRESENTADA POR SEU CRUADOR AGUINELO JOSÉ SOARES.
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS.
PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS DE FLS. 25/56.

DR. UBALDO MOREIRA MACHADO - OAB/ES 4.819 E/OU DR. RENATO PIZZOLATTO - OAB/ES 6.239.
PROCESSO Nº 522/03 (06103000025-3)
AÇÃO MONITÓRIA
REQUERENTE: ANTONIO LUIZ GALIASSO
REQUERIDO: FRANCISCO IGNÁCIO FASSARELA.
PARA CIÊNCIA DA DECISÃO DE FL. 33 QUE DECLAROU SUSPENSA A PRESENTE EXECUÇÃO, PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, FICANDO CIENTE O EXEQUENTE QUANTO A NECESSIDADE DE DILIGENCIAR O REGULAR PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO, CERTO DE QUE A AUSÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS QUE LHE INCUMBE TOMAR IMPORTARÁ EM SUA EXTINÇÃO.

VARGEM ALTA/ES, 22 DE SETEMBRO DE 2009.

ERNANI FREITAS DE SOUZA
CHEFE DE SECRETARIA

COMARCA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
COMARCA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

LISTA DE INTIMAÇÕES – Nº 060/2009.

JUIZ DE DIREITO: DR. VALERIANO CEZÁRIO BOLZAN
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA: DENISE CAMPANHA.

PN 049.01.000002-1.
EXECUÇÃO.
EXEQUENTE: CENTRAL CAMPO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA..
EXECUTADO: PROTERRA BAPTISTI COMERCIAL LTDA..
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DOS DRS. **EIDIANO JOSÉ MAURO/OUTRA E ALENCAR F. MACEDO/OUTRO**, PARA TOMAREM CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 520, QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O **DIA 08.10.2009, ÀS 13H30MIN**, NESTE FÓRUM.

PN 049.08.001626-1.
REPARAÇÃO DE DANOS.
REQUERENTE: MARIANA LORENÇÃO FEITOSA.
REQUERIDO: GBS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA./OUTRO.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO DR**. DAYVSON FACCIN AZEVEDO**, PARA TOMAR CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O **DIA 25.11.2009, ÀS 12 HORAS**, NESTE FÓRUM.

PN 049.08.000492-9.
COBRANÇA.
REQUERENTE: MOYANNE ANDRE DE AMORIM.
REQUERIDO: BCS SEGUROS S.A.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DOS DRS. **ANDRÉ SILVA ARAÚJO/OUTRO**, PARA DEPOSITAREM OS HONORÁRIOS DO PERITO, NO VALOR DE R$ 5.000,00, BEM COMO A INTIMAÇÃO DOS DRS. BIANCA DIAS ECCARD E ANDRÉ SILVA ARAÚJO/OUTRO, PARA TOMAREM CIÊNCIA DO R. DESPACHO DE FLS. 82, QUE MANTEVE A PERÍCIA DE FLS. 41/42 (ASSENTADA) E DA DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA PARA O **DIA 06.10.2009, ÀS 13 HORAS**, NO HOSPITAL PADRE MÁXIMO, NESTA CIDADE, DEVENDO DAREM CIÊNCIA AS PARTES.

PN 049.09.000702-9.
COBRANÇA.
REQUERENTE:CÉSAR MACETE JUNIOR.
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCÍCIOS.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO DR. **GUSTAVO SICILIANO CANTISANO**, PARA DEPOSITAR OS HONORÁRIOS DO PERITO, NO VALOR DE R$ 5.000,00, BEM COMO A INTIMAÇÃO DOS DRS. STELEIJANES ALEXANDRE CARVALHO/OUTRO E GUSTAVO SICILIANO CANTISANO, PARA TOMAREM CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA PARA O **DIA 10.11.2009, ÀS 13 HORAS**, NO HOSPITAL PADRE MÁXIMO, NESTA CIDADE, DEVENDO DAREM CIÊNCIA AS PARTES.

PN 049.09.000604-7.
COBRANÇA.
REQUERENTE: WANDERSON VINICIUS PIOTO.
REQUERIDO: BCS SEGUROS S.A/OUTRO.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO DR. **GUSTAVO SICILIANO CANTISANO**, DO R. DESPACHO DE FLS. 151 QUE DEFERIU O PLEITO DE FLS. 146/148 (PRAZO DILATADO DE 10 DIAS) E PARA DEPOSITAR OS HONORÁRIOS DO PERITO, NO VALOR DE R$ 5.000,00, BEM COMO A INTIMAÇÃO DOS DRS. STELEIJANES ALEXANDRE CARVALHO/OUTRO E GUSTAVO SICILIANO CANTISANO, PARA TOMAREM CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA PARA O **DIA 27.10.2009, ÀS 13 HORAS**, NO HOSPITAL PADRE MÁXIMO, NESTA CIDADE, DEVENDO DAREM CIÊNCIA AS PARTES.

PN 049.09.000698-9.
COBRANÇA.
REQUERENTE: FRANCISCO DE ALMEIDA.
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCÍCIOS.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO DR. GUSTAVO SICILIANO CANTISANO, PARA DEPOSITAR OS HONORÁRIOS DO PERITO, NO VALOR DE R$ 5.000,00, BEM COMO A INTIMAÇÃO DOS DRS. **STELEIJANES ALEXANDRE CARVALHO/OUTRO E GUSTAVO SICILIANO CANTISANO**, PARA TOMAREM CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA PARA O **DIA 27.10.2009, ÀS 13 HORAS**, NO HOSPITAL PADRE MÁXIMO, NESTA CIDADE, DEVENDO DAREM CIÊNCIA AS PARTES.

PN 049.09.000606-2.
COBRANÇA.
REQUERENTE: LUIZ CARLOS GUSMÃO.
REQUERIDO: BCS SEGUROS S.A/OUTRO.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO DR. **GUSTAVO SICILIANO CANTISANO**, DO R. DESPACHO DE FLS. 125, QUE DEFERIU O PLEITO DE FLS. 120/122 (PRAZO DILATADO DE 10 DIAS), E PARA DEPOSITAR OS HONORÁRIOS DO PERITO, NO VALOR DE R$ 5.000,00, BEM COMO A INTIMAÇÃO DOS DRS. STELEIJANES ALEXANDRE CARVALHO/OUTRO E GUSTAVO SICILIANO CANTISANO, PARA TOMAREM CIÊNCIA DA DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA PARA O **DIA 20.10.2009, ÀS 13 HORAS**, NO HOSPITAL PADRE MÁXIMO, NESTA CIDADE, DEVENDO DAREM CIÊNCIA AS PARTES.

PN 049.09.000246-7.
MONITORIA.
REQUERENTE: COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO-CESAN.
REQUERIDO: PAULO CESAR MACHADO.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DOS DRS. **FRANCISCO ANTÔNIO CARDOSO FERREIRA/OUTROS E EIDIANO JOSÉ MAURO/OUTRAS**, PARA TOMAREM CIÊNCIA DA SENTENÇA DE FLS. 141/144, PROFERIDA NOS AUTOS EM EPÍGRAFE, ESTANDO DISPONILIZADO NO SISTEMA E-JUD A TRANSCRIÇÃO DO DISPOSITIVO SENTENCIAL, CUJO ANDAMENTO PODERÁ SER ACESSADO PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.TJ.ES.GOV.BR, BEM COMO DA DESIGNAÇAÃO AUDIÊNCIA PRELIMINAR (ART. 331, DO CPC), PARA O **DIA 01.10.2009, ÀS 14H30MIN**, NESTE FÓRUM, REFERENTE AO DÉBITO REMANESCENTE.

VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 22 DE SETEMBRO DE 2009

DENISE CAMPANHA
ESCRIVÃ JUDICIÁRIA

EMES 3
TRIBUNAL DE JUSTIÇA 3
ATOS E DESPACHOS DO PRESIDENTE 3
ATOS E DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL 6
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 11
SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 12
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO 12
CONSELHO DA MAGISTRATURA 13
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 17
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 49
QUARTA CÂMARA CÍVEL 54
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS 86
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 86
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 91
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS 94
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 95
COLEGIADO RECURSAL 97
COMARCA DA CAPITAL 98
JUÍZO DE CARIACICA (ENT. ESPECIAL) 98
JUÍZO DA SERRA (ENT. ESPECIAL) 107
JUÍZO DE VIANA (ENT. ESPECIAL) 122
JUÍZO DE VILA VELHA (ENT. ESPECIAL) 123
JUÍZO DE VITÓRIA (ENT. ESPECIAL) 138
COMARCAS DE TERCEIRA ENTRÂNCIA 169
COMARCA DE ARACRUZ 169
COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM 173
COMARCA DE COLATINA 187
COMARCA DE GUARAPARI 191
COMARCA DE ITAPEMIRIM 197
COMARCA DE LINHARES 199
COMARCA DE SÃO MATEUS 208
COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA 213
COMARCA DE AFONSO CLÁUDIO 213
COMARCA DE ALEGRE 216
COMARCA DE CONCEIÇÃO DA BARRA 218
COMARCA DE DOMINGOS MARTINS 220
COMARCA DE ECOPORANGA 224
COMARCA DE GUAÇUÍ 227
COMARCA DE IBIRAÇU 227
COMARCA DE IÚNA 228
COMARCA DE MIMOSO DO SUL 229
COMARCA DE PANCAS 230
COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA 231
COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA 232
COMARCA DE ÁGUA DOCE DO NORTE 232
COMARCA DE BOM JESUS DO NORTE 232
COMARCA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO 233
COMARCA DE DORES DO RIO PRETO 233

COMARCA DE FUNDÃO 234
COMARCA DE ICONHA 235
COMARCA DE ITAGUAÇU 236
COMARCA DE JERÔNIMO MONTEIRO 236
COMARCA DE MANTENÓPOLIS 237
COMARCA DE MARECHAL FLORIANO 238
COMARCA DE MONTANHA 239
COMARCA DE MUCURICI 239
COMARCA DE MUNIZ FREIRE 240
COMARCA DE MUQUI 241
COMARCA DE PRESIDENTE KENNEDY 243
COMARCA DE RIO BANANAL 243
COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA 246
COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ 248
COMARCA DE SANTA TERESA 251
COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO NORTE 252
COMARCA DE VARGEM ALTA 252
COMARCA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE 253